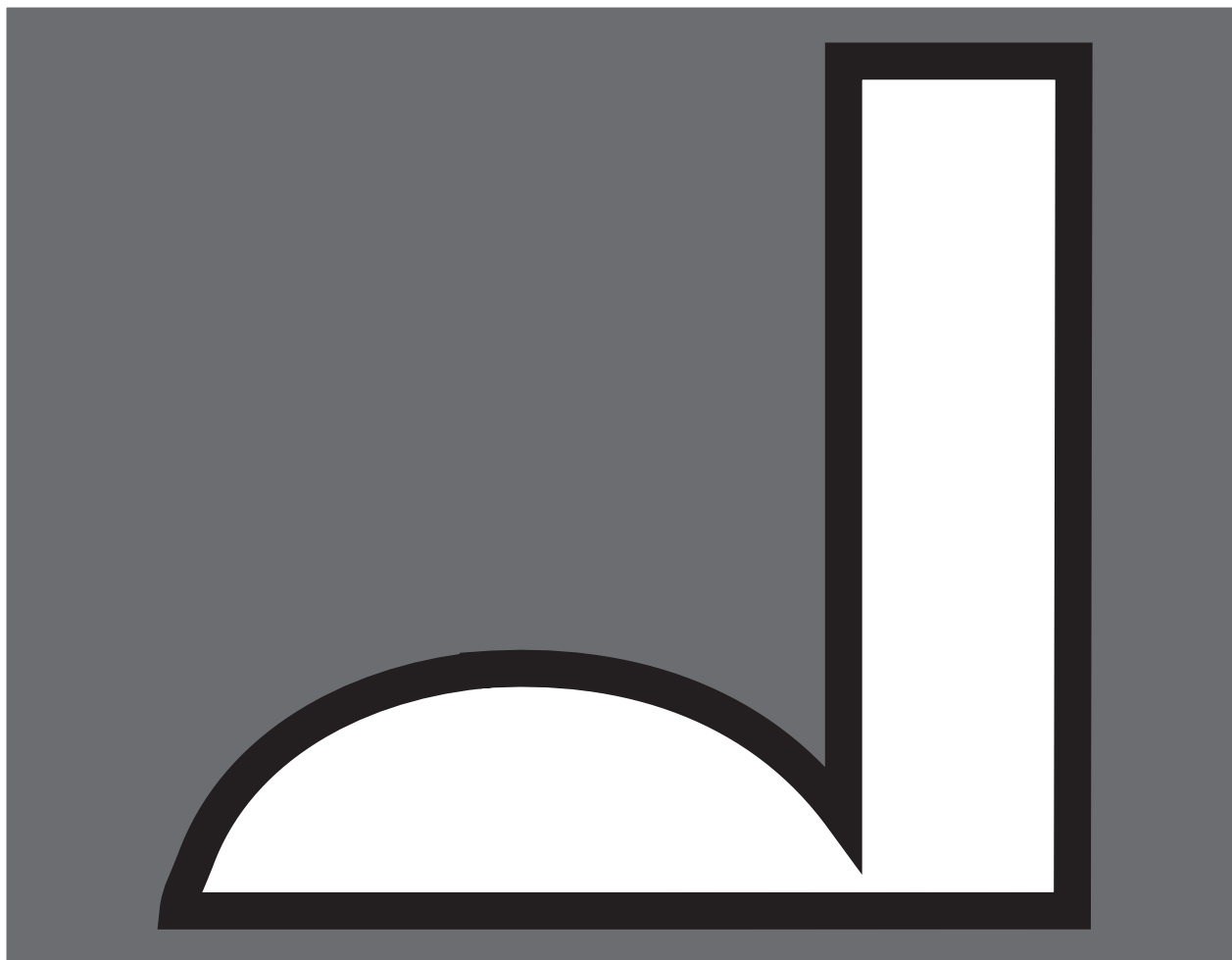




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA**

**Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 30 de setembro de 2010)**

e

Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões

ANO LXV – SUP. AO Nº 159 – SÁBADO, 2 DE OUTUBRO DE 2010 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE		3º SECRETÁRIO
José Sarney - (PMDB-AP)		Mão Santa - (PSC-PI)
1º VICE-PRESIDENTE		4ª SECRETÁRIA
Marconi Perillo - (PSDB-GO)		Patrícia Saboya - (PDT-CE)
2ª VICE-PRESIDENTE		
Serys Silhessarenko - (PT-MT)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO		1º - César Borges - (PR-BA)
Heráclito Fortes - (DEM-PI)		2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
2º SECRETÁRIO		3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
João Vicente Claudino - (PTB-PI)		4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇA

Maioria (PMDB/PP) - 18 Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Almeida Lima (12) Valdir Raupp (5) Regis Fichtner (15) Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior Líder do PMDB - 17 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima (12) Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,6,7,9) Neuto De Conto (16) Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 18 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 9 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3) Líder do PR - 4 João Ribeiro Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda	Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 29 Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner (11) João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana Líder do PSDB - 16 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes Líder do DEM - 13 Antonio Carlos Júnior (14) Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,8) Rosalba Ciarlini Efraim Moraes
PTB - 7 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma PDT - 6 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Acir Gurgacz	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL PV - 1 Líder Marina Silva - PV PSC - 1 Líder Mão Santa - PSC	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Gim Argello Romeu Tuma

Notas:

- Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
- Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
- Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
- Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
- Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
- Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
- Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010, conforme Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 4 de maio de 2010.
- Senador Almeida Lima indicado para a 1ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 86/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de junho de 2010).
- Senador Paulo Duque deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Regis Fichtner, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010.
- Senador Antonio Carlos Júnior passou a exercer a Liderança do Democratas, interinamente, enquanto perdurar o afastamento do Senador José Agripino, nos termos do Ofício publicado em 8.7.2010.
- Senador Regis Fichtner indicado para a 3ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 114/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 2 de agosto de 2010).
- Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 5 de agosto de 2010.

EXPEDIENTE

Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA		
1.1 – Resenha Mensal (período de 1º a 30 de setembro de 2010).....	5	
1.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES		
1.2.1 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS		
Ata da 32ª Reunião Extraordinária, realizada em 7 de julho de 2010.....	48	
Ata da 33ª Reunião, realizada em 7 de julho de 2010.....	75	
Ata da 34ª Reunião Extraordinária, realizada em 14 de julho de 2010.....	87	
Ata da 35ª Reunião Extraordinária, realizada em 3 de agosto de 2010.....	114	
Ata da 36ª Reunião Extraordinária, realizada em 4 de agosto de 2010.....	126	
1.2.1.1 – Subcomissão Permanente das Pessoas com Deficiência – CASDEF		
Ata da 1ª Reunião, realizada em 28 de abril de 2010.....	148	
1.2.1.2 – Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP		
Ata da 3ª Reunião, realizada em 27 de abril de 2010.....	169	
Ata da 4ª Reunião, realizada em 28 de abril de 2010.....	185	
1.2.2 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ		
Ata da 37ª Reunião Extraordinária, realizada em 14 de julho de 2010.....	228	
Ata da 38ª Reunião Ordinária, realizada em 14 de julho de 2010.....	249	
Ata da 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 3 de agosto de 2010.....	254	
Ata da 40ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de agosto de 2010.....	283	
Ata da 41ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de agosto de 2010.....	316	
Ata da 42ª Reunião Ordinária, realizada em 31 de agosto de 2010.....	324	
Ata da 43ª Reunião Ordinária, realizada em 31 de agosto de 2010.....		330
1.2.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE		
Ata da 40ª Reunião Ordinária, realizada em 3 de agosto de 2010.....		333
Ata da 41ª Reunião Extraordinária, realizada em 4 de agosto de 2010.....		346
1.2.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA		
Ata da 17ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de maio de 2010.....		363
Ata da 18ª Reunião, realizada em 5 de maio de 2010.....		384
Ata da 19ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de maio de 2010.....		425
Ata da 20ª Reunião, realizada em 12 de maio de 2010.....		430
Ata da 21ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de maio de 2010.....		510
Ata da 25ª Reunião Ordinária, realizada em 6 de julho de 2010.....		551
1.2.4.1 – Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte – CMABMONTE		
Ata da 1ª Reunião, realizada em 11 de maio de 2010.....		557
Ata da 2ª Reunião, realizada em 19 de maio de 2010.....		565
Ata da 3ª Reunião, realizada em 25 de maio de 2010.....		571
1.2.5 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH		
Ata da 15ª Reunião Extraordinária, realizada em 14 de abril de 2010.....		594
Ata da 16ª Reunião Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2010.....		613
Ata da 17ª Reunião Extraordinária, realizada em 5 de maio de 2010.....		619
Ata da 18ª Reunião Extraordinária, realizada em 6 de maio de 2010.....		635

Ata da 19ª Reunião Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2010.....	642	1.2.7 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	
Ata da 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 26 de maio de 2010.....	674	Ata da 24ª Reunião Extraordinária, realizada em 22 de junho de 2010.....	698
Ata da 21ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de junho de 2010.....	696	Ata da 25ª Reunião Extraordinária, realizada em 7 de julho de 2010.....	719



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

**4ª Sessão Legislativa Ordinária da
53ª Legislatura - 2010**

**Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
Setembro/2010**

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Sessões plenárias do Senado Federal
01 a 30/09/2010

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Ordinária	1
Não Deliberativa	7
Total de sessões realizadas	8
Reunião	7
Reunião não realizada	5
Total de sessões não realizadas	12

Quadro Geral de Matérias
01 a 30/09/2010

	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Prejudicada	Total
PLC	3	0	3
PLS	6	2	8
PDS	34	0	34
Total	43	2	45

Quadro de Requerimentos 01 a 30/09/2010

Natureza	Total
Missão (em representação do Senado Federal -RISF, art. 40 e 41)	4
Não realização de sessão (art. 154, § 6º, inciso II do RISF)	1
Pesar, congratulações e assemelhados	1
Prorrogação de comissão temporária	1
Total Geral	7

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa

01 a 30/09/2010

	PRES REP	SF	CD	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	1	-	2	3
PROJETO DE LEI DO SENADO	-	6	-	6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	0	0	34	34
Total	1	6	36	43

**Quadro de Requerimentos de Licença
(Sem ônus)
01 a 30/09/2010**

Fundamentação – RISF	Total
Art. 13 ⁽¹⁾	11
Art. 40 ⁽²⁾	0
Art. 43, I ⁽³⁾	1
Art. 43, II ⁽⁴⁾	1
Total Geral	13

(1) Missão política ou cultural de interesse parlamentar;

(2) Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;

(3) Licença para tratamento de saúde; e

(4) Licença para tratar de interesses particulares.

Observação: requerimentos de licença, com ônus, são aprovados pelo Plenário e encontram-se contabilizados no Quadro de Requerimentos.

Resenha Consolidada
Sessões plenárias do Senado Federal
02/02 a 30/09/2010

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Extraordinária	18
Deliberativa Ordinária	65
Especial	9
Não Deliberativa	68
Total de sessões realizadas	160
Reunião	13
Reunião não realizada	10
Total de sessões não realizadas	23

Quadro Geral de Matérias

02/02 a 30/09/2010

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade (art. 101, §1º do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Prejudicada	Retirada pelo autor	Total
PEC	9	-	-	-	1	0	2	12
PLC	37	62	1	2	5	0	0	107
PLS	2	153	7	18	7	8	11	206
SCD	4	0	0	0	0	0	0	4
ECD	0	0	0	0	1	0	0	1
PDS	53	552	0	0	0	0	0	605
PRS	53	3	0	0	1	0	0	57
MSF	51	-	-	-	-	0	0	51
OFS	3	-	-	-	-	6	0	9
Total	212	770	8	20	15	14	13	1.052

Quadro Geral de Medidas Provisórias
02/02 a 30/09/2010

	Aprovada na íntegra	Perda de eficácia, em decorrência do prazo para sua votação no Congresso	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas	Total
MEDIDA PROVISÓRIA	8	1	-	-	9
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO	-	-	5	1	6

Quadro de Requerimentos

02/02 a 30/09/2010

Natureza	Total
Alteração de despacho	2
Audiência de determinada comissão na tramitação de alguma matéria	56
Auditoria (CF, art. 71, incisos IV e VII)	6
Criação ou alteração de comissão temporária	3
Desapensamento de matérias	17
Homenagem de pesar (RISF, art. 218 e seguintes)	1
Inclusão em Coleções do Senado Federal	1
Informações (CF, art. 50, § 2º; RISF, art. 216)	47
Licença Saúde (art. 43, inciso I do RISF - superior a 120 dias)	1
Licença Saúde / Interesse Particular	10
Missão (em representação do Senado Federal -RISF, art. 40 e 41)	53
Não realização de sessão (art. 154, § 6º, inciso II do RISF)	2
Pesar, congratulações e assemelhados	345
Prorrogação de comissão parlamentar de inquérito	3
Prorrogação de comissão temporária	2
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	39
Retirada de matéria	22
Sobrestamento	2
Tramitação conjunta	54
Urgência para matéria	8
Voto de aplauso ou semelhante (RISF, art. 222)	1
Voto de censura (RISF, art. 223)	1
Total Geral	676

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa
02/02 a 30/09/2010

	PRES REP	SF	CD	TST	STM	CN	MPU	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	32	-	60	5	1	-	1	99
PROJETO DE LEI DO SENADO	-	155	-	-	-	-	-	155
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	8	1	595	-	-	1	-	605
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO	-	56	-	-	-	-	-	56
Total	40	212	655	5	1	1	1	915

Quadro de Requerimentos de Licença
(Sem ônus)
02/02 a 30/09/2010

Fundamentação – RISF	Total
Art. 13 ⁽¹⁾	580
Art. 40 ⁽²⁾	6
Art. 43, I ⁽³⁾	41
Art. 43, II ⁽⁴⁾	51
Total Geral	678

(1) Missão política ou cultural de interesse parlamentar;

(2) Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;

(3) Licença para tratamento de saúde; e

(4) Licença para tratar de interesses particulares.

Observação: requerimentos de licença, com ônus, são aprovados pelo Plenário e encontram-se contabilizados no Quadro de Requerimentos.

Matérias apreciadas pelo Senado Federal 01 a 30/09/2010

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 3

1. À Câmara dos Deputados com alteração de mérito. Total: 1

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 187/2009	Dispõe sobre o fornecimento de alimentação diferenciada em escolas públicas para alunos portadores de diabetes, hipertensão ou anemias.	Celso Russomanno	20/09/2010

2. À sanção. Total: 2

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 90/2010	Acrescenta o art. 46-A à Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, que dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários, em decorrência de dispositivos da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, para conceder incentivo aos médicos que tenham realizado o Estágio de Adaptação e Serviço - EAS nas Forças Armadas.	Jair Bolsonaro	20/09/2010
PLC 91/2010	Acresce e altera dispositivos da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Serviço Militar, e altera dispositivos da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, que dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos Estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários.	Presidente da República	20/09/2010

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 8

1. À Câmara dos Deputados. Total: 6

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 6

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 509/2007	Dispõe sobre a criação de incentivos fiscais para pessoas físicas e jurídicas que façam doações financeiras a fundos públicos de geração de emprego, ocupação e renda e dá outras providências.	Gim Argello	13/09/2010
PLS 130/2010	Revoga o art. 4º do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, e o seu Parágrafo único.	César Borges	14/09/2010
PLS 59/2003	Altera o disposto no artigo 95 da Lei nº 9099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências	Valdir Raupp	20/09/2010
PLS 249/2005	Altera o Código Penal e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para elevar o período mínimo de cumprimento da pena na concessão do livramento condicional a condenados por crimes hediondos.	Hélio Costa	20/09/2010
PLS 265/2006	Altera os arts. 126, 129 e 130 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para instituir a hipótese de remição de pena pelo estudo.	Cristovam Buarque	20/09/2010
PLS 330/2008	Dispõe sobre a dispensa de perícias para a requisição dos benefícios gerados por lei aos portadores de deficiências físicas e mentais.	Cristovam Buarque	20/09/2010

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 8**2. Ao arquivo. Total: 2****Prejudicada. Total: 2**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 164/2007	Altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal - , para introduzir a remição da pena pelo estudo.	Aloizio Mercadante	20/09/2010
PLS 230/2008	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), de forma a tornar a educação o eixo primordial da ressocialização de presos e internados.	Jarbas Vasconcelos	20/09/2010

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 34**1. À promulgação. Total: 34****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 34**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 266/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE CORRENTINA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Correntina, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010
PDS 276/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA ROTA DA IMIGRAÇÃO - ARCRI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010
PDS 277/2010	Aprova o ato que outorga permissão à MORIÁ FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quinta do Sol, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010
PDS 287/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS COMUNICADORES DE TAQUARAL - ACT para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaral, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010
PDS 289/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA L.B.R. para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010
PDS 290/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA ZONA SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010
PDS 292/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SÃO TOMÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Tomé, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010
PDS 297/2010	Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Mimoso do Oeste para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luiz Eduardo Magalhães, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 34

1. À promulgação. Total: 34

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 34

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 304/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE MORPARÁ - ACOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morpará, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010
PDS 307/2010	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO INTEGRAÇÃO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010
PDS 312/2010	Aprova o ato que outorga permissão à MORIÁ FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iguaçu, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010
PDS 315/2010	Aprova o ato que outorga permissão à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taquarituba, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010
PDS 317/2010	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO DIFUSORA DE CATANDUVA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Catiguá, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010
PDS 350/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE MOREIRA CÉSAR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010
PDS 355/2010	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO DIVINAL FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010
PDS 361/2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV TOCANTINS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Anápolis, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010
PDS 367/2010	Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA MAIOR DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cubatão, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010
PDS 394/2010	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à EMPRESA PAULISTA DE RÁDIO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010
PDS 410/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VALE DO ACARAPE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acarape, Estado do Ceará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010
PDS 420/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES MURICIENSES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Murici, Estado de Alagoas.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 34

1. À promulgação. Total: 34

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 34

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 451/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE XAMBIOÁ - ARATOCXAM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Xambioá, Estado do Tocantins.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010
PDS 452/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PIRAQUÊ - TO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piraquê, Estado do Tocantins.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010
PDS 457/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO INDEPENDENTE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castanhal, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010
PDS 459/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz da Baixa Verde, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010
PDS 464/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL MORUNGABA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morungaba, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010
PDS 470/2010	Aprova o ato que outorga autorização ao Governo do Estado de Minas Gerais para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010
PDS 478/2010	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CULTURAL DE VITÓRIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Escada, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010
PDS 491/2010	Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Arenópolis, Estado de Mato Grosso.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010
PDS 498/2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CLUBE DO PARÁ PRC-5 LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Belém, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010
PDS 502/2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Manacapuru, Estado do Amazonas.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010
PDS 504/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SOCIAL E BENEFICENTE DISTRITAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ananindeua, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010
PDS 517/2010	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CBS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibiruba, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 34**1. À promulgação. Total: 34****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 34**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 518/2010	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PANAMBI FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Panambi, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010
PDS 519/2010	Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO MARCO ZERO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Oiapoque, Estado do Amapá.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	22/09/2010

Matéria: Requerimento. Total: 7

Aprovada pelo Plenário. Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 795/2010	Requer, nos termos do art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa nos dias 2, 3, 9, 10, 13, 14, 20 e 21 de setembro de 2010, com ênus, a fim de participar das audiências públicas sobre o Projeto de Novo Código de Processo Civil (PLS nº 166, de 2010), em Recife (PE), Salvador (BA), São Paulo (SP), Florianópolis (SC), Rio de Janeiro (RJ), Campo Grande (MS) e Goiânia (GO).	Valter Pereira	01/09/2010
RQS 799/2010	Prorrogação do prazo até o final da presente sessão legislativa, da Comissão Temporária Interna para Reforma do Regimento Interno do Senado Federal, criada nos termos do Requerimento nº 208, de 2008.	Gerson Camata	01/09/2010
RQS 800/2010	Requer, nos termos do art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa nos dias 13 e 14 de setembro de 2010 para participar, nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador, das audiências públicas da Comissão Temporária destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, que reforma o Código de Processo Civil.	Antonio Carlos Júnior	01/09/2010
RQS 802/2010	Requer, nos termos do art. 154, § 6º, inciso II, do RISF, que não seja realizada Sessão do Senado no dia 6 de setembro de 2010.	Jayme Campos	01/09/2010

Deferida pela Presidência (art. 41 do RISF). Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 803/2010	Requer, nos termos do art. 40 combinado com o artigo 13 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, licença para participação na XXVI Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, a ser realizada em Montevideu, Uruguai, nos dias 13 e 14 de setembro de 2010, comunica ainda nos termos do art. 39 que estará ausente do País no período de 12 a 15 de setembro de 2010.	Sérgio Zambiasi	13/09/2010
RQS 804/2010	Requer, nos termos dos arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como desempenho de missão parlamentar oficial, no exterior, a participação do Senador Inácio Arruda, dos dias 12 a 14 de setembro 2010, por ocasião da XXV Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, na Cidade de Montevideu, Uruguai, a ser realizada no dia 13 de setembro 2010.	Inácio Arruda	13/09/2010

Encaminhada pela Presidência. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 798/2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento, em São Paulo, no dia 29 de agosto de 2010, da pedagoga Dorina Nowill.	Marisa Serrano	01/09/2010

Matéria: Requerimentos de Licença. Total: 13

Art. 13, 40 (sem ônus), 43, I e 43, II

RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
666-M	Sérgio Guerra	13	01 e 02.09	Atividade Parlamentar
667-M	Eduardo Azeredo	13	01.09	Atividade Parlamentar
668-M	Aloizio Mercadante	13	01.09	Atividade Parlamentar
669-M	Cícero Lucena	13	01.09	Atividade Parlamentar
670-M	César Borges	13'	01.09	Atividade Parlamentar
671-M	Lúcia Vânia	13	01.09	Atividade Parlamentar
672-M	Valdir Raupp	13	01.09	Atividade Parlamentar
673-M	João Ribeiro	13	31.08 e 01.09	Atividade Parlamentar
674-M	Gilvam Borges	13	31.08	Atividade Parlamentar
675-M	Gilvam Borges	13	01 e 02.09	Atividade Parlamentar
676-M	Alfredo Nascimento	13	31.08, 01 e 02.09	Atividade Parlamentar
677-M	Tasso Jereissati	43, II	31.08 a 02.09	Licença Particular
678-M	Heráclito Fortes	43, I	31.08, 01 e 02.09	Licença Saúde

Observação: requerimentos de licença, com ônus, são aprovados pelo Plenário e encontram-se contabilizados no Quadro de Requerimentos

**B – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO
CONGRESSO NACIONAL****Resenha Consolidada****Sessões Conjuntas do Congresso Nacional
02/02 a 30/09/2010**

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	009
Conjunta Solene	008
Total	017

**Quadro Geral de Matérias
02/02 a 30/09/2010**

Apreciadas	Quantidade
PLNs (aprovados)	011
Retificações (aprovadas)	004
Vetos (dispositivos)	074
Total	089

Resenha 01 a 30/09/2010

Atos do Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Nº	Assunto
27/2010 (public. no DOU de 1º/9/2010)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 493, de 2 de julho de 2010, que "Altera o Anexo I da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para modificar a divisão por níveis da Carreira de Diplomata, extingue cargos de Assistente de Chancelaria e autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado".
28/2010 (public. no DOU de 1º/9/2010)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 494, de 2 de julho de 2010, que "Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências".
29/2010 (public. no DOU de 24/9/2010)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 495, de 19 de julho de 2010, que "Altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e revoga o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006".
30/2010 (public. no DOU de 24/9/2010)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 496, de 19 de julho de 2010, que "Dispõe sobre o limite de endividamento de Municípios em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, sobre imóveis oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, sobre dívidas referentes ao patrimônio imobiliário da União, sobre acordos envolvendo patrimônio imobiliário da União, transfere o domínio útil de imóveis para a Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, e dá outras providências".
31/2010 (public. no DOU de 24/9/2010)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 497, de 27 de julho de 2010, que "Promove desoneração tributária de subvenções governamentais destinadas ao fomento das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas, institui o Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol - RECOM, e dá outras providências".
32/2010 (public. no DOU de 24/9/2010)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 498, de 29 de julho de 2010, que "Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.978.448.870,00, para os fins que especifica".

Correspondências Expedidas pela Secretaria-Geral da Mesa Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
336/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica o recebimento da Mensagem nº 129, de 2010-CN (nº 562/2010, na origem), do Senhor Presidente da República, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.017, de 12/8/2009, encaminhando o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quarto bimestre de 2010, tendo sido a matéria despachada à CMO.
335/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica o recebimento da Mensagem nº 127, de 2010-CN (nº 545/2010, na origem), do Senhor Presidente da República, encaminhando o PL nº 60/2010-CN, que "Abre o Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito especial no valor de R\$ 96.000,00, para o fim que especifica", tendo sido a matéria despachada à CMO.
334/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica o recebimento da Mensagem nº 542, na origem, do Senhor Presidente da República, encaminhando Informações Complementares referentes ao PL nº 59/2010-CN, tendo sido a matéria despachada à CMO.
332/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 122, de 2010-CN (nº 532/2010, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 325, de 2009 (PL nº 4.673, de 2004, na Casa de origem), que "Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS". Solicita a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
331/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 110, de 2010-CN (nº 514/2010, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2010 (PL nº 374, de 2008, na Casa de origem), que "Autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural; altera dispositivos da Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, e da Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964; revoga dispositivos da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, da Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, e do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências". Solicita a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
329/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 31-8-2010, a Mensagem nº 121, de 2010-CN (nº 531, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 59, de 2010, que "Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2011", tendo sido a matéria despachada à CMO.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
328/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 109, de 2010-CN (nº 513/2010, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2010 (PL nº 4.053, de 2008, na Casa de origem), que "Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990". Solicita a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
327/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 30-8-2010, a Mensagem nº 119, de 2010-CN (nº 528, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 58, de 2010, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor global de R\$ 163.800.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências", tendo sido a matéria despachada à CMO.
326/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 30-8-2010, a Mensagem nº 118, de 2010-CN (nº 527, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 57, de 2010, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e de Investimento da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito especial no valor de R\$ 1.200.000.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências", tendo sido a matéria despachada à CMO.
325/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 30-8-2010, a Mensagem nº 117, de 2010-CN (nº 526, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 56, de 2010, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito especial no valor global de R\$ 7.820.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências", tendo sido a matéria despachada à CMO.
324/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 30-8-2010, a Mensagem nº 116, de 2010-CN (nº 525, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 55, de 2010, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2010, em favor de empresas do Grupo PETROBRÁS, crédito especial no valor total de R\$ 1.587.284.000,00, para os fins que especifica", tendo sido a matéria despachada à CMO.
323/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 30-8-2010, a Mensagem nº 115, de 2010-CN (nº 524, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 54, de 2010, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de R\$ 6.525.900,00, para os fins que especifica, e dá outras providências", tendo sido a matéria despachada à CMO.
322/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 30-8-2010, a Mensagem nº 114, de 2010-CN (nº 523, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 53, de 2010, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor de R\$ 214.484.791,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente", tendo sido a matéria despachada à CMO.
321/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 30-8-2010, a Mensagem nº 113, de 2010-CN (nº 522, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 52, de 2010, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito especial no valor de R\$ 3.217.250,00, para os fins que especifica, e dá outras providências", tendo sido a matéria despachada à CMO.
320/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 30-8-2010, a Mensagem nº 112, de 2010-CN (nº 521, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 51, de 2010, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Trabalho, da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, crédito especial no valor global de R\$ 5.025.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências", tendo sido a matéria despachada à CMO.
319/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 30-8-2010, a Mensagem nº 111, de 2010-CN (nº 520, de 2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o PLN nº 50, de 2010, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R\$ 10.817.170,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente", tendo sido a matéria despachada à CMO.

C - SECRETARIA DE COMISSÕES

C.1 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes

Reuniões realizadas e Proposições apreciadas 01 a 30/09/2010

COMISSÕES	REUNIÕES			
	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	CONJUNTAS	TOTAL
CAE	00	00	00	00
CAS	00	01	00	01
CCJ	01	00	00	01
CE	00	01	00	01
CMA	00	00	00	00
CDH	00	00	00	00
CRE	00	00	00	00
CI	00	00	00	00
CDR	00	00	00	00
CRA	00	00	00	00
CCT	00	02	00	02
CMMC	00	00	00	00
TOTAL GERAL	01	04	00	05

SUBCOMISSÕES e GRUPO DE TRABALHO	REUNIÕES	MAT	REL
Permanente de Assuntos Municipais – CAE.	00	00	00
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CAS.	00	00	00
Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CAS.	00	00	00
Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CAS.	00	00	00
Permanente de Imagem e Prerrogativas Parlamentares – CCJ.	00	00	00
Permanente de Segurança Pública – CCJ.	00	00	00
Temporária para Analisar o PRS 96, de 2009 – CCJ.	00	00	00
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CE.	00	00	00
Permanente de Ciência e Tecnologia – CE.	00	00	00
Permanente do Livro – CE.	00	00	00
Permanente do Esporte – CE.	00	00	00
Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos – CMA.	00	00	00
Temporária destinada a acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte – CMA.	00	00	00
Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – CMA.	00	00	00
Permanente do Idoso – CDH.	00	00	00
Permanente da Criança, Adolescente e Juventude – CDH.	00	00	00
Permanente em Defesa da Mulher – CDH.	00	00	00
Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acomp. da Regul. Fundiária da Amazônia Legal - CDH	00	00	00
Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior – CRE.	00	00	00
Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas – CRE.	00	00	00
Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas – CRE.	00	00	00
Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CRE.	00	00	00
Permanente do Plano de Aceleração do Crescimento – CI.	00	00	00
Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CI	00	00	00
Grupo de Trabalho Marco Regulatório dos Biocombustíveis - CI	00	00	00
Permanente dos Biocombustíveis – CRA.	00	00	00
Permanente de Serviços de Informática – CCT.	00	00	00
TOTAL GERAL DE REUNIÕES E PROPOSIÇÕES	00	00	00

Proposições Apreciadas 01 a 30/09/2010

COMISSÕES	REQ e ADIT. COMISSÃO	PLS (T)	PLS (NT)	PDS	EMENDAS E SUB DE COMISSÃO	SCD	ECD	PDH	PEC	IND	PET	DIV	CONS Q.O. ATOS e OUTROS
CAE	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CAS	01	00	02	00	06	00	00	00	00	00	00	00	00
CCJ	06	01	01	00	07	00	00	00	00	00	00	00	00
CE	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CMA	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CDH	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CRE	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CI	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CDR	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CRA	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CCT	00	00	00	34	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CMMC	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
SUBTOTAL	07	01	03	34	13	00	00	00	00	00	00	00	00

Proposições Apreciadas 01 a 30/09/2010

COMISSÕES	MSF	PRS	RQS SF	PLC (T)	PLC (NT)	OFS	AVS	PFS	SUG	PAR e REL. SUB.	EME NDA PLEN	REC	TUR SUPL	Total
CAE	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CAS	00	00	00	00	03	00	00	00	00	00	00	00	02	14
CCJ	02	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01	02	20
CE	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CMA	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CDH	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CRE	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CI	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CDR	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CRA	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CCT	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	34
CMMC	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
SUBTOTAL	02	00	00	00	03	00	00	00	00	00	00	01	04	68

Legendas – Comissões

CAE – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
CAS – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
CCJ – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
CE – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CMA – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
CDH – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO E CONTROLE
CRE – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
CI – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA
CDR – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
CRA – COMISSÃO DE REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA
CCT – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
CMMC – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Legendas – Proposições

REQ e ADIT (COMISSÃO) – Requerimento e Aditamento de Comissão
PLS (T) – Projeto de Lei do Senado (terminativo)
PLS (NT) – Projeto de Lei do Senado (não terminativo)
PDS – Projeto de Decreto Legislativo
EMENDAS E SUBEMENDAS – Emendas e Subemendas apreciadas pela Comissão
SCD – Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado
ECD – Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado
PDH – Petição de Direitos Humanos
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
IND – Indicação
PET – Petição
DIV – Diversos
CONS, Q. O. ATOS e OUTROS – Consulta, Questão de Ordem, Atos de Comissão e Projetos apresentados pelas Comissões
MSF – Mensagem “SF”
PRS – Projeto de Resolução
RQS “SF” – Requerimento apresentado no Plenário
PLC (NT) – Projeto de Lei da Câmara (não terminativo)
PLC (T) – Projeto de Lei da Câmara (terminativo)
OFS – Ofício “SF”
AVS – Aviso
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
PAR E REL. SUB – Parecer e Relatório das Subcomissões
EMEN PLEN. – Emendas apresentadas em Plenário
REC – Recursos
TUR SUPL – Turno Suplementar

Reuniões realizadas e Proposições apreciadas 02/02 a 30/09/2010

COMISSÕES	REUNIÕES			
	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	CONJUNTAS	TOTAL
CAE	22	04	10	36
CAS	00	22	15	37
CCJ	23	10	11	44
CE	18	17	07*	42
CMA	11	09	06	26
CDH	00	18	03	21
CRE	09	15	02	26
CI	00	27	01	28
CDR	00	12	00	12
CRA	00	21	02	23
CCT	00	27	02	29
CMMC	00	01	00	01
TOTAL GERAL	83	183	59	325

1ª – 4ª REUNIÃO DA CAS, COM A 1ª REUNIÃO DA CASAÚDE, REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2010.

2ª – 9ª REUNIÃO DA CAS, COM A 1ª REUNIÃO DA CASEMP, REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2010.

3ª – 10ª REUNIÃO DA CMA, COM A 11ª REUNIÃO DA CDH, REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2010.

4ª – 10ª REUNIÃO DA CCJ, COM A 13ª REUNIÃO DA CMA, COM A 14ª REUNIÃO DA CDH, COM A 11ª REUNIÃO DA CRE, COM A 8ª REUNIÃO DA CRA, COM A 11ª REUNIÃO DA CCT, REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2010.

5ª – 12ª REUNIÃO DA CAS, COM A 2ª REUNIÃO DA CASEMP, REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2010.

6ª – 15ª REUNIÃO DA CDH, COM A 12ª REUNIÃO DA CRE, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2010.

7ª – 17ª REUNIÃO DA CCJ, COM A 14ª REUNIÃO DA CAE, COM A 15ª REUNIÃO DA CAS, COM A 18ª REUNIÃO DA CMA, REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2010.

8ª – 16ª REUNIÃO DA CAS, COM A 2ª REUNIÃO DA CASAÚDE, REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2010.

9ª – 19ª REUNIÃO DA CCJ, COM A 16ª REUNIÃO DA CAE, COM A 18ª REUNIÃO DA CAS, COM A 21ª REUNIÃO DA CE, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2010.

10ª – 16ª REUNIÃO DA CCT, COM A 20ª REUNIÃO DA CCJ, COM A 19ª REUNIÃO DA CAS, COM A 22ª REUNIÃO DA CE, COM A 21ª REUNIÃO DA CMA, COM A 17ª REUNIÃO DA CAE, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2010.

11ª – 20ª REUNIÃO DA CAS, COM A 5ª REUNIÃO DA CASEMP, REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2010.

12ª – 22ª REUNIÃO DA CCJ, COM A 19ª REUNIÃO DA CAE, COM A 21ª REUNIÃO DA CAS, COM A 25ª REUNIÃO DA CE, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2010.

13ª – 24ª REUNIÃO DA CCJ, COM A 21ª REUNIÃO DA CAE, COM A 23ª REUNIÃO DA CAS, COM A 29ª REUNIÃO DA CE, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2010.

14ª – 25ª REUNIÃO DA CCJ, COM A 22ª REUNIÃO DA CAE, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2010.

15ª – REUNIÃO DAS COMISSÕES: CCJ (26ª), CAE (25ª), CAS (26ª) E CE (31ª), REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2010.

16ª – REUNIÃO DAS COMISSÕES: CCJ (31ª), CAE (27ª), CAS (29ª) E CE (33ª), REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2010.

17ª – REUNIÃO DAS COMISSÕES: CCJ (32ª), CAE (28ª), CAS (30ª) E CMA (24ª), REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2010.

18ª – REUNIÃO DA COMISSÃO: CAS (31ª), COM A SUBCOMISSÃO: CASDEF (2ª), REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2010.

19ª – REUNIÃO DAS COMISSÕES: CRA (20ª), E CI (27ª), REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2010.

20ª – REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES: CCJ (36ª), CAE (33ª), CAS (33ª) E CMA (26ª), REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2010

TOTAL DE REUNIOES CONJUNTAS: 20

1ª - SEMINÁRIO DA CE, COM A CAS, REALIZADO EM 13 DE MAIO DE 2010.

TOTAL DE SEMINÁRIOS: 01

*1º - REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO - CI, REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2010.

TOTAL DE REUNIÕES DE GRUPO DE TRABALHO: 01

SUBCOMISSÕES e GRUPO DE TRABALHO	REUNIÕES	MAT	REL
Permanente de Assuntos Municipais – CAE.	00	00	00
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CAS.	02	00	00
Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CAS.	02	00	00
Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CAS.	06	00	00
Permanente de Imagem e Prerrogativas Parlamentares – CCJ.	00	00	00
Permanente de Segurança Pública – CCJ.	01	00	00
Temporária para Analisar o PRS 96, de 2009 – CCJ.	02	00	00
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CE.	00	00	00
Permanente de Ciência e Tecnologia – CE.	00	00	00
Permanente do Livro – CE.	00	00	00
Permanente do Esporte – CE.	00	00	00
Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos – CMA.	00	00	00
Temporária destinada a acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte – CMA.	02	01	00
Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – CMA.	03	00	00
Permanente do Idoso – CDH.	00	00	00
Permanente da Criança, Adolescente e Juventude – CDH.	00	00	00
Permanente em Defesa da Mulher – CDH.	00	00	00
Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acomp. da Regul. Fundiária da Amazônia Legal - CDH	00	00	00
Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior – CRE.	00	00	00
Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas – CRE.	00	00	00
Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas – CRE.	00	00	00
Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CRE.	00	00	00
Permanente do Plano de Aceleração do Crescimento – CI.	00	00	00
Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CI	00	00	00
Grupo de Trabalho Marco Regulatório dos Biocombustíveis - CI	00	00	00
Permanente dos Biocombustíveis – CRA.	00	00	00
Permanente de Serviços de Informática – CCT.	00	00	00
TOTAL GERAL DE REUNIÕES E PROPOSIÇÕES	18	01	00

Proposições Apreciadas 02/02 a 30/09/2010

COMISSÕES	REQ e ADIT. COMISSÃO	PLS (T)	PLS (NT)	PDS	EMENDAS E SUB DE COMISSÃO	SCD	ECD	PDH	PEC	IND	PET	DIV	CONS Q.O. ATOS e OUTROS
CAE	88	16	36	00	68	01	00	00	00	00	00	00	00
CAS	56	44	23	00	107	01	06	00	00	00	00	00	00
CCJ	84	52	57	00	196	03	05	00	12	00	00	00	00
CE	48	47	19	00	81	03	08	00	00	01	00	00	00
CMA	26	03	05	01	44	01	00	00	00	00	00	00	00
CDH	33	00	10	00	07	01	00	00	00	00	00	00	00
CRE	29	00	03	53	23	00	00	00	00	00	00	00	00
CI	12	02	09	00	31	00	00	00	00	00	00	00	06
CDR	08	01	08	00	11	00	00	00	00	00	00	00	00
CRA	20	03	07	03	27	00	00	00	00	00	00	00	00
CCT	25	04	17	555	28	00	00	00	00	00	00	00	01
CMMC	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
SUBTOTAL	429	172	194	612	623	10	19	00	12	01	00	00	07

Proposições Apreciadas 02/02 a 30/09/2010

COMISSÕES	MSF	PRS	RQS SF	PLC (T)	PLC (NT)	OFS	AVS	PFS	SUG	PAR e REL. SUB.	EMEN PLEN	REC	TUR SUP	Total
CAE	55	03	00	01	11	00	03	00	00	00	02	00	02	286
CAS	02	00	00	04	17	00	01	00	00	00	03	00	07	271
CCJ	11	01	32	27	46	17	00	00	00	00	01	02	10	556
CE	00	02	00	25	18	00	00	00	00	00	00	00	05	257
CMA	00	00	01	01	05	01	01	00	00	00	00	00	00	89
CDH	00	00	00	00	04	01	01	00	02	00	00	00	00	59
CRE	27	00	02	04	06	00	00	00	00	00	00	00	00	147
CI	09	00	00	01	04	01	00	00	00	00	00	00	01	76
CDR	00	00	00	00	00	01	00	00	00	00	00	00	00	29
CRA	00	00	00	01	05	00	00	00	00	00	01	00	00	67
CCT	00	00	00	01	03	02	00	00	00	00	05	00	02	643
CMMC	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
SUBTOTAL	104	06	35	65	119	23	06	00	02	00	12	02	27	2480

Legendas – Comissões

CAE – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
CAS – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
CCJ – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
CE – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CMA – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
CDH – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO E CONTROLE
CRE – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
CI – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA
CDR – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
CRA – COMISSÃO DE REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA
CCT – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
CMMC – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Legendas – Proposições

REQ e ADIT (COMISSÃO) Requerimento e Aditamento de Comissão
PLS (T) – Projeto de Lei do Senado (terminativo)
PLS (NT) – Projeto de Lei do Senado (não terminativo)
PDS – Projeto de Decreto Legislativo
EMENDAS E SUBEMENDAS – Emendas e Subemendas apreciadas pela Comissão
SCD – Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado
ECD – Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado
PDH – Petição de Direitos Humanos
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
IND – Indicação
PET – Petição
DIV – Diversos
CONS, Q. O. ATOS e OUTROS – Consulta, Questão de Ordem, Atos de Comissão e Projetos apresentados pelas Comissões
MSF – Mensagem “SF”
PRS – Projeto de Resolução
RQS “SF” – Requerimento apresentado no Plenário
PLC (NT) – Projeto de Lei da Câmara (não terminativo)
PLC (T) – Projeto de Lei da Câmara (terminativo)
OFS – Ofício “SF”
AVS – Aviso
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
PAR E REL. SUB – Parecer e Relatório das Subcomissões
EMEN PLEN. – Emendas apresentadas em Plenário
REC – Recursos
TUR SUPL – Turno Suplementar

Relatório das Atividades das Comissões Permanentes 01 a 30/09/2010

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho

Vice Presidente: Senador Delcídio Amaral

TOTAL DE REUNIÕES:

MATÉRIAS APRECIADAS:

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidenta: Senadora Rosalba Ciarlini

Vice Presidente: Senador Paulo Paim

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2009 TERMINATIVO

Dispõe sobre o fornecimento de alimentação diferenciada em escolas públicas para alunos portadores de diabetes, hipertensão ou anemias.

Autoria: Deputado Celso Russomanno.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Obs: Durante a discussão suplementar, não foram oferecidas emendas ao Substitutivo, nos termos do artigo 282 § 2º do Regimento Interno do Senado Federal.

Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 02

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, DE 2008 TERMINATIVO

Dispõe sobre a dispensa de perícias para a requisição dos benefícios gerados por lei aos portadores de deficiências físicas e mentais.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatoria: Senador Mão Santa.

Obs: Durante a discussão suplementar, não foram oferecidas emendas ao Substitutivo, nos termos do artigo 282 § 2º do Regimento Interno do Senado Federal.

Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 03

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 61, DE 2010 NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a participação de empregados nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria “ad hoc”: Senador Roberto Cavalcanti.

Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado relatório que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 04

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, DE 2000
NÃO TERMINATIVO**

Acrescenta artigos à Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio), dispondo sobre a reserva de vagas nos concursos públicos para os trabalhadores indígenas.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Relatoria “ad hoc”: Senador Augusto Botelho.

Relatório: Favorável à matéria, com as Emendas nºs. 1, 2, 3, 4 e 5 – CE.

Resultado: Aprovado relatório que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs. 1, 2, 3, 4 e 5 – CE/CAS. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

**ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2005
NÃO TERMINATIVO**

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico de uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos de uso veterinário e dá outras providências.

Autoria: Deputado Benedito de Lira.

Relatoria: Senadora Níura Demarchi.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, DE 2006
NÃO TERMINATIVO**

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, dispondo sobre a utilização de nomes genéricos em medicamentos de uso veterinários e dá outras providências.

Autoria: Deputado Fernando Coruja.

Relatoria: Senadora Níura Demarchi.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2002
NÃO TERMINATIVO**

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em medicamentos de uso veterinários e dá outras providências.

Autoria: Senador Casildo Maldaner.

Relatoria: Senadora Níura Demarchi.

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2005, nos termos da emenda substitutiva que apresenta; e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2000 e do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2006 que tramitam em conjunto.

Resultado: Aprovado relatório que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2005 com a Emenda nº 3 – CAS (substitutivo) e pela prejudicialidade do PLS 209/2002 e do PLC 39, de 2006.

EXTRA PAUTA

**ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 58, DE 2010 – CAS**

Requeremos urgência nos termos do artigo 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, para o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2005, apensados com os PLC 39, de 2006 e o PLS 209, de 2002, que “altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, estabelece o medicamento genérico de uso veterinário, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos de uso veterinário e dá outras providências”.

Autoria: Senadora Níura Demarchi.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

Extraordinária – Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 14

Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 02

Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 03

TURNO SUPLEMENTAR (terminativo): 02

Requerimento – CAS: 01

Emendas – CAS: 06

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: Senador Demóstenes Torres

Vice Presidente: Vago

REUNIÃO REALIZADA EM 1ª DE SETEMBRO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

MENSAGEM (SF) Nº 247, DE 2010

NÃO TERMINATIVO

Submete a apreciação do Senado Federal a indicação do Tenente-Brigadeiro-do-Ar **Cleonilson Nicacio Silva** para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Flávio de Oliveira Lencastre.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Marco Maciel.

Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado Parecer favorável à indicação, por unanimidade, 16 votos **sim**, nenhum voto **não** e nenhuma **abstenção**.

ITEM Nº 02

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO

AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 59, DE 2003

TERMINATIVO

Altera o disposto no artigo 95 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

Autoria: Senador Valdir Raupp.

Relatoria: Senador César Borges.

Obs: Durante a discussão suplementar, não foram oferecidas emendas ao Substitutivo, nos termos do artigo 282 § 2º do Regimento Interno do Senado Federal.

Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 03

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO

AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2006

TERMINATIVO

Altera os artigos 126, 129 e 130 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para instituir a hipótese de remição de pena pelo estudo.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatoria: Senador Antônio Carlos Valadares.

TRAMITA EM CONJUNTO COM

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 164, DE 2007

TERMINATIVO

Altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para introduzir a remição da pena pelo estudo.

Autoria: Senador Aloizio Mercadante.

Relatoria: Senador Antônio Carlos Valadares.

TRAMITA EM CONJUNTO COM

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 230, DE 2008
TERMINATIVO**

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), de forma a tornar a educação o eixo primordial da ressocialização de presos e internados.

Autoria: Senador Jarbas Vasconcelos.

Relatoria: Senador Antônio Carlos Valadares.

Obs: Durante a discussão suplementar, não foram oferecidas emendas ao Substitutivo do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2006, nos termos do artigo 282 § 2º do Regimento Interno do Senado Federal.

Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 04**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2005
TERMINATIVO**

Altera o Código Penal e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para elevar o período mínimo de cumprimento da pena na concessão do livramento condicional a condenados por crimes hediondos.

Autoria: Senador Hélio Costa.

Relatoria: Senador Demóstenes Torres.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto. Vota vencido o Senador Eduardo Suplicy.

ITEM Nº 05**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2003
NÃO TERMINATIVO**

Institui o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador FUNDEP, e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Demóstenes Torres.

Relatório: Favorável à matéria, com as Emendas nºs. 1, 2, 3 e 4 – CE/CRA, com três subemendas que apresenta, e contrário à emenda de autoria da Senadora Lúcia Vânia, apresentada perante a Comissão.

Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas 1, 2, 3, e 4 – CE/CRA/CCJ, com as Subemendas nºs. 1 e 2 – CCJ à Emenda nº 2 – CE/CRA/CCJ e Subemenda nº 1 – CCJ à Emenda nº 4 – CE/CRA/CCJ, e contrário à emenda da Senadora Lúcia Vânia. A matéria vai às Comissões de Assuntos Sociais e a de Assuntos Econômicos, cabendo a última a decisão terminativa.

ITEM Nº 06**MENSAGEM (SF) Nº 260, DE 2010
NÃO TERMINATIVO**

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do artigo 123 da Constituição, o nome do Almirante-de-Esquadra **Marcus Vinicius Oliveira dos Santos** para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Rayder Alencar da Silveira.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Demóstenes Torres.

Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado Parecer favorável à indicação, por unanimidade, 16 votos **sim**, nenhum voto **não** e nenhuma **abstenção**.

EXTRA PAUTA**ITEM Nº 01****RECURSO S/N
NÃO TERMINATIVO**

Sobre decisão da Presidência do Senado Federal em questão de ordem referente à leitura de requerimento de prorrogação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 24, de 2009 – CN (CPMI do MST).

Autoria: Senador Eduardo Suplicy.

Relatoria: Senadora Kátia Abreu.

Relatório: Pelo não conhecimento do Recurso, uma vez que sua submissão ao Plenário implicaria violação ao direito constitucional das minorias (artigo 58, § 3º, CF). Ainda que assim não fosse, no mérito, por seu não provimento.

Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão, contrário ao Recurso.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 83, DE 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos do § 1º, artigo 397, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 50 da Constituição Federal, que seja convocado, no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Ministro da Fazenda, **Guido Mantega** para prestar esclarecimentos sobre a quebra ilegal do sigilo fiscal de contribuintes promovida por servidores da Receita Federal.

Autoria: Senador Álvaro Dias.

Resultado: Rejeitado.

ITEM Nº 03

REQUERIMENTO Nº 84, DE 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão com a finalidade de debater a contratação de serviços bancários do Banco do Brasil pelos Governos Estaduais, a exemplo do ocorrido com o Governo do Estado de Tocantins entre outros, sem licitação pública, contrariando o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República. A oportunidade apresenta sugestão no sentido de que sejam convidados para participar da presente audiência pública: senhor **Aldemir Bendine**, Presidente do Banco do Brasil; e senhor **Raphael Queiroz de Moraes Miranda**, Advogado do Escritório de Advocacia Sérgio Bermudes.

Autoria: Senadora Kátia Abreu.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04

REQUERIMENTO Nº 85, DE 2010 – CCJ

Requeiro dispensa de interstício previsto pelo artigo 280 do Regimento Interno desta Casa, para imediata apreciação da Mensagem (SF) nº 260, de 2010, que submete à consideração do Senado Federal, nos termos do artigo 123 da Constituição, o nome do Almirante-de-Esquadra Marcus Vinicius Oliveira dos Santos para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Rayder Alencar da Silveira.

Autoria: Senador Demóstenes Torres.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05

REQUERIMENTO Nº 86, DE 2010 – CCJ

Requeiro dispensa de interstício previsto pelo artigo 280 do Regimento Interno desta Casa, para imediata apreciação da Mensagem (SF) nº 247, de 2010, que submete à consideração do Senado Federal, nos termos do artigo 123 da Constituição, o nome do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Cleonilson Nicacio Silva para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Flávio de Oliveira Lencastre.

Autoria: Senador Demóstenes Torres.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06

REQUERIMENTO Nº 87, DE 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos regimentais, dispensa de interstício previsto pelo artigo 2º do Ato nº 1 de 2007 – CCJ, para imediata apreciação da Mensagem (SF) nº 247, de 2010, que submete à consideração do Senado Federal, nos termos do artigo 123 da Constituição, o nome do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Cleonilson Nicacio

Silva para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Flávio de Oliveira Lencastre.

Autoria: Senador Demóstenes Torres.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 88, DE 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos regimentais, dispensa de interstício previsto pelo artigo 2º do Ato nº 1 de 2007 – CCJ, para imediata apreciação da Mensagem (SF) nº 260, de 2010, que submete à consideração do Senado Federal, nos termos do artigo 123 da Constituição, o nome do Almirante-de-Esquadra Marcus Vinicius Oliveira dos Santos para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Rayder Alencar da Silveira.

Autoria: Senador Demóstenes Torres.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

Ordinária – Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 20

Projetos de Lei do Senado (terminativo): 01
Projetos de Lei do Senado (não terminativo): 01
Mensagem “SF” (não terminativo): 02
Turno Suplementar (terminativo): 02
Recurso (não terminativo): 01
Requerimentos – CCJ: 06
Emendas – CCJ: 04
Subemenda – CCJ: 03

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

Presidente: Senadora Fátima Cleide

Vice Presidente: Senadora Marisa Serrano

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 35, de 2010 – CE.

Autoria: Senador Belini Meurer.

Assunto: Debate sobre as Universidades Comunitárias – Legislação Vigente.

PARTICIPANTES:

Senhor **Vilmar Thomé**, Presidente da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias – ABRUC;
Senhor **Mário Cesar dos Santos**, Vice-Presidente da Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE;

Padre **José Marinoni**, Presidente da Associação Nacional de Educação Católica – ANEC;

Senhor **Euler Pereira Bahia**, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas – ABIEE;

Senhor **João Pedro Schmidt**, Representante do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas – COMUNG; e

Senhor **Ademir Picanço de Figueiredo**, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério da Educação – MEC.

Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

Extraordinária – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS:

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E**FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA**

Presidente: Senador Renato Casagrande

Vice Presidente: Senador Cícero Lucena

TOTAL DE REUNIÕES:**MATÉRIAS APRECIADAS:****COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH.**

Presidente: Senador Cristovam Buarque.

Vice Presidente: Senador José Nery.

TOTAL DE REUNIÕES:**MATÉRIAS APRECIADAS:****COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo

Vice Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

TOTAL DE REUNIÕES:**MATÉRIAS APRECIADAS:****COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**

Presidente: Senador Fernando Collor

Vice Presidente: Senador Eliseu Resende

TOTAL DE REUNIÕES:**MATÉRIAS APRECIADAS:****COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR**

Presidente: Senador Neuto de Conto

Vice Presidente: Senador César Borges

TOTAL DE REUNIÕES:**MATÉRIAS APRECIADAS:****COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA**

Presidente: Senador Valter Pereira

Vice Presidente: VAGO**TOTAL DE REUNIÕES:****MATÉRIAS APRECIADAS:**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO
E INFORMÁTICA - CCT

Presidente: Senador Flexa Ribeiro

Vice Presidente: Senador Roberto Cavalcanti.

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO

ELEIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO

Resultado: Eleito o Senador Roberto Cavalcanti para o Cargo de Vice-Presidente da Comissão.

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 410, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Vale do Acarape para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acarape, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Roberto Cavalcanti.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 367, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Maior de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cubatão, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador Renato Casagrande.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 394, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Empresa Paulista de Rádio S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador Renato Casagrande.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 276, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária Rota da Imigração – ARCRI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Flávio Arns.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 277, DE 2010
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga permissão à Moria FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quinta do Sol, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Flávio Arns.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 292, DE 2010 TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Tomé para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Tomé, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Flávio Arns.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 307, DE 2010 TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Integração FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Flávio Arns.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 312, DE 2010 TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Moria FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iguaraçu, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Flávio Arns.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 464, DE 2010 TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Morungaba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morungaba, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Renato Casagrande.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 266, DE 2010 TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Educativa e Cultural de Correntina para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Correntina, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 297, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Mimoso do Oeste para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luiz Eduardo Magalhães, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 304, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Morpará – ACOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morpará, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 451, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Xambioá – ARATOCXAM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Xambioá, Estado do Tocantins.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador José Bezerra.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 452, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Piraquê – TO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piraquê, Estado do Tocantins.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador José Bezerra.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 315, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Difusora Natureza FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taquarituba, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador Eliseu Resende.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 317, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Difusora de Catanduva Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Catiguá, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador Eliseu Resende.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 350, DE 2010 TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Moreira César para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador Eliseu Resende.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 355, DE 2010 TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Divinal FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador Eliseu Resende.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 470, DE 2010 TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização ao Governo do Estado de Minas Gerais para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador Eliseu Resende.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 287, DE 2010 TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Comunicadores de Taquaral – ACT para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaral, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador Roberto Cavalcanti.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 289, DE 2010 TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária L.B.R. para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador Roberto Cavalcanti.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 290, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Zona Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador Roberto Cavalcanti.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 459, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Santa Cruz da Baixa Verde para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz da Baixa Verde, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 478, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultural de Vitória Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Escada, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 491, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão ao Sistema Integrado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Arenópolis, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador Papaléo Paes.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 502, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio TV do Amazonas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Manacapuru, Estado do Amazonas.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador Antônio Carlos Júnior.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 420, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores Muricienses para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Murici, Estado de Alagoas.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria "ad hoc": Senador Sérgio Zambiasi.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 28

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 361, DE 2010 TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Tocantins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Anápolis, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria "ad hoc": Senador Eliseu Resende.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 29

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 457, DE 2010 TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Independente de Comunicação Social para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castanhal, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 30

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 498, DE 2010 TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube do Pará PRC-5 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Belém, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 31

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 504, DE 2010 TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Social e Beneficente Distrital para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ananindeua, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 517, DE 2010 TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio CBS Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibiruba, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 518, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Panambi FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Panambi, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 519, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Marco Zero Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Oiapoque, Estado do Amapá.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Papaléo Paes.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

TOTAL DE REUNIÕES: 02
Extraordinária – Deliberativa: 01
Extraordinária – Eleição do Vice-Presidente: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 34
Projeto de Decreto Legislativo (SF): 34

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - CMMC
Presidente Eventual: Senador Romeu Tuma.
Vice Presidente: VAGO.
Relator: VAGO.

TOTAL DE REUNIÕES:

MATÉRIAS APRECIADAS:

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS COMISSÕES: 05
TOTAL GERAL DE MATÉRIAS APRECIADAS: 68

Relatório da SSCEPI – 02/02 a 30/09/2010

COMISSÕES TEMPORÁRIAS																						
Nome	Reuniões				Req. Apresentados				Req. Apreciados				Doc. Recebidos				Proposições					Observação
	2008	2009	2010	Total	2008	2009	2010	Total	2008	2009	2010	Total	2008	2009	2010	Total	PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	
REFORMA DO RISF RQS 208/2008	3	7	0	10																	1	
TRANSPosição S. FRANCISCO RQS 115/2008	3	1	0	4	3	0	0	3	3	0	0	3										
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PLS 156/2009		17	0	17																		Parecer da Comissão aprovado em 09.12.2009
ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU RQS 231/2009		2	0	2		3	0	3		3	0	3										
CELEBRAÇÕES CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA RQS 247/2009		2	0	2		2	0	2		2	0	2										
REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL PLS 166/2010			12	12																		

**SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

**ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SES-
SÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLA-
TURA, REALIZADA NO DIA 7 DE JULHO DE 2010,
QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS.**

Às onze horas e quatorze minutos, do dia sete de julho de dois mil e dez, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a Presidência da Senadora **Rosalba Ciarlini**, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Marcelo Crivella, Roberto Cavalcanti, Renato Casagrande, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Mão Santa, Efraim Moraes, Raimundo Colombo, Flávio Arns, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti, João Durval, Antonio Carlos Valadares, César Borges, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, Ideli Salvatti, José Nery, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho, Jayme Campos, José Agripino e Cristovam Buarque, e das Senadoras Fátima Cleide, Ideli Salvatti e Marisa Serrano, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais. Justifica ausência o Senador Augusto Botelho. Registra-se a presença dos Senadores Magno Malta, Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo. Deixam de comparecer os Senadores Gilvam Borges, Leomar Quintanilha, Adelmir Santana e Papaléo Paes. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 27ª, 28ª, 29ª e 30ª Reuniões que são dadas por aprovadas. A Presidente comunica o recebimento do Aviso nº 523-GP/TCU, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 1089/2010 (acompanhado dos respectivos relatório e voto) prolatado pelo plenário do TCU, na sessão de 19/5/2010, ao apreciar o TC-002.088/2009-2, que trata de relatório de levantamento de auditoria em programas, ações, órgãos e entidades relacionados com a função saúde. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 29 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 211, DE 2004** – Dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Roseana Sarney. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, DE 2008** – Obriga os órgãos e entidades públicos a inserir, nas páginas que mantêm na rede mundial de computadores (internet), atalhos para bases de dados contendo fotos de pessoas desaparecidas. **Autoria:** Senador Raimundo Colombo. **Relatoria:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 211, de 2004, nos termos da Emenda

Substitutiva que apresenta e pela prejudicialidade do PLS 229, de 2008. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao PLS 211, de 2004, nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo) e pela prejudicialidade do PLS 229, de 2008. A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT; de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH; e de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em decisão terminativa.

ITEM 1 – Terminativo – TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 493, DE 2009

– Assegura aos empregados de condomínios, prestadores dos serviços de portaria, vigilância e segurança, o adicional de periculosidade previsto no artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Relatório:** Parecer pelo acolhimento da Emenda nº 2 ao Substitutivo ao Projeto, aprovado na CAS, com a subemenda que apresenta, e pela prejudicialidade da Emenda nº 1.

Resultado: Aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS nº 493, de 2009, e a Emenda nº 2, do Senador Marcelo Crivella, renumerada como Emenda nº 1-CAS, com a Subemenda nº 1-CAS, no Turno Suplementar, nos termos dos arts. 282 e 283 do RISF.

ITEM 2 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 18, DE 2008

– Modifica o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para ampliar o período de interrupção do contrato de trabalho em razão de casamento para até cinco dias consecutivos e estender o benefício aos empregados que tenham formalizado união estável.

Autoria: Senador Expedito Júnior. **Relatoria:** Senador Geraldo Mesquita Júnior. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto.

ITEM 10 – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 325, DE 2009

– Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. **Autoria:** Deputada Maria do Rosário. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria “ad hoc”:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto.

ITEM 3 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2008

– Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para incluir dispositivo que proíbe a consulta aos cadastros e bancos de dados de proteção ao crédito, públicos e privados, para fins de admissão de empregados. **Autoria:** Senador Mário Couto. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório:** Pela apro-

vação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 9 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2005** – Acrescenta §§ 1º e 2º ao art. 3º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre a frequência, pelos beneficiários do Seguro-Desemprego, de cursos de qualificação, requalificação, adaptação, reciclagem ou prestação de serviços voluntários e dá outras providências.

Autoria: Senador César Borges. **Relatoria:** Senador José Agripino. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CAS e nº 2-CAS. **ITEM 4 – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2009** – Acrescenta

parágrafo ao art. 34 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde e dá outras providências (desobriga as entidades filantrópicas da área de saúde de constituir pessoa jurídica independente para operar plano privado de assistência à saúde). **Autoria:** Deputado Darcísio Perondi. **Relatoria:** Senador Roberto Cavalcanti. **Relatório:**

Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CAS. **ITEM 5 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 607, DE 2007** – Dispõe

sobre a regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática e dá outras providências. **Autoria:** Senador Expedito Júnior. **Relatoria:** Senador Raimundo Colombo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, acatando a Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo) e a Emenda da Senadora Lúcia Vânia, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, e pela rejeição da Emenda do Senador Expedito Júnior. **Resultado:**

Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 3-CAS) ao PLS nº 607, de 2007, em Turno único, acatando a Emenda nº 2-CCJ e a Emenda da Senadora Lúcia Vânia e rejeitando a Emenda do Senador Expedito Júnior. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. **ITEM 11 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 136, DE 2009** – Dispõe sobre a profissão de artesão e dá outras providências. **Autoria:** Senador Roberto Cavalcanti. **Relatoria:** Senador César Borges. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 12 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 367, DE 2009** – Modifica a redação do caput do art. 71-A da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991 e dá outras providências (Assigura a licença maternidade para a adotante).

Autoria: Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Mão Santa. **Relatoria “ad hoc”:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CAS e nº 2-CAS.

ITEM 27 – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2009 – Dispõe sobre o fornecimento de alimentação diferenciada em escolas públicas para alunos portadores de diabetes, hipertensão ou anemias. **Autoria:** Deputado Celso Russomanno. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório, adiada a discussão e a votação da matéria.

ITEM 23 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 417, DE 2009 – Acrescenta art. 143-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre aposentadoria por idade de repentistas e de cordelistas, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatoria:** Senador Garibaldi

Alves Filho. **Relatoria “ad hoc”:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório; adiada a discussão e votação da matéria.

ITEM 31 – COMPLEMENTAR – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, DE 2010 – Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social. **Autoria:** Deputado Leonardo Mattos. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, e rejeição da Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, e pela rejeição da Emenda nº 1. Aprovado Requerimento de Urgência nº 50, de 2010-CAS, de iniciativa do Senador Flávio Arns.

ITEM 30 – Não Terminativo – EMENDA DE PLENÁRIO Nº 2, Oferecida ao PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2005, de autoria do Deputado Affonso Camargo (que “Dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências”) – Emenda nº 2-PLEN: Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2005, a seguinte redação: Art. 1º O controle da natalidade de cães e gatos em todo o território nacional será regido de acordo com o estabelecido nesta lei, mediante o emprego da esterilização, vedada a prática de outros procedimentos veterinários”. **Autoria da Emenda:** Senador Sérgio Zambiasi. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação da Emenda nº 2, de 2010-PLEN, na forma da Subemenda nº 1-CCJ-CAE. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Emenda nº 2-PLEN, na forma da Subemenda nº 1-CCJ-CAE-CAS. **ITEM 33 – Não**

Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 18, DE 2010 – Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para estender aos portadores de neuropatia grave diabética a isenção do imposto de renda dos proventos de aposentadoria ou reforma. **Autoria:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Relatoria:** Senador Geraldo Mesquita Júnior. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em decisão terminativa. **ITEM 35 – Não Terminativo – REQUERIMENTO S/Nº, DE 2010 – CAS** – Senhora Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Sociais do Senado Federal. Nos termos do inciso I do art. 93 do RISF, requeiro a realização de audiência pública, a fim de instruir o Projeto de Lei nº 179 de 2008, do Senador Sérgio Zambiasi – que “Cria o adicional por atividade de risco para os vigilantes de instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 36 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 51 DE 2010 – CAS** – Em aditamento ao Requerimento nº 46/2010, de 18 de maio de 2010, aprovado nessa Comissão, solicito a inclusão do seguinte convidado: Antonio de Oliveira Santos, Presidente da CNC – Confederação Nacional do Comércio (para instruir os Projetos de Lei do Senado nºs 115 e 152 de 2007, que tratam sobre a regulamentação da profissão dos comerciários). **Autoria:** Senadores Adelmir Santana e Flávio Arns. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 37 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 52 DE 2010 – CAS** – Requeiro, nos termos do art. 90, II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, para debater o Projeto de Lei do Senado nº 569, de 2009, de autoria do senador Cícero Lucena, que amplia a distribuição de alimentação escolar para os dias úteis dos períodos não letivos. Para participar dos debates sugerimos as seguintes autoridades: Dr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE; Dra. Rosane Maria Nascimento da Silva, Presidente do Conselho Federal de Nutricionista; Roberto Franklin de Leão, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE. **Autoria:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 38 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 53 DE 2010 – CAS** – Requeiro, nos termos do art. 90, II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Assuntos Sociais, a

realizar-se oportunamente, para debater o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2002, que institui a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, e altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Para participar dos debates sugerimos as seguintes autoridades: Representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; Representante da Central Brasileira do Setor de Serviços – CEBRASSE; Representante do Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão-de-Obra e de Trabalho Temporário no Estado de São Paulo – SIN-DEPRESTEM; Representante do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada-Infraestrutura – SINICON. **Autoria:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Resultado:** Aprovado. **EXTRAPAUTA ITEM 39 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 178, DE 2010** – Dispõe sobre a obrigatoriedade da pasteurização da polpa do açaí. **Autoria:** Senador Tião Viana. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Rejeitado o Projeto. **EXTRAPAUTA ITEM 40 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 50, DE 2010 – CAS** – Requeiro urgência, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, para o Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010, que “Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social”. **Autoria:** Senador Flávio Arns. **Resultado:** Aprovado. **EXTRAPAUTA ITEM 41 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, DE 2010** – Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para prever a dedução da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física das despesas do contribuinte e de seus dependentes com medicamentos utilizados por dependente, até limite anual individual. **Autoria:** Senador Eduardo Azeredo. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 2. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2, do Senador Eduardo Azeredo, renumerada como Emenda nº 1-CAS. **ITEM 42 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 54, DE 2010 – CAS** -Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública conjunta entre a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a Subcomissão de Assuntos Sociais para as Pessoas com deficiência (CASDEF), para discutir a Sugestão nº1, de 2010, da Associação em Defesa do Autismo, em que é apresentada sugestão de Projeto de Lei que institui o Sistema Nacional Inte-

grado de Atendimento à Pessoa Autista e dá outras providências. Tendo sido designado relator da Matéria pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde a proposição ora se encontra, entendo por bem realizar a audiência pública no âmbito da CAS e da CASDEF, uma vez que o mérito da Sugestão é diretamente afeto à pessoa com deficiência. Indico como convidadas as seguintes pessoas: 1. Sra. Julceli Vianna Antunes, presidente da Associação em Defesa do Autismo. 2. Sra. Marisa Fúria Silva, presidente da Associação Brasileira de Autismo (ABRA), fundadora da Associação dos Amigos do Autista (AMA) e Conselheira no Conselho Nacional de Saúde (CNS). 3. Dr. Marcos Mercadante, professor da Escola Paulista de Medicina. 4. Sra. Rita Valeria dos Santos Brasil, presidente da Associação dos Amigos do Autista da Bahia (AMA-BA). 5. Maria Cecília Pereira de Mello, desembargadora federal. **Autoria:** Senador Flávio Arns **Resultado:** Aprovado. Ficam adiados os demais Itens da Pauta, a saber: **Item 6** – Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2005; **Item 7** – Projeto de Lei do Senado nº 718, de 2007; **Item 8** – Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2007; **Item 13** – Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2007; **Item 14** – Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2009; **Item 15** – Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2008; **Item 16** – Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2006; **Item 17** – Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2008; **Item 18** – Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2009; **Item 19** – Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2009; **Item 20** – Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2009; **Item 21** – Projeto de Lei do Senado nº 522, de 2007; **Item 22** – Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2008; **Item 24** – Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2004; **Item 25** – Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2007, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2009; **Item 26** – Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2005; **Item 28** – Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2010; **Item 32** – Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2010; **Item 34** – Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2007. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Marcelo Crivella, Roberto Cavalcanti, Geraldo Mesquita Júnior, Flávio Arns, Mozarildo Cavalcanti, César Borges, José Agripino, Mão Santa, Marisa Serrano e Arthur Virgílio e a Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, e tendo em vista a 33ª Reunião Conjunta, convocada para apreciação do Projeto que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que se realizará em seguida, encerra-se a presente reunião às treze horas e sete mi-

nutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senadora **Rosalba Ciarlini** – Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 07 DE JULHO DE 2010, ÀS 11 HORAS E 14 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declara aberta a 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 27ª, 28ª, 29ª e 30ª Reuniões das CAS. Os senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Comunico o recebimento do Aviso nº 523 – GP-TCU, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.089, de 2010, acompanhado dos respectivos relatórios e voto, prolatado pelo Plenário do TCU, na sessão de 19/05/2010, ao Parecer do TC 002.008/2009-2, que trata de relatório de levantamento de auditoria em programas, ações, órgãos e entidades relacionadas com a função saúde. A cópia do Acórdão nº 1.089/2010 está na Secretaria da Comissão, à disposição dos Srs. Senadores.

Na nossa pauta de hoje, nós temos trinta e oito itens para serem apreciados, dos quais vinte e oito terminativos, o restante não terminativo, e mais alguns requerimentos, quatro requerimentos.

Vamos iniciar pelas decisões não terminativas, enquanto aguardamos que seja completado o quórum.

Item 29. Quero convidar o Senador Paulo Paim, que é Vice-Presidente, para presidir, já que eu sou relatora desse projeto, de autoria da Senadora Roseana Sarney. Queria aqui cumprimentar os Srs. Senadores presentes, o Senador Marcelo Crivella, que é o autor--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --do Item 1, do qual também sou relatora.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito bem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É terminativo, que é importantíssimo, que é sobre a periculosidade dos vigilantes.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito importante.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós precisamos aprovar esse projeto, espero convocar aqui a todos os senadores que se encontram nos gabinetes ou em outras comissões para se fazerem presentes.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito bem, senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E também quero cumprimentar aos nossos profissionais, trabalhadores de LIBRAS, que aqui se encontram, que o Item 10 também é um projeto importante, terminativo, que regulamenta a profissão dos intérpretes de libra.

Então vamos iniciar pelo Item 29 e logo em seguida... Poderemos ir lendo, quero propor aos senhores que, como temos muito terminativos, nós poderemos encaminhar a leitura dos relatórios, enquanto o quórum é completado, para fazer a votação em bloco.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como já foi anunciado pela nossa presidente e agora relatora, eu passo a exercer a presidência nesse momento. Ela vai dar o seu Parecer sobre o Item 29, decisão não terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2004: "*Dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, e dá outras providências*". A autoria é da Senadora Roseana Sarney. A relatoria é da Senadora Rosalba Ciarlini. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2008: "*Obriga os órgãos e entidades públicos a inserir, nas páginas que mantêm na rede mundial de computadores (internet), atalhos para bases de dados contendo fotos de pessoas desaparecidas*". Passamos a palavra à relatora, Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Srs. e Sras. Senadoras, o projeto, de autoria da Senadora Roseana Sarney, ele realmente é algo de grande importância porque cria um Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, que congregará informações de Cadastros Estaduais e do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes e estabelece condições para o funcionamento desse sistema e disciplina as informações que dele constarão, bem como as condições de acesso aos dados. Prevê, ainda, que o Poder Público deverá estimular parcerias com entidades privadas, para favorecer a localização de crianças e adolescentes desaparecidos, e obriga

emissoras de televisão a exibir fotos e informações sobre essa pessoa. O PLS nº 229, de 2008, obriga os órgãos e entidades públicas a inserir em suas páginas da rede mundial de computadores atalhos apontando para bases de dados oficiais, contendo fotos de pessoas desaparecidas.

Tendo em vista que as proposições ainda serão examinadas pela CCT, CDH e pela CCJ, compete à CAS manifestar sobre o seu mérito. O mérito realmente merece de todos nós a aprovação, porque irá com certeza facilitar e agilizar a localização de crianças e adolescentes desaparecidos, inclusive criando essa condição de que esteja inserida em todos os sites dos órgãos públicos, dando dados oficiais e fotos.

Então, Sr. Presidente, em razão do que foi exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 211, de 2004, na forma da seguinte Emenda Substitutiva, porque, na realidade, foi pela prejudicialidade do PLS nº 229, de 2008, mas pela aprovação do PLS nº 211, de 2004. A emenda é a seguinte: "*O Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2004, dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos; art. 1º: 'Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Sistema Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos e adotar as providências necessárias para a sua constituição e funcionamento'; Parágrafo Único: 'O Poder Executivo fica expressamente autorizado a celebrar convênios com órgãos de outros Poderes da União e com outros entes federados, para atender ao objeto(F) desta lei. O sistema que trata o art. 1º poderá ser constituído de serviços estaduais de identificação e localização de crianças, que manterão atualizados os cadastros estaduais da coordenação do Sistema Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, responsável pelo Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes'*".

Na realidade, esse novo projeto, que substitui o da Senadora Roseana, ele tem o mesmo sentido, o mesmo objetivo, mas detalha com mais propriedade alguns aspectos, para que nós possamos ter a condição de trabalhar com essa informação. O projeto dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Cadastro, como já foi colocado, e, na realidade, acrescentando: "*Art. 1º: 'Esta lei dispõe sobre o Sistema Nacional de Cadastro de Criança e Adolescentes Desaparecidos, menores de dezoito anos de idade, e sobre as providências necessárias para a sua constituição e funcionamento. O sistema de que trata o art. 1º será constituído de cadastros estaduais e do cadastro nacional, cabendo a este consolidar os dados fornecidos por aquele. As informações que constituirão o cadastro deverão conter, sempre que possível, nome completo da criança*

ou do adolescente, data de nascimento, nacionalidade e residência, nome completo dos pais, tutores ou responsáveis, o respectivo endereço residencial, local, data e hora em que a criança ou adolescente foi visto pela última vez, com descrição detalhada sobre o vestuário e objetos em poder do menor, em ocasião do desaparecimento, fotografias recentes da descrição detalhada da criança ou do adolescente, menção às instituições de que a criança ou adolescente fazia parte, seus principais grupos de referência, registro datiloscópico, informações sobre o local de nascimento do adolescente, bem como dados do registro hospitalar de nascimento, quando for o caso, dados da pessoa da autoridade pública que comunicou o desaparecimento e outros dados considerados de relevância para a sua identificação”.

Na realidade, o que nós colocamos aqui é melhorando a questão do projeto, para que nós possamos ter realmente condições de ampliar a divulgação daqueles que estão desaparecidos e, conseqüentemente, conseguirmos localizá-los da melhor forma possível.

É esse, Sr. Presidente, o relatório. O voto é pela sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão a matéria.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só para repetir, o voto é pela prejudicialidade do PLS nº 229, de 2009, e pela aprovação do PLS nº 211, de 2004, na forma da seguinte Emenda Substitutiva. Foi feito um Substitutivo, já que existia já um projeto anterior da Senadora Roseana.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2004, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS 229, de 2008. Como o projeto não é terminativo, a votação é simbólica. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o Parecer da Senadora Rosalba Ciarlini. Retorna a presidência à Senadora Rosalba Ciarlini.

[troca de presidência]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Flávio Arns *(sic)*.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Primeiro quero agradecer a V. Exa. Eu não participo—

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Flexa Ribeiro. Eu troquei, eu

estava olhando para o Flávio Arns, mas é o Flexa. Desculpe-me.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ele tinha pedido, o Senador Flávio Arns?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, porque eu que confundi, olhei para o Flávio Arns e aí você falou--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É uma honra, é uma honra ser confundido com o Senador Flávio Arns.

Senadora Rosalba Ciarlini, eu pedi para participar da Comissão de Assuntos Sociais e quero agradecer ao Senador Eduardo Azeredo que me cedeu a sua vaga para que eu pudesse relatar um projeto da maior importância para o Estado do Pará. É um projeto do Senador Tião Viana sobre a obrigatoriedade da pasteurização da poupa do açaí. Esse projeto, como eu disse, é da maior importância porque ele mexe com milhares de pessoas que trabalham com essa fruta, hoje é mundialmente conhecida. O açaí, hoje, está sendo exportado para todos os países.

Eu pediria a V. Exa., então, que incluísse extrapauta esse projeto, que é o Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2010, e fizesse também, como ele é terminativo, a inversão de pauta, já que temos quórum qualificado com a chegada da Senadora Marisa Serrano.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Flexa, nós vamos incluir, atender extrapauta. Não vamos fazer a inversão porque o Item 1 está presente o autor e a relatora. Nós temos também o Senador Flávio, que é o relator do projeto de LIBRAS, que nós já tínhamos assumido esse compromisso, mas, com certeza, já está incluído na pauta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas são terminativos esses dois?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Todos são terminativos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então vamos pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos aproveitar que estamos com quórum.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso, vamos fazendo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu volto a palavra ao Vice-Presidente, o Senador Paulo Paim, já que, no Item 1, eu também sou relatora.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Assumindo a presidência, de imediato, eu passo a relatoria para a Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Item 1, terminativo. “Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2009, que foi aprovado nesta Comissão de Assuntos Sociais, na forma Substitutiva, em 09 de dezembro de 2009. Posteriormente, recebeu proposta de Emenda nº 1, do Senador Marcelo Crivella, autor da proposta original, para acrescentar o § 3º ao art. 193, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, separando do caput do artigo o adicional de periculosidade, que ora se pretende conceder aos empregados em serviços de portaria, vigilância e segurança, em condomínios edifícios, residenciais ou comerciais. O autor da emenda entendeu inadequada a inclusão dos referidos profissionais no caput do referido artigo, que seria genérico, e a menção ao Código Civil tida como desnecessário.

A Emenda nº 2, do mesmo autor, objetiva meramente ser mais precisa que a referida Emenda nº 1 e, portanto, lhe é excludente, ao conservar no caput do art. 193, da CLT, a simples observação, atualmente vigente, de que a periculosidade em atividades de operações laborais é avaliada na forma de regulamentação expedida pelo Ministério do Trabalho. De resto, o teor das emendas é idêntico”.

Análise do projeto. “A Emenda nº 2 dá mais clareza ao texto Substitutivo, obstando o entendimento possível de que haveria uma exclusividade destinada aos porteiros e vigias, dada a combinação de uma norma atual genérica, com o acréscimo restritivo e retirando menção desnecessária ao Código Civil. O texto da Emenda nº 2, por outro lado, não fere os objetivos do projeto original e de seu Substitutivo, e, portanto, merece ser acolhido, ficando prejudicada a Emenda nº 1.

No decorrer da análise das emendas, surgiram mais algumas questões. O nome do Ministério do Trabalho e do Emprego não está completo. Além disso, a Emenda nº 2 usa a expressão ‘impliquem no contato’, enquanto as regras da regência verbal recomendam ‘impliquem o contato’. Finalmente, houve resistência com relação ao uso do termo condomínios edifícios, que não é exatamente popular, e, por conseguinte, demanda-se pela sua substituição por uma expressão mais compreensiva para a população em geral. Por outro lado, a parte final do texto da Emenda nº 2 altera o texto consagrado do art. 193, da Consolidação das Leis do Trabalho, que nos parece adequado. Consultando especialistas do Regimento Interno do Senado Federal, fomos informados da possibilidade

de elaboração de subemenda, considerando-se que as normas sobre votações de emendas em turno suplementar não estão claras.

Em face do exposto, opinamos pelo acolhimento da Emenda nº 2 ao Substitutivo ao Projeto de Lei nº 493, de 2009, antes aprovado na CAS, considerando-se prejudicada a Emenda nº 1. Entretanto, para corrigir as impropriedades apontadas, apresentamos subemenda à Emenda nº 2: ‘Dê-se ao art. 1º, do Substitutivo ao PLS nº 493, de 2009, com o acolhimento da Emenda nº 2 – CAS, apresentada em Turno Suplementar, a seguinte redação: Art. 193 – São consideradas atividades e operações perigosas, na forma da regulamentação do Ministério do Trabalho e Emprego, aquela que, por sua natureza ou método de trabalho, implique o contato permanente com inflamáveis e explosivos em condições de risco acentuado. Enquadra-se no disposto desse artigo os empregados de serviços de portaria, vigilância e segurança em condomínios residenciais ou comerciais, verticais ou horizontais.

O voto, portanto, é pela aprovação, com a subemenda à Emenda nº 2”.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vamos votar, que o quórum está no mínimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso, vamos aproveitar o quórum. O parecer da senadora é pela aprovação. Em discussão. Senador Roberto.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, é extremamente delicado para mim discutir, que não seja de forma positiva, um projeto como esse.

Primeiro, ele se acosta aos anseios destes profissionais que, na verdade, por força da violência atual do país, estão expostos, na verdade, à periculosidade. E, em segundo lugar, por um dever de respeito—

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou fazer um apelo aí a toda a moçada, que não dá para ouvir aqui o debate. Aqueles que quiserem dialogar um pouquinho, eu peço que fiquem no mínimo mais na parte lá dos convidados, porque aqui não se ouve nada. Por favor, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Para complementar, na verdade, eu tenho um profundo respeito e admiração pelo meu líder nesta Casa, o Senador Marcelo Crivella, que é o autor dessa proposta. E, em terceiro lugar, por exatamente ela estar sendo colocada já em segundo turno e, na verdade, já foi por demais discutida.

Mas eu gostaria de fazer uma reflexão fundamentalmente ao Senador Marcelo Crivella e à relatora, a nobre Senadora Rosalba Ciarlini, que a realidade dos

condomínios no país é uma realidade de extrema dificuldade.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Um momento, por favor. Eu gostaria de--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou na linha da própria senadora: como eu estou presidindo agora, se não ficarem em silêncio, a gente pede que se retirem.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Os senhores assessores e visitantes, por favor, silêncio, que é um assunto importante e os senadores estão precisando debater.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É, na verdade, a reflexão que eu peço... Não quer dizer que eu vou votar contrário, eu vou votar favoravelmente, mas é que nós devamos ter extrema cautela. Eu acompanho condomínios, diversos edifícios no Estado da Paraíba, no Estado de Pernambuco, aqui em Brasília, e a situação dos condomínios é de extrema dificuldade, quase todos deficitários, não somente pela inadimplência efetiva de alguns condôminos, mas, na verdade, é que, quando se faz o rateio, passa a se tornar, muitas vezes, o condomínio mais alto, num valor mais alto que o próprio pagamento do aluguel. Residentes, muitas vezes, optam por transferir a segurança e a tranquilidade que dá um apartamento para uma casa em terreno próprio exatamente para fugir dessas taxas de condomínio, que cada vez são mais altas. Esta periculosidade incidirá fatalmente na folha de pagamento desses condôminos e, de forma irreversível, trará um dano aos mesmos.

Então não há o que fazer, é uma proposta que está na mesa, que deverá ser aprovada, porém, eu quero lembrar de que haverá um dano efetivo aos condomínios de todo o Brasil, tendo em vista a extrema precariedade da situação financeira dos mesmos. Era essa a observação, com todo o respeito que merece o autor da proposta, o Senador Marcelo Crivella, que deve ter refletido sobre qual dos males o menor. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão. Se não há quem queira discutir, nós vamos ao voto. Votação. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu voto pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu acompanho o meu líder.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com o Senador Marcelo Crivella, grande senador da República.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Voto conhecido, eu sou a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Com a ilustre relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com a relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a relatora e com o autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Com a relatora, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Todos que estão presentes foram chamados? Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não é da comissão?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não sou.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ex.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então o projeto foi aprovado. Volto a presidência à senadora.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu quero parabenizar ao Senador Marcelo Crivella, que é o autor da proposição, e dizer também a todos os vigilantes e porteiros do nosso Brasil que essa etapa está vencida.

Passamos agora ao Item 2. O relatório já foi lido, é só a votação. Já foi lido e já foi discutido. É o Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2002, que "*Modifica o art. 473, da Consolidação das Leis de Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para ampliar o período de interrupção do contrato de trabalho, em razão de casamento, para até cinco dias consecutivos e estender o benefício aos empregados que tenham formalizado união estável*". A autoria é do Senador Expedito Júnior e a relatoria é do Senador Geraldo Mesquita, a quem eu concedo a palavra. Já foi lido o relatório, mas para que ele faça a sua defesa.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Presidente, este projeto é extremamente importante, como todos sabemos, mas eu quero aqui, inusitadamente, fazer uma proposta ao Plenário, em homenagem a esses trabalhadores, que trabalham em silêncio inclusive. Nós temos aqui colegas no Senado que, em todas as ocasiões, quando nós proferimos os nossos discursos, está aqui ela, fazem para milhares de brasileiros e brasileiras a--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A interpretação.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Como se diz, aquilo que está sendo proferido pelo parlamentar. Então eu queria, como eu disse, inusitadamente, pedir uma inversão de pauta, para que a gente, em homenagem a esses trabalhadores, a gente possa aprovar de imediato esse projeto e, aprovando esse projeto, prestando uma homenagem às nossas colegas e nossos colegas aqui, que nos ajudam no Senado Federal, e a tantos profissionais que estão aí em busca de uma regulamentação dessa profissão de intérprete de LIBRA.

Portanto, eu proponho, com o sacrifício do próprio projeto, que eu sou relator, a inversão dessa pauta nesse momento e peço que o Plenário aprove essa solicitação.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já batendo palmas assim, vamos bater palmas assim agora.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Geraldo, na realidade, nós vamos atendê-lo em seguida a essa votação, porque eu preciso consultar o relator, que está presente, para que eu possa colocar--

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): O relator manda informar que a senhora pode designar um relator *ad hoc*.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ótimo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Eu me candidato.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Pronto, está aí o candidato.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então vamos à votação do Item 2, já que foi lido e discutido, e logo em seguida--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É só votar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --nós faremos o Item 10. Com a permissão do Senador Marcelo Crivella, que se candidatou, o Senador Flávio Arns já tinha me feito esse pedido anteriormente, que o Senador Cristovam não viesse aqui.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu acho justíssimo, o Senador Marcelo Crivella vai entender.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu abro mão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O senhor abre mão para o Senador Flávio Arns?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Claro, sem problema.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então vamos começar a votação do Item 2. Senador Paulo Paim, Item 2.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Acompanho o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Marcelo Crivella, Item 2, do Senador Expedito.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Acompanho o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Acompanho o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Geraldo Mesquita é o relator, voto conhecido. Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Item 2, Projeto de Lei do Senado nº 18, do Senador Expedito Júnior, relatado pelo Senador Geraldo Mesquita, foi aprovado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora, só um segundo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passamos agora ao Item 10.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só uma informação. A pedido da Senadora Ideli, ela pediu que quem não registrou a presença no Plenário, por favor, que registre a presença, para efeito de quórum, para o desdobramento da tarde.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Para a Sessão do Congresso Nacional.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Exatamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Item 10, o relator é o Senador Cristovam Buarque, o Senador Flávio Arns é *ad hoc*.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, Senador Flávio Arns. A Mesa confabulou aqui e conspiramos uma homenagem a V. Exa. que trabalha nessa área há década e é o relator do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Eu sei que o Senador Crivella entendeu a nossa trama aqui, na Mesa. Senador Flávio Arns, por favor.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu agradeço a V. Exa. e à Senadora Rosalba Ciarlini, mas eu sempre tenho dito e insistido no Plenário e nas comissões que o Senado Federal sempre tem sido extremamente solidário – e eu uso essa palavra mesmo – com a pessoa com deficiência, discutindo os projetos, procurando caminhos, querendo apoiar. Então eu quero dizer que essa solidariedade é geral. De fato eu atuo nesta área há muitos anos, também por razões pessoais e familiares, até por ter também

filho com deficiência, não auditiva, mas mental, e aí, então, nós, minha esposa e eu, nos envolvemos muito nisso também sempre, a vida toda. Mas, de qualquer forma, quando há um avanço numa área da pessoa com deficiência, todas as áreas se sentem igualmente satisfeitas e realizadas.

Eu quero só sintetizar ao extremo esse projeto, é um projeto da Deputada Maria do Rosário--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador, um minuto só, que eu preciso ler aqui para que o senhor possa fazê-lo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Pois não, desculpa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só o cabeçalho. Projeto de Lei da Câmara nº 325, de 2009, que “*Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS*”. A palavra com o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Então, como eu estava dizendo, é um projeto de autoria da Deputada Maria do Rosário, que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Nós temos aqui à nossa direita a tradutora e intérprete de LIBRAS e temos brigado por isto, vamos dizer, insistido nesse aspecto no Senado Federal, em todos os momentos, para que seja sistematizado, consolidado e apoiado.

Em termos de escolas, a gente nem precisa falar dessa necessidade, porque muitas pessoas com deficiência auditiva acabam desistindo do aspecto escolar, acadêmico, seja na educação básica ou no ensino superior, pela falta desse apoio. Tem que haver o concurso público nesta área como uma garantia da lei para que haja tradutores e intérpretes de LIBRAS. Temos todo esse assunto regulamentado já. Nas propagandas eleitorais, a gente vê que isto é fundamental. Nos órgãos públicos têm que haver pessoas que recebam eventualmente cidadãos surdos que chegam aos órgãos públicos ou particulares, para que este diálogo possa acontecer.

Então é fundamental, é um projeto da mais alta importância, as pessoas da área estão aqui, o Senador Cristovam Buarque é o relator dessa matéria, vamos deixar bastante claro também, fez um relatório da mais alta qualidade, extenso, que eu não estou lendo nesse momento porque sabemos da necessidade de discutirmos os projetos e votarmos. Mas eu fiz uma síntese, assim, para mostrar em várias situações a importância desta regulamentação da profissão.

Então em função de todos esses aspectos e pela comunidade surda do Brasil, que está acompanhando isto através dos representantes que estão nesta comis-

são, nesta reunião nossa, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 325, de 2009. Obrigado, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sra. Presidente, me permita uma palavra. No Rio de Janeiro, são seiscentos mil surdos só na capital. Quando eles vão à Justiça, correm o risco de, não podendo se expressar corretamente, serem condenados e passarem muito tempo na prisão.

A profissão deles no Brasil, só tem uma universidade, no Sul, se eu não me engano, em Santa Catarina. Quatro anos para se formar. São devotados a uma causa das mais nobres, que é ajudar seus irmãos que não conseguem se expressar pela voz. Eu voto favoravelmente e peço aos companheiros que aprovemos.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sra. Presidente.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador César Borges, depois o Senador Roberto Cavalcanti e o Senador Mozarildo para discutir.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sra. Presidente, além do fato de manifestar total e integral apoio ao projeto do Senador Cristovam Buarque, hoje, conversando com todos os componentes que fazem LIBRAS no Brasil, que estiveram presentes, falaram que sentiram que aqui o Senado Federal também parecia que desconhecia, até que se passava, às vezes, despercebido, tanto que, no Senado Federal, esses profissionais, essas pessoas tão dedicadas são terceirizadas.

Então eu queria, nesse momento, não só aprovar esse projeto, como também que os senadores se debruçassem, a partir desse momento, para que incluíssem como das categorias, das classes, aqui, do Senado Federal [palmas] aqueles que fazem a interpretação das pessoas que tenham deficiência auditiva e que precisa chegar a eles o conhecimento e que seja também o governo, todo ele, voltado para alfabetizar na linguagem dos sinais todos os deficientes auditivos do nosso país. Muito obrigado, Sra. Presidente. Total apoio ao projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bem, como temos muitos senadores querendo discutir, eu vou pedir que sejam muito breves para que nós não percamos o quórum.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como passou para mim, eu abro mão da minha fala para votar com rapidez.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu também acho isso.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos votar.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu quero falar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Lógico, eu acho que ninguém aqui discorda da importância, mas o Senador Crivella disse uma coisa que eu acho fundamental e eu falei para alguns deles que me procuraram, que é a questão da formação. Eu conversei no modo que posso, quer dizer, escrevendo e eles lendo, com alguns que têm deficiência auditiva e eles dizem que não conseguem entender adequadamente, muitos deles. Então me parece que a questão da formação desses profissionais é fundamental.

O Senador Crivella me deu uma informação que eu não sabia, que só tem uma universidade que forma. Então temos que pensar não só em ter outras universidades e que haja, portanto, uma qualificação adequada porque, portanto, fugiria a finalidade de termos a regulamentação da profissão e não termos uma boa qualificação. Portanto, o meu voto é a favor, mas com essa observação que eu quero deixar registrada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Roberto Cavalcanti, rapidinho.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Serei bastante rápido. Eu gostaria, na verdade, de registrar a sensibilidade feminina, tão bem aqui representada pela Senadora Rosalba Ciarlini, da autora da proposta, que é a Deputada Maria do Rosário, que tão bem foi acatada pelo Senador Cristovam Buarque e como Senador *ad hoc* o Flávio Arns.

Eu não poderia deixar de fazer esse meu registro porque eu tenho exatamente na família um sobrinho que é deficiente auditivo. A guerra, a luta, o *handicap* negativo que um deficiente auditivo tem para conviver na sociedade, principalmente na sociedade moderna, é tremendo. Então eu parabeno pela aprovação desse projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos à votação.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero só lembrar que nós temos nessa comissão uma Subcomissão das Pessoas com Deficiência, o Senador Flávio Arns é o presidente, e, realmente, há alguns anos atrás, nós tomamos a iniciativa de solicitar que, nesta comissão, tivéssemos a presença das pessoas para a linguagem de LIBRAS. Isso foi aprovado pelo Presidente do Senado. Foi um primeiro passo. Agora, como o Senador César Borges diz, o segundo passo seria que, além de termos os terceirizados, pudéssemos ter no quadro do Senado, assim como nós possamos ter também a questão do preparo, que ele possa evoluir, como bem lembra o Senador Mozarildo. O fato é que a importância é relevante e nós estamos favoráveis.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Inácio, vamos fazer o seguinte: nós vamos votar e depois o senhor vai discutir, que eu também quero colocar a minha posição, porque é importante porque temos o quórum agora. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 'Sim', com louvor a todos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): 'Sim'.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): 'Sim'.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Dois 'sim'.

[risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ao relator e autor. Rosalba Ciarlini, 'sim'. Flávio Arns, Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): 'Sim'.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): 'Sim'.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): 'Sim'.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): 'Sim'.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): 'Sim'.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O projeto foi aprovado por unanimidade [palmas]. Passo a palavra agora ao Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente, para destacar, primeiro, o esforço da nossa comissão, o trabalho do Senador Cristovam Buarque, registrado pelo Senador Flávio Arns, que não poderia ser outra indicação, com todo o respeito ao Senador Crivella, que compreendeu instantaneamente de que o projeto deveria ser relatado pelo Senador Flávio Arns.

Mas registrar o fato de que tem algumas escolas no plano municipal e estadual e é preciso que nós, com a regulamentação da profissão, façamos um trabalho junto à Comissão de Educação para dar garantias e obrigação para que os estados tenham escolas com um número de vagas bem maior e contratação dos profissionais adequados para formar as pessoas que têm essa deficiência, que, hoje, num esforço grande da medicina, se busca também corrigir através de cirurgias, mas tem milhares, milhões de pessoas que não vão ter essa oportunidade de correção.

Então eu acho que é a hora de nós, ao lado de regulamentação da profissão, também fazermos um esforço junto aos estados e junto aos municípios para garantirmos as escolas, escolas públicas que recebam sem discriminação aqueles portadores da deficiência que, digamos assim, atinge indiscriminadamente do ponto de vista social a qualquer pessoa. Não é uma questão de classe, é uma questão da sociedade que nós temos que ajudar a resolver, e o Senado tem buscado fazer isso com muita presteza. Obrigado, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu quero parabenizar a todos pela aprovação, ao autor, ao relator, dizer que eu fico feliz em estar presidindo essa sessão importante de reconhecimento e de valorização. Como médica pediatra, eu sei o quanto já convivi, conheço essa realidade e sei também, como prefeita, quando conseguimos implantar a Associação dos Deficientes Auditivos e também fazer programas importantes tanto na recuperação

ração daqueles que eram possíveis, na melhoria, mas queremos criar cada vez mais um espaço de trabalho para que todos possam ter o mesmo direito de ser entendidos e de poder passar as suas informações. Parabéns a todos.

[palmas]

Passamos agora à votação do Item 3 e, logo depois, o Item 9, de autoria do Senador César Borges, relatoria do Senador Agripino.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senadora Rosalba.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Votação do Item 3, que já foi lido, Senador Marcelo Crivella. É só a votação.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Tudo bem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O relator é o Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Como V. Exa. disse, já foi lido o relatório, mas eu quero lembrar aqui aos senadores que esse projeto do Senador Mário Couto é um projeto que eu diria que já devia estar em vigor, porque pensem bem: o que é que ele propõe? Que proba a consulta aos cadastros e banco de dados de proteção ao crédito, públicos e privados, para fins de admissão de empregados. Isto é, se alguém está desempregado e pleiteia um emprego, vai se consultar se ele está devendo no comércio, no SPC, não sei o quê. Ora, se isso acontece, nós criamos um ciclo vicioso: o cara está desempregado, está devendo, então não empregam porque ele está devendo. Tem que haver realmente [ininteligível]. *“Ademais, ao se negar uma vaga de trabalho ao cidadão só porque esse não tem como pagar as suas dívidas no momento, alimenta-se um círculo vicioso, cruel e injusto, pois, sem emprego e sem salário, o trabalhador continuará inadimplente e o que é pior, será mais um candidato à marginalização”*, e isso realmente é inadmissível. Então, portanto, o meu voto é a favor do projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em votação o projeto. Como vota o Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): ‘Sim’.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): ‘Sim’.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): ‘Sim’.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Geraldo Mesquita. Rosalba Ciarlini, ‘sim’. Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): ‘Sim’.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mozarildo, conhecido. César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): ‘Sim’.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): ‘Sim’.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Projeto aprovado. Passamos agora ao Item 9.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Depois eu queria pedir a V. Exa. para votarmos o 4, já que foi lido o relatório--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Presidente, pela ordem.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): --do Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu faria o apelo de votar o Item 4.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): É esse aí.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Até na sequência, está à frente e só falta ser votado, já foi lido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então vamos fazer o seguinte: o Item 9, como já foi anunciado, já que o autor e o relator estão presentes. Logo em seguida o Item 4 e, depois, o Item 12, que também já foi lido.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Então põe o 11 junto com o 4.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O 11 também já foi lido?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Já foi lido o 11? O 4, o 11 e o 12, todos que já foram lidos.

Item 9: “*Acréscima §§ 1º e 2º ao art. 3º, da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre a frequência pelos beneficiários do Seguro-Desemprego,*

de cursos de qualificação, requalificação, adaptação, reciclagem ou prestação de serviços voluntários e dá outras providências". A autoria é do Senador César Borges. A relatoria é do Senador José Agripino. A matéria constou da pauta das reuniões dos dias 14/04, 25/05 e 09/06/2010, sendo adiada a sua apreciação. Em 09 de junho de 2010, foi recebido novo relatório do Senador José Agripino. Votação nominal. Concedo a palavra ao Senador José Agripino para proferir o seu relatório.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. *"Vem ao exame desta comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 184, de autoria do Senador César Borges, que tem por finalidade acrescentar parágrafos ao art. 3º da Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para: 1) permitir ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) condicionar a concessão do Seguro-Desemprego à obrigatoriedade de frequência a cursos gratuitos de aprendizagem, qualificação, requalificação, adaptação ou reciclagem profissional compatíveis com as atividades envolvidas no trabalho anterior e com as qualificações do requerente; 2) em caso de inexistência de curso disponível, permitir ao CODEFAT estabelecer como requisito adicional para o recebimento do benefício à prestação de serviços comunitários voluntários, desde que compatíveis com as habilitações do requerente, existentes nas entidades públicas ou da sociedade civil interessada.*

Ao justificar a sua iniciativa, o autor da proposição manifesta-se no seguinte sentido: 'Podemos observar, assim, que pequenas mudanças na legislação do Seguro-Desemprego podem elevar o grau de eficiência do benefício, ampliar a abrangência da cobertura e fazer justiça para o maior número de trabalhadores. Além disso, o Seguro-Desemprego não deve ser reduzido apenas a um valor meramente econômico a ser recebido pelo desempregado. Ele precisa também ser um instrumento psicossocial relevante, para que a volta ao trabalho ocorra o mais breve possível e de forma menos traumática'.

Ao projeto, até a presente data, não foram apresentadas emendas. É um projeto meritório, responsável, o relatório está distribuído aos Srs. Senadores com as argumentações, e o nosso voto é favorável, com duas emendas: uma emenda que suprime o § 2º, proposto pelo art. 1º, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2005, para o art. 3º, da Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990, renomeando-se o atual § 1º como Parágrafo Único. De redação. E a Emenda nº 2: 'Dê-se à ementa(F) do Projeto de Lei do Senado nº 184 a seguinte redação: acrescente-se o Parágrafo Único

co ao art. 3º, da Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre a frequência pelos beneficiários do Seguro-Desemprego de cursos de qualificação, requalificação, adaptação, reciclagem ou prestação de serviços voluntários e dá outras providências". São emendas que deixam o texto mais claro dentro do objetivo e do mérito proposto por S. Exa., o Senador César Borges. O nosso voto, portanto, é favorável à matéria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos à votação. Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 'Sim'.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): 'Sim'.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): 'Sim'.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu só quero parabenizar o relator e o autor, porque é um projeto muito interessante e importante. O voto é 'sim'.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Voto com o relator, parabenizando a ele e ao autor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): 'Sim'.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mozarildo Cavalcanti, Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Com o relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador César Borges é o autor, voto conhecido. A presidente também vota 'sim'. A matéria foi aprovada. Consulta aos Srs. Senadores e Senadoras se podemos repetir a votação para as

emendas oferecidas pelo relator. Se todos estão de acordo, as emendas também estão aprovadas.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A matéria foi aprovada e vai à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis. Passamos a palavra ao autor, o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu só queria agradecer ao relator, pela compreensão que teve no relato do projeto, inclusive a emenda veio para aperfeiçoar o projeto, transformando o Seguro-Desemprego também numa oportunidade de requalificação do trabalhador brasileiro. Muito obrigado ao Senador José Agripino, líder do Democratas nessa Casa. Muito obrigado, Sra. Presidente, e obrigado aos Srs. Senadores.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu só gostaria de requerer para que, no momento oportuno, fosse colocado como item extrapauta o PLS 148, de 2010, do Senador Eduardo Azeredo. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, o seu pedido será atendido.

Vamos passar agora para o Item 4, a decisão é terminativa, já foi lido o relatório pelo Senador Roberto Cavalcanti. É o Projeto de Lei da Câmara nº 30, que *“Acréscima parágrafo ao art. 34, da Lei nº 9.656, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde e dá outras providências (desobriga as entidades filantrópicas da área de saúde de constituir pessoa jurídica independente para operar plano privado de assistência à saúde)”*. A autoria é do Deputado Darcísio Pirondi. O relatório foi pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta. Concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti para as suas considerações, se necessário.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu acho que o projeto já foi bastante discutido e feito o meu relatório. Na verdade, é um projeto que visa simplificar o processo burocrático destas entidades, evitando que as mesmas tenham uma duplicidade de CNPJ. É um projeto bastante claro, na qual eu peço a anuência e o voto favorável dos demais colegas.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sra. Presidente, apenas para dizer que eu quero parabenizar ao Senador Roberto Cavalcanti, que

analisa com percuciência e conclui com lucidez esse projeto, que é de extrema relevância para aqueles que hoje prestam assistência aos seus associados de saúde, odontológica, que querem continuar fazendo isso de maneira compactuada. Quer dizer, o associado vai se associar se quiser, ninguém é obrigado, e, se continua associado, é porque voluntariamente decidiu isso, pelo seu próprio benefício. O que não se deve é permitir que interferências de regulamentação do governo acabem por prejudicar essa relação.

Então eu quero parabenizar o relator pela sua sensibilidade e vou votar favorável.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Muito bem, Roberto. Vamos votar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passamos, então, à votação. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o autor e com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o autor e relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sim, mas quero cumprimentar o Relator Roberto Cavalcanti.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Roberto Cavalcanti, voto conhecido. José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sim, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sra. Presidente, pela ordem. Eu tinha solicitado que fosse dado prioridade ao Item 11, da relatoria do César Borges.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Já está aqui devidamente—

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E em seguida o 23, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Consulto aos Srs. Senadores e Senadoras se podemos repetir a votação para a emenda oferecida pelo relator.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aprovada, a matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

[palmas]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, vamos agora para o item—

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Extra-pauta, terminativo, que eu pedi a V. Exa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Já foi colocado o seu item, está aqui. Logo após a votação do Item 5, que já foi lido, e votação do 11 e 12 também, que é só votação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passamos ao Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, que “*Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática e dá outras providências*”. A autoria é do Senador Expedito Júnior. O Senador Expedito Júnior passou um período aqui e deixou uma produção bem intensa, isso é muito bom, e preocupado com a questão

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Foi o relator da PEC da Juventude.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Foi o relator da PEC da Juventude, que hoje vai ao Plenário. Também a PEC da Licença-Maternidade, que irá ao Plenário hoje, eu quero contar com a presença de todos. Então a autoria é do Senador Expedito Júnior. A relatoria é do Senador

Raimundo Colombo. O relatório foi pela aprovação do projeto, acatada a Emendas nº 2, da CCJ, Substitutivo, e a emenda da Senadora Lúcia Vânia, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, e pela rejeição da emenda do Senador Expedito Júnior. Em 14/10/2010 foi lido o relatório pelo Senador Raimundo Colombo e adiada a discussão e votação da matéria. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos à votação. Como vota o Senador Paulo Paim? Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): ‘Sim’.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Geraldo, Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): ‘Sim’.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Marisa.

SENADOR MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Senador Raimundo Colombo acabou de ligar entusiasmado com a votação hoje do seu relatório, que regulamenta o exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática e dá outras providências. Bem, então a matéria foi aprovada. Aprovado o Substitutivo, fica prejudicado o PLS 607, de 2007, e as Emendas nº 1, CCT, Subs-

titutivo, e nº 2, da CCJ, Substitutivo. A matéria vai a Turno Suplementar (art. 282, c.c. o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal). Aprovado e vai a Turno Suplementar.

Passamos agora ao Item 11, que *“Dispõe sobre a profissão de artesão e dá outras providências”*. A autoria é do Senador Roberto Cavalcanti e a relatoria é do Senador César Borges. A matéria constou da pauta das reuniões dos dias 25/05 e 09/06/2010, sendo adiada a sua apreciação. Senador César Borges, concedo a palavra para proferir o seu relatório.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Muito obrigado, Sra. Presidente. *“Na sua parte substancial, o projeto prevê a definição de artesão, as diretrizes básicas que serão objeto de ação política no âmbito da União, que, dentre outras, deverão valorizar a identidade e cultura nacionais, destinar linha de crédito para o financiamento da aquisição de matéria-prima e equipamentos para a produção artesanal e sua comercialização, qualificar profissionalmente os artesões, criar certificações de qualidade de produtos artesanais e divulgar o artesanato. A criação da Carteira Nacional de Artesão, com validade em todo o território nacional, por no mínimo um ano, que poderá ser renovada, desde que o seu portador tenha contribuído para a Previdência Social. Autorização ao Poder Executivo para criar a Escola Técnica Federal do Artesanato, destinada ao desenvolvimento de programas de formação do artesão.*

Ao justificar a sua iniciativa, o autor destaca a sua importância, alegando que milhões de brasileiros sobrevivem exclusivamente da renda gerada pelo artesanato. Afirma, ainda, que, sem a produção artesanal, a linha de exclusão social e econômica do Brasil seria ainda maior, o que obrigaria o estado a prover um número considerável de pessoas com o aporte de recursos destinados à proteção social e de renda mínima. Daí a razão de regulamentação do exercício da profissão de artesão, bem como da criação de estímulos para todas as formas de associação, objetos(F) que vão dar liberdade ao artesão tanto para produzir quanto para comercializar a sua produção.

Sobre o aspecto formal não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional ao projeto. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, da Constituição Federal) e incluiu-se entre as atribuições do Senado Federal, do Congresso Nacional. Como se sabe, essa compreensão decorre da aprovação pelo Plenário do Senado de Parecer nº 527, de 1997, para explicar que não há vício de inconstitucionalidade. O

entendimento do Senado Federal é de que o Projeto de Lei Autorizativo não invade a competência da iniciativa privativa do Presidente da República, face que ele é autorizativo.

Quanto ao mérito, o artesanato movimenta em nosso país cerca de 28 bilhões de reais por ano e envolve 8,5 milhões de pessoas. Apesar de promissor, o setor ainda precisa de investimentos e, principalmente, de políticas de incentivo específicas para combater os maiores obstáculos ao desenvolvimento do artesão, que são a informalidade e a falta de regulamentação do setor. O aumento da informalidade e do desemprego no Brasil, impulsionado pelo avanço da automação e da globalização, extinguiu empregos, mas fez surgir novas profissões, com exigências especializadas nem sempre acessíveis para a maioria dos trabalhadores brasileiros. Não há dúvida de que o artesanato constitui uma interessante alternativa para o aumento de oportunidade de ocupação de mão de obra e de geração de renda.

Definido também como tradição, elemento folclórico ou ainda aglutinador da memória de comunidades, o artesanato representa um importante instrumento gerador de renda e uma valiosa ferramenta de desenvolvimento e de equacionamento de problemas sociais, econômicos e políticos. Dessa forma, é imprescindível que sejam implementadas, por parte do estado, políticas socioculturais para a promoção do desenvolvimento, das expressões culturais, priorizando o trabalho artesanal, pois o talento, a identidade cultural e a criatividade podem gerar produtos com valor agregado e trazer dignidade e bem-estar a milhões de trabalhadores. Nesse contexto, percebe-se o grande mérito do problema sob exame, que, além de se preocupar com a formação do artesão, ao autorizar a criação de Escola Técnica Federal do Artesanato, estabelece diretrizes no âmbito da União para incrementar a valorização de identidade e culturas nacionais, criar linhas de créditos especiais para a produção artesanal, qualificação dos artesões, apoio comercial aos seus produtos, bem como a sua divulgação. Estamos plenamente convencidos que a sua aprovação contribuirá efetivamente para a valorização do artesão e para a expansão da produção do artesanato com mais qualidade”.

Então, Srs. Senadores e Sra. Presidenta, pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 136, de autoria do nobre Senador Roberto Cavalcanti. Parabenizamos a ele pela iniciativa, homem do Nordeste, que conhece de perto o artesanato da nossa região e que, sensibilizado pelo fato, apresentou o projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Quero aqui parabenizar ao Senador Roberto Cavalcanti pela sua sensibilidade, a importância que é o artesanato para todo o Brasil, mas, no Nordeste, tem uma característica muito importante: é uma atividade que está presente em todas as regiões, que merece o reconhecimento, a valorização. E parabenizar o Senador César Borges, que também, de forma muito competente, fez o seu relatório.

Quero só acrescentar que, na realidade, é importante as linhas de crédito para que nós possamos aproveitar cada vez mais o talento, a criatividade e as mãos que fazem verdadeiros milagres, que são as mãos dos nossos artesãos. Em votação o projeto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 'Sim'.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Paulo Paim, 'sim'. Senador Flávio Arns, Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): É 'sim' também o meu, eu já tinha votado, mas só quero parabenizar o Senador Roberto Cavalcanti e César Borges porque é um projeto que vai atender a expectativa e o anseio, eu diria, de milhões de pessoas no Brasil para desenvolver atividade. Isso vai ser muito bom, é uma expectativa grande nesta área.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator, parabenizando também o autor e o relator, que a profissão de artesão é da maior importância não só no Nordeste, em todo o Brasil e, em especial, na Amazônia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu não poderia deixar aqui de ressaltar o trabalho humanitário desse grande senador do Nordeste, que é o Roberto Cavalcanti, e que encontrou no relator uma pessoa também sensível a essa arte, a essa profissão, a vocação à índole do povo nordestino. Parabéns, Roberto; parabéns, César Borges.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Olha, eu gostaria de agilizar a votação.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se sair um senador, cai o quórum.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Estamos no limite, são onze, estamos no quórum de onze. Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): 'Sim'.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): 'Sim', Sra. Presidente, mas eu gostaria de fazer um breve comentário. Parabenizando o autor do projeto, o Senador Roberto Cavalcanti, e o relator, o Senador César Borges.

Posso dizer que, nos últimos dias, o próprio Senado Federal teve a oportunidade de testemunhar a riqueza, a beleza e a criatividade do nosso povo através da exposição do Brinquedo de Miriti, a arte de Miriti, a arte da Amazônia, que foi uma exposição dos artesãos do Estado do Pará, especialmente da Cidade de Abaetetuba, que fizeram aqui, Senador César Borges, uma demonstração prática, numa casa ribeirinha, montada aqui, no Salão de Exposição do Senado, o que demonstra a vitalidade e a importância desse segmento. Portanto, o Senado Federal, através dessa decisão e da relatoria do Senador César Borges, dá uma contribuição extraordinária ao fortalecimento desse segmento em todo o país. Parabéns ao autor e ao relator e à Comissão de Assuntos Sociais por essa importante decisão. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria de parabenizar ao Senador Roberto Cavalcanti pela ideia e dizer que isso vem resgatar o trabalho de milhões de pessoas em todo o país. E, principalmente, não vai ficar nenhum estado, nenhum município de fora, porque todos têm os seus artesãos, todos trabalham com essa riqueza popular. Portanto, eu quero aqui parabenizar o Senador Roberto pela ideia e o meu voto é 'sim'.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Inácio.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente, com louvor ao autor e ao nosso relator. Eu acho um projeto espetacular e associo a ele um projeto que peço que V. Exa. ponha em votação, que é o Item 23 da pauta, que diz respeito aos repentistas, os tocadores de viola, essa turma toda do Brasil profundo, que precisam também de proteção. Obrigado e o nosso voto é favorável.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Todos falaremos depois da votação, pessoal. Eu estou com medo que, se sair um senador, acabou o nosso quórum. Eu estou abrindo mão de toda a minha fala aqui. Quero até elogiá-lo depois.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Trinta segundos, trinta segundos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A matéria foi aprovada.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Sra. Presidente, trinta segundos por um dever de gratidão ao Senador César Borges--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sim, pois não, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

--e ao registro de demais colegas senadores. Mas, na verdade, a sensibilidade do nobre Senador César Borges, meu companheiro velejador César Borges... Dizem que todo velejador tem uma sensibilidade especial, mas, na verdade, esse projeto é um projeto que me encantou na minha infância. Eu, com dez anos de idade, acompanhei o meu pai à época fazendo o primeiro livro no Brasil sobre o Mestre Vitalino, que faria cem anos nesse ano, seria o aniversário de cem anos do Mestre Vitalino. Registrar também a pujança do artesanato da Paraíba, tão bem tocado pelas pessoas que compõem o Grupo de Administração do Artesanato da Paraíba.

Era isso, eu agradeço por demais a sensibilidade dos demais senadores nos seus votos e, fundamentalmente, nos seus registros de votos. Mais uma vez, César Borges, parabéns.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada. O projeto foi aprovado, e a matéria, agora, vai à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Passamos agora ao Item 12. O Item 12 é uma decisão terminativa, é o Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2009, que "*Modifica a redação do caput do art. 71-A, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências (assegura a licença-maturidade para a adotante)*". A autoria é do Senador Paulo Paim e a relatoria é do Senador Mão Santa. Como o Senador Mão Santa não se encontra presente e já foi apresentado esse projeto em duas reuniões, eu vou assumir como relatora *ad hoc*. Eu vou assumir por uma razão muito especial.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Vai adotar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vou adotar esse projeto, porque, hoje, também, nós vamos ter em Plenário... Eu vou pedir ao Senador Inácio Arruda, por favor, não saia, porque vai ser o mais rápido possível. Hoje nós vamos ter em Plenário a votação da licença-maternidade de seis meses para todas as mulheres brasileiras. É uma PEC de minha autoria e eu gostaria

de, desde já, pedir a todos que estejam com essa PEC. Então falou em licença-maternidade, eu sei o quanto é importante.

Eu gostaria de dizer, já que eu assumo, já avo-quei, então eu vou ler aqui o relatório, passando a presidência ao Senador Paulo Paim.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está com a palavra a relatora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Na realidade, eu vou ser muito prática, objetiva. Esse projeto é fundamental, porque nós sabemos o quanto é importante a família, a mãe que recebe uma criança, adotando de forma com tanto carinho, com tanta... É de uma importância tão grande que ela possa também se dedicar a essa criança, porque ela passa a ser mãe de coração. É importante que isso venha exatamente a dar todo um ambiente, toda uma presença maior, para que esses laços sejam ainda mais forte no cuidado e no amor. É este o relatório e o voto é pela aprovação. Passamos, então, à votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em votação. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Em nome das mães que humanitariamente adotam crianças, eu voto 'sim'.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Geraldo Mesquita Júnior, Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Voto conhecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): 'Sim'.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Mozarildo Cavalcanti estava saindo ali, mas deixou o voto. César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): 'Sim', Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ideli Salvatti, José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Com a relatora, Sr. Presidente. Voto 'sim'.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): José Agripino, Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O projeto foi aprovado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Senador Paulo Paim, falta o seu voto, Senador Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): O Senador Paulo Paim, naturalmente, com a relatora. Eu estou presidindo. Consulto as Sras. e Srs. Senadores se podemos adotar a votação para as emendas oferecidas pela relatora.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Aprovado. A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA

CIARLINI (DEM-RN): Nós gostaríamos aqui de passar agora... Aprovado o projeto do Senador Paulo Paim, que eu tive o prazer de ser a relatora *ad hoc*. Passamos agora ao item extrapauta, decisão terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2010. A autoria é do Senador Tião Viana e a relatoria é do Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senadora Rosalba, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Eu quero, primeiro, agradecer ao Senador Eduardo Azeredo, por ter me concedido a honra de substituí-lo na CAS, para que eu pudesse relatar um projeto da maior importância para a Amazônia e, em especial, para o Estado do Pará, que é o Projeto de Lei do Senado 178, de 2010, do Senador Tião Viana, que "*Dispõe sobre a obrigatoriedade da pasteurização da poupa do açaí*". O Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2010, de autoria do Senador Tião Viana, dispõe sobre a obrigatoriedade de pasteurização da poupa de açaí, na forma de regulamentação própria, com o objetivo de prevenir a transmissão oral do agente etiológico da Doença de Chagas.

Senadora Rosalba, o açaí é, no Pará e na Amazônia, alimento dos pobres e, hoje, ganhou fama internacional. Então ele dá sustentação a centenas de milhares de famílias e o projeto do Senador Tião Viana iria... Senador Roberto Cavalcanti, eu pediria--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Eu vou aguardar, eu vou aguardar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --a V.

Exa. que garantisse o quórum. O projeto do Senador Tião Viana, quando ele exige a pasteurização da poupa do açaí, inviabilizaria aqueles pequenos amassadores de açaí que não têm condições de pasteurizar porque não têm volume para isso. Então já existe... É verdade que, até 2007, havia casos de Doença de Chagas transmitido pelo Barbeiro, mas que um TAC, ajustado pelo Ministério Público com os amassadores de açaí, reduziu substancialmente a doença de 2007 a 2009. Em 2009 só ocorreram onze óbitos na Amazônia toda, quando, em 2007, foram 157. Então já existe uma ação para que possa ser oferecido à sociedade um produto de qualidade com higiene através do TAC.

Eu conversei com o Senador Tião Viana, que é o autor do projeto, quero agradecer a ele, ele entendeu e aceitou que eu pudesse fazer o relatório pela rejeição, pela rejeição, para que o processo fosse arquivado e nós iríamos discutir um novo projeto após o recesso. Eu quero dizer que eu falo aqui em nome não só da Presidente do Sindicato de Frutas, a Solange, como também do Coordenador-Geral da Associação de Batedores de Açaí de Belém, o Félix [ininteligível] Santos.

O voto, Sra. Presidente, é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado 178, de 2010.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em votação.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em comum acordo com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não havendo quem queira discutir, passamos à votação. Como vota o Senador César Borges? Quem vota com o relator vai dizer não. Senador Inácio.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Marcelo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Com o relator, Sra. Presidente. Essa decisão aqui, é bom que se diga, traz uma certa tranquilidade aos bate-dores de açai do Estado do Pará, que, nesses dias, Senador Flexa Ribeiro, como V. Exa. sabe, estava uma verdadeira polvorosa por conta dessa decisão que iríamos tomar aqui. Portanto, prevaleceu o bom senso e vamos, então, encontrar um caminho para regulamentar e garantir o exercício desse trabalho, com todas as condições de higiene e preservação da saúde das pessoas, porém, garantindo o trabalho de milhares de pessoas.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Destacamos que foi acordo com o Senador Tião Viana também, com o autor.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exato. Então havendo esse consenso em torno da rejeição e a busca de alternativas futuras é algo muito importante que aqui estamos deliberando. Portanto, parabéns ao Senador Tião Viana, pela compreensão, e ao Senador Flexa Ribeiro, pelo relatório. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Paim, como vota?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu já votei, com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A Senadora Rosalba também vota com o relator. O projeto foi rejeitado. A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Também um minuto. Eu gostaria de destacar o relatório do Senador Flexa Ribeiro, que mostra realmente a sensibilidade dele pela questão social de uma maneira geral. Ele vem se pautando aqui, no Senado Federal, sempre nessa direção, e esta preocupação que ele trouxe com os plantadores, os produtores, os comerciantes do açai, isto também poderia realmente, também, ainda criar problemas lá no estado.

Então eu quero destacar isto e parabenizar o Flexa Ribeiro pelo relatório.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente, ainda temos quórum?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Temos quórum ainda.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Temos quórum. Eu gostaria aqui de passar agora ao item--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Açai não é para sair, é para ficar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O açai já foi rejeitado. Agora nós vamos passar ao item extrapauta--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, eu sou o relator do Item 27, eu relato em um segundo. É um segundo e a votação.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Relate o 23, por favor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passamos, então, para o Item 27.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Marisa, dá dois minutinhos aqui, só tem dois projetos. Se os relatores quiserem, eles relatam em um segundo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Item 27, decisão terminativa: *"Dispõe sobre o fornecimento de alimentação diferenciada em escolas públicas para alunos portadores de diabetes, hipertensão ou anemias"*. A autoria é do Deputado Celso Russomanno e a relatoria é do Senador Paulo Paim. Com a palavra o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O projeto garante a limitação diferenciada aos estudantes nas escolas públicas brasileiras portadores de diabetes, hipertensão ou anemias. Está feito o relatório, favorável ao projeto do Celso Russomanno.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com a saída de dois senadores, nós perdemos o quórum. Eu gostaria aqui de passar... Tem quórum? O Senador Azeredo não é da comissão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): O Senador Eduardo não é.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós vamos suspender a discussão enquanto retorna o quórum.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Isto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passaremos agora ao Item 31.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente, eu peço a leitura do Item 23, também é terminativo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): O Item 21 também, Sra. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Para que a gente possa votar logo que alcance o quórum.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Item 23.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): O Item 21 também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, passamos logo para o Item 23, o Item 21.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O Senador Garibaldi era o relator, ele pediu que indicássemos o Senador Paulo Paim, se V. Exas. aquiescer, se não tiver nenhuma outra reivindicação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós vamos ler. A votação será adiada. Projeto de Lei do Senado nº 417, de 2009, Item 23, que "*Acrescenta art. 143-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre aposentadoria por idade de repentistas e de cordelistas, e dá outras providências*". A autoria é do Senador Inácio Arruda, e a relatoria é do Senador Garibaldi Alves, que não está presente e será designado *ad hoc* o Senador Paulo Paim. A matéria constou da pauta das reuniões dos dias 25/05 e 09/06/2010, sendo adiada a sua apreciação. Essa é uma matéria de importância muito grande porque vai fazer justiça a homens e mulheres cordelistas e repentistas.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu relato em dois segundos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para *ad hoc* proferir o relatório.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O projeto do Senador Inácio Arruda, relatado pelo Senador Garibaldi, tem por objetivo conceder a aposentadoria por idade ao repentista e ao cordelista no valor de um salário mínimo, desde que comprove a sua atividade artística, ainda que de modo descontínuo, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício e em número de meses idêntico a carência do referido benefício. Não há problema nenhum, está feito o relatório, é pela aprovação do projeto. O relatório está pronto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Vamos adiar a discussão e a votação para logo que tenha quórum.

Passamos agora ao Item 31.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sra. Presidente, 21 também, é que eu estou presente aqui também, 21, tem o 30.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): No Item 31, também o senhor é o relator.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010, Complementar, Não Terminativo, que "*Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral da Previdência Social*". A autoria é do Deputado Leonardo Mattos, e a relatoria é do Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu quero até fazer uma homenagem ao Deputado Leonardo Mattos, deputado federal, também, portador de deficiência, e que apresentou um projeto de mais alta relevância, estabelecendo critérios para a aposentadoria da pessoa com deficiência, estabelecendo diretrizes diferentes, conforme o grau de comprometimento da deficiência, se um grau leve, moderado ou severo. Há uma expectativa muito grande no Brasil em relação a este projeto.

Então, neste sentido, Sra. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei Complementar, como já colocado, do Deputado Leonardo Mattos. Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010, e o relatório é nesse sentido, então, Sra. Presidente. Agradeço.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos à votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu quero requerer, Sra. Presidente, urgência neste projeto, para que o Plenário possa apreciá-lo também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em votação o pedido de urgência. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. O projeto foi aprovado e o pedido de urgência também. A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Passamos agora ao item extrapauta, decisão não terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2010, que "*Altera o art. 8 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para prever a dedução da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física das despesas do contribuinte e de seus dependentes com medicamentos utilizados por dependentes até o limite anual individual*". A autoria é do Senador Eduardo Azeredo, que se encontra presente e sempre é muito bem-vindo

à nossa comissão, e o relator é o Senador Flávio Arns. Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sra. Presidente, é um projeto do Senador Eduardo Azeredo, muito reclamado pela sociedade, para que as despesas com medicamentos de uso contínuo possam também ser abatidas no imposto de renda. Então o valor é estabelecido no projeto, é um projeto meritório, importante, despesas de saúde, e, também, no caso dos medicamentos, essas despesas devem ser comprovadas. Então o relatório é pela aprovação do Projeto de Lei.

Eu só pediria, Sra. Presidente, que, na sequência, V. Exa. pudesse colocar... Tem mais dois itens com minha relatoria, o Item 21 e o Item 30.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O 30 é não terminativo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Porém, o relatório do Projeto 148 é favorável, é não terminativo, é favorável, e da emenda também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, passamos à votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com a palavra o autor, o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero apenas agradecer ao Senador Flávio Arns e à Sra. Presidente também. Esse projeto é de grande alcance social. Nós, hoje, podemos descontar os gastos com a educação, não podemos ter tanto com saúde. É mais uma tentativa, eu sei que anteriores já foram feitos, mas o fato é que nós temos que permitir que as despesas com medicamentos possam também ser deduzidas até um limite razoável, como está no projeto. Veja que hoje é possível deduzir medicamentos se estiver dentro da conta hospitalar. Se tiver no tratamento contínuo, no tratamento de doença crônica, não é permitido. Não é por questão justa, portanto, por uma questão de isonomia, não tem um custo elevado, de maneira que o projeto é realmente importante que seja aprovado, e eu agradeço aqui aos membros dessa Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, senador.

Passamos agora ao Item 30, é uma decisão não terminativa. Emenda de Plenário nº 2, oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2005, que “Dispõe

sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências”. A Emenda nº 2: “Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2005, a seguinte redação: Art. 1º – O controle da natalidade de cães e gatos em todo o território nacional será regido de acordo com o estabelecido nesta lei, mediante o emprego de esterilização, vedada a prática de outros procedimentos veterinários”. A autoria da Emenda nº 2 é do Senador Sérgio Zambiasi. A autoria do PLC é do Deputado Afonso Camargo, e a relatoria é do Senador Flávio Arns. Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): É um projeto também de interesse social, um acompanhamento muito grande por parte da sociedade, e o voto também é pela aprovação do projeto, pela aprovação da Emenda, no caso, nº 2, de 2010, do Plenário, na forma da subemenda da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Então já consta do relatório também, e a subemenda diz que o controle de natalidade de cães e gatos em todo o território nacional será regido de acordo com o estabelecido nesta lei, mediante a esterilização permanente, cirúrgica ou não, desde que ofereça ao animal o mesmo grau de eficiência, segurança e bem-estar.

É muito importante, porque isso está relacionado à saúde pública e, ao mesmo tempo, o extermínio de animais saudáveis em centro de zoonoses por todo o país é uma realidade, seja por injeção letal, câmaras de gás, choque elétrico. Trata-se, portanto, de uma política pública conduzida de forma inadequada, onerosa ao estado e por demais cruel para com os animais. A emenda do Senador Sérgio Zambiasi, ao facultar o emprego de métodos não cirúrgicos, possibilita a adoção de procedimentos menos dispendiosos, de realização mais simples e consoantes com os desenvolvimentos em medicina veterinária. Trata-se, portanto, de aperfeiçoamento bem-vindo ao PLC 004, de 2005. Portanto, até para ler, assim, com mais detalhes, como acabei de fazer, em face do exposto, o relatório é pela aprovação da Emenda nº 2, de Plenário, na forma da subemenda da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Obrigado, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos à votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. O projeto foi aprovado, é decisão não terminativa, vai à Secretaria Geral da Mesa. Agora eu quero pedir ao Senador Inácio Arruda que presida, rapidamente eu voltarei. Passamos ao Item 33, é de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini: “Altera a Lei nº 7.713, de 22 de setembro de 1998, para estender aos portadores

de neuropatia grave diabética a isenção do imposto de renda dos proventos de aposentadoria e reforma". Solicito ao Senador Mão Santa para ser o relator ad hoc do Item 33.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com a palavra o Senador Mão Santa. Item 33, que "Altera a Lei 7.713, de 22 de setembro de 1988, para estender aos portadores de neuropatia grave diabética a isenção do imposto de renda dos proventos de aposentadoria ou reforma". Com a palavra o Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): É com muita satisfação que substituo aqui o Senador Geraldo Mesquita Júnior. Essa comissão, presidida pelo Inácio Arruda, o maior valor socialista desse Senado da República.

"O Projeto de Lei do Senado – PLS nº 18, de 2010, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, propõe alterar o inciso XIV, do art. 6º, da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a finalidade de incluir a neuropatia grave diabética entre as doenças e agravos à saúde(F), cujos aos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre proventos de aposentadoria ou reforma. É o que dispõe o art. 1º do projeto. O art. 2º determina que a lei resultante do projeto entra em vigor a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

A proposição é reformada(F) na intenção de corrigir situação que, segundo a autora, é injusta, na medida em que a neuropatia grave diabética é uma doença que, sob o aspecto clínico, é tão ou mais danosa à saúde do que as demais elencadas no referido dispositivo, ocasionando uma necessidade de gastos financeiros para o seu tratamento.

O PLS foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais, que deve iniciar a sua apreciação, e à Comissão de Assuntos Econômicos, para decisão em caráter terminativo. Não foram apresentadas emendas ao projeto".

A análise. "A incisão do inciso XIV, do art. 6, da Lei nº 7.713, de 1988, lista as doenças e os agravos à saúde, cujos aos portadores é concedida a isenção do imposto de renda da pessoa física sobre proventos de aposentadoria ou reforma em virtude da gravidade de seus efeitos sobre a saúde. O PLS nº 18, de 2010, tem a finalidade de acrescentar a neuropatia grave diabética nesse rol. O diabetes mellitus é uma doença caracterizada por condições decorrentes de uma disfunção do pâncreas, que afeta a sua capacidade de produção de insulina. A ausência desse hormônio altera o metabolismo dos carboidratos, lipídios e proteínas. Nos portadores de

diabetes, o controle inadequado da glicemia (taxa de açúcar no sangue) pode originar diversos tipos de neuropatia, perda gradual da função do nervo. Essas condições patológicas resultam da lesão de pequenos vasos sanguíneos que nutrem os nervos. A forma mais frequente é aquela que produz uma sensação dolorosa de formigamento ou de ardor nas mãos e pés. Além disso, a neuropatia diabética leva à diminuição ou perda da sensibilidade protetora do pé, tornando-o mais vulnerável a traumas mecânicos, à formação de feridas e eventualmente a amputações dos membros inferiores.

Nesse sentido, a isenção do IRPF sobre os proventos de aposentadoria ou reforma dos portadores de neuropatia diabética, que é a complicação mais frequente do diabetes mellitus, é uma forma de compensar os dispêndios financeiros efetuados para o controle da doença e do tratamento das suas complicações. Por essa razão, a inclusão da neuropatia grave diabética no rol das doenças constantes no inciso XIV, do art. 6º, da Lei nº 7.713, de 1988, afigura-se perfeitamente adequada".

Voto. "Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2002". Geraldo Mesquita Júnior, o relator, que eu o substituo.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, passamos à votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Quero agradecer ao Senador Mão Santa pela relatoria ad hoc desse projeto, que o senhor, como médico, sabe da importância. Nós sabemos como é importante para dar proteção àqueles que têm neuropatia em consequência da diabete.

Com a presença do Senador Arthur Virgílio. Concedo a palavra ao senador, que é o líder do PSDB e um senador muito atuante aqui na nossa Casa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Muito obrigado, Presidenta Rosalba Ciarlini, minha querida senadora.

Eu, antes de mais nada, me congratulo com a sua presidência e com a comissão, nesse momento representada a comissão pelos queridos colegas e amigos Senadores Flávio Arns e Mão Santa, pelo belo gesto de proporem a concessão de aposentadoria aos que sofram de neuropatia em função de diabetes. Eu creio que é uma demonstração de muita sensibilidade e de muita preocupação técnica, inclusive, da comissão. É a junção do social com a técnica que dá num resultado muito bom.

Mas vim aqui também para manifestar o meu apoio, embora não seja membro, não tenho a honra de ser membro dessa comissão que V. Exa. preside tão bem, manifestar o meu apoio... Até anunciei isso do Plenário ontem, num curto pronunciamento, o meu apoio ao que aqui já foi votado e aprovado, que é o projeto que regulamenta a profissão de Tradutores de LIBRAS. Eu creio que isso aí é uma garantia a profissionais que fazem muito bem a brasileiros que ficariam excluídos da informação, se esses profissionais não existissem. Brasileiros ficariam excluídos do que se passa à volta deles, se esses profissionais não tivessem condição de atuar. Eu vejo que aqui mesmo, no Senado, nós temos, no ordinário das sessões, nós não temos a tradução para surdos-mudos. Quando é Sessão Solene, por uma razão que eu não consigo captar bem, não seria gasto, seria investimentos nós termos profissionais habilitados para a tradução em LIBRAS o tempo inteiro, o tempo integral em todas as sessões do Senado, em Sessão Solene, Senador Flávio Arns, sempre tem quem traduza. Nas sessões não solenes, nas sessões não especiais, nunca tem quem traduza. Isso faz com que os que não podem falar ou ouvir fiquem distantes das informações que os senadores estariam a eles passando, se houvesse a tradução pelo método de LIBRAS.

Portanto, eu aproveito para conclamar a Casa, podermos até levar para o Plenário hoje essa sugestão à Mesa, ao Presidente Sarney, que a Casa providencie, e isso seria algo muito bem compreendido, se envolve gasto, seria um gasto muito bem compreendido. Esse gasto saudável, correto, esse gasto é muito bem compreendido pela sociedade, que a Casa providencie em que todas as suas sessões de comissão, de Plenário, todas elas passem a ter tradução em LIBRAS, todas elas, porque as Sessões Solenes são relevantes, mas não são tudo. As demais atividades do Senado não estão cobertas e, portanto, o Senado mantém excluídos da informação que ele possa passar aqueles que estariam incluídos na informação, na boa informação, fazendo um juízo muito melhor sobre a atuação do seu senador, de cada senador do seu estado, de outros estados, se houvesse a permanente presença de profissionais. Isso aí poderia, Senador Flávio Arns, Senador Mão Santa, Senadora Rosalba, virar, quem sabe, uma sugestão minha, uma resolução, uma solução, uma proposta oficial, daqui, da comissão, para a Mesa da Casa, que isso virasse uma proposta. Seria um gesto de sensibilidade que eu imagino muito coerente, muito consistente com a linha que V. Exa. e os de-

mais membros da comissão imprimem aqui à CAS, à Comissão de Assuntos Sociais.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): V. Exa. me permite um aparte?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Com muita honra, Senador Flávio.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu quero concordar inteiramente com a questão. É uma pena que isso não tenha acontecido até hoje, foi constituída uma comissão de pessoas com deficiência, um grupo de apoio a esta comissão, e, entre o levantamento todo, estava essa questão de profissionais de LIBRAS para todas as comissões, porque as comissões não têm, o Plenário não tem também, foram feitos cursos para os funcionários para recepcionar pessoas surdas aqui no Senado. Então isso foi um avanço, mas, de qualquer forma, isso é fundamental. Foram feitas já reuniões com a área de comunicação aqui do Senado, que alegou dificuldades de equipamentos para isso, que estariam substituindo os equipamentos, mas, infelizmente, o prazo que foi solicitado por eles, para que essas adequações acontecessem, o prazo já se expirou há muito tempo e nós temos que fazer com que isso aconteça.

Se a gente está aprovando leis aqui, no Congresso Nacional, para a sociedade, o Congresso Nacional tem que ser o primeiro a cumprir a lei dentro do seu ambiente. É o que a gente chama em termos de acessibilidade, quer dizer, ter acesso à informação. Poderia ser um problema de degrau, de banheiro, acessibilidade física, mas, no caso, é acessibilidade em termos de acesso à informação.

Então eu considero muito oportuno o que V. Exa. sugere, que pode ser um pedido, uma solicitação do próprio PSDB à comissão e que levantemos esta situação no Plenário, hoje à tarde, dizendo: a lei foi aprovada também para a regulamentação da profissão, mas que tenhamos de imediato, por parte da comunicação do Senado Federal, em todas as atividades, a presença do Tradutor ou Intérprete de LIBRAS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu concordo com a posição colocada pelo Senador Arthur Virgílio e referendada aqui pelo Senador Flávio Arns. Para que a gente seja realmente, possamos fazer acontecer, eu já gostaria, com o apoio dos senhores e do Senador Mão Santa, que também está aqui, que ontem presidiu tão bem lá no Plenário, inclusive com a votação da PEC da Licença-Maternidade, a votação não, a discussão, que hoje entra em votação.

Mas eu gostaria de colocar que a assessoria está orientando para que nós possamos já apresen-

tar de imediato um requerimento ou um projeto de resolução da comissão e, se possível, ainda hoje, entregar à Mesa. Então eu quero aqui, eu sei que nós contamos com uma assessoria muito competente, com o nosso chefe aqui dos assessores de comissão, e vamos fazer isso logo hoje, para apresentar hoje. Já que foi aprovado o projeto, reconhecimento da profissão, é importante... Veja aqui, Comissão de Assuntos Sociais. Nós, às vezes, temos e, às vezes, não temos. Hoje mesmo, quantos que estão surdos-mudos, estão aí sem saber que foi aprovado algo tão importante para eles, porque não tem aqui Intérprete de LIBRAS.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

V. Exa. permite, Presidenta? Neste momento, nem sabe da preocupação que V. Exa. e nós estamos tendo com eles, ou seja, é uma discriminação muito clara. Tem várias formas de discriminação, essa é uma que a gente não percebe, mas que não deixa de ser uma ação discriminatória, só porque a gente aqui, só porque os discriminadores – nós, no caso – não percebemos. Então se acordamos, eu creio que a proposta de V. Exa. é perfeita, é aprovar hoje esse projeto de resolução.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA

CIARLINI (DEM-RN): Como determina o Regimento Interno, nós já estamos encaminhando, para que seja feito esse projeto de resolução, mas precisamos, desde já, saber se os senhores todos concordam, aprovam o projeto, para que nós possamos encaminhar nesses termos, de tornar obrigatória a presença de um Intérprete de LIBRAS nas comissões e no Plenário.

Eu gostaria aqui também, uma coisa puxa a outra, como se diz, dizer que vou analisar e gostaria de contar com o apoio dos senhores para um Projeto de Lei que torne obrigatório--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Só para--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA

CIARLINI (DEM-RN): Só um minutinho, para não perder aqui o raciocínio. Torne obrigatório o uso do Intérprete de LIBRAS em todas as transmissões, porque nós não temos só TV Senado: nós temos TV Câmara, as Câmaras Legislativas também têm TV, as Câmaras de Vereadores também, nós temos a TV Brasil, a TV Educativa, todas elas possam ter o Intérprete de LIBRAS, valorizando a profissão e dando o espaço. E que o Senado passe a ter um quadro definido, porque, hoje, eles trabalham de forma terceirizada, que passe a ter o Senado um quadro definido de Intérpretes de LIBRAS. Era isso que eu queria colocar.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu concordo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Era isso que o senhor queria colocar? Então eu acho que nós estamos pensando--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Só mais uma colocação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, senador.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Eu ainda vejo mais, que V. Exa. se adiantou e mostrou mais uma vez toda a sua acuidade. Eu creio que teria que ter um corpo de funcionários do Senado Intérpretes de Libras. Amanhã estamos lançando a obra do Senador Josafá Marinho, tem uma Sessão Solene. Teria que isso aí ser transmitido pela TV Senado e obviamente com a presença do Intérprete de LIBRAS. Qualquer evento do Senado, claro que os mais relevantes, os mais corriqueiros e, por serem corriqueiros, não deixam de ser relevantes, são os trabalhos das Comissões Especiais, das Comissões Extraordinárias, das Comissões Parlamentares de Inquérito e o trabalho do Plenário. Isso aí seria o grosso do nosso dever, da nossa tarefa, isso aí estaria coberto. Mas ainda há outras atividades do Senado que demandariam a presença do Intérprete de LIBRAS. Eles fariam parte do corpo de funcionários da Casa, como nós temos os assessores de comissão, temos os nossos assessores de gabinete, assim como nós temos o corpo tão competente de taquígrafos, teríamos um corpo competente de Intérpretes de LIBRAS. O Senado precisaria incorporar a sua realidade a esse avanço, seria, de fato, um grande avanço. Jamais um gasto, jamais um desperdício. Eu duvido que algum órgão da imprensa critique isso, eu duvido, a não ser que falte juízo àquele que porventura esteja redigindo a matéria. Se estiver com o juízo perfeito, não faz críticas; ao contrário, vai aplaudir o gesto de sensibilidade e de respeito do Senado por essa minoria tão discriminada. E gravemente discriminada, até porque nós não percebemos que estamos discriminando. Quando alguém discrimina outrem por raça, por exemplo, por cor, é óbvio, quer dizer, eu não estou entrando nesse restaurante porque sou negro. Agora, quando nós, os discriminadores, não o fazemos por má-fé porque não estávamos alertados e fomos alertados pela necessidade de regulamentação do projeto, nós estamos fazendo uma discriminação que é terrível, porque, se nós não percebemos, nós não corrigimos. Os discriminados são discriminados e sentem na pele a mesma dor que sente o negro que é barrado no restaurante e

aí vem a Lei Afonso Arinos, que já prende inafiançavelmente aquele que demonstra racismo, que é flagrado em racismo.

Portanto, eu queria parabenizar a V. Exa., Senadora Rosalba, pela decisão ora tomada, porque é um grande passo, um grande passo. É um gesto de inclusão que estava tardando, mas que veio e felizmente veio sob a presidência de uma mulher sensível, correta e competente como V. Exa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E tenham certeza que não será necessário acrescentar mais recursos à Casa. Com competência, os que dirigem com certeza encontrarão a forma de ter esse quadro, sem prejuízo das demais atividades do Senado.

Nós chegamos agora à fase final, o Senador Demóstenes já está nos chamando para a reunião conjunta sobre a votação de resíduos sólidos, mas, antes, eu queria apenas apresentar um requerimento... *“Em aditamento ao Requerimento nº 46/2010, de 18 de maio de 2010, aprovado nessa comissão, solicito a inclusão do seguinte convidado: Antonio de Oliveira Santos – Presidente da Confederação Nacional do Comércio (para instruir os Projetos de Lei do Senado nºs 115 e 152, que tratam sobre a regulamentação da profissão dos comerciantes)”*. A autoria é do Senador Adelmir Santana e Flávio Arns. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Requerimento aprovado.

O Item 37 é um requerimento de autoria do Senador Cícero Lucena, que *“Amplia a distribuição de alimentação escolar para os dias úteis dos períodos não letivos”*. Solicitando a realização de Audiência Pública na Comissão de Assuntos Sociais. Para participar dos debates, sugerimos as seguintes autoridades: Dr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Dra. Rosane Maria Nascimento da Silva, Presidente do Conselho Federal de Nutricionistas; Dr. Roberto Franklin de Leão, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE. A autoria é da Senadora Rosalba Ciarlini. Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Item 38: *“Requeiro, nos termos do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Assuntos Sociais, a realizar-se oportunamente, para debater o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 77, que instituiu a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, e altera a Lei nº 8.666”*. Para participar dos debates, sugerimos as

seguintes autoridades: Representante da ANAMATRA; Representante da Central Brasileira do Setor de Serviços – CEBRASSE; Representante do Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão de Obra e do Trabalho Temporário no Estado de São Paulo – SINDEPRESTEM; Representante do Sindicato Nacional da Indústria e da Construção Pesada-Infraestrutura – SINICON. A autoria é da Senadora Rosalba Ciarlini. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Item 39, extrapauta: *“Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta entre a Comissão de Assuntos Sociais e a Subcomissão de Assuntos Sociais para as Pessoas com Deficiência, para discutir a Sugestão nº 1, de 2010, a associação e defesa do autismo, em que é apresentada sugestão de projeto que institui o Sistema Nacional Integrado de Atendimento à Pessoa Autista e dá outras providências”*. Tendo sido designado relator da matéria pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, onde a proposição ora se encontra, entendo por bem realizar a Audiência Pública no âmbito da CAS e da CASDEF, uma vez que o mérito da sugestão é diretamente afeto à pessoa com deficiência. Indico como convidados as pessoas: Sra. Juceli Vianna Antunes, Presidente da Associação em Defesa do Autismo; Sra. Marisa Furia Silva, Presidente da Associação Brasileira de Autismo, fundadora da Associação dos Amigos do Autista e Conselheira do Conselho Nacional de Saúde; Dr. Marcos Mercadante, Professor da Escola Paulista de Medicina; Sra. Rita Valéria dos Santos Brasil, Presidente da Associação dos Amigos do Autista da Bahia; e Maria Cecília Pereira de Mello, Desembargadora Federal. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Queremos agradecer aqui a presença dos Srs. Senadores e Senadoras, dos nossos ilustres visitantes, mais uma vez parabenizar aos Intérpretes de LIBRAS que vieram participar dessa reunião. Tivemos uma reunião onde quinze projetos foram aprovados, entre eles dez terminativos, um em regime de urgência, dois lidos e quatro requerimentos aprovados.

Quero comunicar que, na próxima semana, nesse mesmo horário, na quarta-feira, estaremos nos reunindo com uma pauta extensa, já que se aproxima o recesso, e convidar todos os senadores para que estejam participando, já que nós precisamos dar celeridade a esses projetos, cada um mais importante... que falam de saúde, de assistência social, de questões trabalhistas, das questões que estão no dia a dia do cidadão e que nós queremos cada vez mais

aprimorar os seus direitos, valorizando, protegendo a cidadania e também dando apoio para que os seus deveres também sejam cumpridos. Muito obrigada e até a próxima reunião.

Convoco agora os Srs. Senadores para a reunião conjunta na CCJ, onde será analisado o projeto que trata de resíduos sólidos, projeto importantíssimo, que tem relação fundamental com o meio ambiente, com a qualidade de vida. Então será agora apreciado numa reunião conjunta.

Sessão encerrada às 13h07.

ATA DA 33ª REUNIÃO CONJUNTA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, COM A 36ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, 33ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E 26ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, A REALIZADA EM 7 DE JULHO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às treze horas e vinte e oito minutos do dia sete de julho de dois mil e dez, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência Eventual do Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Edison Lobão, Jayme Campos, Marco Maciel, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Jarbas Vasconcelos, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Renato Casagrande, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Romero Jucá, Hélio Costa, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Efraim Morais, José Agripino, Eliseu Resende, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro, Gim Argello, Cícero Lucena, João Tenório, Jorge Yanai, Jefferson Praia, Roberto Cavalcanti, Garibaldi Alves Filho, Paulo Paim, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Mão Santa, Raimundo Colombo, Flávio Arns, Mozarildo Cavalcanti, João Durval, Cristovam Buarque, Delcídio Amaral, Sérgio Zambiasi, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Fátima Cleide, Rosalba Ciarlini e Marisa Serrano reúnem-se as Comissões de Assuntos Sociais; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Deixam de comparecer os Senadores Augusto Botelho,

Gilvam Borges, Leomar Quintanilha, Adelmir Santana e Papaléo Paes. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da Pauta: ITEM ÚNICO – Não Terminativo – SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, DE 1989. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Autoria do Substitutivo:** Câmara dos Deputados. **Autoria do Projeto:** Senador Francisco Rollemberg. **Relatoria na CCJ/CAE/CAS:** Senador César Borges. **Relatoria na CMA:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (SCD) nº 354, de 1989, suprimindo, do § 1º do art. 9º, a expressão “após esgotadas as possibilidades de gestão enumeradas no caput” e, do art. 28, a expressão “ou de resíduos sólidos equiparados aos domiciliares pelo poder público municipal na forma do parágrafo único do art. 13”; rejeitando o art. 48 na íntegra, bem como o inciso III acrescido ao §1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 1998, pelo art. 54 do Substitutivo, e o parágrafo único do art. 55; além de promover os seguintes ajustes redacionais no texto: substituição, no § 9º do art. 19, da expressão “I a XVIII” por “I a XIX”; no inciso VII do art. 21, da expressão “art. 30” por “art. 31”; no § 4º do art. 33, da expressão “I a IV” por “I a VI”; e no § 2º do art. 36, da expressão “inciso II do caput” por “§ 1º”. Em 05/05/2010, foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria, e aprovado o Requerimento nº 49, de 2010-CCJ/CAE/CAS/CMA, de iniciativa do Senador César Borges, para que o estudo da matéria seja realizado em conjunto pelas Comissões de Assuntos Econômicos; de Assuntos Sociais; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, nos termos do art. 113, do RISF; Em 07/07/2010, durante a discussão da matéria, o Senador Jorge Yanai apresentou oralmente uma sugestão para restaurar o art. 16 do Projeto original rejeitada pelos Relatores e pelas Comissões; Em 07/07/2010, foi aprovado o Requerimento nº 29, de 2010-CMA, de autoria dos Senadores Demóstenes Torres e Renato Casagrande, de urgência para a matéria. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (SCD) nº 354, de 1989, suprimindo, do § 1º do art. 9º, a expressão “após esgotadas as possibilidades de gestão enumeradas no caput” e, do art. 28, a expressão “ou de resíduos sólidos equiparados**

aos domiciliares pelo poder público municipal na forma do parágrafo único do art. 13”; rejeitando o art. 48 na íntegra, bem como o inciso III acrescido ao §1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 1998, pelo art. 54 do Substitutivo, e o parágrafo único do art. 55; além de promover os seguintes ajustes redacionais no texto: substituição, no § 9º do art. 19, da expressão “I a XVIII” por “I a XIX”; no inciso VII do art. 21, da expressão “art. 30” por “art. 31”; no § 4º do art. 33, da expressão “I a IV” por “I a VI”; e no § 2º do art. 36, da expressão “inciso II do caput” por “§ 1º”. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência declara encerrada a reunião às quatorze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador Demóstenes Torres, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senador **Demóstenes Torres**, Presidente Eventual.

36ª REUNIÃO CONJUNTA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, CONJUNTA COM A 33ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, 33ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS E 26ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 07 DE JULHO DE 2010, ÀS 13 HORAS E 28 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião Conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a 33ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 33ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e 26ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Legislatura... 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 359 de 1989, que “Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 98, e dá outras providências”.

Convido para que venha à Mesa, e é tida como visita honrosa à nossa comissão, a Ministra do Meio Ambiente, Isabella Teixeira.

[palmas]

Eu peço aos senhores que não se manifestem, nem a favor nem contra, porque o Regimento é taxativo a esse respeito.

Também gostaria de aplaudir a presença da nossa Ministra, mas deixaremos para...

Concedo a palavra ao ilustre Senador César Borges, relator na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Assuntos Sociais, para que possa proferir o seu relatório.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Relator, daria para resumir? Talvez só o Voto, porque todos já conhecem bem.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É, eu... Inicialmente, Sr. Presidente eu quero saudar a presença da Ministra e dizer que hoje eu acho um dia histórico na aprovação desse Plano Nacional de Resíduos Sólidos, uma luta de muitos anos.

Eu fiz um relato, Sr. Presidente, são 15 páginas e vou poupar os Srs. Senadores, já que tivemos audiências públicas e já há algum tempo foi distribuído o meu relato.

Direi apenas que “Durante a tramitação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei do Senado 354, de 89, de autoria do Senador Francisco Rollemberg, cuja ementa dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final de resíduos de serviços de saúde, foram pensadas mais de 80 proposições sobre os mais variados temas relacionados aos resíduos sólidos, inclusive o Projeto de Lei nº 1.991, de 2007, de origem do Poder Executivo, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e dá outras providências.

Conforme justificação do relator da matéria na Câmara dos Deputados, o texto aprovado, ora consubstanciado no Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 354, de 89, resultou de acordo firmado após longa e exaustiva discussão da matéria, esforço do qual participaram representantes dos órgãos das três esferas governamentais, de setores empresariais os mais diversos e do comércio varejista, de entidades ambientalistas e de defesa do consumidor, de cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis e de especialistas na gestão de resíduos sólidos.

O projeto original, como se nota, foi totalmente reformulado pela Casa revisora”.

A seguir, passamos a relatar os principais pontos do Substitutivo, indo diretamente para análise, Sr. Presidente, já o que projeto é bastante complexo e longo.

“Na análise, verifica-se que a iniciativa do projeto tem amparo no art. 24, inciso VI e § 1º, da Constituição

Federal, segundo o qual compete à União, em caráter concorrente com os estados e o Distrito Federal, estabelecer normas gerais sobre conservação da natureza, defesa do solo e de recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

Por sua vez, a Carta Magna, em seu art. 18, reconhece a autonomia política e administrativa dos entes da Federação, que compreendem a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.

Assim, sob o prisma constitucional, é atribuição dos municípios, com base no art. 30, inciso I e V, legislar sobre assuntos de interesse local e organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou de permissão, os serviços públicos de interesse local, nos quais se insere a gestão de resíduos sólidos urbanos, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos rejeitos.

Como se vê, no plano federal, uma lei nacional de resíduos sólidos deve restringir-se a estabelecer normas gerais, que possam ser aplicadas, indubitavelmente, em todo o território, e que respeitem as prerrogativas constitucionais dos estados e municípios e a autonomia administrativa dos entes federados, conforme a Carta, a Constituição Federal.

Em primeiro lugar, quanto à técnica legislativa, é necessário corrigir os erros de remissão constantes nos dispositivos abaixo relacionados: § 9º do art. 19 – onde se lê ‘de I a XVIII’, o correto seria ‘de I a XIX’; inciso VII do art. 21 – substituir ‘art. 30’ por ‘art. 31’; § 4º do art. 33 – onde se lê ‘de I a IV’, o correto seria ‘de I a VI’; § 2º do art. 36 – substituir ‘inciso II do caput’ por ‘§ 1º’.

No tocante ao mérito, apresentamos os seguintes comentários: uma vez que o ‘caput’ do art. 9º expressa claramente a hierarquia de prioridades no gerenciamento de resíduos sólidos, o § 1º do dispositivo, na forma como está redigido, gera contradição e poderá levar a interpretações equivocadas e prejudiciais na aplicação da lei.

Recordamos que a recuperação energética está prevista no art. 3º, inciso VII, do Substitutivo como uma das formas de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, ao lado da reutilização, da reciclagem e da compostagem.

Não custa lembrar que a recuperação energética dos resíduos sólidos já é alternativa utilizada em vários países, sobretudo nas grandes aglomerações urbanas onde as áreas disponíveis para a implantação de aterros sanitários são cada vez mais escassas e caras.

Por essas razões, propomos suprimir do § 1º do art. 9º a expressão, aspas, ‘após esgotadas as possibilidades de gestão enumeradas no caput’, fecha aspas.

Também suprimimos do art. 28 a expressão, aspas, ‘ou de resíduos sólidos equiparados aos domiciliares pelo poder público municipal na forma do parágrafo único do art. 13’, fecha aspas. A redação original do dispositivo poderá dar amparo legal para que os geradores industriais e comerciais transfiram indevidamente suas responsabilidades para os municípios, ferindo o espírito da lei que pretendemos aprovar.

Além disso, rejeitamos, na íntegra, o art. 48, por entender que o sistema legal vigente garante a conservação e a preservação ambiental ao mesmo tempo em que assegura ao poder público competência para decidir, no âmbito do licenciamento ambiental, sobre a conveniência e os interesses de utilidade pública no caso de empreendimentos e atividades localizados em áreas de preservação permanente, as APPs, bem como sobre as medidas mitigadoras e as compensações ambientais pertinentes a serem adotadas.

Recomendamos, também, rejeitar o Parágrafo Único do art. 55 do Substitutivo, visto que a disposição nele contida praticamente anula o estabelecido no ‘caput’, que trata da definição do prazo máximo de 04 anos para uma disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, que desse modo compromete a efetiva aplicação da lei.

Diante do exposto, Sr. Presidente, o nosso Voto é pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989, suprimindo do § 1º do art. 9º, a expressão, aspas, ‘após esgotadas as possibilidades de gestão enumeradas no caput’, fecha aspas, e, do art. 28, a expressão, aspas, ‘ou de resíduos sólidos equiparados aos domiciliares pelo poder público municipal na forma do Parágrafo Único do art. 13’, fecha aspas; rejeitando o art. 48 na íntegra e o Parágrafo Único do art. 55; além de promover os seguintes ajustes redacionais no texto: substituição, no § 9º do art. 19, da expressão, aspas, ‘I a XVIII’ por ‘I a XIX’; no inciso VII do art. 21, da expressão, aspas, ‘art. 30’ por ‘art. 31’; no § 4º do art. 33, da expressão ‘I a IV’ por ‘I a VI’; e no § 2º do art. 36, da expressão ‘inciso II do caput’ por ‘§ 1º’.

Sr. Presidente, resumidamente esse é o relatório, essa é a análise e é o nosso Voto.

Eu parabeno a toda engenharia política que foi feita no âmbito da Câmara dos Deputados e também no âmbito do Senado Federal para que fosse possível, hoje, estarmos aqui aprovando para o país todo um Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que será extremamente importante para o meio ambiente, para a vida humana e para todo o país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra o Senador Cícero Lucena--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): --relator da Comissão de Meio Ambiente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só pela ordem, só.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem V. Exa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Qual será a sequência, se aprovado aqui, qual será a sequência do projeto, volta à Câmara?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos dar urgência, tem o requerimento de urgência, vai para Plenário para votação hoje.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E depois não volta à Câmara mais?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, aí vai, segue direto para sanção do Presidente da República.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra, portanto, o Senador Cícero Lucena para proferir o seu relatório.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

"Os principais pontos da SCD 354, de 1989, que apresenta 58 artigos, desdobrados, por sua vez, em inúmeros parágrafos, incisos e alíneas, serão relatados, de forma sintética, a seguir.

Assim, vejamos:

1º) A Política Nacional de Resíduos Sólidos integra a Política Nacional do Meio Ambiente, regulada pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 81, e articula-se com a Política Federal de Saneamento Básico (Lei 11.445, de 05 de janeiro de 2007), com a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795, de 27 de abril de 99) e com a Lei de Consórcios Públicos (Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005).

2º) Estabelece a responsabilidade compartilhada entre governo, indústria, comércio e consumidor no gerenciamento e na gestão dos resíduos sólidos e as normas previstas aplicam-se às pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos.

3º) As definições necessárias à aplicação da lei são apresentadas no Capítulo II do Título I. O Capítulo II do Título II relaciona os princípios e os objetivos da norma, enquanto o Capítulo III enumera os instrumentos da PNRS.

4º) Fica criado o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos e os estados, o Distrito Federal e os municípios devem fornecer ao órgão federal responsável pela coordenação do sistema as informações necessárias sobre os resíduos em sua esfera de competência, consoante o regulamento da lei.

5º) Reconhece a competência do Distrito Federal e dos municípios na gestão integrada dos resíduos sólidos gerados em seus respectivos territórios.

6º) Institui planos estaduais e municipais de resíduos sólidos, condiciona a liberação de recursos federais à elaboração desses planos e prevê que os recursos da União serão direcionados prioritariamente para os municípios que optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos e implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis que envolvam pessoa física de baixa renda.

As diretrizes e o conteúdo mínimo para os Planos Estaduais e Municipais de Resíduos Sólidos constam, respectivamente, dos dispositivos da Seção III e IV do Capítulo II e Título III.

Os estados poderão elaborar, com a participação dos municípios envolvidos, planos específicos direcionados às regiões metropolitanas, o que não exclui nem substitui as prerrogativas dos municípios previstas na lei.

No caso de municípios com menos de 20 mil habitantes, o plano municipal poderá ter conteúdo simplificado, na forma do regulamento.

7º) Explicita a responsabilidade dos diversos setores pelos resíduos gerados – indústria, comércio, serviços de saúde, mineração, construção civil e outros, inclusive no que respeita aos resíduos perigosos – e prevê a elaboração e a implantação de planos de gerenciamento de resíduos sólidos pelos responsáveis, mesmo quando inexistir plano municipal.

No caso em que as etapas sob responsabilidade do gerador forem realizadas pelo poder público, este será devidamente remunerado pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis.

Os planos de gerenciamento desses setores deverão conter diagnóstico dos resíduos gerados, e o procedimento sob responsabilidade do gerador, as metas para diminuir a geração e as medidas corretivas dos possíveis danos ambientais.

8º) Compete ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos a responsabilidade pela organização e prestação direta ou indireta desses serviços, observados os respectivos planos municipais de gestão e a Lei de Saneamento Básico.

9º) Institui a responsabilidade pós-consumo do produtor e da cadeia varejista para determinadas categorias de resíduos, como, por exemplo, pilhas e baterias, pneus, produtos eletroeletrônicos e seus componentes, e prevê a extensão desse sistema para outros produtos mediante acordos setoriais firmados entre o poder público e o setor empresarial.

A logística reversa relativa a produtos como lâmpadas fluorescentes e de outras categorias, e de eletroeletrônicos e seus componentes será implementada progressivamente, segundo cronograma estabelecido em regulamento.

10º) Reconhece o papel dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis e fortalece a atuação de suas cooperativas.

11º) Proíbe expressamente a disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos em praias, no mar ou em qualquer corpo hídrico; 'in natura' a céu aberto, excetuando-se os resíduos de mineração, assim como a queima a céu aberto ou em instalações não licenciadas para esta finalidade.

Também veda a importação de resíduos sólidos perigosos e de rejeitos para qualquer finalidade.

12º) Os infratores dos ditames da lei sujeitam-se às sanções penais e administrativas previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 98, e seu regulamento.

Durante a tramitação nesta Casa, o Substitutivo foi submetido à Audiência Pública conjunta na CCJ, na CAE, na CAS e na CMA, com a participação de Ministro do Meio Ambiente e de representantes do Ministério das Cidades; da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais; da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base; da Comissão Nacional do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis; da Confederação Nacional da Indústria; e da Confederação Nacional dos Municípios.

A matéria acaba de ser relatada na CCJ, na CAE e na CAS pelo Senador, nobre Senador César Borges em reunião conjunta, consoante os termos do art. 113 do Regimento Interno.

Em análise, de conformidade com o inciso II do art. 102-A da RISF, incumbe à CMA opinar sobre o mérito do projeto, lei atinente à proteção do meio ambiente e controle da poluição em suas formas de defesa de recursos naturais.

Como observa-se, a SCD 354, de 1989, fundamenta-se nos princípios da Agenda 21. Esse documento evidencia as necessidades de uma atuação integrada entre o poder público e segmentos empresariais e varejistas e o consumidor no que diz respeito à adoção de instrumentos que permitam reduzir no mínimo a geração de resíduos em todas as fases do ciclo do produto ou serviço, reutilizar ao máximo um determinado produto e, finalmente, reciclar aquilo que não possa mais ser aproveitado na forma original.

O projeto é claro ao instituir, estatuir no art. 9º que a sua gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: a não geração, a redução, a reutilização, a reciclagem, e o tratamento dos resíduos sólidos, bem como a disposição final em ambientes adequados dos seus rejeitos.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece em boa hora, após inúmeros debates e amadurecimento das propostas legislativas apresentadas ao longo desses anos, as diretrizes, os instrumentos e as ações aplicáveis à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, bem como as de responsabilidade dos geradores e do poder público, em todas as suas esferas.

Tal como prevista no projeto sob exame, a PNRS apoia-se nos princípios de prevenção e de precaução, reconhece o resíduo sólido reutilizável e reciclável como bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e de renda, e objetiva, em síntese, a adoção, pela sociedade, de padrões sustentáveis de produção e de consumo dos bens e serviços.

O substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados avança ao inscrever em lei a responsabilidade pós-consumo do setor industrial que, a nosso ver, é um dos pontos fundamentais para equacionar de forma satisfatória o destino ambientalmente adequado dos resíduos sólidos, a exemplo do que já foi há muito tempo, ocorre nos países da União Europeia, no Japão e em alguns estados americanos.

Também merece destaque o fato de o PNRS contemplar de forma clara a inserção das cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no sistema de gerenciamento integrado de resíduos sólidos. Há que lembrar, relembrar o papel crucial desses cidadãos no sucesso do programa nacional de reciclagem.

Não obstante o consenso técnico e político alcançado em torno da SCD nº 354, de 89, considero oportuno propor algumas modificações no Substitutivo, algumas delas já identificadas pelo próprio relator da matéria, Senador César Borges, no âmbito da CCJ, CAE e CAS.

Assim, à luz do art. 285 e 287 do RISF, que dispõem sobre a tramitação de emenda da Câmara dos Deputados, o projeto de lei do Senado Federal, acompanha o relator no que me antecedeu nos seguintes pontos:

- inciso 1º do art. 9º, rejeição da expressão ‘após esgotadas as possibilidades de gestão’ enumeradas no ‘caput’;

- no art. 28, rejeição da expansão, expressão ‘ou de resíduos sólidos equiparados aos domiciliares pelo poder público municipal na forma do Parágrafo Único do art. 13’;

- rejeição, na íntegra, do art. 48 e do Parágrafo Único do art. 55;

- correção dos erros de remissão constantes nos seguintes dispositivos: inciso 9º do art. 19; inciso VII do art. 21º; inciso 4º do art. 33º; e inciso 2º do art. 36º.

Acatamos a rejeição do Parágrafo Único do art. 55, por entender que a responsabilidade compartilhada entre os diversos setores da economia e os poderes públicos federal, estaduais e municipais no gerenciamento de resíduos, associada aos instrumentos previstos no projeto, como, por exemplo, os planos de resíduos sólidos, de logística reversa, a coleta seletiva e o fortalecimento das cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, garante as condições necessárias para a implementação do PNRS, de modo a reverter o modelo atual, que atribui exclusivamente ao município a responsabilidade pela gestão do lixo.

É evidente também o erro da remissão identificado no inciso 4º do art. 33º, tendo em vista o comando do ‘caput’, combinado com o disposto pelo art. 57, que assim estatui: ‘a logística reversa relativa aos produtos que tratam os incisos V e VI do ‘caput’ do art. 33 será implementada progressivamente segundo cronograma estabelecido em regulamento’.

Além disso, sugerimos, no mérito, não acatar o inciso III acrescido do § 1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 1998, pelo art. 54 da SCD nº 354, de 89, uma vez que a tipificação penal dessa conduta parece-nos rigorosamente demais.

Como se observa, o art. 54 do Substitutivo dá nova redação ao inciso 1º do 56º artigo na Lei nº 9.605, de 1998, para cominar pena de reclusão, de um a quatro anos, e multa a quem dispuser resíduos sólidos urbanos em desconformidade com a lei da PNRS.

Vale recordar que, de acordo com as alíneas ‘a’, ‘b’ e ‘c’ do inciso I do art. 13º do substitutivo, os resíduos sólidos urbanos englobam os resíduos domiciliares, definidos como os originários de atividades domésticas em residências urbanas, bem como os resíduos de limpeza urbana.

Feitas essas considerações, entendemos que a SCD nº 354, de 1989, inegavelmente avança na construção de um marco legal abrangente e específico sobre o resíduo sólido, que virá a complementar e consolidar o atual quadro regulatório de proteção ao meio ambiente e à saúde pública.”

O Voto, Sr. Presidente. “Ante o exposto, votamos pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado SCD nº 354, de 1989, com a supressão, no inciso 1º do art. 9º, da expressão ‘após esgotadas as possibilidades de gestão enumeradas no caput’ e, no art. 28, da expressão ‘ou de resíduos sólidos equiparados a domiciliares pelo poder público municipal na forma Parágrafo Único do art. 13º’; com a rejeição do art. 48 na íntegra, bem como do inciso III acrescido ao 1º do art. 56º da Lei nº 9.605, de 98, pelo art. 54º do Substitutivo, e do Parágrafo Único do art. 55º; e promovendo os seguintes ajustes de remissão: correção, no inciso 9º do art. 19º, da expressão “I a XVII” para “I a X”; na decisão, no inciso VII do art. 21, da expressão ‘art. 30’ para ‘art. 31’; e no inciso 4º do art. 33, da expressão ‘de I a IV’ para ‘de I a VI’; e no inciso 2º do art. 36, da expressão ‘inciso II do caput’ para ‘inciso 1º’.”

Esse é o Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Bom, havendo uma pequena divergência entre os relatórios, eu consulto o Senador César Borges se pode o seu relatório se adequar a essa parte do relatório do Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, não há nenhuma dificuldade, porque a análise que eu faço da modificação feita sobre o nosso relatório pelo nobre Senador Cícero Lucena é de não acatar o inciso III acrescido ao §1º do art. 56 da Lei 9.605, de 1998, pelo art. 54 do SCD nº 354, uma vez que a tipificação penal dessa conduta pareceu ao relator rigorosa demais, o que eu também acato.

Foi motivo de dúvida que eu tive, não abrandei a tipificação penal, mas acato plenamente a sugestão do Senador Cícero Lucena e incorporo no meu relato o que ele acrescentou.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não havendo mais divergência de texto, abro a discussão.

SENADOR JORGE YANAI (DEM-MT): Para discutir, Sr. Presidente.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Há um requerimento de destaque apresentado pelo ilustre Senador Jorge Yanai.

O destaque, no entendimento dessa Presidência, ele não cabe em função do art. 287 deixar claro que o que está em discussão é o Substitutivo da Câmara e não do Senado e o requerimento de destaque é para votação do projeto do Senado.

Todavia, eu aplico o princípio da fungibilidade e admito esse requerimento de destaque como emenda, para que V. Exa. possa apresentar e discutir com os senhores relatores e com esta comissão.

A emenda, portanto, ela restaura o art. 16 do Projeto de Lei do Senado, conforme aprovado aqui, que diz o seguinte: "Art. 16..." Peço atenção aos Srs. Senadores [soa a campainha], "É responsabilidade da administração pública municipal: inciso I – a manutenção de serviço regular de coleta e transporte dos resíduos de serviços de saúde; II – dar destino final adequado aos resíduos coletados".

Concedo a palavra ao Senador Jorge Yanai, lembrando que ele é membro da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Meio Ambiente, onde, portanto, essas emendas serão apreciadas, a emenda será apreciada, e passo a palavra a V. Exa. para que defenda a emenda que V. Exa. apresentou.

SENADOR JORGE YANAI (DEM-MT): Eu agradeço a compreensão de V. Exa. e também as explicações.

Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar os relatores, o Senador César Borges e o Senador Cícero Lucena pela relatoria brilhante apresentada nesta manhã.

Aliás, um assunto, Sr. Presidente, de extrema importância, porque ela vem desde 1989, portanto, vem passando pela Câmara [soa a campainha] a maioria do tempo, tem menos de um ano aqui no Senado Federal, é de uma importância muito grande, ela deve ser realmente apreciada com urgência.

Mas assim como vejo uma perfeição, uma necessidade desses avanços, eu vejo que ela tem, ela vem eivada também de algumas dificuldades, dificuldades técnicas no que se refere ao resíduo gerado pela saúde.

V. Exa. tem o conhecimento de que o resíduo da saúde, mesmo aqui na Capital Federal, nós não temos um tratamento adequado; o material do... O resíduo da saúde é enviado até o estado de Goiás para que seja resolvido. Eu venho de uma cidade do Norte do Mato Grosso, de 120 mil habitantes, nós temos mais de 500 profissionais liberais, entre médicos, dentistas, veterinários e bioquímicos e nós não temos condições, Sr. Presidente, de todos os dias separar o nosso lixo e dar um final nele.

Aqui, o projeto diz que o lixo gerado, o responsável pela geração do lixo é que deve dar um final

nele. Eu devo dizer a V. Exa. e aos Srs. Relatores que o profissional médico, bioquímico, o dentista, o veterinário, eles não geram nenhum material; quem gera é o paciente, ele traz o material contaminado de sua própria residência, traz no seu próprio organismo e o profissional apenas manuseia ele, ele não produz nenhum tóxico, nada.

E outra coisa também, Sr. Presidente, é que 80% de todo material gerado no país inteiro é da competência da prefeitura e vendo o serviço da própria prefeitura, os hospitais públicos, como os hospitais e clínicas, santas casas, hospitais beneficentes, PSFs, clínicas, pronto-atendimento, postos de saúde, geram talvez até mais de que 80% dos resíduos da saúde. Não é possível que, além disso, impute aos profissionais liberais a responsabilidade de dar um final a esse resíduo da saúde.

E mais ainda, hoje que todo mundo tem recém-formados iniciando a sua vida profissional, que não tem condições de procurar trabalhar e providenciar alguma coisa que possa dar fim a esse resíduo sólido de saúde.

Para vocês terem uma ideia, hoje, um incinerador custa perto de 100 mil dólares e se compra um incinerador de 100 mil dólares e ele já está tornando obsoleto, porque os gases e aquilo que sobra, as cinzas que sobram desse incinerador, hoje agredem o meio ambiente, e hoje se pensa até em reator de plasma e se pensa em outras alternativas modernas que devem ser inseridas.

O que eu peço aqui não é uma transferência de responsabilidade, do profissional que trabalha com a saúde para o poder público, mas que o poder público se organize e nos ajude nesse setor, porque, da porta para dentro, cada profissional separa o seu resíduo da saúde e que a prefeitura nos oriente de forma que a gente possa dar um fim nessa substância. Nós podemos pagar, nós podemos contribuir, mas é preciso que o poder público se organize e oriente, ele seja o nosso chefe.

E eu cito também, como exemplo, em Brasília, agora recentemente, uma clínica colocou os resíduos da saúde dentro de um contêiner e jogou na rua. Isso é um risco para a população, não o risco daqueles que trabalham e que moram em lugares que têm uma dificuldade muito grande para lidar com resíduo sólido da saúde.

É por isso que eu peço a compreensão dos Srs. Relatores, peço a compreensão dos colegas senadores, que é um assunto extremamente sério, e entendo que o momento é excelente para se discutir.

Se fala que, em modernidade, esse projeto já vem dormitando pela Câmara dos Deputados 21 anos,

então não vejo nada que não possa ser discutido por mais algum tempo para que a gente possa chegar num denominador comum.

Não estamos aqui abrindo mão da responsabilidade que cada um tem que ter, mas acho que essa responsabilidade tem que ser compartilhada, ela tem que ser uma responsabilidade com competência, mas também com coerência.

É isso que gostaria de fazer. E agradeço a V. Exa., Sr. Presidente, pela compreensão, pela inteligência, como sempre tem demonstrado na condução dos trabalhos desta Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito obrigado.

Com a palavra o senador... Não.

Com a palavra o Senador César Borges, relator na Comissão de Assuntos Econômicos, para proferir o parecer acerca da emenda apresentada pelo Senador Yanai.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

A apreciação que eu faço da emenda do Jorge Yanai é que, na verdade, ele remete ao passado, o projeto inicial é de 1989, são 21 anos; de lá para cá houve no país uma modificação até de mentalidade com relação às responsabilidades compartilhadas.

O projeto que nós estamos aprovando hoje, ele se baseia exatamente em responsabilidades compartilhadas.

Nesse período, nós avançamos muito no tratamento do meio ambiente, em especial dos resíduos sólidos e mais especialmente ainda dos resíduos sólidos perigosos que são gerados e que podem afetar a vida humana.

Então, a ANVISA, o CONAMA, já se debruçaram sobre este assunto demoradamente e criaram regulamentos e legislações específicas através de portarias e resoluções.

O que nós estamos fazendo aqui é meramente colocando agora numa legislação. Não aceitar isso seria retroagir ao passado de 1989. Os geradores, e aqui eu vou me debruçar sobre o espírito dessa lei que nós estamos aprovando e baseado também em parecer da consultoria do Senado, os geradores são responsáveis pela implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano, e os responsáveis manterão atualizados e disponíveis ao órgão municipal competente as informações completas sobre sua implementação e operacionalização.

No caso em que as etapas sobre responsabilidade do gerador forem assumidas pelo poder público, ele será devidamente remunerado pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis. Os geradores de resíduos

do serviço de saúde podem adotar soluções consorciadas, isso está no espírito da lei, ou compartilhadas, para dar cumprimento ao que estabelece a lei.

Como se observa, já é obrigação do serviço de saúde assumir a responsabilidade pela execução de todas as etapas de gerenciamento dos resíduos por eles gerados, de forma a atender aos requisitos ambientais de saúde pública e de saúde ocupacional.

O atual Substitutivo nº 354 de 89 vem, assim, consolidar e aperfeiçoar as disposições vigentes sob a ótica da gestão integrada dos resíduos sólidos. Aprovado o atual substitutivo e observadas as normas infralegais específicas decorrentes, estaremos dando as condições para uma destinação final adequada dos resíduos sólidos provenientes de serviço de saúde, tanto em relação aos aspectos de segurança sanitária quanto em termo de proteção ao meio ambiente.

Portanto, Sr. Presidente, diante do exposto, nós somos levados a rejeitar a emenda ora proposta pelo nobre Senador Jorge Yanai.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Senador César Borges, relator, rejeita a emenda.

Passo a palavra ao Senador Cícero Lucena, membro e relator da Comissão de Meio Ambiente, também para dar o seu parecer.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Não terei muito que acrescentar no parecer do Senador César Borges e, conseqüentemente, a minha aprovação, o meu posicionamento, é pela rejeição da emenda.

Só gostaria de fazer um pequeno comentário com o nobre senador que apresentou a emenda, o Senador Jorge, de que eu fui prefeito da capital do Estado da Paraíba durante oito anos; naquela oportunidade nós conseguimos resolver algo bastante crítico, que era o lixo a céu aberto, e fizemos um aterro sanitário. E o passo seguinte foi dar destino aos resíduos hospitalares, e nós, não foi a prefeitura quem construiu o incinerador, nós estimulamos a iniciativa privada para que instalasse o incinerador e está aberto para uma, duas, três empresas, o que for, no sentido de que faça esse, devido a coleta, essa própria faz a coleta por consultório, por casa de saúde, os prédios geradores públicos também fazem a mesma contribuição e remuneram a empresa privada, que ela se instalou na cidade de João Pessoa, e essa empresa, hoje, por exemplo, ela já instalou-se em Campina Grande, já está instalando nas cidades de porte médio, em Recife já tem.

Então, hoje tem essa possibilidade de que todo esse serviço que o senhor está se dispondo às casas de saúde ou aos consultórios, a remunerar, existe a própria iniciativa privada fazendo como um negócio.

Então, isso já está em muitas cidades do Brasil, devidamente equacionado.

Então, o meu Voto é também pela rejeição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O parecer da Comissão de Meio Ambiente, através de seu relator Cícero Lucena, é também pela rejeição.

Então, abro a discussão.

SENADOR JORGE YANAI (DEM-MT): Para discutir, Sr. Presidente.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Para discutir, já havia pedido a palavra o senador... Não, discutir o projeto. O senador Renato Casagrande, em seguida Rosalba Ciarlini, Jefferson Praia e após V. Exa.

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP): Gostaria de me inscrever.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E também...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa., como tem a emenda, pode falar por último, porque aí pode apresentar suas considerações.

Eduardo Suplicy e Ideli Salvatti.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pela ordem, a votação é nominal ou simbólica?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Simbólica.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu vou pedir licença para sair, porque eu já estou com duas horas de atraso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ok.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Se V. Exa. permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente. Ministra, obrigado pela sua presença aqui num dia tão importante, um dia histórico para a política de resíduo sólido no Brasil e para o Senado da República.

Quero cumprimentar os dois relatores, o Senador César Borges, o Senador Cícero Lucena, a Senadora Rosalba, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Olha, muito rápido, porque nós estamos há muito tempo nessa sessão, mas não poderemos, em hipóte-

se alguma, deixar de votar essa matéria nessa data. Já colocamos em debate, fizemos diversas audiências públicas, o primeiro projeto é de 1989, do Senador Francisco Rollemberg.

Então, há 21 anos atrás, não é... O relatório do Senador César Borges, o relator do Senador Cícero Lucena, são relatores possíveis perto daquilo que a Câmara aprovou e perto daquilo que o Senado já aprovou.

Há tanto tempo tramitando que até merecia uma lei nova, começada e iniciada agora, mas todos nós estamos aqui ansiosos para que a gente possa ter uma política de resíduo sólido no Brasil, que oriente a ação compartilhada entre os entes da Federação e que dê à sociedade um instrumento de cobrança também sobre os entes da Federação.

Então, acho que essa é a grande vitória que nós teremos a partir de agora, um instrumento que vai orientar a política da União, dos estados, dos municípios e um instrumento que vai servir para que a sociedade cobre resultados efetivos da destinação de resíduos sólidos.

Este assunto é um assunto que tomou e ganhou importância nos últimos anos, porque são produtos com contaminação, é uma quantidade enorme de resíduos em áreas metropolitanas, então ganhou importância grande e tecnologias novas estão surgindo. Então, a lei que nós estamos aprovando aponta para soluções, para saídas para esses problemas que nós estamos enfrentando.

Então, eu quero manifestar aqui, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, a minha alegria de estar hoje numa sessão conjunta, votando uma matéria que é uma matéria importante para o Brasil, depois de tanto tempo, uma matéria que a gente dá um desfecho e que, se Deus quiser, vamos pedir o regime de urgência e vamos votar a matéria ainda hoje no Plenário do Senado, para que nós possamos dar o desfecho a esse tema.

Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu que agradeço.

Com a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, eu queria inclusive, como Presidente, fazer um encaminhamento a todos os membros da Comissão de Assuntos Sociais, para que nós possamos aprovar o mais rapidamente; 21 anos já é a maioria. O Brasil hoje precisa dessa lei urgentemente, não é uma questão somente de meio ambiente, eu quero dizer aqui à nossa Ministra como é bom ver o seu interesse, está presente acompanhando.

Gostaria aqui de dizer que o Ministro da Saúde deveria também estar aqui acompanhando, porque é uma questão de saúde pública; é uma questão de saúde pública. Nós precisamos de um ambiente mais saudável, para evitar as doenças, para prevenir doenças. Então, é necessário essa celeridade.

Quero dizer aqui ao nosso querido Senador Jorge...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Yanai.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Yanai, que realmente hoje, nós, eu também fui prefeita, tenho experiência nessa área, nós fizemos muito, assim como o Senador Cícero aqui colocou, tive a importância de criar, de acabar com o lixo, de fazermos um... Um depósito, um aterro dentro das regras da normalidade.

E a questão do lixo hospitalar, há mecanismo, inclusive a lei coloca aí, como o Senador César Borges colocou, de consórcios, de compartilhamento, tenho certeza que as clínicas e os hospitais encontrarão, em sintonia com o poder público municipal, uma forma de cumprir a lei, porque é fundamental, esse é um lixo que nós não podemos deixar que seja tratado de forma igual ao outro, porque ele realmente tem uma... Uma, vamos dizer assim, realmente muito contagioso e pode provocar doenças. Enfim, o senhor conhece também essa realidade.

Então, era isso que eu queria colocar, da importância, da necessidade, da urgência e peço também que nós possamos fazer o mais rápido possível, ainda hoje, para que passe a lei a estar funcionando o mais rápido possível, melhorando o meio ambiente e a saúde pública do nosso Brasil.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Sr. Presidente, eu vou ser muito rápido, mas eu não poderia deixar de falar dessa questão.

Quero dizer ao nobre Senador Jorge Yanai que compreendo a preocupação que ele tem, mas são 21 anos já trabalhando este tema, na verdade, damos um grande passo dentro do contexto da nova realidade do século XXI, a realidade em que a questão ambiental é extremamente relevante.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero dizer que esse é um passo importante para o nosso povo, um passo importante para a minha Amazônia, para o meu querido Estado do Amazonas, que tem sérios problemas de lixões, Ministra do Meio Ambiente, nós temos municípios com graves problemas e acredito que com a aprovação deste projeto, que estabelece a Política Na-

cional de Resíduos Sólidos, certamente nós teremos grandes avanços.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu é que agradeço.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, Ideli Salvatti e Jorge Yanai.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, quero cumprimentar o esforço de todos, inclusive da Ministra do Meio Ambiente, mas de todos os senadores e autores deste projeto e gostaria de ressaltar um aspecto, pois conforme salientaram ambos os relatores, César Borges e Cícero Lucena, este projeto sobre resíduos sólidos define como princípios da política nacional de resíduos sólidos, no inciso... No art. 6º, inciso VIII, o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico, de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor da cidadania.

E no art. 8º, no inciso IV, está ali o incentivo à criação e ao princípio de desenvolvimento de cooperativas ou outras formas de associação de catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Porque eu menciono isso? Porque são, em muitos municípios, inclusive em São Paulo, onde eu resido, tem havido muitas cooperativas de catadores de material reciclável. E eu acho muito importante, eu, inclusive, ainda há poucos dias solicitei uma audiência junto ao Prefeito Gilberto Kassab para que possa receber o presidente da cooperativa de... Da Granja Julieta, que trata justamente de materiais recicláveis, e eles gostariam muito, justamente, do apoio do poder público municipal para ter as instalações adequadas para avançar no seu trabalho.

E estas pessoas que já há alguns anos estão realizando esse trabalho passaram a ter a possibilidade de melhor sustentar com dignidade e uma remuneração modesta, mas que lhes permite a sobrevivência com dignidade. Então quero aqui registrar este aspecto.

Eu tenho certeza que possivelmente em Salvador, em João Pessoa, em muitos lugares, como em São Paulo, Ministra, estas cooperativas merecem todo o estímulo. O próprio Presidente Lula se encontrou, por exemplo, nos últimos Natais, no encontro dele com moradores de rua, mas também com os catadores de materiais recicláveis.

Então, acho que esse projeto também terá importância para o objetivo que foi mencionado pelos Srs. Relatores.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa..

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria parabenizar os dois relatores, relator César Borges e relator Cícero Lucena.

Mas tem uma questão que é absolutamente relevante, porque este período todo que a tramitação deste projeto está demorando aqui no Congresso Nacional, nós temos, em todo o Brasil, uma situação de absolutamente caos no tratamento dos resíduos sólidos.

Resíduos que se avolumam cada vez mais, até porque com o desenvolvimento da sociedade de consumo e de cada vez mais produtos industrializados, e também com cada vez mais a modernização e o acesso, no caso da população brasileira, o acesso a equipamentos que há poucos anos atrás grandes parte da população não acessava. Acho que um exemplo mais concreto disso é o famoso celular, que é um lixo, inclusive, altamente complexo de tratamento, e que não há qualquer tipo de regulamentação de como deve ser tratado, equacionado, acondicionado.

Então, eu acho que mais importante do que um ou outro detalhe, por exemplo, se fosse, se eu tivesse que votar, eu gostaria que pudesse ficar configurado crime ambiental para quem, entende, o município, a autoridade responsável, não desse o tratamento adequado, conforme a legislação que nós vamos aprovar.

Agora, se este debate vai postergar e vai fazer com que a gente ainda tenha mais tempo antes de ter uma política clara, definida, com as responsabilidades, com as diretrizes para que os resíduos sólidos possam ser tratados de formas adequadas no nosso país, eu acho que a gente deve abrir mão de todo e qualquer debate que signifique que nós não votemos hoje, aqui, e no Plenário, para poder ir para sanção do Presidente, porque são 20 anos, aproximadamente, que este debate está tramitando aqui no Congresso Nacional.

E, enquanto isso, os problemas ambientais estão aí se avolumando por causa de não termos a legislação correta, mais adequada e que eu acredito que, inclusive, já teríamos uma série de defasagens no próprio texto, no próprio texto já eu acho que vai suscitar, na sequência, a entrada de novos projetos, entende, para ir aperfeiçoando, porque cada vez mais nós nos deparamos com situações que exigem regulamentação legal.

Então, eu queria parabenizar. A minha única preocupação é que nós tenhamos a garantia de que vá para o Plenário, que se vote algo que possa ser ainda negociado, se trabalhe na perspectiva de veto, me parece que pelo menos já tem algo, a nossa Ministra ali está confirmando que, inclusive tem algumas delicadezas que talvez que possa ser negociado o veto com o Presidente. Mas o mais importante, o fundamental para o

Brasil é que nós tenhamos este... Esta legislação para poder dar conta dos problemas dos desafios.

Em Santa Catarina nós temos lá algumas situações ambientais gravíssimas, que são decorrentes de lixo, seja dejetos suínos, seja remanescentes de mineração e os próprios, as próprias situações dos aterros sanitários e nós estamos trabalhando e muito numa perspectiva que eu acho que terá que ser adotada em todo o Brasil.

O lixo, ao invés de ser problema, ele tem que ser transformado em solução; o lixo, do lixo você pode produzir muita riqueza. Estão aí várias experiências que vem sendo aplicadas no Brasil e no Exterior, numa demonstração claríssima que do lixo você pode tirar energia, você pode tirar fertilizante, você pode tirar um monte de benefícios para que este problema se transforme em solução.

Por isso, que acho que vem... Tardou muito, Senador César Borges, mas que seja feito hoje sem falta.

Mas eu lhe ouço com muito prazer.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Senadora Ideli, só para esclarecer que nós estamos aprovando aqui uma legislação moderna, uma legislação que evoluiu ao longo desses 21 anos, ela não é uma legislação que está ultrapassada pelos 21 anos não, ela foi modernizada na Câmara dos Deputados e aqui também, pelo Senado, atualizada em devido(F).

Segundo, com relação à questão do celular ou de outros tipos de produtos eletrônicos e eletrotécnicos e embalagens, esse projeto prevê uma palavra chamada logística reversa, é o que há de mais moderno, é só aplicar.

A logística reversa é um instrumento caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar coletas e restituição de resíduo sólido ao setor empresarial para reaproveitamento em seus ciclos ou em ciclos produtivos ou outra destinação final. Está tudo contemplado, é uma legislação moderna, muito moderna, claro que pode ser sempre aperfeiçoada.

A Ministra me disse que neste caso aqui não há, não está se pensando em veto presidencial, não tem [soa a campainha] e pelo que eu negocie e ouvi no governo, não há porque também ter veto, e há, sim, a penalidade pelos crimes ambientais caso não se cumpra a lei, estão previstos.

Eram tão fortes que até o Senador Cícero resolveu aliviar para...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É, ele pegou leve lá, eu vi.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Não, só no gerador doméstico, só no doméstico, nos outros não, a lei continua realmente com a mão pesada.

Então, só para esclarecer à V. Exa..

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu agradeço ao Senador César Borges [soa a campainha]. Só mais uma vez parabenizo-o.

E tem um aspecto, Senador César, que me agrada sobremaneira, que é a possibilidade da interação com cooperativa, a reciclagem, o envolvimento de setores que possam, inclusive, se aproveitar da riqueza que o lixo tem potencial de gerar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Por último, o Senador Jorge Yanai.

SENADOR JORGE YANAI (DEM-MT): Vou ser bem breve, Sr. Presidente. Só para cumprimentar a ilustre Ministra, Srs. Relatores.

E dizer que, quem sabe, depois dessa discussão, após 21 anos, porque foram 21 anos de discussão, muitos de nós nem participamos dela. Para se ter uma ideia, eu estive conversando com o Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Mato Grosso e ele conversou com outros presidentes de conselhos regionais de medicina que não tinha nem conhecimento daquilo que foi discutido aqui, tampouco que houve audiências públicas, nada disso ficou sabendo. Mas a gente sabe que é dessa forma que acontece. Mas as leis são boas, as leis são feitas para serem cumpridas.

Eu só gostaria de dizer que o tempo não significa modernização: existem leis que vêm da época da República e continuam boas e justas, e que beneficiam toda a comunidade.

Então, não vejo que só o tempo vai fazer; os Dez Mandamentos continuam modernos até hoje. Então, eu vejo que o que nós temos que discutir é o mérito das questões aqui que foram feitas em relação aos diversos resíduos.

Eu me atenho ao resíduo da saúde e não sobre os outros aspectos, mas não colocando dificuldade, mas também entendendo que, também se compreenda a dificuldade que nós temos no nosso lado.

E quem sabe, Sra. Ministra, na hora da regulamentação a gente possa contemplar todas as partes para que ninguém seja prejudicado.

Era isso que gostaria de falar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa..

Encerrada a discussão, coloco a matéria em votação, o parecer na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Os senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Coloco em votação o parecer na Comissão de Assuntos Econômicos. Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Coloco em votação o parecer na Comissão de Assuntos Sociais. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Coloco em votação os pareceres, em todas elas, os dois pareceres, que na realidade o parecer tem o mesmo teor, os pareceres na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A matéria vai ao Plenário.

Requerimento de urgência.

[palmas]

Não pode haver manifestação.

[soa a campainha]

Eu peço aos senhores que cumpram o Regimento da Casa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, pelo menos, eu posso bater palma?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, de jeito nenhum.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Nem eu? [risos].

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos votar o requerimento de urgência.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Requerimento nº 29, de 2010.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos votar o requerimento de urgência.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Mas, em seguida, sugiro que V. Exa. possa dar oportunidade da Ministra Isabella Teixeira expressar seus sentimentos diante da boa... Da boa nova.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Requerimento nº 29, de 2010, da Comissão de Meio Ambiente: "Nos termos do art. 336, inciso II, combinado com o art. 338, inciso IV do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 354, de 1989". Eu e o Senador Renato Casagrande e esse requerimento é feito na Comissão de Meio Am-

biente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que é a última.

Srs. Senadores desta comissão que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado o requerimento de urgência.

O projeto vai imediatamente à Câmara dos Deputados.

Não, ao Plenário do Senado. Revogo o despacho [risos].

E peço aos senhores, eu não posso... E foi rejeitado, naturalmente, a emenda apresentada pelo Senador Jorge Yanai, nos termos dos pareceres dos relatores.

Eu não posso conceder a palavra à Ministra, porque não se trata de Audiência Pública, é uma reunião solene da Comissão de Constituição e Justiça. Então, lamentavelmente, não posso fazer assim, mas parabeno a Ministra por todo o seu empenho, aos dois relatores, aos Presidentes de Comissões, aos Srs. Senadores que se empenharam decididamente para que esse projeto pudesse ser aprovado.

Então, vamos encerrar a sessão para que posamos, inclusive, tentar fazer essa votação no dia de hoje. Eu tenho certeza que isso acontecerá.

Encerrada, portanto, a presente reunião. Agradeço a todas as senhoras e a todos os senhores.

Sessão encerrada às 14h28.

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 14 DE JULHO 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia quatorze de julho de dois mil e dez, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a Presidência da Senhora Senadora **Rosalba Ciarlini**, com a presença dos Senadores Augusto Botelho, Roberto Cavalcanti, Renato Casagrande, Geraldo Mesquita Júnior, Mão Santa, Flávio Arns, César Borges, Eduardo Suplicy, Romero Jucá e Heráclito Fortes reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais. Registra-se a presença da Senadora Níura Demarchi. Encontram-se licenciados o Senador Raimundo Colombo e a Senadora Ideli Salvatti. Justificam ausência os Senadores Paulo Paim, Marcelo Crivella, Gilvam Borges, Paulo Duque, Leomar Quintanilha, Adelmir Santana, Efraim Moraes, Flexa Ribeiro, Papaléo Paes, Mozarildo Cavalcanti, João Durval, e a Senadora Fátima Cleide. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião destinada à realização de **Audiência Pública** em cumprimento ao Requerimento nº 49, de 2010 – CAS, de sua autoria, para **debater e apresentar sugestões ao diagnóstico precoce do câncer infantojuvenil**

como política de Estado, com a presença dos seguintes participantes: Francisco Neves, Superintendente do Instituto Ronald McDonald; Cláudio Galvão Castro Júnior, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica – SOBOPE; Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva, Diretor-Geral do Instituto Nacional de Câncer – INCA; Rilder Flávio Paiva Campos, Diretor-Presidente da Casa Durval Paiva. Usam da palavra os Senadores Augusto Botelho, Roberto Cavalcanti, Mão Santa e a Senadora Níura Demarchi. A Senhora Presidente suspende a Reunião às doze horas e quarenta e seis minutos, reabrindo-a às doze horas e quarenta e oito minutos. A Presidência recebe Requerimento do Senador Augusto Botelho para a realização de Audiência Pública com o objetivo de promover debate sobre Acórdão do Tribunal de Contas da União e seus efeitos sobre as atividades do Instituto Nacional do Câncer – INCA. A Senhora Presidente informa que o referido Requerimento será apreciado na próxima Reunião deliberativa desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e um minuto, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 14 DE JULHO DE 2010, ÀS 10 HORAS E 22 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bom-dia, Srs. Senadores, Senadoras, senhores convidados, senhores assessores, demais membros da comissão, nossos funcionários, nossos colaboradores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública aprovada conforme o Requerimento nº. 49/2010 – CAS, de minha autoria, com o objetivo de debater e apresentar sugestões ao diagnóstico precoce do câncer infantojuvenil como política de Estado.

Queremos convidar os nossos debatedores, Dr. Francisco Neves, Superintendente do Instituto Ronald McDonald. O Dr. Francisco Neves... Há dois anos, nós... Eu participei, inclusive, em São Paulo, da abertura de um trabalho... Seja bem-vindo, Dr. Francisco. Onde o Instituto McDonald é parceiro, ao lado da Associação

Brasileira de Oncologia Pediátrica, do INCA, das Casas de Apoio à Criança com Câncer, onde esse trabalho é realizado exatamente com esse foco de como detectarmos precocemente o câncer infantojuvenil.

E como participei desde o início, então nós estamos aqui exatamente para que nessa audiência com todos os atores integrantes, como o INCA, a Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica e o Dr. Rilder Flávio Paiva Campos, que é o representante das Casas de Apoio à Criança com Câncer – dirige, em Natal, a Casa Durval Paiva, que também nós conhecemos esse trabalho maravilhoso que é realizado, de apoio, de atenção, de proteção às nossas crianças... Então, hoje, nós vamos, exatamente, ter essa visão de como a experiência que começou desde dois anos está se desenvolvendo.

Experiência em que foram selecionadas algumas regiões-piloto e, em uma parceria com o Programa Saúde da Família, capacitando, dando condições para que eles pudessem realizar esse trabalho, foi iniciado, e que nós esperamos que, realmente, os bons frutos possam se multiplicar e esse programa florescer por todo o Brasil.

Então, Dr. Francisco, seja muito bem-vindo a esta Casa, à nossa comissão.

Quero convidar o Dr. Cláudio Galvão Castro Júnior, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica, que eu tenho a honra de ser colega, pediatra. Seja muito bem-vindo, colega.

A pediatria eu considero uma das especialidades mais importantes. Infelizmente, ela vem passando, inclusive, por um momento, vamos dizer assim, meio de crise, porque os novos médicos estão escolhendo pouco essa especialidade. Que eu gostaria, aqui, até de levar aos estudantes de medicina uma palavra de quem... Muitos anos como pediatra, não é? Nós podemos... Foi possível conhecer de perto toda essa realidade brasileira e dizer que não há algo que gratifique mais do que você cuidar de uma criança. E o mais importante é agora, já com mais de 30 anos de profissão, quantas crianças que eu vi nascerem, quantos que cuidei, no decorrer da sua existência. Hoje, eu encontro homens e mulheres fortes, saudáveis, constituindo a sua família. Isso é algo que não tem dinheiro que pague.

Então, eu gostaria de dizer que quem vai para a medicina, já vai por vocação. Mas quem faz a pediatria é uma vocação diferenciada, mas tem essa satisfação, que é o maior mérito, é o maior prêmio que a gente pode receber. Então, eu queria, aqui, levar uma palavra de incentivo aos jovens que estão na faculdade de medicina, que tenho certeza que entraram com essa vocação do servir e de cuidar da vida, que eles façam

essa reflexão e vejam que cuidar da criança é cuidar do início de tudo, de uma vida.

Passamos, aqui, ao Senador Augusto Botelho, que ele pede um aparte.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu gostaria, também, de falar aos estudantes que a pediatria também traz ao Senado e deve levar ao governo, também. Ajuda muito nesse ponto, a especialidade. Aí o exemplo da nossa ministra, da nossa...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E com certeza a nossa visão será a de futuro, porque quem cuida de criança quer fazer transformações, cuida do novo pensando em um mundo melhor, no mais justo e com mais desenvolvimento, onde os direitos do cidadão sejam, realmente, respeitados, onde a educação tem um lugar especial. Porque criança precisa desse caminho muito florido para se transformar em um grande homem, em uma grande mulher, onde a saúde seja sempre presente, principalmente a preventiva, não é? Porque aí, se você cuida da preventiva o custo com a saúde reduz, você pode fazer muito mais em termos de estruturar os serviços de melhorar a atenção. E por aí vai: saúde, educação e, conseqüentemente, mais paz, mais segurança e mais desenvolvimento, com geração de oportunidades de renda e de emprego para a nossa juventude.

Bom, então vamos passar, agora, chamar aqui o Dr. Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva, Diretor-Geral do Instituto Nacional do Câncer – INCA –, a quem eu quero dizer da nossa admiração, porque sabemos que ele é um abnegado. Realmente, ele levou... Toda a sua vida tem sido um grande batalhador da causa, do combate, de criar melhores condições para que possamos tratar e curar o câncer, de uma maneira geral, no nosso Brasil. E no caso especial da criança, eu sei que ele tem um carinho ainda maior. E também ele tem um compromisso com a minha cidade, mas vai cumprir. Eu sei que as coisas do... Essa questão de recursos, emendas, tudo isso complica muito, porque é o nosso acelerador linear para o Instituto de Câncer da Cidade da Mossoró.

Bom, então, vamos passar aqui, chamar também o Dr. Rilder Flávio Paiva Campos, que é o Diretor-Presidente da Casa Durval Paiva, que a exemplo de outras casas espalhadas por todo o Brasil, presta um trabalho que merece de todos nós os nossos aplausos, o trabalho da proteção, cuidar, receber, acompanhar, acender forte a luz da esperança na vida de milhares de crianças que durante esse momento tão difícil das suas vidas, que não é somente da criança, mas também com reflexo muito forte das suas famí-

lias, precisam dessa atenção, dessa proteção e desse acompanhamento.

Então, quero, aqui, parabenizá-lo pelo trabalho que eu conheço, trabalho de qualidade, e as milhares das pessoas que contribuem para que esse trabalho possa ser desenvolvido, dizendo que, realmente, vale a pena contribuir para uma ação tão nobre, que o Dr. Rilder, com muita competência, com muita dedicação e muito amor vem desenvolvendo lá em Natal. Obrigada, Rilder.

Então, vamos... De acordo com o art. 94, § 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Senadores e Senadoras.

Como eu sou autora do requerimento e já, na realidade, já fiz a abertura, eu acho que é desnecessário, aqui, mais uma vez, colocar os motivos que levaram a convocar essa audiência pública.

Aqui, nós estamos dando continuidade ao trabalho que os senhores lembram, iniciamos quando de uma série de audiências públicas, debatendo sobre o SUS, o SUS que temos, o SUS que queremos. E nesse ciclo de debate também foi tratada a questão do câncer. O câncer, de uma maneira geral, e de uma maneira específica o câncer infantojuvenil, que é uma das maiores causas de mortalidade infantil.

Hoje, nós, tirando a causa dos acidentes, ele é o segundo lugar de mortes no Brasil, é o câncer infantojuvenil. E sabemos que ele pode ser, sim... Ter resultados melhores no tratamento se nós conseguirmos, realmente, ter ações como essa, de detectar precocemente o câncer.

Então, foi com esse motivo e, como já falei anteriormente, participei do lançamento desse trabalho que essas instituições deram as mãos para ser realizado e, agora, nós estamos aqui para ouvir, fazer uma análise de tudo que aconteceu nesses dois anos, o que foi positivo, o que poderemos fazer, como implantá-lo em todo o Brasil e como, também, fazer... Claro, algo, o rumo, se é necessário fazer algumas modificações, lapidar melhor o conceito, a forma como está sendo... Aqui, esta Casa está à disposição dos senhores.

E, com certeza, estamos sendo assistidos e vistos por milhões de brasileiros, que eu acho que a TV Senado tem esse mérito de fazer com que o povo possa participar dessa Casa à distância, mas está assistindo, e interagir com todos nós. São inúmeros, Dr. Santini, incontáveis os e-mails que recebemos. Inclusive, eu quero, aqui, dizer à SOBOPE que a Emenda Constitucional de ampliação da licença-maternidade para seis meses, que é uma luta que eu venho defendendo desde que aqui cheguei, que é de minha autoria, ela

já foi votada em primeiro turno, tinham 54 senadores presentes, foi por unanimidade. E só falta o segundo turno, onde nós vamos, esperamos que em um esforço concentrado, agora, no dia 11, possamos votar. É algo que eu considero fundamental para nossas crianças, é a licença-maternidade de seis meses, para dar mais proteção aos pequeninhos.

Então, eu queria... E como, depois da aprovação em primeiro turno, como nós temos recebido milhares de e-mails no Brasil todo, de solidariedade, de apoio a essa causa, então isso me conforta, porque é muito bom a gente saber que embora existam ainda algumas resistências, muito mais por falta de conhecimento, porque se ficam... Por exemplo, do lado empresarial, achando que isso vai ser um custo para a empresa. Não, porque a Previdência já cobre os 120 dias. Então, se ela passa a ser constitucional, isso será, consequentemente, na mesma forma que era para 120 dias, passa a ser de 180 dias, e esse custo vai ser coberto pela Previdência.

E aí se diz: *"Vai ser um custo maior ao Brasil"*. Não, vai ser um ganho, porque quando você tem a licença-maternidade de seis meses, você vai ter, com certeza, uma redução imensa, grande, considerável das internações de crianças, das doenças, então é um ganho para o Brasil, sem contar que a mãe vai ficar muito mais satisfeita de poder ficar mais com a sua criança e, ao voltar a trabalhar, ela será uma mulher muito mais tranquila e produtiva.

Então, só vejo ganhos nessa questão. E rezo que no dia 11, em um esforço concentrado, nós possamos aprová-lo, como foi no primeiro turno, por unanimidade, tenhamos essa aprovação, que é importante.

Então, vamos passar, agora, a palavra para... Os senhores têm alguma preferência? Pode começar pela Sociedade? Pois não. Então, vamos começar pelo nosso representante, o nosso Vice-Presidente da Sociedade, pelo Dr. Cláudio Galvão, para fazer a sua explanação.

O senhor dispõe de 10 minutos, mas se for necessário, não haverá nenhuma dificuldade, nós vamos estender o tempo. Obrigada.

SR. CLÁUDIO GALVÃO CASTRO JÚNIOR: Bom-dia a todos. Bom-dia aos Srs. Senadores, Senadora Rosalba. Muito obrigado por mais essa oportunidade, acho que aí eu tenho... Eu vou fazer aqui um elogio: eu tenho um particular apreço pelo Rio Grande do Norte. Eu sou lá do Rio Grande do Sul, mas eu já estou combinando para a gente fazer uma filial lá no Rio Grande do Norte, gosto muito de visitar. Dar bom-dia ao Senador Augusto, ali, que já nos recebeu, conversou, já conseguimos tratar alguma coisa.

Eu vou fazer uma explanação breve, não é? Eu só queria mostrar o que é que a gente tem, assim, de câncer infantojuvenil. A gente tem algumas propostas, algumas coisas, ainda. Muita coisa a gente precisa melhorar, mas a maior parte do que eu vou falar são de boas notícias e não de coisas complicadas. Tem? Pode passar o próximo, então.

Bom, o câncer, só para conceituar, é mais de uma centena de doenças, então, quando a gente fala de câncer, não dá para dizer que vai existir uma única cura de câncer ou um único remédio, porque nós estamos falando de doenças distintas, de tratamentos distintos, não é? E que essa doença é caracterizada por um crescimento exagerado de células, mas ela não está só restrita a isso. Então, o câncer é muito particular, dependendo de cada indivíduo, isso é um alerta até: não existirá nenhum remédio mágico que tomando você vai curar qualquer tipo de câncer. É o próximo, por favor.

Essa incidência de câncer no Brasil, aqui, o Instituto Nacional do Câncer toda vez mensura, não é? Então, esse registro, o Dr. Santini está aqui, ele pode me corrigir se eu não estiver certo, mas são aproximadamente 375 mil casos novos no Brasil e 125 mil óbitos por câncer. Em criança, a gente tem essa boa novidade, que agora a gente conta com uma estimativa mais apurada da população, então a gente já tem uma fotografia melhor, embora esse número, talvez, em algumas regiões, a gente possa aumentar, mas são em torno de 10 mil casos novos e 3 mil óbitos por câncer, entre pacientes de 0 a 19 anos. Pode passar o próximo. Passa aqui ou não?

As neoplasias são a segunda causa de óbito em crianças de 1 a 19 anos no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, perdendo apenas para causa externa, então, assim, homicídio, atropelamento. No Brasil, são a segunda entre 4 a 14 anos. Por que é que, em alguns estados, ela não é a segunda causa de óbito? Porque, talvez, a gente tenha subnotificação, a gente tenha lugares onde você tem, como segunda causa, causas maldefinidas.

Então, isso quer dizer o quê? Que nós temos uma epidemia no Brasil? Não. Isso quer dizer que a nossa saúde está melhorando, ou seja, as nossas crianças não estão morrendo mais, as crianças mais velhas, de desnutrição, de pneumonia, então, assim, o país, como um todo, ele está melhor. Então, essas ações de pediatria, essas ações de amamentação estão funcionando. Então, assim, isso em parte, sim, pode se dizer que, quando o câncer chega assim, a gente começa a exibir status de país desenvolvido. O próximo.

Bom, isso foi um trabalho muito bonito, também. Foi publicado recentemente, já, também, com o apoio

do Instituto Nacional do Câncer, que estimou, já, a incidência em 14 cidades brasileiras, e aí isso permitiu que a gente tivesse a estimativa brasileira de número de casos de câncer. Pode passar.

O câncer infantil é diferente do adulto, a gente tem muito mais leucemias, linfomas e tumores no sistema nervoso central, os tumores cerebrais. Passar? E ele rouba muitos anos de vida. Então, uma criança de cinco anos, ela tem uma expectativa de vida de mais 67. Então, você poder dizer esse número de casos é pequeno, mas eu estou roubando dezenas de anos de vida de uma criança.

O câncer infantojuvenil, por que é que a gente trata diferente, por que não coloca tudo em um lugar só e trata tudo igual? Porque nós temos tipos diferentes de câncer, se comparados com adulto, são diferentes incidências e diferentes índices de cura, são diferentes abordagens para tratamento. Então, um adulto, a gente fala muito em prevenção, em diagnóstico precoce e menos em aconselhamento genético, embora existam algumas situações que a gente precisa falar disso. Em criança, a gente fala, primariamente, em diagnóstico precoce, em aconselhamento genético, em prevenção.

O que é diagnóstico precoce? Bom, 70%, 80% de cura é o paciente que chega ao centro de referência. Se o paciente não chegar ao centro de referência, ele não será curado, então o índice de cura dele cai a 0%. Se ele chega tardiamente, nós também vamos perder em sobrevida. O próximo.

O câncer infantil é incomum, ele não pode ser considerado uma raridade. Nossos índices de cura têm aumentado nacionalmente, só o nosso serviço de oncologia pediátrica do Hospital de Clínicas de Porto Alegre tem mais de mil sobreviventes em acompanhamento. Em países como Chile, Estados Unidos, Canadá, diagnóstico e tratamento de câncer infantil são política de Estado. Próximo.

A maioria dos nossos casos não tem cura, não é? Desculpa. A maioria dos nossos cânceres não tem causas conhecidas, então, a gente não tem como definir se isso foi uma interação do meio ambiente, qual o fenômeno biológico que fez isso. A gente sabe que ele é multifatorial, que são vários fatores que estão associados e é pouco provável que, em um futuro próximo, a gente tenha alguma coisa assim, uma estratégia tão impactante quanto nos adultos, quanto 'Pare de fumar'. E eu vejo a mortalidade e a incidência de câncer caírem. A gente não tem pediatria a isso. Então, por isso a gente fala muito em diagnóstico precoce. Então, assim, você tem que incorporar o câncer infantil como diagnóstico e aí... Para poder encaminhar ao tratamento. Pode passar.

O câncer infantojuvenil é democrático, ele não distingue etnias, não distingue classe social, não distingue regiões e não distingue partido político, ele incide na população exatamente como é. Então, na nossa unidade da oncologia pediátrica, que a gente atende pacientes de todos... Pode atender convênio e particular, a gente tem pacientes de todas as classes sociais. Próximo.

Ele exige equipes multidisciplinares especializadas e bem treinadas, requerer um médico especialista, é de alta complexidade em qualquer lugar do mundo. Restrito a esses centros especializados e, devido ao número de casos, o tratamento do câncer infantil é centralizado. Ele é exceção no modelo de assistência à saúde atual, que se descentraliza. O câncer infantil tem que ser centralizado por conta do número de casos. Eu não consigo fazer vários pequenos centros, porque seria muito caro e eu não teria a *expertise* suficiente naqueles centros. Próximo.

No passado da oncologia pediátrica, os grandes grupos... Até a década de 60, câncer infantil se diagnosticava pouco e o resultado final era o óbito. Nos Estados Unidos, ao redor, início dos anos 70, um grupo se reuniu, os índices de cura começaram a melhorar. E no Brasil, até mais ou menos a metade dos anos 70, não havia centros especializados. Em 1981, criou-se a Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica e, mais ou menos nessa época, começou haver uma organização progressiva do serviço. O próximo.

Nos anos 90, houve uma estruturação de diversos serviços em várias partes do país. Na última década, a gente teve um melhora muito grande, uma ampliação de número de leitos e de centros, e o estabelecimento de mais e mais protocolos nacionais. Os protocolos são esquemas de tratamento que a gente faz, que a gente consegue entender o tratamento, consegue publicar esses resultados. Próximo.

E, hoje, a gente tem o quê? Uma sociedade com 350 sócios. A gente tem 80 instituições cadastradas, a concentração dos serviços ainda é nas regiões Sul e Sudeste. A gente tem carência de serviços, particularmente, nas regiões Norte e Nordeste, não é? Alguns locais, alguns estados estão bem atendidos. E, conforme o INCA, mas o Dr. Santini até pode me atualizar, são 68 instituições que preenchem os critérios para atender o câncer infantil.

O que é que a gente melhorou? Temos maior adesão aos protocolos – então mais gente está tratando bem –, maior número de profissionais qualificados com título de especialista. A produção científica brasileira, em câncer infantil, tem aumentado em publicação, em periódico internacional, e as entidades internacionais reconhecem a qualidade dos nossos serviços. No últi-

mo Congresso Brasileiro de Oncologia Pediátrica, um grupo americano, o maior de todos de oncologia pediátrica, o *Children's Oncology Group*, nos cedeu três palestrantes grátis para que viessem aqui participar da discussão, da aula e, inclusive, participar, apoiar a elaboração de protocolos de tratamento. O próximo.

Esses programas de diagnóstico precoce, que aí o Francisco vai mostrar, eles têm funcionado em alguns locais no país. Então, várias iniciativas. Melhoras nos índices de sobrevida. Aderência ao tratamento. Então, as casas propiciam aderência real ao tratamento. Então, com medicamento, com apoio social, e isso faz com que a gente consiga que a criança vá ao centro. E eu não dei uma receita, mas que ela, realmente, consiga aderir àquele tratamento. Próximo.

As entidades estão cada vez mais atuantes, a CONIACC, o Instituto Ronald, o INCA, desenvolvendo programas específicos. E a gente tem envolvimento de equipes de todo o país. Então, são várias sociedades, são vários grupos juntos. Próximo.

Então, assim, as parcerias entre essas diversas entidades públicas e não governamentais, junto com entidades governamentais, são exemplos de organização e sucesso no manejo desse grupo de doenças tão complexo que é o câncer infantil. Próximo. O próximo.

Essa é uma publicação que está aqui, é um grande avanço, a publicação, o apoio do INCA e da SOBOPE. Próximo.

Mostrando aí, isso é só para explicar o que... Essas barras, quando elas estão do lado esquerdo, significam que o índice de cura melhorou. Então, isso é uma doença, o Linfoma de Hodgkin, onde a gente teve melhora do índice de cura. Próximo.

A gente ainda tem, de problemas, carência de leito; atraso de diagnóstico por falta de informação dos pais ou do profissional de saúde, ou seja, tem, mesmo em centros que você tem o leito, o paciente não chega porque ele não soube fazer o diagnóstico; atendimento primário por profissionais sem formação adequada. Então, a gente tem tumores em sistema nervoso central e tratamento em centros que não contam com médicos adequadamente formados. Próximo.

Pacientes de 12 a 19 anos, o melhor é que eles sejam tratados em centros pediátricos. Em regiões sem centro de referência, às vezes, os centros de adultos quebram um galho, mas isso implica pior prognóstico. E a gente tem locais que não têm índices de sobrevida adequados, e a gente ainda não tem meios ou políticas para se medir a qualidade do serviço prestado.

Embora a sobrevida nacional seja comparável com a do exterior, nossas estamos aquém do desejado em algumas doenças, como o sistema nervoso

central e algumas leucemias. Isso é um exemplo, não é? Os tumores do sistema nervoso central, o índice de sobrevivência está ruim, tem piorado, então, essa é uma doença que a gente tem, ainda tem uma deficiência. Próximo.

Propostas:

- Tornar o câncer infantojuvenil uma prioridade em termos de política de saúde, como acontece em países como o Chile. Isso é uma política de saúde pública;

- Ampliar programas em todos os níveis de diagnóstico precoce junto à população, agentes de saúde, profissionais de saúde e ações junto ao Ministério da Saúde, Conselho de Medicina, porque a oncologia e a oncologia pediátrica não são matérias obrigatórias em muitas faculdades de medicina, os médicos saem sem nenhuma noção disso;

- Apoiar os protocolos de pesquisa, porque pesquisa gera conhecimento e qualifica o atendimento;

- Instituir políticas de controle de qualidade, medindo os resultados do seu tratamento e aumentar a fiscalização para abertura de novos centros, exigindo-se a presença de profissionais habilitados e estrutura física mínima.

Isso é um estudo publicado na Europa, referente a pacientes tratados há mais de 20 anos, para mostrar o que é que acontece quando o paciente é tratado fora de centro especializado e fora de protocolo, isso na década de 90, na Suíça, e no lugar adequado. Então, a probabilidade de sobrevivência é dividida por três. Pode passar.

Então, assim, como conclusão: o atendimento aos pacientes com câncer infantojuvenil melhorou, já existem estatísticas e trata-se de um problema de saúde pública. Próximo.

Ações tomadas, particularmente, nos últimos dez anos mostraram-se efetivas, a nossa oncologia já é reconhecida nacionalmente, o nosso programa de diagnóstico precoce deve ser estendido e ampliado. Próximo.

A pesquisa tem que ser estimulada, a gente precisa controlar a qualidade desse atendimento. E a gente precisa de união de todas as entidades e do poder público para melhorar os nossos índices de cura. E a maioria das ações propostas requer movimentos políticos, e a sua implementação trará melhora de índices de cura e economia de verbas públicas. A gente não está propondo aumentar gastos.

Isso é uma propaganda do congresso que vai haver em Natal, 13º Congresso de Oncologia Pediátrica, já para a Senadora Rosalba, que já estamos fazendo uma propaganda do nosso congresso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E eu vou ajudar muito a fazer

essa propaganda, porque é muito importante, vocês vão para a cidade mais bonita do Brasil, viu? E é a que a melhor recebe, que é Natal. [risos]

SR. CLÁUDIO GALVÃO CASTRO JÚNIOR: Muito obrigado.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Onde vai ser o congresso?

SR. CLÁUDIO GALVÃO CASTRO JÚNIOR: Natal, em 2012. Agora, esse ano, é em Curitiba.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O senhor já está convidado, Augusto Botelho. Viu? Eu estou convidando a todos vocês que nos assistem, aos da área e também aos que podem acompanhar. Não é só para médico, mas pode ser para todos que são ligados à área da saúde, também os paramédicos, os que auxiliam, os que contribuem com as Casas da Criança, todo mundo, é bom que estejam presentes.

Eu sei que é um congresso específico, científico, mas com certeza são todos muito bem-vindos. Obrigada, Dr. Cláudio Galvão.

Passamos, agora, pela sua brilhante exposição. O senhor demonstra essa dedicação, acompanhamento e o é bom é que a gente possa sempre ter esses dados, porque a estatística, a partir, vamos dizer assim, de acompanhamento é que é fundamental para o trabalho desenvolvido.

Passamos, agora, ao Dr. Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva, Diretor-Geral do Instituto Nacional do Câncer – INCA, para sua explanação.

Parabéns, Dr. Cláudio. O senhor usou o tempo bem direitinho.

SR. LUIZ ANTONIO SANTINI RODRIGUES DA SILVA: Muito bom-dia, Senadora Rosalba Ciarlini--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bom-dia.

SR. LUIZ ANTONIO SANTINI RODRIGUES DA SILVA: Senador Augusto Botelho, Sras. e Srs. Senadores, colegas componentes dessa Mesa. Eu queria começar por cumprimentar e agradecer à Senadora, ao Senado, na pessoa da Senadora, por esse convite de participar dessa audiência que, como ela já frisou, representa um passo extremamente importante no processo da implementação de uma política pública de controle do câncer infantil no país.

Essa audiência ocorre um pouco menos de um ano após a ocorrência em agosto do ano passado, onde esse tema também foi colocado, de uma forma bem precisa, nos seus objetivos, que era discutir a questão de uma política pública. Alguns elementos dessa discussão foram colocados aqui e eu acho que daquele ano para cá, de um ano para cá algumas coisas acon-

teceram, alguma continuidade do que já vinha acontecendo persistiu, ou seja, estamos avançando.

Então, eu acho, assim, uma iniciativa extremamente positiva, essa de não só fazer uma discussão em um determinado momento, mas principalmente fazer o acompanhamento dos resultados, daquilo que estava se propondo a fazer e do que é que, afinal, tem acontecido. Eu acho que essa prática ajuda não só ao conhecimento da população, ao conhecimento do Senado sobre o problema, mas também ajuda os próprios interesses, as próprias instituições envolvidas com o processo de trabalho a obterem respaldo tanto político, quanto financeiro, quanto da sociedade para implementação das suas ações.

Eu gostaria, também, de registrar que um dos aspectos extremamente importantes, mencionados na apresentação do Cláudio, Dr. Cláudio, foi exatamente a questão das parcerias. Nós estamos diante de um problema, o câncer infantil, como ele demonstrou aos convidados, ocorre em torno de 10 mil casos por ano, no Brasil, e três mil mortes, o que do ponto de vista percentual em relação ao total do número de casos, que são quase 400 mil, excetuando pele, nós teríamos o que poderia se considerar uma baixa incidência. E assim esse assunto foi tratado durante muitos anos, até mesmo do ponto de vista da geração de informações e comunicação.

As informações a respeito de câncer infantojuvenil, no Brasil, eram, geralmente, inferências a partir da incidência de câncer de adulto, considerando o panorama internacional. Isso... A primeira grande iniciativa, que eu acho que buscou romper com esse modelo, foi exatamente a parceria entre o INCA e a SOBOPE na construção dessa publicação que foi aqui mostrada, que faz um... Que apresenta os dados da registro de base populacional e de mortalidade a respeito do câncer infantil no Brasil. Permitindo, pela primeira vez, uma aproximação mais realista da situação do câncer infantil no país. E permitindo, mais do que isso, desenvolver uma metodologia ou propor uma metodologia para que esse processo de formação fosse progressivamente aperfeiçoado. Então, esse foi um passo extremamente importante.

Um outro passo muito importante foi a identificação de que qualquer política implementada nessa área do controle de câncer infantil necessitaria de ações governamentais, sem dúvida nenhuma, mas de uma forte parceria com a sociedade civil. Não há possibilidade... Aliás, o próprio SUS reconhece isso, de uma maneira geral, mas no caso do câncer infantil é muito específico. Não há nenhuma possibilidade de você atuar efetivamente no controle do câncer infantil de uma

maneira isolada ou de uma maneira... Cada entidade cuidando da sua própria especificidade.

A importância de gerar sinergia ficou demonstrada ao longo desses anos mais recentes, quando nós criamos, no Instituto Nacional de Câncer, mas sem a hegemonia do instituto e com a participação de várias entidades, entre elas o Instituto Ronald McDonald, o Instituto Desiderata, a SOBOPE, criamos um fórum onde foram discutidas as prioridades da política do câncer infantil e foram definidos alguns pontos extremamente importantes como, por exemplo, além da constituição das parcerias, a importância do diagnóstico precoce.

Então, vários aspectos da política de câncer infantil começaram a ser aprofundados no sentido de mostrar, por exemplo, a necessidade da qualificação técnica dos centros. Portanto, não há porque pulverizar os centros de assistência de câncer infantil até porque faltariam recursos para isso, faltariam não só técnicos quanto humanos, mas faltaria, principalmente, qualidade, porque para o atendimento do câncer infantil é necessário que haja uma *expertise*, uma certa concentração. E, portanto, isso provoca outro desafio, que é necessidade do deslocamento das pessoas para regiões onde esse tratamento é oferecido. E esse deslocamento não é uma questão apenas física, transporte, mas é uma questão de ambiente, é uma questão de apoio à família, é uma questão de apoio à família não só para criança que se deslocou e a mãe ou o pai que se desloca junto, mas é o apoio à família, também, que permanece na sua casa de origem.

Então, todo o processo de atenção ao câncer infantil envolve uma grande complexidade, do ponto de vista dos diversos atores sociais envolvidos, e não é possível ser tratado com medidas simplificadoras, nós temos que entender a complexidade da abordagem desse tema. E nesse sentido as diversas ações que têm sido feitas vão ser, como já foram mostradas, em parte, aqui, pelo Dr. Cláudio, complementadas pelos expositores que me seguem. No entanto, eu, para falar do ponto de vista das ações governamentais, que eu vou me deter um pouco nessas ações, justamente porque nós... Eu entendo que nossas exposições, aqui, fazem parte de uma abordagem comum do problema, embora, eventualmente, com expectativas e pontos de vista diferentes, mas do ponto de vista das ações governamentais é importante prestar contas, aqui, a essa comissão, daquelas ações que foram combinadas e estabelecidas aqui, no ano passado.

Então, nós entendemos que existem algumas peculiaridades do problema da oncopediatria e que, do ponto de vista da abordagem governamental, elas estão sendo entendidas e acompanhadas. Por exem-

plo: a importância de estabelecimento da rede de oncopediatria no Brasil. Então, a Portaria do Ministério da Saúde nº. 62/2009, que estabelece a rede de atenção oncológica no país já definiu, por cada uma das regiões, unidades credenciadas e, portanto, adequadas a fazer um atendimento correto em oncopediatria. [soa a campanha]

Então, nós vamos verificar nessa exposição, nesses números que eu vou apresentar, o que já foi demonstrado, que há uma concentração de recursos na região Sul e Sudeste, o que também corresponde, em parte, à concentração da população, mas não é só isso, há, realmente, carência. Então, na região Norte, nós temos só dois centros especializados em oncopediatria, um em Manaus, um outro em Belém. Na região Nordeste, nós temos 15 centros, sendo que distribuídos entre Maceió, Salvador, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte e Sergipe. Em todos esses estados é preciso aprofundar o conhecimento específico das necessidades e fazer, ainda, um investimento, onde for necessário ampliar essa capacidade, mas sempre dentro daquele conceito de que é necessário que haja uma certa concentração de tecnologia e de *expertise* para tratar da melhor forma possível esses pacientes.

Na Região Centro-Oeste existem cinco unidades considerado Brasília, Cuiabá, Campo Grande e Goiânia; na Região Sudeste, são 32 unidades; na Região Sul, são 14 unidades e, no total do país, são 68 unidades com oncologia pediátrica, dentro de uma rede, hoje, constituída de 168 unidades entre centros de câncer e unidades da atenção ao câncer. E, portanto, em 168, 68 estão habilitadas ao tratamento de oncologia infantil.

Do ponto de vista dos recursos necessários e da revisão dos procedimentos, porque esse era um outro problema, havia uma defasagem, e ainda há uma defasagem entre novos recursos e novas possibilidades terapêuticas, e algumas até nem tão novas como, por exemplo, o tratamento de complicações, mas que não estavam incluídas nas tabelas de procedimento. Recentemente, o Ministro Temporão anunciou, na reunião do CONSINCA, e isso... Anunciou uma portaria que deveria ter sido publicada, segundo informação do ministro, mas certamente será ainda publicada esse mês, uma portaria que altera, atende várias dessas solicitações, amplia a quantidade de recursos para o sistema de oncopediatria e hematologia pediátrica em um valor anual de mais 20 milhões de reais, passando o gasto anual, em torno de 74 atuais, para 94 milhões de reais, o que significa dizer que há uma busca, por parte do Ministério da Saúde, de aportar mais recursos para atender as necessidades da oncologia pediátrica.

Então, em termos de organização do serviço, qualificação do serviço, melhoria de recursos não só na organização das tabelas, mas também na incorporação de procedimentos também têm sido trabalhados. Existem demandas que ainda não foram atendidas, por exemplo, em relação ao tratamento da leucemia mieloide crônica, a incorporação de alguns medicamentos que já são... Vamos dizer, já tem evidência científica da importância dessa incorporação, mas que, no entanto, existem, ainda, problemas do registro do medicamento no Brasil, na ANVISA. E essa é uma ação que nós vamos atuar, junto à ANVISA, para modificar, para obter o registro adequado, para que o medicamento possa ser utilizado pelas crianças também no Brasil.

O estabelecimento de protocolos, que é um passo que nós precisamos aprofundar, o INCA, junto com a Sociedade de Oncologia Pediátrica e outras instituições que nós precisamos trabalhar juntos, faz parte de um agenda de trabalho desse fórum que foi criado e que, infelizmente, durante... Todas as propostas feitas pelo fórum foram e estão sendo operacionalizadas. No entanto, o fórum, em si, acabou, por mudanças até de pessoas da direção de alguns órgãos do próprio Instituto Nacional de Câncer. O fórum, em si, acabou não tendo a reunião, a periodicidade de reuniões que deveria ter. Mas eu tenho certeza que todos estão interessados em continuar a fazer isso, não só os parceiros, mas a própria direção do instituto, e nós vamos dar continuidade a esse trabalho do fórum, sim, acompanhando essa agenda que foi aprovada.

Eu queria dizer, ainda, talvez para concluir essa exposição inicial, que como disse o Dr. Cláudio, a situação do câncer infantil se torna, embora esse seja um problema sério de saúde pública para o país, mas ele vem se tornando evidente como um problema de saúde pública, na medida em o que Brasil vem obtendo bons resultados em saúde pública em outras áreas, aumentando, portanto, o estado geral de saúde das crianças, o que faz com que aquelas crianças que antes não sobreviviam às condições mínimas de situação de vida social e econômica, hoje, por sobreviverem a essa situação e numa situação de saúde melhor, elas aumentam o número de pessoas suscetíveis ao aparecimento da doença.

Então, é um indicador, ao mesmo tempo, que mostra melhorias no sistema de saúde, mas mostra um problema de saúde pública pela dimensão que ele atinge do ponto de vista da mortalidade nas crianças. E, principalmente, porque é um tipo de câncer que apesar disso, apesar de não se poder fazer prevenção primária, a não ser em alguns aspectos do câncer hereditário, mas é possível que se possa fazer detecção

de diagnóstico precoce e com isso melhorar muito os resultados.

O câncer infantil é um grande desafio para o sistema de saúde, como nós podemos ver aqui e vamos ainda conhecer melhor e aprofundar melhor nessa exposição. Mas é, também, uma oportunidade, no sentido de que o enfrentamento do problema não só contribui para o resultado em relação ao problema em si, como contribui, também, para um aprimoramento da gestão e da organização do próprio Sistema Único de Saúde. De modo, senadora, que só para dar essa participação inicial, e não quis repetir a apresentação de dados e informações epidemiológicas que foram muito bem apresentadas pelo Dr. Cláudio, com as quais... Quer dizer, nós compartilhamos todas essas informações. No momento, o que eu quis foi trazer informações a respeito do que fizemos desde audiências de 11 meses atrás até hoje, e ainda quais são os desafios que temos pela frente. E, depois, naturalmente, fico à disposição para as questões que forem colocadas.

Só queria, antes de terminar, cumprimentá-la, também, por essa iniciativa da lei dos seis meses de licença-maternidade. Dizer que, com certeza, o Ministério da Saúde tem todo interesse e apoia essa lei, mas no que for necessário que haja uma manifestação mais contundente, digamos, por parte do ministério, eu tenho certeza que o Ministro Temporão estará à sua disposição para isso. E eu, já em nome dele até, posso me adiantar e fazer esse apoio e cumprimentá-la e parabenizá-la pela iniciativa. Iniciativas como essa é que permitiram com que... Melhoria... Haja melhoria da qualidade da vida e sobrevida das crianças, e que o problema do câncer infantil possa se tornar alvo de uma ação de política pública. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Dr. Santini. Eu gostaria aqui de agradecer a participação de V. Exa., mas também agradecer, já antecipadamente, esse apoio que eu tenho certeza que o Ministério da Saúde, através do seu ministro, não tem se negado. Porque em nenhuma questão voltada para a melhoria da saúde, a gente sempre vê o ministro vir na linha de frente. O senhor, como auxiliar, já coloca aqui, conhecendo bem o pensamento e a postura do ministro com relação a essa questão.

Também com relação ao aleitamento materno, eu gostaria aqui de fazer até um *link* com a questão do câncer infantojuvenil. Era bom que nós pudéssemos ter até as estatísticas, mostrando qual é a relação da criança que foi amamentada com o câncer e eu acho que isso nunca nós fizemos, essa relação. Porque o leite materno tem provado, quanto mais nós pesquisamos, nós acompanhamos verdadeiros milagres que

acontecem nas crianças que têm a oportunidade de receber um aleitamento materno correto. Por que não também analisar essa questão? Porque são crianças mais fortes, onde as suas defesas são muito mais potente e, consequentemente, ela tem mais defesa. Eu tenho quase certeza que se a gente fizer esse acompanhamento, para saber a relação: a criança que é amamentada e a criança não amamentada, com relação ao câncer, eu faço aqui, eu estou fazendo uma provocação, mas também dizendo que eu tenho quase certeza que a criança que passa pelo aleitamento materno, ela... O risco de contrair câncer também deve ser menor por isso, pelas defesas que o seu organismo passa a ter.

Então, eu peço aqui à Sociedade de Pediatria que veja esse aspecto, para que a gente tenha mais esse dado que deve ser importante. Já ao INCA também... O INCA a quem eu quero dizer: olha, serviço público no Brasil, de uma maneira geral, a gente tem um conceito péssimo. Não é verdade? O povo diz logo: *“É público, não é bom”*. Não é assim, existem serviços públicos de excelência. O INCA, eu sou testemunha, Dr. Santini, porque não agora, sempre. Eu, há cerca de 25 anos atrás, eu não apenas estive lá pediatra, eu estive como mãe e vi dos cuidados com o meu filho, que foi pelo SUS. Na época não tinha SUS, era o sistema público INAMPS, não é? Eu vi, ele fez um processo de quimioterapia lá e que era um serviço de excelência, tanto fazia ser paciente particular, como público, o atendimento, os cuidados, eram o mesmo. A mesma coisa eu vi também no Hospital do Câncer em São Paulo, já aí como médica, acompanhando pacientes que eu detectava algum problema e alguns eu tive que acompanhar. Inclusive, uma sobrinha que está curada e hoje é médica, médica e mãe já de dois filhos. Então, que teve também um problema de câncer na infância. Tive também quantos e quantos outros serviços.

Vejo lá no nosso estado a abnegação, a luta, a vontade de melhorar cada vez mais da Liga Norte-Rio-Grandense que faz um trabalho também excelente, da Liga Mossoroense. Então, o que nós temos é exatamente isso, sabemos que é um tratamento que não pode ter em cada cidade um serviço, porque é um custo, precisa de tecnologias de custo muito alto e, então, ele tem que ser concentrado. Nós temos, por exemplo, queremos chegar a esse nível do Sul, que são três estados, o Sul, e dispõe de 14 serviços. No Nordeste, nós temos 15 serviços. Ainda é pouco para a região tão grande, mas o pouco que temos nós queremos excelência e daí porque eu cobro tanto acelerador linear, porque as tecnologias são avançadas, vão avançando.

Eu tive a oportunidade, isso também foi uma coisa muito boa, aqui no Senado, participando daqui da Comissão de Assuntos Sociais, algumas viagens que eu fui em missão, quando tive a oportunidade de ir a Genebra, para a ONU, pela minha curiosidade com essa área da criança e procurei ver como era que tratavam a criança lá. Na Alemanha, não foi diferente, também conheci todo o processo. Recentemente, quando eu fui agora, até não foi uma viagem do Senado, foi particular, privada, para um casamento de uma sobrinha. Mas eu não me contive, fui conhecer também o sistema de assistência à criança, porque sempre a gente tem algo a ver, aprender e copiar o que está certo, o que está bom. É muito importante.

O Brasil precisa copiar uma coisa, investir mais na saúde. A Emenda 29, Deus queira que seja regulamentada, porque nós não podemos ficar investindo em saúde menos do que o Chile, do que a Argentina. Isso é algo que a gente precisa e eu sei que o governo, o ministério tem lutado. Precisamos realmente a sensibilidade de todos que fazem o governo, para que isso vá à frente da bancada, que eu sou totalmente favorável, o Senador Augusto Botelho e, também, o Senador Mão Santa. Nós votamos e foi por unanimidade a aprovação da Emenda 29. É urgente, é mais recurso para a saúde e, consequentemente, nós poderemos ter mais avanços no tratamento e da pesquisa tecnológica para o câncer.

Então, queria aqui passar agora a palavra ao Dr. Francisco Neves, que é o Superintendente do Instituto Ronald McDonald para a sua explanação. E, como eu falei no início dessa audiência, é também participante desse grupo que está integrado com a questão da prevenção.

Mas já que eu fiz aqui uma provocação à Sociedade de Pediatria, eu queria fazer também uma ao congresso que vai acontecer em Natal no próximo ano. É que o fórum se reúna nesse congresso, seria uma oportunidade de vocês unirem o útil ao agradável, vamos fazer uma reunião no fórum e vamos conhecer a beleza, o rendilhado das dunas, aquele sol maravilhoso, o povo do sol do Potengi, da Cidade de Natal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Cidadão natalense.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Dr. Francisco é cidadão natalense. Ele já conhece, já prestou serviço à nossa cidade, ao nosso estado. Então, mais uma vez convidando todos a irem ao Rio Grande do Norte.

Passamos a palavra ao Dr. Francisco Neves.

SR. FRANCISCO NEVES: Bom-dia a todos. Eu vou evitar, para ganhar tempo, que eu estou olhando aqui o tempo que nós temos para fazer a exposição,

eu vou evitar as formalidades e quero agradecer a nossa participação.

Nós estivemos aqui em 25 de agosto do ano passado. Na ocasião, nós viemos nos apresentar, é verdade, os mesmos atores e estamos aqui os quatro. Eu estou muito feliz, senadora, senadores, hoje, não só como pai que já vivenciou isso com o filho, mas também como superintendente do Instituto Ronald McDonald, de mais uma vez nós estarmos aqui hoje. Primeiro, para agradecer o apoio que a gente tem recebido enquanto movimento; segundo, prestar contas; e, terceiro, mostrar os desafios.

Eu não tenho dúvida que os avanços no Brasil, em relação à oncologia pediátrica, são significativos, relevantes e de referência. Hoje, temos aqui quatro atores, a Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica, que é o alicerce em relação ao primeiro momento do tratamento, que são os médicos; o Instituto Nacional de Câncer através do... Representado pelo Dr. Santini, que é o órgão que regula isso; o movimento de voluntários, através das causas de apoio, com a Confederação Nacional das Instituições de Apoio à Criança com Câncer; e o Instituto Ronald McDonald como investidor e condutor de algumas parcerias, de algumas políticas que nós adotamos, em conjunto, a serem estabelecidas. E para quê? Para inclusive não se desperdiçar recursos, como antigamente, foi bem dito aqui ainda há pouco, de investir recursos em uma determinada localidade, agindo separadamente e não em conjunto. Eu acho que esse foi um dos grandes passos que a gente deu nesses últimos anos.

Um outro passo principal que a gente deu foi quando em 2005, a partir de 2005, com a política de atenção oncológica, que foi criada em dezembro de 2005. Conseguiu-se também verificar que o câncer não é só uma doença, o câncer é uma questão de política pública. Ela tem que ser encarada como uma questão de política de saúde e esse foi um grande avanço. Rapidamente eu vou... Eu estou olhando ali o meu tempo. Pode passar o próximo, por favor.

Eu vou pular essa parte, que já foi muito bem abordada pelo Dr. Cláudio e pelo Dr. Santini. Eu só quero focar aqui nesse ponto onde diz que deva ser tratado adequadamente e diagnosticado precocemente, para que se obtenham os resultados que se quer. Próximo.

Quem nós somos? Nós atuamos como uma instituição sem fins lucrativos e temos como missão melhorar a qualidade do atendimento à criança com câncer, apoiando essas ações que já são realizadas no Brasil. O próximo, rapidamente.

Desde o primeiro McDia Feliz. Aliás, quero dizer que este ano vai ser realizada, no dia 28 de agosto,

mobilização nacional em favor de captação de recurso e divulgação.

Mas aqui em 2002, 2003, que nós ficamos em um primeiro momento estudando as questões relacionadas ao conhecimento. Em 2002, 2003, com o apoio do Dr. Temporão, na época diretor do INCA, nós lançamos um programa de atenção integral, que tinha outro nome, e a partir de 2007, nós identificamos a questão do diagnóstico precoce. Por que este primeiro ponto? Porque era necessário que as crianças precisassem ser tratadas adequadamente em áreas específicas, que dessem condições do médico ter o mínimo necessário de estrutura física, profissional ou de equipamentos para poder atender as crianças. Agora, a partir de 2007, 2008, com o lançamento que nós fizemos, começamos a tratar a questão do diagnóstico precoce, que é a segunda parte, desde que tratados adequadamente e diagnosticados precocemente. O próximo, por favor.

Como eu disse, nós não trabalhamos sozinhos, nós trabalhamos em parceria. As parcerias estratégicas são o Instituto Nacional de Câncer, a Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica e a Confederação Nacional de Apoio à Criança com Câncer. Próximo.

Isso é uma abrangência do nosso trabalho, o ano passado. Nós estivemos presentes em 19 estados, 50 cidades, 53 instituições de apoio à criança com câncer foram beneficiadas. Nós apoiamos 81 projetos, que às vezes uma instituição apresenta mais de um projeto e destinamos recursos financeiros diretamente, fora de recursos indiretos, 16 milhões de reais. O próximo, por favor.

Basicamente, nós temos três programas: a Casa Ronald McDonald, que é uma casa de apoio com uma certificação de um programa internacional; o diagnóstico precoce; e de atenção integral. Próximo.

O de atenção integral, eu vou passar rapidamente, que foi o que eu falei ainda há pouco. O próximo, por favor. Isso foi feito em parceria com o INCA e foi lançado recentemente. A gente obedece alguns princípios e alguns procedimentos, algumas políticas já estabelecidas que têm por objetivo geral: – o próximo – contribuir para a atenção, não só o tratamento, mas o que está em volta do tratamento de atenção integral. Isso foi um avanço nosso. Próximo, por favor.

Aí vem uma série de ações específicas. A gente pretende trabalhar no aprimoramento do foco e da qualificação dos projetos, na qualificação da assistência, no alinhamento às diretrizes do Ministério da Saúde, reduzir o risco de investimentos, ou seja, não aplicar recursos em uma localidade que você não tenha condições de ter um retorno. A gente não quer aqui, enquanto o Instituto Ronald está criando monstro, porque

depois a gente sabe quanto custa construir e o quanto custa manter. Articulação regional e a construção de uma rede de atenção oncológica infantil, no sentido de você saber em que momento a criança deve ser direcionada para onde e por quem. Construir uma ampla articulação com programa de diagnóstico precoce, que vem no sentido de também ajudar na articulação da rede. O próximo, por favor.

Essas são as nossas perspectivas. Nós trabalhamos na atenção integral com quatro linhas. A linha A, que é toda focada na questão do tratamento, principalmente na melhoria das condições hospitalares; a linha B, que é com relação aos postos psicossociais, que são as casas de apoio; a linha C através de programas de incentivos psicossociais; e a linha D, através de seminários, pesquisas e congresso.

Falando especificamente de diagnóstico precoce tudo tem o início, não é? O próximo, por favor. Começou com uma provocação do Dr. Santini, em 2005, quando em uma reunião do instituto, que nós estávamos estabelecendo critérios, para poder se trabalhar com cadastramento do Instituto Ronald e que critérios a gente também teria para projetos. O Dr. Santini fez uma provocação e disse: *“Existe uma rede de atenção oncológica e está sendo lançada agora”*. Foi quando saiu a política de atenção oncológica, publicada em 2005. *“O Instituto Ronald McDonald podia segurar essa bandeira do diagnóstico precoce”*. Provocação feita, assumida e fomos em frente com a parceria desses atores que aqui estão. O próximo, por favor. Pegamos a referência de dois projetos que eles tinham muito sucesso, que foi em Recife com a Dra. Arli Pedrosa e, em Itabuna, com a Dra. Tereza Fonseca. O próximo, por favor.

Aí começamos a desenvolver o programa. Quem participou da construção do programa? Pode ir para o próximo.

O INCA, a SOBOPE, os conselhos científicos do instituto, que é formado por profissionais o instituto, médicos e voluntários que fazem parte do nosso comitê. Na época, as uniões, UNEACC e UNIVERSO. A UNEACC é União Nacional das Instituições de Apoio Norte e Nordeste; UNIVERSO é Sul, Sudeste e Centro-Oeste; e uma consultoria em saúde pública. Próximo.

Qual o objetivo geral? Pode dar mais um clique. O objetivo geral é reduzir o tempo entre o aparecimento de sinais de sintomas e o diagnóstico, favorecendo o aumento da probabilidade de cura. Ainda é um pouco complicado, hoje, quando uma criança suspeita, quando não é através de um programa como esse, ela fica andando entre os hospitais até entender que aquilo pode ser um câncer. Quando acontece isso, passam-se quatro, cinco consultas e podem ser quatro, cinco meses. Aí a gente nota, na reunião do conselho cien-

tífico, os médicos comentarem: “Se tivesse pego essa criança uns quatro, cinco meses atrás o prognóstico era diferente, o índice de cura era maior”. Porque à medida que o tempo passa na criança, apesar de ter melhores resultados, ela também contribui para que a doença [soa a campainha] se acelere. O próximo.

Com isso, nós tínhamos objetivos específicos esse é o geral, ou seja, diminuir o tempo, mas como objetivo específico já existe um programa, o Programa de Saúde da Família, que agora é a Estratégia de Saúde da Família, mudou recentemente. Ele já tem profissionais, ele já vai à casa das pessoas, já diz o que tem que ser feito. Aí a intenção era: “Vamos capacitar esses profissionais, para que a gente tenha condições dele, lá na ponta e depois, com o médico-pediatra, trazer essa criança mais rápido para a rede”. Ou seja, inverter a equação de diagnóstico tardio, tratamento complicado, complexo, alto custo, no sentido de bancar um tratamento que o tempo é longo e, ao mesmo tempo, o índice de cura que o prognóstico cai.

A gente quer inverter essa equação mais rápido no tratamento, uma possibilidade e um diagnóstico mais certo, mais correto, menor tempo de tratamento, um custo menor e um índice de cura maior. E como resultado desse projeto veio a estimular a rede. Porque a partir do momento em que o profissional de Saúde da Família identifique que aquilo pode ser um câncer, para quem ele encaminha? E aí nós tivemos na construção desse programa alguns diferenciais. O próximo, por favor.

A etapa piloto, da qual a Senadora Rosalba esteve conosco em 2008... O próximo, por favor. Mais um. Foi feito em 2008, participaram oito... Projetos foram qualificados, oito estados, uma abrangência de capacitação de 2606 profissionais, uma cobertura aproximadamente de 250 mil crianças, porque cada profissional tem um número aproximado e nós investimos recursos da ordem de 416 mil reais, proveniente de uma campanha que a gente tem no Restaurante McDonald's, que é a doação do troco. Foram essas instituições que nós trabalhamos na etapa piloto, em várias regiões do Brasil. Em 2009... O próximo, por favor.

Sim, um caso importante, não era para identificar, mas em três instituições, nós conseguimos identificar 18 casos novos de câncer, que foi bem no início e foi identificado. A ideia não é ainda neste momento, porque são programas de capacitação, demora algum tempo para sair esse tipo de resultado. Mas três conseguiram identificar para nós que 18 casos novos de câncer foram identificados na fase inicial e, que provavelmente, teriam um grande prognóstico de cura. O próximo, por favor.

A expansão... Mais alguns cliques, por favor. A expansão. Em 2009, nós fizemos 13 projetos, estamos em dez estados, praticamente dobramos, quase cinco mil profissionais serão capacitados, provavelmente uma cobertura de 500 mil crianças, e estamos investindo 993 mil reais provenientes da mesma campanha. O próximo, por favor.

Quais são os diferenciais desse programa? Primeiro, nós contratamos um consultoria técnica de profissionais especializados em saúde pública e que nos apoiaram com relação ao [ininteligível] são profissionais da FIOCRUZ; da Secretaria Municipal, a Dra. Eliane Menis(F), Dra. Ana Maria Cobo(F); fizemos vários *workshops* de proponentes, em quais as pessoas contribuíram com o programa. Dizem: “Não, programa do instituto”. É um programa que a gente conduz e uma metodologia proposta por nós.

É obrigatório que o setor público, no caso gestor de saúde, ele se comprometa de que vai seguir adiante com esse programa, a liberação das equipes para poder capacitar, ou seja, profissionais têm que ser liberados e o apoio institucional. Isso deu tão certo que agora recentemente, em Camaçari, a Dra. Nubia(F) esteve fazendo uma capacitação. Foram muitos profissionais, muitos agentes e não havia lugar, espaço. Ela teve que fazer em dois momentos, mas a demanda assim ainda continuou e os profissionais que não puderam ser capacitados foram ao gestor de saúde. O gestor de saúde e a prefeitura local resolveram apoiar esse programa e adotar como política do seu município, aí capacitando mais profissionais.

E o material didático, este livro é o primeiro livro sobre diagnóstico precoce. É pioneiro, publicado pelo INCA e todo esse material que está nesse livro, eu estou passando para a senadora. Senadora, faço questão de lhe passar e lhe agradecer pelo apoio, que esteve no lançamento do programa. Este livro, ele cria através de sinais, sintomas e da capacitação com que os agentes de saúde e os médicos-pediatras, através de fluxo, sinais e sintomas, e como é que isso pode ser entendido como um problema ou desconfiar de um câncer infantojuvenil. Além do livro-pôster, tem a cartilha e tem um pôster.

Um outro diferencial... O próximo, por favor. É em parceria com o INCA e com a SOBOPE, um portal onde em caso de dúvidas, qualquer desses profissionais capacitados, eles podem entrar nesse site. Nós temos uma parceria com a Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica, em que vai haver alguém do outro lado da linha para tirar as dúvidas no momento, via internet. Isso é um portal que a gente até diz, muito bem comentado pelo Dr. Marco Porto, de que nós não teremos nessa rede ex-alunos, mas novos integrantes

de uma rede. A função também do portal é integrar todo esse serviço e aí tem como se trabalha.

Enfim, eu acho que acabou. Por favor, acabou. O que eu queria dizer também aqui é que... Ainda na linha do agradecimento, é que um fato que nos dá muito orgulho, aí eu estou falando como brasileiro, é que quando eu tive problema com o meu filho e tinham esgotado-se as capacidades de tratamento, eu me vi obrigado a tentar alguma coisa nova, que não se fazia aqui, fora do Brasil. Eu fui para Nova Iorque e tive que fazer uma campanha para o meu filho poder ser tratado lá. Já estavam falando, naquela época, de transplante não relacionado. Hoje, já se faz transplante não relacionado aqui e não precisa ninguém sair do Brasil. Eu não vejo, ultimamente nesses últimos três anos, quatro anos, nenhuma campanha que os pais têm que fazer para a criança sair do Brasil, para poder se tratar no exterior. Até pode ir, se tiver recursos financeiros, e quiser fazer de outra maneira. Mas como eu, hoje, eu não vejo mais isso.

Esse resultado, a gente conseguiu porque os profissionais são capacitados, melhoraram as drogas, o governo está cada vez mais apoiando e aqui está um agradecimento a todos esses parceiros que estão nessa Mesa, mas o importante é que nós nos articulamos. Os desafios, alguns já foram colocados pelo Dr. Cláudio, pelo Dr. Santini, eu queria deixar aqui como registro que está faltando uma perna, nós somos quatro, aliás, aqui cinco. A gente quer os parlamentares, a gente quer que os parlamentares fiquem conosco e já surgiram algumas ideias ali, antes da sessão. Como, em um primeiro momento, nós estamos explicando o que foi conseguido, eu quero dizer que daqui para frente nós vamos ter uma disposição, mas acima de tudo o nosso resultado é um resultado que faz, nos orgulha muito em relação a dizer que hoje o câncer tem cura no Brasil. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Dr. Francisco Neves, que aqui fez uma explanação desse trabalho e que é importante. A participação que mostra que há uma conjunção de esforços, que a sociedade está presente, que as empresas que têm a responsabilidade social estão somando, para que a gente possa ter bons resultados e os resultados já estão parecendo. Com certeza, esses 18 casos, precocemente detectados, eles tiveram a possibilidade de cura muito maior. Então, é algo que é fundamental.

Quero dar às boas-vindas à Senadora Níura, de Santa Catarina, que ontem assumiu o seu mandato. Seja muito bem-vinda e esta comissão lhe recebe de braços abertos. Aqui, eu digo que esta é a comissão que trata do coração, que é a parte mais importante

da vida do cidadão, que aqui nós tratamos da saúde, da educação, das questões sociais, das relações de trabalho, do reconhecimento das profissões, dos direitos dos trabalhadores. Então, nada é mais importante do que garantir realmente a cidadania, e aqui nós estamos tratando dos pilares, digamos assim, da mola mestra para a cidadania, que é essas questões de saúde, de assistência social. Não é educação diretamente, porque tem uma Comissão de Educação, mas há uma relação, uma interrelação muito forte. Seja muito bem-vinda.

Passamos agora a palavra ao Dr. Rilder Flávio Paiva Campos, que é o Diretor-Presidente da Casa Durval Paiva, lá no Rio Grande do Norte. Como eu falei anteriormente, que presta um relevante serviço, serviço que eu admiro. Mas o bonito da Casa Durval Paiva é você visitar a Casa Durval Paiva e sentir em cada um que ali trabalha que eles estão fazendo aquele trabalho com muito amor, com vontade mesmo de ver aquelas crianças que serem assistidas terem um resultado positivo nos seus tratamentos, na sua vida.

Queria aqui, Dr. Rilder, aproveitar a oportunidade. Depois daquela audiência que nós tivemos aqui, eu apresentei um projeto de lei exatamente voltado para crianças e adolescentes carentes portadores da síndrome da imunossuficiência adquirida ou câncer, para que eles pudessem receber um auxílio-tratamento de um salário mínimo. Porque o que nós observamos, isso é uma realidade, quem vai e quem conhece o sofrido interior do nosso Brasil. Quando a criança vem, ela tem nas casas de apoio todo um suporte de alimentação, de higiene, de orientações, de medicações, enfim tudo, mas ela não pode ficar todo o tempo ali, é durante o período do tratamento. Nas interfaces, naqueles períodos em que ela retorna para casa, muitas vezes essa criança, ela volta para uma família muito carente e ela precisa ter uma alimentação diferenciada, ela precisa de determinados cuidados, que a família não pode oferecer. Então, porque não dar a essa criança, esse auxílio como se faz com o benefício continuado, como se faz com aqueles que estão com o auxílio-doença. O adulto tem esse direito, por que não dar a essa criança enquanto perdura o tratamento, enquanto há essa necessidade.

Então, esse Projeto de Lei, o PLS 407/2009, que eu apresentei e que altera a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, permitindo o recebimento do auxílio pela mãe, já que a criança é menor, ou na sua falta pelo pai, ou responsável pelo paciente. Claro que aqui vai ter que ter um trabalho social, para que esse recurso seja realmente da criança.

Então, isso aqui foi aprovado já na comissão, na CDH, o relator foi o Senador Flávio Arns e deve estar

chegando nesta comissão dentro de pouco tempo. Eu quero pedir que o Senador Mão Santa, que tão bem vem defendendo a causa da saúde, um grande defensor... O Piauí vai fazer justiça, fazendo com que Mão Santa permaneça aqui nesta Casa, defendendo os interesses maiores do Brasil e do seu estado, ou o Senador Augusto Botelho, também médico, que tem uma história de vida, de dedicação, de luta. Não é fácil ser médico lá em Roraima, também é merecedor do reconhecimento do seu povo e precisa continuar defendendo Roraima, aqui no Senado Federal, que vocês sejam... Um ou outro seja relator e defendam essa proposta aqui na comissão, para que a gente possa transformá-la em realidade para a nossa criança.

Então, dito isso, eu passo a palavra ao Dr. Rilder Flávio para as suas considerações.

SR. RILDER FLÁVIO PAIVA CAMPOS: Bom-dia a todos, Srs. Senadores, Sra. Senadora Rosalba Ciarlini.

Primeiro, agradecer o fato de estar aqui novamente e de falar um pouquinho da Casa Durval Paiva, que a senhora mencionou, mas também da Confederação Nacional de Instituições de Apoio à Criança com Câncer – CONIACC, na qual eu estou presidente. Também gostaria de ressaltar, como já foi colocado aqui por Francisco Neves, o 'Chico', o nosso 'Chico', o papel que a senhora desempenha nesta luta da causa da criança com câncer. Desde o início da campanha do diagnóstico precoce do Instituto Ronald McDonald, onde a senhora participou, esteve presente, como nas demandas surgidas ao longo desses últimos dois anos, onde a senhora sempre esteve disponível para interceder, para participar e para ajudar. Então, não poderia de forma nenhuma deixar de ressaltar essa disponibilidade da senhora em relação à causa e o compromisso que a senhora tem com a causa.

Depois dizer que tudo isso que já foi relatado aqui, algumas coisas que eu iria colocar e já foi muito bem colocada por Dr. Cláudio, Dr. Santini, por 'Chico', por Francisco, por 'Chico', 'Chico' Neves, Superintendente do Instituto. Mas nós só evoluímos, ao longo desses últimos anos, na causa, no atendimento, no tratamento e no suporte, porque essas instituições conseguiram evoluir, amadurecer e dar as mãos, fazer com que houvesse uma sintonia nas ações, para que nós pudessemos ter melhor resultados. Então, quando o 'Chico' diz que se orgulha de ser brasileiro hoje, de saber que nenhuma criança... Como ele que saiu para tratar do filho dele em Nova Iorque, em 83. Não é, 'Chico'? Eu também fui em 94 sair do Brasil para tratar do meu filho. Então, hoje raramente a gente vê isso.

O Brasil evoluiu, nós conseguimos evoluir para que esse tratamento fosse feito nos centros. Na verda-

de, o que nós buscamos hoje, aqui com esses diversos atores que nós temos aqui: os médicos, o INCA, o financiador, o Instituto Ronald McDonald, parceiro, o principal parceiro da causa, as instituições, é qualificar esse tratamento, é melhorar esse tratamento, é criar condição para que ele cada dia mais fique melhor, também, é de tornar o acesso mais rápido e o acesso melhor.

Nós temos situações, nós temos adversidades, em função de um país com a dimensão continental que nós temos, de dificuldades e que nós precisamos otimizar isso, melhorar. Que o nosso foco, na verdade, hoje não é só tratar a criança, não é só curar a criança, já que a possibilidade da cura é muito grande, mas é curar sem sequelas. É, na verdade, o trabalho que nós fazemos na ponta e na principal ponta, que é aquela que está em contato direto com a criança, com a família e é de fazer uma inclusão social. É de depois desse enfrentamento da doença, essa criança, ela possa estar pronta para enfrentar a vida, quem enfrenta um câncer tem que estar pronto para enfrentar a vida e é isso que a gente está tentando proporcionar. A partir do momento que foram dadas as mãos, unidos esses esforços, nós evoluímos muito e nós precisamos, na verdade, dividir essas responsabilidades.

Da última vez, em agosto, eu falei disso. Nós, pais, que estamos, a grande maioria à frente desse movimento, o terceiro setor, nós precisamos dividir essa responsabilidade. Nós, na conversa anterior que tivemos aqui, com o Senador Augusto Botelho, do Estado de Roraima, nós colocamos também para ele que às vezes essa nossa ideia, esse dar as mãos, nós vamos não é gastar mais, nós vamos é diminuir gastos. A partir do momento que a gente traz uma criança mais cedo para o tratamento, esse tratamento é menos invasivo, menos doloroso, demora menos tempo, a possibilidade de cura é maior, a cura é real, a cura sem sequelas. A gente está fazendo com que todos esses entes gastem menos e estamos proporcionando uma cura real.

Então, o que nós queremos na verdade, agora, dividir responsabilidades, é para que os parlamentares possam junto com a gente, como o Senador Augusto Botelho também colocou, ver o que tem de legislação para a gente discutir, otimizar, melhorar, aprofundar. Existe no Congresso Nacional um projeto de lei do Deputado Fábio Faria, que também é do Rio Grande do Norte, falando da criação do Fundo Nacional de Combate ao Câncer, com recursos da Timemania. Nós estamos... Está, esse projeto de lei, na relatoria do Deputado Francisco Linhares, do Ceará. Nós estamos tentando ter uma conversa com ele e todos esses entes, no sentido também de aprofundar na

questão do câncer infantojuvenil, já que ele fala do câncer em geral.

O que nós queremos é isso, é discutir essas ideias, aprofundar esses relacionamentos e dividir essa responsabilidade. É fazer com que a sociedade, através das campanhas de diagnóstico precoce, entenda que o câncer, como o Dr. Cláudio colocou, é democrático, ele chega a todos e aí ele é invasivo, porque ele não avisa que vai chegar. Quando a gente faz a detecção, ele já está instalado. Então, nós precisamos fazer com que essa informação, ela chegue para a sociedade.

Então, tinha-se o medo inicialmente de que campanha de diagnóstico precoce fosse causar pânico. Desde o ano de 2002, nós fazemos a campanha de diagnóstico precoce percorrendo todo o Estado do Rio Grande do Norte. Por que nós fazemos isso? Porque nós entendemos na dinâmica. Nós, inclusive, fizemos agora dia 11, domingo, 15 anos, Senadora, a Casa Durval Paiva. Amanhã, inclusive, tem um ato ecumênico lá, às cinco horas, para comemorar esses 15 anos. Passaram por lá já quase 1300 crianças, nós temos hoje quase 700 crianças em atendimento. Nós sentimos que as crianças chegavam tardiamente, que às vezes um câncer, como o Dr. Cláudio diz, que podia ser curado facilmente e a gente perde aquela criança ou ela fica sequelada, porque o diagnóstico não foi precoce.

O meu filho teve retinoblastoma bilateral, o diagnóstico foi com um ano e meio e ele está curado, está com 17 anos, mas ele perdeu a visão. Então, se ele tivesse feito o exame de fundo de olho, ele teria feito o diagnóstico precoce e ele, hoje, estaria com a visão dele. Então, nós precisamos alertar a sociedade para essas questões, nós não vamos causar pânico nenhum. Nós precisamos chegar em todos os pontos, na verdade, porque é difícil. Às vezes a gente diz: *"Ah, essa criança veio lá de Caraúbas – que é uma cidade do interior do Rio Grande do Norte – mas não é de Caraúbas sede, é de um distrito e a informação não chega lá"*. A gente precisa fundamentar isso através de todas as formas de mídia, de informação, para que aquele pai, aquele agricultor, que às vezes não sabe ler, que às vezes não tem a televisão, ele se utilize do rádio, da literatura de cordel, da pecinha do teatro, que é encenado na praça pública, na feira livre, para que ele contextualize aquilo. Não é para que ele tenha um pânico, porque ache que todo mundo vai ter câncer, mas é que ele fique alerta e isto deu resultado de uma forma inicial, que não era tão organizada.

Há dois anos, nós temos o apoio do Instituto Ronald McDonald, em algumas cidades do interior do Rio Grande do Norte. A forma está mais elaborada, tem a referência, a contrarreferência. Nós estamos agora buscando mensurar esses resultados, entender que

a gente precisa acompanhar isso de uma forma mais detalhada, mais aperfeiçoada, porque nós temos a possibilidade real da cura.

Então, o que nós precisamos? Unir esforços e dividir responsabilidades. Nós sabemos, efetivamente, o que nós queremos, porque nós sentimos no dia a dia. A problemática da família carente com câncer é muito difícil. Você manter uma instituição, nós temos uma instituição lá com 90 profissionais que trabalham lá, fora 200 voluntários que fazem o dia a dia. Então, para cuidar dessa família, que não é só cuidar da criança, mas é cuidar da família e é fazer também a inclusão social da família. Por quê? Porque depois do tratamento, se a criança chega precocemente, é feito o diagnóstico, a possibilidade dessa cura é grande e da família também. Essa família tem que estar preparada para esse novo momento que ela vai enfrentar após a cura. Então, é esse o trabalho que a grande maioria das instituições no Brasil fazem.

Nós temos na Confederação Nacional, hoje, filiados 48 instituições dos diversos estados do Brasil. Instituições essas que, geralmente, foram instituições criadas por pais de crianças com câncer e que estão conduzindo todo esse trabalho, estão à frente de toda essa luta do dia a dia, dessa dificuldade [soa a campanha], porque o enfrentamento, ele é difícil. Comentávamos antes aqui eu, o 'Chico', o Dr. Cláudio, como é difícil até o cuidador, que foi preparado para esse enfrentamento. Mas a gente também tem a relação de pertinência com essas crianças, de benquerença com elas, com seus familiares e quando a gente perde, quando elas vão a óbito, quando elas ficam com alguma sequela, isso dói muito e a gente tem que estar preparado. Eu já tive, na minha instituição, uma semana de oito óbitos e isso dói muito. A gente, como pai, como a pessoa, o pai que já enfrentou isso, a gente vê naquele outro pai como é difícil isso. Então, esse dia a dia é muito complicado.

As instituições, hoje, elas têm equipes multidisciplinares do psicólogo, da dentista, da nutricionista, da pedagoga, da assistente social. Há uma transversalidade nessas ações, para que esse serviço seja prestado com mais rapidez, com mais qualidade, para que você possa dar equilíbrio a esta família e para que ela possa fazer esse enfrentamento com dignidade. Uma criança que sofre, passa por um transplante de medula, ela tem que ficar confinada, ela não pode ir para a casa dela, se não tiver uma condição digna de moradia. Nós temos um projeto, que inclusive é financiado pelo Instituto Ronald McDonald, que nós já fizemos 45 casas no Estado do Rio Grande do Norte, para famílias de crianças com câncer e que tinham uma condição de moradia muito precária. Já fizemos mais de 110 obras

ou reforma: quarto, cozinha, telhado, cisterna, reboco, pintura, tudo que dê qualidade de vida, que dê equilíbrio para aquela família e para que ela possa acolher de volta o seu filho.

Então, essa ação, ela é feita no Brasil inteiro por instituições, por ONGs, instituições do terceiro setor, que estão nessa luta diária, em busca de recursos, em busca de qualificação dos seus serviços, em busca de um trabalho que seja, na verdade, hoje focado na inclusão social. Não adianta a gente só dar esse suporte ao tratamento, mas a gente tem que incluir socialmente.

Então, a Confederação Nacional, ela está disposta a fazer esse enfrentamento, ela está disposta a arregaçar as mangas, está disposta a conciliar esses interesses, a fazer essa intercessão com esses vários segmentos, no sentido que a gente possa aprimorar o tratamento, aprimorar as condições, melhorar os centros e, na verdade, otimizar os recursos, que é uma grande preocupação que nós temos.

Discute-se, hoje, e eu faço parte, como presidente da Confederação Nacional do conselho científico do Instituto Ronald. Na verdade, é discutir um planejamento, é tirar uma foto hoje de como a coisa acontece, de como a causa do câncer infantojuvenil está sendo olhada, tratada, observada, fazer uma foto e projetar os próximos dez anos. Onde é que necessita de recursos? Onde é que o recurso tem que ser aplicado? O Instituto Ronald, como financiador, tem uma expectativa de arrecadação. Agora, no McDia Feliz, a meta, na verdade, de 28 de agosto, é de 13 milhões de reais de arrecadação e todo ele para a causa do câncer infantojuvenil. A instituição que é beneficiada, ela tem o seu recurso através dos vales, do título antecipado e ela tem esse recurso já na sua conta. Um exemplo, por exemplo, a minha instituição, ela deve vender dez mil Big Mac antecipados. O recurso dessa venda já fica direto na conta, ele não vai para vir, ele já está lá. O recurso bruto, todo lá. Hoje, um Big Mac é 8,50 e, 85 mil, nós deveremos ter na conta para ser aplicado na instituição.

Então, nós estamos já discutindo hoje como fazer isso, com o principal financiador e com os outros financiadores que a gente possa vir a ter. É de projetar os dez anos, é de ter a responsabilidade desses recursos e da aplicação dele, é de tentar otimizar, para que cada um de nós possa ter os melhores resultados. Se a gente traz mais cedo, a possibilidade de cura é real. Nós vamos ter menos custos, o governo vai ter menos custo, o INCA vai ter os seus resultados melhores aplicados, vai ter mais condições, mais recursos, a Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica vai ter

mais condições de tratar, tratar melhor e ter melhores resultados, quer dizer, a sociedade como um todo.

Então, a nossa proposta é essa, vamos unir esforços, vamos arregaçar as mangas, para que esses resultados sejam possíveis, porque eles, de fato, já o são. Nós precisamos agora é otimizar isso, recursos, prazos, resultados, otimizar no sentido de que trazer a criança mais cedo o resultado é muito mais... É prático, ele acontece na forma mais imediata. E ter cuidado, ter zelo, na verdade, com essas crianças. Nós temos, na nossa instituição, várias oportunidades para a criança para que ela possa se desenvolver, desde a introdução na sala de aula, na escolinha de informática, nas artes. Nós já fomos finalistas da Fundação Abrinq, nós já fomos ganhadores de vários prêmios com essas ações. Isso é feito no Brasil inteiro e a gente descobre o potencial dessas crianças. Então, nós precisamos otimizar isso para que ela possa ser um cidadão, de fato, ela possa estar incluída no mercado de trabalho, ela possa estar produzindo, ela possa dizer que foi curada do câncer, que foi curada e não tem sequelas.

Então, eu acho que esse é o nosso recado, a Confederação Nacional de Instituições, a CONIACC, ela está disposta a fazer essas parcerias, de aglutinar os esforços, de trabalhar em cada estado para que essa ideia possa ser reproduzida. Nós temos um protagonismo muito importante em cada estado. Cada instituição dessa, ela tem muita credibilidade, ela tem muita visibilidade em cada estado e ela representa condignamente a causa. Então, nós estamos aqui colocando esse exército que nós temos à disposição, junto com esses atores que nós já temos aqui, para fazer uma história diferente, como ela já tem acontecido, mas que ela pode ser otimizada. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada, Dr. Rilder. O senhor colocou aqui algo que é fundamental. Nós sabemos que essa força da União, essa força da União para fazer acontecer, para que realmente os recursos que nós sabemos que nunca são suficientes, eles possam ser otimizados, para que haja, vamos dizer, uma participação maior de toda a sociedade e, de uma maneira geral, de todos que participam sejam profissionais, sejam da área de saúde, ou não, desse esforço.

Gostaria aqui já de dizer uma coisa, já me senti provocada, para amanhã eu estar presente nos 15 anos, lá da Casa Durval Paiva, que faz parte, assim como os grupos de apoio à criança com câncer e grupos de apoio ao câncer de todos os estados, fazem parte da Confederação Nacional e aqui eu quero fazer uma referência ao Hospital Infantil Varela Santiago, que tem um grupo de apoio à criança com câncer também ligado. Esse hospital também presta um serviço que merece

de todos nós, Dr. Paulo que é o seu diretor, tem feito, vamos dizer, tem multiplicado, feito a multiplicação dos pães e tem dado uma atenção muito grande àquela área, que é a liga, não é? Mas a área da criança no Hospital Varela infantil que tem recebido também da sociedade algum apoio. Eu, como senadora, tenho sempre tido o cuidado de colocar emendas para apoio ao hospital, porque é uma dívida que eu tenho com aquele hospital, Dr. Santini. Como pediatra foi lá que eu fiz o meu estágio, ainda estudante comecei a trabalhar no hospital. Também eu lembro muito que tinha uma criança que me deu lições de vida que me marcaram muito, ela tinha leucemia e como estudante eu acompanhei. Infelizmente, naquele tempo ainda não tínhamos os avanços que temos hoje, porque senão essa vida não teria perdido. Nós não teríamos perdido aquela vida de uma criança que tinha uma vontade imensa de viver, de uma inteligência privilegiada e, infelizmente, está fazendo parte desse exército de anjinhos que nós temos nos céus, que muitos se foram por falta muitas vezes de um diagnóstico precoce, da atenção, do tratamento que poderia ser dedicado a elas.

Então, era isso. Eu quero agradecer a todos que aqui vieram, ao Dr. Cláudio, ao Dr. Santini, ao nosso conterrâneo 'Chico' Neves, Francisco Neves, que é um cidadão norte-rio-grandense. Eu quero dizer a vocês, o Dr. Santini estava mostrando aqui. Veja, em dois anos desse trabalho que estamos fazendo, a forma rápida como materiais tão importantes como esse, o diagnóstico precoce do câncer na criança e no adolescente, a Fundação McDonald patrocinou. Quer dizer, isso agiliza, porque nós sabemos que não é que não haja interesse do governo, mas a burocracia, os recursos, que muitas vezes são poucos, são levados para outras ações e aí nós perdemos a agilidade com que essas coisas têm que acontecer.

Então, eu quero agradecer e deixo agora para a indagação dos Srs. Senadores, pela ordem de inscrição. Primeiro a mulher. O Senador Augusto Botelho, ele é um *gentleman*. Pois não, senadora.

SENADORA NÍURA DEMARCHI (PSDB-SC): Presidente, eu quero lhe comunicar que vou fazer parte integrante desta comissão a seu convite, e também agora comunicada pelo Senador Agripino Maia através da liderança do PSDB que farei parte desta comissão tão importante, e da qual eu queria, realmente, fazer parte e estou muito contente por poder estar aqui e participar nesse momento de um assunto tão importante, tão relevante que é a nossa criança, que é a saúde da nossa criança e do novo jovem, e somar a minha voz, a voz do meu Estado de Santa Catarina, juntamente a essa voz de todos os senadores que fazem parte desta comissão e de todas as entidades

não governamentais, especialmente as que aqui se apresentaram e colocaram tão brilhante trabalho em prol da nossa criança e da nova juventude.

Não vou me ater ao tema com profundidade porque ainda não tive o tempo suficiente para conhecer de todo o assunto, então me manifesto só no sentido de dizer que o Programa da Saúde da Família é um dos grandes programas desse país, mas ele está defasado no sentido de que a prevenção à atenção básica hoje ela existe, mas a atenção à complexidade nós estamos muito aquém do que o país precisa e do que os estados merecem, do que as nossas crianças, enfim, e todos que se acometem de doenças complexas nesse país precisam e merecem.

Eu estou aqui à sua inteira disposição, Presidente, aos demais senadores e a tudo aquilo que vier para somar com muita força em prol da nossa criança e do nosso jovem, que é uma bandeira que sempre ergui e continuarei erguendo aqui juntamente com a senhora também. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada, senadora, senadora de Santa Catarina que ontem assumiu, ela substituiu o Senador Raimundo Colombo, que está participando da campanha política como candidato ao Governo de Santa Catarina, mas que aqui nesta Casa foi de uma grande revelação, o seu trabalho, a sua dedicação, o seu conhecimento das causas e fazia parte dessa comissão, mas ele teve a sorte também de ter uma suplente desse nível, que chega também com muita vontade de fazer acontecer, que chega trazendo também a sua experiência e, com certeza, senadora, seja muito bem-vinda à comissão e vamos fazer uma bom trabalho. É mais uma voz – começando bem – em defesa da criança, e do adolescente e dos nossos jovens.

Passo a palavra, agora, ao Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Bom, inicialmente, eu gostaria de agradecer a presença dos expositores e dar boas-vindas à Senadora Níura na nossa comissão.

Muito interessante a gente discutir essa parte do câncer na criança, e em virtude do percentual de 2% a 3% do que ele representa de casos novos no Brasil, que chega a 10 mil casos por ano, são três mil mortes. Ele não era considerado uma coisa de maior importância. Esse grupo de pessoas aqui presentes está tentando tornar uma política pública o câncer infantil. Mas eu pensando, aqui, olhando, vendo, fiz a conta, dessas três mil pessoas que morrem entre a idade de 0 e 19 anos por ano... E a gente quando está tratando

de câncer, a gente pensa em sobrevida; vida que a gente vai ganhar depois da doença.

Eu peguei o ponto médio: nove anos das pessoas, peguei a vida atual, a nossa expectativa de vida de 73 anos, diminui os nove e multipliquei pelo número de pessoas que morrem: três mil. Isso soma, em anos, 192 mil anos de vida que a gente perde todo ano. É um dado estatístico que tem que ser considerado em relação aos anos de vida que a gente perde, eu acho que é um argumento para gente usar na hora de defender essa ideia de criar uma política pública em atenção a isso.

Se a gente for comparar com outros cânceres, talvez a gente não perca tanta vida assim em relação, apesar de o número ser maior, porque ele aparece com 50 anos, com 60 anos, então a expectativa total de vida é que a gente tem que considerar. O nosso argumento, a nossa moeda aqui é vida. Então, são 192 mil anos de vida que se perde todo ano com o câncer de criança que não é diagnosticada precocemente. Essa luta pelo diagnóstico precoce, encarado por todos, é muito importante e tenha certeza que nós vamos lutar para tornar uma política pública.

Ao Dr. Santini, eu gostaria de puxar um assunto sobre aquela recomendação, aquele acórdão do TCU, que limita... que deu um prazo de até o ano que vem para funcionar... Até?

SR. LUIZ ANTONIO SANTINI RODRIGUES DA SILVA: Até o final desse ano.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Ao final desse ano, para funcionar a fundação que dá apoio ao Instituto Nacional do Câncer – não sei se, especificamente, falando em relação ao Instituto Nacional do Câncer – como o senhor sempre fala aqui, a maioria dos trabalhadores do Instituto Nacional do Câncer são contratados pela fundação; os treinamentos feitos muitos são financiados pela fundação. As medulas que são buscadas no exterior, o Dr. Cláudio Galvão disse que a passagem de buscar uma medula lá na Alemanha, na Holanda é financiada pela fundação.

Então, nós vamos ter um... Se o TCU mantiver essa decisão ou o governo não apressar a lei que está tentando regulamentar essa situação, que já está no Ministério do Planejamento. Aliás, eu vou sugerir à nossa Presidente que, após essa audiência, faça uma coleta de todas essas informações e encaminhe ao Ministro do Planejamento, para que ele tome conhecimento do que está acontecendo e do que vai acontecer com a oncologia, principalmente no Instituto Nacional do Câncer.

Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Dr. Santini em relação a isso. Como é que está essa situação de o Instituto Nacional do Câncer perder o seu principal

ponto de apoio no mês de dezembro, daqui a seis meses. Nós temos que pensar que daqui a seis meses vai haver um nó no Instituto Nacional do Câncer, que é um dos hospitais que presta atenção ao câncer em Roraima.

Também eu teria outra... Ao Dr. 'Chico' Neves, eu queria que ele falasse um pouco mais sobre esse treinamento que o Instituto McDonald tem feito nos estados, com as equipes de saúde da família, com os médicos, com todas as equipes, porque essa TV aqui é ouvida por todos, por muitas pessoas no meu estado, especialmente no interior, para que as pessoas tomassem conhecimento disso para poder pressionar os seus dirigentes, seus eleitores, para tentar fazer esse treinamento que o instituto McDonald oferece em relação ao diagnóstico precoce do câncer na criança e no adolescente cuja publicação V. Exa. já nos apresentou aqui e nos prometeu alguns exemplares.

Então, eu gostaria que o senhor falasse um pouco mais sobre isso, sobre o treinamento, porque é interessante; na Medicina a gente sabe que a prevenção é a coisa mais importante que tem, e no câncer da criança é mais ainda, assim, marcante em relação à sobrevida da criança, que a criança, realmente, está começando. A gente perde 192 mil anos de vida todo ano de pessoas que morrem com câncer infantil.

Era isso que eu queria perguntar, e parabenizar o Rilder, também, pelo trabalho dele, dessas casas. Nós temos uma casa no Amazonas, não é? Também de apoio à criança – já tem alguns anos – e o Centro de Oncologia de Manaus é o que apoia os nossos casos de câncer de Roraima, tanto os infantis como os adultos que precisam de radioterapia. A minha cidade tem 460 mil habitantes, o meu estado, não justifica ainda ter um serviço de radioterapia, segundo as *expertises* em oncologia. Eu espero que cheguemos logo em... que cresça mais para ocupar o nosso espaço e para gente poder ter... Os nossos tratamentos são todos feitos no CECON de Manaus.

E eu agradeço à Casa do Amazonas pelo apoio que tem dado às nossas crianças que vão para lá. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A pergunta foi dirigida ao Dr. Santini, e depois ao Dr. Francisco Neves.

Parabenizar o Senador Augusto Botelho por essa pertinência, isso é muito importante, a gente ter essa visão de quanto nós perdemos de vida, de anos de vida com o câncer infantojuvenil.

Passo a palavra ao Dr. Santini.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não. Como eu vou inscrevê-lo para que a gente possa--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Mas não é para fazer nenhuma inquirição aos presentes, é só uma sugestão. Nós estamos aqui com um quórum, não sei se já está havendo a possibilidade para, se porventura nós pudermos fazer uma janelazinha nessa nossa audiência de poucos minutos, talvez segundos, para analisarmos dois projetos que são Não Terminativos, o Item 21 e o Item 22 da nossa reunião, porque tendo em vista que os outros todos são terminativos, nós teríamos uma extrema dificuldade em função do quórum neste dia, porém esses dois itens são não terminativos--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sei.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Então, nós poderíamos, talvez, não sei do compromisso da presença dos nobres senadores e senadora de... Ou faríamos uma janelazinha durante essa audiência, ou então--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador, não é possível, não é possível--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): --faríamos no final essa--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --fazer a janela, mas tem uma reunião, já, que foi anunciada, não é? A reunião deliberativa logo após essa audiência--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Faremos ainda hoje?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós já estamos na fase final da audiência.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Isso. Eu gostaria só, então, posteriormente, após as palavras do Dr. Luiz Antonio de ter a oportunidade de falar um minuto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, será logo depois... Exatamente, vamos ter a reunião deliberativa. Está certo, a reunião é ordinária e deliberativa.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Muito obrigado, eu agradeço.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não. E os seus itens serão analisados, com certeza, já o que quórum é para não terminativo.

SR. LUIZ ANTONIO SANTINI RODRIGUES DA SILVA: Eu queria agradecer as palavras do Senador Augusto Botelho e, realmente, quer dizer... Acho que é

pertinente, e essa é uma grande oportunidade que ele me dá, de tratar nessa comissão de um problema que não diz respeito, especificamente, ao câncer infantil, mas diz respeito à nossa instituição, ao Instituto Nacional de Câncer, que está nesse momento com uma questão séria, que precisa ser resolvida, em função de um questionamento apresentado pelo Tribunal de Contas da União, que também é um questionamento, absolutamente, pertinente, mas cuja resolução não está na nossa governabilidade.

Para resumir, o que se trata, é que o Instituto Nacional de Câncer há 19 anos conta com o apoio de uma fundação privada, uma fundação de apoio e que tem, ao longo de todos esses anos, sido um parceiro fundamental no desenvolvimento do instituto, quer seja do ponto de vista das suas atividades assistenciais como as nossas cinco unidades assistenciais de câncer, quer seja nas nossas atividades de desenvolvimento científico, tecnológico, de produção de pesquisa, de formação de recursos humanos, em todos os níveis, mestrado, doutorado, especialização, residência médica, quer seja nas ações de saúde pública na relação do Instituto Nacional de Câncer com os estados.

Só para terem uma ideia, se nós tivermos que cumprir o acórdão da determinação do Tribunal de Contas, que é o de demitir todos os funcionários que hoje são contratados pela fundação, do total de quatro mil e poucos funcionários do INCA, nós temos hoje em torno de 1.300 a 1.400 funcionários contratados pela fundação. Se nós tivéssemos que cumprir esse acórdão, nós teríamos que demitir mais da metade dos funcionários do Centro de Transplante de Medula Óssea, o que significa paralisar o processo de transplante de medula óssea no país. Nós teríamos que demitir grande parte da nossa força de trabalho assistencial; nós teríamos que interromper grande parte das nossas ações de cooperação com os estados nas ações preventivas; nós teríamos que paralisar um conjunto enorme de atividades de pesquisa e de formação de recursos humanos.

O Ministério da Saúde já apresentou uma solicitação ao Tribunal de Contas no sentido de prorrogar o prazo de 30 de dezembro para um outro período, mantendo esse processo de contratualização da fundação com mais tempo, nós estamos, nós do Instituto Nacional de Câncer, já apresentamos ao Ministério da Saúde uma proposta de um novo modelo jurídico para o instituto, que permite que ele tenha uma nova organização, uma nova configuração, e possa sobreviver a essa situação e sair definitivamente desse tipo de crise.

No entanto, há uma necessidade que o Ministério do Planejamento encaminhe essas soluções, isso

está em discussão no Ministério do Planejamento e o que nos preocupa muito é porque nós temos um prazo fatal determinado pelo TCU. Quer dizer, se até o dia 30 de dezembro, que é o nosso prazo fatal, esse assunto não for equacionado, nós teremos uma crise no sistema de atenção ao câncer no Brasil, eu diria sem precedentes – e é uma coisa que, a meu ver, pode perfeitamente ser evitado com algumas iniciativas que já foram tomadas – e que o que é necessário é que haja uma compreensão por parte do Ministério do Planejamento da urgência dessas medidas.

De modo que eu agradeço a oportunidade me dada pela pergunta do Senador Augusto Botelho, que nesse contexto que nós estamos tratando do problema do controle do câncer infantil eu pudesse expor um aspecto específico do Instituto do Câncer, mas que certamente terá impactos em tudo isso. Por exemplo, essa publicação que foi apresentada do diagnóstico precoce do câncer infantil é resultado de um trabalho em conjunto desenvolvido pelo INCA e pelo Instituto Ronald McDonald, onde nós estamos treinando equipes da saúde da família em todo o país. Todos esses processos certamente que passarão por processos de interrupções extremamente significativas e prejudiciais.

Só para complementar a informação, nós acabamos de realizar um concurso público. Depois de mais de dez anos foi possível fazer um concurso público. Esse concurso... Ainda não temos autorização para contratar as pessoas, mesmo quando isso ocorrer, e a gente espera que isso ocorra o mais breve possível, existe uma série de nuances em relação a essa possibilidade de contratação que vão transformar o concurso em mais um problema do que uma solução. Porque, por exemplo, para cada... É preciso treinar todas essas pessoas. Eu não posso admitir mil e tantas pessoas e demitir o correspondente. Além disso, existe uma exigência que para cada um contratado, eu teria que demitir dois da fundação, o que me levaria a uma situação absolutamente caótica.

Então, esse é um problema complexo, mas cuja solução está encaminhada, e eu podendo contar com o apoio das Sras. Senadoras e dos Srs. senadores junto ao Ministério do Planejamento para que a gente possa encaminhar isso de uma forma melhor possível, eu agradecerá muito.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a palavra o Dr. Francisco Neves do Instituto Ronald McDonald.

SR. FRANCISCO NEVES: Obrigado, senador. Obrigado, senadores. Esse ponto levantado pelo doutor... Eu só vou complementar um pouco do Santini – se

eu estiver errado, o senhor me ajude -, que não é só a questão do Centro de Transplante de Medula Óssea que vai parar. O Banco de Medula Óssea vai parar. O REDOME vai parar. O REREME vai parar, e as pesquisas vão ter que voltar a ser feitas no exterior com custo absolutamente alto e com um retorno em relação à possibilidade de um padrão genético do brasileiro em relação ao exterior completamente incompatível. Esse banco de medula foi criado há pouco tempo no trabalho do REDOME e ele já conta, se não estou enganado, é o segundo ou terceiro maior banco do mundo.

SR. LUIZ ANTONIO SANTINI RODRIGUES DA SILVA: É o terceiro já.

SR. FRANCISCO NEVES: Terceiro maior banco do mundo.

SR. LUIZ ANTONIO SANTINI RODRIGUES DA SILVA: São 1 milhão e 500 mil, mais ou menos, de doadores.

SR. FRANCISCO NEVES: São 1 milhão e 500 mil doadores de um processo que começou da conta de uns dez anos, 15 anos atrás.

SR. LUIZ ANTONIO SANTINI RODRIGUES DA SILVA: Desde 2005.

SR. FRANCISCO NEVES: Exatamente. Então, só para mostrar a gravidade desse fato, da importância do apoio dos Srs. Senadores.

Eu só queria complementar, Dr. Santini, para dizer que nós estamos envolvidos também nisso e a gente não gostaria de perder tudo que foi investido, não só como recursos financeiros, mas também como recursos que foram resultados obtidos para a comunidade e a sociedade de um modo geral.

Com relação à pergunta da capacitação, quando surgiu a ideia de se fazer um programa de diagnóstico precoce vieram algumas possibilidades, algumas alternativas, mas a questão que nós discutimos muito internamente, tanto com as instituições de apoio, principalmente com o INCA e com a SOBOPE, é como fazer. E a proposta que surgiu é o seguinte: já existe um programa, que era o Programa de Saúde da Família, e a estratégia, hoje, atualmente chamada de Estratégia de Saúde da Família, que cobre mais de 50% da população do Brasil.

Este ponto foi um ponto significativo para dizer: se as pessoas já vão, se os profissionais de saúde já vão, os agentes de saúde, se os pediatras já estão nos postos, já tem um programa que está fazendo o trabalho, o ideal seria fazer com que esses profissionais fossem capacitados para que eles, ao irem à residência, identificasse se nas suspeitas pudessem desconfiar de que aquilo seria um câncer. Na contrapartida, ou melhor, como consequência disso, a pergunta que se fazia é para onde vai? E internamente nós temos

uma discussão de primeiro a gente estrutura a rede e depois lança o programa; ou primeiro lançamos o programa na capacitação para que isso seja um motivo de incentivar a estruturação da rede.

E o que nós entendemos foi: primeiro tem que capacitar e com isso a gente traz resultados mais positivos em relação à estruturação da rede. Um profissional desse, hoje, capacitado, como citou o Senador Augusto Botelho, faz com que uma criança, se ela for capacitada, se o profissional suspeitar e o médico que estiver capacitado para isso... Ele não tem aqui uma criança sair de Macapá ou de Roraima e vir para São Paulo, porque ele pode ir para mais próximo da região dele se não tiver uma localidade.

Então, esse programa também ajusta, através dos centros hoje que estão credenciados pelo INCA, para tratar a criança e o adolescente com câncer, mais próximo da sua região; e também mais próxima da sua cultura.

Como funciona isso? Como é que se dá isso? Através de um modelo que o Instituto Ronald McDonald entendeu, junto com os parceiros, que seria a melhor maneira de fazer e executar esse plano foi lançar um edital através das instituições cadastradas conosco, para que as instituições que se interessassem se cadastrassem e apresentassem projetos e a partir daí, então, essas instituições adotassem a metodologia, como a instituição do Rilder já está fazendo lá no Rio Grande do Norte, e, a partir deste momento, com essa instituição, com os profissionais médico-oncologista, pediátricos, toda a equipe multiprofissional se desloca até os municípios necessários e lá chama, através dos gestores de saúde local, os agentes de saúde, os médicos para capacitá-los através de sinais de sintomas.

Com isso faz com que... Isso foi um resultado muito interessante. A gente não imaginava o retorno que o capacitando, a pessoa que fosse capacitada, estivesse tão motivada. Porque, como foi dito, o câncer é raro, pode ser que um desses capacitados mais adiante não tenha condições de sequer diagnosticar um caso de câncer, mas pode ser que ele suspeite e encaminhe; ele se sente parte integrante. E a motivação desse grupo em relação ao trabalho foi sensacional, espetacular, [ininteligível] algo que agregasse valor à sua vida também como profissional, e os casos novos já nos indicam isso, já está começando haver proposta de encaminhamento rápido e de acompanhamento da ida, que é importante a referência, mas também importante a contrarreferência. Quando aquela criança volta, aquele mesmo assistente social, o agente de saúde da família ou o médico tenha condições de acompanhar como ele foi, como ele volta e como ele

vai ficar adequado e inserido na sua comunidade, na sua volta.

Enfim, esse projeto tende a se expandir, esse projeto já está expandindo, ele tenta trazer resultados fantásticos num curto espaço de tempo e aquilo que a gente já falou e todos já comentaram: mais rápido chegando, detectado, mais rápido chega; o tempo é menor. Para vocês terem uma ideia, eu vou citar um caso só. O retinoblastoma ocular externo, que é um tipo de tumor no olho, ele pode ser identificado, num primeiro momento, com uma simples fotografia; a mancha branca que se chama fundo de olho. Alguns meses depois, esse fundo de olho, essa mancha branca, quatro, cinco meses, se não for detectado e não for tratado, isso vira um tumor; a chance de cura sai de 98%, 93%, cai para 15%, 20%, 25%, isto por causa do pouco tempo e da maneira que a gente pode detectar. Inclusive, não precisa ser parceiro, não precisa ser médico, o próprio fotógrafo, num primeiro momento, se capacitado para identificar, ele pode encaminhar isso para um exame de fundo de olho, igual o Rilder falou, e com isso a gente obtém mais resultados.

Outro exemplo é da massa abdominal. Nós temos um projeto em parceria com a Dra. Silvia Brandalise, em Campinas, que acabou virando lei municipal, de que toda a criança, ao fazer a sua carteira de vacinação, ela é obrigada, consta na sua carteira de que aos quatro meses ela faça um exame de fundo de olho e aos 16 meses ela faça um exame de massa abdominal. Com isso, se obtém a possibilidade de detectar precocemente, antes mesmo de a doença acontecer, a possibilidade de ela vir a ter algum problema. Esse projeto está sendo desenvolvido pioneiramente no Brasil, China, Estados Unidos, Canadá, são cinco países – eu não me lembro o quinto país. E a motivação da Dra. Silvia Brandalise, ao ligar para nós da China, quando teve a reunião do resultado que nós estamos alcançando são fantásticos.

Enfim, eu não sei se respondi a sua pergunta, mas é mais ou menos isso que a gente trabalha, obviamente tem outros detalhes técnicos, e essa publicação é uma publicação feita pelo resultado de diagnóstico precoce pelos profissionais que foram capacitar os profissionais da saúde da família. Nós até estamos com uma proposta de [ininteligível] sinais e suspeitas, levamos para Gramado. Na verdade, os médicos desconstruíram todo e nós ficamos uma tarde inteira, quase, à noite, revendo esse modelo que gerou esse resultado, que totalmente apoiado pelo Instituto Nacional de Câncer.

[troca de presidência]

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, senador.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É para já fazer uma proposta também aqui. Bom, dizer muito obrigado pelos questionamentos.

Eu acho que é o seguinte: o câncer da criança vai ser afetado se uma atitude não for tomada. Eu vou dar entrada no requerimento, e convido os presentes para assinarem também, para nós convocarmos para agosto, agora, o Ministro do Planejamento, o Ministro da Saúde e o Presidente do Instituto Nacional do Câncer, e o Presidente do TCU também, para acharmos uma solução para esse problema do Instituto Nacional do Câncer.

Então já estou dando entrada no requerimento, que eu espero que seja votado no fim desta sessão, para a gente fazer uma audiência entre o dia 10 e 11, que vai ser o dia de coisa intensiva de votação aqui, a gente fazer uma sessão da CAS com audiência com essas três pessoas. Porque agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro, quatro meses para gente ter uma situação, praticamente, de caos na oncologia no Brasil.

Então, eu já aproveito, já estou mandando redigir o requerimento para gente poder fazer isso, convocando essas quatro pessoas para discutir a situação do Instituto Nacional do Câncer em relação à sua fundação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu concordo plenamente com o Senador Augusto Botelho, eu acho que essa é uma questão que nós precisamos conhecer melhor e debater, porque se vem dando certo... Porque, de repente, se acabar com aquilo que está dando certo? Isso é um mal no Brasil. As coisas estão dando certo, elas têm que ser apoiadas para que elas possam ser expandidas.

Bom, é assim, mas vamos aguardar porque até o final desta audiência nós poderemos já analisar o requerimento que é pertinente com o projeto que aqui está.

Queria aqui também lembrar do engajamento que todos deveremos ter com esse projeto, que é de autoria do Deputado Fábio Faria, que faz parte da bancada do Rio Grande do Norte, mas que tem um sentido muito importante que é a criação do Fundo Nacional para o Combate ao Câncer, e aí de toda natureza: o câncer infantojuvenil, o câncer em adulto, através de contribuições como a Timemania, isso eu acho que seria algo fundamental e importante, porque teria um objetivo. A Timemania estaria ajudando a saúde brasileira, estaria ajudando a milhões de brasileiros através desse Fundo Nacional de Combate ao Câncer.

Então, Senador Mão Santa. Depois o senhor, Senador Roberto.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Eu queria cumprimentá-la, V. Exa., sobretudo pelo estoicismo. V. Exa. é candidata a governadora aí, e eu mais velho e já enfrentei algumas campanhas mais. Rosalba Ciarlini, eu imagino um campanha 90 dias, como um jogo de futebol, não tem 90 minutos? Cada dia um minuto e V. Exa. está aqui mostrando a responsabilidade de um mandato de senadora, deixando correr o tempo porque dia 03, um minuto, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, foram 12 minutos jogados e V. Exa. cumprindo o dever, o exemplo de presidir essa comissão. E também cumprimentá-la pelo tema.

Antes de a Rosalba nascer, em 1966, eu era médico, e andava procurando fazer uma residência. Brasília não nos atraía, a turma dizia que o melhor médico--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Mão Santa. Estou me sentindo uma criancinha.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Pois é. Olha, e diziam que... Brasília não nos atraía, diziam que o melhor médico daqui era a VASP e a Varig, naquele tempo, o povo sempre dizia, mas tudo muda. Aí eu fui... Queria ser cancerologista, aí eu fui ao AC Camargo, Hospital do Câncer de São Paulo – eu me formei em 66, eu acho que os outros são mais novos. E aí fiz os testes, uma enfermeira estrangeira, alemã e tal, e acabei passando e aí ela disse: “Olha, mas para você ser residente aqui, você tem que fazer uma entrevista com o diretor”, era o Professor Arie(F). “E aí cadê ele?” “Não, ele está numa cirurgia...” mandou eu ir lá para o centro cirúrgico, e aquelas cirurgias demoram. Eu não conheço o Professor Arie(F), olha como é o destino. Aí aquilo, essas cirurgias de câncer são grandes, naquele tempo devia ser mais demorado ainda, 66. Olha, e fiquei na sala de espera e esse homem não terminava lá. E aí, olha como o destino muda, Rosalba, e tem a ver muito com você.

E aí comecei a conversar com um médico: “O senhor está esperando o Professor Arie(F)? Eu também”. Aí ele me perguntou. “Eu sou do Piauí, estudo no Ceará, e fiz os testes aqui e falta só essa entrevista com o chefe de cirurgia, Professor Arie(F)”. E aí ele disse: “Você vai fazer residência aqui? E aí, você vai trabalhar onde?” “Não, eu quero ir para o Piauí, acima de tudo”. Aí ele olhou assim: “Mas você vai para o Piauí...” -isso em 66. “Mas você vai para o Piauí fazer câncer? Oncologia lá? Olha, esse Arie(F) que você está esperando eu também estou. Eu já fiz essa residência...” – olha como o destino muda – “Fiz três anos de residência e cirurgia com ele, e era bom...”, ele formou lá.

Aí mostraram aqueles vidros [ininteligível] lá em cima: “Venha cá”, aí ele conheceu o hospital todo em três anos. Eu larguei tudinho e fui ser pediatra, olha como as coisas mudaram. E estou é feliz, consultório, arrumando e tudo, porque aí saiu, aí chamou lá os enfermeiros, radiologistas: “Olha aqui o prontuário. Morreu, morreu, você vai passar três anos aqui que eu já passei, e a noite toda [ininteligível] de plantão e você quer ir para o Piauí”. Isso aqui... Olha como tem antes, ele olhou assim e eu vi o vidro [ininteligível] “Isso aqui a gente não consegue quase nada”, aí saiu me mostrando as fichas.

Dra. Rosalba, eu saí dali e fui embora e fui fazer residência no Hospital Servidor do Estado, no IPASA(F), passei para ser cirurgião-geral; morreu ali um oncologista, mas é a vida.

Eu quero dizer como houve antes e estrutura que hoje estamos todos vitoriosos. No Piauí mesmo tem um hospital especializado hoje, recentemente, é o Hospital São Marcos, Dr. Alcenor, muito bom.

E isso tudo eu queria dizer porque eu recentemente fui... E tem uma casa dessa, o senhor que é o coordenador, é Lar de Maria. O hospital é como todos os hospitais de câncer; lá é São Marcos, mas tem um Lar de Maria que não está incluído aí, porque é que o Piauí está indiscriminado?

Então, o Piauí é acima de tudo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Na próxima audiência, o senhor sugira que o Presidente de lá venha aqui--

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Pois é, eu estou convidando. Começou aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E será um prazer muito grande.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): O Senador Heráclito também é lá de...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Dr. Rilder... É porque, coincidentemente, ele também é o Presidente nacional.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): E eu, como médico... Quer dizer, eu fugi de ser heróico, eu não tinha tanta coragem para enfrentar o câncer. Mas eu vi um negócio muito humanitário, porque o problema... Eles fazem lá o tratamento, nesse hospital, mas a demora, o acompanhamento, a família que vem do Maranhão; e eu vi muita responsabilidade e muito amor, muita... A criança emociona muito, e de câncer, eu mesmo fui cirurgião-geral, operei algumas e não tem essa coisa.

Então, eu já gostaria disso... É o Francisco Neves, não é? Convidá-lo para ir lá, visitar, e apoiar e integrar. A minha visão superficial das coisas que eu...

Essa política me afastou um pouco, mas eu acho muita seriedade no serviço.

SR. FRANCISCO NEVES: Senador, eu já estive lá e fiquei impressionado. A primeira vez que eu vi, e eu não tinha ido ainda ao Piauí, fui em Teresina, e fiquei assim... Eu não tinha visto, no Brasil, um hospital com a qualidade de atendimento como tem o São Marcos. E até em questão de atmosferas... O atendimento lá, a questão da infecção é tratada por pressões atmosféricas diferentes para quando você entra, você não leva, você traz.

Um médico quando atesta e faz um prognóstico, a família vai para uma sala, aquilo sai de uma central e vai para a outra. Enquanto a criança fica aguardando, é preparado todo o material necessário para o procedimento; quando ela chega está tudo lá, o nome da criança. Eu nunca vi aquilo, não tinha visto ainda e fiquei de queixo caído, porque a gente imagina: vamos encontrar situações deploráveis. Lá não.

E o passo seguinte, que foi uma participação nossa, do Instituto Ronald, em parceria com o Projeto Casa da Criança, foi ajudar na construção do Lar de Maria. Eu estive lá na inauguração, se eu não estou enganado o Deputado Demóstenes também estava presente no dia da inauguração, o prefeito. E eu fiquei espantado com a mobilização da sociedade--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Heráclito, não?

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Não, não, o Heráclito é senador. O prefeito é porque é médico, Silvio Mendes; é candidato a governador como V. Exa. e deverá ganhar como V. Exa.

SR. FRANCISCO NEVES: E eu gostaria que o Piauí participasse também desse processo porque agora já tem o hospital, já tem um atendimento e o próximo passo, na minha opinião, e a gente vai trabalhar para isso, é que o Lar de Maria, ou uma instituição, ou o Hospital São Marcos participe desse programa de diagnóstico precoce.

Aliás, tem uma peculiaridade, não é? Que Teresina fica na margem do rio e de outro lado já é o Maranhão. E a demanda, interessante que a população dali daquela região não vai para São Luís, ela vai para Teresina. Aí tem outras questões relacionadas com participação(F), enfim. Mas parabéns pelo trabalho que é realizado lá, e de fato no que depender de nós, do Instituto Ronald, nós vamos apoiar.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Eu queria o que senhor incluísse esse Lar de Maria nessa cadeia dessa assistência de criança pós-câncer.

Então, são nossos cumprimentos e vamos conquistar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E eu acho que no Piauí também tem McDonald, deva ter o dia do Mc Feliz que é para exatamente de apoio a essas casas.

Mas, Senador Mão Santa, parabéns. É muito bom, porque quando a gente fala sobre o nosso estado, a gente fala com muito orgulho, é um amor maior. Eu sei que as pessoas acreditam, mas quando é outro que passou por lá e traz um depoimento como o 'Chico' Neves está fazendo aqui, eu acho que o senhor deve estar muito orgulhoso da sua terra.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Eu estou e estou consciente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Como sempre foi. O senhor sempre tem defendido aqui o Piauí.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Ela tem uma excelência na Medicina--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Quando Mão Santa aparece, a gente já diz: "Lá vem o Piauí, lá vem o Piauí", um Piauí forte--

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Sabe qual é o partido mais forte lá? É o dos médicos. Por isso que eu deixei o PMDB e fui para o pequeninho; 90% votam em mim, só não os que são comprometidos e vou dizer por quê. O Piauí é diferente. Na Ditadura Vargas, a senhora também não tinha nascido – eu nasci em 42, na guerra; eu nasci na guerra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nessa eu não tinha nascido. Eu nasci depois, depois da guerra, bem depois.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Então o Getúlio saiu botando interventor só tenente, porque os tenentes, ele para assumir teve que fazer uma guerra. E, no Piauí, não deu certo um tenente e ficou um médico, Leônidas Melo. Então ele fez um hospital [ininteligível], e isso cedeu muito médico governador do estado, inclusive eu. E eu coloquei aquele estado na era dos transplantes. Teresina se faz transplante cardíaco, foi no meu... Aliás, o cirurgião que faz é irmão aqui do Dr. Haroldo Tajra; o pai dele é Dib Tajra e eu dei estrutura para que o Piauí entrasse na era dos transplantes.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Parabéns, Senador Mão Santa. É por isso que o senhor precisa e o povo do Piauí vai fazer justiça. Mão Santa tem que continuar senador, minha gente, porque ele realmente aqui representa o Piauí, que aqui defende, luta e essa visão do médico é muito importante para administrar, para estar na política sim, porque traz todo esse conhecimento do sofrimento da população.

Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço, Sra. Presidente, tentarei ser bastante breve, até preocupado com as afirmativas do Senador Mão Santa de que V. Exa. como é candidata no estado de V. Exa. tem que voltar correndo. Então, a qualquer minuto, o juiz pode dar encerramento do jogo. Então, como foi dito aí são 90 dias e os segundos se perde gol, se faz gol em segundos.

Mas, na verdade, eu gostaria de parabenizar a Senadora Rosalba Ciarlini por esse atual Requerimento, que é o nº. 49/2010, da CAS, que toca em um assunto extremamente importante, da qual todos nós senadores deveríamos assentar nossos focos, no sentido do diagnóstico precoce. Foi dito aqui, por diversos palestrantes, na qual avalia do diagnóstico precoce. Na hora que se identifica o surgimento de uma ocorrência como o câncer, da gravidade do câncer, e esse diagnóstico ocorre dias, meses, anos antes da propagação dessa doença, a coisa se torna da forma... É o divisor de águas do dano até com a morte ou da solução definitiva. Os percentuais são bastante claros no sentido da valia do diagnóstico precoce, principalmente no tocante ao infantojuvenil que é uma preocupação que é para com o Brasil do futuro. Na verdade, é uma pena que quando se mergulha nos ambientes na qual existe o tratamento do câncer de crianças; é de cortar o coração.

Eu também gostaria de parabenizar o Senador Augusto Botelho por esse novo requerimento que todos nós senadores presentes com certeza iremos nos acostar que é de fazer com que na maior celeridade possível nós tenhamos esse problema, esse impasse que é um impasse burocrático.

Ontem, eu fazia um pronunciamento no Senado Federal, aqui na nossa Casa, aqui no Plenário, dizendo do atraso que o Brasil passa no sentido da burocracia brasileira. Quando se fala em infraestrutura e a burocracia esses dois conjuntos são os dois, talvez, mais fortes fatores do nosso não desenvolvimento, e a burocracia atinge tudo, atinge aos senhores cada um nas atividades que exercem.

Gostaria, também, de fazer um elogio a todos, mas especificamente dar o meu testemunho à Fundação Ronald McDonald. Na Paraíba, na qual eu acompanho mais fortemente, pessoalmente, inclusive minha mulher é uma das pessoas que operam lá esse Programa do Instituto Ronald McDonald através da Casa da Criança, que é uma das operadoras do Instituto Ronald McDonald, fez um trabalho e tem feito um trabalho, assim, indescritível no tocante à estruturação física e a implementação do Hospital do Câncer Napoleão Laureano, lá na Paraíba. É um trabalho que as pessoas quando lá estão presentes, por ocasião

da inauguração de etapas desse Projeto do Instituto Ronald McDonald, que é um projeto muito grande, as pessoas se comovem, as autoridades da Paraíba, os artistas, a sociedade como um todo cai as lágrimas quando vê a situação por que passam aquelas crianças, aqueles jovens e, na verdade, o resgate, a identidade, o aspecto visual, o aspecto físico, e o Instituto Ronald McDonald proporciona.

Então, gostaria de, na verdade, dar esse meu testemunho do trabalho do Instituto Ronald McDonald no Brasil como um todo e especificamente na Paraíba.

E, por fim, Sra. Senadora, eu gostaria de saudar a oportunidade que estou tendo de receber nessa nossa comissão a Senadora Níura Demarchi dos Santos – eu não sei se é Demarchi ou Demarchi? Demarchi. Não errei. E parabenizá-la e esperar que... Também comecei aqui como suplente, há dois anos atrás, e tenho a experiência fantástica dessa nossa vivência, tentaram denegrir a imagem do suplente, mas, na verdade, o suplente aqui tem comprovado que tem sua participação, nós somos iguais na hora que a senhora é senadora suplente... Era senadora suplente, no momento presente V. Exa. é senadora titular.

Então, cabeça em pé, presença em todos os cantos é o meu aconselhamento, e bem-vinda. E com a minha humildade e minha modesta experiência--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E que tenha a sorte que o senhor teve, não é?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Inteiramente à disposição para que no nosso gabinete a acolha também de braços abertos para poder honrar a presença de V. Exa.

E parabenizar a cidade de natal que eu conheço, Jaraguá do Sul, sou fã de Santa Catarina; Santa Catarina, realmente, é um dos estados dotados pela natureza de grandes privilégios. E, bem-vinda, Sra. Senadora.

Era isso, Senadora Rosalba Ciarlini. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigado, Senador Roberto Cavalcanti. Inclusive, eu quero dizer à Senadora Níura que eu torço que aconteça com ela o mesmo que aconteceu com o senhor.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Eu torço que aconteça como Fernando Henrique Cardoso, que ele entrou aqui como suplente e foi Presidente por duas vezes. Aí, então, essa mulher poderá ser a primeira próxima mulher. Essa daí nós vamos aguardar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com certeza, Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): A mulher está aqui já na...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bem, nós queremos, agora... Passamos à parte final, depois da participação dos Srs. Senadores. Gostaríamos de saber se os senhores convidados ainda tem alguma coisa a acrescentar? Se gostariam de acrescentar alguma coisa. Já que...

Pois não. Dr. Galvão.

SR. CLÁUDIO GALVÃO CASTRO JÚNIOR: O senador perguntou, eu me comprometo a ir a primeira vez lá em Roraima, a gente nunca foi, nunca fez uma ação lá, eu acho que posso combinar com o 'Chico'. A gente poder fazer uma ação, é só organizar e de fazer um treinamento em diagnóstico em câncer infantil, e aí a gente começa uma semente lá, porque eu acho que a gente nunca foi nesse estado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Que coisa boa. Ótimo.

Então, bom resultado que nós temos... Inclusive, nós estamos ao vivo, senador. Dizer ao Estado de Roraima que dessa audiência já temos muita coisa positiva e entre elas que o seu estado vai ser beneficiado com esse treinamento, e é o estado que eu sei que, apesar de uma população relativamente pequena, comparando com outros estados, mas a extensão, a dificuldade do acesso é algo que realmente é muito difícil.

Senador Augusto.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Em nome das crianças de Roraima, então, agradeço essa gentileza da Fundação McDonald e da Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Oncologia pediátrica.

Então, não havendo mais nada a tratar nesta reunião, eu gostaria de agradecer aos que vieram, aos que participaram e dizer algo que aqui foi colocado: que tenhamos a responsabilidade ainda maior de colocarmos como política de governo a questão da prevenção e do tratamento do câncer, seja infantojuvenil e do câncer de uma maneira geral.

Eu estou chegando a uma posição de decisão de gestão a nível estadual e eu quero dizer a todos que aqui estão que poderemos começar, por que não, pelo Estado do Rio Grande do Norte, fazendo com que seja uma política realmente de governo. A assistência à criança, com certeza, já é e será ainda mais estimulada, apoiada na nossa gestão, mas, com certeza, também de uma atenção especial a esse programa que está sendo desenvolvido.

Então, era isso... Pois não, Senador Augusto.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Já que não vai haver reunião seguinte, pelo que ele falou--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós estamos aqui com... Eu vou suspender essa reunião para que a gente possa liberar os nossos convidados--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Só suspender para gente poder votar o requerimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu vou suspender essa reunião para que a gente possa deliberar.

Pois, então, agradecendo, nós vamos suspender por alguns minutos essa reunião para que a gente possa definir se teremos que fechá-la e abrir uma outra, consultar o Regimento Interno.

Muito obrigada.

[Sessão suspensa às 12h46]

[Sessão reaberta às 12h48]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos retornar à reunião. Eu gostaria, Senador Mão Santa, Senador Augusto, de... Como a partir de amanhã... Como a partir de amanhã nós teremos... Pois não, doutor, nós estamos...

A partir de amanhã nós estaremos entrando no período de recesso, devendo retornar só nos dias 03, 04 e 05...

Por favor, eu gostaria de pedir silêncio [soa a campainha] para que nós possamos dar continuidade à reunião. Obrigada.

Deveremos estar retornando dia 03, 04 e 05 para o esforço concentrado.

E aí o Requerimento de autoria do Senador Augusto Botelho, que ele apresentou já oralmente, eu gostaria de colocar aqui para os Srs. Senadores se seria possível votá-lo nessa reunião, para que nós possamos agendar essa reunião já para os dias do esforço concentrado, dia 03 ou 04. Concorde, Senador Augusto? Concorde? [risos] É para que... O Requerimento oralmente que o senhor já fez, eu estou aqui colocando em discussão a sua votação, para que a gente possa, já no início de agosto, 03, 04 e 05, possamos ter essa audiência. Se é possível, pelo Regimento. A aprovação de requerimento, não é projeto.

Certo... Bom, então a Mesa recebe, a Presidente acata, na próxima reunião, que deverá ser no dia 03, é que poderemos deliberar, segundo o Regimento, e, se for possível, já fazer a reunião dia 04.

Concorde assim, senador?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Concorde. Dia 04... Vai ter quórum aqui dia 04?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É o esforço concentrado, 03, 04 e 05.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Não é 10 e 11?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, eu recebi aqui a comunicação, vai ser 03, 04 e 05.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Ih, Eu já vi eles passarem para [ininteligível]. Três, quatro e cinco?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Três, quatro e cinco, o esforço concentrado, foi isso que... Foi comunicado. Foi feita essa alteração.

Inclusive, Cláudia Lira foi quem me comunicou, porque eu tenho...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Hoje? Hoje?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Hoje eu recebi essa comunicação. Três, quatro e cinco, até porque eu venho... Estava querendo saber a Ordem, já que, na última reunião, quando não foi votado segundo turno da licença-maternidade, se assumiu um compromisso em Plenário, o líder do Governo, Presidente do Senado, de que o turno suplementar da licença-maternidade seria o item primeiro. Então, fui perguntar isso, e ela me informou que o esforço concentrado é 03, 04 e 05.

Mas antes de--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, senador.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Gostaria, da mesma forma que foi acolhido o requerimento do Senador Augusto Botelho, da qual eu faço questão de subscrever, a Mesa acolhesse uma emenda nossa, tocante ao Projeto 607/2007, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de analista de sistema.

Eu encaminharia à Mesa--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Então, V. Exa. deixa para que a mesma seja votada, aprovado...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Será acolhido.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Acolhido, isso, isso, isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Certo. Será acolhido e, na pró-

xima reunião, deliberativa nós colocaremos, de acordo com o Regimento.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Exatamente. Aí ganharíamos esse tempo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E vamos analisar que esse projeto já foi votado e já está para ser votado em turno suplementar.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço a V. Exa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas, dentro do Regimento Interno, está acatado, está recebido e, na próxima reunião, nós analisaremos com o Plenário.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço V. Exa. pela competente... Que não é de estranhar. V. Exa., a marca registrada de V. Exa. é a competência na gestão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada, senador.

Eu gostaria aqui de dizer aos senhores que esse primeiro semestre de 2010 realmente conseguimos produzir bastante.

Para os senhores terem uma ideia, foram 149 proposições analisadas; 71 projetos, 78 requerimentos.

Cento e quarenta e nove. O ano passado, todo ano, nós aprovamos 150 projetos, 104 requerimentos. Acho que esse ano nós vamos ultrapassar essa marca, que já foi uma marca, vamos dizer assim, bastante forte de trabalho.

Então são 149 proposições que foram realizadas, analisadas, durante todo esse primeiro semestre de junho a julho, com a realização de 16 audiências públicas. Audiências públicas importantes, Senador Mão Santa, como aquela que tratou aqui desse avanço, infelizmente, do consumo do crack no Brasil, fazendo despertar, convocando a sociedade, a todos, para que possamos dar as mãos na luta contra o crack, que é algo que vem causando os maiores prejuízos à sociedade brasileira e principalmente à nossa juventude, à família. É uma verdadeira epidemia e nós estamos nessa luta.

Então, aqui foi feita essa audiência e a partir dessa audiência que foi formada uma frente parlamentar mista de combate ao crack, às drogas, e muitas ações vem surgindo por todo Brasil. Nós tivemos também uma audiência importantíssima sobre a pirataria na indústria de medicamentos--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senadora?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu posso participar um pouquinho?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pode, sim.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Porque essa audiência de crack surgiu de uma preocupação que eu vi quando cheguei numa cidade de interior do meu Estado, pequeninha, tem sete mil habitantes, já havia presença de crack.

Aí eu me interessei para ver como é que estava, disseram que havia talvez 1 milhão e 200 mil usuários de crack no Brasil. Foi isso que provocou essa audiência que gerou tudo isso. Foi o uso de craque na cidade de Alto Alegre.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É verdade. A gente tem que fazer justiça a essa questão que o senador levantou e nós abraçamos, que essa causa é de todos nós, e precisamos, sim, de políticas públicas, nós precisamos de que o Governo Federal destine mais recursos, tanto na área de saúde, para o tratamento... Aqui nós começamos e debatemos bastante, porque falta, senadora, a senhora que está chegando... No Brasil, não existe uma política do Governo Federal para o tratamento... Quando eu digo o tratamento, não é só aquele feito pelos CAPS, Centros de Apoio Psicossocial, que aquilo é um tratamento ambulatorial; nós temos que fazer aquele tratamento de internação e que isso é feito apenas por algumas instituições solidárias, fraternas, ligadas às igrejas ou alguma outra organização não-governamental. Então, nós precisamos de uma política séria, para dar a esses jovens o direito de saírem das drogas. E tentar, vamos dizer assim, se levantar dessa questão tão difícil.

Então, nós tivemos também a pirataria na indústria de medicamentos, que é outra coisa aqui, no Brasil, inaceitável, é um crime você comprar um remédio que, na realidade, não é nada daquele remédio, em situações inclusive de câncer, nós vimos isso acontecer no Brasil.

Isso, então, tinha que ser tomada medidas muito enérgicas, sérias, não somente de coibir, mas também de punir. Punição àqueles que usam da saúde das pessoas de forma a tirar somente vantagem e, na realidade, provocando inclusive mortes, porque se você deixa... Adquire um remédio que vai lhe curar, tratar de alguma enfermidade. Esse remédio foi pirateado, não tem qualidade nenhuma, não tem as substâncias que deveriam ter, a pessoa vai ao óbito, não melhora... E isso é um crime, é algo como você estar pegando um revólver e atirando naquela pessoa. É a mesma coisa. Está se matando as pessoas. Usando outras armas e outros métodos, talvez até mais perversos, porque

você é que vai em busca daquele medicamento, não... Adquire o medicamento que não tem nenhum valor. Isso é algo que não pode continuar.

Então, nós tivemos também várias outras. Destinação de recursos do pré-sal para a Previdência Social, para as questões de saúde, sobre a regulamentação de profissão de comerciários... E várias outras profissões. A melhoria das condições de trabalho para motoristas de transporte, redução da mortalidade materna com a presença do Ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

Senadora Niura, essa é outra questão, no Brasil, que nós temos que nos debruçar, não deixarmos, de forma nenhuma, de acompanhar, a questão da mortalidade materna. Entre as metas do milênio, o Brasil assinou, na ONU, esse compromisso de reduzir ao nível, que não é ideal, mas pelo menos aceitável pela ONU, de 20 mortes para cada 100 mil mulheres na casa da mortalidade materna.

O nosso Brasil conseguiu reduzir um pouco, que já esteve num patamar, uma estratosfera, algo, assim, gritante, de mais de 70, 74, se não estou enganada, era o índice. Nós já estamos na faixa dos 40, 40 e pouco, mas ainda é altíssimo, porque o bom é chegar na faixa zero, não ter nenhuma morte da mãe com relação na hora do parto ou durante a gravidez. E 90% dessas mortes acontecem por causas que poderiam ser evitadas, como infecção, hipertensão... Questões ligadas à diabete, problemas renais, circulatórios. Enfim, são coisas que nós não podemos, de forma nenhuma, nos calarmos. O Brasil precisa também atingir essa meta, e, pelo nível de acompanhamento que nós estamos tendo, a redução está sendo muito pequena, que não chegará à meta que está sendo preconizada pela ONU. Para isso, nós precisaríamos de, pelo menos, mais um século.

Então, temos que avançar nas ações de prevenção, de acompanhamento, para que possamos realmente atingir pelo menos o nível aceitável, se não conseguirmos erradicar de uma vez por todas.

Tivemos também... Bem, além de muitas outras, se aqui for falar, foram 16, e, em conjunto com outras comissões, nós tivemos audiências públicas para tratar da questão nacional de resíduos sólidos, que isso é uma questão que também de meio ambiente, de qualidade de vida, que precisa de uma política específica e que seja cumprida a nível de todos os municípios e dos estados brasileiros.

A Lei Pelé, a reformulação da Lei Pelé, que, agora, ela está muito mais aberta, muito mais ágil, para que nós possamos encontrar meios de cada vez mais estimular o esporte, principalmente. Eu falo esporte de maneira geral, mas, quando coloca a Lei Pelé, você

só pensa em futebol. E temos, em 2014, na Copa do Brasil, o Brasil campeão, porque eu não quero mais passar pela tristeza e decepção do Brasil... A derrota que tivemos aí, nesse jogo, agora, na Copa, não chegaram nem na semifinal, isso é uma tristeza. Nós temos é que conseguir, sim, na próxima Copa, o Brasil ser campeão. Não é possível, vai ser no Brasil, nós somos penta, por que não chegamos ao hexa? Tem que chegar, sim.

E o fundo social do pré-sal foi outra, também, conjunta, além das relações sociais entre cadeia e escola pública. Foi uma audiência, inclusive, solicitada por mim, que mostrava que, quanto maior o nível de escolaridade, mais reduzia a questão da criminalidade. Que nós estamos tendo um aumento muito devastador de jovens nas cadeias e, consequentemente, o comparativo é que esses jovens, eles têm escolaridades muito baixas, estão fora das escolas. Quer dizer, mostra a preocupação com a educação. Quanto mais escolas, menos cadeias no Brasil.

Regulamentamos as profissões de diaristas, repentistas, mototaxistas, taxistas, profissionais de estética, fotógrafo, enólogo, turismólogo, historiador, tradutor de libras, artesão, entre tantas outras. Mas tivemos a aprovação desses projetos que... muito importantíssimos para a vida do cidadão, com certeza todos importantes, foram 149, associando aí os requerimentos, e, na próxima, do dia 03, nós vamos ter a reunião da comissão e esperamos aprovar mais projetos, já computando dentro daqueles que serão aprovados, analisados no segundo semestre, que se inicia dia 03 de agosto.

Muito obrigada a todos e, não tendo mais nada a tratar, está encerrada essa reunião, convocando a próxima para o dia 03 de agosto.

E fiquem todos com as bênçãos de Deus.

Muito obrigada.

Sessão encerrada às 13h01.

ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 3 DE AGOSTO DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 11 HORAS.

Às doze horas e trinta e nove minutos, do dia três de agosto de dois mil e dez, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a Presidência da Senhora Senadora **Rosalba Ciarlini**, com a presença dos Senadores Augusto Botelho, Marcelo Crivella, Roberto Cavalcanti, Renato Casagrande, Efraim Moraes, Flávio Arns, Papaléo Paes, João Durval, Antonio Carlos Valadares, César Borges, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, Valter Pereira, Valdir Raupp, Heráclito Fortes e da Senadora Níura Demarchi reúne-se a Comissão

de Assuntos Sociais. Deixam de comparecer os Senadores Paulo Paim, Geraldo Mesquita Júnior, Gilvam Borges, Leomar Quintanilha, Mão Santa, Adelmir Santana, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Fátima Cleide. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 31ª, 32ª, 33ª e 34ª Reuniões que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da Pauta. A Senadora Rosalba Ciarlini passa a Presidência ao Senador Augusto Botelho para que ela possa relatar: **ITEM 23 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, DE 2010.** Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre a receita bruta decorrente da venda de motocicletas com cilindrada até 125 cm³, no mercado interno, quando adquiridos por motoboys ou mototaxistas. **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Durante a discussão, a Relatora, Senadora Rosalba Ciarlini, oferece as Emendas nºs 1 e 2 sugeridas pelo Senador Roberto Cavalcanti. **Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS.** A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em decisão terminativa. A Senadora Rosalba Ciarlini retorna à Presidência. O Senador Antônio Carlos Valadares solicita a inclusão do **ITEM EXTRAPAUTA nº 24 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 111, DE 2010.** Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para prever pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de droga e a sua substituição por tratamento especializado, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Concedida vista aos Senadores Augusto Botelho e Roberto Cavalcanti, nos termos regimentais, até a próxima Reunião Extraordinária, convocada para amanhã, 4 de agosto de 2010.** O Senador Flávio Arns solicita a inclusão do **ITEM EXTRAPAUTA Nº 25 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 55, DE 2010 – CAS.** “Requeiro, em conformidade com as disposições do Regimento Interno, que a **Comissão de Assuntos Sociais (CAS)** realize Audiência Pública para que sejam apresentados e discutidos os trabalhos realizados no Brasil por decorrência da ratificação pelo País da **Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco**, adotada pelos países membros da Organização Mundial de Saúde, em 2003, e assinada pelo Brasil naquele mesmo ano. Ainda em 2003 foi constituída por decreto presidencial a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos (CONICQ),

integrada por representantes dos Ministérios da Saúde; das Relações Exteriores; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Desenvolvimento Agrário; da Fazenda; da Justiça; do Trabalho e Emprego; da Educação; do Meio Ambiente; de Ciência e Tecnologia; das Comunicações; do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Indústria e Comércio Exterior; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas; Casa Civil. Ao Ministério da Saúde coube a presidência da CONICQ e ao Instituto Nacional de Câncer (INCA), entidade do Ministério da Saúde, coube o papel de secretaria-executiva. Dentre as competências da CONICQ, destaco: 1) Assessorar o governo brasileiro nas decisões relativas à formulação das políticas nacionais para ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e no efetivo cumprimento das obrigações nela previstas. 2) Articular a organização e a implementação de agenda governamental intersetorial para o cumprimento das obrigações previstas na Convenção-Quadro. 3) Promover o desenvolvimento, a implementação e a avaliação de estratégias, planos e programas, assim como políticas, legislações e outras medidas, para cumprimento das obrigações previstas na Convenção-Quadro. 4) Identificar, promover e facilitar a mobilização de recursos financeiros para o seu funcionamento, assim como respaldar o cumprimento das obrigações da Convenção-Quadro. 5) Promover estudos e pesquisas sobre temas relacionados a assuntos de interesse da Convenção-Quadro. 6) Estabelecer diálogo com instituições e entidades nacionais e internacionais, cujos objetivos e atividades possam trazer contribuição relevante para as questões de sua competência. Em 2006, por meio do Decreto nº 5.658 daquele ano, o Presidente da República promulgou a ratificação do Brasil à Convenção-Quadro, que fora aprovada pelo Congresso Nacional na forma do Decreto Legislativo nº 1.012, de 2005. Diante dessa normativa, torna-se oportuno que se realize neste momento em que se aproxima a conclusão do atual período de governo discussão qualificada onde o Poder Público apresente ao Congresso Nacional, por meio desta Comissão, os trabalhos realizados bem como os resultados já contabilizados. Ademais, tramitam no Poder Legislativo projetos de lei em cujos méritos encontram-se disposições restritivas ao hábito de fumar, que terão seus debates legislativos sobremaneira enriquecidos com os esclarecimentos trazidos pelo governo, naquilo que diga respeito à realização do que dispõe a Convenção-Quadro sobre controle do uso do tabaco. Não convém que seja retomado, outrossim, debate prévio à ratificação pelo País da Convenção-Quadro, uma vez que o Brasil já disse, na forma da Lei, – **Sim** à restrição do

tabagismo, grave malefício que representa para a saúde de todos os brasileiros, sejam eles fumantes ou não. Dentre os membros da CONICQ, indico como convidados um representante do **Ministério da Saúde**, um representante do **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, um representante do **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**, um representante do **Ministério das Relações Exteriores**, um representante do **Ministério da Fazenda** e um representante da **Casa Civil da Presidência da República**”.

Autoria: Senador Flávio Arns. **Resultado:** Aprovado. O Senador Augusto Botelho solicita a inclusão do **ITEM EXTRAPAUTA nº 26 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 56, DE 2010 – CAS**. “Requeiro, nos termos art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de **Audiência Pública**, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais e Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, para promover discussão sobre o acórdão do TCU de número **1520/2006** que define prazo para substituição de terceirizados na Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, por servidores concursados, que, neste caso, deverá ter critérios para que as substituições sejam realizadas paulatinamente, para, de certa forma, não prejudicar o desempenho das atividades do Instituto Nacional do Câncer – INCA, que presta relevantes serviços à sociedade desde a década de 30. Para tanto, relacionamos os seguintes convidados: Exmo. Dr. Paulo Bernardo Silva, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão; Exmo. Dr. José Gomes Temporão, Ministro da Saúde; Exmo. Dr. Ubiratan Diniz Aguiar, Ministro-Presidente do Tribunal de Contas da União; Dr. Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva, Diretor-Geral do Instituto Nacional de Câncer – INCA; Ilmo. Sr. Haydee Barreto Lopes, Presidente da AFINCA (Associação dos Funcionários do INCA)”. **Autoria:** Senador Augusto Botelho. **Resultado:** Aprovado. Ficam adiados os demais Itens da Pauta, a saber: **Item 1** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2009; **Item 2** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 417, de 2009; **Item 3** – Terminativo – Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2009; **Item 4** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 718, de 2007; **Item 5** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2007; **Item 6** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2009; **Item 7** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2008; **Item 8** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2006; **Item 9** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2008; **Item 10** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2009; **Item 11** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2009; **Item 12** – Terminativo – Projeto de Lei

do Senado nº 552, de 2009; **Item 13** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 522, de 2007; **Item 14** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2008; **Item 15** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2004; **Item 16** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2007 que tramita em conjunto com Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2009; **Item 17** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2010; **Item 18** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2005; **Item 19** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2010; **Item 20** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2008; **Item 21** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2005; **Item 22** – Não Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2010. Usam da palavra os Senadores Augusto Botelho, Roberto Cavalcanti, Flávio Arns, Antonio Carlos Valadares e as Senadoras Níura Demarchi e Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidente encerra a reunião, às treze horas e trinta e três minutos, e convoca a próxima reunião para amanhã, dia 4 de agosto de 2010, às 9 horas, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 03 DE AGOSTO DE 2010, ÀS 12 HORAS E 39 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 31ª, 32ª, 33ª e 34ª Reuniões da CAS.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos à apreciação do Item 23, Decisão Não Terminativa. Como eu sou a relatora, gostaria de convidar o Senador Augusto Botelho para presidir enquanto eu faço a leitura do relatório do Item 23, Decisão Não Terminativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2010: “Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre a receita bruta decorrente

da venda de motocicletas com cilindradas até 125 cm³, no mercado interno, quando adquiridos por motoboys ou mototaxistas”. A autoria é do Senador Flexa Ribeiro. A relatoria é da Senadora Rosalba Ciarlini, que tem a palavra agora para pronunciar o seu relatório.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Obrigada, Senador Augusto Botelho.

Esse projeto, ele é um projeto de grande alcance social, porque, na realidade, ele prevê que os trabalhadores que utilizam como ferramenta de trabalho a moto, como é o caso dos mototaxistas e motoboys, possam ter isenção de IPI, como é dado aos taxistas, que têm quando da compra do seu automóvel para ser taxista, eles também possam ter isenção para a compra da sua moto, desde que comprovado que realmente eles são trabalhadores dessa área.

Quando eu digo que é de amplo alcance social é porque nós sabemos que temos muitos jovens, muitos trabalhadores que estão desempregados e que poderiam ganhar a sua vida como motoboys ou mototaxistas, mas, infelizmente, não têm condição de adquirir o veículo, a sua moto, porque o custo é muito alto, apesar das linhas de financiamento que é dado através do próprio governo, através dos bancos, através das financiadoras. Mas com a redução do IPI, como é feito aos taxistas e também aos motoristas de frete, eu acredito que nós poderemos estar trazendo um benefício muito grande a esses trabalhadores que, muitas vezes, já são trabalhadores e precisam também renovar a frota, renovar a sua motocicleta, e não encontram condições em função do imposto, que torna o custo muito alto.

Então o projeto é exatamente sobre essa isenção, que foi dada já agora durante a crise que o país passou, a crise econômica, isso foi concedido e nós queremos que fique de forma permanente para que todos os mototaxistas e motoboys do Brasil possam ser beneficiados quando da compra da sua motocicleta. É esse o relatório, é essa a análise.

Eu quero pedir aos Srs. Senadores que aprovem, por entender da importância, do grande alcance social e da forma de contribuir para que eles possam ter o seu instrumento de trabalho, gerar a sua renda, gerar o seu próprio emprego e, assim, contribuam também para o desenvolvimento do Brasil.

Muito obrigada, Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado. O relatório da senadora é de parecer favorável. Agora, o Projeto está em discussão.

Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti para discutir.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Eu realmente me acosto ao espírito do projeto. Na verdade, dar aos mototaxistas, motoboys essa isenção. Agora, eu pediria, com todo respeito ao relatório da Senadora Rosalba, eu vou pedir vistas, porque eu tenho uma dúvida a respeito da cilindrada que abrange o projeto, no tocante a não ter um limitador do 0 a 50 cilindradas, como ocorre, que são motos que hoje circulam no país sem emplacamento, sem item de segurança, sem os seus condutores usarem capacetes.

Então eu tenho essa dúvida no tocante à abrangência da cilindrada, porque até 125 não especifica o limite entre ‘X’ e 125.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Olha, o limite é de 50 até 125.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Mas não está no projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Ela poderia acatar uma emenda para colocar--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Eu poderia acatar uma emenda porque--

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): --de 50 a 125; ou de 60 a 125.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Porque diz o seguinte: “Tem por objetivo isentar o motoboy mototaxista do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre a receita bruta quando da aquisição, no mercado interno, de motocicleta com cilindrada de até 125”.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Isso, até 125, mas não quer dizer que uma moto... Essas motos até 50 cilindradas... Existe um equívoco da legislação que permite que essas motos circulem nas cidades sem itens de segurança básicos, tais como emplacamento, uso de capacetes e tal. E a utilização dessas motos no serviço de mototaxista, de motoboy, poderia, eventualmente, gerar danos e riscos à comunidade. É por isso que eu tenho essa dúvida no tocante à abrangência da cilindrada nesse Projeto.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Olha, então nós poderíamos fazer uma emenda, senador, uma emenda de redação colocando de 60 a 125 cilindradas.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

É, basta de 51 a--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

A 125.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): --125.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Se o senhor concordar em retirar o pedido de vista, eu acho que ficaria--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Se a senhora relatora concordar com a minha observação, eu também--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Concordo. Eu acho que é muito bom quando a gente discute um projeto porque sempre tem sugestões assim importantes. Realmente essa questão da segurança, do planejamento, do controle, é muito importante.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Estabelecer um divisor de águas--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E,

realmente, quem trabalha com a moto, ele não trabalha com uma moto de até 50 cilindradas, ele trabalha com uma moto de 70, de 125, porque são motos, inclusive, mais potentes para poder--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

É porque a imprecisão--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

--ou levar o passageiro ou entregar mercadorias.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

A imprecisão poderia dar margem a equívocos futuros e esses equívocos iriam gerar insegurança na população.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):

Então a Senadora Rosalba acata como uma emenda de redação, acrescentando de 51 a 125 cilindradas.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

A 125 cilindradas.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):

Eu acho que o Senador Valadares quer também discutir.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Do ponto de vista social, sem dúvida alguma que o projeto aqui relatado pela Senadora Rosalba Ciarlini, que trata da isenção do IPI para motocicletas, tem uma grande repercussão, principalmente nas regiões mais pobres, que utilizam este meio de transporte de forma intensa, notadamente para atender ao transporte comercial através dos chamados motoboys. Lá no meu Estado de Sergipe – e tenho certeza também no Estado do Rio Grande do Norte – é intenso o uso desse meio de transporte, desse meio de locomoção para o transporte de alimentos, de mercadorias, por empresas de todos os segmentos comerciais e indústrias e também pelos restaurantes.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Exatamente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): De sorte que há uma justificativa bastante plausível da renúncia fiscal a ser aplicada neste caso,

de vez que vai atingir segmentos sociais da população mais pobre, que vai se beneficiar esta população mais pobre desta isenção para comprar um transporte mais barato, tal como acontece com os táxis, que têm esse direito. Por que então os motoboys iriam ser colocados num segundo plano nesse aspecto?

Por isso, eu estou totalmente de acordo com a Senadora Rosalba Ciarlini, que manifestou-se favorável à votação desse projeto, que é da autoria do Senador Flexa Ribeiro.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Flexa Ribeiro.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Infelizmente não está aqui presente--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Pois é, infelizmente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): --mas merece o meu apoio e as nossas homenagens por essa iniciativa.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Obrigada, Senador Valadares.

Eu gostaria, Sr. Presidente Senador Augusto Botelho, aqui de dar só mais um detalhe que é muito importante. Nós tivemos a oportunidade, aqui na Comissão de Assuntos Sociais, de regulamentar a profissão de mototaxistas, projeto do Senador Expedito, que foi aprovado na Comissão e no Plenário. Passou a valer, foi sancionado pelo presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):

Hoje é lei.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Hoje é lei. Então esse projeto aqui, que dá a isenção do IPI, que é o Imposto sobre Produtos Industrializados, é bom que fique bem claro para que eles entendam, que irá baratear muito, reduz em torno de 30% o valor da moto. É mais ou menos isso, não é senador? Em torno de 30%. É considerável.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):

Substancial.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Substancial, e exatamente para uma faixa que é muito carente, porque o motoboy e o mototaxista são pessoas que estão, geralmente, nas classes, vamos dizer assim, menos favorecidas, que estão com aquele trabalho lutando para sobreviver e ter o seu ganho, o seu dia a dia.

Mas veja o seguinte: como para ter direito eles vão precisar estar com uma série de critérios, claro, de atender a critérios de regularidade com a profissão, isso vai ajudar também a que a lei da regulamentação possa ser cumprida, porque todo mototaxista e todo motoboy terá todo interesse em cumprir aquela regulamentação, já que passa a ter também um benefício maior, que é

esse desconto, da isenção do IPI, que dará em torno de 30% na redução do valor de uma moto.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Sr. Presidente, eu volto a insistir de que o espírito da minha proposta de emenda visa tão somente resguardar a população no aspecto de segurança. O espírito global do projeto é formidável, eu me acosto a ele, só que, na verdade, necessitaria dessa cautela nossa no sentido da abrangência da faixa, tendo em vista a imprecisão no projeto como está previsto.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Encerrada a discussão. Não havendo mais quem queira discutir--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Eu gostaria só de colocar aqui que estamos acatando a emenda. Em função disso, vamos alterar aqui a ementa, colocando--

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): De 50 a 125.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

--de 51 a 125 cilindradas. Acatamos sem nenhuma--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

O importante é ser 51, porque até 50 tem determinados benefícios que, na verdade, põe em risco a segurança da população.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Não havendo mais quem queira discutir--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Não há nenhuma dificuldade, acatamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): --encerro a discussão, com a emenda de redação limitando entre 51 cilindradas e 125 cilindradas os benefícios da lei que ora vai ser aprovada.

Em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2010.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, CAE, em Decisão Terminativa.

Com a palavra o Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, pela ordem.

Eu peço a V. Exa. preferência para a votação do Projeto nº 111, de 2010, da autoria do Senador Demóstenes Torres. S. Exa., que é o Presidente da Comissão de Justiça, ele estudou detidamente a Lei de Drogas e propõe algumas alterações nesta lei, que é a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. É, sem dúvida, um projeto importante, mas que suscita alguma polêmica. Mas mesmo assim, confiante na sabedoria, na inteligência e no brilhantismo do Senador Demóstenes Torres em propor uma mudança nesta lei para

prever pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de droga e a sua substituição por tratamento especializado é que eu estou dando Parecer favorável, naturalmente com a participação de todos os membros desta comissão. É a prioridade que peço a V. Exa. para a votação dessa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Passo a Presidência à Senadora Ciarlini para analisar a sua proposta.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria de consultar aos Srs. Senadores se concordam que o Item 25 entre como extrapauta. É uma Decisão Não Terminativa, solicitada pelo Senador Valadares.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu concordo que entre, mas eu devo dizer que esse projeto, ele está incluindo prender os usuários de drogas. Do ponto de vista médico, o usuário de droga, para mim, é o doente. É uma pessoa que precisa de tratamento.

Então eu acho que ele deve ser um pouco mais estudado, mais discutido, e o Ministério da Justiça, da Educação, estão pedindo para a gente discutir mais, analisar mais, porque inclusive, segundo ele, haverá obrigatoriedade de construir locais para internação de usuários de drogas.

Existe uma política do Ministério da Saúde e da psiquiatria de uma forma geral de modificar isso, de não voltar aquele sistema antigo dos antigos hospitais. Nos casos de usuários de crack que a gente não sabe o que é que vai fazer com eles atualmente. O crack é uma doença que lesa realmente, está criando muito problema, já existem praticamente quase 1.200 (sic) viciados em crack no Brasil, dos quais daqui a cinco anos 300 mil devem morrer, porque eles morrem por causa do próprio crack e por causa de violência.

Eu acho que nós devemos discutir mais. Eu acho que o Senador Demóstenes Torres tem razão em querer tornar mais rigoroso esse problema, porque alguns plantadores de coca dizem: "Eu estou plantando para uso próprio". Então algumas coisas têm que ser esclarecidas nisso, porque realmente o usuário, se ele quiser ser usuário, ele vai ter que trabalhar para comprar. Plantar--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): A preocupação maior do senador -- desculpe interromper V. Exa. -- é com os efeitos devastadores do crack.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Isso.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Hoje tornou-se um problema brasileiro, muito sério, que invadiu todas as cidades e até a zona rural,

o uso do crack. Então é possível que a preocupação do senador seja com a contenção do uso dessa droga, que tem causado graves prejuízos à Nação, notadamente no setor de saúde pública e da violência urbana.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador, vamos fazer o seguinte. Os senhores concordam com extrapauta?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu dei um aparte a ele, eu não terminei ainda de falar. Realmente ele puxou um assunto que o crack--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós colocaremos extrapauta. Quando o senador ler o relatório, entraremos em discussão.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Certo. É o seguinte, inclusive ele puxou o assunto de crack. Eu gostaria de lembrar aqui que o crack entrou nessa Casa porque eu fui numa cidade chamada Alto Alegre, lá em Roraima, que tem quatro mil e poucos habitantes. Dentro da cidade deve ter três mil habitantes mais ou menos.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Em Roraima?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Em Roraima. E lá, conversando com as pessoas, disseram que já tinham pessoas viciadas em crack. Aí eu me assustei com isso e comecei a--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Na zona rural?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Numa cidade pequeninha do meu estado. Aí eu me assustei com isso, comecei a analisar e vi que tinha 1 milhão e 200 mil usuários de crack já no Brasil. Aí fiz um requerimento para meter esse assunto aqui, trazer aqui, que eu sou o Presidente da Comissão de Saúde. E, graças a Deus, repercutiu, até o governo já tomou providências, mas nós devemos isso a uma cidade pequeninha de Roraima, Alto Alegre, que infelizmente, por ser pequena, só de pessoas trabalhadoras, já tinha pessoas usando crack naquela cidade.

Então eu acho que nós vamos fazer isso, vai entrar extrapauta e eu vou pedir vistas para que o Ministério da Justiça e da Saúde analisem melhor para a gente poder tomar uma posição mais--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Exatamente. Senador Augusto Botelho, nós sabemos que V. Exa. é um médico e conhece esse assunto em profundidade, mas eu também gostaria de acrescentar que o autor da matéria não fala apenas em detenção, mas também fala em tratamento especializado, ou seja, ao invés de detenção, que o usuário da droga seja submetido a um tratamento especializado, assistido por médicos, por psiquiatras

ou psicólogos, como também a participação do poder público. É importante... Hoje já se tornou um problema de saúde pública nacional o uso do crack. De modo que eu deixo de ler o relatório, já que ele foi distribuído a todos os senadores--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas eu tenho que anunciar o projeto, que eu ainda não anunciei.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Está certo, presidenta. Anunciando, então, eu voltarei a fazer um resumo do mesmo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O senhor voltará a ter a palavra. Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2010: "Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para prever pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de drogas e a sua substituição por tratamento especializado, e dá outras providências". A autoria é do Senador Demóstenes Torres e a relatoria é do Senador Antonio Carlos Valadares.

Concedo a palavra ao senador Antonio Carlos Valadares para proferir o seu relatório e a sua análise.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sra. Presidente, o referido projeto prescreve medidas para a prevenção de uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, estabelece normas para a repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, define crimes e dá outras providências, quer dizer, não se trata apenas de uma penalização. Preocupa-se a matéria com a reinserção social, quer dizer, recolocar no mercado de trabalho, recolocar junto à sua família, junto a todos os meios sociais, aquele viciado em drogas, significando dizer que a prioridade não é punir, mas reaproveitar aquele ser humano que estava jogado numa condição social indefinida, ou seja, ruim para a normalidade da vida em nosso país.

Em resumo, é isso aí, Sra. Presidente. Como já foi distribuído o relatório a todos os Srs. Senadores e o Senador Augusto Botelho deseja pedir Vista, esse Projeto, quem sabe, poderá ser aperfeiçoado numa outra fase nesta comissão, tendo em vista que é um médico que pediu vista, um homem qualificado para tratar do assunto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com a palavra o Senador Augusto Botelho para discutir.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Inclusive um dos méritos desse projeto, que eu vejo, é que até hoje, pela lei atual, nós não podemos internar uma pessoa compulsoriamente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Corretamente.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Um viciado, se ele não quiser.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Aqui não prevê compulsoriamente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não, aqui vai prever. O viciado de crack, por exemplo, que fica igual a um zumbi, se ele não quiser se internar, a família não pode fazer nada e deixa e vê o cara se acabar, se destruir e morrer. Aí a lei vai melhorar para a gente poder internar compulsoriamente, é uma vantagem que ela ter--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A lei tem essa grande vantagem.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): --porque a nossa outra lei anterior é muito solta, não é?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Olha, na realidade eu gostaria aqui de colocar realmente que é uma coisa preocupante, que está deixando a todos nós... É com a questão do crack.

Senador Augusto Botelho, eu estive reunida com alguns grupos lá em Natal, e que ouvi depoimentos que são dolorosos, Senador Flávio Arns. Uma mãe dizia: "Por favor, me ajude. Onde é que eu vou colocar o meu filho? Eu tenho que levá-lo para algum lugar, porque eu estou vendo ele se acabar", porque não existe nem onde levar, a verdade é essa. A internação, mesmo que ele não queira, nesses casos têm que se fazer a internação, porque não há outro caminho. Você não vai deixar um jovem morrer, ser consumido pela droga, sabendo que, se ele for hospitalizado, ele tem uma chance de ser recuperado. Desintoxicado ele poderá refletir melhor e aceitar o tratamento que a gente sabe que não é nem um dia, nem dois, nem um mês e nem dois, é demorado, é longo. E, realmente, assim, muitas vezes precisa de persistência, porque às vezes volta, tem que retornar. Nesse caso, eu acho que é fundamental. O crack é uma droga que está cada vez se disseminando mais e temos que ter medidas cada vez mais energéticas, conscientização nas escolas, com as crianças. Isso não pode continuar, tem que ter como recuperar, isso é fundamental.

Não existe, Senador Flávio Arns, no meu estado, a não ser por iniciativa de igrejas, de entidades filantrópicas, tipo uma Fazenda da Esperança, uma casa de solidariedade que preste esse serviço, porque o governo, o governo estadual, o governo federal, não têm casas para esse tipo de tratamento, que é preciso, não se consegue com o CAPS de álcool e drogas. Eu sou médica, o Senador Augusto Botelho é médico e sabe disso. O CAPS de álcool e droga é muito bom para dar manutenção daqueles que já tiveram a oportunidade

de deixar a droga, mas você não consegue de forma nenhuma tirá-lo do vício de forma ambulatorial, porque na hora que ele sai da consulta tem um traficante na porta e ele volta a utilizar a droga.

Então é algo realmente que tem que haver medidas. Eu vejo o lado benéfico desse Projeto, que vê essa questão de levar à internação, ao tratamento, e também da ressocialização. Isso é muito bom.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sra. Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Para discutir também o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu só quero, assim, reforçar o que já foi dito, porque nós fizemos aqui, como foi dito, na Comissão de Assuntos Sociais e na Subcomissão de Saúde, uma Audiência Pública a respeito desta situação. Os profissionais da USP que estiveram aqui presentes disseram que os CAPS são insuficientes e inadequados, ineficazes para o atendimento disto. Os CAPS são importantes para outras situações, os Centros de Atendimento Psicossocial, mas não para isto.

Então foi dito, naquela ocasião, que deveríamos ter outro caminho. Porém, há vários problemas e que foram levantados naquela Audiência Pública. O Senador Augusto Botelho certamente se lembra também que foi dito, por exemplo, que o Ministério da Saúde não tem qualquer levantamento das comunidades terapêuticas e dos centros que atendem pessoas dependentes químicas no Brasil. Não tem levantamento e não tem interesse em ajudar porque acham que estas é que são ineficazes e incompetentes. Então há um problema ideológico que vem custando aí a tranquilidade e a segurança das famílias também.

Por outro lado, se a gente vai falar com a SENAD, que é a Secretaria Nacional Antidrogas, a SENAD coloca que é muito difícil fazer essa articulação interministerial, porque a recuperação das drogas depende da saúde, do trabalho, da educação, da assistência, e que é impossível, dentro do governo, se fazer isto. E por outro lado, salvo melhor juízo, a gente não vê nada em relação a um trabalho interssetorial de combate ao crime da droga também para prevenir que essas pessoas, quer dizer, eu não consigo perceber de maneira muito clara, quer dizer, esse trabalho sincronizado do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da Polícia Federal, da Receita, para combater também a droga.

Então eu acho que nada mais justo do que, como foi sugerido, discutirmos essa situação, porque simplesmente dizermos que a pessoa, ao invés de cumprir uma pena terá tratamento, eu acho que até a gente tem que ver do ponto de vista jurídico, que eu acho que

é necessário compulsoriamente, compulsoriamente, mas tomando cuidado para que isto não se vire contra o cidadão, que uma pessoa que está dependendo de drogas, que ela seja tratada, porque senão ela constitui um risco para a sociedade. Então essa compulsoriedade tem que ser vista e analisada. Então eu acho muito adequado que esse assunto tenha sido trazido, os fatos foram levantados, a Audiência Pública já foi feita.

E até mais uma coisa: a Associação Brasileira de Psiquiatra ia fazer um congresso após a Audiência e ficou de em trinta dias enviar uma sugestão para a Subcomissão de Saúde dizendo como que isto deveria acontecer, na perspectiva, como foi colocado, de que os CAPS são importantes para certas situações, mas não para essas, não para essas situações. Então o poder público também, a própria Associação Brasileira de Psiquiatria falou assim da dificuldade que vem tendo de discutir esse assunto com o governo federal, porque o governo federal não aceita que haja, assim, um tratamento de seis meses, um ano, e não dá recurso nenhum para ajudar essa turma toda. Então que a sociedade se vire, que as famílias continuem chorando e que a sociedade lastime sempre, como esse problema assim não faz parte assim de uma política pública consistente.

Mas surgiu, como o Augusto Botelho colocou, um plano de combate ao crack. Mas esse plano, se a gente for olhar, quer dizer, onde é que está o orçamento para esse plano? Não tem orçamento, então é demagogia no fundo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu acho, inclusive, que foi... Pois não, Senador Augusto Botelho, só aqui fazer a complementação. O plano de combate ao crack, se esta Casa, que o Senador Augusto Botelho levantou, e não tivéssemos formado também a Frente Parlamentar contra o Crack, que é presidida pelo Deputado Fábio Faria e eu sou a vice-presidente dessa frente, e dado essa conotação realmente da importância, da urgência, foi quando o governo lançou esse plano de combate ao crack. Mas sem recursos. Precisamos de recursos, precisamos de medidas enérgicas para que os governos estaduais possam ter também uma participação importante com o apoio do governo federal e surjam espaços para o tratamento e para o cuidado dessa nova juventude. O tratamento é uma coisa... Eu entendo que é um doente, passa a ser um doente o viciado, ele passa a ser um doente, que chega momentos que ele não tem capacidade nenhum de decidir se deve ser ou não ser internado. Daí a família tem que tomar essa posição, as pessoas que convivem com aquela pessoa é que tem que tomar essa iniciativa, porque uma das coisas da droga é exatamente acabar com a

autoestima, é acabar com a capacidade de você refletir, de você decidir sobre qualquer coisa. Então como essa pessoa pode decidir se vai ser internado, se ele já está pela própria droga incapacitado?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidenta, uma outra sugestão, já que estamos discutindo em boa hora assunto tão relevante, que está preocupando as famílias brasileiras, nós poderíamos pensar em incluir nesse projeto a obrigatoriedade dos planos de saúde a incluírem tratamento especializado para dependentes e de pessoas que pagam o seguro-saúde de drogas, significando dizer que quase 30% da população brasileira hoje dispõe de planos de saúde privados. Nós poderíamos, então, pensar aí com o nosso Augusto Botelho, Senador Augusto Botelho, na inclusão de uma emenda na perspectiva de os planos de saúde contemplarem esse tratamento especializado, porque aí iria baratear para o Poder Público, não seriam todas as pessoas viciadas que seriam atendidas diretamente pelo poder público. Existem pessoas que têm condições, familiares que têm condições, estão pagando plano de saúde e esse plano de saúde poderia contemplar esse tratamento especializado a que se refere o projeto, por que é o que é ele diz aqui? "O juiz determinará ao Poder Público, que coloca à disposição do condenado, gratuitamente, estabelecimento de saúde para tratamento especializado". Ora, se o condenado dispuser de um plano de saúde, ele poderá utilizar-se desse plano de saúde que ele estava pagando para a obtenção desse tratamento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O Senador Roberto quer falar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Na verdade, duas observações. Uma é no sentido de me acostar ao Senador Botelho no sentido do ponto de vista, para se tornar vista coletiva.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Certo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): E, em segundo lugar, eu estou ansioso que V. Exa. ponha em discussão o Item 23, Não Terminativo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É o próximo item da pauta.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu agradeceria muito a celeridade do processo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos só terminar aqui a discussão.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sra. Presidente, eu gostaria de fazer mais uma observação em relação à ideia do Senador Valadares.

Há um pouco de pressa em aprovar esse projeto. Se a gente for meter esse negócio de plano de saúde no meio, aí vai vir os [ininteligíveis], vai atrasar muito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vai atrasar demais.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Posteriormente, Senador Valadares, a gente poderia fazer uma tentativa. Então vamos tentar resolver o problema, porque é o seguinte: eu também fiz um projeto, dentro do que falou o Senador Flávio Arns, que nós estamos tentando uma forma de a gente ajudar essas instituições. A maioria das casas que acatam esses doentes são de fundo religioso. E o Ministério da Saúde e nem Ministério nenhum pode ajudar porque é religioso, eles tratam baseados na fé, essas coisas, mas tratam as pessoas. O fato é que os únicos que amparam os viciados que precisam de internação mais prolongada são as casas, tipo aquelas fazendas da Igreja Católica, as casas dos evangélicos. Eu fiz um projeto, Senador Flávio Arns, que dei entrada agora, para a gente tentar fazer uma forma de a gente amparar isso.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Só um aparte, Senador Augusto Botelho, para ficar bem claro, que todas essas entidades são constituídas ou como associações ou como fundações. São entidades do terceiro setor e que têm todos os pré-requisitos para serem ajudados pelo poder público. O Ministério da Saúde não ajuda porque não quer e porque acha que não é este o caminho, quer dizer, não se pode – aquela ideia absurda – ajudar uma entidade que seja particular. Quando esta entidade é pública, não estatal, é comunitária. E ao mesmo tempo com aquela ideia: “Não, todo mundo tem que ir para o CAPS, é um caminho só”. Então nem levantam... Nós perguntamos para o representante do Ministério da Saúde que estava aqui na Audiência Pública, V. Exa. se lembra, perguntamos: “Quantas são?” Não sabe. “Como é que ajuda?” “Não ajudamos”. E é uma opinião contrária da SENAD. A SENAD, por exemplo, Secretaria Nacional Antidrogas, ela tem o levantamento adequado. Então ela tem que vir aqui, porque quem mais entende, infelizmente, hoje, porque quem deveria entender de drogas é a saúde, a educação, é o trabalho e a assistência. Quem entende é a SENAD, a SENAD tem todo esse levantamento, e nós temos que obrigar os Ministérios a escutarem a SENAD, no caso, que eles têm a solução para o problema também.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu devo afirmar que o Senador Demóstenes Torres telefonou para mim e garantiu que se a gente votasse aqui ele ia segurar na CCJ, não seria votada na próxima. Mas eu acho isso aqui um problema de saúde pública--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Exatamente.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): --e tem que ser discutido é aqui na Comissão de Assuntos Sociais. Então por isso que eu--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador, eu gostaria de fazer uma proposta. A Senadora Níura também está pedindo a palavra, deixa ela colocar. A proposta que eu faria é o seguinte: os senhores pediram vista coletiva. Amanhã nós vamos ter uma nova reunião extraordinária para analisar inúmeros projetos terminativos. Até amanhã, com certeza, nós se encontraremos e poderemos analisar melhor, fazer as emendas necessárias ou as alterações. Eu acredito que poderíamos voltar com esse Projeto amanhã. O que é que os senhores--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora Rosalba, pela ordem.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Para votar?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ele é não terminativo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora Rosalba, pela ordem.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, voltar, continuar a discussão, analisar melhor.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu acho que a SENAD tem que ser ouvida sobre isso aí. Eu acho que a gente poderia fazer era uma Audiência Pública.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu acho, senadora, com a permissão de V. Exa., eu acho que há uma mania nossa, há um costume que está induzindo ao erro. Muitas vezes a celeridade, a pressa é inimiga da perfeição. Vamos ter cautela com projetos como este.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Por isso foi bom analisar aqui, temos outra reunião amanhã, porque será mais debatido... Não, eu digo que será mais debatido amanhã e pode se encontrar--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Muitas vezes nós tivemos apelos aqui: “Não, mas esse

projeto ainda vai para a comissão tal, lá nós podemos interpor”, mas nós temos que ir peneirando comissão por comissão. Se as comissões forem levando na barriga e deixando aprovar porque na próxima vai corrigir, vai induzindo ao erro de sucedido. E nas comissões posteriores, muitas vezes, a alegação é essa: “Já passou na comissão tal, então se passou na comissão tal aqui nós deveríamos aprovar também”. Então há um ciclo vicioso--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos ouvir a nossa Senadora Níura, a sua colocação, que ela pediu a palavra, depois voltaremos a--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu peço que a vista seja... E não estarei disposto a analisar na próxima reunião.

SENADORA NÍURA DEMARCHI (PSDB-SC): Presidente Senadora Rosalba, é a minha primeira manifestação nessa reunião e nessa comissão. Não poderia deixar de me manifestar--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Seja muito bem-vinda.

SENADORA NÍURA DEMARCHI (PSDB-SC): --de assunto tão relevante quanto este que está na pauta. Mas eu gostaria de dizer aos Srs. Senadores aqui, fazendo um aparte forte na colocação do Senador Flávio Arns, eu entendo que hoje nós temos muita legislação, Senadora Presidente, muita legislação e a execução de toda essa legislação na base não se concretiza. Estamos vivendo um período nacional de difícil execução das atribuições que lhe são devidas.

Quando eu olho no artigo que “o juiz substituirá a pena privativa de liberdade por tratamento especializado” – dentro dos termos -, aonde vai fazer esse tratamento especializado? Nós não temos onde colocar essas pessoas. “Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá a natureza e a quantidade...” Fica tudo a critério do juiz. Nós temos aqui o sistema Judiciário, nós temos aqui, dentro da situação, o entendimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, que tem o seu regimento próprio, sua legislação própria. E nós sabemos que dentro dos nossos municípios, dentro do nosso estado, nós não temos hoje centros de internamento provisórios adequados, não temos centros de tratamentos adequados, não temos equipe multidisciplinar para dar atendimento. A pessoa que está hoje dependente química, seja ela de qualquer proporção, não tem esse atendimento.

Então, eu me preocupo realmente com uma nova legislação, onde nós impusemos aqui, de certa forma, uma responsabilidade da qual o próprio estado, através do governo federal também, através da própria

Secretaria Nacional Antidrogas, não nos dá a resposta adequada para um assunto tão relevante.

Eu gostaria de registrar aqui, Senadora Rosalba, que em 1998, na Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul, nós já tratávamos, dentro da Comissão Antitóxicos, uma das primeiras câmaras do Brasil a tratar esse assunto e trazer aqui em Brasília no início dos trabalhos da Secretaria Nacional Antidrogas, quando o nosso Presidente Fernando Henrique Cardoso implantou esse sistema, essa Secretaria Nacional, que nós sabemos os trabalhos relevantes já que foram efetuados, mas que dentro da legislação nacional hoje não se compete, nós não temos hoje condições nem técnicas, nem estruturas físicas e, muito menos, técnicos adequados para atender a essa situação.

É um problema avassalador hoje no estado inteiro. O problema do crack, o problema das drogas é uma situação realmente anticristã, o que está acontecendo no nosso país, e nós não temos o apoio das forças, a força inclusive militar, força civil, por não terem equipamentos adequados, estrutura adequada, e, ao mesmo tempo, nós estamos aqui colocando mais uma legislação, ao qual o juiz vai se colocar diante de uma situação como essa, em que o jovem, o adolescente ou a criança não vai ter realmente um tratamento adequado porque não terá. Então, nós estamos aqui eu acho que indo para uma ideologia que não comporta a situação real do nosso país.

Eu gostaria de deixar isso aqui colocado dessa forma. Quero estudar mais a matéria, acredito que nós temos esse tempo, permitam-me os nossos senadores aqui. Eu acho de fundamental importância, mas nós estamos hoje vivendo num País de legisladores, fortes legislações, importantes legislações, mas de execução de fato para a nossa sociedade com muito pouco resultado. E quem está dando o resultado não tem o apoio governamental. Como disse aqui, nós temos comunidades terapêuticas hoje apoiadas pelas comunidades, mas não tem dinheiro do governo federal, não tem dinheiro, muitas vezes, até do próprio governo do estado, que não tem legislação específica para essa condição.

Então eu vejo que nós temos que nos preocupar num primeiro momento com a condição que se vai dar para esse tipo de tratamento, que vai virar de repente uma legislação nova nesse país.

Senadora, obrigada e parabéns pelo seu trabalho, parabéns pela sua condução. Eu fico muito feliz de participar dessa comissão de assuntos tão importantes e que dizem respeito a todas as famílias brasileiras.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, senadora. Mais uma vez eu quero aqui dar as boas-vindas à Senadora Níura

ra, que substitui o Senador Raimundo Colombo, lá de Santa Catarina. Ele está na sua luta para o governo do estado, estamos torcendo que realmente o povo de Santa Catarina reconheça esse senador, que eu o conheci aqui, fiquei admirada como ele é batalhador, como ele é competente, como ele é defendeu o seu estado. E nada melhor do que essa mulher de garra, de coragem que está aqui, para dar continuidade a esse trabalho. Eu gostaria, então, de dizer à senadora que essa comissão realmente é uma comissão importantíssima. Ela trata todas as questões ligadas à saúde, aos trabalhadores, à previdência, questões sociais, e muitos assuntos dessa natureza nós continuaremos tratando aqui.

Então vamos conceder vistas até a próxima reunião e convocar uma próxima Reunião para amanhã, às nove da manhã. Temos muitos assuntos de caráter terminativo que precisamos analisar e requerimentos também para serem votados.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Se V. Exa. permite, será que não poderíamos só aprovar esse requerimento, que é não terminativo, como extrapauta inclusive?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu já ia encerrar, deixando para amanhã a aprovação desses requerimentos, mas peço então ao Senador Flávio Arns que faça uma síntese do requerimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Se fosse possível, senador, antes--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só fazer umas colocações aqui.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sra. Presidente, eu também tenho um requerimento aí sobre o câncer, do INCA, o Instituto Nacional do Câncer, que nós temos que discutir. Tem um requerimento meu aí.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Esse aqui também. Certo. Então são dois requerimentos.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vou passar a ler.

Requerimento: "Requeiro, em conformidade com as disposições do Regimento Interno, que a Comissão de Assuntos Sociais realize Audiência Pública para que seja apresentado e discutido os trabalhos realizados no Brasil por decorrência da ratificação pelo País da

Convenção Quadro sobre o controle do uso do tabaco, adotado pelos países membros da Organização Mundial de Saúde em 2003, e assinada pelo Brasil naquele mesmo ano. Ainda, em 2003, foi constituído por Decreto Presidencial Comissão Nacional para a implementação da Convenção Quadro para o controle do tabaco e seus protocolos". É grande mesmo, viu?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu só queria--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos resumir. Eu vou pedir ao Senador Flávio Arns, como é o autor da proposição,--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Exato.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --que faça uma apresentação desse seu requerimento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): É bem simples assim, que o Brasil ratificou, como V. Exa. leu, a Convenção Quadro sobre controle do uso do tabaco. E foi constituído, por Decreto Presidencial, a Comissão Nacional para implementação da Convenção Quadro para o controle do tabaco e de seus protocolos. Em 2006, o Presidente da República promulgou a ratificação do Brasil à Convenção Quadro, que havíamos aprovado aqui no Congresso em 2005.

Então, agora, o atual período de governo está se encerrando e nada melhor do que fazermos uma análise de como que isto está acontecendo no Brasil, os avanços, dificuldades, principalmente em termos dos produtores rurais nesta área, como é que a situação está sendo colocada. E, para isto, fazer uma análise desta situação através de uma Audiência Pública, onde serão convidados o Ministério da Saúde, do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Relações Exteriores, porque é algo internacional, o Ministério da Fazenda, e alguém da Casa Civil da Presidência da República.

Então fazer uma análise do que aconteceu, avanços, problemas, dificuldades, perspectivas para o futuro. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento. Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu aprovei por antecipação, porque é um requerimento tão importante, de algo que realmente é de interesse de todos nós--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --porque é bom acompanhar, saber se realmente estamos cumprindo com as determinações que acordamos.

Passamos agora ao item de autoria do Senador Augusto Botelho: "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais – Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, para promover discussão sobre o Acórdão do TCU nº 1.520/2006, que define prazo para a substituição de terceirizados na administração pública federal direta, autárquica e fundacional por servidores concursados, que neste caso deverá ter critérios para que as instituições sejam realizadas paulatinamente, para de certa forma não prejudicar o desempenho das atividades do Instituto Nacional do Câncer, que presta relevantes serviços à sociedade desde a década de 30.

Para tanto, relacionamos os seguintes convidados: Exmo. Dr. Paulo Bernardo Silva, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão; Exmo. Dr. José Gomes Temporão, Ministro da Saúde; Exmo. Dr. Ubiratan Diniz de Aguiar, Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União; Dr. Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva, Diretor Geral do Instituto Nacional do Câncer; Exmo. Sr. Haydée Barreto Lopes, Presidente da ANFICA – Associação dos Funcionários do INCA". A autoria é do Senador Augusto Botelho. Em votação o requerimento. Os senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sra. Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Augusto.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Esse requerimento aqui se fez pelo seguinte fato: é que o prazo para substituir está se encerrando agora em dezembro e o Instituto Nacional do Câncer não conseguiu fazer a substituição dessas pessoas todas. Têm vários concursados para serem convocados e lá nós sabemos da complexidade do Hospital do Câncer. Para substituir rapidamente vai dar um problema sério de parar a engrenagem do hospital.

Então, o Dr. Santini esteve aqui numa Audiência que era sobre o câncer infantil, esse assunto foi abordado--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Foi convocado por mim.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Convocado pela senhora, foi abordado. Nós gostaríamos de fazer essa audiência porque tem que se achar uma solução antes de se esgotar o prazo, senão o Hospital

do Câncer vai parar e não podemos parar o Hospital do Câncer no Brasil.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): De forma nenhuma, não podemos. Acho que aí nós temos que realmente--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Temos que tomar uma atitude rápida.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --agir com rapidez, porque o INCA presta um serviço muito grande ao Brasil. É uma referência, eu acho que foi o primeiro hospital, ele e o Hospital do Câncer de São Paulo, que eram referência, não tínhamos--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O A. C. Camargo.

SRA. PRESENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O A. C. Camargo. Quantas vidas já foram salvas, e ele serve de campo de estágio para residentes, para preparar os profissionais e os médicos que hoje estão nas ligas do interior, que estão nas associações. É muito importante. Então eu quero parabenizá-lo pela iniciativa--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Inclusive lá em Roraima, nós temos pessoas do Hospital do Câncer trabalhando lá, médicos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós temos a Liga Norte-Rio-Grandense de Câncer, a Liga Mossoroense de Câncer, que todas as duas têm profissionais que passaram, que se prepararam e que mantêm um contato, vamos dizer, trocas de informações com o INCA, pelo grande serviço que ele presta.

Não havendo mais nada a tratar, essa sessão está encerrada. Agradecendo a presença de todos e convocando outra para amanhã, às nove da manhã. A presença será importante, de um quórum qualificado, porque todos os projetos terminativos serão analisados amanhã.

Sessão encerrada às 13h33.

ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 4 DE AGOSTO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS.

Às dez horas e dezenove minutos, do dia quatro de agosto de dois mil e dez, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a Presidência da Senhora Senadora **Rosalba Ciarlini**, com a presença dos Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Marcelo Crivella, Roberto Cavalcanti, Renato Casagrande, Geraldo Mesquita Júnior, Gilvam Borges, Regis Fichtner, Mão Santa, Flexa Ribeiro, João Durval, Antonio Carlos Valadares, César Borges, Inácio Arruda, Belini

Meurer, Valdir Raupp, Jayme Campos, José Bezerra, Cristovam Buarque e das Senadoras Marisa Serrano, Níura Demarchi e Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais. Deixam de comparecer os Senadores Leomar Quintanilha, Adelmir Santana, Efraim Moraes, Papaléo Paes, Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Fátima Cleide. Justifica ausência o Senador Flávio Arns. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2010.** Dispõe sobre a dedução dos encargos sociais devidos pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, em caso de contratação de egressos do sistema prisional, e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Marisa Serrano. **Relatoria:** Senador Roberto Cavalcanti. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** **Aprovado Parecer favorável ao Projeto.** **ITEM 2 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 465, DE 2009.** Altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, para incluir entre as práticas discriminatórias e limitativas para efeito de acesso à relação de emprego, ou sua manutenção, aquelas motivadas por consulta a cadastro de inadimplentes, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Roberto Cavalcanti. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. **Resultado:** **Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS.** **ITEM 3 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 417, DE 2009.** Acrescenta art. 143-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre aposentadoria por idade de repentistas e de cordelistas, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatoria:** Senador Garibaldi Alves Filho. **Relatoria “Ad Hoc”:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. **Resultado:** **Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS.** **ITEM 4 – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2009.** Dispõe sobre o fornecimento de alimentação diferenciada em escolas públicas para alunos portadores de diabetes, hipertensão ou anemias. **Autoria:** Deputado Celso Russomano. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** **Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CAS) ao PLC nº 187, de 2009, em Turno Único.** O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. **ITEM 5 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 111, DE 2010.** Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para prever pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de droga e a sua

substituição por tratamento especializado, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** **Retirado de Pauta para aguardar realização de Audiência Pública aprovada conforme Requerimento nº 57, de 2010-CAS, de iniciativa do Senador Roberto Cavalcanti.** **ITEM 7 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 251, DE 2007.** Altera o art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para incluir entre as competências do CODEFAT a definição dos critérios para a utilização dos recursos do FAT para a qualificação dos profissionais dos órgãos de segurança pública. **Autoria:** Senador Aloizio Mercadante. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CCJ, com a Emenda que apresenta. **Resultado:** **Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CCJ-CAS e nº 2-CAS.** **ITEM 9 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 285, DE 2008.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o dissídio coletivo de trabalho. **Autoria:** Senador Magno Malta. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatoria “Ad hoc”:** Senador Geraldo Mesquita Júnior. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** **Aprovado o Projeto.** **ITEM 10 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, DE 2006.** Acrescenta §§ 3º e 4º ao art. 12 da Lei nº 6.019 de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre a responsabilidade civil nos acidentes ocorridos no trabalho temporário ou terceirizado e dá outras providências. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Senador José Nery. **Relatoria “Ad hoc”:** Senadora Níura Demarchi. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com duas Emendas que apresenta. **Resultado:** **Concedida vista ao Senador Belini Meurer, nos termos regimentais.** **ITEM 11 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, DE 2008.** Dispõe sobre a dispensa de perícias para a requisição dos benefícios gerados por lei aos portadores de deficiências físicas e mentais. **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Senador Mão Santa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Resultado:** **Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CDH-CAS) ao PLS nº 330, de 2008, em Turno Único.** O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. **ITEM 12 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, DE 2009.** Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, (que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências) para incluir o

lúpus e a epilepsia entre as doenças que fazem jus aos direitos e benefícios de que tratam. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Mão Santa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. **Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CAS e nº 2-CAS. ITEM 14 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 552, DE 2009.** Acrescenta a Seção VI-A ao Capítulo I do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre as atividades sob radiação solar a céu aberto. **Autoria:** Senadora Serys Slhessarenko. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Concedida vista ao Senador Régis Fichter, nos termos regimentais. ITEM 16 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 451, DE 2008.** Altera o art. 73 da Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre o trabalho noturno, em conformidade ao disposto no inciso IX do art. 7º da Constituição Federal. **Autoria:** Senador Papaléo Paes. **Relatoria:** Senador Mão Santa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas de redação que apresenta. **Resultado: Lido o Relatório; adiada a discussão e votação da matéria. ITEM 17 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 347, DE 2004.** Altera o inciso I do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para ampliar para cinco dias o prazo de dispensa de comparecimento ao trabalho do empregado em caso de falecimento de familiar ou dependente. **Autoria:** Senador César Borges. **Relatoria:** Senador Renato Casagrande. **Relatoria “Ad hoc”:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Aprovado o Projeto.** A Senadora Rosalba Ciarlini passa a Presidência à Senadora Marisa Serrano para que ela possa relatar. **ITEM 18 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, DE 2007** Estabelece normas para o provimento de cargos e empregos de agentes comunitários de saúde a que se refere o art. 9º da Lei nº 11.350, de 05 de outubro de 2006. **Autoria:** Senador Leomar Quintanilha. **TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, DE 2009.** Altera os arts. 8º e 9º, e revoga o art. 10 e o parágrafo único do art. 11, todos da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para modificar o regime jurídico aplicável aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Gilvam Borges. **Relatoria:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 48, de 2007, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 323, de 2009, que tramita em conjunto. **Resultado: Concedida vista ao Senador Belini Meurer, nos termos regimentais.**

ITEM 19 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, DE 2010. Modifica o art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, o art. 132 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o art. 118 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para disciplinar a demissão e estabelecer garantia provisória de emprego ao alcoolista. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Papaléo Paes. **Relatoria “Ad hoc”:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. **Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. ITEM 20 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, DE 2005.** Dispõe sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego à pessoa física que, trabalhando na pesca artesanal, exerce sua atividade na confecção e reparos de embarcações e petrechos, na captura ou coleta de caranguejos, mariscos ou algas, no seu processamento, e à que contribui diretamente para o exercício da pesca, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, acolhendo a Emenda nº 1-CAE (Substitutivo), nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Retirado de pauta a pedido do autor, Senador Valdir Raupp. EXTRAPAUTA ITEM 24 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 57, DE 2010 – CAS.** Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão de Assuntos Sociais – CAS, Audiência Pública, com o objetivo de insinuar o Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2010 que “Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para prever pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de droga e a sua substituição por tratamento especializado, e dá outras providências”, com a presença dos seguintes convidados: Dra. Paulina Duarte, Secretária Adjunta da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas da Presidência da República (Senad); Dr. Felipe de Paula, Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça; Dr. Pedro Gabriel Delgado, Coordenador do Programa de Saúde Mental do Ministério da Saúde; Dra. Luciana Soiteux, Coordenadora da Pesquisa “Tráfico de Drogas e Constituição” do Pensando o Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Dr. João Alberto Carvalho, Associação Brasileira de Psiquiatria – ABP; Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, Professor da Universidade Federal de São Paulo, Coordenador da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas (UNIAD) e Investigador Principal do Instituto Nacional de Políticas do Álcool e Drogas; Representante da Secretaria de Direitos Humanos. **Autoria:** Senador Roberto Cavalcanti. **Resultado: Aprovado.** Ficam adiados

os demais Itens da Pauta, a saber: **Item 6** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 718, de 2007; **Item 8** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2009; **Item 13** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2009; **Item 15** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 522, de 2007; **Item 21** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2010; **Item 22** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2008; **Item 23** – Terminativo – Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2005. Usam da palavra os Senadores Regis Fichtner, Roberto Cavalcanti, Geraldo Mesquita Júnior, Mão Santa, Paulo Paim, Marcelo Crivella, Belini Meurer, César Borges, José Bezerra, Valdir Raupp, Inácio Arruda, Flexa Ribeiro; e as Senadoras Marisa Serrano, Níura Demarchi, Lúcia Vânia e Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Reunião é encerrada às onze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 04 DE AGOSTO DE 2010, ÀS 10 HORAS E 19 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Passamos à apreciação dos Itens nº 1 a 23, conforme Pauta previamente divulgada.

Item nº 1 (decisão não terminativa): Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2010: “Dispõe sobre a dedução dos encargos sociais devidos pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, em caso de contratação de egressos do sistema prisional, e dá outras providências”. A autoria é da Senadora Marisa Serrano. A relatoria é do Senador Roberto Cavalcanti. Concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti, para proferir o seu relatório.

Queremos aqui registrar a presença da autora, que é a Senadora Marisa Serrano, nesse projeto importante para a sociedade. Queremos também dar as boas-vindas ao Senador Regis Fichtner, do PMDB, que está suplente do Senador Paulo Duque, que vem participar, aqui, da nossa Comissão. Seja muito bem-vindo. Essa Comissão, com certeza, com a sua cola-

boração poderá avançar ainda mais. Nós temos temas muito importantes da área social, da saúde, ligados à defesa do trabalhador. Com certeza a contribuição desse carioca será muito importante. Seja bem-vindo à nossa Comissão.

SENADOR REGIS FICHTNER (PMDB-RJ): Obrigado, Presidente. Eu espero poder colaborar com essa importante Comissão do Senado. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada também. Agora, com a palavra, o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço, Sra. Senadora. Também faço as boas-vindas ao nosso novo companheiro e dizer que se percebe que a seleção do Rio de Janeiro está pensando nos Jogos Olímpicos, está colocando aqui os jovens, os jovens talentos. No dia de ontem eu tive a oportunidade de presenciar a atuação deste nobre novo senador e parabenizá-lo pela atuação. Sua experiência de vida, sua presença parlamentar o credencia para estar aqui, representando o Rio de Janeiro da melhor forma. Também é um privilégio estar aqui ao lado da autora deste projeto que eu estou relatando, Senadora Marisa Serrano, que teve extrema sensibilidade no tocante à abrangência desse projeto.

O projeto, na verdade, eu vou tentar ser bastante sucinto, mas não posso deixar de ler alguns trechos que estão apontados no nosso relatório. É um projeto que visa a dedução de encargos sociais devidos pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, no caso de contratação de egressos do sistema prisional, e dá outras providências. Na verdade, existem duas sensibilidades acopladas aí. Uma é a identificação de que no Brasil a carga tributária, o que incide sobre o salário dos funcionários é extremamente gravosa. Qualquer incentivo que vise dar às empresas a redução dessas cargas, ela está se acoplando, ela está se ajustando a uma mentalidade de proporcionar a competitividade, proporcionar o desenvolvimento do Brasil no mercado globalizado, que é hoje o mercado mundial. E, por outro lado, visa também proporcionar aos egressos, após cumprirem as penas, vamos dizer, o preso após sair da prisão, ele tenha a oportunidade diferenciada de se acoplar ao trabalho efetivo, se ajustar na sociedade.

Eu vou ler algum trecho aqui do nosso relatório. Na verdade, a Senadora Marisa Serrano tem como objetivo básico criar incentivos fiscais para empresas que contratar pessoas egressas do sistema prisional.

Nós termos da proposta, pela iniciativa, as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real poderão deduzir do imposto devido o equivalente ao valor pago pelos encargos sociais incidentes sobre a remuneração

desses trabalhadores durante os dois primeiros anos de contratação. É importante que não é um incentivo eterno, não é um incentivo definitivo. É um incentivo que recairá sobre essa mão-de-obra durante o período limitado dos dois primeiros anos. Desta forma – é bom prestar atenção à abrangência desse projeto -, poderão ser abatidos os valores correspondentes às contribuições pagas na Previdência Social, ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), ao salário-educação, às entidades privadas do serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e ao seguro contra risco de acidente do trabalho. O que quer dizer isso? Todo esse volume, todas essas contribuições, a empresa, na verdade, recolherá. Porém, ela abaterá do seu lucro real esses valores. É importante destacar isso, as empresas não estarão isentas dessas contribuições, essas contribuições todas serão normalmente recolhidas. Porém, elas poderão ser deduzidas do lucro real, razão pela qual esse projeto visa esses encargos sociais devidos pelas pessoas jurídicas, tributadas com base no lucro real e apenas elas.

Ao justificar a sua iniciativa, a autora apontou os grandes obstáculos que os egressos do sistema prisional enfrentam ao tentar reingressar no mercado de trabalho, o que acaba por impedir que essas pessoas exerçam de maneira plena a sua cidadania. Este é um fator de acirramento das relações sociais, que acaba por comprometer ainda mais a segurança pública do Brasil. Na verdade, a autora tentou identificar de que, na verdade, um preso, ao sair da cadeia, ele tem extrema dificuldade. E o que é que faz isso? Faz com que ele volte para a delinquência. Já que ele não tem um emprego formal, ele se dirija automaticamente, volte à delinquência, porque é uma maneira que ele tem de sobreviver na brutalidade da realidade do mercado da vida. Assim, assevera que deverá ser promovida a integração desses trabalhadores para o bem da sociedade e da família, lembrando que a oferta de um emprego neste momento – naquele momento que ele sai da prisão – representa para o egresso do sistema prisional o reconhecimento do bom comportamento que permitiu a sua liberdade, porque se na verdade o preso for um reincidente, ou seja, se na prisão ele continuar cometendo crimes, ele, na verdade, ele não vai ter essa liberdade, ele não vai ser o acesso ao convívio com a sociedade da forma que está prevista no projeto.

Após a análise por essa Comissão, esse projeto segue também para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em decisão terminativa. Então nós estamos cumprindo uma etapa.

Quero também registrar que, de fato, é necessário lembrar que a nossa Constituição Federal veda expressamente as penas perpétuas, não sendo admissível entre nós as punições que se prolonguem indefinidamente. Ocorre que, não raro, mesmo tendo cumprido a sua sentença, o egresso do sistema prisional segue penalizado, pois continuará vítima da discriminação e da segregação social. Afirmamos, em consonância com a ilustre autora, que, para que haja um futuro melhor, o passado precisa ser reduzido à sua verdadeira dimensão.

Então vou direto ao Voto, Sra. Presidente. Em face do exposto, o Voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2010. Parabenizo a extrema competência e sensibilidade da autora, a Senadora Marisa Serrano. Era isso, Sra. Presidente.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Peço(F) a palavra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Com a palavra a autora, a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Obrigado, Sra. Presidente. Eu quero, aqui, cumprimentar os meus colegas senadores, o Roberto Cavalcante, que tão brilhantemente fez a relatoria desse meu projeto, o Senador Geraldo Mesquita, o Senador Augusto Botelho, e cumprimentar o Senador Regis, do Rio de Janeiro, do PMDB, que está chegando agora. Seja muito bem-vindo à nossa Casa.

Mas, eu quero dizer, Sra. Presidente, que quando propus esse projeto, foi justamente seguindo as palavras daquilo que o Senador Roberto Cavalcanti acabou de proferir. Em geral, as pessoas têm receio de contratar, de empregar qualquer egresso dos presídios brasileiros. Mas, como o próprio Senador Roberto disse, nós não temos prisão perpétua aqui, as pessoas saem das cadeias e precisam ter um espaço de trabalho. Se ninguém lhes dá a oportunidade de trabalhar, normalmente eles vão voltar à cena do crime. É claro, eu estou dizendo, eu não quero dizer que todos os egressos das cadeias públicas brasileiras, todos eles saem com o espírito de voltar a trabalhar, de ser um cidadão de respeito, de garantir a toda a sua família o acesso a uma vida mais tranquila, mas há muitos daqueles que saem das cadeias e, como não têm nenhuma oportunidade, a única porta que lhes abre é a porta de voltar ao crime. Portanto, a ideia é que por apenas dois anos, Senador Augusto, Senador Geraldo, os empregadores poderiam garantir que o seu aporte de recursos fiscais não seja para o governo, mas seja a garantia, eles pagam, mas a garantia de que eles vão ter o seu tributo voltado para o apoio a essas pessoas que queiram trabalhar, quer dizer, se o empregador

garantir um emprego a um egresso das prisões, ele garantirá que aquele recurso, que ele poderá pagar dos seus impostos, possa ser retornado para apoiar essa pessoa, quer dizer, a ideia é que a gente garanta um espaço pelo menos por dois anos. Não vai ser ad eternum, o empregador fica a vida inteira sem pagar, nada disso. São apenas os dois primeiros anos, esses dois primeiros anos de apoio a quem realmente precisa. E dizer que as nossas prisões são locais de regeneração, não são. As nossas prisões são muito ruins aqui no Brasil e não oferecem essa abertura para regenerar aqueles que precisam.

Portanto, a ideia é fazer com que menos pessoas voltem para o crime a partir das prisões e que a gente possa oferecer uma oportunidade a quem realmente quer se regenerar. Portanto, eram essas as minhas propostas quando apresentei esse projeto. Quero agradecer muitíssimo ao Senador Roberto Cavalcanti, a relatoria e as palavras que proferiu aqui a respeito do projeto. Muito obrigado, Senador Roberto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu quero aproveitar e parabenizar a Senadora Marisa, o Senador Roberto Cavalcanti, essa dupla aí, um autor e o outro relator. Em discussão a matéria. O Senador Regis pede para discutir.

SENADOR REGIS FICHTNER (PMDB-RJ): Sra. Presidente, eu exerci, até agora pouco, antes de voltar aqui, ao Senado, a chefia da Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Exercendo esse cargo, um dos grandes desafios com que a gente se deparou lá no Estado era no tratamento, exatamente, ao egresso do sistema penitenciário, porque está comprovado que um dos grandes problemas da incidência criminal é exatamente a reincidência. Poucas pessoas cometem muitos crimes e voltam a cometer os crimes, mesmo depois de saírem do sistema penal. Lá no Estado a gente fez um esforço muito grande para ocupar os egressos do sistema penitenciário. A nossa própria empresa de água e esgoto, a CEDAE, ela contrata pessoas egressas do sistema penitenciário para realizar atividades em favor da empresa, o que tem sido um sucesso para a reinserção no mercado de trabalho das pessoas que cometeram crimes.

Então eu queria, na verdade, parabenizar a Senadora Marisa Serrano por esse projeto, que ele é extremamente inteligente, pois ele obriga a empresa a pagar os encargos sociais, mas dá a ela o direito de deduzir do imposto a pagar esse valor, porque é lógico que entre escolher dois empregados, um que tenha sido egresso do sistema penal e outro não, normalmente a empresa escolheria o que não veio do sistema penal, quer dizer, dar um incentivo que as empresas contratem egressos do sistema penal é uma

medida que contribuirá e muito para a diminuição da criminalidade no Brasil. Então parabéns à Senadora Marisa Serrana.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senadora?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada. Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senadora Presidente, eu queria contraditar a Senadora Marisa Serrano no momento em que ela afirma que não há prisão perpétua no Brasil. No texto da lei não há, mas na prática há. O projeto da Senadora Marisa, na verdade, acaba com a prisão perpétua de fato também, porque no nosso País... Olha, o Senador Regis foi muito feliz em dizer o que o projeto é inteligente no sentido de criar outros mecanismos. O nosso sistema prisional brasileiro está precisando mesmo de outros mecanismos. A pena alternativa, quando surgiu, foi uma coisa muito interessante porque aliviou grande parte da pressão que a gente verifica no sistema prisional. Essa alternativa que a Senadora Marisa oferece também é algo que se junta a outras alternativas para descomprimir o nosso sistema prisional, fazer com que essas pessoas que saem, tendo cumprido pena, tenham a grande chance de não retornar, amparadas que seriam por um mecanismo como esse.

Portanto, eu falei aqui meio de brincadeira em contraditar a Senadora Marisa, porque eu acho que no Brasil não há na lei, não há no texto legal, mas há prisão perpétua mesmo, porque a pessoa, muitas das vezes, é condenada e é condenada para toda a vida, não tem qualquer outra oportunidade de retorno à sociedade.

Portanto, o projeto da Senadora Marisa, na prática, revoga a prisão perpétua que existe na prática no nosso País. Parabéns à Senadora Marisa e parabéns ao Senador Roberto Cavalcanti que, com muita felicidade, acolheu a proposta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não havendo mais quem queira discutir, passamos à votação.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Relator.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Na verdade, eu gostaria de registrar, agradecer as referências e dizer que, em primeiro lugar, o que incide sobre uma folha de pagamento de um funcionário hoje, no Brasil, muitas vezes dobra o valor do salário. E é um fator que, na verdade, economicamente vai desequilibrar

favoravelmente a contratação desses funcionários, na qual as empresas poderão abater esses valores.

E, por fim, dizer que existem projetos que quando se é escalado para relatar, você tem que cumprir a sua missão, chegar aqui e dizer: "Vou direto ao voto". Vai direto ao voto e cumpriu a sua missão. E existem outros projetos na qual a competência e a sensibilidade dos autores fazem com que os relatores se orgulhem de ter tido a oportunidade de relatá-los. Nesse caso, mais uma vez, eu registro o meu orgulho de ter sido escalado pela Sra. Presidente Rosalba Ciarlini como relator desse projeto. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai agora para a Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. Parabenizo a Senadora Marisa.

Passamos, agora, aos itens terminativos. Está faltando apenas um para a votação, mas vamos adiantar lendo e discutindo os relatórios.

Então passamos, agora, ao Item 9 (decisão terminativa): "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o dissídio coletivo de trabalho". A autoria é do Senador Magno Malta. O relator é o Senador Mozarildo Cavalcanti. Hoje o senador ad hoc é o Senador Geraldo Mesquita. A matéria já constou das pautas das Reuniões nos dias 25/05, 09/06, 07/07 e 03/08. Como é norma nessa Comissão, após duas comissões que o relator não esteja presente, nós indicamos um ad hoc. Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sra. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, essa Comissão examina em caráter terminativo a proposta do Senador Magno Malta, que altera o art. 856 da Consolidação das Leis do Trabalho, adequando a redação do referido dispositivo às disposições da Emenda Constitucional nº 45, que promoveu mudanças no poder normativo da Justiça do Trabalho. Em suma, trata-se de harmonizar o texto da CLT com as novas disposições da Carta Magna, alterando 1/3 do que apresenta a redação, anacrônica e dissonante, nos termos do próprio autor.

Quero lembrar que a relatoria original é do Senador Mozarildo Cavalcanti. Diz ele no seu relatório que a matéria insere-se no campo do direito processual coletivo do trabalho. As proposições sobre esse assunto são de iniciativa comum, conforme previsto na Constituição, no art. 61, cabendo ao Congresso a competência para legislar sobre o tema. Não há,

portanto, impedimentos no que se refere aos ditames constitucionais.

Quanto ao mérito, também não vislumbramos aspectos contrários à aprovação da matéria. Na realidade, a norma vigente está em absoluta desconformidade com as disposições constitucionais relativas à instauração dos dissídios coletivos de natureza econômica. A norma atual prevê o ajuizamento do dissídio somente quando as partes se recusarem à negociação coletiva ou arbitrária. Também é exigido comum acordo entre as partes para que o Poder Judiciário interfira. A proposta do Senador Magno Malta, portanto, promove uma modificação necessária no texto celetista, evitando polêmicas desnecessárias e incluindo a nova disposição dentro do contexto da legislação trabalhista infraconstitucional.

Em face dos argumentos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 285, de 2008, de autoria do nobre Senador Magno Malta e muito bem relatado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti. É o Voto, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Como não há quem queira discutir, passamos à votação. Como vota o Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO-RR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Geraldo Mesquita Júnior – é o relator ad hoc. Regis Fichtner. O Senador Regis foi ao telefone, pediu um momento. Senador Mão Santa? Também estava aqui... Senadora Níura Demarchi?

SENADORA NÍURA DEMARCHI (PSDB-SC): Com o relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Belini Meurer?

SENADOR BELINI MEURER (PT-SC): Com o relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): José Bezerra Júnior(F)?

SENADOR JOSÉ BEZERRA (DEM-RN): Com o relator, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Marisa Serrano?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Regis?

SENADOR REGIS FICHTNER (PMDB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O projeto foi aprovado e a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Item 2 é decisão terminativa, já foi lido--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --e discutido. Passamos à votação. Senador Augusto Botelho... Item 2: "Altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, para incluir entre as práticas discriminatórias e limitativas para efeito de acesso à relação de emprego, ou sua manutenção, aquelas motivadas por consulta a cadastro de inadimplentes, e dá outras providências". A autoria é do Senador Paulo Paim e o relator é o Senador Roberto Cavalcanti. O relatório foi pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta. A matéria constou da Pauta e foi lida(F) no dia 25 de maio, discutida na Sessão seguinte, em 03 de agosto, e agora estamos em votação nominal. Como vota--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO-RR): Com o relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Roberto Cavalcanti – Voto conhecido, é o relator. Geraldo Mesquita Júnior?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Regis Fichtner.

SENADOR REGIS FICHTNER (PMDB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Níura Demarchi. Níura, como vota a senadora?

SENADORA NÍURA DEMARCHI (PSDB-SC): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Belini Meurer?

SENADOR BELINI MEURER (PT-SC): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): José Bezerra Júnior?

SENADOR JOSÉ BEZERRA (DEM-RN): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Marisa Serrano?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O projeto foi aprovado. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Passamos, agora, ao Item 18, que é uma decisão terminativa: "Estabelece normas para o provimento de cargos e empregos de agentes comunitários de saúde, a que se refere o art. 9º da Lei nº 11.350, de 05 de outubro de 2006". A autoria é do Senador Leomar Quintanilha e a relatoria é da Senadora Rosalba Ciarlini. Eu solicito à Senadora Marisa que presida enquanto eu farei a leitura do relatório.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini, para a leitura do seu relatório.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Esse projeto, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, tem uma importância muito grande, porque o agente comunitário de saúde, todos sabem do quando eles são importantes para o trabalho no Programa Saúde da Família. Hoje, o agente comunitário de saúde, ele é da comunidade, faz parte da vida, do dia-a-dia, eles trabalham ininterruptamente, não são um trabalhador normal que chega numa repartição, assina o ponto e tem a hora de sair. Além do horário normal de trabalho, com certeza, como eles são da comunidade, são pessoas que são convocadas pela comunidade a toda hora, numa necessidade, numa urgência. Eu sou médica e quantas e quantas vezes encontrei com agentes comunitários chegando de madrugada, levando uma mãe que estava indo para a maternidade, levando uma criança, ajudando uma família. Eles passam a ser aquele agente solidário na comunidade. Então merecem ser reconhecidos, merecem ser valorizados,

ter uma remuneração justa, merecem ter realmente os direitos trabalhistas que todo trabalhador tem.

Eu quero aqui lembrar: nós temos aqui, principalmente, a figura de uma pessoa que foi quem deu início a esse trabalho, que era voluntária, que é a nossa Dra. Zilda Arns, pediatra, que iniciou todo esse trabalho e que foi, podemos assim dizer, uma das incentivadoras para que o Ministério da Saúde, o Governo, desde a administração passada, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com o Ministro José Serra, comessem esse Programa Saúde da Família, valorizando muito o trabalho do agente comunitário, esse trabalho que já existia do agente comunitário, que o governo atual do Presidente Lula vem ampliando e reconhecendo esse valor. Eu sou a relatora do projeto e desde já anuncio que o relatório é favorável, mas vamos ao relatório.

Cabe a esta Comissão apreciar, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2007, do Senador Leomar Quintanilha, cujo propósito é promover alterações na Lei nº 11.305, de 05 de outubro de 2006, que, por seu turno, regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal, amparado pelo Parágrafo Único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.

Como todos dispõem do relatório, eu vou passar à análise.

O Projeto de Lei do Senado nº 48, bem como o Substitutivo aprovado pela CCJ, têm o mesmo propósito: buscar fortalecer a atividade dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, elementos que desempenham funções fundamentais no Sistema Único de Saúde. O agente de saúde é um dos elementos essenciais da estratégia de saúde da família, que busca a reorientação do modelo assistencial no Brasil, com a implantação da atenção básica à saúde. Esse novo modelo fundamenta-se na necessidade de superar o antigo modelo assistencial, centrado na atenção hospitalar, e priorizar a intenção integral, diretamente vinculado à comunidade, com ações de promoção à saúde preventivas e curativas. A relevância dos agentes comunitários de saúde para o SUS pode ser inferida nas suas atividades, definidas pelo Parágrafo Único, art. 3º, da Lei nº 11.305, de 2006.

[soa a campanha]

A utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio-cultural da comunidade. Bom, vamos passar.

Atualmente, o agente de combate às endemias é responsável, entre outras ações, de vigilância, prevenção e controle de doenças de promoção da saúde. Entre as suas atividades encontra o trabalho de campo visando o controle do mosquito *Aedes aegypti*, vetor de

um dos mais importantes problemas atuais de saúde pública do Brasil.

No mérito, os Projetos de Leis do Senado nº 48, de 2007, e 323, de 2009, na forma da Emenda Substitutiva aprovada pela CCJ, fortalece a atuação dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias ao aperfeiçoar as suas relações de trabalho com os gestores do SUS, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Há de se considerar, no entanto, que o texto Substitutivo necessita de algumas alterações com o objetivo de sanar os aspectos técnicos e legislativos, mencionados a seguir.

Foram feitas algumas alterações no Substitutivo porque havia alterações redacionais necessárias para que pudéssemos dar maior clareza ao texto, aos avanços nas relações de trabalho que esse projeto de autoria do Senador Leomar Quintanilha preconiza. Na realidade, eu quero aqui deixar bem claro que, além desse projeto dos agentes comunitários de saúde, com relação aos seus direitos trabalhistas, à Consolidação das Leis do Trabalho, da CLT, nós temos também um outro projeto de fundamental importância, que está tramitando no Congresso, que é com relação aos salários dos agentes comunitários de saúde e agentes de endemia, o piso nacional que todos nós defendemos, aprovamos e queremos que seja consolidado o mais rápido possível, porque o agente comunitário de saúde merece ter um piso nacional de salário que corresponda realmente, incentivando, apoiando essa atividade tão nobre.

Então, nós queremos aqui...

O Voto. Em face do exposto, o Voto é pela judicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 323, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2007, nos termos da seguinte Emenda Substitutiva: "Altera a Lei nº 11.305, de 05 de outubro de 2006, para estabelecer normas para o provimento de cargos e empregos de agentes comunitários de saúde e de agentes de combate às endemias, estabelece prazos para a certificação de processo seletivo já realizado ou para a sua realização". Isso é muito importante, porque nós temos, Senador Botelho, que realmente certificar os exames seletivos que já haviam ocorrido, trazer tranquilidade àqueles que estão trabalhando e que passaram por um processo seletivo há oito anos, há dez anos, há doze anos atrás. E não, de repente, não considerar esse processo seletivo, já que eles foram selecionados, passaram por todo um treinamento, capacitação, estão na ativa, prestando um serviço inestimável e são pessoas experientes. "E assegura o direito à efetivação de agentes contratados, nos termos da Emenda Constitucional nº 51, quando o fim

do prazo estabelecido para a realização do processo seletivo e este não for realizado". Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O Voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 42(F), de 2007, com a Emenda que acabei de ler.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria de pedir ao Senador Botelho um minutinho só, para nós podermos votar esse projeto e termos quorum. Em discussão o projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação.

SENADOR BELINI MEURER (PT-SC): Pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, senador.

SENADOR BELINI MEURER (PT-SC): Senadora Presidente, eu entendo que esse tema é de extrema relevância e eu gostaria de ter mais conhecimento a respeito. Sendo assim, eu peço Vista, para que eu possa apreciar com mais profundidade. Obrigado, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Senador Belini Meurer, do PT, pede Vistas ao projeto.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Vista coletiva.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Portanto, autorizada a Vista.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senadora?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu queria pedir, por questão de economicidade, já que a gente está no Item 18, votar o Item 19, que já foi para a Pauta cinco vezes, está na sexta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu retorno a presidência da Comissão à Senadora Rosalba. O Senador Crivella está pedindo para que o Item 19 seja votado com preferência.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Senadora Marisa Serrano, pela sua simpatia.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigado, Senadora. Olha, nós estamos precisando de mais um. Infelizmente o quorum caiu. Estamos com dez senadores e precisamos de mais um. O Mão Santa está aqui. Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez.

Vamos passar, então, à leitura do próximo item, como foi solicitado, o Item 19, para que nós possamos--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Senadora Rosalba?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu quero também, logo depois da senhora atender ao nobre Senador Marcela Crivella, se pudesse fazer a leitura do Item 17. É um projeto de minha autoria que modifica a Consolidação das Leis de Trabalho, a CLT, para ampliar para cinco dias o prazo de dispensa de comparecimento ao trabalho do empregado em caso de falecimento de familiar ou dependente. Esse projeto é de 2004, então está aqui há seis anos. Ele está em caráter terminativo nesta Comissão. Eu pediria também a V. Exa. que ele pudesse ser lido, porque se restabelecermos o quorum poderíamos votar hoje ele, é em caráter terminativo, e há seis anos esse projeto está aqui sem ser apreciado. É o Item 17. Já foi apreciado o 18, vai ser lido o 19, então estaríamos aí na proximidade deles com o Item 17. Lhe agradeço se for possível atender.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Na realidade, nós vamos começar pelo Item 10, porque o Senador Papaléo, estamos fazendo um contato com ele, para que nós possamos... Ele tinha pedido para vir relatar. Estamos fazendo um contato para que ele chegue rápido aqui.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Está fazendo contato com ele?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Está fazendo contato. Então vamos para o Item 10.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Voltou o quorum.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Voltou o quorum. Antes do Item 10, vamos votar--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): O 19.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O item--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): 19.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Item 18.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): O 18 já foi, o 18 tem Vistas, o 18 pediu Vistas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Item 10: "Acrescenta §§ 3º e 4º ao art. 12 da Lei nº 6.019, de 03 de janeiro de 1974,

para dispor sobre a responsabilidade civil nos acidentes ocorridos no trabalho temporário ou terceirizado e dá outras providências". A autoria é do Senador Valdir Raupp. A relatoria é do Senador José Nery. A relatoria ad hoc é a Senadora Níura, a quem eu concedo a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Sra. Senadora, pela ordem, só um esclarecimento. O Item 5 foi pedido Vista ontem, é um projeto do Senador Demóstenes Torres e relatoria de Antonio Carlos Valadares. Eu queria saber a posição, porque eu tive uma informação agora, do Senador Augusto Botelho, de que um requerimento que teria sido encaminhado tinha sido retirado, e, com isso, viabilizaria a votação. Ele é não terminativo, mas eu insisto; de minha parte, eu não abro mão do meu pedido de Vista.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA

CIARLINI (DEM-RN): A Vista já foi concedida e foi coletiva.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-

PB): É, foi concedida, foi concedida ontem, hoje uma Reunião Extraordinária, eu me sinto impossibilitado de ter analisado, é um assunto importantíssimo, é um assunto que merece a atenção de nós todos, então eu acho que seria por demais precipitado nós votarmos e colocarmos ele para uma outra análise em outra Comissão. Eu explico por quê. Eu não faço parte da Comissão de Constituição e Justiça, então eu estaria impossibilitado de acompanhá-lo. O Senador Augusto Botelho, não. Ele faz parte da Comissão de Constituição e Justiça, então ele terá a oportunidade. Eu não terei. Então eu acho extremamente injusto, eu insisto no pedido de Vista do Item 5.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, pela ordem. Senadora, eu percebo que tem quorum, tem uma sequência, todos têm interesse. Por que é que a gente não vai seguindo a relação? Estando presente o relator e o autor, vamos votando.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA

CIARLINI (DEM-RN): Senador Paim, nós estamos numa sequência, só que o senhor não estava presente. Então, por isso que o Item 4... O Item 3, inclusive, já foi votado. O Item 4, ele não foi apresentado relatório, que o senhor não estava. Foi anunciado o Item 10. Nós vamos, agora, para o Item 10 e voltaremos para o 4. O Senador Casagrande não chegou e quer relatar, a Senadora Lúcia Vânia não chegou. Eu estou indo pelos que estão presentes--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O 3 e o 4 eu relato, se quiserem, porque eu sou o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA

CIARLINI (DEM-RN): O 3 e o 4 já foram--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Presidente, nós precisamos de relator ad hoc.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O 3 já foi votado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O 3 e o 4 não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA

CIARLINI (DEM-RN): Sim, mas agora vamos no 10, que já foi anunciado, e depois retorna para o 4, volta a sequência. Não é que estejamos pulando, é que os relatores não estavam presentes.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, minha presidente, por isso que a senhora é a presidente e eu só sou o vice.

[risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA

CIARLINI (DEM-RN): Item 10. Senadora Níura, por favor.

SENADORA NÍURA DEMARCHI (PSDB-SC):

Passo ao relatório então, Sra. Presidente.

É submetido ao exame dessa Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp. A proposição determina que a responsabilidade pelo pagamento do seguro contra acidente de trabalho do empregado temporário é da empresa tomadora ou cliente do trabalho temporário, bem como estabelece que a responsabilidade civil é da empresa de trabalho temporário quando o acidente de trabalho ocorrer em suas dependências, sem prejuízo do seguro contratado pela empresa tomadora ou cliente.

Ao justificar a sua iniciativa, o autor da proposição argumenta que enquanto uma legislação mais completa não é aprovada – e sabe-se que há proposição tramitando nesse sentido –, algumas questões podem ser clareadas. É o caso da responsabilidade civil nos acidentes de trabalho. Na falta de uma norma específica para o temporário ou terceirizado, podem tentar transferir umas para as outras a responsabilidade nesses casos. Ao trabalhador só resta uma longa peregrinação judicial, com resultados imprevisíveis, pois o capital das empresas de trabalho temporário ou terceirizado pode simplesmente desaparecer.

Considerando algumas análises, Sra. Presidente, como é de conhecimento de todos, eu passo à finalização a partir do momento do início da análise.

Diferentemente do que ocorre nos contratos comuns de trabalho, o trabalhador temporário consente que a sua prestação, exigível por quem o contratou, se realize, de fato, por um terceiro. Assim, o contrato de trabalho configura-se apenas entre a empresa de trabalho temporário e os empregados por ela contratados. Consequentemente, só haverá relação de em-

prego entre os sujeitos do contrato de trabalho a fornecedores e seus trabalhadores contratados e jamais entre a empresa tomadora de serviço e o trabalhador fornecido. Não havendo relação jurídica de emprego entre o trabalhador temporário e a empresa cliente, não [ininteligível] razão para onerá-la com a contratação de seguro contra acidentes de trabalho, quando essa responsabilidade já é do empregador, que, no caso, é a empresa fornecedora. É o que determina o inciso XXVIII do art. 7º da Constituição Federal.

Art. 7º: “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social: inciso XXVIII: ‘seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa’”.

Finalizando, aqui, a análise, Sra. Presidente, finalmente tendo em vista o que determina inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 1998, deixamos de incluir no texto da emenda que sugerimos a expressão “terceirizado”, eis que a Lei nº 6.019, de 1974, trata tão-somente sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.

Passando para o Voto. À vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2006, com as seguintes Emendas: “Dê-se à Emenda nº 92, de 2006, a seguinte redação: ‘acrescenta o § 3º do art. 12, da Lei 6.019, de 1974, para dispor sobre a responsabilidade subsidiária da empresa tomadora ou cliente quanto às obrigações trabalhistas’”. Segunda Emenda: “Dê-se a seguinte redação ao art. 1º da Emenda nº 92, de 2006”. Art. 1º: “O art. 12 da Lei 6.019, de 03 de janeiro de 1974, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo terceiro: “O inadimplemento das obrigações trabalhistas de que trata esse artigo implica em responsabilidade subsidiária da empresa tomadora ou cliente quanto àquelas obrigações”.

Está aqui, então, a opinação(F) pela aprovação do projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos--

SENADOR BELINI MEURER (PT-SC): Pela ordem.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só um minuto, Sra. Presidente. Eu só quero ter um entendimento completo para poder votar bem esse projeto. Quer dizer, se houve descumprimento das obrigações trabalhistas por parte da empresa de trabalho temporário, de trabalho temporário, implica a responsabilidade subsidiária da empresa tomadora ou cliente do serviço.

É isso mesmo? Eu não queria... É isso aí, quer dizer, a empresa é subsidiária, a empresa tomadora do serviço é subsidiária no cumprimento das leis trabalhistas pela empresa também, junto com a empresa temporária. As duas são responsáveis? Ok.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Belini, pois não.

SENADOR BELINI MEURER (PT-SC): Sra. Presidente, eu tenho uma série de dúvidas a respeito dessa matéria e não gostaria de votar com essas dúvidas. Eu gostaria de pedir Vistas do processo também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador.

SENADOR REGIS FICHTNER (PMDB-RJ): Sra. Presidente, não é que pelo projeto a empresa seja responsável pelas obrigações trabalhistas. Na verdade, é o seguro de responsabilidade civil por acidente de trabalho, é a única responsabilidade, pela contratação do seguro de acidente e responsabilidade civil, que é diferente das demais obrigações trabalhistas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Senador Belini solicitou Vista. Vista concedida.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Vou fazer um apelo aos senadores: quando forem pedir Vista, vamos pedir Vista antes da leitura do relatório, que é para a gente ganhar tempo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Exatamente, está ótimo. Então passamos, agora, à votação do Item 3.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Item 3 é o Projeto de Lei do Senado nº 417, de 2009: “Acrescenta art. 143-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre aposentadoria de idade de repentistas e de cordelistas, e dá outras providências”. O autor é o Senador Inácio Arruda e a relatoria ad hoc foi do Senador Paulo Paim. O relatório foi pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta. Em votação. Não havendo mais quem queira discutir, passamos à votação. Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Regis Fichtner?

SENADOR REGIS FICHTNER (PMDB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Níura, Senadora Níura?

SENADORA NÍURA DEMARCHI (PSDB-SC): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Belini Meurer?

SENADOR BELINI MEURER (PT-SC): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador José Bezerra?

SENADOR JOSÉ BEZERRA (DEM-RN): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Marisa Serrano?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O projeto foi aprovado. Consulto as Sras. e Srs. Senadores se podemos repetir a votação para a emenda oferecida pelo relator. Os senhores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovada, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis. Parabéns aos cordelistas e repentistas, que agora estão sendo defendidos no seu direito de aposentadoria.

Item 4, decisão terminativa. Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2009: “Dispõe sobre o fornecimento de alimentação diferenciada em escolas públicas para alunos portadores de diabetes, hipertensão ou anemias”. A autoria é do Deputado Celso Russomanno. A relatoria é do Senador Paulo Paim. O relatório foi pela aprovação do projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. O relatório foi lido na Sessão do dia 07 de julho de 2010 e foi iniciada a sua discussão. Não havendo mais quem queira discutir, passamos à votação. Senador Mão Santa, como vota?

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Regis?

SENADOR REGIS FICHTNER (PMDB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Belini.

SENADOR BELINI MEURER (PT-SC): Com o relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador José Bezerra Júnior?

SENADOR JOSÉ BEZERRA (DEM-RN): Com o relator, senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Níura Demarchi.

SENADORA NÍURA DEMARCHI (PSDB-SC): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Marisa?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Roberto Cavalcante?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Qual é o item, Sra. Senadora?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É o Item 4.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Projeto do Celso Russomanno.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aprovado, o Substitutivo fica prejudicado. A matéria vai a turno suplementar (art. 282, c.c. o art. 92 do Regimento Interno do Senado).

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passamos, agora, ao Item 11.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, eu queria insistir aqui no Item 19, é importante, é para os alcoólicos. Eu falei com o Papaléo e ele disse que pediu ao Paim para fazer o relatório.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, então ad hoc o Senador Paim. Se os senhores concordarem, o relator do Item 11 é o Mão Santa. Se os senhores concordarem,

passaremos ao Item 19, mas o Relator Mão Santa tem prioridade, está nas suas mãos essa decisão.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Sra. Presidente?

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): É para ler o relatório?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA

CIARLINI (DEM-RN): O senhor é que sabe, senão passa para o Item 19.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Não, vamos pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA

CIARLINI (DEM-RN): Então o Item 11.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-

PB): Sra. Presidente, pela ordem. No tocante ainda àquele Item 5, gostaria, no momento oportuno, se os pares concordarem, eu pudesse ler um requerimento que encaminhei à Mesa, que aí permitiria que eu me ausentasse, porque eu tenho outros compromissos na Comissão de Ciência e Tecnologia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA

CIARLINI (DEM-RN): Eu faço aqui um compromisso com o senhor: vamos ver esse projeto, votar, e o do Crivella, que é rápido, depois o seu requerimento.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Concordo. Eu não discordo do meu líder nunca, o Crivella merece o cumprimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA

CIARLINI (DEM-RN): Então o Item 11: "Dispõe sobre a dispensa de perícias para a requisição dos benefícios gerados por lei aos portadores de deficiências físicas e mentais". A autoria é do Senador Cristovam Buarque. O relator é o Senador Mão Santa. Passamos a palavra ao relator.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): O Projeto de Lei – PLS 330, de 2008, de Senador Cristovam Buarque, diferentemente do que dispõe a ementa, pretende dispensar a perícia médica exigida para a concessão de benefícios garantidos em lei aos portadores de deficiência visual ou cegueira funcional. Composto de apenas dois artigos, deles incluídas a cláusula de vigência, a proposição estabelece que os deficientes visuais e cegos funcionais sejam dispensados de perícias para a requisição de benefícios estabelecidos em lei. De acordo com o projeto, essa dispensa só é válida quando o cidadão tem condição de deficiente registrada na carteira de identidade, cabendo à autoridade que emite esse documento determinar os procedimentos periciais para a identificação das deficiências.

Na verdade, o projeto transfere para órgãos emissores do registro geral de cidadão a tarefa de proceder à perícia e de identificar os casos que merecem ou não os benefícios governamentais. Para tanto, o

órgão emissor da carteira de identidade deverá compor uma junta pericial capaz de decidir pelo benefício ou abster-se de registrar a deficiência visual ou cegueira funcional quando identificar a possibilidade de reversão do quadro clínico. Tal determinação consta do § 2º do art. 1º do PLS 330, de 2008. Nesse caso, a junta pericial poderá rever a sua decisão, mediante comprovação de evolução do quadro clínico relativo à deficiência visual ou cegueira funcional.

Na justificação o autor enfatiza que o procedimento hoje exigido seria contrário ao princípio administrativo da economia processual. Ressalta que as pessoas são submetidas a múltiplas perícias paralelas, em órgãos burocráticos diferentes, para a constatação, identificação e reconhecimento da mesma deficiência, o que motiva os pedidos de benefício.

Por essa razão, entende que a proposta do PLS nº 330, de 2008, é uma contribuição para amenizar as dificuldades enfrentadas pelos milhares de cidadãos portadores de deficiência visual.

A proposição foi avaliada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que conclui o seu relatório com o voto pela aprovação da matéria na forma de Substitutivo. Agora na Comissão de Assuntos Sociais será apreciada em caráter terminativo. Nesta Comissão não foram apresentadas emendas.

Análise. O Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2008, não apresenta vício de regimentalidade. Com efeito, nos termos do art. 100, do Regimento Interno do Senado, cabe à Comissão de Assuntos Sociais opinar, entre outras coisas, sobre a assistência social, proteção e defesa de saúde. Também estão atendidos no projeto os requisitos formais e materiais de constitucionalidade. Lembramos, a propósito, que o art. 24, do inciso XIV, da Constituição Federal, prevê a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar sobre a proteção e integração social da pessoa com deficiência.

No que diz respeito ao objeto da proposição, como bem enfatizou o relator da CDH, as leis brasileiras concedem alguns benefícios às pessoas com deficiências e exigem que a condição seja atestada mediante avaliação médica ou exame médico pericial. Em alguns casos, as exigências são definidas em normas infralegais.

Auxílio-doença, pensão, aposentadoria por invalidez e benefício de prestação continuada são exemplos de outros benefícios direcionados à pessoa com deficiência, cuja manutenção depende de exames médicos periciais periódicos. Mesmo nos casos gravíssimos, como tetraplegia ou outros, os beneficiários não podem se eximir dessa exigência. Assim, concordamos com o Parecer quanto ao inegável mérito

da proposição, afinal, a medida evita que a pessoa com deficiência irreversível submeta-se a novos exames médico-periciais sempre que buscar benefícios estabelecidos em lei. Concordamos, também, com a observação daquele colegiado quanto à necessidade de alterações do projeto de maneira adequada ao que estabelece a Lei Complementar nº 95, de 1998. Segundo a referida norma, o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destinar a complementar lei considerada básica. Merece também reparos na redação da emenda a restrição(F) do público alvo aos deficientes visuais, a dispensa irrestrita da perícia, que causaria sérios transtornos no âmbito previdenciário e social e o registro na carteira de identidade ou o registro geral. Por essa razão, é imprescindível apresentar novo texto que reúna as alterações necessárias, texto adequadamente redigido e aprovado na CDH.

Voto. Em face do exposto, concluímos esse relatório com o Voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2008, nos termos do Substitutivo(F), aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Francisco de Moraes Souza – Senador Mão Santa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos à votação. Senadora Marisa?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Níura?

SENADORA NÍURA DEMARCHI (PSDB-SC): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Belini?

SENADOR BELINI MEURER (PT-SC): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Fichtner?

SENADOR REGIS FICHTNER (PMDB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador José Bezerra?

SENADOR JOSÉ BEZERRA (DEM-RN): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aprovado o Substitutivo, fica prejudicado o projeto. A matéria vai a turno suplementar; art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado.

Passamos, agora, ao Item 19. Projeto de Lei do Senado nº 42, de 2010: “Modifica o art. 482”--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, só lembrar que o nº 11, que é o que seguia na sequência, é de nossa autoria.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): O 11 nós já votamos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, não foi votado o 11.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O 11 é o que acabou de ser votado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Acabamos de votar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O 12 é que é de sua autoria.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O 12, o Item 12--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mão Santa é o relator.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Mão Santa. É de minha autoria, é um projeto simples. Se o relator der o Parecer pela aprovação, a gente vota, aí vai para o 19 e eu faço o relatório.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Está ótimo. Então a ordem é o Item 12.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Só o voto?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só o voto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2009, que “Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para incluir o lúpus e a epilepsia entre as doenças que fazem jus aos direitos e benefícios dos que tratam”. A autoria é do Senador Paulo Paim. A relatoria é do Senador Mão Santa. A matéria constou da Pauta das Reuniões do dia 25/05, 09/06, 07/07 e 03 de julho, sendo adiada a sua apreciação. Concedo a palavra ao Senador Mão

Santa, para proferir o seu relatório. Como médico, ele conhece bem essa área e, com certeza, fará um grande relatório.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Então, nós vamos simplificar, que é justo o projeto, e o nosso Voto, diante do exposto todo e a legalidade do mesmo, que satisfaz as exigências da Constituição Brasileira. Diante do exposto, opinamos pela aprovação do PLS nº 293, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, apresentando a emenda: “Dê-se à [interrupção no áudio] nº 293, de 2009, a seguinte redação: “Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para incluir o lúpus e a epilepsia entre as doenças cujos portadores são dispensados de cumprir prazos de carência para usufruir dos benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez”. Emenda da CAS: dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2009, a seguinte redação: Art. 1º: o art. 150 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 150: “Incluiu-se na lista mencionada no inciso II do art. 26 as seguintes doenças: tuberculose ativa, hanseníase, alienação(F) mental, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose(F) anquilosante, neuropatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), Síndrome de Deficiência Imunológica Adquirida – AIDS, lúpus, epilepsia e contaminação por radiação, com base em conclusão de medicina especializada”. Relator: Francisco de Moraes Souza.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos à votação. Senador José Bezerra?

SENADOR JOSÉ BEZERRA (DEM-RN): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Níura?

SENADORA NÍURA DEMARCHI (PSDB-SC): Com o relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Marisa?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Regis Fichtner?

SENADOR REGIS FICHTNER (PMDB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mão Santa é o relator. Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Lúcia Vânia?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com o relator.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, eu sou o relator do 19, eu faço o relato em um minuto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Consulto as Sras. Senadoras e Senadores se podemos repetir a votação para as emendas oferecidas pelo relator. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 17.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não, o 19.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O 19?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 19.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas aí, se você sair, perde o quorum para o de César Borges.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu não saio, não. Eu não saio, não.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, não sai, não, ficamos aqui.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sra. Presidente, pela ordem. Eu não vou sair, mas o acordo que nós fizemos foi que após o 19 eu leio o requerimento e aguardo o 17.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Está ótimo. Item 19, decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2010: “Modifica o art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio

de 1943, o art. 132 da Lei 8.112, de 11 de dezembro 1990, e o art. 118 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para disciplinar a demissão e estabelecer garantia provisória de emprego ao alcoolista". A autoria é do Senador Marcelo Crivella. O relator é o Senador Papaléo Paes. O Senador Paim é ad hoc. Concedo a palavra ao Senador Paim, para a leitura do relatório.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, o projeto do Senador Crivella, ele quer garantir que o cidadão, o trabalhador, comprovado que ele está com problema de alcoolismo, ao invés de simplesmente ser demitido, ele passaria, primeiro, por um tratamento. Por isso que o Senador Papaléo Paes, de forma muito justa, deu o Parecer favorável, com uma Emenda.

Em razão do exposto, o Voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2010, com a seguinte Emenda: "Suprima-se o art. 4º do Projeto de Lei nº 48, de 2010, renumerando-se os subseqüentes". Pela aprovação do projeto, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não havendo quem queira discutir, passamos à votação. Como vota a Senadora Marisa?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador José Bezerra?

SENADOR JOSÉ BEZERRA (DEM-RN): Com o relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Níura?

SENADORA NÍURA DEMARCHI (PSDB-SC): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Inácio?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Crivella é o autor. Senador Regis?

SENADOR REGIS FICHTNER (PMDB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Lúcia Vânia?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador César Borges?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o relator e com o autor.

[risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É mesmo, relator e autor.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que é o Papaléo e o Crivella é o autor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Marcelo Crivella que é o autor, o César Borges é o do 17. Consulto aos Srs. Senadores e Senadoras se podemos repetir a votação para a Emenda oferecida pelo relator. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Requerimento: "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida por esta Comissão de Assuntos Sociais, Audiência Pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2010, que altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 – Lei de Drogas, para prever pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de drogas e a sua substituição por tratamento especializado, e dá outras providências. Com a presença dos seguintes convidados: Dra. Paulina Duarte – Secretária Nacional de Política sobre Drogas; Dr. Felipe de Paula – Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça; Dr. Pedro Gabriel Delgado – Coordenador do Programa Saúde Mental do Ministério; Dra. Luciana Boiteux – Coordenadora da Pesquisa de Tráfico de Drogas e Constituição(F); Dr. João Alberto de Carvalho – Associação Brasileira de Psiquiatria; Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira – Professor da Universidade Federal de São Paulo". Senador Roberto Cavalcanti. Os Srs. Senadores que aprovam, permanecem como se encontram. Aprovado.

Item 17, decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2004: "Altera o inciso I do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para ampliar para cinco dias o prazo de dispensa de comparecimento ao trabalho do empregado em caso de falecimento de familiar ou dependente". A autoria é do Senador César Borges. A relatoria é do Senador Renato Casagrande. Ad hoc o Senador Paulo Paim. Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir o relatório ad hoc. A matéria constou da Pauta das Reuniões nos dias 25 de maio, 09 de junho, 07 de julho e 03 de julho(F).

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, o Senador César Borges, mais uma vez, tem uma brilhante iniciativa, e eu tive a alegria de relatar alguns projetos de autoria dele. Esse vai na mesma linha, ele simplesmente amplia para cinco dias o prazo para a dispensa do empregado em caso de luto decorrente do falecimento de familiares. Devido a isso, pela justiça que faz, o meu Voto é favorável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

SENADOR REGIS FICHTNER (PMDB-RJ): Senadora, eu gostaria de pedir Vistas desse processo. Eu estou apenas há quinze dias nessa Casa e tem me impressionado muito, nos dois dias, efetivamente, da atividade parlamentar, as concessões que são dadas aqui em prejuízo do pequeno e do microempresário desse Brasil, que é tão prejudicado hoje na nossa economia. O grande problema hoje, no Brasil, para os pequenos e microempresários é, justamente, a imensa carga trabalhista e tributária que ele leva nas costas e a cada dia que se passa eu vejo que novas cargas, novos ônus para esses empresários são determinados por leis feitas aqui. Às vezes nem se sabe se esses empresários suportarão. Ontem mesmo foi aprovada a licença-gestante, um projeto de V. Exa., eu votei a favor, para seis meses para as mulheres gestantes. Ontem foi aprovado trinta horas de trabalho para os agentes sociais. Isso vai cada dia mais onerando a folha de trabalho que todos nós sabemos, todos nós sabemos que é o grande problema do médio e pequeno empresário brasileiro. As grandes corporações do Brasil não se importam com isso, porque as grandes corporações suportam isso porque estão tendo privilégios muito grandes. Então eu gostaria de pedir Vistas para analisar melhor esse projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vistas concedida.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sra. Presidente, Vista coletiva.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vista coletiva. O projeto voltará na próxima Reunião. Senador César Borges, o seu projeto na próxima Reunião será analisado.

Passamos agora ao Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2007: "Altera o art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para incluir entre as competências do CODEFAT a definição dos critérios para a utilização de recursos do FAT para a qualificação dos profissionais dos órgãos de segurança pública". A autoria é do Senador Aloizio Mercadante. A relatora é a Senadora Lúcia Vânia, a quem concedo a palavra para ler o seu relatório. A matéria constou da Pauta das

Reuniões dos dias 24 de março, 31 de março, 07 de abril, 14 de abril, 25 de maio, 09 de junho, 07 de julho e 03 de julho(F), sendo adiada sua apreciação.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sra. Presidente, Srs. Senadores. Sob análise dessa Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2007, de autoria do Senador Aloizio Mercadante. A iniciativa pretende ampliar as competências de gestão e deliberação do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo do Trabalhador, incluindo, entre elas, a aprovação e o acompanhamento da execução de plano de trabalho que tenha por objetivo a requalificação dos profissionais dos órgãos de segurança pública. Por isso, altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, prevendo também que para efetivar esse plano o CODEFAT poderá celebrar convênios e parceria com os Estados da Federação.

Análise. A essa Comissão compete o teor de que dispõe os arts. 90, 91 e 100 do Regimento Interno do Senado Federal, c.c. o art. 58, § 2º, inciso I, da Constituição Federal, discutir e votar em caráter terminativo o presente Projeto de Lei. Conforme Parecer da CCJ, a iniciativa não apresenta vícios de constitucionalidade, nem de ilegalidade e está em harmonia com os preceitos jurídicos e regimentais.

No mérito, concordamos com os argumentos expendidos pelo autor da iniciativa, bem como com os do Senador Cristovam ao justificar a sua Emenda. Realmente vemos a premente urgência de encontrar maneira e recursos que viabilizem o melhor aparelhamento de áreas tão fundamentais para a nossa sociedade quanto são a segurança pública e a educação. É imperioso que a nossa sociedade faça todos os esforços para que se efetivem condições de trabalhos mais adequadas para os profissionais dessa área. Finalmente, é necessária a apresentação de outra Emenda para a adequação da Emenda do projeto, fazendo nela constar a referência aos profissionais da educação básica.

Voto. Em face do exposto, o Voto é pela aprovação do Projeto do Senado nº 251, de 2007, e da Emenda nº 1 – CCJ, com a seguinte ementa(F): Dê-se à Emenda do PL 251, de 2007, a seguinte redação: "Altera o art. 19 da Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para incluir entre as competências do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador a definição de critérios para a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para a qualificação dos profissionais dos órgãos de segurança pública e dos profissionais da educação básica". É este o meu Voto, Sra. Presidente, pela aprovação do projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Não havendo

quem queira discutir, passamos à votação. Como vota o Senador Marcelo Crivella?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Marcelo Crivella, sim.

[risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Regis?

SENADOR REGIS FICHTNER (PMDB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim, projeto do Senador Aloizio Mercadante.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Inácio?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Níura?

SENADORA NÍURA DEMARCHI (PSDB-SC): Com a relatora, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador José Bezerra?

SENADOR JOSÉ BEZERRA (DEM-RN): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Marisa?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Roberto? Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com a relatora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Consulto os Srs. Senadores e Sras. Senadoras se podemos repetir a votação para as Emendas.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Acompanhamos a Lúcia Vânia e o Mercadante.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aprovada, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu queria fazer um apelo ao Senador José Bezerra, que pediu Vista do meu processo, que ele tem uma questão de princípio, ele é contra. Então ele poderia colocar em votação o projeto e colocar a posição dele com o voto

contrário, ele não tem nenhuma obrigação de votar favoravelmente ao projeto. É que nós só vamos ter esforço concentrado daqui um mês e isso vai protelar, procrastinar a aprovação de um projeto que eu considero importante, porque nós olhamos aqui o aspecto econômico das microempresas, eu sou um defensor delas, mas olhamos também o problema social, porque ninguém vai querer perder um parente ou vai querer perder um dependente para poder ter cinco dias para resolver os problemas inerentes ao falecimento de alguém, que tem uma série de problemas burocráticos.

Então V. Exa. poderia muito bem votar contra, mas deixar ser votado aqui, hoje, para aproveitar o quorum. É um apelo que eu faço aqui à sua sensibilidade de democrata que é, por ser partícipe do Partido Democrata, que permita que democraticamente os Srs. Senadores possam se manifestar a respeito do assunto, porque um pedido de Vista é simplesmente procrastinador.

SENADOR JOSÉ BEZERRA (DEM-RN): Eu posso até concordar com V. Exa., agora queria registrar o meu Voto contra, porque realmente seriam somente trinta dias, mas eu queria voltar a dizer que é lamentável a quantidade de concessão que se faz aqui, nesta Casa, com o dinheiro dos outros, sem verificar se o pequeno e microempresário podem sustentar e superar tamanha carga tributária do Brasil, que é de 40% do seu valor, e, além disso, uma legislação trabalhista caduca que privilegia muito os trabalhadores do Brasil, uma Justiça do Trabalho – me desculpe quem faz parte dela –, mas uma Justiça do Trabalho que privilegia também e muito o trabalhador. Eu sei porque já fui Juiz Classista do Trabalho e eu sei o que era ver um pequeno empresário sofrer ações de vinte, trinta mil e ir à falência com uma só ação, ir à falência com uma só ação. Isto eu quero registrar aqui, no meu Voto, e não faço questão, então, de abrir mão de Vistas ao projeto, vamos dizer, já que seria realmente no dia 30, pelo que eu vejo aqui, seria derrotado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bem, então nós vamos aguardar que o Senador Roberto Cavalcanti esteja voltando para colocar em votação, já que o projeto foi discutido.

Enquanto isso passamos à leitura do Item 14. Também a relatora é a Senadora Lúcia Vânia, a autora é a Senadora Serys Slhessarenko, que “Acrésceta a Seção VI-A ao Capítulo 1 do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre as atividades sob radiação solar a céu aberto”.

Antes da leitura, Senadora Lúcia Vânia, passamos, aqui, à votação do Item 17. Como vota a Senadora Marisa Serrano? O Item 17, de autoria do Senador César Borges, relator ad hoc o Senador Paim--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que eu tive o orgulho de relatar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --que amplia para cinco dias o prazo de dispensa de comparecimento ao trabalho do empregado em caso de falecimento de familiar.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o autor, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paim foi o relator.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o autor, o Senador César Borges.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o autor. Eu quero lembrar aqui a extrema concentração de poder e renda que tem nesse País e cinco dias de auxílio às pessoas para velarem os seus mortos, não será isso que irá quebrar uma pequena ou microempresa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Regis?

SENADOR REGIS FICHTNER (PMDB-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Lúcia Vânia?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator, Sra. Presidente, e com o autor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Níura?

SENADORA NÍURA DEMARCHI (PSDB-SC): Eu voto contra, senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador José Bezerra?

SENADOR JOSÉ BEZERRA (DEM-RN): Meu voto é contra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador César é o autor, vota sim.(F)

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): De qualquer forma, eu queria agradecer a sensibilidade e a compreensão do Senador José Bezerra com relação a ele ter concedido a essa votação democrática, e agradecer aos Srs. Senadores também que votaram favoravelmente ao projeto. Muito obrigado, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Flexa?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator, presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então a matéria foi aprovada com dois votos contra e vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pela ordem, Senador Inácio, por favor.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu gostaria de pedir preferência para um Projeto de Lei que V. Exa. é a relatora. Trata-se do Item 22, é um projeto importantíssimo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, presidente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ele está na sequência.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Seria terminativo, precisaria do quorum para que nós pudessemos apreciá-lo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero fazer o mesmo apelo, inclusive ele está na sequência já, Inácio. Ele seria o próximo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agora o Item 14, depois--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu peço preferência para o Item 22--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --poderemos fazer o Item 22.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Se houver concordância.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Está certo assim? Item 14, que já foi anunciado, com a palavra a relatora.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria a V. Exa., se possível, que nós pudessemos também fazer leitura com a designação de um relator ad hoc por V. Exa. do Item 15, que é um projeto de minha autoria e é terminativo. Eu estou presidindo a CCT, mas, no momento das votações, estarei presente aqui para completar o quorum da CAS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não. Vamos fazer o seguinte: vamos fazer a leitura do Item 14. Precisamos agora de mais dois para completar o quorum. Enquanto isso, vamos fazendo a leitura e discussão.

Agora o Item 14. Senadora Lúcia Vânia, por favor.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sra. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras. O Projeto de Lei 552, de 2009, acrescenta uma nova Seção no Capítulo I do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para incluir no rol das normas especiais de tutela do trabalho regras relativas à execução de atividade sob radiação solar a céu aberto.

Análise. Nós termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir Parecer sobre Projetos de Lei que versem, entre outros temas, sobre a relação de trabalho. Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbices algum de natureza jurídica ou constitucional no projeto. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional. As normas propostas não afrontam os princípios adotados pela Constituição. Não há, portanto, impedimento constitucional formal nem material. Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

No mérito, somamos a nossa voz a da insígnia autora em prol dos trabalhadores que realizam as suas atividades a céu aberto, tendo agravado os riscos de desenvolver câncer de pele. Conforme adverte a Sociedade Brasileira de Dermatologia, a incidência dos raios ultravioletas está cada vez mais agressiva na Terra e as pessoas de todos os fototipos devem estar protegidas quando expostas ao sol. Em razão disso, recomenda que todas as medidas possíveis de proteção sejam tomadas quando houver exposição ao sol: uso de chapéu, camisetas, protetores solares e o mais importante, que se evite a exposição solar no período entre dez e dezesseis horas. Assim, deve a legislação cuidar desses trabalhadores, que se não podem evitar a exposição ao sol para(F) executar as tarefas que lhes cabem, merecem ao menos receber alguma compensação pelo risco a que se submetem. É mesmo lastimável haver a necessidade desse tipo de norma, mas sua existência é resultado de dura realidade daqueles que trabalham em condições que atentam contra a sua saúde. Seria ideal que o trabalho em tais condições fosse banido de nossa vivência, mas como tal ainda não é possível, necessário que haja balizas legais, fazendo que somente seja utilizado quando outra alternativa não houver.

Por outro prisma, lembramos que muito embora não seja nunca o dinheiro capaz de indenizar o desgaste da integridade física de uma pessoa, ela pode e deve responder pelos acréscimos das despesas com saúde. Deve ser suficiente para proporcionar algum conforto àqueles que trabalham até o limite do sacrifício.

Pelas razões respostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2009. Relatora Lúcia Vânia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eram discussão.

SENADOR REGIS FICHTNER (PMDB-RJ): Eu queria pedir Vistas desse projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pedido de Vista. É o da Senadora Serys Slhessarenko. Vista concedida.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passamos ao Item 16. Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2008, que “Altera o art. 73 da Constituição das Leis do Trabalho para dispor sobre o trabalho noturno, em conformidade ao disposto no inciso IX do art. 7º da Constituição Federal”. A autoria é do Senador Papaléo Paes. A relatoria é do Senador Mão Santa. Concedo a palavra ao Senador Mão Santa para a leitura do relatório.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Em análise nessa Comissão para decisão terminativa o Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2008, do Senador Papaléo Paes. A iniciativa pretende regulamentar o inciso IX do art. 7º da Constituição Federal, que prevê a remuneração do trabalho noturno superior a do diurno. Está previsto no projeto o acréscimo de 20% sobre os valores pagos pelas horas de trabalho prestadas durante o dia em relação ao texto original(F). O adicional passa a ser devido mesmo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal.

Mediante alteração no § 3º do art. 73 da Consolidação das Leis do Trabalho, as empresas cujo trabalho noturno decorra da natureza de suas atividades, terão que pagar o adicional também com base na remuneração, suprimida a utilização do salário mínimo como referência o cálculo de acréscimo. Na sequência, alterado o § 5º do art. 5º citado(F), o proponente trata das horas que excederam o período noturno e estiverem incluídas no período diurno, que serão computados de cinquenta e dois minutos e trinta segundos e remunerados com o acréscimo de 50% da hora normal. Por fim, acrescenta o § 6º no artigo. O autor pretende consagrar entendimento do Tribunal Superior do Trabalho no sentido de que o adicional noturno pago com habitualidade integra o salário do empregado para todos os efeitos.

Justificando a iniciativa, o autor afirma que a Constituição Federal determina que a remuneração de todo e qualquer trabalho noturno será superior a do diurno, inclusive nos casos de revezamento semanal ou quinzenal. Por sua vez, com a mudança do § 5º do art. 73 da CLT, ele pretende dar uma redação mais apropriada ao referido dispositivo, com a previsão de que a hora excedente já concluída no período diurno seja reduzida e acrescida de um adicional de 50%.

O proponente destaca, finalmente, o fundamento [ininteligível] do adicional noturno, dado o notório desgaste sofrido pelo empregado durante a atividade noturna e as dificuldades que ela acarreta a seu relacionamento com o grupo familiar e o desenvolvimento de outras formas de sociabilidade. No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

Análise. A matéria, norma sobre adicional noturno, pertence ao campo do direito do trabalho. A iniciativa é a comum, prevista no art. 61 da Carta Magna, e a competência é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 do mesmo texto constitucional. Não detectamos, portanto, impedimentos constitucionais e o mesmo se pode dizer a propósito acerca de óbices concernentes à sua juridicidade e sua regimentalidade. Também entendemos que houve a observância das normas de técnicas legislativas aplicáveis à redação de normas legais, exceto no que se refere ao uso da anotação e ao emprego indevido das vírgulas do § 6º, aspectos passíveis de correção.

Analisando o mérito, consideramos oportunas e relevantes as alterações propostas. O revezamento não afasta de todos os inconvenientes causados pelo trabalho noturno. Ademais, o texto constitucional não prevê exceções e é, no mínimo, duvidoso que a legislação infraconstitucional possa fazê-lo respeitando a norma de hierarquia superior.

Registre-se, ainda, que o revezamento em certas condições pode ser até mais prejudicial ao empregado, dada a quebra da regularidade do trabalho e do repouso. Quando o empregado cumpre a sua jornada noturna ou mesmo assim é demandado a continuar trabalhando, invadindo a jornada diurna, há uma sobrecarga extra de trabalho, que merece ser remunerada com um adicional maior. Nessa ocasião, o grau de estresse e de danos à saúde e à convivência familiar são maiores, pois o empregado pode perder a oportunidade de contar [ininteligível] com os seus filhos e seu cônjuge, que naquele momento podem estar iniciando a sua própria jornada de trabalho ou de estudo.

Estamos apresentando duas emendas. A primeira diz respeito à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que regula a redação das normas legais, suprime anotação do caput do § 3º do art. 73(F) da

CLT, alterados pela proposta em análise, incluindo-a no final do § 6º do mesmo artigo. Modificamos, também, a redação dos §§ 5º e 6º do artigo celetista para tornar mais clara a redação, esclarecendo notadamente que as horas excedentes a que se refere o parágrafo são aquelas relativas a trabalhos prestados após o término da jornada noturna, com limites [ininteligível] do § 2º do citado art. 73.

Voto. Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 451, com as seguintes emendas: Emenda de Redação da CAS: “Suprimam-se as letras ‘n’ e ‘r’, que figuram esses parentes(F), ao final do caput, dos §§ 3º e 5º do art. 73 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovação do Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943(F), na forma do Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2008, acrescentando-se ao final do § 6º “alvitado pelo mesmo artigo”; Emenda de Redação: Dê-se aos §§ 5º e 6º do art. 73 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, na forma do Projeto de Lei do Senado 451, a seguinte redação: art. 73, § 5º: “Às prorrogações de trabalho noturno aplica-se o disposto desse capítulo, salvo se as horas excedentes forem prestadas em horário diurno, que nesse caso também serão computadas como de cinquenta e dois minutos e trinta segundos e remuneradas com valores superiores [ininteligível] de 50% do valor de hora normal”; § 6º: “O adicional noturno pago com habitualidade integra o salário do empregado para todos os efeitos”. Sala das Comissões – Francisco de Moraes Souza – Mão Santa – Relator. Pronto, senadora, foi lido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Mão Santa. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, vamos adiar a discussão para a próxima Reunião desta Comissão.

Não havendo mais nada a tratar, nós damos por encerrada, agradecendo a todos que aqui vieram, que participaram, dizendo que nesses dois dias, terça e quarta, nós tivemos decisões importantes dessa Comissão. Ontem, entre tantos projetos, foi votada a isenção de IPI para os mototaxistas e motoboys. O projeto foi aprovado e seguiu para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Hoje, nós tivemos, da Senadora Marisa, o projeto que trata da dedução dos encargos sociais em caso de contratação de egressos do sistema prisional, que é muito importante e foi aprovado, como também foi aprovado o projeto que trata da aposentadoria de repentinistas e de cordelistas. Também aprovado o que trata da alimentação diferenciada em escolas públicas para alunos portadores de diabetes, hipertensão ou anemias.

Aprovado também projeto de autoria de Senador Aloizio Mercadante para incluir entre as competências do CODEFAT a definição dos critérios para a utilização dos recursos do FAT para a qualificação profissional dos órgãos de segurança pública. Importantíssimo, já que nós temos uma deficiência muito grande de segurança no nosso País e sabemos que uma das maiores dificuldades é a questão exatamente de qualificação, de capacitação, de inteligência.

Além desse item, foi aprovado também a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre o dissídio coletivo do trabalho, de autoria do Senador Magno Malta. Foi aprovado também, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que dispõe sobre a dispensa de perícias para a requisição dos benefícios gerados por lei aos portadores de deficiências físicas e mentais. Nesse aqui, o relator foi o Senador Mão Santa e a aprovação porque, na realidade, tem deficiência, Senador José Bezerra, que não tem porque você ainda expor aquela pessoa que, muitas vezes, não pode nem se locomover, nem sair de casa para ir a uma perícia, quando basta olhar para ver a deficiência. Isso, realmente, é a burocracia no Brasil que a gente tem que combater.

SENADOR JOSÉ BEZERRA (DEM-RN): Sem dúvida.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A pessoa já está no benefício, é para repor o benefício. Tem que voltar, mora numa cidade do interior, não tem agência. A gente sente isso muito nos nossos estados. E também foi aprovado o que dispõe sobre os planos de benefícios à Previdência Social e dá outras providências para incluir o lúpus e a epilepsia entre as doenças que fazem jus aos direitos e benefícios de que tratam. Foi aprovado também o Item 17, que amplia para cinco dias o prazo de dispensa de comparecimento ao trabalho do empregado em caso de falecimento de familiar ou dependente, de autoria do Senador César Borges. E o último item aprovado foi do Senador Marcelo Crivella, para disciplinar a admissão e estabelecer garantia provisória de emprego ao alcoolista.

Convocamos para o próximo esforço concentrado mais uma Reunião da Comissão, dando por encerrada e desejando a todos que tenham um bom dia.

Sessão encerrada às 11h54.

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS.

Às quatorze horas e vinte e um minutos, do dia vinte e oito de abril de dois mil e dez, na Sala de reuniões

da Comissão de Assuntos Sociais, sob a Presidência do Senhor Senador **Flávio Arns**, Presidente da Subcomissão Permanente das Pessoas com Deficiência, com a presença dos Senadores Paulo Duque e Mozarildo Cavalcanti reúne-se a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Morais e Eduardo Azeredo. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião. O Presidente registra a presença do Senhor Luis Mauricio, Coordenador do Fórum Permanente de Apoio e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do DF e Entorno – FAPED-DF; Claudia Francisca de Amorim, Coordenadora Geral de Gestão do BPC; Patrícia Souza de Marco – Coordenadora Geral do Ministério do Desenvolvimento Social; Raquel de Souza Costa, Assessora Técnica da Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Secretaria de Direitos Humanos/ Presidência da República; Valéria Getúlio de Brito Silva, Chefe da Assessoria Parlamentar – Secretaria de Direitos Humanos/ Presidência da República; Sandra Marinho Costa – Procuradora Jurídica, Federação Nacional das APAES; Valéria Souza Pereira, Assistente Social, Centro Educacional de Audição e Linguagem Ludovico Pavoni – CEALILP; Maria Terezinha Almeida, Assessora Parlamentar, Ministério da Previdência Social; Raimundo Nonato Lopes de Souza, Chefe de Divisão de Gerenciamento de Benefício Assistencial do INSS. O Presidente comunica que a presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública aprovada conforme Requerimentos nº 14, de 2009-CAS, nº 19, de 2010-CAS e nº 31, de 2010-CAS, de sua autoria, para debater sobre “As implicações da contratação de pessoa com deficiência, com registro em carteira de trabalho e posterior rescisão do contrato, em face do restabelecimento do benefício de prestação continuada – BPC”. O Presidente, Senador Flávio Arns, compõe a mesa com os seguintes convidados: Rogério Lopes Costa Reis – Auditor Fiscal do Trabalho, Representante do Ministério do Trabalho; Maria Aparecida Gugel, Subprocuradora-Geral do Ministério Público do Trabalho; Maria José de Freitas, Diretora do Departamento de Benefícios Assistenciais da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Benedito Adalberto Brunca, Diretor de Benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Representante do Ministério da Previdência Social e Ana Paula Crosara de Rezende, Diretora de Políticas Temáticas da Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e quarenta

e sete minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Flávio Arns, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senador **Flávio Arns**, Presidente da Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF.

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE
DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS
COM DEFICIÊNCIAS – CASDEF**

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2010, ÀS 14 HORAS E 21 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, aprovada conforme Requerimentos nº 14, de 2009 – CAS, nº 19, de 2010 – CAS, e nº 31, de 2010 – CAS, de minha iniciativa, para abordar “As implicações da contratação de pessoa com deficiência com registro em carteira de trabalho e posterior rescisão do contrato de trabalho em face do restabelecimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC)”.

Foram convidados para esta Audiência Pública e peço, inclusive, que tomem assento à mesa: a Dra. Maria Aparecida Gugel, Subprocuradora-Geral do Ministério Público do Trabalho, a quem damos as boas-vindas novamente, sempre presente, atuante nesta área, posso até dizer uma referência não só em Brasília, mas no Brasil, na questão da pessoa com deficiência; Rogério Lopes Costa Reis, Auditor Fiscal do Trabalho, representante do Ministério do Trabalho, com quem também já tivemos a oportunidade de participar de inúmeras reuniões, discutindo, inclusive, este tema da questão do BPC e da contratação da pessoa e o restabelecimento do Benefício da Prestação Continuada. Seja muito bem-vindo, Rogério; Maria José de Freitas, que ainda está para chegar, que é Diretora do Departamento de Benefícios Assistenciais da Secretaria Nacional de Assistência Social, representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; quero convidar também Benedito Adalberto Brunca, Diretor de Benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), dando novamente também as boas-vindas, e lembrando que o BPC é um benefício

assistencial, mas a sua execução, a parte prática do benefício está a cargo do INSS.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno, eu lembro que os expositores terão um tempo para a exposição e, ao final, também, terão um novo tempo para fazerem considerações e responder eventuais perguntas também de senadores e senadoras presentes.

Esta Audiência Pública tem por objetivo abordar um tema, eu diria, da mais alta importância: o tema do BPC – Benefício da Prestação Continuada, conhecido como salário mínimo da pessoa com deficiência e também da pessoa idosa. No dia de hoje estaremos discutindo a situação da pessoa com deficiência.

O BPC merece, no nosso ponto de vista, diversos aprimoramentos. Um deles é a questão da renda per capita, porque atualmente quem tem benefício BPC tem que demonstrar uma renda per capita não superior a 1/4 do salário mínimo. Então há um consenso no Brasil de que esta renda per capita é muito baixa. Então devemos aprimorar o critério da renda per capita.

Um segundo aspecto é que há famílias no Brasil que tenham dois, três, quatro filhos com deficiência ou mais até. São casos raros, mas existem famílias e podemos imaginar que essas famílias tenham uma necessidade mais acentuada de apoio, naturalmente, pelo número de filhos que apresentam alguma deficiência. Então nesse sentido o critério deveria ser aprimorado, porque quando o primeiro filho recebe o Benefício da Prestação Continuada, esse salário mínimo, o benefício, que é um benefício assistencial, passa a ser considerado renda e não mais benefício. Então ultrapassa-se aquele 1/4 do salário mínimo em função da concessão do benefício para o primeiro filho.

E um terceiro aspecto, que também é importante, é que muitas famílias têm filhos com necessidades bastante acentuadas de desenvolvimento. Citando casos concretos, há famílias que têm filhos com dezoito, vinte anos, que estão usando fraldas, quer dizer, existe até a despesa da compra da fralda, a mãe muitas vezes não consegue trabalhar fora de casa pela necessidade que o filho apresenta, necessidades de medicamentos, de equipamentos, e cujo critério, na nossa ótica, deveria ser diferenciado para atender as particularidades daquele caso de deficiência, porque as deficiências são muito variadas também.

E um outro caso que é objeto da Audiência Pública de hoje – essas outras situações não são objeto da Audiência Pública de hoje – é que a pessoa que recebe o BPC, o Benefício da Prestação Continuada, existe naturalmente um esforço nacional para que essa pessoa possa trabalhar, ter um contrato de trabalho e, se possível, consiga trabalhar. E, com isso, ela teria

o registro em trabalho e uma série de benefícios que este registro em carteira de trabalho, como trabalhador, lhe propiciaria também, dentro de um quadro geral de seguro social da Previdência Social. Contudo, o que acontece em muitas ocasiões é que esta pessoa começa a trabalhar, principalmente as que tenham uma necessidade assim mais diferenciada, e podem, eventualmente, perder o trabalho, serem dispensados depois de dois, três, um mês, quatro meses, acabam sendo dispensados, e sendo dispensados do trabalho não voltam a ter o Benefício da Prestação Continuada. Então o que é que acontece na prática? As pessoas dizem: “Eu primeiro ter algo seguro, ficar no Benefício da Prestação Continuada e não me arriscar na área do trabalho”. Isto vai contra tudo aquilo que todos nós podemos imaginar em termos de permitir que as pessoas sejam incluídas socialmente pelo trabalho, porque todo mundo quer trabalhar. Elas querem trabalhar, as pessoas, só que há uma insegurança, uma instabilidade para pensar: “Eu tenho que pensar na minha vida e também naquilo que vai me dá mais segurança. Então eu prefiro não trabalhar e, ao mesmo tempo, receber o benefício, do que ir trabalhar e depois fico três, quatro meses, vem uma crise econômica ou alguma dificuldade pessoal, isso ou aquilo, e acabo perdendo o trabalho”. Então este é o assunto do debate de hoje.

Três anos atrás o Presidente Lula editou um decreto, justamente com este objetivo, no Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, setembro de 2007, dizendo: “Olha, eu quero...” Pelo decreto, em outras palavras, a Dra. Maria Aparecida pode daqui a pouco apresentar a situação bem detalhada, como ela vai fazer. Pelo decreto dizia-se: “Não, a pessoa começa a trabalhar e se perder o trabalho tem o direito de ter o Benefício da Prestação Continuada de volta”. Então o presidente disse isso, em outras palavras, no decreto. Você tem o benefício, começa a trabalhar e daí retorna ao BPC. Só que esse decreto, na verdade, acabou não se concretizando na prática, porque tanto quanto a gente saiba nenhuma medida foi adotada para que este decreto se viabilizasse, se concretizasse, porque se esse decreto de fato funcionasse, vamos dizer em termos populares, a pessoa estaria trabalhando e voltaria a ter o benefício caso perdesse o trabalho.

Então por causa disto nós reunimos pessoas já anteriormente a esta Reunião, a esta Audiência Pública, as pessoas que estão aqui são pessoas que batalham nesta área, que lutam nesta área, que se inteiraram bem do assunto também, já conheciam o assunto, mas se inteiraram pelo debate mais ainda, assim como a consultoria aqui do Senado também, que tem participado ativamente e hoje está presente inclusive aqui acompanhando essa Audiência Pública para que

cheguemos a um resultado final, no final dizer assim: “Bom, temos esse problema, existe o decreto do presidente”, porque o que nos causa surpresa é que temos um decreto, mas nada aconteceu depois do decreto, quer dizer, não pode acontecer isso também, porque um decreto já é fruto, imagino, de uma conversa, de um entendimento que deve ter havido entre os Ministérios para resolver um determinado problema.

Então resolvemos fazer, nesta Subcomissão Permanente da Pessoa com Deficiência, uma Audiência Pública para tornar público este esforço que está sendo feito, eu chamaria assim, vamos tornar público este esforço para resolver este problema, que é um problema que aflige muita gente no Brasil, muita gente, e dentro de uma perspectiva filosófica importante assim de participar da sociedade pelo trabalho também e garantindo-se alguma coisa caso não consiga assegurar a continuidade no trabalho. Então fazendo essa Audiência Pública e incentivando as pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado, Rádio Senado, TV Senado, Jornal Senado, Agência Senado, enfim, essa Audiência Pública vai ser transmitida para todo o Brasil, uma ou duas vezes, e quem nos acompanhar, pensar no assunto, sugerir, para que a gente chegue a uma conclusão. O grande objetivo, portanto, dessa Audiência Pública, é achar uma solução, um encaminhamento. A solução já está dada: o decreto está aí, o decreto diz: “Perdeu, volta a ter o benefício”. Ou revoga-se o decreto ou cumpre-se o decreto, quer dizer, se não for cumprido tem que ser resolvido. Então talvez dessa Audiência Pública a gente sugira ao presidente para revogar o decreto. Espero que não seja esse o caminho, mas espero que o decreto possa ser cumprido. Sendo cumprido, aí beneficiaremos substancialmente muita gente no Brasil. Está bem?

Muito bem, quero também convidar, já havia mencionado antes o nome, a Maria José de Freitas, seja muito bem-vinda, que é Diretora do Departamento de Benefícios Assistenciais da Secretaria Nacional de Assistência Social, representando o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Seja bem-vinda, Maria José. Eu já havia mencionado, às vezes é difícil de achar estas salas aqui, também muitos corredores e o estacionamento então aqui é pior ainda, sem dúvida alguma.

Dadas as explicações, passo, em primeiro lugar, a palavra à Maria Aparecida Gugel, que é Subprocuradora-Geral do Ministério Público do Trabalho.

SRA. MARIA APARECIDA GUGEL: Boa tarde a todos. Obrigada, Senador Flávio Arns, pelo convite, trazendo a público o trabalho desse grupo de trabalho que vem contextualizando, estudando e procurando al-

ternativas para solucionar, para efetivar o decreto que trata do Benefício da Prestação Continuada. Nós estamos falando do Decreto 6.214, de 2007, alterado pelo 6.564, de 2008. Peço desculpas pela voz, mas também estou recuperando-me aí de uma gripe.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Resfriado.

SRA. MARIA APARECIDA GUGEL: Um resfriado, isso mesmo, um resfriado [risos]. Falar em gripe é um pouco perigoso ultimamente [risos].

Eu pediria para colocar a primeira parte. Eu vou tentar assim, primeiramente, para todos aqueles que nos ouvem, contextualizar um pouco o problema. Por que é que nós estamos falando da necessidade de acertar plenamente a atividade da pessoa com deficiência no trabalho e a pessoa com deficiência na assistência social, direito constitucional indiscutível.

Ontem nós estivemos na Câmara, Senador, na Comissão de Legislação Participativa, também falando sobre a pessoa com deficiência. Então percebemos que nesta Casa o tema, os problemas que estão sendo levantados estão sendo discutidos. Então isso mostra que nós estamos seguindo um bom caminho, o caminho da solução.

Então repetindo um pouco ontem o que falamos lá na Câmara, é importante sabermos não só como estamos nos vendo aqui no Brasil em relação à pessoa com deficiência, mas sabermos como o mundo vê o Brasil em relação à pessoa com deficiência. A motivação para isso é muito simples: o Brasil acaba, recentemente, de ratificar a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

Então nós estamos compromissados, o Estado Brasileiro está compromissado com o mundo para dar e promover os direitos da pessoa com deficiência de forma adequada e de forma que esta pessoa seja levada a alcançar a sua independência pessoal e financeira. Então a ONU enxerga o Brasil assim: as empresas brasileiras contratam trabalhadores somente para cumprir a lei de quotas, a Lei 8.213; 30% das pessoas com deficiência no Brasil têm remuneração inferior a um salário mínimo. Pode passar.

Entre os 24,5 milhões de pessoas com deficiência, somente 78,7% delas--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Maria Aparecida?

SRA. MARIA APARECIDA GUGEL: Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu tomaria a liberdade só de fazer uma pequena interrupção. Quero chamar também com muito prazer para fazer parte da Mesa a Ana Paula Crosara Resende, que é Diretora de Políticas Temáticas da Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da

Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Então seja muito bem-vinda, Ana Paula.

Podemos continuar, Dra. Maria Aparecida.

SRA. MARIA APARECIDA GUGEL: Muito bem. Então somente 78% das pessoas com deficiência no Brasil é que passam e permanecem na escola durante sete anos. Se nós tivermos um grupo de dez pessoas com deficiência, somente uma delas irá trabalhar, estará trabalhando por meio de um contrato formal de trabalho. E diz mais a ONU: ela diz que somente a partir de 2001 é que se verificou um contingente de mais de 55.000 pessoas com deficiência entrando no mercado de trabalho. Nós queremos dizer o que com isso? É recente essa história da pessoa com deficiência estar no trabalho. É recente? É recente. Porém, nós temos uma legislação que data de 1991. Então todas essas reflexões nós temos que ir fazendo ao longo dessas nossas colocações. Pode passar.

Vejam lá. A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, ratificada pelo Brasil, ela traz no ambiente do trabalho e emprego, ela é sucinta, mas de absoluta clareza. Ela diz que cabe ao estado, a cada estado-parte, salvaguardar e promover o direito ao trabalho da pessoa com deficiência. Mas não é só isso. Ela diz que o estado está obrigado na formação profissional dessa pessoa com deficiência e na experiência no trabalho. E aí nós podemos tratar claramente da experiência formal no trabalho, já que estamos falando de contrato de trabalho formal; manter trabalho de livre escolha... Eu estou colocando aqui os fundamentos principais da Convenção; proibir a discriminação em todas as etapas dessa relação da pessoa com deficiência no trabalho. Que etapas são essas? O recrutamento, a admissão, o tempo em que ela está na empresa e esse tempo corresponde a eventuais promoções, eventuais reciclagens. Então todas as etapas desse iter(F), contrato de trabalho e, antes dele, recrutamento, admissão e posteriormente a demissão, é proibida qualquer discriminação.

A Convenção traz um outro aspecto importante, que quando falamos de trabalho às vezes é um pouco esquecido. Trata das oportunidades que toda pessoa deve ter e, igualmente, a pessoa com deficiência, ao trabalho autônomo; formar-se, qualificar-se para exercer um trabalho autônomo; poder investir e estar inserida no empreendedorismo, as cooperativas de trabalho e de serviços e o negócio próprio. Peço que passe a lâmina.

Em relação à assistência social, que a convenção chama de padrão de vida, olha, padrão de vida e proteção social adequados, ela relata e impõe aos estados o seguinte: que deve existir uma melhoria

constante das condições de vida da pessoa com deficiência em todos os aspectos: saúde, reabilitação, a própria assistência, o lazer, enfim, todas as atividades da pessoa com deficiência; o saneamento básico, que corresponde inclusive o acesso à boa alimentação e à habitação, moradia adequada; a redução da pobreza; e o acesso a benefícios e aposentadoria quando esse tempo chegar. Então nós percebemos que esses dois lugares que tratam do trabalho e emprego e da assistência social, na Convenção, estão muito bem delineados e têm comunicação entre uma colocação e outra. Ora, se nós dizemos no âmbito da assistência social que a pessoa com deficiência deverá ter melhoria constante das suas condições de vida, necessariamente nós temos que dizer que se ela está no âmbito da assistência, ela deve ter a garantia de que será elevada a uma nova condição e que essa nova condição, por experiências, por formação educacional ou profissional, lhe leve ao mundo do trabalho, ao mundo do trabalho autônomo, empreendedorismo, cooperativas, etc. Pode passar, por favor.

E aí voltamos necessariamente à nossa história brasileira, o que é que está acontecendo no Brasil nesses últimos anos. E aí lanço mão, emprestando os dados da RAIS de 2007, que dizia que 348.818 pessoas com deficiências ou reabilitados da Previdência Social, porque quando tratamos da reserva em empresas privadas nós também temos que tratar do beneficiário reabilitado da Previdência, então quase 350.000 pessoas trabalhavam em contrato formal em 2007, sendo que 261.000 pessoas trabalhavam em empresas com cem ou mais empregados, ou seja, em empresas que devem cumprir a reserva legal de cargos. E em 2007 fechamos o ano com pouco mais de 44% das empresas cumprindo a reserva da Lei 8.213. Peço que passe a lâmina.

Já em 2008, nós tivemos um decréscimo de contratos de trabalho de trabalhadores com deficiência: 322.200 pessoas com deficiência permaneceram no trabalho ao final de 2008, e isso, segundo os dados do Ministério do Trabalho e Emprego, corresponde a 1% dos empregos formais. E nessa divisão, porque aí enfrentamos a questão dos tipos de deficiência, 55,24% desses trabalhadores se tratam de trabalhadores com deficiência física; 24,65% de trabalhadores com deficiência auditiva; 3,86% com deficiência visual; 3,37% com deficiência intelectual; e 1,09% com deficiências múltiplas. Então este é o conjunto de pessoas com deficiência ativas, produtivas, inseridas no mercado de trabalho formal do Brasil em 2008.

O dado da RAIS de 2009 nós não temos ainda, não é Dr. Rogério?

SR. ROGÉRIO LOPES COSTA REIS: Não está disponível.

SRA. MARIA APARECIDA GUGEL: Muito bem. Então vamos em frente.

Para começarmos a discutir esta nossa proposição do BPC, esse grupo de trabalho, claro que pensamos em trabalho e Benefício da Prestação Continuada, mas com a evolução do diálogo nós necessariamente concluímos que os motivadores, as dificuldades que encontramos para inserirmos efetivamente a pessoa com deficiência hoje no mercado de trabalho brasileiro, está em alguns sérios, sérios, muito sérios empecilhos que tratam do acesso e permanência da pessoa com deficiência na escola. Lembram do dado da ONU lá na primeira parte? Somente 70% das pessoas com deficiência permanecem sete anos na escola.

A segunda questão: se a pessoa não tem um aprendizado metódico na escola, ela não terá, obviamente, formação para disputar em igualdade de condições um mercado de trabalho cada vez mais exigente. Então temos o problema do acesso à formação profissional.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Só fazendo uma observação, eu acho que o dado da ONU é 30%, 25% a 30% que permanecem sete anos na escola.

SRA. MARIA APARECIDA GUGEL: É verdade. Desculpa, é isso mesmo. Obrigada, senador.

Então se nós não temos o acesso e permanência nos anos necessários para essa boa formação, nós não teremos profissionais capacitados para o mercado do trabalho. Então esse segundo ponto da formação profissional para nós hoje é muito importante, porque ele revela uma parcela de jovens e adultos [soa a campainha] produtivos que não estão inseridos hoje nesse mundo do trabalho por falta exclusiva de formação profissional.

Então o que é que nós vemos hoje? Nós vemos claro, iniciativas muito interessantes não só do acesso público à formação profissional com os cursos de qualificação profissional promovidos pelas agências públicas de trabalho, mas também vemos empresas nacionais e instituições nacionais trabalhando na qualificação da pessoa com deficiência para suprir os quadros daquelas empresas que tenham a obrigação de cumprir a reserva de vagas. Então nós temos mecanismos que estão suprimindo. São ideais? São ideais para aquela necessidade, mas deixam de ter o ideal da promoção ao direito quando não é uma obrigação do Estado Brasileiro, quando o Estado Brasileiro não tem uma política dirigida, um foco dirigido para essa questão do acesso e permanência na escola para

essa questão da formação profissional. Muito bem, o terceiro ponto.

O quarto ponto, que se trata da pensão previdenciária, eu vou deixar um pouco de lado porque parece que será tema de uma outra Audiência Pública. A nossa questão é do Benefício da Prestação Continuada. Então nós verificamos e concluímos que há um excesso, uma demasia de tempo de permanência da pessoa com deficiência na assistência social no Brasil, no recebimento do Benefício da Prestação Continuada, no desejo justificável da pessoa com deficiência não querer sair deste cenário da assistência social, da clareza que tem dizendo: "Olha, ao final do mês eu recebo o Benefício da Prestação Continuada para arriscar no mundo do trabalho". Por quê? Porque sabemos que o mundo do trabalho é exigente, sabemos que a pessoa não está adequadamente formada profissionalmente. E, por outro lado, temos uma legislação que não permite claramente este trânsito assistência/trabalho. Eu peço para passar a lâmina.

Consultando a página do MDS, nós vemos lá um quadro que diz que há dentro da assistência 1 milhão e 600 mil beneficiários com deficiência. Não encontrei nos quadros a faixa etária desses beneficiários. Eu não sei se eu não o encontrei--

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. MARIA APARECIDA GUGEL: Ah, que ótimo, isso vai ser bom para o debate. Mas para que saibamos quantos são crianças e deverão permanecer na escola, portanto, quantos estão em idade produtiva e que poderão então ser necessariamente alçados para a formação adequada profissionalmente, para enfrentar o mercado, mas dentre aqueles dados nós percebemos que os maiores, eu relacionei ali os três maiores estados brasileiros, com um número maior de pessoas com deficiência recebendo o Benefício da Prestação Continuada. São eles: Estado de São Paulo, com 227.617 beneficiários; Minas Gerais, com 171.555 beneficiários; Bahia com 154.657 beneficiários; até o último estado com menor proporção, que é o Estado de Roraima, que com 5.069 benefícios pagos a pessoa com deficiência. Peço para passar a lâmina.

E aqui está... Os números nunca nos deixam mentir, eles são muito claros, apesar de crus, mas eles nos dão uma dimensão do problema. Então vejam os senhores: a RAIS de 2007 a 2008 nos revela pouco mais de 300 mil pessoas com deficiência trabalhando com contratos formais no Brasil, num contingente de quase 25 milhões de pessoas. Claro, temos que fazer aí os devidos detalhamentos, que se tratam de crianças, jovens e adultos em idade produtiva, não idade produtiva, etc. Mas esses dados são gritantes. E vejamos

quantos estão no Benefício da Prestação Continuada: 1 milhão e 600 mil beneficiários, que a Maria José agora disse que vai nos dizer quantas são as crianças, quantos são os jovens e adultos que poderiam, no nosso trabalho aqui, no nosso estudo, quantos desses jovens e adultos em idade produtiva poderiam então agora transitar deste mundo da assistência social, previsto nesses dois decretos que estamos tratando, e quantos poderiam estar no mundo do trabalho. Muito bem. Então passando...

Eu peço que deixem essa lâmina. Então quais foram os aspectos que nos chamaram mais a atenção do decreto? O decreto, com muitíssima propriedade, diz que a pessoa com deficiência poderá sim se capacitar, poderá sim buscar o aprendizado, sem que isso a faça perder o direito ao Benefício da Prestação Continuada. Isto é perfeito, pois sabemos que o Benefício da Prestação Continuada, quer dizer, regime da consolidação das leis do trabalho e regime assistencial não podem ser acumulados, sabemos disso. No entanto, o decreto traz uma perspectiva importante e que é constitucional, porque se nós tratarmos de todos os direitos da pessoa com deficiência, nós vamos ver que dentre os mais importantes estão: a educação, a profissionalização e o trabalho, o direito ao trabalho. Então o decreto vem e saneia essa grande dificuldade que tínhamos antigamente. No entanto, o que é que o decreto não nos traz? Ele não nos traz clareza quanto à forma deste trânsito do ambiente da assistência social para o mundo produtivo do trabalho. Como é que vão ser aferidas, que procedimentos serão utilizados para dizer que a pessoa pode sim com segurança, não tendo tido êxito numa contratação formal no mundo do trabalho ou não tendo tido êxito numa formação associativa, numa cooperativa, por exemplo, ou não tendo tido êxito num trabalho autônomo, poder, com tranquilidade, retornar ao benefício da assistência social, desde que aqueles critérios que estão estabelecidos no decreto venham a ser cumpridos? Que prazo é esse? Quanto tempo nós teremos para que essa comunicação entre a pessoa estar no mundo do trabalho, ser comunicado à agência pagadora ou ao MDS, quanto tempo teremos, que prazo teremos para a reavaliação dessa pessoa? Será no prazo de dois anos, como está no decreto? Como serão feitas as comunicações? Que garantia a pessoa com deficiência que recebe o BPC, se receber hoje uma proposta de trabalho, poderá então dizer: "Olha, comunico que eu estou indo para o mercado de trabalho. Meu contrato de trabalho foi formalizado. Portanto, MDS e INSS, suspendam o pagamento do Benefício da Prestação Continuada, pois dele não estou necessitando. Serei, agora, um contribuinte", porque ao estar no mundo

formal ele contribuirá para a mesma previdência, não é? Então como é que nós vamos tratar isso? Que clareza é esta que devemos ter neste procedimento para que quando tratarmos lá da qualificação profissional desses jovens, desses adultos com deficiência e eles estiverem capacitados e prontos com o mercado aberto e querendo e precisando... Deixemos bem claro: as empresas estão necessitando deste contingente de pessoas que hoje recebem o Benefício da Prestação Continuada, têm condições de se capacitar e estar no trabalho. Então nós temos várias vias que precisam ser preenchidas aqui, não é? O empresário está precisando desse trabalhador, só que esse trabalhador, com a mais absoluta justificativa, não deixará o certo pelo duvidoso. Quanto tempo ele poderá permanecer no mercado de trabalho? Então são essas variáveis, são essas dificuldades que nós queremos ver claro neste decreto, ou melhor, nos procedimentos de aferição para esse trânsito entre assistência e trabalho.

Então são essas as colocações. Espero ter sido clara para que possamos avançar nessa nossa discussão. Pode passar a última lâmina.

Eu vou deixar aqui com o senador um artigo que fizemos tratando do Benefício da Prestação Continuada e direitos da pessoa com deficiência à luz da Convenção da ONU. Quem tiver interesse, pode apanhar. Ele está no site da AMPID, que é a Associação de Membros do Ministério Público, que tratam da proteção e defesa da pessoa com deficiência e idoso. Quem quiser também, estará lá. Agradeço muitíssimo e deixo aqui a todos o meu e-mail. Pode passar a página, a lâmina.

Se tiverem dúvidas e quiserem discutir estas questões, eu estou à disposição. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço à Maria Aparecida Gugel pela participação nesse primeiro momento. Só quero dizer que foi extremamente clara. Eu acho que é muito importante o problema estar muito bem definido e a importância, a necessidade de se achar uma solução, porque isto é a primeira passo para se achar a solução.

Quero destacar a presença de Patrícia Souza de Marco, Coordenadora-Geral do Ministério do Desenvolvimento Social; de Raquel de Souza Costa, Assessora Técnica da Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Secretaria de Direitos Humanos; Valéria Brito e Silva, Chefe de Assessoria Parlamentar – Secretaria de Direitos Humanos; Sandra Marinho Costa, Procuradora Jurídica – Federação Nacional das APAEs; Valéria Souza Pereira, Assistente Social – Centro Educacional de Audição e Linguagem Ludovico Pavoni; Maria Terezinha Almeida, Assessora Parlamentar – Ministério da Previdência Social; Raimundo Nonato Lopes de Souza, Chefe de

Divisão de Gerenciamento de Benefícios Assistenciais (INSS); mais a Cláudia Francisca de Amorim, que é Coordenadora-Geral de Gestão do BPC. SNAS é a Secretaria Nacional de Assistência Social, é isso mesmo? É a Secretaria Nacional de Assistência Social. As siglas aí são meio... Para a gente se localizar aí também.

Muito bem, passo em seguida a palavra ao Rogério Lopes Costa Reis, Auditor Fiscal do Trabalho, Representante do Ministério do Trabalho.

SR. ROGÉRIO LOPES COSTA REIS: Boa tarde a todas e todos. Muito obrigado, Senador Flávio Arns, pelo espaço dado para que o Ministério do Trabalho venha colocar o seu posicionamento.

Apesar de a gente não ter nenhuma relação direta com o BPC, porque nós não somos responsáveis nem pela análise para a concessão do benefício ou faz a concessão do benefício, nós temos uma política que é a fiscalização do trabalho na exigência do cumprimento da legislação para que essas pessoas com deficiência sejam inseridas no mercado de trabalho. Portanto, indiretamente, a gente vai sentir, na medida dessa cobrança ao empregado, a dificuldade de se recrutar as pessoas com deficiência, porque muitas estão impossibilitadas de assumir um trabalho formal porque estão recebendo o BPC.

Eu só vou apresentar aqui alguns dados do que a fiscalização tem feito, para mostrar a dimensão como essa ação está se desenvolvendo, e uma análise de um pouco do mercado de trabalho, como que ele tem reagido nos últimos anos nessa inserção para ver o que é que poderia ser melhorado se tivesse a possibilidade de pessoas que hoje recebem o BPC serem inseridas no mercado de trabalho. Podemos passar.

Então vamos ver o resultado da fiscalização. No período de 2005 a 2009 foram inseridos 107.371 trabalhadores com deficiência sob ação fiscal. Significa que a empresa foi convocada, ela foi orientada o que se deveria cumprir, faz o levantamento de qual a quota dela e se ela não tiver cumprindo a gente, na maioria das vezes, dá um prazo e depois ela vem e demonstra que foi feito a contratação dessas pessoas com deficiência. A gente contabiliza isso como trabalhador inserido sob ação fiscal. Em 2008 foram 25.844.

Eu destaquei só isso aí porque, na frente, a gente vai ver que esse número praticamente vai desaparecer, mesmo tendo a ação da fiscalização fazendo essa inserção no mercado de trabalho. De janeiro a março agora de 2010, que é o dado mais novo que nós temos, nós inserimos mais 5.338 trabalhadores, totalizando em todo o período que a gente contabiliza no nosso sistema federal de inserção do trabalho, que é um sistema informatizado, 112.709 inseridos. A gente já

realiza esse trabalho desde o ano 2000, mas anteriormente esses dados eram tabulados de forma manual e dependia das pessoas fornecerem o dado ou não. Aí a partir de 2005 é que a gente tem esse processo informatizado e por isso que a gente só considera para a divulgação oficial a partir de 2005 os resultados da fiscalização. Então vamos ver. Pode passar.

O cumprimento da quota legal. Pela RAIS, que é um registro administrativo que todas as empresas estão obrigadas a apresentar ao Ministério do Trabalho mostrando quais os vínculos que ela tem é que a gente tira alguns dados desses cumprimentos de vagas. Esse aí é da RAIS de 2008. Das empresas privadas com obrigação legal de contratação de pessoas com deficiência, dentro da graduação 2 e 5, porque é conforme o tamanho. Se for de 100 a 200 é 2; de 200 a 500 é 3; assim sucessivamente até alcançar o 5%. Acima de mil, nós constatamos que o cumprimento da quota hoje está em torno de 45,22% de cumprimento para as empresas com cem ou mais empregados, apesar de terem pessoas com deficiência também em empresas que não estão obrigadas a ter quota legal, mas ainda existem alguns.

Então para se ter o cumprimento da quota, porque aí dá para a gente ver qual o percentual que ela deveria cumprir, a gente vê que tem disponível, isso em dezembro de 2008, 258.149 vagas a serem preenchidas. Então há essa discrepância do mercado de trabalho, parece que houve uma retração para as pessoas com deficiência quando a gente compara a RAIS 2007 e 2008. Pode passar para a próxima.

Aí a gente faz uma comparação para localizar onde está essa diferença. A gente vê que o número total de trabalhadores com deficiência declarado na RAIS, quer dizer, então qualquer empresa, independente de ela estar obrigada, em 2007 foi 348.818 e em 2008 foi 323.210. Uma redução, portanto. Naquelas empresas que estão obrigadas, com cem ou mais empregado, 261.458 em 2007, e também com a redução, 240.439 em 2008. Aí a gente tira a administração pública, porque na administração pública a quota é diferenciada, não é quota sobre o total de cargos e, sim, na disponibilização de vagas para concurso público você vai ocupando essas vagas de 5% a 20% com pessoas com deficiência. Ela não é sobre o total de cargos da total. A gente vê que em 2007 era 45.224. Em 2008 houve uma redução, que eu acho que foi uma adaptação, porque eles tinham lançado o dado errado, algumas administrações públicas, caindo para 27.354. Se a gente pega RAIS de anos anteriores, que nós temos desde 2004, só faltou um ano, que teve problema no lançamento, a administração pública estava em cerca de 27, 28 mil. Então parece que ela trouxe para o dado

real; nesse dado de 2007 parece que houve uma pequena distorção. Pegando as empresas privadas, que é o nosso foco, incluindo aí as empresas públicas e de sociedade de economia mista, que também nesse caso a empresa pública e sociedade de economia mista é um pouco híbrida. Apesar de ela ser uma empresa privada, estar sujeita a todo o regulamento privado, na questão de contratação de trabalhadores ela está sujeita ao concurso público. Então não adianta você numa empresa pública falar: "Você tem que contratar". Não é assim. Ele tem que preparar um concurso e reservar, no máximo, 20% daquelas vagas para a inserção das pessoas de deficiência. Então pegando todas as empresas privadas: 216 mil, 234 mil em 2007, 213.815 em 2008. Também uma redução.

Quando a gente exclui essas empresas públicas e sociedades de economia mista, a gente vê que ficou estacionado o número de trabalhadores com deficiência no mercado: 180.075 em 2007 e 188.260 em 2008. É quase ínfimo o crescimento, inexpressivo. A gente vê que a fiscalização fez um esforço e conseguiu inserir lá, eu estava falando, 25 mil pessoas. Para onde foram parar essas pessoas? O que significa que a fiscalização tem cobrado, a empresa regulariza para demonstrar a fiscalização e, posteriormente, ela tem demitido esses empregados, infelizmente. É a única coisa que se pode... Essa acomodação do mercado é demissão, porque se fosse para seguir o que a fiscalização tem alcançado, no mínimo tinha que ter ali mais 25 mil empregados trabalhando em 2008. Para a próxima, por favor.

Então vamos ver esse crescimento. A gente vê que têm problemas porque se a gente comparar com o total de vínculos geral da RAIS dos demais trabalhadores, a gente vê que realmente no segmento das pessoas com deficiência houve um problema no mercado, houve um recrudescimento. A gente vê lá os dados de 2007 a 2009, um percentual de crescimento de 4,87%. As pessoas com deficiência deveriam, no mínimo, ter isso, esses 4,87%. O crescimento foi de 0,098%, além desse problema que tem: a fiscalização está inserindo e nem assim as empresas estão respeitando, estão sendo demitidas logo depois de se verem livres da fiscalização. A próxima.

Isso aí é um resultado também de 2008, talvez as empresas já estavam num processo da crise econômica e podem ter feito demissão. Aí a gente tentou pegar um dado mais novo. Nós não temos ainda a RAIS de 2009 disponibilizada. Esses dados ainda, esses microdados estão sendo ainda trabalhados pelo setor competente e ainda não temos. Então a gente pegou para fazer uma verificação como está no CAGED. A gente pega a RAIS 2008, a última, e vai fazendo a projeção pelo

CAGED, porque o CAGED também tem a declaração de pessoas com deficiência, os trabalhadores com deficiência. A gente viu que é um pouco mais animador, porque pelo CAGED já tem, em janeiro de 2010, 262.773 trabalhadores na iniciativa privada, incluindo empresa pública e sociedade de economia mista. O CAGED não pega a administração pública, então não precisa fazer aquela distinção que a gente tem que fazer na RAIS, o que seria um crescimento razoável, 21,52%. A próxima.

Essa dificuldade de falar que não há qualificação, as pessoas não estão preparadas para assumir postos de trabalho, com esse diálogo permanente com o empresariado a gente tentou fazer um projeto piloto, que tem se efetivado a partir de novembro de 1998, permitindo que as empresas contratem pela aprendizagem pessoas com deficiência para ela fazer a qualificação profissional dessas pessoas naquela área que ela acha mais importante para ela, que ela vai poder aproveitar essas pessoas, aí acabando essa aprendizagem ela incorpora como trabalhador definitivo. A gente tem conseguido alguns bons resultados em alguns estados, como podemos apresentar na próxima.

Pela RAIS de 2007 a gente tinha no Brasil 111.644 aprendizes, sendo só 230 pessoas com deficiência, nesses números, só de aprendizes, que era 0,20%. Então a gente vê que também as pessoas com deficiência estavam excluídas da aprendizagem, que a gente tem que dar um incentivo para ver se essa qualificação profissional também seja aproveitada, porque quando ela é aprendiz e ela é contratada, ela já tem todos os direitos trabalhistas garantidos, ela já é uma trabalhadora. A única diferença que tem é o FGTS que cai de 8% para 2%, mas os demais têm tudo garantido.

Em 2008 aumentou o número de aprendizes e o de pessoas com deficiência numa proporção maior, passou para 407, chegando a 0,30% do total. Outra atualização que nós utilizamos para verificar foi através do CAGED, onde o total de aprendizes seria 156.625 aprendizes e com 881 aprendizes com deficiência, representando 0,56%. Os números, apesar de pequenos, mostram que há uma tendência de melhoramento.

Ontem, na Câmara, nós tivemos a participação da representante do SESI e ela falou que em alguns estados os números são muito maiores, que ainda não estão apresentados aí. Ela falou que no Ceará e em Minas já tem cerca de 200 num lugar e 400 em outro, já como aprendizes na área industrial, só na área industrial, que a gente acredita que vai ter resultado.

É importante deixar claro que na fiscalização a gente sempre ouve a reclamação que as vagas estão difíceis de serem encontradas. A minha colega mesmo de Minas, hoje eu entrei em contato com ela, ela falou:

“Nós estamos abrindo vagas de aprendizes – eu não sei se é no SENAI, um dos Sistemas – e uma empresa está com dificuldade de encontrar candidatos para assumir essas vagas de aprendizes com deficiência”. Ela falou que pessoas sabem... Quem está no BPC se candidatam, querem trabalhar, mas na hora que ficam sabendo, muitas nem sabem, mas na hora que ficam sabendo que se for formalmente legalizada como trabalhadora, ela perderá o benefício; a pessoa desiste na mesma hora. Mesmo porque esses trabalhos, por exemplo, na aprendizagem geralmente o salário é o horário, às vezes não chega nem a salário mínimo. Então a pessoa vai perder uma coisa certa – é o que a Dra. Aparecida falou – pela duvidosa? Mesmo porque ela vai estar recebendo um salário mínimo em casa e ela vai trabalhar para ganhar um salário mínimo? Ela vai ter gasto, ela vai ter que ter... Mesmo que ela tenha vale-transporte ou passe livre, para locomoção dela, ela vai ter dificuldade, ela vai ter que se alimentar às vezes no trabalho. Então o gasto é maior do que se ela ficar só com o BPC. É mais do que justificável que essa pessoa não queira sair deste BPC.

O Ministério do Trabalho também enviou um Projeto de Lei, está em apreciação na Casa Civil, que eles querem estender a aprendizagem no serviço público, e dentro desse projeto tem um artigo, que foi negociado junto com o MDS, para que os aprendizes pudessem acumular o Benefício da Prestação Continuada com o salário da aprendizagem, que a pessoa seria trabalhador, receberia o salário, mas não interferiria, porque isso seria a qualificação profissional dele. E aí se depois da aprendizagem ele assumisse o emprego, obviamente aí ele perderia o benefício. Mesmo assim eu acho ainda problemático. A gente está rodeando, rodeando o BPC, mas o problema [soa a campainha]... Eu estou terminando já. A gente assusta pensa que é... [risos].

A gente fica nessa proposta, mas o problema do BPC eu acho que é a natureza do benefício, porque o benefício não deveria ser dado como uma assistência social baseado só na renda. Isso deveria ser uma garantia de renda mínima para as pessoas com deficiência que necessitam de recursos, que tem gastos com a sua deficiência e ter isso como uma garantia de renda independente do que ela faça. Se ela quer trabalhar ou não é um problema dela, ela é que deve decidir. Se ela acha que vive bem com uma renda mínima que lhe garanta pelo menos o seu sustento básico, tudo bem. Mas se não, por que é que não ela se desenvolver, ir trabalhar no mercado e continuar recebendo isso? Esse seria o ideal. Não precisaria ser tão extenso como o BPC. Qualquer pessoa que hoje está caracterizada como pessoa com deficiência tem

direito ao BPC, desde que incapacitada para o trabalho. Mas você poderia ter uma restrição, por exemplo, as deficiências mais graves teriam benefício a um salário mínimo, independente de se ela trabalhar ou não. Você poderia colocar um teto, não sei, se ela recebesse no mercado cinco salários mínimos, eu não sei. Aí uma decisão do legislador. Mas eu acho que isso traria muito benefício e a gente resolveria um gargalo que está nessa inserção de pessoas com deficiências no mercado de trabalho. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Desculpe pelo susto, mas eu só quero lembrar aos expositores que, de fato, a gente dá os 15 minutos de tempo e, automaticamente, aos 14 bate a campainha. Mas nós temos, assim, procurado fazer com que o tempo seja suficiente para a conclusão também do pensamento.

Só quero dizer, Rogério, que foi assim muito interessante, iniciativas importantes, sem dúvida alguma, nessa soma da aprendizagem do salário, a questão do contrato especial de trabalho, a garantia da renda mínima, as ideias são boas também. E demandam tempo, naturalmente, por isso que nós precisamos no meio tempo achar uma solução, como foi colocado, em termos dessa garantia do BPC, conforme o decreto preceitua, como que essa transição de um sistema para o outro vai acontecer.

Passo, em seguida, a palavra à Maria José de Freitas, que é Diretora do Departamento de Benefícios Assistenciais da Secretaria Nacional de Assistência Social e representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

SRA. MARIA JOSÉ DE FREITAS: Muito obrigada, senador, por essa oportunidade de estar aqui. Eu cumprimento a todos os companheiros aqui dessa mesa e, certamente, essa tarde já se demonstrou aqui, realmente, rica no que diz respeito a esse debate e a gente espera também estar podendo aqui trazer elementos que possam contribuir, que a gente possa de fato realmente avançar. Essa é a proposta dada aqui pela Audiência, como assinalou o senador.

Bom, para a gente estar contribuindo com alguns elementos com relação a essa discussão de quem está no BPC e esse debate é a relação do BPC com a situação do trabalho, a gente trouxe alguns dados no que diz respeito até ao perfil, um pouco o perfil para a gente levar em conta alguns pontos, e com relação também ao próprio BPC, o que é que hoje a gente tem em termos aí do arcabouço, em termos normativos e de operacional em relação ao benefício.

Eu acredito que todos aqui conheçam, que há uma regra fundamental de acesso ao benefício para pessoa com deficiência, que é comprovar a incapacidade

para a vida independente para o trabalho. E esse benefício, ele se constitui na garantia de um salário mínimo mensal. Ele é um direito constitucional e um direito não contributivo, portanto, não tem vinculação com a Previdência Social, contribuições prévias. Ele não é vitalício, então está previsto pela lei uma revisão a cada dois anos. Ele é intransferível, então, portanto, ele é um benefício que não se transfere para outro membro da família e não é um benefício familiar. E hoje corresponde a 80% dos investimentos da União na área da política de assistência social. A sua gestão, coordenação e financiamento são a cargo do MDS e a sua operacionalização a cargo do INSS.

É um benefício que tem por objetivo proteger as pessoas idosas e as pessoas com deficiência face as suas vulnerabilidades decorrentes de velhice, deficiência, agravada pela insuficiência de renda, tentando exatamente assegurar o seu sustento e favorecendo o acesso às políticas sociais e outras aquisições, como a superação das suas desvantagens sociais enfrentadas e a conquista de sua autonomia. Então quando a gente está falando da política que envolve a prestação desse benefício, nós não estamos falando apenas dessa garantia de um valor mensal de um salário mínimo, mas a gente está falando também de uma política que tenta exatamente considerar a situação de vida dessas pessoas, essas suas necessidades e as desvantagens sociais e tentar implementar políticas interssetoriais no sentido de realmente contribuir com que essas pessoas conquistem maior autonomia.

Nós temos, hoje, um quantitativo de mais de três milhões, já passamos de 3 milhões e 200 mil agora nesse último mês, mas em termos de pessoa com deficiência nós temos aí um quantitativo de mais de 1 milhão e 600 mil pessoas. Tem uma ordem, atualmente, de crescimento, ao ano, de em torno de 8% de pessoas beneficiárias desse benefício ao ano.

No que diz respeito à concessão, numa faixa aí do último ano, 167 mil pessoas, mais de 167 mil pessoas ingressaram na espécie do benefício relacionada à pessoa com deficiência. Do idoso, foram mais de 190 mil pessoas que ingressaram no benefício, no ano.

No que diz respeito ao investimento, nós temos previsto para esse ano, 2010, nós temos aí uma previsão de investimento de mais de dez bilhões para manter o benefício para a pessoa com deficiência e mais de nove bilhões para manter o benefício para as pessoas idosas, o que ultrapassa aí a 20 bilhões no investimento para este ano.

A cobertura da pessoa com deficiência nesse benefício em relação à população com deficiência, a gente tem, dados que já foram colocados aqui nessa Mesa, que pelo Censo de 2000 nós temos mais de

24 milhões de pessoas com deficiência no País. Isso no ano 2000. Naquele ano nós tínhamos em torno de 806 mil pessoas com deficiência no benefício, o que representava aí 3% desta população. Em 2009, projetando essa população com deficiência na população brasileira, a gente teria em torno de 26 milhões de pessoas. E no BPC nós tínhamos aí, fechamos em dezembro, 1 milhão e 600 pessoas, o que corresponde a 6,5% dessa população com deficiência brasileira. Então estariam no BPC.

No que diz respeito à população, a esse percentual de beneficiários do BPC, pessoa com deficiência na população total brasileira, numa projeção da PNAD de 2008 nós teríamos aí 1,5% da população brasileira que estaria sendo beneficiária do BPC, aí no conjunto idoso e pessoa com deficiência.

Quando a gente fala de beneficiários do BPC, pessoa com deficiência, então a gente tem aí alguns elementos relacionados a quem são essas pessoas, alguns traços aí do perfil. No que diz respeito à idade, que a Dra. Aparecida ali estava evocando esse dado, nós temos na faixa de 0 a 15 anos 333 mil, então consideramos aí crianças e adolescentes, o que corresponde a 20% do total.

Na faixa de 16 a 29 anos, aí já começa uma faixa da idade produtiva, nós temos aí 379 mil nessa faixa, que corresponde a 23% desse total.

Na faixa de 30 a 45 anos são 410 mil adultos, que corresponde a 25%. De 46 a 64 anos, 399 mil, que corresponde a 24%.

E acima de 65 anos, 108 mil, que corresponde a 6%. Esses aqui, certamente, são pessoas que ingressaram no benefício com menor idade do que essa e atingiram essa idade já com o benefício em manutenção.

Então nós temos, nessa faixa de 16 a 45 anos, 48% dessas pessoas, desse total de 1.600 (sic) beneficiários, pessoas com deficiência. Então quase a metade.

Agora com relação à escolaridade desses beneficiários. Nós estamos, ainda, introduzindo nos novos formulários de entrada de informações desses beneficiários, nós estamos introduzindo essa variável escolaridade. Então hoje nós não temos, para a totalidade dos beneficiários, a gente não tem essa informação. Então a gente tem através de amostras.

Então através aqui de uma amostra de benefícios que foram revisados, nós temos aqui uma informação relacionada a 223 mil pessoas, nós temos uma informação que dá para a gente projetar para o universo, nós temos que 62% são não alfabetizados e 31% tem o primeiro grau incompleto. Então acima desse pata-

mar aqui, com o primeiro grau completo, então são percentuais bastante baixos.

Portanto, vejamos: nós temos aqui, é uma informação no que diz respeito à escolaridade, que nos dá um quadro aí bastante restrito do ponto de vista de configuração, de condições dessas pessoas de realmente enfrentar aí um mercado competitivo de trabalho, até de preparar, até de se preparar para esse mercado. Então a gente estaria falando em torno aqui de 31% que teria um primeiro grau incompleto, 2% apenas que teria o primeiro grau completo, aí 1,7%, com segundo grau completo e menos ainda nas faixas superiores aí de escolaridade. Isso aqui, esse dado, de alguma forma ele foi fundamental também para uma decisão no sentido de um investimento a ser feito com relação à escolarização dessas pessoas beneficiárias do BPC e que aí a gente aborda um pouquinho mais adiante.

Bom, aí só está mostrando mesmo o dado, mais do ponto de vista figurativo.

No que diz respeito ao CIDs, que é a Classificação Internacional de Doença, relacionado a essas pessoas, que de alguma forma vão nos dizer que tipo de deficiência que foi aí justificada para o ingresso no benefício. A gente tem um elenco muito grande, é muito distribuído a CIDs dessas pessoas, mas a gente pode agrupar nos quinze CIDs de maior incidência, a gente agrupa onde a gente tem o de maior incidência, que seria o de retardo mental moderado, que daria 13%, seguido de retardo mental grave, 13%. Observem que nós estamos falando de CIDs onde a maioria tem a ver com um déficit intelectual ou então com transtorno mental. Quando a gente fala em retardo mental: esquizofrenia, paralisia cerebral infantil, retardo mental profundo, esquizofrênica paranóide, tem o surdo-mudez, nós temos ali apenas 2,2%, cegueira em ambos os olhos é 1,98%. Nós temos Síndrome de Down no meio dessas quinze maiores situações de CIDs, sequelas de poliomielite, retardo mental, psicose, esquizofrenia e epilepsia. Vejamos então aonde que se configura um maior número desses CIDs, que nos dizem um pouco com relação a quem são essas pessoas que estão aí no benefício. E que são exatamente e que se apresentam, se a gente comparar com aquele dado trazido pela Dra. Aparecida, a gente vê que 3,3% das pessoas que hoje absorvidas no mercado de trabalho, dado da RAIS, tem déficit intelectual. Quer dizer, a maioria que é absorvida tem deficiência física. Então a gente já tem aí de saída uma certa dificuldade: nós temos na maioria do BPC pessoas que não correspondem àquelas que são mais absorvidas no mercado de trabalho. Déficit visual, por exemplo, lá na RAIS estava 3,8%. Aqui nós temos 2,12%, no BPC.

Bom, com isso que eu estava dizendo, essa informação dessa dificuldade realmente da escolarização da pessoa com deficiência, no empareamento das barras de dados com o BPC, com o censo escolar, a gente identificou em 2007 e em 2008 que 70% não estavam matriculados nas escolas, no ensino regular. Então daí que se teve a iniciativa de instituir esse programa, o BPC na Escola, que tem exatamente o objetivo de promover a elevação da qualidade de vida e dignidade dessas pessoas que são beneficiários do BPC, principalmente as que estão na faixa até de 18 anos, para garantir o acesso e a permanência desses beneficiários na escola e, também, fazer esse acompanhamento através de uma ação interssetorial aí que envolve a saúde, a educação, assistência e direitos humanos.

Então isso significa, realmente, um investimento na educação das crianças e adolescentes beneficiários do BPC tentando elevar o nível de escolaridade. Para isso foi desenvolvido um trabalho interssetorial que envolve, inicialmente, conhecer essas pessoas através de uma aplicação de um questionário, um questionário bastante extenso onde traz bastante informação a respeito dessas pessoas, envolvendo estados e municípios através da formação de grupos intergestores, interssetoriais para poder gerir esse programa a nível local, que conhecendo essas crianças possam implementar algumas ações no sentido de realmente fazer enfrentamento das barreiras que hoje atrapalham e dificultam esse acesso à escola, de uma forma interssetorial. Então essa [soa a campainha] é uma tentativa de tentar responder a essa situação aí que é dada em relação aos beneficiários.

Tem também uma iniciativa mais recente que é o programa chamado BPC Trabalho, que é a parte de um acordo de cooperação técnica entre o MDS e a Federação Nacional das Associações para a Valorização das Pessoas com Deficiência, a FENAVAP. Isso daí é uma iniciativa que foi iniciada no ano passado, com publicação esse ano, e que tenta desenvolver ações que favorecem o acesso ao trabalho das pessoas beneficiárias do BPC entre a idade de 16 e 45 anos. Então isso busca, na verdade, tentar aproximar a oferta de ações voltadas à reabilitação física, avaliação dessas pessoas, o potencial de trabalho e oferecer oportunidade de uma qualificação de forma também a permitir, através aí de algumas ações envolvendo a facilitação do acesso, de transporte e tudo mais. Então a gente tem uma experiência bastante restrita ainda, bem inicial, que envolve a Prefeitura de São Paulo e Santo André.

E no que diz respeito ao que foi colocado aqui do decreto, aonde realmente a Dra. Aparecida já bem colocou, que através do Decreto 6.214, que regulamen-

ta o BPC, introduziu-se um dispositivo onde tentava explicitar que é admissível que o beneficiário, tendo saído para enfrentar uma oportunidade de trabalho, uma experiência de trabalho, é admissível o retorno dele ao BPC. Então tem esse dispositivo colocado no formato em que na medida em que ele sai para uma experiência do trabalho, esse benefício é cessado. Então no retorno, ao tentar requerer novamente o BPC, então trata-se aí de uma nova concessão do benefício. E o que tem sido colocado é que isso não garante ao beneficiário esse retorno e que, portanto, a demanda é para que realmente se tenha algum outro procedimento que possa, antes de ele deixar o benefício, ele ter algo que possa realmente assegurar esse retorno, não é isso? Então é isso que está posto.

Bom, essa concepção, ela, hoje, é mais plausível a ser considerada, uma vez que nós estamos tratando aqui também de uma nova concepção da incapacidade e o próprio decreto de regulamentação do BPC já traz isso. Ao regular isso, ele já considera que a incapacidade não está apenas com o atributo da pessoa, mas também ele está em função da relação da pessoa com o seu meio. Portanto, é perfeitamente admissível considerarmos que uma pessoa com deficiência seja reconhecida como beneficiário e é legível ao BPC num determinado momento, e mesmo depois ela tendo trabalhado, num outro segundo momento tornar a considerá-la como legível ao BPC. Isso tem como fundamento essa concepção da incapacidade e que tem também correspondência com o conceito de deficiência que é trazido também pela Convenção da ONU dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que foi ratificada pelo País. E para isso, então, foi também introduzida uma nova forma de avaliar a pessoa com deficiência que requer o BPC, já que foi implementado pelo INSS, a partir de junho do ano passado, que envolve uma avaliação médica, uma avaliação social exatamente permitindo aí introduzir esses outros elementos, aonde é possível relacionar a limitação corporal com o ambiente que essa pessoa tem e aí traduzir na prática esse novo conceito da incapacidade.

Também foi introduzido e vai ser introduzido para novos formulários que vão ser incorporados aí num novo sistema de informação na Previdência Social, campos onde a gente pode coletar mais informações no que diz respeito a essa relação do beneficiário com a situação de trabalho pretérita, como também informações com relação ao seu retorno, se se trata de uma avaliação da incapacidade de uma pessoa que já teve essa experiência de estar no benefício, ter ido ao trabalho e estar de volta ao benefício. Então isso vai estar identificado em formulários que estão que foram criados, mas ainda não foram implementados.

Porque quando se pergunta hoje qual que é o grau de implementação desse dispositivo que está no decreto, nós temos a dificuldade de realmente responder isso com número, porque isso não está registrado. Então a não ser que fosse feita uma pesquisa, direta ou indireta, para poder dizer quantos são essas pessoas que já estiveram no benefício, foram ao mercado de trabalho e tentaram voltar ao BPC. Qual foi o resultado disso? Conseguiu acessar o benefício novamente ou não? Para isso teria que se fazer pesquisas, porque a gente não tem nenhum registro direto, campo direto nos nossos sistema. Então agora a gente vai passar a ter com os novos formulários.

E a gente tem também em outros, em outros formulários, inclusive no questionário do BPC na Escola, a gente também indaga para os beneficiários acima de 14 anos se tem interesse de ingressar no mercado de trabalho. E a gente pode dizer aqui, do que já apuramos até agora, 26% desses mostram que tem um interesse de inserção no mercado de trabalho. E se tem alguma formação profissional ou que esteja participando de alguma experiência profissional, a gente tem apenas 2%. Então é uma relação aí realmente muito baixa entre os interesses, a própria ação, a oportunidade que está sendo dada a essas pessoas.

E aí a gente quer fechar com uma proposta, que a gente traz aqui para discutir, já fizemos uma discussão prévia com o INSS, fizemos também uma discussão com a área jurídica também do Ministério no sentido de buscar, dar legalidade a uma reforma a esse estatuto aí da relação BPC com o trabalho, esse retorno depois do trabalho ao BPC. Então a gente tem aqui algumas linhas que a gente traz e se coloca aqui à disposição exatamente para o debate.

Criando a possibilidade de suspensão do pagamento do BPC por um motivo específico, que teria que ser criado, que seria o motivo específico de inserção formal no mercado de trabalho, porque hoje o benefício é cessado. Então criaria a suspensão do pagamento e a possibilidade, portanto, de reativar o BPC mediante a comprovação da cessação do trabalho, isso para aquele que não tiver adquirido um período de carência para o benefício previdenciário ou não tiver, portanto, adquirido qualquer direito a benefício previdenciário. Seria um restabelecimento que não seria cumulável com o seguro desemprego, obviamente, e aí essa reativação contaria a partir do dia posterior ao último dia de trabalho ou, então, do último dia pago pelo seguro desemprego. Estaria sujeito, essa reativação do benefício, para cumprir aquele dispositivo de revisão bienal. A gente teria que, retomando o benefício no ponto onde parou, uma vez que há uma suspensão, então ele volta, reativa a partir daquela data... Reati-

va a partir daquela data. Não. Recomeça a contagem do prazo para a revisão bienal a partir daquela data onde ele saiu do benefício, que o benefício foi suspenso. A gente entende de que esse é um processo que não basta a gente deixar por conta de sistemas para poder estar fazendo esse acompanhamento, o que é que estaria sendo essa experiência de ida ao trabalho e retorno. Então a gente acredita que esse é um processo que teria que ter um acompanhamento técnico dessa inserção no mercado de trabalho, algo que realmente não fique só num ponto de vista formal esse acompanhamento.

Então é isso que a gente traz como proposta. Eu acredito aqui que o Brunca tenha condições de complementar e, também, debater essa proposta além do ponto que a gente está colocando. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem, Maria José. Agradeço a participação nesse momento e passo em seguida a palavra ao Benedito Adalberto Brunca, que é Diretor de Benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

SR. BENEDITO ADALBERTO BRUNCA: Bem, boa-tarde a todos e a todas. Eu quero saudar o Senador Flávio Arns pela iniciativa de estar realizando esse debate.

Dizer que o INSS, ele é o operacionalizador do Regime Geral de Previdência Social, que comporta aí 24 milhões de beneficiários pagos todos os meses, e agregado a essa responsabilidade por decreto também assume a responsabilidade da operacionalização do Benefício de Prestação Continuada, que foi exposto pela Maria José. Habitualmente quando vamos a Audiências em separado a gente faz cada um a nossa apresentação; quando estamos juntos a gente faz a mesma, porque os dados são os que são expostos. O INSS, ele apenas executa e cumpre aquilo que está contido dentro da lei, do decreto e das orientações de quem formula a política no âmbito do Benefício da Prestação Continuada.

Dizer que a parte final que foi exposta, em relação à proposta, um possível encaminhamento como decorrência desse debate que aqui está estabelecido, deve-se ao fato de que na verdade o enfrentamento do desafio de pensar o retorno ao mercado de trabalho não é algo muito simples do ponto de vista... Nem da perspectiva das chances que essa parte da população que recebe o BPC tenha do ponto de vista de formação, do ponto de vista das condições objetivas para poder entrarem no mercado de trabalho, e tampouco é de fácil execução do ponto de vista do INSS também, porque não podemos carregar essa situação com um grau de subjetividade do ponto de vista do direito. O direito tem que de alguma forma ser muito claramente colocado.

E a gente precisa ressaltar que a forma exposta no art. 25 do Decreto 6.214, que foi a primeira iniciativa nesse sentido, ela ainda não alcançou o âmbito que se deseja dentro do debate que está sendo colocado dentro da Comissão hoje, porque está se falando em relação... Hoje já é possível sim que a pessoa queira voltar ao mercado de trabalho. O problema é que ela não vai ter garantias de que esse benefício seja restabelecido, porque se trata dentro do decreto do uso de uma expressão que do ponto de vista operacional do INSS é terminativa, fala em cessação do benefício. E aí tanto a cessação do benefício previdenciário quanto o assistencial significa o seu fim. E garante o direito, e isso tem sido garantido, quanto à possibilidade de um novo requerimento. Isso é facultado, isso é amplamente respeitado pelo INSS, mas necessariamente a verificação das condições que deram origem ao benefício anterior terão que ser reavaliadas à luz do novo pedido, que é o momento em que está sendo de fato recolocado o direito.

Então o INSS tem essa dificuldade objetiva para poder superar ou enfrentar esse debate de uma maneira um pouco mais facilitada, digamos assim, e temos que ter também do lado do INSS a mesma segurança que se busca para o lado do beneficiário. O beneficiário precisa desse amparo dizendo que ele, quando volta ao mercado de trabalho, ele não perderá o direito ao benefício assistencial. O INSS também é extremamente fiscalizado por todos os órgãos de controle, CGU, TCU, mesmo o Ministério Público também tem uma série de iniciativas tendentes a verificar se estamos cumprindo adequadamente com as nossas obrigações, e permitir nos termos da legislação atual que uma pessoa retorne ao trabalho e que não seja cessado o benefício, imporá ao servidor que tomou conhecimento dessa medida o risco de que ele responda administrativamente pela não cessação desse benefício. Então há essa dualidade que não contribui hoje para o efeito de uma verificação de um fato novo em relação a essas medidas que, por ventura, sejam adotadas.

Debatemos com o MDS na semana passada a respeito do entorno que estamos aqui hoje estabelecendo, e é possível, sim, de alguma forma avançarmos para o conjunto de medidas que foram aqui sintetizadas na última parte da apresentação exposta pela Maria José. Mas é importante também destacar que nós vamos precisar enfrentar algumas regras de direito bastante complexas, porque a partir do momento – e o Rogério destacou isso muito bem quando fala da questão do contrato de trabalho – em que alguém é admitido e registrado, ele naquele dia passa a ser detentor de um conjunto de direitos da Previdência Social. Ele estará coberto, dependendo das circunstâncias e riscos

a que ele esteja sujeito, a partir do primeiro dia de trabalho, se ocorrer após esse registro o falecimento do segurado, seja ele ou não oriundo de recebimento do BPC, ele já tem um outro direito, que não é o direito de voltar ao BPC, mas é um direito à pensão. Não há carência para a obtenção desse benefício.

Então, a partir do primeiro dia do trabalho, isso já está configurado. Para algumas espécies de benefícios, como o auxílio-doença e até o acidente do trabalho, que são situações fáticas que podem ocorrer com qualquer trabalhador, em muitos casos também não se exige carência. Então o que nós estamos refletindo é: qual é o momento do corte para estabelecermos que ele perpetuará a perspectiva do retorno ao BPC sem conflitar de modo muito grave com os novos direitos que ele adquire a partir do fato de ele estar no mercado de trabalho e, portanto, amparados pelo Regime Geral de Previdência Social. Porque, por outro lado, eu acho que a expectativa que está sendo colocada em debate não é criar dois direitos, mas é criar, quem sabe, uma salvaguarda, alguma forma de opção na medida em que ele não implemente esse outro direito. E aí ficaríamos dependentes. Então já mencionei o caso da pensão, que basta um dia de trabalho para que ele possa estar protegido, basta um dia de trabalho para que ele possa estar protegido no caso de acidente do trabalho ou auxílio-doença que isente de carência, dependendo do agravamento que se coloca na condição nova que se apresente, mas há também os casos que não sejam decorrentes de acidente do trabalho ou acidentes de qualquer natureza ou causa em que se adquire a carência a partir de um ano, como regra. Passado um ano, ele estaria apto para poder ser submetido e pleitear benefícios, tanto o auxílio-doença quanto a aposentadoria por invalidez, que não sejam aquelas preexistentes ao ingresso no Regime Geral. Esse é um outro fato que a Lei do Regime Geral já estabelece, a Lei 8.213. Portanto, fica sinalizado ou fica um pouco mais patente que o prazo, quem sabe, para eventual suspensão do direito e não cessação do benefício deveria permear algo em torno de pelo menos um ano, de pelo menos um ano. Mas quando ultrapassa esse ano, há que se considerar que o que nós estamos falando é de expectativa de direito, não significa direito efetivo, porque ele pode ultrapassar um ano, pode ter necessidade de pleitear, digamos, um benefício auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, mas ela não ser reconhecida enquanto critérios de avaliação estabelecidos pela Previdência Social. E aí ultrapassado esse um ano ele perderia o direito ao benefício assistencial, mas não teria direitos ainda configurados dentro do novo regime de previdência. Então continuaríamos, em princípio, a descoberta

dentro de um processo de busca de proteção, de estímulo a um retorno ao trabalho de modo incentivado, digamos assim.

Então são essas algumas das considerações que gostaríamos de deixar registrado aqui dentro dessa Audiência para simplesmente não justificar a situação de descumprimento, até porque ela não está ocorrendo. Ela está ocorrendo dentro dos limites daquilo que tinha sido posto e o que eu estou entendendo é que o que está posto não é suficiente para aquilo que se espera. Então nós temos que construir essa nova realidade do que se espera tentando achar um ponto de equilíbrio a respeito da coexistência desses dois direitos e que ele, efetivamente, possa alternativamente exercer esses direitos na medida em que se registre essa necessidade.

Tecnicamente, comentávamos isso na semana passada com a Maria José, do Ministério do Desenvolvimento, tecnicamente nós temos condições de nos adaptar a regras novas que sejam estabelecidas. A gente precisa só de fato de que o estado, como um todo, o Estado Brasileiro, sinalize qual é o limite desse novo parâmetro que estaríamos seguindo. Ainda que o fato de que a gente adapte a essa nova realidade para cumprir essa expectativa de proteção num eventual retorno ao mercado de trabalho possa ser enfatizado à luz daquilo que se espera aqui o debate da comissão.

A título de ilustração, já caminhando para o final da minha abordagem, isso existe em relação aos benefícios das aposentadorias por invalidez. Há um artigo na lei que estabelece um período de retorno ao trabalho, mesmo de quem já esteve no trabalho, foi aposentado por invalidez, mas que há um interesse de que ele tenha esse direito de estar exercendo essa atividade novamente, e há um retorno ao trabalho dentro do conceito da aposentadoria por invalidez, inclusive cumulando com pagamentos de benefícios previdenciários. Nos primeiros seis meses com uma redução em 75%, nos outros seis meses com uma redução de 50% e nos últimos seis meses com uma redução de 25%, ou seja, mesmo quem hoje é detentor de uma aposentadoria por invalidez, se manifestar um interesse em retornar ao trabalho, ele é estimulado neste sentido, desde que ele procure a Previdência Social e diga: "Eu quero voltar ao mercado de trabalho, quero receber este incentivo". Isso é factível, porque está estabelecido na lei e nós temos condições operacionais de poder executar essa medida.

Algo muito próximo a essa realidade deveria estar sendo construído também com a questão relativa ao BPC. Quem sabe, porque olhando a ótica agora não pelo BPC, mas pelo conceito da seguridade social,

as pessoas que estão sendo ampliadas pela política de assistência social estão sendo ampliadas por essa política porque não tem cobertura alguma dentro da política de previdência. Nem todas as pessoas que não têm amparo na política de previdência têm condições de se enquadrar nos critérios estabelecidos para o BPC.

Então há uma lacuna, situações muito concretas, em que as pessoas não têm amparo à seguridade, ao seguro social, à previdência, porque não têm a condição requisitada para poder estar amparado, e também não têm ao BPC porque não estão nas condições que estão impostas pela Lei 8.742 para que elas estejam colocadas.

Então há também, além desse conjunto de pessoas que já recebem o BPC, uma parcela da população que poderia, em tese, ser alvo dessas políticas de inserção no mercado de trabalho. Quem sabe muito mais por aquele que recebeu o direito, aqueles que tiveram o seu indeferimento. E o volume, a quantidade de benefícios requeridos por mês, ela é muito expressiva dentro da Previdência Social, são 720 mil benefícios requeridos novos por mês, desses uma parcela bastante significativa de Benefício da Prestação Continuada, desses uma parcela de pessoas com deficiência e a parcela de cobertura em função ou da renda ou do enquadramento nas condições ambientais, mesmo com a nova qualificação internacional de funcionalidades, não ensinam as condições.

Então, na verdade, nós conhecemos essas pessoas, temos os seus endereços, temos, quem sabe, aí uma perspectiva ou uma tarefa que se nós não temos, em tese, possibilidade, pelo perfil que aqui foi demonstrado ou de idade ou do perfil do enquadramento das deficiências, quem sabe utilizar esse outro cadastro de quem busca a proteção ao benefício, mas não o tem porque está nesse limbo entre a legislação do seguro e a legislação da assistência social, ser quem sabe desse público que está excluído, verdadeiramente excluído, a chance de estar encontrando um caminho de percurso aí para a gente poder, quem sabe, atender a expectativa, e essas pessoas de fato não têm nem o BPC, que é um salário, nem qualquer tipo de benefício previdenciário [soa a campainha].

Eu encerro aqui pontualmente a minha observação.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Só quero dizer que teria mais um minuto [risos].

SR. BENEDITO ADALBERTO BRUNCA: O primeiro toque me assustou.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Eu passo em seguida a palavra à Ana Paula Crosara Resende, que é Diretora de Políticas Temáticas da Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidente da República.

Só antes de passar a palavra a você, Ana Paula, eu só gostaria também de destacar a presença, além das pessoas já mencionadas antes, do Luiz Maurício, que é do Fórum Permanente de Apoio e Defesa das Pessoas com Deficiência do Distrito Federal e Entorno.

Com a palavra, então, Ana Paula.

SRA. ANA PAULA CROSARA RESENDE: Boa-tarde. Falo fora do microfone para que as pessoas com deficiência visual possam localizar onde eu estou.

Boa-tarde. Gostaria de agradecer e cumprimentar a Mesa na pessoa do Senador Flávio Arns e de trazer o abraço do Ministro Paulo Vannuchi pela realização dessa Audiência Pública dando visibilidade ao tema e, também, pela inclusão na discussão da Secretaria de Direitos Humanos, afinal de contas nós estamos também tratando do tema de direitos humanos.

Eu gostaria de começar pela ratificação da Convenção no Brasil e aí queria parabenizar mais uma vez o Senado Federal pela impressão já da Constituição, na Constituição da República Federativa do Brasil, com o Decreto Legislativo 186, de 2008, que traz a Convenção no seu papel de equivalência de emenda constitucional e isso é uma forma de educar em direitos humanos, isso é uma forma de fazer com que as pessoas entendam que essa Convenção veio como parte da nossa Constituição exatamente para ser cumprida, para ser implementada em todos os seus aspectos. Não só a Convenção, como também o protocolo facultativo.

Bom, para começar a dar um pouco mais de contraditório aqui, eu queria mencionar que as quotas, mesmo que integralmente cumpridas, elas não serão suficientes para que todas as pessoas com deficiência se tornem empregadas, se tornem trabalhadoras. Então a gente tem que considerar que o BPC e o mercado de trabalho, como já foi dito aqui, são situações distintas, são situações que merecem a nossa atenção, mas que são institutos distintos, não só de direitos, mas que são direitos constitucionais distintos também.

Com relação à contratação de pessoas com deficiência e com relação à “desculpa oficial” que é utilizada hoje pelas empresas de que elas precisam das pessoas que recebem BPC para cumprir as quotas, isso, como eu falei, é uma bela justificativa, mas que, na verdade, os critérios de seleção, os critérios de

remuneração também, não conseguem atingir. Você viver muitas vezes com um salário mínimo, apesar da garantia constitucional de que o salário mínimo deveria garantir moradia, alimentação, vestuário, etc., etc., tudo que está previsto, a gente sabe que isso não é muito real, e que as pessoas para conseguirem viver com o salário mínimo na verdade fazem uma bela ginástica e é um pouco do jeitinho brasileiro, para o lado positivo, para tentar fazer com que as pessoas consigam minimamente essa subsistência. Então essa história porque as pessoas estão no BPC não têm pessoas para serem contratadas, pessoas com deficiência, isso não nos parece muito plausível.

Bom, os baixos salários também atrapalham e no caso da demissão das pessoas com deficiência logo após a fiscalização do cumprimento das quotas, na verdade isso trata-se de uma má-fé, porque a empresa, ela é obrigada não só a contratar, mas manter. E se ela demite uma pessoa com deficiência sem a contratação de uma outra pessoa com deficiência para aquela mesma empresa, a primeira pessoa com deficiência que foi demitida, ela pode inclusive buscar o Poder Judiciário para que seja garantida a “estabilidade”, porque a empresa não pode demitir sem contratar uma outra pessoa com deficiência para essa vaga.

Antes de continuar, eu quero fazer um destaque: que essa própria Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, ela traz principalmente a equiparação de oportunidades como um dos requisitos fundamentais. E ela traz, também, a acessibilidade como um direito fim e um direito meio. E o que é que a acessibilidade tem a ver tanto com o BPC quanto com o mercado de trabalho? Em muitos momentos a acessibilidade é o que vai fazer a grande diferença entre a exclusão e a inclusão. Nós não estamos dizendo que o Brasil está perfeito, mas nós estamos dizendo que é um conjunto de direitos que precisam ser efetivados e exercidos para que a pessoa com deficiência consiga essa equiparação de oportunidades, porque em muitos casos também não adianta a empresa dizer “vou contratar”, se de repente ela não oferece um software leitor de telas, por exemplo, para que as pessoas com deficiência visual possam trabalhar, para que a pessoa possa trabalhar, ou que ela não ofereça um banheiro para que a pessoa com deficiência física possa fazer as suas necessidades fisiológicas básicas. Então nós precisamos pensar nesse complexo de direitos a serem exercitados para garantir essa plena inclusão no mercado de trabalho.

Eu venho falando, desde sempre, que na minha opinião o BPC na Escola, esse problema BPC na Escola é uma revolução que está sendo feita no Brasil, uma revolução para o lado positivo, porque no cruzamento

de que 70% das crianças de 0 a 18 anos que recebiam o BPC estavam fora da escola, isso é um dado alarmante. Então investimentos maciços do governo federal estão sendo feitos para garantir a acessibilidade na escola, salas multifuncionais, com recursos multifuncionais, para garantir a acessibilidade no entorno da escola, transporte adaptado quando necessário. E a agenda social que foi lançada pelo Presidente Lula vem exatamente para ajudar a operacionalizar esses direitos, para ajudar a operacionalizar e garantir a plena inclusão da pessoa com deficiência.

Nós estamos falando de um país continental, então nós temos que ter, claro, por mais que esse trabalho seja muito bem feito e seja muito bem realizado, o Brasil é muito grande. Então nós vamos levar um tempo, como a gente brinca, num processo para que todas as pessoas tenham acesso a esse direito. Eu não estou dizendo para que as pessoas se conformem e que não exercitem. Mas só para dar um dado que já foi falado aqui, 47% dos municípios do Brasil, algo em torno de 2.622 municípios já aderiram ao BPC na Escola e todos os estados e o Distrito Federal também. Então é um programa de curto, médio e longo prazo, o BPC na Escola, mas que vai trazer benefícios futuros e presentes para o enfrentamento da questão da pobreza e da questão da deficiência para que a gente consiga romper esse ciclo vicioso que ainda está instalado, não é só no Brasil, mas no mundo inteiro, com relação às pessoas com deficiência.

Um dos produtos também da agenda social é uma campanha educativa que se chama “Iguais na Diferença”, que eu trouxe para a gente poder assistir, que eu queria dizer assim que fundamentalmente o que nós precisamos é encarar a deficiência como mais uma característica das pessoas, porque se a gente encarar a deficiência como mais uma característica de pessoas, seres humanos, nós vamos ver e entender que a desqualificação para o mercado de trabalho não é só da pessoa com deficiência; a questão da baixa escolaridade não é só da pessoa com deficiência. Então não dá para dizer que só a pessoa com deficiência não tem a qualificação para o mercado de trabalho, que só a pessoa com deficiência não está em patamares elevados de escolaridade. Nós estamos num contexto e claro que a pessoa com deficiência vai ter maiores dificuldades, até porque a gente ainda vive num mundo de exclusão, num mundo em que em muitos momentos nós somos considerados “extraterrestres”, como se a gente ainda não fosse gente, para o imaginário coletivo.

Então eu queria pedir para passar o vídeo. Eu quero, primeiro, sem audiodescrição. Eu queria pedir que vocês todos prestem atenção. São 30 segundos, tá?

[exibição de vídeo]

“Eu não sou diferente de ninguém, quase todo mundo faz assim. Eu me viro bem melhor quando está mais para bom do que para ruim. Não quero causar impacto, nem tampouco sensação. O que eu digo é muito exato, é o que cabe na canção. Eu não sei viver triste e sozinho, é a minha condição”.

Iguais na Diferença. Campanha pela inclusão das pessoas com deficiência.

SRA. ANA PAULA CROSARA RESENDE: Eu queria que passasse agora com o audiodescrição para vocês entenderem a importância que tem os recursos de acessibilidade disponibilizados para que todos possam participar em igualdade de condições.

[exibição de vídeo]

“Em um centro urbano, uma mulher caminha conduzida por um cão-guia. Uma moça faz sinal para um ônibus, que para. Dentro, o motorista canta. Um rapaz cadeirante desce do ônibus, que é acessível. Uma ciclista passa por um grupo de amigos que conversa em língua de sinais. Um rapaz com Síndrome de Down trabalha em uma loja de discos. Uma banda de rock toda em estúdio. Funcionários, entre eles um cadeirante, um escritório. Na calçada todos cantam juntos.”

Iguais na Diferença. Campanha pela inclusão das pessoas com deficiência.

SRA. ANA PAULA CROSARA RESENDE: Bom, esse foi o primeiro comercial com os três recursos de acessibilidade para que todas as pessoas possam entendê-lo. Esse esses recursos são: a legenda, o intérprete de libras e a audiodescrição. Então, tanto as pessoas surdas quanto as pessoas cegas podem acompanhar; e tanto as pessoas surdas oralizadas quanto as pessoas surdas usuárias da Libras podem acompanhar esse comercial. Ele também está disponível no YOUTUBE para que todo mundo possa, se quiser, ter, acompanhar, baixar, assistir, divulgar, difundir.

E por que é necessário que a gente faça uma campanha como essa de utilidade pública? Exatamente para desmistificar, para desmistificar que a pessoa com deficiência no mercado de trabalho não vai ser produtiva, para desmistificar que a pessoa com deficiência... Para, na verdade, reafirmar para o imaginário coletivo que a pessoa com deficiência é gente, é ser humano, e que com as mesmas condições, o exercício dos direitos, esse exercício será facilitado.

É importante também que a gente destaque a letra da música: “Eu não sou diferente de ninguém, quase todo mundo faz assim. Eu me viro bem melhor quando está mais para bom do que para ruim. Não quero causar impacto, nem tampouco sensação. O que sinto é muito exato, é o que cabe na canção. Eu não sei viver triste e sozinho, é a minha condição”. E

que a deficiência é só uma condição que tem que ser compatibilizada com todas as outras condições no mercado de trabalho, seja garantindo acessibilidade no transporte, seja garantindo acessibilidade nas empresas, inclusive também, como já está assegurado, nos concursos públicos, na contratação de pessoas com deficiência através de concurso público. Nos estudos que nós temos, a gente percebe uma grande diferença salarial também entre o que paga a iniciativa privada para pessoas com deficiência e o que remunera o setor público, o estado, a administração pública, para pessoas com deficiência que ingressam no mercado de trabalho através das quotas, que são constitucionalmente estabelecidas.

Bom, eu acho que antes que apite a campainha... Vai apitar [soa a campainha].

Era isso, em síntese, que eu gostaria de trazer, agradecer mais uma vez e me disponibilizar para que a gente possa passar para o debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço também nesse momento a participação da Ana Paula Resende.

Eu queria externar aos expositores e às pessoas que estão presentes que, em primeiro lugar, da minha parte, como Presidente da Subcomissão, considere, assim, extremamente importante, interessante e com bons encaminhamentos também. Nós precisamos, assim, agora convergir, afunilar para o encaminhamento propriamente dito desta Audiência Pública, quer dizer, há sugestões, o Rogério colocou de maneira interessante algumas sugestões, a Maria José foi pelo desenvolvimento social e o Benedito também, para que a gente possa agora ter assim em função do problema, do caso concreto, dizer especificamente para as pessoas que vão nos procurar o que é que vai ser feito. Quando eu estive na REATECH, que é a Feira de Reabilitação de Tecnologias à Disposição da Pessoa com Deficiência, em São Paulo, fui procurado por várias pessoas, mencionei a realização desta Audiência Pública, e agora, depois da Audiência Pública, quer dizer, além de eles poderem assistir ao que foi dito aqui, mas que a gente possa também dizer a essas pessoas: "Olha, o resultado foi o seguinte: temos a ideia, o prazo, esperamos que em tantos dias possamos dar o encaminhamento para ver se para vocês, pessoas com deficiência física, visual, auditiva, intelectual, está claro o que vai ser feito". Porque nós também temos o problema do Plenário, o Plenário começa às quatro horas, e se houver algum tipo de votação, eu não sei se vai haver mesmo assim votação de autoridades, não pode haver Comissões em funcionamento. Então isso dificultaria também o encaminhamento.

Então eu faria o seguinte: eu pediria aos expositores, começando novamente com a Maria Aparecida Gugel, para que tivesse cinco minutos para dizer: "Olha, em função disto, gostaria que tal encaminhamento fosse feito". Em função deste posicionamento e que depois, na sequência, o Dr. Rogério, a Maria José, pudesse pensar. Por exemplo, eu gostei muito do que a Maria José colocou e do que o Benedito colocou também. Eu gostei muito, só que eu penso assim: a gente precisa ter alguma coisa formal agora para dizer para as pessoas: "Olha, está escrito aqui, tem o documento, tem um decreto, tem alguma coisa ou não tem ainda. Então tá bom, foi discutido na semana passada. Então nós precisamos ter um prazo de tanto tempo, alguma coisa, para que isso venha por escrito". Por exemplo, apreciei sobremaneira quando o Benedito também colocou – ele já participou dos grupos de trabalho, assim como a Maria José e o Benedito também –, quando ele colocou: "Olha, poderia até acumular talvez". Eu achei muito interessante, acumular, porque vai começar a trabalhar e ganha menos do que o salário mínimo. Por que não ter alternativas aí também, o que facilitaria com que um contingente grande de pessoas dissesse: "Não, eu vou me interessar pelo mundo do trabalho, que é muito mais interessante por um conjunto de razões – que nem foi colocado, não é Benedito, por um conjunto de razões me interessar –, ter o seguro social, quero, sem dúvida, a previdência, vou me esforçar para isto, vou fazer aí a educação de jovens e adultos, alguma coisa a mais e tal", porque aí tem uma perspectiva de sair daqui e ir para lá. Mas caso dê alguma "zebra" do lado de lá eu tenho a garantia de que também alguma coisa que vá ser uma renda mínima dentro desse conceito, que também está correto, eu possa também viver sem problema. Então é nesse sentido que eu penso.

Bom, o que foi dito foi muito interessante, na minha opinião. Agora pensar assim: bom, em função do que foi dito, onde que nós vamos chegar, quando, de que maneira, para que essa Audiência, a gente diga assim: essa Audiência vai ter o desdobramento que é o resultado concreto, não é Maria José, disso tudo que você colocou e que eu acho que está, me parece, salvo melhor juízo, que está bem colocado, quer dizer, é isso, é isso que se deseja, só que assim ver quando que isto vai acontecer, de que forma.

Então eu começo com a Maria Aparecida, de novo. Cinco minutos estaria bom?

SRA. MARIA APARECIDA GUGEL: Volto a dizer que os dados são incontestáveis. Eu também, senador, gostei muito das colocações da Maria José e do Dr. Brunca, porque eles nos dão a devida dimensão do problema que queremos atacar. Então nessa

distribuição dos benefícios a gente percebe que as pessoas entre 16 e 45 anos são o maior contingentes dentro do Benefício da Prestação Continuada, os números apresentados pela Maria José, e estas pessoas, pelos comandos constitucionais, pelos comandos trazidos pela nova Convenção da ONU, ficam mais evidentes ainda e fica mais evidente ainda a necessidade de se fazer essa tentativa de ultrapassar a assistência social, de que a assistência social seja só um primeiro momento na vida dessa pessoa, que ela não permaneça demasiadamente no Benefício da Prestação Continuada. Então que essa entrada na assistência lhe permita, através de programas de alfabetização e de qualificação profissional, alcançar esse rumo que a Convenção nos dá e que a nossa Constituição nos dá desde 1988, que é a vida independente e independência pessoal e econômica. Então o que nós estamos estimando é que esse grupo produtivo que hoje está no BPC possa ter o direito de vir para o mundo do trabalho, independentemente de qual área, se no setor formal ou trabalho autônomo, etc.

Mas o que é que nós precisamos? Nós precisamos... E um detalhe: essa saída da assistência permitirá a entrada de outros que dela também necessitam. Então a gente tem que ver esses vários mundos que cercam a pessoa com deficiência.

Então o encaminhamento, eu acho que está perfeita a colocação, sabe Maria José, mas nós teríamos que ter isto claramente detalhado. Não sei se por meio do decreto ou uma portaria interministerial dizendo: "Olha, é possível..." Agora, já entendemos que há a impossibilidade da suspensão por questões técnicas e que o correto é dizer a cessação do benefício pela entrada no mundo do trabalho--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Suspensão, eu acho que é ao contrário.

SRA. MARIA APARECIDA GUGEL: O decreto fala em suspensão e cessação em vários momentos. E ele fala em suspensão quando há irregularidade e é aqui que surge o problema, porque suspender para exercer um direito garantido constitucionalmente não é uma irregularidade, muito pelo contrário. Então é o próprio decreto que tem que ser alterado nestes pontos para permitir e dar esta garantia à pessoa com deficiência que hoje recebe o BPC de que, ingressando no mundo do trabalho, ela terá suspenso o seu benefício. E esse prazo que o Dr. Brunca coloca como plausível de um ano, porque ele se coaduna com inclusive as questões da Consolidação das Leis do Trabalho quando fala de adquirir o direito a seguro desemprego a partir de um ano do trabalho, tudo isso teria que ficar claro neste documento comum entre o MDS e o Ministério da Previdência Social. Prazos estabelecidos,

os critérios que serão avaliados, deixar mais claros que critérios são esses, os critérios da funcionalidade da pessoa, como é que ela está no seu mundo hoje, como é que ela está vivendo o seu mundo hoje após a entrada no trabalho. O que a gente quer é que ela consiga sobreviver só com esse trabalho, mas se eventualmente ela não conseguir aí permanecer, então que mecanismos são esses, que avaliações são essas que serão necessárias para ela retornar a essa segurança, a essa garantia constitucional que é a assistência social também.

Então me parece que deixar isto claro em documento para a pessoa com deficiência e, sobretudo, para as famílias das pessoas com deficiência que recebem o BPC. Nós sabemos que o BPC sustenta as famílias. Então isso precisa ficar claro. E a família precisa estar receptiva para isso, caso contrário a família também interfere negativamente na saída da pessoa com deficiência da assistência social. E pensar que isso é um ganho para o cofre público também, porque ao ir para o mercado de trabalho a pessoa com deficiência passa a contribuir. Então, na verdade, indiretamente ela contribuirá para que uma outra pessoa com deficiência possa alcançar a garantia da assistência também.

Então são várias vias aí que a gente estaria cobrindo, mas necessariamente o meu encaminhamento é este, de detalhamento da norma, se possível uma alteração do decreto, porque tem essa impropriedade técnica, e clareza no procedimento que será adotado para que nós possamos também, ao promover o direito junto às pessoas com deficiência, dar o mínimo de garantias a elas de que elas estão seguras sim em optar ir para o mercado de trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Eu só quero dizer que a família estar receptiva depende muito da segurança que essa família vai ter e essa segurança é justamente esse detalhamento que a Maria Aparecida Gugel se refere.

Passo, em seguida, a palavra então ao Rogério Lopes Costa Reis, do Ministério do Trabalho.

SR. ROGÉRIO LOPES COSTA REIS: Obrigada. Eu gostaria de manifestar, mais uma vez, que eu acho que você vai proporcionar a possibilidade de essas pessoas buscarem o mercado de trabalho, obviamente o que nos interessa aqui seria o mercado formal, mesmo que ele busque o autônomo ou... Você incentiva ele ir para o mercado de trabalho se você garantir que esse benefício não será cortado. Hoje não tem essa condição. Eu acho que isso poderia ser uma medida a longo prazo para reverter a natureza do benefício em uma renda mínima para essas pessoas, ficar permanente.

Agora com esse problema mais imediato do decreto, que pelo jeito ele não vai ser utilizado, porque do jeito que está nenhuma pessoa vai querer sair dessa possibilidade de receber e não saber se volta. Isso é uma faca na garganta da pessoa. Nós não temos como justificar uma pessoa sair do BPC para, talvez, você poderá vir a voltar para o benefício. Você vai fazer um novo requerimento, vai ficar meses esperando uma nova avaliação. E aí, vai receber quando? Pode ficar um ano, seis meses sem receber nada. Então não tem lógica. Eu acho que para esse problema, pelo posicionamento que colocou o colega do INSS, tem que alterar o decreto mudando esse termo: não é cessação, é suspensão do benefício com garantia de retorno automático ao benefício, podendo a previdência, a qualquer momento, chamar a pessoa para nova avaliação, que aí é uma outra questão, que ela vai fazer só um monitoramento se as condições permanecem. Mas enquanto o INSS não tiver condições de fazer esse monitoramento, já garante o retorno dessa pessoa após a rescisão contratual ou o final do recebimento do seguro-desemprego.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Só quero dizer, Rogério, que você está inspirado hoje [risos]. Sempre está, mas hoje de uma maneira particular. Então parabéns, está muito claro. Eu brinco assim porque eu já conheço também o Rogério há mais tempo, mas hoje ele foi... Sempre é, mas hoje, de uma maneira particular, extremamente claro. Maria José de Freitas.

SRA. MARIA JOSÉ DE FREITAS: Bom, eu fico realmente satisfeita de a gente estar aqui trazendo e discutindo uma proposta realmente que tem acolhida, que de alguma forma tem aí o sinal de que realmente é uma resposta à indagação e até o motivo dessa Audiência.

Quero afirmar que sim, o procedimento pensado é realmente instituir essa alteração, considerando uma suspensão do benefício para a experiência do trabalho, através de decreto. Nós já estamos trabalhando uma minuta de um decreto do BPC, do regulamento do BPC em função de outras alterações que são necessárias e essa seria mais uma delas. Então a gente, efetivamente nós já estamos trabalhando nessa minuta. Após o decreto teremos também necessidade de emitir uma portaria onde vai estar também trazendo o detalhamento dos procedimentos operacionais relacionados ao que vier ser disposto no decreto, que o decreto tem um limite aí exatamente de dispositivos; detalhes mais operacionais nós vamos ter que depois trazer numa portaria.

Em termos de prazo, eu gostaria, primeiro, que o Brunca se manifestasse, porque um tempo de tramitação de decreto do qual a gente perde um pouco a governabilidade, na medida em que a gente encaminha para a Casa Civil. Há um prazo aí que sempre nos escapa. Mas temos também que associar aí um tempo também que é de preparação dos procedimentos operacionais, isso envolve sistema e aí a gente precisaria de ouvir a Previdência Social.

No que diz respeito também a esse preparo da família, como abordou aí a Dra. Aparecida, a gente realmente entende que vai ter associado realmente à introdução de um novo mecanismo formal, a gente realmente precisa de ter um processo de contato com essas pessoas, com esses beneficiários, com essas famílias e com quem trabalha com eles na ponta. Sim, é necessário isso também. Não basta a gente dispor, igual nós estamos dispondo, por exemplo, de uma experiência piloto, como o BPC Trabalho lá em São Paulo e Santo André, e a partir daí as pessoas começarem a aderirem. Isso não é tão simples. Então sim, precisaríamos ter um trabalho inclusive com famílias sim, embora haja já uma garantia de retorno ao benefício. Ainda assim acho, acredito que a gente tenha que ter um trabalho. Com isso a gente passa a ter também de uma forma mais aprofundada uma relação do benefício com a área de serviços sócios assistências, assumidos pela Política de Assistência Social, aonde a gente já tem protocolo de gestão também integrada com gestores da assistência nos municípios no sentido de ter os beneficiários do BPC como um público prioritário das ações da assistência social na área de serviços. Então a gente pode contar com mecanismos também dessa ordem de forma a trabalhar essa nova situação.

Eu gostaria de apontar também, assim com relação ao que coloca a Dra. Aparecida, a assistência, ela sendo aí uma possibilidade de realmente promover a autonomia do cidadão, embora a gente também tenha que reconhecer que existem cidadãos que realmente dificilmente, pelo quadro de situação em que vivem e pelas oportunidades que a nossa sociedade oferece, a gente acredita que dificilmente, embora venhamos a ofertar novas possibilidades, dificilmente eles seriam pessoas que teriam chance de aproveitá-las. Então a gente sempre tem de contar também com o sistema de proteção da assistência social como algo para aqueles segmentos que dela sempre vão depender.

Na proposta do Rogério, no que diz respeito à renda mínima, a gente considera essa discussão, acho importante sim considerá-la em termos de longo prazo, e aí a gente tem que olhá-la dentro de um macro do sistema de proteção social brasileiro de uma forma mais alargada, não só para a pessoa com deficiência,

mas também de considerar a necessidade de podermos garantir e aperfeiçoar o nosso sistema no sentido de que realmente não tenha criança pobre sem realmente ter acesso a uma renda mínima, não tenha idoso que tenha, de alguma forma, trabalhado ao longo da vida e que não tenha uma renda mínima também. Então isso aí a gente colocaria no conjunto realmente assim, num tipo de uma discussão realmente futura que a gente precisa repensar aí em termos de processos de renda, de garantia de renda a segmentos de brasileiros que não têm forma de obtê-la através do seu trabalho, e mesmo tendo através do seu trabalho seriam situações, pessoas que têm necessidades especiais e que, portanto, tem uma manutenção aí também que precisa ter o suporte do estado, porque tem compromissos maiores em termos da situação de vida.

Então era isso. Muito obrigada. Agradeço aqui, mais uma vez, a oportunidade, viu senador, de a gente estar aí nesse processo de realmente aperfeiçoamento das nossas políticas sociais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu é que quero agradecer, em nome também dos senadores, mas de toda a população com deficiência, de suas famílias, que esperam assim um encaminhamento bom para a situação.

Passo, em seguida, a palavra ao Benedito Adalberto Brunca, INSS.

SR. BENEDITO ADALBERTO BRUNCA: Eu gostaria de prestar pelo menos dois esclarecimentos antes de falar a respeito da proposta em si.

Uma que é de suma importância, que às vezes há muita dúvida por parte da população, é assim do limite do ponto de vista do reconhecimento de direito aos benefícios, tanto benefícios previdenciários quanto benefícios assistenciais. Não há limite para poder ser reconhecidos direitos. Os direitos estão assegurados aqui pela Constituição, pela lei. Então não é a saída de alguém que vai abrir a oportunidade para que outro possa participar. É claro que ter o acesso ao benefício, ele é assegurado para toda a população brasileira. Só para não ficarmos às vezes com uma percepção de que temos um limite. Não temos. O limite é estabelecido em função do enquadramento nas condições estabelecidas legalmente e nós temos procurado fazer isso dentro de um tempo que seja razoável – e esse é o segundo esclarecimento, quer dizer, a gente já saiu de uma situação muito dramaticamente dramática há anos atrás, 2005, 2006, em que tínhamos uma dificuldade severa de poder atender a população de modo digno, de modo a ser feito essa análise dos processos em tempo razoável. Hoje essa não é a realidade mais que vivemos em termos de Previdência Social e de Assistência Social. No ano passado sim, tivemos

uma dificuldade e todos acompanharam esse debate em função da implantação do novo conceito da Classificação Internacional de Funcionalidades, porque nós dependíamos do ingresso de 900 assistentes sociais para poder fazer a avaliação e essas 900 assistentes sociais, por questões de concurso, tiveram a sua entrada retardada praticamente às vésperas da entrada em vigor do Decreto 6.214. Mas independente desse impacto a opção de governo foi não adiar novamente a dada da operacionalização desse novo conceito, que traria uma revolução do ponto de vista da avaliação das condições de acesso aos benefícios das pessoas com deficiência. Então em algumas localidades, em algumas cidades nós tivemos um efeito mais difícil de ser superado, mas nós hoje já superemos isso praticamente em todo o território nacional e temos os processos de agendamento de análise desses processos às vezes fixado aí em média em 26 dias, que é o tempo médio de análise de processos de benefícios do INSS, isso para 729 mil requerimentos/mês novos, quer dizer, a gente analisa oito milhões de pedidos novos/ano. Então esse é um outro esclarecimento.

Com base nas propostas, as propostas tinham sido debatidas no âmbito do MDS e INSS num primeiro estágio, quer dizer, à medida em que isso encontra ressonância no debate que aqui se realiza nesta data, nós vamos voltar para casa, tarefa de casa, refletir do ponto de vista formal, escrever as propostas, alinhar, desenhar os fluxos de trabalho, porque isso muda os fluxos de trabalho e os fluxos de sistema. Eu tenho que criar, junto à equipe que organiza isso no âmbito do INSS, a folha, porque quando nós rodamos a folha e geramos 27 milhões e 200 mil pagamentos/mês, as intervenções para mexer nesse sistema, elas são bastante sensíveis. Nós temos prazos entre as demandas que colocamos para poder alterar regras, alterar conceitos. Eu vou estar mudando o conceito do benefício, que ele não é... Passivo de uma revisão a cada dois anos, ele não é mais só ativo e cessado, ele vai ter que encontrar um status de suspenso e que nesse status de suspenso ele não pode encontrar outras incompatibilidades como vínculos, remunerações, recebimento às vezes de salário de seguro-desemprego. Então nós vamos procurar desenhar esses fluxos de trabalho. O que eu preciso dizer e deixar muito claro para a Comissão é que a despeito da determinação e da vontade em que nós queiramos fazer isso, nós dependemos de que isso seja operacionalizável pela nossa empresa lá de tecnologia de processamento de dados, a DATAPREV. Então não é um espaço de tempo muito curto entre pensar e fazer; pensar e elaborar o decreto é um tempo bastante menor.

A partir do decreto estar desenhado nós vamos demandar as alterações sistêmicas também e deixar tudo isso aguardando o momento em que o decreto seja aprovado para que a gente possa capacitar a todas os servidores do instituto, são 40 mil servidores no País, para poder tornar essa medida exequível. Mas o que deixamos claro aqui é que há esse entendimento, há esse compromisso, que estamos aqui de certa maneira assumindo hoje, para que nós conseguimos vencer essa etapa e trazer um cenário novo em relação ao Benefício de Prestação Continuada. Só vamos poder explicitar e tão logo a gente tenha o decreto e tenho a estimativa de prazos, a gente pode, através de documentos, encaminhar à Comissão para conhecimento. Eu não tenho condições aqui e agora de fixar: "Não, serão sessenta dias ou noventa dias". Isso a gente tem que, em função do desenho final do decreto, fazer o desenho, proposta para que a gente possa estar, de modo transparente, submetendo aqui à comissão para efeito de acompanhamento, que é um dos papéis relevantes que o Senado tem, de ver como que estamos andando com as nossas atividades.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bom. Passo a palavra à Ana Paula Resende, que é da Secretaria de Direitos Humanos da Presidente da República, Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

SRA. ANA PAULA CROSARA RESENDE: Para nós da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o exercício de todo e qualquer direito humano sempre será uma prioridade. Se as regras do BPC precisam ainda serem melhor esclarecidas, isso com certeza será feito e nós estaremos sempre à disposição para isso.

Mas eu queria, na verdade, fazer um convite para toda a população, para toda a população com e sem deficiência, para que exercite mais o seu direito de cidadania, para que exercite mais o seu papel de povo e que faça mesmo o controle social de todas as atividades da administração pública para que cada vez mais a administração pública esteja a serviço de todos. Então eu deixo aqui esse convite para que as pessoas com deficiência também se envolvam nesse debate, que enviem as suas sugestões, enfim, que as pessoas sem deficiência também participem desse contexto democrático, que é tão importante e tão caro para os direitos humanos e para o Brasil.

E, mais uma vez, parabenizar pela realização desse debate e nos colocar à disposição para colaborar naquilo que for possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço aos expositores, às exposito-

ras, a presença de todos vocês nesta Audiência Pública. Reitero também o convite para todos os que nos acompanham pela TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, Jornal do Senado, que tenham interesse nesse tema, que também entrem em contato com a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, uma Subcomissão permanente para a discussão dos assuntos da pessoa com deficiência, que é esta comissão, sugerindo, pensando, pensando em conjunto, refletindo sobre o que foi dito, porque, afinal, se todo mundo no Brasil pensar em conjunto, como também foi colocado, nós teremos aí uma perspectiva muito melhor de acertarmos na busca de um caminho viável para esta e outras dificuldades que vêm sendo enfrentadas pela área.

Agradeço a participação de todos, estou pessoalmente muito satisfeito com a realização desta Audiência Pública. Vamos acompanhar o processo, como foi sugerido também, penso que este seja o caminho correto também, porque implica em mudanças. Queremos já no meio tempo avançar naquilo que o Rogério colocou, com bastante propriedade também. Eu penso assim que as sugestões dadas podem assim melhorar e muito a inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho, que é um dos grandes desafios, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Parabéns a todos, agradeço pela presença.

Declaro encerrada a presente Audiência Pública. Obrigado.

Sessão encerrada às 16h47.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS.

Às quatorze horas e vinte e dois minutos, do dia vinte e sete de abril de dois mil e dez, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Paim, Presidente da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, com a presença dos Senadores Mozarildo Cavalcanti, Papaléo Paes e José Nery e das Senadoras Lúcia Vânia e Rosalba Ciarlini, presidente da Comissão de Assuntos Sociais, reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social. Deixam de comparecer os Senadores Adelmir Santana e Mão Santa. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião. O Presidente registra a presença das Senhoras Marinélma Macedo Gomes, Presidente da As-

sociação das Donas de Casa da Bahia; Maria das Graças Santos, Presidente das Donas de Casa do Goiás; Leila Regina Lopes Rebouças, Assistente Técnica do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA; Maria Eliene Pereira do Vale, Pescadora da Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB; Maria Lúcia Lopes de Oliveira, Secretária da Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB; Isabel Silva de Freitas, Marcha Mundial de Mulheres; Natalia Mori Cruz, Diretora Colegiada do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA e da Articulação de Mulheres Brasileiras; Patrícia Rangel, Assessora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA. O Presidente comunica que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública aprovada, atendendo ao Requerimento nº 35, de 2010-CAS, de sua iniciativa, para debater sobre “Os direitos da mulher no Sistema de Seguridade Social”, com a presença das seguintes convidadas: Cleusa Aparecida da Silva, Coordenadora de Participação e Democracia da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras – AMNB; Adriana Maria Mezadri, Coordenadora do Movimento de Mulheres Camponesas – MMC; Regina Maria Semião, Conselheira da Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD; Verônica Maria Ferreira, Representante da Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB; Hildete Pereira, Representante da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Após a exposição dos oradores, o Senhor Presidente da CASEMP, Senador Paulo Paim, propõe à Liderança do Governo a criação de um grupo de trabalho. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às quinze horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senador **Paulo Paim**, Presidente da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – CASEMP

3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL DE 2010, ÀS 14 HORAS E 22 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos iniciar nossa audiência. Essa é a 3ª

Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, em conjunto com a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião desta Subcomissão e da Comissão Permanente, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 1ª e 2ª reuniões de 2010. Os senadores e senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovadas.

A presente reunião destina-se à realização de uma Audiência Pública aprovada conforme Requerimento nº. 35, de 2010, da CAS, de minha iniciativa, para podermos debater os direitos da mulher no sistema de seguridade social.

Para tanto, convidamos a participar, de imediato, da Mesa, a Sra. Cleusa Aparecida da Silva, coordenadora de participação e democracia da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, AMNB [palmas].

Seja bem-vinda. Convidamos também Adriana Maria Mezadri, Coordenadora do Movimento de Mulheres Camponesas [palmas].

Convidamos Regina Maria Semião, Conselheira da Federação Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Domésticas. Está presente ou não? Está vindo. Tá. Muito bem. Quando ela chegar, ela vem direto para a Mesa.

Convidamos Verônica Maria Ferreira, Representante da Articulação de Mulheres Brasileiras, AMB [palmas].

Convidamos Eunice Léa de Moraes, Gerente de Projetos da Secretaria Especial de Política para as Mulheres da Presidência da República. Está vindo. Tudo bem, tudo bem.

Bom, de acordo com o art. 94, § 2º e 3º, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados, as convidadas farão suas exposições, e, em seguida, abriremos a fase de debate com as pessoas, homens e mulheres que estiverem no Plenário.

A palavra será concedida, em primeiro lugar, aos senadores e senadoras, na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Vamos, então, começar nossa Audiência.

Eu, de imediato, começando pela minha direita, porque à minha esquerda só ficou minha mão esquerda, não é isso? [risos]

Passo a palavra à Adriana, ou querem...? Vocês que decidem. Quer outra? A Verônica? Então, Verônica,

vem do lado de cá, Verônica, para eu não ficar sozinho aqui. A Verônica só muda, está bom.

Então, começamos com a Verônica Maria Ferreira, representando a Articulação de Mulheres Brasileiras. Você dispõe do tempo de 10 minutos, com mais cinco, e com a tolerância que a Presidência terá para que você possa expor teu ponto de vista.

SRA. VERÔNICA MARIA FERREIRA: Bom, boa-tarde a todas e a todos. Gostaria de agradecer, primeiramente, ao Senador Paulo Paim por ter aberto esse espaço, e é um espaço para o debate sobre uma luta que para nós dos movimentos de mulheres e movimentos feministas, que estão articulados hoje num fórum itinerante e paralelo em defesa, aliás, itinerante em defesa da seguridade social, que é a luta pelo enfrentamento à desproteção social ao trabalho de nós mulheres, no atual contexto, e considerando o modo como está estruturado o sistema previdenciário brasileiro.

Bom, eu falo aqui em nome da Articulação de Mulheres Brasileiras, que é um movimento feminista que está articulado hoje em todo o Brasil, mas também em nome de um conjunto de movimentos de mulheres do campo e da cidade, que, hoje e desde 2007, vem se articulando e fazendo uma intensa mobilização e debate em torno da defesa dos direitos das mulheres na política de seguridade social.

O Fórum Itinerante em Defesa da Seguridade Social, o FIPSS, foi, portanto, mobilizado, desde 2007, quando foi criado pelo Governo brasileiro um Fórum Nacional para a discussão de uma nova proposta de reforma do sistema previdenciário brasileiro. E, naquele momento, nós, os movimentos de mulheres, não fomos, não tivemos assegurado o direito de integrar esse fórum, em que pese, desde o período Constituinte, os movimentos de mulheres, mulheres que trabalham dentro e fora de casa, e muito, serem sujeitos importantes da luta pelos direitos da seguridade social no país.

Então, nós nos mobilizamos, naquele momento, para constituir esse movimento paralelo em defesa do direito das mulheres à proteção social e do reconhecimento do direito à proteção social para todo o trabalho realizado pelas mulheres.

O FIPSS é articulado, desde então, desde este ano, pela Articulação de Mulheres Brasileiras, a AMB, a Articulação de Organizações de Mulheres Negras, a AMNB; a Campanha Nacional pela Aposentadoria das Donas de Casa, pela Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, a FENATRAD; pela Marcha Mundial das Mulheres, pelo Movimento de Mulheres Campesinas, pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, pelo Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu e, mais recentemente,

se somaram a essa nossa mobilização o Movimento de Mulheres Pescadoras e representantes de segmentos de trabalhadoras informais da região de Campinas, São Paulo, que não puderam estar presentes hoje.

Bom, qual nosso, nossa grande luta, hoje, em relação aos direitos das mulheres no campo da seguridade social? A política de seguridade social envolve a saúde, a Previdência e a assistência, mas eu vou me deter aqui especificamente na defesa que nós estamos fazendo, já bastante intensa, desde então, desde 2007, mas mais amplamente desde 2003, que diz respeito aos direitos das mulheres no sistema previdenciário.

Bom, nós sabemos que as mulheres, em função de nós vivermos numa sociedade ainda marcada por elementos patriarcais que estruturam o próprio mundo do trabalho, são, hoje, ainda expostas e submetidas a uma dupla exploração do seu trabalho. Primeiramente, são aquelas que ainda hoje arcam com todo o peso do trabalho doméstico não remunerado, que é o trabalho que sustenta o mundo, que garante a reprodução da própria vida e que, no entanto, ainda hoje não é reconhecido para fins de acesso aos direitos da Previdência Social, dos direitos à proteção social.

Então, a única medida que nós temos, hoje, no nosso sistema previdenciário, é a diferença de cinco anos de idade no acesso à aposentadoria, uma diferença mantida entre homens e mulheres, justamente pelo reconhecimento de que nós mulheres enfrentamos a dupla jornada de trabalho. Mas esse é um direito que vem sendo constantemente ameaçado e foi colocado em causa no período que nós constituímos essa articulação, que foi no ano de 2007.

Então, foi uma das grandes ameaças que nós sofremos, naquele momento, e que mostra, que evidencia, portanto, o não reconhecimento da divisão sexual do trabalho, desigual, entre homens e mulheres e da situação de desigualdade que ele engendra na vida das mulheres.

Bom, então, essa é uma grande defesa que nós fazemos hoje e uma das lutas que expressa essa defesa. Queria cumprimentar a companheira Regina Semião [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ela já anunciou. Palmas [palmas].

SRA. VERÔNICA MARIA FERREIRA: Desculpe, senador [risos].

Bom, já... Bom, então, essa é uma das lutas hoje, o reconhecimento do valor do trabalho doméstico não remunerado, o enfrentamento da discriminação que esse trabalho ainda enfrenta, hoje, na sociedade é muito fortemente simbolizado na luta das companheiras da campanha pela aposentadoria das donas de casa, que hoje lutam pelo reconhecimento do direito daque-

las mulheres que envelheceram fazendo o trabalho doméstico e que fazem, dão sua contribuição à própria produção da riqueza no país e que não têm acesso, ainda hoje, a nenhum tipo de proteção social. Então, eu queria destacar aqui a luta das companheiras.

E é também parte da luta das companheiras da própria FENATRAD, e hoje é o dia social de luta das trabalhadoras domésticas, que ainda hoje enfrentam uma série de discriminações e interdições nos seus direitos, justamente porque o trabalho doméstico, que é hoje realizado no Brasil por mulheres e, sobretudo, por mulheres negras, ainda marcado por uma situação de absoluta exploração, de ausência de direitos. Basta ver que essa categoria não tem acesso aos mesmos direitos que as demais categorias de trabalhadores, o que mostra o quanto ainda nós temos que lutar para que essas trabalhadoras tenham acesso aos seus direitos e que mostra o quanto a gente ainda não avançou no enfrentamento da exploração patriarcal do trabalho das mulheres e do racismo no país, haja vista que, sem dúvida nenhuma, o fato de essas trabalhadoras estarem submetidas a todas essas discriminações tem a ver com o peso do racismo ainda forte na nossa sociedade.

Nós do movimento feminista consideramos que a questão da garantia dos direitos das trabalhadoras domésticas é uma questão de consolidação da democracia e do enfrentamento do racismo e do patriarcado no país. E por isso nós apoiamos e lutamos junto com as companheiras.

Bom, mas uma segunda situação muito importante que a gente vem lutando para enfrentar diz respeito também à desproteção a que estão submetidas a maioria das mulheres que hoje estão realizando algum tipo de trabalho remunerado. Nós sabemos que, hoje, no nosso país, mais de metade da população economicamente ativa se encontra na informalidade, não tem acesso ao mercado formal de trabalho. E 70% da informalidade, hoje, no Brasil é composta por mulheres, porque, em que pese as mulheres estarem mais presentes hoje no mundo do trabalho, são as mulheres que ocupam os postos mais precários, sem direitos, e estão, portanto, completamente submetidas à desproteção social.

Nosso sistema previdenciário, tal como ele está estruturado, ele não é capaz de enfrentar essa situação das mulheres no mundo do trabalho, porque ele é um sistema no qual, para você ter acesso à proteção social, aos direitos previdenciários, você tem que garantir a contribuição. Ele é um sistema contributivo.

E o que ocorre é que a grande maioria das mulheres que estão no mercado de trabalho, que são aquelas que estão na informalidade, não tem condições de

terem acesso aos direitos no sistema que se mantém contributivo, o que gera uma situação de desproteção social que hoje abarca mais de três dezenas de milhões de trabalhadoras no nosso país.

Então, nós estamos lutando, hoje, pela efetivação do caráter universal da política de seguridade social e da Previdência Social brasileira e colocando em questão que a hegemonia de um sistema contributivo, ela mantém a exclusão previdenciária de nós mulheres, e é por isso que nós estamos defendendo, desde 2003, a criação de um sistema especial de inclusão previdenciária que reveja seus critérios de contribuição e que seja capaz de enfrentar situações de desproteção social a que estão submetidas a grande maioria das mulheres trabalhadoras hoje.

Defendemos ainda o fim de algumas medidas que foram adotadas, sobretudo, no Governo Fernando Henrique Cardoso, e que hoje têm sido fatores que pesam sobre todos os trabalhadores e trabalhadoras, mas que incidem fortemente sobre nós mulheres, haja vista que nós vivemos mais e nos aposentamos com essa diferença de cinco anos. Então, por isso nós defendemos o fim do fator previdenciário, porque, na prática, ele age como um redutor e é um dos mecanismos que tem sido... [palmas].

Porque tem sido responsável, na prática, pela redução bastante significativa do valor da aposentadoria das mulheres. Então, essa é uma grande luta também de nós mulheres hoje.

E, por fim, para não me estender mais, nós temos lutado para que os direitos das mulheres trabalhadoras do campo também sejam reconhecidos. E, nesse sentido, uma luta muito importante, a gente tem toda uma luta de resistência contra a perda de direitos, e a Adriana vai falar mais disso, mas temos também uma luta para que o reconhecimento das mulheres como sujeitos do trabalho do campo e da cidade seja também garantido pelas instituições responsáveis pela garantia do acesso a esses direitos.

E nós, hoje pela manhã, discutíamos mais uma vez um quadro que é muito grave, que é da constante discriminação das mulheres que são pescadoras, das mulheres que são camponesas, que são trabalhadoras rurais, que são mal atendidas nas agências da Previdência Social, porque se tem um estigma de que as mulheres que trabalham têm que ter determinadas características físicas e, muitas vezes, que mulheres, em princípio, não são trabalhadoras ou não têm direito à proteção social.

Então, essa também é uma luta importante que vem sendo trazida por esse, por essa articulação dos movimentos.

E, por fim, nós defendemos também que esse trabalho doméstico não remunerado, que sustenta a reprodução da vida, hoje, que sustenta o mundo, ele seja socializado, seja assumido também pelo Estado como uma responsabilidade sua, partilhado com os homens, partilhado no interior das famílias, mas também assumido pelo Estado através de políticas públicas que garantam apoio à reprodução social.

Então, a defesa do acesso universal às creches, nós sabemos que hoje apenas cerca de 15% das crianças brasileiras têm acesso à creche, e essa é uma situação que dificulta as possibilidades de as mulheres irem para o mercado de trabalho, criam mais sobrecarga, além de ser uma questão também primordial no que diz respeito à promoção de uma educação infantil desde os primeiros anos de vida.

Então, essa é uma defesa importante, como defendemos outros equipamentos sociais que são fundamentais para enfrentar a divisão sexual do trabalho injusta, que sobrecarrega as mulheres e que mina as possibilidades de as mulheres conquistarem sua autonomia econômica.

E, para não me estender mais, nós também temos defendido muito, de maneira muito ferrenha, o orçamento da seguridade social, que passou por recentes ameaças, com a proposta de reforma tributária, e nós entendemos que é preciso garantir o orçamento tal qual ele está previsto na Constituição, para que a gente possa garantir todos os direitos.

E, nesse sentido, nós defendemos o fim do mecanismo de geração de superávit primário, que tem solapado, anualmente, o orçamento da seguridade social. No ano de 2008, foram 39 bilhões do orçamento da seguridade social que foram drenados para o orçamento fiscal, para gerar superávit primário, pagar juros da dívida, através da Desvinculação das Receitas da União, a DRU. E nós defendemos o fim da DRU como a defesa fundamental para que a gente tenha o orçamento da seguridade social garantido e capaz de promover a ampliação dos direitos.

Para finalizar, nós temos, queríamos deixar aqui a preocupação, junto ao Senador, com o conjunto de projetos de lei que tem tramitado nesta Casa, e tramitado de maneira bastante acelerada, em relação à questão das trabalhadoras domésticas. Nos preocupa, primeiramente, que esses projetos não enfrentam a questão de maneira radical, que é, na nossa defesa, a garantia da equiparação de direitos dessas trabalhadoras às demais categorias.

Então, como está no material que a gente trouxe aqui hoje, nós defendemos todos os direitos para trabalhadoras domésticas, e não apenas alguns.

E, sobretudo, porque nós consideramos que o sujeito da luta, o sujeito dessa luta são as trabalhadoras domésticas, e não o representante do patronato. E isso é algo que precisa ser denunciado e precisa ser enxergado pelos senadores e senadoras desta Casa como algo que não necessariamente representa os interesses da categoria, que há um sujeito dessa luta, que são as trabalhadoras domésticas organizadas, que devem ser reconhecidas em suas demandas. E a Regina vai falar disso.

Por fim, eu gostaria de deixar o espaço aberto para outras questões que por acaso eu não tenha tocado aqui e agradecer mais uma vez o espaço aberto pelo Senador Paulo Paim.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria cumprimentar a Verônica, que bom, mas que bom mesmo, Verônica, ver o movimento social vir aqui, defender esses pontos de vista que eu assino embaixo em todos, e que os nossos projetos vão nessa mesma linha, que alguns não entendem e pensam que o movimento sindical e social apresentar sua pauta é como se o movimento social fosse contra alguém. O movimento social não é contra ninguém, é a favor de uma pauta, que está, nesse momento, muito bem colocada por você. Meus cumprimentos.

E eu quero dizer, inclusive, neste momento, que sua preocupação com a Previdência, que eu estou relatando aqui, por determinação da Senadora Rosalba Ciarlini, a questão do Pré-Sal e a Previdência.

Como é que veio da Câmara? Veio da Câmara dizendo que 5% do fundo de combate à pobreza é que viria para a Previdência. Eu estou mudando essa redação. Eu quero 5% do fundo, e não só do correspondente do fundo de combate à pobreza. Eu vou tirar 5% lá que já tem pouco, enquanto as outras áreas todas vão ter percentuais acima de 10%, 15%.

Com isso, eu estou quadruplicando os investimentos do fundo do Pré-Sal que vai para a Previdência e que com certeza vai atender todas as demandas que você coloca aqui. Ninguém vai poder dizer que é falta de verba para o atendimento.

Quero só lembrar que, conforme a FUP, o Pré-sal vai trabalhar com algo em torno de 15 trilhões de dólares. O lucro líquido, cinco trilhões de dólares. Federação Única dos Petroleiros, numa cartilha que entregou nesta Comissão.

Então, é um bom debate. Parabéns pelas propostas que você nos traz aqui.

De imediato, eu passo para nossa amiga Regina Maria Semião, conselheira da Federação Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Domésticas.

SRA. REGINA MARIA SEMIÃO: Boa-tarde a todas e todos. Queria agradecer o convite de estar aqui ao lado do Senador Paulo Paim. As meninas ficaram morrendo de inveja [risos], porque todas queriam estar aqui, não é? E não foi possível. A gente até, ficaram bravas, porque ficou muito dividido o evento, não é? A gente está num seminário, onde a gente está discutindo a questão dos sindicatos. Então, estão todas as sindicalistas, todas as dirigentes do estado estão reunidas aí hoje para discutir nossas questões, que está pegando realmente. E aí a gente discute tudo isso, a questão da Previdência, a questão dos direitos.

O tema do seminário é “direito já”, “equiparação já”, equiparação dos direitos já. Por que equiparação dos direitos já? Porque nós não somos reconhecidas como as demais categorias, embora nosso sindicato é um sindicato de muitos anos de luta. Nós temos a pioneira, que foi a Laudelina, que foi uma das primeiras mulheres que lutou pelos direitos das domésticas, e, até hoje, nós não conseguimos todos os direitos garantidos.

E aí, assim, o que a gente nota é que, assim, 27 de abril é uma data importante para nós. Hoje é nosso aniversário. A gente lutou muito para que a gente fosse, para que o 27 de abril fosse um dia também nacional, um dia, assim, uma das bandeiras de luta.

E aí a gente, 27 de abril fica super carregado, porque aí todo mundo chama a gente, e aí ficou muito divididas nossas atividades nesse dia, porque--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ninguém canta parabéns?

SRA. REGINA MARIA SEMIÃO: Oi?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ninguém canta parabéns?

SRA. REGINA MARIA SEMIÃO: Parabéns, aí vai depender de vocês o parabéns [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): No encerramento, vamos cantar o parabéns, então.

SRA. REGINA MARIA SEMIÃO: Está bom, então. Então, cantamos parabéns.

Já? Agora?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): No encerramento.

SRA. REGINA MARIA SEMIÃO: Ah, no encerramento. Está bom, então.

E aí eu não consegui falar com as meninas e eu falei: “Gente do céu, eu vou para essa audiência e todo mundo queria vir”. Mas, se a gente tirasse pessoas de lá, ia ficar desfalcado lá.

Então, só deu para vir eu representando a FENATRAD, mas estão todas aí hoje, vai ter uma audiência

também no Ministério do Trabalho, que elas vão estar também lá. Então, hoje é um dia de--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vai ter, se eu não me engano, uma reunião aqui na sala 7, não é?

SRA. REGINA MARIA SEMIÃO: Na 7, não é? Vai ter.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sobre a campanha das carteiras assinadas, enfim.

SRA. REGINA MARIA SEMIÃO: Vai ter um monte.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quando terminar aqui, nós vamos para lá daí.

SRA. REGINA MARIA SEMIÃO: Tem uma menina da OIT que vai estar lá falando. Então, assim, não é um dia de cobrança, mas um dia de reivindicação, reforçar nossos direitos e exigir para que eles venham logo, porque a gente está muito preocupada com nossos direitos.

Essa questão que a Verônica já trouxe, nossa categoria está contempladíssima na fala dela. Vem lutando pela gente há muitos anos. Então, a gente está assim, tranquila.

Mas, aproveitando o ensejo que a gente já tinha conversado com o Senador, de estar acelerando aí nossos direitos e essa coisa, então, que a Verônica coloca: nossa categoria é uma das que menos contribui com a Previdência, porque elas estão dentro do serviço, assim, muito, acreditando naquilo que é melhor, e elas ficam, assim, sem cobrar contribuição, sem cobrar do patrão e não contribuem com a Previdência, que é uma coisa importantíssima.

Nós temos tido muitos acidentes de trabalho. Os acidentes estão, assim, pegando a gente, porque aí ela sofre acidente lá dentro e aí não tem carteira assinada, não tem o recolhimento do INSS. A jornada de trabalho passa das oito horas, e, então, está, assim, a gente avança, a gente dá um passo para frente, e dá meia dúzia de passo para trás aos nossos direitos.

E é uma categoria rotativa, porque, assim, cada casa tem uma, duas, três. Mas uma está registrada, a outra não está. Aquela que tenta passar para a outra a consciência, a outra não aceita, porque fica acreditando na patroa, fica com medo de perder o emprego.

Então, o sindicato está sem saber como resolve tudo isso, porque, embora a gente tenha muitos anos de luta, a gente acredita em tudo o que está acontecendo, mas elas mesmas não acreditam na gente. Elas preferem acreditar numa outra pessoa do que acreditar na gente.

Então, assim, a gente está aqui aproveitando, até não sabemos, daqui para frente, como vai ser, a gente

está discutindo isso lá também, a questão da formação, a questão da consciência, a questão do acreditar, e tudo isso é, nossa categoria sofre muito, porque é muito grande, nós somos oito milhões de trabalhadoras domésticas no Brasil.

E, com isso, a gente não dá conta, porque os sindicatos estão com problemas, e aí, se a gente não resolve a situação do sindicato, os problemas, eles continuam.

Então, a gente está aqui, assim, pedindo mesmo para que o Senador nos ajude, junto, aqui, com... Porque é difícil a gente poder estar aqui. Para gente vir aqui e trazer todo esse pessoal que está aí hoje, a gente tem que aproveitar os momentos. Aproveitar os momentos, porque são dirigentes de muitos anos, tem pessoas historicamente aí hoje e que, quando vem aqui, fala: "Nossa, vamos aproveitar, vamos...". Porque a gente tem representante aqui, mas não é sempre que a gente pode estar vindo, é só mesmo nesses momentos. Para nós isso é um presente, o 27 de abril.

Então, eu estou aqui representando as oito milhões de trabalhadoras, mais a FENATRAD. É uma pena que não deu para vir o grupo, porque tem gente para caramba e gente do Maranhão, Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, Salvador, tem gente de todo... Campinas, São Paulo, está tudo aí. E quase eu não... não é? Eu falei: "Não, eu vou".

Eu só estava na dúvida [risos], porque a gente ia receber a presença do Presidente Lula, e aí está todo mundo, assim, muito aborrecido porque ele não vai mais nos atender.

Então, está aí uma coisa também. Ele recebeu todo o grupo, e não recebeu as trabalhadoras domésticas. Então, elas estão muito bravas, porque era a oportunidade também, não é? Porque está todo mundo aqui, e para estar aqui teve um gasto. E aí, então--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Onde elas estão?

SRA. REGINA MARIA SEMIÃO: Elas estão no Hotel Bristol, estão hospedadas lá, o encontro termina amanhã. Ainda tem hoje e amanhã, não é?

Tem o trabalho de grupo, agora, que foi rico, muito bom, e aí, amanhã, eu não sei o que é, mas amanhã aí todo mundo já está indo embora, porque todo mundo veio mesmo--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu, de minha parte, vou fazer um apelo para a Assessoria do Presidente Lula para ver se é possível ainda ele passar lá.

SRA. REGINA MARIA SEMIÃO: Porque a gente está aproveitando a agenda, porque, para estar aqui de novo...

E pior, Senador, esse encontro de hoje ia ser em São Paulo. Até eu falei para as meninas que talvez eu não viesse, porque eu estaria em São Paulo. O que aconteceu? Como a gente ia ter essa agenda com o Presidente, aí puxaram o encontro para cá [soa a campanha], não é? Extremamente pelo encontro que a gente ia ter com o Lula. E aí, agora, todo mundo veio, todo mundo fez um gasto, não é? E agora ele não vai nos receber. E a assessoria, acho, vai ter outra agenda aí com os ministros, mas o Presidente, não.

Então, eu não sei se vai ter mais coisa para falar, se era isso mesmo, as meninas me pegaram, assim, de surpresa [risos]. Eu não tinha preparado o que eu iria falar, mas está aí. A gente quer os direitos. Essas bandeiras de luta que a gente estende, que é a questão da Previdência, nossos direitos já e outros mais que não estão sendo respeitados.

A gente pediu para o ministro a fiscalização no local de trabalho, isso é sério, os acidentes acontecem, e a gente não fica sabendo. E tem gente, assim, sem braço, tem gente que não pode trabalhar mais por causa dos acidentes no local de trabalho. Isso é seriíssimo, a violência, o assédio está pegando nossa categoria assim. Os advogados não estão dando conta. Eles não estão dando conta. Às vezes, eles têm até que entrar no INSS, acelerar a patroa, para poder acertar a situação da trabalhadora doméstica. Mas nós queremos ser contempladas nos nossos direitos.

Nós não somos poucas e nós trabalhamos demais. Só eu mesma comecei a trabalhar com oito anos. E eu parei em 1999 de trabalhar. Eu só trabalhei de doméstica. Eu tenho orgulho, mas as outras não têm a mesma consciência que a gente tem, não é?

E falta tudo para elas. Elas não têm culpa de estar nessas condições. O que sobrou para elas foi o emprego doméstico. Aí elas não estudam, não podem estudar, não pode... A questão da saúde também deixa a desejar, porque é uma categoria que precisa trabalhar, tem que sustentar a casa, é pai e mãe. Então, têm todas essas coisas que pegam. Não só nossa categoria, mas a mais, que sofre mais é a nossa. A que sofre mais é a nossa.

E as outras mulheres também têm que ter os direitos, também, porque a gente tem participado aí de seminários, de congresso que têm muitas, as outras categorias, que a mulher do campo, a mulher que trabalha, que não tem o patrão, talvez seja pior do que a gente, porque aí elas não têm como reivindicar os direitos. Então, a luta é muito maior. Mas é isso.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem que ser cumprida. Que ia cantar os parabéns para elas. E agora? Vamos lá, então?

[música]

“Parabéns a vocês.

Nesta data querida.

Muitas felicidades.

Muitos anos de vida.

Parabéns a vocês.

Nesta data querida.

Muitas felicidades.

Muitos anos de vida.”

[palmas]

SRA. REGINA MARIA SEMIÃO: Vinte e sete de abril! Ê!

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Parabéns!

SRA. REGINA MARIA SEMIÃO: Parabéns para as oito milhões, nove, sei lá, de trabalhadoras domésticas do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Parabéns, vida longa a todas.

SRA. REGINA MARIA SEMIÃO: E para as mulheres que já se foram, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Também, também, nosso carinho, nosso respeito e nossa saudade.

Passamos a palavra, então, agora, neste momento, depois da brilhante palestra feita pela Regina, à Cleusa Aparecida da Silva, coordenadora de participação e democracia da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, AMNB.

Dez minutos com mais cinco e com a tolerância devida.

SRA. CLEUSA APARECIDA DA SILVA: Eu queria, primeiramente, cumprimentar nosso Senador Paulo Paim, do qual já, ao longo do ano de 2009, em particular no final do ano, nós tivemos na Comissão de Assuntos Sociais diálogo com ele, falando a respeito do FIPSS, o que era o FIPSS, o papel, como é que foi criado, e o que é que nós estávamos defendendo, e ele assumiu o compromisso de chamar uma Audiência Pública para que pudéssemos dialogar um pouco sobre essa questão da mulher no mundo do trabalho, pegando principalmente essa questão da Previdência Social.

E, como hoje é o dia 27 de abril, é o Dia Nacional da Trabalhadora Doméstica, nós cantamos parabéns, mas eu acho que a gente tem muito pouco o que comemorar, infelizmente. Então, eu queria fazer, assim, um breve resgate histórico, viu, Regina Semião? Se você me dá licença e peço licença também aos meus ancestrais, que eu me esqueci de pedir licença para fazer uso da palavra, eu gostaria de contar um pouco essa história do trabalho doméstico no Brasil.

Eu penso que a gente deve, de vez em quando, dialogar com os mitos, mas, antes de dialogar com os mitos, eu gostaria de resgatar o que é ser mulher, por exemplo, na sociedade brasileira. A gente resgata um pouco os 350 anos de trabalho escravo no Brasil, nós sabemos perfeitamente bem que ser mulher, na sociedade brasileira, ser mulher negra, mulher índia, mulher branca tem um diferencial muito grande. E esse diferencial, hoje, continua explícito em todos os indicadores de pesquisas oficiais ou em centros de estudos e informações onde provam que as mulheres negras e índias estão na base da pirâmide do desenvolvimento. Portanto, está explícito para todos nós que essa intersecção, que essa simbiose do racismo, sexismo, que ela é totalmente empoderada e incorporada pelo capitalismo, nos deixa sequela, que, ao longo de mais de cinco décadas, nós não conseguimos resolver ainda.

Então, quando eu digo que é interessante nós dialogarmos com os mitos, é que, na vivência do trabalho escravo no Brasil, as mulheres negras já tinham, na verdade, uma participação não só por ser trabalhadora escrava, mas do ponto de vista de gênero, mesmo, bastante diferente em nossa sociedade. Eu falo que a mobilidade que as mulheres negras tiveram ao longo dos 300 anos foi muito diferente das demais mulheres que compunham o solo brasileiro.

E tenho o hábito de dizer e reforço sempre que essa mobilidade se deu em função daquilo que nós conhecemos hoje por terceirização. A gente acha que terceirização é uma coisa que está aqui agora; para nós mulheres negras, a terceirização começa ao longo dos 500 anos, porque passou primeiramente pelo nosso corpo, quando as mulheres estavam lá, na casa grande, na senzala, desempenhando suas atividades, sofrendo todos os tipos de violência, nosso corpo também era locado para outros espaços, outras regiões do país, para trabalhar como ama de leite, como quituteira, rezadeira, benzedeira. Então, a terceirização, primeiro, passa pelo corpo feminino, e esse corpo feminino é negro.

Então, a mobilidade se dá através de muita dor, de muita exploração e de muita opressão.

O segundo ponto que eu queria abordar nesse aspecto de dialogar com os mitos, a gente trabalha muito, dentro do movimento feminista, com essa questão dos mitos, não é? Em particular, o mito da fragilidade. Eu sempre digo que esse mito da fragilidade não nos cabe. O mito da fragilidade foi criado para as mulheres brancas, de classe média, porque as mulheres negras e índias sempre tiveram, jamais ninguém diz que elas são frágeis. Ninguém vai olhar para mim e dizer que eu sou frágil, não é? Frágil é a mulher branca, de classe média, etc.

Um segundo mito que eu acho, do ponto de vista de gênero, do movimento feminista, que nós temos que rever, é a questão da dupla jornada. Dupla jornada também é criada para as mulheres brancas de classe média, porque, para nós, mulheres negras e índias, sempre tivemos múltiplas jornadas. E como é que a gente carrega essa discussão para esse terceiro milênio, para que a gente possa discutir o impacto que isso tem, não só no mundo trabalho, mas, em particular, na Previdência Social?

Então, dentro desse aspecto, eu queria levantar a seguinte questão: pós-abolição da escravatura, as mulheres negras, logicamente, se efetivaram, foi o primeiro mundo do trabalho, além da arte de mercadejar, que a gente carrega da África, que é essa coisa de vender seus quitutes, seus doces, etc., tem também toda uma história cultural, tem toda uma questão política por detrás, que era a mulher que cumpria um pouco esse papel, ela que era responsável para comercializar, ela que fazia o papel de... A arte de mercadejar passa diretamente pelas mulheres negras por conta de que essa é uma cultura africana, era não era o homem que mercadejava, era a mulher; o papel do homem era outro, dentro de diferentes sociedades.

Então, nesse contexto, elas vão para esse mundo privado do trabalho doméstico, pós-abolição, na medida em que todos nós somos jogados à rua, desassistidos de qualquer tipo de benefício ou de qualquer reparação por conta de 350 anos de escravização, muito menos pelo tráfico transatlântico, são as mulheres negras que seguram essa onda terrível no trabalho doméstico. Porém, esse trabalho doméstico vem, ao longo de mais de um século, não só sendo discutido pelas mulheres negras, mas pela sociedade como um todo, pegando o aspecto, por exemplo, da luta feminista no Brasil, que não começa neste século, começa, na verdade, vários séculos atrás.

Então, essa dimensão do espaço privado, do trabalho doméstico, sempre foi pauta de discussão dos movimentos de um modo geral. Porém, na década de 30, nós tivemos uma liderança, que é a Laudelina de Campos Melo, que era uma mulher negra, mineira, que veio para o Estado de São Paulo no início da década de 30 e que começa a trabalhar com esse tema do trabalho doméstico. Em 1936, ela funda a primeira associação de empregadas domésticas no Brasil, na Cidade de Santos.

Ela ficou praticamente 70 anos como militante dessa temática. Ela não trabalhava exclusivamente ou militava só em defesa do trabalho doméstico, mas ela tinha um trabalho bastante plural, ao mesmo tempo, ela trabalhava com artes, com poesia, com cultura, com dança, ela tinha uma visão muito ampla da socie-

dade, tinha uma atuação muito holística para além da questão do trabalho doméstico. Mas a pauta prioritária era a equiparação do trabalho doméstico. Ela acabou fazendo sua passagem espiritual sem ver de fato suas bandeiras de luta contempladas.

E, antes de ela fazer a passagem espiritual, ela consegue doar a única habitação popular que ela tinha, lá na cidade onde eu moro, em Campinas, São Paulo, que é um bairro popular, que fica na região noroeste, chama Castelo Branco, era um dos maiores sonhos da vida dela, era doar essa habitação para a continuidade da luta do trabalho doméstico e para que essa casa se tornasse um espaço de formação, de educação continuada, enfim, que ele ficasse a serviço, de fato, do trabalho doméstico.

Nós fizemos toda essa caminhada, eles conseguiram, na verdade, cria a primeira associação em 36. Na década de 40, 50, começa a ganhar capilaridade nos estados, elas fazem uma série de seminários, congressos, reuniões, enfim, acabam, depois, na década de 80, de uma forma mais organizada, se filiando à Central Única dos Trabalhadores, não todos, mas pelo menos a maioria, uma parcela significativa do sindicato se filia à Central Única dos Trabalhadores, e é uma categoria de muito, de difícil organização.

Se nós pegarmos um século atrás, você pegava uma casa de classe média ou rica, você pegava seis, oito, nove, dez trabalhadores ou trabalhadoras. Atualmente, mal sequer tem uma ou duas. Então, o trabalho também está extremamente solitário. Do ponto de vista de você organizar essa categoria, elas têm muita dificuldade, que é diferente de nós que, muitas vezes, estamos ou na indústria ou nos serviços públicos, e, quando você tem uma entidade de classe ou um sindicato, vem descontado na sua folha de pagamento, e eles repassam para a conta bancária do sindicato ou da central.

O trabalho doméstico é diferente. Ela tem que pegar seus parques vencimentos, ir lá até a sede do sindicato e fazer sua cotização. Então, na categoria, que, do ponto de vista de organização, elas têm muita dificuldade. Primeiro por esse espaço solitário que ela ocupa no trabalho doméstico, em que sofre todos os tipos de agressões. A Regina mesmo já disse, passa por assédio sexual, por estupro, por espancamento, não cumprimento de nenhum direito, jornada de trabalho extensiva, 17, 18, tem pessoas que trabalham 19 horas por dia. Elas conhecem trabalhadoras domésticas que entram às 7 da manhã, chega a casa dela 23 horas, não é? E aí tem uma questão extremamente complicada para ser discutida nesse tema.

Porém, é uma categoria, então, que tem dificuldade de organização. Então, além de a gente pensar

a questão da equiparação do trabalho doméstico, nós temos que pensar também como é que a sociedade brasileira, que tem uma dívida centenária, em particular [soa a campainha], o Estado brasileiro, como as trabalhadoras domésticas, com a população negra e com as mulheres negras, de um modo geral, resolve essa questão de uma maneira sadia, não é?

Por exemplo, a Laudelina fica 70 anos batendo nessa pauta e faz sua passagem espiritual conquistando o direito à carteira de trabalho, o fundo de garantia opcional, jornada de trabalho não definida, trabalho nos lugares mais insalubres, descoberta de qualquer direito social de Justiça.

Então, uma situação extremamente precarizada. Então, esse, essa categoria sócio-ocupacional, que nós sabemos perfeitamente bem que é a maior categoria sócio-ocupacional feminina do Brasil e majoritariamente negra. Então, o olhar, o foco, ele tem que ser muito mais amplo. É impossível que as pessoas não consigam romper, nós sabemos que não é fácil a gente construir leis, a gente elaborar, ser aprovado num espaço como esse, onde tem, os censos, os contracenários, prós, os contras, mas não é nenhuma questão de sensibilidade política, é uma questão de direito.

Há um século, praticamente, que elas estão lutando, e a gente não consegue avançar, não sai disso em função de setores conservadores, em função do patriarcado, em função da herança do escravismo. Então, esse casamento racismo, sexismo, ele tem que estar na ponta, no eixo da nossa intervenção, da nossa pauta política.

E o Estado brasileiro, nós queremos contar com o Senado nessa caminhada e sabemos que podemos contar com nosso Senador Paulo Paim, porque não é uma luta fácil de ser travada; nem fora e nem dentro do Estado brasileiro. Essa PEC que não chegou aqui ainda, que eles sabem que estão em discussão, que estão... Talvez tramite, tem uma dificuldade terrível. A gente tinha certa esperança, já que, ao longo desses oito anos, não conseguimos avançar, avançamos pouquíssimo, do ponto de vista do trabalho doméstico.

Vou pegar apenas um exemplo. O plano de qualificação do Trabalho Doméstico Cidadão, que foi lançado em 2005 pelo Governo Federal. Faz cinco anos que existe esse plano. Se nós olharmos no PPA, na LDO, no LOA, você vê o tamanho do orçamento ou orçamento nenhum para essa qualificação profissional. Oficialmente, fala que as trabalhadoras domésticas são 8 milhões, mas nós sabemos perfeitamente bem que é de 10 a 12 milhões de mulheres que estão no trabalho doméstico.

E esse plano, ao longo desses cinco anos, qualificou duas mil trabalhadoras domésticas. A Regina

pode complementar depois, se existe uma pequena diferença.

Então, o que para nós, enquanto articulação de mulheres negras que estamos dentro do fórum em defesa da Previdência Social, nesse fórum itinerante de mulheres, qual é a prioridade? A prioridade para nós não só é avançar do ponto de vista de legislação, nós estamos com a questão que está para além da legislação. Mas nós queremos, mas nós queremos construir um diálogo com a sociedade civil organizada, apontando que, quando você pauta a questão do trabalho doméstico e você cria um plano de qualificação profissional, além da prioridade em torno desse plano e esse plano ter orçamento, você tem que ter metas diferenciadas, metas definidas, quando se trata de mulher e negra.

Se essas metas não forem diferenciadas, nós jamais vamos reparar a desigualdade sociopolítica-econômica-cultural em que sobrevivem essas mulheres.

Então, essas metas têm que ser diferenciadas não só do ponto de vista do trabalho doméstico, mas em qualquer outro espaço da política pública; outro exemplo que nós estamos trabalhando e reivindicando também, que é a questão no âmbito da saúde.

Só para mudar um pouquinho o eixo e voltar para o trabalho doméstico de novo, na saúde, a questão da mortalidade materna e neonatal. A gente pega metas do milênio, se a gente for consultar as estatísticas de mortalidade materna, se nós mulheres negras somos as mais vitimizadas, morremos de mortes, às vezes, evitáveis, a meta do milênio jamais será cumprida, porque os números são praticamente os mesmos.

Então, além de a gente brigar por orçamento, para que tenha políticas públicas, para de fato incluir essas pessoas, que tenha de fato fazer essa inclusão previdenciária, é necessário que a gente dimensione essa população e esse orçamento seja compatível com o número de pessoas que estão desassistidas desses direitos. Se não, nós não vamos a lugar nenhum.

Você tem um fórum de mais de 10 milhões de mulheres trabalhadoras, monta um plano de qualificação profissional que não tem nenhum orçamento e que, ao longo de cinco anos, ele consegue qualificar 12 mil mulheres [soa a campainha].

Então, no quarto milênio, talvez a gente consiga cumprir a meta. Eu acho que essa é uma das nossas maiores preocupações, Senador, e nós, logicamente, dentro desse fórum nosso do FIPSS, defendemos aquilo que a Verônica nos diz, no só a inclusão universal, mas tem algumas coisas que para nós nos onera demais, em particular essa coisa do fator previdenciário, que está em discussão a nível nacional há bastante tempo.

A gente tem dito também que tem que ter formas diferentes também de cobrar essa Previdência, porque, nesse diálogo dentro do FIPSS, em conversa com o ministro da Previdência Social, com o Pimentel, ele nos disse que, através da Lei Complementar 128, ele ia fazer a inclusão previdenciária, que aí ia ser micro-empresendedor; trabalho informal, desculpa. O trabalho informal, no que a gente trabalhou, o trabalho doméstico, onde está a maior parte das mulheres negras, e o trabalho informal, que são duas categorias profissionais do qual nós somos majoritárias, não é?

E ele disse que essa emenda resolveria a questão. E nós vimos que não, que 50 reais para algumas metrópoles pode ser um valor que dê para parte dessas mulheres que estão na economia informal conseguir pagar. Mas, como o Brasil tem uma dimensão continental, e nós temos uma disparidade regional muito grande, em que determinadas regiões 50 reais é quase que 50% da renda daquela mulher. Em alguns lugares, é um terço. Então, nós temos que pensar o Brasil nessa dimensão regional, e a gente poder trabalhar as políticas universais articuladas com a focal. Se você não foca o problema, você jamais vai sair desse patamar de desigualdades que vivemos ao longo desses 500 anos.

Então, não adianta também nós conseguirmos eleger pessoas comprometidas com a questão de classe, com a transformação social, se, na hora, de fato, de você fazer investimento para acabar com essa desigualdade, entra nos embates, nas disputas de orçamento [soa a campainha], que nós sabemos que é legítima, mas se destina um valor irrisório, que não consegue transformar, e nós vamos continuar mais 500 anos, se for dessa forma.

Então, eu quero encerrar minha fala agradecendo a oportunidade de estar aqui mais uma vez falando. Desculpa também que eu não preparei, não organizei a fala. Eu tenho mania de... Não é? Muito voluntariosa, etc. Então, agradeço a oportunidade e penso que esse é nosso eixo principal. Qualquer política você tem que focar o racismo e o sexismo. E o programa de racismo institucional, que o Governo lançou também em 2003, também não foi para lugar nenhum.

A gente vai junto com o [ininteligível], constrói o programa, começa a qualificar Recife, Salvador, algumas cidades no estado, o programa também está desaparecendo, não tem orçamento, então, fica muito difícil.

Mas eu agradeço a oportunidade, agradeço ao nosso Senador Paulo Paim e dizer que a luta continua e abraço a todas. Desculpa.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência cumprimenta a Cleusa pela sua exposição e dizer, Cleusa, que dirá se você tivesse preparado, hein? [risos] Você fez uma bela fala para todos aí, com certeza o Brasil todo vai assistir esta Sessão, e você deu, deixou uma mensagem muito bonita, como as outras duas que a antecederam.

E dizer que essa questão da contribuição da nossa trabalhadora doméstica para a Previdência, eu também acho que temos que aprofundar esse debate. Eu, sinceramente, desde o dia... Eu vou dar um depoimento não para bancar o bonzinho. Desde o dia em que eu pude contratar uma profissional para dar assistência para meus filhos, enfim, para minha casa, todo o papel que faz e faz muito bem, eu pago a Previdência. Eu não sei se não tinha que caminhar nesse sentido, que quem contrata devia pagar a Previdência e ser responsabilizado se não pagar.

Então, só levantando aqui essa hipótese, porque eu pago e pago com muito orgulho, com muita satisfação essa Previdência. Não fazer com que a pessoa que ganha, dar um exemplo, mil reais, dois salários mínimos, ainda parte do salário dela ela tem que pagar. Devia ser obrigatório o empregador pagar a Previdência. Aí resolveria e não teria esse ônus a mais para nossa trabalhadora.

Eu pago isso há anos, há mais de 30 anos, e não me arrependo nenhuma vez de ter sempre pago minha parte e a parte da... E não é que eu estou querendo dar uma aqui de que eu sou certinho, não é? Isso é algo que nós devíamos ir construindo, porque avançaríamos mais nesse tema.

Mas, enfim, ouvindo vocês, a gente vai aprendendo. E, nesse momento, então, eu passo a palavra à Adriana Maria Mezadri, que é coordenadora do Movimento de Mulheres Camponesas, MMC.

SRA. ADRIANA MARIA MEZADRI: Boa-tarde a você, senador, e também às companheiras e companheiros que fazem parte desta sessão.

Eu só queria trazer alguns elementos a mais do que as companheiras do FIPSS já falavam. Dizer o que Movimento de Mulheres Camponesas, há muitos anos, vem lutando pelo reconhecimento do trabalho das mulheres; no nosso caso, das mulheres do campo, e, nesse processo de luta, na questão da seguridade social, que a seguridade social, no Brasil, ela tem um papel de proteção a todos os cidadãos e cidadãs brasileiras e brasileiros, nos momentos de dificuldade. Esse teria que cumprir, não é?

Teoricamente, tem muitas situações, já está em lei, e, no caso do debate que a gente está fazendo, ainda tem essa dificuldade de implementação, que é no caso das trabalhadoras domésticas.

No nosso caso rural, nós somos considerados segurados e seguradas especiais, contribuímos sobre 2,3% da produção comercializada e comprovamos 15 anos de atividade rural. Nesse caso, estão incluídos os agricultores, agricultoras, trabalhadoras e trabalhadores rurais, ribeirinhos, quebradeiras de coco, pescadoras e pescadores artesanais, que têm toda uma luta também da questão do direito à defesa, que a companheira colocava, e também que é o tempo que não se pode pescar, não é?

E, nesse sentido, em alguns casos, são questões naturais que IBAMA também não dá o laudo, que é um tempo de defesa. Então, essas comunidades, que é, no caso, o Ceará, têm essa dificuldade de ter acesso ao direito à defesa.

E, no caso, então, nós temos o direito da aposentadoria às mulheres aos 55 anos, isso a partir de 1989, e os homens, aos 60. Até então, eram os homens que se aposentavam com meio salário mínimo. Então, no campo, eram considerados os homens meio trabalhador, e a mulher, nada. E todos os outros: auxílio doença, auxílio acidente de trabalho, reclusão e outros.

Mas temos, também, desde então, em 91, que começou a receber os primeiros, tanto as mulheres quanto os homens, o problema de difícil acesso a esse direito. No caso nosso, é a comprovação de que no Brasil só existem sete estados que têm o bloco de produtor rural, o bloco de nós(F), que a gente diz, que funciona, e isso era um dos 11. Em alguns lugares, mesmo que não tenha, o INSS exige. E, também, no caso das pescadoras, tem essa questão da aparência, não é? Como vai lá arrumada adquirir o benefício, qualquer um deles, o servidor se dá o direito de dizer que não tem cara de pescadora, não tem cara de trabalhadora rural, porque está um pouco arrumada, como se tivesse um estereótipo de cada profissão, não é?

Então, nesse sentido, a luta é permanente. Tivemos várias ameaças de manter esse direito, desde os anos 90. Em 2000 teve a retirada de um projeto de lei que estava no Congresso, inclusive, que também trazia como uma contribuição mensal, e nós sabemos que, na roça, nesse contexto todo que eu falava, uma coisa é contribuição para a produção, e outra coisa seria contribuir mensalmente. E, nesse sentido, se contribuisse, iria o homem, e não, na maioria das vezes, a mulher e nem os filhos.

Então, nossa luta é para que a seguridade social seja pública, universal, solidária e seja redistributiva. Nesse sentido, está a inclusão de 40% da população que está excluída, que são os informais, as trabalhadoras domésticas, as donas de casa, que têm feito uma luta muito importante pela aposentadoria das donas de casa, também aqui lembrar, e que, nesse proces-

so do FIPSS, também uma das propostas que a gente levantou é que tenham que ser tributadas as grandes fortunas e a exportação, inclusive, que nós somos um país que exporta matéria-prima, e a maioria dessa exportação, ela no sofre imposto. Esse dinheiro vai para as transnacionais, que também recebem os fundos que deveriam ir para a seguridade social e tudo o mais, e que não vai para o lugar que deveria, no sentido de resolver os problemas sociais do país.

Então, um pouco nesse sentido do processo de luta e dizer que nós estamos junto com todas as trabalhadoras domésticas e demais trabalhadoras nessa luta por ampliar os direitos sociais no Brasil. É isso.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Adriana, eu quero, aqui, antes de a gente debater um pouco esse tema com o Plenário, registrar a presença, aqui. Depende de quem inscreveu, não é? Eu vou ler como está aqui, aí vocês ajudem no Plenário aí. O primeiro nome aqui deve ser Natália, está certo? Natalia Mori Cruz, diretora colegiada do CFEMEA; Maria da Graça Santos, é isso? Maria da Graça Santos, presidente da Associação das Donas de Casa de Goiás, aqui é Marinelma Macedo Gomes, presidente da Associação das Donas de Casa da Bahia; Patrícia Rangel, assessora do Centro Feminista de Estudo, assessora CFEMEA. Deve ser Leila Regina Lopes Rebouças. Está certo? Muito bem, assistência técnica CFEMEA; Maria Eliane Pereira do Vale, pescadora, AMB; Maria Lúcia Lopes de Oliveira, secretária da AMB; Isabel Silva de Freitas, Marcha Mundial das Mulheres.

Também chegou aqui a seguinte informação: a Sra. Eunice Léa de Moraes, da Secretaria Especial da Política para as Mulheres, da Presidência da República, justificou a ausência e encaminhou para que ela fosse aqui representada pela Sra. Hildete Pereira. Não sei se a Hildete já está. A Hildete não chegou.

Eu faria o seguinte encaminhamento, que é de praxe aqui nas audiências que a gente está presidindo. Se alguém do Plenário quiser usar a palavra por cinco minutos, perguntando para a Mesa ou expondo um ponto de vista, vamos, três pessoas do Plenário. Quem serão as três? Uma, vou provocar mais duas, duas, quem mais? Pode, você também, lá? Você mesmo que olhou para trás. Ela lá. Quatro, então. Vamos lá [risos]. Cinco minutos cada uma.

SRA. NATALIA MORI CRUZ: Bom, boa-tarde. Queria... Também a gente participa do FIPSS, pela Articulação de Mulheres Brasileiras e os demais grupos que estão aqui, que o Senador colocou. Eu queria agradecer, a Cleusa lembrou bem, o fruto dessa audiência é decorrência de uma das nossas agendas do FIPSS, que a gente foi conversar com o Senador

sobre a preocupação e que, na verdade, é isto: no fundo, por que essas mulheres todas aqui se articulam, por que a gente está aqui no Legislativo, não é? A gente tem a ideia de visibilizar o trabalho que é feito pelas mulheres e garantir proteção social para esse trabalho, não é?

Então, a Previdência é parte desse reconhecimento, seja pescadora, como a maninha que está aqui do meu lado, seja a trabalhadora camponesa, como a Adriana, seja as trabalhadoras negras, que estão falando aí pela informalidade, o trabalho doméstico, as donas de casa, que não têm nem o reconhecimento de um trabalho que é realizado é um trabalho, que, inclusive, contribui para as riquezas do país.

Bom, a Hildete acabou de chegar, de repente, depois de minha intervenção ela poderia fazer, não é? Fazer lá--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Você pode concluir, e ela já está convidada para vir para a mesa aqui.

SRA. NATALIA MORI CRUZ: Para a mesa, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Convidamos, então, a Hildete Pereira para vir para a mesa. Isto. Pereira de Melo.

SRA. NATALIA MORI CRUZ: Eu que inscrevi seu nome incompleto, Hildete [risos]. Foi mal.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas não tem problema, já está incluída aqui, Pereira de Melo.

SRA. HILDETE PEREIRA DE MELO: Chamar Ferreira.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, não. Pereira de Melo.

SRA. NATALIA MORI CRUZ: Mas, então, nossa preocupação é que o Legislativo--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas o Ferreira que é pré-candidato a federal gostou aí da história do Ferreira, viu? Fez uma propaganda para ele direto, para todo o Brasil aí [risos].

SRA. NATALIA MORI CRUZ: No tema só do trabalho doméstico, o Congresso Nacional, a gente acompanhando, hoje, mais de 40 proposições legislativas.

E, para finalizar minha fala, que eu acho que... Para voltar lá para a Hildete, eu queria só fazer hoje o registro de duas questões. Primeiro é o que FIPSS, também apoiado com várias trabalhadoras domésticas da região do MERCOSUL, vem trabalhando questão da isonomia, a garantia de direitos para as trabalhadoras domésticas. E a gente trouxe esse postal que está aqui disponível, que é para "Segure esta causa, garanta direitos integrais para as trabalhadoras domésticas", que

é uma campanha que a gente quer lançar hoje como parte dessa luta pela isonomia de direitos.

E, em segundo lugar, eu queria aproveitar esse ensejo, agradecer o Senador, de estar aqui nos acompanhando, porque, hoje, neste mesmo momento, está acontecendo uma agenda que nos preocupa imensamente. Nós, movimento de mulheres, nós trabalhadoras domésticas.

Existe um grupo que é articulado pelo patronato dessa discussão do trabalho doméstico, o Doméstica Legal, que vem se colocando, dentro do espaço do Legislativo, como o representante das trabalhadoras domésticas. E isso a gente tem que fazer essa denúncia e tornar isso claro, porque ele pode, tem toda a legitimidade, como todos os atores sociais desta sociedade, de falarem sobre suas questões. Agora, cooptar e dizer que fala em nome da trabalhadora doméstica, sendo categoria do patronato, sem articular, dizendo que vai fazer uma campanha, como hoje está acontecendo, que convidou todas nós, o que não é verdade, porque nossa agenda era esta: de trazer as trabalhadoras para elas serem protagonistas das vozes dela.

Então, nesse sentido, eu queria fazer esse registro formal, porque quase todo mundo, imprensa, vários gabinetes, inclusive, senadoras e senadores que são muito próximos a nós estão dando prioridade a essa agenda, que tem propostas, como o projeto de diárias, que não é a proposta que a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas defende, e em várias outras proposições legislativas.

Então, agradecer novamente o Senador por estar aqui com essa categoria, com as trabalhadoras organizadas [soa a campanha] para nossa causa. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Passamos, de imediato, a palavra à Sra. Hildete. Por favor.

SRA. HILDETE PEREIRA DE MELO: É uma pena, porque você disse que a Mesa era uma Mesa só das trabalhadoras, e eu aqui estou em nome do Governo, não é? Porque a Secretaria de Política para as Mulheres é um órgão do Governo.

Então, eu não acompanhei, porque eu não estava nem designada para vir aqui, não era eu, não sei como foram exatamente as discussões.

Só que eu trabalho com esse tema há muito tempo na universidade, quer dizer, eu estou a sete meses como gerente de projetos da Secretaria de Política para as Mulheres e eu tenho, quer dizer, a gente pode trocar várias ideias.

Quer dizer, hoje é um dia muito especial, porque hoje é 27 de abril, é o dia, quer dizer, atualmente, esse

é um comportamento americano de ter dia para tudo, não é? Então, esse é o Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas, e esse é uma, ainda é, quer dizer, está quase sendo destronado, viu, gente? Da maior profissão das mulheres brasileiras. Porque as comerciárias são praticamente o mesmo número de domésticas. A diferença é de 100 mil só trabalhadoras, entre as duas profissões.

Então, é uma... Eu não sei o que PNAD de 2009 vai trazer de novidade sobre isso. Mas, de qualquer maneira, quer dizer, tem novos, novas questões sendo colocadas.

Eu acho que, com relação ao trabalho doméstico, há muitas discussões. O trabalho doméstico sem remuneração, quer dizer, o trabalho reprodutivo ou o trabalho, o serviço doméstico remunerado, que é uma atividade prestada, seria para o mercado – entre aspas.

O problema é que a sociedade brasileira não vê o trabalho doméstico como uma atividade, vê com olhos diferentes. Eu acho que a gente precisa ter muita clareza dessas questões.

Não é à toa que, em 1943, quando a CLT foi promulgada, que o trabalho doméstico foi, as trabalhadoras domésticas ficaram de fora, assim como os trabalhadores rurais. A sociedade não tinha consenso a respeito dessas duas categorias profissionais.

E os trabalhadores rurais, com muita luta, conseguiram, já em 1963, que, no Governo Jango, Goulart, o Estatuto do Trabalhador Rural fosse aprovado. E, posteriormente, os militares regulamentaram, criaram o FUNRURAL, criaram a Previdência, e veio o que nós já conhecemos.

As trabalhadoras domésticas foi outra questão. É uma questão que ficou. Quer dizer, é como é, como a sociedade vê como negócio entre, da família, quer dizer, você não é pago. A atividade, o trabalho doméstico remunerado, ele não gera, ele não sai, não é pago com rendas de uma empresa, é, sim, com rendas pessoais. Então, isso é uma diferença, é como se a gente andasse em cima de um vespeiro essa questão, que implica, atualmente, na questão da formalização.

Eu participei do Lobby do Batom, ativamente, em 1985. A comissão que nós tínhamos mais, duas comissões nós tivemos muita dificuldade de dialogar. A Comissão de Trabalho e a Comissão de Educação, que foi um inferno, quando a gente, lembrando as idas e vindas nos corredores desta Casa para conseguir colocar a briga pela paridade na sociedade conjugal, e a questão do aborto que nos amarrava.

A Igreja Católica com abaixo-assinado com 600 mil assinaturas, e nós com um abaixo-assinado de 25 mil, o que, para o movimento de mulheres, era uma bruta de uma vitória em 1985. Mas a Comissão do

Trabalho não... Ficou muito impermeável e de Educação também.

Tanto que vocês, ninguém consegue lembrar por que é que tem esse inciso tão draconiano na Constituição, que exige uma Emenda Constitucional para estender todos os direitos previdenciários e trabalhistas para as empregadas domésticas.

A lei é muito recente, é de 1972. Ela é fruto de uma, de um movimento de mulheres, de domésticas brasileiras, que já havia na época, e não é à toa que um deputado do MDB de São Paulo, porque, em Campinas, havia uma associação de domésticas bastante atuante, que é ele que apresenta o projeto à lei, que é o Chico Amaral, Francisco Amaral, Deputado Francisco Amaral, que apresenta a lei em 1972. Daí para frente é uma lenta e agônica conquista de novos direitos. E nós estamos paradas nessa questão. Minha homenagem a isso.

Por quê? O que eu quero dizer, quando se fala de Previdência Social, Senador? É que o mercado, a Previdência Social é o espelho do mercado do trabalho. Então, portanto, quer dizer, quando a gente... Uma, a Previdência Social, como ela não é nada mais do que o espelho da situação da vida ativa dos indivíduos, portanto, os desiguais no mercado de trabalho vão permanecer na mesma situação, quando eles passam para a inatividade.

Como é que as mulheres, como é que a Previdência Social está presente na vida das mulheres? Ela está presente de duas maneiras: ou ela é trabalhadora, contribuinte, porque o sistema brasileiro é contribuinte, ou ela é beneficiária. Seu marido ou seu pai contribuiu, e ela recebe um benefício na sua morte. Portanto, quer dizer, essa... Se os pais e os maridos contribuíram, ela receberá um benefício.

Agora, é preciso entender que, no caso da Previdência, as mulheres, quer dizer, como é que homens e mulheres participam no mercado de trabalho? Quer dizer, a forma como eles participam no mercado de trabalho, a Previdência vai espelhar essa desigualdade dessa presença no mercado de trabalho.

Em 1980, a população feminina, que passava, que participava do mercado de trabalho era um terço. Hoje, nós somos quase 44% da população economicamente ativa, porque essa população é que interessa, é a população que está em idade de trabalhar e que está no mercado de trabalho, ocupada ou procurando emprego.

Mas nós, mas a Previdência é muito draconiana conosco, porque nós não recebemos, recebemos apenas, quase um pouco, cerca de 40% do que a Previdência paga. Quer dizer, há um erro em se pensar, porque, como as mulheres vivem mais, elas são mais

beneficiadas pela Previdência Social. Não é verdade, porque os benefícios que as mulheres recebem da Previdência são muito baixos. Como eles são muito baixos, eles são... Isso não significa um ganho para as mulheres, porque elas vivem mais.

Porque toda essa questão está presa, quer dizer, eu tenho um artigo que a gente fez uma simulação com matemática financeira para analisar essa hipótese, do que as mulheres são beneficiárias da Previdência, porque elas têm uma expectativa maior do que a dos homens. E o que a matemática mostrou é que isso não existe, porque, como... É melhor ganhar muito em pouco tempo do que ganhar pouquinho num longo prazo. Até porque, no longo prazo, nós todos estaremos mortos.

Então, e, de qualquer maneira, o cálculo matemático, quem quiser depois pode vê-lo, está publicado na Revista Gênero, da Universidade Federal Fluminense, esses benefícios são parcos.

Então, desse ponto de vista, quer dizer, a discussão do problema da formalização do número, quer dizer, é preciso ter claro que [soa a campainha] o mercado de trabalho, como ele se apresenta, é o espelho, a Previdência será o espelho desse mercado de trabalho. Se ele é desigual, os desiguais não estarão melhores na inatividade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aí volta para aquilo que nós já havíamos aqui ouvido no início, que o famigerado fator pega principalmente a mulher.

A mulher professora chega a perder 51%, se ela é celetista, na hora da aposentadoria. E as outras mulheres perdem em torno de 40%. Por isso que eu tenho sido aí o maior inimigo do fator previdenciário.

SRA. HILDETE PEREIRA DE MELO: Agora, senador, desculpe. Na realidade, a Previdência sempre teve um olhar diferente para as mulheres, tá? Os primeiros, a primeira lei de Previdência Social é de 1923, dos ferroviários do Rio de Janeiro, era uma lei do Deputado Elói Dantas, eu acho, ou Elói Ferreira. E ele já tinha um tratamento diferenciado pela questão da maternidade. Depois, a própria legislação da década de 30, que foi uma legislação picotada, até chegar a CLT, ela já fazia uma proteção ao trabalho da mulher, ao trabalho da maternidade, à questão de maternidade. Mas quem consagrou a diferença é a Constituição dos militares, os militares têm mãe.

Então, a santa mãezinha prevaleceu na Constituição de 67, e eles estabeleceram a diferença de cinco anos, tá? Então, a partir de então, ficou essa diferença entre os 30 e os 35, que novamente parece que, na atualidade, essa questão volta à tona.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas no fator não tem, porque o fator arrebenta o salário da mulher, pode fazer o cálculo. Na hora de se aposentar, nós somos privilegiados, mesmo no fator.

O fator é um banditismo para mim. É um banditismo incomparável. Eu não conheço nada mais cruel que esse tal fator que inventaram. Mas, no caso da mulher, é mais perverso ainda. Mas, enfim, nós tínhamos mais duas pessoas inscritas ou três, por favor.

SRA. PATRÍCIA RANGEL: Boa-tarde a todas e todos. Meu nome é Patrícia, eu também falo pelo CFE-MEA, como a companheira Natalia, que se inscreveu anteriormente.

Na verdade, eu me inscrevi para falar agora sobre um ponto que a Natalia já acabou cobrindo. Então, eu me sinto contemplada, mas, de qualquer forma, eu acho que vale a pena bater na tecla, para reforçar a importância do que a gente está falando.

E eu estou me referindo ao protagonismo das trabalhadoras domésticas, enquanto atrizes sociais. Qualquer tema, dentro da esfera desse grande guarda-chuva, dessa grande área que é o trabalho doméstico, compete somente às trabalhadoras domésticas, porque a categoria é delas, o trabalho é delas, a natureza do trabalho quem sofre ou, enfim, quem vive, são elas.

Então, a Natalia já comentou que existe uma organização impulsionada pelos empregadores, pelo patronato, que tem falado, ultimamente, em nome das trabalhadoras domésticas e tem realizado ações políticas em nome das trabalhadoras domésticas.

E minha intenção, quando eu me inscrevi, era alertar ao Senador Paulo Paim, eu adoraria que houvesse outros senadores e senadoras aqui, para que eles realmente tivessem isso esclarecido e realmente ficassem atentos para o fato de que as trabalhadoras domésticas têm que ser ouvidas enquanto atrizes, enquanto protagonistas.

Eu acho que não podemos permitir que ninguém fale pelas trabalhadoras domésticas, fale em seu nome ou tome ações em seu nome, articule, enfim, articule com os parlamentares para impulsionar determinada proposição legislativa, sem articular anteriormente com as trabalhadoras domésticas e sem ter o consenso delas e a aprovação delas.

Então, só para lembrar que existem sete proposições legislativas que, em conjunto, formam a frente de batalha dessa organização do patronato. E não entrando no mérito das proposições, pode ser que alguma tenha algum mérito, mas não é possível que, depois de tantos anos de discussão sobre trabalho doméstico, ainda se leve em consideração esse tipo de articulação e ainda se respeite um ator externo como um ator que pode falar pelas trabalhadoras.

Então, é só para deixar o recado, pedir aos senadores que não estão aqui [soa a campainha] e às senadoras que não estão aqui para que se atentem para esse fato e tentem manter o diálogo direto com a FENATRAD e as trabalhadoras domésticas sindicalizadas. Obrigada.

[palmas]

SRA. ROSE: Alô, alô. Bom, eu sou Rose, assessora da liderança do PT e do bloco de apoio ao Governo.

E, assim, o que eu tenho a falar é do ponto de vista daqui, do institucional do Legislativo, como as proposições vêm, as reivindicações vêm dos movimentos sociais.

E a gente pode presenciar aqui, há uns dez anos, pelo menos, assim, o período que eu tenho acompanhado a luta das mulheres aqui no Parlamento.

Eu me recordo, inclusive, da grande luta das trabalhadoras rurais, ao aprovar a licença-maternidade para a trabalhadora rural, que, naquela época, falava-se assim: "Mas como, trabalhadora rural tem direito à maternidade?". E, naquela época, era só para as urbanas.

Então, foi uma organização, um movimento belíssimo, com grande pressão e articulação dentro do Congresso Nacional, que fez virar hoje a lei, não é?

E, agora, recentemente, também, a lei que também permitiu a licença-maternidade para seis meses. Quer dizer, em tantos outros países as mulheres têm direito; quer dizer, na verdade, é o direito mais da criança do que das próprias mulheres, de até parece que é um ano, a França quase dois anos de amamentação o direito, não é?

Então, no Brasil, ainda está se avançando. Nós temos seis meses aí, que foi um projeto também muito importante do ponto de vista das mulheres.

Agora, do ponto de vista da organização, eu acho que as trabalhadoras domésticas cresceram muito também. Apesar ainda dessa dificuldade, dessa grande articulação.

Eu estou aqui me referindo, inclusive, que nós, da assessoria ali, recebemos muito contato com... Eu não sei se é uma ONG, é uma ONG Doméstica Legal, é isso? É uma ONG, não é?

Então, inclusive, por a gente assessorar aqui a Comissão de Assuntos Sociais, foi aprovado recentemente na Comissão o projeto da Senadora Serys Slhessarenko, que é do PT, ou seja, nós fazemos nosso trabalho enquanto assessoria de orientação.

E, realmente, essa ONG nos procurou bastantes vezes, dizendo que estavam sendo representadas pelas trabalhadoras, e nós, inclusive aqui, apresentamos um requerimento de Audiência Pública para debater

essa questão do direito de a diarista ter registro em carteira, não é? [soa a campainha].

E aí é o seguinte: foi unânime essa audiência, contrária a esse projeto. Desde o Governo, Ministério do Trabalho, inclusive, que acredita, eu achei uma posição radical de que a carteira assinada deveria ser o dia, não é? Quer dizer, a partir do momento que está no trabalho, você tem que ser registrado, como direito universal, e a própria representante, não sei se era a Cleusa, não. Era Cleusa? Cleusa, não é? Ah, é, era outra companheira, representando contrário também.

Então, assim, aí o Lobão foi o relator e, com uma posição muito piorada do projeto, a gente usava isso: "Olha, inclusive, a audiência foi negativa, e tudo".

Então, assim, o eu quero dizer com isso? Quer dizer que, às vezes, quem está aqui, a gente sabe do trabalho e tudo, muitas vezes, é uma pressão muito grande em cima dos senadores, das senadoras, mesmo sabendo que é um projeto da Senadora Serys.

Então, nossa situação é muito difícil, e nós pedimos a aprovação desse projeto da forma como foi, dois, três dias na carteira assinada.

Bom, o fato é o seguinte: precisa-se, então, que o movimento das domésticas, assim, também faça uma pressão, um diálogo maior com a gente, porque, na verdade, nesse período, a gente só viu essa ONG, e isso é um fato. Os senadores todos conhecem muito bem em função disso.

Então, eu acho que a gente precisa resgatar isso e fortalecer esse movimento, abrindo esse diálogo, para que aconteça mais vezes no Parlamento isso que está acontecendo aqui hoje, para que todos possam participar.

É lamentável que, infelizmente, nós, nossa bancada não esteja aqui, para estar presente neste momento que a gente considera importante e rico, com essa gama de informação sobre o trabalho das companheiras. É isso.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Temos mais uma inscrita, se não me enganar? Tá.

Pessoal, eu sou muito franco naquilo que eu tenho que dizer. Às 16 horas, eu tenho uma reunião na Câmara dos Deputados, com os senadores e deputados, para discutir o reajuste dos aposentados, que vai ser votado ainda hoje ou, mais tardar, amanhã. É uma batalha, e, como não há nenhum outro senador aqui no Plenário, no momento, que possa fazer uso da palavra, nós teríamos agora que ir já para o encaminhamento, para que eu possa me deslocar para lá e tentar ver se a gente aprova essa ideia dos 80%, que

é 7,71, retroativo ao 1º de janeiro, aos aposentados e pensionistas.

Eu ainda tenho que aprovar o requerimento, me permitam que eu faça esse movimento rápido aqui. Então, eu pergunto a todos se há alguém contra que aqui encaminhe o requerimento de aditamento.

Se não há ninguém contra, permaneçam como se encontram. Então, “requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado para participar de Audiência Pública, que tem como tema ‘Implicações da contratação da pessoa com deficiência com registro em carteira de trabalho e posterior rescisão de contrato de trabalho, em face do restabelecimento do Benefício de Prestação Continuada, BPC’, de autoria do Senador Flávio Arns, a ser realizada aqui na Comissão de Assuntos Sociais, no dia 28 de abril de 2010 – ou seja, amanhã – a Sra. Flávia Maria Diana(F) Paula Resende(F), Diretora de Políticas Temáticas da Subsecretaria Nacional da Promoção da Pessoa com Deficiência, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República”. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o seu requerimento [risos]. As mulheres é que estão mandando.

Então, como não existe mais nenhum senador presente, e todos aqui expuseram seu ponto de vista, e eu dei oportunidade para que três pessoas do Plenário também se manifestassem, entendo que a Audiência Pública cumpriu sua finalidade.

Com isso, eu encerro a presente Audiência Pública, a não ser, claro, que alguém tenha ainda uma consideração rápida a fazer, entendendo minha situação, eu naturalmente vou permitir.

SRA. ROSE: Dois segundos, só para encaminhar, para a gente não ficar apenas na Audiência, que é essencial, é estratégico para nós, é fundamental, porém nós queríamos solicitar, nobre Senador, se pudesse ser constituído, os nomes são complicados, um grupo de trabalho, coisa do gênero, entre Senado, FIPSS, as organizações do movimento social, o FENATRAD, que está todo dentro mundo dentro, para que a gente possa junto fazer um trabalho que acompanhe essas leis, que a gente avance nesse debate. Podemos fazer outros momentos de diálogo dentro desta Casa e fora dela. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Olha, a proposta que ela coloca, eu não vejo problema nenhum, que é um grupo de trabalho. A Rose? Rose, ela está propondo, eu achei interessante, que se formasse um grupo de trabalho para discutir as questões de interesse das trabalhadoras domésticas. Eu proporia que, se você pudesse, como assessora aqui da liderança do partido, ficar, neste momento, responsável para articular esse grupo, e eu me proponho

a participar dele, inclusive, para que a gente possa ir estudando os projetos e tendo uma posição mais clara, mais nítida, bem balizada daquilo que é de fato interesse da categoria.

Você concorda? Então, as pessoas dariam o nome para você, e você marcaria a próxima reunião de trabalho.

SRA. ROSE: Suprapartidário, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Suprapartidário, claro.

SRA. ROSE: É uma forma de a gente ampliar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pela Assessoria que você dá a todos nós.

SRA. ROSE: OK. O senhor é um dos meus chefes. Então [risos], eu não posso negar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Todos concordam? Então, se quiserem aqui, agora, viu, Rose? Eu vou encerrar a Audiência Pública, se quiserem aqui já formatar esse grupo, nós já passamos a trabalhar.

Ok? Encerrada a Audiência Pública. Obrigada a todas

[palmas]

Sessão encerrada às 15h51.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS.

Às nove horas e doze minutos, do dia vinte e oito de abril de dois mil e dez, no Auditório Petrônio Portela, sob a Presidência do Senhor Senador **Paulo Paim**, Presidente da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, com a presença dos Senadores Mozarildo Cavalcanti, José Nery e das Senadoras Lúcia Vânia e Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social. Deixam de comparecer os Senadores Adelmir Santana e Mão Santa. Registra-se a presença dos Senadores Augusto Botelho e Aloizio Mercadante. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião. O Presidente registra a presença dos Deputados Federais Paulo Pimenta, Luis Carlos Heinze e Paulo Pereira da Silva, e dos Senhores Carlos Alberto Litti Dahmer – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de Carga – SINDITAC-IJUÍ, Luiz Alberto Mincarone, Representante da Associação Brasileira de Transportes

tadores Internacionais – ABTI; Paulo Roberto Barck, Presidente do Sindicato dos Empregados em Transportes Rodoviários de Carga Seca do Estado do Rio Grande do Sul – SINECARGA; José da Fonseca Lopes, Diretor-Presidente da Associação Brasileira dos Caminhoneiros – ABCAM; Edgar Ferreira de Sousa, Presidente da Federação Nacional dos Taxistas e Transportadores Autônomos de Passageiros – FENCAVIR; Ubiraci Dantas de Oliveira, Vice-Presidente da Central Geral dos Trabalhadores Brasileiros – CGTB; Nélío Botelho, Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro – MUBC; Bernabé A. P. Rodrigues “Gas-tão”, Diretor do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens do Estado de São Paulo (“Caminhoneiro”) – SINDICAMP-SP; Luides Fernandes Leopoldo, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Santa Cruz do Sul e Região – SINDIRODOVIÁRIOS; João Antonio de Moraes, Coordenador Geral da Federação Única dos Petroleiros – FUP; Odimar Roman, Coordenador do Movimento União Brasil Caminhoneiro de Santa Catarina; Hercules Pereira, Presidente da Federação dos Caminhoneiros Autônomos de Carga em Geral do Estado do Rio de Janeiro – FECAMRJ; Nestor Behenck Sebastião “Quartinho”, Presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Três Cachoeiras; José Acácio Carneiro, Vice-Presidente Nacional do Movimento União Brasil Caminhoneiro – MUBC; Neuri Tigrão, Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro do Paraná; José Araújo “China” da Silva, União Nacional dos Caminhoneiros – UNICAM; Marco Aurélio Ribeiro, Assessor Jurídico da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística – NTC & Logística; Francisco Biazotto, Presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens do Estado de Santa Catarina – SINDICAM-SC; Nailton Alves da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de Carga – SINDITAC-AL e Representante do Nordeste do MUBC; Francisco Cardoso, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais – ABTI; João Pirotto, Consultor Técnico da Transporte & Logística – SETCERGS; Jeová Pereira, Presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Cascavel e Região. O Presidente comunica que a presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública aprovada conforme Requerimento nº 2, de 2010-CAS, de sua autoria, para debater “A melhoria nas condições de trabalho, salário, segurança e saúde do Motorista de transportes de modo geral”, com a presença dos convidados: Fernando Donato Vasconcelos, Auditor Fiscal do Trabalho, Representante do Senhor Carlos Roberto Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego;

Sebastião Vieira Caixeta, Procurador Regional do Trabalho, Representante do Dr. Otavio Brito Lopes, Procurador-Geral do Trabalho; Flávio Benatti, Presidente da Seção II – Cargas da Confederação Nacional dos Transportes – CNT, Representante do Senhor Clésio Andrade, Presidente da CNT; Wilbert Ribeiro Junquilha, Gerente de Regulação de Transporte Rodoviário de Cargas, Representante do Senhor Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; e Getúlio Ferreira Camara Nunes, Policial Rodoviário Federal e Médico Aéreo Hospitalar da Coordenação Geral de Operações, Representante do Senhor Hélio Cardoso Derenne, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Justificou ausência o Senhor Omar José Gomes, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres – CNTTT. A Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, alterna a Presidência com o Senador Paulo Paim. Usam da palavra os Senadores Augusto Botelho, Aloizio Mercadante, José Nery, Paulo Paim e a Senadora Rosalba Ciarlini. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senador **Paulo Paim**, Presidente da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – CASEMP

4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2010, ÀS 09 HORAS E 12 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos e minhas amigas, nós vamos iniciar esta Audiência Pública, que tem como objetivo discutir o Estatuto do Profissional do Volante, o Estatuto dos Motoristas, deixando bem claro que esta audiência já é a 14ª Reunião que fizemos para debater esse tema, que centra, o debate é centrado, e a redação final do estatuto, ele vai contemplar tanto os motoristas de transporte de carga, de caminhões, como os motoristas de ônibus, como também os taxistas, como também, com certeza, quem é autônomo, quem é celetista, e,

naturalmente, também, nós estaremos ouvindo os empreendedores.

Nós entendemos que o estatuto só vai ter lógica e vai ser reconhecido e aprovado pela ampla maioria da Câmara e do Senado, se nós tivermos a habilidade de construir um grande entendimento, que envolva todos aqueles que se dedicam a esse setor, seja o transporte de carga ou de passageiros ou, até de forma carinhosa, eu diria, o transporte, por exemplo, de remédios e de pacientes; ali está ligado diretamente à vida das pessoas.

Então, é um estatuto abrangente. Todas as reuniões foram muito, muito positivas, até o momento; todas aconteceram num alto nível, num alto nível do debate, tanto por parte dos empresários do setor como dos trabalhadores.

Eu mesmo estive em São Paulo, numa grande reunião, onde estavam representantes de empresários e de trabalhadores, e fizemos lá um belo debate.

Eu tenho certeza de que, hoje, aqui também nós faremos um grande debate. Todos foram convidados, quem resolveu não vir, por um motivo ou outro, isso é democrático. Nós teremos outras audiências públicas, e o debate vai continuar, até que a gente tenha uma redação que signifique a média de pensamento da sociedade sobre esse tema.

Eu vou fazer um apelo a todos vocês, um apelo aqui respeitoso deste Senador, o debate, aqui, é o Estatuto do Profissional do Volante. Vocês todos que estão aqui são líderes, por isso estão convidados. Eu gostaria muito que o debate ficasse pautado em cima desse tema. As divergências que existem na categoria, eu entendo que a vida é assim mesmo. Eu fui sindicalista, durante muitos e muitos anos, e fiz o debate duro e necessário em cada área correspondente, no momento adequado. Aqui é o debate do Estatuto do Motorista, é isso que unifica todos nós. Então, nossa responsabilidade é muito grande.

Eu queria dizer para vocês que esta Audiência Pública, ela vai para todo o Brasil, com cada homem e cada mulher que vai usar a Tribuna. E eu vou permitir que usem a Tribuna. Eu faço esse apelo, em nome do povo brasileiro, de que usem a Tribuna para discutir o tema que está em debate neste momento, que é o Estatuto do Motorista.

Desejo uma grande Audiência Pública para todos nós, e o beneficiado, no fim disso tudo, seja aquele profissional que dedica sua vida a transportar carga ou passageiros por todo o Brasil.

A vocês, líderes, que estão aqui, que são quem tocam o Brasil, por isso, uma grande Audiência para todos nós, e eu conto com cada um de vocês.

[palmas]

Assim, com essa introdução, nós já abrimos esta 4ª Reunião desta Subcomissão e da Comissão Especial da nossa Comissão de Assuntos Sociais e iniciamos nossos trabalhos propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que foi a 3ª Reunião.

Os senadores e senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente reunião, como eu dizia, destina-se à realização de Audiência Pública, aprovada conforme Requerimento nº. 2, de 2010, da CAS, de minha autoria, para debater a questão do Estatuto do Motorista.

De imediato, eu vou convidar os painelistas para a mesa. Convido o Sr. Fernando Donato Vasconcelos, Auditor Fiscal do Trabalho, representando aqui o Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Roberto Lupi.

[palmas]

Convido também... Só cumprimentar aqui meu amigo, que representa aqui nosso ministro, que vem prestigiar nossa Audiência Pública.

Convido também o Sr. Sebastião Vieira Caixeta, Procurador Regional do Trabalho, representante do Procurador-Geral do trabalho, Sr. Otavio Brito Lopes.

[palmas]

Agradeço muito ao Procurador-Geral e a você, por estar aqui prestigiando nossa atividade.

Convido, neste momento, o Sr. Wilbert Ribeiro Junquilha, Gerente de regulação de transporte rodoviário de cargas, representante do Diretor-Geral da Agência Nacional de Transporte Terrestre, ANTT, Sr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira.

[palmas]

Convido, ainda, o Sr. Getúlio Ferreira Câmara Nunes, Policial Rodoviário Federal e Médico aéreo hospitalar da Coordenação-Geral de Operações, Representante do Diretor de Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Sr. Hélio Cardoso Derenne.

[palmas]

Quero também convidar para a mesa, conforme entendimento feito ontem com lideranças, com as quais conversamos, convidamos, primeiro, representando, ABCAM, a Associação Brasileira de Caminhoneiros, o Sr. Fonseca.

[palmas]

Convido também, do SINECARGA, lá do meu Rio Grande do Sul, que tem me ajudado muito nesse debate, contribuído, que é o Paulo Roberto Barck, presidente do SINECARGA.

[palmas]

Convido, também, esse senhor que tem apresentado contribuições, eu diria, muito, muito importantes para o estatuto, e fiz questão de que ele estivesse aqui, que é o Sr. Luiz Alberto Mincarone, representan-

do a ABTI, Associação Brasileira de Transportadores Internacionais.

[palmas]

Como não dá para colocar todos vocês na Mesa. Eu gostaria de colocar todos, mas me pediram, aqui, eu espero que faça parte do entendimento, que venha também para a mesa o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Santa Cruz do Sul e região, Sr. Luides Fernandes Leopoldo.

[palmas]

Eu quero dizer para vocês que fiquem tranquilos, que esta Presidência vai levar esta audiência até o meio-dia. Além de nossos convidados, eu ainda sempre, toda Audiência Pública que faço, e nesta não será diferente, nós vamos ainda indicar, conforme entendimento aqui na mesa, o número de quatro ou cinco ou seis pessoas que estão no auditório, que possam também dar sua contribuição, porque, além dos convidados, todos vocês são convidados, só que eu não posso colocar todos na mesa.

Eu sei que dão sua vida atuando nessa área e têm muito a contribuir para a redação final desse estatuto. Se o Paulo Mincarone me permitir, ele que tem acompanhado quase todas as audiências públicas e tem já, inclusive, apresentado um trabalho, eu começaria com você, Paulo, se é possível... Luiz; Paulo é o outro lá.

Eu começo, então, com o Luiz Alberto Mincarone, da ABTI, para que ele faça sua exposição, e, em seguida, passaríamos para nossos outros oradores.

Então, com a palavra Luiz Alberto Mincarone, representando a ABTI.

Os convidados poderão falar daqui, e, se alguém entender que deva usar o microfone, que é o mesmo microfone que a Plenária vai poder usar, num segundo momento, fique bem à vontade.

SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE: Bom, Exmo. Senador Paulo Paim, demais membros da mesa, colegas transportadores e caminhoneiros, motoristas, eu acho que estamos todos aqui num conagraamento para buscar, num debate profundo, encontrarmos as melhores soluções e a melhor redação para o Estatuto do Motorista, que representa um marco e vai representar um marco histórico para a categoria dos motoristas.

Nós sabemos que é uma profissão que tem muitas dificuldades para enfrentar no dia a dia, nas estradas, na questão dos veículos, das cargas, e esse estatuto está chegando em boa hora. Nesse momento, eu acho que é importantíssimo aprofundar esse debate, para que a estatuto contemple todas as necessidades dos motoristas, como o Senador explicou, seja motorista de táxi, de caminhão, de jamanta, de truck, enfim, to-

dos aqueles que estão ao volante e dedicando toda sua vida ao transporte das mercadorias.

É bom lembrar que nenhuma caneta, nenhum pau de fósforo chega no destino sem ter a presença do motorista e de um caminhão no meio do caminho. Então, é uma profissão da maior importância para nosso país. Por favor.

Eu vou apresentar aqui para vocês, nós temos... Em primeiro lugar, eu gostaria de esclarecer que nós fizemos um trabalho conjunto entre a Associação Brasileira de Transportadores Internacionais, que congrega as empresas que fazem o transporte no MERCOSUL e o Sindicato das Empresas de Transporte de Carga do Rio Grande do Sul. Pode passar, por favor.

Nós temos algumas questões básicas para analisar, em relação ao Estatuto do Motorista. Primeiro, nós temos que distinguir entre o que é tempo de direção, que teria que fazer uma modificação no Código de Trânsito, e o que é jornada de trabalho, que implica numa modificação da CLT.

O alcance da legislação. Quando nós falamos de tempo de direção, do Código de Trânsito, tanto o autônomo como o empregado, ele está abrangido por essa legislação; o tempo da direção tem que ser obedecido por autônomos e empregados. Já no caso da jornada de trabalho, o alcance é somente o empregado, porque o autônomo, ele é o próprio árbitro de sua jornada, ele que programa sua jornada. Próximo.

Bom, vamos falar, primeiro, sobre jornada de trabalho. Nós achamos importante deixar que exista uma margem de negociação nas convenções coletivas entre os sindicatos. A lei deve dar algumas linhas gerais, algumas linhas mestras, mas a relação entre os sindicatos é muito importante, até pelas características regionais do país, do tipo de transporte, se é especializado ou não, se é nacional ou internacional. Então, essa margem tem que ser prevista dentro do estatuto.

Quanto a tempo de direção, vamos nos focar agora nessa área. Bom, o que nós achamos importantíssimo – e eu estou começando pelo fim de propósito – é que acha uma fiscalização, porque nós temos, por exemplo, a questão do álcool, que é uma legislação muito importante, mas que não está como deveria estar, porque a fiscalização não conseguiu atingir os objetivos, talvez por falta de pessoal, falta de equipamentos, aí tem vários motivos.

Então, nessa questão, a fiscalização vai ser importante. Quem são os órgãos que vão fiscalizar? Polícia Rodoviária Federal, a Estadual, os agentes municipais de trânsito, que os caminhões transitam em viagem dentro da cidade.

Tem que dar condições de trabalho aos agentes fiscalizadores, isso é muito importante. Nós temos vis-

to a Polícia Rodoviária sempre lutando por melhores condições. O efetivo tem que ser suficiente para realmente fiscalizar e tem que ter uma fiscalização efetiva e eficiente, isso é muito importante.

E também achamos que a multa, ela tem que ter valores elevados, eu não digo, exorbitantes, eu digo elevados, porque não podem ser valores simbólicos, porque, se forem valores simbólicos, a lei pode acabar caindo no descrédito. Próximo.

Nós temos que prever algumas situações específicas, na questão da profissão do motorista. Por exemplo, viagens de longa distância, viagens nacionais e internacionais; viagens internacionais, nós temos viagem de ida e volta ao Chile que demora 15 dias. Uma viagem do Rio Grande do Sul ao Ceará vai demorar 10, 12, 14 dias, também. Então, são situações específicas.

Bom, outras situações muito importantes que têm que ser previstas. A questão do motorista, por exemplo, se ele tem uma quantidade de horas e, a partir dessas horas, ele tem que parar, nós temos que ter uma margem para que ele atinja um local seguro; muitas vezes, não tem o local adequado e está vencendo o horário, então, tem que ter essa flexibilidade para ele atingir um local seguro, para que ele possa chegar à sua residência.

Às vezes, o motorista está a 50 km da sua residência, e ele pode dormir em casa, com sua família, e não pode ficar, ter que parar num posto por uma questão de meia hora, por exemplo. A chegada, às vezes, na base operacional da empresa, que é a mesma coisa, deixar o caminhão no pátio da empresa e poder ir para casa.

Quando tem um local de fronteira de trânsito, por exemplo, ou num posto fiscal ou num posto de fronteira, local de carga e descarga. Quer dizer, quando ele está nas proximidades de algum desses locais, a lei deve prever uma flexibilidade para que ele possa atingir aquele local, estar tranquilo, podendo relaxar, ir para sua casa ou deixar o caminhão para que os procedimentos sejam feitos sem a presença dele. Próximo.

Outro assunto que tem que ser visto com cuidado é dupla de motorista, é quando é feita viagem em dupla, isso às vezes acontece em viagem de longa distância. Então, tem que ter um cuidado especial na legislação para a viagem em duplas.

Também a questão do tipo de carga, porque nós temos cargas perigosas, cargas perecíveis, cargas que exigem autorizações especiais de trânsito, pelas suas dimensões, que precisam de batedores e que têm horários específicos, e alguma outra legislação que possa conter determinações específicas. Próximo.

Bom, quais são os impactos dessa legislação? Nós apresentamos algumas medidas que nós achamos importante serem preventivas. Como, por exemplo, vai haver uma necessidade maior de locais de parada para os caminhões; se a lei colocar certas limitações, e os caminhões tiverem que parar, precisa ter estacionamento suficiente. Tem que incentivar outros pontos de estacionamento em rodovias.

Por exemplo, o Governo, ao prever, agora, concessões de pedágios e construção de postos de pedágios, já tem que prever um estacionamento adequado, em tamanho suficiente, para poder receber mais caminhões, porque os postos de abastecimento, que hoje são os grandes locais de paradas, eles são privados, eles têm um determinado limite de área de interesse, e o Governo precisa estimular outros locais que possam receber veículos, com instalações adequadas também para os motoristas. Próximo.

Bom, a necessidade de ter uma estrutura e uma segurança nos locais da parada e estacionamento é fundamental. O motorista, ele vai parar um caminhão, ele não pode parar em qualquer lugar, tanto para sua segurança pessoal como para a segurança da carga que ele transporta.

E também eu acho que está na hora de a gente valorizar o motorista com instalações adequadas, com sanitários, com banheiros, com locais da refeição, locais de lazer. E aí, também, podemos estimular muito o SEST/SENAT, que é o órgão do Sistema S, a também ajudar a construir nas rodovias esses locais, além dos que nós propugnamos que o Governo busque iniciativas junto às concessões de rodovias e outros órgãos.

Também vai haver uma necessidade maior, uma maior quantidade de motoristas. Vamos precisar ter mais cursos de formação e aperfeiçoamento de motoristas. Eu acho que esse é um grande gargalo que nós temos hoje no Brasil, não só pela falta, em termos de quantidade, mas também pela localização dos locais.

Eu acredito, eu não conheço, no Nordeste, por exemplo, se tem algum local que tenha esses cursos de formação. Eu acho que nós temos que estimular a entrada dos jovens no mercado de trabalho, através de cursos técnicos que permitam que motoristas tenham uma formação técnica ao dirigir um caminhão.

A necessidade de maior quantidade de caminhões e de programas de financiamento para aquisição. O caminhão vai rodar um pouco menos, nós vamos precisar ter mais caminhões; mais caminhões e tem que ser financiamento para a aquisição desses caminhões, como foi falado ontem, aqui, inclusive com a presença dos representantes do BNDES. Próximo.

Vai haver uma necessidade da melhoria da infraestrutura nas estradas, a construção de novas

estradas e a ampliação das atuais. Nós temos muitos gargalos com rodovias que precisariam ser duplicadas e outras áreas que precisam de construção. Sabemos que o Programa de Aceleração do Crescimento já está prevendo a construção de muitas rodovias, mas eu acho que é natural que se consiga avançar em termos de planejamento e, principalmente, conversando com os motoristas, que são quem estão no dia a dia na estrada, que sabem as rotas, que têm mais necessidades.

Bom, algumas medidas tributárias, compensatórias precisam, para equilibrar o custo das empresas e dos autônomos. Aí nós citamos vários tributos que incidem, como é o caso do INSS, PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social. Nós já temos experiência de outros países que demonstraram que esse é o caminho. Quer dizer, o impacto inicial, ele tem que ser, de certa maneira, compensado de alguma forma, com relação a alguns desses tributos, seja para a autônomo ou seja para a empresa. Eu acho que isso tem que estar também previsto e feita uma negociação com a fazenda nesse caso. Próximo.

Também entendemos que a implantação da lei, ela tem que ser em etapas, com período de transição. Por exemplo, um estatuto, ele, para vigorar, nós podemos criar etapas, no tempo de direção, depois, a jornada de trabalho e, dentro desses itens, dividir. Por quê? Porque nós vamos depender de adequação da estrutura, das operações que vão ser modificadas no relacionamento entre o caminhoneiro e as empresas e, também, certo impacto na competitividade do setor. Quer dizer, se o próprio autônomo ou o motorista empregado vai ter que rodar um pouco menos, ele tem que se adaptar a essas circunstâncias junto a seus clientes.

Bom, a questão que nós chamamos de fracionamento do tempo de direção. Por exemplo, se o motorista pode dirigir quatro horas, como é que ele pode fracionar essas quatro horas em quantos períodos e qual o período máximo ou mínimo?

Então, nós temos que definir em situações em que o motorista pode optar pelo fracionamento do tempo de direção e descanso. Eu vou dar um exemplo: o motorista está chegando a São Paulo, vindo de qualquer lugar do país. Ele chega a São Paulo às nove horas da noite e está a 100 km de São Paulo.

Se, pela lei, ele teria que ficar no outro dia até as sete ou oito horas da manhã, isso acaba se tornando um problema prático, porque o motorista vai entrar em São Paulo na hora pior do trânsito, na hora em que a trânsito está engarrafado. Então, se ele tem, por exemplo, um descanso, vamos supor, de nove horas, ele poderia, naquela circunstância especial, reduzir para sete, para poder acordar mais cedo de manhã, entrar na cidade fora do horário, antes do horário de

congestionamento, e cumprir essas duas horas que ele fracionou, que ele quebrou, mais tarde, durante a manhã; enquanto o caminhão está descarregando, ele pode estar descansando.

Então, isso permitiria que, nessas circunstâncias, os motoristas possam adequar sua viagem ao trânsito, que é um grande problema principalmente nas grandes capitais. Então, que ele possa fracionar seu descanso em circunstâncias especiais, mas desde que ele cumpra o restante do descanso em seguida. Próximo.

Bom, quais são os impactos positivos que nós entendemos haver referente ao Estatuto do Motorista? O primeiro, sem dúvida, é a segurança viária, vai haver uma redução muito grande no índice de acidentes nas estradas. O segundo é que vai haver uma melhoria na qualidade de vida e na saúde dos trabalhadores. Ora, um trabalho mais ordenado, mais disciplinado, com regras, vai permitir ao trabalhador ele ter uma saúde melhor, uma vida mais regrada, e condições melhores para si e para sua família. Vai haver uma segurança jurídica maior, tanto para empregados, trabalhadores e autônomos.

Então, nós não vamos ter aquela confusão que existe hoje, muitas vezes, com reclamações trabalhistas ou autônomos reclamando de empresa, e assim por diante, nós vamos ter normas e marcos que vão permitir uma segurança jurídica, e quem entrar no segmento, seja como motorista, empregado, autônomo ou empresário, ele vai saber qual é a regra do jogo, e nisso vai haver mais tranquilidade nas relações.

Bom, quais são as propostas, algumas propostas que nós estudamos, que são linhas mestras gerais? Não queremos trazer aqui coisas, cartas marcadas, estamos dando sugestões para que todos pensem, reflitam e vejam o que é melhor e que o é pior. Por exemplo, nós levantamos uma ideia de que o tempo máximo de direção, sem parada, deveria ser de quatro horas, quer dizer, o motorista, no máximo em quatro horas, ele tem que realizar uma parada; o tempo adicional máximo para a direção ininterrupta. Quer dizer, quanto tempo a mais, além das quatro, ele poderia?

Nós colocamos que, como o tempo adicional que o motorista pode dirigir, alguns casos, em busca de um local seguro para estacionar, um local onde tenha que fazer algum trâmite, como uma fronteira, a chegada do local de carga, no destino da viagem, na sua base operacional ou na sua residência. Quer dizer, aqueles casos contemplados, em que poderia haver uma prorrogação de uma hora e meia para ele atingir esses locais.

O motorista que vai estar num raio de 100 km do seu destino ou da sua residência, ele rodando uma hora, uma hora e pouco a mais, ele chega lá e pode

tranquilamente estar na sua residência ou num local mais seguro.

O tempo máximo de pausa, o mínimo de pausa, perdão, é o tempo mínimo de parada dentro do tempo máximo na jornada ininterrupta. Então, ele tem quatro horas de jornada ininterrupta, quanto ele tem que parar, no mínimo de pausa? Meia hora é uma sugestão que nós estamos dando. Quer dizer, ele roda quatro horas e tem que parar no mínimo meia hora. Próximo.

Esse fracionamento do tempo mínimo de pausa, ele fica livre para dividir como ele quiser. Então, se o motorista, ele pode rodar duas horas e parar 15 minutos e rodar outras duas e parar 15. Então, no total de quatro horas, ele parou 30 minutos, quer dizer, ele não é obrigado a parar os 30 de uma vez, ele pode ter a liberdade de fracionar, desde que ele atinja o mínimo de 30 minutos. O objetivo nosso é que o motorista tenha sua liberdade na estrada, de fazer seu horário, mas respeitar alguns mínimos.

Bom, uma sugestão para o tempo máximo de direção, num período de 12 horas. O tempo máximo do somatório dos tempos de direção ao longo de um período de 24 horas nós colocamos como 12 horas; máximo. Próximo.

Bom, em certas circunstâncias, que aquelas que nós falamos que o motorista está dirigindo em busca de local seguro, local de trâmite, local de chegada de viagem ou na sua residência, uma hora e meia. Então, algum dia, ele está chegando à sua casa, naquele dia, ele poderia rodar uma hora e meia a mais. Próximo.

Agora, o tempo mínimo de descanso, entre duas jornadas de 24 horas, entre um dia e outro. Nós estimamos um período de nove horas. Então, o motorista para as nove horas da noite num posto, vai jantar, toma seu banho, vai dormir, no outro dia, às seis horas da manhã, ele estar levantando, nós achamos que é um tempo razoável nessa nossa sugestão. Próximo.

Como é que poderia ser fracionado esse tempo mínimo de descanso do período de 24, horas, essas nove horas? Poderia ser fracionado, para situações específicas, em sete mais duas. Então, se ele chegou às nove horas, em vez de ele sair às seis da manhã, quiser sair até as quatro ou cinco da manhã, para entrar na cidade, ele poderia fazer.

Nós também temos um tempo mínimo semanal, que é aquele período descanso semanal, que é o domingo. Nós colocamos que, no período entre dois períodos de sete dias, que não obrigatoriamente seria o domingo, mas, em circunstância, sim, ele teria que ter 36 horas de descanso. Isto é, das seis da tarde de um dia, o outro dia inteiro, até as seis da manhã do próximo dia. Então, ele roda, vamos dizer, no sábado até as seis da tarde, descansa todo o domingo, na

segunda-feira, seis da manhã, ele sai. Isso seria um mínimo de 36 horas. Próximo.

Agora, qual é o tempo máximo que poderia ser prorrogado para o início do descanso semanal? O que é isso aí? É um adicional de tempo, além dos sete dias em que o motorista não é obrigado a iniciar o descanso semanal ininterrupto. Eu vou dar um exemplo, o motorista sai do Rio Grande do Sul a Fortaleza, e está voltando ou está numa viagem longa e de retorno. Quando chegou ao sétimo dia, ele está, vamos dizer, ele está voltando para o Rio Grande do Sul, mas ele está em São Paulo ainda.

Então, ele, em vez de fazer o descanso dele no sétimo dia, em São Paulo, ele poderia prorrogar mais três dias, porque aí ele chegaria à sua cidade, vamos dizer, Porto Alegre, e aí ele descansaria, desde, claro, que tenha uma compensação. Próximo.

Então, o fracionamento, agora eu vou falar, vou voltar àquelas 36 horas, que é o fracionamento das 36 horas poderia ser dividido em períodos mínimos de descanso de 30 mais seis.

Então, é a mesma situação que sempre coloca, tudo o que a gente colocar como mínimo, a gente tem que ter oportunidade de fracionar para situações especiais. Então, se ele tem que rodar no sábado até as nove, dez horas da noite e reduzir a 36 horas para 32, por exemplo, ele pode, desde que ele complete as seis horas ininterruptas em seguida, na próxima jornada. Próximo.

Bom, então, nós esperamos ter contribuído, a ABTI e o SETCERG estão à disposição de vocês, quem quiser os dados desta apresentação pode solicitar para nós. E nós estamos transpassando esse debate, além do Rio Grande do Sul, por entidades do restante do país, e não só entre as entidades de empresas, mas também dos autônomos e também dos motoristas, empregados.

E queremos, realmente, como o senador falou, que esse estatuto seja bom para todos; se ele for bom para duas categorias, e não for bom para uma, ele não vai servir. Então, nós queremos e estamos abertos para que o estatuto possa receber a contribuição de todos. E nós, por parte das empresas, sejam empresas pequenas, médias ou grandes, estamos estabelecendo essas negociações lá no Rio Grande do Sul, para que a gente possa contribuir o melhor possível. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço ao Luiz Alberto Mincarone, que apresentou aqui suas sugestões. E quero sempre informar ao Plenário, tudo são sugestões, que nós todos vamos aprofundar o debate e iremos construir o que for melhor

para nosso povo. Eu convido, nesse momento, a vir para a mesa o Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro, que é o companheiro Nélcio Botelho.

[palmas]

Cumprimento a todos. Cumprimento, também, convido, também, para vir para a mesa, que eu procurei mais ou menos manter um equilíbrio do nosso querido Movimento Sindical, no seu conjunto, o companheiro 'Bira', deve estar presente também o 'Bira'. Uma salva de palmas para o 'Bira' aí.

[palmas]

E vamos continuar com nossa atividade, convidando, neste momento, o Sr. Fernando Donato Vasconcelos, auditor fiscal do trabalho, representante do Ministério do Trabalho e Emprego, representando aqui o nosso querido amigo, ministro, para mim, um dos melhores ministros que este país tem, me permita que eu diga isso.

Eu gosto muito dele, acho uma pessoa séria, responsável e tem nos ajudado muito. Então, na sua figura, eu queria dar uma salva de palmas para o Ministro Lupi, pelo trabalho que ele vem fazendo, em prol dos trabalhadores e da própria relação entre empregados e empregadores.

[palmas]

V. Exa. está com a palavra.

SR. FERNANDO DONATO VASCONCELOS:

Obrigado, senador. Agradeço, em nome do Ministério do Trabalho, o convite. Saúdo todos os membros da Mesa, representantes sindicais, Ministério Público do Trabalho, todos os presentes.

Antes de iniciar o próprio tema, eu queria registrar a importância de essa discussão estar sendo feita no dia de hoje, dia 28 de abril, que é, do ponto de vista da Organização Internacional do Trabalho, considerado o Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho.

Do ponto de vista da legislação brasileira, desde 2005, é o Dia Nacional em Memória das vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho. Então, eu acho que o dia 28 de abril é um dia muito importante para discutir a questão da segurança e da saúde do trabalhador caminhoneiro, que tem sido o segmento profissional que tem sido mais vitimado por acidente de trabalho no país.

Então, de fato, se é para defender a segurança e saúde neste dia e escolher uma categoria, nada melhor do que o Senador Paulo Paim ter convocado esta Audiência para este dia, exatamente um dia em que mundialmente se debate essa questão da segurança e saúde e se homenageiam as vítimas.

[palmas]

Bom, embora a discussão, ela seja bastante ampla em relação ao trabalho rodoviário, ao trabalho dos

motoristas, de modo geral, nós vamos destacar, principalmente, a questão do transporte de carga. Vamos falar de outros temas também, dentro do transporte, mas principalmente a questão do transporte de carga, e explicarei o porquê dessa preferência, que os senhores têm consciência, mas o porquê desse destaque, neste momento, na nossa apresentação...

Melhor ainda. Então, o próximo slide, por favor.

Esse setor de transporte e, particularmente, de transporte de carga apresenta a pior taxa de acidentes de trabalho fatais do país, e não é nesta última década, é de muito tempo. No final, em meados da década de 90, a gente já via esse debate sendo colocado no país e a gente não conseguiu, nesse período, reverter essa situação. Esse é o grande desafio para o Brasil.

Se falou, durante décadas da questão da construção civil, ainda é uma questão de grande importância, do ponto de vista do acidente de trabalho, mas se destaca muito a construção civil e, muitas vezes, se esquece a questão do transporte e, particularmente, o transporte de carga.

Outro grave problema já mencionado é a questão do excesso de jornada. O outro, ao nosso ver, é a terceirização, sem previsão legal na legislação trabalhista; quer dizer, existe uma previsão legal específica para o transportador autônomo, mas a terceirização, de modo geral, nós não consideramos que seja abrangida na lei. E um grave problema, que é a questão do emprego sem registro legal, que nós vamos registrar em seguida.

No próximo slide, nós mostramos, rapidamente, só para ter uma ideia da proporção nos anos de 2005 a 2007, como o setor de transporte, em termos de mortes por acidentes de trabalho, tem importância em relação aos acidentes notificados.

A gente sabe que a realidade, tanto do Brasil, quanto a realidade do próprio setor e, particularmente, do próprio setor, é muito pior do que essa. Infelizmente, é muito pior. Nós temos um setor que é assim: o trabalhador caminhoneiro, ele morre na estrada. Então, se vê uma série de outros fatores, mas não se vê a questão do trabalho, porque ele estava a trabalho, a serviço, e essa questão, muitas vezes, não é devidamente registrada, até pelos aspectos do registro legal dele.

No outro slide, a gente destaca a comparação entre transporte de carga no mesmo período e transporte de carga e acidente de modo geral, transporte de carga e transporte rodoviário, destacando claramente que a questão que nos exige ênfase é a questão do transporte como um todo, mas, particularmente, a questão do transporte de carga.

Em uma sequência de slides, a seguir, eu vou chamar a atenção para uma ação que nós iniciamos

no ano passado, bastante diferente do que o Ministério do Trabalho vinha fazendo, até então, e que é uma das grandes dificuldades da fiscalização do setor é o fato de que não adianta ir à garagem, não adianta ficar apenas em determinados pontos da jornada, você tem que ter mecanismos de fiscalização mais amplos. E esses mecanismos de fiscalização mais amplos envolvem não apenas a questão do tacômetro, tacógrafo, que, muitas vezes, se colocam restrições legais sobre a medição da jornada a partir do tacógrafo, mas, na verdade, à medida que você cruza o conhecimento, a nota de conhecimento, cruza os documentos com o próprio tacógrafo, com isso, você compõe a fiscalização da jornada, isso já é um elemento.

Por exemplo, quem presta serviço à Petrobras Distribuidora já tem que mostrar cópia do tacógrafo, durante a jornada. Então, é possível trabalhar com o tacógrafo. Mas nós trabalhamos, basicamente, e aí levantamentos as grandes empresas, em termos de faturamento no setor de carga no país, e fizemos uma ação fiscal, ainda consideramos inicial, buscando os dados de rastreamento por satélite.

Essa questão de cruzar os dados de rastreamento por satélite com os dados das próprias empresas é a grande inovação que nós estamos trazendo para a fiscalização do setor.

Sabemos que o rastreamento por satélite, muitas vezes, ele não atinge grande parte do segmento, mas atinge, de modo geral, setores importantes, e não apenas as grandes, mas aqueles que estão trabalhando com as grandes.

No próximo slide, a gente vai discutir uma empresa, vai apresentar dados de uma empresa, que, evidente, eu não cito a empresa, é uma das grandes empresas de transporte de carga do país, a gente está em processo de auditoria, então, não cabe colocar nenhum detalhe dessa natureza, mas, assim, essa empresa, o raio X que a gente está fazendo dessa empresa, a gente está fazendo de várias outras ao mesmo tempo, eu destaquei uma dela, nos permite colocar qual é a situação que a gente encontra nessas grandes empresas.

Então, esse slide, ele coloca a questão da proporção de motoristas com jornada excessiva contínua. Então, o que a gente vê na primeira coluna é que mais de 70% dos motoristas trabalham mais de oito horas por dia. Isso, na verdade, isso é óbvio, e, assim, normalmente, seria de se esperar até mais, pelo que a gente sabe. É porque a gente tem pequenas jornadas envolvidas em relação a essa grande empresa, e isso joga a jornada um pouco para baixo.

Mas, quando a gente coloca dados, por exemplo, de 12 horas, 16 horas e chega no final, em que a gente

encontra jornadas de mais de 24 horas, ininterruptas, jornadas contínuas, então, a gente pode afirmar que 8,15% dos motoristas que trabalharam por essa empresa, e a gente está falando do período, repetindo do slide anterior, a gente vai estar sempre falando do período de janeiro de 2008 a junho de 2009. Nesse período, pelo menos 8,15% dos motoristas trabalharam mais de 24 horas, em média, todo mês. Todo mês, não, em média, em termos de jornada. Esse é o padrão. Esse é o padrão que a gente encontra.

No slide seguinte, trabalhando exatamente uma questão que muitas vezes é colocada pelas empresas, que os motoristas que trabalham para ela trabalham eventualmente, esse slide mostra claramente que não eventual. Então, esse slide, assim, proporção de motorista/mês, a expressão motorista/mês é exatamente o que a gente coloca, o conjunto dos motoristas e coloca por mês. Então, isso dá uma média em relação a isso.

Então, é óbvio que 100% dos motoristas, trabalhando no mínimo um dia no mês, isso é só para nos dar o parâmetro, mas, assim, a última coluna mostra exatamente 25,15% dos motoristas que trabalham para essa grande empresa, transportadora de carga do país, trabalha no mínimo 21 dias no mês. Então, onde está o trabalho eventual, nessa questão? Onde é que está o trabalho que não é aquele trabalho vinculado, que não é empregado, que não tem vínculo, que não tem...? De fato, a gente vê claramente que grande proporção, e a gente está chamando a atenção para 21 dias ou mais, mas 10 dias ou mais, 15 dias ou mais, a gente já tem proporção de 61%, 46% em relação ao trabalho dos profissionais.

Bom, o slide seguinte, ainda nessa grande empresa, a gente vai analisar cruzando dados da empresa com a RAIS, com o relatório anual que a empresa coloca, no caso aí, a RAIS 2008. Número de proprietário dos veículos, segundo personalidade jurídica. Então, é exatamente essa realidade que a gente encontra, quer dizer, assim, o total de proprietários de veículos nessa empresa é de 1.649, a gente vai encontrar 916 são pessoa física e 733, esse número a gente vai voltar posteriormente, a gente vai tentar fazer uma pequena radiografia dessas 733 pessoas jurídicas, para poder entender como é que, de fato, essa chamada pessoa jurídica está dentro dessa empresa e que papel de fato ela cumpre.

No próximo slide, a gente vê situação de registro legal dos motoristas vinculados à pessoa jurídica. Quer dizer, existem 733 empresas, a gente vê aí o total de motoristas, mas, assim, 733 pessoas jurídicas, trabalhando para essa grande empresa. Existem aí 1.695 motoristas trabalhando para essas 733 empresas.

Apenas 480 têm carteira de trabalho, ou seja, a gente tem, logo de cara, 1.215 trabalhadores caminhoneiros irregulares, trabalhadores sem registro, trabalhando para essas 733 empresas.

Então, a gente vê uma violação clara da legislação trabalhista, logo de cara, quando a gente coloca, vê esses dados. E a gente tem nome, CPF, CNPJ, todos os dados, e a gente está preparando a documentação, exatamente, não apenas para tomar as ações próprias do Ministério do Trabalho, mas encaminhar para o Ministério Público do Trabalho, para os Ministérios todos que atuam, para a polícia, quando for o caso, em outras situações, aqui, que a gente vai ver.

Então, em todos os casos, a gente vai adotar, além da discussão de soluções, que é exatamente a situação que o próprio Senador lidera neste momento, no sentido de encontrar um marco jurídico que nos traga cada vez mais para a legalidade.

Mas, ao mesmo tempo, a gente tem situações aqui que não é uma questão de falta de marco legal, existe um marco legal, existe a CLT no país, no entanto, a gente encontra essa realidade, esse volume de trabalhadores empregados sem carteira de trabalho.

No próximo slide, a gente vê os proprietários pessoa física. Em relação aos proprietários pessoa física, a gente encontra 580 donos de caminhão, donos de veículos. Esses donos de veículos, eles, do ponto de vista da legislação, eles estão com o próprio veículo, são os que estão, existem duas situações aí que estão dentro da lei, nesse aspecto de vínculo. São os 480 que têm carteira de trabalho assinada e os 580 que são donos do veículo e estão com aquele veículo.

Só que a gente tem 434 motoristas que não são donos, não têm carteira de trabalho, não podem legalmente ser empregados, porque a legislação não prevê a condição de empregado de pessoa física, salvo na condição do profissional liberal. Quer dizer, um advogado, um médico, um terapeuta, ele pode ter secretária, pode ter uma série de outros empregados pessoa física; fora isso, só quem pode ter empregado é quem está na condição de pessoa jurídica. Então, esses trabalhadores motoristas, 434 que estão aí, podem ser, muitas vezes acontece, como já nos foi falado: "Não, é cunhado, é o filho, é o tio". Bom, eles são trabalhadores irregulares trabalhando.

Da mesma forma, se a gente chegar numa fazenda e encontrar trabalhadores lá sem registro, trabalhando, e ainda que sejam parentes do dono, são trabalhadores ilegais, trabalhadores sem registro, que deveriam estar recebendo todos os seus direitos trabalhistas.

Então, isso nos leva ao slide seguinte, que é: situação dos motoristas desempregados em relação ao

vínculo legal, mais uma vez, cruzando documentos da empresa com a RAIS. Então, a gente encontra 480, e a gente está falando dos empregados, não estamos falando dos donos de veículos, pessoa física. A gente encontra 480 motoristas registrados e encontra 1.649 motoristas sem registro legal e sem qualquer direito do âmbito trabalhista, ou melhor, sem que esteja sendo assegurado a eles qualquer direito, porque direitos eles têm todos, do ponto de vista trabalhista.

Então, a realidade que nós temos é assim: e aí procurando fazer e ampliar um pouco esse raio X da pessoa jurídica, no slide seguinte, vocês podem observar, quando a gente cruza não apenas a RAIS, mas também o CAGED, o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego, até agosto de 2009, a gente encontra a situação de pessoa jurídica.

Então, a gente encontra 108, das 733, não têm qualquer empregado. Então, ora, que empresa é essa que não tem qualquer empregado? Quer dizer, só existe a PJ, a casca da PJ. Não tem nenhum empregado. Então, algo está errado com essas 133. Mas essas 133, elas estão dentro de um conjunto de 468 empresas, pessoas jurídicas, que são a ampla maioria das PJs vinculadas a essas empresas, que não têm motorista registrado. Aí é importante... Não dá para fazer essa conta aí para chegar em 733, esses 108 estão dentro dos 468.

Quer dizer, quando diz sem qualquer empregado, sem qualquer empregado, inclusive motorista, e, no outro, sem motorista registrado, quer dizer, pode até ter algum empregado registrado, mas motorista não tem. Então, isso reforça ainda mais que o que a gente tem no setor fortemente, e aí eu poderia trazer dados de outra empresa, a gente trouxe dessa, mas poderia trazer de outras empresas, em que PJ é apenas uma aparência de terceirização. Mas não só a gente pode discutir o aspecto de que entende a terceirização ilícita no sentido de que você está terceirizando atividade-fim, mas não é só isso. A gente está dizendo: "Olha, está terceirizando atividade-fim, o que a lei não permite, ao nosso ver, embora haja decisões judiciais divergentes", mas aqui a gente está discutindo outro aspecto, não se trata apenas da terceirização da atividade-fim. É terceirização da atividade-fim para empresas que nem motorista e empregado têm, ou seja, eu, dono de empresa, estou entregando a outra empresa, que se diz empresa do ramo de transporte, mas ela não tem nenhum motorista no quadro dela. Então, essa é uma flagrante ilegalidade, um flagrante abuso.

No slide seguinte, a gente vê uma situação que, quando eu fiz o slide, eu acho que fui bastante sutil, quando eu coloquei indício de registro retroativo, na verdade, assim, a palavra é fraude, indício de fraude.

Verificando a RAIS de 2008, fornecida pela empresa, nós procuramos ver quem se desligou da empresa em 2008 e que tenha sido admitido em 2008; não significa que somente esses 20,85% que estão em destaque somente eles tenham sido desligados por falecimento e invalidez, não. São 20,85 que foram admitidos em 2008, desligados em 2008, mas, coincidentemente, entre aspas, foram desligados no mês do registro. Ou seja, o trabalhador sofreu acidente, esse é o indício que nós estamos levantando e querendo encaminhar para outros órgãos competentes.

O trabalhador sofreu o acidente, ele não tinha registro, ele foi encaminhado, então, para registro previdenciário, registro trabalhista, para, depois, ter direito previdenciário para ele ou para seus familiares.

Então, a situação que a gente tem aqui, a gente já entra num campo fora da área trabalhista. Se confirmado esse indício. E, assim, por que 20,85% para nós é indício de fraude? Porque, assim, se a gente divide o número do ano por 12 meses, daria “nove vírgula alguma coisa”. Então, “nove vírgula alguma coisa” estaria ok. Por que 20,85%? Então, assim, mais do dobro saiu e relacionado a falecimento ou invalidez.

E, por fim, em relação a essa empresa, eu vou apresentar três slides seguidos, que nos mostram a situação de um acidente, que eu chamei de história anunciada de um acidente.

Eu sei que para vocês não é novidade, a novidade é para a gente, nada disso para vocês é novidade. A novidade é a gente ter dados formais, ter documentos formais, em nossas mãos, podendo agir em função disso. Então, essa história anunciada de um acidente vocês podem ver: no dia 1º de janeiro de 2009, o motorista começou a trabalhar; isso aí o parâmetro do rastreamento por satélite é caminhão ligado.

Então, assim, o caminhão estava ligado, às 23 horas e 32 minutos, ele desligou, quer dizer, ficou ligado do dia anterior, a zero e 21, e foi até quase meia-noite, no feriado. Ele trabalhou, nesse dia, 23 horas e 11 minutos.

No dia seguinte, ele trabalhou 20 horas; no dia 05, 03 e 04, ele não ligou o caminhão, não significa que ele não tenha trabalhado, não ligou o caminhão, o caminhão não está ligado nesses dias. No dia 05, ele trabalha 5 horas e 54 minutos. No dia 07, 07 horas e 42 minutos; no domingo, dia 11, ele trabalha 6 horas. O próximo slide, por favor.

No dia 12, trabalha 12 horas. No dia 13, 9 horas e 55. No dia 14, 15 e 52 minutos. No dia 15, uma hora e 20. No dia 16, 10 horas. No dia 17, 19 horas e 26 minutos. No domingo, dia 18, 9 horas. O outro slide, por favor.

No dia 19, ele trabalha uma hora e 31. Dia 20, ele trabalha 22 horas e 57 minutos, no dia. No dia 22, duas horas. Em 23, 11 e 45. No dia 24, eu queria chamar a atenção para esse dia. Quer dizer, no dia 24, ele trabalha 10 horas e 35 minutos. No domingo, ele trabalha 21 horas e 32 minutos. Não sei se vocês estão podendo enxergar, que é assim, ele desliga o caminhão no dia 25, às 22 horas e 53 minutos.

No dia 26, ou seja, 49 minutos depois que ele desligou, ele trabalhou 21 horas e 32 minutos, desligou o caminhão durante 49 minutos e começa a trabalhar novamente no dia 26: 19 horas e 34 minutos depois, ele sofre o grave acidente.

Então, assim, qual é a novidade de que essa história ia gerar um acidente. E a gente teria muitos outros, muitos outros, a gente poderia fazer da amostra toda. Mas, do ponto de vista, eu achei que era mais ilustrativo mostrar, trazer aqui e dizer assim: “Olha, essa é a realidade mesmo”.

E a gente tem essa condição, agora, de mostrar, como, antes, a gente chega numa empresa e pega cartão de ponto, agora, a gente pode, com os dados de rastreamento da satélite, e aí a gente precisa que haja um reforço na lei, em relação à utilização do rastreamento por satélite para auferir jornada, assim em relação ao tacógrafo, assim também em relação ao rastreamento por satélite, porque há questionamento.

A gente sabe que algumas dessas empresas nas quais a gente conseguiu esse dados, elas já começam a apresentar resistências de ordem legal, liminares e tudo o mais, em relação ao uso do rastreamento por satélite, mas a gente conta com medidas legais, conta com o Ministério Público, exatamente para que a gente possa, cada vez mais, ter condição de ter uma ação de grande porte em relação a essa questão.

Nos slides seguintes, bem rapidamente, eu sei que eu já me alonguei bastante, tem um slide que mostra apenas, e aí fala da condição de fiscalizar, exatamente o orador que nos antecedeu falou dessa questão da ampliar a condição de fiscalização.

O número de auditores fiscais do trabalho no Brasil, por 100 mil trabalhadores, está bem abaixo, quando a gente olha para outros países, como Argentina, Honduras, Costa Rica, República Dominicana, Uruguai, Guatemala e, particularmente, o Chile. Então, embora a gente venha tendo concursos, mas, hoje, nós temos menos auditores fiscais do que tínhamos no início da década de 90. Então, essa é uma realidade que a gente está passando e precisa modificar isso.

No próximo slide, eu chamo a atenção, porque a Lei 11.442, ela, embora permita ao transportador... Ela trabalha com a questão do transportador autônomo de carga, ela não altera a questão da terceiriza-

ção, ao nosso ver, é uma discussão que a gente vem tendo com o setor, que defende que a terceirização é plenamente lícita; ao nosso ver, não é.

O próximo slide, eu destaco a questão das ações repressivas, destaco algumas das ações repressivas, que já mencionei, a questão das autuações devidas, das análises de todas as comunicações que a gente tem que fazer.

E, finalmente, o último slide eu queria chamar a atenção exatamente para a realidade que a gente precisa mudar.

Esse slide, talvez os companheiros que estejam mais ao fundo não possam ver, quer dizer, ele é um autor que ele cruza qual é o comportamento padrão da empresas, e aí não apenas de transporte no país. Ele analisa as empresas, regra geral, analisa o seguinte: eu tenho grande chance de ser apanhado e sofrer sanção? O fiscal tem chance de chegar? Essa chance é alta ou é baixa? Se for alta, ele faz a segunda pergunta: a sanção, quer dizer, a multa que eu vou ter, ela é alta ou baixa? Se for alta, então, eu vou cumprir a lei; senão, eu não vou cumprir.

Então, nesse quadrante aí, ele só se dispõe a cumprir a lei na situação em que ele tem alto risco de ser apanhado e alta multa a pagar. Fora isso, se ele tem uma situação de que a multa é baixa e ele tem baixo risco de ser apanhado, ele não, ele descumpra a lei.

A gente acha que a gente precisa ultrapassar essa etapa; o país caminha para uma etapa de crescimento econômico bastante grande. Nós temos obras gigantescas no país, nós temos a ampliação da malha viária no país. Falamos, hoje, da ampliação do setor de transporte de carga, mas vamos fazer tudo isso, vamos nos preparar para tudo isso com as práticas que nós temos nesse momento ou vamos nos preparar para isso, retirando garantias constitucionais, garantias trabalhistas ou ampliando essas garantias para os direitos dos trabalhadores?

Entendemos que é necessário ampliar essas garantias, ampliar os direitos dos trabalhadores, para que o país tenha um crescimento que de fato seja um crescimento sólido, um crescimento que venha para o bem do trabalhador e do cidadão brasileiro. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Dr. Fernando, pela brilhante exposição.

Eu queria cumprimentar, aqui, meu amigo lá do Rio Grande do Sul, o Deputado Federal Luis Carlos Heinze, que ontem me ajudou, inclusive, a articular esta Audiência. Uma salva de palmas, que você leve aí.

[palmas]

Ele só não vem para a mesa, porque ele disse que vai ter outras atividades em seguida, mas ele é nosso convidado aqui na mesa, se assim entender. Fica, desde já, o convite, cadeira a gente coloca aqui, você é parceiro nosso.

Eu quero, também, na mesma linha, registrar que já está conosco nosso querido Senador Augusto Botelho, que eu convido para vir para a mesa, que é da Comissão e vai ficar um pouco com a gente aqui, Senador Augusto Botelho, por favor.

[palmas]

E é o Presidente da Subcomissão de Saúde. Nós, que estamos discutindo, hoje, no Brasil todo, a questão dos acidentes e doença no trabalho.

E quero também convidar para mesa o Sr. Flávio Benatti, que é o presidente da CNT, Confederação Nacional do Transporte [palmas], que me recebeu lá em São Paulo, numa grande Audiência Pública e que também tem muitas contribuições a dar aqui para o setor.

Está aqui nosso Senador Augusto Botelho. E, por fim, eu quero, por fim, só nas convocações, viu? Não é que vai terminar aqui; os convites, aqui.

Eu quero registrar a presença conosco aqui da nossa querida Senadora Rosalba Ciarlini, que é a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, aqui no Senado.

Eu presido a Subcomissão que trata desse tema, e ela fez questão de vir aqui, pela importância desse tema, prestigiar o evento, e eu e ela vamos, então, dividir aqui a Presidência dos trabalhos. Muito obrigado, Senadora Rosalba.

[palmas]

Aqui, para que o Plenário conheça o ritual, os senadores falam na hora que eles entenderem. Se o Senador Botelho tiver que se retirar num certo momento, quiser dar uma mensagem, ele está bem à vontade aí, meu querido Senador Augusto Botelho.

E a senadora, que nós vamos dividir a Presidência, ela fala a qualquer momento, sem problema nenhum. Não sei se a Senadora quer falar agora ou eu passo para outro convidado, a senhora fala depois?

A Senadora quer dar uma mensagem já de imediato para vocês, até porque, daqui uns cinco minutinhos, eu vou ter que dar uma entrevista, ela: "Vai lá dar tua entrevista, que eu seguro aqui". Então, Senadora Rosalba, aqui.

[palmas]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Bom dia a todos, cumprimentando nossos convidados, que estão participando desta Audiência, e agradecendo. Eu queria deixar, assim, bem claro, para que vocês possam entender como é a sistemática da Comissão.

Eu sou a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais; o Vice-Presidente é nosso Senador Paulo Paim, que, além de ser Vice-Presidente, preside a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, porque a Comissão...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sob orientação de V. Exa.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Claro, e tinha pessoa melhor para cuidar disso do que o senhor? V. Exa., que sempre teve sua vida toda--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Obrigado pela gentileza.

[palmas]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --política e de cidadão sempre dedicada às causas do trabalho, da defesa do trabalhador.

Então, na nossa Comissão, nós temos várias subcomissões, como é o caso também da Subcomissão de Saúde, que quem preside é o Senador Augusto Botelho.

Nós cuidamos das questões de saúde, de assistência social, de trabalho, de Previdência, tudo isso, todos os projetos, todas as proposições, requerimentos passam pela nossa Comissão, que é uma responsabilidade muito grande.

Então, eu queria aqui dar um bom-dia a todos, dizer da alegria de estarmos aqui reunidos e me colocar inteiramente à disposição, porque a causa do motorista é muito digna, são vocês que nos conduzem por esse Brasil, nos conduzem e conduzem todas as nossas coisas, o que produzimos e do que precisamos.

Eu sou do Rio Grande do Norte e de uma cidade onde, na realidade, aqui falando especificamente ao caminhoneiro, acho que muitos já conhecem, porque já passaram por lá com certeza. Ela fica entre Natal e Fortaleza; quem vai do Sul para o Norte, obrigatoriamente, tem que passar na cidade de Mossoró.

[palmas]

Lá, nós conhecemos muito aquela história do frete e do retorno, das frutas, o melão, principalmente, o melão, que produzimos bastante, castanha, também. É uma região... E o sal. O sal é nossa riqueza, e nós também lá temos a maior produção de petróleo em terra.

Eu fui prefeita três vezes da cidade e tive a oportunidade de manter um relacionamento muito positivo, muito bom, de parceria com os motoristas, de maneira geral. E foi exatamente um caminhoneiro que me deu uma ideia, que eu já apresentei aqui no Senado e já está tramitando, já passou inclusive na Comissão de Infraestrutura, agora, está, em fase terminativa, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Quando eu falo em fase terminativa, é porque, na Comissão, terminando na Comissão, não vai ao Plenário do Senado, já passa para outra Casa, que a Câmara Federal, que é exatamente para que todos os caminhoneiros que sejam autônomos, aquele que compra seu caminhão, que compra sua caminhonete, que compra sua vã, eles possam ter, como tem o taxista, permanentemente, a isenção do IPI.

[palmas]

Eu acho muito justo, porque muitos não têm como fazer, se reclama, às vezes, e a gente ouve, por parte das autoridades, que existem muitos caminhões caindo, aos pedaços, por meio da estrada, mas eles não podem renovar, por essas dificuldades, mas essa é uma forma de ajudar, de apoiar...

Pois não, o Senador Paulo Paim vai dar uma entrevista, e, agora, eu vou continuar presidindo.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, eu queria falar a vocês desse projeto, da importância que é ter as associações, é ter os sindicatos, todos vocês, conhecendo e acompanhando. Porque já estamos, acredito que, até o final de junho, nós já... É possível conseguir aprovar na Comissão de Assuntos Econômicos.

O Relator está favorável, já me disse que já entende a importância, que é o Senador Arthur Virgílio. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves, já conversei com ele para agilizar essa votação. Mas, depois, vai para a Câmara, e aí nós precisamos sensibilizar os deputados para que possam aprovar algo que eu considero fundamental de apoio à atividade de vocês.

Então, mais uma vez, desejando que esse encontro realmente seja muito produtivo, para que a gente possa unir ideias, cada vez mais, lapidar o Estatuto dos Motoristas, e, assim, conseguirmos ter proteção à vida, proteção ao trabalho, garantias de bem-estar.

E, falando, assim, especificamente sobre a questão da saúde, Augusto Botelho é médico, como eu sou também, e, com esse relacionamento próximo, esse conhecimento da atividade de vocês, da luta, eu sei o quanto realmente a saúde precisa de maiores cuidados.

Não é somente a questão de acidentes, mas, principalmente, a estabilidade psicoemocional, porque vocês estão permanentemente numa carga de estresse muito grande. Isso afeta, conseqüentemente, todo o funcionamento do corpo, e precisa, realmente, que tenhamos regras bem claras, definidas, de tempo de trabalho, de proteção ao trabalho, para que vocês possam ter preservada sua saúde e, conseqüentemente, possam, cada vez mais, impulsionar, com sua luta, com

sua força, com a determinação, com a habilidade e com a competência de cada um, nosso país, continuando a caminhar e a nos levar por todas essas estradas.

Eu passo, agora, a palavra ao próximo expositor, que é o Dr. Sebastião Vieira Caixeta, Procurador Regional do Trabalho, representante do Procurador-Geral do trabalho, Otávio Brito Lopes.

SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA: Bom-dia, senhoras e senhores. Eu quero, em primeiro lugar, agradecer, em nome do Exmo. Sr. Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Otávio Brito Lopes, que, por outros compromissos institucionais, não pôde estar presente aqui, me designou para representá-lo, a oportunidade de estar aqui, cumprimentando a Comissão de Assuntos Sociais, a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, pela realização deste importante ato.

Cumprimentar a Mesa, nas pessoas dos senadores Senador Paulo Paim, da Presidente da Comissão, Senadora Rosalba Ciarlini, também o Senador Augusto Botelho e também cumprimentar todos os auditores fiscais porventura aqui presentes, na pessoa do Dr. Fernando Donato Vasconcelos, e também cumprimentando já, pela sua brilhante exposição.

Cumprimentar as lideranças sindicais aqui presentes; cumprimentar as senhoras caminheiras, os senhores caminhoneiros e todos os senhores e senhoras presentes.

Venho aqui trazer a manifestação do Ministério Público do Trabalho, que é na linha da exposição que foi feita pelo Dr. Fernando, uma preocupação de preservação da saúde e da segurança dos trabalhadores na área do setor de transporte, o setor de transporte tanto de cargas como também de passageiros.

Acho que é muito importante a iniciativa do Senador Paulo Paim, de regulamentar, de maneira compreensiva, essa profissão; é uma profissão que até, pela própria exposição do Sr. Presidente da ABTI, o Dr. Luiz Alberto, realmente, tem uma série de especificidades e que precisam ser enfrentadas.

Mas todas essas especificidades e essas preocupações têm que ter como norte, tema central, elemento primeiro de preocupação a pessoa do trabalhador, lembrando que nossa República Federativa do Brasil, nosso Estado Democrático de Direito tem como fundamentos próprios e já previstos no art. 1º da nossa Constituição a valorização do trabalho humano e a preservação da dignidade da pessoa humana, que também são fins da própria atividade econômica e esteios de nossa ordem social.

Então, o quadro, aqui, muito bem exposto pelo Dr. Fernando nos dá a exata dimensão de que são necessárias medidas urgentes para estancar esse verdadei-

ro, essa verdadeira tragédia; eu acho que a palavra é essa, que se vive no dia a dia das estradas brasileiras. E que, em grande medida, e várias pesquisas, estudos científicos demonstram nesse sentido, decorrem de uma falta de atenção à legislação mínima de proteção à saúde e à segurança da classe trabalhadora.

O tema é relativo à limitação de jornada, precisa ser enfrentado de uma vez por todas, superado o paradigma; até já sedimentado na jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, de que é inviável esse controle de jornada. Sabemos que, hoje, principalmente a partir das inovações tecnológicas já expostas pelo Dr. Fernando, como a utilização do tacógrafo e o próprio rastreamento eletrônico por satélite, é possível, além do próprio controle, já previsto na velha CLT, das pa-peletas, isso pode, claro, ser aperfeiçoado, deve ser aperfeiçoado, buscando o aproveitamento das técnicas hoje existentes.

Mas é fato incontroverso de que é fato necessário e urgente que se estabeleça, na própria legislação, um limite, mais que isso, que esse limite seja observado, porque, a rigor, hoje, o limite existe, o limite decorre da própria Constituição Federal, que não pode ser ignorado por ninguém, não pode ser descumprido por qualquer empresa.

Esse descumprimento leva à necessidade, leva a essa série de acidentes, aqui bem expostos pelo Dr. Fernando, e o Ministério Público do Trabalho já, de longa data, se preocupa com isso.

Nós temos já um engajamento, principalmente dos colegas do Mato Grosso, com um trabalho pioneiro, inclusive, efetuando pesquisas nas rodovias do Estado, que demonstra esse quadro aqui definido e que também as próprias pesquisas da própria Polícia Rodoviária Federal, em nível nacional, demonstram o absoluto exacerbamento da jornada de trabalho dos motoristas, em todo o país.

No ano de 2007, creio que muitos aqui têm conhecimento, o Ministério Público do Trabalho, no Estado do Mato Grosso, ajuizou uma ação pioneira, que tinha como objetivo central justamente a limitação dessa jornada de trabalho.

Essa ação se baseou em estudos científicos e em pesquisas realizadas naquele Estado, que demonstravam que a extrapolação de jornada é decorrente, sem dúvida nenhuma, de uma pressão das empresas, de uma pressão de um cumprimento de uma entrega de mercadoria absolutamente fora das possibilidades de observância dos limites legais de jornada, previstos na Constituição e na lei. Mais que isso, essa pesquisa e o trabalho exposto na ação demonstravam, sem sombra de dúvida, que os próprios trabalhadores eram induzidos a usar drogas, principalmente a usar anfetaminas,

para se manterem despertos ao volante por períodos que chegam a 24 horas seguidas, como demonstrado pelo Dr. Fernando.

Houve uma antecipação de tutela, em relação a essa ação civil pública, e, depois, por contingências processuais, ela foi deslocada para Brasília, onde aguarda instrução, que deve ocorrer ainda nesse mês de maio.

Mas eu reputo que o grande mérito dessa ação civil pública nem é a sentença que vai vir a ser proferida no processo, mas é, Senador Paulo Paim, essa discussão necessária de uma regulamentação efetiva dessa jornada.

Nesse sentido, também quero fazer coro ao Dr. Fernando, em relação a outros descumprimentos, não só com relação à jornada, que são vítimas os motoristas profissionais no Brasil; notadamente, a falta de registro em carteira, bem documentada pela auditoria fiscal e nos procedimentos do Ministério Público do Trabalho.

A terceirização ilícita, recorrente, efetuada pelas empresas que exploram essa atividade econômica, muito bem aqui pontuado pelo Dr. Fernando, de uma atividade-fim que é incompatível com o instituto da terceirização; uma empresa que explora atividades de transporte não ter sequer um único motorista denota, sem sombra de dúvidas, que há um erro, que há algo de muito estranho e, no mínimo, sérios indícios de fraude nessa relação de trabalho desenvolvida pela empresas que exploram essa atividade e pelos profissionais que prestam esse importante serviço de condução dos veículos nas estradas brasileiras.

Eu chamo a atenção, Senador Paulo Paim, para a regulamentação trazida pela Lei 11.442, de 2004, que foi também referida pelo Dr. Fernando e que é escudada pelas empresas, para justificar uma terceirização, que é inviável, é ilegal e é inconstitucional e que, inclusive, é objeto de uma ação direta de inconstitucionalidade, que é a ação direta de inconstitucionalidade 3.961, de 2007, que foi ajuizada pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, entidade que congrega os membros do Ministério Público do Trabalho e também pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho e que apontam uma série de equívocos nessa legislação.

E, já que estamos discutindo um novo marco jurídico, acredito que é importante também enfrentar, nesse novo marco jurídico, de forma clara, também, a revogação desses dispositivos que são inconstitucionais, aguardam ainda pronunciamento do Supremo Tribunal Federal, principalmente o art. 4º e inciso V, que traz, ao definir o regime jurídico da relação entre as empresas de transporte de cargas e o transportador autônomo

de cargas, como exclusivamente de ordem comercial, afastando a possibilidade de reconhecimento de vínculo de emprego entre o trabalhador e a empresa.

Ainda que na relação cotidiana e dentro da realidade fática, e aí invocando o princípio da primazia da realidade do Direito do Trabalho, essa relação se dê com subordinação, com pessoalidade, com pagamento de salário, essa lei exclui a possibilidade, a priori, de reconhecimento do vínculo de emprego, que afronta a toda evidência, todo o ordenamento da legislação trabalhista, e o art. 1º, que dá valorização social do trabalho, todo o art. 7º e também dispositivos da ordem econômica, além de ofender, também, o próprio princípio da razoabilidade. Além também de afastar a competência da Justiça do Trabalho para julgar esses casos, que também levam à inconstitucionalidade flagrante da oposição do art. 5º, parágrafo único dessa lei, com o art. 114 da Constituição.

Então, esses dispositivos também merecem uma atenção, no sentido de sua adequação, porque, senão, nós poderemos aprovar uma lei que venha a proteger, inclusive, mandando e reconhecendo a legislação trabalhista, aquelas circunstâncias evidentemente fáticas em que estão presentes os elementos configuradores da relação de emprego e, por outro lado, em contraposição, essa lei excluindo essa possibilidade, numa antinomia clara, que deve ser afastada logo no texto da lei.

Temos convicção de que o próprio Supremo vai declarar a inconstitucionalidade dessa lei, mas esse projeto judicial também é muito demorado. Então, é também outra sugestão que trazemos, Excelência, no sentido de que, a par dessa limitação já exposta e com a necessidade de preservação de intervalos mínimos, infrajornada, interjornada, quer dizer, tem que se preservar isso, porque nós estamos falando aqui, e aí eu já encaminho para encerrar minha participação inicial, de preservação de direito básico fundamental da saúde e da própria vida; e da vida com dignidade desses trabalhadores, condutores de veículos nas estradas brasileiras.

Então, essa preservação, ela encontra limites, inclusive na própria negociação, aqui aviltada pelo representante da ABTI. Não é, não que se exclua a possibilidade de alguma negociação, mas essa negociação não poderá dispor sobre limites de preservação dessa segurança e da saúde do trabalhador, como já bem exposto, inclusive, na jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.

Então, Excelência, eram essas as contribuições que, em nome do Dr. Otávio Brito Lopes, Procurador-Geral do Trabalho, gostaria de trazer aqui a esse debate essa reflexão, me colocando, Excelência, à disposição

para quaisquer outros questionamentos e debates que porventura se seguir. Obrigado.

[palmas]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus cumprimentos ao Sr. Sebastião, pela brilhante exposição. Me permita, Sra. Presidente, que eu quero registrar a presença conosco do meu amigo, que tem compromisso, podem ter certeza, com todos vocês, inclusive, ele está organizando um grande evento, lá em Santa Maria, no dia 22 maio, para discutir o Estatuto do Caminhoneiro, a questão dos aposentados, dos trabalhadores, vai ser um grande evento.

Eu já confirmei a presença, que está aqui, que é meu amigo Paulo Pimenta, deputado federal [palmas], que também eu convidei para a mesa, ele também disse que vai ter que estar em outros eventos, mas vai acompanhar aqui, dentro do possível, nosso debate.

Dia 22 de maio, Paulo Pimenta, estaremos lá, para esse grande momento, lá na nossa querida Santa Maria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Dando continuidade, agora, vamos ouvir o Sr. Wilbert Ribeiro Junquilho, Gerente de regulação de transporte rodoviário de cargas.

Então, Dr. Sr. Wilbert Ribeiro Junquilho está chegando, nós vamos passar para o próximo e, em seguida, voltaremos para o Dr. Wilbert.

Então, vamos, então, conceder a palavra a Getúlio Ferreira Câmara Nunes, Policial Rodoviário Federal e Médico aéreo hospitalar da Coordenação Geral de Operações, representando o diretor-geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Hélio Cardoso Derenne.

Pois não, com a palavra Dr. Getúlio.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só enquanto ele assume ali o microfone, eu quero só registrar a presença do Edgar Ferreira de Sousa, que é Presidente da Federação Nacional dos Taxistas e Transportadores Autônomos de Passageiros.

Como eu tenho falado tanto aqui que esse encontro envolve tanto caminhoneiros como motoristas de passageiros, tanto ônibus como táxi, eu quero aqui dar uma salva de palmas pela presença dele aqui.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, vamos agora com o Dr. Getúlio Ferreira Câmara Nunes, que, inclusive, eu descobri que o pai dele também é norte-rio-grandense.

SR. GETÚLIO FERREIRA CÂMARA NUNES: Conterrâneo [risos]. Bom dia, inicialmente--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, somos próximos.

SR. GETÚLIO FERREIRA CÂMARA NUNES:

Bom dia, eu gostaria de cumprimentar, inicialmente, o Senador Paulo Paim e parabenizá-lo pelo evento de extrema importância, pelo tamanho e pela magnitude da importância desse tema, para nossa instituição e demais integrantes da mesa, na pessoa da Senadora Rosalba Ciarlini.

Bom, inicialmente, eu gostaria de colocar que o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, ele, há alguns anos, vem se preocupando com esse tema. E o que a gente se depara... Com o que a gente se depara na nossa instituição? O Departamento vem se deparando com extremas dificuldades no que se refere a quantitativos do efetivo da Polícia Rodoviária Federal, à quantidade de recursos que são transmitidos para nosso Departamento, para o desempenho das atividades que são constitucionais desse Departamento

Então, o que o Departamento tem feito? O Departamento de Polícia Rodoviária Federal, ele tem buscado parcerias; e parcerias muito saudáveis no desempenho dessas funções. O exemplo de parcerias que temos com o Ministério do Trabalho, em algumas ações, com a Procuradoria do Trabalho, em muitas ações que nós temos desempenhado com o SEST e SENAT, que é do conhecimento dos senhores, nos comandos de saúde.

Eu não sei, devem ter muitos caminhoneiros aqui presentes, eu não sei se algum aqui já se deparou com os comandos de saúde que são realizados nas rodovias federais pelo Departamento, em parceria com o SEST e SENAT.

Enfim, então, o Departamento tem procurado suprir essas necessidades através de parcerias. No que se refere ao estatuto aqui do que é tema central do debate aqui desta Audiência, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal tem grande empenho e vontade em estar contribuindo para a melhoria dessa categoria, que tem sido alvo de extrema exploração por parte das grandes empresas e também pelas condições de trabalho.

A gente viu aqui, nós vimos na primeira apresentação, do Sr. Luiz, aqueles dados que ele colocou e que nos chama muito a atenção.

Então, o que a gente coloca? A gente coloca que a Polícia Rodoviária Federal vai entrar nesse projeto mais como um coadjuvante, é claro e evidente, mas um coadjuvante importante no que se refere, principalmente, na possibilidade de integrar e aproximar esse público caminhoneiro, que é usuário constante e permanente das rodovias, com nosso Departamento, para que nós possamos estar agindo de forma conjunta e, principalmente, dando um feedback para esses profissionais que são os usuários constantes e que são

também um tanto sofrendores da fiscalização do nosso Departamento, não é?

Sofrendores do ponto de vista benéfico, que eu digo, porque, quando a gente impõe o cumprimento de determinada legislação para um público já tão sofrido, isso se torna um tanto penoso para que seja cumprida. Então, é necessário que a Polícia Rodoviária Federal se socialize nesse contexto. E eu acho que esta comissão e como convidado desta comissão é uma oportunidade importante que nós temos para fazer essa aproximação e tentar chegarmos num consenso de bom-senso para ambas as partes.

Era isso que eu queria colocar pelo Departamento. Obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, eu queria agradecer ao Dr. Getúlio pela sua participação, seu engajamento, para que possa sempre trazer contribuições ao melhoramento do estatuto.

Eu gostaria, agora, de passar a palavra ao Senador Augusto Botelho, que vai precisar [palmas], ele vai precisar ir para outra Comissão, mas não poderia deixar de trazer sua palavra a todos os trabalhadores aqui reunidos.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Bom-dia a todos e a todas, Sr. Senador Paim e Senadora Rosalba. Eu vim aqui prestar minha solidariedade aos caminhoneiros do Brasil e dizer também que eu entendo que esse fórum de vocês, essa discussão tem que estabelecer diretrizes, nós temos que fiscalizar e regulamentar a vida dos que são empregados, mas também nós não podemos fazer nada aqui que vai impedir que o dono do caminhão continue sendo autônomo e trabalhando por sua conta. Nós queremos isso também.

[palmas]

Eu acredito a maioria dos brasileiros, dos caminhoneiros brasileiros são donos de seu caminhão, são empresários, qualquer caminhão custa mais de 200 mil reais. Então, é isso que eu quero que vocês escrevam, porque nós, aqui nesta Casa, eu tenho certeza de que o Paim e a Rosalba, eu e todos os senadores da Comissão de Assuntos Sociais vamos defender o ponto de vista de vocês, que eu acredito ser esse.

Eu dirijo apenas aqueles carrinhos pequenos, mas eu sei que o caminhão é um instrumento de trabalho importantíssimo. Eu tenho muito amigos, em Roraima, que vivem de seu caminhão, alguns vivem de caminhões velhos, mesmo, de 10 anos, 20 anos, os que vivem lá pelo interior.

Então, escrevam, digam o que vocês querem, é uma oportunidade ótima essa que pareceu aqui, para

discutir o objetivo de vocês. E o que vocês decidirem aqui eu tenho certeza de que nós cumprimos, não é, senadores?

Muito obrigado a todos, e eu tenho outra audiência que eu tenho que participar aí. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passamos a palavra, agora, ao Dr. Wilbert Ribeiro Junquilha, gerente de regulação de transporte rodoviário de cargas, representante do Diretor-Geral da Agência Nacional de Transporte Terrestre, ANTT, Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira.

Com a palavra Sr. Wilbert.

SR. WILBERT RIBEIRO JUNQUILHO: Bom, muito bom dia a todos e a todas, nossos companheiros da mesa. É com muita honra que eu retorno novamente a esse importante evento, para falar um pouco da posição da ANTT com relação a esse tema tão importante.

São poucas palavras. É claro que a Agência Nacional de Transportes Terrestres está muito sensível a esse tema, embora, na questão do controle da jornada de trabalho, a ANTT entender que isso é uma questão trabalhista, e, inclusive, já existe até um posicionamento, um parecer do Ministério Público do Trabalho, informando sobre a não competência da Agência Nacional de Transportes Terrestres para regulamentar a jornada de trabalho do motorista, porque ela entende que isso é uma questão trabalhista.

Mas sensível ao tema, é claro que uma agência de regulação que está trabalhando na organização, no disciplinamento do setor, ela tem um papel preponderante, através desses mecanismos de regulação que foram propostos pela Lei 11.442, que eu considero uma das conquistas mais importantes para o setor de transportes rodoviários de carga no Brasil.

Ontem, tivemos um painel aqui neste auditório, em que tivemos a oportunidade de discutir um pouco a questão dos acidentes rodoviários, e, naquela ocasião, eu mencionei para os senhores que, em pesquisas realizadas com acidentes rodoviários, foi detectado que, em mais de 30% dos acidentes, você tem um caminhão envolvido.

Não que ele seja diretamente responsável pela ocorrência do fenômeno, porque um acidente, ele sempre é decorrente de uma conjugação de fatores, e, certamente, a jornada de trabalho é um deles.

Eu entendo que nenhum profissional, nenhum transportador autônomo, por si só, ele gostaria de estar realizando uma jornada de trabalho de 16, 18 horas, porque isso afronta o próprio limite físico do ser humano. O ideal é que, na sua jornada normal de oito horas, ele conseguisse perceber rendimentos através

do frete que justificassem a adequação real do serviço que ele está prestando, sem precisar dobrar a jornada de trabalho.

A gente tem, por experiência própria, quando a gente trabalha durante oito dias, e o salário é pequeno, a gente tem que sempre arrumar um bico ou um terceiro turno, vai dar aula de noite, vai arrumar outra atividade para complementar a renda.

Eu entendo mais ou menos por aí, a necessidade de complementar a renda, a extensão do tempo de trabalho do profissional do setor, em decorrência da própria desorganização e dos fretes inadequados, que são auferidos na prestação de seu serviço no dia a dia, aliado também às condições péssimas de trabalho de nosso profissional do volante.

E todos nós sabemos, as condições de trabalho, que, para cumprir essas 12, 16 horas de trabalho, na maioria das vezes, ele tem que se valer de outros recursos para poder aguentar, porque, infelizmente, o ser humano é limitado.

Então, assim, o caminhão, você tem que maximizar o uso dele, porque é uma máquina. Se você usa o caminhão 24 horas, ele se torna mais produtivo, mas o ser humano tem uma limitação física, que não pode acompanhar o ritmo que o caminhão ocupa, porque é uma máquina.

Então, nessa linha de regulamentação, a ANTT vem atuando e tentando contribuir com o setor de transporte rodoviário de cargas para que nosso profissional do volante, nosso motorista, nosso transportador autônomo tenha de fato condições mais adequadas de trabalho.

Essa é a posição da agência, que eu gostaria, neste momento, de externar para os senhores. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agradecendo ao Dr. Wilbert Ribeiro Junquillo, nós queríamos chamar, agora, para dar seu depoimento o Sr. Flávio Benatti, presidente da seção 2, cargas da CNT.

E gostaria, também, de aqui colocar para vocês, pedindo permissão, porque eu estou sendo convocada para uma Audiência Pública que está acontecendo também na Comissão de Educação, da qual eu sou membro.

Eu vou passar os trabalhos, a Presidência novamente ao nosso Presidente, Paulo Paim. E, mais uma vez, reafirmar a todos vocês que essa luta é de todos nós, nós estamos aqui colocados pelo povo e temos a responsabilidade de poder fazer a vontade do povo. E é dessa forma, no debate, é dessa forma, nessas audiências, que pudemos ouvir, através dos sindicatos,

das associações, seus membros, o povo, de uma maneira geral, que sabe de suas carências e de suas necessidades.

E que possamos transformar em leis e projetos que venham a trazer realmente uma melhoria na condição de vida e de trabalho de cada um.

Muito obrigada. E, se Deus quiser, vamos ter sucesso.

[palmas]

Passando por Mossoró, sejam sempre bem-vindos, pelo Rio Grande do Norte, de maneira geral.

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por favor, Dr. Flávio com a palavra.

SR. FLÁVIO BENATTI: Muito obrigado. Eu vou cumprimentar, então, o Senador Paulo Paim, na pessoa de quem eu cumprimento todos os demais componentes da mesa, cumprimentar os senhores, as senhoras, os amigos. Eu estou vendo aqui presidente de Federação presente, aqui, do Paraná, cumprimentá-lo.

Pois bem, amigos, a CNT, falando pela CNT, nós temos que lembrar que nós representamos também o setor rodoviário de passageiros, tanto o urbano quanto o intermunicipal; representamos os caminhoneiros autônomos e os empresários de transporte.

Nós já tivemos oportunidade, Senador Paulo Paim, de estar consigo, num fórum onde tinham vários empresários e também outros colegas nossos, também em outras regiões do país, lá no Rio Grande do Sul, tivemos a oportunidade de dizer das dificuldades e a peculiaridade do setor.

O setor de transporte rodoviário de cargas, mais especificamente, ele é um setor altamente segmentado; cada segmento, ele tem uma realidade. Cada segmento do transporte, aquele que transporta carga fracionada tem uma realidade de quem transporta o gado em pé, quem transporta container ou quem transporta medicamento. Enfim, cada um desses segmentos tem uma peculiaridade, e nós precisamos, precisamos, sim, ter uma legislação que nos dê a segurança jurídica, porque nós estamos vendo aqui, hoje, o Ministério Público do Trabalho, estamos vendo aqui o Ministério do Trabalho com teses, e essas teses todas, elas só existem pela falta de uma segurança jurídica que nos falta, falta ao nosso setor.

Então, isso realmente dá espaço para várias interpretações, dá espaço para vários entendimentos. É claro que nós não queremos aqui e nem pretendemos escravizar quem ver que seja, sejam eles trabalhadores autônomos, sejam empregados do setor de transporte, tanto na questão rodoviária de carga quanto rodoviária de passageiros. A CNT também representa

um segmento muito importante, que é o de locadora de veículos.

Eu não sei se os senhores sabem, mas existem mais de 800 mil veículos locados pelas locadoras, prestando serviço em vários setores, em vários ministérios, em várias prefeituras, em vários governos de estado. E eles também são motoristas.

Então, quando nós discutimos Estatuto de Motorista, nós temos que, na realidade, levar em consideração todas essas nuances, não podemos simplesmente imaginar que a coisa é tão simples e tão fácil. Nós temos que construir alguma coisa. E nós, lá em São Paulo, já tivemos a oportunidade de dizer, nós temos várias câmaras técnicas que lidam com cada um desses segmentos, mais especificamente na área do transporte rodoviário de cargas. Elas estão trabalhando, como nós lhes prometemos. Vamos lhes apresentar um estudo compatível para que nós possamos ter marcos que possam realmente, como eu disse, criar uma legislação que nos dê a segurança jurídica.

Agora, o que nós não podemos entender e não conseguimos entender que nós aprovamos uma lei, a 11.442, onde não só teve a participação dos empresários de transporte, como todas as lideranças também dos caminhoneiros autônomos, e que todos estavam de acordo e todos concordam que a relação da empresa com o caminhoneiro autônomo, dita pela própria Lei 11.442, ela é uma relação comercial, ela não é uma relação de vínculo empregatício.

Eu vi aqui, agora há pouco, o Senador falar que... Excitar a plateia aqui, e eu faria uma pergunta: os senhores, na realidade, querem ser empregados de empresas de transporte ou querem continuar como caminhoneiros autônomos?

[palmas]

É uma pergunta a ser feita, esta é uma categoria que existe. O que nós estamos vendo é o Ministério do Trabalho, levando para um caminho de extinção das categorias do autônomo, porque todos terão que ser empregados de empresa de transporte. E estamos vendo também o Ministério Público e a ANAMATRA, que entraram com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo, contestando a Lei 11.442, no que tange a essa relação capital-trabalho. Eu não estou conseguindo entender muito bem essa coisa.

Nós temos, no Brasil, uma realidade: a de que a categoria de caminhoneiros autônomos, ela existe, o que nós precisamos, e eu quero parabenizá-lo, senador, é encontrar exatamente uma legislação que dê o equilíbrio a toda essa regulação. Muito obrigado, senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Depois da palavra do Sr. Flávio Benatti, presidente da seção 2, cargas da CNT, Confederação Nacional dos Transportes, eu vou, neste momento, eu queria convidar para a mesa, também, o presidente da Federação Nacional dos Taxistas e Transportadores Autônomos de Passageiros. Já que o estatuto é amplo, eles têm que estar aqui na mesa também. Se ele está aqui ainda, o Sr. Edgar Ferreira de Sousa. Então, convidar para que ele esteja na mesa com a gente aqui [palmas]

Neste momento, eu vou passar a palavra para começar agora o bloco dos sindicalistas, todos aqui são líderes para mim, independente de sindicato de empregado ou de empregadores. E os que falaram aqui também por órgão de Governo são lideranças também, porque conhecem com profundidade tanto a vida de vocês como conhecem as estradas, como representam aqui órgãos do Governo.

Então, nesse painel aqui, todos são líderes, até eu me incluí, viu? Eu disse que todos são líderes, e eu estou presidindo [risos].

Mas eu vou passar a palavra, neste momento, ao Paulo Roberto Barck, para que ele faça aí sua saudação, Sindicato dos Empregados de Transportes Rodoviários de Carga Seca do Estado do Rio Grande do Sul.

Depois, na sequência, tem o Fonseca, tem o 'Bira', tem os outros que estão numa lista aqui, que é grande.

SR. PAULO ROBERTO BARCK: Obrigado, Senador Paim, e, na sua pessoa, eu quero cumprimentar todos da mesa e todos os companheiros, companheiras que vieram aqui hoje ao Senado, nesta 14ª, não é, Paim? Debate sobre esse assunto.

E, já embalado nisso, eu quero dizer a importância que tem o assunto do transporte rodoviário no nosso país. Senador Paim já sabe, mas não me furto aqui de repetir, Paim, aqui tem a responsabilidade de 90% da produção brasileira, aqui, hoje, neste auditório, Paim.

Nós somos responsáveis pela produção, toda a produção que é movimentada em nosso país e até para fora de nosso país. Então, a importância que tem esse debate.

E a demora que nós tínhamos de discutir as condições de trabalho, a saúde e a segurança dessa categoria que embala nosso país, que traz a produção de nosso país. E, nesse sentido, Paim, quero mais contribuir aqui, e já um pouquinho da palavra do companheiro Benatti, esse negócio de transporte rodoviário é um negócio e um negócio rentável, para nós, para os empresários, para os empregados, para o país.

Agora, nós não podemos só tratar ele como negócio; números são números. Quando eu quero contri-

buir aqui para a saúde e segurança, Senador, eu quero dizer que, em 2008, aconteceram 800 mil acidentes de trânsito; eu quero dizer que perdemos mais de três mil companheiros mortos; eu quero dizer que nós temos, hoje, números oficiais, e aqui quero me reportar aos companheiros da Procuradoria e do Ministério do Trabalho, que aqui eu estou falando em números oficiais, 12 mil incapacitados, companheiros nossos que não podem mais exercer a função. E é nesse sentido que nós temos que nos preocupar: com a saúde e a segurança.

E quero contribuir com isso, dizendo que, meu caro companheiro Mincarone, 15 dias, e aqui estou falando em número absolutos, em termos de proposta, descansar um dia e meio, acho que nós temos que revisar. E explico, para não se alongar muito, dois períodos de sete dias, 36 horas garantidas de folga, intercaladas, etc. Não sei, acho que temos que discutir isso, temos que contribuir um pouquinho mais nesse debate.

Têm também pesquisas em que mais da metade da categoria aqui representada acha que dirige demais ou já afirma que dirige demais, e aí entrando no tempo de direção, propriamente dito, que eu acho que vai ser o grande debate do estatuto, sem desmerecer os outros pontos.

Nós não podemos mais falar em condições de trabalho, companheiros, se nós tivermos de continuar usando rebite. Não podemos falar mais disso. Nós não podemos falar mais de condições de trabalho, senadores, se nós continuarmos achando bom, não é minha área, mas estou lendo sobre o assunto, que premiação para chegar mais rápido é renda. É gostoso receber um frete maior, com prêmio para cumprimento de horário? É. Faz parte, eu pago minhas contas, eu pago pneu, eu pago isso e aquilo. Agora, a que custo que eu cumpra esse horário?

Tenho e vou repetir aqui, o Senador já sabe de nossa posição, que, quando falarmos em tempo de direção, em Estatuto do Motorista, Mincarone, Benatti, temos que chamar aqui representantes da indústria. Por quê? A indústria não empurra as empresas de transporte a cumprir horário? Eu vou dar um exemplo: nós temos, lá no Rio Grande do Sul, na cidade de Gravataí, a maior fabricante de pontas de eixo para as montadoras. Hoje, ninguém mais trabalha com estoque. À hora que aperta a teclinha lá na loja, que eu comprei um automóvel, aquela teclinha lá do "Enter", que o pedido entrou lá para a fábrica, é que a fábrica vai começar a fazer o pedido dos suprimentos.

Todo mundo sabe aqui, não preciso repetir, qual é a distância que tem de Gravataí até Betim e que fábrica tem lá em Betim. E aí? A concessionária diz

que vai entregar o automóvel em sete dias, oito dias, dez dias. Rale-se quem tem que transportar ponta de eixo, o problema não é de quem vende o carro, o problema é nosso.

Não. Não, o problema não é nosso, Benatti, temos que chamar a indústria aqui, ela tem que participar disso. Se não quiser participar da discussão, vai ter que cumprir a legislação, que nós estamos iniciando essa discussão muito importante.

Eu quero trazer isso como uma observação e até um cuidado que a gente tem que ter. Eu quero também falar que não podemos nos esquecer, quando discutimos estatuto, de que precisamos, urgentemente, Senador, de formação de motoristas.

A tecnologia está muito avançada, hoje, temos companheiros ainda com dificuldade para responder o rastreador ou aos gerenciadores de risco aí que ficam controlando onde é que tu vai parar, por que tu vai parar nesse horário. Quer dizer, desculpe a má palavra, "querem controlar até onde é que a gente vai urinar". Eu acho que o caminhão vai ter que vir com banheiro.

Claro que eu estou forçando um pouco aqui, mas, se nós não atentarmos, se nós não pararmos para discutir isso, vai ter que acontecer. A tecnologia está trazendo veículos com computador de bordo; todos nós estamos preparados para manejar computador de bordo? E a fiscalização, companheiro da Polícia Rodoviária, e eu defendo que a Polícia Rodoviária tem que ser melhor aparelhada, porque não adianta nós aqui fazermos uma discussão ampla, 14º debate sobre o assunto, os senadores, os deputados fazerem uma legislação que contemple tudo o que a gente está discutindo aqui, se, depois, nós não conseguimos botá-la em prática.

Eu acho que a fiscalização tem que ser iniciada com a Polícia Rodoviária. Então, ela tem que ser também, Senador, melhor equipada. Vai ter mais veículos na estrada? Vai ter. Não tem outra forma, vai diminuir a quantidade de hora de direção, vamos ter mais tempo para ficar parado, obrigatoriamente; não podemos fugir mais disso.

Mais veículos na estrada quer dizer o quê? Que bom, não é? A fábrica de caminhões vai fabricar mais, não é, Senador? Vamos ter mais empregos, vai movimentar a economia. E as estradas temos ou não? Não temos estrada, temos também que... Não podemos nos esquecer disso.

Na questão dos acidentes, e aqui já encaminhando para um final de minha intervenção, os companheiros auditores, eu vou dizer, assina a carteira no mês, e, no mesmo mês, ele entra em benefício, nunca foi assinada a carteira, só assinou porque se acidentou.

E aqui eu estou falando de realidade do dia a dia no sindicato, dia a dia no atendimento direto de companheiros fazendo isso. Nós temos melhorado nos últimos anos? Temos. Eu tenho 53 anos, Paim; na minha época de jovem, 18, 20 anos, sou filho de caminhoneiro autônomo...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu estava só dizendo que 53 é jovem. Eu estou com 60 e estou firme aqui, hein? Mas vai lá, continua [risos].

SR. PAULO ROBERTO BARCK: Eu quero trazer aqui uma contribuição, Paim, que é, na minha época de jovem, meu pai chegava, quando eu estava estudando: "Vem cá, te prepara aí nas férias, que nós vamos trocar de automóvel". Isso queria dizer o quê? Que nós íamos viajar dia e noite.

Hoje, mudou alguma coisa disso ainda, gente? Não pode mais. Isso foi 30 anos atrás, e nós não mudamos isso. Nós precisamos de mais tempo com a família; família é um bem sagrado, companheiros. Se nós não estivermos lá, hoje, com o advento de várias interferências que têm na educação dos filhos, a presença do pai é muito importante.

Quero com isso dizer que precisamos conscientizar, e ali eu quero falar exatamente para os companheiros autônomos, Botelho, grande companheiro Nélio, e o Eder não sei se está por aí, também, antes até falaram da Eder, que é nosso representante dos autônomos lá no Estado do Rio Grande do Sul, que, com um tempo de direção melhor, com um tempo de direção mais saudável, nós vamos melhorar os acidentes de trabalho, com certeza, vão diminuir, nós vamos melhorar esse monte de gente incapacitada e em benefício. Nós vamos ter mais tempo com nossa família, com nossos filhos e, com certeza, vamos ajudar a educar muito melhor o futuro de nosso país.

Quero com isso contribuir, Senador, companheiros e companheiras. Muito obrigado pelo tempo que vocês perderam comigo. Obrigado [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço ao Paulo. Paulo, você leu meus pensamentos, hein? Já estava preparando aqui um papelzinho para mandar para ele: "Um minuto, Paulo". Antes de eu mandar, ele concluiu [risos].

A gente faz esse apelo para que todos sejam o mais sucinto possível, para que a gente possa permitir que o Plenário também possa, num segundo momento, usar a palavra.

Eu vou passar a palavra, neste momento, ao 'Bira', que é o vice-presidente da CGTB e também tem participado de todas as audiências públicas que realizamos até o momento, está acompanhando passo a passo.

'Bira' com a palavra, aí. Seja bem-vindo, como todos aqui são bem-vindos.

[palmas]

SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA: Senador Paulo Paim, cumprimento V. Exa. e cumprimento toda a Mesa, cumprimento todas as pessoas do Plenário, particularmente os integrantes do Movimento União Brasil Caminhoneiro e dos sindicatos de todo o Brasil.

[palmas]

Queria fazer uma justiça aqui companheiros, esse senador, eu posso falar a maior bobagem, mas eu vou falar aqui, esse Senador Paulo Paim está privando mais de 90% dos trabalhadores do Brasil de reconduzi-lo ao Senado Federal. Não é ele que está, é a lei. A lei não permite, porque, se permitisse, trabalhadores do Brasil inteiro iriam depositar o seu voto para reconduzi-lo aqui para esta Casa, porque você defende o trabalhador e o povo brasileiro. Essa é a primeira questão.

[palmas]

Muito obrigado pela sua solidariedade e companheirismo, pelo seu desenvolvimento, pela sua luta em defesa dos trabalhadores. Você não vê cor, você não vê ideologia, você não vê diferença de liderança, você vê quem tem proposta, quem tem ideias para poder contribuir com o Brasil e com o povo brasileiro. Por isso, nossas homenagens a esse grande homem, com uma salva de palmas, porque merece a nossa consideração.

[palmas]

Segundo, eu queria dizer que ontem tivemos aqui um debate muito profícuo, com mais de 600 dirigentes sindicais dos sindicatos do Brasil inteiro. Trouxemos aqui BNDES, Banco do Brasil, Ministério da Fazenda, DENATRAN, DNIT, Polícia Rodoviária Federal, todos eles para ouvirem as propostas deles e as nossas propostas, e nós queremos fazer questão, senador, que foi tudo gravado, vai ser decodificado e será entregue para o senhor para que a gente possa dar a nossa contribuição efetiva para essa questão do Estatuto do Motorista.

O senhor fez o Estatuto do Negro, o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Criança e agora está jogando pesado aqui para criar esse estatuto. Com a nossa contribuição, isso é que é impressionante, aberto para a contribuição de todo mundo aqui, para que se possa sair uma lei, um marco regulatório que possa, definitivamente, dar luz para essas pessoas. Porque é o seguinte: sabe por que, na minha opinião, os transportadores autônomos de carga estão nessa luta? Porque as grandes empresas, porque os grandes embarcadores insistem em querer tirar o couro desses queridos transportadores autônomos de carga, dando um frete

desse tamanhinho assim, que não dá nem para ele sustentar a família.

[palmas]

E aí, por isso mesmo, esses companheiros... Por isso a causa do acidente, por isso não sei quantas horas de estrada para poder cumprir o percurso e depois voltar, por isso os acidentes nas estradas. Então, essa palavra de cinco letras, como diz esse comandante, companheiro, Nélcio Botelho, que eu quero que vocês deem uma salva de palmas para essa liderança nacional que está aqui.

[palmas]

Quero dizer para os senhores que essa questão do frete para nós é fundamental, é importante. Tivemos uma audiência com a Presidente da República a semana passada, Senador Paulo Paim, comandada pelo senhor Nélcio Botelho. Levamos para ele lá a reivindicação do conjunto dos trabalhadores do nosso ponto de vista. Nós não somos contra ninguém, mas queremos ter o direito de nos organizar para poder impedir que o couro dos nossos companheiros seja tirado com a exploração sem tamanho.

Apresentamos isso para o nosso companheiro Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Apresentamos para ele a necessidade de ter uma mudança de frota, trocar as frotas, mas para isso tem que dar condições para o transportador autônomo de carga, ele ter o seu próprio caminhão, um caminhão novo, com condições bastante acessíveis para que ele possa tirar o seu caminhão de 20, de 15 anos da estrada e ter um caminhão novo. Para isso, ouvimos a sensibilidade do Presidente, e está sendo criado um fundo garantidor para que se possa, efetivamente, ter condições de o BNDES acabar com a burocracia e permitir que esses cidadãos tenham o direito de ter uma vida digna e decente, garantindo a segurança sua, da sua família, e, se Deus quiser, nós vamos chegar lá. Porque nós estamos nos organizando nessa luta para que essas pessoas, esses seres humanos, esses companheiros possam ter uma vida digna.

Por isso, eu encerro as minhas palavras [palmas]. Encerro as minhas palavras dizendo assim: muito obrigado, companheiro Senador Paulo Paim, pela sua presteza, pelo seu compromisso com todo o povo brasileiro, porque eu o conheço. Eu fui lá no Rio Grande do Sul recentemente prestar o nosso apoio, a nossa solidariedade. Muito obrigado, companheiro Nélcio Botelho pelo seu desprendimento, pela sua luta e pela sua disposição. Muito obrigado todos os companheiros e companheiras caminhoneiros que estão nessa luta maravilhosa em defesa da vida é da paz. Felicidades companheiros.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradecemos ao 'Bira' pelo seu pronunciamento, e, de imediato, conforme entendimento feito aqui na Mesa, eu passo a palavra ao Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro, Nélcio Botelho.

Peço uma salva de palmas para ele, como, em seguida, vai falar o Fonseca.

[palmas]

SR. NÉLIO BOTELHO: Bom-dia a todos. Ao cumprimentar o Senador Paulo Paim, eu cumprimento todos os companheiros que participam do Mesa. Meu cumprimento especial a todos os companheiros, companheiras, senhoras e senhores aqui presentes.

Eu gostaria de fazer uma homenagem toda especial aqui ao nosso Senador Paulo Paim pela posição social que esse parlamentar sempre desempenhou nos seus mandatos, pela credibilidade que ele despertou para o povo, o trabalhador brasileiro, haja vista a seleção de projetos sociais que foram apresentados por esse ilustre Senador da República. Temos acompanhado passo a passo o desempenho desse parlamentar, que se houvesse uma igualdade de pensamento, uma preocupação com a sociedade, como é desempenhado pelo Senador Paim, eu tenho certeza absoluta que a situação do trabalhador brasileiro teria hoje já um perfil bastante diferenciado.

Com respeito ao tema aqui da Audiência Pública, eu já tenho expressado a minha opinião já nas audiências anteriores e tenho me limitado mais ou menos àquilo que o Dr. Wilbert falou aqui hoje, que foi dito aqui nesse auditório ontem, de que o tempo de direção, a própria necessidade de um estatuto para o motorista profissional está na dependência de uma melhor remuneração para quem trabalha nesse setor de transporte rodoviário de carga.

Tudo que esse profissional enfrenta, a nível de dificuldades, estão diretamente relacionadas com essa remuneração, que não... está totalmente aquém da necessidade desse tipo de profissional, seja ele autônomo, seja ele empregado. Porque a empresa também é mal remunerada.

Então, eu não entraria nesse mérito, eu acho que... Sempre expressei isso ao nosso senador, de que nós estamos na dependência sim da Agência Nacional de Transporte Terrestre, a ANTT, que é o nosso fórum capaz de fazer funcionar essa grande conquista que nós adquirimos que foi a Lei 11.442, que regulamentou o transporte rodoviário de carga no país e que tem como ponto fundamental retirar do mercado a chamada concorrência desleal, que é exatamente quem deteriora esse frete que é pago nesse país.

É bem verdade que grandes empresas, o Bernardo sabe disso, é muito bem remunerada. Então, é

uma posição diferenciada ali. A opinião das grandes empresas conflita com a opinião dos autônomos e dos empregados. Então, por não entrar nesse mérito o que é ideal para o projeto de Senador Paim, eu gostaria, nós temos um setor que está tratando desse assunto, está avaliando, já participou de todas as audiências, e quem está, digamos assim, encampando essa questão dentro do Movimento União Brasil Caminhoneiro é o companheiro Carlos Alberto Litti, que está aqui presente, e com a permissão do senador, que já me deu essa prévia permissão, eu gostaria de convidá-lo a vir aqui nessa tribuna para expressar quais são as sugestões que o Movimento União Brasil Caminhoneiro tem a fazer com relação a esse extraordinário projeto de lei. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A pedido do Litti... O Litti complementa – pode ver que ele foi bem breve –, e, em seguida, vai falar mais dois companheiros.

Por favor, Litti.

SR. CARLOS ALBERTO LITTI: Perfeito, senador. Bom-dia a todos e a todas.

Primeiro deixar... Não posso deixar de saudar ao senador e a todas as autoridades aí e reforçar aquilo que foi dito, não só o Rio Grande, mas o Brasil precisa do senhor novamente aqui no Senado para a defesa dos trabalhadores desse país. É imprescindível. E o Rio Grande, e quero me colocar nessa cavalgada que nós vamos fazer pelo Rio Grande afora para lhe trazer novamente mais uma vez como o Senador mais votado da história do Rio Grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Obrigado.

[palmas]

SR. CARLOS ALBERTO LITTI: O Movimento União Brasil Caminhoneiro tem discutido muito, em todas as assembléias, em todas as proposições, em todas as treze Audiências Públicas que o Senador Paulo Paim percorreu por esse país afora, o Movimento União Brasil Caminhoneiro esteve presente em todas elas. E tem uma proposta objetiva, clara, muito fácil de compreensão, no que tange ao tempo de direção e percurso e horário e jornada de trabalho do transportador autônomo de carga.

Já diz o nome, por ser um transportador autônomo de carga, ele está fora dessa relação trabalhista, no nosso entendimento, e está fora também de uma relação empregado, como foi colocado aqui. Não queremos ser empregados de ninguém, por isso nós somos autônomos, nós temos a nossa jornada, o nosso trabalho, o nosso recurso, a nossa dificuldade diária,

diária de insegurança, de todos os temas que todos nós aqui sabemos.

Mas para ser breve, senador, a proposta do Movimento União Brasil Caminhoneiro são 750 km diários, a jornada feita pelo transportador, segundo a sua forma de atuar, segundo o seu percurso, segundo a sua própria relação estabelecida aí, 750 km por dia. Isso, num cálculo baseado pela experiência da estrada, dá uma jornada de trabalho em torno de 12 horas diárias por dia, suficientemente possível para cumprir qualquer distância de relação no país, dentro das condições de relações econômicas que se estabelecem hoje.

Então, a proposta do Movimento União Brasil Caminhoneiro: 750 km.

Parabéns a todos que estão aqui, enchendo de esperança, enchendo de alegria, enchendo de satisfação por saber da dificuldade que é a diária, e botar uma plateia, lotar isso, parabéns a todos nós, e muita luta pela frente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a palavra, nesse momento, ao Presidente da ABCAM, Sr. José Fonseca Lopes.

Por favor, à tribuna.

[palmas]

SR. JOSÉ FONSECA LOPES: Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da Mesa, no qual eu cumprimento todos os participantes. Srs. e Sras. do auditório, também os meus cumprimentos.

E é muito importante o que está acontecendo aqui hoje. Alguns podem entender que a ABCAM, a Associação Brasileira dos Caminhoneiros e o grupo dos seus representantes que aqui estiveram ontem, pensando em participar de um evento que era de transporte, de caminhoneiro autônomo...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Fonseca, me permita, antes que você pegue o tom do pronunciamento--

SR. JOSÉ FONSECA LOPES: Não, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que eu queria convidar para a Mesa esse meu companheiro, lutador, que tem compromisso com vocês, que é o Senador Aloizio Mercadante, que fez questão de vir aqui para prestigiar esse evento.

[palmas]

A palavra está com V. Exa.. Você que manda Fonseca, está com a palavra.

SR. JOSÉ FONSECA LOPES: Pode ser que a atitude para alguns, ela pode não ter sido correta, mas nós não viemos para degradar, para questionar, para agredir, nós viemos para somar. Lamentavelmente, isso não aconteceu. E eu quero deixar aqui o meu protesto em relação a isso, mas, com todo o respeito, àquilo

que está sendo feito aqui hoje e àquilo que aconteceu ontem. Nós não viemos aqui para apoiar o Movimento União Brasil Caminhoneiro ou para questionar o Movimento União Brasil Caminhoneiro, nós viemos aqui para um debate de idéias.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem.

[palmas]

SR. JOSÉ FONSECA LOPES: Da mesma forma daquilo que está acontecendo aqui hoje. Lamentavelmente, acho que não fomos compreendidos, mas eu respeito essa posição.

O Senador Paulo Paim, quando nos foi ao nosso encontro na porta do Senado lá, garantiu: com Audiência Pública hoje, nós estaríamos todos aqui. Eu quero agradecer o compromisso do senador, nos adentrar aqui, aonde tem faixas do Movimento União Brasil Caminhoneiro, aonde está sendo desenvolvido todo esse trabalho, e não é por causa disso que nós não deixamos de respeitar esse ambiente aqui.

Senador, aquela preocupação que o senhor tinha, o senhor percebeu que eu sou um homem de palavra. Tudo aquilo que eu me comprometo, eu cumprio até o fim. Então eu queria deixar esse protesto registrado, com todo o respeito, e agora eu vou entrar em alguns pontos importantes daquilo que está se fazendo aqui hoje, que é a discussão da cartilha, do documento que vai regularizar a condição de trabalho do transportador rodoviário, seja ele caminhoneiro autônomo ou seja ele empregado.

A apresentação inicial aqui do Luiz Mincarone, eu acho que foi uma apresentação muito importante de todas aquelas que eu participei aqui. E estamos, hoje, na 13 ou 14, eu, pelo menos, participei da metade ou um pouco mais da metade, mas não tínhamos um clima para poder chegar a um consenso, como está acontecendo hoje aqui. Eu acho que o que eu vi aqui hoje, com relação a essa Audiência Pública, são coisas muito importantes.

O tempo de direção, eu acho que não é uma coisa que tem que ser definido pelo Ministério do Trabalho, tem que ser definido pela Legislação de Trânsito, que é o Código Nacional de Trânsito. É aí, senador, que a gente tem que tentar encontrar uma forma de enquadrar isso aí, que não tem nada a ver, na minha visão, e hoje ficou provado aqui, com a jornada de trabalho. Eu acho que são situações diferenciadas.

Agora, com relação ao número de horas trabalhadas, ou seja no tempo de direção, ou seja na carga horária, tem que ter; na jornada de trabalho, tem que ter. Então, isso é uma coisa que eu achei que já foi colocada aqui por pessoas que me antecederam, que também é favorável a isso.

Aí vem aquela segunda dificuldade apresentada ainda pelo próprio Mincarone, com relação à fiscalização. Então, a gente ouviu aqui do próprio Getúlio Ferreira, que está aqui representando o Dr. Derenne, a dificuldade da Polícia Rodoviária Federal, quando se fala no âmbito federal. Não tem contingente suficiente para fazer esse tipo de fiscalização. Aí vem, eu ouvi aqui do Wilbert inclusive, que por uma decisão ou uma... Do Procurador Regional do Trabalho, que a ANTT, ela está incompetente para fazer esse tipo de fiscalização.

Agora vem uma pergunta aí, nós temos um problema sério aí, que chama Vale-Pedágio, que até hoje não foi cumprido. Essa lei, essa regra de jogo nunca foi cumprida. E aí, também, quem fiscalizaria isso aí seria o próprio Ministério do Trabalho, que até hoje também não conseguiu fazer nada para ajudar a gente nesse sentido.

Então, o que eu estou entendendo, senador e senhores presentes aqui, o problema maior está na falta de infraestrutura do governo. Não que o governo não queira fazer ou seja ruim, não é nada disso, é que por esse tempo, por todos esses governos que passaram por aí, ninguém levou a sério o transporte rodoviário de carga, como está sendo levado hoje.

Então, estão criando situações [palmas]. Estão criando situações que, num primeiro momento, parece que está penalizando o setor, ou seja ele o empregado ou o caminhoneiro autônomo. Então, está se pegando pelo lado mais fácil. Mas é importante tudo isso que está acontecendo, mas nós temos que conviver com a realidade: existe a falta da infraestrutura.

Por exemplo: Como vamos fazer nessa carga horária de quatro horas, que o cara tem que parar meia hora, uma hora, aonde ele vai parar? Tem os pontos de apoio espalhados pelo Brasil afora aí, como deveria ser feito pelas concessionárias de rodovias pedagiadas? Que ninguém faz um ponto de apoio para atender o caminhoneiro, pô!

[palmas]

Então, nesses contratos de rodovia pedagiada aí, tanto no Governo Estadual como no Governo Federal, tem que se fazer cumprir o contrato, e a contrato lá fala: "Tem que ter em cada tantos quilômetros um ponto de apoio para receber o caminhoneiro, e o mais importante, com segurança".

Um outro item aqui, eu acho que... Os contratos... Das concessões.

Agora vamos falar um pouco aqui daquilo que está na boca do setor há muito tempo, mas todo mundo tem, mas ninguém consegue: é o Pró-Caminhoneiro. Desde que saiu esse Pró-Caminhoneiro, dá para contar nos dedos quantos caminhoneiros autônomos conseguiram

tirar o veículo. Não adianta falar que o Pró-Caminhoneiro é isso... O banco, o banco tem que liberar dinheiro. Isso que o BNDES está fazendo, isso que o governo está tentando colocar aí para melhorar esse fundo de compensação aí, não acontece nada. O senhor pode ir em qualquer banco, que ninguém sabe o que é o Pró-Caminhoneiro. E os bancos estatais que deviam atender e conhecer isso a fundo, não fazem, que é o Banco do Brasil e a Caixa Econômica.

Então tem que se fazer alguma coisa, mas não é só conseguir o financiamento para que o caminhoneiro possa trocar a equipamento dele. Hoje, nós temos que ver o que nós vamos fazer com o veículo velho, porque aí tem um problema muito sério, que ninguém está alertando, que é o meio ambiente.

Simplesmente eu não vou comprar um caminhão novo e vender um velho para o meu companheiro aí, que vai continuar poluindo seis vezes mais do que aquele que eu tenho, vai continuar se envolvendo ou praticando acidentes. Porque, lamentavelmente, quem tem um caminhão de 15, 20 anos de uso, tem que comprar peça de segunda mão, tem que ir no ferro velho. E, lamentavelmente, os índices de acidentes sobem, como foi mostrado aqui, que o caminhão, ele se envolve ou provoca em torno de 30% dos acidentes que nós temos nas estradas hoje.

Uma outra coisa importante é que eu vi que foi do Sr. Sebastião Caixeta, que é o Procurador Regional do Trabalho, aonde se reconhece hoje o caminhoneiro autônomo como um microempresário, sem vínculo empregatício. Hoje se fala e se respeita a 11.442, coisa que, até então atrás, não tinha isso aí.

Então, na minha visão, tudo aquilo que eu sempre me debati, que foi não discriminar, mas separar o que é o caminhoneiro autônomo de todas essas reivindicações que são feitas do motorista empregado.

Eu não tenho nada contra, nem discriminação, nem nada, mas são situações diferentes, que tem que ser respeitadas e debatidas, e, até então, não estava acontecendo isso.

Hoje eu vi que a coisa está muito bem encaminhada e eu acho que com essas aparas que precisar ser feitas aí, eu acho que nós vamos conseguir ter uma regulamentação que vá melhorar a condição tanto do motorista empregado como do caminhoneiro autônomo, que, até então, a gente estava tudo numa panela só.

Todo mundo achava que o caminhoneiro autônomo tem vínculo empregatício. Não tem. O próprio nome está dizendo: é autônomo, é microempresário, é empreendedor e pode ser até empregador. Então são situações importantes, que hoje eu vi que está conseguindo se separar aqui. E eu acho que isso vai levar um bom termo, para que se finalize essa cartilha,

e o Senador Paim, com todo esse empenho dele, saia, mais uma vez, vitorioso, dentro de uma proposta que ele vem apresentando, vem debatendo, e que, mais uma vez, eu acho que vai beneficiar o segmento que nós representamos.

Então, meus amigos, era isso que eu queria colocar no primeiro momento. Quero dizer ao senador aqui que tem todo o meu apoio, tem todo o meu respeito. Nunca foi diferente. E o senhor, mais uma vez, acreditou e o senhor está vendo que aquilo que foi conversado, foi cumprido. O ambiente aqui hoje é para se discutir cartilha do motorista, e é isso que a gente está fazendo.

Eu quero agradecer a todos os senhores, e vamos ver se, com essa proposta de hoje, se consiga, para uma próxima Audiência Pública, uma coisa muito mais elaborada, para que se consiga ainda, dentro mais um ou dois meses aí, não sei, fechar essa proposta, para que o senador ainda possa encaminhar para votação.

E uma coisa, senador, o senhor, pela sua forma de ser, eu também gostaria que o senhor tivesse o voto de todos os trabalhadores do setor do Brasil, mas, infelizmente, isso não é possível, mas o senhor vai ser muito bem votado no seu estado e o senhor vai ter o apoio do caminhoneiro também e o senhor vai ver que, no ano que vem, o senhor vai estar aqui novamente, e a gente reivindicando outras situações para melhorar mais ainda a condição desse segmento tão sofrido, que o cara não é nem cidadão hoje, mas da forma que a coisa está acontecendo, eu acho que vai ser. Muito obrigado, senhores.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Depois da fala do Fonseca, eu acho que uma fala na mesma linha da Botelho, pregando a unidade em cima dos direito dos caminhoneiros, de todos os profissionais do volante, eu, com alegria, quero passar a palavra, para encerrar esta Mesa – mas claro que depois ainda vai falar o nosso amigo taxista – ao meu amigo guerreiro, lutador das causas de todo o povo brasileiro, Aloizio Mercadante.

[palmas]

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Eu queria saudar, em primeiro lugar, o Presidente da Comissão, o senador companheiro da minha bancada, que tem dado uma contribuição imensa à luta dos trabalhadores do país e ao nosso trabalho no Senado Federal, Senador Paim. Pedir desculpas para vocês porque chego atrasado, eu tenho que sair cedo, eu sou líder, tem 11 comissões funcionando, nós estamos em regime de votação de várias matérias importantes, e o

meu trabalho como senador exige a minha presença, por isso que eu me atrasei.

Queria saudar o Fonseca, que eu pude acompanhar aqui a intervenção muito firme e as reivindicações que ele apresentou, em nome dele todos os companheiros que compõem a nossa Mesa, o Nélcio, que ontem estivemos juntos. Eu queria saudar também o Herculano e o China, que me ligaram ontem pedindo que estivesse presente hoje, exatamente em função que ontem nós não conseguimos reunir todos os setores naquele evento com a Ministra Dilma, mas trago dela aqui o abraço a todos aqueles que não puderam estar ontem e agradecer a presença e o gesto de vocês.

E eu queria dizer primeiro o significado dessa Audiência Pública. Audiência Pública é para a gente falar o que pensa, e para vocês apresentarem todas as reivindicações. O parlamentar que não gosta de ouvir reivindicação e crítica é que nem caminhoneiro que não gosta de dirigir, vai fazer outra coisa na vida. Está aqui para ouvir, para acolher e para respeitar.

[palmas]

Segundo. O Estatuto do Caminhoneiro, que é uma coisa que a nossa bancada se dedicou bastante – o nosso Senador Paim está apresentando e está aqui para acolher sugestões e subsídios –, o estatuto vai trazer algumas contribuições de proteção do trabalhador caminhoneiro e de direitos que precisam evoluir na cadeia de transporte rodoviário no país, que eu tenho certeza que será um salto da qualidade.

O primeiro é acabar com a carta-frete. Nós estamos falando [palmas] Nós estamos falando de um instrumento que, na realidade, aprisiona o caminhoneiro, porque diz que o frete vale cem, mas quando ele vai receber lá na ponta é 80, é 70, porque nunca pinga na conta dele o trabalho que ele teve nas estradas, porque a carta-frete impede que o direito dele seja reconhecido plenamente.

[palmas]

Então, o que está sendo proposto? Criar o cartão-frete, e o dinheiro é depositado direto na conta, e vai receber os 100% que ele tem direito, e acabar definitivamente com esse instrumento, que todo mundo ganha, menos quem realmente pega no volante e atravessa o Brasil inteiro, ajudando esse país a se desenvolver. Então eu acho que o estatuto dá um salto importante num dos temas sensíveis.

Eu quero falar de um outro tema que foi aqui mencionado. O aquecimento global, que está aí, as enchentes, terremotos, tsunamis, ninguém mais pode questionar que há um problema. Nós não sabemos se toda a responsabilidade é a forma de desenvolvimento que nós temos na indústria, na emissão de poluen-

tes e gás carbônico. A terra já teve outras mudanças climáticas muito fortes que não eram decorrentes da ação do homem. Mas é evidente que tem uma responsabilidade grande.

Então nós estamos fazendo um esforço muito grande para melhorar a qualidade da emissão dos gases poluentes, inclusive na frota automotiva. O etanol foi uma grande contribuição do Brasil. Hoje, mais da metade dos automóveis usam o etanol, o álcool, como combustível, aumentamos a adição do combustível e vamos produzir um diesel de alta qualidade, com menos emissão de enxofre, com menos capacidade de poluição.

Só na REVAP, ali em São José dos Campos, o Governo Federal está investindo seis bilhões e 700 milhões de reais, 15 mil homens trabalhando, para poder entregar esse combustível de alta qualidade. E os caminhões vão ter que se reformar, vão ter que ter um catalisador mais moderno. E o governo tem todo o interesse na modernização da frota, o que vai reduzir o consumo de combustível, vai aumentar a eficiência e vai produzir menos manutenção e menos poluição.

Qual é a chance que nós temos de poder garantir o financiamento? São os bancos públicos, essa crise mostrou. Se nós não tivermos o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o BNDES nesse país, nós não saímos da crise, como estamos saindo, batendo o recorde de emprego, como estamos batendo nesses três meses, a indústria de São Paulo crescendo 20%, a economia brasileira crescendo 7,2% no trimestre, que é uma coisa espetacular, e os bancos tiveram o papel fundamental.

O Banco do Brasil hoje empresta mais sozinho do que todos os bancos do país emprestavam em 2002. A Caixa Econômica Federal, o Programa Minha Casa Minha Vida, nós estamos construindo aí um milhão de casas, e, no PAC 2, queremos chegar a dois milhões de casa. E o BNDES foi fundamental para financiar o investimento, o crescimento, que, se não tiver crescimento, se não tiver indústria produzindo, se não tiver agricultura produzindo, não tem carga para transportar.

E vocês sabem quanto tempo nós vivemos em recessão nesse país? O país não crescia, não produzia, não gerava emprego, e vocês não conseguiam nem pagar a prestação do caminhão, mas nem pagar a buzina do caminhão dava com o frete que vocês recebiam. A hora que o país está crescendo, está produzindo, está gerando emprego, o setor se desenvolve. E o BNDES veio para cumprir o seu papel público.

Portanto, aquilo que o Fonseca colocou aqui tem que ser, sim, apurado, e a Ministra Dilma disse ontem aqui. Não dá para ficar atrasando financiamento, e o

fundo garantidor tem que sair logo para garantir agilização do financiamento do BNDES, que o papel dele é impulsionar a economia brasileira, e nós queremos vocês com o caminhão novo na estrada.

Eu quero terminar, para não me alongar, nem todos estavam aqui ontem, eu só queria falar duas coisas do meu Estado de São Paulo. Primeiro que tem que mudar a política de segurança pública em São Paulo. Vocês viram, hoje, ontem o consulado americano dizendo que não recomenda os turistas a irem na Baixada Santista por causa da violência. É uma agressão ao meu estado uma recomendação como essa.

São Paulo é o Estado que liderou o crescimento econômico do Brasil e tem que tomar atitudes em relação à violência, especialmente roubo de carga, porque cresceu assustadoramente o ano passado. Tem que ter mais policiamento, tem que ter esses pontos nas nossas estradas para que vocês possam encostar com segurança e tem que ter uma política muito específica. Em relação a isso, temos que dar um salto de qualidade.

Eu disse ontem, e eu vi hoje alguns analistas me criticando, eu vou repetir, então, para ouvir bem: tem que acabar com abuso de pedágio em São Paulo, sim. Tem que acabar.

[palmas]

Eu não tenho rabo preso e vou fazer a campanha com aquilo que eu acredito. Por que tem abuso de pedágio? Evidente que o pedágio ajuda a melhorar a qualidade das estradas à contrapartida do investimento e pagamento dos serviços prestados. São Paulo sempre teve as melhores estradas do Brasil, não é porque tem pedágio, não, já eram boas. A Bandeirantes, a Imigrantes, a Dutra, a Anchieta já eram excelentes estradas. Evidente que a manutenção e a melhoria da sinalização, da segurança, extensão da estrada, serviços, o pedágio cumpre esse papel, e eu não vou fazer a demagogia de dizer: "Não, sou contra". Eu sou contra o abuso que nós temos no pedágio, porque as tarifas de São Paulo hoje são as mais caras do mundo. Passamos a França, que era recordista mundial de tarifa de pedágio.

[palmas]

E porque isso está acontecendo? O povo que já paga o seu imposto é para construir a estrada. Aí foi construída. Aí ele paga de novo o pedágio, e aí o governo ainda quer ter receita do pedágio, receita própria, faz uma taxa de retorno, que é a taxa de lucro do setor, que em São Paulo é 20%, o pedágio federal é 8,5%, portanto é uma diferença brutal. O indexador do pedágio em São Paulo é o IGPM, o do Governo Federal é IPCA, e a diferença média é de sete para um, sete vezes mais caro. Está errado, tem que rever,

respeitando o contrato. Nós temos que ver o equilíbrio financeiro do contrato, porque mudou o volume de frete, mudou o volume de passageiros, a rentabilidade é muito maior, e o consumidor não teve nenhum benefício. Então vai ter que sentar e vai ter que negociar, porque do jeito que está não pode continuar. E vou repetir o que eu disse hoje, e se quiser eu apresento todos os dados para debater com quem quiser. Você pega um caminhão de seis eixos e bota para rodar o ano inteiro só dentro do Estado de São Paulo, e eu mostro para vocês que no final do ano está pagando 117 mil reais de combustível, 115 mil reais de pedágio. Isso é um absurdo. Não pode continuar assim.

[palmas]

Por isso, uma parte da briga é aqui; a outra, é lá. E vocês são bons de estrada, eu sou bom de briga. Estamos juntos nessa luta. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Depois da fala do nosso Senador Aloizio Mercadante, que, pelo que eu vi, entusiasmou todo o Plenário, eu quero passar a palavra, para que ele dê a sua mensagem, ao Edgar Ferreira de Sousa, que representa aqui os taxistas e transportadores autônomos de passageiros.

Por favor, Edgar. Depois eu vou combinar o encerramento com vocês aqui, estamos indo para os finais.

SR. EDGAR FERREIRA DE SOUSA: Senador Paim, Presidente desta Mesa, no qual eu cumprimento todos os demais já nominados e qualificados tão bem. E quero, antes de cumprimentar os meus companheiros sindicalistas, senhoras e senhores, quero aproveitar, senador, para, antes que o Mercadante, Senador Mercadante saia deste Plenário, dizer a todos e a ele que vai fazer muita falta a esta Casa. Sendo eleito, que nós esperamos seja para o governo de São Paulo, irá fazer muita falta a esta Casa.

Como também aproveito, e eu comentava agora com o 'Bira', não vou deixar de dizer isto, metade mais um dos brasileiros que sonha ultrapassar os 60 anos gostaria de te dar um voto, como eu, privilégio esse que cabe apenas aos gaúchos. Eu não sou de ter muita inveja, mas dessa eu tenho. Te confesso que eu gostaria de ser gaúcho e gostaria de ter o meu voto no Rio Grande do Sul para estar lá votando para o Senador Paim.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Seja bem-vindo ao Rio Grande.

SR. EDGAR FERREIRA DE SOUSA: Mas eu sou mineiro e lá eu tenho que encontrar o meu candidato. Mas o Brasil fornece bons senadores a esta Casa, al-

guns melhores que os outros. Alguns tentam inventar a roda; outros, inventar a pólvora, reinventar a pólvora; e outros que tem iniciativas felizes, brilhantes, e que são bem-vindas, como esta sua.

Discutir e trazer a essa Casa, a esse Plenário a realização e a concretização de um sonho de organizar, ordenar juridicamente a vida dos caminhoneiros, a vida dos taxistas, a vida dos transportadores autônomos e dos transportadores de um modo geral, é muito bem-vinda. É saudável, é bem-vinda. E eu só lamento, senador, e lamento, companheiros, que, em apenas 14 artigos, queiramos fazer isso.

Senador Paim, me perdoe, nós precisamos ir além: ser motorista, na minha opinião, modesta opinião, eu tenho pouco mais de 30 e poucos anos como motorista, estou chegando nos meus 60, esperando que você consiga melhorar a aposentadoria para que eu possa gozar dela, sem ter que parar de trabalhar. É a nossa esperança.

[palmas]

Mas nesse pouco período de vida, como taxista, como motorista, eu pude aprender algumas coisas e vou te dizer uma coisa: eu tenho muito medo de leis que não se aplicam, leis que não caem no gosto popular, leis que não se fiscaliza, leis que não funcionam. E nós corremos o risco de aqui alguns artigos não serem aplicados, não serem cumpridos, como muitos outros que esta Casa já legislou, o Presidente sancionou, e não funcionou.

Uma delas é estabelecer que o motorista vai cumprir apenas quatro horas de trabalho. Eu não acredito nisso. Lá na zona rural, quem que vai fiscalizar? Senador, companheiros, senadores, autoridades da Mesa, alguém, por acaso, fiscalizou esse motorista que o senhor disse que rodou 22 horas? Alguém o parou para dizer que ele estava além do limite de trabalho? Ele rodou, ele trabalhou 21, trabalhou 22 horas e, talvez, ele estivesse sonhando com as curvas da esposa, da companheira e acabou de perna para cima nas curvas da estrada da morte deste país.

Eu também já passei por isso. Um dia, não faz muito tempo – senador, me permite contar um trequinho? – eu saí do Rio de Janeiro, onde se encontra a sede de Federação, eu tinha compromisso no Estado do Rio de Janeiro e no Estado do Espírito Santo e era meu aniversário, eu não queria dormir na estrada, eu não queria dormir em lugar nenhum, eu queria dormir na minha casa. E eu saí do Rio de Janeiro, às cinco horas manhã, cheguei ao Espírito Santo e, de lá, emendei para Belo Horizonte. No caminho, era meu aniversário, quase meia-noite, terminando o dia, eu sonhava com as curvas, talvez, para fazer alusão ao que eu já disse, sonhava com as curvas da minha companheira

e, não demorou muito, eu estava de rodas para cima, numa das curvas da rodovia da morte de Minas Gerais, da 381. Eu pergunto ao senador e os demais companheiros, direito – nós estamos discutindo o Estatuto do Motorista –, é direito do motorista ter uma rodovia digna, uma rodovia segura? Será que é direito nosso, enquanto condutores, enquanto motoristas?

Eu utilizo muito o carro para visitar os sindicatos, para visitar as cidades, e não são poucas as vezes que eu paro para registrar companheiros, principalmente companheiros, parados, de rodas para cima, com mercadorias sendo roubadas, e eles, em alguma curva, como da 318, como da 040 – aliás um crime o que fizeram na 040, em Barbacena, me perdoe, me permite fazer uma citação dessa –, mas é direito também, senador, de o motorista ter uma rodovia segura para ele conduzir a sua carga, para ele conduzir o seu veículo.

Como eu disse que em 14 artigos não é possível estabelecer as regras de direitos e deveres do motorista, eu gostaria de sugerir, senador, que nós levássemos em consideração algumas contribuições importantes desta Casa e da Câmara, onde nós temos o Projeto 3.232, 3.272, 3.253 e o 5.509, em tramitação ali. É bem possível que essas contribuições venham a ser encaixadas nesse projeto. E mais, sendo ele terminativo, ele volta à CAS, me parece que é isso, e, voltando à Comissão de Assuntos Sociais, é possível que o senador retome esse projeto e acrescente as nossas sugestões.

Eu gostaria de sugerir mais. Esse projeto não contempla claramente os taxistas. É preciso que isso seja colocado claramente no projeto, senador. Os taxistas, não é apenas: “Ah, ser taxista”. Não, o taxista, ele divide em taxista permissionário, taxista auxiliar, taxista locatário, e nós outros condutores de transporte de passageiros que precisam ser contemplados nesse projeto, e eu gostaria de me colocar à disposição, para não alongar tanto e não tirar o tempo dos demais companheiros que gostaria de manifestar, de colocar à disposição não só a mim, a minha experiência, mas a da Federação Nacional dos Taxistas, para que possa contribuir para o melhoramento desse projeto, que é muito bem-vindo.

E está de parabéns e, olha, parabéns pelo seu trabalho. Eu acompanho todos os dias pela Voz do Brasil, pelo Canindé, que me manda todas as informações de toda a movimentação do senador. Está de parabéns essa Casa pelo senador que tem.

Muito obrigado, companheiros.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito... Meus cumprimentos, Edgar.

Edgar, pode ter certeza que nós não faremos, nada, nada que envolva os taxistas sem que passe pela mão dos líderes dos taxistas. Então, fique tranquilo, gostei muito da tua posição, clara, transparente, e a nossa intenção, inclusive, até o momento, a gente não organizou sequer a primeira minuta global. O projeto original foi para iniciar o debate, e, com certeza, todos serão ouvidos até que a gente construa uma proposta que atenda a todo o setor.

E, na questão do taxista, nós queremos um capítulo somente para o taxista, e os taxistas é que vão decidir como vai ser a redação desse capítulo inteiro dentro do estatuto.

Então uma salva da palmas a todos as taxistas aí [palmas]. Com certeza vamos construir um grande entendimento.

Depois o Mincarone vai explicar bem essa questão das quatro horas, não é, Mincarone? Você vai poder explicar que, na verdade, não é quatro horas, não é nem seis horas. É um debate que ele está propondo do período direto sem o motorista parar, mas depois a gente explica melhor.

Olha, eu recebia aqui, e foi do Plenário, e eu achei interessante, dizendo: “Senador, tu poderia ler essa mensagem?” E eu vou ler antes que o Mercadante saia. Diz o seguinte, a pedido dele, aí do Plenário: “O Pró-Caminhoneiro tem que ser igual ao Programa Minha Casa, Minha Vida, fácil acesso, e o nome deveria ser Meu Caminhão, Minha Vida”.

[palmas]

Eu vou entregar para o Mercadante depois. Contribuição do Plenário.

Meus amigos, eu fiz aqui uma conversa com a Mesa, e aqui veio uma lista de 12 companheiros, e falaria intercalado um e outro que tem uma visão diferente em relação a esse debate que nós estamos fazendo.

A pergunta que eu faço, nós vamos ter que dar para a Mesa ainda as considerações finais, no mínimo dois minutos para cada um da Mesa, e já acertamos aqui a ordem de fala. A pergunta que eu faço, devido ao horário – que hora temos aí? É meio-dia. Se falar os 12 e mais a Mesa, com certeza a gente vai a mais do que às 13 horas. Assim mesmo, se cada um – e eu tinha me comprometido que o Plenário ia falar. Palavra dada tem que ser cumprida. O que eu poderia acertar com vocês, se cada um falasse dois minutinhos. Dois minutinho, pode ser? Uma salva de palmas para os dois minutos?

[palmas]

Então dois minutos. Vamos lá então. Chamo o Edmar Ramon. É esse? Edmar Ramon? Odimar, Odimar, Odimar Roman. Odimar Roman está inscrito aqui para sua saudação. Dois minutinhos na tribuna. Sem-

pre lembrando que a gente está falando para todo o Brasil, pela causa.

Vamos chamando o segundo já, o Hércules Pereira. Já fica ali. Hércules Pereira. Depois eu chamo outros dois já.

SR. ODIMAR ROMAN: Meu bom-dia a todos. Cumprimento o senador, os demais componentes da Mesa, todos os presentes.

Trago aqui as boas-vindas, o companheirismo e a parceria do transporte rodoviário de carga do Sinditáxi do Movimento União Brasil Caminhoneiro de Santa Catarina, e faço das palavras do Litti as nossas palavras quanto à proposição para o transportador autônomo, não querendo interferir na relação, nas proposições da relação empresário e empregados, porque entendemos que nós devemos defender, Senador Paim, a causa do transportador autônomo, e assim o fizemos.

No mais, conte conosco, Senador Paim, também para, no Movimento União Brasil Caminhoneiro para fortes... Aplausos a fortes convocações aqui para defender a campanha da Dilma Rousseff, em Santa Catarina, nós vamos fazer isso, os caminhoneiros, assumo esse compromisso aqui com vocês. Um abraço a todos e bom trabalho.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Cumpriu o horário. Cumpriu horário.

Antes de passar ao próximo, que é o Hércules, eu quero registrar a presença desse grande senador, Senador José Nery, do PSOL, guerreiro, lutador, não tem hora, não tem dia.

[palmas]

Ele depois vai dar uma mensagem para vocês aí, em seguida, Senador José Nery. Hércules dois minutos e, em seguida, já chamo o Nestor Sebastião.

SR. HÉRCULES PEREIRA: Senador Paim, os presentes à Mesa, muito boa-tarde.

Eu queria apresentar aqui uma reivindicação dos caminhoneiros até da carga líquida, quando nós somos tratados lá como empregados. Foi dito aqui que o caminhoneiro tem seu horário de descanso, jornada de trabalho, só que uma grande empresa, inclusive uma empresa do governo, obriga os caminhoneiros a carregarem, descarregarem, lacrarem, eles são obrigados a lacrar, são obrigados a carregar os seus caminhões. Não tem esse negócio de estar, quando estiver carregando o caminhão, ter um momento de descanso, não.

O Ministério do Trabalho tem que intervir e urgente, porque nós temos caminhoneiros lá, eu tenho caminhoneiro lá que está usando o nariz de prótese. Por quê? Ele não está qualificado para carregar um caminhão de um produto ultraperigoso. É uma carga

ultraperigosa que ele estava carregando, sem qualificação nenhuma, e veio um jato no rosto dele, ele perdeu o nariz. Hoje ele usa uma prótese.

Então, Ministério do Trabalho, por favor, intervenha na sua empresa, que é uma grande empresa, a maior transportadora, a maior distribuidora de combustível do Brasil, ela, arrepio da lei, pratica essa arbitrariedade contra os caminhoneiros, os tanqueiros da carga líquida.

Então eu quero externar aqui, meu senador, muito obrigado. Eu tenho certeza que nós estamos sendo bem representados, e os caminhoneiros estão de braços dados com o senhor. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Muito obrigado. Muito obrigado pela precisão do tempo.

Já passo a palavra agora para o Nestor Sebastião e já chamo o Neuri Leoberto.

SR. NESTOR SEBASTIÃO: Bom-dia a todos vocês. Saudar em especial o senador assim chamado no Rio Grande do Sul como Paim. Dizer que Três Cachoeiras aqui presente, Estado do Rio Grande do Sul bastante presente por todo o Brasil.

Quando o senador lançou o Estatuto do Caminhoneiro, não resta dúvida que trouxe uma preocupação para o setor. Tanto faz do autônomo como das empresas.

O senador sabe muito bem que nós do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina fizemos uma grande reunião no SEST/SENAT de Porto Alegre, discussão de dois dias de trabalho para analisar a sugestão do Senador Paim, e que muitas delas não vinham de favor, tanto para o transportador autônomo quanto para o transportador de transporte de empresas. E que o senador, logo após, também teve uma Audiência Pública e na qual nós nos reunimos e apresentamos a proposta que era de interesse dos autônomos, das empresas, do Estado do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

E o Senador ainda brincou que ele apenas criou o estatuto e que ele ia ser discutido pela classe. E hoje, está tendo aqui, hoje, senador, uma discussão, e a classe aqui representada. Isso que é bom para nós.

Eu gostaria, senador, que o Senado tem aprovado grandes coisas para os caminhoneiros já, e não foram cumpridas, muitas delas: o vale-pedágio, fiscalização. E uma coisa importante que está pesando no Estado do Rio Grande do Sul e em todo o Brasil, já aprovado, senador, que é a questão do INSS, do desconto do INSS das empresas, e que as empresas estão descontando dos caminhoneiros e não estão repassando ao INSS, senador. Isso é uma coisa preocupante.

[palmas]

É preocupante. Isso é lei, e as empresas têm que descontar 20% dos 80... Frete de mil reais, descontar 80%. Exemplo: 200 reais, formar 11%, dá 22 reais, desconta do caminhoneiro e não repassa. Fica aqui uma denúncia até dessas empresas que não estão repassando.

Uma preocupação, aproveitar o ganchinho aqui, uma luta nossa há muito tempo, senador, é a questão do excesso de peso. A fiscalização de pesos de balanças, que seria um sonho nosso, não por eixo e sim peso total. Um abraço a todos, muito obrigado, sucesso ao senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero registrar a presença conosco aqui do Paulinho, companheiro de primeira hora para todas as jornadas. Deputado Federal Paulinho aqui, veio aqui prestigiar o nosso evento.

Paulinho, se quiser dar uma saudação, vai lá. A saudação é que ele está apoiando os senhores. A hora que o estatuto, sendo aprovado aqui, ele se comprometeu que ele aprova lá na Câmara. Obrigado, Paulinho.

[palmas]

Chamar o Neuri... Está dando terá entrevista. Então o José Carneiro. Está aí o José Carneiro? Vamos lá, então. E, em seguida, o Bernabé Gastão, Bernabé Rodrigues Gastão. Já pode ir vindo para cá também.

SR. JOSÉ CARNEIRO: Gente, um bom-dia para todos. Falar sobre a pessoa de Paulo Paim, já foi falado, nós sabemos o que ele nos representa.

Paulo Paim, o senhor falou uma palavra aí que me comoveu, que o caminhão é um projeto igualzinho a Nossa Casa, Nossa Vida. Para que esse caminhão seja também o motivo de sobrevivência nossa, precisa que seja revisto a base de cálculo do imposto de renda, porque não é justo que um caminhoneiro paga 27,5% baseado em cima de 40%, no caso de transporte do autônomo.

Hoje, lá em Minas, tem caminhoneiro que trabalha até o dia 20, depois do dia 20 ele tem que ficar parado, porque o imposto de renda que ele vai pagar, vai pagar mais do que ele ganhou. Essa é uma causa dessa.

E outra também, sobre questão de seguro. Para que você faça esse Pró-Caminhoneiro, o autônomo tem que fazer um seguro que, hoje, representa de 10 a 15 a 20% do valor do equipamento. Então não tem como o caminhoneiro autônomo pagar.

Ele, se comprar, o que vai sobrar para ele não dá nem para ele sobreviver, e jamais pagar prestação de caminhão. Então esse é o manifesto. Muito obrigado ao senhor.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Rápido, muito bem. O Bernabé já falou... Ali, o Bernabé. Vamos lá Bernabé Rodrigues.

SR. BERNABÉ RODRIGUES GASTÃO: Boa-tarde a todos, ao senador, a quem eu cumprimento a toda a Mesa em nome do senador.

Senador meus parabéns, sou Gastão, conhecido do Sindicato dos Autônomos do Estado de São Paulo, a qual eu parabenizo a iniciativa e o trabalho. Esse é o caminho, me desculpem, estou rouco por um problema de garganta, mas eu não poderia jamais de estar presente e apoiá-lo realmente. O Estado de São Paulo está junto, senador. Conta conosco.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem.

SR. BERNABÉ RODRIGUES GASTÃO: A primeira reivindicação, na realidade, eu sempre pedi, nas longas distâncias, que nós incluíssemos parar essa frota das 22 às cinco da manhã. É a única forma que nós temos, hoje, de coibir o rebite nas estradas, na longa, média e longa distância. Isso é o primeiro que eu reivindico.

Segundo, senador, nós temos um grande problema, seriíssimo, que, ao longo dos anos, todo o caminhoneiro do Brasil inteiro sabe do que eu vou falar agora, chamada gerenciadoras de risco, que a vida inteira cerceou direito desse trabalhador ao senhor do Ministério Público do Trabalho, a qual eu chamo a atenção, aonde ingressamos, o sindicato de São Paulo ingressou com uma ação, felizmente está caminhando.

O abuso, a truculência que eles utilizam por qualquer cheque sem fundo, que qualquer trabalhador tem, ele está impedido de trabalhar; por qualquer revisão contratual que ele pede em algum banco, ele está impossibilitado, vetado de trabalhar. Eles têm um poder muito grande no qual, hoje, infelizmente o Ministério Público do Trabalho está acatando em São Paulo, e eu convido a todos, e também, senador, para que isso possa tomarmos uma medida dessa medida arbitrária aplicada por todas as gerenciadoras de risco de nosso país. Muito obrigado, senhores.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Alô, alô. O Neuri já está aqui? Vamos lá Neuri, senão fala outro. Até você chegar aqui, já fala outro, Neuri. Aqui não tem muito tempo. E já chamo o José Araújo China da Silva, que vai ser o próximo, e também o Francisco Biazotto(F).

SR. NEURI LEOBERTO: Bom-dia senhoras e senhores que estão presentes aqui. Em nome do Senador Paulo Paim, essa grande liderança, que está dando essa oportunidade ao setor de transporte de

nós nos manifestarmos publicamente aqui no Senado Federal, eu quero dizer ao Senador Paulo Paim que é um respeito que ele tem, é um carinho que ele tem pelos caminhoneiros, e nós estamos trazendo aqui as nossas reivindicações.

Eu passei pessoalmente e entreguei os documentos que o Paraná gostaria que fosse... Agora, nós já falamos de tudo que está acontecendo, todo mundo sabe, é a carta-frete, é a falta de segurança, mas uma das coisas que o povo está pedindo, e nós temos que aproveitar a oportunidade, que não seja, de repente, o lugar, Paim, mas todo mundo no Paraná e no Brasil inteiro, gente, ninguém concorda mais pagar pedágio de caminhões com eixo erguido.

[palmas]

E quero deixar aqui o meu abraço a todos vocês que se deslocaram de suas casas e vieram trazer o apoio para nós, para essa Mesa, que tem a responsabilidade, que, daqui para frente, cada vez a nossa luta vai ser muito melhor, porque nós conseguimos abrir as portas no Senado Federal, na Câmara Federal, e o mais importante, nós temos aqui um Presidente que é amigo dos caminhoneiros que tem um compromisso assumido em ajudar esta categoria a fazer uma grande conquista, uma transformação, porque aqui ninguém quer ver caminhoneiro andando com caminhões que não têm mais condições e deixa sua família, muitas vezes, gente, vocês caminhoneiros, vocês sabem que vocês deixam a família de vocês, 30, 60, até 90 dias em casa, e, muitas vezes, quando vocês chegam, às vezes não têm o dinheiro para pagar a prestação, e quando vocês saírem viajar, muitas vezes têm que ir lá no posto e dar um cheque pré-datado. Essa carta-frete é uma injustiça que fazem com quem trabalha. Então nós temos que nos organizar, viu Paim, e vocês estão dando essa grande moral, essa grande oportunidade, porque tem empresas que estão especulando os caminhoneiros. Eles têm que especular e têm que fazer restrições é de bandidos, de marginais, mas não de caminhoneiros que vão lá, às vezes, tão longe das empresas para carregar e não conseguem carregar porque têm uma restrição.

[palmas]

E tem uma empresa faturando dinheiro, porque têm uma restrição do CPF não consegue carregar, tem que ter uma restrição quem roubou carga, quem é bandido e quem é ladrão, mas não caminhoneiros que trabalham o dia inteiro e levam o progresso desse país nas costas. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu pergunto se já está aqui o Marco Aurélio. Marco Aurélio Medeiros. Se não está, vamos em frente.

O China. Então, China já está aqui. Vamos lá China. Assume, assume.

SR. JOSÉ ARAÚJO CHINA DA SILVA: Bom-dia a todos. Quero agradecer a Mesa em nome do Senador Paulo Paim e agradecer os caminhoneiros desta fileira até a última, mesmo porque, eu, a partir do dia 14 passado, estou numa caminhada pelo Brasil com uma carreta, já conheço 24 estados, preciso conhecer mais três estados. Então, algumas coisa que aconteceram aqui, nós somos do bem, e quero ser recebido de ponta a ponta do país.

Primeiro lugar, senador, queremos agradecer, queremos agradecer V. Exa. pelo seu projeto e atenção que tem dado ao caminhoneiro nesse Brasil... Caminhoneiro, não, além dos caminhoneiros, o motorista em si. Como é só dois minutos, é muito difícil falar.

Eu queria levar ao conhecimento de vocês que o Pró-Caminhoneiro foi, a pedido do Presidente da República, nós fizemos um projeto, também a confederação também apresentou um projeto, e hoje é uma realidade, o Pró-Caminhoneiro é uma realidade que está aí para a compra.

Estamos com um grande gargalo. Não é culpa do governo. É hoje que nós temos que pedir o apoio dos senhores para que o Pró-Caminhoneiro vire realidade, que a parte do governo, ele já fez. O precisamos agora é os bancos que estão impedindo que os caminhoneiros não comprem caminhão, que ao invés de 4,5 que nós conseguimos, de 3,5 para 4,5, querem enfiar nos caminhoneiros o FINAME, que é 7%. Então, vocês são os agentes. Se forem a algum banco, tiverem problema, liguem para gente na UNICAM ou para qualquer entidade de classe, que respeito todas, que nós temos que fazer cumprir.

O outro grande gargalo era a carta-frete, e ainda é, mas a carta-frete, graças a Deus, foi um trabalho que eu entreguei à Dilma Rousseff e já estamos com minuta na mão. Já entreguei todo o material para o Senador Paim, entreguei agora para quem está representando, desculpe, o nome do trabalho, entreguei também para o Aloizio Mercadante.

E o que eu peço aos senhores, nós temos hoje três pontos de vista fundamental, além das conquistas, que foram treze nesse governo: foi a licença do Bitrem, que conseguimos acabar com a licença do Bitrem, o PIS e CONFINS, a Lei 11.442, que é o regulamento do transporte rodoviário de carga.

E o que falta, nesse momento, são três coisas fundamentais: fazer com que o caminhoneiro renove sua frota, que nós temos hoje uma frota média das empresas do agronegócio dos cinco anos de vida; dos outros tipos de carga, onze anos; e o do caminhoneiro, 23 anos de vida, com caminhões de 40 anos rodando

nas rodovias brasileiras; e ainda nos postos brasileiros, caminhões com 60 anos, que são os barrigas d'água, que vocês conhecem, e o jacaré. Então chegou a hora de nós aproveitarmos um governo que veio para resolver e nós temos que aproveitar essa oportunidade.

Eu quero agradecer a vocês a atenção. Dois minutos é pouco, eu queria pelo menos uma hora, mas é impossível. Mas, a partir do dia 04, todo o trabalho da UNICAM está no nosso site. Dia 04 vai começar, mas a partir do dia 10, vocês podem entrar que tem todo o nosso trabalho no nosso site da UNICAM. Obrigado a vocês, Deus nos ajude, e que nós vençamos, está bom?

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, China.

O Marco Aurélio está aqui. E já vem o Naiton Alves, por favor. O Marco Aurélio Medeiros. Marco Aurélio Medeiros. Vocês trocaram? Está bom, muito bem. Então quem vai fazer uso da palavra é o senhor?

SR. MARCOS AURÉLIO RIBEIRO: Marcos Aurélio Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Marco Aurélio Ribeiro. Muito bem.

SR. MARCOS AURÉLIO RIBEIRO: Alguma dúvida?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, não, é aqui estava Medeiros.

SR. MARCOS AURÉLIO RIBEIRO: Desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Até porque o senhor me recebeu muito bem inclusive lá em São Paulo, numa grande Audiência Pública.

SR. MARCOS AURÉLIO RIBEIRO: Foi uma honra--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Permita que eu agradeça--

SR. MARCOS AURÉLIO RIBEIRO: Foi uma honra tê-lo lá com a gente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Foi um belo evento lá com uma salva de palmas.

[palmas]

SR. MARCOS AURÉLIO RIBEIRO: Senador Paulo Paim, demais membros da Mesa, Srs. e Sras..

Senador Paulo Paim viu, naquele dia, em São Paulo, as dificuldades de regulamentar o tempo de direção do setor de transporte rodoviário de carga. O transporte rodoviário da carga de curta distância é uma coisa, pode plenamente trabalhar com oito horas mais duas horas extras desse tipo.

O transporte de longa distância, dependendo do tipo de transporte, tem que ter uma regulamentação di-

ferenciada, que o Senador Paulo Paim pediu, e a ANTT assumiu o compromisso e já está fazendo de ouvir as câmaras temáticas, os vários segmentos, e apresentar sugestões, a exemplo do que existe nos Estados Unidos, que tem a regra geral e tem as exceções dependendo do tipo de transporte que é executado. Isso em questão da relação de jornada de trabalho.

Aqui, hoje, ficou muito claro, senador, e eu acho que é oportuno, realmente o senhor disse que esse debate precisa ser feito, e ele é complexo, e fica aqui muito claro porque ele é complexo, e nós vamos ter que aprofundar o debate. A Lei 11.442, que regula o setor de transporte rodoviário de cargas, diz que o caminhoneiro é uma atividade comercial, Reconhece que o caminhoneiro pode exercer essa atividade como autônomo. A lei diz que essa atividade pode ser terceirizada. O Ministério do Trabalho e a Procuradoria do Trabalho não aceitam o que diz a lei.

Dizer que a lei é inconstitucional e apresentar uma ADIN, a resposta de um juiz do trabalho de São Paulo: "Se fosse inconstitucional, o Supremo teria dado liminar". Não deu. Enquanto a lei está em vigor, ela tem que ser cumprida, porque o Supremo disse que, por outras palavras, considerou que ela é constitucional.

Então, esta discussão precisa ser feita. Por quê? Porque o Ministério do Trabalho vem aqui e diz que os senhores não podem ter empregado, o autônomo tem que dirigir o caminhão. O outro que está dirigindo o caminhão não é o autônomo, não pode ser empregado.

Ora a lei diz que o autônomo pode dirigir o caminhão ou pode ter um preposto, cabe ao Ministério do Trabalho, Senador Paim, regulamentar e dizer que ele pode ser empregado. Não faz e vem dizer que não pode ter o outro, o preposto dirigindo, porque não pode ter empregado. Isto é a insegurança jurídica que nós vivemos. E esta insegurança jurídica está colocada no lugar certo, aqui no Senado, no Congresso Nacional, e o senhor tem, mais uma vez, essa tarefa pela frente, esse desafio, como eu disse da outra vez, não é fácil, mas o senhor já mostrou que gosta de desafios.

Temos que resolver isso para colocar na lei que a autônomo, se pode ter um outro dirigindo o caminhão, e a ANTT, quando divulga os registros, diz que existe 1,5 caminhões por autônomo registrado. Então, a quantidade de autônomos que tem mais de um caminhão é muito grande. Lá na ANTT diz que tem autônomos com mais de dez caminhões no nome dele. Ele não dirige dez caminhões. Então, há a necessidade de ter segurança jurídica, é isso que nós queremos, e o Senado e o Congresso Nacional têm que dar isso. As empresas, aos autônomos, reconhecer a existência dos autônomos.

Porque o que faz o Ministério Público do Trabalho? Entra com uma ação contra as empresas e quer proibir as empresas de contratar autônomo. Há um trabalho nesse entendimento de extinguir a categoria dos autônomos, mas eu saio daqui tranquilo e satisfeito porque o Senador Augusto Botelho disse aqui que esta Casa não vai admitir qualquer coisa que possa significar a extinção do trabalhador, do caminhoneiro autônomo.

[palmas]

Espero, senador, que dessas audiências a gente saia realmente com a segurança jurídica, para a empresa de transporte trazer aqui o embarcador que precisa saber o que ele precisa cumprir também a segurança jurídica dos caminhoneiros e dos empregados que trabalham no setor. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Valeu.

Passamos, de imediato, a palavra ao Francisco Biazotto(F). Está aqui? Francisco Biazotto(F) está aqui. Francisco Biazotto(F). Ele está aqui? Ah, está aqui já.

SR. FRANCISCO BIAZOTTO(F): Obrigado, Senador Paim. Cumprimentando o Senador Paim, Presidente da Mesa, cumprimento a toda a Mesa e toda a plateia presente.

Vale-me dizer que eu sou caminhoneiro autônomo aposentado, 33 anos de estrada, hoje dirigente do sindicando do Estado de Santa Catarina, ao qual eu saúdo os meus companheiros junto aí, que estamos desde ontem aí, também os demais sindicatos presentes, que o importante é nós somarmos.

Senador Paim, só aqui... Que nós estivemos juntos em Porto Alegre, a questão de um mês e pouco atrás, só vamos olhar uma coisa, Estatuto do Motorista empregado com cautela, e Estatuto do Motorista autônomo, que o senhor está muito bem afinado e os demais pares aí. Então eu queria dizer, senador – é bem curtinho, quando der os dois minutos aí manda eu encerrar, que eu sou um gringo muito falante –, mas, senador, tem que aposentar os caminhões velhos e os caminhoneiros velhos.

Os caminhoneiros, os motoristas velhos tem que sair também do trabalho quando ele tiver uma certa idade. Olha, observa isso aí, porque nós sabemos quem tem 66 anos, como eu, quase 66 anos, falta uns diazinhos, que eu não tenho mais aquele fôlego e não tenho mais a saúde. Então tem que aposentar também o motorista, e como o senhor é um líder dessa batalha aí do aposentado, eu sou um roubado, eu sou um dos tantos roubados que estão aqui, que acreditei que

apostando no INSS, quando ficasse velho, ia dar para sobreviver, comprar o pão de cada dia.

E se eu não pego aquela reposição 95, 98, para ser rápido, eu estava ganhando um salário mínimo, mas estou ganhando dois ainda, né, e dois, alguém está levando, porque me aposentei com quatro salários mínimos.

Então, senador, olha, que Deus abençoe o senhor, que o Rio Grande do Sul possa lhe trazer o senhor para cá, porque o senhor é uma grande líder mesmo.

Então eu quero agradecer a presença dos meus companheiros dos sindicandos a nível de Brasil, também, que aqui estão, os demais companheiros da outra entidade aí, que nós estamos aqui para somar.

E olha, bem, senador, não esquece, e os demais pares aí, do assunto do Pró-Caminhoneiro e como é que vai ficar esse seguro do caminhoneiro, que é impossível pagar o seguro.

E, outra coisa, tem que se observar aí o roubo de caminhões, a perda do capital, que a pessoa trabalha uma vida toda, como eu trabalhei, e naquele trágico 15 de maio de 95, eu fiquei sem nada, com um pé de sapato e um de chinelo em São Paulo. E quantos assim já o ficaram? Então, senador, tem que olhar tudo isso aí. O governo sabe quem rouba caminhão, então ele que pague. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Sr. Francisco... Só dizer para o Sr. Francisco que é consenso entre todos que estão discutindo a questão do estatuto que tem que ser assegurado ao motorista a aposentadoria especial e integral.

[palmas]

Sem fator previdenciário, sem o famigerado fator previdenciário, que a gente há de derrubar ele mais hoje, mais amanhã. Como eu digo, derrubar, enterrar, tocar fogo, para que não nasça nem capim, onde for enterrado o fator previdenciário, de tão perverso que ele é.

[palmas]

E, agora, passamos a palavra ao Sr. Nailton Alves e, depois do Nailton, só tem o Marco Antonio, e daí vai falar o nosso Senador José Nery. E depois a Mesa, naturalmente, para suas considerações finais.

O Nailton, por favor.

SR. NAILTON ALVES: Boa-tarde, eu sou de Alagoas, represento o Movimento do Nordeste. Meus cumprimentos ao Paim, o senador.

E eu quero fazer duas propostas, se for possível, porque o caso do imposto de renda, senador, se a gente for colocar todas as cartas-frete da gente que recebe no mês, se a empresa que está pagando a gente publicar que foi paga essas cartas-frete, nosso

imposto de renda vai muito alto. Então eu queria que a gente sentasse também com o imposto de renda, com a Receita Federal, com o INSS, para ver essa proposta do imposto de renda.

O outro caso também, eu queria ver a possibilidade de os sindicatos dos estados acompanharem as construções de obras, as reformas, porque realmente há um caso muito sério, porque quando acontece um buraco nas estradas, o culpado é o motorista, mas não sobem lá por trás, aquela pista que foi contratada para fazer com dez centímetros, e o governador faz com cinco, e quando vem uma chuva, está aquele buraco, e só quem leva a culpa é o caminhoneiro. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. De imediato, o Marco Antonio, por favor. Marco Antonio Scherer(F), se não me engano. Está aí o Marco Antonio? Se não está, nós vamos passar a palavra, nesse momento, ao Senador José Nery.

Por favor, Senador José Nery.

[palmas]

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Meus cumprimentos a todos e a todas, em especial à Mesa, dirigida pelo Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Emprego e Previdência Social do Senado Federal.

Cumprimento todas as lideranças do movimento dos motoristas, transportadores em todos os seus segmentos, que se fazem presentes aqui à Mesa, mas eu peço licença para não só registrar, mas cumprimentar o Nélio Botelho, Presidente [palmas]. Presidente do movimento União Brasil Caminhoneiro que eu sei em conjunto com todas as entidades, associações e dirigentes tem tido um papel fundamental para fazer com que os problemas vivenciados pelos motoristas sejam de empresas, sejam empregados, sejam os autônomos, teve o Nélio e seus companheiros de luta uma referência merecida de reconhecimento, não só por nós do Parlamento, mas, sobretudo, pelos trabalhadores transportadores, motorista de todos os segmentos e de todos os setores.

Cumprimentar o Dr. Sebastião Caixeta em nome... Que aqui representa o Ministério Público do Trabalho, na pessoa de V. Exa. todas as representações dos órgãos públicos que compareceram a esta Audiência Pública.

Manifestar aqui o nosso entusiasmado apoio às lutas e reivindicações que têm a ver com a garantia da dignidade, do respeito a quem transporta pessoas e também transporta as riquezas desse país, que permite que um produto fabricado no Sul, chegue ao Norte, à Amazônia, ao Pará, à Manaus, que permite que um

produto fabricado no Norte chegue ao Sul e atinja os outros países vizinhos, quando exportados.

Portanto, quem trabalha e cuida de gente, quem trabalha e transporta o que se produz, ou seja, transporta as riquezas desse país, tem que merecer do Congresso, do governo e da sociedade o mais pleno reconhecimento. Por isso, apoiar a luta em defesa dos direitos dos transportadores, dos trabalhadores que transportam, dos motoristas, sejam autônomos, sejam os empregados das empresas, nós... Seja do taxista a todos que são transportadores.

Quanto à previdência, direito à aposentadoria especial, direito à saúde, direito a uma jornada de trabalho digna, correta, para que muitos não sejam tratados como verdadeiros escravos, porque na jornada e as cobranças e as imposições, às vezes feitas pela empresas aos trabalhadores do transporte se assemelham a uma verdadeira escravidão.

Não fosse também a situação a que estão submetidos da insegurança nas estradas brasileiras, seja pela atuação do crime organizado, que tem submetido muitos trabalhadores ao constrangimento, ao assalto, a todo o tipo de indignidade. Mas também seja pela ausência de condições adequadas de trabalho, quando as estradas não permitem as mais absolutas condições de trafegabilidade.

E, no último sábado, eu tive a tristeza de, ao viajar pela Transamazônica... Alguém aqui já viajou pela BR-230 no Estado do Pará? Você já viajou. Quem já viajou pela Transamazônica? Que muitos a chamam, com muito razão, de "Transamargura".

Eu encontrei a estrada interrompida, no último sábado, entre o município de Brasil Novo e Medicilândia, no Pará, e a interrupção da estrada ocorreu por conta de um grave acidente envolvendo uma carreta que ficou dependurada na ponte... daquilo que seria uma ponte, mas, na verdade, um ajuntamento de madeira. Quando eu ia seguindo o rumo a Uruará e ao município de Placas, prognostiquei de que talvez, com tanta chuva que havia na região, talvez parecia uma profecia, nós não encontramos essa ponte. Justamente a ponte que eu tinha atravessado dois dias antes, quando voltei estava interrompida por conta de um grave acidente com um caminhoneiro. Seu caminhão ficou dependurado, de roda para cima, numa ponte lá no município de Medicilândia. Felizmente a vida, uma vida não foi ceifada, mas quantas vidas já perdemos por conta das condições das péssimas estradas no nosso país? E Transamazônica, em alguns locais, mais parece uma vicinal, um ramal de terceira categoria.

Então a segurança nas estradas passa também por sua conservação, pelo asfaltamento, para que pos-

sam trabalhar e assim responder aos desafios de uma profissão tão digna, quanto tão difícil.

Como também está sendo difícil para nós conseguir concatenar todas as propostas, todas as ideias para que o Estatuto do Motorista Profissional, em todos os seus segmentos, sejam atendidas quando da votação, discussão e votação aqui no Senado Federal.

Portanto, homenageando o trabalho e a luta de cada um e a todos que vieram em delegação dos mais diversos estados Brasileiros a essa Audiência Pública, homenageando as lideranças do movimento, todas, sem exceção, mas eu queria, ao final da minha fala, trazer à consideração dos senhores duas questões.

A primeira, que as nossas lutas não são isoladas, todas são lutas que devemos nos juntar para tornar vitoriosas. E aqui no Congresso Nacional, especialmente no Senado, coordeno a frente parlamentar e a subcomissão que trata do combate ao trabalho escravo no Brasil. Essa iniciativa de criação da subcomissão na Comissão de Direitos Humanos foi do Senador Paulo Paim, mas é até bom se perguntar, o que é trata de direito humano, que trata do direito do trabalhador brasileiro, que não tem o dedo, a atuação do Senador Paulo Paim?

[palmas]

Por isso, na previdência, a luta do salário mínimo, dos aposentados, dos caminhoneiros, dos deficientes, de criança e adolescente. Qual é a questão que não tem o carimbo da presença sempre disposta à luta, ao combate e ao embate? Por isso, eu quero dizer, sobretudo, aqui, para os que são do Rio Grande do Sul: o Rio Grande do Sul tem uma tarefa muito importante nas próximas eleições. Sabe qual é? Além de eleger governador do estado, além de eleger seus deputados federais, além de eleger seus deputados estaduais e a tarefa de eleger dois senadores pelo estado, eu queria dizer a vocês, o Rio Grande tem uma tarefa fundamental, que é – e olhe, eu não sou do PT. Já fui do PT 25 anos, hoje sou do PSOL, mas seria... E, com certeza, meu partido lá também terá candidatos, mas eu não poderia admitir que uma das vagas do Rio Grande do Sul seja para garantir e homenagear a luta de um brasileiro da estirpe, da coragem de Paulo Paim.

[palmas]

Eu quero, eu faço questão de dizer isso aqui, eu faço questão de dizer isso aqui, porque tenho repetidas vezes dito isso no Plenário e nas Comissões do Senado, mas nada melhor do que dizer na frente de uma categoria que roda o país, de um estado por estado, e região por região, e a campanha – a pré-campanha, porque a campanha só vai começar em julho –, mas a pré-campanha e lá na campanha não pode ser feita também só pelos gaúchos, é preciso ser feita

por aqueles que pisarem no território do Rio Grande, porque o Paim não é do Rio Grande, o Paim é do Brasil. Por isso que ele vai precisar voltar para estar aqui comandando essa luta, como a luta do estatuto profissional dos motoristas do nosso país.

E a segunda questão e última: trata-se da luta contra o trabalho escravo. Eu queria pedir o apoio dos caminhoneiros do Brasil, dos motoristas do Brasil, de todos os segmentos, especial de suas entidades representativas. Eu, Dr. Sebastião Caixeta, fazemos parte da Frente Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. Eu e o Paim somos parte da Subcomissão do Senado de Combate ao Trabalho Escravo, comissão proposta pelo Paim, e também somos parte da Frente Parlamentar pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil.

Eu queria pedir aos senhores o apoio, a luta pela aprovação da proposta de Emenda Constitucional 438, de 2001. Essa proposta de emenda constitucional prevê a expropriação, prevê o confisco de terras de propriedades onde for comprovado o crime de trabalho escravo. E, nessa luta, quero contar inclusive com aqueles que quiserem participar do abaixo-assinado, que pede à Câmara que prove ainda em 2010 a PEC contra o trabalho escravo e o pedido de todas as associações para que se engajem nessa luta. Um grande abraço, sucesso e vitória a todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus cumprimentos ao Senador José Nery.

E deixa eu dizer para vocês, o Senador José Nery não deixou ali na tribuna, mas ele foi o relator indicado inclusive para o estatuto. Eu sou o autor, ele é o relator da Comissão de Direitos Humanos.

Eu até o momento não sei se o Senador José Nery vai ser candidato ao Senado ou à Câmara de Deputados, mas, com certeza, ele vai ser reeleito. Ou aqui ou na Câmara ele vai defender o Estatuto do Motorista.

Parabéns, Senador José Nery, pela sua luta, pela sua história, e vamos continuar nessa frente sempre juntos.

[palmas]

Eu quero, rapidamente, ainda nessa linha de somente dois minutos, permitir que o Sr. Francisco Cardoso da ABTI, faça aqui uma saudação e também o João Pierotto, do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas. Está aqui, os dois estão aqui? Eu gostaria que os dois fizessem a sua saudação ao Plenário e, em seguida, nós vamos para a Mesa.

São pessoas que estão acompanhando os debates, então eu entendo que, nessa Audiência Pública, é importante que haja a saudação com o objetivo

de construirmos um estatuto cada vez mais sólido. Por favor.

SR. FRANCISCO CARDOSO: Senador, muito obrigado pela oportunidade de aqui também externar todo o trabalho que a ABTI, em conjunto com o SETCERGS, tem desenvolvido ao longo de meses para desenvolvermos, em conjunto, um projeto de Estatuto do Motorista. O senhor tem estado conosco já em Porto Alegre, e eu não canso de reiterar os nossos parabéns pela sua condição de ouvinte e a capacidade de reunir tantas pessoas e lideranças com esse objetivo.

Nós, desde ontem, estivemos aqui ouvindo atentamente todos os anseios e desejos dos motoristas que são profissionais, que são autônomos. Os empresários também tiveram aqui a oportunidade de se manifestar. Agora é importante que todos entendam que a ABTI e o SETCERGS e os empresários, muitos já estão trabalhando em consenso com os senhores, autônomos e motoristas. Nós precisamos convergir naqueles pontos que nós entendemos que são comuns aos transportes. Empresário, trabalhador e autônomo têm que estar unidos nesse estatuto. É importante vocês entenderem que nós estamos do lado de vocês também. É de interesse nosso. Uma empresa de transporte, ela não existe sem o trabalhador, sem o motorista.

Ontem mesmo nós tivemos oportunidade aqui, e eu vou fazer palavra de... Usar a palavra de pessoas e autoridades que estiveram aqui presentes. A ministra Dilma disse que o Presidente Lula pergunta a ela, cada vez que vê o projeto de uma estrada, onde vão parar os motoristas. Essa pergunta, pessoal, nós não podemos excluir do Estatuto do Motorista, ela precisa ser respondida.

O Senador Aloizio Mercadante falou aqui também ontem que o Estado de São Paulo não vai desejar que os pedágios continuem cobrando tarifas abusivas e que o Estado de São Paulo deseja continuar sendo a locomotiva desse país.

Senhores, muito citaram aqui que o transporte rodoviário é responsável pelo transporte de mais de 80% da produção desse país, e o Brasil vai melhorar a economia mundial. Então não só o Estado de São Paulo vai ser a locomotiva do país, como nós precisamos ser a locomotiva dessa economia mundial, e isso tudo vai passar pelos caminhões.

Então eu acho que nós precisamos também trabalhar em conjunto, em que as estradas pedagiadas, que nós vamos continuar necessitando, tenham condições ideais, seguras. E vamos pensar também naquelas estradas que não são as principais, mas aqueles que vão ao interior do país.

Também um outro ponto importante, que a gente precisa tratar aqui, é a condição de segurança. Muitos

falaram que o motorista trabalha abusivamente, excessivamente, uma jornada de trabalho e ganha pouco por isso. Pessoal, a gente precisa entender que isso é uma questão comercial, e sem nós não trabalharíamos a questão de tarifas, e isso a gente vai enfrentar logo na frente, a gente vai conseguir oferecer melhor condição para vocês.

Então, eu acho que assim, o estatuto vai nos dar condições de a gente conseguir alcançar objetivos comuns. Os SETCERGS e a ABTI estão unidos com vocês. Eu acho assim, a gente está aqui para convergir e com uma proposta. Eu estou, assim, saindo, senador, com algumas dúvidas. Eu ouvi atentamente o Ministério Público do Trabalho e a Procuradoria, nós temos alguma lei, e as empresas estão trabalhando com insegurança jurídica. Eu não entendi. Ou temos uma lei que permite a terceirização e reconhece o serviço do autônomo ou nós não contratamos o autônomo? Então, a gente tem que sair daqui com certezas e não com mais dúvidas.

Essa é a contribuição que eu quero deixar aqui dos SETCERGS e da ABTI para que a gente está unido com os trabalhadores, com os autônomos na construção desse projeto. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. João Pierotto, depois da fala do Francisco, com a mesma brevidade, para que a gente vá para os encaminhamentos finais.

SR. JOÃO PIEROTTO: Senador, bom-dia a todos. Parabéns por mais este evento. Cada evento, ele se torna mais agregado e melhor.

E para ser bem prático e objetivo, eu faço parte dessa comissão junto com o Mincarone, junto com o Francisco, que apresentou essa proposta, e eu quero dizer palavras bem curtas e grossas, como é o meu estilo de trabalhar. O Fonseca sabe, o Nélcio sabe, somos parceiros de longa data aí, mas é consenso de todos aqui e do Brasil todo que precisa existir o Estatuto do Motorista.

Eu já fui motorista de caminhão, tenho caminhão ainda, já andei pela estrada também, falo aqui com muita propriedade para vocês. Por se tratar de um assunto extremamente complexo, é preciso que, ao mesmo tempo, todos nós aqui tenhamos que contribuir com aquilo que nós sabemos, com aquilo que nós enfrentamos e com aquilo que nós vamos agregar a esse estatuto que está sendo proposto.

Se a gente não quiser que saia um estatuto com muitos erros, nós temos que colaborar para que saia com menos erros. Não será, certamente, a melhor proposta, mas será a primeira proposta que vai melhorar a situação de todos: empresários, comerciantes, en-

fim todos os brasileiros. Então é importante que vocês agreguem valores, agreguem propostas a todos os projetos já apresentados aqui para o Senador Paim, Presidente dessa comissão.

Para esclarecer o descanso semanal de 36 horas, meu caro e querido amigo Paulo, 36 horas não é em 15 dias, 36 horas é a cada sete dias. Na proposta diz claramente que o intervalo do descanso semanal é entre duas jornadas, ou seja, entre uma jornada e outra tem que ter 36 horas de descanso. Esta é a nossa proposta.

Também vou aqui ratificar também a minha preocupação quanto às citações do Ministério Público, da Procuradoria do Ministério Público e o próprio Ministério Público, quando ele chama a terceirização, ou seja, nós, empresários, contratamos os caminhoneiros autônomos, e o Ministério Público cita como uma atividade ilícita. Então todos os caminhoneiros autônomos do Brasil, que eu julgo em torno de quase um milhão de caminhoneiros autônomos, estão trabalhando ilícitamente.

Não, já foi falado aqui, o meu colega que antecedeu também reforçou, e eu saio daqui com esta dúvida: se a atividade de caminhoneiro autônomo é ilícita, então, amanhã, todos os caminhoneiros autônomos não poderão mais trabalhar, porque ele não consegue contratar um frete direto, porque precisa ser pessoa jurídica. A empresa transportadora não pode contratar o caminhoneiro autônomo, porque também é uma atividade ilícita vista pelo Ministério ou pela Procuradoria do Ministério Público.

Esta dúvida, senhores, precisa, sim, ser esclarecida, e eu, como caminhoneiro também, com muito orgulho, até hoje, eu digo é preciso que a gente respeite essa atividade essencial e fundamental para esse país.

Para finalizar, senador, eu quero lhe deixar um recado, meu conterrâneo, somos conterrâneos da mesma cidade, o senhor ali por novembro, dezembro, o senhor não se preocupe com caminhão de mudança, o senhor faça um favor aqui publicamente, eu digo aqui para todos aqueles que nos ouvem e que nos veem, não se preocupe com caminhão de mudança, porque nós, os gaúchos, vamos manter o senhor aqui em Brasília.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado.

SR. JOÃO PIEROTTO: O senhor é uma necessidade nacional. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, muito obrigado. Aquilo que

eu pensava de usar para pagar a mudança, eu vou imprimir mais panfletos, e a capa vai ser: "Viva o Estatuto do Motorista!"

[palmas]

Olhe, o último aqui, que me pediu, pessoal, e prometo que é o último, porque ele acompanhou todas as audiências também e foi, recentemente, numa inclusive lá em Porto Alegre. Jeová(F), mas dois é minutinhos, Jeová(F), depois vai vir para a Mesa aqui.

Do Plenário falaram 16 pessoas do Plenário. Ele é o 17º do Plenário.

SR. JEOVÁ(F): Bom-dia a todos. Eu quero agradecer o Sr. Senador e dizer que foi, senador, eu fico muito agradecido, logicamente eu tenho acompanhado e fui um dos iniciantes a reivindicar para o senhor que esse estatuto fosse dirigido pelo senhor, porque o caminhoneiro clama por essa necessidade a nível nacional, o senador sabe disso.

E eu, quando tenho qualquer problema, eu vou procurar o senador, eu vou em Porto Alegre, eu vou em Canoas, que o senador realmente é uma pessoa de grande, que temos um grande respeito por ele, até por essa sensibilidade de ele ter com os trabalhadores, no geral, não é só com nós, caminhoneiros, não. Mas eu creio que o senador tem, assim, um tratado mais especial com os caminhoneiros.

Senador, eu vou fazer aqui público, aproveitando aqui o Promotor do Ministério Público, nós temos um grande problema, que sempre eu coloco na mão do senador a questão da fronteira, a maldade dos auditores fiscais da Receita Federal com os caminhoneiros, principalmente autônomos, da região, do estado, do Brasil, que por lá vai, sempre tem problema a questão da demora, senador.

É o que eu tenho que falar, a gente tem muito mais coisa para falar, mas eu sempre coloco por escrito para o senador. A minha contribuição, eu já coloquei, a respeito da carga horária. E eu espero que ela seja cumprida da forma que o senador vem conduzindo que, para nós, caminhoneiros, com certeza, vai ser muito importante e vai atingir os objetivos desejados por nós. Eu sou caminhoneiro praticamente há 40 anos, viajei 28 anos, estou 12 no sindicato e, de repente, ainda volto para a estrada ainda. Tenho um filho na estrada.

Senador, muito obrigado mesmo pelo que o senhor vem fazendo, tratando pelos caminhoneiros autônomos do Brasil. Obrigado. Bom-dia.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Jeová(F), pela brevidade.

Agora a gente vai dar de um a dois minutos para a Mesa, para nós irmos para os encaminhamentos finais. Eu vou começar lá com o Edgar.

Edgar, por favor, a gente pede aí, que a moçada está fazendo sinal que estão com saudade já do tal do almoço.

SR. EDGAR FERREIRA DE SOUSA: Senador, eu quero aproveitar esse dois minutinhos para fazer justiça a uma pessoa que fez muito por nós, motoristas, especialmente pelos caminhoneiros e eu fui injusto, no mínimo injusto, ao deixar de citá-lo: o Presidente Lula. O Governo do Presidente Lula.

[palmas]

Ao dizer que nós merecemos estradas melhores, não queremos desmerecer o que o governo dele fez por nós, em hipótese nenhuma, melhorou e muito e ainda tem muito para ser melhorado. Eu acho que o governo tem responsabilidade de fazer e pode fazer muito.

Essa é a mensagem que eu quero deixar, a reivindicação que o governo faça mais, que melhore ainda mais as estradas. E o estatuto cobre isso do DNIT, cobre isso da ANTT, que cobre do governo, estabeleça regras para a construção de estradas.

E quero aproveitar, então, para homenagear o Presidente Lula e o governo dele neste feito.

Quero também cumprimentar o Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro e a todos os caminhoneiros e caminhoneiras aqui presentes, Nélito Botelho, pelo evento que está realizando nesta Casa, desejar ainda mais sucesso do que já está comprovado o sucesso das atividades do evento e agradecer pelo convite e agradecer, mais uma vez, por estar nessa Mesa e, mais uma vez, cumprimentá-lo pela iniciativa. Parabéns.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Obrigado.

Paulo, vamos lá Paulo. Tanto faz. O Paulo e, em seguida, o 'Bira'. É dois minutinhos cada um, no máximo.

SR. PAULO ROBERTO BARCK: Bem breve, senador.

Companheiros, companheiras, eu acho importante ressaltar aqui, Paim, novamente o alto nível dos debates, onde tu conseguistes, aqui, reunir empresários, empregados, autônomos, e no mais alto nível se debateu e se vai tirar propostas, com certeza, que vêm engrandecer esse grande segmento, que eu ressalto bastante, Paim, tu sabes disso, que carrega o nosso país nas costas.

Então, com isso quero também agradecer o convite, Paim, e dizer que, além de Presidente do Sindicato dos Empregados Rodoviários de Carga, lá do Estado do Rio Grande do Sul, eu também tenho a honra de presidir a UGT, a União Geral dos Trabalhadores, lá no nosso estado, e temos no Comitê pró-reeleição do

Senador Paim, o companheiro Ricardo Nerbas, que estava aqui há pouco, não sei onde é que está o Ricardo, mas que, nos pronunciamos aqui, gente, não podemos ficar tranquilos, não viu, João? Eu também acho que o senador não precisa ter que se preocupar agora com caminhão de mudança, mas nós precisamos votar, nós precisamos convencer os nossos companheiros, que hoje não estão aqui, que é só com o voto que o senador estará novamente aqui no outro ano.

E com essa união que a gente teve esse alto nível hoje aqui, nós também, até o estatuto estar pronto na sua redação final, nós não esqueçamos que temos que conversar, bater no ombro dos outros senadores, dos nossos companheiros deputados para aprovarem esse estatuto. Porque, com certeza, seja o Presidente, seja uma Presidenta, com certeza, com o clamor que hoje foi feito aqui, com a união que nós estamos demonstrando aqui, nenhum Presidente ou Presidenta vai vetar esse projeto. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Paulo.

Vamos lá 'Bira'. 'Bira'.

Muito obrigado, Paulo, pelas palavras.

SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA: Bom, senador e companheiros da Mesa, companheiros do Plenário, eu acho que nós realizamos aqui hoje um exercício muito importante de tentar construir uma proposta para facilitar a vida dessas pessoas, desses companheiros. Eu tenho certeza que nós vamos chegar lá.

A Central Geral dos Trabalhadores está irmanada com V. Exa. e há muitos anos já nessa batalha. Nós também temos um movimento União Brasil Caminhoneiro filiado a nossa central. E fui destacado para acompanhar o companheiro Nélio e os companheiros caminhoneiros nessa luta e consegui fazer valer as nossas reivindicações. Só quero dizer a vocês, realizamos esse evento ontem, era um evento do Movimento União Brasil Caminhoneiro. Portanto, participaram os companheiros que são credenciados no Movimento União Brasil Caminhoneiro.

Vamos fazer outros eventos, e, se Deus quiser, garantindo a unidade de todos os caminhoneiros, nós vamos conseguir chegar a um porto seguro comum. Felicidade a todos, muito obrigado por tudo. Obrigado, senador. E vamos em frente que atrás vem gente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a palavra, nesse momento – obrigado, 'Bira', pelas palavras – ao Sr. Flávio Benatti. Em seguida, ao Mincarone.

Pode falar daí mesmo.

SR. FLÁVIO BENATTI: Senador, eu quero, nas considerações finais, agradecer a oportunidade de mais essa... De o senhor ter organizado mais essa Audiência Pública e poder estar aqui presente.

E, como nós já dissemos, o senhor mesmo disse, esse estatuto não é uma coisa que nós vamos discutir de maneira abrupta, quer dizer, até pela complexidade que ele traz, nós temos que ter o tempo necessário da maturação para que possamos ter um estatuto, como eu disse, que possa trazer a segurança jurídica. Eu diria até que esse estatuto poderá ser a CLT do transporte rodoviário no nosso país.

E eu queria dizer que é importante, eu não vi aqui hoje representação da indústria e do comércio, eu não sei se eles têm sido convidados, porque tanto a indústria como o comércio também têm uma atividade de transporte muito forte, e, quando se fala em estatuto de motorista, eu acho que também é muito importante que eles estejam participando desse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos convidá-los, com certeza. Boa lembrança.

SR. FLÁVIO BENATTI: Está certo? Que eles participem desse debate também, porque eles têm as suas peculiaridades lá, não é?

E o Fonseca, quando falou, disse uma coisa muito importante. Até para que se cumpra qualquer legislação é muito importante que, se não tem até hoje, toda e qualquer concessão que se faça nesse país daqui para frente, se preveja locais de descanso ou de rendimento de motorista, que se possa render um motorista o outro. É muito importante que isto seja contemplado nas próximas licitações que se possam fazer nas estradas.

É isso, e quero deixar aqui então os meus cumprimentos e a certeza que o senhor... Realmente o gaúcho terá inteligência de elegê-lo, porque o senhor realmente, com o seu trabalho, tem contribuído muito para o país, para que nós possamos chegar em consensos em questões tão problemáticas, como a questão do idoso, da criança, hoje aqui o transporte. Parabéns pelo seu trabalho, senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Flávio Benatti e, de imediato, passamos a palavra para o Mincarone.

Mincarone, seria bom que só deixasse claro a questão das quatro horas, para que não digam que a gente está querendo aprovar agora quatro horas, e o Brasil todo está assistindo nós ao vivo esse momento.

SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE: É, a questão do limite de quatro horas como tempo de direção

é quatro horas ininterruptas, a partir daí tem que ter uma interrupção. Não tem nada a ver com a jornada de trabalho. É somente tempo de direção ininterrupta, nenhum motorista poderia dirigir mais de quatro horas sem ter uma parada. Eu acho que é para esclarecer também, como o senador colocou.

Bom, eu acho que já foi dito quase tudo aqui por todos, eu só queria ressaltar duas ideias assim, mais objetivas de trabalho, senador. A primeira é que cada um que volte para o seu estado, para a sua localidade, procure discutir e se aprofundar nessas questões específicas do seu segmento de transporte e, se possível, conversando os autônomos, os empregados e as empresas, para buscar um equilíbrio nas sugestões no que diz respeito ao Estatuto do Motorista.

E outra também é se colocar à disposição para trabalhos técnicos. Eu acho que a partir de agora vamos ter que arregaçar as mangas e trabalhar mais em minutas do aprimoramento do estatuto. E eu acho que a ABTI SETCERGS, ela quer contribuir nesses dois aspectos: a negociação entre os componentes – autônomos, motoristas e empresários – e também nas questões técnicas da elaboração de um estatuto que atenda aos interesses de todos.

Muito obrigado, senador, e parabéns pelo seu trabalho e pela comissão.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu agradeço ao Mincarone pela contribuição, com toda a equipe aí que estão dentro da ABTI, inclusive botando a nossa disposição todo o corpo técnico para ajudar na redação final.

E vamos, de imediato, ao Getúlio.

SR. GETÚLIO FERREIRA CÂMARA NUNES:

Senador, para finalizar, eu gostaria de agradecer o convite, que é a oportunidade que o Departamento de Polícia Rodoviária Federal tem para conhecer um pouco mais da realidade dos caminhoneiros, para tentar levar para dentro do departamento conhecimentos que levem à produção de manuais operacionais, de manuais internos de fiscalização e, principalmente, de políticas sociais voltadas para esse público, a exemplo dos comandos de saúde, que é um evento que eu convido a todos a participarem, ele tem um cunho estritamente de pesquisa, para dentro da comunidade dos caminhoneiros, para a gente conhecer um pouco da realidade da saúde de vocês e também para a gente levantar, diante de pesquisas toxicológicas, o índice de incidência hoje do uso de anfetaminas, de cocaína, de drogas, benzodiazepínicos, depressores, que têm uma correlação muito estreita com essa jornada de trabalho.

Então era isso que a gente queria colocar, a gente está à disposição para novos prosseguimentos aí desse manual. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Muito obrigado, Getúlio, tem nos ajudado muito com a Polícia Rodoviária e também botando à disposição inclusive técnicos, como foi o caso também da CNT, o Flávio Benatti, e como naturalmente os representantes dos trabalhadores, com seus técnicos a nossa disposição, como também os técnicos aqui do Senado.

Nesse momento, eu queria passar a palavra para o Sr. Sebastião Vieira Caixeta, Procurador Regional do Trabalho, representante do Procurador-Geral do Trabalho, Sr. Otavio Brito Lopes.

SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA: Obrigado, Senador Paulo Paim.

Bom, eu quero ver se muito rapidamente eu consigo esclarecer algumas dúvidas que ficaram da manifestação inicial do Ministério Público.

A primeira delas em relação à inconstitucionalidade da Lei 11.442, de 2007, provocada pela Associação Nacional dos Procuradores, a [ininteligível].

Dizer que essa inconstitucionalidade, que eu procurei demonstrar na minha fala, mas não ficou claro, ela é parcial. O que eu disse é que trabalhador, transportador autônomo de cargas, o TAC, agregado, segundo a própria definição da lei, tem todos os requisitos de uma relação de emprego, e, por isso, o art. 5º da lei não pode dizer que se exclui a possibilidade de reconhecimento de vínculo. Claro que dentro um processo em que vai ter o devido processo legal, a ampla defesa, a produção de provas.

O pedido de inconstitucionalidade é, portanto, apenas do art. 5º, caput, parágrafo único, art. 18, que trata da regra de prescrição diferenciada do que é previsto na Constituição com as relações do trabalho. Portanto o Ministério Público do Trabalho em nenhum momento pretende, até porque não tem essa atribuição, extinguir o transportador autônomo de carga. O que o Ministério Público combate é o transportador autônomo de cargas, que, na verdade, se apresenta de forma fraudulenta para mascarar uma relação de trabalho. Isso, o Ministério Público do Trabalho, por dever de ofício e missão constitucional, vai, sim, combater, inclusive nas ações civis públicas que ajuíza.

Quanto à liminar, não houve apreciação de liminar. O rito da ADIN possibilita que se aprecie a liminar se vai direto ao mérito. O relator optou por ir direto ao mérito.

TAC, como foi dito aqui que com dez caminhões, com a devida vênia, não pode ser transporte... Um trans-

portador autônomo, isso é uma autêntica empresa, e, como tal, tem que registrar os seus empregados.

A restrição, como foi dito aqui a crédito, isso gerar restrição ao trabalho, isso também é absolutamente ilegal. O Ministério Público do Trabalho tem atribuição inclusive para atuar em relação a isso.

Como disse alguém aqui também, acho que da ABTI, empresa de transporte não existe sem motorista. De fato, não existe. Mas as estatísticas trazidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego constam que várias não têm motoristas.

Em relação à questão da terceirização ilícita. A terceirização, ela é ilícita quando se coloca a contratação justamente desses agregados, desse TAC agregado, que, por sua própria definição, teria que ser um empregado. Um empregado registrado, recebendo salário e todos os benefícios da CLT e da Constituição.

Portanto, os mais de um milhão de transportadores autônomos de cargas, aqueles independentes, autônomos, não têm que temer, de maneira nenhuma, a atuação do Ministério Público.

E o Ministério Público quer, tal qual as representações das empresas, é justamente uma segurança jurídica para isso. É dizer que o Ministério Público do Trabalho não tem a pretensão de ser o dono da verdade. Todos esses questionamentos que o Ministério Público faz, leva ao Poder Judiciário, que é quem vai dizer se o Ministério Público do Trabalho tem ou não razão, inclusive ouvindo a outra parte dentro das garantias do contraditório e da ampla defesa.

E, além do mais, o Ministério Público, como instituição, está aberto a todas as outras instituições, representações patronais e também dos trabalhadores, para discutir esses assuntos, para poder inclusive buscar soluções para isso, inclusive pela sua Associação Nacional, buscando equacionar melhor. E, nesse sentido, a sugestão, Senador Paulo Paim, é que isso possa ser feito nesse estatuto. Eu acho que é a melhor forma de buscar aparar e afastar, espantar todas as dúvidas que ainda remanesçam em relação a isso, sem prejuízo de o Ministério Público, efetivamente, sustentar que não é possível uma lei excluir o que a Constituição diz, que é relação de emprego, uma Lei Ordinária dizer que não é e dizer que é mera relação comercial.

Relação comercial, ela existe e vai existir inclusive com os transportadores autônomos e independentes, mas haverá também, inclusive, e daí outra inconstitucionalidade da lei, a possibilidade de esses próprios transportadores autônomos pleitearem na Justiça do Trabalho, por exemplo, quando não lhes for paga uma correta remuneração que foi contratada.

Então eram essas as considerações que eu queria fazer. Agradecendo, mais uma vez, o convite e co-

locando o Ministério Público e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho para contribuir nesse trabalho. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Muito bem, muito obrigado ao Dr. Procurador Regional do Trabalho, Sebastião Vieira, que também coloca-se à disposição da formulação final do nosso estatuto.

E, agora, passamos a palavra ao Sr. Fernando Donato Vasconcelos, auditor fiscal do trabalho, representante aqui do Ministro Carlos Lupi.

SR. FERNANDO DONATO VASCONCELOS:

Senador, eu quero dizer que o Ministério do Trabalho e Emprego tem procurado diálogo com as empresas e eu destacaria inclusive com as grandes empresas representadas pela CNT, na expectativa que essas grandes empresas contribuam na transformação da grave realidade de sobrejornada, de acidentes do trabalho e das formas de terceirização que não se encontram previsão legal e que contribuam nessa direção.

Então, temos insistido, já tivemos duas grandes oportunidades de diálogo nesse sentido, temos insistido que a gente possa avançar nessa direção, enquanto, naturalmente, cumprimos a nossa missão legal em relação à ação fiscal. Vimos aqui particularmente dois representantes desse segmento empresarial colocar a questão do Ministério do Trabalho, como se a gente estivesse contra o trabalhador autônomo, o motorista autônomo, e eu queria ressaltar, embora tenha deixado isso bastante claro quando coloquei, logo no início, que encontrava a situação legal daquele motorista empregado, que tinha carteira de trabalho assinada e, portanto, estava numa situação legal, e a situação do motorista autônomo, dono do caminhão, que tinha essa situação de dono do caminhão.

Dentro das competências nossas, em relação ao trabalhador, o que a gente tem que considerar é o seguinte, quer dizer, o empregado de pessoa jurídica, se essa pessoa jurídica, nos exemplos que eu mostrei aqui, se essa pessoa jurídica não tem nenhum empregado ou se tem empregado, não tem... E a gente deu um exemplo de uma empresa, de uma grande empresa do país de transporte de carga que tem dentre os seus contratados, 60% não tem motorista empregado. Então essa é uma situação irregular. Que terceirização é essa que você terceiriza para as empresas que não têm motorista? Então aí é assim, não é nem a discussão geral sobre terceirização lícita ou ilícita, trazida pelo Ministério Público do Trabalho, é essa situação: você está terceirizando para quem se não tem nem mesmo motorista?

Então, é essa circunstância que a gente acha que não possível ter qualquer tipo de tranquilidade em relação a isso, a não ser fazer cumprir a lei e adotar as medidas necessárias em relação a isso.

Também, identificamos em relação à situação do autônomo, da pessoa física, que tem pessoas, trabalhadores, autônomos, ou não, quer dizer, não autônomos nesse sentido. Quer dizer, um motorista que trabalha para um autônomo, a CLT não tem essa previsão legal. Se, nesse trabalho, que o senador lidera, for possível, em harmonia com a Constituição e com a CLT, encontrar saída para que essa situação se resolva, ótimo. O que no pode é a gente encontrar uma situação de motoristas que estão trabalhando, principalmente para a pessoa jurídica, mas também para pessoa física, e que não têm nenhuma garantia trabalhista ou previdenciária. Isso, infelizmente, no caso da pessoa jurídica, representou no exemplo dado mais de 60%, e, no caso de pessoa física, mais de 40%. Então essa é uma situação que a gente tem que lidar, o Ministério do Trabalho tem a sua missão legal a ser cumprida.

Em relação ainda à discussão de como tratar essa questão do ponto de vista da relação entre o que é trabalhista, o que é comercial, eu acho que tem que ser tratado no seu devido terreno. Mas existe, questão de jornada, necessariamente, é uma questão trabalhista. Quer dizer, o marco legal brasileiro não é o marco legal americano.

Se a gente for discutir a lógica da lógica americana, vamos discutir também a lógica do ponto de vista da responsabilidade subsidiária, e mais que ela, a responsabilidade solidária. Ou seja, quem contratar um autônomo e quem contratar uma pessoa jurídica é responsável por tudo que acontecer com a carga, com o trabalhador, com as pessoas, em função de quem contratou. Se a gente vai discutir nesses marcos legais de responsabilidade subsidiária e solidária, acho que a gente pode trabalhar numa outra perspectiva, mas acho que, nesse momento, é necessário a gente, evoluindo o debate, trabalhar em relação o cumprimento da lei.

E acho que, finalizando, senador, acho que, de fato, a verdadeira estabilidade jurídica é aquela que nos orienta a cumprir a lei vigente, enquanto construímos marcos de uma lei que seja mais adequada aos direitos dos trabalhadores, ao crescimento do país, ao avanço que o Brasil tanto busca e está conseguindo. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Dr. Fernando, muito obrigado.

E, agora, para as considerações finais, os últimos dois convidados, fala agora em nome da Asso-

ciação Brasileira dos Caminhoneiros, o Sr. José Fonseca Lopes.

SR. JOSÉ FONSECA LOPES: Sr. Senador, já foi dito aqui, mas não custa nada repetir, que hoje tudo o que aconteceu aqui, os debates, as posições, as colocações foram tudo de alto nível. Isso demonstra civilidade. Aquilo que pessoas se preocupam que não vai dar certo, que não vai acontecer, que não vai ser desse jeito ou daquele, hoje foi demonstrado aqui exatamente o contrário.

Eu quero voltar um pouco no tempo, senador, com todo o respeito, de 1999 para cá, todos os eventos que o setor teve, por parte dos caminhoneiros autônomos, tudo andava até um determinado ponto. Quando chegava naquele ponto ali, que parecia que as coisas iam começar a dar fruto, a vaidade interferia, a individualidade interferia, havia uma separação brutal das lideranças, e sempre quem pagou essa conta foi quem não tinha nada com isso, o caminhoneiro, que está sofrendo até hoje lá no campo, que, por causa disso, não tem uma ferramenta de trabalho adequada, não é reconhecido hoje como cidadão, porque ele não tem crédito, não pode trocar um caminhão, não pode comprar um pneu.

Como já foi falado aqui também, a inadimplência é tão grande que o coitado às vezes não consegue trabalhar. Por quê? Porque a gerenciadora de risco impede o caminhoneiro de trabalhar. Isso aí é uma coisa que já está sendo encaminhada, está sendo discutida e deve vir alguma coisa para melhorar isso.

Mas o que eu quero dizer com isso, senador, honestamente falando, eu fiquei muito sensibilizado e muito empolgado com a sua forma de conduzir as coisas, de ver o respeito e a credibilidade o senhor tem no meio do nosso segmento. E sei que independente desse segmento, o senhor também é muito bem visto e respeitado em outros segmentos que o senhor atua.

Eu estou... Eu queria colocar uma coisa aqui, que é para que todo mundo pudesse se olhar no espelho e raciocinar um pouco. Eu acho que chegou mais um momento, mais uma vez, de a gente tentar, de uma forma correta, sem imposição, porque existe o equilíbrio de forças hoje nos dois setores que representam o caminhoneiro autônomo, uma forma de encaminhar, senador, e fazer com que essa união de força, que pode acontecer aí, venha a facilitar e venha a ajudar o caminhoneiro. Porque é um ano eleitoral... Se continuar o racha do jeito que está, muita gente vai ser prejudicada nisso e, principalmente, o caminhoneiro, porque aquilo que pode ser bom para um lado, não vai ser bom para o outro. E alguém está pagando essa conta. Então eu acho que chegou o momento de voltar a pensar sobre isso e sentar, olho no olho, colocar

regra de jogo, ver quem é quem, ver o que é correto dentro de cada entidade ou não, e depois de todas essas arestas aparadas aí, encontrar uma forma para melhorar a vida do caminhoneiro. Que melhorando a vida do caminhoneiro, nós vamos melhorar um pouco a vida desse país, nós vamos diminuir o custo Brasil, porque não vai ter força, nem política nem legal, que possa vir contra a gente. Porque o grande problema é a falta de unidade, de união entre as lideranças.

Eu... Alguém falou em idade aqui, eu já estou com 68, eu já estou praticamente para passar a bola para outras pessoas aí, que hoje a gente entende que têm condições de dar continuidade nesse trabalho. E eu acho que o importante é isso. Então fica lançado aqui esse desafio, viu senador? Quem sabe o senhor pode ser o mediador disso. Mas é negociação olho no olho [palmas], regra de jogo, carta na mesa. Aí quem sabe o caminhoneiro vai melhorar de vida.

Muito obrigado, um abraço a todos, espero que na próxima, senador, Audiência Pública, nós já temos a coisa muito mais elaborada para se bater o martelo. Obrigado a todos, senhores.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Eu que agradeço e cumprimento o Fonseca, e essa sua fala aí de nós todos trabalharmos pela unidade na ação de todos os caminhoneiros, claro que é uma coisa gostosa. Eu que presidi essa Audiência Pública, e todos sabem que, na abertura aqui, para você que está chegando agora, meu amigo Moraes da FUP e com outros companheiros. Eu quero dar uma salva de palmas aí para a Moraes, para a Federação Única dos Petroleiros.

[palmas]

E quando aqui eles chegaram, Moraes, para ter um entendimento, havia duas posições muito distintas, como tem nos petroleiros, mas que na ação, vocês estão caminhando juntos. E alguns diziam que aqui ia ter gente batendo um no outro e tal, e eu, desde o primeiro momento, disse: "Olha, vai entrar todo mundo. Vamos dialogar com todo mundo. Cada um vai colocar politicamente a sua posição. E daqui os caminhoneiros é que serão vitoriosos". Por isso, uma salva de palmas a essa unidade, na prática, dos caminhoneiros.

[palmas]

Vocês é que construíram a unidade, e os líderes seguiram a orientação de vocês. Então, como foi combinado aqui na Mesa, nesse momento eu passo a palavra para o Nélio Botelho, que é o Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro.

[palmas]

SR. NÉLIO BOTELHO: Mais uma vez eu quero saudar todos os companheiros, companheiras aqui

presentes, agradecer ao senador e dizer para os senhores, para os amigos, que parece claro que esse tema, que é exatamente a razão do projeto de lei do Senador Paulo Paim, tempo de direção, o Estatuto do Motorista, foi realmente um assunto extremamente importante para ser encaixado nos assuntos selecionados para o Congresso, que nós estamos realizando nesse momento aqui em Brasília. Teríamos vários assuntos a ser tratados nesse Congresso, mas aqueles que foram escolhidos ontem, foram escolhidos para hoje, realmente é o que interessa, realmente a classe de motorista e de caminhoneiro de uma forma geral.

Quero dizer ao senador que, desde o início, nós estamos de braços dados, apoiando esse seu projeto, procurando contribuir da melhor forma possível para o êxito, e tenho certeza que os finalmentes desse projeto vai beneficiar a todo mundo, porque o momento que vive a classe, esse é um dos assuntos extremamente importantes nas questões sociais que envolvem aí os motoristas de caminhão.

Dizer para o senhor que nas próximas audiências, onde quer que sejam realizadas, nós estaremos presentes com o senhor e sempre lhe apoiando.

Quero agradecer muito pelo senhor, desde o início, quando nós anunciamos que iríamos realizar esse evento aqui em Brasília, nós tivemos integral apoio do Senado e, particularmente, na pessoa do Senador Paulo Paim. Talvez não fosse ele e a boa vontade do Senado, não tivéssemos conseguido realizar esse espetacular evento.

Eu quero agradecer a todos e o privilégio de o senhor ter me convidado aqui para a Mesa. Agradecer e desejar a todos muito boa sorte. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos, deixa eu só concluir. Pediram para mim aqui, eu disse que eu falaria, então eu vou falar. A Festa do Caminhoneiro, 11 e 13 de junho, Itabaiana. É isso? Sergipe.

[palmas]

Aqui diz: "Feira do Caminhão. Capital do Caminhão". É isso? Gostei dessa. O Moraes está aqui conosco, o Moraes é coordenador da Federação dos Petroleiros, dar uma salva de palmas aqui para o Moraes, antes de a gente encerrar.

[palmas]

E depois nós vamos conversar um pouco com o Moraes sobre algo que interessa a todo o povo brasileiro, com certeza, que é a questão do petróleo, que é a questão do pré-sal e as preocupações que a Federação tem demonstrado, o fundo social do pré-sal, onde lá, Moraes, eu posso anunciar aqui para todos, eu que sou relator na Comissão de Assuntos Sociais, vou inspirado

na proposta que vocês me apresentaram, e você me dizia, e eu repito aqui, que na Noruega parte do fundo que é oriundo do pré-sal vai para a previdência, e nós vamos botar lá, sim, que parte do fundo social do pré-sal é para a previdência, para garantir inclusive a aposentadoria especial a todos os motoristas. Fica assegurado aqui, e o Moraes ajudou nessa construção.

[palmas]

Deixa eu só concluir dizendo da minha alegria, nesse momento. Vocês sabem que na política a gente fica, às vezes, na linha de risco. O que eu recebi de telefonema, Mincarone, enfim, todos os que estão aqui, tanto os líderes dos trabalhadores, como dos empresários: “Tu vai ser só, Paim, vai dar uma confusão lá e tu vai te ferrar. Tu que é pré-candidato a reeleição ao Senado, já pensou a confusão que vai dar lá?” Eu digo: “Duvido”.

Conversei, claro, com as lideranças, que estão aqui na mesa, e eles também me disseram: “Paim, fique tranquilo. Fique tranquilo, nem que se houvesse alguém que pensasse em fazer isso, que fosse prejudicar a tua imagem aqui no Senado, nós suspenderíamos até a Audiência Pública”. Disseram isso: “Embora o povo estivesse todo aqui, nós íamos suspender”.

Então, eu só posso dizer para vocês, muito obrigado, muito obrigado. Somos parceiros hoje e sempre. Vocês podem contar comigo como eu sei que eu posso contar com vocês.

[palmas]

Esse copo d'água que eu tomei aqui, vocês... Pode ser, porque é um pouquinho de emoção desse momento bonito, viu? Eu, cada vez que eu aposto nos trabalhadores, eu ganho sempre e ganho em dobro e eu apostei de novo. Não tem risco nenhum, quem confiar na nossa gente, confiar em quem trabalha, confiar nos empreendedores e nos empresários que são comprometidos com esse país, porque não dizer isso?

Eu sei que aqui estão líderes dos empresários e dos trabalhadores e que concordam com isso, porque o Estatuto do Motorista, nós estamos construindo, eu diria, com as duas mãos, com as três mãos, se possível, três, vamos botar três, com os empresários, com os trabalhadores e com o governo também. Está aqui o governo representado, discutindo, apresentando seu ponto de vista, e nós vamos, sim, construir.

Nós que ajudamos a construir o Estatuto da Criança e do Adolescente; nós que fomos autor do Estatuto do Idoso, que todo mundo dizia que não ia ser aprovado nunca – faz seis anos que ele está aí –; nós que fomos o autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que foi aprovado no Senado, está agora na última linha, eu diria, para ser aprovado na Câmara; nós que fomos autores do Estatuto da Igualdade Racial para não permitir que ninguém, ninguém seja discriminado por motivo algum; nós,

‘Bira’, porque não lembrar isso, me referindo a todas as centrais, a todas, que discutíamos lá atrás que era possível, sim, o salário mínimo ultrapassar a barreira dos cem dólares, e nos chamavam de demagogos, e hoje o salário mínimo nesse país está em torno de US\$ 300. Aceitamos todos os desafios. Nós que dizíamos [palmas] que era possível, sim, dar reajuste real para os aposentados e pensionistas. Estão aqui a pouco tempo me ligando, líderes, tanto do governo, como deputados e senadores, querendo uma outra reunião para avançar no aumento real, ‘Bira’, para os aposentados e pensionistas.

Nós, que acreditamos muito, e quero dizer para vocês, Deus, lá de cima, há de me iluminar, eu não quero sair dessa Casa sem enterrar o famigerado fator previdenciário que ataca a vida de vocês 24 horas por dia. Eu ainda vou fazer, junto com vocês, esse gesto de homenagem a todo o povo brasileiro, junto das centrais, das confederações e de todas as entidades dos trabalhadores.

Enfim, eu quero agora terminar só dizendo para vocês, nós, que não sou eu, nós aceitamos esse desafio, sim, nós vamos construir o marco legal e vamos aprovar, para o azar daqueles que duvidam de nós, que eles vão ter que nos engolir, porque nós vamos aprovar o Estatuto do Motorista para contemplar aqui todos os setores que estão aqui nessa mesa, no Plenário e nesse país

[palmas]

Por fim, meus amigos, eu quero já convocá-los, eu quero fazer um debate no Plenário do Senado sobre esse tema, e nada melhor que a data de julho, porque dia 25 de julho é o Dia Nacional dos Motoristas. Eu já fiz um apelo, que seria a simbologia, uma sessão de homenagem, para o dia 05 de julho, no Plenário do Senado. Nós vamos convocar os senadores para que vocês falem para todos os senadores por que vocês querem que seja aprovado o Estatuto do Motorista.

Viva todos os motoristas do nosso Brasil! Viva a todo o Brasil! Viva a nossa gente! Viva o Estatuto dos Motoristas!

Está encerrada esta Audiência Pública.

[palmas]

Sessão encerrada às 13h37.

37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia catorze de julho de dois mil e dez, na Sala de Reuniões da CCJ, nº três, da Ala Senador Alexandre Costa,

Anexo II, sob a Presidência do Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Almeida Lima, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Jarbas Vasconcelos, Romeu Tuma, Renato Casagrande, Augusto Botelho, César Borges, Romero Jucá, Geraldo Mesquita Júnior, Valdir Raupp e Adelmir Santana. Deixam de comparecer os Senadores Aloizio Mercadante, Antonio Carlos Valadares, Tião Viana, Pedro Simon, Gilvam Borges, Edison Lobão, Jayme Campos, Marco Maciel, Tasso Jereissati, Osmar Dias e as Senadoras Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Kátia Abreu e Lúcia Vânia. Registram presença os Senadores Roberto Cavalcanti e Heráclito Fortes. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1) Audiência Pública** destinada a prestação de esclarecimentos sobre o vazamento de dados fiscais do senhor Eduardo Jorge Caldas Pereira, vice-presidente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, bem como sobre o vazamento de informações sobre processos que a [Receita Federal](#) do Brasil move contra empresa cujo controlador é o senhor Guilherme Leal, candidato a vice-presidente da república na chapa da Senadora Marina Silva. Obs.: Audiência Pública aprovada conforme Requerimentos nº 65, de 2010-CCJ, de iniciativa do Senador Alvaro Dias. **Convidado:** Otacílio Dantas Cartaxo - Secretário da Receita Federal do Brasil. **Requerimento apreciado: 1) Requerimento nº 72, DE 2010-CCJ** “Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, ao Ministro de Estado da Fazenda, cópia integral das investigações realizadas pela Receita Federal para apurar a responsabilidade sobre a quebra do sigilo fiscal de Eurípides Soares da Silva, pai de Franzenildo Santos Costa.” **Autoria: Senador Demóstenes Torres. Resultado: Aprovado. A Presidência declara encerrada a Reunião às doze horas e vinte minutos do dia catorze de julho de dois mil e dez e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada.**

Senador Demóstenes Torres, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 14 DE JULHO DE 2010, ÀS 09 HORAS E 36 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à prestação de esclarecimentos sobre o vazamento de dados fiscais do Sr. Eduardo Jorge Caldas Pereira, vice-Presidente do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, bem como sobre o vazamento de informações sobre processos que a Receita Federal do Brasil move contra a empresa cujo controlador é o Sr. Guilherme Leal, candidato a vice-Presidente da República na chapa da Senadora Marina Silva. Conforme Requerimento nº. 65, de 2010, CCJ, de iniciativa do Senador Alvaro Dias.

Passo a palavra ao Sr. Otacílio Dantas Cartaxo, Secretário da Receita Federal do Brasil, para que faça suas considerações iniciais.

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Exmo. Senador Demóstenes Torres, Presidente dessa comissão; Exmo. Senador Romero Jucá. Na pessoa dos dois senadores eu cumprimento os demais senadores aqui presentes e todos os demais que participam dessa Audiência Pública.

Para bem situarmos o contexto em que acontece a apuração de quebra de sigilo fiscal, eu farei uma breve exposição de como as informações, os artigos de informação da Secretaria da Receita Federal são processados e a rede de proteção tecnológica e legal que garantem o sigilo dessas informações.

O sigilo profissional é o dever ético de não revelar fato ou assunto cuja ciência teve, em razão de profissão ou em pleno exercício de uma atividade profissional. Esse é um conceito genérico de sigilo profissional. O objeto do sigilo, no caso do sigilo fiscal, que é o assunto específico desta Audiência Pública, está [ininteligível] às informações obtidas pela Fazenda Pública ou seus agentes, em razão de ofício que revelem a situação econômica ou financeira do sujeito passivo, ou de terceiros. E ainda a natureza e o estado de seus negócios, ou atividades do sujeito passivo ou de terceiros, conforme consta do art. 198 do Código Tributário Nacional.

O fundamento constitucional do sigilo está no art. 5º da Constituição Federal, trata da inviolabilidade da intimidade e da vida privada, e diz que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas.

Para atender ao disposto no art. 5º, inciso X da Constituição Federal da República, a administração age de duas formas: em primeiro lugar, e como regra geral, por iniciativa do interessado ou de terceiros. Ou seja, o interessado, geralmente, peticiona ao secre-

tário da Receita, ao superintendente, aos delegados, informando da quebra do seu sigilo, descrevendo as circunstâncias em que se deu a quebra, juntando provas e outras informações que facilitem a investigação. E, em segundo lugar, a administração de ofício, tomando em conta a relevância do caso, e sua repercussão pode instalar o procedimento de ofício.

A Constituição Federal faculta à administração tributária identificar o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte, nos termos da legislação superveniente.

O sistema de segurança de informações na secretaria abrange a segurança documental, a segurança dos sistemas de tecnologia e a utilização de controles físicos e lógicos, para o desenho, implementação, controle e monitoramento de métodos e processos que visam assegurar a integralidade dos ativos de informação.

O sistema de segurança das informações tem como requisitos, ou premissas básicas e fundamentais, a confidencialidade, a integralidade, a disponibilidade e a autenticidade, ou não repúdio. A confidencialidade é a garantia de que somente e exclusivamente pessoas autorizadas tenham acesso às informações armazenadas ou transmitidas por meio de redes de comunicação. A integralidade diz respeito à fidedignidade das informações, ou seja, a conformidade dos dados armazenados com relação às inserções, alterações e processamentos autorizados efetivamente efetuados.

Terceiro requisito é a disponibilidade, ou seja, pressupõe garantir a prestação contínua do serviço sem interrupções no fornecimento de informações quem de direito e exclusivamente para quem de direito. E a autenticidade garante a veracidade das fontes de informação, garantem a autenticidade, permite a confirmação da identidade da pessoa, ou da identidade que presta as referidas informações.

As medidas de proteção dos ativos estão assim dispostas. A proteção dos ativos de informação contra ações intencionais ou acidentais que impliquem em perda ou exposição indevida. Também constitui rede de proteção as redes isoladas e criptografadas em todo o tráfego de informações. Isso quer dizer que toda entrada de informação nos bancos de dado da Receita e toda saída de informações nos bancos de dados da Receita são todas elas criptografadas. E também observa de forma uniforme a conformidade desse sistema de segurança com as normas nacionais e internacionais recomendadas.

Esta tela mostra as restrições de acesso aos ativos da Receita Federal. Tem informações, ou tem acesso às informações sigilosas, apenas os servidores previamente qualificados. Ou seja, existe a constru-

ção de um sistema de perfis e só o servidor que tem o perfil adequado está qualificado a fazer o acesso às informações.

É bom esclarecer que aos bancos de dados das declarações de imposto de renda de pessoa jurídica, e outros dados protegidos por sigilo fiscal, só determinados funcionários têm acesso a essa informação, não são todos auditores, nem todos analistas ou qualquer funcionário da Receita Federal que tem acesso a essas informações. Se o funcionário está trabalhando numa área de assessoria, ele não tem acesso a essas informações. Se o funcionário está trabalhando numa área de logística, ele não tem acesso a essas informações. Só tem acesso às informações, por exemplo as declarações de pessoas físicas, aqueles funcionários que estão especificamente trabalhando no setor. Por exemplo, no setor de malha, esses funcionários têm acesso e têm senha para acesso aos bancos de dados.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente, me permite, para um detalhe, mas acho que é relevante. Dr. Otacílio Dantas Cartaxo, quantos seriam, aproximadamente, os funcionários, assim, que na Receita Federal trabalham? Só para ter uma ideia.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vou deferir, mas todos depois vão ter oportunidade de questionamento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Tudo bem, mas pode ser uma informação relevante.

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Os acessos se dão por uso de senhas pessoais, que são trocadas frequentemente por motivos de segurança, ou através de certificação digital que seguem os padrões de segurança da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP/Brasil. Todos os acessos são rigorosamente monitorados, somente são atendidas às solicitações de informações protegidas por sigilo fiscal nas hipóteses previstas nos arts. 198 e 199 do Código Tributário Nacional.

Essa tela informa as normas de segurança brasileiras e internacionais que norteiam o sistema de segurança da Receita Federal. A ABNT, então, é uma sopinha de letras que está traduzida aí no rodapé da tela, e dos Decretos 3505, de 2000; do Decreto 4.553, de 2002; e da Lei 9.100, de 95; e da Lei 9.983, de 2000. Então esse é o embasamento tecnológico de proteção das normas das informações, dos ativos de informações na Secretaria da Receita Federal.

Dever do usuário. No caso do dever de usuário entenda-se aí os funcionários da Receita Federal. É dever do usuário utilizar adequadamente as informações contidas nos sistemas informatizados da Receita Federal.

Os eventuais desvios de conduta funcional são apurados na forma da lei, ou seja, o devido processo legal. Esse devido processo legal está regulamentado no Estatuto do Servidor Público Federal, e está garantido na Constituição Federal não só o devido processo legal, mas o contraditório e a ampla defesa.

A Receita Federal não transige em questões de ética, e sua Corregedoria-Geral é modelo de administração pública e faz parte do organograma e a unidade permanente da Secretaria da Receita Federal.

O art. 5º da Constituição Federal, em seu inciso, garante o devido processo legal. O rito do processo administrativo disciplinar está previsto nos arts. 143 a 182, da Lei 8.112, de 90, denominado Estatuto dos Servidores Público e Civil da União. O devido processo legal, ele existe para evitar arbitrariedades. Os funcionários de Estado do Governo Brasileiro estão livres de sofrerem punições que extrapolem o devido processo legal. Na iniciativa privada é possível a empresa demitir o empregado e pagar-lhe os seus direitos. Igual tratamento não se pode dar às carreiras de Estado [soa a campainha]. Não se pode simplesmente, sem nenhum processo, sem cumprimento do processo administrativo disciplinar, dispensar um oficial do Exército, diplomata de carreira, um auditor da Receita Federal. Esse processo, ele permite que se chegue à verdade material, à autoria, utilizando-se e produzindo-se provas juridicamente válidas. E também ele garante o que a Constituição prescreve, ou seja, o contraditório e a ampla defesa, e previne que este processo seja posteriormente anulado na esfera judicial.

O art. 150, da Lei 8.012, 90, e é exatamente o Estatuto do Servidor Público Federal, estabelece que durante a fase do inquérito administrativo, e a comissão de inquérito exercerá as suas atividades com dependência e imparcialidade, assegurando o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Agora farei uma breve consideração sobre o caso concreto. Aí está espelhada a sua cronologia. No dia 12 a 18 de junho, sexta-feira, foram divulgadas, pela imprensa, informações sobre suposto dossiê contendo informações fiscais. No sábado, dia 19, foram divulgadas informações fiscais do contribuinte na imprensa, no caso o Dr. Eduardo Jorge Caldas Pereira. E que estampava, em formato reduzido, supostas declarações de IR do ano de 1908... Aliás, do ano 2008 e 2009. No dia 21, do mesmo mês, na segunda-feira, determinou-se a apuração especial, junto ao SERPRO, para identificar os acessos às declarações dos anos mencionados.

Na segunda-feira, a Corregedoria-Geral instaurou sindicância, em Brasília, para apurar supostos

vazamentos de informações. Na quarta-feira, foram recebidos resultados da apuração especial que foram encaminhados à Corregedoria-Geral. E, na quinta-feira, a Corregedoria-Geral instaurou processo administrativo disciplinar para apurar as irregularidades, ou seja, a quebra do sigilo fiscal.

A Receita Federal, portanto, tomou providências imediatas. Foram identificados acessos que podem ter sido motivados, ou imotivados. De posse dos resultados foi determinado pelo secretário à Corregedoria-Geral da Receita Federal que instaurasse a investigação disciplinar. É necessário esclarecer que é preciso obedecer ao rito do devido processo legal, sob pena de futura nulidade a ser declarada pelo Poder Judiciário.

Farei uma breve consideração sobre acesso motivado e sobre acesso imotivado. Diz a lei que configura falta de zelo e dedicação com as atribuições do cargo, a inobservância de norma legal ou regulamentar, acessar imotivadamente sistemas informatizados da Secretaria da Receita Federal, arquivos de documentos ou autos de processo que contenham informações protegidas por sigilo fiscal. Ou seja, para que o funcionário da Receita, devidamente portador de senha, ou portador de certificado digital, que lhe dê acesso a banco de dados da Receita, ele só pode acessar essas informações se tiver um motivo funcional, por exemplo os funcionários que trabalham na "malha", por exemplo os funcionários que são incumbidos de remeter ao Poder Judiciário cópias de declarações requisitadas. Se o funcionário tiver, mesmo no exercício desta função, e aquele contribuinte não esteja sendo objeto de pesquisa, para efeito de seleção ou para efeito de fiscalização, esse acesso dele será imotivado.

É ilusão pensar que qualquer auditor da Receita, qualquer analista tributário possa acessar os bancos de dados e de qualquer forma bisbilhotar declaração de contribuinte. Essa visão é extremamente equivocada. E quem faz acesso imotivado, mas não chega à quebra do sigilo, pode ser advertido ou ter a pena aplicada de suspensão de até 90 dias. Se, por acaso, ele acessou imotivadamente e quebrou o sigilo, ele está sujeito à pena de demissão, ou seja, a perda de emprego ou da exclusão dos quadros da Receita Federal.

O processo administrativo, o seu escopo principal é apurar os fatos, identificar a autoria, a materialidade, produzir provas, e, ao final, aplicar a penalidade, que no caso de quebra de sigilo é de demissão.

Após a conclusão do processo administrativo disciplinar, apelidado de PAD, se o caso aponta indícios de cometimento de crime, o processo é encaminhado ao Ministério Público Federal para propositura da ação penal.

A divulgação, as penalidades aplicadas no caso de divulgação de segredo, ou seja, de quebra de sigilo, quando é cometido por particular, diz a lei, o Código Penal, em seu art. 153, “divulgar sem justa causa informações sigilosas ou reservadas, assim definidas em lei, contidas ou não nos sistemas de informações ou bancos de dados da administração pública, pena de um ano a quatro anos de detenção e multa”.

As penas aplicáveis aos servidores públicos, no caso de violação funcional, no caso de empréstimo de senha à pessoa não autorizada e acesso imotivado, detenção de seis meses a dois anos e multa. E se causar dano à administração pública, reclusão de dois a seis anos. Então, esse conjunto de normas legais dão proteção às informações da Secretaria da Receita Federal.

Em conclusão, no presente caso, não houve invasão ou violação dos sistemas informatizados da Secretaria da Receita Federal. Se, por acaso, tivesse havido violação ou invasão demonstraria a fragilidade ou a vulnerabilidade dos sistemas. Mas o que tivemos foi a confirmação da não violação ou da invasão dos sistemas. Isso porque, no final do ano passado, inclusive, determinei a revisão de todo o sistema de segurança de informações da secretaria, e determinei que a sua blindagem fosse reforçada.

A Receita Federal, portanto, reafirma a integridade e a segurança de seus sistemas informatizados. O fato presente está sendo apurado pela Corregedoria-Geral, na forma do Estatuto do Servidor Público da União. Se, após a conclusão, constata-se indícios de crime, o caso será encaminhado ao Ministério Público Federal.

Sr. Presidente, essa era a exposição que eu tinha a fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa.

Concederei a palavra, primeiro, ao Senador Alvaro Dias, que é o autor do requerimento. Em seguida, os Senadores Jarbas Vasconcelos e Roberto Cavalcanti, que já se encontram inscritos. Eduardo Suplicy e Antonio Carlos Magalhães Júnior.

Com a palavra, para os seus questionamentos, o Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, Srs. Senadores, secretários da Receita, Otacílio Dantas Cartaxo, nós estamos tratando de algo que diz respeito não apenas à violação, a afronta aos direitos individuais de um cidadão do país, mas estamos tratando de algo que diz respeito a afronta ao Estado de direito democrático. Portanto, trata-se de algo da maior importância, e o

Senado Federal tem o dever de preservar o Estado de direito democrático.

Eu iniciaria indagando, eu inicio indagando do Sr. Cartaxo sobre o documento que chegou à Folha de São Paulo. Porque há um questionamento sobre a origem desse documento. Foi o Ministério Público ou foi a Receita Federal? A Folha de São Paulo forneceu ao Eduardo Jorge Caldas Pereira cópia do documento recebido, e esse documento tem formato de documento interno da Receita Federal. Aqui está escrito: “Esses dados são cópia fiel dos constantes em nossos arquivos. Informações protegidas por sigilo fiscal. Data e hora da entrega, 17/04/2009, às 19h19min”. Portanto, esse não é um documento do Ministério Público, esse é um documento da Receita Federal. A sua origem, portanto, é a Receita Federal.

De outro lado, não se trata de informações referentes apenas ao exercício 2009, ano calendário 2008. Aqui estão cópias que remontam a 2003. O jornal recebeu informações sobre o sigilo fiscal de Eduardo Jorge desde o ano de 2003. Estão aqui as cópias que poderei fornecer ao senhor, se desejar.

Portanto, esta é a primeira indagação. O senhor vê como definitivo que esse documento saiu da Receita Federal? Que a responsabilidade é da Receita Federal? Que alguém na Receita Federal cometeu esse crime? E eu vou repetir aqui o que tenho repetido inúmeras vezes. Nós estamos nos acostumando a uma prática no atual governo. O governo admite a existência do crime, mas não admite a existência do criminoso. Crime há, criminoso jamais. Neste caso, não há como imputar a V. Sa. a responsabilidade pelo crime, mas há que exigir de V. Sa. a responsabilidade da apuração e da indicação dos responsáveis, é isso que nós esperamos e eu passo... Sr. Presidente, eu vou fazer pergunta e resposta, porque eu creio que desta forma seremos mais objetivos. Eu vou solicitar ao senhor que responda esta primeira indagação. Para o senhor, é definitivo que esse documento saiu dos quadros da Receita Federal?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode responder, Dr. Cartaxo, fique à vontade.

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Essa matéria, sem dúvida, ilustre senador, será objeto de investigação no processo administrativo disciplinar instaurado. As cópias dessas declarações possivelmente serão periciadas, inclusive com ajuda dos peritos da Polícia Federal. Seria prematuro eu me antecipar às investigações da Comissão de Inquérito, que, certamente, ao final, dará uma resposta conclusiva para esta matéria.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu quero aduzir, Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só para clarear a pergunta do Senador Alvaro Dias. Veja só, o senhor admitiu que abriu uma instauração porque houve um acesso motivado ou imotivado nas contas do contribuinte, não é verdade?

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Na declaração dos contribuintes.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então a pergunta que se faz, veja só... Nesse caso, V. Sa. não está, de forma alguma, quebrando o sigilo. A pergunta que o senador fez, muito taxativamente, eu pergunto a V. Sa.: Há indícios, não certeza, mas há indícios de que houve um acesso com prevaricação, um acesso com descumprimento do dever funcional? Um acesso criminoso aos dados de um contribuinte? Há esse indício? Não a certeza.

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Senador, os acessos são feitos por funcionários credenciados. Esses acessos, como eu expliquei na exposição, eles podem ser motivados ou imotivados, e podem dar origem à quebra de sigilo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Entretanto, quem vai dizer, examinar, e analisar e ao fim concluir se esse acesso foi imotivado, e consequentemente houve quebra de sigilo, é a Comissão de Investigação. É matéria de fato, não é matéria de direito, e o secretário da Receita não pode se antecipar às investigações.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito. Mas V. Sa. admite que houve indício, que há indício.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Presidente, eu gostaria de fazer as indagações e depois V. Exa. poderá fazê-la ao final. Senão, eu vou assistir o senhor presidir e perguntar; perguntar e presidir.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, é porque V. Exa. perguntou se havia certeza, eu estou perguntando a ele se há indício. Não estou querendo atrapalhar. Com a palavra V. Exa.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu tenho para mim que o Sr. Secretário da Receita eliminou a hipótese de ter esse documento saído dos quadros do Ministério Público, até porque da parte do Sr. Eduardo Jorge, essa hipótese já está eliminada, uma vez que ele constatou e confirmou que do Ministério Público essas informações não saíram; até porque elas não se encontram no Ministério Público. As informações

veiculadas pelo jornal Folha de São Paulo não se encontram no Ministério Público.

Por esta razão, e o presidente me ajudou a clarear a indagação, que nós queremos que V. Sa. deixe definitivamente esclarecido que a responsabilidade é da Receita Federal, que saiu dos quadros da Receita Federal, que resta ao senhor, como secretário da Receita, identificar os responsáveis para que eles sejam punidos.

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: O secretário não identifica, quem identifica é a Corregedoria-Geral da Receita Federal. Corregedoria-Geral regimentalmente é competente, tem expertise suficiente para fazer essa apuração. Se trata de apuração de matéria de fato. Ao final, as investigações irão dizer, de forma conclusiva, se houve quebra de sigilo por parte de funcionário da Receita Federal ou de outra fonte externa. Seria de qualquer forma prematura fazer afirmações desse quilate.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): E o senhor confia plenamente na Corregedoria da Receita Federal?

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: A Corregedoria da Receita Federal é modelo na administração pública, reconhecida publicamente pela Controladoria-Geral da União e pelo Tribunal de Contas da União como instituição modelo no combate a corrupção e desvios de comportamento.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Quando ocorreu esse reconhecimento, Sr. Secretário?

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: A que reconhecimento V. Exa. se refere?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Ao que V. Exa. se referiu.

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Da Corregedoria e do Tribunal de Contas...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Como modelo.

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Por diversas oportunidades, inclusive publicamente...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Em que ano?

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Esse ano a Controladoria-Geral da União fez um balanço de todas as corregedorias...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Não o Tribunal de Contas, a Controladoria-Geral da União.

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: A Controladoria-Geral da União...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Que são parceiros do mesmo governo.

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: ...e reconheceu. Elas são instituições de Estado, não são ins-

tituições de governo. A Secretaria da Receita Federal é uma instituição de Estado que se caracteriza pela obediência, a legalidade, a transparência e a competência na execução de suas atividades-fins.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu posso assegurar ao senhor que há controvérsias em relação à Corregedoria-Geral da Receita Federal. É modelo para alguns, não é, por exemplo, justificar um vazamento de informações sigilosas, como ocorreu no Rio Grande do Sul, com informações referentes ao PSDB do Rio Grande do Sul, alegando-se que uma pasta foi perdida no táxi. Essa foi a justificativa. Perdeu-se uma pasta no táxi. E aí as informações sigilosas deixaram de ser sigilosas e passaram a ser informações criminosas.

Eu respeito o conceito que V. Sa. tem da Corregedoria-Geral, da Receita Federal, mas isso preocupa. Porque a exemplo do que corre em outros setores do atual governo, a Corregedoria também está aparelhada. Aparelhada para atender os interesses do PT e o seu projeto de poder. Essa é a nossa constatação.

Portanto, eu não creio que, ao final, a investigação é realizada pela Corregedoria-Geral da Receita Federal seja suficiente. Esse é um caso de polícia, e eu creio que não só o Sr. Eduardo Jorge deve recorrer à polícia, como fará, ou como já fez. Eu creio que o senhor como secretário da Receita Federal, para honrar a atribuição que lhe foi conferida, deveria sim exigir a presença da polícia nesta investigação, em nome, sobretudo, da defesa do Estado de direito e dos direitos individuais do cidadão brasileiro que estão sendo afrontados no ambiente que V. Sa. lidera, que é o da Receita Federal.

Mas eu quero indagar em seguida, Sr. Secretário, sobre o vazamento de dados bancários. A Receita Federal tem as informações sobre os dados bancários do Sr. Eduardo Jorge, que foram veiculados pela Folha de São Paulo?

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Inicialmente, senador, eu queria fazer um comentário acerca da sua opinião sobre a Corregedoria-Geral.

Primeiramente, eu não concordo. E, em segundo lugar, V. Exa. pode ficar tranquilo porque a Receita mantém convênio com a Polícia Federal. E, além disso, mantém plano de trabalho, programas de trabalho, e são parceiras em todas as atividades de investigação, de combate à sonegação, de combate ao contrabando e de todos os ilícitos. E neste caso, elas trabalham paralelamente.

A Receita Federal formalizando e concluindo o processo, para ao final aplicar a penalidade de demissão ao funcionário que por acaso tenha se envolvido na quebra de sigilo. E a Polícia Federal trabalha no inquérito cujo escopo é a responsabilização criminal.

Então, fique tranquilo que haverá toda e absoluta transparência nos processos de apuração, tanto da Secretaria da Receita Federal como da Polícia Federal, que andam paralelamente, mas convergentes.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): A questão dos depósitos bancários, a Receita teve acesso?

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: A Receita Federal não é guardião de sigilo bancário. Sigilo bancário está restrito às instituições bancárias. O que consta na declaração patrimonial dos contribuintes é apenas o saldo bancário em 31 de dezembro de cada exercício fiscal.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): A pergunta teve exatamente esse objetivo. Não houve apenas quebra de sigilo fiscal do Sr. Eduardo Jorge, houve quebra do seu sigilo bancário. E o jornal Folha de São Paulo divulgou depósitos realizados, e depósitos que ocorreram em 2009, inclusive; 2007 e 2009.

Portanto, o vazamento das informações fiscais e a quebra do sigilo bancário, ações criminosas realizadas certamente por marginais da política, dizem respeito a um dossiê, ou a uma central de dossiês que estava sendo organizada e foi repentinamente desmontada em razão de divergências internas no comando da campanha da Sra. Dilma Rousseff.

Portanto, fica evidenciado, isso é parte de uma estratégia de espionagem com o objetivo de alvejar os adversários, no período eleitoral, na tentativa de obter vantagens eleitoreiras. A pergunta se deu exatamente para que essa conclusão pudesse ser explicitada. Há, portanto, quebra de sigilo fiscal, quebra de sigilo bancário nos subterrâneos da atividade pública brasileira com o objetivo de prestar serviços a um partido político, ou vários partidos políticos, em nome de um projeto de poder que está em debate no ano eleitoral.

Vou prosseguir com mais algumas indagações, muito mais técnicas agora do que de natureza política. Algum órgão requisitou, nos últimos 12 meses, informações fiscais do Sr. Eduardo Jorge? Nos últimos 12 meses, algum órgão, alguma instituição pública...

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Essa prestação de informações, com requisição, sobretudo, da Justiça, elas são feitas, às vezes, diretamente aos delegados da receita, aos seus superintendentes. Em termos de órgão central, geralmente, elas são atendidas através dos subsecretários, mas essa indagação será devidamente esclarecida no curso da investigação. Posso dizer que eu, pessoalmente, eu, pessoalmente, não tive conhecimento, não transitou no gabinete do secretário da Receita nenhum pedido de informação de órgãos do Poder Judiciário ou do Ministério Público Federal. Se esse pedido foi endereçado, ele pode ter sido endereçado a outras áreas da Receita, como a

Superintendência Federal em Brasília ou sua própria delegacia.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É evidente que, se esse pedido tivesse sido formulado, o senhor, como secretário-geral da Receita, preocupado em apurar responsabilidades pelo vazamento de informações sigilosas, já teria sido informado por funcionários de sua confiança. Portanto, a conclusão lógica é de que não houve requisição de nenhum órgão, nem do Poder Judiciário e nem de qualquer instituição pública no país.

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: O que eu reafirmo, senador, é que não transitou, pelo gabinete do secretário da Receita, nenhum pedido; pode ter transitado em outras unidades, mas, no gabinete, não transitou. Isso será apurado na investigação. Se houve, isso será revelado.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Evidentemente que, quando há uma requisição dessa natureza, há uma requisição burocrática oficial, legal, e V. Sa., zeloso que é da função que exerce, certamente, depois do escândalo, teria essa informação, obviamente, como preliminar para as ações que está desenvolvendo no sentido de investigar responsabilidades.

Eu gostaria de encaixar algumas indagações. Quais foram os acessos aos dados fiscais de Eduardo Jorge, nos exercícios de 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009, bem como até a presente data?

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Os acessos foram diversos acessos, por vários funcionários, e estão sendo objeto de investigação.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O senhor tem o nome do funcionário, desses funcionários, o senhor tem o nome?

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Meu caro senador, eu sei os nomes dos funcionários, sei as unidades em que eles estão lotados, sei o dia, o mês, hora e máquinas que foram utilizadas pelos acessos. Entretanto, essas informações estão protegidas por sigilo, e V. Exa. haverá de compreender a limitação desta resposta.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O senhor forneceria essas informações em uma reunião secreta desta comissão?

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Essas informações, geralmente, são reveladas quando há determinação judicial.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Qual o nome do superior hierárquico ao qual o servidor ou servidores têm autoridade e competência para acessar dados fiscais dos contribuintes, e, no caso, do Eduardo Jorge?

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Os servidores que acessam dados fiscais são aqueles que estão autorizados previamente. Preenchem os requisitos.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu indaguei qual é o superior hierárquico desses servidores.

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: O superior hierárquico desses funcionários geralmente são os delegados da Receita Federal.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): São vários, portanto, os delegados?

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: São quase 100 delegados.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Quais os controles que a Secretaria da Receita Federal possui em seu sistema, para impedir ou coibir acessos imotivados a dados fiscais de contribuintes?

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: São duas redes de proteção: a rede de proteção tecnológica, que foi exposta aqui, na minha exposição, e a rede de proteção legal, que vai da pena de suspensão à pena de demissão, no caso de quebra de sigilo dos contribuintes.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Quais os sistemas de controles existentes e adotados pela Secretaria, para identificar o servidor ou servidores? Acessam dados fiscais de contribuintes, imprimem ou repassam dados fiscais de contribuintes?

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Todo acesso é monitorado. Qualquer acesso aos bancos de dados de pessoa física fica registrado o ano, dia, hora, máquina, unidade e o tipo de acesso; se foi acesso ao extrato, se foi acesso ao conteúdo e se a declaração foi imprimida.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu não vou insistir, porque, embora V. Sa. já tenha dito que sabe o nome dos funcionários... Já que V. Sa. disse que há necessidade de uma requisição judicial para o fornecimento dessas informações. Mas há uma informação que é pública. É verdade que a Secretaria da Receita Federal constatou a existência de milhares de acessos imotivados, realizados pelo auditor fiscal da Receita, Sr. Washington Afonso Rodrigues? Consta que cerca de oito mil pessoas foram atingidas pelos acessos do Sr. Washington aos seus dados fiscais, especialmente políticos, jornalistas, magistrados, juízes, enfim... Cerca de oito mil pessoas foi o que se veiculou. Eu indago se é verdade que o Sr. Washington Afonso Rodrigues tem acesso a todos esses dados, acessou a todas essas informações.

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Eu estou recentemente no exercício do cargo de secretário da Receita Federal. E eu acredito que esses fatos pertençam ao passado, não pertençam a minha gestão,

sobretudo porque eu passei um período afastado da Receita Federal, exercendo a presidência do conselho de contribuintes. Eu não posso confirmar, nem desmentir.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas, Sr. Secretário, por favor. Diante do Senado Federal...

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Eu peço vênia a V. Exa..

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Não adote esse comportamento de que não viu, não sabe, não ouviu, porque não fica bem. Essa prática é usual, mas eu espero de um servidor, que é técnico e tem essa verificação técnica, que não caminhe por esses caminhos do 'não sabe', 'não sei', 'não vi', 'não ouvi', porque o senhor sabe, o senhor sabe!

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Se aconteceu e se isso se verificou, se esse funcionário assim procedeu, eu tenho absoluta certeza que a Corregedoria-Geral apurou a motivação ou imotivação desses acessos.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): E quais foram as providências adotadas pela Corregedoria?

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Eu poderei informar à V. Exa. posteriormente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas é incrível, Sr. Secretário. O senhor assume uma função...

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Não é incrível. Isso aconteceu em que ano?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Olha, isso é recente, isso é atual...

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Não é recente, não é recente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Isso é do atual governo, do governo que o senhor representa.

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Se fosse recente, eu saberia.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu acho incrível essa capacidade de mistificar, diante do país, através da comissão do Senado Federal. Como é possível alguém assumir a Receita Federal, sem saber destas coisas? Se o Brasil sabe que esse auditor... Eu não diria o Brasil, o povo brasileiro pode não saber de muita coisa. Se soubesse, certamente não perdoaria. Mas muita gente sabe, o senhor sabe, nós sabemos que o Sr. Washington Afonso Rodrigues acessou esses dados e tem sido fonte de informação.

Portanto, isso preocupa, o secretário da Receita Federal não sabe. E nós não temos nenhum problema, Presidente, que o secretário seja assessorado. Quem sabe o assessor o motive a dizer que ele sabe, sim; afinal, é melhor dizer que sabe do que confessar ignorância absoluta em relação a isso, porque isso seria confessar o despreparo para a função, e eu não acre-

dito, o senhor é um homem preparado, o senhor é um homem qualificado, tem carreira na Receita Federal. Portanto eu imagino que não está sendo sincero, ao informar a essa comissão que não sabe destas ocorrências no âmbito da Receita Federal. Não importa que tenha sido hoje, que tenha sido ontem ou anteontem; essas ocorrências são do conhecimento público, a imprensa veiculou isso. Então é evidente que quem assume a secretaria, tendo notícia de algo que foi veiculado, vai buscar as informações para tomar providências. O que eu estou indagando é se providências foram adotadas.

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Com certeza, a Corregedoria-Geral deve ter feito apuração desse fato.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Deve ou fez?

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Fez, porque é obrigação legal dela fazer, é poder e dever dela fazer, ela tem poderes para fazer, e ela exercita esses poderes.

Agora, se V. Exa. quer informações sobre fatos pretéritos, eu poderei solicitar isso à Corregedoria e informar a V. Sa., ou a V. Exa., me desculpe, o detalhe e a conclusão dessas apurações.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Bem, mais uma vez, eu registro que fico pasmo diante desse procedimento mistificador, informar que não sabe, que não viu, mas há um professor que ensinou a todos os seus coadjuvantes de que a melhor saída é essa, dizer: "Olha, eu não sei, eu não vi, eu não tomei conhecimento, eu vou ver". Depois, alguns meses depois, é possível até que afirme: "Não, eu fui informado, sim", como o Presidente da República fez recentemente, em relação ao mensalão. Então, essa é uma escola, esse é um modelo. Não há que se exigir mais dos coadjuvantes, quando o ator principal procede dessa maneira. Sr. Presidente, eu não quero exorbitar do meu tempo...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Porque V. Exa. tinha três minutos; eu já dei mais de 40. Então, acho que os outros senadores estão...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Se V. Exa. achar, eu encerro aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, continue, pode continuar, mas acho que, se V. Exa. abreviar também...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu vou abreviar, então, vou encurtar. Eu quero apenas finalizar. Eu não vou continuar com as indagações, em respeito...

Apenas dizer ao secretário da Receita que... In-dagar qual é o embasamento legal, a lei, o artigo da lei, que veda o secretário da Receita a citar nomes de servidores envolvidos, uma vez que os próprios processos administrativos disciplinares são públicos. Os processos administrativos são públicos, nós podemos requisitá-los e, obviamente, encontraremos neles nomes. Então qual é o artigo da lei que o impede de citar esses nomes?

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Meu caro senador, todos os processos fiscais, eles são, em regra geral, sigilosos. A regra que estabelece a manutenção, a obrigatoriedade do sigilo ao secretário da Receita Federal e a todos os servidores, está no art. 150, do Estatuto do Funcionário Público Federal, especificamente na apuração de fatos delituosos, de desvios de condutas que configuram deslizes profissionais ou crimes propriamente ditos. Esse é o fundamento legal do sigilo.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Para concluir, Sr. Presidente. Eu quero dizer... Já que o secretário se esmera em respeitar determinados dispositivos legais, esperamos também que respeite aqueles que dizem da sua obrigação em apurar responsabilidades e punir rigorosamente os infratores, já que o Código Tributário Nacional foi violado, e, sobretudo, a Constituição Federal do país foi violentada, com um crime praticado por aqueles que quebraram o sigilo fiscal na sua área de atuação, sigilo bancário em outra esfera de atuação, configurando um aparelhamento do Estado, um Estado que se diz policialesco, que usa dessas armas criminosas a serviço de um projeto de poder, invadindo a privacidade das pessoas, bisbilhotando a vida alheia, espionando pessoas, sobretudo com esse objetivo de dar sequência ao seu projeto de poder no país.

Era o que tinha, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Otacílio Cartaxo, são poucos os registros de desvio de conduta da instituição que V. Exa. é dela secretário, mas, também, há de se dizer publicamente, sem prejuízo, de se afirmar a maneira arrogante e pouca educativa como a Receita trata os contribuintes no país, agora, no seu período, e em todos os períodos anteriores.

A convocação de V. Sa., ela não foi à toa, Dr. Cartaxo. Não é V. Exa. que está afirmando isso, mas dizer que sua convocação aqui, o convite para V. Sa. vir aqui, é um expediente de afirmação da Oposição, ou porque estamos em um período eleitoral, não é verdadeiro.

V. Sa. não precisa concordar, mas há um histórico de aparelhamento por parte do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Estado Brasileiro, visível em todos os setores da nação do país. Há exemplos... E por isso que a convocação de V. Sa. não é à toa. Há exemplos, dentro do governo a que V. Sa. serve, de conduta, de quebra de conduta e de inúmeras trapalhadas do governo, e elas não são poucas. Eu poderia citar aqui, só para rememorar, reavivar a memória do brasileiro, os dossiês. O dossiê de 2006, em São Paulo, em que pessoas foram flagradas em um hotel, com uma mala de dinheiro, com um dossiê falso, que comprometia, naquele momento, a candidatura do presidente, do candidato a presidente pelo PSDB. A tentativa do mesmo dossiê, que a candidata do PT diz que, sobre ele, não tem responsabilidade, agora, em 2010... São dois dossiês. Os 'aloprados', os 'aloprados do Presidente Lula'... Não fomos nós que alcinhamos essa frase: "Os aloprados do Presidente Lula". O escândalo da Casa Civil, na época comandada pela atual candidata do PT à Presidência da República, Dilma Rousseff, levantando os gastos pessoais do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e da sua esposa, a já falecida D. Ruth. Outro escândalo aqui envolvendo uma instituição financeira antiga, com muita credibilidade, embora com uma burocracia enorme, que é a Caixa Econômica Federal, no episódio da violação do sigilo do caseiro, aqui, em Brasília.

Então, são dossiês, são existências de aloprados, o exemplo da Casa Civil, a questão do envolvimento no caso do Palocci, da Caixa Econômica, quebrando sigilo... Não é à toa, Sr. Secretário, que um jornal do porte do Estado de São Paulo, ontem, faz um editorial denominado "A receita na malha fina". Ele é pouco condizente para a história da Receita Federal no Brasil. Que se inclua contribuintes na 'malha fina', tudo bem, mas a própria instituição ir para a 'malha fina' é uma complicação.

Então, o receio nosso, meu, como senador da República, como representante do Estado de Pernambuco, é de que um Presidente da República que se coloca acima da lei, não existe Constituição, debocha constantemente dos tribunais superiores, deixa acuado o Tribunal de Contas da União, o TCU, desmoraliza o processo eleitoral... Ontem, pela enésima vez, vem a público falar da sua candidata, quando já foi multado cinco ou seis vezes, dando um péssimo exemplo a todos os brasileiros. Nós temos que ter cuidado para um órgão, como a Receita, não ser aparelhado, e não ser aparelhado exatamente na gestão de V. Sa., que não o conheço pessoalmente, mas sei do seu histórico de uma pessoa decente, uma pessoa que fez uma carreira correta dentro da instituição a que V. Exa., hoje,

responde por ela. Mas é uma complicação deixar que a Receita se envolva, como se envolveu a Casa Civil, como se envolveu a Caixa Econômica Federal, a Polícia Federal, que faz vistas grossas e, até hoje, não deu explicações sobre o primeiro dossiê da eleição passada. A Polícia Federal, que é tão ágil, é tão rápida, com operações, inclusive, fantásticas de prisões de pessoas, até hoje, ela não conseguiu responder, prender, processar, mandar abrir inquérito contra os alopados que Lula nominou, naquela época, para a imprensa.

O editorial do Estado de São Paulo de ontem diz, e é muito grave... Primeiro ele discorda da nota, diz que a nota é ruim, que não elucida nada, que foi atrasada, que deveria ter sido feita de forma mais transparente, clara, objetiva, e que nada disso foi feito. O editorial, em suma, diz isso, e diz que a Receita tentou se explicar no caso das cópias de cinco declarações de renda de Eduardo Jorge, a que a Folha de São Paulo teve acesso. E abre aqui um parêntese para dizer: "Há cerca de um mês, o jornal noticiou que os papéis faziam parte de um dossiê 'antitucano', em preparo por pessoas ligadas à campanha da candidata Dilma Rousseff". Mais adiante, e aí é o que impressiona, Sr. Secretário: "Estes dados são cópias fiéis dos constantes em nossos arquivos". Quer dizer, a pessoa que teve acesso motivado, ou imotivado, às declarações de renda do Sr. Eduardo Jorge não só cometeram o crime de tirar cinco declarações de imposto de renda e encaminhar para um dossiê, como ainda carimbaram um indício seguro de sua origem, segundo o Estado de São Paulo. As declarações contêm o seguinte registro: "Estes dados são cópias fiéis dos constantes em nossos arquivos". Para mim, não ficou nenhuma dúvida sobre a declaração de V. Sa. de que houve acesso; agora é saber se motivado ou imotivado. O acesso houve, alguém pegou lá as declarações.

Então, eu tinha uma pergunta para fazer a V. Sa., mas a minha intervenção é muito mais uma inquietação de um cidadão, de um contribuinte, de uma pessoa que não joga do quanto pior melhor... Eu não quero esse Estado aparelhado. Eu acho que esse caminho de aparelhar o Estado é o pior possível. Eu já fui executivo no meu Estado e sei o que é isso, de tentar aparelhar as coisas. O Presidente da República tem uma prática constante e reiterada de tentar aparelhar órgãos, instituições... As estatais não existem, não precisa falar, e ele ainda quer mais estatais. Mas eu queria fazer esse registro, como cidadão, da minha inquietação para que a Receita, sob seu comando, não se envolva, procure esclarecer isso rapidamente.

Agora, o senhor sabe que a pessoa envolvida nesse episódio, que é o Sr. Eduardo Jorge, Eduardo

Jorge Caldas Pereira, ele já esteve em duas oportunidades, anteriores a essa, em duas ocasiões, lá atrás, ele já teve acesso parecido, um episódio parecido, dentro da Receita, de acesso a dados fiscais, confidenciais dele. Confidencial dele, como é confidencial de todos os brasileiros, de todos os contribuintes. Se a Receita não identificou até agora esses acessos anteriores, como é que a gente pode acreditar que a Receita, agora, sob seu comando, vai abrir um processo de acompanhamento, de responsabilidade e apurar quem foi que teve, motivado ou imotivado, acesso a esse documento e o tornou público?

Era essa a indagação que eu queria fazer. O Sr. Eduardo Jorge não é a primeira vez que tem a sua vida invadida dentro da Receita Federal. Já houve isso em duas ocasiões anteriores. Não se tem conhecimento de apuração, muito menos de punição. Então a indagação era essa: se há perspectiva do país, que está acompanhando esse caso, de, desprezando os episódios anteriores, agora, ter apuração e punição dos responsáveis por isso.

Em segundo, um registro que eu quero fazer é da Receita. Não quero para o meu país uma Receita aparelhada, perseguindo a Oposição contra a Corte Suprema do País, contra isso, contra aquilo, contra jornais, contra revistas, contra jornalistas, contra quem quer que seja, intelectuais, profissionais liberais... Isso é muito ruim, é péssimo para o país.

Era isso, Sr. Presidente, eu não tenho mais nenhuma indagação a fazer. Um registro e uma pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode responder, Sr. Otacílio.

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Exmo. Senador Jarbas Vasconcelos, a Receita Federal é um corpo, tem um corpo fiscal profundamente profissionalizado, seus integrantes são selecionados por concurso público. A nomeação do secretário, foi toda nomeada por mérito. Para a ocupação de cargos de delegado, a Secretaria da Receita Federal faz um processo de seleção interna aberto e democrático, seleciona os melhores currículos, entrevista os candidatos e depois procede à nomeação. E, hoje, os seus dirigentes têm um prazo determinado de dois anos, prorrogáveis por mais dois anos. E todos esses cargos da Receita Federal são privativos de auditores fiscais e de analista tributário. Então, essa possibilidade de aparelhamento eu afasto.

A Receita é um órgão técnico, a Receita é um órgão de Estado, a Receita mantém, no seu relacionamento com os contribuintes, uma relação de transparência e uma relação de confiança. A Secretaria da Receita Federal, como órgão de Estado, está afastada e é equidistante de querelas política, em função das

normas legais que presidem, hoje, o preenchimento dos cargos de delegados e de inspetores de chefe de divisão, que são privativas dos seus funcionários, que é um órgão funcional e tem um corpo extremamente competente, disciplinado e que executa com dedicação as atividades-fins da instituição.

Quanto à nota mencionada da imprensa, eu quero informar a V. Sa. que as providências da Receita Federal foram tempestivas. Pelo cronograma aqui exposto, elas foram tomadas a tempo e à hora, com prudência e com cautela, para não expor funcionários inocentes à execução pública. Se, no presente caso, aconteceram acessos por parte de diversos funcionários, nós não podemos culpá-los, todos, de quebra de sigilo, porque a regra geral, o acesso aos bancos de dados da Receita Federal são feitos, exclusivamente, no exercício das atividades funcionais.

Quanto aos documentos que têm o alerta do sigilo, todos os documentos da Receita Federal têm essa tarja de sigilo fiscal, se assim eles o forem, e são somente divulgados para pessoas devidamente autorizadas, obedecidos os critérios legais de remessa dessas informações.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade de questionar a respeito do tema que está aí, em pauta, na mídia nacional, e, principalmente, realimentada dentro deste projeto de poder, que tão bem foi definido aqui, pelos senadores que me antecederam.

Na verdade, gostaria, antes, de fazer uma observação, que foi comentado aqui o Estado democrático de direito, do qual nós todos somos apologistas, defensores, mas temos que lembrar que o Estado de direito político é também muito questionado. O homem público, no momento que ele se expõe à vida pública, ele está, na verdade, exposto a ter sua vida e a ter a sua tranquilidade invadida. A imprensa, no estrito cumprimento de seu dever - essa é sua missão -, muitas vezes ela obtém informações que são sigilosas. A imprensa e os jornalistas, inclusive, estão protegidos por lei no tocante a isso. Então, eu parabeno a imprensa, no sentido de fazer e tornar público determinados temas que, muitas vezes, são até sigilosos.

Mas, na verdade, eu desejaria lembrar de que os Srs. Eduardo Jorge Caldas Pereira, que é vice-Presidente do PSDB, ele, exatamente pela missão política que ocupa, ele está consciente dessa exposição. Eu não estou justificando se, porventura, aconteceu ou não aconteceu o crime de quebra de sigilo, mas estou querendo me reportar de que nós estamos em uma Audiência Pública que é política, tanto é que está acontecendo

no Senado Federal, não está acontecendo em um ambiente que não seja político. Então nós temos que sempre levarmos em conta esse aspecto dessa conotação política dessa Audiência Pública.

O Dr. Guilherme Leal, empresário de exposição e de consagração mundial, a Natura, empresa da qual mesmo é um dos controladores, uma empresa que tem um reconhecimento público, mas ele tem consciência de que, ao expor o seu nome como vice-Presidente da República, em uma chapa para as eleições 2010, ele, automaticamente, está se expondo e está expondo a empresa a qual pertence, que é a Natura. É um risco calculado que o homem público político abraça.

Na verdade, existe, Sr. Presidente, uma inegável guerra. Estamos nas vésperas das eleições gerais, Presidência da República em jogo, e existem os projetos de poder claramente definidos. O PT e seus coligados têm seu projeto de poder; PSDB e seus coligados têm outro projeto de poder. Essa Audiência Pública não estaria acontecendo, se nós não estivéssemos, exatamente, nessa queda de braço, de projetos de poder, a menos de 90 dias da eleição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas eu acho que não, senador, porque nós já tivemos aqui outras audiências, inclusive relativas à Receita Federal, também quando houve um suposto uso da máquina em favor de determinado senador, que aconteceu há mais de ano.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Perfeito. Mas, há mais de dois anos nós estamos em plena ebulição da conflagração de projetos políticos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Discordo de V. Exa. Embora respeite a opinião de V. Exa., discordo, porque nós não faríamos aqui... Se não houvesse acontecido nada, nós não estaríamos em uma audiência como essa.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu não permito apartes.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Fique à vontade. Está virando regra aqui.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): No caso presente, e vamos ao caso presente, não adianta se delongar sobre projeto ou não projeto político. Mas foram constatadas duas declarações aqui, Sr. Presidente, que muito me preocupa, que são a colocação, o pressuposto da não confiabilidade da Corregedoria-Geral da Receita Federal, vamos dizer, antes mesmo que a mesma conclua os seus trabalhos. Por outro lado, foi sugerido que essa... Tendo em vista esse pressuposto da não confiabilidade da Corregedoria da Receita Federal, foi colocada a sugestão de que deveria ser um caso de polícia, que

deveria ter sido entregue à polícia. Isso foi sequenciado por outro senador, que já colocou, então, em jogo a confiabilidade da Polícia Federal, achando que está questionado a confiabilidade da Polícia Federal, tendo em vista que ela não se comportou de forma 'X' ou 'Y', em momentos passados. Então esses pressupostos da presunção da não confiabilidade é que eu discordo e tenho certeza que V. Exa., como um homem ligado ao Ministério Público Federal, a um parlamentar que tem uma atuação marcante nesta comissão, nós temos que segregar casos presentes, e não colocarmos em jogo a confiabilidade de instituições que, na história do Brasil, têm demonstrado.

Mas eu vou, pontualmente, fazer três questionamentos ao expositor. O primeiro seria no sentido de como é constituído, como é formada a Corregedoria da Receita Federal, se existe independência, qual é a forma... como os seus membros são indicados. Que nos esclarecesse, porque eu desconheço como, na verdade, se forma essa Corregedoria, como membros da mesma são nomeados, para que nós possamos fazer uma avaliação, mesmo, partindo de pressupostos, mas a forma como a Corregedoria é formada. E, por outro lado, solicitar a V. Exa., já que estamos aqui, em pressupostos, questionando se isto é verdade ou não, se o fato presente... Eu queria identificar se houve, efetivamente, a constatação de que, em determinado período, houve a violação dos sigilos fiscais desses dois contribuintes, com a violação das declarações... Porque foi questionado... Eu queria saber se, pontualmente, no período, digamos, no exercício 2010, final de 2009, estender aí... Exatamente eu não me lembro a data que V. Exa. tomou posse, mas, na gestão de V. Exa., se foi constatado, efetivamente, não nominando os funcionários, mas se, nas pessoas do Dr. Eduardo Jorge e Dr. Guilherme Leal, houve a constatação dessas violações.

E, por fim, parabenizar V. Exa. pela elegância que se comportou, porque deve ter um temperamento muito cordato, porque foi instigado nas suas respostas, ao ser questionado que V. Exa. estava rezando a cartilha de 'X', ou de 'Y', que também são pressupostos. Nós estamos aqui, hoje, em uma guerra de pressupostos. Para que nós tenhamos, assim, o final dos pressupostos, para concluir, eu gostaria, exatamente, parabenizar pela explanação técnica que foi feita.

Voltando aos dois questionamentos: se houve a constatação efetiva da violação e se, na verdade, qual é o perfil da nomeação da Corregedoria. E uma pergunta final, que é também... Que, supostamente, não me atentando ao caso presente, se determinados contribuintes que estão em cumprir seus projetos políticos em andamento, se eles podem vazam informações,

pessoalmente vazam informações de suas declarações ou de seus dados bancários e imputar em terceiros esse vazamento. Se isso é possível tecnicamente ou se esses vazamentos que aconteceram foram identificados como vazamentos oriundos da Receita.

Eram esses meus questionamentos e agradeço pelo tempo, agradeço ao Presidente, por ter extrapolado o tempo e não ter me interrompido. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Ilustre senador, a Corregedoria da Receita Federal, ela foi criada em 1997, por decreto do Presidente Fernando Henrique. Para ressaltar e isenção do corregedor, o corregedor tem um mandato de três anos. Durante esse período, ele não pode ser exonerado. O seu corpo pessoal, ele é selecionado através de processo de seleção interna, é um processo que é aberto a todos os funcionários da Receita Federal, eles apresentam os seus currículos, são entrevistados, técnicos, traçam os perfis, e os melhores perfis para os exercícios das atividades correcionais são recrutados para a corregedoria. E esse corpo funcional, ele geralmente é mudado ou é renovado de três em três anos. Essas normas legais, disciplinadoras da instituição, Corregedoria-Geral, lhe garantem autonomia suficiente para realizar as investigações. Inclusive ele não é nomeado pelo secretário da Receita; ele é nomeado pelo Ministro da Fazenda.

Quanto à parte de vazamento de informações, Senador Roberto Cavalcanti, a Receita Federal não transige com desvios de comportamentos. Todos os desvios de comportamento, seja através de quebra de sigilo, seja através do envolvimento de fiscais em atividades outras, que signifiquem ilícitos, que signifiquem inflação comportamentais ou mesmo criminosas, são apuradas pela Receita Federal. E esses funcionários, geralmente, são demitidos e excluídos dos seus quadros. A Receita Federal absolutamente não transige, não se presta e não acoberta qualquer tipo de comportamento. E, principalmente, em maior escala, a Receita Federal não se envolve em demandas políticas, nem coloração política, porque a Receita Federal é órgão de Estado técnico e que cumpre com eficiência as suas missões institucionais.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas só para a pergunta que ele formulou por último a V. Sa., se há indícios de que aconteceu o vazamento pela Receita - que me parece o óbvio, que há um processo, se não houvesse indício - ou se foi uma manipulação...

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, só para reforçar a observação, que eu agradeço... A dúvida, Dr. Otacílio, é no sentido de que, se nesse caso presente, houve a efetiva constatação,

ou não, de que houve o vazamento que se está apurando, ou se não conseguiu ainda detectar se foi vazado da Receita ou não. Esse é o meu questionamento: se já se conseguiu chegar a localizar, efetivamente, documentalmente, o vazamento dentro da Receita, ou se, porventura, isso ainda está em processo de apuração.

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Está em processo de apuração, o processo administrativo disciplinar, e a Comissão de Investigação haverá de dar uma resposta concreta e conclusiva sobre essa matéria. Quanto a isso eu não tenho dúvida, seria prematuro da minha parte fazer qualquer afirmação nesse sentido, porque se trata de prova, de fato, que será produzida no bojo da investigação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas o senhor admitiu, ainda há pouco, que o senhor sabe o nome dos servidores que fez os acessos, as máquinas... Tudo isso. O dia, o horário... Ou seja, que houve os acessos, houve. O que V. Sa. está investigando é se o vazamento foi criminoso e se os acessos foram imotivados, não é isso?

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Exatamente. V. Exa. colocou bem a questão. Os acessos foram identificados, a autoria dos acessos foram identificados - dia, hora, unidade. E agora investigamos se procede a queixa da quebra do sigilo, e isso daí é o escopo final do processo investigativo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pois não. Pela ordem, V. Exa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A pergunta do Senador Roberto Cavalcanti é altamente pertinente, e o cuidado e o zelo do Dr. Cartaxo com relação à manutenção do sigilo das fontes, por parte da Receita, ou dos dados, é coerente, ele está completamente acobertado, pela lei e pela lógica. Mas há um fato que pode ser resolvido aqui, agora, desde que haja boa vontade, que é com relação à revelação do nome do servidor, porque aí não é quebra de sigilo; aí é apenas uma decisão administrativa. Para isso, precisava apenas da concordância dessa comissão se transformaria a sessão em secreta, e eu tenho certeza que ele não teria nenhum constrangimento de revelar a verdade para a insuspeita Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Eu acho que essa é uma saída, Dr. Cartaxo, que V. Sa. não quebra nenhum dos preceitos éticos da sua função e também não falta para com a verdade ao Senado da República.

Eu estou fazendo essa pergunta, Dr. Cartaxo, porque não é a primeira vez que esses fatos acontecem, Sr. Presidente, e quero dizer ao meu querido amigo

Roberto Cavalcanti que esses fatos não ocorrem em véspera de eleição e nem em período eleitoral. Quando foi quebrado, quando foi quebrado o sigilo bancário e fiscal daquele caseiro, Francenildo, foi em um período de uma investigação de uma CPI, em 2005. E aí eu pergunto a V. Sa... Por que é que eu faço a pergunta? Naquela época, se entrou aqui em uma lógica maluca de que o caseiro é piauiense, e, se o caseiro é piauiense, logo é amigo do Senador Heráclito Fortes. Se é amigo do Senador Heráclito Fortes, o Senador Heráclito Fortes está por trás disso; se o Senador Heráclito Fortes está por trás disso, o dinheiro é do Senador Heráclito Fortes. E foram à Receita e abriram o meu sigilo. Abriam o meu sigilo, eu recebi as informações, o secretário, na época, era o Dr. Cartaxo. No primeiro momento, ele assustou-se. Dr. Cartaxo não; Dr. Rachid, Dr. Rachid. Ele, no primeiro momento, assustou-se, mas eu estava com uma segurança tão grande, porque tinha o número da senha, e a senha foi, inclusive, no andar do gabinete da Receita. E, até aquela data, houve um compromisso assumido pelo Secretário, em uma das comissões, aqui, da Casa, de revelar os responsáveis por isso, Sr. Presidente. Até hoje eu procuro saber quem foi que articulou aquela mirabolante história que eu era amigo do caseiro. Podia até ter sido, mas, infelizmente, eu não conhecia. De forma que, para evitar dúvidas dessa natureza, é que eu aplaudo a iniciativa do Senador Roberto Cavalcanti. E acho que nós podemos satisfazer essa comissão, sem quebrar ética e nem, tampouco, sem o Dr. Cartaxo faltar com informação precisa a essa comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O senador pede, pelo art. 14, direito a palavra, eu concedo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu agradeço as referências elogiosas do meu amigo, o Senador Heráclito Fortes, mas, na verdade, nós chegamos em tempos diferentes nessa sessão. Eu cheguei um pouquinho antes, no início da sessão, o Senador Heráclito Fortes chegou um pouquinho posterior, e o Dr. Otacílio Cartaxo já fez uma ressalva de que caso houvesse a constatação da identificação do nome do funcionário que teria operado a senha, ele, por questões de justiça, ele não poderia revelar o nome. Não sei se eu estou, na verdade... Isso aconteceu há minutos antes do Senador Heráclito Fortes ter adentrado ao recinto.

Na verdade, se por possível revelar, aí eu me acosto à solicitação do Senador Heráclito.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se V. Sa. concordar em transformar em sessão secreta para revelar mais algumas coisas aos Srs. Senadores, é uma sugestão. Depen-

de de V. Exa. porque aqui não é CPI, é uma Audiência Pública, mas, se V. Sa. concordar...

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Senador, no presente caso, não foi um único funcionário que acessou as declarações. Foram alguns funcionários e foram vários acessos. Então, eu não posso, dentro desses funcionários, formular nenhuma acusação. Tem que se, primeiro, apurar, dentre os funcionários que fizeram os acessos, se houve culpa e quebra de sigilo do funcionário que está nesse rol.

Então, V. Exa. me desculpe, mas eu invoco o sigilo e não poderei dar essa informação agora.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, apenas para fazer uma constatação do mundo que nós vivemos hoje, Senador Alvaro Dias. O Brasil é um país sem nenhuma segurança. Quem está declarando que não foi um, são vários que entraram em sigilo de cidadãos brasileiros nos dados da Receita, é o seu secretário. E cadê a punição desse pessoal? Sequer o afastamento das suas funções. Quer dizer que esse pessoal tem acesso, bisbilhota a vida de quem quer que seja, e a Receita não toma uma providência dura? Num país desenvolvido, um país sério, haveria o imediato afastamento das pessoas e a sua prisão. O que se faz aí, Dr. Cartaxo, me desculpe, é crime. Quando V. Sa. reconhece que não foi só esse do caso do Dr. Jorge [ininteligível], mas que tem uma gangue acessando o sigilo bancário dentro do Receita Federal, isso deixa todos nós, brasileiros, sem nenhuma segurança! A Receita Federal tem que ser um local de garantias e de segurança. Já basta a maneira nebulosa como sua antecessora saiu da Receita. A maneira triste, a maneira, ainda hoje, não esclarecida. V. Exa. é um democrata, um homem sério. Agora, não pode se prender a um corporativismo, alguns compromissos de acobertar ou de não revelar o nome desses que desfazem e que desonram o nome da Receita Federal.

O que eu propus é que o senhor divida essa responsabilidade com a insuspeita Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Não está quebrando nenhum preceito ético e está mostrando exatamente que tem, como todos nós tem e que o Brasil tem o interesse de apurar a verdade e evitar que a Receita continue sendo essa peneira que demonstra, pelas suas declarações, vem sendo até agora.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Presidente, pela ordem, só uma informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu fiquei devendo, não gosto de ficar devendo. Eu falei em oito mil pessoas atingidas...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pelo Sr. Washington.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Exato, Pelo Sr. Washington. Eu não disse a época. A divulgação foi em 2006, e não foram oito mil, foram trinta mil acessos; isso está confirmado, trinta mil acessos, atingindo treze mil pessoas. Treze mil pessoas tiveram o seu sigilo fiscal violado; treze mil pessoas, trinta mil acessos, e isso foi divulgado em 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo a palavra a V. Sa., para responder ao Senador Heráclito.

Em seguida, Senador Eduardo Suplicy.

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Meu caro Senador Heráclito Fortes, quando eu fiz a exposição, aqui, no início dessa Audiência Pública, V. Exa. estava ausente e, por certo, não...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu estava relativamente ausente. Eu estava na barbearia do Senado, ouvindo atentamente a V. Exa.. Mas ouvi tudinho.

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Então, ficou na minha exposição, claramente demonstrado, que a Receita Federal está vinculada ao devido processo legal. Esse devido processo legal, assegurado constitucionalmente, e está no estatuto do funcionário público. E não poderá haver desvio, ou quebra do rito do devido processo legal, sob penas de termos posteriormente uma investigação inócua, porque, certamente, o Poder Judiciário sempre exigiu e exige a estrita observância do devido processo legal. E, com isso, nós correríamos o risco de vermos todo o procedimento em sede do judiciário anulado, e todo trabalho desfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito bem. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, Dr. Otacílio Dantas Cartaxo, eu gostaria, se o senhor puder, nos dar uma informação relativamente ao universo potencial de pessoas que, por terem justamente... Por trabalharem na Receita Federal, e nas funções definidas como delegados e outras; quando o senhor realiza um procedimento de investigação sobre possível quebra de sigilo, qual é o universo de pessoas que deverão ser objeto de averiguação? V. Exa. nos diria aqui, então, são tantos delegados de Receita Federal. Em algum momento, V. Exa. mencionou que seriam 100, não sei se entendi exatamente isso. Mas, esse universo de pessoas que poderiam, ou não, ter faltado com o seu dever funcional e responsabilidades em quebra de sigilo seria da ordem de quanto? Até para que possamos ter uma noção melhor do universo de dificuldades

para a apuração que a Secretaria da Receita Federal está realizando.

Eu notei que, ainda que o Senador Alvaro Dias tenha feito o requerimento para apurar tanto as questões relativas ao Sr. Eduardo Jorge Pereira, como ao Sr. Guilherme Leal, que é candidato a vice-presidente, não surgiu dele indagação a respeito do segundo caso. Senador Roberto Cavalcanti fez uma pergunta sobre o Sr. Guilherme Leal, mas, entretanto, nas suas respostas não houve, aqui, uma especificação a respeito.

E eu agradeço se o senhor puder informar. Relativamente ao caso do Sr. Eduardo Jorge, o senhor mencionou que sim, há um processo, em andamento, de averiguação de possível quebra do sigilo fiscal.

No caso do Sr. Guilherme Leal, também foi verificado isso? E abriu-se um procedimento de apuração sobre esse caso?

E também gostaria de lhe perguntar se, no caso de eventualmente o Ministério Público ou o Poder Judiciário solicitar informações sobre a declaração de renda de determinada pessoa, como, por exemplo, do Sr. Eduardo Jorge ou do Sr. Guilherme Leal, se é tomada esta iniciativa, normalmente ela é encaminhada ao secretário da Receita Federal, ou eventualmente a algum dos órgãos sob o seu comando; e se, normalmente, numa situação como essa, se é praxe que, digamos, aquele delegado, ou superintendente, dada a importância eventual de uma coisa como essa, vamos supor, se sabe publicamente que o Sr. Eduardo Jorge Caldas Pereira foi ocupante de cargo importante no Governo Fernando Henrique Cardoso, que ele é vice-presidente do PSDB. No caso do Sr. Guilherme Leal, que, além de ser importante empresário da empresa Natura, ele, hoje, é candidato a vice-presidente.

Então são... Juntamente com a Senadora Marina Silva. Então, obviamente são figuras de... São pessoas muito conhecidas, e, obviamente, uma situação como essa seria próprio que o seu... Que a pessoa que estivesse sob o seu comando, na estrutura da Secretaria da Receita Federal, pelo menos informasse ao senhor: "Olha, acabo de receber da Justiça, ou do Ministério Público, uma solicitação nesse sentido. Eu tenho dever funcional, digamos, de atender, mas quero informar ao secretário da Receita Federal". Então eu imagino que seja esta uma situação normal.

Mas eu lhe pergunto: por acaso, houve da parte do Ministério Público, ou do Poder Judiciário, alguma solicitação nesse sentido? Seja no caso do Sr. Eduardo Jorge, seja no caso do Sr. Guilherme Leal.

E, finalmente, Dr. Otacílio Dantas Cartaxo, secretário da Receita Federal, V. Exa., V. Sa., aqui, nos expôs que está, sim, em andamento um procedimento de apuração dos fatos. Especificou, sobretudo no

caso do Sr. Eduardo Jorge. Eu gostaria que também explicitasse se no caso do Guilherme Leal há um procedimento de averiguação. E, pelas informações que o senhor nos prestou, essa apuração está em fase adiantada. Então, eu lhe pergunto se há previsão da conclusão do processo de apuração dos fatos.

E, Presidente Demóstenes Torres, eu peço atenção de V. Exa. com respeito a essa questão, porque, se houver a previsão da conclusão da apuração, se pode esta comissão receber o resultado. E se o senhor tem uma previsão de quando é que esta conclusão vai acontecer. Porque eu gostaria, aqui, de propor, Sr. Presidente, que possa o secretário da Receita Federal enviar à comissão o resultado, a conclusão do trabalho que V. Sa. explicou que está em andamento e vai chegar a uma conclusão. Então, V. Sa. há de convir, até pelos aspectos de campanha eleitoral e tudo, seria adequado, e eu até como um senador do Partido dos Trabalhadores, eu acho que há, assim, como que uma vontade comum, o bom senso indica. Nós estamos em 14 de julho; se possível, se for possível que esta conclusão chegue aqui antes do primeiro domingo de outubro, o senhor há de convir que é algo que é do interesse da opinião pública brasileira conhecer. Acredito, inclusive, do interesse do próprio Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da ex-Ministra Dilma Rousseff, do Sr. José Serra, da Sra. Marina Silva, da Senadora Marina Silva e de todos os senadores.

Então, eu agradeço se o senhor puder nos dar essa informação, mas cumprimento-o pela maneira assertiva, cortês, com que aqui está, respondendo a todas as indagações.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode responder.

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Meu caro Senador Suplicy, inicialmente eu informo a V. Exa. que o sistema de senha e de certificação digital, que dá acesso aos bancos de dados, é feito de forma extremamente seletiva. Funcionário tem que ter perfil. E qual é o perfil? É que ele esteja executando atividades em que o acesso seja imprescindível para que ele execute suas atividades. Por exemplo, a assessoria do secretário não tem acesso a banco de dados, ele tem acesso à rede da Receita Federal, à rede de informação, mas não tem acesso aos bancos de dados. Então, só determinados funcionários que estão engajados no trabalho; por exemplo, os auditores que atendem os contribuintes na malha, eles têm acesso às declarações para, exatamente, examinar as declarações e retirar ou manter o contribuinte na malha. O analista ou auditor que trabalha no setor que atenda as requisições na Justiça; são muitas as requisições, em todo

Brasil, que a Justiça demanda para instruir processos, às vezes, de separação litigiosa, para efeito de penhora, para diversos efeitos e fundamentos. Então, esses funcionários, eles têm, em razão do ofício e das suas tarefas, das suas atividades, credenciamento, recebem senha, recebem certificação digital para acessar os bancos de dados. Quando o funcionário se aposenta, essas senhas são todas canceladas; se ele muda de setor, também são todas canceladas.

A prestação de informações, principalmente à Justiça, essas informações geralmente são solicitadas aos superintendentes, aos delegados. No órgão central, elas ficam a cargo dos subsecretários. Poucos são os pedidos de informação que transitam pelo gabinete do secretário da Receita Federal. A maioria deles, que são poucos, são demandados pelo Supremo Tribunal Federal, geralmente.

Quanto à quebra de sigilo envolvendo a empresa Natura, eu informo a V. Exa. que foi aberto igual procedimento. Não tenho notícia que houve quebra de sigilo do empresário Guilherme Leal, mas quebra de sigilo no que se refere à pessoa jurídica Natura. Esse procedimento também está sendo apurado. A Receita Federal tem uma política de apurar de forma responsável, de forma rigorosa, todos os procedimentos que destoam das normas. E o prazo legal, estipulado em lei, para a conclusão dos processos administrativos disciplinares está registrado em 120 dias, este é o prazo legal.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Eu vou poder informar quando iniciou o procedimento, então, de investigação? Se me permite, presidente. Para um e para o outro, para os dois casos, porque são dois casos diferentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Enquanto isso, eu só observo a V. Exa. que o sigilo, ele é um sigilo em relação aos dados. É um sigilo em relação à conta bancária, é um sigilo em relação à movimentação fiscal. Ele não é um sigilo em relação à pessoa. Então, observe V. Exa.: quantos senadores, deputados federais, não se encontram investigados no Supremo Tribunal Federal, em investigação sigilosa. E, no entanto, se sabe perfeitamente, divulgado pelo próprio Supremo Tribunal Federal, quais são as pessoas investigadas. Então, o nome da pessoa, ela, evidentemente, não é sigiloso. Mas, V. Exa. não tem obrigação de dizer aqui, porque aqui não é, como eu disse, uma CPI. A CPI tem poderes judiciais, inclusive para quebrar o sigilo bancário.

Agora, o que o Senador Supply perguntou foi uma coisa muito mais singela. Quantos estão sendo investigados? Quantos auditores...

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): O universo de potenciais servidores.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, não, já foram identificados.

Então, quantos estão sendo investigados? Dois, três, cinco, dez, quinze? Isso é uma informação mínima, porque V. Sa. poderia dizer, inclusive, os nomes, e não estaria incorrendo em falta funcional, em crime algum. Mas, ao menos a quantidade, V. Sa. poderia informar a essa comissão, como perguntou o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): E também tenho outra pergunta que não foi respondida, Sr. Presidente. Se, por acaso, a Receita Federal recebeu, do Ministério Público ou do Poder Judiciário, alguma solicitação relativamente a... seja ao Sr. Eduardo Jorge, seja ao Sr. Guilherme Leal, para que, então, fosse tomado um procedimento de exame, ou da Natura, para que, então, em virtude de iniciativa do Poder Judiciário, ou do Ministério Público, tivesse, a Secretaria da Receita Federal, então, realizado uma apuração de movimentação de contas...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ele já respondeu que não passou pelo gabinete dele.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Sim, mas eu perguntei se a Secretaria da Receita Federal recebeu. Pode ser que algum... Alguma das pessoas sob seu comando.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ele respondeu, mas pode insistir. V. Sa. pode responder, também, a essa pergunta.

SR. OTÁCILIO DANTAS CARTAXO: O pedido de abertura de investigação da Natura foi feito no dia 02 de junho, logo em seguida à publicação da matéria na mídia escrita.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): E do Sr. Eduardo Jorge?

Isso relativo à Natura, ou seja, mas...

SR. OTÁCILIO DANTAS CARTAXO: Do Dr. Eduardo Jorge no dia 21 de junho.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Dia 21 de junho? Então, junho, agosto, setembro, outubro... Até primeiro domingo de outubro não se terá completado 120 dias... Para quem sabe possa haver uma conclusão...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Sa. poderia responder em que estado se encontra essa investigação, como V. Sa. já tem tudo identificado, talvez possa concluir rapidamente.

V. Sa. tem a perspectiva de concluí-lo mais rapidamente que o prazo máximo?

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Senador, o devido processo legal tem o seu rito, tem seus prazos, ele tem o contraditório, tem a ampla defesa, que são garantidos pela Constituição Federal. Então, para se apressar essa investigação, nós não podemos suprimir os prazos para o contraditório e para a ampla defesa, porque isso provocaria a nulidade do processo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim, mas e as outras respostas? A quantidade de pessoas investigadas.

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Os acessos investigados, senador, são em torno de cinco ou seis.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Cinco ou seis, está bem. Assim, já se sabe melhor qual é a complexidade da demanda da investigação. Talvez não demore tanto.

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Eu agradeço a compreensão de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Só para um esclarecimento complementar. Digamos, os dois cidadãos, ou a empresa Natura, eles, por ventura, poderiam estar em um estágio que ensejasse, por parte de funcionários, aqueles acessos, ou elas não estavam ... processo? Vamos dizer, haveria alguma possibilidade de uma justificativa daqueles funcionários estarem acessando aqueles dados sigilosos sob o pretexto de estarem trabalhando em processos que estavam em andamento na Receita, ou, caso contrário, se a Natura e o vice-presidente do PSDB, não estão sob nenhum processo, ou de investigação, ou de apuração de algum ilícito que ensejasse eventualmente esse acesso, havendo a possibilidade da justificativa dos acessos?

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Ilustre Senador Roberto Cavalcanti, a investigação da Natura tem uma natureza diferente, porque não houve quebra de sigilo das declarações da Natura. A alegada quebra de sigilo se refere a um auto de infração, a um processo fiscal. E a investigação se dirige, exatamente, para o vazamento das informações contidas no processo fiscal.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Presidente Demóstenes?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pois não.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Dr. Otacílio, bom-dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Dr. Otacílio, em várias oportunidades o senhor deixou claro que os servidores já estão identificados, os equipamentos estão identificados... Sendo assim, eu pergunto a V. Sa., o que não teria nenhum impedimento de V. Exa. responder, a origem desses acessos. Foram em São Paulo, foram em Brasília, nos dois lugares, ou em algum outro Estado da Federação?

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Foi em algum outro Estado da Federação.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Nem em Brasília, nem em São Paulo?

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Senador, eu posso lhe garantir que não foi. Foi em outro Estado da Federação, não foi em Brasília.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não foi em Brasília.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Dr. Otacílio, uma sindicância disciplinar tem prazo de 30 dias, prorrogáveis por mais 30 dias.

V. Exa. poderia informar quando essa sindicância começou e como ela será concluída?

Essa é a primeira pergunta. Depois tenho uma outra observação, mas o senhor pode responder.

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Pois não, meu caro senador. O secretário da Receita determinou a abertura de sindicância no dia 23. No dia 1º de julho, a corregedoria instaurou processo disciplinar. A sindicância, que é um procedimento preliminar, ela tem o prazo a que V. Exa. se refere.

Entretanto, como há indícios, então foi instaurado processo administrativo disciplinar. Esse processo administrativo disciplinar, o seu prazo...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): São 120 dias.

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: São 120 dias, consignado na lei que rege a matéria.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu tenho outra observação. Existia um caso, na Bahia, de uma empresa que foi auditada e foi autuada; um valor muito pequeno de contribuição social. E, quando ela foi autuada, a contribuição foi paga imediatamente. Meses depois, a Receita Federal mandou, para o Ministério Público Federal, uma notificação no sentido de que fosse... de que os sócios da empresa fossem processados criminalmente pelo Ministério Pú-

blico. Ou seja, é essa a forma de tratar o contribuinte? Porque, inclusive, houve discrepância, e ele, quando foi autuado, pagou, ou seja, a empresa pagou, e o seu sócio, gerente, foi... Houve uma notificação da Receita para o Ministério Público, no sentido de processá-lo criminalmente por sonegação fiscal. É essa a forma de tratar o contribuinte? E meses depois, não foi uma coisa que pagou no dia e no outro dia já estava... Não, meses depois.

Então, por que a Receita Federal do Brasil não trata os contribuintes com o mesmo zelo e sigilo com que trata os seus próprios servidores? É isso que eu queria saber.

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Senador, a Receita Federal, como eu afirmei anteriormente, é um órgão de Estado, é um órgão legalista, porque a área de trabalho da Receita Federal são as fronteiras da lei. A Receita Federal não fica aquém e nem além da lei. E a Receita Federal trata com impessoalidade todo o universo de contribuintes. Se há procedimentos fiscais que a fiscalização executa além do que a lei permite, essas ações são possíveis de correção, de apuração e de correção. O que V. Exa. relata é uma matéria eminente técnica. Eu não conheço esse caso específico, mas poderei solicitar informações à região fiscal e lhe posicionar melhor sobre o assunto.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Heráclito Fortes. Está inscrito também o Senador Romero Jucá, por último. Concederei a palavra ao Senador Heráclito Fortes, para seus questionamentos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Presidente, em primeiro lugar, eu quero me congratular, não sei se com V. Exa. ou se com o Dr. Cartaxo. O Brasil inteiro está nos assistindo. Eu recebi, em pouco espaço de tempo, Dr. Cartaxo, telefonema de vários servidores, inclusive ligados à Unafisco, que pedem ao senhor que, pelo amor de Deus, anuncie o nome dos seis malfeitores, porque, ao não fazer isso, V. Sa. está colocando sob suspeita toda uma categoria de funcionários que deram sua vida toda e sua dedicação à Receita. E, a partir do momento... Estou repetindo, aqui, os vários telefonemas que recebi. São colegas seus, da Receita, e até fazem elogios pessoais ao senhor, mas que pedem ao senhor que, pelo amor de Deus, revele o nome desses malfeitores, desses mau servidores que estão enlameando o nome da Receita Federal. E eles alegam que não seja justo, não é justo para eles, que tem toda uma vida de dedicação, estarem expostos pelo desejo do senhor de proteger

os outros seis. Eu estou apenas transmitindo. O entrar no mérito cabe a V. Sa.

Mas, eu quero chamar, aqui, a atenção, Senador Presidente, para um fato.

Matéria de 2006, de 2006: "Rachid confirma que Receita Federal está investigando funcionários por acesso imotivado. O secretário da Receita Federal, Rachid, confirmou que a corregedoria da instituição está investigando acessos imotivados a dados financeiros de, pelo menos, três empresas".

E a matéria vai aqui, eu não vou ler toda, mas passo a V. Sa. "Rachid também negou que a Receita tenha os dados da conta bancária do caseiro Francenildo Pereira, que trabalha em casa alugada de assessores do Palocci, quando era prefeito de Ribeirão Preto. Até porque as informações em relação ao primeiro trimestre, a Receita Federal só terá em fim de abril", mas é fim de abril de 2006, não é de agora, não.

Essas informações, sobre as movimentações de janeiro, fevereiro e março, eu só as terei em abril. Bom, a Receita Federal divulgou nota, nessa tarde, negando informações publicadas no blog do Jornalista Josias de Souza, da Folha de São Paulo. É o seguinte: "Souza afirmou, em nota publicada esta semana, que há uma sindicância interna na Receita Federal que investiga a violação do sigilo de seis mil pessoas. Segundo jornalistas, funcionários da Receita estariam usando sua função para recolher dado. A lista de vítimas incluiria o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e o Deputado Federal Eunício Oliveira".

Isso era na época em que o PT queria derrubar, da Receita, o Meirelles, e, do Ministério das Comunicações, o Eunício Oliveira. Do Banco Central, perdão, do Banco Central.

Bom, e ela confirma, aqui, que há uma investigação sobre a matéria. Mas eu quero ler para V. Sa. uma cronologia desses fatos:

"Dia 25 de março de 2006 - a Unafisco Sindical divulga nota pública em defesa do [ininteligível] sigilo fiscal e pela apuração completa dos fatos relacionados à quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro Francenildo e o suposto envolvimento da Receita Federal".

"Dia 04 de abril - a Procuradoria da República do Distrito Federal divulga nota à imprensa, informando que o Ministério Público Federal vai investigar denúncia de que órgãos públicos tiveram participação no acesso à informações privativas do caseiro Francenildo dos Santos Costa. A nota é assinada pelos Procuradores do Estado... Veloso, Lívia Nascimento Tinoco, e informa, também, que o Ministério Público Federal já havia requisitado informações junto aos órgãos do Poder Público e do Poder Executivo, entre eles a Receita Federal".

Vou ressaltar, aqui, algumas.

Dia 13 de abril, Presidente, o Jornal Folha de São Paulo informa que o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, tentou barrar a apuração, no Congresso Nacional, de possível envolvimento da Receita no caso Francenildo.

Dia 19 de abril, Jornal Folha de São Paulo informa que a juíza titular da Décima Vara da Justiça Federal acata pedido do Ministério Público Federal e expede mandado de busca e apreensão da Receita Federal para averiguar se houve violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo.

Dia 23 de julho do mesmo ano, de 2006, Revista Veja publica matéria onde confirma que o inquérito sobre a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo mostra que a Receita foi acionada. A matéria informa que nas 1.009 páginas do inquérito está minuciosamente detalhada a movimentação de seis funcionários da Receita para perseguir o caseiro, a começar pelo chefe do órgão, Jorge Rachid. Os demais, ainda segundo a matéria, seriam o coordenador-geral da fiscalização, Marcelo Fischer, o substituto dele, Flávio Martins de Araújo, o técnico Milton César [ininteligível], o chefe de gabinete de Rachid, Jânio Castanheira, e a servidora Cássia Aparecida Arantes. A revista apresenta, ainda, uma cronologia dos fatos.

A grande pergunta, Sr. Secretário: esses inquéritos foram concluídos? Esses fatos foram apurados? O Ministério Público teve atendido o seu pedido? O que nos preocupa é que nós sabemos que a impunidade motiva as pessoas a repetirem esses erros. Essa quebra de sigilo bancário, de sigilo fiscal da Receita Federal, vem desde o início do atual governo, desde 2003. Nós não tínhamos, até então, notícias de invasão a sigilo dos cidadãos brasileiros. De repente, virou norma. E V. Sa. deve se lembrar que não foi só na Receita, não. O Banco do Brasil teve que afastar um diretor chamado, entre eles, entre os companheiros, chamado de “Mexerica”, por invasão de sigilo bancário. Ficou, inclusive, conhecido a tal máquina de acesso, essa máquina foi furtada, foi subtraída das dependências do Banco do Brasil para evitar o flagrante na época. Isso foi noticiado pelo Brasil inteiro, e nós não temos a notícia de que ninguém tenha sido punido, Dr. Cartaxo.

Esses fatos não são de responsabilidade da sua administração, mas, V. Sa como... Esse último é diferente. Eu estou falando dos que eu estou tratando aqui. Mas é preciso que V. Sa., como titular do órgão, tranquilize o país com relação a isso. Não é possível que um cidadão, por uma coincidência, no dia que resolve ser candidato numa candidatura difícil, à vice-presidente da Senadora Marina Silva, tenha, em seguida, o seu sigilo bancário aberto. Não é possível que o Dr. Eduar-

do Jorge, por ser um homem ligado historicamente aos tucanos, de ser uma pessoa ligada ao ex-Presidente da República, se exponha a esse tipo de vexame. São fatos simbólicos que nós não podemos, de maneira nenhuma, concordar, Dr. Cartaxo.

E aí, eu quero fazer coro às vozes dos seus colegas da Receita: não prejudique a classe para poupar a identidade de seis maus servidores que estão enlameando a Receita Federal.

Muito obrigado.

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Meu caro Senador Heráclito Fortes, a Receita Federal tem, nos seus bancos de dados, em torno de 150 milhões de declarações. Na verdade, esses vazamentos são pontuais e casuais; não é uma sequência de vazamentos constantes e permanentes. Felizmente, ficou constatado que não houve invasão ou violação dos sistemas informatizados da Receita através de pessoas externas, ou seja, através de hackers. Isso nos dá muita tranquilidade e, por isso, nós reafirmamos a segurança e a integralidade dos sistemas.

Esses casos que estamos, aqui, debatendo, aconteceram através do fator humano, e não pela vulnerabilidade dos sistemas. Se nós fizermos uma percentagem do volume de dados e de declarações que nós armazenamos e que guardamos o sigilo, nós verificamos que esse percentual é ínfimo. Embora seja preocupante, e a Receita com isso se preocupa; apura e age de forma rigorosa quando acontecem fatos dessa natureza.

E, por isso, eu vim aqui, a convite da comissão, exatamente para esclarecer, para informar que a Receita não se presta para vazamento de informações, para fornecer material para dossiê nenhum. A Receita Federal é um órgão de Estado, é um órgão transparente, é um órgão legalista, é um órgão competente, que executa, com muita dedicação, a sua missão constitucional.

Também gostaria de dizer que não me consta que houve quebra do sigilo do empresário Guilherme Leal. Houve uma quebra de sigilo da pessoa jurídica que ele é controlador, a empresa Natura. O processo de sindicância foi aberto e está em fase de apuração. Por isso, eu enfatizo que a Receita não transige, não compactua com qualquer iniciativa que infringe suas normas de órgão de Estado, cumpridor das suas missões e de suas atividades institucionais.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Dr. Cartaxo, V. Sa. diz uma coisa aí que eu concordo, e dou graças a Deus. Felizmente, até agora, os hackers não conseguiram entrar nos sistemas da Receita. Ao que nos parece, e ao país inteiro, é que os acessos são de cunho ideológico. E eles são seletivos. Você só tem um assalariado que se consta, pelo menos no noticiário

brasileiro, que tenha tido o seu acesso invadido, que foi o Francenildo, por circunstâncias que o Brasil todo sabe. Os outros aqui, V. Sa. vê, é o Henrique Meirelles, por circunstâncias que nós sabemos porque, é o Eunício Oliveira... São pessoas que são pinçadas e por natureza ideológica, e o que já é muito grave. Se fosse um caso, era gravíssimo, imagine que são vários.

Agora, imagine se, dentro desse universo aí, além dos ideológicos, tem aqueles que fazem invasão de interesse comercial e que V. Sa. não sabe. Nós ficamos completamente vulneráveis. Esse fato é um fato gravíssimo e compromete a imagem da Receita, Dr. Otacílio, de maneira violenta, porque quando V. Sa. reconhece que tem, felizmente, casos pinçados, casos localizados, mas são casos pontuais, presidente. São violações de natureza ideológica; quer queira, quer não queira, de conotações partidárias, de motivações políticas. A do passado coincide com as eleições de 2006; as de agora coincide com o período que se avizinha uma eleição de Presidente da República e de eleições gerais do Brasil. E a Receita não pode, de maneira nenhuma, Dr. Cartaxo, se submeter a esse tipo de vexame. Daí porque a minha solidariedade a seus colegas, porque V. Sa. está secretário, V. Exa. não é secretário, está secretário, como disse o então Ministro Eduardo Portela. V. Exa., quero crer que seja, inclusive, um associado do Unafisco. Mas, se não for, é um funcionário da Receita Federal. Não poupe esses malfetores, porque V. Sa. está comprometendo um universo de homens de bem, que são os funcionários da Receita Federal do Brasil.

É uma pena o que faz V. Sa.

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Senador, eu precisaria fazer um esclarecimento no que se refere ao caso Francenildo. O sigilo que foi quebrado não foi o sigilo fiscal, foi o sigilo bancário. O inquérito instaurado para apurar a participação de funcionário da Receita Federal na quebra do sigilo bancário concluiu pela negativa. A Polícia Federal também concluiu pela negativa; o Ministério Público também concluiu pela negativa, porque a Receita Federal não é guardião de sigilo bancário. O guardião do sigilo bancário, no caso, são os bancos, que recebem as aplicações e as contas correntes. No início, se aventou essa hipótese, que a quebra do sigilo teria origem na Receita Federal, mas, posteriormente, se fez justiça e se verificou que o sigilo era bancário, e nenhuma participação teve a Receita Federal neste lamentável episódio.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu vou lembrar V. Sa. sobre o episódio. É verdade, o primeiro sigilo quebrado foi o do Francenildo, na agência do Banco do Brasil, ou da Caixa Econômica, não me lembro agora, mas uma articulação feita por esse

“Mexerica”. Foi na Caixa Econômica. Esse “Mexerica” atuava como uma espécie de quebrador de sigilo sistema naquela época. Embora diretor de informática do Banco do Brasil, ele atuava no sistema. Foi afastado. Depois, colocou-se em dúvida o patrimônio do pai do Francenildo, em fazer a remessa de Teresina, como os casos na época, e aí a Receita acessou o sigilo fiscal do pai do Francenildo. O inquérito, em uma época, se diz respeito a esse fato. V. Exa. rememorou bem, me deu a dica; o que eu não precisava foi isso, não foi o sigilo do Francenildo, foi o sigilo do pai dele, o que é a mesma coisa. Se depois se chegou à conclusão de que o pai dele tinha condições, era um empresário de não sei onde, tinha condições para arcar com aquela remessa que fez ao filho, é outra coisa, mas os fatos foram estes. E, inclusive, a participação do Ministério Público naquela época está aqui. Eu posso mandar até para V. Sa. a ordem da juíza, o despacho da juíza, determinando a quebra do...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Sa. tem a conclusão oficial dessas investigações? Então, nós gostaríamos de solicitar a V. Sa., eu submeto à comissão, o requerimento da cópia integral dessas investigações, para que nós possamos ter acesso. Porque, realmente é uma informação nova. A informação que nós temos, que o Brasil inteiro sabe, é que, embora não seja, realmente, atribuição da Receita, mas que a quebra teria acontecido lá primeiro e, em seguida, para o banco.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O banco foi a primeira, com relação à movimentação do rapaz. Invadiram a conta do rapaz. Aí, depois da invasão da conta do rapaz, descobriu-se que era o pai do caseiro. Depois que não era ninguém do Democratas, nem ninguém dos tucanos que tinha feito a remessa... O primeiro suspeito fui eu. Eu me lembro que, nesse episódio, os jornais da época podem mostrar, tinha um lançamento de um navio lá no interior de Santa Catarina, e o Presidente da República estava lá. E aí comemoraram, ele chegou de helicóptero. “Descobrimos quem foi; foi o Heráclito! O caseiro é do Piauí. Se o caseiro é do Piauí, lógico que ele é amigo do Heráclito. Se ele é amigo do Heráclito, o Heráclito que mandou [ininteligível]”. Eu não conhecia o caseiro, não conheci o pai do caseiro. Podia ter conhecido, eu tinha sido prefeito de Teresina. O pai dele tem uma empresa de ônibus, só que a empresa de ônibus dele não era urbana, era empresa rural, e dependia administrativamente do Departamento de Estradas e Rodagens e não da Prefeitura Municipal. Fizeram uma atrapalhada toda, como fizeram uma atrapalhada toda sobre a casa do caseiro; o Senador Suplicy deve se lembrar muito bem disso, porque nós participamos dessa comissão...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vou só concluir, então. Submeto à discussão. Em discussão. Sras. e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Então, em seguida, mandaremos o documento solicitando a cópia dos procedimentos já encerrados, porque eles são de conteúdo público.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Só para finalizar. Nós devemos, aqui, ao Senador Suplicy um fato histórico. Quem descobriu a casa do caseiro, quem levou a imprensa na casa do caseiro, foi ele. Lembra disso, senador? Nós estávamos, aqui, num debate, e lhe chegou a informação, não foi isso? E nós fomos. Inclusive, teve uma comitiva que foi à casa do caseiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Quer participar desse debate, senador?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Aonde o caseiro estava alojado. Não teve esse episódio? Vamos lembrar bem aqui, pode ser que eu esteja errado. Estou apenas lembrando dos fatos, que foram mais ou menos assim. Eu não quero ser injusto com o senador. Eu quero apenas lembrar que a coisa aconteceu mais ou menos assim. Se eu estiver errado, ele me corrige.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, o tema hoje é da Secretaria da Receita Federal do Brasil, então vamos nos ater aos fatos relevantes, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, com a palavra, V. Sa., para suas considerações finais, uma vez que o Senador Romero Jucá, último inscrito, não se encontra.

SR. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO: Meu caro Senador Demóstenes, eu agradeço o convite formulado. Agradeço à paciência dos senhores, agradeço à compreensão. E gostaria de dizer que a Receita Federal, como órgão de Estado, legalista, transparente nas suas relações com os contribuintes, não compactua com as más práticas administrativas, e tem combatido e tem afastado usando instrumentos institucionais e legais que estão ao seu alcance, visando eliminar esses comportamento contraventores, ilícitos, e que chegam na órbita criminal.

Quanto ao caso concreto, Srs. Senadores, a Receita Federal, através da pessoa de seu secretário, se compromete a apurar, como está apurando, com rigor e a obediência ao devido processo legal, o fato, aqui comentado, e objeto dos seus procedimentos disciplinares.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Sa. Vou encerrar essa sessão e abrir outra, para votar os projetos consensuais.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença do Sr. Otacílio Dantas Cartaxo, secretário da Receita Federal do Brasil.

Sessão encerrada às 12h21.

38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às doze horas e vinte e um minutos do dia catorze de julho de dois mil e dez, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Jarbas Vasconcelos, Romeu Tuma, Osmar Dias, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Inácio Arruda, César Borges, Romero Jucá, Geraldo Mesquita Júnior, Valdir Raupp, Neuto de Conto e Eliseu Resende reúne-se a Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Aloizio Mercadante, Antonio Carlos Valadares, Tião Viana, Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Edison Lobão, Jayme Campos, Marco Maciel, Tasso Jereissati e as Senadoras Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Kátia Abreu e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 4) Terminativo Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2005 Altera a redação do art. 1.211-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, para conceder prioridade processual aos deficientes em que a causa seja conexa com a deficiência, e para ajustar o benefício ao Estatuto do Idoso. **Autoria:** Senador Augusto Botelho. **Relatoria:** Senador Neuto de Conto. **Relatoria ad hoc:** Senadora Serys Slhessarenko. **Observações:** Em 07/07/2010, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PLS nº 58, de 2005, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado: O Substitutivo oferecido ao PLS nº 58, de 2005, é dado como definitivamente adotado, nos termos do art.**

284 do RISF. ITEM 14) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2010 Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, destinados ao Ministério do Esporte. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado: Retirado de Pauta.**

ITEM 21) Não Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 541, DE 2007 Autoriza o Poder Executivo a instituir Programa de Melhoria Habitacional em Áreas Urbanas de Risco com participação do Comando do Exército. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador César Borges. **Relatório:** Favorável à matéria, com duas Emendas que apresenta. **Observações:** A matéria será apreciada pelas Comissões Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CCJ e nº 2-CCJ.**

ITEM 22) Não Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 558, DE 2007 Dispõe sobre a obrigatoriedade de patrocínio, pela União, de traslado de corpo de brasileiro de família hipossuficiente falecido no exterior. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Valter Pereira. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Observações:** A matéria será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em decisão terminativa. **Resultado: Retirado de Pauta a pedido do autor.**

ITEM 37) Não Terminativo REQUERIMENTO Nº 755, DE 2009 Requer VOTO DE APLAUSO ao Jornalista Luiz Garcia pela publicação do artigo 'Solução Preguiçosa', na coluna 'Opinião', do jornal O Globo de 2 de junho de 2009. **Autoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento.**

ITEM 38) Não Terminativo REQUERIMENTO Nº 364, DE 2010 Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao jornalista, político e escritor SEBASTIÃO NERY pelo êxito de seu livro de memórias "A Nuvem". **Autoria:** Senador Arthur Virgílio. **Relatoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatoria ad hoc:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento.**

ITEM 39) Não Terminativo REQUERIMENTO Nº 403, DE 2010 Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO à jornalista ANA DUBAUX, primeira mulher a integrar o Condomínio Acionário dos Diários Associados, ela que é Editora-Chefe do "Correio Braziliense". **Autoria:** Senador Arthur Virgílio. **Relatoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatoria ad hoc:** Senador Demóstenes Torres.

Relatório: Favorável à matéria. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento.**

ITEM 40) Não Terminativo REQUERIMENTO Nº 496, DE 2010 Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao ex-parlamentar, ex-Ministro e insigne homem público do Amazonas, Dr. BERNARDO CABRAL, pela sua admissão como membro da ACADEMIA INTERNACIONAL DE DIREITO E ECONOMIA. **Autoria:** Senador Arthur Virgílio. **Relatoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatoria ad hoc:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento.**

ITEM 41) Não Terminativo REQUERIMENTO Nº 1522, DE 2009 Requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO aos servidores do CIR-PAPUDA (Centro de Internamento e Reeducação) envolvidos diretamente na custódia do recluso CESARE BATTISTI pela atuação, com presteza, respeito e dignidade, no atendimento a todas as rotinas e demandas afetas ao interno e aos seus visitantes. **Autoria:** Senador José Nery. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatoria ad hoc:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Contrário à matéria. **Resultado: Aprovado o Parecer contrário ao Requerimento. A Presidência declara encerrada a Reunião às doze horas e trinta e nove minutos do dia catorze de julho de dois mil e dez,** ficando adiados os demais itens da Pauta, a saber: **ITEM 1)** PLS Nº 249, DE 2005; **ITEM 2)** PRS Nº 17, DE 2009; **ITEM 3)** PLC Nº 285, DE 2009; **ITEM 5)** PLS Nº 273, DE 2008; **ITEM 6)** PLS Nº 35, DE 2009; **ITEM 7)** PLS Nº 389, DE 2009; **ITEM 8)** PLS Nº 414, DE 2009; **ITEM 9)** PLS Nº 468, DE 2009; **ITEM 10)** PLS Nº 477, DE 2009; **ITEM 11)** PLS Nº 516, DE 2009; **ITEM 12)** ECD Nº 89, DE 1990; **ITEM 13)** PLC Nº 170, DE 2009; **ITEM 14)** PLC Nº 89, DE 2010; **ITEM 15)** PLS Nº 171, DE 2004; **ITEM 16)** PLS Nº 52, DE 2005; **ITEM 17)** PLS Nº 250, DE 2005 - Complementar; **ITEM 18)** PLS Nº 375, DE 2005; **ITEM 19)** PLS Nº 54, DE 2006 - Complementar; **ITEM 20)** PLS Nº 316, DE 2007, tramita em conjunto com PLS nº 317, de 2008; **ITEM 23)** PLS Nº 98, DE 2009; **ITEM 24)** PLS Nº 53, DE 2010; **ITEM 25)** PLS Nº 104, DE 2010 e **ITEM 26)** PEC Nº 13, DE 2006; **ITEM 27)** PEC Nº 20, DE 2007; **ITEM 28)** PDS Nº 122, DE 2009, tramita em conjunto com PDS Nº 233, de 2004; **ITEM 29)** OFS Nº 10, de 2005; **ITEM 30)** OFS Nº 21, de 2008; **ITEM 31)** OFS Nº 6, de 2009; **ITEM 32)** OFS Nº 11, de 2009; **ITEM 33)** OFS Nº 46, de 2009; **ITEM 34)** OFS Nº 47, de 2009; **ITEM 35)** OFS Nº 48, de 2009 e **ITEM 36)** OFS Nº 66, de 2009; e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida

e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada.

Senador **Demóstenes Torres**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 14 DE JULHO DE 2010, ÀS 12 HORAS E 22 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 35ª Reunião Ordinária e da 36ª Reunião Conjunta. Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à deliberação dos Itens n.ºs. 01 ao 41. Vamos votar apenas as matérias consensuais, uma vez que não temos quórum para a votação dos terminativos.

Item 04, p. 370, Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado n.º 58, de 2005. "Altera a redação do art. 1.211-A à Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, para conceder prioridade processual aos deficientes em que a causa seja conexa com a deficiência, e para ajustar o benefício ao Estatuto do Idoso". Autoria: Senador Augusto Botelho; relatoria: Senador Neuto De Conto; relatora ad hoc: Senadora Serys Slhessarenko. Em 07 de julho de 2010, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PLS 58, de 2005, ora submetido a turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de substitutivo integral, art. 282, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado nos termos do art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria, portanto, já devidamente aprovada, será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 21, p. 605, Projeto de Lei do Senado n.º 541, de 2007. "Autoriza o Poder Executivo a instituir

Programa de Melhoria Habitacional em Áreas Urbanas de Risco, com participação do Comando do Exército". Autoria: Senador Marcelo Crivella; relatoria: Senador César Borges. A matéria será apreciada pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao ilustre Senador César Borges para proferir o relatório.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, Srs. Senadores. "O projeto em análise autoriza o Poder Executivo a instituir Programa de Melhoria Habitacional em Áreas Urbanas de Risco com participação do Comando do Exército.

Disposto em cinco artigos, o projeto autoriza o Executivo a criar o citado programa, que terá por objetivo a execução de obras de recuperação adequada, conclusão, reforço estrutural e melhoria de habitações individuais e coletivas e incluirá ações de qualificação e utilização de mão de obra local.

São consideradas regiões de risco as favelas localizadas nas áreas urbanas com índices de criminalidade superiores à média local. O financiamento do programa será feito pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e por outras dotações orçamentárias. O autor, Senador Marcelo Crivella, justifica a iniciativa, afirmando tratar-se de uma estratégia de assentamento territorial, por meio do qual o Estado, de forma pacífica e companheira, acomodará seu poder nas áreas dominadas por facções criminosas. A coordenação do programa é confiada ao Comando do Exército, por atender à questão estratégica e por este dispor de larga experiência em obras de engenharia.

A proposição encontra-se distribuída às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

A matéria diz respeito à promoção de programas de construção de moradias e à melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico, competência comum da União, dos estados e dos municípios. Entendemos, entretanto, que o projeto incide em inconstitucionalidade por expandir indevidamente a competência do Exército. As Forças Armadas destinam-se, nos termos do art. 142 da Constituição, à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. A Constituição reservou, ainda, à lei complementar a fixação de normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas, de acordo com o disposto no § 1º, do art. 142. Nesse sentido, a Lei Complementar nº 97, de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 117, de 2004, conferiu ao Exército,

no art. 17-A, inciso II, a atribuição subsidiária particular de cooperar com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e, excepcionalmente, com empresas privadas, na execução de obras e serviços de engenharia, sendo os recursos advindos do órgão solicitante.

Assim sendo, o Comando do Exército não pode coordenar um programa habitacional, mas apenas cooperar com os órgãos competentes para a sua execução. O Exército não conta com profissionais indispensáveis em programas de urbanização e regularização de favelas, como advogados, arquitetos e assistentes sociais. Além disso, a capacidade da instituição é flagrantemente insuficiente diante das dimensões do problema em escala nacional.

A fim de corrigir essa inconstitucionalidade, apresentamos duas emendas ao texto de proposição, substituindo a expressão 'Exército' pela expressão 'Poder Executivo'. Caberá ao Presidente da República, portanto, indicar o órgão responsável pela implementação do programa ora autorizado.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado com as seguintes emendas:

Emenda nº. 1: Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado a seguinte redação: 'Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Melhoria Habitacional em Áreas Urbanas de Risco, com a participação e aproveitamento de mão de obra local'.

Emenda nº. 2: Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado a seguinte redação. Art. 1º: Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa de Melhoria Habitacional em Áreas Urbanas de Risco."

Este é o relatório, o voto e as emendas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Transfiro a Presidência ao Senador César Borges para relatar os requerimentos de aplauso.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Requerimento nº. 775, de 2009, não terminativo. "Requer Voto de Aplauso ao Jornalista Luiz Garcia, pela publicação do artigo Solução Preguiçosa, na coluna Opinião, do Jornal O Globo, de 02 de junho de 2009". Autoria do Senador Marconi Perillo, a relatoria é do Senador Demóstenes Torres, a quem eu concedo a palavra para proferir o relatório.

Como temos aqui outros requerimentos também com relação a votos de aplausos, eu vou nomear ad

hoc como relator o Senador Demóstenes Torres, para que ele possa proferir o parecer conjunto.

É o Requerimento nº. 364, de 2010, não terminativo, que "requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao jornalista, político e escritor Sebastião Nery, pelo êxito de seu livro de memórias 'A Nuvem'". O autor é o Senador Arthur Virgílio.

Requerimento nº. 403, de 2010, não terminativo. "Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à Jornalista Ana Dubeaux, primeira mulher a integrar o Condomínio Acionário dos Diários Associados, ela que é Editora-Chefe do Correio Braziliense". Autoria: Senador Arthur Virgílio.

Requerimento nº. 496, de 2010, não terminativo. "Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao ex-parlamentar, ex-ministro, insigne homem público do Amazonas, Dr. Bernardo Cabral, pela sua admissão como membro da Academia Internacional de Direito e Economia". Autoria: Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, para proferir o seu relatório.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer. Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. A matéria será encaminhada para a Secretaria Geral da Mesa para a providência cabível.

Vamos designar o Senador Demóstenes Torres também como relator ad hoc do Requerimento nº. 1522, de 2009, não terminativo. "Requerem, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso aos servidores do CIR-PAPUDA, Centro de Internamento e Reeducação, envolvidos diretamente na custódia do recluso Cesare Battisti pela atuação, com presteza, respeito e dignidade, no atendimento a todas as rotinas e demandas afetas ao interno e aos seus visitantes". Autoria: Senador José Nery; a relatoria é da Senadora Kátia Abreu, a qual passo como relator ad hoc, o relator Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela rejeição, Sr. Presidente. Cesare Battisti é uma vergonha ainda estar aqui no Brasil, já devia ter sido extraditado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Coloco em discussão a matéria.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu só gostaria de apoiar o voto do relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer. Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado o parecer. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Devolvo a Presidência ao nobre Senador Demóstenes Torres.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Srs. Senadores, estamos encerrando hoje mais um semestre em que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania novamente se destaca pela quantidade de matérias apreciadas. Num ano político, nós conseguimos fazer a apreciação de uma grande quantidade também de matérias expressivas para a nação brasileira. Para os senhores terem uma ideia, foram 473 matérias apreciadas: 36 projetos de lei do Senado terminativos; 59 projetos de lei do Senado não terminativos; 10 propostas de emenda à Constituição; 26 projetos de lei da Câmara, terminativos; 49 projetos de lei da Câmara não terminativos; nove mensagens do Senado Federal; 28 requerimentos; dois projetos de resolução do Senado; nove ofícios S, principalmente os vindos do Supremo Tribunal Federal; sete matérias em turno suplementar; três substitutivos da Câmara dos Deputados; duas emendas da Câmara dos Deputados; 160 emendas ou subemendas da Comissão de Constituição e Justiça; duas emendas de Plenário; 70 requerimentos da Comissão de Constituição e Justiça e um recurso; 473 no total.

Dessas matérias, só para lembrar algumas, nós aprovamos o PLS 289, de 2005, que antecipa o prazo para afiliação e dispõe sobre perda do mandato no caso de infidelidade partidária.

O PLS n.º 498, de 2009, que altera o Código de Processo Civil, para tratar de ato não ratificado, foro, competência, prazo, medidas cautelares, recursos, etc., recursos protelatórios, inclusive.

Em relação à Segurança Pública, o PLS n.º 153, que reforma o Código de Processo Penal que se encontra para ser votado no Plenário da Casa.

A PEC n.º 34, sobre a remuneração de policiais. O PLS n.º 69, sobre a atuação das Forças Armadas da Polícia Federal nas terras indígenas.

O PLC n.º 58, chamada Lei da Ficha Limpa. PLS 277, que torna obrigatória a utilização da modalidade de licitação Pregão Eletrônico e restringindo a modalidade de carta convite a situações excepcionais, o que é fantástico, porque deve diminuir bastante a corrupção na administração pública.

O substitutivo da Câmara dos Deputados n.º 213, de 2003, o Estatuto da Igualdade Racial.

O PLS 267, que assegura a ampliação dos direitos civis dos companheiros na união estável, é outra matéria excepcional.

A PEC do Divórcio, que já foi promulgada. A PEC da Juventude.

A Alienação Parental, que dá uma nova espécie de tratamento nas dissoluções das relações afetivas a novos tratamentos ao filho, para que esses não possam ser influenciados por algum cônjuge que queira depreciar o outro, a pessoa separada que queira depreciar a outra, a mãe ou o pai que queiram depreciar a outra pessoa.

O Substitutivo da Câmara dos Deputados que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, após quase 22 anos de discussão, tendo como relator o brilhante Senador César Borges.

O PLC n.º 4, de 2010, que concede auxílio especial e bolsa especial aos dependentes dos militares das Forças Armadas, falecidos no terremoto de janeiro de 2010, na República do Haiti.

E centenas de outros projetos de igual relevância e importância para o Brasil.

Nós vamos tentar fazer, durante o processo eleitoral, se houver quórum, as reuniões da Comissão de Constituição e Justiça na quarta-feira, até porque nós temos muitos processos terminativos, e, quanto mais a gente trabalha, mais projetos aparecem, mais propostas de emenda à Constituição. Vamos fazer no dia três e quatro, aqui, um esforço concentrado. No dia 04, nós vamos colocar uma série de matérias em votação. Nós vamos tentar encontrar um acordo entre governo e oposição, para também limparmos a pauta e darmos vazão à apreciação de uma série de medidas. E todas as quartas-feiras eu estarei aqui, e, se nós encontrarmos o número suficiente de Srs. Senadores, nós também faremos a reunião, ainda que para apreciar apenas matérias não terminativas, consensuais.

Parabenizando a todos os membros dessa comissão novamente, pelo trabalho vitorioso, similar ao que nós fizemos no ano passado, extremamente significativo, pela qualidade das matérias aprovadas e também pelas matérias rejeitadas, algumas muito de cunho extremamente demagógicos e que nós não poderíamos mesmo transformar em lei.

Parabenizo os senhores e despeço-me de todos, aguardando ansiosamente a volta já para o dia 03, para que nós possamos reiniciar a nossa lida, o nosso trabalho, o nosso labor.

Parabéns, muito obrigado. Convoco outra reunião para o dia 03 e declaro encerrada essa. Muito obrigado às senhoras e aos senhores.

Sessão encerrada às 12h40.

39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia três de agosto de dois mil e dez, na Sala de Reuniões da CCJ, nº três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Belini Meurer, Almeida Lima, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Antonio Carlos Júnior, Jarbas Vasconcelos, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Augusto Botelho, Inácio Arruda, César Borges, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Efraim Moraes e das Senadoras Serys Slhessarenko e Kátia Abreu. Deixam de comparecer os Senadores Aloizio Mercadante, Tião Viana, Pedro Simon, Gilvam Borges, Edison Lobão, Jayme Campos, Marco Maciel, Alvaro Dias, Osmar Dias e a Senadora Lúcia Vânia. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1) Audiência Pública** destinada a debater o combate ao tráfico de drogas entre o Brasil e a Bolívia, aprovada conforme Requerimentos nº 57, 59 e 63, de 2010-CCJ, de iniciativa das Senadoras Kátia Abreu e Serys Slhessarenko e dos Senadores Tasso Jereissati e Eduardo Azeredo. **Convidados:** Alexandre Augusto Aragon, Secretário Nacional de Segurança Pública Substituto, representante do Ministro da Justiça, Sr. Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto; João Batista Stevaux, Coronel do Exército, representante do Ministro da Defesa, Sr. Nelson Jobim; Roberto Troncon Cicillati Filho, Diretor de Combate ao Crime Organizado; Tiago Di Giulio Freire, Promotor de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, representante do Sr. Paulo Alberto de Oliveira, Procurador-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul; Luiz Fernando Corrêa, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal. Justificou ausência: Jimena Costa, Professora da Universidade Mayor de San Andrés – UMSA (Bolívia). **REQUERIMENTO APRECIADO: 1) REQUERIMENTO Nº 73, DE 2010-CCJ** “Nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Ministro de Estado das Relações Exteriores para que este informe, dentro do prazo constitucional, o que abaixo é solicitado: o Brasil tem convênio

com o Governo da Bolívia para o desenvolvimento de ações conjuntas destinadas ao combate ao tráfico de cocaína na fronteira? Quais os termos de convênio e como está sendo executado? Diante dos resultados do segundo Encontro de Fronteira realizado neste mês de junho no Estado de Mato Grosso, demonstrando a existência de uma situação insustentável e altamente prejudicial à sociedade brasileira, qual será a política que o Ministério das Relações Exteriores adotará com relação ao Governo Boliviano? Qual a avaliação do Ministério das Relações Exteriores do Regime de Governo atualmente praticado na Bolívia, especialmente com relação ao respeito às liberdades democráticas?”

Autoria: Senadora Kátia Abreu. **Resultado:** **Aprovado.** A Presidência declara encerrada a Reunião às treze horas e vinte e sete minutos do dia três de agosto de dois mil e dez e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada.

Senador Demóstenes Torres, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 03 DE AGOSTO DE 2010, ÀS 10 HORAS E 36 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 37ª Reunião Extraordinária e da 38ª Reunião Ordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. **Aprovado.**

A presente reunião destina-se a debater o combate ao tráfico de drogas entre o Brasil e a Bolívia, conforme Requerimentos nºs. 57, 59, 63, de 2010, CCJ, de iniciativa das Senadoras Kátia Abreu e Serys Slhessarenko e dos Senadores Tasso Jereissati e Eduardo Azeredo.

São convidados Alexandre Augusto Aragon, Secretário Nacional de Segurança Pública, substituto, representando o Ministro da Justiça; Sr. Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto; João Batista Stevaux, Coronel do Exército, representante do Ministro da Defesa, Sr. Nelson Jobim; Roberto Troncon Cicillati Filho, Diretor

de Combate ao Crime Organizado; Tiago Di Giulio Freire, Promotor de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, representante do Sr. Paulo Alberto de Oliveira, Procurador-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul; Luiz Fernando Corrêa, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal. Ausência justificada da professora da Universidade Mayor de San Andrés, da Bolívia, Jimena Costa.

A Presidência adotará os seguintes procedimentos: os convidados terão prazo inicial para sua exposição, em seguida, passaremos à fase da interpelação pelas Sras. Senadoras e Srs. Senadores inscritos, e os interpelantes disporão de prazo igual ao dos expositores quando da interpelação e da réplica.

Convido, portanto, para que venham à Mesa fazer a sua exposição os Srs. Alexandre Augusto Aragon, João Batista Stevaux, Roberto Troncon Cicilliaty Filho, Tiago de Giulio Freire e Luiz Fernando Corrêa.

Inicialmente, passaremos a palavra ao Dr. Luiz Fernando Corrêa, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal.

Com a palavra V. Exa.

SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA: Bom-dia, Exmo. Sr. Presidente da CCJ, Senador Demóstenes, Senador Arruda, Dr. Aragon, Secretário Substituto, Dr. Tiago, Dr. João Batista, meus colegas da Polícia Federal, parlamentares, imprensa, servidores desta Casa.

Primeiro lugar, agradecer ao Senador Demóstenes, que essa agenda estava fixada em uma data em que não foi possível a nossa presença, ele gentilmente alterou. Agradeço a compreensão.

A nossa intenção, hoje, aqui, dentro do tempo possível, é fazer uma rápida exposição de como a Polícia Federal vem tratando a questão droga, com foco no tema, no país vizinho Bolívia, mas não tem como fazer a exposição sem mostrar genericamente qual é a linha de atuação da Polícia Federal. Vou fazer uma rápida introdução, depois, o Dr. Troncon, que é o Diretor de Combate ao Crime Organizado, que conduz essa política, fará uma apresentação, conforme combinado com o Presidente da comissão, de forma que essa apresentação ficaria para registros, aqui, nesta comissão.

A questão da droga é um problema histórico, ela tem várias fases, ao longo da história recente do nosso país, mas nós temos compromissos internacionais, e dentro desses compromissos internacionais, convenções, acordos, as estratégias mundiais vão sendo definidas. E nós e os senhores todos têm presente que nós, internamente, no Brasil, vivemos um momento, coisa, nos últimos 20 anos, onde essas etapas são muito bem claras, e é preciso contextualizar para que todos entendamos bem esse fenômeno.

Na fase inicial desse período, o foco era a contenção, ou seja, se buscava impedir a entrada, a movimentação, baseado na apreensão de quantidades. Isso pautou a formação policial no Brasil. E era o esforço, em termos de políticas públicas, no sentido de apreensão. Como tudo evolui, a própria Polícia Federal experimentou essa fase, que causava, inclusive, um dano, onde as nossas unidades disputavam resultados em valores apreendidos, em quantidades apreendidas. Isso gerava uma disputa que não necessariamente era positiva, não é? Porque nós temos que entender que esse é um processo contínuo, que uma ação de um estado não está descolada da ação de outra unidade nossa na Federação.

Então, nós evoluímos no ponto de identificar as estruturas, as organizações e os carregamentos passaram a ser buscados como parte da prova, então, ele deixou de ser uma disputa, com foco na simples apreensão. E essa apreensão passou a ser um fator de decisão, onde ela seria executada, considerando onde causasse maior estrago na estrutura e maior qualidade na prova buscada. Isso desenvolveu um segundo momento, onde se passou a trocar informações internamente. E teve um segundo momento... Um terceiro momento mais recente, que é uma orientação mundial e que o Brasil acompanhou bem, que é a questão... Considerando que as drogas naturais, para chegarem no ponto de consumo, precisam, necessariamente, de uma série de insumos. E o foco foi nos insumos, para dificultar o produto final, no caso, cocaína. E isso levou os países, e Brasil andou muito bem nisso, no controle de insumos químicos. Então, teve um período com foco nisso, de difundir a cultura e impedir que se encontrasse a matéria-prima natural, com insumo químico, para resultar no produto final cloridrato de cocaína para consumo.

Essa fase evoluiu. E, internamente, se eu falei, no âmbito da Polícia Federal, que as unidades disputavam e pouco dialogavam há muitos anos, passou por um estágio de tratamento unitário e institucional. Nós vivemos um momento, hoje, de uma maior articulação entre as esferas de governo, também, que permite uma maior eficácia.

Então, dentro desse contexto, se evolui um pouco internamente, mas continuamos com um problema, que a produção, a matéria-prima é produzida fora das nossas fronteiras, e aí exige uma nova realidade. Eu fiz essa recuperação para concentrar neste ponto, que é o ponto que nós estamos vivendo, que eu acho que é a razão de ser, inclusive, dessa sessão muito oportuna.

Como nós estamos vivendo esse momento? Na medida em que, internamente, há maior articulação

entre as esferas, existe uma busca na identificação das organizações criminosas. Nós temos o fato de que a matéria-prima é fabricada em outra soberania e não na nossa, e isso exige nova estratégia. E a estratégia passa por três posições. O eixo, ou seja, presença qualificada na fronteira desde 2007, até mesmo um pouco antes, todos os efetivos que são formados na Polícia Federal são direcionados para a zona de fronteira e Amazônia.

Essa presença, ela não pode ser só numérica, então nós invertemos, nessa prioridade, a ordem de investimentos na Polícia Federal. Então, hoje, se nós temos um sistema de comunicação que historicamente vinha sendo montado da costa leste para a oeste, nós invertemos a pauta. A prioridade em construção e reforma de instalações está acompanhando a prioridade Amazônia e fronteira, estão em plena... Em obras no Acre, Rondônia. Os investimentos em tecnologia, Guáira, estão sendo construídos prédios. E os investimentos de qualquer tecnologia começam da borda para o centro.

Eu costumo dizer, como exemplo, provavelmente hoje, em alguma unidade de fronteira da Polícia Federal, tem um computador mais moderno que o da mesa do diretor-geral, porque foi comprado mais recentemente e a ordem é essa. Então, é presença, presença qualificada.

Cooperação interna e externa, o segundo eixo. Interna: articulação com os estados, Forças Armadas e outros organismos federais que atuam na fronteira, como a Polícia Rodoviária Federal, que tem impacto; a Receita Federal; falei as Forças Armadas; junto à SENASP, com o Programa da Força Nacional, mais recentemente, com a Operação Sentinela, que está em operação, desde março, articulando internamente. E articulação externa com os países vizinhos, fazendo acordos bilaterais com cada um dos países produtores.

Mas que acordo é esse? Um acordo genérico e de intenções? Esses já existem em nível de governo. A polícia está fazendo, no campo policial, acordos bilaterais com prazo, metas e avaliações. As metas passam por operações ostensivas e reservadas, alvos selecionados reciprocamente, de interesse aos dois países, troca de capacitação e troca de oficiais de ligação. Nós temos policiais federais nos territórios dos países vizinhos e temos policiais desses países vizinhos nas nossas bases, também atuando nesse ambiente de cooperação.

Para dar um exemplo que está andando muito bem, o Paraguai, embora não produza cocaína, mas ele produz maconha, e a grande maioria, a maior parte dessa produção paraguaia se destina ao mer-

cado brasileiro. Historicamente... Internamente, nós discutíamos: "Segurança pública é problema de estado, União?". Graças a Deus, hoje, está superado. E internacionalmente também nós criamos... Tínhamos o hábito histórico de atribuir aos países produtores a única responsabilidade por isso.

O que tem pautado a nossa política e o nosso relacionamento é um conceito de corresponsabilidade, porque nós estamos tratando de um mercado. Um mercado onde tem produção, fornecimento e tem oferta e tem demanda. E a demanda está no lado brasileiro. Então, se o Paraguai produz, e 2/3 do que o Paraguai produz são consumidos no Brasil, esse problema não é só brasileiro, é um problema... Não é só paraguaio, é um problema brasileiro, também.

E nós estamos, dentro dessas metas com o Paraguai, estabelecendo anualmente metas de erradicação dos plantios. E os sinais são flagrantes de sucesso. No ano de 2009, foram erradicados em torno de, aproximadamente, mil hectares. Esses mil hectares impediram que 2.300 toneladas de maconha, prontas para consumo, chegassem ao Brasil, sem prejuízo das operações conjuntas com Forças Armadas e forças estaduais na fronteira, e o trabalho que é feito cotidianamente, na área policial, na esfera estadual e federal.

Nós temos vários indicativos. Em abril, a mídia de São Paulo espontaneamente detectou que havia uma diminuição na oferta de maconha, os preços aumentaram. São sinais de que essa política tem dado resultado, não é? E paralelo a isso, internamente estamos erradicando, continuamente, no Nordeste brasileiro, a plantação.

Eu citei o exemplo do Paraguai para dizer que é esse o modelo que nós estamos reproduzindo com o Peru, Colômbia e com a Bolívia. Mas para cada país, isso, por ser um acordo bilateral, é um acordo que é discutido. Essas metas são discutidas anualmente e têm o período de avaliação. Esse período de avaliação... E aqui cabe registrar: essas tratativas todas são feitas acompanhadas pelo Ministério das Relações Exteriores, da chancelaria dos países vizinhos, e o resultado disso gera um documento para uso diplomático, em que ficam registrados os avanços onde cada um das partes, eventualmente, cumpriu ou não cumpriu metas pré-estabelecidas. Essa é a estratégia, a segunda estratégia: cooperação.

E a terceira... Dos três que eu falei, que é a presença, cooperação interna e externa, e a terceira tecnologia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem, Presidente. Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, V. Exa.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria de pedir ao Dr. Luiz Fernando que, antes de passar para o próximo item, especificasse melhor como é o acordo bilateral com a Bolívia, que é o objeto desta reunião e não o Paraguai, por favor.

SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA: Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra V. Exa.

SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA: Como eu dizia, eu estou contextualizando, senadora, para nós, quando chegarmos no ponto específico da Bolívia, entendermos a estratégia adotada, não é? Também é baseado em cooperação, no sentido de transferência de capacitação policial. Nós estamos recebendo, nos cursos regulares da polícia, policiais de todos os países vizinhos, inclusive, Bolívia. Especificamente nas missões que envolvem... Dentro desse acordo, nós trocamos oficiais de ligação. Nós temos oficiais de ligação em áreas de interesse, na área de produção e nas áreas, nas bases de inteligência bolivianas, e recebemos na mesma proporção.

Como tem uma diferença em relação à economia dos dois países, desses itens, o Brasil suporta o ônus tanto quando manda policiais para Bolívia, quando recebe aqui, para garantir efetividade no acordo. Então, nós temos, nesse âmbito, cooperação e operações ostensivas e reservadas. As ostensivas são operações na linha de fronteira, conjugadas, às vezes, até com terceiros países, além da Bolívia, e alvos específicos reservados, que são de interesse da investigação brasileira, e reciprocamente para eles. E no período da validade desse convênio, nós procuramos atender.

Eu citei o exemplo paraguaio porque está mais maduro, evoluiu mais rápido. E também amanhã estou indo para o Peru, para dar continuidade nessa relação.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem.

SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA: Pois não.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Com relação à erradicação dos plantios na Bolívia como no Paraguai, também esse efetivo compõe o acordo bilateral, a erradicação do plantio?

SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA: Sim, está previsto. É. No primeiro momento, nos primeiros contatos, isso foi um assunto que não foi central, porque houve um pouco de resistência. Hoje, está previsto. Nós já mandamos técnicos da nossa área de aviação e nós temos capacidade instalada que nos permite, através de imagens de satélite, imagens de fotografia aérea... Foi desenvolvido um sistema, dentro da Polícia Federal, que permite, através dessas imagens e das colocações, chegar em um eventual plantio ilícito. Então,

essas capacidades são ofertadas e transferidas a esses países.

Bom, assim como, particularmente na Bolívia... É só para ser... A senhora está assumindo a Presidência, eu acertei com o Presidente, se a senhora ratificar, que eu faria uma rápida introdução e o Dr. Troncon fará uma exposição de power point, onde detalha os seus questionamentos, está bom?

Então, só para encerrar a minha participação, passa por esses eixos da cooperação, onde são especificados esses compromissos recíprocos entre as duas soberanias, de forma a atender... Com essa visão de que se lá produz, aqui consome. E tem essa cadeia produtiva que envolve várias etapas, e que o Brasil também tem algumas responsabilidades. Isso se aplica a todos os países e não só com os países vizinhos, como também com o resto do mundo. Porque o mundo vê o bloco sul-americano como a região produtora das drogas naturais, enquanto que os outros continentes têm um papel nas drogas sintéticas, e aí inverte a lógica, lá produz e o consumo é disseminado para o mundo.

Então, considerando essa estratégia desses três eixos, é o que nós estamos trabalhando. As apreensões, nos últimos anos, têm aumentado, com esforço concentrado e cooperação com os estados. Estamos em fase final de firmar um acordo bem amplo com as Forças Armadas, já temos uma atuação pontal com a força aérea, apoios pontuais com o Exército brasileiro. A Marinha está vindo, também, para esse esforço.

Mas eu acho que essa introdução e a exposição que fará o Dr. Troncon permitirão que os senadores façam, através do debate, explorem melhor o conhecimento. Se a senhora permitir poderemos passar à apresentação.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada, Dr. Luiz Fernando. Com a palavra Dr. Roberto Troncon, Diretor de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal. Por favor, com a palavra, por dez minutos.

SR. ROBERTO TRONCON CICILLIATI FILHO: Bom-dia, Presidente Senadora Kátia Abreu, demais componente da Mesa, senhoras e senhores.

Eu tenho um apresentação, senadora, em power point, se a senhora entender que seja necessária, ou apenas posso falar, como preferir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não, pode seguir.

SR. ROBERTO TRONCON CICILLIATI FILHO: Pode ser apresentada?

SRA. PRESIDENTE SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Gostaria de ter cópia.

SR. ROBERTO TRONCON CICILLIATI FILHO:

Nós todos sabemos, senadora, que o tema central é a relação Brasil–Bolívia, notadamente essa questão da droga que provém da Bolívia e ingressa em território nacional ilegalmente, mas é muito difícil falar especificamente de um país sem contextualizar, no nosso continente, o que tem acontecido.

E eu passarei, rapidamente, nos pontos que realmente não tratam do tema desta Audiência Pública, mas julgo importante uma contextualização, posto que a estratégia do Governo Federal, em particular da Polícia Federal, de enfrentamento das drogas ilícitas, em especial essas que são oriundas de países vizinhos, ela é uma ação... Reproduz-se em uma ação multifacetada. Por exemplo – e isso mencionarei a seguir –, a droga, ou cocaína e pasta-base de coca, produzida na Bolívia, que ingressa em território nacional, passando pela Paraguai.

Então, a exploração de rotas e o enfrentamento das organizações criminosas, no nosso modo de ver, não devem ser compartimentados ou de uma forma setorial, devem ter um enfrentamento global e sistemático. E é o que a gente tem tentado fazer.

Contextualizando a questão do consumo. Como disse o Dr. Luiz Fernando, toda a visão de enfrentamento da questão de drogas ilícitas no país, ela se baseia na noção de que se há um mercado consumidor, o país também é tão responsável quanto aquele que é produtor desta droga ilícita. Nós baseamos as nossas ações no princípio de responsabilidade compartilhada. Não há mercado algum no mundo lícito ou ilícito sem que, concomitantemente, existam oferta e demanda, produtores e consumidores. E com base nesse princípio, ao invés de como sucedeu em décadas anteriores, de se tentar atribuir a culpa a uma determinada região produtora de droga natural e se colocar em uma posição de vítima, o Brasil e o Governo Federal têm se posicionado como corresponsáveis por esse fenômeno.

As drogas mais consumidas no país... A maior... A droga mais consumida no Brasil e no mundo continua sendo a maconha. Estimativas da própria ONU dão conta de que 2,6% da população brasileira são usuários desta substância natural ilícita. Ela provém, na sua maior parte, do Paraguai e, em uma menor parte, é produzida nos estados do Nordeste: Pernambuco, Bahia, Maranhão e Pará.

A segunda droga que é o tema central desta Audiência Pública é a cocaína ou os produtos derivados da planta de coca: cocaína, crack, principalmente. Neste aspecto, há uma estimativa de que o consumo, na população brasileira, está em torno de 0,7% a 1% da população, com uma tendência de alta, de expansão do

crescimento. Há quem diga que o fato de a economia brasileira ter se estabilizado, a renda per capita ter aumentado e a nossa proximidade de países produtores tornar o produto disponível em território nacional a um preço muito módico, se comparado em outras partes do mundo, todos esses fatores impulsionam o aumento do mercado consumidor dos derivados da planta de coca no nosso país.

A questão das anfetaminas, droga sintéticas, ainda é um consumo pouco significativo; e de heroína e de opiáceos idem. São preocupantes, porque pode haver, no futuro, principalmente com relação às drogas sintéticas, pela disponibilidade dos produtos que as compõem, são produtos utilizados regularmente pela indústria farmacêutica e, conseqüentemente, não vinculados a uma região produtora de uma planta, poderiam, em tese, ser produzidos em qualquer parte do mundo, inclusive, no Brasil.

Especificamente com relação à Bolívia, as drogas que ingressam em território nacional, que provém da Bolívia, são as derivadas da planta de coca: o cloridrato de cocaína, o crack e, em maior quantidade, a chamada pasta-base de coca, que é uma primeira transformação do produto primário, obtido a partir da planta de coca. Ingressa no país por meio, principalmente, aéreo e terrestre, pelas fronteiras do Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e também pela Paraguai. Os meios utilizados são variados, não é? Desde... Pelo meio terrestre, desde veículos de carga, veículos de transporte de passageiros, ônibus, veículos de passeio, motocicletas, pessoas conduzindo bicicletas e até mesmo pedestres. Pessoas que colocam uma mochila, especialmente no Estado do Mato Grosso – estados que têm essa fronteira seca enorme e de fácil acesso... A pessoa coloca 20 quilos da droga em uma mochila, nas costas, caminha a noite toda, se esconde durante o dia, caminha na segunda noite e entrega esse produto a mais de 100 quilômetros dentro do território nacional.

Os dados da Polícia Federal, de apreensões da Polícia Federal de 2009-2010, permitem-nos afirmar que aproximadamente 2/3 da droga que, hoje, é apreendida no Brasil provém da Bolívia. Em 2009, de um total de apreensão da Polícia Federal de 24 toneladas de cocaína, pasta-base e crack, 15 toneladas e 610 quilos foram provenientes da Bolívia, ou 64,9%. Em 2010, dados compilados até o mês junho, que dão conta de cerca de 11 toneladas e 400 quilos de droga apreendidas, 6,5 toneladas provieram da Bolívia, ou seja, 57%.

É importante, também, contextualizar algo que o Dr. Luiz já comentou acerca deste aumento da pasta-base e do crack, em detrimento de uma diminuição do

cloridrato de cocaína, proveniente da Bolívia. O Brasil, nesta década, aprovou uma lei mais rigorosa de controle de produtos químicos, a Lei 10.357, de dezembro de 2001. E, ao longo da década, a Polícia Federal, que é o órgão central de controle e fiscalização, com um programa em parceria com a ONU, desenvolveu um sistema computadorizado de grande porte, que permitiu tornar mais eficaz o controle das empresas que transportam, produzem, armazenam, importam, de alguma forma manuseiam esses produtos usados no fabrico de drogas ilícitas.

Essas duas ações: tornar menos disponível ou mais difícil o desvio de produtos químicos usados na fabricação de cocaína, com um aumento no cultivo de coca em território boliviano... Isso reduziu a disponibilidade dos precursores químicos dentro da Bolívia. Consequentemente, as organizações criminosas, narcotraficantes passaram a importar mais pasta-base e até mesmo crack, que é um produto que se obtém a partir de uma transformação mais simples do que o cloridrato de cocaína, a cocaína refinada.

Então, esse produto começa a ingressar. De um lado o sucesso da política de controle de produtos químicos no Brasil. Hoje, o Brasil é um país que tem, possivelmente, uma das organizações mais duras de controle. Controlamos, no Brasil, 146 produtos, enquanto que na Argentina eles controlam 11 e na Colômbia se controlam 27. Então, isso teve um resultado negativo. De um lado, a gente atingiu o cloridrato da cocaína, mas a matéria-prima em expansão, as organizações criminosas encontraram outros caminhos de colocar o que nós chamamos até de um subproduto ou de um produto com menor valor agregado, que é o crack, em território brasileiro.

É importante dizer, também, que esse mercado ilícito é explorado por grupos criminosos brasileiros que se associam com bolivianos e paraguaios. E há, também, em menor proporção, grupos de outras nacionalidades que atuam em território brasileiro para transportar a droga para o continente africano e europeu, principalmente.

A estratégia que... Ao órgão de repressão da União, que é a Polícia Federal, cabe-nos a estratégia de redução da oferta, posto que a redução da demanda está a cargo da SENAD, e o tratamento de usuários e de dependentes, a cargo do Ministério da Saúde. Então, gostaria de falar um pouco dessa estratégia de redução da oferta. Ela se baseia, principalmente, como já dito pelo nosso diretor geral, priorizar ações da fronteira, investir em tecnologia, ampliar a cooperação, priorizar o combate às organizações criminosas.

Com relação à fronteira... Pode seguir. Com relação à fronteira, a estratégia se baseou em destinar

ou aumentar o efetivo de policiais que estão lotados nas nossas unidades situadas na região de fronteira. Em 2006, nós tínhamos 553 policiais federais. Em 2010, nós temos, em junho – sem contar esse novo concurso, essa nova turma que se formou no final de junho –, 982 policiais. Houve um aumento efetivo de quase 80% de policiais atuantes diretamente na região de fronteira.

Como segundo eixo, a priorização de destinação de recursos materiais: reformas de instalações, construção e adequação de instalações mais antigas nessas unidades da fronteira, contemplando superintendências e delegacias descentralizadas, aquisição de veículos, de armamentos, equipamentos de informática, de vigilância e comunicação, com a priorização para a região de fronteira, em detrimento das capitais. Quer dizer, primeiro, nós destinamos recursos para a região de fronteira e, em segundo momento, para as regiões situadas no interior do país e nas capitais. O próximo, por favor.

Na parte de tecnologia, o grande esforço para melhorar, aperfeiçoar o controle das fronteiras está nos veículos aéreos não tripulados. É um projeto resultado de uma pesquisa de mercado de quase três anos, um grupo de especialistas que começou pesquisando 600 empresas fornecedoras deste produto e, ao final deste processo de seleção, concluiu por uma determinada empresa. O primeiro veículo... Já temos policiais treinados no exterior, no país fabricante, estão em fase de treinamento final no país, no Brasil. E o projeto, ao longo de quatro anos, ele prevê a instalação de cinco bases, com três veículos cada, com o objetivo precípuo de gerar imagens com equipamentos óticos de infravermelho, visão noturna gerar imagens que permitam detectar imediatamente movimentos suspeitos na região de fronteira.

O que seria um movimento suspeito? Um grupo de pessoas passando sobre a Ponte da Amizade? Evidentemente que não. Mas, às duas horas da manhã, uma barcaça cruzando o Lago de Itaipu em um ponto que não é um ponto regular de desembarque, ou mesmo um grupo de veículos cruzando o Estado do Mato Grosso por uma estrada alternativa, não oficial, na madrugada, isso são movimentos suspeitos. E essa geração de imagens permitirá que as forças de segurança brasileiras, não apenas as federais, mas as estaduais, em particular, se dirijam para esse ponto, para esse local onde tem movimento de pessoas e veículos e, rapidamente, façam uma abordagem, uma fiscalização. Se for um fazendeiro que está transitando pela região, sem nenhum problema. Agora, aqueles que estiverem com a intenção de praticar crimes, transportar drogas

nessa região, terão um risco muito majorado com o uso dessa tecnologia. Pois não, senadora.

[troca de presidência]

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Doutor, apenas uma dúvida, Sr. Presidente: 982 policiais apenas na fronteira?

SR. ROBERTO TRONCON CICILLIATI FILHO: Isso.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Só na fronteira Brasil–Bolívia?

SR. ROBERTO TRONCON CICILLIATI FILHO: Não, não, em todo o território nacional.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): No-vecentos e poucos para a para a fronteira inteira, de quantos quilômetros?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Dezoito mil.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada.

SR. ROBERTO TRONCON CICILLIATI FILHO: Isso. É importante dizer que...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas esse aumento é agora?

SR. ROBERTO TRONCON CICILLIATI FILHO: É dos últimos três anos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Aquela ocorrência... Desculpa perguntar, na fronteira do Paraguai, com a tentativa de assassinato do senador e com a morte de um dos seguranças, o Presidente colocou algumas equipes já à disposição de vigilância dessa área ou é apenas uma ideia que ainda está sendo estabelecida?

SR. ROBERTO TRONCON CICILLIATI FILHO: Senador, essa... A formação, o recrutamento e formação têm seu tempo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vocês estão falando de Bolívia, aqui, mas aquilo...

SR. ROBERTO TRONCON CICILLIATI FILHO: Com certeza. Não, mas vale... Não, mas vale... Em média...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Preocupou bastante, porque eu fui no MERCOSUL e nós discutimos uma comissão especial com as polícias desses quatro países e o setor de inteligência para uma reunião, para estabelecer uma operação conjunta, permanente, naquela área. E parece que eles aceitaram e vão marcar.

E aí eu falaria com V. Sa. para designar o chefe de inteligência, para gente ver se consegue estabelecer uma operação conjunta. Não dá para fazer de um lado só. Eu estou falando assim por um pouco de experiência.

SR. ROBERTO TRONCON CICILLIATI FILHO: Perfeito. Não, com certeza. Muita.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque é difícil a informação de um lado só. Você tem que interceptar. E você não tem nenhuma informação que possa, pelo menos, apontar que vá acontecer.

SR. ROBERTO TRONCON CICILLIATI FILHO: Antes da sua chegada, nós informamos...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Desculpa se já falei, eu não sei se... Eu vejo a nota aqui.

SR. ROBERTO TRONCON CICILLIATI FILHO: Não, não, mas só para atualizar o senhor, a vantagem que está tendo, nesse processo bilateral, é que nós estamos trocando oficiais de ligação. Nós temos, nas bases de inteligência de todos esses países, além dos adidos na embaixada, nós temos oficiais de ligação, e recebemos deles. Foz do Iguaçu, particularmente, ali atende Guaíra, também, tem o centro de cooperação, onde, no ambiente da Polícia Federal, esse espaço é compartilhado com policiais dos dois lados. Então, já existe essa ambiência de cooperação. O que pode... E a tendência é operação específica.

E esse aumento citado aí, ele, proporcionalmente, se reproduz em toda a linha de fronteira, seja... Com todos os países, houve um aumento. No mínimo, dobrou cada unidade.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor sabe que tem áreas difíceis, porque não tem jeito.

SR. ROBERTO TRONCON CICILLIATI FILHO: Com certeza.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Nem de um lado e nem o outro.

SR. ROBERTO TRONCON CICILLIATI FILHO: Com certeza.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, às vezes, um homem, ali, fica em um...

SR. ROBERTO TRONCON CICILLIATI FILHO: É.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ou um da Receita ou da própria polícia, que na hora que vai no banheiro, o cara passa o que quiser.

SR. ROBERTO TRONCON CICILLIATI FILHO: Claro, claro. Com certeza.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Desculpa, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos só deixar que conclua-se as exposições, porque aí, em seguida, nós vamos abrir para os questionamentos. Vamos proceder dessa forma, que o Dr. Troncon termina a exposição dele e, em seguida, os demais. E aí nós abrimos o debate.

SR. ROBERTO TRONCON CICILLIATI FILHO: Bom, com a permissão dos senhores... A senadora fez

um boa observação a respeito da... Parece ser muito pouco. E por isso que a estratégia não se baseia apenas na ocupação das fronteiras brasileiras pela Polícia Federal, que é uma organização que tem 12 mil homens, 12 mil policiais, hoje.

Há um esforço, sim, de ampliar, e esse esforço reproduzir a ampliação de quase 80%, nesses quatro anos, ele continuará, na medida do que for possível, mas ele sozinho não resolve. E duvido... E duvidamos que se colocássemos apenas todo o Exército, e perfilado, na região de fronteira, isso resolveria o problema. Por isso que a estratégia se baseia em algumas ações que se complementam.

A foto que a senhora pergunta é da aeronave que é parte do projeto, a primeira já foi adquirida, não é? É uma aeronave...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não pilotada?

SR. ROBERTO TRONCON CICILLIATI FILHO: É uma aeronave... Essa é a não tripulada. É uma aeronave... Que assim, em veículos aéreos não tripulados, você tem desde pequenos equipamentos de 30 centímetros, 20 centímetros até uma aeronave como essa, que tem 16 metros de envergadura, autonomia para voar sem abastecer, permanecer em voo, sem abastecimento, por 37, 38 horas, dependendo da condição de voo, em baixa velocidade e usando esses equipamentos óticos de monitoramento, que serão, na nossa...

SR. ROBERTO TRONCON CICILLIATI FILHO: E que, na nossa opinião, será uma ferramenta muito eficaz de monitoramento e controle destas fronteiras enormes que temos. Se puder passar.

O segundo eixo é o da cooperação. Aliás, o terceiro. Nós já falamos da ampliação dos efetivos, investimento em tecnologia e a cooperação, que se desdobra em internacional e nacional.

O internacional passa, inicialmente, por uma ampliação das adidâncias no exterior. Em particular, na Bolívia, foi aberta a adidância em 2008, já com sinais claros de que a presença permanente, continuada, em território estrangeiro, de policiais federais brasileiros permite um estreitamento das relações, a sedimentação e consolidação dessa parceria. E daí se abre a oportunidade de avançar, como avançamos, no estabelecimento de acordos bilaterais.

Esses acordos bilaterais, na verdade, decorrem dos acordos firmados entre os chefes de estado: Brasil–Bolívia, Brasil–Peru, Brasil–Paraguai. E nada mais são... Esse acordo de cooperação policial nada mais é do que um plano de trabalho. Nós temos os acordos entre os chefes de estado, que dizem o que podemos fazer e o que não podemos fazer.

Com tudo isso é apenas uma diretriz. E se ela não se reproduz em um plano de trabalho, com prazos, com ações combinadas, isso pode passar...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A inteligência é muito importante.

SR. ROBERTO TRONCON CICILLIATI FILHO: Muito importante. Tanto é que é uma das ações cruciais do nosso trabalho em cooperação com a Bolívia. Ele se baseia em metas, tem um período de 12 meses, tem ações pré-definidas e, ao final, dos 12 meses se faz uma avaliação: atingimos a meta, não atingimos e por que não atingimos, para tentar corrigir.

Com a Bolívia, em particular, o primeiro acordo foi feito em fevereiro de 2009. E, agora, em março de 2010, nós renovamos, inclusive, com alguma mudança e melhoraria no aspecto de erradicação, que no primeiro momento foi um pouco... É um tema muito sensível. E, neste momento, o Governo Boliviano, pela sua força de segurança, já dá sinais claros que quer uma participação maior do Brasil nesta campanha de erradicação dos cultivos ilícitos que tem no seu território.

O intercâmbio de policiais da área de inteligência é a ação que melhor tem dado resultado. Nós recebemos policiais, eles não executam nenhum tipo de ação em território brasileiro e nem os nossos em territórios estrangeiros, não andam armados, estão apenas nas unidades de inteligência, dentro das quatro paredes, ali, da unidade da inteligência, não tem atuação externa nenhuma. Funcionam como observadores, mas principalmente como um ponto focal de intercâmbio de inteligência instantaneamente. Dentro de uma investigação há uma demanda, surge o pedido... O nosso oficial, por exemplo, um pedido de um brasileiro que está em Santa Cruz de La Sierra, o nosso oficial de ligação que está lá em Santa Cruz de La Sierra recebe a informação, aciona as áreas competentes da Polícia Federal, busca a informação e retribui, e presta informação para a Força de Segurança.

Evidentemente, atua como um observador para ver, também, como que essas coisas estão funcionando do lado de lá. E de mesma forma recebemos os policiais bolivianos em nossas unidades da inteligência que, em absoluto, não fazem absolutamente nada, são apenas observadores, mas um importante ponto focal para o intercâmbio de informações.

A capacitação, em cursos regulares, que nós oferecemos vagas para os policiais bolivianos, desenhamos cursos específicos à medida das necessidades deles. E já realizamos três, quatro estágios, em que peritos criminais vêm para o nosso Instituto Nacional de Criminalística, passam duas semanas realizando, na verdade, um treinamento prático, trabalhando juntamente com os nossos peritos dentro de uma orien-

tação e do uma monitoria dos nossos peritos. Também na área de controle de produtos químicos isso tem sido feito.

E, por fim, as operações ostensivas, elas sempre na região de fronteira. A única coisa que se faz é uma coordenação. Eles têm uma programação de operações ostensivas, de fiscalização de pessoas e veículos, e nós também. Então, nós coordenamos para fazer, em determinados períodos do ano, e já conseguimos realizar algumas. Também as investigações conjuntas, quando ele tem uma investigação, do lado boliviano, que se relaciona com... O que não é raro... Que se relacionam com criminosos brasileiros. E nós temos, também, uma investigação do lado brasileiro.

O que fazemos? Com a devida autorização nos processos, nos inquéritos judiciais, autorização judicial, nós intercambiamos informações que possam orientar a ação policial de ambos os lados. Próximo, por favor.

No nível nacional, as operações conjuntas com as polícias civis e militares têm acontecido pontualmente, não dentro de um plano de trabalho, mas pontualmente. No Estado do Mato Grosso, tem sido um excelente exemplo, também, operações inclusive, de investigações conjuntas da Polícia Federal. Investigação que começou com a Polícia Civil do Mato Grosso, com as polícias militares. Tem lá o GEFRON, tem o PEFRON...

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):

Eu queria só um aparte, se for possível.

SR. ROBERTO TRONCON CICILLIATI FILHO:

Pois não.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):

Estiveram envolvidas, o senhor está dizendo muito bem, as polícias militares e civis de Mato Grosso, a Polícia Federal, a rodoviária, a Força Nacional, o Exército, a Marinha, a Aeronáutica, a Receita Federal, a ABIN, o Policiamento Especializado de Fronteira, o GEFRON, que está lá fazendo um grande serviço, o Grupo Especial de Fronteira, a Polícia Judiciária, entre outras instituições, foi um trabalho fantástico. Prenderam 42 pessoas, não é?

E a gente sabe que 16 instituições envolvidas, realmente, eu acho que é por aí, mais ou menos, que tem que caminhar essa integração de todas as forças para, realmente, a coisa acontecer. Desculpe...

SR. ROBERTO TRONCON CICILLIATI FILHO:

Não, imagina. Assim, sozinho... Há uma consciência, e não é só brasileira. Isso a gente vê em outros países, que um órgão sozinho, até porque nenhum órgão tem todas as atribuições e todos os recursos humanos, materiais e tecnológicos em suas mãos, não se consegue o mesmo resultado se comparado com a atuação conjunta.

É difícil? É. Tem filosofia, políticas diferentes, recursos diferentes, organizações diferentes, métodos diferentes? Sim. Mas esse... Eu acho que esse campo da cooperação, em nível nacional, tem se aprimorado muito no Brasil. Tem o Policiamento Especial de Fronteira, que depois o nosso colega aqui da SENASP vai falar. Tem os Grupos Especiais de Fronteira, que já estão instalados nos estados, até alguns... Como o Mato Grosso do Sul, que se instalou muito antes. A Divisão de Operações de Fronteira, que é tradicional, e a parceria é tradicional, com a Polícia Federal. Isso tem se construído, e é o caminho que a gente, na Polícia Federal, tem perseguido constantemente: fomentar e não perder nenhuma oportunidade de aprimorar a nossa cooperação com os órgãos de segurança dos estados.

A interceptação de aeronaves suspeitas com a Força Aérea Brasileira também é uma ação que deu muito bom resultado e até mudou um pouco a paradigma do tráfico cometido, praticado por meio dessas aeronaves pequenas, em voos irregulares. Mais adiante, eu vou falar do resultado...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Doutor, eu fui o relator da matéria sobre a interceptação e a Lei do Abate, que é chamada. E custou, porque o americano impôs muitas restrições, porque eles tiveram um caso do abate de um avião que tinham alguns religiosos dentro dele. E nós tivemos muita dificuldade em que fosse, realmente, autorizado esse tipo de operacionalidade, que é importantíssima: a interceptação de aeronaves suspeitas. E há uma série de sinais internacionais que obrigam a pousar.

Então, eu acho que ela tem uma grande valia, inclusive, a Aeronáutica colocou uma base aérea de tucanos só para essa interceptação. E uma vez em Cuba, conversando com o Fidel Castro, havia uma reclamação de que os aviões passaram para Flórida com muita facilidade. Disse que o avião deles era sempre a jato, rápido. Que quando subia, passava o avião, já... Era um espaço muito pequeno, não conseguiria interceptar nunca. E nós fizemos uma grande operação, quando eu estava na diretoria da Polícia Federal, na Bolívia, que era o DEA, que ainda funcionava com a cooperação do CIA, mas ela fez uma operação com a polícia boliviana e o Brasil, dentro do território boliviano, para descobrir a produção de drogas e a apreensão de materiais usados, e tinha um avião da Fazenda, da Receita Federal americana, com todo o equipamento de fotografia aérea e queriam entrar em um território brasileiro, que eles chamam de região negra, que você não tem quase a possibilidade de decretar a passagem de aeronaves por lá. E ofereceram para fazer isso.

E eu estava na chefia, por acaso. Eu estava na época da minha direção, eu achei que não era conveniente, que eles queriam pôr piloto americano e fotografar toda a região brasileira. Eu falei com a FAB se nós estamos à disposição de oferecer pilotos, mas não vamos aceitar mesmo de outro. Então, não foi feito.

Então, essa área é uma área, ainda existe essa área obscura, em que não há possibilidade de identificação de passagens de aeronaves, que fica atrás de um pico, ali, na região norte da Amazônia, para ir para Flórida...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vou pedir a V. Exa...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, é só porque... Eu só estou perguntando por que está dentro do tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim, porque nós vamos abrir o debate.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu peço desculpas. Não precisa responder, doutor.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senão nós não vamos conseguir encerrar as exposições.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não precisa responder.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Guarda... Responde oportunamente, senão nós não concluímos as exposições e iniciamos o debate.

SR. ROBERTO TRONCON CICILLIATI FILHO: Então, essa interceptação de armamento com a FAB, mais adiante eu falo um pouco dos resultados, ela tem sido uma ação muito importante, até porque mudou um pouco o modus operandi dessas organizações. É uma ação de cooperação doméstica, que nós vimos com muito bons olhos, que provou ser efetiva e eficaz.

A erradicação de maconha, que não é o tema daqui, mas também há essa cooperação: emprego de helicópteros da União de e dos estados, Secretaria de Segurança Pública da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Pará, a Polícia Rodoviária Federal, as próprias Forças Armadas e a Força Nacional de Segurança Pública. O próximo, por favor.

Outro aspecto que também não está... Ele se relaciona com a Bolívia na parte que toca o Acre, mas é essa interdição de drogas na Amazônia. Ali, há uma cooperação, também, com... Já há uma cooperação com as Forças Armadas, que tem evoluído, nos últimos anos, para uma criação de um centro integrado do narcotráfico, inclusive, já saiu até na publicação do decreto de enfrentamento do crack e de outras drogas ilícitas, é o 7.179. Há previsão da criação desse

centro, que está em fase final de discussão em nível ministerial, mas no nível técnico há um consenso da importância de ter esse apoio, então esse é um outro eixo de cooperação, voltado, especificamente, para a Região Amazônica e para a região de controle... Para o controle de rios.

A droga que penetra na Região Amazônica, diferentemente do que muitos podem pensar, ela não é por meio aéreo. É, principalmente, pelo meio fluvial. Os rios que vêm da Colômbia, do Peru e ingressam na Região Amazônica, por ali que é a principal via de entrada das drogas ilícitas no nosso país.

Por fim, como um esforço mais recente deste ano, construído em parceria com os demais órgãos de governos estaduais e federais, esta operação foi denominada, para nós, como Sentinela, mas não é operação de Polícia Federal, ao contrário. Todo órgão, Secretaria de Segurança Pública e seus grupos especiais de fronteira, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal, a Receita, as Forças Armadas, todos fazem, e fazíamos, e sempre fizemos algum esforço planejado, durante o ano, para controlar a entrada de produtos ilícitos e a saída de riquezas ilegal e legalmente no nosso país.

O que nós fizemos, desde o ano passado, e começou este ano, foi uma integração maior, de apenas coordenar, aquele esforço que nós já faríamos, naturalmente, no curso do ano, coordenar para que ele fosse complementar. O esforço de uma unidade se complementasse ao da outra unidade. No caso específico, começamos pela Paraná e pelo Mato Grosso do Sul, onde as secretarias de segurança pública estão totalmente integradas pelos seus grupos de fronteira. O apoio da Força Nacional de Segurança Pública, para suprir essa carência de policiais federais, tem sido de extrema valia. Isso especialmente no Paraná, tomando como base alguns dados da região de Foz do Iguaçu e de Guaíra. A apreensão de maconha duplicou no período considerado, primeiro trimestre do ano, aliás, segundo trimestre do ano, e a de produtos contrabandeados e descaminhados ao Paraguai também teve um acréscimo de cerca de 90%.

Isso quer dizer que a presença articulada, complementar, de diversos órgãos na região de fronteira, ela atinge um espectro desse tráfico ilícito de mercadorias e de drogas que a Polícia Federal, sozinha, quando atua nas grandes organizações, ela não pega. É o pequeno, é o tráfico formiguinha, é a pequena quantidade de droga que vem, também, não explorada por grandes grupos, mas vem, também, por pequenos grupos ou grupo de pessoas que se aventuram a passar pequenas quantidades, mas que considerado ao longo de

um ano, se reproduz em uma quantidade considerável de droga. Adiante, por favor.

O último eixo, esse é muito com a gente mesmo, com a Polícia Federal, é o enfrentamento das organizações criminosas, como já disse o Dr. Luiz Fernando. É nessa parte que a gente concentra, que a Polícia Federal concentra todos os seus esforços, usando aquilo que a legislação brasileira permite e que inovou, na última década e meia, a ação controlada, as entregas vigiadas, a interceptação de comunicações e outras técnicas especiais para, durante um período, identificar, mapear a organização, identificar o seu modo operacional, localizar os seus bens, os bens obtidos por meio ilícito e, em um dado momento, em uma ação coordenada, a partir de provas qualificadas, provas robustas, buscar essas pessoas por meio de prisões provisórias, preventiva ou temporária, e apresentar a organização, as provas, ao Ministério Público para que ofereça denúncias e, ao final, suporte uma condenação.

Mas não apenas prender as pessoas, os envolvidos, mapear e colocar os integrantes da organização na cadeia. Em particular, identificar os seus bens, todas as riquezas obtidas pelo meio ilícito, e permitir que o estado, dentro do processo regular, confisque, quebre, leve a organização à bancarrota. Essa é a estratégia mais moderna, que não apenas a Polícia Federal, mas as polícias do mundo todo têm utilizado. O objetivo maior não é mais interditar a droga, apenas, e buscar estatísticas de apreensão, embora isso seja uma consequência. O objetivo maior é mapear, identificar e neutralizar as organizações criminosas. Esse é o quarto eixo de ação que temos.

Reprisando: é a questão de ampliar a presença na fronteira, intensificar e perseguir incessantemente a cooperação doméstica e internacional, investir em tecnologia e focar nas organizações criminosas. Próximo, por favor.

Passo muito rapidamente, aqui, os resultados operacionais. De maconha, a erradicação no Paraguai. Isso vai ficar com os senadores. Em 2008, quando a gente começou o programa, eles estavam erradicando 153 hectares. Em 2009, com o apoio logístico da Polícia Federal, houve um salto para 1.171 hectares. E, agora, em 2010, 670 hectares. Quando o Dr. Luiz menciona que 2.300 toneladas deixaram de ingressar em território nacional é porque há uma estimativa que entre 2/3 e até 80% da maconha produzida em território paraguaio se destina ao consumo brasileiro. Próximo.

A apreensão de drogas, cocaína, crack, pasta-base, há uma crescente, não é? Infelizmente, mas há uma crescente. Não sei se felizmente ou infelizmente, a gente está apreendendo mais, mas por outro lado

também há por outro lado também há uma produção maior. Próximo, por favor.

Esse é só um resultado, em parceria com a FAB, houve várias interceptações de aeronave, cinco interceptações, em 2009, de aeronaves que transportavam drogas, quatro aviões foram apreendidos, um acabou se evadindo. O total da droga apreendida com essas aeronaves superou uma tonelada é meia. E aí são os estados em que elas foram apreendidas.

É curioso mencionar, também, que nesses mesmos carregamentos é usual virem, juntos com esse carregamento de drogas, armamento, não é? Alguma... Pequenas quantidades de fuzis, de armas curtas e de munição. E o mesmo meio utilizado para o tráfico ilícito de drogas, o contrabando de drogas ilícitas para o nosso país, é também usado para a internação de armas pelas organizações criminosas.

O que mudou o paradigma que eu mencionei é que neste ano, por exemplo, a gente quase... As apreensões de aeronaves caíram muito. Por quê? Porque os narcotraficantes mudaram o perfil, ao invés de ingressar em território nacional, aterrissarem para descarregar os seus produtos, se intensificou o ingresso, a poucos quilômetros da nossa fronteira, o arremesso da droga e o retorno das aeronaves por território estrangeiro. De modo que, com a penetração por pouco tempo em território nacional, e sem pousar em território nacional, tornou difícil a apreensão com essa metodologia, mas é, também, uma vitória, porque o país começa a ter o seu território, o seu espaço aéreo mais controlado e ameaçador para quem tenta penetrar, de modo irregular, transportando drogas ilícitas.

Eu gostaria de mencionar, também, um pouco dos resultados operacionais da polícia boliviana, notadamente da Força Especial de Luta Contra o Narcotráfico. Esses resultados são produzidos exclusivamente pela polícia boliviana, e que há alguma participação da Polícia Federal, indiretamente, por meio deste... Especialmente desta ação, que é o intercâmbio de oficiais de ligação para a área de inteligência.

Esses são dados da polícia boliviana, que nos forneceu. Em 2009, eles conseguiram apreender 963 toneladas de folhas de coca, que não teriam sido produzidas na região permitida e que teriam destinação ilegal. De pasta-base, esses são os números, não é? De 2009, 9 toneladas e 600 quilos. Em 2010, até agora, houve uma intensificação muito grande, até com a mudança de comando de Polícia Nacional e da Força Especial de Controle Narcotráfico, com quem a gente tem tido uma cooperação mais intensa, o atual comando, eles intensificaram muito as apreensões. De pasta base já está... Valores até junho: 12 toneladas e 685 quilos.

Aí também reproduz e reforça aquela idéia: cloridrato de cocaína, em território boliviano, tem sido apreendido em muito menor quantidade, porque para se produzir o cloridrato, ou seja, a droga refinada, é um processo mais custoso, se utiliza muito mais produtos químicos. Há um estudo até da polícia peruana em que, para se obter um quilo de cocaína, o cloridrato de cocaína de alta pureza, de 95% de pureza, seriam necessários, dependendo do método, até 100 quilos de outros produtos, ou de produtos químicos, sempre combinando um ácido e uma base para se tirar os produtos naturais indesejáveis e concentrar apenas o cloridrato, o princípio ativo da planta. Próximo, por favor.

Os desafios e oportunidades, já chegando ao final. A estratégia tem se baseado em combater o mal na sua origem, combater o mal pela sua raiz. E de que maneira se faz isso? Se a droga é produzida no exterior, nós temos que nos articular internamente, temos de aperfeiçoar os nossos mecanismos de controle, de buscar novas tecnologias para monitorar as nossas fronteiras, mas ainda assim não basta. É necessário, evidentemente, respeitando a soberania do país vizinho, apoiar os países vizinhos. E aí o que a gente vê, nesses países vizinhos, notadamente na Bolívia, uma grande carência de recursos. É um país que tem uma economia e uma estrutura e uma disponibilidade de recursos para as forças de segurança incomparavelmente menores do que a que o Brasil tem, com todas as nossas dificuldades.

Mas se de um lado a gente tem essa grande carência de recursos dentro do território boliviano, o que nós percebemos, nesse ano e meio de cooperação intensa que temos tido, a partir desses acordos de trabalho policial, há um ambiente favorável à cooperação, tanto no nível operacional, são policiais que, embora com uma remuneração pífia, ganham dentro da realidade boliviana, não são bem remunerados, por vezes, são carentes de melhor capacitação, há muita boa vontade, na média. Óbvio que em todo lado, no Brasil, em qualquer parte do mundo, tem bons e ruins, tem pessoas honestas e têm corruptos, não é?

Mas eu digo que, na média, o que a gente tem, especialmente a Diretoria de Combate ao Crime Organizado e a nossa área antidrogas, que tem interagido mais com os bolivianos, no nível operacional se vê muita boa vontade, vontade de fazer o trabalho. E até mesmo no nível político há uma mudança significativa, do ano passado para esse ano, a gente tem percebido, pelo menos, é a visão do órgão de repressão, uma disposição maior em enfrentar esse problema, até porque, creio eu, que se compreende que mesmo de um país que seja produtor de uma droga que não é consumida em sua maior parte em seu território nacional, o que

acontece? Se você permite que grupos organizados vão florescendo, vão se articulando, um grupo criminoso organizado, ele sempre será uma ameaça a qualquer estado, seja porque ele pode corromper agentes públicos, seja porque ele vai entrar na economia formal, lavando o dinheiro oriundo desses seus crimes e até mesmo, em um estado muito avançado, pode comprometer a própria estabilidade de qualquer governo.

E no nosso modo de ver, muito simplista, da ótica da repressão, o Governo Boliviano tem percebido isso e tem dados sinais mais recentes, neste ano, de que quer enfrentar, com maior vigor e com maior apoio do Governo Brasileiro, a questão da droga no seu país.

A cooperação é baseada na corresponsabilidade. Nós não atribuímos... “Olha, se a gente tem um problema de crack aqui é porque a culpa é da Bolívia, porque ela que produz coca.” Não adianta, eles produzem, mas nós consumimos. Se a gente não tivesse consumidores aqui, não teriam traficantes para produzir droga do lado de lá. Então, sempre há um grande respeito e há esta visão de compartilhar a responsabilidade.

E, por fim, eu gostaria de mencionar como oportunidade, mas é um desafio também, a importância do Brasil apoiar os vizinhos. O Brasil como potência regional, o Brasil como um país que está com a sua economia estabilizada, que tem muito mais recursos do que os vizinhos. Não adianta a gente imaginar que eles vão se resolver sozinhos. Eu acho que, na nossa visão, é muito importante que o Governo Brasileiro, com o apoio do Congresso Nacional, repense a política de médio e longo prazo com os vizinhos, inclusive com a destinação, com a criação de programas específicos, que vão representar algum curso para o contribuinte brasileiro, mas é um custo, no nosso modo de ver, inteligente, porque nós vamos investir, sem querer substituir, ao contrário, aumentar a capacidade das forças de segurança do país vizinho para que eles tenham melhores condições de combater essa produção de drogas em seu território e, conseqüentemente, terá muito menor disponibilidade dessa droga em nosso território.

E aí, nesse eixo, é o que a polícia tem feito: intercambiar boas práticas. Esse esforço é permanente. De um lado, a gente aprende com eles operações de selva, de outro lado, nós oferecemos e treinamos, investimos na capacitação dos polícias do lado de lá. Último slide, por favor.

Aí o desafio, para dentro do país, é essa questão de otimizar a nossa capacidade, aprimorar cooperação. Nós temos feito progressos. No passado, se a gente considerar 15, 20 anos, na época do Senador Tuma, ainda... O senhor sabe que era... As polícias... Até por uma vocação investigativa, o policial, ele tem,

o investigador policial, o investigador criminal, ele tem, por natureza, desconfiar. E ele tem, por outra natureza, conter a informação, não compartilhar a informação, porque ele quer levar a bom cabo o seu trabalho. Então, essa característica da nossa formação, ela, por muitos e muitos anos, nos manteve muito distanciados, uns órgãos de segurança de outros e até mesmo outros órgãos que não são de segurança pública, mas tem um papel muito importante no controle de fronteira, como é o caso da Receita Federal.

Isso tem avançado, na nossa opinião, no Brasil. Tem avançado bastante, a passos largos, como foram os exemplos que nós mencionamos. Há muito o que fazer, ainda, mas o caminho, nós somos otimistas, o caminho é bom. A gente tem aprendido que a cooperação, em nível doméstico, sem querer protagonizar ou isoladamente colher os louros de um bom trabalho, mas, sim, conscientes da cooperação e de que cada um tem uma parcela nesse grande sistema que é do estado brasileiro, de segurança pública, a gente tem avançado e temos que continuar avançando, despidos de vaidades corporativas, não é? E buscando, cada vez mais, a cada oportunidade, que é a diretriz da atual administração da Polícia Federal, intensificar, aperfeiçoar, aprimorar esta cooperação com todos os órgãos de segurança pública e até os que não sejam, mas que tem algum papel a representar.

Na parte da legislação, que diz respeito, especificamente, a essa Casa, não é? E que a gente tem que reconhecer, nós, como investigadores criminais, que se tem feito muitos avanços no Brasil. A gente compara com outros países, o Brasil tem feito muitos avanços na legislação, em matéria criminal, tanto na processual penal quanto na legislação penal. Nós tivemos várias leis especiais, que foram aprovadas ainda na década de 90, interceptação de comunicações, lavagem de dinheiro, a própria Lei de Entorpecente, a Lei Antidroga, delação premiada, são várias leis, a Lei de Crime Organizado, a primeira, que foram feitas e que deram... E permitiram que os órgãos de segurança pública, notadamente os órgãos de investigação criminal, possam agir desse modo mais sistemático, com foco em uma eficácia maior dos resultados, do que aquelas técnicas previstas no nosso, ainda, Código de 1940.

Agora, existem algumas legislações que estão tramitando, eu menciono até a nova lei sobre... O projeto de lei que surgiu no Senado, nesta Casa, sobre organizações criminosas, que ora está na Câmara, que é um bom projeto. Outras... As técnicas especiais de investigação, notadamente da interceptação de comunicações, o número de lavagem de ativos, que são projetos que estão tramitando, que o Congresso Nacional tem um papel fundamental para aperfeiçoar

os instrumentos que estão à disposição do aparelho de estado, de repressão dessas organizações criminosas.

Por fim, a ação permanente e integrada nas fronteiras, essas experiências boas que temos tido, notadamente nos último dois anos, a integração maior com Forças Armadas, a aprovação da lei que permite as Forças Armadas atuar, em um papel secundário, no policiamento das fronteiras. Isso tudo que nós vemos... Assim, há um consenso, hoje, pelo menos, no nível técnico, dos diversos órgãos, de que é um caminho sem volta, mas para que isso se perpetue é importante, é fundamental, é essencial que sejam estabelecidas, criadas dotações orçamentárias específicas para suportar, porque todos os órgãos já têm a sua missão constitucional, têm o seu orçamento, e para assumir uma nova atribuição, que vai representar, certamente, algum custo, precisa ter uma complementação para suportar isso.

Agora, na nossa visão, na verdade, a integração, a cooperação e a presença permanente na região de fronteiras, ela é fundamental para o aprimoramento desse nosso sistema, hoje, empiricamente aí, testado e provado. E para isso é, também, importante para o Congresso Nacional, para o Executivo que a gente tenha o orçamento específico para suportar essa presença continuada, articulada e coordenada nas fronteiras.

Era só isso que tinha a dizer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra o Dr. Alexandre Aragon, Secretário Nacional De Segurança Pública, substituto.

SR. ALEXANDRE AUGUSTO ARAGON: Presidente Senador Demóstenes Torres, Senador Jarbas Vasconcelos, Senadora Kátia Abreu, Senador Romeu Tuma, cumprimentando V. Exa., cumprimento a todos os presentes aqui, sem deixar de cumprimentar os integrantes da Mesa, o Coronel João Batista Stevaux, o Dr. Troncon, que acabou de apresentar, o Dr. Tiago di Giulio Freire, especialmente o Dr. Luiz Fernando Corrêa.

E quando nós fomos falar de integração policial, eu falo da pessoa, em especial o Dr. Luiz Fernando Corrêa, que é a pessoa que inicia, de fato, a integração policial no Brasil, a criação da Força Nacional. A gente vai falar de... Quando nós falamos de fronteiras, nós falamos em um sentido lato. E eu fiz um questionamento de como a Polícia Federal conseguiria administrar as fronteiras brasileiras com o efetivo que tem. Isso, fora o suporte tecnológico, é, de certa forma, impossível.

O Brasil faz fronteiras com dez países. E nos questionavam, com relação à Copa do Mundo, se a África do Sul conseguia, como nós faríamos? A África

do Sul faz fronteira com três, são realidades diferentes. O tipo de fronteira seca da África do Sul é diferente da fronteira seca do Brasil, e por aí. São 11 estados de fronteiras que nós temos. São 571 municípios que nós temos nas fronteiras. São 11 milhões de pessoas que vivem na área de fronteira. Área de fronteira consideremos os 150 quilômetros da linha de fronteira para o interior do país. São 16.8 mil quilômetros de fronteiras, sendo que desses 16.8 mil quilômetros, 9.500 são por vias fluviais.

Em 2007, ou melhor, antes disso... E nessas fronteiras, essas fronteiras estão diretamente relacionadas com a incidência criminal no país. Nós vamos ter 33 mil desaparecidos no país. Nós vamos ter 80 mil armas apreendidas, por ano no país, no país; 15 mil cargas desaparecidas no país; 400 mil veículos – são dados de 2007 – que são furtados no país. E aí, em 2007, verificando-se que em uma tentativa de diminuir esses índices de ocorrência e diminuir o índice de homicídios no país, se verifica que também os municípios com mais de 50 mil habitantes, que estão na área de fronteira, têm uma incidência de homicídios maior do que aqueles fora da fronteira.

E aí, se nós fomos buscar as razões culturais, porque o Brasil inicia-se na parte litorânea e a urbanização chega a posteriori na fronteira, nós vamos encontrar diversas causas. Mas, naquele momento, em 2007, nós procurávamos a resolução desse problema. Em 2007, através do Fórum Internacional de Gabinetes de Gestão Integrada, nasce a ideia de alguma coisa especializada, uma política especializada de polícia de fronteiras. Em 2008, se faz nova reunião, em Manaus, em que se estabelecem políticas para os estados e os estados vêm ao Governo Federal dizendo de suas necessidades. E o Governo Federal começa a montar uma política de fronteiras, que nós vamos chamar e batizá-la de Policiamento Especializado de Fronteiras.

Quando se fala em integração, e fizemos questão de dizer que inicia-se essa integração, de fato, com a Força Nacional, nós, através desse programa, nós colocamos todos os estados em link. Todos os estados passam a conversar. Esse programa, efetivamente, inicia-se este ano. Já iniciou-se esse ano, com a formação de quase 400 alunos de todos os estados de fronteira brasileiros, e prevê a instalação de 12 bases, das que tragam as polícias estaduais também para o enfrentamento a esse tipo de crime e não somente os órgãos federais.

Quando nós falamos de Polícia Federal, nós falamos de um efetivo muito exíguo para fronteira brasileira. Quando nós falamos de Força Nacional, que a Polícia Federal solicita apoio, nós falamos de 10 mil homens que vêm das polícias estaduais, que ficam na Força

Nacional durante um pequeno período de tempo. Mas quando nós falamos das polícias estaduais e queremos envolvê-las, nós falamos de 610 mil homens que estavam alijados desse processo. Que estavam alijados desse processo nos centros urbanos, combatendo aquela violência que é gerada pelo crime que não é contido nas fronteiras.

O que nós trazemos... E através de um pedido dos estados, o que nós trazemos? Se verificou, depois de 510 anos, que de viatura não se chega em diversas partes do países, que em diversas partes do países nós só vamos chegar de helicóptero ou de embarcações. Inicia-se uma política de aviação policial, e estados de fronteiras que não dispunham de aeronaves passaram a ter, nos último dois anos. Todos os estados de fronteiras passaram a ter, que foram os primeiros aquinhoados com essa política.

Além disso, e para esse ano, complementando-se isso, nós temos a questão hidroviária. Conforme eu falei, dos 16 mil quilômetros, 16.8 mil quilômetros, 9.500 quilômetros são por vias fluviais. E aí, este ano, inicia-se a aquisição, para os estados de fronteira, de 204 embarcações para as polícias.

As polícias têm muita vontade. Nós não tínhamos nenhum parâmetro em termos de polícias estaduais, em termos de fronteira. O que nós tivemos, e há muito pouco tempo, nasce do Mato Grosso, o GEFRON, que é um Grupamento Especializado de Fronteira, que foi a base de criação de todo o projeto PEFRON para o Brasil. Com base em uma experiência estadual, nós juntamos todas as polícias, fizemos um pacto federativo com essas polícias e essas polícias, agora, estão sendo capacitadas pelo Governo Federal, através do sistema de educação do Governo Federal, para atuarem nas ações de fronteiras. E tivemos, agora, a Operação Gênese, com a Polícia Federal e mais 15 órgãos envolvidos, que foi um sucesso, envolvendo esse efetivo que também treinou.

Além disso, e aí volto à questão da Polícia Federal e à integração das polícias, também é utilizada a Força Nacional de Segurança, composta por policiais militares, bombeiros militares e, agora, policiais civis também, de todo o país, que atuam em apoio à Polícia Federal.

Quando se fala em um projeto, não se fala em operação. Quando se fala em um projeto especializado de fronteiras, nós não estamos falando em uma operação que tem data para iniciar e uma data para acabar. Nós estamos falando de uma coisa permanente, de uma ação permanente do governo, ou uma ação de estado para as fronteiras, com o fim de auxiliar essas 11 milhões de pessoas.

Quando nós vamos verificar os crimes relacionados nas fronteiras, nós vamos verificar que nós vamos ter o abigeato, que é o roubo de gado; contrabando e descaminho, crimes ambientais, evasão de divisas, exploração sexual infantojuvenil, pistolagem, refúgio de criminosos, rota de veículos roubados, roubo de cargas e veículos, tráfico de armas e munições, tráfico de drogas, tráfico de pessoas, turismo sexual. Na questão da fronteira Brasil–Bolívia, somente quatro desses itens não estão enquadrados, mas muita coisa também se resolve com outras ações que já são ações estruturantes, que não são ações que foram inventadas agora.

Essas ações estruturantes também... Nós temos o SINIVEM, que é o Sistema Nacional de Identificação de Veículos em Movimento, que deve sofrer um aumento de cerca de 300% em sua fiscalização em todo o país, ou seja, aquela placa do veículo furtado em São Paulo, se cruzar em determinado momento pelo Paraná, imediatamente todos os postos policiais são alertados, que é um sistema que está em expansão no Brasil. Nossa rota, a nossa malha viária deve aumentar em 30% nos próximos três anos, e essa expansão é necessária. Então, são diversas ações estruturantes que estão sendo realizadas.

Além disso, com os países fronteiriços – não só com os fronteiriços, mas especificamente com os fronteiriços –, nós estamos disponibilizando o nosso sistema de ensino à distância. Esse sistema de ensino à distância foi capa do New York Times e foi capa do Washington Post, no ano passado. No Brasil, não rendeu uma linha. Mas ele é o maior sistema de ensino do mundo, que formou nos últimos três anos 476 mil policiais, dos 610 mil que nós temos. E que, hoje, nós temos acordo com os países da América Latina, foi todo transformado em espanhol.

É um sistema criado por policiais brasileiros, com a participação de 66 universidades brasileiras, com 270 centros instalados no Brasil, com centros instalados em grande parte dos países da América Latina – com toda matéria que é produzida no Brasil já transformada em espanhol –, com a África portuguesa, também, com centros sendo montados na África portuguesa. E, agora, estamos transformando toda a matéria que é passada para os nossos 610 mil policiais, que já foram atingidos 476 mil, em inglês, porque fechamos um acordo coma Scotland Yard, e entramos pelo norte da Europa, ensinado a matéria que é ensinada para os policiais brasileiros. Então, o que o policial do Amapá está aprendendo hoje, o policial norueguês também está aprendendo, matéria formada pelos policiais brasileiros. Essa capacitação, nós estamos disponibilizando aos países da América Latina.

Tivemos um panorama geral do que está sendo feito pelas fronteiras, em virtude do tempo, nós corremos bastante. Poderíamos discorrer bastante. Mas são ações estruturantes, que vêm de mais tempo, e não são operações, apenas, são ações que permanecerão, são projetos, projetos de estado para estes estados.

Então, são base fixas que permanecerão ali, com coisas que não haviam sido pensadas ainda, que são, por exemplo, o policiamento hidroviário, que acabamos de falar, e que são, por exemplo, policiamento aeroviário, que acabamos, também, de falar. Muito tranquilo. Era uma política que era feita, há tempos, de se entregar 300, 400 viaturas para um governo que não tinha como tirar essas viaturas da capital do estado, porque não tem estradas que cheguem no interior do estado. Nós estamos providenciando nesses sistemas estruturantes.

Palavra chave: integração. Essa integração é feita entre os estados federados, com seus 610 mil policiais, com a Polícia Federal, com a Força Nacional de Segurança, composta por policiais dos estados brasileiros, e com as polícias dos países vizinhos.

Sr. Presidente, eu fui... Bom, Senador Romeu Tuma, eu fui bem rápido. Não sei se...

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas deu para entender o pronunciamento de V. Sa., pela exposição.

Agora, é o Dr. Stevaux, em nome do Ministro da Defesa, Ministro Nelson Jobim. V. Exa. tem a palavra aí, pelo tempo necessário.

SR. JOÃO BATISTA STEVAUX: V. Exa., Senador Romeu Tuma, Senadora Kátia Abreu, o Diretor Luiz Fernando Corrêa, o Diretor Roberto Troncon, o Secretário Substituto Alexandre e o nosso Dr. Tiago e a todos os presentes, em nome do Ministro da Defesa, agradecemos o convite, a possibilidade de estamos aqui, presentes, para participar desta audiência.

E, na verdade, a nossa exposição, em grande parte, foi antecipada – o que eu agradeço ao Diretor-Geral de Polícia Federal, ao Diretor de Controle e Combate ao Crime, porque por várias vezes eu aqui estive, feliz de estar representando o Ministério da Defesa, porque as Forças Armadas foram citadas. E dentro do arcabouço legal que permite o emprego e o apoio das Forças Armadas, as ações de combate ao crime organizado, eu acho que todos já puderam aquilatar e avaliar o que é feito pelas Forças Armadas.

Então, a participação, o apoio, a cooperação, quer seja no aspecto logístico, inteligência, comunicações e instruções, e até agora a participação prevista com a Lei do Abate, e ainda a Lei Complementar 117, que nos dá autonomia para atuação na faixa de fronteira,

eu compreendo que o que deve ser feito, o que pode ser feito está sendo feito. Essa integração e a cooperação entre todos os órgãos envolvidos, eu acho que é já uma posição bastante positiva.

De forma que eu agradeço, aqui, a oportunidade de estar presente. E me coloco à disposição, no momento dos debates, dentro da minha limitação, poder contribuir com os esclarecimentos necessários. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado a V. Exa. pela rapidez. Então, é a soma do que eles falaram aqui.

Então, com a palavra, Dr. Tiago.

SR. TIAGO DI GIULIO FREIRE: Exmo. Sr. Presidente dessa sessão, Senador Romeu Tuma. Na pessoa de quem saúdo a todas as autoridades e demais presentes.

Em primeiro lugar, eu gostaria de destacar que o Ministério Público do Mato Grosso do Sul ficou muito honrado pelo convite e pela oportunidade de poder contribuir em tema tão caro aos interesses da sociedade, como é o combate ao tráfico de entorpecentes. Estou aqui, hoje, por força de designação do eminente Procurador-Geral de Justiça, Dr. Paulo Alberto de Oliveira, que infelizmente não pôde comparecer em razão de compromissos anteriormente assumidos.

Da mesma forma como o meu antecessor, eu havia dividido a minha exposição em duas partes. A primeira, eu trataria um pouco da fiscalização e, a segunda, eu faria algumas... Eu levantaria algumas dificuldades que o Ministério Público tem tido para combater o narcotráfico e faria algumas sugestões. Até mesmo diante do adiantado da hora, eu vou suprimir essa primeira parte da palestra, que foi feita de forma brilhante pelos integrantes da Polícia Federal e deixarei, passarei diretamente à segunda parte, porque de nada adianta a polícia combater com efetividade o narcotráfico, se a justiça não der uma resposta à altura.

O que temos visto ultimamente é que as penas para os narcotraficantes desta região, eu que sou promotor de Miranda, uma cidade que fica... É o corredor de narcotráfico, fica entre a Bolívia e Campo Grande, entre a capital do estado e a fronteira seca com a Bolívia. Nós temos sentido que a resposta não tem vindo à altura. E isso tem acontecido por quê? Diante da leniência da legislação e de algumas interpretações laxistas que têm dominado infelizmente nossos tribunais, inclusive tribunais superiores.

Então, eu vou me ater a informar os três principais pontos, as três principais dificuldades que o Ministério Público tem enfrentado para dar uma resposta adequada, para dar uma resposta efetiva para o narcotraficante. A primeira delas é uma causa de di-

minuição de pena da nova lei, na nova Lei Antidrogas 11343, de 2006. Já não é tão nova, mas é a última, não é? Que ela define o seguinte: que tem que se dar uma causa de diminuição de pena para aqueles traficantes primários, de bons antecedentes, que não se dediquem às atividades criminosas e não integrem organizações criminosas. A intenção do legislador foi muito boa, o legislador pretendeu com isso apenas de modo menos severo aquele pequeno traficante, aquele traficante de primeira viagem, o chamado 'mula', que nós temos muito lá na nossa região. Isso fez com que a pena habitual dos traficantes, principalmente lá na Comarca de Miranda, ficasse em um patamar muito aquém do esperado. Hoje não é raro nós nos depararmos com traficantes condenados à pena de um ano e oito meses de reclusão, uma pena inferior a de um furto qualificado, inferior de uma receptação qualificada.

Agora, esse não é o principal ponto de insurgência do Ministério Público. O principal ponto é que essa causa de diminuição vem sendo aplicada de forma indiscriminada a todos os traficantes, a não ser os reincidentes. Com a experiência que eu tenho na região, em torno de 15% dos presos são reincidentes, de forma que os outros 85% são agraciados com essas causas de diminuição.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor dá licença um pouquinho? Desculpa.

SR. TIAGO DI GIULIO FREIRE: Pois não, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu como fui o relator da lei, ela veio do governo, através de assuntos institucionais, e foi estudo... Foi muito discutido isso. Inclusive, com intervenção de juízes e promotores, sobre o aspecto de separar o usuário, do traficante e do pequeno traficante.

Então, houve pressão, a gente sente, a polícia sente também a grande dificuldade de operacionalizar a prisão de alguém que usa e que às vezes tem pequenas quantidades, para dividir entre os companheiros, para o uso coletivo. Foi fixando na tentativa de recuperação e, talvez, de assistência médica. Então, muita coisa do que foi programado no projeto, na lei, ela não está sendo cumprida.

SR. TIAGO DI GIULIO FREIRE: Com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, essa é que traz essa confusão e traz a dificuldade do juiz em aplicar uma pena mais grave. Então, eu acho que é importante que às vezes essas reuniões dêem a ideia da modificação, da alteração legal, para poder equacionar o combate mais sério e talvez a recuperação com muito mais vigor do que

é o feito hoje. Até a assistência médica é quase zero àquele que é usuário da droga.

Desculpe interromper, V. Exa., mas é porque a gente, às vezes, vai sentir. Você faz um projeto, ou relata, é favorável a algumas coisas e que no meio do caminho sente de perto que não foi o mais correto. Então, os senhores que aplicam a lei é que tem que nos auxiliar a fazer a alteração necessária, para que realmente ela possa ser cumprida a contento e em benefício da sociedade.

SR. TIAGO DI GIULIO FREIRE: Muito boa a interpelação do senhor. Até mesmo porque o senhor vai ficar indignado com os dados que eu vou passar mais à frente.

Então, dando continuidade ao raciocínio. Hoje, essa lei com exceção dos reincidentes, que são 15% dos presos, ela é aplicada de forma indiscriminada. Por quê? Com exceção das investigações da Polícia Federal e da Polícia Civil, com muito mais frequência da Polícia Federal, em que há prova de que os integrantes, de que os traficantes, eles fazem parte de uma organização. Como regra as prisões que nós temos na região são feitas pela Polícia Rodoviária Federal, em barreiras de rotina.

Quando acontecem esses tipos de prisão não se levantam mais dados, não há qualquer prova de que aqueles agentes estão ou não integrando determinada organização, ou mesmo que eles se dediquem a atividades criminosas. A não ser que eles confessem, o que é muito raro acontecer, de forma que acabam se aplicando a todos. E mais, por incrível que pareça o Tribunal de Justiça, no Mato Grosso do Sul, tem aplicado essa causa de diminuição de pena no silêncio da lei, para pessoas que estão transportando grandes quantidades de cocaína. Não é raro traficantes com cinco quilos, 10 quilos, 15 quilos de cocaína serem agraciados com essa causa de diminuição de pena.

Eu tive um caso concreto, na semana passada. Um cidadão foi condenado por transportar em seu veículo 22 quilos de cocaína e foi beneficiado com essa causa de diminuição de pena, restando a sua pena total em dois anos e seis meses. Agora, com uma pena dessa, eles realmente vão gozar da justiça e não tem por que... Porque não tem nada, ele não sente na... Essa pena, ela é insuficiente, tanto para a repressão, quanto para a punição do ilícito. Antes de vir para cá, eu fiz um estudo e eu vi que, em média, a porção de cocaína para o usuário final, ela tem o peso de um grama, um pouco menos de um grama. A conduta desse traficante daria, em tese, para atingir 22 mil pessoas. Então, eu não sei se esse foi o espírito do legislador, e acredito que não, como V. Exa. mesmo pontuou agora.

Então, qual seria a nossa sugestão? A nossa sugestão, o Ministério Público de Mato Grosso do Sul, e eu vim aqui com essa missão, era sugerir que essa causa de diminuição de pena ficasse condicionada à pequena quantidade de droga. Ainda que não constasse expressamente o que seria pequena quantidade de droga, aos poucos os tribunais iriam definir isso. Agora, pelo menos serviria para impedir abusos como esses que estão acontecendo, aplicações de forma bastante... Acredito, bastante indiscriminada, bastante banal, chega a banalizar a causa de diminuição de pena.

Ontem à noite, inclusive, estive conversando com um amigo, um colega do Ministério Público, e ele falou: "Se você está achando que 22 quilos de cocaína é muito, eu tive um caso aqui - ele é da Cidade de Ivinhema, interior do Mato Grosso do Sul - que foi aplicado para uma pessoa com três toneladas de maconha". Então, essa modificação que se sugere é que... Três toneladas de maconha, três mil quilos de maconha. Então, essa modificação que se sugere, ela serviria tanto para o combate ao tráfico Brasil-Bolívia, que é o tráfico de cocaína, como também no tráfico Brasil-Paraguai, que é o tráfico de maconha, porque essa causa vem sendo aplicada no estado inteiro, no Estado de Mato Grosso do Sul inteiro.

Eu vi alguns julgados do Superior Tribunal de Justiça, que dependendo de quantidade de droga não tem se aplicado, sobre o fundamento que aquele cidadão, aquele agente, estaria se dedicando a atividades criminosas. Agora, é difícil de sustentar esse posicionamento, porque não é o simples fato dele estar levando uma grande quantidade que ele se dedica, pode ser a primeira vez. Agora, no meu entender, jamais seria uma causa de diminuição de pena dessa natureza que pode reduzir a pena em até 2/3, cabível nesses casos. Então, esse seria o primeiro... Essa seria a primeira sugestão. Inclusive, aqui é o ponto da lei, acredito que tem causado até mesmo por esse interpretação mais laxista, essa interpretação mais liberal, que tem causado, deixado com que as penas sejam insuficientes, para reprimir o gravíssimo, odioso crime de tráfico de entorpecente.

SR. TIAGO DI GIULIO FREIRE: Esse... Laxista, liberal, uma interpretação mais frouxa, não é?

O outro problema, dessa mesma causa de aumento, que eu acabei passando despercebido no momento que eu estava expondo, é a questão dos antecedentes. A lei, ela condiciona primário de bons antecedentes. Acontece que o Superior Tribunal de Justiça, recentemente, editou a Súmula 444: que não podem ser utilizados como maus antecedentes, investigações e processos em curso. Então, resumindo, aquela pessoa que está respondendo a dois, três, quatro processos,

ela pode ser beneficiada com a causa de diminuição de pena. Por quê? Porque ela não é residente. Se ela não é reincidente, a contrario sensu, ela é primária de bons antecedentes, diante do princípio da presunção da inocência.

Então, como eu falei no início da minha exposição, ela tem sido aplicada para todos os traficantes, com uma única exceção daqueles que são reincidentes, ou quando a investigação demonstra que eles integram organização criminosa. O que pelo menos na região, pelo menos esse tráfico, que foi comentado pelo diretor do combate ao crime organizado, esse tráfico formiguinha, que é o que acontece mais na região, tem acontecido. Agora, quando nós pensamos em tráfico formiguinha, nós não podemos perder a dimensão que não é um tráfico muito grande. Segundo dados da Polícia Rodoviária Federal, que eu levantei antes de vir aqui, somente de junho de 2009 a julho de 2010, foram apreendidos 200 quilos de cocaína. É mais de meio quilo de cocaína apreendido por dia, somente no posto da Polícia Rodoviária Federal, situado no Município de Miranda. Quer dizer, não é um tráfico nada desprezível. Pelo contrário, é um crime bastante grave e com bastante frequência.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A região de Cáceres ...pior, não é?

SR. TIAGO DI GIULIO FREIRE: É, a região de Cáceres já não sei, porque seria em outro estado, mas acredito que não seja diferente. Antigamente, quando eu cheguei em Miranda há seis anos, o tráfico se concentrava ali, somente naquela fronteira com Corumbá. Hoje em dia, nós temos visto a fronteira da Bolívia descer para o Paraguai e entrar por Ponta Porã. Temos visto também o tráfico pelo Mato Grosso, entrando pela fronteira com Cáceres, ali onde o senhor está falando, que seria... Pegaria Coxim, Sonora, entraria por ali. Hoje se dividiu, mas de qualquer forma não diminuiu, ele está mais disperso, está mais dividido o tráfico de entorpecente. Então, seria esse o primeiro ponto, que tem causado bastante dificuldade no combate efetivo, na resposta efetiva aos traficantes.

O segundo ponto seria a questão do tráfico interestadual. Das prisões acontecidas na região, 80% dos traficantes são oriundos de outros estados da Federação. Eles foram contratados na sua cidade, no seu estado de origem e pretendem retornar com aquela droga, que eles estão levando, para o seu estado de origem. Então, quer dizer, é um tráfico muito mais reprovável. Por quê? Porque ele visa mais de um estado da Federação, ele envolve mais de um estado da Federação. O traficante, ele é cooptado lá no seu estado de origem, muitas vezes no interior do Paraná, no interior de São Paulo, às vezes no Nordeste. Agora, ultimamente, te-

mos tido alguns casos lá de Fortaleza, quatro, cinco prisões seguidas da pessoa vindo do Nordeste do Brasil. E o que tem acontecido? A lei prevê uma causa de aumento de no mínimo 1/6 da pena.

Agora, o nosso Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul tem entendido que essa causa não tem aplicação. Por quê? Porque o agente não conseguiu efetivamente transpor as fronteiras do estado. Então é um ponto que o Ministério Público não concorda nem um pouco. Se já está havendo envolvimento de mais estados da Federação, esse tráfico queira ou não queira, ele está atingindo uma maior porção da coletividade, está atingindo mais membros da coletividade. Tanto que o agente que está praticando, ele não é residente no Estado do Mato Grosso do Sul. Pelo contrário, é de fora. E essa droga visa qual local? Visa lá fora, visa o estado de origem dele.

Então, seria mais uma sugestão, aqui para os senhores, para V. Exas. senadores da República, que essa causa de aumento não ficasse condicionada à efetiva transposição. Embora não conste na lei, que se faça como foi feito com o tráfico transnacional. Ninguém discute aquele estrangeiro preso no aeroporto, prestes a embarcar com vários quilos de cocaína, que ele vai responder por tráfico internacional. Agora, por que não é assim com o tráfico interestadual? Então, seria o segundo ponto, seria a segunda dificuldade, porque a pena deixa de ser elevada por conta da não aplicação dessa causa de aumento. Seria, então, o segundo ponto, seria a sugestão de modificar essa causa de aumento, de forma que a deixasse nos moldes do tráfico transnacional, ou que constasse expressamente que basta o envolvimento de mais de um estado da Federação, ou que visa mais de um estado da Federação. Então, seria esse segundo ponto. Outro ponto que nós temos enfrentado e com o que, infelizmente, o Poder Judiciário não tem dado guarida às nossas interpretações, no sentido de aplicação quando na efetiva transposição das fronteiras do estado.

Por último, também é um problema que nós temos enfrentado, até mesmo porque o tráfico lá acontece, a grande maioria, na BR-262. Hoje, estão começando também o tráfico na ferrovia e o combate é ainda um pouco incipiente no tráfico pela ferrovia. Mas na BR-262 é o tráfico praticado em transportes públicos. A lei já prevê uma causa do aumento para aquele tráfico praticado em transportes públicos, como seria o caso dos ônibus. Acontece que, mais uma vez, o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul tem adotado um posicionamento que já está pacificado em suas turmas criminais, no sentido de que somente aplique essa causa de aumento se o agente estiver aproveitando daquela grande quantidade de pessoas para disseminar o trá-

fico de entorpecente. Se ele estivesse vendendo essa cocaína dentro desse ônibus, o que não acontece com a pessoa que está fazendo o transporte. Agora, não é porque ela não está disseminando lá dentro que esse tráfico não é mais grave. Pelo contrário, ele está expondo a todos os passageiros daquele ônibus. Todos os passageiros daquele ônibus estão sendo expostos àquele tráfico de cocaína, muitas vezes mulheres, crianças, idosos.

Então, é óbvio que a intenção do legislador, ninguém melhor aqui do que os senhores para saberem, foi de quando o tráfico acontecesse em transporte público fosse, sim, aplicada essa causa de aumento, não necessitando que lá fosse comercializado. Ora, eu não consigo visualizar um cidadão que transporta cinco ou dez quilos de cocaína em um ônibus como ele não está sendo nocivo às demais pessoas que estão com ele naquele coletivo. Seja por conta de uma fiscalização mais efetiva que a polícia faz e que atrapalha a viagem dele, seja por conta de uma cocaína mal embalada que pode vir aquele odor, seja por conta dos inúmeros outros efeitos deletérios da droga.

Por conta disso, seria mais uma sugestão que nós faríamos no sentido de que bastaria o transporte, os senhores saberiam fazer a adequação mais correta, para que houvesse, sim, uma causa de diminuição de pena. Dessa forma, a pena média, que seria hoje na região de dois anos para os primários, ela passaria a sete anos de reclusão, porque seriam cinco anos de pena mínima, mais 1/6 da causa do interestadual e mais 1/6 do transporte público. Aí sim, teríamos uma resposta à altura para crime tão grave, para crime que causa tanta repugnância e que acaba com tantas famílias, crimes dos mais deletérios do país.

Essas seriam minhas três dificuldades que eu gostaria de apontar, acompanhadas das três sugestões. Como eu já disse, vou deixar de externar aqui a minha palestra sobre a fiscalização policial, porque já foi muito bem feita. Agora, de qualquer forma, estou à disposição para responder especialmente a questão do combate feito pela Polícia Rodoviária Federal, que é a nossa grande parceira, grande parceira do Ministério Público Estadual na região, é a Polícia Rodoviária Federal. Infelizmente, essa integração com a Polícia Federal ainda é incipiente na nossa região, pelo menos. Na fronteira, acredito que seja mais... Esse trabalho já esteja mais adiantado. Mas ali a região, que é o corredor do tráfico de entorpecentes, Miranda, ainda nós não temos esse trabalho mais aprofundado, mais arraigado com a Polícia Rodoviária Federal e que espero, depois dessa audiência aqui, que passe a acontecer.

Então, seriam essas as minhas dificuldades, as dificuldades do Ministério Público do Mato Grosso do Sul e as sugestões. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Dr. Tiago, solicitaria a V. Sa. deixar as sugestões de V. Exa. E pediria à secretaria que recebesse as sugestões, em seguida, mandasse para estudo sobre a reforma, porque há um estudo agora já da Reforma da Lei Antidrogas e eu gostaria que V. Sa. deixasse as sugestões.

SR. TIAGO DI GIULIO FREIRE: Com certeza, eu vou deixar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E pode tem certeza que a Polícia Federal já está determinando a ação dela em Miranda.

Eu peço licença aqui, se for possível, o secretário nacional de segurança está propondo exibir um vídeo de 15 minutos, passado no Fantástico, sobre a fronteira com a Bolívia. Se houver concordância de todos, porque a hora avança, eu pediria que fizesse a exibição do filme. Dr. Alexandre, é essa a proposta de V. Sa.?

SR. ALEXANDRE AUGUSTO ARAGON: Sim, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, há alguma coisa contrária? Senadora Kátia?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): O vídeo, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, tudo ok. Por favor.

[exibição de vídeo]

“REPÓRTER 1: O Fantástico começa...”

SR. ALEXANDRE AUGUSTO ARAGON: Ele é bem explicativo, Exa., acho que fala por si só o que está sendo desenvolvido, principalmente, na fronteira Brasil-Bolívia.

[exibição de vídeo]

“REPÓRTER 1: ...As nossas equipes acompanham de perto a guerra contra os cartéis das drogas.

Em território americano, a operação se chamou Resultados. Equipe: três mil policiais e investigadores em ação na fronteira entre os Estados Unidos e o México. E mais 45 mil soldados e cinco mil policiais federais no combate ao narcotráfico no México, especialmente em Ciudad Juárez, apontada como a mais perigosa do mundo.

No Brasil, a operação recebeu o nome de Gênesis e foi a maior já realizada no país. Local: fronteira do Brasil com a Bolívia. Equipe: 350 policiais e homens das três Forças Armadas. Estratégia: montar barreiras nas estradas locais e concentrar as operações em 28 cidades da fronteira. Cinco barcos da Marinha patru-

lharam os rios do Pantanal, e a Aeronáutica deslocou para a região dois aviões radares e um helicóptero.

A nossa reportagem especial começa em uma das principais portas de entrada do crime organizado no Brasil.

A ação em terra, na água e no ar, o esforço conjunto é para fiscalizar a fronteira em Mato Grosso, mais de 90% da pasta-base de cocaína produzida na Bolívia passa por esse território.

Quem coordena a operação é o Coronel Ibanez, Comandante do Grupo Especializado de Fronteira da Polícia Militar de Mato Grosso, o GEFRON. Ele mostra uma caminhonete com fundo falso, que foi usada para o tráfico, e descoberta por um policial.

ENTREVISTADO: E ele puxou toda essa bandeja para fora e tinha 100 quilos de pasta-base.

REPÓRTER 1: Cem quilos de pasta-base são suficientes para a produção de 300 quilos de cocaína.

Terça-feira, 10h da manhã, pegamos a BR-174 que liga Cáceres a Pontes e Lacerda. Policiais param alguns carros e fazem uma vistoria minuciosa em busca de droga escondida. Esse policial decide desmontar o filtro de ar de uma caminhonete.

ENTREVISTADO: Eu vou olhar o filtro de ar, se tiver a droga, ou senão dinheiro, ou dólares.

REPÓRTER 1: Ah, o senhor já viu muita gente levando...?

ENTREVISTADO: Já. Aqui não tem nada.

REPÓRTER 1: Ao meio-dia, chegamos ao penúltimo posto policial antes da fronteira, conhecido como Posto do Limão. Essa enfermeira identifica as pessoas que engoliram cápsulas com cocaína, uma tática comum e perigosa. Se uma das cápsulas se abrir, o portador pode morrer na hora.

ENTREVISTADA: A revista é feita com uma apalpação no estômago e dá para perceber que há algo estranho. É a hora que a gente leva para fazer o raio X e identifica. Já teve aqui de pegar com até 98 cápsulas.

REPÓRTER 1: A fiscalização é rigorosa, quase todos os carros que passam por esse trecho da BR-070 são parados, e os policiais também usam helicópteros.

Nesse momento, o helicóptero da Força Nacional parou um carro que ...suspeito. Nessa rodovia, que é a ligação entre o Brasil e a Bolívia. Eles pararam, já desceram os helicópteros e estão fazendo a revista nos ocupantes do carro.

Há sete mil quilômetros daqui, a polícia mexicana vasculha casas, para vencer o tráfico na fronteira com os Estados Unidos.

REPÓRTER 2: Agora, são 10h45 da noite, os policiais federais mexicanos cercaram essa casa. Eles

tomaram conta do quarteirão e se preparam para fazer uma invasão. São aproximadamente 20 policiais fortemente armados, encapuzados, muitos deles, em uma operação à procura, ao que tudo indica, de narcotraficantes.

A informação que a polícia recebeu é que nessa casa azul tem uma pessoa sequestrada, esse seria o cativo, e eles estão tentando entrar nesse momento. Há um homem sem camisa, que não oferece resistência e vai abrindo a porta da casa. Há um senhor e eles entram. Nessa casa, onde a gente está, nesse momento, haveria uma pessoa sequestrada.

Eles continuam fazendo a busca em várias casas por essa rua. É um momento tenso, muito tenso, os policiais cercaram o quarteirão inteiro.

O sequestro teria ligação com a guerra entre os cartéis de drogas do México. O cativo não é aqui, o dono da casa é um padeiro e, como milhares de mexicanos, vive apavorado.

'Saio de casa e nunca sei se volto', ele diz. 'Aqui só se fala em mortes, mortes e mortes'.

Quando sair dos Estados Unidos, atravessar a fronteira e entrar em Ciudad Juárez cruze os dedos. Talvez você prefira fechar os olhos, porque o horror está na capa dos tablóides todos os dias: 'Tráfico? É?'. Mas depois abra bem os olhos e reze para não ser mais uma vítima dessa guerra.

Hoje, pela manhã, já houve mortos, acaba de acontecer esse crime aqui e, ao mesmo tempo, a gente tem informação de dois outros crimes em outras áreas da cidade.

Com mais alguns crimes ao longo da noite, a segunda-feira terminaria com nove vítimas da guerra do tráfico. Em dias mais violentos, matadores invadem até festas e metralham quem estiver pela frente. Nessa, foram 17 execuções de uma única vez.

Recentemente, eles até explodiram um carro-bomba para espalhar pânico e mandar recados para a polícia.

Isso aqui, a mais de 20 metros do lugar do atentado, tem uma parte da lataria do carro-bomba. Os estilhaços voaram por toda a parte aqui.

O terror mexicano começou depois que o Presidente Felipe Calderón declarou guerra ao tráfico, três anos atrás. As ruas foram tomadas pelos mascarados federais; mais de 25 mil pessoas morreram e nenhuma luz no horizonte.

A cidade onde passamos a última semana é recordista, mais de seis mil assassinatos. As vítimas mais frequentes são os soldados do tráfico. O Cartel de Sinaloa tenta roubar os pontos de venda do Cartel de Juárez. E tudo fica mais complicado por falta de consumidores. Os Estados Unidos estão finalmente

conseguindo fechar a fronteira, como você ainda vai ver nessa reportagem.

REPÓRTER 1: No Brasil, a Operação Gênesis segue para o Pantanal, no sul de Mato Grosso. Cinco barcos da Marinha vistoriam os rios da região e percorrem os trechos mais difíceis de se fiscalizar. Para cortar caminho até o posto de fronteira, passamos por dentro da Bolívia acompanhados da polícia local.

Agora nós estamos saindo da Bolívia, eu estou exatamente na fronteira. Essa fazenda, por exemplo, começa em um país e termina no outro. E a única coisa que indica que eu estou entrando no Brasil é esse marco aqui.

Na viagem, fica claro o quanto é difícil controlar esse território. Pouca gente mora na região, há muita mata fechada e várias estradas de terra clandestinas. São 983 quilômetros de fronteira em Mato Grosso, uma das áreas mais vulneráveis do país. O secretário nacional de Segurança Pública sobrevoou a região.

ENTREVISTADO: Percebi muitas pistas de pouso, evidentemente, pistas clandestinas. Obviamente, em um lugar tão ermo; é inconcebível que as fazendas precisem de tantas pistas de pouso.

REPÓRTER 1: Ao todo, o Brasil tem quase 17 mil quilômetros de fronteiras com dez países. A maior parte sem fiscalização, por onde entram as drogas e as armas, que alimentam o crime organizado das grandes cidades.

REPÓRTER 2: Agora estamos há poucos metros do México. A reunião incomum é no estacionamento de um supermercado, em terras americanas.

Agora, são cinco da manhã, a gente está aqui na Cidade de El Paso, na fronteira dos Estados Unidos com o México e mais de 60 policiais americanos se preparam para uma grande operação.

Policiais e também investigadores, uma força especial criada para evitar o avanço do narcotráfico nos Estados Unidos. São agentes federais e municipais que atendem pelo nome de 'Best'. Em português, os melhores.

Eles têm em mãos o mapa da casa de um traficante, e mandados judiciais para prender três integrantes dos cartéis mexicanos.

El Paso é a primeira parada das drogas que saem de Cidade Juárez. Se passarem desse ponto, elas seguirão para grandes capitais americanas como: Houston, Nova Iorque ou Chicago. É esse caminho que os policiais querem interromper agora.

Basta eles botarem o tanque na rua e daí vai mais um gerente do tráfico a caminho da prisão. A casa que ele escolheu para instalar o depósito de maconha e cocaína fica na segunda cidade mais segura dos Estados Unidos.

Estados Unidos? Não é só pelo nome que El Paso parece mexicano, repare nos letreiros das lojas, no rosto dos moradores e na língua usada pelo chefe da polícia de imigração americana para dar entrevista. Manuel Oyola explica porque os traficantes do México estão com problemas para atravessar drogas para os Estados Unidos.

'Estamos botando ordem ao longo de toda a fronteira, aumentamos o pessoal. Ficou mais difícil passar com grande quantidade de droga'.

Agora são apreensões pequenas como essa: 35 quilos de maconha encontrada no estofado do carro.

No engarrafamento constante, as chamadas 'mulas' se misturam às mais de 90 mil pessoas que diariamente atravessam a fronteira e tentam levar drogas até El Paso. A ordem aqui é manter as postas fechadas, com alta tecnologia, policiais atentos a qualquer gota estranha de suor, nervosismo, cães rastreando drogas e muitas algemas. Sem falar nos 20 mil patrulheiros de olhos grudados na cerca. Mas se ainda assim o tráfico passar pela fronteira: projeto resultados, a força-tarefa que prendeu, em dois anos, 2.200 traficantes em solo americano.

REPÓRTER 1: Anoitece, a Operação Gênesis continua. Agora nós estamos em uma área em que é muito comum que apareçam 'mulas', gente que atravessa a fronteira a pé levando a droga. Por causa disso, a gente vai acompanhar uma patrulha a pé, à noite, aqui ao longo da fronteira. A gente vai desligar a câmera e ligar uma outra que filma no escuro.

Vamos andando em silêncio, atentos a qualquer barulho estranho. Agora, se podia dar um tempo, uns 15, 20 minutos e a gente parou aqui para esperar. Alguns policiais foram lá na frente ver o que está acontecendo, esse barulho, e a gente está aqui esperando para poder voltar.

Eles descobriram um posto de parada dos traficantes, com garrafas d'água, sinais de que eles pararam ali para comer, mas ninguém estava no local.

O combate ao crime na fronteira depende de persistência, mas também de sorte. No dia seguinte, em Cáceres, a Polícia Civil desmonta 'bocas de fumo', prende três traficantes, apreende drogas e armas. A Polícia Federal encontra também 12 quilos de pasta-base de cocaína que tinham acabado de entrar no país.

Na sexta-feira, mais uma incursão. Agora é uma fazenda, em Comodoro. O grupo de fronteira de Mato Grosso descobre mais drogas e substâncias usadas no refino de cocaína. Quatro traficantes são presos, entre eles um suspeito de participar de uma facção criminosa de São Paulo.

No sábado de manhã, a Polícia Rodoviária Federal encontra dois quilos de pasta-base de cocaína

em pacotes soltos, dentro de um ônibus. Um cão farejador é usado, mas não consegue descobrir o dono da droga. Os passageiros são todos interrogados e depois liberados, mas o desafio de fiscalizar o crime na fronteira ainda é imenso.

Os resultados foram positivos?

ENTREVISTADO: Foram altamente positivos, na medida em que a gente consegue propor essa sensação de segurança para todos aqui. Porém, a gente percebe também a necessidade de uma presença maior do poder público nessa faixa de fronteira.

REPÓRTER 2: A trilha sonora da cidade mais perigosa do mundo...”

SR. ALEXANDRE AUGUSTO ARAGON: Sr. Presidente, agora é mais a parte mexicana. Eu agradeço a oportunidade.

Por que nós fizemos questão de mostrar isso? Durante muito tempo, nos Estados Unidos, a conta de impedir o tráfico nos Estados Unidos ficou por parte das autoridades americanas. Em determinado momento, eles conseguiram cancelar também essa responsabilidade às autoridades mexicanas. Só que essa retomada, ela está sendo a custa de muitas vidas. Conforme nós falamos aqui, o maior índice de homicídios... Os municípios com mais de 50 mil habitantes, na faixa de fronteiras, tem uma quantidade de homicídios bem maior do que os municípios que estão fora dessa faixa de fronteiras.

O que nós estamos fazendo através desses programas estruturantes, através da integração, e foi bem visto aqui, todos os órgãos trabalhando, é chamar todos à responsabilidade, chamar esses países à responsabilidade, assim como foi chamado o México à responsabilidade. Nós também estamos chamando os países fronteiriços à responsabilidade do enfrentamento desse problema.

O fundamental de tudo é que isso foi uma operação e a operação, geralmente, é a base de uma estrutura. A partir dessa operação se inicia uma estrutura, uma estrutura de estado e uma estrutura que está sendo montada, conforme nós havíamos dito anteriormente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado o senhor pela lembrança de trazer o filme. Nós já havíamos visto, achamos a importância da sociedade brasileira tomar conhecimento da grandiosidade e do volume que os narcotraficantes têm conseguido através de operações, pouco se importando com a vida humana.

Hoje, nós estamos vendo que o narcotráfico é uma grande preocupação, mas as mortes que estão advindo desse combate são coisas inaceitáveis. Ela tem que revoltar e é por isso que eu sempre tive honra,

orgulho de ter pertencido um tempo à Polícia Federal e o trabalho que ela desenvolve. Porque aí está em jogo a saúde pública e a vida humana, que é uma coisa que nós todos trabalhamos, em razão de preservar a vida daqueles que nada tem a ver e acabam morrendo em razão da falta de qualquer tipo de dignidade que os traficantes, hoje, fazem em suas operações, para ganhar o dinheiro mais fácil e sem nenhum escrúpulo.

Então, cumprimento os senhores por esse trabalho espetacular, e saibam os senhores que nós estamos aqui nesta comissão, aonde devemos sempre esperar sugestões, para que possamos melhorar cada vez mais a legislação e dar espaço para que a polícia, o Ministério Público tenham meios para levar os traficantes à cadeia. Agora, esse negócio de condenar a 10, 20 anos, depois para dois anos e meio é dureza e ainda beneficiar com 1/6 de pena.

SR. TIAGO DI GIULIO FREIRE: Dois terços da pena.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É melhor não punir ninguém, melhor não punir ninguém. Então, aí eu agradeço bastante.

Pergunto à Senadora Kátia se tem algum questionamento a levantar.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito, Sr. Presidente, infelizmente muitos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas faz em pouco tempo porque o tempo já esgotou. Desculpa, senadora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Só se for o tempo dos palestrantes, porque o meu agora que está começando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas a sua simpatia deixa a gente ficar três horas aqui sem reclamar.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu como autora do requerimento e senadora única, aqui nesta plateia, aqui para questionamentos e, então, o assunto é muito sério, Sr. Presidente. Eu gostaria de conversar, eu não tenho a menor pressa, tenho vários compromissos, mas desmarco todos para tratar deste assunto neste momento.

Eu confesso que tenho uma admiração especial pela Polícia Federal e por todo o seu contingente. Eu acredito que 90%, mais de 90% da Polícia Federal, age com correção e tem a admiração do povo brasileiro. Mas como em todos os lugares também, até mesmo na minha atividade, têm aqueles que não praticam, têm ações irregulares, que às vezes nos machucam a nossa imagem e a de todos nós. Mas, em geral, a Polícia Federal merece o meu respeito e a minha admiração.

Mas confesso, Dr. Luiz Fernando, que eu esperava um pouco mais desse debate aqui hoje, principalmente de vocês, não um debate político puramente, mas aqui na tentativa de encontrar soluções. Da forma que...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora, desculpa, senadora. Infelizmente, está entrando no debate político de forma grave: acusações, envolvimento com narcotráfico. Na campanha eleitoral, isso, eu acho, que traz um tremor para a gente. Porque ela traz, sem dúvida nenhuma, uma preocupação muito grande, que praticamente essa área de segurança não tem como se envolver nesse debate e como combater aquilo que venha a alguns tipos de acusações que tem uma relação... Desculpa interromper a senhora, mas eu tenho ficado profundamente preocupado com essas acusações de envolvimento com narcotráfico de presidentes. Porque há alguma razão de ser? Há. Mas qual é a resposta que a segurança pode dar a esse tipo de acusação? Desculpe interromper, V. Exa.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu não entendi o seu comentário, mas vamos lá.

Eu quero dizer ao Dr. Luiz Fernando e ao Dr. Roberto que eu sei do esforço, eu sei da intenção, da boa-fé. Claro que não existe ninguém, que não seja civilizado em um país ou no mundo, que não queira combater às drogas, mesmo não estando na Polícia Federal. Mas eu esperava que aqui, neste momento, a gente pudesse encontrar uma pauta de colaboração. Porque o orçamento é feito nesta Casa, nós praticamos o orçamento todos os anos e se nós mostrarmos que de repente as coisas estão sendo feitas, na medida do possível, nós não encontraremos caminhos para solucionar este grave problema.

O coronel, acho que mesmo sem querer, disse uma frase que me deu surpresa: "Estamos fazendo... O que pode ser feito, está sendo feito. É muito pouco". Eu sei que isso é verdadeiro, que o que está sendo feito é o que pode ser feito. Esse pode, eu transfiro para a questão orçamento e gestão, do país e do assunto. Portanto, nós não podemos nos limitar a aceitar essa expressão: "Está sendo feito o que pode". Nós temos que fazer o que não pode, nós temos que fazer o impossível para tratar deste assunto.

Na Veja dessa semana, nós temos duas páginas na Veja falando, mais ou menos, o seguinte: "Na semana passada, a polícia boliviana encontrou 350 quilos de cocaína líquida na casa de um personagem, que se diz o guru, o mestre de Evo Morales, que vem a ser o Presidente da Bolívia; seria transformado em 240 quilos de pasta de coca e poderia ser vendido em São Paulo, Brasil, por três milhões de reais. A prisão do cidadão Mejillones, um dos principais conselheiros

de Evo Morales, foi um acidente inconveniente para o governo".

Segundo a Revista Veja, dessa semana, o mais recente relatório da Organização das Nações Unidas sobre a Bolívia, publicado no mês passado, estima que 64% de folha de coca seja para o narcotráfico e não para o uso de medicamentos. Na região do Chapare, onde Morales foi reeleito, em junho, para a presidência das seis federações de cocaleiros, mais de 93% das folhas são transformadas em crack ou cocaína. A região onde ele é mais votado. E aí dizem que está usando muito uma expressão, que às vezes se usa no Brasil: "Não sei de nada, me disseram que era para pomadas, ervas". Não é a primeira vez que pessoas próximas ao Presidente se utilizam disso.

Bom, duas estatísticas, aparentemente díspares, comprovam a ascensão do narcotráfico na Bolívia. A primeira, esse que é o meu terror, a área coberta por plantações de coca já é a maior dos últimos dez anos. Segundo: o preço das máquinas de lavar no país aumentou 50% nos últimos seis meses. O tal eletrodoméstico é usado para secar e transformar em pasta a cocaína líquida. Como o produto é muito ácido, o equipamento dura apenas uma semana. Por isso, na Bolívia, quando a demanda pelas lavadoras dispara é sinal de que os laboratórios de cocaína estão expandindo sua produção. Cinquenta por cento do aumento da venda deste dito eletrodoméstico - é um eletrodoméstico que nem devia chamar eletrodoméstico, é uma arma de matar pessoas, é a máquina de transformar a folha naquilo que vai matar os jovens no Brasil. E isso, claro, a Revista Veja coloca com muita propriedade o impacto deste aumento de vendas deste eletrodoméstico, na Bolívia.

Eu gostaria de falar com o representante do Ministério da Justiça e também com a Polícia Federal, especialmente com relação a este orçamento que estamos aqui falando. Antes de falar do orçamento, eu tenho um dado que diz que toda a movimentação faz com que o tráfico de drogas fature em média 1 bilhão e 400 milhões de reais por ano. Então, o negócio narcotráfico significa 1 bi e 400. Agora, vamos ver quantos milhões o Brasil está utilizando para combater 1 bi e 400 na mão desses marginais, esses quadrilheiros que estão equipados, que estão com os bolsos e as burras cheias de dinheiro, para aumentar e expandir o seu grande negócio.

Vamos ver quanto nós, brasileiros, estamos disponibilizando dos recursos da União, arrecadados do contribuinte, para combater essa maldição das famílias do Brasil. Apenas no consumo de crack, a previsão é de um milhão de pessoas e, da cocaína, em torno de 900 mil pessoas. Se nós arredondarmos com os outros

tipos que são utilizados, nem sei se poderia arriscar ou se estaria sendo leviana, em somar três milhões de pessoas. Multiplica por cinco membros da família, multiplica por dez, quando você estende um pouco mais esta questão, estenda um pouco mais para as afinidades das amizades. Quantas pessoas sofrendo, vivendo com esse carma, com essa infelicidade no Brasil. Nós vamos chegar perto, ou não, de mais de 20 milhões de brasileiros vivendo este drama terrível. Fora as mães que não vivem o trauma, mas têm medo do trauma chegar na sua porta. E nada o Brasil está fazendo, a não ser ser o campeão da comercialização de drogas na América do Sul, na América Latina. São esses os relatórios e os números demonstrados pela ONU. Mas vamos lá.

Vamos agora falar do milagre que a Polícia Federal pratica. Obra, todos os anos, com os poucos recursos que recebe e, também o Ministério da Defesa, para combater 1 bi e 400 dos marginais traficantes. A legislação brasileira diz, Sr. Presidente, na Constituição já, no art. 144, que: "A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. Prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes, drogas e afins".

Mais adiante nós temos a legislação, a 10.683, que impõe ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República a prevenção de drogas. § 1º desta lei no seu art. 6º: "Compete, ainda, ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República coordenar e integrar as ações do governo nos aspectos relacionados com as atividades de prevenção do uso indevido de substâncias entorpecentes, que causem dependência física ou psíquica, bem como aquelas relacionadas com o tratamento, a recuperação e a reinserção social dos dependentes".

Então, vamos ver quanto está sendo disponibilizado para este Gabinete Institucional de Segurança da Presidência da República, que cuida do fundo que deve prevenir as drogas. Começando no ano de 2008, nós tivemos um gasto para prevenir drogas de dois milhões de reais, em 2008; nós tivemos, em 2009, mais dois milhões de reais para combater 1 bi e 400; e até agora, em 2010, nós tivemos uma execução de 136 milhões apenas de 2,5. Se o andar da carruagem continuar com essa velocidade, nós chegaremos a uma execução orçamentária, no final do ano, de 23% apenas. Mas quero lembrar que de 2009, até hoje, a execução orçamentária na prevenção de combate ao uso de drogas foi de 37%. Demonstrando que não houve uma prioridade, uma priorização em um assunto tão grave dessa natureza. De 195 milhões destinados, de 2002 para cá, só foram usados 72, Dr. Tiago, para o combate, para a prevenção de drogas no país. Depois, Presidente Tuma, quando os políticos, em ano de eleição, se

utilizam dessas deficiências é um direito que cada um tem, é um direito que os políticos têm, os candidatos, de criticarem os governos que estão no status da hora. É inacreditável que este aumento nessa velocidade do consumo possa ter acontecido no país. Agora, vamos adiante... E isso é para a prevenção.

Agora, vamos para a função do art. 27, que: "Os assuntos que constituem áreas de competência de cada ministério são os seguintes:

Ministério da Justiça: m) articulação, integração e proposição das ações do governo nos aspectos relacionados com as atividades de repressão ao uso indevido do tráfico ilícito, e da produção não autorizada de substâncias entorpecentes e drogas que causem dependência física ou psíquica". Então, eu estou separando quem tem responsabilidade de prevenir e, agora, a responsabilidade de reprimir.

Vamos para o orçamento desta atividade. Primeiro, eu gostaria de chamar a atenção para o orçamento do Ministério da Defesa. Eu não encontrei, nos três últimos anos, nenhum item discriminado, aqui no SIAFI, que dissesse respeito exclusivamente à repressão, ao combate e ao tráfico de drogas. Eu encontrei, imagino que deve ser esse item, que se encontram os recursos para essa ação: prevenção e repressão à criminalidade. Foi o único item que encontrei, aqui no Ministério da Defesa.

Em 2009, para o combate à repressão e criminalidade, desculpe em 2008, 84 milhões; em 2009, 60; e, em 2010, 113. Portanto, eu imagino, está aqui muito claro, que esses recursos de prevenção e repressão à criminalidade vão para a nossa Polícia Federal. Vamos ver como estão divididos os orçamentos. Este orçamento que sai do Tesouro, vai para o Ministério da Defesa e aí vai lá para a nossa Polícia Federal combater 1 bi e 400 de recursos na mão de marginal. O Ministério da Justiça, desculpa.

Bom, vamos ver. Aqui eu achei apenas, Dr. Luiz Fernando, uma, duas, três, quatro, cinco rubricas do orçamento de vocês. Quatro bilhões divididos para a Previdência, inativos e pensionistas, apoio administrativo, operações especiais, operações de contingenciamento para pagar dívida externa e a modernização da Polícia Federal, que neste ano de 2010, não foi colocada nenhum centavo. Por incrível que pareça está aqui uma dotação autorizada: zero empenhado, zero executado, zero pago para modernização, que foi aqui apresentado da Polícia Federal. Pelo menos esse ano, está no SIAFI.

Então, eu gostaria que a Polícia Federal pudessem dizer a nós... Porque orçamento, gente, a polícia não faz orçamento, quem faz orçamento somos nós. O governo manda uma proposta, a gente altera, a

base do governo tem maioria e aprova-se o orçamento determinado praticamente pelo Governo Federal. A polícia, como os demais ministérios, faz um trabalho justo, transparente nas comissões, tentando aumentar os recursos, mas nem sempre consegue. Eu, por exemplo, muito para a agricultura, agricultura para os produtores, para a comercialização, assim como todos fazem o seu lobby positivo, porque querem desempenhar um bom trabalho.

Então, eu imagino que da dotação de 2008, para a Polícia Federal: três bilhões de reais e só foram pagos 2 bi e 200. Para a repressão ao tráfico só pode ter saído do apoio administrativo, que ficou com 1 bi e 400. Sim, porque o restante é Previdência, inativo, o outro é gestão da participação de organismos internacionais, o outro é operações especiais, serviço da dívida. Então, só pode estar aqui no apoio administrativo.

Eu gostaria de saber, desse valor global, quanto foi aplicado no combate e na repressão ao tráfico de drogas. Em 2009, teve um pequeno aumento, quer dizer saímos de 1 bi e 488, de 2008, tivemos um aumentozinho, em 2009, para um bi e 600 e, agora em 2010, infelizmente vocês ficaram no prejuízo, porque o orçamento só foi de despesas executadas de 1,5 bi, até agora.

Mas as dotações estão congeladas, as dotações para a polícia estão congeladas e o tráfico aumentando. Portanto, se o tráfico aumenta, eu preciso aumentar o dinheiro, porque não é com conversa fiada e lero-lero que a Polícia Federal vai prender bandido. Ela precisa de dinheiro para combater o tráfico de drogas que vem juntinho, par e passo, casadinho com armas, com tráfico de armas na nossa fronteira, nunca vem só. As armas que estão distribuídas nos morros do Rio de Janeiro, infelizmente, vêm juntinho com a droga, na mesma mala, no mesmo pacote.

Então, eu quero aqui prestar a minha solidariedade à Polícia Federal, pela mágica que tem feito com orçamento tão pequeno. Então, objetivamente, Dr. Luiz Fernando, de 2010: 1 bi; dotação atualizada: 2 bi e 700; empenhado: 1 bi e 500; valor pago: 141 milhões de reais.

Bom, eu tirei do SIAFI hoje, 03 de agosto, pode ter algum equívoco, claro, mas o SIAFI normalmente é o instrumento que nós parlamentares temos para agir e trabalhar. Então, de 2 bi e 700, dotação autorizada, só pagaram em seis meses 141 milhões de reais. Quero saber quanto é para o combate à repressão e ao tráfico de drogas.

Só um minutinho, senador, um minutinho. Deixa eu terminar o meu raciocínio senão me perco, são muitos papéis.

Bom, encerro aguardando essas respostas, lamentando muito que a Professora Jimena Costa não pôde estar aqui presente. Ela que tinha confirmado na primeira audiência e educadamente não pôde participar. Eu quero aqui deixar registrado que eu tenho as minhas preocupações com a ausência dessa professora de uma universidade da Bolívia, que se apresentou muito entusiasmada, muito interessada, com espírito público para estar conosco e de repente se calou, desapareceu, não mais atendeu o telefone. Eu quero deixar isso aqui registrado pela sua segurança, que nós vamos monitorar pessoalmente como está vivendo a Professora Jimena, por ter simplesmente marcado a vinda ao Brasil, nesta comissão, para conversar conosco aqui, debater e encontrar soluções. Quem não quer encontrar soluções para as drogas é porque está apoiando as drogas, quem foge do debate apoia, acoita, esconde. E eu gostaria muito que estivesse aqui hoje alguém do Ministério das Relações Exteriores, o nosso Itamaraty, para dizer que tipo de relacionamento nós devemos ter com este presidente, com este país, que além de estragar a vida dos seus ainda quer estragar a vida do país vizinho.

Portanto, aqui nós temos o número da ONU que, de 2000 a 2009, o cultivo de coca mais que dobrou na Bolívia, um aumento de 112% e em compensação na Colômbia uma redução de 58%.

Portanto, Sr. Evo Morales, penso eu e todas as mães do Brasil, é persona non grata no Brasil, é persona non grata dos brasileiros. Porque ele coloca uma mordaca, coloca uma venda nos seus olhos e não tem o menor interesse em acabar com esse grande negócio. Como diz um próprio juiz, na fronteira do Mato Grosso do Sul, que a cidade, a nossa cidade, poderia fechar as portas se o narcotráfico ali acabasse.

O comandante da polícia de San Matias, município boliviano que faz fronteira com o Brasil, Capitão Alvaro Perez(F), afirmou que com Morales na Presidência os recursos para o combate ao narcotráfico foram reduzidos. Eles vinham dos Estados Unidos, da Agência Americana Antidrogas, para a Bolívia. Provocada pelo Governo Morales, cortou o convênio, não se interessou mais pelo dinheiro americano para combater a droga, porque ela financia o Sr. Evo Morales e as suas eleições.

No Brasil, não, Sr. Presidente. Nós temos que dizer não e discutir essa relação, sim, com o Sr. Evo Morales, com a Bolívia. Se nós pretendemos continuar importando uma balança comercial negativa, nós importamos muito mais da Bolívia do que exportamos, e estamos dando a nossa contribuição. É uma relação comercial com prejuízo para o Brasil, mas é um país que precisa de socorro, um país que precisa de ajuda

e nós não podemos negar ajuda a quem precisa. Mas nós não podemos ficar silenciosos, ver todos os dias sem orçamento no Brasil para prevenção e muito menos para o combate, apesar da eficiência deles, não temos recursos e o silêncio do Brasil com relação ao Sr. Evo Morales.

Com a palavra o Sr. Presidente da República, com a palavra o Ministro das Relações Exteriores, o que tem a dizer a respeito disso. Não dá para dizer que nós não temos nada a ver com o país vizinho. Não temos desde que não esteja afetando o nosso país, desde que não esteja afetando a nossa juventude, desde que deste país não seja o corredor da morte para o Brasil. De lá para cá não vem produto positivo, muito pouco, como o gás natural, mas não se justifica que por um corredor escuro, um corredor que ninguém pode enxergar a luz no fundo desse túnel, que possa transpor drogas para matar os jovens do Brasil e desesperar milhares e milhares de mães.

Sr. Presidente, eu sou mãe e avó, não tem nada que uma mãe tenha mais medo no mundo do que isso, nada, nada. Mulher tem medo de duas coisas, Sr. Presidente, medo do seu filho, em primeiro lugar, se drogar e medo de câncer de mama. São os dois terrores de uma mulher e, infelizmente, as duas coisas no Brasil não estão sendo cuidadas.

Agradeço ao Dr. Tiago, me interessei muito pelas suas sugestões, são maravilhosas. As sugestões dos projetos de lei precisam vir da base, precisam vir das boas práticas de vocês que estão vivendo no dia a dia. A lei que é aprovada aqui com a maior das boas intenções, o Senador Romeu Tuma é um especialista na área, o Senador Demóstenes, que é o Presidente dessa comissão. Nós temos valores aqui extraordinários no Senado, mas às vezes não temos a vivência da prática que os Srs. Promotores de Justiça têm no interior do Brasil.

Portanto, lei não é Bíblia, ela pode ser modificada todos os dias. É só identificar que ela não funciona e nós precisamos mudar. Portanto, eu gostaria que o senhor pudesse me passar as suas três sugestões, que me interessaram muito, para que a gente possa abrir um amplo debate aqui nesta Casa, nesta comissão, para alterar em regime de urgência essa situação, que ao invés de punir está de certa forma, sem querer, beneficiando traficantes. Que no meu ver, eu neste ponto sou radical; um quilo é um quilo, 10 gramas é 10 gramas. Não há complacência, não pode haver complacência diante dos números do crescimento terrível que nós estamos vendo no Brasil. Nós precisamos ter tolerância zero com relação ao tráfico de drogas. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Senadora, eu aquela hora que eu falei sobre a discussão política, eu não achei que quem discute não tem direito. Pelo contrário, tem obrigação de discutir.

Eu acho que é um problema tão sério que atinge principalmente a camada jovem do país. Nós sentimos isso na educação, nas escolas, no confronto que tem havido com professores e alunos. Antigamente, eu me lembro quando a gente era jovem, levava uma maçã para dar para a professora. Hoje, o aluno leva para atirar na cara da professora, por não aceitar determinadas colocações e às vezes sai lá para vender a droga. Então, é uma coisa tão terrível que os candidatos têm obrigação de discutir esse assunto perante a sociedade. Por isso que eu digo, aqui em público, que a minha maior tristeza é não ter a senhora como candidata ao Executivo Nacional, porque os seus estudos são profundamente realizados em benefício das organizações que têm obrigação de prestar um bom serviço ao país.

Então, esses dados orçamentários e tudo isso que V. Exa. trouxe, provavelmente, os delegados não falarão nada, mas vão ficar satisfeitos que tem alguém se preocupando... Porque o principal instrumento de trabalho, as propostas, os diagnósticos estão por aí, mas se não tiver dinheiro não faz. O promotor trouxe aqui uma coisa séria, que nós discutimos muito na elaboração da última lei de combate ao uso de drogas. Então, eu sei que o ministério tem feito um trabalho, junto aos municípios, de prevenção, de alertar os alunos e trabalhar com os prefeitos, mas se não tiver verba, o prefeito não sai do lugar, ele não tem condições.

As Forças Armadas, elas não têm a capacidade jurídica, não digo competência, mas a jurídica, de ter uma participação mais ativa com os órgãos de segurança. Eu me lembro, quando diretor, a única coisa que o Ministro Leônidas, ainda Ministro do Exército, não tinha o Ministro da Defesa, ele autorizou o uso de armamento leve para colaborar com a Polícia Federal. Inclusive, forças para darem um respaldo maior no combate de fronteira. Hoje, o diretor me diz que estão fazendo um acordo para buscar um casamento mais forte entre a polícia e o Exército. Agora, criar ministério, criar não sei o quê, eu fico um pouco assustado. Porque tem que fortalecer os órgãos que estão aí enfraquecidos pela falta(F) orçamentária e pelo número de pessoas, que às vezes, têm que lutar diariamente para conseguir mais um homem. Transferir para a fronteira é uma coisa difícil. Quantos pedem para sair, porque não têm nenhuma infraestrutura de acompanhamento, até de saúde, em uma região de fronteira tão inóspita, como é a nossa.

O senhor sabe, lá na Região Amazônica, o que passa o soldado lá dentro. E tem que usar as comunidades indígenas para serem soldados, para servir o Exército Brasileiro, principalmente na Calha Norte. A Calha norte chegou um período, senadora, não teve verba nem para a sua manutenção. Houve uma briga tremenda aqui para tentar pôr no orçamento a manutenção do Projeto Calha Norte, para manter o soldado lá na fronteira brasileira.

Então, a senhora tem razão e cumprimento V. Exa. Digo que não entenda mal, porque eu acho que os candidatos têm que vir para a tribuna e discutir os pontos críticos que hoje trazem prejuízo à sociedade brasileira.

O Evo Morales, eu estive lá, ele era deputado federal, líder cocaleiro, era o líder. Ele impediu que os parlamentares que lá foram de mais de 100 países para ver a substituição do plantio da folha de coca por produtos agrícolas, impediu que nós nos deslocássemos para a região de Pando, onde estava sendo feita, e fez uma barreira. Nem o Exército Boliviano conseguiu abrir para que nós passássemos e ele estava presente na nossa reunião defendendo os cocaleiros, se era para fim medicinal, ou se não era. Mas ele é fortemente interessado no aumento da produção da coca, porque provavelmente o país tem poucas fontes de renda e aquela briga que ele tem com os Estados Unidos, rompendo o convênio que tinha com o DEA. O DEA, como o senhor disse, não deixou nenhum técnico lá para poder instruir a área de segurança da Bolívia no combate direto às drogas. Não pode combater se o presidente tem uma simpatia maior por aqueles que estão no campo produzindo a folha de coca.

Cumprimento V. Exa. e peço desculpas se eu não fui muito claro na primeira palavra.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não, Sr. Presidente, absolutamente. O senhor nunca se coloca de maneira contraditória ou que ninguém compreenda. Mas, às vezes, aqueles que são questionados e que estão no governo ficam incomodados. Tem gente que gosta da unanimidade, não é? Unanimidade, infelizmente, no poder público não deve existir, e é destrutivo.

Então, a democracia é isso, é a divergência, é o debate, principalmente quando os números estão aí para serem discutidos abertamente no SIAFI, na internet. A transparência, hoje, permite isso, o pouco recurso para o Ministério da Justiça e também para a Polícia Federal.

Ainda, eu gostaria de complementar e fazer aqui, Sr. Presidente, uma pequena leitura de um parecer aprovado no Tribunal de Contas da União cujo relator, o Ministro Aroldo Cedraz determina que: “Nessa perspectiva, apresenta-se a esta Corte de Contas oportu-

nidade singular de contribuir para o efetivo cumprimento dos preceitos constitucionais sobre a matéria, bem como de esta Casa oferecer resposta ao clamor de nossa sociedade, razão pela qual submeto à apreciação deste Plenário proposta de realização de amplo trabalho de fiscalização de natureza operacional nos órgãos envolvidos com o assunto, em especial com a prevenção do uso de drogas e a repressão ao tráfico. Espera-se, dessa forma, verificar o nível de interação entre os órgãos públicos encarregados do tema, bem assim a eficiência, a eficácia e a efetiva das providências adotadas, de forma a possibilitar a contribuição, deste Tribunal, na promoção de melhoria no desempenho das ações governamentais nesta área, que é a prevenção e a repressão ao tráfico de drogas”. Aprovado pelo Tribunal de Contas da União no sentido de ajudar a melhora dos gastos públicos e quem sabe até identificar, que na realidade é o que vão encontrar, que o dinheiro não dá para fazer o que precisa ser feito. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu vou passar a palavra ao Dr. Luiz Fernando para responder aos questionamentos de V. Exa.

SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA: Senadora, em primeiro lugar, cumprimentá-la também pela maneira clara que expôs a sua visão. Trouxe dados técnicos, números e, para não cometer erro, eu vou lhe... Ao terminar esta sessão, ligar para área, porque eu vou para outra comissão pedir para que providencie e leve o detalhamento...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu solicitaria que enviasse à comissão.

SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA: A comissão e que faça chegar o detalhamento da execução orçamentária da Polícia Federal, que dentro dos órgãos do Ministério da Justiça se nunca baixa de 98% em execução do seu orçamento, esse detalhamento.

Na nossa exposição, que a senhora achou um pouco pobre, tem algumas sugestões relevantes, nós comentávamos esse tema. Até por força de um decreto está sendo determinada uma interação, que já vinha ocorrendo, construída entre as forças e a Polícia Federal, porque a nossa visão é que cada instituição fazia um esforço isolado. As próprias Forças Armadas fazem exercícios e operações na fronteira, a receita faria isolada, a Polícia Rodoviária Federal. O que nós estamos construindo, desde março, é que esses recursos poucos nós integremos essa capacidade, racionalizemos esses esforços e passemos a dar um caráter mais de permanência. Por quê? Porque é praxe, nós temos essa inteligência produzida nas investigações, que quando se tem uma operação de fronteira, o tráfico se recolhe, sabe que logo levanta

aquela operação e retoma a normalidade. Com esse esforço que estamos fazendo, desde o mês de março, nós já conseguimos produzir, que é uma constância. Realmente não está mais intenso e mais abrangente por restrições orçamentárias.

Por isso, no último slide, nós pedimos que esse esforço, considerando todas as agências, os órgãos públicos e mais as Forças Armadas, esse esforço ganha uma ação orçamentária própria, porque é uma das pernas de toda essa grande política que a senhora falou, ou seja, a contenção da fronteira. Só isso também não resolve, tem que ter toda a política de prevenção e a articulação com os países produtores, que exige aí, sim, uma articulação visando cumprir objetivos internacionais de erradicação, que está indo bem com o Paraguai, a Colômbia tem baixado, mas o Peru, como a Bolívia, houve uma expansão. A expansão da área plantada é mais significativa em termos percentuais na Bolívia. Para nós isso tem um peso. Por quê? Porque é público, é notório que a produção boliviana, predominantemente boliviana, é que abastece o nosso mercado. Então, tem que haver.

No âmbito policial, nas relações, o suporte que nós estamos dando e o Itamaraty tem trabalhado, nos auxiliado, na articulação para o enfrentamento, levar, induzir ou incentivar um processo de enfrentamento interno, dentro da Bolívia, dessa questão também e da erradicação. Porque isso não é uma opção hoje deste, ou daquele país, ou do Brasil em particular e, sim, um compromisso mundial. Até porque a convenção da ONU de 61 determina a erradicação. Quando essa erradicação de plantios se conflita com aspectos culturais como a de um país, com certeza esse assunto está muito acima da esfera policial para uma solução efetiva.

Então, objetivamente, eu gostaria de dizer que nós já temos essa demanda de quantificarmos. Isso está quantificado e podemos fazer chegar a esta comissão, para quando discutir orçamento esse termo andar. Assim como no último orçamento foi feito um trabalho, a aquisição e todo esse projeto do Sistema Avant ganhou uma ação orçamentária própria, que ele até 2014 serão várias unidades, porque só a presença física na fronteira não resolve. Eu costumo dizer, como figura, se nós botarmos um homem de mãos dadas a cada metro dará aquela ideia de bloqueio, mas a criminalidade organizada vai dissimular a passagem em alguma atividade ilícita e ainda vai passar com a chancela de algum burocrata.

Então, nós temos que conciliar presença física, contenção, prevenção e inteligência no enfrentamento das organizações. Lógico que isso tem um custo, também foi sugerido na apresentação do Dr. Troncon

essa responsabilidade regional que envolve diferentes países, cada um com uma parcela de responsabilidade. Existe em cada país, de acordo com a sua importância e a sua pujança, que tenha uma participação expressiva, ou seja, nós temos que ter sim e não será por dentro do orçamento regular da polícia uma capacidade de fazer algum investimento operacional dentro da Bolívia, Paraguai. Isso é um grande esforço que se faz.

Então, teria, sim, que se construir uma rubrica que nos desse respaldo, com controle dos órgãos de controle, inclusive, do Congresso, de como essa relação para diminuir a oferta de matéria-prima dos países produtores, com esforço e algum financiamento brasileiro se dará. Essa é uma demanda, é um passo adiante que nós temos que fazer, a par da rotina, do cumprimento das nossas atribuições no dia a dia.

Então, reforço aqui que vou fazer esse encaminhamento, se possível, hoje à tarde ainda, para a comissão e que fará chegar à sua mão toda a discriminação de como é gasto o dinheiro dentro da Polícia Federal.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só uma coisinha, eu queria sugerir se V. Exa. concordasse. A senhora falou na professora...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Jime-na Costa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Que a gente fizesse um ofício pela comissão, ao Itamaraty, pedindo informações se ela deixou de vir por vontade própria ou se foi impedida pelo governo de aqui comparecer.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Com certeza, uma excelente ideia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Fazer isso oficialmente. Eu concordo a V. Exa., se concordar, eu pediria que fosse providenciada pela secretaria...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Com certeza, eu acho que é uma excelente medida, porque não conseguimos mais falar com ela, se ausentou totalmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Quicá ela esteja viva, se Deus quiser.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Se Deus quiser.

Sr. Presidente e Dr. Luiz Fernando, na verdade, eu não disse que a sua apresentação estava pobre, eu disse que o seu orçamento é muito pobre. A sua apresentação, muito pelo contrário, o que me decepcionou e eu esperava que vocês aqui trouxessem para pedir ajuda quanto é preciso, quanto precisamos trabalhar o orçamento agora. Nós temos todo um processo

que se inicia em agosto e que vai culminar, espero, em novembro, dezembro. Não podemos esperar mais um ano, independente de quem ganhe a eleição, vamos trabalhar esse orçamento já. Tomara que quem ganhe saiba usar e use com eficiência, com rapidez, com agilidade.

Então, eu gostaria de saber quanto estamos gastando, o quanto eu já sei, eu quero saber o quanto seria necessário. Gostaria que o senhor pudesse responder neste momento, se pudesse. Se não, pudesse encaminhar a esta comissão para que nós possamos fazer esse trabalho na Comissão do Orçamento para ampliação dos recursos. Se não pudermos ampliar os recursos, de modo geral, da Polícia Federal que seriam importantes, mas pelo menos, para a repressão e o combate de drogas no país.

Ainda um comentário. Os Estados Unidos, Sr. Presidente, está aplicando 10 bilhões de dólares apenas na repressão de drogas.

Eu gostaria de saber o salário do servidor da Polícia Federal que fica lá na fronteira, o salário médio ou mais baixo e o mais alto. Quanto ganha esse cidadão brasileiro que fica lá nos defendendo na fronteira contra os traficantes?

SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA: Considerando as diferentes categorias, em uma média, em torno de sete mil reais.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada.

Por último, Sr. Presidente, eu vi, parece, que por duas ou três vezes, assim de relance, muito rápido, de forma muito elegante colocada aqui pelos senhores, de que a Bolívia agora, diferente da Colômbia, do Paraguai, dá sinais de que nós possamos identificar os plantios e destruí-los. Ainda existe essa resistência por parte da Bolívia de identificar o plantio, executar e desmanchar? Não sei nem a palavra correta.

SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA: Erradicar.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Erradicar? Existe ainda uma resistência ou eu estou equivocada, o meu ouvido ouviu mal?

SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA: Não, não. O que houve, a colocação foi na apresentação do Dr. Troncon, quando da primeira aproximação para o acordo, esse era um tema que estavam vivendo aquele momento de reforma constitucional e era um tema que eles consideravam interno para constar em um acordo bilateral com o Brasil. Já nesse segundo agora, quando renovamos a questão da erradicação é possível e eles têm uma política própria de erradicação.

E em que medida nós podemos contribuir? Nós temos capacidade técnica de identificar e localizar até por imagens de satélite. Nós temos uma pesqui-

sa nossa desenvolvida que permite e também isso dependeria de um acordo para um eventual ingresso de equipamentos e homens, como nós fazemos com o Paraguai. Com o Paraguai nós já estamos em um processo mais avançado e que nós, se necessário, as nossas aeronaves poderiam entrar. Até agora não se fez necessário, porque o nosso suporte foi de subsídio para o custeio disso e outras informações, suporte pericial. Enquanto que a Bolívia a relação é essa. Naquele primeiro momento, no âmbito policial tem à disposição, mas como tinha uma discussão interna. No segundo momento, que também nós podemos mandar uma cópia do acordo, a erradicação é prevista.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada.

Eu gostaria de protocolar um requerimento, Sr. Presidente, ao Ministro das Relações Exteriores, a partir dos resultados do 2º Encontro de Fronteiras realizado nesse mês de junho, no Estado de Mato Grosso, demonstrando a existência de uma situação insustentável e altamente prejudicial à sociedade brasileira. Qual será a política que o Ministério das Relações Exteriores adotará com relação ao Governo Boliviano? Gostaria de colocar em extrapauta, assim que terminasse a audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Perfeito. Está em votação.

Quem concordar permaneça como se encontra. Aprovado.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria aqui, Senadora, ler a resposta da Professora Jimena Costa. É isso mesmo, senadora? Ela diz: "Que a tempo de agradecer pelo trabalho realizado, em Brasília, devo comunicar-lhes que por razões mais além de meu controle, não posso transladar-me para a audiência convidada. Lamento ter que não cumprir o compromisso, porque já adiantei e são problemas além do meu controle".

Então, é alguma coisa grave que impediu que ela viesse. Então, talvez como V. Exa. concordou em apresentar o requerimento, o Itamaraty saber qual foi realmente o compromisso que impediu de ela vir, porque não é pessoal, ela está muito clara na sua resposta. O Senado mandou o bilhete, está aqui a cópia, o recibo do bilhete de viagem, tudo confirmado e que está aqui com a secretaria, para tomar a providência de acordo com o ofício que deverá ser enviado ao Ministério do Itamaraty.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada, Presidente. Como sempre o nosso Che-

fe da Polícia Federal eficiente, eterno Romeu Tuma. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Aí ele vai ficar com raiva amanhã. Mais um pouco.

SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA: É o mestre.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado. Então, peço desculpas. Agradeço bastante a presença dos senhores e a exposição que fizeram.

Nós, sem dúvida, teremos uma Ata completa sobre todas as exposições. Se houver algo a acrescentar, gostaria que enviasse à comissão, para que a gente possa realmente formar o quadro correto do que vem acontecendo no combate ao uso de droga.

Muito obrigado a todos os presentes e aos senhores pela apresentação.

Dou por encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 13h27.

40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia quatro de agosto de dois mil e dez, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Belini Meurer, Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Edison Lobão, Jayme Campos, Marco Maciel, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Jarbas Vasconcelos, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Romero Jucá, Geraldo Mesquita Júnior, Valdir Raupp, José Bezerra, Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio e das Senadoras Serys Slhessarenko, Kátia Abreu e Lúcia Vânia reúne-se a Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Tião Viana e Osmar Dias. Registra presença o Senador Regis Fichtner. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 6) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 516, DE 2009 Revoga o art. 1.520 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para excluir a possibilidade de extinção da punibilidade criminal pelo casamento. **Autoria:** Senador Papaléo Paes. **Relatoria:** Senadora Serys Slhessarenko. **Relatoria**

ad hoc: Senador César Borges. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. **Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 7) Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2010** Dispõe sobre a criação de cargos e funções nos Quadros de Pessoal dos ramos do Ministério Público da União. **Autoria:** Ministério Público da União. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto. **Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 8) Não Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 52, DE 2005** Dispõe sobre arrendamento compulsório de parcelas de imóvel rural, para os efeitos que especifica. **Autoria:** Senador Pedro Simon. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Contrário à matéria. **Observações:** A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa. **Resultado: Aprovado o Parecer contrário ao Projeto. ITEM 11) Terminativo OFÍCIO “S” Nº 10, DE 2005** Encaminha para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 253906, que declarou a inconstitucionalidade da Resolução nº 2.389/93, do Secretário de Fazenda do Estado de Minas Gerais (apuração do valor adicionado para efeito de distribuição da parcela do ICMS pertencente aos Municípios). **Autoria:** Presidente do Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatoria ad hoc:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela prejudicialidade da matéria. **Resultado: Aprovada a declaração de prejudicialidade do Ofício “S” nº 10, de 2005. ITEM 12) Terminativo OFÍCIO “S” Nº 21, DE 2008** Encaminha, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário nº 218874, bem como cópia da legislação, do parecer da Procuradoria-Geral da República e da certidão de trânsito em julgado que declarou incidentalmente a inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 101, de 29 de dezembro de 1993, do Estado de Santa Catarina (Reajuste automático de vencimento dos servidores do Estado-membro, vinculado ao incremento da arrecadação do ICMS e a índice de correção monetária). **Autoria:** Presidente do Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatoria ad hoc:** Senador Romeu Tuma. **Relatório:** Pela apresentação de Projeto de Resolução. **Observações:** Votação Nominal. **Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução. ITEM 13) Terminativo OFÍCIO “S” Nº 6, DE 2009** Encaminha ao Senado Federal, para os fins pre-

vistos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da versão do registro taquigráfico do julgamento, da referida legislação, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 560626, que declarou a inconstitucionalidade dos artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e do parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569, de 8 de agosto de 1977 (organização da Seguridade Social). **Autoria:** Presidente do Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatoria ad hoc:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela prejudicialidade da matéria. **Resultado: Aprovada a declaração de prejudicialidade do Ofício “S” nº 6, de 2009. ITEM 14) Terminativo OFICIO “S” Nº 11, DE 2009** Encaminha ao Senado Federal cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Mandado de Segurança nº 24312, que declarou a inconstitucionalidade dos arts. 1º, inciso XI, e 198, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, e do art. 25, parte final, do Decreto nº 1, de 1991 (competência para fiscalização da aplicação dos recursos repassados aos entes federados, a título de royalties). **Autoria:** Presidente do Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Romeu Tuma. **Relatório:** Pela apresentação de Projeto de Resolução. **Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução. ITEM 15) Terminativo OFICIO “S” Nº 46, DE 2009** Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido nos autos do Recurso Extraordinário nº 390.513-9, publicado no Diário da Justiça de 29 de junho de 2007, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em sessão de 02.04.2007, por unanimidade, conheceu do recurso e, por maioria, negou-lhe provimento, declarando a inconstitucionalidade dos §§ 1º e 2º do artigo 126 da Lei nº 8.213/1991, com a redação dada pelo artigo 10 da Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998, originária da Medida Provisória nº 1.608-14/1998. **Autoria:** Presidente do Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela prejudicialidade da matéria. **Resultado: Aprovada a declaração de prejudicialidade do Ofício “S” nº 46, de 2009. ITEM 16) Terminativo OFICIO “S” Nº 47, DE 2009** Encaminha, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido nos autos do Recurso Extraordinário nº 407.190-8, publicado no Diário da Justiça de 13 de maio de 2005, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em sessão de 27.10.2004, conheceu do recurso

e negou-lhe provimento, declarando a inconstitucionalidade da expressão “para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 1997”, constante do “caput” do artigo 35 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997. **Autoria:** Presidente do Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela prejudicialidade da matéria. **Resultado: Aprovada a declaração de prejudicialidade do Ofício “S” nº 47, de 2009. ITEM 17) Terminativo OFICIO “S” Nº 48, DE 2009** Encaminha, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido nos autos do Recurso Extraordinário nº 389.383-1, publicado no Diário da Justiça de 29 de junho de 2007, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em sessão de 02.4.2007, por unanimidade, conheceu do recurso e, por maioria, negou-lhe provimento, declarando a inconstitucionalidade dos §§ 1º e 2º do artigo 126 da Lei nº 8.213/1991, com as redações dadas pelo artigo 10 da Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998, originária da Medida Provisória nº 1.608-14/1998. **Autoria:** Presidente do Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela prejudicialidade da matéria. **Resultado: Aprovada a declaração de prejudicialidade do Ofício “S” nº 48, de 2009. ITEM 18) Terminativo OFICIO “S” Nº 66, DE 2009** Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da referida legislação, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Habeas Corpus nº 90.900, que declarou a inconstitucionalidade formal da Lei nº 11.819, de 2005, do Estado de São Paulo (dispõe sobre a implantação de aparelhos de videoconferências para interrogatório e audiências de presos à distância). **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Tasso Jereissati. **Relatoria ad hoc:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela prejudicialidade da matéria. **Resultado: Aprovada a declaração de prejudicialidade do Ofício “S” nº 66, de 2009. ITEM 20) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 59, DE 2003** Altera o disposto no artigo 95 da Lei nº 9099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatoria ad hoc:** Senador César Borges. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado: Aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS nº 59, de 2003. O Substitutivo será submetido a Turno**

Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. ITEM 21) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, DE 2003 Altera o § 1º do artigo 1331 e revoga o § 3º do mesmo artigo da Lei nº 10406, de 10 de janeiro de 2002, que “Institui o Código Civil”, no que tange ao critério de fixação da fração ideal e às disposições sobre a alienação e locação de abrigos para veículos em condomínios edilícios. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Pedro Simon. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 22) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275, DE 2003** Altera a Lei nº 9099, de 26 de setembro de 1995, que “dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências”. **Autoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 26) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 338, DE 2004** Altera o artigo 236 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. (Nenhuma autoridade poderá, desde 15 (quinze) dias antes e até 48 (quarenta e oito) horas depois do encerramento da eleição, prender ou deter qualquer candidato, salvo em flagrante delito). **Autoria:** Senador Marco Maciel. **Relatoria:** Senador Tasso Jereissati. **Relatoria ad hoc:** Senador César Borges. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto e, no mérito, pela aprovação do Projeto. **Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 27) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 243, DE 2005** Altera a Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, para aplicar, no que couber, às testemunhas que colaborem com os trabalhos de investigação de comissão parlamentar de inquérito, as medidas de proteção especial às testemunhas de que trata a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999. **Autoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto e, no mérito, pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. **Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 29) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, DE 2006** Altera o art. 5º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família, para estender a impenhorabilidade aos valores obtidos com a alienação do único imóvel residencial pertencente à entidade familiar. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Senador Marco Maciel. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto. **Resultado: Retirado de Pauta para reexame do relatório. ITEM 32)**

Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2006 Altera o caput do art. 914 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para impor obrigação ao endossante pelo cumprimento da prestação constante do título por ele endossado. **Autoria:** Senador João Alberto Souza. **Relatoria:** Senador Marco Maciel. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto. **Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 33) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 168, DE 2006** Acrescenta o art. 1.815-A à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para determinar, nos casos de indignidade, que o trânsito em julgado da sentença penal condenatória acarretará a exclusão imediata do herdeiro ou legatário indigno, e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Serys Slhessarenko. **Relatoria:** Senador Marco Maciel. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 36) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2006** Revoga o inciso II do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para permitir às pessoas maiores de sessenta anos a livre decisão sobre o regime de bens no casamento. **Autoria:** Senador José Maranhão. **Relatoria:** Senador Marco Maciel. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Concedida vista ao Senador Pedro Simon e ao Senador Valter Pereira, nos termos regimentais. ITEM 40) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 416, DE 2007** Altera a redação do inciso VII do § 1º do art. 38 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para ampliar as possibilidades de declaração, por parte do poder concedente, de caducidade do contrato de concessão. **Autoria:** Senador Gerson Camata. **Relatoria:** Senador Arthur Virgílio. **Relatório:** Pela constitucionalidade, regimentalidade, e adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto. **Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 41) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 461, DE 2007** Altera a Lei de Execução Penal para dispor sobre a assistência educacional devida aos presos. **Autoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, e das Emendas nº 1-CE e 2-CE. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. **Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CE-CCJ e nº 2-CE-CCJ. ITEM 47) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 276, DE 2009** Altera o § 3º do art. 1.775 do Código Civil para permitir que a nomeação de curador possa recair no ocupante de cargo ou função de dirigente de entidade que abrigue pessoa com deficiência. **Autoria:** Senador Flávio Arns. **Relatoria:** Sena-

dora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. **Resultado:** **Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CCJ a nº 3-CCJ. ITEM 49) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, DE 2010** Cria regras para a aplicação de concursos para a investidura em cargos e empregos públicos no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Autoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatoria:** Senador Tião Viana. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** **Retirado de Pauta. ITEM 67) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, DE 2009** Altera o Código Penal para tipificar práticas anti-sindicalistas. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** **Retirado de Pauta a pedido do autor. ITEM 80) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, DE 2000** Modifica a redação dos artigos 20, III, e 26, I, da Constituição Federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas. **Autoria:** Senador Júlio Eduardo e outros. **Relatoria:** Senador Renato Casagrande. **Relatoria ad hoc:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, contrário à Proposta. Matéria em REEXAME na CCJ. **Resultado:** **Aprovado o Parecer contrário à Proposta. ITEM 89) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21, DE 2005** Dá nova redação aos arts. 21, 22, 32, 144 e 167 da Constituição Federal, para reestruturar os órgãos de segurança pública. **Autoria:** Senador Tasso Jereissati e outros. **Relatoria:** Senador Romeu Tuma. **Relatório:** Pela inconstitucionalidade e, no mérito, contrário à Proposta. Foram realizadas duas Audiências Públicas para a instrução da matéria (01/12/2009 e 09/02/2010). **Resultado:** **Retirado de Pauta. ITEM 90) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 2005** Dá nova redação ao § 4º do art. 55 da Constituição Federal e acrescenta inciso ao mesmo parágrafo. (Dispõe sobre renúncia de mandato eletivo de membros do Poder Legislativo). **Autoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti e outros. **Relatoria:** Senador Osmar Dias. **Relatório:** Contrário à Proposta. **Resultado:** **Retirado de Pauta, a pedido do autor. EXTRAPAUTA. ITEM 1) Não Terminativo OFÍCIO “S” Nº 19, DE 2010** Informa ao Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso II, da Constituição Federal, o nome da Ministra Eliana Calmon eleita pelo Superior Tribunal de Justiça em Sessão Plenária realizada no dia 03 de agosto de 2010, para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2010/2012. **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. **Relatoria:** Senador Edson Lobão. **Relatório:** Votação Secreta. **Resultado:** **Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome da**

Ministra Eliana Calmon, para exercer o cargo de Membro do Conselho Nacional de Justiça, com vinte e um (21) votos favoráveis e um (1) voto contrário. ITEM 2) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2006 Altera os arts. 126, 129 e 130 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para instituir a hipótese de remição de pena pelo estudo. **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. Tramita em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 164, DE 2007** Altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal - para introduzir a remição da pena pelo estudo. **Autoria:** Senador Aloizio Mercadante. Tramita em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 230, DE 2008** Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), de forma a tornar a educação o eixo primordial da ressocialização de presos e internados. **Autoria:** Senador Jarbas Vasconcelos. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 265, de 2006, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, com as Subemendas nºs 1 a 3; e pela declaração de prejudicialidade dos PLS nº 164, de 2007 e nº 230, de 2008. **Resultado:** **Aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS nº 265, de 2006, com as Subemendas nºs 1-CCJ a nº 3-CCJ; e a declaração de prejudicialidade dos PLS nº 164, de 2007 e nº 230, de 2008. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. ITEM 3) Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 192, DE 2009** Transforma o agravo de instrumento interposto contra decisão que não admite recurso extraordinário ou especial em agravo nos próprios autos, alterando dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil. **Autoria:** Deputado Paes Landim. **Relatoria:** Senador Pedro Simon. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. **Resultado:** **Aprovado o Projeto. ITEM 4) Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2010** Cria cargos no Quadro de Pessoal Permanente da Agência Nacional de Cinema - ANCINE, de que trata a Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Gilvam Borges. **Relatoria ad hoc:** Senador Edison Lobão. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. **Resultado:** **Aprovado o Projeto. ITEM 5) Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, DE 2010** Altera a ementa do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942. (Lei de introdução às normas do Direito Brasileiro). **Autoria:** Deputado Celso Russomanno. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatoria ad hoc:** Senador Cesar Borges. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. **Resultado:** **Concedida vista ao Senador Eduardo Suplicy, nos termos regimentais. REQUE-**

RIMENTOS APRECIADOS: **1) REQUERIMENTO Nº 74, DE 2010-CCJ** “Requeiro dispensa de interstício previsto pelo artigo 280 do Regimento Interno desta Casa, para imediata apreciação do Ofício “S” nº 19, de 2010, que submete à consideração do Senado Federal, o nome a Ministra Eliana Calmon, para exercer o cargo de membro do Conselho Nacional de Justiça.” Autoria: Senador Demóstenes Torres. Resultado: Aprovado. **2) REQUERIMENTO Nº 75, DE 2010-CCJ** “Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício “S” nº 19, de 2010, que submete à consideração do Senado Federal, o nome da Ministra Eliana Calmon, para exercer o cargo de membro do Conselho Nacional de Justiça.” Autoria: Senador Demóstenes Torres. Resultado: Aprovado. **3) REQUERIMENTO Nº 76, DE 2010-CCJ** “Requeiro, nos termos do inciso V, do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidada a Sra. Antonia Aparecida Rodrigues dos Santos Neves Silva para explicar as graves denúncias apresentadas sobre a violação do sigilo fiscal do Sr. Eduardo Jorge Caldas Pereira.” Autoria: Senador Alvaro Dias. Resultado: Aprovado. **4) REQUERIMENTO Nº 77, DE 2010-CCJ** “Requeiro, nos termos inciso V, do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. Demétrius Sampaio Felinto, para explicar as graves denúncias apresentadas pela Revista Veja, sobre a eliminação de fitas com imagens da ex-Secretária da Receita Federal, Lina Vieira, no Palácio do Planalto.” Autoria: Senador Alvaro Dias. Resultado: Aprovado. A Presidência declara encerrada a Reunião às treze horas e quarenta e quatro minutos do dia quatro de agosto de dois mil e dez, ficando adiados os demais itens da Pauta, a saber: **ITEM 1)** PLS Nº 249, de 2005; **ITEM 2)** PLS Nº 35, de 2009; **ITEM 3)** PLS Nº 414, de 2009; **ITEM 4)** PLS Nº 468, de 2009; **ITEM 5)** PLS Nº 477, de 2009; **ITEM 9)** PLS Nº 316, de 2007 tramita em conjunto com PLS Nº 317, de 2008; **ITEM 10)** PLS Nº 104, de 2010; **ITEM 19)** PLS Nº 310, de 1999 tramita em conjunto com PLS Nº 315, de 1999; PLS Nº 67, de 2002 e PLS Nº 267, de 2004; **ITEM 23)** PLS Nº 457, de 2003 tramita em conjunto com PLS Nº 59, de 2006; **ITEM 24)** PLS Nº 196, de 2004 tramita em conjunto com PLS Nº 280, de 2005 e PLS Nº 301, de 2005; **ITEM 25)** PLS Nº 269, de 2004; **ITEM 28)** PLS Nº 416, de 2005; **ITEM 30)** PLS Nº 65, DE 2006; **ITEM 31)** PLS Nº 164, DE 2006; **ITEM 34)** PLS Nº 195, DE 2006; **ITEM 35)** PLS Nº 197, DE 2006 tramita em conjunto com PLS Nº 7, DE 2008; **ITEM 37)** PLS Nº 306, DE 2006; **ITEM 38)** PLS Nº 319, DE 2007; **ITEM 39)** PLS Nº 369, DE 2007; **ITEM 42)** PLS Nº 517, DE 2007; **ITEM 43)** PLS Nº 734,

DE 2007; **ITEM 44)** PLS Nº 218, DE 2008; **ITEM 45)** PLS Nº 400, DE 2008; **ITEM 46)** PLS Nº 246, DE 2009; **ITEM 48)** PLS Nº 351, DE 2009; **ITEM 50)** PLS Nº 87, de 2003; **ITEM 51)** PLS Nº 117, de 2003; **ITEM 52)** PLS Nº 331, de 2003; **ITEM 53)** PLS Nº 365, de 2003; **ITEM 54)** PLS Nº 535, de 2003; **ITEM 55)** PLS Nº 111, de 2004; **ITEM 56)** PLS Nº 129, de 2004; **ITEM 57)** PLS Nº 144, de 2004; **ITEM 58)** PLS Nº 157, de 2004; **ITEM 59)** PLS Nº 225, de 2004; **ITEM 60)** PLS Nº 378, DE 2005; **ITEM 61)** PLS Nº 210, de 2006 ; **ITEM 62)** PLS Nº 269, de 2006 ; **ITEM 63)** PLS Nº 428, de 2007; **ITEM 64)** PLS Nº 549, de 2007; **ITEM 65)** PLS Nº 569, de 2007; **ITEM 66)** PLS Nº 410, de 2008; **ITEM 68)** PLS Nº 422, de 2009; **ITEM 69)** PLS Nº 538, de 2009; **ITEM 70)** PLS Nº 167, de 2006; **ITEM 71)** PLS Nº 724, de 2007; **ITEM 72)** PLS Nº 292, de 2009; **ITEM 73)** PLS Nº 396, de 2003; **ITEM 74)** PLS Nº 418, de 2008; **ITEM 75)** PLS Nº 241, de 2002; **ITEM 76)** PLS Nº 10, de 2003; **ITEM 77)** PLS Nº 274, de 2003; **ITEM 78)** PLS Nº 329, de 2006; **ITEM 79)** SCD Nº 163, de 2000; **ITEM 81)** PEC Nº 8, de 2003; **ITEM 82)** PEC Nº 17, de 2003; **ITEM 83)** PEC Nº 39, de 2003; **ITEM 84)** PEC Nº 46, de 2003; **ITEM 85)** PEC Nº 61, de 2003; **ITEM 86)** PEC Nº 95, de 2003; **ITEM 87)** PEC Nº 2, de 2004; **ITEM 88)** PEC Nº 16, de 2004; **ITEM 91)** PEC Nº 3, de 2006; **ITEM 92)** PEC Nº 85, de 2007; **ITEM 93)** PEC Nº 41, de 2009; **ITEM 94)** PEC Nº 51, de 2009; **ITEM 95)** PEC Nº 32, de 2006; **ITEM 96)** PEC Nº 41, de 2006; **ITEM 97)** PEC Nº 43, de 2007; **ITEM 98)** PEC Nº 5, de 2009; **ITEM 99)** PEC Nº 35, de 2003; **ITEM 100)** PEC Nº 22, de 2009 e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada.

Senador **Demóstenes Torres**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 04 DE AGOSTO DE 2010, ÀS 10 HORAS E 31 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 39ª Reunião Extraordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à deliberação dos Itens nºs 1 a 100.

Item 08. Projeto de Lei do Senado nº. 52, de 2005. *“Dispõe sobre arrendamento compulsório de parcelas de imóveis rural para os efeitos que especifica. Autoria, Senador Pedro Simon. Relatoria, Senadora Kátia Abreu.*

A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em Decisão Terminativa. A matéria tem por objetivo a instituição do arrendamento rural compulsório sobre parcelas de imóveis rurais improdutivos a ser utilizado pela União para ampliar as possibilidades de acesso à terra a trabalhadores rurais privados dos meios de produção”.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Kátia Abreu para proferir o seu relatório.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente. Em que pese a louvável proposta do nobre Senador Pedro Simon, entendemos que apresenta equívocos, senão vejamos: cabe esclarecer desde logo que o art. 184 de Constituição Federal estabelece que *“compete à União desapropriar por interesse social para fins de reforma agrária o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até 20 anos a partir do segundo ano da sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.*

O mandamento desapropriar o imóvel que não esteja cumprindo sua função social, trata-se de norma constitucional ou mandatária, em que seu caráter imperativo revela-se em determinar a conduta positiva de desapropriar diante da hipótese de não cumprimento da função social. Trata-se de norma mandatária perspectivas, pois ordena a desapropriação.

Entende-se que o legislador infraconstitucional não pode negar a essência da norma constitucional, sob pena de ferir diretamente a Constituição Federal. A intervenção do legislador ordinário não deve prejudicar o patrimônio jurídico já conquistado. Desta forma, esta proposta cria uma insegurança jurídica ao autorizar o poder público a arrendar parte da propriedade de um imóvel que a União já estaria autorizada a desapropriar.

Em vista do exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº. 52, de 2005”.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado o parecer.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Item 75, página 838. Projeto de Lei do Senado nº. 241, de 2002. *“Inclui a Ação Paramaçônica Juvenil do Grande Oriente do Brasil como método complementar do ensino formal, visando a formação moral, cívica e patriótica e dá outras providências. Autoria, Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatoria, Senador Almeida Lima”.* O parecer é contra, não é? O parecer é contrário. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte em Decisão Terminativa.

Não estando presente o Senador Almeida Lima, nomeio relator *ad hoc* o Senador Edison Lobão, a quem concedo a palavra.

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Sr. Presidente, o projeto ora sob exame, de autoria do ilustre Senador Mozarildo Cavalcanti tem por objetivo considerar...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador, me permita. Acabo de ser informado que o Senador Mozarildo pediu para retirar de pauta esse projeto.

Então, em atendimento à solicitação do autor, eu retiro de pauta e incluo na próxima reunião do esforço concentrado. Peço desculpas a V. Exa.

Item 76 da pauta, página 843. *“Altera o art. 14 da Lei nº. 5.700, de 1º de setembro de 1971, tornando obrigatório o hasteamento da bandeira nacional nos núcleos habitacionais da Amazônia Legal. Autoria, CPI das ONGs, 2001. Relatoria, Senador Jayme Campos”.*

Concedo a palavra ao ilustre Senador Edison Lobão, a quem nomeio relator *ad hoc* para proferir o relatório.

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Sr. Presidente, eu pediria até a V. Exa. que como não se encontra aqui nem o autor e nem o relator titular, e como se trata de um parecer no sentido da rejeição do projeto que torna obrigatório o hasteamento da bandeira nacional nos núcleos habitacionais da Amazônia Legal, eu proporia a V. Exa. que também retirasse de pauta para um próximo exame.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Retirado de pauta.

Item 80, página 906. *“Proposta de Emenda à Constituição nº. 43, de 2000. Modifica a redação dos arts. 20, inciso III; e 26 inciso I da Constituição Federal para definir a titularidade das águas subterrâneas. Autoria, Senador Júlio Eduardo e outros. Relatoria,*

Senador Eduardo Casagrande. Matéria em reexame na CCJ”.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Kátia Abreu, a quem nomeio relatora *ad hoc* para proferir o relatório. Página 906.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, passo aqui à leitura do relatório proferido pelo Senador Renato Casagrande.

“Entendemos que nada há que possa obstar do ponto de vista da constitucionalidade formal o livre exame do mérito dessa proposição pelo Congresso Nacional à PEC n.º. 43, de 2000, é de autoria de 29 Sras. e Srs. Senadores e Senadoras, número superior ao exigido pela Constituição. Inexiste ao lado disso qualquer das situações que podem implicar limitação circunstancial à reforma da Constituição.

Com efeito, não há hoje intervenção federal no Brasil, nem o Presidente da República decretou estado de defesa ou de sítio.

Materialmente, a proposição não infringe as redações da reforma constitucional a que se refere o § 4º do art. 60 da Constituição, que protege da reforma constitucional a forma federativa do Estado, a natureza do voto, a separação dos poderes e direitos individuais. O projeto seria destinado, segundo seus autores, a resolver controvérsia constitucional sobre a titularidade das águas subterrâneas, firmando no texto constitucional de maneira expressa o domínio da água sobre as águas subterrâneas, inclusive aquíferos em terrenos de seu domínio, ou que banhe mais um de estado ou se estenda ao território estrangeiro. Aos estados caberia o domínio apenas das águas subterrâneas circunscritas ao seu território.

O entendimento defendido na proposição, segundo o qual a titularidade das águas subterrâneas que se estenda por mais de um estado pertence à União, decorre de uma interpretação restritiva do art. 26, inciso I da Carta Magna. Esse dispositivo determina serem bens do Estado às águas superficiais ou subterrâneas fluentes, emergentes e em depósito.

O art. 20, inciso I, por sua vez, atribui à União as correntes de águas que banhem mais de um estado, mas silencia com respeito às águas subterrâneas. De acordo com esse entendimento, o critério de titularidade dominial das águas superficiais deveria ser estendido, por analogia, para as águas subterrâneas.

Entendemos, no entanto, que essa interpretação é equivocada, pois ela infere que o silêncio do legislador constitucional no art. 20, inciso I, sobre as águas subterrâneas constitui um descuido que deve ser reparado.

Temos, portanto, que o fato constitucional pretendia na justificação, na proposta em exame, não se

afirma legítima. A leitura dos dispositivos constitucionais mencionados leva à conclusão que o legislador constitucional conferiu aos estados o domínio das águas subterrâneas em seu território. A própria ANA, órgão federal vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, reconhece a titularidade dos estados sobre as águas subterrâneas remetendo a outorga de sua exploração por particulares aos órgãos estaduais competentes.

Portanto, em face do exposto, opinamos no sentido da constitucionalidade e juridicidade da proposta de Emenda à Constituição n.º. 43 de 2.000, e votamos quanto ao mérito por sua rejeição”.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram.

O parecer está aprovado, e a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, V. Exa..

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria de saber se o Item 19 tem consenso e se nós poderíamos fazer uma inversão. É sobre o cumprimento de penas, o cumprimento das penas até 50 anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não há consenso, mas nós votaremos daqui a pouco.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Ok, obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Extrapauta, Ofício ‘S’ n.º. 19 de 2010, Não Terminativo. “*Informa ao Senado Federal nos termos do art. 103-B, inciso II, da Constituição Federal, o nome da Ministra Eliana Calmon, eleita pelo Superior Tribunal de Justiça em Sessão Plenária realizada no dia 03 de agosto de 2010 para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2010, 2012. Autoria, Superior Tribunal de Justiça. Relator, Senador Edison Lobão*”.

Solicito aos ilustres Senadores Jarbas Vasconcelos e Kátia Abreu para que acompanhem até a Mesa a Ministra Eliana Calmon.

Requerimento, Senador Demóstenes Torres. “*Requer a dispensa do prazo contido no art. 280 do Regimento Interno do Senado Federal que diz que é de três dias úteis o interstício de distribuição de avulsos dos pareceres às comissões e o início da discussão ou votação correspondente*”. Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Com a palavra o ilustre relator Senador Edison Lobão para proferir o seu relatório.

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Srs. Senadores. “Vem ao exame do Senado Federal a indicação pelo Superior Tribunal de Justiça da Sra. Ministra Eliana Calmon, para integrar o Conselho Nacional de Justiça na vaga destinada à Ministra daquela corte, nos termos do inciso II, do art. 103-B da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional 45, a Reforma do Judiciário, e da Resolução nº. 07, de 2005.

Consoante ao disposto constitucional acima referido, os membros daquele conselho, a quem cabe o controle externo do Poder Judiciário, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para o mandato de dois anos, admitida uma recondução. Cabe a essa comissão, de acordo com Resolução nº. 07, proceder a sabatina dos indicados.

Em obediência aos ditames dos mesmos diplomas legais, a Ministra Eliana Calmon encaminhou o seu currículo que passamos a resumir.

S. Exa. nasceu em Salvador, bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia em 1968, onde também se especializou em Processo em 1982. Ministra do Superior Tribunal de Justiça desde 99, S. Exa. integrou os quadros do Ministério Público Federal, onde exerceu os cargos de Procuradora da República, em Pernambuco, e Subprocuradora Geral da República no Distrito Federal.

Em 1979, foi aprovada no concurso para o cargo de Juiz Federal, que exerceu até 1989, quando foi promovida por merecimento para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Entre 72 e 1989, a eminente Magistrada lecionou Direito Civil e Direito Processual Civil na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, na Universidade Católica de Salvador e na Universidade Federal da Bahia. Além disso, integrou a Diretoria da Escola Nacional de Magistratura de 98 a 2000, compondo o quadro de professores do Instituto Brasileiro do Processo Civil.

A Ministra Eliana Calmon realizou diversos cursos no Brasil e no exterior, e é autora de inúmeros livros e artigos técnicos, tendo também proferido diversas palestras em eventos nacionais e internacionais. Além de diversas outras comendas, a indicada foi agraciada com o colar do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria, do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, a Medalha do Pacificador, a Ordem do Mérito Militar,

no grau de Cavaleiro, a Ordem do Mérito das Forças Armadas, no grau de Cavaleiro, a Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau de Grande-Oficial, a Medalha do Mérito Cultural da Magistratura, e a Medalha do Mérito Naval, no Grau de Grande Oficial, e a Medalha do Mérito Eleitoral do Distrito Federal, Categoria Jurista.

Finalmente, cabe registrar que S. Exa. apresentou todas as declarações exigidas pela Resolução nº. 7 e suas alterações e pelo Ato nº. 1, de 2007, desta Comissão.

Encontram-se, assim, atendidas todas as exigências dos dois diplomas legais para a instrução do processo.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça”.

É o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa.

“Requerimento do Senador Demóstenes Torres solicitando a dispensa do interstício previsto no art. 2º, Ato nº. 1, de 2007, para que a Ministra Eliana Calmon possa imediatamente proferir suas palavras e ser em seguida sabatinada”.

Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Concedo a palavra, portanto, à Ministra Eliana Calmon para suas considerações e, em seguida, aos Srs. Senadores para seus questionamentos.

Com a palavra, V. Exa.

SRA. MINISTRA ELIANA CALMON: Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, Sr. Relator, Senador Edison Lobão, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

É com satisfação que eu, depois de ser eleita por aclamação no meu Tribunal, para exercer o cargo de Ministra Corregedora no Conselho Nacional de Justiça, aqui estou para passar por essa exigência constitucional, que eu acho da maior pertinência em razão da conjugação de atividades: o Poder Judiciário escolhe, mas passa pelo crivo do Poder Legislativo.

Eu sou magistrada de carreira há 32 anos, e só fui juíza. Até mesmo minha atividade como professora eu deixei quando me tornei desembargadora federal, por entender que eu não podia servir a dois senhores, o tempo era insuficiente para que eu fizesse bem as duas atividades. No exercício da atividade judicante, eu fiquei 10 anos como Magistrada de primeiro grau, 10 anos como magistrada de segundo grau, e estou a 11 anos no Superior Tribunal de Justiça, que representa a cúpula do Poder Judiciário dentro do aspecto infraconstitucional.

A rica experiência que tive, posso dizer que foi ampliada no STJ. Porque o STJ realmente é um tribunal que deixa a visibilidade dos problemas nacionais e os magistrados, os ministros que estão na atividade judicante, têm a oportunidade de, a cada dia, servir àquele laboratório de problemas e soluções.

De todas as atividades exercidas na Magistratura, inclusive quero realçar que nunca me afastei de nenhuma delas, sequer para fazer curso de especialização, eu tive oportunidades muito interessantes, e a que mais me gratificou foi em relação às escolas de Magistratura. Desde muito tempo, quando ainda não falávamos de escolas de Magistratura com tanta desenvoltura como atualmente, eu já tinha a preocupação no investimento do Judiciário na formação dos magistrados. E foi com este pensamento que eu criei no Tribunal Regional Federal da 1ª Região o Núcleo de Preparação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Por que este nome? Porque se eu dissesse que estava criando uma escola, eu não teria a aprovação dos meus pares que entendiam, naquele momento, na década de 80, que era uma demasia, daí porque eu camuflei e disse o seguinte para mim mesmo: “Esta será a semente da escola de magistratura”, como terminou sendo. Riquíssima experiência. E me aguardava algo que eu não podia esperar. Porque, atuando neste Núcleo de Preparação e Aperfeiçoamento de Magistrados, eu adquiri uma visibilidade que eu não esperava, porque eu passei a integrar o Conselho da Justiça Federal, representando o Tribunal da 1ª Região, onde conheci o Ministro Sálvio de Figueiredo, que ficou maravilhado com o Núcleo de Preparação de Magistrados. A partir daí eu fui convidada para integrar a Escola Nacional de Magistratura como secretária executiva.

E nesta minha trajetória, eu terminei por ganhar visibilidade e ser possível chegar ao Superior Tribunal de Justiça. Era difícil, muito difícil chegar ao Superior Tribunal de Justiça porque até 99 nenhuma mulher tinha integrado o tribunal. E é interessante dizer da minha experiência, porque alguns colegas me diziam: “Você está candidata a uma vaga de Ministra no STJ?” E eu dizia: “Sim, estou, por quê?”. “Você não sabe que eles não votam em mulher?” E eu sempre disse o seguinte: “Se eu não me candidato, eu não posso saber, só posso saber se eu me candidatar”. Um colega chegou a me dizer que eu devia continuar com a candidatura porque para Deus nada é impossível. Isto eu conto para dizer que, efetivamente, é preciso tentar e é preciso ousar, e eu ousei e tentei, e já na primeira investida eu já fui contemplada ingressando na lista triplíce. Entretanto, eu terminei por não ser escolhida pelo Presidente da República, repetindo, posteriormente, a mesma trajetória.

De forma, Srs. Senadores, que eu tenho uma experiência grande de Magistratura. Ontem, quando eu terminei de ser eleita por aclamação na corte do meu Tribunal, eu disse para os meus pares, em pequenas, poucas palavras, que no Judiciário, o cargo que eu mais ambicionava era a Corregedoria. Mas eu esperava ser corregedora como desembargadora federal, o que eu não consegui porque antes da minha antiguidade eu cheguei ao STJ. E por que eu ambicionava ser corregedora? Não para efeito de correções, mas para efeito de normatizações e orientações. Eu sempre entendi que pecava o Poder Judiciário por falta de regras claras na condução da atividade administrativa e que à Corregedoria cabia exatamente fazer esses esclarecimentos aos magistrados. Como também entendo que é pertinente para a Corregedoria fazer uma política de esclarecimento, e por que isto? O Poder Judiciário foi o último dos poderes a se alinhar à modernidade da Constituição de 88. E depois de tantos e tantos anos, os magistrados mais antigos não se aperceberam efetivamente, muitos deles, das mudanças operadas no Poder Judiciário. E antes de qualquer correção, eu entendo absolutamente necessário haver uma política de esclarecimento mostrando por que o Judiciário não é mais aquele Judiciário antecedente à Constituição de 88 e muito principalmente depois da Emenda 45.

Quero dizer que uma das surpresas que tive como magistrada foi a atuação do Conselho Nacional de Justiça, tinha muitas dúvidas, muitas interrogações, quando vi ser criado mais um órgão e pensei que talvez não tivéssemos o avanço necessário para uma melhoria significativa do Poder Judiciário. Enganei-me, porque hoje o CNJ é um órgão que se impôs, pela sua importância, dentro da Magistratura, e pela popularidade que ganhou. Hoje nós temos um órgão a quem pode o jurisdicionado se dirigir e desta forma pedir contas da prestação jurisdicional. No passado, antes do CNJ, os papéis das corregedorias regionais era um papel muito apagado. E os tribunais de justiça faziam a aplicação da justiça que queriam, não existia a mínima prestação de contas.

Daí porque eu estou muito feliz de ter alcançado o meu ideal, que é ser corregedora. Só que eu não pensei em ser corregedora nacional, o que muito me envaidece. Sei que não é uma função fácil, é uma função difícil, é preciso muitas vezes ser dura, severa com os colegas, mas isto não me intimida, o que me intimida é exatamente a dimensão do trabalho que eu tenho pela frente. Não estou iludida, mas serei dedicada à função para a qual foi ontem eleita, da mesma forma que me dediquei nesses 32 anos à Magistratura, que eu amo, que eu quero bem, e sou severíssima crítica do Poder Judiciário, como muitos dos senhores devem

conhecer os meus pronunciamentos, os meus artigos, porque eu entendo que é através da crítica que nós podemos detectar as dificuldades, os erros e os acertos, e desta forma fazer as correções devidas.

Eis, Srs. ministros (sic), uma vida só dedicada à Magistratura. Uma vida simples, uma vida de poucos feitos, mas de muita dedicação e de muita realização.

Eu sou uma magistrada realizada. Obrigada.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Passaremos, então, à fase de questionamento. Primeiramente, Senadora Kátia Abreu, em seguida Senador Valter Pereira.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente. Eu gostaria de parabenizar a Ministra Eliana Calmon por mais esse desafio, e apesar de não conhecê-la pessoalmente, intimamente, mas todas as características que são citadas a seu respeito me trazem admiração. Todas as vezes que ouço alguém falar de Eliana Calmon, ouço dizer os seus sinônimos, se é que assim posso usar essa palavra: firme, corajosa, ética e tem conhecimento. São essas qualidades que nós precisamos no Judiciário brasileiro: ética, firmeza, coragem e conhecimento, e eu tenho certeza que na Corregedoria um dos cargos mais difíceis, concordo com a senhora, mais difíceis, eu tenho certeza que a sua coragem será novamente testada nesse cargo, e vai praticá-lo com muita eficiência.

Concordo com V. Exa. quando diz que o CNJ hoje é uma instituição nacional, assim como outras instituições são admiradas e amadas pelo povo brasileiro, o CNJ aos poucos foi conquistando essa admiração e esse bem querer de toda a sociedade, confiança absoluta.

Gostaria, apenas, de reiterar um trabalho que já tem sido feito no CNJ desde o Ministro Gilmar Mendes como Presidente, que é a questão da fiscalização do não cumprimento das reintegrações de posse em caso de invasões de terra. Nós tivemos um avanço extraordinário com relação ao papel do CNJ no sentido de estabelecer um pacto entre os juízes, com firmeza, um trabalho duro no sentido de fazer com que as reintegrações pudessem ser cumpridas pelos governadores dos estados. Os juízes fazem o seu papel, mas os governadores nem sempre estão dispostos a cumprir uma decisão judicial, e num estado de direito, como nós pretendemos para o nosso país, isso não pode ser permitido, e o CNJ é o nosso grande escudo, o nosso grande defensor no sentido de fazer valer a caneta de um juiz, a sua decisão, porque estará garantindo assim o estado de direito e a paz no campo.

Os meus votos de sucesso, e tenho certeza que o CNJ será ainda maior com a sua presença.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, Sra. Ministra Eliana Calmon.

Inicialmente, eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, que no meu entendimento pessoal seria até desnecessário, embora seja uma exigência legal essa sabatina, já que a ilustre ministra já se submeteu a esse ritual quando foi indicada para o Superior Tribunal de Justiça.

Todavia, é preciso reconhecer que esse encontro é sempre muito salutar. É salutar, porque o ministro que aqui comparece se prepara para dialogar com franqueza com os parlamentares, e os parlamentares acabam se atualizando quanto a essa atuação tão importante que cumpre o Poder Judiciário. E V. Exa., efetivamente, tem sido muito ciosa dos seus julgamentos, eu conheço advogados, conheço os julgados de V. Exa., conheço os posicionamentos que sempre expendido com bastante firmeza, bastante determinação e sempre dentro do Direito.

Gostaria de fazer um questionamento para a senhora, que acho que... Acho não, tenho a convicção de que vai despertar a sensibilidade que V. Exa. tem, e esse viés de olhar para a administração pública como uma preocupação para que ela atenda efetivamente as demandas da sociedade.

Nós aprovamos aqui, Sra. Ministra, uma lei que foi muito questionada, e que recebeu a alcunha de Lei da Ficha Limpa. E o que se buscou aí foi atender também uma demanda da sociedade, sociedade exige dos seus governantes, dos seus administradores, uma conduta mais compatível com a ética. No entanto, no nosso ordenamento jurídico, existem ainda alguns obstáculos que criam privilégios. Um desses privilégios está na competência do STJ, que diz respeito a uma faculdade que essa corte tem, e que está no art. 105, compete originariamente processar e julgar nos crimes comuns os governadores dos estados e do Distrito Federal, e outras autoridades que são descritas no mesmo dispositivo. Sucede que em vista de outro dispositivo, que é a mesma competência para processar, aliás, para autorizar a instauração do processo contra o Presidente e o vice-Presidente da República, e os Ministros de Estado, as assembleias legislativas colocaram em suas constituições um dispositivo que obriga a autorização do legislativo estadual para que se processe os governadores, e o tribunal, o STJ, observa rigorosamente as normas das constituições estaduais.

Ora, Sra. Ministra, no momento em que o constituinte incluiu na Constituição Federal essa prerrogativa, essa competência para o Superior Tribunal de Justiça, deixou claro que no caso dos governadores, dever-se-ia, aliás, não dever-se-ia observar o princípio da simetria porque, se fosse assim, estaria em aberto para que o legislador não só previsse a autorização para processar como também designaria o respectivo tribunal regional, tribunal estadual, para fazê-lo. Então existe aí um dispositivo que acaba se tornando inócuo, porque veja V. Exa. o que sucede efetivamente: todos nós que militamos na vida pública, sabemos o poder que exerce sobre uma assembleia legislativa o governador. E qual é o governador que mesmo tendo cometido os mais torpes crimes comuns não tenha a capacidade de persuadir a assembleia e impedir que o processo tenha sua instauração, tenha o seu curso normal. Então, nós estamos diante de uma situação que na minha avaliação exige uma hermenêutica, exige uma revisão da hermenêutica, para que se observe o princípio que foi adotado na Constituição, que não é o da simetria. Que se fosse da simetria não estaria constando da Carta Magna que o julgamento do governador teria que ser pelo Superior Tribunal de Justiça.

Então é essa provocação que eu quero fazer a V. Exa., para que nós possamos tornar efetivo, viável, a aplicação do art. 105. Porque o STJ, eu tenho informações que tem pilhas de processos contra governadores que não são julgados porque nenhuma assembleia legislativa concede autorização.

Nós tivemos aqui recentemente, um episódio em Brasília, V. Exa. acompanhou, todos nós aqui acompanhamos. O governador foi afastado, mas foi afastado, Senador Lobão, não em razão das infrações penais que se discutia naquela época, fora afastado em razão de infidelidade partidária, uma infração que efetivamente se ele tivesse recorrido ao Tribunal Superior Eleitoral ele teria derrubado, porque não resistiria uma análise do tribunal superior.

Então, o que nós temos diante de nós, Sra. Ministra, é a efetividade ou não do art. 105. Hoje, na minha avaliação, este artigo é uma ficção, a não ser que se mude a hermenêutica do Superior Tribunal de Justiça, e quiçá do Supremo Tribunal Federal. Era esse o questionamento que eu faço a V. Exa., especialmente porque V. Exa. tem a mania de estudar, tem a mania de pesquisar, e tem a mania de desafiar. Então, como V. Exa. tem esses vícios, então eu faço essa provocação, e gostaria que V. Exa. se manifestasse sobre isso.

De qualquer forma, eu quero cumprimentar a indicação de V. Exa., acho que V. Exa. vai enriquecer o Conselho Nacional de Justiça, vai fazer aquilo que V. Exa. gosta, e vai, mais uma vez, garantir uma posição

de destaque para as mulheres do nosso país. E parabéns a V. Exa., daqui a pouco eu vou dar o meu voto para V. Exa., e tenho a convicção de que V. Exa. vai honrar mais uma vez a Magistratura.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Considero visita honrosa a essa comissão do Ministro Mauro Campbell, do Superior Tribunal de Justiça, pessoa que eu tenho a honra de conviver há muitos anos, meu amigo de Ministério Público, a quem eu convido para que sente-se conosco à Mesa, para o orgulho da Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Com a palavra o Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Sra. Ministra Eliana Calmon.

Nós, que não compomos o quadro daqueles que atuam de uma maneira ou de outra, ou por dentro ou por fora do Judiciário Brasileiro, mas, mesmo assim, tem conhecimento do trabalho que V. Exa. tem realizado lá, e sobretudo da postura que V. Exa. tem no que diz respeito aos temas importantes que circulam naquele tribunal. Sua posição tem sido uma posição de absoluta independência, uma posição de coragem sempre evidente nos seus votos, e faz com que haja um orgulho de todos os brasileiros pela sua... De ter em um dos seus tribunais mais importantes, no segundo tribunal mais importante, uma ministra da sua qualidade.

Sra. Ministra, apesar de não fazer parte da Comissão, mas vim aqui em nome do pequeno Estado de Alagoas, lhe trazer a solidariedade, os votos de que V. Exa. desempenhe com a mesma desenvoltura, com a mesma competência e com a mesma coragem, e com a mesma determinação essa nova função, da mesma maneira que V. Exa. tem feito até agora no tribunal. É essa a minha pequena participação, agradeço ao Presidente que me concedeu a palavra, apesar de não ser membro da nossa querida comissão, e trazer assim, eu diria, o abraço do povo alagoano.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa.

Considero visitas honrosas a essa comissão a dos deputados federais Onyx Lorenzoni, e Abelardo Lupion e José Carlos Aleluia, o nosso grande líder, nosso futuro senador.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Deputado Aleluia já está se acostumando, não é?

Sr. Presidente, eu quero felicitar a ilustre ministra, e dizer que eu fiquei profundamente admirado na sua exposição quando a ministra disse que ela vai para um cargo que ela desejou, ela fez questão de ocupar o

cargo. Eu lhe felicito. Eu olho para a senhora e vejo a senhora com uma fisionomia tão tranquila, tão serena, ao contrário do seu vizinho, porque o seu vizinho, Presidente da comissão nasceu para ser promotor. Quer dizer, é da índole dele, ele nasceu para acusar, ele se sente bem quando ele está acusando... Várias vezes, onde ele atuou no Plenário do Senado houve um fato interessante, em que a pessoa que estava sendo julgada sentou na frente e olhava para as pessoas que sentavam na tribuna falando. Eu, por exemplo, quando estava falando, perdi a graça, porque eu sou um advogado de defesa, a vida inteira eu atuei na defesa. Então ele estava ali, ele olhando para mim, me dava uma pena. Depois de mim veio o nosso Presidente, olhou para ele, e ele foi ali, se levantou, foi lá na frente dele, olhou para ele e ele teve que baixar os olhos. Ele não teve coragem de...

Mas V. Exa. disse que quer aceitar este cargo. Eu quero lhe dizer com toda a sinceridade, eu tenho, como gaúcho, muito orgulho do Ministro Dipp, eu acho que ele marcou posição, eu acho que a presença do Dipp como corregedor realmente foi algo de excepcional. Eu me atrevo a dizer que o cargo realmente tem consistência e conteúdo a partir da presença dele. E é impressionante o trabalho dele, eu vi lá no Rio Grande do Sul, no Tribunal de Contas, na Justiça Militar, em vários setores, a atuação dele foi de quem topou a parada, quer dizer, e é antipático, não é um missão que a gente faz com prazer, porque são colegas da gente que a gente está ali, mas acho ele... Acho que a atuação dele foi realmente sensacional, e estou sentindo que V. Exa. vai no caminho para melhor.

Eu me lembro quando o Ministro Jobim, Presidente do Supremo, quando se fez o debate na criação dos dois conselhos. À época se discutiu, e eu me lembro que a discussão era muito no sentido de que os conselhos ser conselho fechado. Quer dizer, os procuradores discutindo os procuradores, os ministros discutindo os ministros, e se defendia a tese de que deveria ter gente neutra, devia ter parlamentar, devia ter professor universitário, etc. e tal. Eu me lembro a argumentação do Ministro Jobim de que isso era impossível, que o que ele estava fazendo, que a gente está criando, já era algo muito importante, e que tinha que se confiar na seriedade, na credibilidade, na respeitabilidade de uma ministra que fosse para o Conselho da Justiça, ou para um procurador que fosse para outro conselho, na confiabilidade, na respeitabilidade de uma ministra que fosse para o Conselho da Justiça ou para um Procurador que fosse para um outro Conselho na confiabilidade que eles desempenhariam com seriedade a questão. Agora, daí a entregar pessoas neutras à interrogação é muito diferente. E acho que tem lógica,

é uma coisa que a gente não entendia, ministra, e a gente não compreendia; e outro assunto que o Ministro Jobim quando Presidente explicou, e eu fiquei impressionado, é que a gente imagina que o Presidente do Supremo decide a questão dos tribunais estaduais, decide a questão dos juízes, etc. e tal, quando não é bem assim, não é exatamente isso. Quem está fazendo isso agora é o Conselho, o conselho está fazendo isso, está fazendo as normas, até de vencimento que o Supremo não podia determinar. Então, o Conselho está desempenhando um grande papel.

Desculpa o que eu vou lhe dizer, mas nesta Casa, outro dia, e fizemos antes da chegada de V. Exa., nós aprovamos um projeto que é meio interessante, porque soa um pouco estranho na imprensa, quando agora, a primeira vez foi condenado um ministro a se aposentar por erros que ele teria cometido, aí fica aquela pergunta se aposentadoria, ir para casa com vencimento integral é a melhor fórmula de isso acontecer. Essa é uma das discussões a serem feitas, a serem analisadas; o Senado votou uma lei que foi para a Câmara no sentido de alterar essa questão.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Agora, eu digo, eu digo com toda sinceridade, há muito a ser feito. Há muito a ser feito em termos de Magistratura. Há um grande debate...

Eu não quero prejudicar, eu espero... Não, o Presidente é Presidente, eu espero, é Presidente Procurador. Posso? Então eu vou.

Eu acho que tem muito a ser feito, mas eu sou das pessoas que votei a favor, defendi, e acho que a criação dos dois Conselhos foi excepcionalmente positiva. E acho que dentro do Conselho não há dúvida de que a figura de V. Exa., da corregedora, é a figura mais importante. Eu acho que o Dipp marcou pela ação dele. Quer dizer, o Dipp foi, avançou, foi, o Conselho teve que seguir. O Conselho cumpriu com brilhantismo, mas a ação... Como agora a ação vai ser de V. Exa., quer dizer, não vai ser o Conselho que vai ditar o que V. Exa. vai fazer, isso não vai ser a tese. A tese vai ser V. Exa. ver, analisar, interpretar, e o Conselho dar cobertura para V. Exa. fazer isso. Eu acho que muita coisa poderá ser feita nesse sentido.

Eu acho que o grande debate, que é a cobrança que se faz de nós, e que se faz do Judiciário com relação à seriedade, à dignidade, com relação ao andamento dos processos, com relação à impunidade, eu acho que é uma questão realmente importante a ser debatida. Eu vejo com muita restrição, me perdoe V. Exa., durante muito tempo nesta Casa a discussão foi de que deputado e senador para poder ser processado tinha que ter licença da Câmara ou do Senado. Então o Supremo não tinha força nenhuma, o procurador da

República entrava com uma denúncia, o presidente do Supremo mandava um ofício para o presidente do Senado, ou para o presidente da Câmara, conforme fosse o caso, e o que acontecia? A Câmara e o Senado deixavam na gaveta. Não votavam aprovando, porque não queriam aprovar, e não rejeitavam porque tinham medo da opinião pública de rejeitar, então ficava na gaveta.

Uma das grandes medidas do Congresso foi mudar isso, hoje o Supremo não precisa mais de licença nem da Câmara nem do Senado para julgar um parlamentar. Então, hoje, o procurador entra com a denúncia, e a denúncia começa a andar. Mas fica arquivada [riso]. Fica arquivada, porque na verdade não anda, não anda e não se movimenta. Então esse foro privilegiado hoje na verdade é uma coisa que o Brasil é o país da impunidade, em grande parte por causa do foro privilegiado. Eu acho que essa é uma questão que pode ser feita, eu defendo uma tese, ministra, que eu não tenho tido sorte, eu defendo a tese que eu sou a favor da Ficha Limpa, mas a tese que eu defendo é que quem não tem a ficha limpa e é candidato, ele deveria ser julgado até a eleição. E no caso que não fosse julgado até a eleição, os que foram eleitos, os que foram eleitos entre o dia da eleição e o dia da posse, deveriam ser julgados, para não acontecer o que vem acontecendo. Quer dizer, um governador três anos depois é que ele é julgado. Um prefeito, quase quatro anos depois é que ele é julgado.

Então são essas coisas que eu acho que precisam ser feitas, têm que ser debatido, eu respeito o Judiciário, acho que o Supremo, a Procuradoria, o Tribunal Superior têm posições realmente importantes, mas estamos muito longe do que devia, acho que o Congresso não tem coragem de votar a reforma tributária nem a reforma política, nem a reforma partidária, nem a reforma eleitoral, e o Supremo também não avança no sentido de punir, como deve punir a figura das pessoas culpadas. Vejo em V. Exa. com o maior respeito, e pela sua biografia e pela sua história, a convicção de que o meu patrício e amigo Dipp vai ficar na história, e todo mundo vai dizer que quem veio foi ainda melhor do que quem era.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Obrigado ao Senador Pedro Simon.

Com a palavra o Senador Edison Lobão.

Estamos fazendo todos de uma vez, para ver se nós conseguimos ainda mandar para o Plenário para que haja votação ainda hoje da Ministra Eliana Calmon.

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Sr.

Presidente, Srs. Senadores, Srs. Ministros Eliana Calmon e Mauro Campbell. Srs. Deputados.

Eu tive a ventura de ser o presidente desta Comissão no instante que se votada a reforma do Poder Judiciário. Lembro-me do quanto intensamente atuaram aqui os Senadores Pedro Simon, Antonio Carlos Valadares, Osmar Dias, Arthur Virgílio e tantos outros. Foi aquela época que se propôs a criação do Conselho Nacional de Justiça. Confesso que não gostei da ideia, porém, não obstruí. Eu entendia que os magistrados já eram suficientemente fiscalizados pela Corregedoria Estadual, pela Corregedoria do STJ, eram fiscalizados pela imprensa, pela sociedade, e, portanto, o que se iria fazer seria agregar mais uma instância de fiscalização.

Votada a ideia, e na prática verificou-se que ela foi muito bem inspirada, e o Conselho Nacional de Justiça passou a ter um desempenho extraordinário, servindo ainda mais ao Poder Judiciário e ao país.

Srs. Senadores, eu conheço a Ministra Eliana Calmon de muitos anos, acompanho de perto a sua atuação. Trata-se de uma Magistrada dotada de grande responsabilidade e de amplos conhecimentos jurídicos. A sua ideia de instituição do núcleo de preparação da Magistratura, que frutificou com a criação da Escola da Magistratura, foi extraordinária. Não fosse aquela iniciativa que se tornou a gênese, portanto desta escola, e nós não teríamos o aperfeiçoamento que temos hoje dos nossos magistrados.

O Senador Pedro Simon aludia a uma manifestação da Ministra Eliana Calmon, no sentido de que desejou este cargo. Eu sou daqueles que entendem que as pessoas só exercem bem os cargos quando tem desejo por eles. É o caso da Ministra Eliana Calmon, que será dentro em breve, corregedora do Conselho Nacional da magistratura. O corregedor não deve ser truculento, não deve ser cruel no exame dos processos que lhe chegam, mas precisa ser firme e ter o caráter da afirmação também. É o caso que se enquadra perfeitamente à personalidade da Ministra Eliana Calmon.

Não quero me alongar, Sr. Presidente, porque V. Exa. já nos adverte da necessidade de encaminhar esse processo ao exame do Plenário ainda hoje. Quero apenas dizer que com a decisão que haveremos de tomar nessa Comissão, estaremos contribuindo fortemente para que cada vez mais seja melhor o Poder Judiciário brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa.

Com a palavra o Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, nobre Senador Demóstenes Torres, eu desejo em rápidas palavras, cumprimentar a Ministra Eliana Calmon pela sua indicação por aclamação para exercer as relevantes funções no Conselho Nacional de Justiça.

A exemplo dos que me antecederam, eu gostaria de mencionar que o currículo de V. Exa. por si só fala muito da sua competência, do seu espírito público, e mais do que isso, de sua habilitação para exercício da função. Daí porque penso que o sentimento da Casa é no sentido de acolhimento da indicação que acaba de ser feita para que ela venha ocupar tão importante função no Conselho Nacional de Justiça. O CNJ, instituição relativamente recente, mas que cumpre um papel extremamente importante no aperfeiçoamento das instituições brasileiras, e, sobretudo, aquelas voltadas para o Poder Judiciário. Por isso, sem querer me alongar em considerações, tendo em vista tantos outros oradores que desejam se manifestar, eu desejo cumprimentar a Ministra Eliana Calmon pelo seu desempenho à frente... O seu desempenho no CNJ, mas também desejar votos de continuado êxito. Na certeza de que por esse caminho estaremos criando condições cada vez mais adequadas para que o Poder Judiciário Brasileiro possa cumprir e bem a sua importante tarefa que lhe foi deferida pela Constituição de 1988.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Tem outro orador na minha frente, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tem o Senador Arthur Virgílio e César Borges. Senador Arthur Virgílio, com a palavra, em seguida V. Exa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Obrigado, Sr. Presidente. Eu saúdo, antes de mais nada, antes até de saudar a Ministra Eliana Calmon, o meu conterrâneo e brilhante Ministro Mauro Campbell Marques, que vem marcando já na sua ainda curta trajetória no STJ uma passagem de eficiência, de eficácia, de sensibilidade, o que o credencia ao respeito dos seus pares. Mas eu chamo atenção para o fato de que, juíza há 32 anos, a Ministra Eliana Calmon é o primeiro magistrado, e no caso a primeira magistrada, e aí me parece que a resposta é unissex mesmo, a ocupar a Corregedoria Nacional de Justiça. Isso é um marco, isso é um fato.

Parabenizar o Senador Lobão pelo relatório absolutamente impecável que apresentou e que faz justiça a uma figura que se porta com a melhor postura no Superior Tribunal de Justiça, e que haverá de se desincumbir dessa nova função com brilhantismo, com equilíbrio, com isenção e com correção, porque correção é sua marca, o brilhantismo é um dom e,

enfim, a participação de S. Exa. ao longo de sua vida pública de magistrada tão profícua, já tão longa, ela nos autoriza a imaginar que se reproduzirá esse bom modelo, esse modelo que impõe respeito porque faz justiça. Justiça que faz justiça se impõe ao respeito da cidadania, ao respeito dos cidadãos. Portanto, obviamente, que nós temos o maior apreço pela ministra, e esse apreço é demonstrado pela votação que o PSDB, em voto aberto e não secreto nesse caso, consagra à unanimidade, entendendo que não haveria nome melhor para esta posição tão relevante que o da Ministra Eliana Calmon.

Muito obrigado. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa.

Com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Ministra Eliana Calmon, não poderia nesse momento também me furtar de vir aqui a essa sessão como membro da Comissão de Constituição e Justiça, e declarar da minha satisfação, do meu regozijo, da minha alegria de ver V. Exa. baiana que está sendo indicada para o Conselho Nacional de Justiça, e também de forma muito clara, já dei o meu voto favorável, que tenho certeza que a sua presença no Conselho Nacional de Justiça vai enaltecer mais ainda o trabalho desse organismo.

Eu, nessa sessão, nessa sabatina, eu só gostaria de ouvir V. Exa., se possível, que esclarecesse para mim uma posição que tem trazido até algum tipo de polêmica com relação à interpretação dos poderes do Conselho Nacional de Justiça. Até onde vai o poder do Conselho Nacional de Justiça. Isso fato que acho que V. Exa. está acompanhando lá na Bahia inclusive. Quais os limites do poder de regulamentar do Conselho Nacional de Justiça? Ou seja, a expedição desses atos regulamentares pode contrariar uma lei ou um ato normativo, uma lei estadual ou um ato normativo dos tribunais de justiça? A expedição de resolução do Conselho Nacional de Justiça pode suspender a eficácia de lei válida do poder legislativo estadual? Uma lei aprovada pelo Poder Legislativo Estadual, sancionada pelo governador do estado. A expedição da resolução do Conselho Nacional de Justiça pode suspender a eficácia de ato normativo do Poder Judiciário Estadual? Que seria uma outra questão.

Porque o CNJ tem suspenso uma resolução, por exemplo, do Tribunal de Justiça da Bahia, a Resolução 01, de 1992, e conseqüentemente uma Lei Estadual 6.354, de 91, que garantia o adicional de função a servidores do Tribunal de Justiça da Bahia. Aí eu pergunto: ele não invadiu a competência constitucional que é precípua do Supremo Tribunal Federal descrita no art.

52, inciso I, alínea “a”, da Constituição Federal, bem como os direitos adquiridos dos servidores?

Uma vez que compete ao Conselho sim o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, e do cumprimento do dever e funcionário dos juízes. Mas zelar pela autonomia do Poder Judiciário pelo cumprimento do estatuto de magistratura. No âmbito de sua competência, porque também a Constituição no artigo já citado, 102, diz que compete apenas ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar ação direta de inconstitucionalidade, ou ato normativo federal ou estadual em ação declaratória de inconstitucionalidade. Me parece que o próprio Supremo Tribunal Federal já andou prolatando sentenças, e recentemente até nessa questão baiana foi feito um mandato de segurança com relação à resolução do Conselho Nacional de Justiça. Então este é um assunto que está muito premente hoje na Bahia. V. Exa. conhece bem essa questão, e essa dúvida está suscitando uma inquietação na Justiça baiana.

Então eu queria aproveitar aqui a sua presença, que vai ser, para nosso orgulho, Corregedora do Conselho Nacional de Justiça, órgão que eu tenho o maior respeito e acho que o Parlamento brasileiro acertou em cheio quando criou o Conselho Nacional de Justiça. Mas que, nessas questões fica uma dúvida sobre onde vai o poder do CNJ, onde que pode contrariar, por exemplo, a questão de funcionalidade de leis aprovadas dentro dos estados brasileiros que foram encaminhados pelo Tribunal de Justiça, aprovado na Assembleia Legislativa e sancionado pelo governador, que em pleno vigor e por uma resolução do CNJ poderia de uma hora para outra deixar de ter validade essa lei.

Então, eu aqui, além de fazer essa pergunta, quero mais uma vez me congratular com sua indicação, que eu tenho certeza que este Plenário vai acatar. Eu posso até ousar, na unanimidade, pela competência de V. Exa., e dizer que como baiano fico muito satisfeito em ver uma baiana ascender ao Conselho Nacional de Justiça, fico muito feliz quando vejo os baianos nos tribunais superiores, acho que deveríamos ter mais, Ministro Mauro Campbell, mais baianos nos tribunais superiores, será uma luta de nós, baianos.

Muito obrigado a Ministra Eliana Calmon.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, Sra. Ministra Eliana Calmon, trata-se de uma ministra que vem exercendo as suas elevadas funções no STJ com a maior competência, lisura, equilíbrio e devotamento. É uma ministra que tem o respeito do Senado e da sociedade brasileira.

Nós sabemos a importância que tem o CNJ hoje em defesa da cidadania, da celeridade processual, da fiscalização e do controle do Poder Judiciário. As repercussões que têm tido o seu trabalho no seio da sociedade, como os mutirões da cidadania. A preocupação do CNJ com as crianças, os adolescentes, programas que venham em defesa da mulher, contra a violência praticada contra a mulher. Enfim, o CNJ tem uma atribuição muito importante no contexto do princípio, do acesso à Justiça e, acima de tudo, em defesa do fortalecimento do Poder Judiciário.

Portanto, a sua indicação para o Conselho Nacional de Justiça, Sra. Ministra, significa que todos os objetivos a que se propõe o CNJ serão fortalecidos com a sua presença, serão engrandecidos com a sua presença. E este é um pensamento unânime da Comissão de Justiça, pelos pronunciamentos que nós vimos há poucos instantes.

Só queria, para abreviar a minha participação, tendo em vista que nós queremos votar hoje o seu nome no Plenário do Senado, eu só queria fazer uma pergunta rápida. É sobre a questão tão polêmica do sigilo telefônico e também do sigilo bancário, há excessos, há abusos que são cometidos por determinadas autoridades, não estou falando do Poder Judiciário, mas de outras instituições. A própria Polícia Federal já cometeu equívocos, o próprio Ministério Público.

Então, eu gostaria de saber, no âmbito da atuação de V. Exa. e de outros ministros no STJ, o que têm feito os ministros para coibir tais abusos?

Agradeço a V. Exa., e muitas felicidades nessa nova função que certamente lhe será delegada com a aprovação do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa., e considero visita honrosa a essa Comissão do Ministro Herman Benjamin do Superior Tribunal de Justiça, a quem eu convido para que venha fazer parte da Mesa. Também Ministro Benjamin, nosso ex-colega do Ministério Público.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Eu gostaria de saudar a Ministra Eliana Calmon, é um orgulho da Bahia, é uma magistrada de alto nível, e honra a Bahia, portanto, é com muita satisfação que eu vim aqui dar o meu voto favorável e saudá-la pela nova função dentro da Magistratura que V. Exa. vai assumir, que é o Conselho Nacional de Justiça. Inclusive deverá ser a corregedora do Conselho, que nos dá mais satisfação ainda. E esse Conselho, que é um órgão importantíssimo, porque, a partir da sua

instituição, a Justiça brasileira melhorou, sem dúvida. Disso eu não tenho nenhuma dúvida. A ação do CNJ em cima do, digamos, principalmente das justiças estaduais, onde a lentidão, a morosidade, era flagrante, na Bahia um caso típico, onde o CNJ trabalhou bastante para tentar acelerar o processo... De julgamento dos processos, e atividade judiciária como um todo, a prestação de serviço judiciário.

Então o Conselho é muito importante, mesmo com essa polêmica da sua competência, mas eu acho que de qualquer maneira o Conselho teve uma atuação em todo Brasil muito importante, e vai agora receber um quadro do maior gabarito, que é a Ministra Eliana Calmon, que vai, com certeza, fortalecer atuação no Conselho e fazer com que a celeridade da Justiça no Brasil venha a ganhar um ritmo importante, aquilo que nós queremos, que ganhe um ritmo forte, que nós possamos melhorar essa prestação de serviço da Justiça brasileira.

Eu não tenho perguntas a fazer, eu gostaria de somente fazer a saudação à Ministra Eliana Calmon.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, senadoras, senhores que compõe a Mesa.

Ministra, permita-me chamá-la a nossa querida Ministra Eliana Calmon. Eu poderia ficar aqui fazendo um discurso imenso, porque nos alegra muito, ministra, ver mulheres da sua envergadura, da sua competência, da sua determinação, galgando postos como esse que a senhora está galgando, com certeza, hoje.

Em 2006, a senhora foi eleita pela Forbes como a jurista mais competente do Brasil. Eu não estou avaliando os outros, a Forbes que disse. Que a senhora, em 2006, foi avaliada com como a jurista mais importante. Isso causa uma alegria, uma honra a todas as mulheres brasileiras. Ao estarmos falando da senhora, é uma homenagem a sua competência e seu trabalho é uma homenagem a todas as mulheres do nosso país, todas nós nos sentimos muito orgulhosas na sua pessoa. A senhora chegou no Superior Tribunal de Justiça em 99, como a primeira mulher.

Então, realmente é uma desbravadora, não é? Está fazendo história no nosso país, estará registrado para sempre na história do nosso país, com certeza. E durante esses 11 anos, praticamente há 11 anos no Superior Tribunal de Justiça, só o que se tem ao seu respeito são demonstrações pela população, pelos que a conhecem, pelo mundo jurídico ou não, do seu trabalho, da sua competência, da sua correção no trato da Justiça.

E eu estou muito atenta, até pouco tempo a senhora recebeu uma homenagem, mas como eu não tenho memória, eu lembro que eu gravei alguma coisa, sabe, falando da importância do seu papel na sociedade brasileira, na Justiça brasileira, para a Justiça brasileira. E é claro que a gente que defende essa bandeira da mulher, nós defendemos homens e mulheres, mas é óbvio que sabemos das dificuldades que nós mulheres temos para galgarmos qualquer posto na sociedade. Essa dificuldade eu digo que a gente tem que ser no mínimo 100% mais preparada do que um companheiro homem, para a gente galgar algum posto. E a senhora vem demonstrando isso, com certeza. E aí é incontestável que a sua indicação para ser corregedora do nosso CNJ. CNJ esse que do meu ponto de vista é o grande salto que foi dado na reforma do Judiciário.

Quando o nosso Senador Lobão falou aqui que ele teve a honra de presidir essa Comissão quando da votação da reforma do Judiciário, nós sabemos que não foi fácil, mas sabemos os grandes avanços que existiram e que estão sendo demonstrados na sociedade brasileira.

Aí eu costumo, nossa ministra, até brincar com os nossos colegas senadores, que são a grande maioria, dos 81 nós estamos sempre em torno de oito, nove ou 10 senadoras, varia em conformidade com suplências que venham assumir; eu sempre digo que nós somos 52% da população e os 48% da nossa população brasileira são os companheiros homens. Todos, absolutamente todos, nossos filhos. E aí, a gente, para conquistar os espaços na sociedade, seja no trabalho, seja na política, seja na família, nós precisamos de um esforço conjunto de homens e mulheres, das mulheres e de seus filhos, todos os nossos filhos, para que a gente consiga realmente ter direitos absolutamente iguais na sociedade, e a senhora é uma mulher que está dando grande força nesse sentido.

Muito obrigada pela sua existência e pelo seu trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, Sra. Ministra Eliana Calmon, Sr. Relator Edison Lobão, Ministro Mauro Campbell. Quero cumprimentar a senhora pelo seu trabalho como Ministra do Supremo Tribunal de Justiça, inclusive por ter honrado a condição de mulher no meio jurídico brasileiro, e cumprimentá-la pela indicação para ser a corregedora do Conselho Nacional de Justiça.

Ontem ainda, me parece que pela primeira vez, o Conselho Nacional de Justiça avaliou o procedimento de um juiz, de um ministro, e avaliou que o juiz não procedeu adequadamente e daí houve a decisão de

que ele deverá ser aposentado compulsoriamente. Me parece uma decisão muito importante, e de grande responsabilidade para o Conselho Nacional de Justiça, e nós, que aqui avaliamos e arguimos cada um dos membros, podemos perceber neste episódio que justamente o Conselho Nacional de Justiça passou a ter uma relevância extraordinária.

Há uma proposta de emenda à Constituição, de 89, de 2003, da Senadora Ideli Salvatti, que prevê que o Conselho Nacional de Justiça pode, inclusive, demitir um magistrado que tenha cometido alguma infração, não é? Eu agradeceria se a senhora pode colocar alguma reflexão se acha que conviria ao Conselho Nacional de Justiça, não apenas decidir, por exemplo, que alguém que tenha procedido mal, que tem, então, aposentaria compulsória, mas possa, dependendo da gravidade da falta cometida, possa inclusive ser como que afastada, demitida daquela função.

E uma segunda indagação refere-se a outro aspecto que foi objetivo ontem do Conselho Nacional de Justiça, eu me refiro à solicitação por parte de inúmeros servidores de justiça, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que inclusive fizeram um enorme esforço para vir a Brasília ontem, vieram em 28 ônibus, setecentos e poucos servidores, e foram até o Conselho Nacional de Justiça para demandar uma recomendação por parte do Conselho Nacional de Justiça, e que acabou sendo objeto de decisão. Foi feito uma recomendação ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que possa, como que suspender a punição de não pagamento dos dias parados a estes servidores, e para recomendar um bom entendimento do Tribunal de Justiça, em especial do Presidente Desembargador Antônio Carlos Viana Santos, para que possa chegar a um entendimento e logo haver a volta ao trabalho destes servidores que nesta semana completarão 100 dias de greve.

Então, se V. Exa. puder nos transmitir alguma recomendação a respeito e até consoante com a recomendação ontem feita, eu agradeço.

Meus cumprimentos por toda a sua dedicação ao aprimoramento dos órgãos de Justiça no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Ministra Eliana Calmon, Ministro Mauro Campbell, Ministro Herman Benjamin.

Eu vou ser breve porque seria redundante. Apenas confirmando minha admiração e tudo aquilo que já foi dito por todos os meus colegas neste momento. Apenas ressaltando que vem também mais um recorde importante que V. Exa. vem a registrar, por ser também não apenas como mulher, mas, já foi dito aqui, como

primeiro magistrado de carreira a assumir a Corregedoria de Justiça do nosso país.

Então, mais um dado importantíssimo que vem a se somar a todas as qualificações já ressaltadas pelos outros senadores. Meus parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, muito obrigado. Ministra Eliana Calmon, eu quero desejar a V. Exa. muito sucesso. A sua missão é árdua, não só de sintetizar todas as virtudes da beleza, da graça, do charme da mulher brasileira, mas também das resistências morais e de caráter que esse cargo lhe exigirá.

Nós, no Senado Federal, votamos, eu diria que impelidos pela opinião pública, mas impelidos pela... Eu diria... Indignação popular. E hoje mesmo o jornal traz notícia sobre isso, de ver magistrados que venderam sentença serem condenados a uma aposentaria remunerada. Às vezes até precoce, e isso é uma decisão que cabe ao Conselho. Isso é uma decisão tutelar, isso é uma decisão que vai passar pela pátria, pelos destinos da pátria, e lá estará a Ministra Eliana Calmon. Não só com seus saber jurídico, mas como isso que a Serys falou também, pela síntese das virtudes da mulher brasileira, a tomar uma decisão de tamanho alcance. Eu desejo a senhora muita força, peço a Deus que a ilumine, porque não vejo hoje no Conselho Nacional de Justiça uma decisão mais importante, que dará real efetividade a decisões e servirá de exemplo a toda a nossa Magistratura, que é digna, que é honrada, que ao longo da formação política, social, econômica e cultural do nosso país deu contribuição extraordinária, nós passamos da colônia para o império de maneira, vamos dizer assim, graças... E não perdemos nosso caráter nacional, graças a nossa Magistratura. A República nasce também embasada em Rui Barbosa e magistrados extraordinários.

Nós atravessamos períodos turbulentos da política, e aqui eu reconheço, o Congresso Nacional sofre pressões imensas, e às vezes tomam as decisões que não são as melhores, sobretudo em véspera das controvérsias das urnas. A Magistratura Brasileira é extraordinária, é grande, e vai se engrandecer ainda mais quando o Conselho Nacional de Justiça tomar em suas mãos a decisão de aplicar punições severas àqueles que não agirem de acordo com as mais altas tradições desta linda carreira. E a Ministra Eliana Calmon certamente irá brilhar nesses momentos, até porque representa todas as virtudes da alma feminina no nosso país.

Deus lhe abençoe, ministra.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Bem rapidinho. Eu não quero, ministra, eu não quero ser repetitiva, mas de qualquer forma não queria deixar passar em branco para estender meus cumprimentos a V. Exa., dizer da alegria de vê-la ocupar um posto de tamanha importância, e todo o histórico de V. Exa. é reconhecido por todos nós.

Eu faço aqui das palavras da Serys, em relação à presença de V. Exa. no Superior Tribunal de Justiça, uma honra para todas mulheres que buscam ocupar o espaço com dignidade e competência, e V. Exa. é o exemplo disso. Portanto, desejo nessa nova missão no CNJ, muito sucesso e que V. Exa. ponha seu brilho a serviço do povo brasileiro.

Muito obrigada.

SENADOR RÉGIS FICHTNER (PMDB-RJ): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Régis Fichtner, por favor.

SENADOR RÉGIS FICHTNER (PSDM-RJ): Sr. Presidente, Ministra Eliana Calmon, Ministro Mauro Campbell, Ministro Herman Benjamin. Eu, como advogado militante, não podia deixar de perder essa oportunidade de estar aqui presente nessa comissão, conhecedor que sou do trabalho da Ministra Eliana Calmon no Superior Tribunal de Justiça, uma juíza com J maiúsculo, uma juíza dura, uma juíza consciente dos deveres do seu cargo, do seu altíssimo cargo, que é prestar jurisdição no Brasil; e para o CNJ, e para os jurisdicionados brasileiros é uma grande honra ter a Ministra Eliana Calmon nos quadros do CNJ como corregedora.

Então, queria parabenizar a Ministra Eliana Calmon por esse desafio, e desejar toda sorte nesse novo cargo que ela exercerá.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Por último, Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Demóstenes. Ministra, ministro e Ministro Herman Benjamin também.

Uma alegria participar de parte desta sabatina, desta audiência, mais para parabenizar a Ministra Eliana Calmon pela sua indicação. O Conselho Nacional de Justiça tem cumprido um papel destacado na democratização do Poder Judiciário e nas possibilidades criadas com a participação da sociedade pe-

rante o Poder Judiciário. Então a presença de V. Exa. vai contribuir, vai colaborar, para que essa participação possa se ampliar e que nós possamos, de fato, ir transformando o Poder Judiciário num exemplo de trabalho institucional, porque quando nós não temos mais a ninguém a quem recorrer, é o Judiciário que o cidadão recorre.

Então a confiança e a credibilidade são fundamentais para que nós possamos ter também por parte da sociedade, a credibilidade necessária na atuação do Poder Judiciário, e o Conselho vai trabalhar e vai continuar cumprindo esse papel.

Então parabéns, ministra, e pode contar com o nosso apoio aqui também no Senado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Dos presentes, ainda tem direito a voto ou o Senador Renato Casagrande, ou o Senador Marcelo Crivella.

Eu indago a um dos dois se deseja votar.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Senador Marcelo Crivella que vai votar, porque ele tem uma idade um pouco mais...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, PSDB já completou?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim, todos.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Prevalece a idade, já que ele diz.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então para encerrar a votação...

Com a palavra, a Ministra Eliana Calmon.

SRA. MINISTRA ELIANA CALMON: Obrigada, Sr. Presidente, obrigada, Srs. Senadores. Eu fui anotando aqui os questionamentos feitos e passo a respondê-los pela ordem.

À Senadora Kátia Abreu, eu tenho a dizer que efetivamente nós temos hoje, no Brasil, um problema fundiário mal resolvido. E é um problema que não é do Poder Judiciário, é um problema político, e que o Judiciário tem grandes dificuldades de com ele lidar. Que em verdade, o Poder Judiciário é um poder desarmado. E na medida em que decreta a reintegração, necessita da coadjuvância do outro poder para fazer cumprir a determinação. Como Justiça, Poder Judiciário é algo de uma sociedade democrática de direito, naturalmente que em alguns momentos a nossa nação se manifesta como tupiniquim, porque as decisões judiciais passam a não ser cumpridas ou resistidas por falta de um respaldo maior que vem do Poder Executivo. Eis aí o problema desta falta de solução efetiva para os nossos problemas fundiários. Lamentavelmente nós temos

visto muitas coisas, mas não podemos debitá-las única e exclusivamente ao Poder Judiciário. Precisamos de um esforço conjunto do Poder Judiciário com o Poder Executivo para nós darmos cabo ao cumprimento destas reintegrações, dessas decisões judiciais.

Ao Senador Valter Pereira, achei muito interessante o questionamento feito por S. Exa. em relação à competência do STJ para processar os governadores. Hoje está na pauta do dia e existe uma ação no Supremo Tribunal Federal movida pelo Ministério Público Federal, Procurador Geral da República, exatamente nesta linha de questionamento. Para se processar um governador é necessário a autorização da Assembleia Legislativa? Eu digo aos senhores que a posição do Superior Tribunal de Justiça é uma posição histórica, é uma posição que vem se repetindo, e é uma jurisprudência que é ainda o ranço de um Brasil que ficou para trás. O ranço de um Brasil que tinha no Poder Legislativo o poder maior, e o Poder Judiciário se baixava às bem querências, ou mal querências do Poder Legislativo. Não nos esqueçamos que até pouco tempo entendia-se que o Poder Judiciário era a boca do legislador, o Poder Judiciário fazia aquilo que o Legislativo mandava.

Então, essa jurisprudência que entende que só é possível ser processado um governador quando a Assembleia Legislativa dá autorização, é sem dúvida alguma o resquício de um Brasil que já passou, no meu entendimento. Não sei qual será a decisão do Supremo Tribunal Federal, mas no meu entender o art. 105, na competência originária do Supremo Tribunal Federal, não pode ser descumprido para ficar a reboque de uma lei estadual ou de uma constituição estadual que exige esta autorização. Esta é a minha posição, senador.

Em relação à Ficha Limpa, eu entendo que não se inclui neste rol, porque a sanção imposta ao Ficha Limpa não faz parte do Direito Penal, é um direito sancionatório expedido através da lei, mas não faz parte do Direito Penal, cuja competência é diferente, e aí nós não teríamos outros questionamentos de autorização de nenhum dos órgãos do Legislativo para este processamento.

Eu estou agradecendo ao Senador João Tenório de Alagoas, pelas palavras elogiosas feita à minha pessoa, mas sem questionamentos.

E passo, então, a responder o questionamento feito pelo Senador Pedro Simon. Sr. Senador, eu ontem quando fui eleita pelos meus pares, eu disse poucas palavras, e nessas palavras eu disse que o cargo de corregedora geral é um dos cargos mais difíceis da República, e seguramente do Poder Judiciário. E que mais difícil ainda se torna para mim, porque eu estou

substituindo o Ministro Gilson Dipp. O Ministro Dilson Dipp teve uma atuação no CNJ que quebrou paradigmas. Pela primeira vez o Poder Judiciário mostrou a sua força, e que é capaz sim de fazer a correção de rumo dos seus próprios membros. Daí porque eu não tenho dúvida que a missão ficará muito mais difícil para mim. Mas de qualquer forma, eu tenho um caminho, eu tenho uma orientação que ficou por ele traçado. Então, neste momento, eu tenho o orgulho de dizer do grande papel que está a exercer o CNJ, e sem dúvida alguma, isso me enche de responsabilidade, muita responsabilidade.

Outro questionamento de V. Exa., *an passant*, mas de qualquer forma como uma indagação, é a questão da aposentaria de magistrados com proventos integrais depois de sofrer uma sanção, porque a aposentaria é aplicada como sanção. Este é um questionamento que toda a nação brasileira hoje está a fazer, e nós estamos com dificuldade de resolver isso, e por quê? Porque a aposentaria é uma sanção, mas os proventos são oriundos, não de um prêmio dado pelo Estado ou pelo poder público, mas fruto de uma contra prestação, porque o magistrado contribui para a Previdência Social. Como contra prestação não será possível uma punição que retire isso, porque isso é um direito de quem pagou a aposentaria. De forma que nós temos de solucionar isso através de outros tipos de sanção, porque a sociedade brasileira não entende. Ontem, por exemplo, eu assisti ao Jornal Nacional quando eu vi a notícia de um ministro, meu colega, que foi aposentado e se dizia: "Com proventos de mais de 30 mil reais". Isto não é absoluta verdade, porque os proventos não são de 30 mil reais, mas como se trata de um magistrado de mais de 30 anos de serviço, os proventos são integrais. Mas, para isso ele contribuiu para a Previdência Social.

Então essa é uma explicação que eu acho que importante ser divulgada, ser difundida, porque a sociedade brasileira estranha e debita isto a uma, vamos dizer assim, uma benesse indevida do Poder Judiciário. Mas todas as pessoas que contribuem para a Previdência Social, sejam da Magistratura ou não, tem direito a esta aposentaria.

Também a pergunta que fica é se o Conselho pode aplicar a aposentaria. A resposta é positiva, pode, e por que pode? Porque se trata de uma sanção. Como se trata de um conselho de natureza administrativa, as sanções de natureza administrativa podem ser aplicadas pelo Conselho. Esta é a minha posição, embora haja ainda questionamento, questionamento existente nas barras do Tribunal, do Supremo Tribunal Federal.

Em relação à impunidade no Brasil, isto é realmente uma das minhas grandes preocupações. Hoje,

no Brasil, nós não temos punição penal, senão para as pessoas que não detêm poder aquisitivo para ter bons advogados. Não adianta dizer diferente, não adianta dizer diferente. Por quê? Porque nós estamos vendo uma interpretação, por exemplo, que só é possível punir com sentença transitada em julgado. Sentença transitada em julgado no Brasil é substantivo abstrato, porque a plêiade de recursos é de tal ordem que quem tem advogado bom e que recorre, e recorre, e recorre, com embargos e embargos de declaração, chega ao final sem se ter a sentença transitada em julgado. Só por um descuido, algum magnata de poder econômico poderá ter uma sentença transitada em julgado, o que não acontece. Realmente nós precisávamos fazer algumas correções de rumo, não somente na legislação, mas também na interpretação constitucional destas normas.

Em relação àqueles punidos nos tribunais com foro especial, eu tenho sérias críticas a fazer, e eu estou aqui para falar o que eu penso e o que eu acho, não aquilo que muitas pessoas gostariam de ouvir. Como crítica, eu tenho de dizer o seguinte: cada vez mais nós tentamos ampliar este foro especial, que é coisa de país de terceiro mundo. Que é coisa de país de terceiro mundo. Não se pode ter o foro especial na dimensão que hoje nós temos, e todo e qualquer jurista estrangeiro que chega ao país, uma das primeiras preocupações é ler a Constituição e olhar quais são as pessoas contempladas com foro especial. Porque a partir daí ele tem o termômetro do que é o Poder Judiciário no país. Então além de nós termos um elenco grande de autoridades protegidas por um foro especial, que o foro especial hoje é um verdadeiro guarda-chuva para a impunidade. Leva a uma outra deformação, é escaparem aqueles que são efetivamente elementos indesejáveis para o Poder Legislativo, e se abrigarem no guarda-chuva do Legislativo, fazendo com que o poder fique desacreditado em razão do mau comportamento desses elementos. E isto tudo ensejado pelo foro especial.

Outro aspecto, o processamento em foro especial. Embora muitos colegas digam, inclusive manifestação do Supremo Tribunal Federal, de que existem condenação, quais são elas? Quais são elas? Muito poucas... No passado nós não tínhamos, nós não temos, e no presente, vamos falar da Constituição de 88, onde houve realmente uma reestruturação de todo o Poder Judiciário. Nós não temos processamento adequado. Imaginem os senhores que o recebimento de uma denúncia é feito, no caso do meu tribunal, por 15 ministros, 15 ministros questionando, depois de nós termos sustentação oral de 15 minutos por cada um dos meus advogados de defesa, e também pelo Mi-

nistério Público. Nós levamos uma tarde inteira e entramos pela noite, nos processos mais complicados, e mais complexos, para receber uma denúncia. Quando, em qualquer processo, o juiz examina, e ele, por decisão monocrática, recebe a denúncia. Já começa por aí. Então, o recebimento de uma denúncia, no foro especial, ele não existe com menos de dois anos de tramitação de um inquérito.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Para receber?

SRA. MINISTRA ELIANA CALMON: Para receber. Ou seja, começa, começa. Então vem a tramitação que se faz toda por carta precatória, e se faz, vai pra lá, vem pra cá, chegamos, finalmente, ao dia do julgamento. E eu tenho um caso aqui emblemático para trazer para os senhores, que foi a pouquíssimo tempo, um conselheiro de um Tribunal de Contas de um determinado Estado, um absurdo de cometimento de faltas, e dilapidação dos cofres públicos, onde eu fui relatora e eu fiz desse processo um emblema, eu vou provar a mim mesmo que é possível dinamizar. Levei cinco anos do recebimento da denúncia até o dia em que coloquei em pauta para julgamento. Advogado da melhor espécie, não é? O meu voto foi minuciosíssimo, tinha 96 folhas. Distribuí o voto com antecedência, distribuí as peças processuais com antecedência, me preparei para o julgamento; no dia do julgamento, de manhã, eu estava na minha casa, estudando o voto, para não precisar ler todo, quando recebi um telefonema de um assessor dizendo: "Acaba de ingressar um pedido do réu Fulano de Tal, dizendo que exonerou do cargo". Exonerado do cargo, imediatamente o STJ perde a competência. Eu fiquei desarmada, eu disse: "Tudo bem, o pedido foi deferido", já foi deferido, porque aí é rápido, não é? E eu aí então desliguei o telefone e fiquei a pensar. Imediatamente eu liguei e disse: "Já houve publicação?" "Não senhora, ainda não houve publicação". Eu disse: "Pronto é aqui!" e eu fui e fiz a colocação dizendo o seguinte: se o ato administrativo não foi publicado, ele não vale, então hoje ele ainda é autoridade, então eu peço julgamento. E a corte, por maioria, entendeu que eu podia continuar a julgar, e ele foi condenado a 14 anos e oito meses de reclusão. Então não era coisa pequena o que ele fez.

Então, senhores, é exatamente essas dificuldades que muitas vezes está intramuros. Os senhores nem se apercebem da dificuldade que nós temos de conduzir um processo penal. É muito difícil, é difficílimo. Isso porque todas as facilidades se dão porque o Brasil é ainda uma terra onde se fala de autoridade. E as autoridades são cidadãos brasileiros diferentes de José da Silva, e de Antônio.

Então, isso precisa ser corrigido sim, mas isso não se faz nem com o Legislativo, nem com a Magistratura, isso só se faz com uma mudança de mentalidade, e nós sabemos que isso não é fácil, isso é difícil, porque leva tempo, é preciso que a gente tenha a ideia de que a cultura do país mudou, e que nós somos, efetivamente, uma democracia de direito. Então, a questão da impunidade está centrada exatamente aí. Não adianta mudar as leis de processo, melhoram, mas não resolve, o problema é cultural, sem dúvida alguma.

Sr. Senador Edison Lobão, meu amigo de longas datas, meu amigo de longas datas, que me conhece bem, que entende muitas vezes os meus posicionamentos ditos radicais, mas que não tem nada de radicalidade. O meu entendimento é de que no Poder Judiciário nós não podemos transigir, porque os meus direitos eu posso abrir mão deles, mas quando eu estou mexendo com o direito alheio, não existe possibilidade de transação, porque não é o meu direito, eu não posso transigir. Então as minhas posições são ditas, às vezes tidas como radicais, mas na realidade é porque eu entendo que o Poder Judiciário tem de ser um poder firme, ser possível, sim, aplicar de uma forma suave, nas dentro de uma esfera de competência do magistrado, quando possível.

E o Senador Edison Lobão, meu amigo, sempre me entendeu. Muitas vezes dá risada, acha interessante a maneira de eu proceder, mas sempre respeitou essa minha posição. O meu desejo de exercer o cargo, senador, sempre foi no sentido de provar para mim mesma que é possível sim ser enérgico de uma forma suave e de uma forma muito equilibrada. Eu quero provar para mim mesmo isso, e os meus colegas que estão aqui presentes, inclusive três colegas que fazem parte do colegiado que eu integro, sabem exatamente isso. Eu sou teimosa, eu sou determinada, eu defendo os meus pontos de vista jurídicos de uma forma bastante exacerbada, como se fosse uma advogada, mas isso faz parte do meu temperamento. Eu acho que juiz não pode ser morno, juiz tem de ter emoção. E julgar com emoção. Se tirar a emoção, vira um robô, vira um computador. Daí porque esta minha posição, que às vezes não se entende muito, porque o juiz esconde muito as suas emoções, o juiz passa sempre uma imparcialidade, uma tranquilidade. E eu sempre digo: eu não quero ser imparcial, eu quero ser parcial, com a tese jurídica.

Portanto, senador, muito obrigada por toda a sua compreensão nesses anos todos em que nós estamos como amigos.

Senador Marco Maciel, eu agradeço as palavras elogiosas e os cumprimentos, o senhor também me conhece há muitos anos, sabe bem da minha atuação.

Senador Arthur Virgílio, muito obrigada por tocar em um ponto que eu acho importantíssimo. Efetivamente, hoje, eu tenho alguns questionamentos com relação à cúpula do Poder Judiciário. O Judiciário é formado por magistrados de carreira, todos os tribunais fazem, são formados com magistrados de carreira e pelo quinto constitucional, advogados e membros do Ministério Público. Mas o que está acontecendo? Se os advogados são minoria e a cúpula do Poder Judiciário fica na mão do quinto constitucional? O que acontece é que o magistrado chega aos tribunais velho, porque passa pela carreira e ele vai envelhecendo na carreira. Ele faz concurso, vai para o interior, ele sofre todas as agruras de uma promoção, ele passa o pires na mão para poder ser votado e chegar ao tribunal, e na hora que nós colocamos o quinto constitucional, sempre colocamos pessoas de pouca idade, que são quase filhos dos magistrados de carreira. E quando estes magistrados chegam ao STJ, naturalmente que todos os órgãos de cúpula ficam na mão do quinto constitucional, por uma questão de idade. Porque o magistrado de carreira vai se aposentado antes, por implemento de idade.

Então, isso é preciso se fazer uma correção, eu acho que nós temos hoje uma deformação na constituição do STJ em razão de uma super presença do quinto, porque o quinto entra nos tribunais intermediários, se jurisdicionizam e ingressam no STJ como magistrados de carreira. E, hoje, nós temos, com os três que chegaram da Ordem dos Advogados, num tribunal de 33 serão 18 representantes do quinto constitucional; quando a Constituição diz que 2/3 é de magistrados de carreira. Daí a importância de chegar pela primeira vez na corregedoria, um juiz de carreira, que sou eu. Como hoje o primeiro juiz de carreira que chega ao CNJ como Presidente é o Ministro Peluso, porque até aqui todos os magistrados que passaram vieram do quinto constitucional. Não se diga que eu sou corporativista, mas eu estou trazendo dados estatísticos, números, para provar que aquilo que a Constituição exige, que é 2/3 de magistrados de carreira, não tem sido obedecido, pelo menos no Superior Tribunal de Justiça.

Muito obrigada, então, Senador Arthur Virgílio, por V. Exa. ter feito essa apreciação, e me dando o ensejo de até me explicar porque hoje eu defendo a magistratura de carreira.

Senador César Borges, da minha terra, meu conterrâneo, que participou da minha primeira sabatina, quando eu aqui estive, faz uma indagação interessante: "Até onde vai o CNJ, quais são os limites do CNJ?" Algo que toda nação hoje procura saber, como é isso? Ele está fazendo coisas que nunca se fez no Brasil. Então, pode fazer tudo? O que eu digo é o seguinte, eu tenho

consciência que o CNJ tem cometido excessos, e tem cometido excessos porque ele não tem padrão, ele não tem parâmetro ainda; pela primeira vez, como eu disse, quebram-se paradigmas, e todas as vezes que nós quebramos paradigmas, muitas vezes nós excedemos. Eu acho que no caso da magistratura é melhor pecar pelo excesso do que por escassez, porque por escassez sempre pecamos, sempre pecamos. Sempre varriamos o lixo para botar embaixo do tapete. E agora, pela primeira vez, a nação está vendo punição para magistrados.

O primeiro questionamento que eu faço, se eu posso fazer, mas nesta Casa eu acho que eu tenho liberdade de dizer tudo que eu penso, sem medo de errar, e sem medo de entenderem que eu estou em demasia. Eu entendo que efetivamente o pecado do CNJ é a publicidade antecedendo a condenação definitiva do magistrado, e por quê? O magistrado que tem o seu nome execrado, nunca mais se recupera. Ele não tem condições mais de olhar nos olhos dos jurisdicionados. Então, temos de ter muita parcimônia. Aí sim, antes de nós termos uma condenação, execrar o magistrado que é afastado do cargo por respeito ao tribunal e por respeito ao jurisdicionado, não pode ir para os jornais da forma que está sendo feito. Isso eu acho muito difícil. Como também, e aqui eu aproveito a oportunidade para dizer que eu entendo que o magistrado não pode viver na mídia, dando entrevista, querendo aparecer, e querendo que a sua decisão seja uma decisão pessoal, e por isso vai para o jornal. Ele não é o fato, o fato é o tribunal, é o CNJ. E isto tem sido muito questionado, e tem magoado muito o Poder Judiciário por esta, vamos dizer assim, esta visibilidade das decisões.

Em relação aos limites, estes limites de contornos às vezes um pouco tênue, um pouco, assim, mesclado, numa fumaça de uma falta de parâmetro ainda, pode ser contornado no momento que se assenhorear de que se trata de um tribunal administrativo e que fazer um enfrentamento e afastar a lei que ele entende que seja uma lei que não esteja dentro dos padrões da moralidade administrativa. Eu não conheço bem o caso da Bahia, onde se realmente se afastou leis, se afastou resoluções, criou-se um verdadeiro caos dentro do funcionalismo do tribunal, causando muito mal estar. Mas tudo isso se deveu a anos e anos de desconcerto administrativo naquela Casa, e por falta de um órgão que fiscalizasse e dissesse como é que devia fazer. Então nós tínhamos, dentro do tribunal da Bahia, servidores protegidos por não sei quantas leis. Porque cada desembargador que chegava queria proteger os seus, levada para o governador, e o governador sancionava a lei. Chegava outro, fazia um outro “puxadinho” na lei e

conseguia-se uma lei. Então o que o CNJ fez? Verificou que se existia um mosaico de normas, e que um grupo de funcionários estava protegido por uma lei, o outro grupinho por outra, e era inteiramente impossível se organizar um tribunal onde grupos e grupos tivessem, cada um, direito adquirido. Foi preciso dar um basta, dizer: “Pára tudo, e vamos começar” e um recomeço que me parece extremamente profícuo, e pelas informações que eu tenho, a direção do Tribunal de Justiça da Bahia está se saindo muito bem. Naturalmente os excessos, porque levou ao desespero social, mas foi corrigido devidamente pelo Supremo Tribunal Federal. E o Supremo Tribunal Federal está aí para isso, para corrigir os excessos.

Então, eu não vejo pecado mortal nestes excessos, apenas eu vejo uma necessidade de um cuidado maior na hora que se lida com seres humanos, que se lida com pessoas, pessoas que têm compromissos, pessoas que têm família, pessoas que têm débitos a saudar, e de repente se tira todas as gratificações, todos os adicionais, se tira tudo dessa pessoa numa liminar. Então isso realmente foi preocupante e difícil de a gente entender.

Senador Antonio Carlos Valadares, muito obrigada pelas palavras elogiosas, as palavras elogiosas inclusive ao CNJ, pelo papel que vem desempenhando, e V. Exa. faz uma indagação, o limite do sigilo telefônico e sigilo bancário, como nós devemos proceder? Bem, eu sou juíza rigorosa, e eu entendo que modernamente, se nós não modernizarmos os meios de prova para nós chegarmos até aos autores dos crimes, principalmente crime organizado, os crimes financeiros, que para mim são os mais deletérios porque eles correm as patas de sustentação do Estado, nós não vamos chegar a um denominador comum em termos de nação organizada.

Então é necessário nós limitarmos certos e determinados direitos para, desta forma, nós conseguirmos chegar ao final e fazer uma investigação. Sem quebra de sigilo telefônico e sem quebra de sigilo fiscal e bancário, dificilmente nós conseguimos apurar alguma coisa. O que é preciso é fazer a devida correção na atuação dos órgãos que trabalham com essas provas.

Senadora Serys, eu agradeço todas as palavras elogiosas de V. Exa., como também agradeço ao Senador Suplicy, e já respondi a uma indagação de V. Exa. quanto à condenação do Ministro do Superior Tribunal de Justiça com proventos integrais de aposentaria, e eu digo a V. Exa. que pode sim o STJ fazer a aplicação da aposentaria repetindo o que já disse antes. A recomendação ao Tribunal de Justiça para suspender a punição pelas faltas graves, o que aconteceu no Estado de São Paulo, eu acho que é uma reivindicação

normal, e o STJ já teve oportunidade de julgar isto, e embora nós estamos com o tempo limitado, eu tenho de dizer o seguinte: o STJ apreciou a questão e disse o seguinte: "Como a greve no serviço público é algo que começou agora, que nós não tínhamos tradição, mas cumpriu-se o preceito constitucional, não existe fundo de greve, eles nunca fizeram fundo de greve". Então, a partir daí o STJ disse que não era possível suspender o pagamento dos dias dos grevistas, porque, naturalmente a classe trabalhadora, quando tem a suspensão dos seus salários, ele tem o fundo de greve para a sobrevivência.

Então é preciso que os funcionários públicos aprendam a fazer o seu fundo de greve, que é um fundo privado, feito com o dinheiro do próprio sindicato. Este é o questionamento jurídico.

Senador Crivella, eu agradeço a manifestação e os elogios de V. Exa., dando a importância na trajetória da mulher. Acho importantíssima a presença da mulher, me sinto sim, responsável pela representação de uma mulher nos tribunais, e eu sempre disse que eu tinha de ter muito mais responsabilidade, porque eu fiquei com muito medo de dizer o seguinte: "Vamos botar uma mulher no tribunal". E aí esvazia a conversa, acaba a história. Não, a história começou no dia que eu cheguei lá, para dizer o seguinte: "As mulheres podem fazer sim um bom trabalho". Esta é a minha grande responsabilidade.

E quero, assim, encerrar os questionamentos, falando, finalmente, sobre os elogios feitos pelo Senador Renato Casagrande, e dizer que depois de tantos elogios, de tantas manifestações dos senhores senadores, eu me sinto ainda muito mais responsável, e até desconfortável, porque eu estou com a responsabilidade de bem exercer este cargo.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vou tolerar manifestação de V. Exas., contra o regimento da Casa, mas em decorrência da brilhante exposição feita pela Ministra Eliana Calmon.

Registro aqui, para a nossa satisfação, as presenças dos Ministros Humberto Martins e Luiz Fux, que já estão conosco na Mesa e que nos orgulham muito. Até o Ministro Mauro Campbell faz a observação: a segunda turma está composta, pode fazer aqui qualquer julgamento.

Então encerro, portanto, a sabatina, e vamos para a apuração dos votos. Designo a comissão composta pela Senadora Lúcia Vânia, pelo Senador Marcelo Crivella e pelo Senador Antonio Carlos Júnior, para que possam fazer a apuração. E como fiscal Senador César Borges; também baiano.

Dos 22 votos apurados, 21 sim e 1 não. Então, portanto está aprovado na Comissão de Constituição e Justiça a indicação de V. Exa., e será remetido imediatamente para o Plenário da Casa, para que tentemos fazer a votação ainda hoje. Todos os interstícios foram quebrados para que V. Exa. possa assumir o Conselho Nacional de Justiça, e possa ser a corregedora do Conselho. E augurando, e tenho certeza disso, que V. Exa. continue exercendo esse trabalho brilhante que vem fazendo. Como eu disse aqui, na nossa intimidade, que continue botando para quebrar. Estamos esperando da senhora isso, para que a Magistratura possa se tornar ainda melhor e que o Ministério Público possa seguir o exemplo, para que o Conselho funcione plenamente bem como vem funcionando, como vem operando o Conselho Nacional de Justiça.

Parabéns a V. Exa. Suspendo por um minuto para os cumprimentos, e peço a V. Exas. que fiquem, temos aqui algumas matérias consensuais que dependem de quórum, interesse de oposição e de governo, matérias suprapartidárias, e em seguida faremos a sessão de instalação da Comissão Especial para a Apreciação do Anteprojeto que agora se transformou em Projeto do Código de Processo Civil. E se o Ministro Luiz Fux puder ficar presente, ele que foi o Presidente da comissão criada, para que nós também pudéssemos fazer um reconhecimento à sua pessoa.

Então, suspendo do por um minuto para os cumprimentos.

[Sessão suspensa às 12h51]

[Sessão reaberta às 12h53]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Reaberta a sessão, requerimento. "*Requeiro nos termos do inciso V do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal que seja convidada a Sra. Antonia Aparecida Rodrigues dos Santos Neves Silva, para explicar as graves denúncias apresentadas sobre a violação do sigilo fiscal do Sr. Eduardo Jorge Caldas Pereira*". Senador Alvaro Dias, em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Requerimento, Senador Alvaro Dias. "*Requeiro nos termos do inciso V do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal que seja convidado o Sr. Demétrius Sampaio Felinto para explicar as graves denúncias apresentadas pela Revista Veja sobre a eliminação de fitas com imagens da ex-secretária da Receita Federal Lina Vieira no Palácio do Planalto*". Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara nº. 86, de 2010. Passo a Presidência ao nobre Senador Edison Lobão, e peço aos Srs. Senadores que permaneçam. Vamos fazer agora.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Eu concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, relator do Projeto de Lei da Câmara 86, de 2010, que é Terminativo nessa comissão, e *“dispõe sobre a criação de cargos e funções dos quadros de pessoal dos ramos do Ministério Público da União”*.

Com a palavra o Senador Demóstenes Torres, Presidente desta comissão e relator do projeto.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O parecer é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Coloco em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação.

Suspendo por alguns minutos a votação, aguardando o quórum para a deliberação.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Pela ordem o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O nosso Ministro Fux parece que tem um compromisso de votação. Pelo menos foi o que me informaram; e tem urgência de sair.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): O Ministro Fux tem necessidade realmente de se retirar e permaneceu na Comissão de Justiça a convite do Presidente Demóstenes Torres, já que está ligado ao encaminhamento dessa matéria. Agradecemos a presença de S. Exa., e seja sempre bem-vindo à Comissão de Justiça.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, eu só queria agradecer todo o trabalho do Ministro Fux com as audiências públicas, todo o trabalho que ele desenvolveu no projeto que nós vamos instalar a comissão especial agora, eu como mais velho, não experiente, vou abri-la e presidir para eleger o Presidente e o vice. Nós não poderíamos deixar que o ministro saísse sem o Senado prestar homenagem ao homem que se dedicou à formatação do Anteprojeto do Código Civil, e discutiu com todas as áreas de Direito e a população que tinha interesse em se manifestar. E, realmente, ele elaborou um trabalho muito bom. Então fica aqui minhas homenagens, como Presidente na abertura da comissão e acredito que depois o Senador Demóstenes fará, como Presidente efetivo da comissão, a homenagem que V. Exa. merece.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Com a palavra o Ministro Fux.

SR. MINISTRO LUIZ FUX: Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de agradecer o convite que me foi formulado para comparecer a essa comissão. A nossa comissão cumpriu a sua etapa de elaborar as propostas que atendiam à comunidade científica, e temos certeza agora que coadjuvados pelo Senado Federal nós lograremos aprovar esse anteprojeto, que na sua essência, ele cumpre a promessa constitucional de prestar uma justiça num prazo razoável, tal como afiançado pelas declarações fundamentais dos direitos do homem.

É uma honra para mim estar aqui presente, uma honra estar na presença de inúmeros senadores de notório saber, de conhecimento privado meu, e eu peço vênias apenas porque nós temos corte especial agora, então eu agradeço o convite que me foi formulado.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Agradeço mais uma vez a presença do Ministro Fux, e as palavras do Senador Romeu Tuma foram manifestadas em nome também da Comissão.

Vamos recomeçar a votação, então.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy? A votação é do Projeto de Lei da Câmara 86, *“que dispõe sobre a criação de cargos e funções nos quadros de pessoal do Ministério Público da União”*.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Favorável ao relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Senador Belini Meurer.

SENADOR BELINI MEURER (PT-SC): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Sim. Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Senador Demóstenes Torres? Sim. Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Há unanimidade dos votos, o projeto foi aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu queria declarar meu voto. Nós estamos votando cargos para os quatro ministérios público, federal, militar... E eu quero dizer que são justos, se nós compararmos com os cargos da magistratura, e os trabalhos são semelhantes, do Ministério Público são muito menos, e aqui se aprova mais para a magistratura.

Então eu quero declarar o meu voto, sou favorável pelo papel relevante que cumpre na nossa sociedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Fica considerado o voto do Senador Marcelo Crivella.

Projeto de Lei do Senado, também Terminativo, 275, de 2003, *“que altera a Lei 9.099, de 95, que dispõe sobre os juizados especiais, cíveis e criminais e dá outras providências”*. Senador Mozarildo Cavalcanti é autor; relator, Senador Demóstenes Torres.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres para proferir o relatório.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, *“trata-se de um Projeto de Lei de autoria do ilustre Senador Mozarildo Cavalcanti que altera a Lei dos Juizados Cíveis e Criminais, a Lei 9.099, de 1995”*. O que ele pretende? Alterar o art. 3º, § 1º, inciso II, para que as causas sejam que envolvam títulos extrajudiciais no valor de até 60 vezes o salário mínimo possam ser também da competência dos juizados especiais cíveis estaduais. Por que ele quer isso? Porque os juizados especiais cíveis federais já são de valor até 60 salários mínimos.

Então há uma uniformização benéfica, porque cheque, nota promissória, esses títulos executivos extrajudiciais podem todos ter um andamento muito mais rápido.

Então o meu parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Em discussão a matéria. Encerrada a discussão, em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Como vota o senador Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Sim. Senador Antonio Carlos Valadares. Senador Belini.

SENADOR BELINI MEURER (PT-SC): Sim, com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Com o relator. Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sim, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Senador Marcelo Crivella. César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Demóstenes Torres, conhecido o voto; sim. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Sim. Aprovado por unanimidade.

Se os Srs. Senadores concordarem, poderemos repetir a votação do projeto para a emenda. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Eu transfiro a Presidência ao Senador Demóstenes Torres.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 27, página 366, Projeto de Lei do Senado nº. 243, de 2005. *“Altera a Lei 1.579, de 18 de março de 1952, para aplicar no que couber às testemunhas que colaborarem com os trabalhos de investigação de Comissão Parlamentar de Inquérito as medidas de proteção especial às testemunhas de que trata a Lei 9.807, de 13 de julho de 99”*. Aatoria, Senador Demóstenes Torres. Relatoria, Senadora Lúcia Vânia, a quem concedo a palavra para proferir o relatório.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

“Trata-se de uma proposição de autoria do Senador Demóstenes Torres, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito com o fim de garantir medidas especiais de proteção às testemunhas que colaborarem com os trabalhos das CPIs”.

Análise. Como todos os senadores já têm em mãos o relatório, eu gostaria apenas de ler o Voto: *“Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº. 243, de 2005, de autoria do Senador Demóstenes Torres, e no mérito, pela sua aprovação, adotada a seguinte emenda: ‘Emenda CCJ, suprime-se o art. 3º-C, que o art. 1º do projeto pretende acrescentar à Lei nº. 1.579, de 18 de março de 1952’”*.

Este é o Voto, Sr. Presidente.

Gostaria de cumprimentar o relator, Senador Demóstenes Torres, senador pelo Estado de Goiás, que mais uma vez vem demonstrar sua competência e a sua preocupação em aprimorar cada vez mais as comissões parlamentares de inquérito. Esta tem sido uma luta do Senador Demóstenes Torres, que todos nós, goianos, nos orgulhamos pelo seu trabalho e pela disposição em fazer com que não só a Justiça, mas também este Parlamento possa dar sua contribuição para a sociedade brasileira.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço à nobre Senadora Lúcia Vânia, minha colega de Senado. E realmente o objetivo era esse, fazer com que também as testemunhas que virem depor nas comissões parlamentares de inquérito possam ter as mesmas medidas de proteção especial que tem as testemunhas que depõem do Poder Judiciário. Muitas vezes a pessoa quer contar para o senador, não para o juiz nem para o promotor.

Agradeço a Senadora Lúcia Vânia por esse belíssimo relatório, e tenho certeza que isso vai ajudar a aprimorar o nosso trabalho nas comissões parlamentares de inquérito. Em discussão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, eu queria cumprimentar V. Exa. e a Senadora Lúcia Vânia, porque como membro de algumas CPIs, a gente sabe o que tem sofrido para levá-la até o fim sem resultado positivo que pudesse mostrar à sociedade o trabalho eficiente que é desenvolvido aqui nesse Congresso, porque ele fica às vezes parado no meio do caminho, porque nós não temos a capacidade de decidir sobre CPI. Agora, a colaboração é importantíssima, porque V. Exa. usa uma frase, a senadora usou uma frase: “Qual é a vantagem que eu vou levar nisso”. Está no seu relatório, muito bem elaborado, de forma que vem em boa hora para a gente começar a definir o poder que a CPI tem que ter, senão ela vai cair no vazio, V. Exa. tem presidido algumas, e sabe a grande dificuldade do andamento delas.

Então, cumprimento a V. Exa., e vou levar cópia, para poder, realmente, na CPI levar ao conhecimento dos demais colegas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Encerrada a discussão.

Em votação. Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Belini Meurer.

SENADOR BELINI MEURER (PT-SC): Favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Pedro Simon. Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Lúcia Vânia relatora. Senador Edison Lobão. Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Aprovado. Pergunto, consulto a V. Exa. se posso repetir a mesma votação para a emenda. Havendo aquiescência, considero aprovada a emenda.

Aprovado o projeto, e a emenda, a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 47, página 552. Projeto de Lei do Senado nº. 276, de 2009. “Altera o § 3º do art. 1.775 do Código Civil para permitir que a nomeação de curador possa recair no ocupante de cargo e função de dirigente de entidade que abrigue pessoa com deficiência”. Autoria, Senador Flávio Arns. Relatoria, Senadora Lúcia Vânia, a quem concedo a palavra para que possa fazer o seu relatório.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

“Na justificativa da proposição seu ilustre autor aponta para a necessidade de aprimorar a legislação civil de modo a evitar que as entidades que abrigam pessoas com deficiências severas de desenvolvimento, em condição de longa permanência, tenha que ajuizar uma nova ação para cada interdito, toda vez que houver mudanças de titulares de cargo ou função anteriormente designados curadores por decisão judicial.

Consoante à atual sistemática legal, aduz o autor da proposição, a justiça nomeia como curador a pessoa, e não o dirigente de entidades que abrigam pessoas com deficiência, abandonadas, ou cujo pátrio

poder tenha sido suprimido por decisão judicial. Por esta razão, quando esses dirigentes deixam o cargo, torna-se necessário ajuizar nova ação para cada interdito, requerendo a substituição do curador, novo dirigente da entidade, o que será corrigido pela proposição. Tanto que a nomeação do curador passará a recair na pessoa que esteja ocupando o cargo de direção da entidade.

Não há emenda a examinar. Não há cláusula de vigência”.

Voto. “O Voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 276, de 2009, com as seguintes emendas: Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado 276, a seguinte redação: ‘Altera o § 3º 1.775 do Código Civil, para permitir que a nomeação do curador do interdito possa recair no ocupante do cargo ou função de dirigente de entidade que abrigue pessoa sob interdição’.

Emenda da CCJ. Dê-se ao § 3º do art. 1775, da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil, de que trata o Projeto de Lei do Senado 276, de 2009, a seguinte redação: ‘Na falta das pessoas mencionadas nesse artigo, compete ao juiz a escolha do curador, que poderá recair no ocupante do cargo ou função de dirigente da entidade que abrigue a pessoa sob interdição’.

Terceira emenda: Acrescenta-se ao Projeto de Lei nº. 276, de 2009, art. 2º com a seguinte redação: art. 2º - ‘Essa lei entra em vigor na data de sua publicação’”.

Portanto, o Voto é favorável, com as três emendas já lidas aqui através do relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Belini Meurer.

SENADOR BELINI MEURER (PT-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-SE): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Arthur Virgílio?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Seguindo a senadora Lúcia Vânia, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Consulto à V. Exas. se posso repetir a mesma votação para as emendas.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pode.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo aquiescência, considero aprovado, portanto, o projeto com as emendas, o parecer é aprovado por unanimidade, e a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, pela ordem.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pela ordem também, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos fazer em globo aqui algumas votações, que V. Exa. é relator.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Inclusive um projeto de autoria de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, V. Exa..

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, solicitaria preferência para o PLS 416, de que sou o relator. E por outro lado, eu comunico V. Exa. que está chegando à Comissão de Justiça a PEC de minha autoria que estende os benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus à área metropolitana de Manaus, são sete municípios, e para mim seria extremamente honroso se pudesse contar com uma figura do porte do Presidente Marco Maciel como relator. Eu cheguei a falar sobre isso com V. Exa. ontem, falei com o Presidente Marco Maciel, seria extremamente honroso, pelo peso da sua... Pelo peso e pela expressão do Presidente Marco Maciel, pelo que representa como uma figura experimentada, consequente, equilibrada, e que na verdade funciona como um conselheiro de todos nós aqui nesta Casa e seria uma honra muito grande. Conversei com o Senador Marco Maciel, se não houver discordância da comissão, eu sairia daqui entendendo que uma bela vitória teria sido conquistada para o meu estado, porque essa matéria é de fundamental importância para a interiorização do desenvolvimento industrial sem chaminé, com preservação da natureza, conforme faz a Zona Franca de Manaus, na Cidade de Manaus, no Estado do Amazonas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa., parabênizo pela apresentação desse projeto de tamanha envergadura para Manaus e as cidades vizinhas, portanto, para o Estado de Amazonas, demonstra o seu elevado espírito público, e tenho certeza que vou designar como relator o nobre Senador Marco Maciel, para que ele possa com a agilidade e com a sabedoria que tem, fazer com que esse projeto siga adiante para o bem do seu estado.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Agradeço a V. Exa. e ao presidente Marco Maciel.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa.

Votação em globo. Itens 11,13,15, 16, 17 e 18.

Item 11: Ofício 'S' nº. 10 de 2005, Presidente do Supremo Tribunal Federal é o autor; relator, Senador Demóstenes Torres.

Item 13 Ofício 'S' nº. 6, de 2009, Presidente do Supremo Tribunal Federal, autor; relator, Demóstenes Torres.

Item 15, Ofício 'S' nº. 46 de 2009. Autor, Supremo Tribunal Federal. Relator, Senador Antonio Carlos Valadares.

Item 16, Ofício 'S' nº. 47, de 2009. Autor, Presidente do Supremo Tribunal Federal. Relator, Senador Antonio Carlos Valadares.

Item 17, Ofício 'S' nº. 48, de 2009, Presidente do Supremo Tribunal Federal, autor; relator, Antonio Carlos Valadares.

Item 18, Ofício 'S' nº. 66 de 2009. Autor, Supremo Tribunal Federal. Relator, Tasso Jereissati.

Nomeio como relator *ad hoc* o Senador Antonio Carlos Valadares.

Em relação às matérias, aos ofícios que eu sou relator, tendo em vista que todos nós declaramos pela prejudicialidade, o parecer é pela prejudicialidade.

Passo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela prejudicialidade dos ofícios relatados, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Declaro, portanto, a prejudicialidade dos Ofícios 'S' nº. 10, de 2005; 6, 46, 47, 48 e 66, de 2009. Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação. Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Belini Meurer? Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pedro Simon. Valter Pereira. Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Com o relator

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Declaro, portanto, prejudicados os Ofícios nº. 10 de 2005; 6, 46, 47, 48, 66, de 2009.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Vamos fazer agora o relato. Pela ordem, V. Exa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu estou apresentando um parecer favorável. Eu recebi um apelo no sentido de que nós votássemos hoje, Sr. Presidente. É o PLC 192.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos votar. Mas vamos fazer aqui o relatório de todos, e a gente faz a votação em seguida.

Item 14, página 210. Ofício 'S' nº. 11 de 2009, Terminativo. "*Encaminha ao Senado Federal cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República na versão de registro taquigráfico do julgamento da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela corte dos áudios de Mandados de Segurança 24312 que declarou a inconstitucionalidade dos arts. 1º, inciso XI, 198, inciso III do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União e do art. 25, Parte Final do Decreto 1º, de 91, competência para a fiscalização da aplicação dos recursos repassados aos entes federados a título de royalties*". Autoria, Presidente do Supremo Tribunal Federal. Relatoria, Senador Romeu Tuma, a quem passo a palavra para fazer o seu relatório.

É pela apresentação de projeto de resolução.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então está dado o Voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito bem. E de igual forma, também o Ofício 'S' nº. 21, que eu relato parecer na mesma direção. Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação. Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Francisco Dornelles. Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Edison Lobão. Renato Casagrande... Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu sou relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

As matérias foram aprovadas pela unanimidade dos presentes e serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Todas as matérias agora têm consenso, nós vamos relatar brevemente. E se houver aquiescência, se alguém quiser pedir vista, ou alguma coisa. Caso contrário, nós votamos, fazemos a votação global. Pode ser?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Perfeito.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, V. Exa.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Só com relação ao Item 3, eu apresentei um Voto em separado pela prejudicialidade, que foi uma matéria que nós já aprovamos aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O que tiver voto em separado e etc., nós não vamos votar, não.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Beleza.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Certo? Votamos depois, em seguida.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Agora, Sr. Presidente, eu acho boa a sugestão de V. Exa. no sentido de fazer essas votações em globo, quando couber, acho que agiliza muito o processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito bem.

Item 41, página 494. Projeto de Lei do Senado nº. 461, de 2007. "Altera a Lei de Execução Penal para dispor sobre a assistência educacional devida aos pre-

sos". Autoria, Senador Demóstenes Torres. Relatoria, Senador Antonio Carlos Valadares, a quem concedo a palavra para fazer o relatório.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): De forma breve, em síntese, o PL faz algumas alterações. "No art. 17 altera a redação para estabelecer de forma inequívoca que o direito à assistência educacional se estende aos presos provisórios, devendo ser prestada desde o momento de ingresso do preso no estabelecimento penal; acrescenta ao art. 20 um Parágrafo Único para definir que a falta de celebração de convênio com instituições públicas ou privadas não exime o estabelecimento penal de oferecer assistência educacional, de forma direta; e também inclui entre os deveres do preso a frequência regular às aulas. E ao final, acrescenta um inciso V para estabelecer como atribuição do conselho da comunidade um monitoramento da assistência educacional".

Sr. Presidente, o meu parecer, o nosso parecer é pela aprovação da matéria, e com os parabéns a V. Exa. por essa iniciativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa., fico muito feliz com o relatório. É para obrigar o Estado a educar também o preso, dar educação para o preso, que é uma das maneiras que nós temos de tentar recuperá-lo. Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação. Suspendo a votação para votação em globo.

Extrapauta. Projeto de Lei do Senado nº. 265, de 2006, Terminativo. "Altera os arts. 126, 129 e 130, da Lei 7.210, de 11 de julho de 84, Lei de Execução Penal, para instituir a hipótese de remissão de pena pelo estudo". Autoria, Senador Cristovam Buarque. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei nº. 164, de 2007, Terminativo. "Altera o dispositivo da Lei 7.210, de 11 de julho de 84, Lei de Execução Penal, para introduzir a remissão da pena pelo estudo". Autoria, Aloizio Mercadante. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº. 230, de 2008. "Altera a lei 7.210, de 11 de julho de 84, de forma a tornar a educação eixo primordial da ressocialização de presos e internados". Autoria, Senador Jarbas Vasconcelos. Relatoria, Senador Antonio Carlos Valadares, a quem concedo a palavra para que possa fazer o seu relatório.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, parabéns, porque com essa rapidez, nem no Jôquei Clube.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, esse projeto tramita em conjunto com o PLS 164, da autoria do Senador Aloizio Mercadante e o PLS 230 da autoria do Senador Jarbas

Vasconcelos. *“Foi aprovado um substitutivo do Senador Roberto Cavalcanti na Comissão de Educação.*

Esses projetos preveem a possibilidade do condenado remir a pena por meio de estudo. Os três projetos buscam explicitar aquilo que a jurisprudência tem admitido: o trabalho do condenado para fins de remissão; abarca também as atividades intelectuais envolvidas no estudo formal.

Nosso parecer é pela aprovação do substitutivo aprovado pela Comissão de Educação que previa a remissão da pena na seguinte proporção: ‘um dia de pena para cada 12 horas de frequência escolar’; atividade de Ensino Fundamental, Médio, inclusive Profissionalizante ou Superior; ou ainda de requalificação, divididas no mínimo em três dias. Mantém-se assim a mesma proporção da remissão atualmente aplicada ao trabalho condenado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Parabéns a V. Exa. Também já a própria jurisprudência brasileira vem admitindo a remissão pelo estudo. Estudo e o trabalho são eixos fundamentais para a ressocialização do preso. Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação. Suspendo a votação para votação em bloco.

Item 6, página 109. Projeto de Lei do Senado nº. 516, de 2009. *“Revoga o art. 1.520 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para excluir a possibilidade de extinção da punibilidade criminal pelo casamento”*. Aatoria, Senador Papaléo Paes. Relatoria, Senadora Serys Slhessarenko.

Não estando presente, concedo a palavra ao Senador César Borges, a quem nomeio relator *ad hoc* para que possa fazer o relatório.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, a partir da revogação do art. 1.520 do Código Civil, já não terá lugar no mundo jurídico essa artimanha, e com ela desaparecerá também a antinomia formada pelo estupro e o casamento, pois nada tem em comum, sendo casamento prova da aceitação do outro, enquanto a prática do estupro traduz humilhação dele.

O Voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do PLS 516, de 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Vamos suspender a votação para votação em globo.

Projeto de Lei do Senado 59, de 2003, Item 20, página 251. *“Altera o disposto no art. 95 da Lei 9.099, 26 de setembro de 95, e dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais, e dá outras providências”*.

Aatoria, Senador Valdir Raupp. Relatoria, Senador Romero Jucá.

Não estando presente o Senador Romero Jucá, nomeio relator *ad hoc* o Senador César Borges, a quem concedo a palavra para fazer o relatório. Página 251.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): *“Esta proposição, Sr. Presidente, atende os pressupostos de constitucionalidade, juridicidade, e encontra-se lavrada em boa técnica legislativa.*

Quanto ao mérito merece o nosso apoio em virtude de buscar proporcionar ao nosso povo melhor distribuição de justiça.

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 59, de 2003, nos termos do substitutivo”.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Suspendo para votação em globo.

Item 21, página 257. Projeto de Lei do Senado nº. 219 de 2003. *“Altera o § 1º do art. 1.331, revoga o § 3º do mesmo artigo da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil no que tange ao critério de fixação da fração ideal e as disposições sobre alienação e locação de abrigos para veículos em condomínios edilícios”*. Aatoria, Senador Marcelo Crivella. Relatoria, Senador Pedro Simon, a quem concedo a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Pela aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Suspendo para votação em globo.

Item 26, página 356. Projeto de Lei do Senado 338, de 2004. *“Altera o art. 236 da Lei 4.737, 15 de julho de 65. Nenhuma autoridade poderá desde 15 dias antes, até 48 horas depois do encerramento da eleição prender qualquer candidato, salvo em flagrante delito”*. Aatoria, Senador Marco Maciel. Relatoria, Senador Tasso Jereissati.

Não estando presente, nomeio relator *ad hoc* Senador César Borges, a quem passo a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado 338. E quanto ao mérito, pela sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Suspendo a votação, para votação em globo.

Item 32, Projeto de Lei do Senado nº. 166 de 2006, página 420. *“Altera o caput do art. 914 da Lei*

10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil, para impor obrigação endossante pelo cumprimento da prestação constante do título por ele endossado". Autoria, Senador João Alberto Souza. Relator, Senador Marco Maciel, a quem concedo a palavra. Página 420.

Como há concordância, Senador Marco Maciel, se V. Exa. quiser ler apenas o voto.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Página 420. Sr. Presidente, eu vou ler apenas o voto, até por economia processual. "*Diante do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade e no mérito pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 166, de 2006*".

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Suspendo a votação, para votação global.

Item 33, página 432. Projeto de Lei do Senado nº. 168, de 2006. "*Acrescenta o art. 1815 a Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil para determinar nos casos de indignidade que o trânsito em julgado na sentença penal condenatória acarretará exclusão imediata do herdeiro ou legatário indigno e dá outras providências*". Autoria, Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria, Senador Marco Maciel. Página 432.

Também, como há consenso, se V. Exa. quiser ler apenas a conclusão, o Voto.

Concedo a palavra a V. Exa.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, vou ler o Voto.

"*Diante de todo exposto, o Voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 168, de 2006, com a apresentação da seguinte emenda: Emenda CCJ - Dê-se à emenda do PLS nº. 168 de 2006 a seguinte redação: 'Acrescenta o art. 1.815 ao Código Civil para determinar nos casos de indignidade que o trânsito em julgado da sentença penal condenatória acarretará, a exclusão imediata do herdeiro ou legatário indigno'*".

É este, portanto, Sr. Presidente, o Voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira constituir, em votação. Suspendo a votação para votação global.

Item 36, página 458. Projeto de Lei do Senado nº. 209, de 2006. "*Revoga o inciso II do art. 1.641 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para permitir às pessoas maiores de 60 anos a livre decisão sobre o regime de bens no casamento*". Autoria, Senador José Maranhão. Relatoria, Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Marco Maciel para proferir o relatório. Página 458.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, eu vou ler, Sr. Presidente, por economia processual, o Voto.

O Voto é pela aprovação do PLS nº. 209, de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Suspendo a votação.

Para discutir, Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu gostaria de saber o mérito da questão. Porque eu digo o seguinte: a questão era que com mais de 60 anos tinha que casar com separação de bens, isso é a realidade hoje. E quer mudar para que com mais de 60 anos ele pode escolher se é separação de bens ou universalidade dos bens.

Eu não sei, mas me parece que como está é bom, Presidente. Porque o que a gente está vendo por aí hoje, que se comenta muito, é velhinho casando com guriazinha, para exatamente pegar a fortuna.

Então eu não estou entendendo, eu acho que a lei como está eu acho que devia continuar. Eu até gostaria de parar para discutir, para analisar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Quer pedir vista?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu pediria vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vista concedida ao Senador Pedro Simon.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Coletiva, Sr. Presidente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Vocês entendem o que eu quero comentar?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Entendo, entendo.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Quer dizer, hoje é obrigatória a separação. Eu acho que todo o debate que a gente está vendo, inclusive em termos de Previdência, é velhinho de 70 anos casando com uma guriazinha para ele morrer e ela pegar a aposentaria. Então, ela fica com mais de 40 anos ganhando aposentaria.

Então eu acho que essa é uma questão que deve ser discutida com mais profundidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Extrapauta. Vamos fazer os três últimos aqui, para poder fazer a votação em globo, o resto fica para o próximo esforço concentrado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Esse, então, ficou para depois?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Esse pediu vista.

Projeto de Lei da Câmara nº. 192. "*Transforma agravo de instrumento interposto contra decisão que não admite recurso extraordinário especial e agravo nos próprios atos alterando dispositivos da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 73, Código de processo Civil*". Autoria, Deputado Paes Landim. Relatoria, Senador Pedro Simon, a quem concedo a palavra para fazer o relatório.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, em caráter terminativo, o projeto do Deputado Paes Landim transforma o agravo de instrumento interposto contra decisão que não admite o recurso extraordinário, ou especial em agravo nos próprios autos, alterando dispositivo da Lei 5.869.

O art. 1º da proposição que encerra o núcleo de inovação legislativa arbitrada modifica o *caput* do processo, do art. 544, do Código de Processo Civil. As demais alterações dizem respeito ao nome reduzido ao substitutivo agravo. E ao procedimento de recurso.

Eu recebi uma solicitação do próprio tribunal, no sentido de que eles acham muito importante a aprovação disso.

Então, o meu Voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, suspendo a discussão para votação em globo.

Extrapauta, Projeto de Lei da Câmara nº. 33, de 2010. "*Cria cargos no quadro de pessoal permanente na Agência Nacional de Cinema - ANCINE, de que se trata a Lei 10.871, de 20 de maio de 2004*". Autoria, Presidente da República. Relatoria, Senador Gilvam Borges.

Não estando presente, nomeio relator *ad hoc* o Senador Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): O Voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do projeto em causa, Sr. Presidente. E, no mérito, pela sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, suspendo a votação para votação em globo.

Extrapauta, Projeto de Lei da Câmara nº. 15, de 2010. "*Altera a Ementa do Decreto Lei 4.657, de 04 de setembro de 42. Lei de Introdução às normas de Direito Brasileiro*". Autoria, Deputado Celso Russomanno. Relatoria, Senador Jayme Campos.

Não estando presente o Senador Jayme Campos, nomeio relator, o Senador César Borges, a quem passo a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, o Voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. Suspendo a votação para votação em globo.

Item 40, página 487, Projeto de Lei do Senado 416, de 2007. "*Altera a redação do inciso VII do § 1º do art. 38 da Lei 8.937, de 03 de fevereiro de 95, para ampliar as possibilidades de declaração por parte do poder concedente, de caducidade do contrato de concessão*". Autoria, Senador Gerson Camata. Relatoria, Senador Arthur Virgílio, a quem passo a palavra para poder proferir o seu relatório.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, nos termos do art. 183, I do Regimento Interno do Senado, o Voto é pela constitucionalidade, regimentalidade e adequada técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado 416, de 2007.

Portanto, no mérito, pela sua aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras. e Srs. Senadores aguardem um instante, porque nós vamos votar em globo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, pela ordem, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, V. Exa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem muita coisa ainda? Porque tenho um compromisso que...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, só mais dois projetos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor acha que devemos instalar a outra comissão agora? Em seguida?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Parece que há um pedido de vista. O governo vai pedir vista no projeto do Celso Russomanno. Senador Suplicy está pedindo vista. Vista concedida.

Exceto, portanto, o extrapauta, o Projeto PLC 15, de 2010. Vamos passar à votação global.

Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESARENKO (PT-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Belini Meurer.

SENADOR BELINI MEURER (PT-SC): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pedro Simon. Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com as relatoras e os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Edison Lobão. Marco Maciel

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): As matérias foram aprovadas pela unanimidade dos presentes e seguem para a Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis, inclusive os terminativos.

Eu consulto a V. Exas. se posso repetir a mesma votação para as emendas.

Havendo aquiescência, considero aprovadas as emendas.

O substitutivo, invés de seguir para a Mesa, ficará para a próxima sessão, conforme prevê o nosso Regimento.

Portanto, todas as matérias, exceto o substitutivo, já seguirão imediatamente para a Secretaria-Geral da Mesa devidamente aprovado os pareceres.

Bom, se alguém ficar ainda, nós faremos os não terminativos, mas os terminativos, quem tiver compromisso, agradeço por todos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, só pela ordem. Vamos deixar a instalação da Comissão do Código Civil para a tarde, ou amanhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Quer fazer agora? Vamos fazer.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Se quiser, vamos fazer já.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então eu encerro...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Vamos fazer rapidamente, então, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos, vamos fazer.

Declaro encerrada, portanto, esta reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

Sessão encerrada às 13h44.

41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às onze horas e quinze minutos do dia onze de agosto de dois mil e dez, na Sala de Reuniões da CCJ, nº três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Valter Pereira, Jayme Campos, Antonio Carlos Júnior, Álvaro Dias, Geraldo Mesquita Júnior, Adelmir Santana, José Bezerra, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, Flexa Ribeiro e da Senadora Kátia Abreu. Deixam de comparecer os Senadores Aloizio Mercadante, Antonio Carlos Valadares, Belini Meurer, Tião Viana, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles, Edison Lobão, Marco Maciel, Jarbas Vasconcelos, Tasso Jereissati, Osmar Dias e as Senadoras Serys Slhessarenko e Lúcia Vânia. Justifica ausência o Senador Romeu Tuma. Registra presença o Senador João Faustino. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1) AUDIÊNCIA PÚBLICA** destinada a explicação das graves denúncias apresentadas sobre a violação do sigilo fiscal do sr. Eduardo Jorge Caldas Pereira e as denúncias apresentadas pela revista Veja sobre a eliminação de fitas com imagens da ex-secretária da Receita Federal, Lina Vieira, no palácio do planalto, conforme Requerimentos nº 76 e nº 77, de 2010-CCJ, ambos de iniciativa do Senador Alvaro Dias. Justificaram ausência: Antonia Aparecida Rodrigues dos Santos Neves Silva, servidora da Receita Federal do Brasil e Demétrius Sampaio Felinto, técnico de suporte da Secretaria de Teleco-

municações (STELE) do Senado Federal. **Resultado:** **Adiada. REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 78, DE 2010-CCJ** “Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão com a finalidade de ouvir o senhor Gerardo Santiago, ex-gerente de planejamento do fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil (Previ), para explicar sobre a suposta “fábrica de dossiês”, que teria sido montada para espionar adversários políticos, conforme publicado em reportagem da revista “VEJA” desta semana (11 de agosto de 2010).” **Autoria:** Senadora Kátia Abreu. **Resultado:** Aprovado. **2) REQUERIMENTO Nº 79, DE 2010-CCJ** “Requeiro, em aditamento ao Requerimento que solicita a realização Audiência Pública perante esta Douta Comissão com a finalidade de se esclarecer sobre a suposta “fábrica de dossiês”, que teria sido montada para espionar adversários políticos, conforme publicado em reportagem da revista “VEJA” desta semana (11 de agosto de 2010), seja também convidado o senhor Sérgio Rosa, ex-presidente da Previ.” **Autoria:** Senadora Kátia Abreu. **Resultado:** Aprovado. **3) REQUERIMENTO Nº 80, DE 2010-CCJ** “Nos termos regimentais, requeiro o encaminhamento ao ilustre Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos, cópia da reportagem “Uma confissão desconcertante”, publicada na Revista Veja de 11 de agosto de 2010, páginas 68-72, para a adoção das providências que julgar cabíveis”. **Autoria:** Senador Pedro Simon. **Resultado:** Aprovado. **4) REQUERIMENTO Nº 81, DE 2010-CCJ** “Requeiro, nos termos inciso V, do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor Antonio Carlos Costa D’ávila Carvalho, Corregedor-Geral da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para, em audiência pública nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, prestar esclarecimentos sobre o vazamento de dados fiscais do senhor Eduardo Jorge Caldas Pereira, vice-presidente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.” **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Resultado:** Aprovado. A Presidência declara encerrada a Reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos do dia onze de agosto de dois mil e dez e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada.

Senador **Demóstenes Torres**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 11 DE AGOSTO DE 2010, ÀS 11 HORAS E 15 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 40ª Reunião Ordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública para explicação das denúncias apresentadas sobre a violação do sigilo fiscal do Sr. Eduardo Jorge Caldas Pereira, e as denúncias apresentadas pela Revista Veja sobre a eliminação de fitas com imagens da ex- Secretária da Receita Federal, Lina Vieira, no Palácio do Planalto.

Convidados: Antonia Aparecida Rodrigues dos Santos Neves Silva, servidora da Receita Federal do Brasil; Demétrius Sampaio Felinto, técnico de suporte da Secretaria de Telecomunicações – STELE, do Senado Federal.

Recebemos os seguintes expedientes.

Da Sra. Heloísa de Castro, Delegada da Receita Federal do Brasil em Santo André: “Exmo. Sr. Demóstenes Torres, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Sr. Senador, acusamos o recebimento do Ofício 272/2010, Presidência da CCJ, datado de 10 de agosto de 2010, onde V. Exa. encaminha convite formulado à Servidora Antonia Aparecida Rodrigues dos Santos Neves Silva para participar na audiência agendada para o dia 11 de agosto de 2010, na sala de reuniões da CCJ, em Brasília. Em atenção ao solicitado, comunicamos que a servidora foi cientificada nessa data e nos informou que a resposta ao Ofício nº. 270/2010, Presidência da CCJ, será protocolada ainda hoje na Secretaria das Comissões do Senado Federal, cuja cópia segue anexa, em razão da urgência:

Exmo. Sr. Senador da República Demóstenes Torres, Presidente da colenda Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Em resposta à carta-convite formulada por esse egresso do Senado Federal, na qual fui convidada a comparecer perante essa colenda Comissão de Constituição e Justiça, nessa Casa Legislativa, para prestar esclarecimentos sobre os fatos envolvendo o contribuinte Sr. Eduardo Jorge Caldas Pereira, informo, por meio dessa, que declino do con-

vite para comparecer à Audiência Pública designada, posto que em atenção ao sigilo assegurado pelo art. 150, da Lei 8.112, de 90, na qualidade de declarante, não poderia oferecer aos Srs. Senadores maiores informações sobre o mesmo fato objeto das investigações promovidas pelo Escritório de Corregedoria da Receita Federal, na 8ª Região Fiscal, até a conclusão do processo administrativo disciplinar já instaurado.

Observo que o processo administrativo disciplinar é conduzido com respeito à ampla defesa e garantia constitucional do servidor público estável, conforme dispõe o art. 148, da Lei 8.112, de 90. 'Verbis': art. 148: o processo disciplinar é um instrumento destinado a apurar a responsabilidade do servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido.

Sem prejuízo da necessidade de sigilo para não prejudicar as investigações em trâmite, relato que estou muito fragilizada emocionalmente com a exposição do meu nome na imprensa, junto com detalhes da minha vida familiar, ocorrida pela divulgação dos nomes do meu marido e dos meus filhos, menores de idade, acompanhado de informação acerca da renda familiar e do endereço de nossa residência, bem como pelo acidente de carro que sofri no dia 18 de julho de 2010, junto com a minha família, fatos que justificam a minha ausência perante esta colenda comissão.

Porém, ao término do processo administrativo disciplinar, caso exista interesse por parte dessa colenda CCJ, fico à disposição para outra audiência. Não obstante, reafirmo que não sou responsável pelos acessos irregulares ou com o vazamento das informações fiscais do contribuinte em epígrafe, assim como lembrar que nunca tive filiação partidária.

Por fim, ressalto, categoricamente, que a minha senha foi utilizada indevidamente, razão pela qual eu tenho total interesse no deslinde do fato. E agradeço pela oportunidade de manifestação concedida pelo Senado Federal.

De São Paulo para o Distrito Federal, 09 de agosto de 2010. Antonia Aparecida Rodrigues dos Santos Neves Silva".

Também recebemos, ainda há pouco, uma correspondência do Sr. Demétrius Sampaio Felinto, não assinada, mas mandou por e-mail, e aqui vem o e-mail relatando: "Conforme contato telefônico realizado nessa data, solicitamos que seja enviada, por escrito, a essa secretaria, resposta ao convite formulado pelo Presidente dessa comissão, Senador Demóstenes Torres, ao Sr. Demétrius Felinto para participar em Audiência Pública prevista para hoje, 11 de agosto de 2010". E foi enviado, portanto, pelo Advogado Leandro Olivei-

ra Alves, OAB/GO 17026, OAB/DF 25014. E vou ler, também, então, o expediente enviado pelo advogado, que ficou também de enviar a procuração:

"Exmo. Senador Demóstenes Torres, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Referente ao Ofício nº. 271/2010, Presidência CCJ, Demétrius Sampaio Felinto, brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade número tal e do CPF número tal, vem, por seu advogado, que ao final assina instrumento de mandado que será juntado em momento oportuno, com homenagem de estilo e devido acatamento a presente V. Exa., requerer o adiamento da Audiência Pública marcada para o dia 11 de agosto de 2010, às 10 horas, em razão do exíguo espaço temporal entre a notificação e a mencionada audiência.

Outrossim, informamos, ainda, que, em razão do exíguo espaço temporal, este procurado não conseguiu reagendar seus compromissos. 'Data maxima venia', resta, em controvérsia, o respeito e o pronto atendimento que deve ser dispensado a esse Senado Federal por meio dessa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Dessa forma, conforme informação do próprio convidado, o mesmo está à disposição desse respeitável Senado Federal para comparecer espontaneamente à Audiência Pública a ser remarcada por essa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, oportunidade em que o mesmo prestará todas as informações que lhes forem solicitadas por esses respeitáveis senadores da República.

Para tanto, solicitamos que a mencionada Audiência Pública seja previamente agendada, para que o convidado possa comparecer acompanhado do seu advogado.

Por fim, informamos, ainda, que o instrumento procuratório será encaminhado de forma oficial.

Brasília, 11 de agosto de 2010. Leandro Oliveira Alves."

Então, só para lembrar, a Sra. Antonia Aparecida Rodrigues dos Santos Neves Silva fica à disposição do Senado só a partir da conclusão do processo administrativo disciplinar mencionado. E o Sr. Demétrius Sampaio Felinto pede para agendar outra data. E nós já vamos agendar outra data...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu peço a palavra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Darei, a V. Exa., a palavra assim que agendar nova data.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então remarcamos para o dia 31

de agosto. O esforço concentrado está marcado aqui para 31, 1º e 02. Então remarcamos a audiência do Sr. Demétrius Sampaio Felinto para o dia 31 de agosto de 2010. Fica remarcada, essa audiência, para o dia 31, às 10 horas. Peço, já, à assessoria que o comunique oficialmente.

Com a palavra, V.Exa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Dia 31 é terça-feira?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Terça-feira.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, em relação a esta remarcação de data, creio que V. Exa. o faz corretamente, especialmente elegendo uma data em que teremos quórum para a realização da reunião, que é a do esforço concentrado.

Quanto à questão da Sra. Antonia Aparecida Rodrigues dos Santos Neves Silva, eu creio ser um direito que lhe assiste se recusar a comparecer nesse momento. Aliás, como autor do requerimento, o meu propósito foi oferecer a ela a oportunidade de defesa, porque, também, desde o primeiro momento entendi estar ela sendo utilizada como despiste, já que há responsáveis maiores que estão sendo acobertados neste crime. Por essa razão, a convocação, ou o convite para que ela comparecesse, oferecendo um espaço oficial e adequado para a sua defesa. Ela, taxativamente, reitera: “A minha senha fui utilizada indevidamente”.

Portanto, Sr. Presidente, eu estou encaminhando um requerimento, já protocolei um requerimento, que pede seja convidado o Sr. Antônio Carlos Costa D’Ávila Carvalho...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Esse, faremos em seguida. Faremos em seguida, porque temos aqui o requerimento da Senadora Kátia Abreu e de V. Exa., que faremos em seguida, e darei a palavra a V. Exa.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O Corregedor-Geral da Secretaria da Receita Federal, para que, em Audiência Pública, ele possa dar esclarecimentos, inclusive sobre essa denúncia que foi veiculada pela imprensa de que teria sido a Sra. Antonia.

Portanto, esse convite é fundamental agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Farei agora. Remarcada a audiência, temos dois requerimentos sobre a Mesa.

Primeiro, requerimento da Senadora Kátia Abreu: “Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante essa douta comissão, com a finalidade de ouvir o Sr. Gerardo Santiago, ex-Gerente de Planejamento do Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, para explicar sobre

a suposta fábrica de dossiês que teria sido montada para espionar adversários políticos, conforme publicado em reportagem da Revista Veja dessa semana, 11 de agosto de 2010”. Em discussão.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu, autora do requerimento.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente. Nós, brasileiros, acordamos sábado com a Revista Veja nas bancas e na internet, mais uma vez trazendo um triste episódio de mais um dossiê formatado pelo governo, pelo PT, em época de campanha.

Gostaria aqui de relemburar, em 2002, o primeiro dossiê do PT. Depois, em 2006, na outra eleição. Depois, em 2008, culminando com um dossiê até contra a Dra. Ruth Cardoso. Agora, em 2010, já vimos o dossiê contra a filha do Ministro, o “dossiê amigo”, contra a filha do Ministro Mantega, a modelo Marina Mantega. E, agora, estamos aqui diante da confissão do Sr. Gerardo Santiago, que era o instrumento do Presidente da PREVI. É simplesmente o maior fundo de pensão do Brasil.

Esse cidadão, Sérgio Rosa, Presidente da PREVI, que solicitou, contratou, o Advogado Gerardo Santiago para fazer os dossiês, ele presidiu a PREVI durante sete anos consecutivos, e só saiu da PREVI agora em maio, porque tinha a promessa de um cargo melhor e maior. E também para ser o tesoureiro da campanha da candidata Dilma Rousseff. Esse cidadão administrou, por sete anos, um capital de 140 bilhões de reais. A PREVI tem sociedade nas 90 maiores empresas deste país.

E, por falar nisso, nesta própria revista também vimos o modus operandi do PT para arrecadar das empresas privadas, através de chantagens, de cobranças. Avalio o que não sofreram essas 90 empresas que são sócias da PREVI, para a campanha presidencial da candidata do governo.

Como se não bastasse pela primeira vez na história desse país ter um Presidente da República cabo eleitoral, como se isso não bastasse, a máquina em cima da candidata, o aparelhamento total e completo do Estado Brasileiro, como se isso não bastasse, nós ainda somos submetidos a dossiês nojentos, imorais e criminosos.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Senadora Kátia, inclusive o assunto do BNDES também, que é um escândalo completo, não é?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Bem lembrado, Senador Antonio Carlos Júnior. A PREVI tornou-se um braço direito de um grupo do PT. E quando nós esperamos, do presidente do governo, uma chamada de atenções...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Acho que, no caso, é braço esquerdo.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Braço esquerdo do PT e do governo, quando nós esperávamos uma chamada dura de atenção, nós apenas reconhecemos e olhamos a televisão, alguém declarando que são meninos aloprados, desajuizados, como se fossem adolescentes pichando muros públicos.

Nós estamos falando de homens velhos, barbados e com muito juízo, mas o juízo no lugar errado. O juízo no poder, o juízo pela fome de manter o poder. Um péssimo exemplo para o Brasil, um péssimo exemplo para a juventude desse país é nós estarmos submetidos a essa imoralidade. Que tranquilidade têm os empresários deste país? Pois está aqui escrito na revista: “por ordens do Presidente da PREVI, Sr. Sérgio Rosa, que assumiu um cargo grande no governo, estava apenas esperando. Mas o seu veneno foi aplicado nele próprio”.

Não sei, não. Não sei se foi aplicado, não, se não vão esperar passar apenas alguns dias para colocá-lo nesse novo cargo e apenas dizer que foi uma injustiça praticada por esse cidadão. Bisbilhotando a vida de ACM Neto, porque teve coragem de sentar em uma CPI e abrir as vísceras, na CPI dos Correios. Contra o Senador Jorge Bornhausen, que nunca se dobrou para essa canalha que sempre quis lhe prejudicar e trazer aqui... Suscitar dúvidas sobre o seu caráter e a sua idoneidade. Também contra o Governo Serra, candidato a Presidente da República. São infinitos dossiês, e nada acontece nesse país.

Sr. Presidente, nós precisamos ouvir essas pessoas. Apesar de ter sido uma entrevista bastante clara por parte do Dr. Santiago, ainda temos aqui Heráclito Fortes, que teve bisbilhotado os seus voos para o seu estado e para outros estados do Brasil.

Sr. Presidente, nós precisamos, aqui, abrir para o Brasil, em um momento eleitoral, em um momento importante que nós estamos, em vias de escolher o futuro Presidente desse país nos próximos quatro anos, e nós temos que mostrar para o Brasil que o partido que tem uma candidata a presidente usa de instrumentos baixos, rasteiros, para derrubar candidatos e derrubar opositores. Nós precisamos derrubar os nossos opositores é através do debate, da discussão, das propostas claras, honestas e transparentes. É isso que nós temos que mostrar para os jovens do Brasil, para os pais de família, para os pobres infinitos que estão esperando uma nova chance no próximo governo.

Sr. Presidente, eu gostaria, aqui, de lembrar, apesar de que todos os senadores, com a capacidade que têm, sabem muito bem o que significa formação

de quadrilha, quando uma ou duas pessoas se reúnem para praticar um crime. E aqui reuniu-se mais de uma pessoa para praticar um crime. Isso é formação de quadrilha. Chefiada, a quadrilha, pelo Presidente da PREVI do Brasil, dos fundos de pensão do Banco do Brasil. Que os servidores do Banco do Brasil fiquem atentos, porque o seu presidente, ao invés de administrar bem os seus 140 bilhões, que é um patrimônio do servidor do Banco do Brasil, está tentando surrupiar a honra alheia, tentando investigar a vida das pessoas de forma desonesta.

Sr. Presidente, produção de dossiês também é crime. É a materialização do encontro da quadrilha, chefiada pelo Presidente da PREVI. O Presidente da PREVI formou uma quadrilha para produzir um dossiê que é crime. E também quebrou sigilo bancário, quebrou sigilo fiscal, que é o terceiro crime. E nós vamos passar batidos? Nós vamos passar como se nada estivesse acontecendo neste país? Como se o Presidente da República, pela popularidade que tem, vai calar a todos nós? A mim, não. A mim, não, Sr. Presidente. Eu não tenho medo das urnas...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concedo a palavra a V. Exa. em seguida.

SENADOR JOÃO FAUSTINO (PSDB-RN): Presidente, não vamos votar o requerimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos.

SENADOR JOÃO FAUSTINO (PSDB-RN): Sr. Presidente, Senadora Kátia Abreu. Eu vi esse país indignado em muitas ocasiões, Presidente. Eu vi a luta desse país por anistia, por eleições diretas. Vi esse país destituir um Presidente, diante da indignação da nação brasileira. E vejo, hoje, o povo brasileiro, a nação brasileira, perdendo a capacidade de se indignar, de se revoltar.

Esse sentimento é fundamental na construção da ética, dos valores humanos, a capacidade da indignação, do protesto. E o que estamos assistindo no Brasil de hoje é, exatamente, como se o povo fosse anestesiado pelos discursos, pela demagogia, pelas propostas mirabolantes. E, a partir daí, nós perdemos o rumo da dignidade. Eu louvo a iniciativa da Senadora Kátia Abreu e entendo que esta Casa, este Senado Federal, precisa ir a fundo nessas questões, fazendo com que elas cheguem à discussão popular e à presença consistente de uma proposta que possa restaurar a ética e a dignidade do Brasil.

Muito obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu vou pedir a V. Exas. apenas para que nós cumpramos o regimento da Casa. A Se-

nadora Kátia Abreu termina de fazer a sua sustentação, e, em seguida, eu dou a palavra para um senador por bloco, como manda o regimento, pelo prazo máximo de cinco minutos.

Então, defiro a palavra, novamente, à Senadora Kátia Abreu. Como ela é a autora do requerimento, não há limitação de tempo. Então, passamos a palavra, novamente, à Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de propor aos meus colegas para que nós possamos, por dever de ofício e obrigação moral e ética com este país, que nós possamos dar um freio nessa máquina de produzir dossiês. Que possam ser convidados a vir a esta Casa, a esta comissão, o Dr. Gerardo Santiago e também o poderoso Presidente da PREVI, o Sr. Sérgio Rosa, para dar direito, a ele, de defesa, aqui nesta Casa, e para o Brasil. Para que nós possamos fazer valer não a popularidade de um presidente para nos calar. O silêncio dos bons, eles não terão.

Nós não permitiremos que os bons desse país, que sejam os bons com os bolsos cheios, os bons com os bolsos vazios. Nós diremos não a esta máquina de produzir dossiês, esta máquina de produzir crimes, esta máquina que quer desviar do debate limpo, honesto e verdadeiro, porque temem o debate com o Presidente Serra, porque temem o conteúdo do candidato Serra, porque sabem que é o mais preparado, porque sabem que é o mais experiente e que não tem só a ficha limpa, tem as mãos limpas e a vida limpa; nunca sequer se atreveu a produzir um dossiê que seja.

Portanto, eu peço que o tesoureiro da campanha possa vir até aqui, o poderoso Presidente da PREVI, que convive e tem autonomia, mando e desmando, e chantagem em cima de 90 maiores empresários desse país. E aquele que teve a coragem de denunciar toda essa falcaturia e essas impropriedades para os brasileiros.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então há um aditamento ao requerimento, para que o Sr. Sérgio Rosa também venha a essa comissão.

Então, deferirei a palavra por bloco. Há três inscritos pelo bloco da minoria, DEM e PSDB: Senador Antonio Carlos Júnior, Senador Eduardo Azeredo, Senador Flexa Ribeiro... Então, quatro, agora, e Senador Alvaro Dias. Então, um dos quatro falará...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Senador Alvaro Dias poderia falar por nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, Senador Alvaro Dias, com a palavra, por cinco minutos.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, eu serei sucinto, porque o importante é votar esse requerimento e ouvir os convidados. Apenas dizer que é hora de darmos nomes aos aloprados. Não basta citar que são os aloprados os responsáveis pela fabricação de dossiês. Há fabricantes especializados em dossiês no Brasil desde 2002, e a impunidade estimula a reincidência. Qual é o DNA desses aloprados? Qual a identidade desses aloprados? Por isso, o requerimento da Senadora Kátia Abreu vem em boa hora, e, se possível, devemos ouvi-los ainda hoje, se houver essa possibilidade. Nós deveríamos ouvi-los ainda hoje.

Mas, Sr. Presidente, ontem, eu fui à Tribuna do Senado para examinar esta realidade dos dossiês. A denúncia, ou a confissão do Dr. Gerardo, diz respeito a uma estratégia que se adotou durante a CPI dos Correios. O objetivo era amedrontar a oposição, o objetivo era impedir que opositores investigassem o grande escândalo do "mensalão".

Portanto, naquele momento, o objetivo era impedir que uma investigação pudesse desnudar o escândalo de corrupção, o maior dos últimos tempos no país, em nome de um projeto de poder de longo prazo, que culminou com a denúncia de 40 envolvidos que sentam-se, atualmente, no banco dos réus no Supremo Tribunal Federal, sobre o que disse o Procurador-Geral da República, Antonio Fernando, tratar-se de uma organização criminosa que se apoderou da estrutura pública no país.

Portanto, Sr. Presidente, é da maior gravidade, porque trata-se de ameaça ao Estado de Direito Democrático, é afronta à Constituição. Nós não podemos nos omitir, o Senado tem responsabilidade, e, sobretudo, esta comissão. Mas, como nós queremos votar, Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer, para que possamos votar. Mas, certamente, V. Exa. determinará o momento adequado para ouvir os dois convidados.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy, pelo prazo máximo de cinco minutos, representando o bloco de apoio ao governo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Demóstenes Torres, eu avalio, primeiro, que é legítimo, por parte dos partidos da oposição, obterem os esclarecimentos devidos sobre os diversos episódios que têm sido levantados.

É preciso levar em conta que, muitas vezes, em uma campanha eleitoral, aparecem muitas denúncias,

informações e, com cada uma delas, nós temos de tomar o devido cuidado, para ver a sua procedência, pois muitas das denúncias que foram realizadas, ao longo dos últimos anos, nem sempre se confirmaram. É importante, quando há indícios graves de irrerealidade, se apresentar estas informações e a solicitação de esclarecimento ao Ministério Público. Mas eu compreendo que, também no âmbito do Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, e no Senado, e, em particular, sobre situações como essa, sobretudo a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle é, tipicamente, a comissão que tem o objetivo da fiscalização.

Mas eu quero aqui dizer... Não irei apresentar qualquer posição contrária ao requerimento, porque considero legítimo que, por parte da Senadora Kátia Abreu, do Senador Alvaro Dias, haja a solicitação de esclarecimento.

Gostaria de aqui lembrar alguns episódios. A Senadora Kátia Abreu mencionou que o candidato José Serra nunca se envolveu em qualquer situação que pudesse significar uma produção de um dossiê, mas eu gostaria de lembrar, constitui um episódio da história, que quando estava por decidirem, o PSDB e o PFL, então a sua candidatura à Presidência da República, e havia a consideração, até porque estava razoavelmente bem nas pesquisas de opinião, a Sra. Roseana Sarney, eis que surgiu... Não estou aqui responsabilizando o Governador e ex-Senador José Serra por isto, mas surgiu a informação de que teria havido uma quantia de dinheiro significativa no escritório, relacionado a Sra. Roseana Sarney, que, simplesmente, pulverizou a possibilidade de sua candidatura.

Então, isso nem sempre acontece apenas no âmbito de um partido, seja da oposição, seja da situação. Também gostaria aqui de lembrar um fato histórico que no próprio partido da Sra. Senadora Kátia Abreu, de Sua Exa., surgiram episódios que dificultaram enormemente o seu partido para se dizer como um partido que sempre estava caracterizado pela correção de procedimento. E todos... Aqui não preciso estar detalhando o que aconteceu no Governo do Distrito Federal.

Gostaria, com respeito às observações relativas aos debates entre os candidatos, as propostas, que eu estou de pleno acordo e, felizmente, a candidata Dilma Rousseff tem tido um procedimento o mais alto, e disso todos fomos testemunha no debate havido na TV Bandeirantes, assim como nas entrevistas que têm sido colocadas, por exemplo, pela Rede Globo de Televisão, por todas as emissoras e meios de comunicação.

Felizmente, nós vamos ter debates do mais alto nível, onde os candidatos à Presidência, sobretudo José Serra, Dilma Rousseff, Marina Silva e Plínio de Arruda Sampaio tiveram um comportamento muito

positivo. Eu acho que é a democracia brasileira que ganha, é o povo brasileiro que ganha com os embates que, eu acredito, deverão se dar no mais alto grau de respeito entre eles e com proposições.

Gostaria de assinalar, uma vez que a Senadora Kátia Abreu mencionou o episódio da Sra. Marina Mantega, que eu, inclusive da tribuna do Senado, cumprimentei a atitude do candidato José Serra, quando ele afirmou o seu conhecimento pessoal, o seu testemunho pessoal sobre a correção com que sempre caracterizou a sua vida o Ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Apenas isso que eu gostaria de registrar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu falo ao Senador Suplicy. Eu felicito o candidato Serra. Achei de uma elegância muito grande, momento em que ele, que podia se aproveitar, podia dizer qualquer coisa, deu o testemunho dele com relação à seriedade do Ministro da Fazenda, e garantindo que não acredita em nenhum envolvimento dele na questão em que quiseram colocar a filha dele. Acho esse um gesto, realmente, muito positivo, muito bonito, e que é característico da pessoa do Governador Serra.

Essa reunião é uma reunião em que se estava na expectativa de ouvir pessoas, Sr. Presidente, e eu estranho que, do PT, só esteja, mais uma vez aqui, só o Senador Suplicy. Eu acho que era uma sessão que nem essa, pelo que era para ser, devia... As lideranças do PT tinham que estar aqui. Esse é o Senador Suplicy e, por isso, eu sou seu fã. V. Exa. consegue ser o mesmo senador. Eu sou do tempo de 16 anos atrás, quando V. Exa. chegou aqui e era um senador do PT. E, cá entre nós, V. Exa....

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Há 20 anos.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V. Exa., há 20 anos, um senador do PT, brilhava mais o PT, nessa Casa, com V. Exa., do que os dez que tem agora. Porque V. Exa. foi e é o mesmo. Isso é muito importante. V. Exa. é PT, foi PT, defende o PT, luta pelo PT, mas não foi obrigado a mudar a sua ética, a sua maneira de ser, o seu comportamento. Por isso, eu sou fã incondicional de V. Exa. E, por isso, lamentavelmente, V. Exa. não encontra vez no seu partido. Podia ser presidente, podia ser governador, podia ser... Meu Deus do céu!

Mas, Sr. Presidente, a Revista Veja foi muito séria. Foi uma matéria colocada de uma maneira muito clara, ela não deixa margem a nada. A fala foi espontânea, a explicação foi de uma clareza meridiana. E ele se expôs,

ele se ofereceu para vir falar aqui, Sr. Presidente. Ele se expôs, se ofereceu para falar e contar aqui as coisas que ele sabe. Agora, o que ele conta, eu, com toda a sinceridade, não digo que seria necessário... Claro que seria muito importante a vinda dele aqui. Uma coisa é um depoimento em uma revista, e outra coisa é ele vir depor na Comissão de Constituição e Justiça.

Cá entre nós, vamos ser claros, dá para entender as razões que ele diz que não vem. É fácil de entender que são tão graves os fatos que ele fala que ele deve ter recebido muito apelo no sentido de não vir. Eu acho o seguinte: eu acho que as coisas ali são tão precisas que V. Exa., em nome da comissão, Sr. Presidente, pode se referir à Procuradoria-Geral da República, para a Procuradoria-Geral da República fazer o papel dela, que é obrigação.

A Procuradoria-Geral da República tem essa responsabilidade, é obrigação dela. O papel dela é ver as coisas que estão acontecendo. E a Procuradoria da República não tem apenas por obrigação andar a mando, sob orientação... Independente do Senado, as coisas estão acontecendo, e a Procuradoria-Geral da República pode agir por conta própria.

Então, eu acho que independente do convite da PREVI para vir aqui, se ela vai vir, se ela não vai vir, V. Exa. poderia se dirigir à Procuradoria-Geral da República pedindo que ela tome as providências que ela tem condições de tomar. Era isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Senador Pedro Simon apresenta também outro requerimento para que eu, em nome da Comissão de Constituição e Justiça, remeta a documentação já divulgada para o Procurador-Geral da República, para que ele tome a providência de abrir investigação acerca dos supostos crimes praticados: formação de quadrilha, quebra de sigilo, etc. Eu também submeterei esse requerimento à comissão. Então, são três requerimentos. Encerrada a discussão.

Primeiro requerimento: Senadora Kátia Abreu solicitando para que seja convidado o Sr. Gerardo Santiago. Em votação.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Aditamento a esse requerimento também da Senadora Kátia Abreu para que o Sr. Sérgio Rosa também possa vir prestar os seus esclarecimentos. Em votação.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Terceiro requerimento: Senador Pedro Simon, solicitando que eu, em nome da Comissão de Constituição e Justiça, solicite, ao Sr. Procurador-Geral da

República, a abertura de investigação acerca dos fatos criminosos noticiados. Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Marco, portanto, essa reunião para o dia 31, às 11 horas, para que nós possamos ouvir as duas outras pessoas. E encaminharei o requerimento ao Sr. Procurador-Geral da República, para que ele tome as providências.

Último requerimento, Senador Alvaro Dias: "Requerio, nos termos do inciso V, do art. 90, Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. Antonio Carlos Costa D'Ávila Carvalho, Corregedor-Geral da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para, em Audiência Pública nessa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, prestar esclarecimentos sobre o vazamento de dados fiscais do Sr. Eduardo Jorge Caldas Pereira, vice-Presidente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB". Em discussão.

V. Exa. quer usar a palavra, Senador Alvaro Dias, como autor do requerimento?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Apenas para solicitar de V. Exa. se acha conveniente fazer no mesmo dia...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mesmo dia e mesmo horário.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Só isso. Acho que não há necessidade de discutir esse requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Então ouviremos o Sr. Demétrius e o Sr. Antonio Carlos às 10 horas do dia 31; e o Sr. Sérgio Rosa e o Sr. Gerardo às 11 horas do dia 31. São duas audiências distintas, ambas no mesmo dia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Antes da encerrar, pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu fui aqui citada pelo Senador Suplicy e gostaria apenas aqui de fazer justiça a, praticamente, uma iniciativa de calúnia contra o Presidente Serra, no que diz respeito à questão Roseana Sarney.

Nós todos assistimos que aquela ação, toda aquela ação foi patrocinada e determinada pelo Ministério Público Federal, em nome do Mário Lúcio de Avelar, e não ação física de pessoas que não eram da justiça,

como em todos os casos dos dossiês praticados pelo PT. E em nenhum deles houve a participação, ou algum pedido, do Ministério Público Federal. E, no caso da Roseana Sarney, da Governadora Roseana Sarney, foi uma ação do Ministério Público.

Portanto, eu gostaria de dizer aqui que isso não procede. Que isso, Senador Suplicy, me perdoe, mas é uma calúnia praticada contra o candidato José Serra.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): V. Exa. há de lembrar que eu aqui tomei o cuidado de dizer que não foi de responsabilidade dele, pessoal.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Insinuou.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Não. Eu tive o cuidado de dizer que não foi. V. Exa. ouviu muito bem e quis distorcer a minha palavra nessa ocasião.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ou seja, no fim das contas, está tudo certo, não é? Está convocado e tudo bem.

Encerro a presente reunião convocando outras para o dia 31, extraordinariamente. E, no dia 1º, a reunião ordinária.

Agradeço a V. Exas. Muito obrigado.
Sessão encerrada às 11h57.

42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às onze horas e dezessete minutos do dia trinta e um de agosto de dois mil e dez, na Sala de Reuniões da CCJ, nº três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, **sob a Presidência do Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Belini Meurer, Valter Pereira, Jayme Campos, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Augusto Botelho, Valdir Raupp, Adelmir Santana, José Bezerra, Eliseu Resende e da Senadora Níura Demarchi. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justifica ausência o Senador Romeu Tuma. Registra presença honrosa o senhor Juraci Martins de Oliveira, Prefeito de Rio Verde. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. AUDIÊNCIA PÚBLICA NÃO REALIZADA** destinada à explicação das denúncias apresentadas pela revista veja sobre a eliminação de fitas com imagens da ex-secretária da

Receita Federal, Lina Vieira, no Palácio do Planalto e para a prestação de esclarecimentos sobre o vazamento de dados fiscais do senhor Eduardo Jorge Caldas Pereira, Vice-Presidente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. Audiência Pública aprovada conforme Requerimentos nº 77 e nº 81, de 2010-CCJ, ambos de iniciativa do Senador Alvaro Dias. **Justificaram ausência:** Demétrius Sampaio Felinto, Técnico de Suporte da Secretaria de Telecomunicações (STEL) do Senado Federal e Antonio Carlos Costa d'Ávila Carvalho, Corregedor-Geral da Secretaria da Receita Federal do Brasil. **REQUERIMENTO APRECIADO:** 1) **REQUERIMENTO Nº 82, DE 2010-CCJ - Requeiro, nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento nº 77, de 2010-CCJ, para que a audiência destinada à oitiva do Sr. Demétrius Sampaio Felinto, para explicar as graves denúncias apresentadas pela Revista Veja, sobre a eliminação de fitas com imagens da ex-Secretária da Receita Federal, Lina Vieira, no Palácio do Planalto, seja restrita aos Senhores Senadores da República. Autoria: Senador Demóstenes Torres. Resultado: Aprovado. A Presidência declara encerrada a Reunião, às onze horas e cinquenta e nove minutos do dia trinta e um de agosto de dois mil e dez; e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelo Senhor Presidente e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada.**

Senador **Demóstenes Torres**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 41ª Reunião Ordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para explicação das denúncias apresentadas pela revista Veja sobre a eliminação de fitas com imagens da ex-Secretária da Receita Federal, Lina Vieira, no Palácio do Planalto, e para a prestação de esclarecimentos sobre o vazamento de dados fiscais do Sr. Eduardo Jorge Caldas Pereira, vice-Presidente

do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, aprovada conforme Requerimentos nºs 77 e 81, de 2010, ambos de iniciativa do Senador Alvaro Dias.

Convidados: Demetrius Sampaio Felinto, técnico de suporte da Secretaria de Telecomunicações – Stele, do Senado Federal, e Antônio Carlos Costa D’Ávila Carvalho, Corregedor-Geral da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

O Sr. Antônio Carlos Costa D’Ávila Carvalho, Corregedor-Geral do Ministério da Fazenda, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, mandou ofício a esta Comissão nos seguintes termos, datado de 30 de agosto de 2010:

“Ao Excelentíssimo Senhor Senador da República Demóstenes Torres, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal,

Em atenção ao convite formulado por V. Ex^a para comparecer, no dia 31 de agosto de 2010, às 10 horas, na sala de reuniões dessa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, do Senado Federal, a fim de participar de audiência pública para prestar esclarecimentos sobre o vazamento de dados fiscais do Sr. Eduardo Jorge Caldas Pereira, vice-Presidente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, informo que declino do convite, por impedimento legal, conforme explicitado a seguir.

Na qualidade de Corregedor-Geral da Receita Federal do Brasil, vejo-me impedido de oferecer aos Srs. Senadores quaisquer informações relacionadas com as investigações em andamento no Escritório de Corregedoria da 8^a Região Fiscal – Escor 08, à vista do que estabelece o caput do art. 150 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, in verbis:

“Art. 150. A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração”.

Atenciosamente, **Antônio Carlos Costa D’Ávila Carvalho**, Corregedor-Geral.”

Também, agora pela manhã, praticamente neste instante, recebi um ofício do Sr. Demetrius Sampaio Felinto, técnico de suporte da Secretaria de Telecomunicações – Stele, do Senado Federal, nos seguintes termos:

“Excelentíssimo Senador Demóstenes Torres, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Senado Federal

Referente ao Ofício nº 276, de 2010, da Presidência da Comissão de Constituição e Justiça

Demétrius Sampaio Felinto, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade número tal, do CPF número tal, vem, por seu advogado, que ao final assina, com as homenagens de estilo e pronto aca-

tamento, requerer o adiamento da audiência pública marcada para o dia 31 de agosto de 2010, às 10 horas, em razão das ameaças veladas que o convidado vem enfrentando diuturnamente, conforme faz prova a documentação em anexo.

O convidado tem todo interesse de comparecer perante essa respeitável Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, oportunidade em que esclarecerá toda a verdade.

Entretanto, alguns fanáticos estão disseminando na Internet ameaças veladas em desfavor do convidado, conforme comprova a documentação em anexo.

O Requerente foi convidado para participar “de audiência pública para explicação das denúncias apresentadas sobre a eliminação de fitas *com imagens da ex-Secretária da Receita Federal Lina Vieira, no Palácio do Planalto, esta remarcada para o dia 31 de agosto de 2010, terça-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, desta Casa.*”

Por ser audiência pública, a integridade física do Convidado está seriamente ameaçada, a qual inibiria de esclarecer todos os pontos e verdades sobre o mencionado tema.

Visando à garantia da integridade física do Convidado, o mesmo requer adiamento da mencionada audiência pública, para que seja marcada audiência interna com os membros dessa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, devendo ser franqueada a presente audiência apenas aos respeitáveis Senadores da República.

Assina o Sr. Leandro Oliveira Alves, Advogado, procurador do Sr. Demétrio Sampaio Felinto. Há os números da OAB de Goiás e do Distrito Federal. E, aqui, a reprodução de alguns *post tweets* e anotações da Internet, que ele considera como uma ameaça velada.

Em decorrência disso, como solicita que seja feita com audiência fechada – audiência que não seja pública –, submeto à Comissão essa solicitação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vou tentar, de hoje para amanhã, como há o esforço concentrado, ou até quinta-feira, que ele venha, então, para uma audiência que remarcaremos em caráter extraordinário, para que possamos ouvi-lo nessa sessão secreta.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Peço a palavra, Sr. Presidente, no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, nós estamos diante de um fato da maior gravidade.

Crimes são praticados impunemente nos subterrâneos do Governo, e há uma passividade que impressiona.

O sistema da Receita Federal demonstra a sua vulnerabilidade; não há nenhuma providência. O Presidente da República não se pronuncia, o Ministro da Fazenda nada diz. Não há demissão, e nenhuma providência efetiva é adotada, como se isso não fosse grave.

Aliás, há pouco tempo, o Presidente Lula disse que a Receita era intocável; que a Receita era impenetrável. Imaginem se não fosse.

Ora, Sr. Presidente, já em 2006, inúmeros acessos criminosos se verificaram. Nenhuma providência foi adotada. Responsabilização criminal alguma se deu. A impunidade se tornou regra, e a reincidência é o fato do momento. Uma afronta à Constituição não é suficiente; ameaça ao Estado de direito, da mesma forma. O que há, Sr. Presidente, é um Estado policial, que se utiliza da espionagem criminosa, para tentar alvejar adversários. Nesse caso, há nitidez absoluta.

Ora, quais foram os contribuintes que tiveram seus sigilos fiscais quebrados? Ligados ao candidato da Oposição à Presidência da República.

A busca de informações sigilosas, que se transformam em informações criminosas, com o objetivo de alimentar uma central de dossiês que se constituía recentemente e cujo vazamento possibilitou o seu extermínio.

Ora, estamos acostumados em CPIs no Congresso Nacional, Senador Heráclito, ver o Governo adotando a mesma prática. CPI dos Cartões Corporativos; dossiê na Casa Civil para intimidar a Oposição, para calar a Oposição, para tentar calar a Oposição. Na campanha eleitoral, o vazamento de informações sigilosas de contribuintes coincidentemente ligados ao candidato da Oposição à Presidência da República.

É um Estado aparelhado, um Estado policial, que abriga nos seus subterrâneos marginais da política que sobrevivem impunemente atuando em nome de um projeto de poder.

Acho que a indignação não tem tido o tamanho do crime.

Onde estão as entidades que não reagem? Onde estão os partidos políticos que não reagem com o vigor necessário? Quantos reagiram a este crime, ontem e hoje, em 2006 e, agora? Ou o Brasil será o paraíso dos dossiês, da espionagem criminosa? Nós vamos admitir que isso prospere?

Aqueles que praticam o crime, para chegar ao poder, certamente crimes praticarão depois para nele se manter. Não há alternativa para a Oposição num momento como este e para as pessoas de bem deste País, sejam elas da Oposição ou do Governo, a não

ser a alternativa da reação com indignação contra esses crimes que estão passando, em função da banalização, como se crimes não fossem. Minimizam a importância do fato, tentam o despiste, invocam terceiros, servidores que muitas vezes nada têm a ver com essa história. Procuram importar responsabilidade provavelmente a quem responsabilidade não tem, para acobertar os responsáveis maiores, e não há responsabilização criminal.

Portanto, Sr. Presidente, nós encaminhamos à secretaria da Comissão requerimento convocando o Ministro da Fazenda Guido Mantega. Trata-se de convocação, e nós esperamos que os colegas Senadores aprovelem esse requerimento, para que o Ministro venha depor a esta Comissão, já que o Senado Federal tem responsabilidade, especialmente a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Sr. Presidente. Apelo que formulo a V. Ex^a para que, como Presidente, possa requerer ao Ministério Público, ao Procurador Geral da República uma atenção especial a este caso. Trata-se de preservar a Constituição do País. Afinal há uma afronta a ela, há uma ameaça ao Estado de Direito Democrático. Nós não podemos permitir essa escalada do autoritarismo. Aliás, o Presidente da República faz resplandecer o seu viés autoritário no final do seu mandato.

Há que se tomar providências, porque o Brasil não pode se transformar em uma república que tenha como inspiração um modelo venezuelano chavista a nos colocar permanentemente sob riscos, em razão de atitudes totalitárias que lamentavelmente semeiam o medo, como ocorre agora com o Sr. Demétrius, que não quer comparecer porque se diz ameaçado.

Ora um cidadão se diz ameaçado. O que nós devemos fazer, Sr. Presidente? Pedir segurança a este cidadão, invocar a ação do Ministério da Justiça para que ofereça a esse cidadão proteção, ou nós desacreditamos dele? Ou nós consideramos que esse cidadão é um irresponsável? Mas se ele diz que tem denúncias sérias a apresentar e não as apresenta por temer consequências à sua própria vida, nós vamos ficar também assistindo a esse tipo de ocorrência?

Ora, Sr. Presidente, é preciso que a Polícia Federal atue nesse caso. Nós já pedimos à polícia técnica do Senado que investigasse. A polícia técnica do Senado investigou e constatou que a denúncia partiu de determinado computador do Sr. Demétrius. Ele alega que a denúncia não foi sua; o computador, sim. Aliás, é o mesmo expediente adotado na Receita Federal: utiliza-se a senha de alguém para cometer um crime. Neste caso, manipulou-se a senha do computador do Sr. Demétrius para se fazer uma denúncia. É estranho esse Governo. É um Governo que admite a existência

do crime, como já admitiu a Receita Federal, mas não admite a existência dos verdadeiros criminosos, busca subterfúgios e elege criminosos que eventualmente apontam como sendo coadjuvantes. Até coadjuvantes admitem existir, mas os artífices principais do crime não admitem que possam existir. Esses são acobertados, permanentemente acobertados.

Sr. Presidente, V. Ex^a faz bem em aceitar o depoimento, como quer o Sr. Demetrius, porque, afinal, é importante que ele diga, que ele apresente as denúncias. Ele diz que tem denúncias sérias, que foi perseguido, que foi despachado para o Rio de Janeiro para não falar. Ele diz existe um vídeo, que esse vídeo está em um computador no Palácio do Planalto. É preciso que ele venha, esclareça, informe, aponte onde está esse vídeo para que esses fatos possam ser esclarecidos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes, sem não antes registrar nossa satisfação ao receber aqui como visita honrosa nesta Comissão o Prefeito de Rio Verde, Estado de Goiás, Dr. Juraci Martins de Oliveira.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil inteiro está assistindo estarecido a fatos como esse que acaba de ser relatado aqui pelo Senador Alvaro Dias. Foi-se o tempo em que a gente via por parte dos integrantes do Partido do Governo manifestações de indignação com expedientes dessa natureza. Nós temos, Sr. Presidente, vários casos que estão aí completamente à espera de esclarecimentos. O Governo teve que afastar, Senador Alvaro Dias, o Sr. Mexerica, diretor de informática do Banco do Brasil, que violou contas, inclusive de Parlamentares.

Na Receita, lá atrás, no episódio do caseiro, também sigilos de Parlamentares foram violados. Aliás, o caso do caseiro só veio à tona graças ao espírito público do Senador Eduardo Suplicy, que foi quem fez a denúncia do caso do caseiro, e, a partir daquele momento, nós pudemos ter realmente a certeza da existência daquele rapaz, piauiense. O Senador Suplicy foi em busca dele, em busca da verdade, como é do seu perfil, e lá nos deparamos com aquela cena lamentável, em que o caseiro dizia a verdade de fatos tristes que aconteciam em Brasília numa determinada casa no Lago Sul.

Mas, Senador Alvaro Dias, a promiscuidade eleitoral nesta campanha está tomando rumos inaceitáveis. No meu Estado, o Estado do Piauí, recentemente uma briga entre o atual governo, que sucede o governo

que saiu, e uma construtora fez com que a construtora, acusada que havia sido de paralisar obras – o governo dizia que era motivação política –, publicasse nos jornais da capital o real quadro, a real situação: o Estado deve a essa construtora R\$32 milhões – é apenas uma de várias.

Desses R\$32 milhões, mais de R\$6 milhões se referem a obras já concluídas, inauguradas e não recebidas. Há mais de R\$20 milhões relativos a obras em construção e que, por não terem sido pagas, foram suspensas. Mas o que é preciso apurar – e a AGU tem de atuar nisso – é que esses recursos são recursos desviados: ora colocados em conta única, ora desviados para pagamento de pessoal, num desvio de finalidade, porque são recursos com fins específicos. O que se vê lá é isso.

Mas nós temos uma coisa muito grave lá no Piauí, Senador Alvaro Dias. O Ministro de Relações Institucionais, Sr. Alexandre Padilha, casou-se com uma piauiense. O sogro do Padilha é Diretor da Caixa Econômica Federal. O Sr. Padilha mudou-se para o Piauí, tomou partido, anunciou candidaturas, e é preciso que se examine a relação entre a Caixa Econômica e os negócios que estão sendo realizados no Piauí, principalmente no que diz respeito à habitação popular, até porque o sogro do Sr. Padilha tem um irmão que atua na área e, de uma empresa fraca, transformou-se em uma empresa poderosa.

Essas coisas estão sendo feitas e nem espanto causam mais. Eu e o Mão Santa estamos condenados pelo Palácio do Planalto a não sermos reeleitos. Por quê? Porque nós combatemos esse tipo de coisa, nós combatemos os aloprados, nós combatemos o mensalão, nós não somos dos que dizem amém. E isso tem feito com que uma impiedosa máquina, comandada pelo Sr. Padilha, dirija-se ao Piauí – ele está indo lá toda semana.

Se for examinada, Presidente, a quantidade de recursos colocada para alavancar a candidatura dele ao Senado Federal, recursos extraorçamentários, já se terá material suficiente para o Ministério Público tomar as devidas providências. Mas nós não estamos vendo nada, estamos vendo tudo acontecer de maneira pacífica, de maneira escancarada e vergonhosa.

Acho que essa questão da Receita Federal merece ser apurada até o final. Nós já vimos, inclusive, que empresários que contrariaram candidaturas do PT à Prefeitura de São Paulo, não liberando recursos solicitados, tiveram também seu sigilo quebrado. É só uma questão de apuração para se chegar à verdade, e eu espero, Senador Alvaro Dias, que V. Ex^a consiga esse objetivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Hoje pela manhã também, recebi a visita da advogada Maria Carolina L. M. dos Santos, que é advogada do Sindireceita, Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil, e também é advogada da Sr^a Antônia Aparecida Rodrigues dos Santos Neves Silva. Eu a convidei a falar na Comissão, mas ela disse que, em função da profissão de advogada e do sigilo exigido, ela não poderia, de forma alguma, fazer aqui qualquer espécie de pronunciamento. Mas me disse que o erro da Sr^a Antônia Aparecida Rodrigues Santos Neves Silva foi ter compartilhado a sua senha com servidores terceirizados porque havia um grande excesso de serviço na agência de Mauá. Que ela, Antônia, desconhece qualquer esquema de propina envolvendo venda de dossiês ou de dados para formulação de dossiês e que se dispõe, assim que terminar as investigações – ela não quer falar agora, porque ainda vai depor na Polícia Federal –, a também comparecer ao Senado para dar as suas explicações.

Junto com ela estava o presidente do Sindireceita, o Sr. Hélio Bernardes, que mandou o seguinte ofício:

“O Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil – Sindireceita vem respeitosamente apresentar a proposta de elaboração do modelo normativo para o Conselho de Política e Administração Tributária da Receita Federal do Brasil. O presente documento, de autoria do Sindireceita, a ser incorporado ao antiprojeto de lei orgânica da Administração Tributária da União, estabelece a criação de mecanismos de controle externo sobre a administração tributária em nível federal, controle este que zelaria pela moralidade, eficiência e eficácia dos órgãos que compõem o setor, essencial funcionamento do Estado, conforme dispõe o inciso 22 do art. 37 da Constituição Federal.

Tal modelo de controle externo consistiria em órgão colegiado diretamente subordinado ao Ministro da Fazenda e composto por 15 membros, quatro deles natos e 11 não natos, e teria a denominação de Conselho de Política e Administração Tributária. Além de criar o Conselho, a proposta apresentada disciplina, em caráter geral, sua estrutura e seu funcionamento, deixando para regimento interno a ser aprovado pelo Presidente da República o seu detalhamento.

Respeitosamente, **Hélio Bernardes**”

Muito bem. Antes, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, tendo em conta a iniciativa do Senador Alvaro Dias de propor o requerimento de convocação do Ministro Guido Mantega...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Vai ser apreciado amanhã em reunião ordinária.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito bem que seja apreciado amanhã, mas como estamos em processo de votação na Comissão de Assuntos Econômicos, para a qual devo retornar, queria apenas sugerir ao Senador Alvaro Dias que, como tem sido tradição de procedimento na Casa, possa o requerimento ser na forma de um convite ao Ministro Guido Mantega, que sempre tem tido a postura de procurar esclarecer todos os assuntos referentes a sua Pasta. Obviamente V. Ex^a poderia dizer: e se ele não vier? Mas é importante porque temos tido o procedimento de sempre, primeiro, realizarmos o convite ao Ministro. E tenho a impressão de que ele irá aceitar o convite de V. Ex^a. Mas isso pode ser examinado na data de amanhã. No entanto, fica aqui registrado o convite, porque é da tradição do Senado Federal fazer a iniciativa normalmente em forma de convite.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Embora seja apreciado amanhã, vou conceder a palavra ao Senador Alvaro Dias, uma vez que V. Ex^a provocou o tema, para que possa dar a sua opinião a respeito da sugestão formulada por V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu tenho o maior apreço pelo Senador Suplicy, mas não devo acolher a sua solicitação. Se é um procedimento usual, temos de mudá-lo, porque esse Governo não tem tido a elegância de aceitar os nossos convites. Hoje mesmo um convidado não compareceu. E é um subalterno. Cabe convocação ao Ministro, e a convocação está apresentada na forma de requerimento. V. Ex^a poderá rejeitá-lo, se entender conveniente a rejeição. Mas eu desejo que esse requerimento seja submetido ao Plenário desta Comissão, para que possa ser votado. Nós vamos manter o requerimento de convocação do Ministro Mantega, porque o fato é muito grave. Há um crime, o Governo tem banalizado esse crime, e nós não podemos concordar com essa banalização. Cabe a convocação. A convocação está requerida, Sr. Presidente, é claro, com as minhas escusas ao Senador Suplicy por não poder atendê-lo. V. Ex^a, Senador, até merece ser atendido, mas o seu Governo, infelizmente, não merece.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Apenas gostaria de registrar, Sr. Presidente, que a apuração dos episódios referidos estão em andamento. Inclusive, o Ministério Público, a Corregedoria, a Polícia Federal estão todos realizando um trabalho de apuração dos fatos, mas o assunto será objeto de reflexão e discussão amanhã. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Faço uma retificação. A própria advogada, Sr^a Maria Carolina L. M. dos Santos, diz – e é verdade – que os servidores não eram terceirizados e sim cedidos pelo Serpro. Então, fica feita a retificação.

Gostaria apenas de fazer um comentário acerca da situação que estamos vivendo modernamente, cotidianamente no Brasil. A democracia consagra, com tranquilidade, o princípio da publicidade. Ou seja, todos os atos são públicos, exceto alguns que a Constituição e as leis tornam reservados. Esses atos reservados são para que a privacidade das pessoas não seja exposta. Assim, uma declaração de bens, de rendimentos, deve permanecer oculta, a não ser que a própria pessoa ofereça essa declaração ao público. Ou como no caso de alguém que disputa uma eleição e é obrigado a declarar publicamente os seus bens. Ou então, num ato de investigação, quando uma autoridade requisita aquela documentação. Assim também acontece com o sigilo telefônico, em que uma pessoa conversa com outra e é uma conversa reservada, uma conversa particular, uma conversa entre duas pessoas. Essas conversas são de natureza eminentemente privadas, ainda que o agente seja público. Assim consagra a Constituição e as constituições dos países democráticos mundo afora. Mais modernamente existe também o sigilo telemático, o sigilo de Internet, que também deve ser preservado. O sigilo bancário é outro sigilo que deve ser preservado. Por quê? Porque são exceções ao princípio da publicidade, para que a pessoa tenha direito a sua privacidade, para que sua privacidade seja preservada.

No entanto, tudo isso cede diante do interesse público. Se há uma investigação, se há um crime que foi cometido, se há atuações não republicanas que desencadeiam operações que levam a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, as polícias de uma forma geral a pleitearem a quebra desses sigilos, existe uma única autoridade constituída para isso: o Juiz de Direito, em suas diversas denominações, o Poder Judiciário. Não existe. Nem mesmo o Ministério Público pode ter acesso a esses dados, a não ser que o Poder Judiciário determine que esses dados sejam encaminhados para determinado local, a fim de que as investigações sejam, efetivamente, procedidas.

Agora, lamentavelmente, estamos vendo no Brasil uma vulgarização das quebras de sigilo. As pessoas que têm acesso, que têm a senha, que têm obrigação de guarda, as autoridades, lamentavelmente, em vez de cuidarem para que esse dispositivo constitucional, essencial à formação de qualquer democracia e ao funcionamento de qualquer democracia, em vez de cuidarem para que esse princípio sagrado seja man-

tido, essas pessoas que têm acesso, por dever de ofício, a essas contas, estão, lamentavelmente, drenando isso, para, principalmente, chantagem política, porque estamos vivendo, hoje, no Brasil, um período de chantagem política.

Os dossiês que são feitos, muitas vezes falsamente, com dados falsos – e, ainda que verdadeiros –, teriam que ser encaminhados ou determinadas as quebras pelo Poder Judiciário. A grande parte, absolutamente fajuta, com o único objetivo de um grupo político permanecer no poder.

Isso não pode acontecer. Isso é crime! Isso é violação à Constituição, ao princípio da convivência. Disse o Senador Alvaro Dias – e é bem verdade: “prática comum em países ditatoriais.”

O Brasil é uma grande democracia! O Brasil é uma democracia racial, o Brasil é uma democracia política, o Brasil é um país que caminha a passos largos, para que possamos nos tornar um dos países mais ricos do mundo, celeiro do mundo, de produção tecnológica. Precisamos cuidar disso. Não podemos cuidar desse patrimônio, que, por muitos anos, jogamos fora, através de ditaduras. Quantos períodos ditatoriais no Brasil nós não tivemos?! Tivemos o Estado Novo, tivemos a ditadura militar, contra a qual todos lutamos. Agora queremos uma ditadura civil? É isso o que queremos para o Brasil? Aparência de democracia? Quantos de nós aqui já não fomos alvos disto: de quebra de sigilo telefônico, de quebra de sigilo bancário, de quebra de sigilo telemático?

De vez em quando, algum aliado, especialmente na Internet, em alguns locais *fakes*, criados; em alguns sítios *fakes*, ou mesmo em alguns locais onde as pessoas são mais próximas do Governo, começa a soltar uma espécie de *teaser*, com a notícia de que alguma coisa vai acontecer com fulano de tal. Não é esse o caminho! Temos, sim, que modificar as leis; fazer com que as investigações sejam mais rápidas. Aliás, estamos trabalhando nisto: no Código de Processo Penal, no Código de Processo Civil. Estamos trabalhando até para que alguns dados não sigilosos sejam dados diretamente ao Ministério Público e à Polícia Federal para fazer com que as investigações sejam apuradas.

Agora, o que estamos vivendo hoje, no Brasil, é um momento criminoso. Momento em que as pessoas que estão assentadas em determinado lugar deveriam ter juízo suficiente para fazer com que o Brasil consolidasse sua democracia: frágil, tenra, nova e para a qual caminhamos muito. Eu me orgulho de ter caminhado para fazer do Brasil um democracia. Em 1977, aos 16 anos de idade, eu fazia parte do comitê de anistia do meu Estado. Depois, fui para as ruas para as Diretas Já. Briguei, independentemente da minha

postura ideológica, da minha posição, para que o Brasil chegasse onde eu estivesse. Temos divergências, sim. Essas divergências, aliás, são saudáveis. O Senador Suplicy pensa de um jeito, eu penso de outro, em muitas questões. Em outras, nós nos afinamos. O Senador Alvaro Dias, da mesma forma. Assim, nós... O Senador Augusto Botelho. Assim caminha, naturalmente, um país democrático.

Agora, nós vamos, sim, tomar essas providências.

Eu já enviei ao Ministério Público Federal, Senador Alvaro Dias, aquela primeira leva de documentos, de matérias, de reportagens, de apreciação, para que nós pudéssemos ter uma investigação condizente no País, e nós vamos tomar, ainda, as outras providências.

Lamentavelmente, nós já estamos, aí, com um indicativo de uma modificação na lei, porque todos os convites que nós formulamos para autoridades, esses convites não são aceitos, ou seja, na realidade, nós estamos mancos para fazer uma investigação completa e decente, e nós temos capacidade para fazer esse tipo de investigação. Então, uma das alterações legislativas, a bem do Brasil, é, justamente, propiciar – se quem é Ministro pode ser convocado, imaginem um subalterno do Ministro – que se prestem esclarecimentos às Comissões do Congresso Nacional, especialmente do Senado Federal.

Com essas considerações, encerro a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 58 minutos.)

43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às onze horas e cinquenta e nove minutos do dia trinta e um de agosto de dois mil e dez, na Sala de Reuniões da CCJ, nº três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, **sob a Presidência do Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Belini Meurer, Valter Pereira, Jayme Campos, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Augusto Botelho, Valdir Raupp, Adelmir Santana, José Bezerra e Eliseu Resende. Deixam de comparecer os demais membros. Justifica ausência o Senador Romeu Tuma. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da Pauta. AUDIÊNCIA PÚBLICA NÃO REALIZADA** destinada a explicação sobre a suposta “fábrica de dossiês”, que teria sido montada para es-

pionar adversários políticos, conforme publicado em reportagem da revista *veja*. Audiência Pública aprovada conforme Requerimentos nº 78 e nº 79, de 2010-CCJ, ambos de iniciativa da Senadora Kátia Abreu. Justifica a ausência: Sérgio Rosa, Ex-Presidente do Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ). Declina do convite: Gerardo Santiago, Ex-Gerente de Planejamento do Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ). **A Presidência declara encerrada a Reunião às doze horas do dia trinta e um de agosto de dois mil e dez e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada.**

Senador **Demóstenes Torres**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Encerrada a reunião anterior, havendo número regimental, abro a 43ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para explicação sobre a suposta fábrica de dossiês que teria sido montada para espionar adversários políticos, conforme publicado em reportagem da revista *Veja*, aprovada conforme Requerimentos nºs 78 e 79, de 2010, ambos de iniciativa da Senadora Kátia Abreu.

Convidados: Gerardo Santiago, ex-gerente de planejamento do Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil, Previ, e Sérgio Rosa, ex-presidente do Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil, Previ.

Gerardo Santiago, por telefone, não aceitou o convite, e Sérgio Rosa ainda não ofereceu qualquer explicação, se aceita ou não comparecer aqui para prestar os seus esclarecimentos.

Feitas essas considerações, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas)

ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE AGOSTO DE 2010.

Às onze horas e dezenove minutos do dia três de agosto de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quin-

ze), **sob a Presidência da Senadora Fátima Cleide**, e com a presença dos Senhores Senadores Belini Meurer, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Roberto Cavalcanti, Valter Pereira, Gerson Camata, Níura Demarchi, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, Alvaro Dias, Flávio Arns, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Neuto De Conto, Valdir Raupp, Jorge Yanai, Jayme Campos, Efraim Moraes, Eliseu Resende e Jefferson Praia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Mauro Fecury, Gilvam Borges, José Agripino, Adelmir Santana e Marisa Serrano. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Senhora Presidente, Senadora Fátima Cleide, inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos.

Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2008, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Autoriza o Poder Executivo a criar Centros de Integração Federal em todas as comunidades quilombolas do país”. O relator designado é o Senador Valter Pereira e o parecer favorável, com as emendas nº 01-CE, nº 02-CE, nº 03-CE e nº 04-CE, é aprovado. Neste momento, o Senhor Senador Augusto Botelho requer, oralmente, a inclusão extra-pauta do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2010 e do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2010, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta Itens 001 e 002**). Prosseguindo, o Senhor Senador Marco Maciel requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta Item 003**). Logo após, o Senhor Senador Belini Meurer requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta Item 004**). Neste momento, o Senhor Senador Flávio Arns requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta Item 005**). Dando prosseguimento a pauta, passa-se a deliberação do seguinte item: **Item 020: Projeto de Lei da Câmara nº 037, de 2002**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Professor Luizinho, que “Acrescenta incisos aos artigos 53, parágrafo único, e 80, da Lei nº 9610, de 19 de fevereiro de 1998 (dispõe sobre a numeração seqüencial de obra artística, literária ou científica e fonogramas)”. A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o parecer pela rejeição é aprovado. A Presidência retorna à ordem original da pauta, uma vez que há quórum para a votação de projetos terminativos. Neste momento dá-se início a votação das proposições a serem deli-

beradas em bloco, conforme disposto na Decisão nº 01/09-CE. **Item 005: Projeto de Lei da Câmara nº 243, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Luiz Fernando Faria, que “Denomina Rodovia Historiador Osvaldo Henrique Castello Branco a BR-499, entre o entroncamento com a BR-040 e o Museu Casa de Cabangu, no Município de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 16 (dezesesseis) votos favoráveis. **Item 006: Projeto de Lei da Câmara nº 227, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Vander Loubet, que “Denomina Rodovia João Paulo II o trecho da BR-267 entre as cidades de Rio Brilhante e Porto Murinho, no Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado é o Senador Valter Pereira e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 007: Projeto de Lei da Câmara nº 240, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Juvenil, que “Denomina Dr. Carlos Geraldo Valadares a ponte localizada na BR-352, sobre o rio São Francisco, na divisa dos Municípios de Martinho Campos e Abaeté, no Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 16 (dezesesseis) votos favoráveis. **Item 008: Projeto de Lei da Câmara nº 267, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Cleber Verde, que “Institui o Dia Nacional do Evangélico a ser comemorado no dia 30 de novembro de cada ano”. O relator designado é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 542, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que “Denomina Dom Antônio Fragoso a Unidade do Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, localizado no Município de Crateús, no Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 010: Projeto de Lei do Senado nº 446, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Alvaro Dias, que “Institui o Dia Nacional do Interactiano”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 14 (votos) favoráveis. **Item 011: Projeto de Lei do Senado nº 267, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Gerson Camata, que “Acrescenta artigo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para determinar a observância do Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trânsito”. O relator designado é o Senador Antonio Carlos Valadares e o projeto é aprovado por 16 (dezesesseis) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 01-CE e nº 02-CE, aprovadas por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item**

012: Projeto de Lei da Câmara nº 273, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Luiz Bitencourt, que “Denomina Viaduto José Mendonça de Lima o viaduto da BR-153, Km 501,2, no Município de Goiânia, Estado de Goiás”. O relator designado é o Senador Marconi Perillo e o projeto é aprovado por 16 (dezesesseis) votos favoráveis. Neste momento, a Presidência redistribui o Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2009, à Senadora Níura Demarchi, em virtude do Senador José Agripino estar licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 013: Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que “Autoriza o Poder Executivo a implantar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte no município de Jucurutu”. A relatora designada é a Senadora Níura Demarchi e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 014: Projeto de Lei do Senado nº 445, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que “Denomina “Rodovia Governador Alberto Silva” o trecho da rodovia BR-343 compreendido entre as localidades de Luís Correa e Bertolândia, no Estado do Piauí”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 17 (dezesete) votos favoráveis. **Item 015: Projeto de Lei da Câmara nº 253, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Wolney Queiroz, que “Denomina Rodovia João Lyra Filho o trecho da Rodovia da BR-104 entre as Cidades de Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe, no Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador Marconi Perillo e o projeto é aprovado por 16 (dezesesseis) votos favoráveis. Neste momento, a Presidência redistribui o Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2009, ao Senador Marco Maciel, em virtude do Senador José Agripino estar licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 016: Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria dos Senadores Rosalba Ciarlini e Garibaldi Alves Filho, que “Autoriza o Poder Executivo a implantar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte no município de São Paulo do Potengi”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 017: Projeto de Lei da Câmara nº 175, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Sandro Mabel,

que “Dispõe sobre o Dia Nacional do Respeito ao Contribuinte”. O relator designado é o Senador João Vicente Claudino e o projeto é aprovado por 17 (dezesete) votos favoráveis. **Item 018: Projeto de Lei da Câmara nº 293, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que “Institui o Dia Nacional dos Clubes Esportivos Sociais, a ser comemorado, anualmente, no dia 9 de novembro, em todo o território nacional”. O relator designado é o Senador Gim Argello e o projeto é aprovado por 16 (dezesesseis) votos favoráveis. Finda a votação das proposições a serem deliberadas em bloco, a Presidência retorna à ordem original da pauta. **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 503, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que “Autoriza o Poder Executivo a realizar a Olimpíada Brasileira do Esporte (OBE) e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Jefferson Praia e o projeto é aprovado por 17 (dezesete) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 01-CE, nº 02-CE e nº 03-CE, aprovadas por 16 (dezesesseis) votos. **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “Altera o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 10.845, de 05 de março de 2004. (Dispõe sobre os recursos do Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado aos Portadores de Deficiência - PAED)”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva nº 01-CE. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 003: Projeto de Lei da Câmara nº 206, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Severiano Alves, que “Inscree o nome de Getúlio Dornelles Vargas no Livro dos Heróis da Pátria”. O relator designado é o Senador Pedro Simon e o projeto é aprovado por 17 (dezesete) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 001: Projeto de Lei da Câmara nº 090, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Jair Bolsonaro, que “Acrescenta o art. 46-A à Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, que dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários, em decorrência de dispositivos da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, para conceder incentivo aos médicos que tenham realizado o Estágio de Adaptação e Serviço - EAS nas Forças Armadas”. O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o parecer favorável é aprovado.

Extra-Pauta, Item 002: Projeto de Lei da Câmara nº 091, de 2010, de caráter não terminativo, de autoria do Presidente da República, que “Acresce e altera dispositivos da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Serviço Militar, e altera dispositivos da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, que dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos Estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários”. O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o parecer favorável, com as emendas nº 01-CE e nº 02-CE, é aprovado. **Extra-Pauta, Item 003: Requerimento nº 34/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Marco Maciel, que requerem “... nos termos do disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2008. Os convidados serão oportunamente indicados”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 004: Requerimento nº 35/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Belini Meurer, que requer “... nos termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, para discutir a legislação vigente sobre Universidades Comunitárias”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 005: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 37/09-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que requer “... nos termos regimentais, a alteração na forma da Reunião Extraordinária aprovada pelo Requerimento nº 37 de 2009-CE, de Painel para Audiência Pública, visando adequar o formato das reuniões, convocadas na forma de Seminários, à orientação da Secretaria-Geral da Mesa. Esta reunião será a terceira que este colegiado realiza com o objetivo de debater o tema ‘Diversidade nas Escolas: Preconceito e Inclusão’”. O Aditamento ao Requerimento é aprovado. **Item 021: Comunicado da Presidência:** “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do Aviso nº 983-Seses-TCU-Plenário do Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo TC 028.514/2009-0, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação, cujo objetivo foi o Relatório de Levantamento de Auditoria realizado pela Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas (Seprog) com o intuito de apresentar os riscos a que a Copa do Mundo de Futebol de 2014 está sujeita nas áreas de construção ou reforma de estádios, infraestrutura aeropor-

tuária e mobilidade urbana, bem como na sistemática de gerenciamento das ações a cargo do Governo Federal. Os Senadores que desejarem uma cópia do Aviso poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. A Matéria vai ao arquivo. Neste momento, o Senador Flávio Arns solicita, oralmente, pela ordem, o encaminhamento do Aviso nº 983-Seses-TCU-Plenário para a Consultoria do Senado Federal no sentido de preparar uma análise sucinta sobre os riscos a que a Copa do Mundo está sujeita nas áreas supracitadas. A Presidência defere a solicitação e solicita providências à Secretaria desta Comissão. Fica adiada a seguinte matéria: **Item 019: Projeto de Lei da Câmara nº 275, de 2009**. A Senhora Presidente, Senadora Fátima Cleide, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta e um minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora **Fátima Cleide**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 03 DE AGOSTO DE 2010.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Queremos informar que nós temos a Pauta, hoje, com a maioria das matérias já lidas, apenas para votar. Pediríamos um esforço concentrado dos membros da Comissão de Educação que estão em outras comissões. Nós já temos a assinatura superior ao quórum para votações terminativas. Temos mais de 30 senadores, aqui, que assinaram o livro de frequência. Então nós pediríamos, também, aos que aqui se encontram para que a gente possa fazer, hoje, o esforço concentrado da Comissão de Educação e votarmos essas matérias que já se encontram lidas, pendentes apenas de votação.

Vamos iniciar com o Item 4, que é a matéria Não Terminativa. Trata do Projeto de Lei do Senado nº. 113/2008. “*Autoriza o Poder Executivo a criar Centros de Integração Federal em todas as comunidades qui-*

lombolas do país”. O autor é o Senador Paulo Paim. Relator, Senador Valter Pereira. O relatório é favorável com as emendas oferecidas.

A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e será terminativa na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Com a palavra, o relator, Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sra. Presidente, Srs. Senadores. Como o relatório foi distribuído a todos os Srs. Senadores, vamos analisá-lo com apertada síntese, em homenagem à economia processual.

Em face da situação de desigualdade social que desfavorece as populações negras brasileiras, não restam dúvidas sobre a necessidade da implantação [soa a campainha] de políticas públicas a elas direcionadas. Essas ações assumem, assim, grande relevo quando visam ampliar a oferta de educação escolar e de serviço de saúde, de lazer, a esses segmentos sociais. Não podemos esquecer que, no mundo atual, a educação se destaca como a principal alavanca para o desenvolvimento sustentável de um país. Mais que isso, acreditamos que a educação viabiliza a convivência pacífica entre grupos sociais e povos distintos, preparando cada indivíduo para o exercício pleno da cidadania.

Assim sendo, e considerando que o projeto está devidamente amparado nas normas constitucionais e legais pertinentes, a nossa manifestação é pela aprovação do projeto com uma emenda ao art. 2º do projeto de lei, com a seguinte redação: *“Os Centros de Integração Federal Quilombola terão como objetivo oferecer Educação Básica e Profissional, atividades de esporte, cultura e lazer, além de serviços de saúde e inclusão digital aos moradores das comunidades remanescentes de quilombos”*.

E a outra é ao art. 3º, que terá a seguinte redação: *“Os Centros de Integração Federal Quilombola terão sua estrutura organizacional e forma de funcionamento definidos nos termos da legislação pertinente e de seus estatutos”*.

A outra emenda é um acréscimo ao art. 4º, que passa a ter a seguinte redação: *“O patrimônio dos Centros de Integração Federal Quilombola será constituído pelos bens e direitos que lhes venham a ser doados pela União, estados e municípios e por outras entidades públicas e particulares, além de bens e direitos que venham a adquirir”*.

E, finalmente, uma emenda de redação. No art. 5º, o projeto de lei passa a ter a seguinte redação: *“fica sujeita”*, ao invés de *“ficam sujeitos”*. É uma mera cor-

reção de tempo para que o projeto observe, rigorosamente, todas as exigências legais e gramaticais.

Era esse o nosso parecer, senhores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senador Valter. A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, a matéria está em votação. Aqueles que concordam com o parecer apresentado pelo Senador Valter Pereira permaneçam como se encontram. Aprovado.

Senador Augusto Botelho com a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senadora Presidente Fátima Cleide, eu gostaria de pedir a V. Exa., e aos nossos pares, a inclusão extrapauta de dois projetos: o PLC 90 e o PLC 91/2010, que tratam de um assunto que tem grande relevância para a região amazônica, para a Região Norte e a Região Nordeste, principalmente na Amazônia, em relação aos indígenas. Porque são nos postos avançados do Exército, da Aeronáutica e da Marinha que tem dentro da selva amazônica que os indígenas e as populações ribeirinhas que vivem no entorno dele tenham assistência médica e odontológica.

Nós estamos tendo um problema, agora, para o Exército e a... Para a convocação dos médicos, por causa das decisões judiciais que impedem isso. Um é para tentar coibir isso, para facilitar, para que haja... Possam ser convocados os recém-formados para servirem na Amazônia. Outro é para que eles tenham um benefício: quem for servir nessa região terá um benefício na hora de prestar provas para residências.

Então eu gostaria de pedir a inclusão, na Pauta, desses dois projetos de V. Exa., para que a gente os votasse hoje, de preferência que os mandasse para o Plenário hoje também.

Muito obrigado.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nobre Senadora Fátima Cleide.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria, em breve intervenção, de dizer do meu reconhecimento ao trabalho que o Senador Augusto Botelho vem desenvolvendo na Casa desde a sua posse como senador, e também pelo fato de conhecê-lo há muito tempo, pois eu fui colega do pai dele quando eu era deputado federal e o pai dele era representante, então, do território, ainda não transformado em estado. E quero dizer que S. Exa. é um grande conhecedor dos problemas da Amazônia, como V. Exa. também o é.

E eu gostaria de dizer que são projetos que, realmente, merecem a aprovação, porque a Amazônia é uma região muito desprotegida, carente de recur-

sos institucionais para enfrentar suas adversidades. E também porque na medida em que nós reforçemos o apoio logístico e o apoio institucional à Amazônia, nós estaríamos criando condições para o desenvolvimento mais harmônico do país, para que possamos, portanto, ter um projeto de desenvolvimento mais continuado, mais consistente, e, portanto, mais compatível com as necessidades do nosso país.

Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Augusto Botelho, Senador Marco Maciel, Senador Valter, Senador Flávio Arns, aqui presentes. Esta comissão não tem por hábito incluir projetos extrapauta, mas considerando que trata-se de um projeto de urgência para que tanto o Exército Brasileiro quanto a Marinha possam reforçar o serviço de atendimento à Amazônia, principalmente aos ribeirinhos... E neste momento, Senador Augusto Botelho, em que nós atravessamos, inclusive, um período de enorme seca - e que tende a se repetir, como foi a do ano de 2005 -, e que nós precisamos ter reforço na Defesa Civil, nós entendemos a urgência desse projeto.

É um projeto que não há polêmica, e, por isso, resolvemos, então, aqui na Mesa, submeter o requerimento do Senador Augusto Botelho ao nosso Plenário da Comissão de Educação. Em votação.

Aqueles que concordam com a inclusão extrapauta dos projetos aqui relacionados pelo Senador Augusto Botelho permaneçam como se encontram. Aprovado.

Senador Augusto Botelho é relator do Projeto de Lei da Câmara nº. 90/2010. Autoria, Deputado Jair Bolsonaro. *“Acrescenta o art. 46 à Lei 5.292, de 08 de junho de 1967, que dispõe sobre a prestação do serviço militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária, e pelos médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários, em decorrência de dispositivos da Lei nº. 4.375, de 17 de agosto de 1964, para conceder incentivo aos médicos que tenham realizado o Estágio de Adaptação e Serviço nas Forças Armadas”.* Relator, Senador Augusto Botelho.

Com a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. O projeto de autoria do Deputado Jair Bolsonaro objetiva, principalmente, a concessão do incentivo aos profissionais de saúde que tenham realizado o Estágio de Adaptação e Serviço nas Forças Armadas previsto no art. 3º da Lei 5.292, de 08 de junho(F) de 67.

Esse projeto visa dar um estímulo, porque os médicos... Esses profissionais, quando terminam a sua faculdade, querem, imediatamente, fazer uma residência, uma especialização. Quando vem o serviço militar,

atrasa um pouco esse início dessa atividade, então... Atrasa por uma causa nobre, porque eles vão prestar serviço a indígenas, principalmente os indígenas, que são a população mais desassistida desse país. E eles pretendem que essas pessoas tenham um privilégio na hora de concorrer a essas atividades.

No contexto, a aprovação do Deputado Jair Bolsonaro se mostra deveras oportuna e relevante. Ela premia médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários com a oportunidade de aumento da excelência nas respectivas ocupações. Dessa forma, acaba por ser muito mais meritória do que a recompensa pecuniária direta que, a despeito da atratividade, nem sempre se reveste em maior dedicação. A par disso, entendo que a medida possa, em futuro próximo, ser estendida aos profissionais com atuação semelhante. Não nos resta posição que não seja de plena acolhida, nessa Casa Legislativa, com louvor, à oportuna iniciativa do Deputado Jair Bolsonaro.

Pelo exposto, nós somos pela aprovação do Projeto 90/2010. Esse será usado aumentando os pontos do currículo do trabalhador nas competições pelas vagas de residência, especializações, bolsa de estudo... Em qualquer uma competição pública, o trabalhador que for servir nessas áreas menos favorecidas será privilegiado.

Somos pela aprovação desse projeto, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): A matéria está em discussão.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para discutir, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Para discutir, Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sra. Presidente, Srs. Senadores. O projeto, indiscutivelmente, é meritório. É meritório por duas razões. Em primeiro lugar porque leva os serviços médicos a quem está órfão de assistência em uma área tão delicada. E é meritório, também, porque, de certa forma, está exigindo uma compensação a quem é remunerado como profissional na área médica.

Portanto, o que nos cumpre aplaudir a iniciativa do Deputado Jair Bolsonaro e o relatório do eminente Senador Augusto Botelho.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): A matéria continua em discussão. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sra. Senadora Fátima Cleide, Presidente da Comissão de Educação, e Sras. e Srs. Senadores. Eu desejo apenas acrescentar novos argumentos à sustentação feita pelo nobre Senador Augusto Botelho.

Trata-se de um projeto de lei da Câmara, de 2010, de autoria do Deputado Jair Bolsonaro, que acrescenta art. 46 à Lei 5.292, de junho de 1967, que dispõe sobre a prestação de serviço militar pelos estudantes de medicina, farmácia, odontologia e veterinária, em decorrência dos dispositivos da Lei 4.375, de 17 de agosto de 1964, para conceder incentivo aos médicos que tenham realizado o Estágio de Adaptação e Serviço - EAS - nas Forças Armadas.

O relator da matéria, o nobre Senador Augusto Botelho, depois de examinar a proposição e depois de expender considerações extremamente adequadas, o Voto dele é no sentido... Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 90/2010, isto é, algo que já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e que depende apenas, agora, de igual acolhimento por parte do Senado Federal.

Portanto, a minha opinião é no mesmo sentido da manifestação do Senador Augusto Botelho que, aliás, cumpre um excelente desempenho aqui no Senado Federal.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senador Marco Maciel. Não havendo mais quem queira discutir, a matéria está em votação.

Aqueles que concordam com o relatório apresentado pelo Senador Augusto Botelho permaneçam como se encontram. Aprovado.

O próximo projeto extrapauta, solicitado pelo Senador Augusto Botelho e aprovado pelo Plenário desta comissão, é o Projeto de Lei da Câmara nº. 91/2010. A autoria é da Presidência da República. Tem origem no Projeto de Lei 06078/2009. *“Acresce e altera dispositivos da Lei 4.375, de 17 de agosto de 1964, que dispõe sobre o serviço militar, e altera dispositivos da Lei 5.292, de 08 de junho de 1967, que dispõe sobre a prestação do serviço militar pelos estudantes de medicina, farmácia, odontologia e veterinária e pelos médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários”.*

Esta matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, posteriormente, será apreciada também pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O relator é o Senador Augusto Botelho, que tem a palavra, neste momento, para apresentar o seu relatório.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. *“Esse PLC nº. 90 é um projeto de iniciativa do Presidente da República. Disciplina a convocação, após conclusão dos respectivos cursos de graduação de médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários que não tenham prestado o serviço militar obrigatório.*

Para tanto, o PLC altera dispositivos das leis 4.375, de 17 de agosto de 64, que dispõe sobre o serviço militar, e 5.292, de 08 de junho de 67, que dispõe sobre a prestação de serviço militar pelos estudantes de medicina, farmácia, odontologia, veterinária e por médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários.

A essência do PLC reside nas modificações dos arts. 17 e 4º das duas normas em relevo, respectivamente. Todo o resto envolve, basicamente, alterações necessárias para fim de correção das remissões aos dispositivos modificados”.

A análise. *“Atemo-nos, na presente análise, especificamente à convocação dos profissionais de que trata o projeto para prestação do serviço militar obrigatório. Trata-se de instituto previsto no art. 143 da Carta Magna, de interface inevitável com o acesso à educação, que figura como direito do cidadão brasileiro no art. 208 da mesma norma. A precedência de um sobre o outro, deveria, ao nosso juízo, seguir um critério de oportunidade que não está previsto em lei, pelo menos de maneira explícita.*

Dessa maneira, uma vez transformada em lei, a medida elidiria qualquer margem de questionamento da convocação de estudantes após a formação universitária. Com isso, inibir-se-iam ações judiciais que intentem desobrigar médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários da prestação do serviço militar.

No mais, como bem pondera o Ministro da Defesa, o nosso ordenamento seria propício à realização de ações subsidiárias na área de assistência à saúde, muitas vezes, a única possível em comunidades inóspitas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, especialmente”. Eu reputo porque no meu estado e na região amazônica os únicos médicos e dentistas disponíveis para aquelas populações que vivem no isolamento são os das unidades militares.

Por isso, eu voto pela aprovação do projeto com as emendas que se encontram aqui, emendas de redação que se encontram aqui, de conhecimento dos Srs. Senadores.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sra. Presidente, eu--

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): A matéria está em discussão. Com a palavra o Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sra. Senadora Fátima Cleide, eu não tenho novos argumentos a acrescentar além dos que eu já tive a ocasião de expender a respeito da proposição relatada pelo nobre Senador Augusto Botelho.

Gostaria, para até simplificar o nosso processo deliberativo, eu gostaria de aproveitar a ocasião para solicitar a V. Exa. que seja incluída, nos termos do dis-

posto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, e o art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta comissão, para a instrução do Projeto de Lei da Câmara nº. 45/2008. Os convidados serão oportunamente indicados.

A justificativa, Sra. Presidente Senadora Fátima Cleide, é... Em rápidas palavras, é o seguinte. Em Audiência Pública realizada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em 02 de setembro de 2009, ano passado, portanto, destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara 45/2008, de autoria da Deputada Nice Lobão que *“dispõe sobre o patrimônio cultural subaquático brasileiro e revoga os arts. 20 e 21 da Lei 7.542, de 26 de setembro de 1986, com a redação dada pela Lei 10.166, de 27 de dezembro de 2000”*. Ficou latente a necessidade do aprofundamento do debate no que se refere à constitucionalidade e juridicidade da proposição em apressado. Diante da importância e da complexidade do tema, que trata do patrimônio cultural subaquático brasileiro, de grande expressão territorial, diante da importância, pois, e da complexidade do tema, consideramos oportuno e conveniente a realização de uma segunda Audiência Pública e, para tanto, estamos apresentando o presente requerimento e solicitamos o apoio dos estimados pares que se encontram presentes neste instante à referida comissão presidida por V. Exa., Senadora Fátima Cleide.

Essa é a minha solicitação no sentido, portanto, de inclusão extrapauta do referido pleito que se trata, em síntese, de uma Audiência Pública.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Marco Maciel, tão logo nós encerremos a apreciação deste projeto que é o item extrapauta solicitado aqui pelo Senador Augusto Botelho, que é o PLC nº. 91/2010, nós, então, submeteremos ao Plenário a apreciação do vosso requerimento.

A matéria, o PLC 91/2010, cujo relatório foi apresentado neste momento pelo Senador Augusto Botelho está em discussão.

Senador Valter Pereira com a palavra para discutir.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sra. Presidente, em primeiro lugar é preciso entender a diferença entre o primeiro projeto que nós aprovamos e este que é relatado agora pelo Senador Augusto Botelho.

O primeiro, de autoria do Deputado Bolsonaro, introduz uma compensação, um estímulo, um incentivo para aqueles que são convocados e que vão, efetivamente, prestar o serviço militar na área de saúde no interior do Brasil, especialmente nas regiões mais insólitadas. Ao invés de interromper a sua carreira, tem,

na verdade, na sua vida acadêmica, um incentivo para que ele vá cumprir esta missão nessas regiões.

O segundo projeto é de autoria da Presidência da República e que foi inspirado em uma orientação do Ministro Nelson Jobim, do Ministério da Defesa. Esse projeto regula a convocação, torna mais forte, mais inflexível o ato de convocação. Dá, efetivamente, ao poder público, a condição de recorrer a esses profissionais que ainda não prestaram o serviço militar obrigatório para que eles o façam nessas regiões.

Ambos são muito importantes para a saúde pública em regiões desassistidas e distantes de socorro. Mas eu não posso deixar de fazer um breve comentário sobre isso, porque eu tenho um projeto, que tramita na Casa, que torna obrigatória a prestação desse serviço, Senador Botelho, por aqueles alunos egressos das universidades públicas, porque, na verdade, a União Federal faz investimentos, investimentos muito significativos na formação de cada um, e não se justifica, Senador Marco Maciel, que depois de feitos tantos investimentos aos alunos, muitos deles vão se dedicar à pecuária, vão se dedicar à indústria, vão se dedicar ao comércio, levando para o ralo todo o investimento que foi feito na formação para prestar serviço especialmente na área de saúde.

Portanto, eu acho que é oportuno o aproveitamento que é proposto pelo Ministro Nelson Jobim, pelo Presidente Lula, mas é relevante também se estabelecer uma discussão sobre os investimentos públicos na área acadêmica e os resultados que eles devem produzir para a sociedade, a compensação que eles devem dar ao contribuinte brasileiro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senador Valter Pereira. A matéria continua em discussão.

Não havendo quem queira discutir, nós colocamos, então, em apreciação para votação.

Aqueles que concordam com o parecer ao PLC 91/2010, dado pelo Senador Augusto Botelho, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós queremos registrar, aqui, com satisfação, a presença do Senador Belini Meurer, que é de Santa Catarina, suplente da Senadora Ideli Salvatti; e da Senadora Níura Demarchi, que é do DEM de Santa Catarina também, suplente do Senador Raimundo Colombo. Desejamos que a passagem de V. Exas. por esta Casa seja repleta de sucesso, embora no exercício da suplência.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sra. Senadora Fátima Cleide.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pois não, Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O Senador Augusto Botelho pretende, e acho que tem acolhimento o pleito dele, que a matéria seja dada o regime de urgência, para que nós possamos votar, o mais rapidamente possível, nessa sessão legislativa ainda.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Marco Maciel, nós tínhamos esse entendimento também. Porém, as matérias, tanto o PLC 90 quanto o 91, eles são terminativos na Comissão de Relações Exteriores, então ainda terão que passar por lá. Então não podemos, regimentalmente, fazer aqui o requerimento de urgência, nesse momento.

Vamos passar, então, ao Item 20. Eu gostaria de pedir ao Senador Flávio Arns que presida a sessão para que eu possa relatar o Item 20.

E pedimos, também, que os senadores que se encontram na comissão neste momento permaneçam para que nós possamos votar os itens terminativos. Nós estamos conseguindo quórum, temos mais de dez senadores ali na CAE votando o crédito, mas estão vindo para cá também, para que a gente possa limpar a nossa Pauta com as matéria terminativas que já foram lidas.

SENADOR BELINI MEURER (PT-SC): Pela ordem, Senadora. Senador, desculpe.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sim, pois não, desculpe. Pela ordem, V. Exa. tem a palavra.

SENADOR BELINI MEURER (PT-SC): Eu gostaria que fosse incluído um requerimento, que eu estou fazendo para realizar, aqui nesta comissão, uma Audiência Pública para discutirmos a categoria de universidades comunitárias.

A gente gostaria de fazer uma discussão a respeito da questão legal desses entes. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Então, o Senador Belini Meurer solicita, da Comissão de Educação, a inclusão extrapauta de um requerimento.

Está em discussão a solicitação. Não havendo quem queira discutir. Em votação.

Os que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Posteriormente, nós vamos apreciar o requerimento, então. Está incluído extrapauta.

E também outro requerimento, que é de minha autoria, para alterar o evento de amanhã de painel para Audiência Pública, quer dizer, um aditamento ao Requerimento nº. 37/2009, da Comissão de Educação. Também é um requerimento extrapauta.

Os senadores e senadoras que estiverem de acordo com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. Aprovado também como extrapauta.

Passo a palavra à Senadora Fátima Cleide para relatoria do Item nº. 20 da nossa Pauta, que é Não Terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº. 37/2002, “*que acrescenta incisos aos art. 53, Parágrafo Único, e 80 da Lei nº. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a numeração sequencial de obra artística, literária ou científica e fonogramas*”. Autoria: Deputado Professor Luizinho. Relatora: Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): “O Projeto de Lei da Câmara nº. 37/2002, nº. 1.593/1999, na origem, de autoria do Deputado Professor Luizinho, acrescenta incisos aos arts. 53, Parágrafo Único, e 80 da Lei nº. 9.610, de 1998.

No art. 1º, ao promover o acréscimo do inciso V ao Parágrafo Único do art. 53 da chamada Lei do Direito Autoral, o projeto torna obrigatório, para o editor, a numeração sequencial da obra editada. De forma similar, no art. 2º, a proposição em tela determina, ao produtor, a inclusão da referida numeração sequencial do fonograma.

Aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto de lei recebeu parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura e Desportos - contra o voto pela rejeição do relator originalmente indicado - e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação. Por força de disposto no inciso III do art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela resolução nº. 17/2002, o projeto tramita, presentemente, na Comissão de Educação desta Casa, onde já havia sido apreciado em 2002.

Não foram oferecidas emendas à proposição”.

Da análise. “A iniciativa em comento, ao promover alterações no texto da Lei nº. 9.610, de 1998, repito, a chamada Lei do Direito Autoral, tem por objetivo precípua a proteção das obras e dos autores brasileiros. A numeração sequencial oferece aos autores um instrumento eficaz no controle da venda de obras impressas e gravadas. O controle sobre o número de exemplares efetivamente vendidos vem minorar a ocorrência do ilícito da sonegação de pagamento dos direitos autorais.

Ocorre que de 1999, ano da apresentação do projeto de lei na Câmara dos Deputados, até o presente momento, o arcabouço normativo que rege a questão de produção de fonogramas no país foi sensivelmente modificado. Proposição semelhante, o Projeto de Lei da Câmara nº. 61/2002, PL nº. 4.540/2001 na origem, que acrescenta artigo à Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, dispondo sobre a numeração da obra artística, científica ou literária, ao ser remetido à sanção

não logrou ser acolhido pelo Presidente da República, que o vetou integralmente.

Assim sendo, consideramos que o projeto ora em apreciação constitui matéria similar a projeto já deliberado pelo Plenário do Senado Federal que, por sua vez, aguarda análise do Congresso Nacional sobre o supracitado veto presidencial”.

Voto. “Pelo exposto, manifestamo-nos pelo sobrestamento do Projeto de Lei da Câmara nº. 37/2002, nº. 1.593/1999 na origem, nos termos do art. 335, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, para aguardar a deliberação do Congresso Nacional sobre o veto nº. 26/2002, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº. 61/2002, por versarem sobre matérias correlatas”.

É o Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Está em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir. Em votação.

Os senadores e senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Retorno à Presidência a Senadora Fátima Cleide. Agradecendo, também, a deferência por ter me convidado para presidir esta comissão. Obrigado.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu é que agradeço, Senador Flávio Arns. Nós estamos precisando de quatro senadores para termos o nosso quórum.

Com a palavra o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sra. Presidente, só para pedir primazia na apreciação do Item 6 da Pauta, do qual sou o relator, já que é uma matéria que não tem grandes repercussões, pacífica e “consensuada”. Item 6, está na página 57.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Valter Pereira, nós estamos apenas aguardando--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É verdade. Você tem razão. É Terminativa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): --a complementação do nosso quórum para a votação de matérias terminativas, para votar todos os projetos, porque todos já se encontram... São matérias que já foram lidas aqui no Plenário e iniciadas a discussão.

Nós vamos agora apreciar os requerimentos que foram apresentados para votação extrapauta.

O requerimento do Senador Marco Maciel, nós não votamos a inclusão extrapauta. Então, vamos votar primeiro a inclusão.

Aqueles que concordam com o requerimento, para que se faça uma Audiência Pública destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº. 45/2008, de autoria da Deputada Nice Lobão, que permaneçam como se encontram para inclusão na Pauta.

Vamos, então, apreciar o requerimento do Senador Belini Meurer. Em discussão, o requerimento que solicita a Audiência Pública nessa Comissão de Educação para discutir legislação vigente sobre universidades comunitárias.

Com a palavra o Senador Belini Meurer.

SENADOR BELINI MEURER (PT-SC): Presidente, eu gostaria não só de pedir a aprovação como gostaria de pedir, dos Srs. Senadores, o apoio, o apoio nesse sentido. A discussão sobre audiência... Uma Audiência Pública para discutir a condição de universidade comunitária é muito importante para o Brasil. E, principalmente, dizer que nós temos que pensar que as universidades, hoje, são ou públicas ou privadas, só que é muito comum, em algumas regiões, que as pessoas se juntem e formem as suas universidades, só que elas ficam, de certa forma, desamparadas, e eu gostaria de proporcionar este debate aqui nesta Casa, por isso chamando a Audiência Pública.

Obrigado, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Em discussão, o requerimento apresentado pelo Senador Belini.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sra. Presidente, eu quer dar todo e maior apoio a esta proposta do Senador Belini e me perguntando, até, por que a gente demorou tanto a trazer esse assunto. Eu vou até além do assunto da universidade comunitária. Eu acho que a gente deve discutir, separado, provavelmente, o próprio conceito de público, de privado e de estatal, porque a gente tem tratado o público e o estatal como sinônimos. E eu creio, Senador Marco Maciel, que não dá mais para continuar dizendo que tudo que é estatal é público, e nem tudo que é particular é privado. Existem instituições que têm a propriedade particular... Eu cito os colégios do Bradesco, que são 550 no Brasil. São colégios que tem um dono, o Bradesco, a Fundação Bradesco, mas são públicos, porque os alunos não pagam, e tem alta qualidade. Uma universidade particular, com qualidade, que forma jovens para serem professores, ela presta um serviço público, mesmo tendo um proprietário.

Então, esse conceito das universidades comunitárias, eu acho que vem a calhar a discussão delas,

que têm um papel importantíssimo, sobretudo no Sul, e eu visitei diversas delas, sobretudo em Santa Catarina. E, quando for o caso, se não der para juntar agora, que discutamos o conceito do que é uma entidade de ensino público, uma entidade de propriedade estatal, uma entidade de ensino particular e uma de interesse puramente privado.

Então eu apoio, sim, a proposta.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu também, da minha parte, quero também dar todo o apoio para o requerimento, para que este debate aconteça. Eu quero, inclusive, lembrar ao Senador Meurer de que existe uma frente parlamentar mista, deputados e senadores, justamente a favor das instituições de ensino superior comunitárias, filantrópicas, confessionais. Foi uma iniciativa da Deputada Maria do Rosário, e abriu-se a possibilidade de ser uma frente parlamentar mista.

E um debate muito grande que vem acontecendo com essa frente para caracterizar o que seja uma instituição comunitária - eles próprios estão pedindo -, ao mesmo tempo com critérios de qualidade - que eles próprios estão pedindo -, e que sejam, na minha ótica... Eu sempre utilizo a expressão: é uma entidade pública não estatal; pública, não estatal. Por que isso? Um dia, se ela deixar de existir, todo o patrimônio tem que ir para o poder público ou para uma entidade congênere, de acordo com o estatuto. E elas vêm sofrendo muito, particularmente em função de uma ideologia que existe em vários setores públicos de considerá-las como se fossem particulares com fins lucrativos quando, na verdade, são todas entidades sem fins lucrativos, ou seja, a diretoria... Não existe distribuição de lucro, o resultado financeiro positivo tem que ser investido na própria instituição. E são extremamente reconhecidas, basta dizer as PUCs, por exemplo, pontifícias universidades católicas ou universidades católicas ou metodistas. Enfim, ter critérios, e eles próprios de... Ter critérios de qualidade, de transparência, isso é indiscutível, mas sendo reconhecidas como se fossem públicas.

Eu acho que esse debate é interessante e deve se estender não só para universidades, na sequência. Essa Audiência Pública é só para universidades, mas eu penso uma APAE, por exemplo, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, cujo movimento em Santa Catarina, por exemplo, é extremamente forte e de muita credibilidade. Quer dizer, uma APAE é uma entidade pública, é uma escola que atende... Quem é o dono da APAE? Não tem dono da APAE. O dono da APAE é a comunidade. E tem que receber um tratamen-

to diferente, não sendo contra as instituições privadas que, porventura, tenham também o lucro, que também têm que ter critérios de qualidade, enfim, tudo aquilo que for necessário. Mas o comunitário, o confessional, o filantrópico sempre é na área de dependente químico, na área do idoso.

Nós temos que chegar em um ponto de, com tranquilidade, discutirmos isso, porque para o Poder Público é muito mais interessante, inclusive, ter essas entidades que fazem um trabalho que ajuda o Poder Público, são públicas, e podem, assim, participar ativamente desse processo de cidadania. Então eu quero só me associar ao requerimento que acho um requerimento da mais alta importância.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senadora Níura.

SENADORA NÍURA DEMARCHI (PSDB-SC): Também quero me manifestar, Sra. Presidente Fátima Cleide, Senadora, Senador Belini Meurer, por esse requerimento. Considero, realmente, como disse aqui o Senador Cristovam Buarque, também o Senador Flávio Arns, porque o nosso Sul, o Sul, especialmente o nosso Estado de Santa Catarina, existe essa parceria, digamos assim, público-privada no sentido da educação. É algo recorrente, é algo muito importante.

Quero parabenizar o Senador Belini Meurer por esse requerimento. Quero fazer parte enormemente dessa discussão e dizer que, inclusive, no último sábado, na Cidade de Jaraguá do Sul, fui abordada por professor universitário, Senador Belini Meurer, a respeito desse tratamento que devemos dar às universidades comunitárias. E estendo esse entendimento também, pela voz do Senador Flávio Arns, a respeito das instituições também seja da educação especial, seja do ensino básico, ensino de nível médio, ou seja de ensino técnico, tão necessário no nosso país e tão necessário aos estados com uma classificação produtora e industrial como o Estado de Santa Catarina.

Então faço voz, parabenizo o nosso Senador Belini Meurer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu gostaria também de me associar. Não vou repetir aqui tudo o que já foi dito, Senador Cristovam, Senador Flávio Arns, Senadora Níura. Mas gostaria só de acrescentar, complementar aqui, que nós estamos fazendo essa discussão justamente também com relação às escolas Família Agrícola, que são as EFAs, por todo o país, que são escolas em que a família é a proprietária, no caso, e que não podem, geralmente, ter... Aliás, têm dificuldades em fazer convênios com prefeituras, com os estados, por conta dessa sua característica não estatal.

Então - o Senador Flávio Arns lembrou bem aqui -, a discussão é ampla, vai além das universidades. E acho que a gente tem que discutir é o conceito jurídico do público não estatal, porque aí a gente, de vez, resolve esse problema do estado ajudar, efetivamente, essas entidades que são públicas, mas que não são estatais.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Vamos então... Senador Augusto Botelho, para discutir.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): A senhora tocou no assunto da Escola Familiar Agrícola. Gostaria só de ressaltar, também, que essas escolas estão usando a metodologia totalmente diferente no sistema atual, o aluno passa 15 dias na escola--

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): É a pedagogia da alternância.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): --aprende e 15 dias passa trabalhando com os pais, quer dizer, ele não vai fazer falta no trabalho produtivo de casa. Então é muito importante a gente discutir isso também.

Agora, eu gostaria que a senadora de Santa Catarina - porque lá em Roraima nós não temos nenhuma universidade comunitária - me desse um... Fizesse um esclarecimento, porque essa TV Senado é ouvida por muitas pessoas no Brasil todo e, lá no Norte, nós não temos nenhuma universidade comunitária. O Sul maravilha tem, mas no Norte não tem.

SENADORA NÍURA DEMARCHI (PSDB-SC): Senador, com a maior alegria eu coloco a Universidade de Jaraguá do Sul, a UNERJ. Hoje, ela faz uma parceria. Ela foi encampada há mais de 30 anos, comunitariamente, com parceria da iniciativa privada e também com a Prefeitura Municipal, na ocasião. A partir disso, ela passou a fazer parte do sistema ACAFE, sistema das associações do ensino superior particular de Santa Catarina, e houve agora uma agregação também da PUC do Paraná, inserida no mesmo sistema, fazendo a parceria juntamente com a UNERJ, com essa instituição de 30 anos, já fazendo um trabalho.

Então existem as parcerias e está vindo a própria comunidade. É como eu disse antes: é a parceria público-privada que já acontece. E esse sistema também acontece em Joinville e em outras cidades de maior porte em Santa Catarina. É praticamente uma PPP, dentro dessa visão. Então ela começa... Na verdade, até começa comunitariamente. Ela vai se inserindo no sistema, tem a parceria pública das bolsas públicas, evidentemente, como todo o sistema no Brasil, mas é muito importante e muito interessante.

E vou lhe trazer uma relação da formatação das nossas universidades, das faculdades da nossa região, também, do nosso estado, para que o senhor tenha conhecimento e veja que, realmente, o alcance social é extremado e de valor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Nós estamos apenas a dois senadores para que a gente possa complementar o quórum para votar as terminativas.

Em votação o requerimento do Senador Belini Meurer.

Aqueles que concordam com a sua aprovação permaneçam como se encontram. Aprovado.

O terceiro requerimento que temos aqui para votar é o que altera, na forma da reunião extraordinária aprovada pelo Requerimento nº. 37, de painel para Audiência Pública, visando adequar o formato das reuniões. O requerimento é de autoria do Senador Cristovam Buarque.

Em discussão, o requerimento. Não havendo quem queira discutir, nós vamos submeter à apreciação do Plenário.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sra. Presidente, pela ordem. Eu gostaria que V. Exa. determinasse que fechasse, trancasse a porta nesse momento, para nenhum senador escapar, e colocar em votação os terminativos.

[risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): É isto que nós vamos fazer neste momento, Senador Valter Pereira. Estamos com 13 senadores presentes, precisamos apenas de mais... Pronto, 14. Vamos, então, iniciar. E eu peço a colaboração do Plenário, tanto dos senadores como dos presentes, para que nós possamos, no mais breve possível, votar todas as matérias que temos aqui para votarmos, de terminativas.

Vamos votar primeiro as matérias em bloco, cujas matérias foram lidas e iniciadas as discussões. O Item 1--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Matérias a serem votadas em bloco, do Item 5 ao Item 18. Item 5. Projeto Terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº. 243/2009. A matéria continua em discussão.

Não havendo quem queira discutir, nós vamos votaremos em seguida.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sra. Presidente, nós não estamos ferindo o regimento votando em bloco essas matérias, não?

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): De maneira alguma. São matérias que temos resolução da Comissão de Educação.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Está bom. Era só por isso, então eu aceito. [soa a campanha]

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sra. Presidente, só os itens que estão sendo postos em votação, repetir, por favor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Do Item 5 ao Item 18. Eu vou ler, porque preciso ler o cabeçalho de cada uma delas, e, logo em seguida, nós faremos a votação. Item 5: “*Denomina Rodovia Historiador Osvaldo Henrique Castello Branco a BR-499, entre o entroncamento com a BR-040 e o Museu Casa de Cabangu, no Município de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais*”. Autoria: Deputado Luiz Fernando Faria. Relatoria: Senador Eduardo Azeredo. Relatório favorável. A matéria continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, será votada em bloco.

Item 6. Projeto de Lei da Câmara nº. 227/2009: “*Denomina Rodovia João Paulo II o trecho da BR-267 entre as cidades de Rio Brilhante e Porto Murinho, no Estado do Mato Grosso do Sul*”. Autoria: Deputado Vander Loubet. Relatoria: Senador Valter Pereira. Relatório favorável. [soa a campanha] Srs. Senadores e Senadoras, a maioria de nós está em campanha nos últimos dias e a garganta... Com certeza, não é só a minha que está prejudicada.

Eu gostaria de pedir, mais uma vez, a colaboração de todos. O Item 6 é relatório favorável. Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, será votado posteriormente.

Item 7. Projeto de Lei da Câmara nº. 240/2009: “*Denomina Dr. Carlos Geraldo Valadares a ponte localizada na BR-352 sobre o Rio São Francisco, na divisa dos Municípios de Martinho Campos e Abaeté, no Estado de Minas Gerais*”. Autoria: Deputado Juvenil. Relatoria: Senador Eduardo Azeredo. O relatório é favorável. A matéria continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, a matéria será votada em bloco.

Item 8. Projeto de Lei da Câmara nº. 267/2009: “*Institui o Dia Nacional do Evangélico, a ser comemorado no dia 30 de novembro de cada ano*”. Autoria: Deputado Cleber Verde. Relatoria: Senador Roberto Cavalcanti. Relatório favorável. A matéria continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, será votada posteriormente.

Item 9. Projeto de Lei do Senado nº. 542/2009: “*Denomina Dom Antônio Fragoso a unidade do campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia localizado no Município de Crateús, no Estado do Ceará*”. Autoria: Senador Inácio Arruda. Relatoria: Senador Flávio Arns. O relatório é favorável. A matéria continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, será votada posteriormente.

Item 10. Projeto de Lei do Senado nº. 446/2009: “*Institui o Dia Nacional do Interactiano*”. Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi. O relatório é favorável. A matéria continua em discussão. A matéria será votada posteriormente, não havendo quem queira discutir nesse momento.

Item 11. Projeto de Lei do Senado nº. 267/2008: “*Acrescenta artigo à Lei nº. 9.503, de 23 de setembro - Código de Trânsito Brasileiro -, para determinar a observância do Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidente de Trânsito*”. Autoria: Senador Gerson Camata. Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares. O relatório é favorável, com emendas oferecidas. A matéria continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, será votada posteriormente.

Item 12. Projeto de Lei da Câmara nº. 273/2009: “*Denomina Viaduto José Mendonça de Lima o viaduto da BR-153, no km 501,2, no Município de Goiânia, Estado de Goiás*”. Autoria: Deputado Luiz Bittencourt. Relatoria: Senador Marconi Perillo. O relatório é favorável. A matéria continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, será votada posteriormente.

Item 13. Projeto de Lei do Senado nº. 319/2009: “*Autoriza o Poder Executivo a implantar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte no Município de Jucurutu*”. Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatoria: Senador José Agripino. O relatório favorável. A matéria continua em discussão. Não havendo--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Mas já foi lido.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Será designado novo relator em virtude do Senador José Agripino estar licenciado nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal. Matéria a ser votada em bloco.

[falas sobrepostas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): A senadora relatora *ad hoc* tem concordância com o parecer favorável do Senador Agripino.

A matéria continua em discussão. A matéria será votada em bloco.

Item 14. Projeto de Lei do Senado nº. 45/2009: “*Denomina Rodovia Governador Alberto Silva o trecho da Rodovia 343 compreendido entre as localidades de Luís Correa e Bertolândia, no Estado do Piauí*”. Autoria: Senador João Vicente Claudino. Relatoria: Senador Romeu Tuma. O relatório é favorável.

Item 15. Projeto de Lei da Câmara nº. 253/2009: “*Denomina Rodovia João Lyra Filho o trecho da rodovia da BR-104 entre as cidades de Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe, no Estado de Pernambuco*”. Autoria: Deputado Wolney Queiroz. Relatoria: Senador Marconi Perillo. O parecer é favorável. A matéria continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, a matéria será votada em bloco.

Item 16. Projeto de Lei do Senado nº. 274/2009: “*Autoriza o Poder Executivo a implantar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte no Município de São Paulo do Potengi*”. Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini e outros. Relatoria: Senador José Agripino. Esta Mesa designa como relator *ad hoc* o Senador Marco Maciel. O relatório é favorável. A matéria continua em discussão.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Marco Maciel, concorda com o relatório?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concorro com o relatório. O Senador José Agripino [ininteligível] a manifestação que tinha feito anteriormente quando consultado pela secretaria da comissão. E acho que é oportuno, já que vamos votar conjuntamente, que a proposição também seja acolhida.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): O Senador designado pela Mesa concorda com o relatório. A matéria está em discussão. Não havendo quem queira discutir, a matéria vai ser votada em bloco.

Item 17. Projeto de Lei da Câmara nº. 175/2009: “*Dispõe sobre o Dia Nacional do Respeito ao Contribuinte*”. Autoria: Deputado Sandro Mabel. Relatoria: Senador João Vicente Claudino. O relatório é favorável. A matéria continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, será votada em bloco.

Item 18. Projeto de Lei da Câmara nº. 293/2009: “*Institui o Dia Nacional dos Clubes Esportivos Sociais, a ser comemorado, anualmente, no dia 09 de novembro, em todo o território nacional*”. [soa a campainha] Autoria: Deputado Arnaldo Faria De Sá. Relatoria: Senador Gim Argello. Relatório favorável. A matéria continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, será votada em bloco.

Vamos votar agora. Atenção para a chamada. Como vota, Senador Belini Meurer?

SENADOR BELINI MEURER (PT-SC): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com os relatores, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com os relatores, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com os relatores e relatorias.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senadora Níura Demarchi?

SENADORA NÍURA DEMARCHI (PSDB-SC): Com os relatores, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com as relatorias e os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senadora Rosalba Ciarlini?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com os relatores. E quero aqui dizer da minha alegria em ver a escola técnica federal de Jucurutu e de São Paulo do Potengi - que foram de minha autoria - aprovadas pelos Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Jayme Campos, estamos votando.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com as relatorias e relatores, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senadora Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Jefferson Praia está presente.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Vamos votar agora. Eu pergunto se podemos manter o mesmo voto para as emenda do Item 11. Aprovado.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): De acordo. Eu acho que o Plenário tem um sentimento unânime em relação a esse assunto, até mesmo por economia processual.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Vamos votar, agora, os itens de 1 a 3. Item 1. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº. 503/2009: “Autoriza o Poder Executivo a realizar a Olimpíada Brasileira do Esporte e dá outras providências”. Autoria: Senador Aloizio Mercadante. Relatoria: Senador Jefferson Praia. O relatório é favorável, com as emendas oferecidas.

Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas. A matéria foi lida e iniciada a discussão no dia 06 de julho de 2010. Pedimos aos senadores que permaneçam, porque nós só temos mais três projetos para votar. A matéria continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como vota, Senador Belini Meurer?

SENADOR BELINI MEURER (PT-SC): Com o relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senadora Níura?

SENADORA NÍURA DEMARCHI (PSDB-SC): Com os relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com os relatores, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senadora Rosalba Ciarlini?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com os relatores, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Cristovam Buarque?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Jayme Campos?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Acabou o quórum, então?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, não. Está certo. Pode ir, está certo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Vamos votar, agora... A matéria está aprovada. Pergunto se podemos manter o mesmo voto para as emendas? Não havendo manifestação contrária, a Mesa entende que sim.

Item 2. Projeto de Lei do Senado nº. 197/2004: “Altera o Parágrafo Único do art. 4º da Lei nº. 10.845, de 05 de março de 2004. Dispõe sobre os recursos do Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado aos Portadores de Deficiência - PAED”. Autoria: Senador Sérgio Zambiasi. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório favorável na forma do substitutivo oferecido. A matéria está em discussão. Não havendo quem queira discutir, a matéria está em votação. Como vota, Senador Belini Meurer?

SENADOR BELINI MEURER (PT-SC): Com o relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Valter Pereira? Senadora Níura?

SENADORA NÍURA DEMARCHI (PSDB-SC): Com o relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senadora Rosalba Ciarlini?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com o relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Flávio Arns? Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Cristovam Buarque?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): A matéria está aprovada.

Item 3. É o último item de votação, Sras. e Srs. Senadores. Item 3. Projeto de Lei da Câmara nº. 2006/2009: “*Escreve o nome de Getúlio Dornelles Vargas no Livro dos Heróis da Pátria*”. Autoria: Deputado Severiano Alves. Relatoria: Senador Pedro Simon. O relatório é favorável. A matéria continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, a matéria está em votação. Senador Belini Meurer.

SENADOR BELINI MEURER (PT-SC): Com o relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Valter Pereira? Senadora Níura Demarchi?

SENADORA NÍURA DEMARCHI (PSDB-SC): Com o relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senadora Rosalba Ciarlini?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Cristovam Buarque?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Falta o voto do Senador Valter Pereira. [falas sobrepostas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Votou sim? O Senador Valter Pereira, então, votou sim. A matéria está aprovada.

Apenas uma correção. No Item 20, esta relatora cometeu um equívoco e leu o parecer do primeiro projeto, e o parecer é pela rejeição. Pergunto ao Plenário se podemos considerar o voto, o projeto é Não Terminativo, pela rejeição. Aprovado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Presidente, eu gostaria aqui só de--

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Só um minutinho, Senadora Rosalba, apenas para comunicar um equívoco, aqui, de minha autoria também - o dia está difícil hoje -, ao requerimento... Do Aditamento nº. 1 ao o Requerimento nº. 37/2009. A autoria é do Senador Flávio Arns.

Senadora Rosalba Ciarlini, com a palavra.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Sra. Presidente, eu gostaria apenas de convidar todos os Srs. Senadores e V. Exa. para a Comissão de Assuntos Sociais, para que nós possamos abrir a comissão agora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Esta Presidência tem, ainda, dois comunicados.

Amanhã nós realizaremos Audiência Pública com o tema "*Questões Socioeconômicas e Territorialidades*". Esta audiência dá continuidade aos debates do seminário "*Diversidade nas Escolas - Preconceito e Inclusão*". Autoria do requerimento nº. 37 dos Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Flávio Arns, Ideli Salvatti e Fátima Cleide. Autoria do requerimento nº. 23/2009 do Senador Paulo Paim. Autoria do Aditamento nº. 01 ao Requerimento nº. 23/2009, Senador Flávio Arns. Convidados: Sr. André Luiz de Figueiredo Lázaro, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação; Timothy Denis, Especialista em Educação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a UNESCO; Francisco José Batista de Albuquerque, Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq - e Consultor da Universidade Estadual da Paraíba; Denise Carreira, Coordenadora do Programa Diversidade, Raça e Participação da Organização Não Governamental Ação Educativa.

Comunico aos Srs. Senadores e Senadoras o recebimento do Aviso nº. 983, Seses-TCU-Plenário, do Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo Tribunal de Contas 028514/2009-0, bem como do relatório e do voto que fundamentaram aquela deliberação, cujo objetivo foi o relatório de levantamento de auditoria realizado pela Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas – SEPROG, com o intuito de apresentar os riscos a que a Copa do Mundo de Futebol 2014 está sujeita nas áreas de construção ou reforma de estádios, infraestrutura aeroportuária e mobilidade urbana, bem como na sistemática de gerenciamento das ações, a cargo do Governo Federal.

Os senadores e senadoras que desejarem uma cópia do aviso poderão se dirigir à secretaria desta comissão. A matéria vai ao arquivo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sra. Presidente, pela ordem. Só em relação a esse item. Eu gostaria de solicitar a V. Exa., porque é sempre um relatório extenso, muitas vezes até com muitos dados técnicos, que o mesmo fosse enviado à consultoria para fazer uma análise detalhada para esta comissão, já que há uma grande preocupação da sociedade em relação à importância do evento, em primeiro lugar, aos investimentos que vão ser feitos e à necessidade de acompanhamento, de transparência, e, como o próprio ministro, o presidente, colocou, aos riscos, que temos que examinar com muita clareza quais são esses riscos.

Então, além de nós próprios podermos ter acesso ao relatório, logicamente, mas que a consultoria fizesse uma análise e colocasse essa análise na forma de uma síntese para os senadores e senadoras membros desta comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): A solicitação feita por V. Exa. será encaminhada pela Mesa desta comissão.

Determino à secretaria que encaminhe as providências para atendimento do requerimento do Senador Flávio Arns.

Não havendo mais nada a tratar, a presente sessão está encerrada.

Agradeço aos senadores e senadoras que compareceram a esta reunião para que pudéssemos, em um esforço concentrado da Comissão de Educação, limpar a nossa Pauta, de forma que estamos, hoje, quites com a sociedade brasileira no que se refere às pendências aqui da Comissão de Educação.

Um bom dia a todos.

Sessão encerrada às 12h32.

ATA DA 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE AGOSTO DE 2010.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia quatro de agosto de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Inácio Arruda**, e com a presença dos Senhores Senadores Belini Meurer, Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Roberto Cavalcanti, Gilvam Borges, Rosalba Ciarlini, Marisa Serrano, Cristovam Buarque, João Ribeiro, Valdir Raupp, Jayme Campos, Eliseu

Resende e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Valter Pereira, Mauro Fecury, Gerson Camata, Níura Demarchi, Marco Maciel, Heráclito Fortes, José Bezerra, Adelmir Santana, Alvaro Dias, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma e Flávio Arns, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, o Senhor Presidente Eventual, Senador Inácio Arruda, passa a Presidência à Senhora Senadora Fátima Cleide. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 37/09–CE, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Ideli Salvatti, Fátima Cleide e Flávio Arns e nº 23/09, de autoria do Senador Paulo Paim e ao Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 23/09–CE, de autoria do Senador Flávio Arns, destinados a discutir o tema “**Questões sócio-econômicas e territorialidade**”, em continuidade aos debates do Seminário “**Diversidade nas Escolas: Preconceito e Inclusão**”, iniciado em 21 de outubro de 2009. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Daniel Ximenes, Diretor de Estudos e Acompanhamento das Vulnerabilidades Educacionais da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC; Senhora Eneida Soller, Presidente do Conselho Brasileiro de Entidades Culturais e Senhor Toni Reis, Presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - ABGLT. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Timothy Denis Ireland, Especialista em Educação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO; Senhor Francisco José Batista de Albuquerque, Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq e Consultor da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; Senhora Denise Carreira, Coordenadora do Programa Diversidade, Raça e Participação da Organização Não Governamental Ação Educativa e Senhor André Luiz de Figueiredo Lázaro, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação**. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim e Fátima Cleide, autores do Requerimento e o Senhor Senador Belini Meurer. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam

anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e dezesseis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora **Fátima Cleide**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE AGOSTO DE 2010.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os senadores e senadoras que aprovam, que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente reunião atende aos Requerimentos de nº. 37, de 2009, da Comissão de Educação, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Flávio Arns, Ideli Salvatti e Fátima Cleide; nº. 23, de 2009, da Comissão de Educação, de autoria do Senador Paulo Paim; e ao Aditamento nº. 01 ao Requerimento nº. 23, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns, para a realização de Audiência Pública destinada a discutir o tema: “Questões Socioeconômicas e Territorialidade”, e inserida no Seminário: “Diversidade nas Escolas: Preconceito e Inclusão”.

Dando início à Audiência Pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa.

Nossos convidados: André Luiz de Figueiredo Lázaro, Timothy Denis Ireland, Francisco José Batista de Albuquerque e a Sra. Denise Carreira.

Convido a Senadora Fátima Cleide para abrir a nossa reunião.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Bom-dia. Agradeço ao Senador Inácio Arruda por ter dado início à nossa sessão, à nossa audiência de hoje, que visa dar continuidade às audiências públicas que esta comissão está realizando

para discutir a questão do respeito à diversidade e, hoje, com o tema: preconceito e inclusão.

Nós iremos dar início com a palavra do especialista em educação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura, UNESCO, Timothy Denis, que terá 15 minutos para a sua exposição, com tolerância para 20 minutos. Bom-dia, Timothy, com a palavra...

A informação que nos chega é de que o Secretário André Lázaro, representante do Ministério da Educação nesta audiência, está a caminho.

SR. TIMOTHY DENIS IRELAND: Bom-dia a todos e a todas. Eu queria agradecer o convite para participar desse seminário representando a UNESCO. Eu queria explicar, primeiro, que eu não sou especialista na questão racial, mas é uma questão que eu tenho se envolvido tanto dentro da própria UNESCO e como antes quando fazia parte da equipe da SECAD.

Eu queria... Dá para passar o próximo. Tocar em cinco pontos muito rápidos no tempo. É uma referência muito rápida para a questão da Declaração Universal dos Direitos Humanos, como a pedra fundamental para as discussões sobre inclusão, diversidade e etc. Segundo, como a ONU tem combatido as desigualdades sociais, as principais convenções, declarações e, também, uma passagem muito rápida para concentrar nas ações da UNESCO no campo da educação, em relações étnico-raciais.

Em segundo lugar, eu queria voltar para a questão da Educação para Todos, porque eu acho que Educação para Todos representa uma estratégia, uma iniciativa que busca a inclusão de todas as crianças, jovens, adultos e idosos no processo educativo. É uma forma de reconhecer a diversidade para combater a discriminação, que infelizmente existe não só na escola de crianças, mas na escola voltada para pessoas que supostamente já passaram da idade regular para a sua educação. Queria apontar das ações que a UNESCO e UNESCO como organização mundial. O próprio escritório da UNESCO, aqui em Brasília, tem desenvolvido no campo da educação de jovens e adultos. Próximo.

Então, só como fundamento para as discussões sobre a discriminação, eu acho que o art. 2 da Declaração Universal dos Direitos Humanos é sempre uma peça fundamental. Eu tenho certeza que todos já conhecessem, mas sempre vale a pena voltar a lembrar. Diz o art. 2: *“Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua religião, opinião política, ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição”*. Então,

realmente uma declaração bastante ampla, mas forte que fundamenta o que a ONU tem feito nos últimos 65 anos. A próxima.

Então, como a ONU e dentro da ONU, a UNESCO, tem combatido as desigualdades sociais? Principalmente, através de convenções e declarações, que têm um impacto sobre as políticas nacionais dos estados-membros, ao longo dos últimos 65 anos, na questão da desigualdade: é o combate às diversas formas de desigualdade. Tem sido uma das lutas e as bandeiras mais fortes da ONU. As referências mais importantes e mais citadas são de 65: a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, que se considera como marco para a discussão, adoção de medidas necessárias para a eliminação de todas as formas de manifestação e discriminação racial, a prevenção, combate às doutrinas e práticas racistas. Isso é de novo reforçado, em 1978, na Declaração sobre Raça e Preconceito Racial. Lembrando que o Brasil, como membro da UNESCO e da ONU, tem participado nessas comissões e tem sido assinante de todas essas convenções, desde a fundação da ONU, em 1945. A mais recente, referência mais importante nessa luta contra a discriminação, vem de 2001: a Declaração da Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Durban, na África do Sul. Próximo.

Então, a própria UNESCO, o nosso escritório aqui, enfocou uma questão específica. Dentro do campo educacional, decidiu que uma forma de atuar seria para a institucionalização e cumprimento da Lei 10.639, que foi promulgada em 2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de Educação Básica. Então, focou as suas ações nessa área da lei, a implementação da lei, com três questões específicas: tanto a institucionalização e implementação, como a questão de formação. Dentro da formação, a importância da elaboração do material pedagógico e didático. O próximo.

Então, a maioria dessas ações tem sido desenvolvida em parceria com o Ministério da Educação, principalmente com a SECAD. Depois da lei ser aprovada, em 2003, infelizmente durante quase quatro anos a sua implementação foi bastante lenta. Em 2007, se realizou um seminário para tentar mobilizar a sociedade civil, envolvendo o movimento negro, as universidades, para ver em que estágio estava e como estava sendo implementada a lei. Isso levou para a cooperação técnica, para o desenvolvimento do Plano Nacional de Implementação, esse documento aqui e que foi publicado visando a efetivação da institucionalização da lei. Uma pesquisa que foi liderada, desenvolvida pela Universidade Federal de Minas Gerais, sobre práticas

pedagógicas de trabalho com educação e relações étnico-raciais.

Então, foram três ações visando mobilizar a sociedade e tentar implementar, efetivar a lei que vinha sendo... Como o profissional André Lázaro disse: *“Há leis que pegam e outra leis que não pegam”*. Essa lei foi no início uma lei que não pegou, mas após as ações começou a ser implementada de uma forma muito mais efetiva. O próximo.

Entre as ações mais voltadas para a preparação do professor, que atua na área de Educação Básica nas escolas públicas e privadas, a UNESCO frisou dois elementos. Primeiro, a tradução para o português dessa coletânea: História Geral da África; são oito volumes. Foi um trabalho de 30 anos de trabalho coordenado por um Comitê Científico internacional, envolvendo mais 350 especialistas, a maioria africanos. Então, isso foi visto como um insumo importantíssimo para a formação. O livro, a coletânea só existia, se não me engano, inglês e francês, não havia nenhuma tradução para o português. Então, uma das ações têm sido a tradução e a disponibilização dessa coleção de imensa importância para a formação do professor. Próximo.

Além disso, se tem produzido um livro de síntese, reconhecendo que não são todos os professores e pesquisadores que vão ter tempo, paciência, para ler e estudar oito volumes. A ideia é de produzir um livro-síntese, muito mais curto, de dois volumes, para facilitar o acesso do professor à história e cultura da África, fazer disso um elemento importante na sua formação. A formação... Como professor que possa nas escolas básicas, no Ensino Fundamental, no Ensino Médio combater, através da informação e a formação, a discriminação e o racismo, que é um elemento que quando é tratado desde pequeno na escola é o lugar mais eficaz de combater. Então, a ideia é de viabilizar, de disponibilizar esse livro-síntese que amplia as informações que o professor tem sobre a cultura, sobre a história da África e a sua importância para a história e cultura do Brasil. Próximo.

Além disso, há outras medidas pedagógicas tomadas. Primeiro, se elaborou um guia com conteúdos e atividades para professores de Educação Básica, uma mídia interativa para apoio do trabalho didático, jogos africanos, um atlas geográfico, CDs com músicas e um libreto sobre cosmologia africana e afro-brasileira. Eu acho que são todos os elementos, instrumentos que ajudam o professor a trabalhar a questão da história da cultura africana de uma forma muito mais correta e aprofundada. Próximo.

Então, isso especificamente para combater a discriminação, através da formação do professor, para especialmente na área de história, a área de educação

artística e a área de literatura, áreas em que se pode trabalhar com o que é produzida: a cultura africana, que é tão rica, mas tão ignorada pela maioria dos professores da Educação Básica.

O segundo elemento que eu queria tocar é a estratégia ou iniciativa da UNESCO, que foi criada a partir de 1990: a Educação para Todos. Uma estratégia para incluir, mas ao mesmo tempo reconhecer a diversidade desta inclusão, a importância da riqueza, da diversidade na escola e não só na escola de crianças. Então, em 90, foi realizada a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomteim, na Tailândia. Um movimento para garantir a Educação Básica para todas as crianças, jovens e adultos. Em 90, realmente de 90 para 2000, se concentrou muito mais na questão de crianças.

Em 2000, o Fórum Mundial de Educação, realizado no Dacar, em Senegal, voltou a retomar as mesmas questões frisando e renovando as metas para 2015, na área, na busca de educação para todos. Próximo.

As metas são importantes e eu acho que todos conhecessem. São seis metas fundamentais, eu queria destacar três, que são específicas à área de educação de jovens e adultos, que eu acho que a área de educação de jovens e adultos é uma área que sofre muita discriminação dentro da escola. Muitas vezes o próprio diretor, o diretor da escola não valoriza a educação de jovens e adultos, até dificulta, às vezes. Eu tenho experiências de escolas em que, por exemplo, à noite se tranca a biblioteca, se tranca até os banheiros. Então, a educação de adultos tem sofrido bastante discriminação, inclusive, por ser a sua população... Quem frequenta são pessoas na sua grande maioria pessoas pobres, pessoas negras, pessoas [soa a campainha] que têm sido excluídas da escola desde uma idade quando deveriam estar na escola. Então, as metas ampliadas, a oportunidade de aprendizagem, melhorar as taxas de alfabetização e eliminar as disparidades entre os gêneros. Próximo, por favor.

Eu vou pular isso. Só alguns dados para mostrar como ainda a questão de inclusão é longe. Só mostra aqui. Por exemplo, há 56 milhões... A projeção para 2015, 56 milhões de crianças fora da escola. Próximo, por favor.

O que a UNESCO tem feito. Primeiro, em termos globais, a realização, em 2009, em dezembro, da Sexta Conferência Internacional de Educação De Adultos, em Belém do Pará. Importante para mostrar para os governos nacionais a importância de ter políticas de educação de jovens e adultos, como parte da Política Nacional de Educação.

O próprio Marco de Ação de Belém, que é o documento final, fala que a aprendizagem e educação

de adultos são também imperativas para o alcance da equidade, da inclusão social, para a redução da pobreza e para a construção da sociedade justa, solidária, sustentável e baseada no conhecimento.

Então, o próprio Marco de Belém, que é o documento final desse processo, busca influenciar a forma em que se pensa as políticas públicas e a necessidade de incluir a educação de jovens e adultos como uma parte de uma política pública, que visa de um lado reconhecer a diversidade, a riqueza da diversidade e, de outro lado, incluir todas as pessoas, independente da sua raça, independente da região em que mora, independente da sua experiência anterior. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Nós é que agradecemos Professor Timothy. Já registramos aqui a presença do Professor André Lázaro, que é representante do Ministério de Educação, Secretário de Diversidade do Ministério.

Passamos, então, a palavra ao Professor Francisco José Albuquerque, que é pesquisador do CNPQ.

SR. FRANCISCO JOSÉ BATISTA DE ALBUQUERQUE: Bom-dia. Obrigado. Bom-dia a todos e a todas. Bom-dia, Senadora Fátima Cleide. Em nome de quem eu cumprimento à Mesa, os demais senadores presentes e os demais presentes aqui nessa sessão.

Inicialmente, quero dizer da minha honra em participar desta comissão. O que eu vou apresentar é uma pesquisa nacional, que tive o prazer e o orgulho de participar, que foi estruturada e viabilizada pela SECAD e INEP. Uma coisa que chama atenção, entre outras, mas inicialmente é que se iniciam políticas públicas a partir de pesquisas com cuidados e critérios científicos, cuidados meteorológicos, o que é algo muito raro aqui nesse nosso país. Pode passar, por favor.

O objetivo, então, inicial dessa pesquisa era... Podia passar a lâmina? Obrigado. O objetivo inicial dessa pesquisa seria caracterizar a diversidade na escola e como ela é percebida pela comunidade escolar. Aí consideramos nessa pesquisa: os diretores, professores de português e matemática, funcionários da escola, alunos de 7ª, 8ª série e EJA - Educação de Jovens e Adultos - e pais e mães participantes do conselho escolar, ou seja, dá para ver o leque de abrangência dos participantes da pesquisa.

Além disso, essa pesquisa ao tratar da diversidade nas escolas, ela ampliou o que comumente nós imaginamos em relação às desigualdades e dificuldades de inclusão, porque foram estabelecidos sete eixos temáticos, que foram avaliados e pesquisados, então, em todo o território nacional. Os eixos temáticos foram: gênero, orientação sexual, raça e etnia, aspecto socioeconômicos, territorialidade, aspectos geracionais e deficiência física e mental. Poderiam existir outros eixos

temáticos aí, tipo: religiosidade, nacionalidade. O fato é que esses eixos, eles foram construídos a partir de uma grande discussão que a SECAD promoveu com organizações não governamentais, com especialistas da área, com diretores de escolas, com participantes, ou seja, é uma pesquisa que nasce inicialmente da base, das pessoas que estavam lidando com isso. Esses foram os eixos que naquele momento foram considerados os mais importantes para serem pesquisados. Como disse, poderia haver outros, o problema é que isso sempre é uma relação de tempo e dinheiro, ou seja, acrescentar um eixo aqui implica em mais tempo e muito mais recursos. Outro, por favor.

Antes de detalhar algum resultado da pesquisa, eu gostaria de fazer ligeiros comentários de ordem, digamos, quase técnica a respeito do que... Para homogeneizar as palavras, a respeito do que nós conhecemos hoje sobre preconceito e tudo isso. Quer dizer, se consideramos hoje, em psicologia social, que existem basicamente dois tipos de preconceito. O que chamamos preconceito explícito, que é isso que normalmente nós vulgarmente já conhecemos e que é comumente algo mais grosseiro, mais visível. Mas existe fortemente o que se conhece como preconceito sutil, que é o politicamente correto. As pessoas, todos nós somos muito influenciados pela desejabilidade social, ou seja, nós sempre esperamos dar a melhor resposta para que outras pessoas esperam que nós demos.

Há um outro conceito, que é importante colocar aqui nesse momento, que é da discriminação, ou seja, a discriminação é o comportamento de rejeição, de rechaço. Enquanto o preconceito, tanto o explícito como o sutil, digamos, ele é de ordem mais subjetivo, mais íntima. A discriminação, de fato, é o impedimento ou é o cerceamento da ação por parte de alguma pessoa, baseado em critérios que não são de ordem de mérito na escola, mas que sejam, por exemplo, de ordem de alguns desses eixos temáticos. A próxima, por favor.

Por que acontece isso do preconceito? Quer dizer, isso é uma característica humana, não é? Quer dizer, há a adoção, a adjetivação do preconceito, ela é cultural, mas todos nós humanos temos como característica evolutiva essa certa economia no processo decisório. Então, nós rapidamente identificamos pessoas, objetos e tal, a partir de um pequeno traço, generalizamos a raiz da nossa experiência a esse traço e nos comportamos em acordo com isso. Isso é muito útil em determinadas circunstâncias, na maioria das circunstâncias da vida. Nós não temos que estar pensando a cada momento quando vamos trocar a marcha do nosso carro, por exemplo, ou se vamos dobrar à esquerda para vir para o trabalho, mas isso pode e gera alguns tipos de comportamentos correlatos que causam bas-

tante... Podem causar bastante prejuízo, que é o caso do preconceito, como nós estamos tratando aqui. Ou seja, o preconceito, então, é quando eu generalizo a partir de um determinado traço, comportamentos ou ações em relação à determinada pessoa ou grupo e que não tem necessariamente a ver de fato com aquele indivíduo ou com aquele grupo de referência. A relação entre essas categorizações sociais, o preconceito e o comportamento é um caminho de mão dupla. Ou seja, à medida que eu tenho preconceito, eu também procuro me comportar em acordo com ele. Na medida em que eu recebo ou me comporto de alguma forma preconceituosa, isso também muda ou influencia as minhas próprias cognições e as minhas próprias maneiras de pensar a respeito daquilo. Próximo, por favor.

Essa pesquisa, como eu disse, ela foi pensada para políticas públicas. Por isso, ela foi pensada de forma nacional e com uma amostragem probabilística. Embora ela tenha sido, inicialmente, construída a partir de várias pesquisas qualitativas, de vários encontros e discussões com especialistas, como eu disse antes. Ela foi composta por 15.087 estudantes, 1.004 professores no Ensino Fundamental, 501 diretores de escola, 1.005 profissionais de educação e 1.002 pais e mães responsáveis pela escola. Então, isso é uma abrangência. Nós temos a informação de todo o território nacional, todos os estados com uma amostragem probabilística. O que significa dizer isso, em amostragem probabilística, é que nós temos a condição de poder, com uma certa garantia estatística, falar em nome do Brasil inteiro. A próxima, por favor.

Agora, essa pesquisa demorou quatro anos para ser findada. O grande desafio dela é que, imagine, nós tínhamos que aprender em nível nacional significados que são imateriais, que são muito subjetivos. E é mais, com esse do politicamente correto. Nós tínhamos dificuldade ou temos, esse é o desafio, de como é que você consegue ultrapassar a resposta socialmente esperada, para de fato encontrar o que nós queríamos que era se existia ou não, em que grau, preconceito nas escolas e se isso influenciaria ou não o desempenho escolar. A próxima, por favor.

Para isso, então, foram construídos três instrumentos de pesquisa na parte quantitativa. Um que se referia à parte cognitiva, que diz mais respeito ao politicamente correto, ao que nós pensamos, ao que temos consciência ali. Uma parte afetiva, que dizia respeito à distância social, o quanto eu gosto, o quanto eu quero me aproximar de determinada pessoa. E o outro sobre *bullying*, que é sobre a percepção comportamental, o quanto de comportamentos agressivos, tanto físico como psicologicamente, foi percebido naquela situação, naquelas escolas. Por favor, a próxima.

O que encontramos, assim, os resultados são imensos, enormes. Estamos ainda trabalhando para analisar em mais detalhe essa pesquisa, mas de cho-fre me chama a atenção que encontramos uma correlação negativa entre atitudes e desempenho medidos pelo Prova Brasil. O que significa dizer isso? Que nas escolas em que se encontram atitudes maiores, negativas, em relação... Maior preconceito em relação a esses eixos, se encontra pior desempenho no Prova Brasil. E novamente, nas escolas aonde se encontra percepção de que existe *bullying*, aqui eu quero chamar atenção, porque esse *bullying* não foi dirigido, não foi encontrado unicamente em relação aos próprios alunos, mas também a professores. Também se vê uma correlação negativa em relação ao desempenho da escola no Prova Brasil. Próxima.

Isso significa dizer que há de fato, essa era uma dúvida inicial na pesquisa, se era possível, se de fato se podia... Se existia essa correlação ou existia alguma relação entre essas atitudes, esses comportamentos e o desempenho escolar. De fato essa pesquisa consegue apreender esse fenômeno. A próxima, por favor.

De modo que estatisticamente conseguiu-se encontrar que o desempenho negativo, nas variações da Prova Brasil, é influenciado algo em torno de 30% por essas atitudes. Ou seja, não estamos falando aqui de um fenômeno que ocorre esporadicamente, que é sutil. Não, há de fato, se encontra uma relação em que isso pesa fortemente para o desempenho dos alunos. A próxima, por favor.

Aqui um comentário mais específico sobre detalhes da pesquisa. Os respondentes do sexo masculino apresentam mais preconceito do que os do sexo feminino. Isso tanto pode ser pelo fato dessas pessoas serem, de fato, mais preconceituosas, como também pode ser que eles expressem mais esse preconceito do que as pessoas do sexo feminino. Uma característica que se encontrou nessa pesquisa e que encontra respaldo na literatura é que existia uma correlação positiva muito elevada entre todos esses eixos. O que significa isso? Quem tem preconceito, quem demonstrou preconceito ou *bullying* em relação a, por exemplo, pessoas de orientação sexual, homossexuais, por exemplo, também é a mesma pessoa que apresenta preconceito em relação ao índio, ao cigano, ao negro, à mulher, enfim, ao deficiente. Ou seja, não há uma pessoa que diga: "Ah, eu só sou preconceituoso em relação ao deficiente". Não, quem é preconceituoso em relação a um desses eixos, tende a ser preconceituoso em relação aos demais. Por favor, próximo.

Outra característica que nós encontramos, trouxe essa lâmina aqui especificamente, porque estamos tratando de educação e territorialidade, é que as escolas

que estão localizadas no interior apresentam menores valores para os preconceitos de natureza socioeconômica e territorial. O que é lógico, são as pessoas que estão vivendo mais isso. Agora, eles apresentam, por sua vez, maior preconceito em relação às características étnico-raciais e de gênero, do que as escolas nas capitais. Então, isso é para demonstrar a vocês, evidentemente, que aqui é impossível esgotar toda essa temática, mas o quão de complexo é tudo isso, ou seja... Então, isso implica em que nós não temos fórmulas mágicas para fazer soluções ou programas que sejam universais a respeito disso. A próxima, por favor. Mas sim, que nós vamos ter... A próxima, por favor.

De outra forma, em relação à etnia e preconceito, os alunos de cor preta, mulatos, pardos, cafuzos apresentam menores valores para índices de preconceito do que os brancos.

Agora, também é importante salientar, que os respondentes, de maneira geral, discordam bastante que os brancos são superiores e merecem trabalho mais valorizado do que os negros. É importante salientar isso pelo seguinte, porque muitas vezes quando nós estamos tratando de pesquisas desse tipo, nós tendemos a ter um viés de focar apenas [soa a campainha] os aspectos negativos. Entretanto, é importante ter uma leitura do conjunto, para nós não nos perdermos em certos vieses e, como estamos lidando direto com políticas públicas, isso tem uma importância fundamental no que podemos pensar em termos do que vamos fazer. A próxima, por favor.

Então, finalizando. Algumas estratégias são possíveis que nós tenhamos a partir de tudo isso. A primeira é que é importante, a importância de estar aqui hoje para mim é crucial, é transformar isso, caracterizar isso como um fenômeno de políticas públicas. A origem dessa pesquisa foi porque era difícil muitas vezes o diálogo entre órgãos do governo, que um dizia: "Mas isso não existe"; e o outro dizia: "Mas existe tanto que eu preciso de recurso para trabalhar". Mas esse diálogo era, muitas vezes, muito difícil. A pesquisa mostra que, de fato, agora esse diálogo está mais fácil, porque existe o fenômeno e pode atuar com ele. Depois é um fenômeno que ocorre com variações por todo o território nacional. Isso implica, o que eu dizia antes, em projetos que não são de cunhos universalistas. Embora eles tenham que ter um caráter nacional, eles têm que ser pensados e direcionados a públicos específicos.

Outro aspecto que eu quero chamar atenção é a continuidade do processo das avaliações desenvolvidas. Quer dizer, o Brasil não tem ainda, mas necessita uma cultura de acompanhamento, de avaliação dos programas e de projetos de políticas públicas. Um

dos grandes méritos dessa pesquisa, do meu ponto de vista, é que ela foi pensada antes de se traçar, ou há um momento de se traçar e de pensar estratégia de políticas públicas, o que é uma enorme novidade, aqui no Brasil.

Por fim, duas palavras apenas. A primeira, de que existe hoje uma masculinização no campo. Estamos falando em territorialização e é importante salientar isso, que é um fenômeno que já ocorreu no Europa, já ocorreu nos Estados Unidos, no princípio do século passado, até meados do século passado. Por quê? As mulheres tendem a ir mais à escola, aqui no Brasil, em um processo de desenvolvimento do que os homens. Por isso, encontram melhores serviços, possibilidades de emprego e de trabalho na zona urbana. Então, a tendência é que haja, hoje, já uma masculinização no campo, aqui no Brasil. Os jovens quando têm a partir de 14 anos há uma inversão na curva demográfica no campo. Outro aspecto que é crucial, ao pensar em políticas públicas nas escolas, é a valorização do professor. O professor necessita sentir-se valorizado, amparado, ter políticas que deem a ele o respaldo, tanto técnico como teórico, e também de ação que ele necessita para levar a cabo a missão que ele tem de educar o povo brasileiro. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Dr. Francisco. Nós vamos passar imediatamente a palavra à minha companheira Denise Carreira, que é aqui representante da ONG Ação e Educação.

SRA. DENISE CARREIRA: Muito obrigada, senadora. Então, bom-dia a todos e a todas. Cumprimento a Mesa, agradeço a Senadora Fátima Cleide e ao conjunto dos senadores e senadoras da Comissão de Educação pelo convite e pela oportunidade de diálogo sobre uma agenda tão relevante para a educação brasileira. Parabenizar pela iniciativa e ressaltar a importância desse debate no momento, no contexto de construção do novo Plano Nacional de Educação em discussão pelo Congresso Nacional, a partir das deliberações da Conferência Nacional de Educação, realizada em março de 2010.

Aqui estou como representante da Ação Educativa e da Relatoria Nacional para o Direito Humano da Educação, vinculada à Plataforma DHESCA Brasil. Na ação educativa temos mergulhado, por meio de pesquisas, produção de material educativo, incidência em processo de política pública e experiências com escolas nos desafios referentes ao enfrentamento do racismo na educação. Em especial, como avançarmos na implementação da LDB, alterada pela Lei 10.639, que tornou obrigatório o ensino de história e da cultura africana e afro-brasileira em toda a Educação Básica,

tema que também foi destacado pelo representante aqui da UNESCO. Também estamos finalizando uma pesquisa sobre a situação da mulher na educação brasileira, que tem como centro a problemática do sexismo em nossa educação.

Agora, falando um pouquinho da relatoria. A Relatoria Nacional para o Direito Humano da Educação é uma iniciativa da Plataforma DHESCA Brasil, vinculada à Plataforma Interamericana de Direitos Humanos. Inspirada pela experiência dos relatores especiais da ONU, em 2002, a plataforma criou os relatores nacionais de direitos humanos, com o apoio dos organismos da ONU, no Brasil. Atualmente, somos cinco relatores nacionais vinculados às áreas de saúde, cidades, terra e alimentação, meio ambiente e educação.

O foco da nossa Relatoria Nacional de Educação são as desigualdades e diversidades em educação. Em especial, o que chamamos de temas de menor visibilidade pública: na luta pela expansão do direito humano e educação de todos e todas. Nos últimos anos, já realizamos várias missões, entre elas sobre a educação nas prisões, educação e violência armada, educação indígena.

Em 2010, estamos dedicados ao tema: “Educação e racismo no Brasil”, no qual estão sendo abordados: a questão da intolerância religiosa contra estudantes, profissionais de educação e familiares, adeptos de religiões de matriz africana, a educação quilombola e o racismo no cotidiano escolar. Os relatórios, gerados pelas relatorias, são encaminhados às autoridades nacionais e às instâncias internacionais.

Bom, agora vou trazer algumas reflexões e propostas, a partir dos nossos estudos, experiências, visando contribuir para o debate que está colocado sobre diversidade na escola, no contexto da construção do novo Plano Nacional de Educação.

Em primeiro lugar, é inegável que as imensas diversidades, profundas desigualdades e os processos de discriminação presentes nas creches, escolas e universidades ainda estão muito longe de encontrar tratamento adequado pelas instituições educacionais. Predomina um discurso ancorado na ideia de direito universal de que todos são iguais, de uma diversidade que não reconhece as desigualdades, não valoriza as diferentes identidades, silencia ou se omite diante de um conjunto de discriminações e violações ocorridas no cotidiano. Tal situação aparece de forma intensa no que se refere à problemática estruturante do racismo na educação.

Nossa pesquisa consulta sobre relações étnico-raciais nas escolas, lançada em 2007, apontou como a problemática do racismo, já também levantada aqui pelo Professor Francisco, é negada, invisibilizada no

ambiente escolar por meio do discurso da democracia racial. Outros estudos nossos, de outras organizações do movimento negro e instituições de pesquisas revelam que o racismo se concretiza no cotidiano por meio não só das chamadas atitudes ativas, agressões, humilhações, apelidos e violências físicas, mas de forma mais sutil também, como já abordado, por meio da falta de reconhecimento, de estímulo da negação de uma história de resistência, da não valorização das diferentes identidades, da omissão diante de situações de discriminação e violência, da desatenção, da distribuição desigual de afeto em sala de aula, da baixa expectativa positiva com relação ao desempenho de crianças, jovens e adultos negros, de uma perspectiva marcada pela falta de esperança e por um futuro pouco promissor em termos de mobilidade social. Como diversas pesquisas apontam, essas situações cotidianas têm um impacto terrível na aprendizagem, no desenvolvimento da autoestima de pessoas negras e na manutenção de culturas discriminatórias no ambiente escolar, presentes também no todo da sociedade.

Diante de toda a desigualdade terrível, que marca profundamente o nosso país e a educação brasileira, que articula as variáveis de renda, raça, gênero, orientação sexual, origem regional, deficiências, credo religioso, entre outras, é fundamental que o novo Plano Nacional de Educação seja ousado, mobilize todos os mecanismos e instrumentos possíveis que existem para acelerar o enfrentamento dessas complexas problemáticas na educação e promover, efetivamente, a valorização de nossa diversidade.

Destacaria aqui três pontos que entendemos serem estratégicos nesse sentido, visando a construção do novo PNE. O primeiro deles é fundamental avançarmos rumo à combinação explícita entre o fortalecimento de políticas universais consistentes, coerentes, planejadas e políticas de ação afirmativa, destinadas a grupos historicamente indisciplinados. Ou seja, temos que superar um debate binário entre optar por uma ou outra, expresso muitas vezes na polêmica sobre as ações afirmativas no ensino superior. Temos que combinar explicitamente no novo Plano Nacional de Educação, de forma criativa, política universal e políticas de ação afirmativa.

O argumento da pobreza é insuficiente para explicar todas as nossas desigualdades. É necessário conjugar no tempo: estratégias, ações e políticas, que agilizem o processo histórico rumo a uma maior igualdade na educação brasileira. É fundamental também reconhecer que nenhuma política universal é igualmente para todos, ou neutra, quando falamos em desigualdades, argumento utilizado para questionar as ações afirmativas. Conectado a isso é necessário rever,

ampliar o nosso conceito de qualidade em educação e de aprendizagem, trazendo para a roda a valorização das múltiplas identidades humanas, das histórias silenciadas e dos diferentes saberes. A nossa escola ainda é centrada em um referencial eurocêntrico, branco e machista. Este modelo exclui cotidianamente milhares de crianças e jovens, com destaque para a situação dos meninos negros. A implementação das Leis 10.639 e 11.645, que estabelece respectivamente a obrigatoriedade do ensino, da história e da cultura africana e afro-brasileira-indígena, são grandes conquistas e desafios.

Reconhecendo todos os avanços obtidos nos últimos anos, em especial com a criação da SECAD. É necessário ir além, fazer com que a agenda de adversidade penetre e permeie mais estruturalmente as macropolíticas de educação, em especial de formação, avaliação, material didático, financiamento, ultrapassando ainda um quadro marcado por programas fragmentados, isolados dentro da política educacional. Ampliar o conceito de aprendizagem e qualidade é um desafio da democracia. Nesse sentido, as políticas de avaliação, que têm um papel muito forte de induzir as políticas educacionais, têm que se abrir para avaliar outras variáveis que impactem o processo de aprendizagem.

Um terceiro ponto, também já destacado pelo Professor Francisco, trata da valorização dos e das profissionais de educação e, especificamente, da implementação do piso nacional salarial dos profissionais de educação. Fruto de uma luta histórica gigante do movimento de profissionais, o piso foi aprovado em 2008, mas cinco governos estaduais entraram no STF questionando a sua existência e a lei ainda não está sendo cumprida em vários lugares. Pesquisas apontam, como a realizada pela Fundação Carlos Chagas, que cada vez mais os jovens talentosos fogem do magistério. Como valorizar a educação sem a valorização efetiva de seus profissionais, grande parte deles, com salários indignos. O novo PNE tem que prever as condições para o cumprimento da lei e a elevação, ao longo dos dez anos do seu valor, para que se equipare a outras categorias profissionais.

Associada à política de formação, de avaliação temos que avançar na diminuição do número de alunos e crianças, por turma e por professor; na fixação dos profissionais de educação nas unidades educacionais, superando o quadro atual marcado pela rotatividade, por professores que têm que trabalhar em várias escolas e com turmas lotadas. A valorização da diversidade, o enfrentamento das discriminações e desigualdades no cotidiano escolar exige a melhoria das condições de trabalho; exige a existência de um trabalho em equipe,

que consiga elaborar e implementar um planejamento de curto, médio e longo prazo; exige condições para construir vínculos com estudantes, familiares e comunidades em contextos sociais bastante adversos. O desafio é fazer com que a agenda da valorização dos profissionais seja assumida como uma agenda de toda a sociedade.

Agora, nessa parte final, queria tomar a liberdade de apresentar rapidamente a esta comissão uma grande preocupação com relação ao Projeto de Lei 191, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim. Ele já foi apreciado por essa comissão. Eu confesso que tomei conhecimento do projeto a partir do convite para esta audiência, já que um dos documentos enviados tratava do projeto. Sem dúvida, a problemática que motivou a iniciativa é de gigantesca relevância, que é a problemática da violência sofrida pelos professores e professoras nas unidades escolares. Esta problemática, ela precisa ser pesquisada, enfrentada de forma mais qualificada pelos gestores educacionais e discutida pela sociedade. É inadmissível que as professoras, os professores sofram ainda mais esta violência, fiquem isolados, vulneráveis em meio à omissão ou à falta de procedimentos que enfrentem o problema.

Porém, considerando toda a complexidade abordada anteriormente sobre os desafios da desigualdade brasileira e os processos de exclusão, manifesto, como representante da Ação Educativa e da Plataforma DHESCA Brasil, profunda preocupação com a abordagem do problema explicitada no projeto de lei. Apesar de termos certeza de não ter sido a intenção original do projeto, considerando toda a trajetória de luta pelos direitos humanos e pela igualdade racial do Senador Paulo Paim, em nosso entendimento, o projeto acaba se somando àqueles que defendem cada vez mais o recrudescimento das ações repressivas como solução de nossos problemas sociais, na qual se inclui a admissão da maioria penal.

Nossa leitura é que o projeto significa na prática o que poderíamos chamar de tolerância zero na escola; fragiliza o Estatuto da Criança e do Adolescente e as garantias processuais mínimas; estabelece procedimentos sumários de condenação, sem apreciação do contraditório; não favorece a construção de estratégias pedagógicas que mergulhem nas causas da violência e possibilitem a construção de ações coletivas. Como dito anteriormente, a problemática exige, sim, ação do poder público. Para isso sugerimos, entre outras ações, o estabelecimento de procedimentos precisos sobre o que o sistema e as escolas devem fazer em casos de violência. Esse é um ponto um.

O ponto dois, o fortalecimento da rede de proteção de direitos. Várias pesquisas apontam que a es-

cola ainda não conseguiu assumir o seu lugar na rede de proteção de direitos. O que gera e amplifica uma série de problemas que deverão ser enfrentados, de forma articulada, com outras instituições da rede, conforme pesquisa realizada também pelo Instituto Sedes Sapientiae, de São Paulo. A implementação, também como terceiro ponto, a urgência do investimento na implementação da Lei 11.525, de 2007, que estabelece a discussão dos conteúdos do ECA em toda a Educação Básica, contribuindo para a superação de visões equivocadas desta lei.

Entendemos, já concluindo, que o conjunto dessas ações, ou seja, de enfrentamento da problemática da violência e da explicitação de procedimentos, porque de fato as escolas, muitas vezes, ficam perdidas de como lidar e isso aumenta a vulnerabilidade das pessoas envolvidas. Entendemos que o conjunto dessas ações deve ser transformado em diretrizes nacionais, elaboradas pelo Conselho Nacional da Educação e pelo Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, visando estabelecer um conjunto de procedimentos que encare o problema não somente da violência contra os profissionais de educação, mas também outras violências ocorridas dentro da escola ou de origem externa que impactam o ambiente escolar, como as enfrentadas em regiões marcadas pelo fenômeno da violência armada.

Informo também que a Plataforma DHESCA e a Ação Educativa pretendem elaborar um documento, assinado por outras organizações e redes de educação e de direitos humanos, que explicita o nosso entendimento crítico com relação ao PL 191.

Mais uma vez agradeço a oportunidade de expressar essas considerações.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Denise.

Eu quero registrar aqui a presença do Senador Belini Meurer, do Daniel Ximenes, que é Diretor de Estudos e Acompanhamento das Vulnerabilidades Educacionais da Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade, SECAD; de Eneida Soller, que é Presidente do Conselho Brasileiro de Entidades Culturais; e do meu querido companheiro Toni Reis, que é Presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais.

Passo a palavra, agora, para o nosso querido Professor André Lázaro, que é representante do MEC, é Secretário de Educação Continuada e Diversidade do Ministério da Educação.

SR. ANDRÉ LUIZ DE FIGUEIREDO LÁZARO: Muito bom-dia a todos e a todas. Eu queria, em primeiro lugar, senadora, agradecer por esta oportunidade. Seu trabalho frente à Comissão de Educação tem

permitido que o Senado Federal acolha um conjunto de temas e debates que, de fato, são temas e debates pouco tratados na educação brasileira. Portanto, é uma honra atender a seu convite e creio que os demais convidados que compõem essa Mesa elevam a qualidade dessas abordagens a um patamar muito alto. Tanto o Professor Timothy, o Professor Francisco, a Denise, têm desempenhado importantes papéis nas suas áreas de atuação e creio que nesse sentido contribuem para a nossa reflexão.

Eu queria me somar às preocupações da Dra. Denise a respeito do PL, uma vez que a preocupação legítima de enfrentar as situações de violência, elas, a meu ver, devem buscar soluções educativas. Recentemente, eu estive participando de uma aula na Escola Superior de Guerra, quando defendi os temas que fazem parte da agenda da SECAD, os temas da diversidade, tratei dos temas da desigualdade. Um dos assistentes, um militar, questionava a existência de versões, nos livros didáticos brasileiros, sobre a Guerra do Paraguai que um pouco tiravam o brilho, que se atribui tradicionalmente ao papel do Exército Brasileiro naquele episódio tão sangrento e tão doloroso. O militar cobrava do Ministério da Educação uma atitude, diante do livro didático. Nós respondemos que a história é um debate aberto. O próprio material didático, que as escolas militares usam para se referir aos episódios de 64, é polêmico, a versão que oferecem. Portanto, os problemas da liberdade devem ser enfrentados com mais liberdade, que propicie o debate, abra as oportunidades e amplie as vozes que falam. Creio que, portanto, as situações de violência não se resolverão, a meu ver, com atitudes repressivas que se dirigem a alunos cuja condição socioeconômica são em geral muito frágil e cujo ambiente familiar nem sempre encontra pessoas que tenham vivido experiência escolar.

No Brasil, nós temos 60 milhões de pessoas, com 15 anos ou mais, que não frequentaram oito anos de estudos. A escola não foi uma experiência dessas pessoas. Agora, com o conjunto de ações que universalizam a Educação Básica, o programa Bolsa-Família, que permite o acompanhamento da frequência escolar das crianças, cria... Uma coisa que a pesquisadora da UFF comentava com muita propriedade, para nós, da classe média, estudar é um investimento de longo prazo. Os nossos pais, nossas mães, compreendendo isso, decidiram nos manter na escola 12, 14, 18, 20 anos, adquirindo o hábito do estudo. A família mais pobre, nós sabemos disso, vive é o dia, como se diz, é resolver cada dia um dia. O que significa que a perspectiva de longo prazo do investimento na formação dos filhos tem que ser construída como um horizonte de pertencimento à sociedade brasileira. Não está

dado para os mais pobres essa possibilidade de imediato, ela tem que ser construída. A família tem que entender que manter a criança na escola, não fazê-la aceitar qualquer serviço menor, que vai lhe dar cinco, dez reais, é muito melhor para a criança e para a família que ela permaneça.

Agora, isso é uma construção, é uma construção que se faz em diálogo e se faz com mais educação para todos, não apenas para as crianças, mais educação para os pais. Aí a agenda que o Professor Timothy traz da educação de jovens e adultos é tão estruturante quanto a Educação Básica, é tão fundamental quanto educação contra preconceito. Eu, talvez, na minha condição de representante de MEC não pudesse falar o que eu vou falar, mas é inevitável falar, porque eu sou professor da Educação Básica. A primeira violência na educação é do Estado contra o professor. As escolas, não raro, caindo aos pedaços, não raro, sem a estrutura necessária, o salário do professor não reconhecido, não valorizado. A minha filha tornou-se professora e recentemente me disse: "Vou sair da profissão, porque eu me imaginei daqui há 20 anos dando aula do mesmo jeito para as mesmas crianças, com o mesmo salário. Que horizonte eu tenho para a minha formação? Que carreira nos oferecem?". Portanto, há uma violência do Estado, não do governo, do Estado, de não colocar a educação no lugar em que nós desejamos que ela esteja.

Eu creio que esta Casa tem dado contribuições imensas para modificar essa situação. Deu a contribuição quando aprovou o FUNDEB e ampliou o financiamento da educação desde a creche até o Ensino Médio, incluindo a Educação de Jovens e Adultos. Esta Casa aprovou o piso salarial nacional do professor, que infelizmente mereceu cinco arguições de inconstitucionalidade, junto ao Supremo Tribunal Federal. Senhores e senhoras, o salário do professor, o piso é de R\$ 1.024,00 para 40 horas de trabalho; R\$ 1.024,00, para 40 horas de trabalho. Este é o piso, é de onde começa e, para muitos, hoje, é onde não chega ao final da carreira. Então, essa Casa tem tido um papel fundamental, creio que essa audiência pode colaborar para que a agenda de educação, no Senado Brasileiro, se fortaleça e encontre mais apoio para garantir as condições do professor.

É muito importante pensar e refletir sobre as condições da violência na escola, além dessa inicial que se constata de abandono, de perda de condições. A própria equipe da escola não é profissionalizada, em geral, ele é um servidor temporário. Ora, nós temos a convicção de que o porteiro da escola é um educador, nós temos essa convicção. A merendeira tem que ter clareza do seu papel na alimentação das crianças, não

pode, ela, também, repetir frases de discriminação, de exclusão, frases que estigmatizam os nossos alunos e que promovem o *bullying*.

A educação não se resolve com mágica, se resolve da maneira como essa Casa tem feito, analisa projeto, entende o problema, conhece os especialistas, ouve os argumentos para construir respostas. Sabemos, não há respostas imediatistas e de curto prazo, não há vacina para resolver a educação, há trabalho, trabalho, e o próprio trabalho tem que ser mesmo educativo.

A pesquisa que o Professor Francisco apresentou com muita propriedade, ela faz parte de um grande esforço que o Ministério da Educação tem feito de enxergar a educação no contexto em que ela se dá e não apenas uma transmissão de conteúdo em sala de aula, quer seja de português, de matemática, história, geografia. É mais do que isso. Como é que está o ambiente escolar brasileiro? Qual é o ambiente em que as crianças vivem? As nossas crianças passam três, quatro, cinco horas e graças a Deus, agora, já há crianças passando sete horas, oito horas na escola. Portanto, nós estamos ampliando a jornada escolar e isso é muito importante. Agora, em que ambiente? Para aprender o quê? Recentemente, um especialista da UNESCO em educação nas prisões dizia: "*O homem e a mulher aprendem sempre*". A questão é: o que e com quem? Esta é a pergunta, aprende o quê e com quem? A escola tem que ter um ambiente escolar em que todos possam ensinar e aprender, mas aprender direitos humanos, cidadania, respeito, arte, cultura, esporte. É essa a escola que a gente pensa e essa escola, nós acreditamos, ajuda a ser uma escola menos violenta, temos exemplos e temos trabalho nessa área.

O Ministério da Educação, em parceria com a UNESCO, tem um programa chamado Escola Aberta. São duas mil escolas no Brasil que abrem nos finais de semana, nas regiões mais pobres das cidades, nas regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica. Recentemente, a UNB fez uma pesquisa universal com essas duas mil escolas. Constatação mensurada: diminuiu a violência no interior da escola e no entorno da escola. O sentimento de pertencimento que a comunidade passou a ter com a escola faz com que a própria comunidade zele pela escola, diminuíram as pichações, diminuíram os arrombamentos, diminuiu a violência física no entorno da escola e dentro da escola, porque a comunidade toma a escola como sua.

O Ministro Fernando Haddad fala com frequência que ele gostaria que a escola, no Brasil, não fosse estadual, municipal ou federal, fosse pública. É o sentimento de a comunidade dizer: "Essa escola é minha,

eu vou zelar por ela, porque ela vai garantir o futuro dos meus filhos”.

Esse é o sentimento que nós temos que construir e não se constrói sentimento por meio de repressão, se constrói por meio de mais educação, mais diálogo. É difícil? Sim, é difícil, é difícil. Nós não chegamos ainda, estamos chegando nesse ano a 5% do PIB para a educação. A UNESCO recomenda 6%. Países com histórico nosso, com 14 milhões de analfabetos, 16 milhões de pessoas sem quatro anos de estudo, outras 30, sem oito anos de estudo, completando quase 60 milhões de brasileiros que não completarem o Ensino Fundamental. Um país como esse tem que colocar um aporte adicional.

Eu sou do Rio de Janeiro, o Rio de Janeiro ficou sem construir escolas de Ensino Médio durante mais de 30 anos, mais de 30 anos. Eu era professor do Ensino Médio do Rio de Janeiro, tive alegria de dar aula na gloriosa Ilha de Paquetá, para onde eu pegava uma lancha para ir. Chegava na escola era uma escola municipal, com alunos do Ensino Médio e que não cabiam na carteira, porque a escola era para criança. Eles se acomodavam na carteira, mas não entravam na carteira, porque eles eram maiores do que a cadeira e do que a carteira. Essa era uma escola da rede estadual do Rio de Janeiro. O Governador Sérgio Cabral tem trabalhado para melhorar, a Secretária Tereza Porto tem feito um trabalho, mas é preciso muito investimento, muito investimento. E não uma escola que seja repetição do que nós sabemos, porque essa escola meramente conteudista, que não leva em conta a pessoa do aluno, essa escola não fará a transformação que precisamos.

Recentemente, o Ministro Fernando Haddad conversava com a Secretária da Educação Básica, Professora Pilar, e dizia: “É curioso...” - acho que o Toni, essa, ele compreende muito bem. A escola brasileira esqueceu o corpo das pessoas, ignora o corpo do jovem. Vamos lembrar quando nós tínhamos 15, 16, 17 anos. Era um corpo transbordante, o corpo não cabia na gente. Eu me lembro, acho que é uma experiência de todo mundo, na adolescência derrubar garrafas d'água no jantar com os pais, porque o tamanho do braço tinha crescido da noite para o dia, você se espalhava e esbarrava tudo. A escola brasileira não cabe o corpo do aluno, o aluno tem que ficar sentado quatro horas olhando para frente, ouvindo e escrevendo. Não é isso, não é isso.

Então, tem uma necessidade de investimento para que a Academia nos ajude a pensar como é que a gente trabalha para que esse jovem tenha a escola como sua: “Essa escola é minha. Eu aqui acesso o computador, eu faço trabalho, eu crio amigos, eu tenho

relações com várias pessoas, eu conheço o mundo, eu interpreto”. Esse esforço tem sido feito, tem sido feito da expansão das universidades federais, dos institutos federais, na expansão da escola técnica, no apoio ao Brasil Alfabetizado, para atender os pais dessas crianças, também no enfrentamento do tema dos preconceitos e o tema da discriminação na escola.

Eu fiz aqui - o tempo não vai dar - um conjunto, mais ou menos, curto. Que desafios nós temos? Primeiro, jovens e adultos, eles têm que voltar à escola. Quero registrar aqui uma coisa, que para mim é o desafio da década, o Brasil está crescendo e se tudo corresponder a o que as estimativas falam, nacionais e internacionais, o Brasil vai crescer de modo sustentável nesta década. Se nós não tivermos atenção para a equidade, nós vamos fazer um país mais desigual do que aquele que temos hoje, que é um dos mais desiguais do mundo. Então, não adianta crescimento sem olhar para as pessoas, é central isso, e educação é instrumento.

Então, ao crescer vamos... Como é que nós vamos incluir jovens e adultos, de baixa escolaridade, nas oportunidades de emprego? Como é que vamos oferecer, aquilo que o Professor Francisco chamava, alternativas para que a juventude do campo não saia do campo e lá permaneça. Eu recebo com muita honra o MST, a CONTAG, quero aqui registrar, que são esses movimentos sociais do campo tão demonizados em alguns discursos e que vão ao Ministério da Educação dizer: “Professores, nós queremos educação para os nossos filhos. Nós queremos que os nossos filhos possam ficar no campo, permanecer no campo e aprender no campo”. Eu não estou aqui corroborando outras atitudes desse movimento, mas lhes digo, em educação, é quem senta à mesa conosco para discutir. Como a BGLT que senta à mesa com o ministro e diz: “As travestis brasileiras não querem ser profissionais do sexo. Elas querem ter a sua orientação sexual atendida, mas querem ter a sua escolha profissional, não querem obrigatoriamente submeter a essa situação. Elas precisam, portanto, permanecer na escola e a escola tem que acolhê-las”. A gente, na comissão nacional, no GT Brasil Sem Homofobia, a gente vê o drama de pessoas que tiveram que procurar caminhos na vida para sobreviver, porque a escola não foi capaz de acolher a sua singularidade.

Recentemente, em um programa de televisão, em um debate da universidade americana, um reitor dizia: “Adversidade é pedagógica”. Essa frase [soa a campanha] para mim, ela é sintética... Eu termino no próximo minuto. Adversidade é pedagógica. É essa escola inclusiva, onde está a pessoa deficiente, onde está o gay, a lésbica, o negro, o pobre, o rico, o bonito, a

bonitona. Essa escola diversa é que forma um cidadão capaz de lidar com o desafio do mundo, porque nós não vamos escolher no mundo onde vamos conviver. Então, a escola pode fazer isso, ela tem se esforçado para fazer isso, mas sem professor remunerado, sem espaço físico, sem essa atenção que esta comissão tem dado ao tema, nós não vamos avançar.

Recentemente, fizemos alguns estudos sobre a evolução da escolaridade média da população brasileira, nos últimos anos. Pegamos um retrato da população, com 20 a 25 anos, e fizemos os segmentos: a população 25% mais pobre do Brasil; a população do campo; a população negra. Qual foi a outra? E o Nordeste, que é a região de menor escolaridade no Brasil, por enquanto, e espero que mude isso. A boa notícia: a média nacional de escolaridade da população, de 20 a 25 anos, cresce 0,2 por ano, ou seja, em 10 anos se alcança mais dois anos de escolaridade média da população. Precisamos melhorar esse ritmo. Quando você olha para o campo, ele está crescendo a 0,3 por ano, ou seja, em dez anos vai ganhar três anos, mas como o campo tem uma parte de uma base menor, nós precisamos acelerar o crescimento do campo. A população mais pobre também está crescendo a uma velocidade de 0,27 por ano, ou seja, 2,7 anos em dez, precisa de uma atenção. Ele já está na escola, já está permanecendo e aprendendo.

O Daniel Ximenes, que dirige essa área, tem feito um trabalho importante de mensuração da permanência na escola das nossas crianças. Elas permanecem mais, aprendem mais e passam. Além disso, a população mais pobre do Brasil também tem ganhado uma velocidade maior de alcance da escolaridade média. Portanto, os indicadores que nós temos, hoje, apontam que estamos conseguindo dar uma atenção diferenciada a melhor para aqueles que sofrem, hoje, de maior defasagem no acesso educacional.

Mas para concluir, eu não tenho dúvida, nós estamos apenas começando. Há um longo e imenso trabalho pela frente a ser feito. Acho que essa comissão, pelo modo como tem pautado nossos debates, pelos convites que o MEC tem recebido, pelos quais eu agradeço imensamente, pode colaborar para que nós tenhamos no Plano Nacional de Educação um olhar de dez anos que diga como queremos que daqui há dez anos estejam as nossas crianças, os nossos adolescentes, nossos jovens e adultos. Essa Casa tem uma boa tradição de lutar pela educação, acredito que quando o PNE aqui chegar receberá boas contribuições e poderá nos oferecer um horizonte otimista com relação à educação brasileira. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Professor André Lázaro. Quero registrar aqui a presença do Senador Paulo Paim, que é autor do requerimento, e também o primeiro inscrito para fazer as suas considerações.

Dizer que esta audiência, ela cumpre uma deliberação desta Comissão de Educação de realizar uma série de audiências públicas para discutir as questões relacionadas à diversidade nas escolas, com relação a étnico-racial, à orientação sexual, socioeconômica, necessidades especiais, gênero e territorialidade. A partir da realização dessa audiência, nós ficamos devendo apenas a audiência sobre a questão das necessidades especiais.

Dizer, Senador Paim, que nós sabemos da sua ausência, porque estava na Comissão de Assuntos Sociais. Aqui na exposição houve uma consideração muito interessante da Denise a respeito do projeto apresentado por V. Exa., que é o PL 191 que também foi corroborada na fala do André Lázaro. Agora, V. Exa., tem a palavra.

Eu até iria fazer algumas considerações, mas com a presença de V. Exa., eu deixo para que o senhor faça as considerações inerentes e, inclusive, ao PL 119.

Esta Audiência Pública, eu acredito, colabora bastante para que a gente possa, aqui na Comissão de Educação, analisá-lo com mais carinho ainda do que já teríamos e considerar, inclusive, as sugestões trazidas até aqui. Com a palavra o Senador Paulo Paim, que é autor do requerimento, junto com o Senador Cristovam Buarque, Senador Flávio Arns, Senadora Ideli Salvatti e esta senadora que vos fala.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Fátima Cleide, eu vou tentar sintetizar ao máximo a minha fala. Primeiro, pedindo desculpa a Sra. Denise, ao Sr. Francisco, ao Sr. Timothy e ao Sr. André. Já economizei inclusive no nome, só fiquei no primeiro nome, acho que é mais direta a relação.

Mas deixa eu dizer para vocês por que as desculpas, não é? Tem quatro comissões votando. Em esforço concentrado, você tem que estar lá votando. Eu tinha cinco projetos na CCJ, o Senador Simon ainda me liga e diz: "Olha, Paim, se você não vier para cá vai cair dois". Eu digo: "Senador, pede vista, então". Mas ele pediu vista. Na Assuntos Sociais, eu era relator de três e autor de dois. Então, cinco projetos. Tem que ter quórum e, se sai, acaba não votando.

Mas eu quero dizer, primeiro agradecer a todos pela presença aqui. Embora os senadores não estivessem aqui, eu sei, em um grande número, mas eu sou um fã de audiências públicas, porque os senhores não estão falando somente com os senadores. Eu sei que os senhores sabem isso, mas eu também sei disso.

Vocês estão falando para o Brasil, o Brasil fica sabendo o que nós estamos pensando da violência nas escolas. Enfim, nessa complexidade, que essa audiência aqui ampliou o debate. Com certeza, nós vamos receber todo esse material e vai contribuir para pautar a nossa atuação, aqui dentro do Senado.

Mas deixa eu dizer só esse dado. Eu trabalho muito com as pessoas com deficiência, tanto que nós somos autores do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Então, a próxima audiência que vai acontecer vai tratar também dessa questão. Eu sou daqueles que defende a livre orientação sexual, por isso a importância desse debate o combate à discriminação do nosso povo, nossa gente, como também a questão religiosa. É preciso que todos tenham essa liberdade, não é? Eu sou daqueles que trabalha muito com a questão do negro e, felizmente, o Presidente Lula acabou de sancionar o Estatuto da Igualdade Racial. Alguns dizem: “Ah, mas não é o ideal”. Claro que não é o ideal, como não era ideal a Lei Áurea. Nem por isso nós, negros, voltamos para a senzala e dizemos: “Olha, queremos continuar escravo”. Claro que é uma peleia permanente. É uma construção que nós estamos fazendo, como a Lei Afonso Arinos não foi a ideal, como o estatuto também não é o ideal. Agora, não reconhecer que é um passo à frente é não conhecer a nós todos e não conhecer o Presidente Lula, que está com um prestígio de até 90%. Ele sancionou, porque ele sabe que é um passo à frente.

Esse debate da violência nas escolas, eu quero dizer que quando eu apresentei, são dois projetos, Denise, você deve ter falado desse, que é o principal e eu apresentei com muita tranquilidade. Quem me entregou essa proposta foram professores, lá do Rio Grande do Sul, e alguns perguntaram: “Olha, essa posição para evitar a violência nas escolas quem olhar vai dizer que tu estás protegendo só o professor”. Eu disse: “Olha, e que bom se eu estou protegendo o professor, não é?”. Se eu estou protegendo ele é porque alguma coisa está acontecendo, senão eu não iria com esse projeto querer proteger os professores. E alguém me disse: “Olha, vai te dar problema com os estudantes”. Não criou problema nenhum com os estudantes. Eu posso lhe adiantar a todos, eu sei que você não se referiu nesse aspecto, mas eu quero dizer que conversei muito com os estudantes e eles entenderam, também. O projeto tem essa amplitude, ele visa garantir a paz, a cultura da paz nas escolas. É isso. A cultura da paz nas escolas é bom para todos, é bom para o estudante, é bom para os pais, é bom para os professores, enfim, é bom para o país.

Então, eu estou muito animado com os dois projetos. Quero dizer, mais uma vez, que quem construiu

os projetos foram os próprios professores e eu fui instrumento, como a gente é aqui dentro, não é? A gente é o instrumento da democracia para fazer que o rufar dos tambores na rua, como eu digo sempre, se ouça aqui dentro do Parlamento. E é isso que a gente faz. Os senhores aqui bateram os tambores, hoje, e eu fico feliz, não é? Bateram e [ininteligível]: “Olha, a sociedade pensa isso e o Executivo pensa isso”.

O Brasil tem que ter, de fato, muito, muito carinho com esse tema, combater crack, combater enfim as drogas, combater o álcool, que é um crime para mim, tudo começa com álcool e termina depois com o crack, e aí a pessoa não tem mais volta, porque o cara primeiro pensa que um copinho de cachaça ou de cerveja a mais não vai lhe fazer mal e ele vai vendo que depois ele quer algo mais. Aí dá no que aconteceu e termina na violência permanente dentro das escolas. Eu sei que não é a questão somente das drogas, não é? Nós sabemos que é toda uma questão que vem da formação que ele recebeu, enfim, e que eles precisam de ajuda. Inclusive, aquele menino ou menina que chega na escola com essa posição de rebeldia e violência. Eu prefiro a rebeldia no campo das idéias, eu mesmo sou considerado meio rebelde, aqui dentro do Senado, no campo das ideias, mas eu faço com muita tranquilidade. Enfim, agradecer muito a todos vocês. Eu sei que o que vocês hoje explicitaram aqui na fala, cada um que aqui falou, vai ser de grande valia para todo o povo brasileiro.

Muito obrigado, nós estamos só em dois, mas eu me dou o direito de bater palma a todos vocês.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senador Paim.

Pergunto se o Senador Belini gostaria de fazer uso da palavra.

SENADOR BELINI MEURER (PT-SC): Sim, gostaria, senadora. Eu quero cumprimentar a todos os palestrantes, a Senadora Fátima, Senador Paim, todas as pessoas que estão participando dessa nossa audiência.

Eu quero comungar também da ideias que os senhores dispuseram, também me preocupo, também sou educador, sou professor e com isso não poderia ficar de fora deste debate. Eu penso que violência não se combate com violência. Com ideias, com razão, eu acho que com isso a gente consegue achar meios, caminhos de fazer alguma coisa melhor, uma sociedade um pouco melhor. Não gosto muito da ideia de colocar culpas, tal entidade é culpa, o povo é culpado, aí eu saio do povo, eu não tenho a culpa. O parlamentar é culpado, então, a culpa está ali. O Executivo tem a culpa, então, ali está a culpa. Eu acredito que nós todos

devemos chamar para nós: o Executivo, o Legislativo, o Judiciário, as universidades, os professores, os cidadãos e todos juntos pensarmos a educação. Todos nós precisamos pensar juntos. A educação não pode ser feita de cima para baixo, ela precisa ser pensada.

Eu gostaria, Senador Paim, de relatar um fato que eu acho que ilustra um pouco isso. Eu estava em uma... Fui convidado por uma professora das séries iniciais aos trabalhos que ela estava desenvolvendo com seus pequenos alunos. Eu olhei em um determinado lugar na parede que estava uma série de regras: pode isso, não pode isso, pode isso e não pode isso; várias regras. Aí eu fiquei curioso e eu perguntei para ela: "Como é que vocês fazem isso?". Ela disse assim: "No início do ano, nós nos organizamos, todos juntos - as crianças e ela - colocamos ali naquele cartaz tudo o que nós podemos e o que não podemos fazer". Eu perguntei: "E eles obedecem?". "Obedecem, obedecem piamente porque eles também fazem". Ela disse: "Um dia, eu cheguei chupando uma bala. O menino levantou a mão rapidamente e disse: 'Professora, a senhora está comendo e ali está escrito que não pode comer'". Ou seja, as regras não podem ser feitas de cima para baixo. Se nós quisermos que as pessoas pratiquem, que as pessoas obedeçam, sigam. As pessoas precisam ser chamadas para ajudar a fazer essas nossas regras.

Então, eu acredito que uma educação justa, uma educação sem discriminação, é uma educação que chama todos os interessados para discutir junto o que é melhor para essas pessoas. Eu acredito que se nós começarmos a pensar desta forma, nós vamos caminhar para uma sociedade melhor.

Eu quero agradecer por esta oportunidade, parabenizar imensamente esta iniciativa de fazer um trabalho desta natureza. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senador Belini. Eu gostaria também de agradecer muito aqui a presença e a colaboração que trazem para o nosso trabalho, nesta comissão, todos os convidados que aqui compareceram.

Dizer que nós realmente quando nos debruçamos para estudar esta questão da violência, estudar a questão da diversidade, nós temos a compreensão de que não há uma receita única, não há uma única forma de fazer. Mas que a valorização, a formação do professor, a valorização profissional que passa não apenas pela instituição do piso salarial, que tem toda a história que foi lembrada aqui pela Denise e pelo André Lázaro, mas passa também pelo estabelecimento de uma carreira. Aí eu quero concordar com o que foi dito pela Denise e pelo André, principalmente com o

André, com o papel que tem de representante do Estado nesta Mesa, ter a ousadia e a coragem de dizer que o Estado Brasileiro é omissos, pelo menos, é pelo menos omissos. Aí nós temos que entender o Estado como o conjunto de poderes, não é? Quando o Judiciário passa mais de um ano para discutir o mérito da questão do piso salarial, ele tem uma responsabilidade muito grande. Eu me entristeço porque essa responsabilidade, hoje, está na mão de uma pessoa que vem justamente desta classe, que é a classe trabalhadora, que é uma pessoa que lutou muito para estudar, para sobreviver, que é o Dr. Joaquim. Então, eu me entristeço com isso.

Dizer aqui, como o André Lázaro falou, com todas as letras, é importante para que a gente toque nas nossas feridas. Não apenas é importante tocar nas feridas, mas é importante apontar os caminhos, ter a coragem de executar aquilo que é a política pública e que deve ser feito o mais rápido possível, para que a gente possa não no ano que vem, mas pelo menos daqui há dez anos ter uma realidade diferente neste país.

Então, eu quero dizer que é extremamente importante a pesquisa feita pelo Dr. Francisco. Ele comentava aqui comigo... Está difícil terminar porque as coisas são vários passos que precisam ser dados. Não se dá passos um atrás do outro, simplesmente, é um processo e um processo requer tempo.

Agradecer a presença do Dr. Timothy também, aqui representando a UNESCO. Parabenizar a UNESCO por essa disposição de parceria com o Governo Brasileiro, para que a gente possa dar esses passos e avançar.

Dizer que esta valorização profissional, que a gente tanto reclama, ela depende também um pouco mais do nosso esforço. Nós temos um projeto de lei, na Câmara Federal, apresentado pelo Deputado Carlos Abicalil, que discute, que quer instituir as diretrizes nacionais de um plano de carreira. Quando a sua filha, André Lázaro, diz: "Quero sair porque daqui há 20 anos eu não tenho um horizonte. O meu horizonte vai ser o mesmo na educação". É porque falta... O horizonte que falta é justamente a carreira, a definição de uma carreira. Se nós não temos o Estado Brasileiro definindo uma diretriz, que seja nacional... Imagina se o Município de Cabixi, lá no Estado de Rondônia, vai querer se interessar em garantir carreira para o profissional da educação.

Aí nós nos entristecemos mais ainda, porque a filha do André Lázaro ainda quis ser professora. Eu tenho três e nenhum deles quis ser, nenhum deles quis ser. E eles fazem parte das estatísticas. As estatísticas, hoje, mostram: apenas 2% dos jovens brasileiros querem ser professores. E esses que estão no

magistério, infelizmente não podem continuar sendo submetidos à violência, que infelizmente... Que essa violência do Estado, que destrata quando paga mal, destrata quando não dá condições de trabalho, destrata quando não garante carreira, não é verdade? Muito menos a violência que ocorre em função desse cotidiano e que está retratada na pesquisa, que aqui foi apresentada a síntese pelo Professor Francisco. A Prova Brasil mostra exatamente onde há maior preconceito, há menor... Há uma relação direta, maior preconceito, menor aproveitamento do conhecimento que a escola pode oferecer.

Portanto, eu acho que o diagnóstico está aqui, cabe a todos nós: o Estado, a sociedade, o Congresso, construirmos as políticas públicas neste momento para indicar, pelo menos, os caminhos para a superação desses resultados.

Eu gostaria, antes de encerrar, passar aos nossos convidados a palavra. Iniciando pelo André, que foi o último a falar, por três minutos, para que possam fazer as suas considerações finais e diante, inclusive, do que foi dito pelos outros convidados na Mesa.

Com prazer, André Lázaro.

SR. ANDRÉ LUIZ DE FIGUEIREDO LÁZARO: Muito obrigado, senadora.

Eu queria retomar um aspecto do tema, que é a questão socioeconômica e territorial, colocar à disposição dos Srs. Senadores os estudos que o Daniel Ximenes, Diretor da área do SECAD, tem feito sobre o acompanhamento da frequência escolar das crianças beneficiárias do Bolsa-Família e seu rendimento escolar.

Senador, um terço das crianças da rede pública brasileira são filhas de beneficiários do Bolsa-Família, metade dos alunos do Nordeste, da rede pública, são beneficiários do Bolsa-Família. Então, nós temos aí um universo muito significativo. Tem sido feitos os estudos para que a gente acompanhe e dê melhor atenção, tanto na gestão do programa, quanto no atendimento pedagógico na escola.

Então, temos aí um conjunto de materiais que eu teria muita honra e prazer em entregar aqui ao Senado, se considerasse oportuno. Segundo, Senadora Fátima Cleide, eu me atrasei hoje e pelo o que eu peço desculpas a todos, porque--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já estamos solicitando, só para dizer.

SR. ANDRÉ LUIZ DE FIGUEIREDO LÁZARO: Está bom, está bom.

Segundo, senadora, eu me atrasei hoje, porque abria, agora na UNB, o II Congresso Nacional de Pesquisadores na Educação do Campo, o III Encontro Nacional de universidades que estão formando pro-

fessores para o campo e o I Congresso Internacional de Pesquisadores do Campo. Então, o MEC tem feito um trabalho procurando focalizar a questão do campo na sua singularidade e é muito complexo.

Eu dizia, Senador Paim, que dos 338 mil professores, hoje, que dão aula no campo, 200 mil não têm nível superior. Esse é o tamanho do nosso desafio. Nós criamos um programa para formar professores para o campo, aprendendo com o sistema [soa a campainha] de alternância, o regime de alternância tempo-escola e tempo-comunidade. Estamos atendendo aproximadamente cinco mil, faltam 195 mil. Então, a Casa dá atenção a esse assunto. Nós do MEC nos sentimos fortalecidos, porque é uma parceria fundamental pra nós.

Muito obrigado pela oportunidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, secretário, mais uma vez, pela sua disposição de sempre contribuir com a Comissão de Educação.

Passamos a palavra, então, para o Dr. Francisco José Albuquerque.

SR. FRANCISCO JOSÉ BATISTA DE ALBUQUERQUE: Muito obrigado, senadora. Rapidamente. Primeiro, quero novamente enfatizar o meu agradecimento por haver podido participar dessa pesquisa e por estar aqui podendo apresentá-la.

Os senhores talvez não imaginem o que é ser um pesquisador, um acadêmico de universidade do Nordeste, como a Paraíba, e ter a possibilidade de participar de uma pesquisa como essa, que nós sabemos que tem implicação direta nas políticas públicas.

E gostaria de dizer, portanto, que essa pesquisa, ela está em uma fase em que nós estamos agora tratando melhor os dados e ela está disponibilizada no sítio do INEP, porque o nosso desafio agora é atrair a comunidade acadêmica, para que possa trabalhar melhor e mais especificamente esses dados. Nesse sentido, ela vai ser... Esperamos até o final do ano devemos publicar um livro a respeito dessa pesquisa, a SECAD deve publicar esse livro. Temos um outro desafio, que é de traduzir essa pesquisa para os professores e para a comunidade escolar. A nossa linguagem, em geral, é muito hermética, nós usamos conceitos e tal. Então, temos agora o desafio, além desse livro, de escrever espécie de cartilhas em que nós possamos discutir esses resultados e devolver esses resultados para a comunidade de onde ele partiu e para onde deve voltar.

Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui com vocês.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Professor Francisco.

Passo a palavra para o Dr. Timothy.

SR. TIMOTHY DENIS IRELAND: Eu queria também comentar, com muito orgulho, que eu também sou professor da Universidade Federal do Paraíba. Então, a Paraíba está muito bem representada nessa Mesa. Mas--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para dizer que vocês têm um gaúcho aqui cidadão paraibano. Eu ganhei o título lá de cidadão da Paraíba.

SR. TIMOTHY DENIS IRELAND: Eu queria fazer três comentários muito rapidamente.

Primeiro, o comentário que a Denise fez sobre a dificuldade e a importância de desenvolver políticas, um argumento binário de desenvolver políticas, que são ao mesmo tempo universais e contemplações afirmativas. Eu tenho usado a imagem de buscar... A educação sempre busca a simetria, quando o que nós precisamos é buscar, abraçar a simetria. Não podemos fazer da educação um ato homogêneo, precisamos fazer da educação um ato heterogêneo. Para caber dentro da educação, nós temos que contemplar todas as diversidades, todas as necessidades de aprendizagem e isso não pode ser colocando todas as crianças, jovens e adultos na mesma caixinha. Isso é um desafio muito grande para quem desenvolve políticas nacionais de educação.

Eu acho que o microcosmo disso é o caso em que tanto Denise como eu estamos envolvidos na questão da educação em prisões. Porque você tem o desafio de desenvolver a educação, que é fundamentalmente um processo de diálogo, um processo de desenvolvimento urbano, um processo de libertação em um espaço extremamente repressivo. Como conjugar [soa a campanha] segurança e educação.

Eu acho que quando falamos sobre a necessidade de garantir a segurança do professor, no espaço da escola, a gente não pode permitir que isso crie um espaço repressivo. Eu acho que a educação só se nutre da liberdade, esta possibilidade de discutir, dialogar, entre aluno e professor. Então, como buscar uma educação que permite que o professor tenha toda a segurança necessária para desenvolver as suas funções, sem limitar a liberdade que o aluno precisa para aprender.

Agradeço muito, em nome da UNESCO, essa possibilidade de contribuir e participar da Audiência Pública.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Nós é que agradecemos. Denise.

SRA. DENISE CARREIRA: Eu também agradecer essa oportunidade de mais uma vez estar aqui, de ouvir também aqui os colegas, os parceiros de várias e várias caminhadas. Destacar que a pesquisa, que foi aqui apresentada pelo Professor Francisco, ela é uma conquista para todo o nosso campo que atua pela diversidade. Então, ao revelar essa relação também

entre desempenho e discriminação, essa pesquisa realmente é muito importante para nós, é muito importante, além de outras questões como a relação entre as várias discriminações e tal. Então, essa pesquisa é uma conquista para todos nós e muito comemorada.

Dizer que como relatora nacional para o direito humano e educação manifestar que nós temos muito interesse em apresentar os nossos relatórios à Comissão, aqui de Educação, do Senado. Esse ano, nós estamos dedicando ao tema: "Educação e Racismo", abordando três questões: intolerância religiosa nas escolas, com relação às religiões de matriz africana; educação quilombola; e, racismo no cotidiano escolar. Então, manifestar aqui o nosso interesse de poder estar mais articulado com a comissão. A gente vem apresentando mais na Comissão de Educação, da Câmara, os nossos relatórios. Então, essa possibilidade. Com relação--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sem querer me meter, convocação já.

SRA. DENISE CARREIRA: E com relação ao PL, senador. Então, eu primeiro, assim, manifestar toda a gigantesca admiração que temos pelo seu trabalho. Até destaquei bastante isso, como um ativista pelos direitos humanos, pela igualdade racial. Então, toda a crítica apresentada, ela parte desse ponto, do nosso reconhecimento pelo seu trabalho e entendemos que estamos no mesmo campo, não é?

Agora, nós apresentamos algumas questões que nos preocupam no PL e que a problemática [soa a campanha] é extremamente relevante. Ela precisa ganhar visibilidade, ela precisa ganhar uma agenda e ações concretas, mas de fato a gente se preocupa com vários pontos. Gostaríamos de conversar depois com o senhor, trouxemos aqui também propostas concretas, também, no sentido de colaborar para isso.

Muito obrigada mais uma vez.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Muito obrigada, Denise. Mais uma vez eu quero agradecer a todos os convidados, agradecer ao Senador Paim, Senador Belini, Senador Inácio Arruda, Senador Cristovam que aqui passaram.

Lembrar o que disse o Senador Paim, a importância de fazermos esse debates, aqui nessas audiências públicas, ela é muito grande. A Agência Senado está cobrindo todo o nosso trabalho aqui. A TV Senado, ela fica reprisando e, principalmente, nesses momentos de vácuo legislativo, várias vezes oportunizando a toda a população brasileira que tenha acesso ao que aqui é discutido.

Então, nós agradecemos a presença de todos e encerramos os nossos trabalhos por hoje.

Até a próxima, muito obrigada.

Sessão encerrada às 12h16.

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA
DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO
E CONTROLE – CMA**

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE MAIO DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às onze horas e cinquenta e um minutos do dia quatro de maio de dois mil e dez, na sala de reuniões nº 6, Anexo II, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os (as) Senhores (as) Senadores (as) **VALTER PEREIRA, GILBERTO GOELLNER, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, JEFFERSON PRAIA, FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, VALDIR RAUPP, JAYME CAMPOS, ALVARO DIAS** e **FLEXA RIBEIRO**. Presente também o Senhor Senador **PAULO PAIM**, não membro da Comissão. Deixam de comparecer os (as) Senhores (as) Senadores (as) **JOÃO RIBEIRO, GILVAM BORGES, HÉLIO COSTA, KÁTIA ABREU, HERÁCLITO FORTES, ELISEU RESENDE, ARTHUR VIRGÍLIO** e **GIM ARGELLO**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta. **Item 1) REQUERIMENTO Nº 14, DE 2010-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que “requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, e com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, Audiência Pública, com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010 que ‘Cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências’ com os seguintes convidados, sem prejuízo de quaisquer outras sugestões: 1) Economista do IPEA, Sr. Marcelo Piancastelli; 2) Secretário de Macro avaliação do TCU, Sr. Maurício de Albuquerque Wanderley; 3) Coordenador do Projeto

de Extensão da UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense), professor Hamilton Garcia; e 4) Consultor Legislativo do Senado Federal, Sr. Paulo Springer de Freitas”. Autoria: Senador Renato Casagrande. Resultado: Aprovado. **Item 4) REQUERIMENTO Nº 17, DE 2010 – NÃO TERMINATIVO**, que requer, “nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA para solicitar esclarecimentos às instituições convidadas abaixo, sobre as políticas públicas sob responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO, bem como sua atuação no Estado do Amazonas, com a participação dos seguintes representantes: 1) Representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO; 2) Representante do INCRA; 3) Representante do Instituto de Terras do Amazonas – AM; 4) Representante da Secretaria do Estado de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas; 5) Representante do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM; 6) Presidente da Associação dos Municípios do Amazona; e 7) Representante do Ministério de Meio Ambiente”. Autoria: Senador Jefferson Praia. Resultado: Aprovado. **Item 5) REQUERIMENTO Nº 18, DE 2010 – NÃO TERMINATIVO**, que requer, “nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso X, e artigos 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, ao Ministro de Estado da Fazenda, as seguintes informações sobre as operações realizadas pelo Banco do Brasil S/A e o governo do Estado de Minas Gerais, tendo como objetivo a administração da Folha de Pagamento dos servidores estaduais e a exclusividade na concessão de crédito consignado: 1) Valor total dos dois contratos firmados cujos objetos são: a) a compra dos direitos de administração da Folha de Pagamentos dos servidores estaduais; e b) Preferências e exclusividade para operar a concessão aos servidores públicos do Estado na modalidade do crédito consignado. 2) Quem, no Banco do Brasil S/A, autorizou a operação, e se a decisão tem o respaldo do Conselho de Administração. 3) O instrumento contratual, com os intervenientes, com as condições, o objeto, os valores, a data, as obrigações pactuadas, as vantagens recíprocas, os signatários. 4) O mesmo contrato ou semelhante já foi realizado com outros governos estaduais ou municipais, e em que condições. 5) O suporte legal para a autorização das operações que resultem dos contratos. 6) O Banco do Brasil S/A promoveu a antecipação ou adiantamentos de valores, por conta da contratação, ao governo de Minas Gerais. 7) A Instituição Bancária

tem conhecimento de como serão aplicados os valores de R\$ 2 bilhões repassados ao governo de Minas Gerais. 8) Qual será o impacto financeiro sobre as operações com o crédito consignado. 9) Qual será o impacto financeiro sobre outras operações da rubrica 'consignatário especial'. 10) Se houve necessidade de cambiar o marco regulatório que serviu de substrato as duas contratações, e quais as mudanças que se implementaram". Autoria: Senadores Hélio Costa e Jefferson Praia. Resultado: Aprovado. **Item 8) LEITURA DE AVISOS – NÃO TERMINATIVO**, Leitura dos Avisos nº 51/2000, 19/2009, 19/1999, 60/2000, 39/2006, 100/2007, 19/2008, 49/2008, 69/2008, 20/2009, 38/2009, 51/2009, 60/2009, 61/2009, 78/2009, 19/2010 e 24/2010; e Ofícios nº 10/2009, 60/2009, 61/2009, 01/2010, 05/2010, 08/2010, 09/2010, 11/2010; em conformidade ao Ato nº 01 de 2009 da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, aprovado em 08/12/2009. Resultado: Realizada a leitura dos avisos e ofícios citados em conformidade ao Ato nº 01/2009-CMA. **Item 3) REQUERIMENTO Nº 16, DE 2010 – NÃO TERMINATIVO**, que requer "nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja promovida Audiência Pública nesta Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle-CMA, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE e com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, tendo o objetivo de instruir o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 354 de 1989, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. A audiência deverá ser realizada com a participação dos seguintes convidados: Sra. Izabella Mônica Vieira Teixeira – Ministra do Meio Ambiente; Sr. Márcio Fortes – Ministro das Cidades; Sr. Paulo Ziulkoski – Presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM); Sr. Newton de Lima Azevedo – Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (ABDIB); Sr. Carlos Roberto Vieira da Silva Filho – Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE); Sr. Severino Francisco de Lima Júnior – Membro da Equipe de Articulação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – (MNCR); Sr. Augusto Coelho Fernandes, Diretor-Executivo da Confederação Nacional das Indústrias (CNI)". Autoria: Senadores César Borges e Renato Casagrande. Resultado: Aprovado. **Item 9) AVISOS NºS 322, DE 2006; 43 DE 2008 E 11 DE 2009 – NÃO TERMINATIVO (Anexados ao REQUERIMENTO Nº 1.486, DE 2004)**, que "encaminha

ao Senado Federal os Avisos nºs 322 de 2006, 43 de 2008 e 11 de 2009, do Tribunal de Contas da União, e os Acórdãos nºs 350/2006, 2.688/2008 e 184/2009, referentes ao Requerimento nº 1.486, de 2004, de inspeção nos convênios celebrados entre a União e as pessoas jurídicas de direito privado denominadas ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola; CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil e ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senador César Borges. Relatoria "ad hoc": Senador Jefferson Praia. Relatório: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado o parecer. **Item 11) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO**, que "dispõe sobre medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência por ocasião de competições esportivas; altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003; e dá outras providências". Autoria: Deputado Arlindo Chinaglia. Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatório: Favorável à matéria. Resultado: Matéria encaminhada à Mesa, que alterou seu despacho, tendo em vista entendimento entre as lideranças, conforme Requerimento nº 435, de 2010. **Item 2) REQUERIMENTO Nº 15, DE 2010-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que "requer, nos termos regimentais, seja realizada audiência conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, Comissão de Assuntos Sociais – CAS, Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 7 de 2010, que 'cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências', com os seguintes convidados: 1) Representante da Casa Civil da Presidência da República; 2) Representante do Ministério das Minas e Energia – MME; 3) Representante do Ministério da Fazenda; e 4) Presidente do IPEA, Márcio Pochmann". Autoria: Senador César Borges. Resultado: Aprovado. **Item 6) REQUERIMENTO Nº 19, DE 2010 – NÃO TERMINATIVO**, que requer "nos termos Regimentais, a extinção da 'Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise, Ambiental na Amazônia'". Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Resultado: Aprovado. **Item 7) REQUERIMENTO Nº 20, DE 2010 – NÃO TERMINATIVO**, que requer "nos termos do Art. 73, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma Subcomissão Temporária, no âmbito

to da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, destinada a acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Sugerimos como membros da subcomissão cinco Senadores titulares e cinco suplentes. O prazo desta Subcomissão será o normatizado pelo Art. 76, inc. I, do Regimento Interno do Senado Federal". Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Resultado: Aprovado.

Item 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 527, DE 2007 – TERMINATIVO, que "dispõe sobre a dispensa da exigência de certidão negativa de serviços de proteção ao crédito e congêneres para a consignação em folha de pagamento de servidor público adquirente de imóvel". Autoria: Senador Sérgio Zambiasi. Relatoria: Senador Gim Argello. Relatório Favorável à matéria com a Emenda nº 1-CCJ. Resultado: Matéria encaminhada à Mesa, em virtude de Requerimento do Senador Delcídio Amaral, solicitando exame da Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 536, DE 2009 – TERMINATIVO, que "acrescenta art. 18-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para obrigar os fabricantes a credenciar pelo menos um serviço de assistência técnica autorizada em municípios com população superior a cem mil habitantes, e dá outras providências". Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório Favorável à matéria. Resultado: Matéria encaminhada à Mesa, em virtude de Requerimento do Senador Romero Jucá, solicitando tramitação conjunta com o Projeto de Lei da Câmara nº 328, de 2009.

Item 20) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 328, DE 2009 – TERMINATIVO, que "altera o § 3º do art. 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. (garante a substituição, restituição ou redução do preço quando o reparo comprometer o produto)". Autoria: Deputado Celso Russomanno. Relatoria: Senador César Borges. Relatório Favorável à matéria com a emenda que apresenta. Resultado: Matéria encaminhada à Mesa, em virtude de Requerimento do Senador Romero Jucá, solicitando tramitação conjunta com o Projeto de Lei do Senado nº 536, de 2009.

Item 10) AVISO Nº 81, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO (Apen-sado ao PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 44, DE 2008), que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão proferido nos autos do processo TC 023.992/2008-8, manifestando-se sobre a Resolução nº 27, de 2008, do Senado Federal, referente a operação de crédito de interesse da Prefeitura Municipal de Belford Roxo (RJ)". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório Pelo conhecimento da matéria e remessa do proces-

sado ao arquivo. Resultado: Aprovado o parecer.

Item 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 490, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO, que "institui o Centro de Prevenção de Desastres Climáticos". Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senadora Marina Silva. Relatório: Contrário à matéria. Resultado: Adiado.

Item 13) OFÍCIO "S" Nº 10, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO, que "encaminha ao Senado Federal, em observância ao disposto no § 2º do art. 53 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, o Relatório de Gestão de Florestas Públicas – 2008". Autoria: Ministério do Meio Ambiente. Relatoria: Senador Gilberto Goellner. Relatório Pelo conhecimento da matéria e envio de Requerimento de Informações ao Ministério do Meio Ambiente. Resultado: Aprovado o parecer.

Item 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2005 – TERMINATIVO, que "dispõe sobre a proteção ao patrimônio fossilífero, em conformidade com o art. 216, inciso V, da Constituição Federal, e dá outras providências". Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria: Senador Inácio Arruda. Relatório Favorável à matéria com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ e com as duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ/CMA e nºs 7 e 8-CMA.

19) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 138, DE 2009 – TERMINATIVO, que "torna obrigatória a manutenção de exemplar do Código de Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços e dá outras providências". Autoria: Deputado Luiz Bittencourt. Relatoria: Senador Jayme Campos. Relatoria "ad hoc": Senador Cícero Lucena. Relatório Para reexame da Comissão conforme adequação e consolidação do texto final apresentado. Observação: Matéria aprovada terminativamente em 03/11/2009. Resultado: Aprovado o Projeto com adequação e consolidação da redação.

Item 21) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO, que "estabelece a obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014." Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório Favorável à matéria com a emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CMA.

Item 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2008 – TERMINATIVO, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte". Autoria: Senador Renato Casagrande. Relatoria: Senador Gim Argello. Relatoria "ad hoc": Senador Gilberto Goellner. Relatório Contrário à matéria. Resultado: Rejeitado o projeto. Voto vencido do Senador Jefferson Praia.

Item 14) PROJETO DE LEI

DA CÂMARA Nº 85, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO, que “altera dispositivos da Lei nº 9.660, de 16 de junho de 1998 (a renovação da frota oficial deverá ser feita por veículos movidos a combustíveis renováveis, ou da mistura desses com combustíveis de outras fontes)”. Autoria: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Relatoria “ad hoc”: Senadora Cícero Lucena. Relatório Favorável à matéria com a Emenda nº 1-CCJ e nº 2-CAE. Resultado: Aprovado o parecer favorável à matéria com a Emenda nº 1-CCJ/CMA e nº 2-CAE/CMA. Usam da palavra os (as) Senhores (as) Senadores (as) Jefferson Praia, César Borges, Flexa Ribeiro, Marisa Serrano, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Gilberto Goellner e Cícero Lucena. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **RENATO CASAGRANDE**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 4/5/2010

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Os senadores que estiverem de acordo com a leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram.

Aprovada a Ata.

Temos alguns projetos não terminativos, alguns requerimentos, aproveitaremos o quórum para que possamos votar essa matéria.

Primeiro requerimento é um requerimento de minha autoria para que “essa Comissão possa promover, em conjunto com a Comissão, com a CCJ, com a Comissão de Infraestrutura, com a Comissão de Assuntos Sociais, com a Comissão de Educação, de Ciência e Tecnologia, com a Comissão de Assuntos Econômicos, uma Audiência Pública para analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 7, que cria o Fundo Social; dispõe sobre a estrutura e fontes de recursos; altera a Lei 9.478; e dá outras providências. Estão sendo chamados para esta audiência o economista do IPEA, Marcelo Piancastelli; o secretário de macro avaliação do Tribunal de Contas

da União, Sr. Maurício de Albuquerque Wanderley; coordenador do projeto de extensão da UENF (Universidade Estadual Norte Fluminense), professor Hamilton Garcia; consultor legislativo do Senado, Paulo Springer de Freitas; representante da Federação dos Petroleiros, a FUP, para orientar os nossos projetos que tramitam na Casa.”

Portanto, eu ponho em discussão esse requerimento.

Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Presidente, eu quero apenas parabenizá-lo pela iniciativa. V. Exa. cria essa possibilidade de termos uma discussão de um dos assuntos importantes do momento, que é essa questão do Fundo Social. Portanto, conte com o meu voto e parabeno V. Exa. pela iniciativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Jefferson Praia.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os senadores que forem favoráveis à aprovação do requerimento permaneçam como se encontram.

Aprovado o requerimento.

O Requerimento nº 2, o Item nº 2, que também é um requerimento do Senador César Borges. Mas ele não se encontra presente, vamos procrastinar, protelar a votação, sobrestar a votação.

O terceiro requerimento também do Senador César Borges, também não se encontra presente.

O quarto requerimento, o Item nº 4 é do Senador Jefferson Praia. O requerimento é para “realização de Audiência Pública para solicitar esclarecimentos das instituições convidadas abaixo, sobre a política pública sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, bem como sua atuação no Estado do Amazonas, com a participação dos seguintes representantes: um representante do Instituto Chico Mendes; representante do INCRA; representante do Instituto Terras da Amazonas; representante da Secretaria do Estado do Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas; representante do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas; representante da Associação dos municípios do Amazonas; e representando do Ministério de Meio Ambiente.”

Com a palavra o Senador Jefferson Praia para a defesa do seu requerimento.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, estou fazendo essa solicitação de termos essa discussão por entender que a forma como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade tem sido, a atuação dele tem sido muito criticada no meu estado. Essa questão é preocupante, pois não é um caso isolado em apenas um município, há inúmeras

ros exemplos de excessos cometidos pelo instituto aos moradores do meu estado. Para os municípios amazônenses, tem denunciado a ausência de informações e orientações à população acerca dos cumprimentos legais e da aplicação de multas exorbitantes na atividade madeireira.

Temos de aprofundar bastante o debate desse tema, uma vez que o Estado do Amazonas tem hoje 98% de áreas preservadas e conservadas. Por exemplo, no município de Lábrea, muitas cobranças estão sendo feitas com relação ao aproveitamento da madeira e ao aproveitamento do pescado, e a população infelizmente não teve tempo de se adequar às exigências que estão sendo feitas.

Entendo que, a curto prazo, temos que buscar soluções urgentes, pois aquela população precisa ser preparada e compensada pelas cobranças que estão sendo feitas para fazerem face das novas exigências ambientais.

Por esta razão, Sr. Presidente, eu estou aqui convidando não só o Instituto Chico Mendes, mas diversas instituições do meu estado, para discutirmos sobre a atuação do instituto e também de outras instituições das áreas de conservação, principalmente área de conservação de atribuições do instituto, que são áreas de conservações federais.

Andei por diversos municípios do meu estado e tenho percebido que essas críticas são constantes. Se fosse uma outra crítica isolada, eu ficaria calado, mas não, em todos os locais estão ocorrendo muitas críticas sobre a forma de atuação.

Participei de uma Audiência Pública no Município de Presidente Figueiredo e, ao fazer um questionamento para o representante do instituto, eu perguntei se, antes de eles multarem, se havia alguma orientação ou se tinha sido feita alguma orientação às pessoas que foram multadas, e a resposta não foi na direção que gostaríamos de ouvir, que era aquela de termos, antes de qualquer multa, a orientação.

Agora, imagine, Sr. Presidente Casagrande, V. Exa. que tem uma percepção aprofundada e é uma das pessoas que luta pela questão ambiental no nosso país, eu também faço parte desse grupo de pessoas, mas não quero as pessoas sofrendo no meu estado. As pessoas não sabem... Se V. Exa. percebesse a audiência, imaginem uma... Imagine um auditório repleto de pessoas pobres, a maior parte das pessoas que não sabem o que é uma APA, os olhinhos deles, quando se estavam apresentando APA, [ininteligível], não sei o quê, tudo querendo aprender. Eles não sabem nem o que está acontecendo e vivem em uma situação complicadíssima.

Eu não estou querendo que nós passemos as mãos ou que nós tratemos os maus empresários da Amazônia de forma que eles não paguem pelos erros que estão cometendo, eu apenas não concordo com o tratamento em relação aos mais pobres, àqueles que não tem ninguém olhando por eles, e que eles não entendem o que está acontecendo. Então, eu quero, dessa forma, chamar a atenção ao instituto e que possamos encontrar um caminho no sentido de termos, não só a melhor abordagem, porque, por mais que eu esteja aqui, destacando essa forma de atuação, mas a nossa discussão, Sr. Presidente, vai ser em cima de tudo o que tem a ver com relação à conservação ou às áreas conservação no estado, de conservação federal, em termos estaduais também, no Estado do Amazonas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Obrigado você, Senador Jefferson Praia.

Em votação o requerimento. Os senadores que forem favoráveis à matéria permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

O Item nº 5 é um requerimento do Senador Hélio Costa.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, o senador pediu para que eu pudesse subscrever esse requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Hum-hum.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Estou, portanto, subscrevendo, para que possamos ter informações sobre operações realizadas pelo Banco do Brasil SA e o governo do Estado de Minas Gerais, tendo como objetivo a administração da folha de pagamento dos servidores estaduais e a exclusividade na concessão de crédito consignado.

O Senador Hélio Costa faz diversas observações e questionamentos que ele gostaria de ter o conhecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senador Jefferson Praia, então, subscreve o requerimento do Senador Hélio Costa, que se propõe, na verdade, *“de acordo com o Regimento Interno do Senado, ao Ministro... pedido de informações... as seguintes informações sobre as operações realizadas pelo Banco do Brasil e o governo do Estado de Minas Gerais. Então, referente aos itens relacionados à folha de pagamento dos servidores estaduais e a exclusividade na concessão de crédito consignado. Então, é um pedido de informação com dez itens: valor total dos dois contratos firmados; quem, no Banco do Brasil, autorizou a operação; o instrumento contratual,*

com os intervenientes; o mesmo contrato ou semelhante já foi realizado com outros governos estaduais ou municipais, e em que condições; o suporte legal para a autorização das operações que resultem dos contratos; o Banco do Brasil promoveu antecipação do adiamento de valores, por conta da contratação do governo de Minas Gerais; a instituição bancária tem conhecimento de como serão aplicados os valores de dois bilhões repassados ao governo do Minas; qual será o impacto financeiro para sua operação com crédito consignado; qual será o impacto financiamento sobre as outras operações da rubrica 'consignação especial'; se houve necessidade de combinar o marco regulatório que serviu de substrato às duas contratações, e quais as mudanças que se implementaram."

Então, essas são as informações solicitadas pelo Senador Hélio Costa ao Ministro do Estado da Fazenda, com relação a esse contrato de folha de pagamento dos servidores de Minas Gerais.

Em discussão.

Não havendo em queira discutir, em votação. Os senadores que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram.

Aprovado o requerimento.

Nós temos mais um requerimento, do Senador Flexa Ribeiro, que também não está presente.

Então, vamos pular. O sétimo... O Item nº 7, também do Flexa Ribeiro, também não presente.

O Item nº 8 e o Item nº 9, do Senador Alvaro Dias, também não presente. Não, na verdade, o Item nº 8 e o Item nº 9 não são requerimentos. É um projeto, são avisos, está certo?

E o Item nº 8 e o Item nº 9, a relatoria é Senador César Borges. São avisos, são avisos, estão tramitando em conjunto...

Desculpa, o Item nº 8, na verdade, é a leitura do ato. Nós aprovamos uma resolução aqui, no ano passado, que normatizou, normatizou a tramitação dos avisos, os avisos do Tribunal de Contas da União. Então, nós estamos, agora, dando... Implementando aquilo que nós aprovamos com relação a esses avisos.

Então, o primeiro item e o primeiro quesito, requisito para a tramitação de avisos é que nós daremos, agora, conhecimento do aviso. Então, é uma "leitura do Aviso nº 51/2000, 19/2009, 19/99, 60/2000, 39/2006, 100/2007, 19/2008, 49/2008, 69/2008, 20/2009, 38/2009, 51/2009, 78/2009, 19/2010 e 24/2010; e os Ofícios 10/2010, 60/2009, 61/2009, 01/2010, 05/2101, 08/2010, 09/2010/, 11/2010; todos em conformidade com o Ato nº 01 de 2009 da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle."

Então, na verdade, nós estamos dizendo à comissão que esses avisos e esses ofícios estão aqui anunciados e ficarão à mesa por um tempo, por sete dias, para que se algum senador tiver interesse nesses avisos, que eles possam pedir os avisos e se pronunciar com relação a esses avisos, já anunciados aqui.

O Item nº 3 é do Senador César Borges. É um requerimento de Audiência Pública sobre resíduos sólidos. A audiência está até programada para amanhã. Então, eu vou subscrever o requerimento para que nós possamos votar, para que a gente possa apreciar esse requerimento.

Então, "requerimento do Senador César Borges a essa comissão, junto com a Comissão de Assuntos Econômicos, junto com a CCJ, Comissão de Assuntos Sociais, para discutir a Política Nacional de Resíduos Sólidos. E a audiência deverá ser realizada com a participação dos seguintes convidados: Sra. Izabella Mônica Vieira Teixeira, ministra do meio ambiente; Sr. Márcio Fortes, ministro das cidades; Paulo Ziulkoski, da Confederação Nacional dos Municípios; Sr. Newton de Lima Azevedo, da Associação Brasileira da Infraestrutura; Sr. Carlos Roberto Vieira de Silva, diretor-executivo da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública; Sr. Severino Francisco de Lima Júnior, membro da equipe de articulação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis; Sr. Augusto Coelho Fernandes, diretor-executivo da Confederação Nacional da Indústria."

Em discussão o requerimento do Senador César Borges. A matéria de resíduos sólidos está tramitando aqui na comissão... Está na CCJ ainda, virá para a comissão depois de aprovada na CCJ. E é fundamental que a gente aprove essa matéria o mais rápido possível, porque já, há muitos anos, essa matéria tramita no Congresso Nacional, e nós, no Brasil, precisamos da definição de uma Política Nacional de Resíduos Sólidos. Então, subscrevo, por isso, esse requerimento e, não havendo quem queira discutir, coloco em apreciação o requerimento do Senador César Borges e da minha autoria. Os que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Item nº 9 é o item que "encaminha ao Senado os Avisos 322, de 2006; 43, de 2008 e 11, de 2009, do Tribunal de Contas da União, e os Acórdãos 350/2006, 2.688/2008 e 184/2009, referentes ao Requerimento nº 1.486, de 2004, de inspeção nos convênios celebrados para a União e a pessoas jurídicas de direito privado, denominadas Associação Nacional de Cooperação Agrícola, Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil e Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária."

Ainda, nessa tramitação, nós tínhamos os relatores determinados, a relatoria do Senador César Borges, também não está presente, é a primeira seção(F) que ele consta da pauta. Já é a segunda seção(F) que consta da pauta.

Então peço ao Senador Jefferson Praia que faça a apresentação *ad hoc* do relatório do Senador César Borges, o Item nº 9, Sr. Senador.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Passo ao relatório.

“Sob análise na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, os Avisos nºs 322, de 2006, 43, de 2008, e 11, de 2009, do Tribunal de Contas da União, que encaminham os Acórdãos nºs 350/2006, nº 2.688/2008 e nº 184/2009, respectivamente.

O Acórdão nº 350, de 2006, encaminhado pelo presidente do Tribunal de Contas da União ao Senado Federal por meio do Aviso nº 322, de 2006, foi proferido pelo Plenário daquele órgão na Sessão Ordinária ocorrida no dia 22 de março de 2006.

Refere-se ao Processo TC 011.989/2005-5, que resulta de solicitação do Senado Federal para realização de auditoria em atenção ao Requerimento nº 1.486, de 2004, de autoria do ilustre Senadores Alvaro Dias, com fundamento no art. 70, combinado com o inciso IV do art. 71, da Constituição Federal, bem como nos termos do art. 215, do Regimento Interno do Senado Federal.

O documento é subscrito pelo vice-presidente do TCU, no exercício da presidência, pelo relator da matéria e pelo subprocurador-geral junto àquela corte de contas, respectivamente o Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar e Paulo Soares Bugarin.

O objeto da auditoria foi a inspeção nos convênios celebrados entre a União e as pessoas jurídicas de direito privado denominadas Associação Nacional de Cooperação Agrícola, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) e Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERA).

A preocupação atinente aos convênios era a existência de indícios de pagamento indevido de taxas bancárias, de ausência de aplicação financeira dos recursos, de não realização de evento, ausência de documentação específica, irregularidade na realização da modalidade convite, não aplicação de contrapartida”.

O Acórdão nº 2.688, de 2008, foi proferido pela 2ª Câmara do TCU, na Sessão Ordinária do dia 05 de agosto de 2008, e encaminhado ao Senado Federal, por meio do Aviso nº 43, de 2008. O Acórdão é subs-

crito pelo presidente do TCU, pelo relator da matéria e pelo subprocurador-geral, junto àquela corte de contas, respectivamente, Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler e Maria Alzira Ferreira.

“Refere-se ao Processo TC 006.106/2006– 6, de Tomada de Contas Especial de responsabilidade do Sr. José Mário Schons, dirigente da Associação Nacional de Cooperação Agrícola, em virtude da não comprovação da aplicação dos recursos recebidos por força de omissão no dever da prestar contas dos recursos recebidos.

Tal omissão teria ocorrido no Convênio MMA-24/1999, firmado entre a Associação Nacional de Cooperação Agrícola – ANCA e a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente.

O Acórdão nº 184, de 2009, foi proferido pela 2ª Câmara do TCU na Sessão Ordinária de 03 de fevereiro de 2009 e encaminhado ao Senado Federal por meio do Aviso nº 11, de 2009.

Refere-se, também, ao Processo TC 006.106/2006-6, de Tomada de Contas Especial em que o Sr. José Mário Schons interpôs recurso de consideração contra a decisão do Egrégio Tribunal de Contas.

O Acórdão é subscrito pelo presidente do TCU, pelo relator da matéria e pela procuradora junto àquela corte de contas, respectivamente Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz e Cristina Machado da Costa.”

Muito bem, Sr. Presidente, faz aqui o relator César Borges a sua análise, e passo direto, Sr. Presidente, ao voto.

“Diante do exposto, manifestamo-nos no sentido de que esta comissão tome conhecimentos dos Avisos 322, de 2006, 43, de 2008 e 11, de 2009, do Tribunal de Contas da União, que encaminham os Acórdãos nºs 305/2006, nº 2.688/2008 e nº 184/2009, e, em seguida, determine seu arquivamento, nos termos do art. 133, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.”

Esse é o relato, Sr. Presidente, do Senador César Borges.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Jefferson Praia.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senadores que forem favoráveis à matéria permanecem como se encontram.

Aprovada a matéria.

Item nº 10, Senador Cícero Lucena. Primeira seção(F) que consta da pauta. Então, vamos dar mais uma oportunidades da presença do Senador Cícero Lucena.

“O Item nº 11. O senador... Autoria do Deputado Arlindo Chinaglia, relatoria do Senador Romero Jucá. Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência por ocasião das competições esportivas; altera a Lei 10.671, de 15 de maio de 2003; e dá outras providências.”

A matéria já constou...

O secretário está me informando que acabou de chegar um pedido de Audiência Pública em outra comissão sobre esse assunto. Então, nós vamos sobrestar a votação dessa matéria, mas... Mas nós iremos, então, ao Item nº 2, de autoria do Senador César Borges, que agora se faz presente.

“Ele pede uma Audiência Pública da Comissão de Justiça, Cidadania, Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Infraestrutura, Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, Comissão de Meio Ambiente, comissão... Com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara, que cria o Fundo Social; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; e convida o representante da Casa Civil da Presidência da República; representante do Ministério das Minas e Energia; representante do Ministério da Fazenda; e presidente do IPEA, Márcio Pochmann.”

Com a palavra Senador César Borges para as suas... Defesa do seu requerimento.

Informando ao Senador César Borges que já votamos um requerimento também de sua autoria, que trata de política de resíduos sólidos. Eu assinei com V. Exa. e votamos o requerimento e já aprovamos um requerimento também, nessa mesma direção, da minha autoria, com essas mesmas comissões, para debatermos a questão do Fundo Social.

Então, com a palavra V. Exa., para a defesa de seu requerimento.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu queria, em primeiro lugar, agradecer a V. Exa. ter subscrito o meu requerimento com relação à sessão que vai acontecer amanhã, às 9 horas, na Comissão de Constituição e Justiça, é Audiência Pública, para debater o Projeto de Lei 354, de 89, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Sabe V. Exa. que o país tem uma deficiência de não ter um marco regulatório com relação a essa importantíssima questão de saúde pública, de meio ambiente, que é a questão dos resíduos sólidos. Então, esse projeto, depois de passar 19 anos na Câmara dos Deputados, ele foi aprovado aqui em 91 e só agora retornou, e foi feito um esforço também na Câmara dos Deputados, porque havia várias proposições a respeito do assunto, inclusive um Projeto de Lei do Governo Federal. Houve lá a constituição

de uma comissão especial para se analisar todas as proposições. Então, foi votado finalmente e levou esse número porque o projeto, originalmente, era aqui do Senado, mas é um outro projeto, é um projeto novo e chega a esta Casa como um substitutivo, o que significa que nossa opção de trabalho é muito pequena, nós teremos praticamente que analisar esse projeto e suprimir, porque aditivar será muito difícil. E há uma pressão da comunidade como um todo, e de todos os setores envolvidos, inclusive o próprio governo, para que esse projeto possa ser aprovado quanto antes, até por conta de que o país não dispõe dessa legislação, e isso tem causado sérios problemas para os municípios, para os estados.

Recentemente, apenas um exemplo triste, lamentável, que aconteceu no Rio de Janeiro, no Morro do Bumba, onde era um lixão, e se construiu casas em cima de um lixão. Isso é realmente inadmissível, até que nós tenhamos lixões, nesse momento, que nós vemos em pleno século XXI.

O projeto tem como eixo central que o problema do lixo é uma questão de responsabilidade compartilhada, com todos entes federativos, a União, estados e municípios, não é uma questão apenas dos municípios, mas é uma questão de todos, mas também as indústrias, os produtores e consumidores tenham a responsabilidade. Todos têm que compartilhar essa responsabilidade.

Então, o que eu estou fazendo, como relator que fui designado na CCJ, é solicitar que nós possamos fazer essa Audiência Pública numa reunião conjunta, para ganharmos tempo na análise do projeto. Essa reunião vai se dar amanhã, às nove horas da manhã, na CCJ. Eu, na verdade, gostaria de ter aprovado já antes esse requerimento, mas nós não tivemos sessão na semana passada, então estamos aprovando hoje e, aproveitando aqui a presença dos senadores para avisá-los. Nós vamos ter a presença da ministra do meio ambiente, ministro das cidades, o presidente de Confederação Nacional dos Municípios, que é uma parte muito interessada, porque não adianta você querer responsabilizar, como hoje faz o Ministério Público, que essa é uma questão municipal e que o município tem que tomar a devida providência, acontece que não tem recurso, não há uma ajuda estadual ou federal para que ele possa solucionar, e ele, individualmente, não tem condições de resolver esse grave problema que assola as nossas grandes metrópoles e as nossas pequenas cidades em todo o país. Então teremos a participação da Confederação Nacional dos Municípios, a Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base, que se interessa pelo assunto, a diretoria executiva da Associação Brasileira das Empresas de Limpeza

Pública e Resíduos Especiais, membros – e aí é uma questão muito importante – da equipe de articulação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, que hoje emprega dezenas de brasileiros. Em alguns setores, por exemplo, na reciclagem de latas de alumínio, nós somos já campeões mundiais, entretanto o total de resíduos sólidos do país, vamos chamar, do nosso lixo, apenas 12 ou 13% é que é reciclado, que é um valor muito baixo. Então, a própria legislação, o marco regulatório, agora que está sendo proposto pela Política Nacional de Resíduos Sólidos tem esse norte, esse caminho: é diminuir o volume de lixo e, se possível, reciclar o máximo, para que, na natureza, fique aquilo que efetivamente não possa, de forma nenhuma, ser reciclado, e mesmo assim fique em aterros sanitários, porque, em alguns países, já não se permite sequer aterro sanitário, aterro sanitário já é proibido, mas lixão, nem se imaginar, isso é coisa de séculos e séculos passados, de submundo.

Então, eu queria agradecer a V. Exa. primeiramente a aprovação desse requerimento que V. Exa. já o fez.

Bom, em segundo lugar, com relação ao Item 2, dizer a V. Exa. que, na verdade, o que nós estamos aqui é complementando o requerimento de V. Exa., que é o Item 1 da Pauta, acrescentar representantes de órgãos do executivo relacionados diretamente à matéria. Requerimento de igual teor já foi aprovado na CAS, apresentado pelo Senador Paulo Paim. Portanto, sua aprovação, nessa comissão, cumpre exigência regimental para que Audiência Pública seja realizada da forma conjunta pelas comissões citadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, em votação. Os que forem favoráveis à matéria permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pediria a V. Exa., se ouvido Plenário, nós pudéssemos fazer uma inversão de ordem para discutirmos os Itens 6 e 7.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): É a ordem já.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ah, já está na ordem?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): V. Exa. adivinhou.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É a amizade que V. Exa. tem para com o Senador Flexa Ribeiro--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Na hora que chegou aqui, eu já adivinhei o pedido de V. Exa..

E vamos, então, ao Item nº 6, porque os outros itens já foram apreciados.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está ótimo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): E para atender ao Senador Flexa Ribeiro, o Item nº 6, é um requerimento de extinção da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. É um requerimento. Ele requer a extinção, a extinção da Subcomissão Temporária.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, autor do requerimento, para que a gente possa ouvi-lo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, o requerimento se deve em função de a Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia, à época em que o Ministério do Meio Ambiente, Ibama, Polícia Federal fizeram a operação, fez a Operação Arco de Fogo, não só no Pará, mas Rondônia e outros estados, em vários municípios de cada estado.

Então, a subcomissão está com prazo esgotado, eu peço só a extinção da mesma, para que nós possamos, lá no item seguinte, criar uma outra subcomissão, no sentido de acompanhamento da implantação da Usina de Belo Monte.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Em discussão.

Senador Jefferson Praia com a palavra.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Certamente o Senador Flexa Ribeiro, ele, quando buscou a viabilização da criação dessa subcomissão, para acompanhar a crise ambiental na Amazônia, focou muito a questão relacionada à Usina Hidrelétrica de Belo Monte, é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Não, Belo Monte é outro requerimento que ele está fazendo.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): O senhor focou a questão das...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Das operações.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Arco de Fogo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Na realidade, essa subcomissão deveria ser uma subcomissão permanente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Foi V. Exa. que sugeriu a criação dessa subcomissão, que está surgindo também a sua extinção.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, eu gostaria de consultar e saber a opinião dos demais membros dessa comissão, aproveitar a sugestão do Senador Flexa Ribeiro. Veja bem, a questão ambiental na Amazônia, os problemas, eles estão se dando todos os dias, Senador Flexa Ribeiro V. Exa. é conhecedor disso—

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem toda razão, Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Então, eu gostaria de propor que essa subcomissão... Já venceu o prazo dela, não é?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já, está esgotado.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Que se pudéssemos ver como poderíamos viabilizá-la novamente, não sei se uma... Viabilizá-la de forma permanente. Porque, Senador Casagrande, acompanhar os problemas ambientais, a crise ambiental na Amazônia, essa é uma tarefa que nós vamos passar muitos anos trabalhando essa questão, porque as políticas públicas estão sendo direcionadas para aquela região no sentido de preservá-la e conservá-la, mas diversos são os problemas que estão ocorrendo, e aí eu acredito que nós poderíamos, por exemplo, quando eu aqui aproveitei há pouco um requerimento para tratar da questão relacionada à atuação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade no meu estado, essa é uma questão relacionada à crise ambiental.

Eu não sei se seria—

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vou fazer uma sugestão a V. Exa., Senador Flexa Ribeiro. Nós já temos quatro subcomissões instaladas, permanentes e temporárias, só podemos organizar quatro. O assunto de Belo Monte, de fato, é um assunto importante, é necessário que essa comissão acompanhe na visão da fiscalização e na visão de meio ambiente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, eu sugiro, pela emergência e pela urgência, que nós possamos aprovar o requerimento do Senador Flexa Ribeiro, vamos fazer a extinção dessa subcomissão, e aprovamos o Belo Monte; num prazo posterior, faremos uma avaliação das outras subcomissões, para ver quanto tempo ela tem

para funcionar, para que a gente possa retornar com esse assunto mais genérico em torno de Amazônia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Tudo bem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Jefferson Praia, V. Exa. tem toda razão, que essa subcomissão deveria, como eu disse, ser permanente, porque, lamentavelmente, a crise ambiental na Amazônia, ela é diária. Então, o meu requerimento para que ela seja extinta, concordando com a observação de V. Exa., encontrou, no nosso presidente, o equilíbrio e bom senso que ele propõe, reconhecendo a importância dessa comissão, proposta até por mim para acompanhar a crise ambiental na Amazônia, mas nós temos um problema que é emergencial e pontual, que é a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Então, eu estou propondo no Item 7 que nós possamos criar, na Comissão de Fiscalização e Controle, uma subcomissão para acompanhar *pari passu, pari passu*, desde o leilão que ocorreu até a colocação em operação da usina de Belo Monte. Aí nós vamos... O Senado Federal vai acompanhar, saber se as minorias foram atendidas nas suas reivindicações, se os municípios que vão sofrer o impacto foram atendidos nas suas reivindicações, se a população que fora atingida, que eles tem até lamentavelmente uma associação dos atingidos por barragens, então, que... Se eles foram atendidos também, que é justo. Nós não podemos deixar de fazer Belo Monte, isso aí é ponto pacífico, mas Belo Monte tem que ser feito diferentemente do que foi feito Tucuruí, em que até hoje o estado do Pará guarda problemas sérios, não só no atendimento primeiro das pessoas que foram atingidas, dos municípios, mas inclusive da falta de atendimento para o próprio estado, que é um exportador de energia, e não tem energia em grande parte do seu território.

Então, nós temos... A comissão, através dessa subcomissão, vai poder acompanhar e ficar atento ao atendimento de todos esses casos, essas reivindicações.

Que se faça Belo Monte, que se exporte energia, mas que se atenda aqueles que foram atingidos, atenda os municípios, atenda o estado, para levar energia a todo o seu território, principalmente nas regiões mais afastadas que não são atendidas, não são atendidas pelo programa começado no governo passado, que era o Luz no Campo, e que recebeu um apelido de Luz para Todos agora, também não são atendidas essas comunidades, porque não têm energia, não têm energia, porque não têm energia, e a gente fica exportando.

Então, essa subcomissão, que nós vamos discutir no Item 7, é importante.

Então, V. Exa., quero parabenizá-lo pelo equilíbrio da proposta, e vamos buscar, Senador Jefferson Praia, um espaço mais à frente para retomarmos a Subcomissão da Crise Ambiental na Amazônia.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem, Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu pediria a V. Exa. preferência para o Item 18. Ele é terminativo, mas eu gostaria de ler o relatório, porque é um relatório muito importante, [ininteligível] do Senador Pedro Simon.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em votação... Continua em discussão o Item nº 6.

Não havendo quem queria discutir, em votação. Os senadores que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Item nº 7, Senador Inácio Arruda, é decorrente do Item nº 6, então eu vou pedir para a gente votar e apreciar primeiro o Item nº 7.

O Item nº 7, ele *“requer, de acordo com o Regimento Interno, a criação de uma subcomissão temporária, no âmbito da nossa comissão, para acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Sugerimos como membros da subcomissão cinco senadores titulares e cinco suplentes. O prazo dessa subcomissão será normatizado pela art. 76, do Regimento Interno do Senado Federal.”*

Senador Flexa Ribeiro já fez a sua justificativa, quis complementar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para complementar, já fiz a defesa do requerimento, peço apoio dos meus pares para que possamos aprová-lo, e o prazo que eu proporia é o prazo de construção de Belo Monte e colocação em funcionamento. Então, eu não sei qual é o prazo máximo que a gente pode aprovar aqui, depois vamos renovando o prazo até a Usina de Belo Monte entrar em operação.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas pode ser renovado, pode ser renovado. Verifica para nós qual é o prazo de funcionamento de uma subcomissão, por favor.

Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria também, Sr. Presidente, confirmar e apoiar o requerimento do Senador Flexa Ribeiro, porque Belo Monte é a terceira maior usina do mundo, hidrelétrica

do mundo, e o Brasil vai fazer um esforço enorme – e quando eu falo Brasil, falo todos os brasileiros – para construir Belo Monte. É necessária para o país, nós precisamos de energia elétrica, e a energia hidrelétrica, ela é mais limpa e, portanto, com a quantidade de rios que nós temos nesse país, ela se torna mais factível. Portanto, é importante que a gente possa acompanhar todo o desenrolar, como disse o Senador Flexa Ribeiro, desde o início, para que a gente possa, junto com os órgãos, com o TCU, que é o órgão de apoio a esta Casa, que a gente possa também acompanhar o desenvolvimento dessa hidrelétrica.

Porque a notícia que nós temos pelos jornais, porque só pelos jornais nós temos tido notícia, é que ela começou com uma forma muito preocupante, a questão da licitação de Belo Monte e do aporte de recursos, recursos públicos que... Portanto, essa Casa tem obrigação de acompanhar, e essa comissão, mais ainda. Então, eu acredito muito que isso vai nos dar a transparência que precisamos, e apoiarmos também o trabalho que o TCU tem feito. Quer dizer, paralelamente ao acompanhamento, a fiscalização do TCU, essa comissão também *pari passu* acompanhando o desenrolar, porque eu crédito que assim nós vamos dirimindo os problemas e as dúvidas à medida que a construção for aumentando. E, depois, nos dá tranquilidade em saber que nós estamos discutindo com as fontes, sabendo a verdade, e não só por jornais, como tem acontecido hoje. Isso é um dever dessa comissão, portanto sou amplamente favorável a esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Continua em discussão a matéria.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Jefferson Praia. Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O Praia, como é da praia, tem a preferência.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Senador Inácio Arruda.

Mas eu quero apenas colocar alguns pontos. Na Amazônia, nós temos um grande problema de geração de energia, e aí eu posso falar um pouco do meu estado, Estado do Amazonas, que depende, para gerar energia, do óleo combustível. Nós temos lá, Senador César Borges, termoelétricas. Essa questão relacionada à geração de energia na Amazônia, ela tem que ser sempre bem acompanhada, porque se nós formos perceber as opções que temos: como fontes alternativas, você tem a energia solar, que existe aí uma perspectiva do bom aproveitamento da energia solar;

a energia eólica em um ou outro local da Amazônia; e temos as plantas amazônicas, com aproveitamento para biocombustíveis.

Então, a alternativa, Senador Casagrande, mais viável, pelo menos esse é o meu entendimento hoje, é através de hidrelétricas. Agora, como fazer bem, como construir bem hidrelétricas na Amazônia? Como viabilizá-las com menores danos ambientais e com menores problemas em relação àquelas populações tradicionais que são afetadas na construção dessas hidrelétricas?

Portanto, eu percebo o objetivo do Senador Flexa Ribeiro no sentido de começarmos a acompanhar Belo Monte, porque vai fazer com que nós possamos conhecer um pouco mais sobre essa questão relacionada à viabilização de hidrelétricas na Amazônia. Para mim, esse é o caminho, não só de grandes hidrelétricas, mas de pequenas unidades que possam viabilizar a geração de energia em outros Estados da Amazônia – e aí, é claro, estamos falando de Amazônia Legal – e, portanto, vai ser fundamental que passemos a acompanhar esse trabalho de Belo Monte para amadurecermos sobre a questão da geração de energia na Amazônia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Jefferson Praia.

Senador Inácio Arruda com a palavra.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, de forma breve, eu quero dizer que a proposição tem um sentido muito positivo, porque atende ao interesse do desenvolvimento, não tem aquele sentido de que “Bom, aqui ninguém pode construir nada, não pode fazer nada”; ao contrário, aqui nós vamos construir uma usina para gerar energia, vamos examinar os seus efeitos negativos, vamos contribuir no sentido de apontar as ações mitigadoras, que já estão, digamos assim, impostas muitas vezes no relatório de impacto ambiental, EIA/RIMA, mas não são aplicadas – então nós temos essa condição de ajudar e contribuir nesse sentido –, o Brasil é quase que mestre nisso, nós somos mestres, o James Cameron podia vir aqui para filmar e aprender um pouco da nossa história de construção de usinas de energia hidrelétrica.

Você veja os casos nossos do nordeste com complexo do Rio São Francisco. Depois você tem o caso de Itaipu. Claro que tem os problemas remanescentes, porque isso dura anos. Você veja Itaipu, nós estamos o quê? Com mais de 20 anos pagando, ainda vamos demorar aí uns dez anos para concluir o seu pagamento do seu financiamento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite um aparte?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Pois sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos demorar mais ainda, porque o agora Presidente Lula deu de presente ao Paraguai, triplicou o valor pago anualmente parece de 120 milhões de dólares para 360 milhões de dólares, e, ontem ou anteontem, eu assisti ele tornando realidade aquilo que eu, inclusive, denunciei aqui no... Que o Brasil vai pagar ou os brasileiros vão pagar uma linha de transmissão de 400 milhões de dólares, vão dar de presente ao Paraguai. Não tenho nada contra o Paraguai, eu só acho que nós tínhamos que investir esses 240 milhões de dólares a mais por ano, até 2023, não é? Até 2023 vão dar 3(F), quase 3 bilhões de dólares a mais, a mais.

Então, o que eu acredito... Como eu disse, não tenho nada contra o Paraguai, tenho a favor dos brasileiros. Então, esses 3 bilhões de dólares e esses 400 milhões dessa linha de transmissão poderiam ser utilizados para o seu estado, o Estado do Pará, o Amazonas, que não está interligado ao sistema nacional, como bem disse o Senador Jefferson Praia, e vai estar com Belo Monte. O Projeto de Belo Monte prevê a interligação com Amazonas, porque o que Amazonas, hoje, talvez seja o único que esteja isolado, Amazonas e Roraima, que estão lá na ponta, mas vão estar interligados. Roraima recebia energia de Guri, da Venezuela, e, agora, pela grande administração do Presidente Hugo Chávez, está havendo racionamento de energia lá. Então até isso nós vamos ter que ajudar a Venezuela, para exportar também energia para lá.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Agradeço o aparte de V. Exa. e dizer, estamos tratando... As coisas são muito interligadas, você vê, não estão integradas ao Amazonas, mas as coisas todas estão interligadas.

É que, na verdade, o Presidente Lula, muito corretamente, pensando nos brasileiros, fez esse aporte no Paraguai, porque mantém a tranquilidade no Brasil e garantia de energia para o Brasil, durante um período muito mais longo.

Então, o sentido que eu examino é da nossa proposição aqui. Eu acho que a comissão tem sentido, o sentido que nós queremos garantir o empreendimento, que o empreendimento é importante para o Brasil. E o resultado da atividade nossa nessa área é muito positivo, inclusive do ponto de vista ambiental. Quer dizer, os maiores parques de proteção ambiental estão nas regiões das hidrelétricas no Brasil, com um comando muito importante.

Você vai hoje, seja no São Francisco, seja no Rio Paraná, a proteção ambiental que nós temos é um troço fantástico, entendeu? Precisa ser transformado... É que

a nossa área de produção cinematográfica ainda está muito limitada, mas precisa ser transformada em grandes eventos cinematográficos para mostrar um pouco ao mundo o que é que nós fazemos aqui e que eles não fizeram nos seus países e estão hoje reclamando para cá. Reclamem lá, e nós vamos garantir os nossos empreendimentos aqui, bem protegidos, porque eu acho que nós temos, sim, tecnologia, ciência, capacidade, engenharia, para poder fazer empreendimentos de grande porte, bem protegido, e salvaguardando os interesses da população, que é o mais importante, que eu acho que é a proposta de V. Exa.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador César Borges com a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sobre o mesmo assuntos, Sr. Presidente, eu queria também dar o meu apoio aqui a iniciativa do Senador Flexa Ribeiro. Acho que é muito importante acompanhar uma implantação que tem um impacto tão grande na região e terá, com certeza, em todo o país, mas principalmente no seu estado.

E com relação aos impactos de uma hidrelétrica, eu acho, diferentemente do que o Senador Inácio Arruda acaba de colocar, eu acho que se nós não olharmos todo o projeto com toda acuidade e o cuidado necessário, como lamentavelmente aconteceu no passado, em algumas implantações, inclusive na Amazônia, em Balbina, que é um mau exemplo, todos conhecessem isso, é nacionalmente conhecido como mau exemplo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mundialmente.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Mundialmente conhecido como mau exemplo de uma implantação inadequada. Porque hoje nós temos tecnologias modernas, outros tipos de turbinas, não se precisa de grandes lagos, e se tentar, ao máximo, não bulir com a vida das pessoas que serão afetadas.

Senador Inácio, o senhor falou aqui, por exemplo, do Rio São Francisco. Eu conheço de perto e acho um trabalho excepcional que foi feito pela [ininteligível], sustentou a energia do nordeste muito tempo, mas temos implantações problemáticas. A Usina de Itaparica é uma delas. Deslocou milhares de pessoas pelo seu lago, que foram se colocar a centenas de quilômetros de distância, e, até hoje, a vida dessas pessoas teve uma perturbação muito grande, muito grande, e não foram inteiramente compensadas pelo desassossego que trouxe a barragem.

Então, temos, efetivamente, que ter o cuidado, o cuidado, porque é muito fácil projetar, é muito fácil fazer no papel, é muito fácil dizer que está tudo muito bem, mas afeta a vida de milhares de pessoas. A vida é muito importante.

Eu diria que também o meio ambiente é muito importante. Então, nós temos que adequar, precisamos gerar energia, precisamos aproveitar o potencial, o Brasil precisa urgentemente de geração de energia. Eu combato, por exemplo, a questão das termoeletricas quando se fala ainda... Nós estamos implantando termoeletricas, como podíamos estar implantando a energia eólica. Estamos também, mas talvez não o necessário. Então, eu vejo querer levar para o nordeste 14 usinas termoeletricas, como se isso fosse um grande negócio para o nordeste, que trabalham a óleo combustível, que nem o Amazonas deseja mais, caríssimo e destrói as estradas.

Então, eu concordo com a comissão dessa, porque eu acho que o impacto é muito grande, econômico, ambiental e humano, na implantação de uma obra dessa. Então, o Senado acompanhar, *pari passu*, é importante, porque o tecnicismo, sem a sensibilidade humana e política que nós podemos ter Senado, pode, muitas vezes, levar a erros, equívocos. O Senado pode colaborar, eu espero que colabore mais ainda para que os projetos sejam feitos da forma mais viável e mais adequada sobre todos os aspectos. Então, eu aprovo esse projeto, parabenizando aqui, saudando a preocupação do Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador César Borges.

Vamos fazer, então, a votação.

Manifesto mais uma vez a minha concordância com a matéria, matéria importante de nós fazermos o acompanhamento. O volume de recurso, mesmo sendo de iniciativa privada, é importante que a gente possa acompanhar, é um investimento, investimento que a gente não sabe exatamente de quanto vai ser, mas investimento que dizem que pode passar de 30 bilhões de reais, investimento importante, uma obra importante para o Brasil, para a região. É polêmica com... Polêmica relacionada à questão ambiental. Então, essa comissão tem, tanto na área da fiscalização e controle como na área do meio ambiente, o poder e a condição de fazer o acompanhamento. Então tem a minha aprovação e meu apoio.

Coloco, então, em apreciação a criação da subcomissão temporária, sugerida e proposta pelo Senador Flexa Ribeiro. Os senadores que forem favoráveis à matéria permaneçam como se encontram.

Aprovado a matéria.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, pela ordem. Para retirar o meu pedido, porque a matéria, o Item 18, na verdade, já foi lido--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Foi lido.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): --nós precisamos aprovar, mas ela é terminativa, preciso de quórum. Talvez a gente não tenha condições--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Gostaria pedir cinco minutos de prazo aos senadores, porque falta um senador para a gente ter quórum. Se a gente tiver quórum, a gente vota as três matérias, porque as três matérias que estão aqui já, por requerimento de apensamento, já estão no Plenário, na Mesa da Casa, então, se vocês puderem aguardar cinco minutos antes de se ausentarem, para que a gente possa tentar buscar o quórum, eu agradeço muito a V. Exas..

Bom, mas nós temos matérias ainda não terminativas a serem apreciadas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tem alguém laçado lá fora?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Tem alguém laçando.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tem?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Tem alguém laçando.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senão eu me proponho a ir ver quem está aí--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Ah, tem alguém laçando.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Cícero, com certeza, é um bom laçador, ele trará o senador que falta para... Mas eu, ainda sobre o Item 7, se V. Exa. me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para agradecer a todos os senadores e a Senadora Marisa e ao Presidente que discutiram a importância dessa subcomissão.

Eu, primeiro, espero em Deus, pela sua vontade e a vontade do povo do Pará, que eu possa retornar em 2011 ao Senado Federal para poder acompanhar esta comissão. E acho que ela será, não é propaganda extemporânea não, Presidente, senão vão dizer que eu estou imitando a pré-candidata Dilma e eu não quero isso, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senador Flexa Ribeiro, do jeito que tem tantas ações na Justiça contra um e contra outro, toma cuidado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois é.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): A única coisa que eu posso dizer ao povo do Pará, já que eu não sou eleitor e não posso ser cabo eleitoral e dizer aqui do microfone do Senado, da TV e da Rádio Senado, que o Flexa Ribeiro foi um grande senador, um grande companheiro, um grande homem público, e que o Pará está tendo e poderá perder, mas pode não perder, um grande senador. Pode não perder.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pensei que o Senador Raupp ia pedir, ia adiante, ele ia um pouquinho mais à frente. Não fique encabulado, não, eu agradeço os elogios e tenho fé em Deus. Eu tenho consciência tranquila do dever cumprido.

Agora, esta subcomissão, Senador Casagrande, ela será uma... Eu diria um laboratório para o Senado Federal. Nós vamos poder, os senadores da comissão vão poder acompanhar desde a questão do leilão, que nós vamos já, já poder... Assim que constituir a comissão, começar a fazer esse trabalho, e implantação, aí nós vamos aprender, aprender para que em outras, em outros projetos de hidrelétricas... Só no Pará tem levantado pelo Ministério e pela ELETROBRÁS um potencial de geração hídrica igual ao que existe hoje instalado no Brasil, só no Estado do Pará. Então nós vamos, como disse o Senador Jefferson Praia, vamos ter que implantar várias. Agora mesmo estamos discutindo uma, a Hidrelétrica de Marabá, lá em São João do Araguaia, e essa comissão vai tirar elementos importantíssimos para que, numa próxima discussão, a gente possa dar a participação do Senado Federal para agilizar esses processos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Obrigado Senador Flexa Ribeiro.

Senador Valdir Raupp, pela ordem.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com todo o respeito ao nobre Senador Paulo Paim que chegou agora aqui, acho que para acompanhar a votação de um projeto que eu sou relator, Item 16--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senador Paulo Paim não é da comissão.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Ah, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Não.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Mas eu acho que ele veio para acompanhar a votação do projeto.

Eu vou pedir para retirar de pauta o Item 16, que é da autoria do Senador Paulo Paim, que eu sou relator, para fazer uma revisão nesse projeto, e prometo devolver em, no máximo, uma semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Já está, então, atendida a V. Exa. a retirada de pauta do Item nº 16.

Mas antes do Item 16, mas já retirado de pauta, vamos para o Item 10, não terminativo, que *“encaminha ao Senado cópia do acórdão proferido nos autos do Processo de Tribunal de Contas 023.992/2008-8, manifestando-se pela Resolução nº 27, de 2008”*. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Cícero Lucena, que peço, de forma bastante sucinta, como é do seu perfil, a apresentação do relatório.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Só para corrigir, não é o 16, é o 17. É o 17, perdão. É o 17, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): É o 17? Então o Item 17, Senador Valdir Raupp. Só para o Plenário ter conhecimento: *“Altera o Código de Defesa do Consumidor para obrigar os fabricantes a credenciar pelo menos um serviço de assistência técnica autorizada em municípios com população superior a 100 mil habitantes, e dá outras providências”*.

Então está retirado de pauta pelo relator da matéria.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, esse relatório já está há bastante tempo à disposição dessa comissão, participando de várias pautas, e ainda não tinha tido a oportunidade. Eu vou direto ao voto, Sr. Presidente.

“Diante de tudo o que foi exposto, uma vez dada a ciência pelos membros dessa comissão do inteiro teor do Acórdão 3.039/2009, do Tribunal de Contas da União, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, o voto é pelo arquivamento do Aviso nº 81, de 2009.”

Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Obrigado Senador Cícero Lucena.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação. Os que forem favoráveis à matéria e ao relatório... Favoráveis ao relatório permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Item nº 11. Relatório do Senador Romero Jucá, e eu peço... Já está na mesa, ele por... Vai tramitar

apensada a outra? Tem uma matéria, essa matéria vai ter uma Audiência Pública na Comissão de Educação, então vamos sobestar a votação dessa matéria.

O Item nº 12. *“Institui o Centro de Prevenção de Desastres Climáticos. A relatoria é Senadora Marina Silva.”* A matéria é contra, o relatório é contra. E, contrário à matéria, nós vamos adiar a votação desta matéria.

O Item nº 13, que *“encaminha ao Senado Federal, em observância ao dispositivo no § 2º do art. 53 da Lei 11.284, Relatório de Gestão de Florestas Públicas. Autoria: Ministério do Meio Ambiente. O relator é o Senador Gilberto Goellner.”*

Eu vou pedir ao Senador... Ao Senador César Borges. É possível, Senador César Borges, o senhor fazer *ad hoc* o Item nº 13, do Senador Gilberto Goellner? É um relatório, relatório previsto na Lei de Concessão de Florestas Públicas. Todo ano o Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, tem que encaminhar, o Instituto de Floresta tem que encaminhar um Relatório da Gestão de Floresta para esta comissão, para os senadores. Senador Gilberto Goellner já fez o seu relatório, mas ele não está presente, e sugiro que V. Exa. possa apresentar o relatório para esta comissão. É o Item nº 13.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Então o senhor...?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): O mais rápido que V. Exa. puder, sem prejudicar o conteúdo.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): *“Submete-se a esta comissão o Ofício ‘S’ nº 10, de 2009, mediante o qual o diretor-geral substituto do Serviço Florestal Brasileiro, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, encaminha o Relatório Anual sobre a Gestão de Florestas Públicas para Produção Sustentável referente ao ano 2008, conforme determinado pelo art. 53 da Lei 11.284, de 02 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal; e altera as Leis 10.683, a Lei 5.868, a Lei 9.605, a Lei 4.771 e a Lei 6.938 e a Lei 6.015; e das outras providências.”*

Todavia, para a análise do documento, é importante recapitular algumas das disposições da Lei 11.284. Ela estipula que a gestão de florestas públicas envolve a criação de florestas nacionais, estaduais e municipais, a destinação de florestas públicas a comunidades locais e, em terceiro lugar, a concessão florestal. Prevê, ainda, que o Poder Público poderá exercer, diretamente, a gestão das florestas, inclusive mediante execução por terceiros.

Um Plano Anual de Outorga Florestal, proposto pelo órgão gestor e definido pelo poder concedente, deverá englobar todas as florestas públicas a serem submetidas à concessão no ano em que o plano virá a vigorar.

As licitações para concessão florestal serão realizadas na modalidade concorrência. Conforme o art. 26, no julgamento da licitação, a melhor proposta será considerada em razão da combinação de vários critérios: o maior preço ofertado; a melhor técnica; o menor impacto ambiental; os maiores benefícios sociais; a maior eficiência; a maior agregação de valor ao produto ao serviço florestal.

O Relatório Anual sobre a Gestão de Florestas Públicas em relação ao ano de 2008 inicia-se com uma Apresentação e um Resumo Executivo e compõe-se de cinco capítulos.

Com relação às concessões outorgadas para exploração de florestas públicas, o relatório informa que em 2008 foi realizada a atualização das informações do CNFP.

A etapa de habilitação e julgamento das propostas técnicas e de preços, das empresas concorrentes ao primeiro processo de licitação para concessão florestal na Flona de Jamari, foi concluída e os contratos das três Unidades de Manejo Florestal foram assinados em outubro de 2008. O processo licitatório foi concluído com êxito e aprovado pelo Tribunal de Contas da União, concedendo o direito de exploração da UMF I ao consórcio liderado pela empresa Alex Madeira Ltda., atualmente denominado Indústria Madeireira Flona do Jamari – MADEFLONA, o da UMF II à Sakura Indústria e Comércio de Madeiras, e o da UMF III à empresa Amata S/A. A fase de execução dos contratos já foi iniciada e as empresas executam ações pré-exploratórias que consistem basicamente em demarcação, realização de estudos, demarcação das Unidades de Produção Anual e elaboração dos Planos de Manejo Florestal.

Como parte da preparação do processo de concessão florestal na Flona Saracá-Taquera, será feito um levantamento das populações tradicionais que vivem nessa unidade de conservação. Embora essa Flona já constasse com plano de manejo, apenas as comunidades quilombolas estavam adequadamente identificadas.

Outras florestas públicas estão sendo preparadas para serem submetidas à concessão florestal nos próximos anos. Para isso, foram realizados diversos estudos que subsidiarão a elaboração de planos de manejo, no caso de florestas nacionais, e relatórios ambientais preliminares, no caso de florestas públicas que não são de unidades de conservação. No ano de

2008, foram concluídos os estudos equivalentes a seis milhões de hectares de florestas inventariadas.

Com relação ao valor dos preços florestais, em 2008, o SFB teve sob sua gestão dez contratos de transição para continuidade das atividades de manejo florestal. Esses contratos, cuja área total corresponde a aproximadamente 18 mil hectares, foram monitorados por meio de visitas de campo, para acompanhamento da situação nas áreas e da verificação mensal dos pagamentos efetuados, em referência aos volumes autorizados para transporte fora das áreas dos PMFS. Os pagamentos efetuados por todos os contratos de transição em 2008 somaram R\$789.943,13.

O relatório informa, com relação às vistorias e auditorias florestais realizadas, que na Flona do Jamari foram desenvolvidos os procedimentos que deverão ser adotados pelas concessionárias para a implantação dos três sistemas para o monitoramento previsto no edital de licitação.

Segundo o relatório, o processo de participação social permeou todas as etapas de concepção de normas, instrumentos e procedimentos de efetivação da gestão florestal em 2008.

Finalmente, o relatório em exame identifica as prioridades do SFB para o ano de 2009, entre as quais merecem destaque: 220 milhões de hectares de florestas públicas federais cadastradas; primeiras florestas públicas do CNFP delimitadas; todas as UMF com contrato de concessão florestal demarcadas; 70 mil hectares de florestas em processo de concessão; dois editais de licitação para concessão florestal publicados; pelo menos 20 projetos de assentamentos apoiados para a implantação de manejo florestal comunitário; pelo menos três PAOF estaduais na Amazônia publicados; sistemas de auditorias independente, cadeia de custódia e rastreamento de frota implementados; Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal regulamentado e implementado.

Todavia, existem ressalvas ao Relatório Anual sobre a Gestão de Florestas Públicas pela Produção Sustentável referente o ano de 2008.

Atente-se ao fato de que as concessões de florestas públicas só foram materializadas em Flonas, que são unidades de conservação de uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e onde também devem ser realizadas as pesquisas e atividades turísticas, conforme o estabelecido no art. 17 da Lei nº 9.985.

Importa ainda verificar a atividade de gestão e fiscalização do SBF, pois nota-se que é o IBAMA o órgão que está realizando a fiscalização desses planos de manejo. Deve-se, portanto, averiguar os custos do funcionamento do SBF e comparar tais custos com

o que foi arrecadado, principalmente com relação às viagens e fiscalização.

E é ainda altamente questionável o fato de que todas as concessões foram superiores a 2 mil e 500 hectares, o que seria possível apenas se houvesse autorização do Congresso Nacional, conforme o estabelecido no art. 49, inciso XVII, da Constituição Federal.

O Voto.

Ante o exposto e com base nos arts. 90, inciso IX, alínea 102-A, inciso II, alínea 'a' e 'c' e 133 art. 5º, 'b', III, e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, voto pelo conhecimento do Ofício 'S' nº 10, de 2009, e solicito que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle envie Requerimento de Informações ao Ministério do Meio Ambiente, com relação às questões pendentes, descritas acima."

Esse é o relato e o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Em discussão.

Com a palavra Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, o Serviço Florestal Brasileiro encaminhou ao Senado Federal o Relatório Anual sobre a Gestão de Florestas Públicas, e é essa a questão que nós estamos analisando aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Isso.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Senador Goellner faz uma série de considerações, levantamentos, e termina informando, através do relatório feito pelo Senador César Borges, que levantando essas questões e pedindo que essa comissão faça o Requerimento de Informações ao Ministério de Meio Ambiente com relação a todas as questões pendentes. Eu acho isso é muito importante, porque, qualquer relatório que veja a esta comissão, tem que ser analisado para que a gente possa aqui apoiar.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Especialmente essa matéria.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Principalmente essa matéria.

Simplesmente às vezes vai para o arquivo sem a devida discussão das questões que foram levantadas. Portanto, eu sou amplamente favorável a que essas questões levantadas pelo Senador Goellner no seu relatório, lido pelo Senador César Borges, seja realizado por esta comissão.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): --apenas só para complementar o relatório, estou verificando que há um requerimento do Senador Gilberto Goellner nos seguintes termos: "Requeiro, no art. 133, sejam solicitadas informações a Sra. Izabella Mônica Vieira Teixeira, ministra do Ministério do Meio Ambiente, a respeito das ressalvas constantes no parecer do Senador Gilberto Goellner ao Ofício 10, de 2009, sobre o Relatório Anual emitido pelo Serviço Florestal Brasileiro sobre a Gestão de Florestas Públicas para a Produção Sustentável referente ao ano de 2008." E segue de uma justificação.

Então, Sr. Presidente, na verdade, o Senador Gilberto Goellner já encaminhou esse requerimento acredito que à própria comissão para que fosse aprovado, solicitando essas informações adicionais sobre as ressalvas que estão contidas no seu relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Esse requerimento será, se a comissão assim entender, aprovado nesse momento.

Agora, Senador Gilberto Goellner é relator da matéria, chegou, retomo então... Retorno a responsabilidade de relator ao Senador Gilberto Goellner, e agradecendo ao Senador César Borges pela apresentação do relatório.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu peço a preferência para o Item 18.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Logo após esse, votaremos o Item 18, Senador Inácio Arruda.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu agradeço a relatoria do Senador César Borges e também a apresentação do requerimento.

Mas eu gostaria de ressaltar, Sr. Presidente, que, infelizmente, o Serviço Florestal Brasileiro, ele está vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, quando esse serviço florestal e também o dos estados, o dos estados, todos os estados brasileiros deveriam estar incluídos no Ministério de Produção, no Ministério de Produção. Então, nós precisamos urgentemente rever essa situação no país. Não é que o Ministério do Meio Ambiente não tenha preocupação devida com o Sistema Florestal Brasileiro, porém nós precisamos criar, hoje, fazer desse setor florestal brasileiro uma grande âncora de produção no país, e isso não pode ser dado por um Ministério que trata de meio ambiente.

Então, nesse sentido, nós estamos analisando essa proposição, que eu deixo aqui hoje essa ressalva, e dizer que até a fiscalização, quer dizer, todo o total de material colhido em fiscalizações...

Veja bem, hoje é uma madeira na Amazônia, ela vale a 300 a 700 reais o metro cúbico. Aqui foi vendido todo esse material a dois reais o metro. A dois reais o metro. A pergunta é: Da onde há coerência nesse sentido em relação...? O local mais distante que poderia estar essa floresta, ela foi sobrevalorizada, quer dizer, o governo está deixando de arrecadar. Quer dizer, será que o Ministério do Meio Ambiente é competente suficiente para promover essa análise em todo o Sistema Florestal Brasileiro?

Então, é isso que precisamos discutir. Eu até estou avaliando uma possibilidade de indicar uma secretaria. Hoje nós deveríamos ter uma Secretaria Especial do Sistema Florestal Brasileiro vinculado ao Ministério da Produção. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Eu, então, colocarei em apreciação o relatório apresentado pelo Senador César Borges e elaborado pelo Senador Gilberto Goellner já com a aprovação do requerimento, o relatório já inclui o requerimento. E sugiro ao Senador Gilberto Goellner que, não precisa colocar no relatório, mas pudéssemos fazer uma Audiência Pública chamando essas instituições aqui para o debate, pela importância do tema.

Então, os que forem favoráveis ao relatório do Senador Gilberto Goellner permaneçam como se encontram. Vou colocar em votação. Os que forem favoráveis ao relatório, a discussão encerrou.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): O relatório... O relatório já inclui o requerimento.

Os que forem favoráveis permaneçam como se encontram.

Aprovado o relatório do Senador Gilberto Goellner.

Nós temos três matérias terminativas, vamos aproveitar e vamos votar essas matérias.

Vamos direto ao Item nº 18, que é do Senador Inácio Arruda. *“Esse Item nº 18 dispõe sobre a proteção ao patrimônio fossilífero, em conformidade com o art. 216, inciso V, da Constituição Federal, e dá outras providências. Senador Pedro Simon. Relatoria: Senador Inácio Arruda. A matéria... Serão feitas duas votações nominais, sendo a primeira para o projeto e outra para as emendas.”*

Nós vamos pedir uma votação única, se o Plenário concordar, e essa matéria já foi apresentada, o relatório já foi apresentado pelo Senador Inácio Arruda, e está em processo de discussão.

Alguma complementação, Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não. Eu pediria brevidade, Sr. Presidente, para a gente votar, porque é muito importante essa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Alguém quer discutir a matéria?

Não havendo quem queira discutir, vou colocar em votação a matéria.

Como vota o Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Como vota o Senador Cícero Lucena?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senador Marisa Serrano?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senador Jefferson Praia?

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Inácio Arruda foi relator. Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): A matéria foi aprovada.

E peço autorização para repetir a votação para as emendas, se ninguém for contrário.

Já está, então, repetida a votação para as emendas.

“O Item nº 19, terminativo, torna obrigatória a manutenção de exemplar do Código de Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços e dá outras providências. Autoria do Deputado Luiz Bittencourt. Relatoria: Senador Jayme Campos”, que não se encontra. Eu vou pedir ao

Senador Cícero Lucena que possa, de forma também sucinta, fazer a apresentação do relatório do Senador Jayme Campos.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Da mesma forma, Sr. Presidente, já tinha sido anteriormente agendado e distribuído antecipadamente com todos os senadores, eu vou direto ao voto.

“Pelas razões apontadas, o voto é pela adequação da redação e consolidação do Projeto de Lei da Câmara 138, de 2009, da seguinte forma:

Projeto de Lei na Câmara 138, de 2009.

Torna obrigatória a manutenção de exemplar de Código de Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica estabelecido aos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços obrigados a manter, em local visível e de fácil acesso ao público, um exemplificar do Código de Defesa do Consumidor.

Art. 2º O não cumprimento de disposto nesta Lei implicará nas seguintes penalidades a serem aplicadas aos infratores pela autoridade administrativa no âmbito de sua distribuição:

I – multa no montante de R\$ 1.064,10;

II – suspensão temporária de atividades; e

III – cassação da licença do estabelecimento.

Art. 3º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Cícero Lucena.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar a matéria em votação.

Como vota Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Cícero Lucena foi o relator.

Senadora Marisa Serrano?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): ...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Jefferson Praia?

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Com relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Matéria, então, foi aprovada conforme o relatório.

“Item nº 21. Estabelece a obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol do Brasil, em 2014. Senador Expedito Júnior foi o autor da matéria, e a relatoria Senador Cícero Lucena”, a quem passo a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Esse assunto da Copa, inclusive nas últimas matérias, está nos preocupando bastante, mas poderíamos dizer que se ocorrer a Copa, segundo a FIFA, se ocorrer a Copa, está certo, como tinha sido distribuída anteriormente também essa matéria, porque é do nosso companheiro Expedito Júnior, que agora está com a nova missão a disputar lá no nosso estado. Então, eu vou direto ao voto.

“Voto.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 46, de 2008, com a respectiva emenda”, Sr. Presidente. Apenas no “Art. 2º Parágrafo único. Os recursos destinados ao poder público serão destinados à realização de campanhas educativas sobre as mudanças climáticas globais.”

Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir... Só anunciar que nós formalizamos aqui nessa comissão um trabalho sobre sustentabilidade da Copa de 2014 que tem por objetivo nós alcançarmos uma menor quantidade de emissões nas obras relacionadas à Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016. Então—

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): E também dizer que essa comissão tem a Comissão Fiscalização e Acompanhamento que irá aprofundar os

trabalhos para ver o que é que está faltando de ação do governo no sentido de concretizar algo que já foi vendido como uma bandeira inclusive política.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Então, em discussão.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Vender e ter o risco de não entregarem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Na linha da observação do Senador Cícero, que nós pudéssemos, Presidente, face ao noticiário da imprensa do risco de a Copa realmente não se realizar, pelo menos nessas sedes que foram escolhidas, por falta de cumprimento de prazo, que a Comissão de Acompanhamento possa, então, chamar o presidente da FIFA, chamar, fazer uma audiência para que a gente tenha esclarecimento.

Eu quero dizer que a partir de 1º de janeiro de 2011, o Pará está à disposição, Belém, para que a gente possa sediar uma das subssedes da Copa. Lamentavelmente o atual governo não teve capacidade de mostrar interesse e nem de executar um projeto, mas como pode ter mudanças, que a gente viu, eu até fiquei satisfeito. Então, a gente pode tentar voltar com a subssede, a partir de 1º de janeiro para o Estado do Pará, com sede em Belém.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Cícero Lucena, para—

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Só para responder, se Senador Raupp me permite, dizer que nós estaremos convocando a reunião de submissão para, na próxima quinta-feira, exatamente fazer a convocação da Audiência Pública para que nós possamos ser informados, por parte das autoridades que estão coordenando trabalho da Copa, como se encontra o andamento.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, só para discutir essa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com todo respeito, Sr. Presidente, eu acho que é fazer tempestade num copo d'água. Eu não acredito, eu não conheço a África do Sul, mas sinceramente eu não acredito que a África do Sul tenha mais estrutura de estádios para realizar uma Copa do Mundo que o Brasil, hoje, e nós temos quatro anos pela frente ainda. Então, é muito tempo apenas para fazer algumas

pequenas reformas de adequação já nos estádios que nós temos suficiente para uma Copa do Mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu também tenho a mesma posição de V. Exa., tenho certeza que o Brasil vai dar conta do recado, e vamos realizar a Copa, mas não custa essa comissão acompanhar de perto e fazer a fiscalização necessária.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Como o Ceará já está garantido, segundo o Senador Inácio, eu gosto de dizer que eu estive na—

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E com a ajuda de Paraíba, então.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com certeza estará à disposição para ajudar Pernambuco e Ceará.

Eu estive na Copa e... Estive na África do Sul ano passado e tenho a mesma sensação de V. Exa.. Para se ter ideia, em Joanesburgo, ainda estava em fase de implantação o serviço de transporte coletivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Imagina só.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Coletivo. Aqui só fala que a Copa não existe porque se não tiver o Trem-Bala. Lá na África estavam instalando o sistema de transporte coletivo, que, inclusive, copiando, copiando Curitiba e com ônibus que são brasileiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A exigência aqui é maior e tem que ser mesmo. Então, eu tenho certeza que nós vamos, de fato, conseguir realizar um grande evento esportivo para o Brasil e para o mundo.

Então, em votação a matéria. Como vota Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Cícero Lucena?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senadora Marisa Serrano?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): ...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Jefferson Praia?

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): ...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Matéria aprovada.

Só mais uma matéria. Só mais uma matéria. Vou pedir a autorização para repetição da votação para as emendas. Está autorizada a repetição da votação para as emendas.

O Item nº 15 é um projeto da minha autoria, está na pauta há muito tempo, tem a relatoria do Senador Gim Argello contrário. Eu estou concordando que o Senador Gilberto Goellner faça o relatório do Senador Gim Argello, passa a ser o relator, passa a relator *ad hoc* para que a gente possa votar a matéria, aproveitarmos o quórum.

Senador Gilberto Goellner, também, de forma sucinta, puder apresentar a matéria.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, essa matéria de sua autoria, que é de suma importância, que visa a constar nos rótulos de embalagens produzidas em material reciclável informações educativas sobre como deve ser feita a forma de descarte. Em função da análise desse projeto e da existência na Câmara dos Deputados de um projeto mais abrangente, que visa a instituir a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o relator, Senador Gim Argello, optou pela rejeição de seu projeto, que eu vejo que é procedente. Dessa forma nosso voto é pela rejeição do mesmo em função de um projeto mais abrangente existente na Câmara.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Em discussão a matéria.

Não havendo queimo queira discutir, quem votar com o relator, vota não. Então, como vota... Porque o relatório é contrário. Como vota o Senador Gilberto Goellner? Que foi relator da matéria *ad hoc*.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): [ininteligível]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Como vota Senador Cícero Lucena?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senadora Marisa Serrano?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senador Jefferson Praia?

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Voto contrário ao relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, V. Exa. é o autor do projeto, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Sou o autor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gostaria de ouvir a opinião de V. Exa. para poder dar o voto consciente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): V. Exa. está com condições de fazer a votação de V. Exa., e eu concordei que a gente pudesse colocar em apreciação e aprovarmos o relatório apresentado pelo Senador Gilberto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. está de acordo com a rejeição?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Estou de acordo, para que a gente possa apreciar essa matéria, está muito tempo na pauta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, acompanhando o autor, acompanho o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Acompanhando a concordância do autor, vota com o relator?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Matéria foi rejeitada.

Item nº 14, não terminativo, não terminativo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, só uma explicação. O Item 20, ele não foi votado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Não, de fato a explicação.

O Item 20, o Item 16 e o Item 17 houve pedido de apensamento de matéria, então, essa matéria vai para a Mesa primeiro, antes de retornar às comissões. Então eles foram--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ah, houve um pedido de apensamento--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Item 9, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): O Item 9 já foi apreciado, Senador Flexa, e o Senador Jefferson Praia fez, apresentou o relatório por V. Exa..

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): O Item 9 já foi.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O relator é o Senador César Borges.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Do César Borges. Era do César Borges e o Senador Jefferson Praia fez a apresentação do relatório, nós já votamos a matéria. Item 9 já votamos.

Só está pendente o *"Item 14, Senadora Fátima Cleide é relatora, autoria do Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, que altera dispositivos da Lei 9.660 (renovação da frota oficial deverá ser feita por veículos movidos a combustível renovável, ou da mistura deses com combustível de outra fonte)."*

Eu peço, então, ao Senador Cícero Lucena que faça a apresentação do relatório.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, eu vou direto ao voto, que é, pelo exposto, até que o relator tinha sido já distribuído há bastantes sessões, *"é pela aprovação do PLC 85, de 2007, com a redação dada pelas duas emendas ao texto original aprovado na CCJ e na CAE"*. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Matéria não terminativa. Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, em votação. Os que forem favoráveis à aprovação da matéria, conforme o relatório apresentado, permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Agradeço as presenças de todos os senadores, conseguimos, hoje, votar as matérias terminativas, é importante para a comissão, então muito obrigado a todos vocês.

Vou encerrar a presente sessão convidando à próxima para terça-feira... Convidando a próxima para amanhã. Que horas vai ser manhã? Às nove horas da manhã. A próxima reunião da comissão, amanhã, às nove horas da manhã, no Plenário da Comissão de Constituição e Justiça para debatermos o projeto de resíduos sólidos. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h25.

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, EM CONJUNTO COM A 14ª DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, 17ª DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, 15ª DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia cinco de maio do ano de dois mil e dez, na sala número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Demóstenes Torres e, em seguida, da Senadora Rosalba Ciarlini, reúnem-se as Comissões de Assuntos Econômicos, de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Sociais, e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Inácio Arruda, César Borges, Antonio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, Francisco Dornelles, Valdir Raupp, Neuto De Conto, Pedro Simon, Romero Jucá, Almeida Lima, Antonio Carlos Júnior, Efraim Moraes, Jayme Campos, Tasso Jereissati, Kátia Abreu, José Agripino e Jefferson Praia, e, ainda, dos Senadores Augusto Botelho, João Durval, José Nery, Marco Maciel, Marconi Perillo, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim, Romeu Tuma, Serys Slhessarenko, Tião Viana e Valter Pereira. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Marcelo Crivella, Garibaldi Alves Filho, Gerson Camata, Renan Calheiros, Eliseu Resende, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Cícero Lucena, João Tenório, Arthur Virgílio, João Vicente Claudino, Gim Argello e Osmar

Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião. A Presidência esclarece que a Reunião tem como objetivo a realização de audiência pública para instruir o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 354 de 1989, que “institui a política nacional de resíduos sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências”, em atendimento aos Requerimentos nºs 17/2010-CAE, 37/2010-CCJ e 38/2010-CAS, de autoria do Senador César Borges, e nº 16/2010-CMA, de autoria dos Senadores César Borges e Renato Casagrande, com os seguintes convidados: Exma. Sra. Izabella Mônica Vieira Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente; Exmo Sr. Marcio Fortes, Ministro de Estado das Cidades; Sr. José Augusto Coelho Fernandes, Diretor Executivo da Confederação Nacional das Indústrias – CNI; Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios; Sr. Newton de Lima Azevedo, Vice-Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base, ABDIB; Sr. Carlos Roberto Vieira da Silva Filho, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – Abrelpe; e Sr. Severino Francisco de Lima Júnior, Membro da Equipe de Articulação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). A Audiência é realizada com a presença da Exma. Sra. Izabella Mônica Vieira Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente; da Sra. Nadja Limeira Araújo, Gerente de Projetos da Gerência de Resíduos Sólidos da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, representando o Exmo Sr. Marcio Fortes, Ministro de Estado das Cidades; do Sr. Rafael Lucchesi, Diretor de Operações da Confederação Nacional das Indústrias – CNI, representante do Diretor Executivo da CNI, Sr. José Augusto Coelho Fernandes; do Sr. Edison Castro Martins, Técnico em Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Municípios, representante do Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da CNM; do Sr. Newton de Lima Azevedo, Vice-Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base – ABDIB; do Sr. Carlos Roberto Vieira da Silva Filho, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – Abrelpe; e do Sr. Ronei Alves da Silva, representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR, representando o Sr. Severino Francisco de Lima Júnior, Membro da Equipe de Articulação do Movimento. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores César Borges, Demóstenes Torres, Kátia Abreu, Jefferson Praia, Valter Pereira e Rosalba Ciarlini. As Comissões de Assuntos Econômicos, de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Sociais, e de Meio Ambiente, Defesa do

Consumidor e Fiscalização e Controle aprovam requerimento (Requerimento nº 18/2010-CAE), de autoria do Senador César Borges, para que o estudo do SCD nº 354 de 1989 seja realizado, nos termos do art.113 do Regimento Interno do Senado Federal, em conjunto pelas Comissões reunidas na presente Sessão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Sociais e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **DEMÓSTENES TORRES**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; – Senadora **ROSALBA CIARLINI**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 11/5/2010

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em conjunto com a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, e 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

O som está funcionando?

A presente reunião destina-se a realização de Audiência Pública para debater o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989, que “*Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências*”, conforme requerimento nº 37, de 2010, CCJ, de iniciativa do Senador César Borges.

São convidados, e já se encontram aqui: a Sra. Izabella Mônica Vieira Teixeira, Ministra do Meio Ambiente; Nádia Limeira Araújo, Gerente de Projetos da Gerência de Resíduos Sólidos da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, representando o Ministro Márcio Fortes, do Ministério das Cidades... Já se encontra? Por favor, bem-vinda, por favor, sente-se aqui conosco; Rafael Lucchesi, Diretor de Operações da Confederação Nacional das Indústrias – CNI, representante do Diretor Executivo da CNI, Sr. José Augusto Coelho Fernandes; Edson Martins, Técnico em Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Municípios, CNM, representante do Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente

da CNM; Newton de Lima Azevedo, Vice-Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base, ABDIB; Carlos Roberto Vieira da Silva Filho, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais, ABRELPE.

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará os seguintes procedimentos: os convidados terão, à Ministra nós daremos um prazo de 30 minutos, para que ela possa fazer sua exposição, os demais, nós daremos o prazo de 10 minutos; em seguida, em havendo necessidade, prorrogarei; em seguida passaremos a fase de interpelação pelas Sras. Senadoras e Srs. Senadores inscritos.

Tem prioridade para interpelação o autor do requerimento, Senador César Borges. O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta. O interpelante poderá contraditar pelo prazo máximo de dois minutos, réplica; o convidado terá o mesmo tempo para tréplica, dois minutos.

Nós vamos passar a palavra para a Ministra Izabella Mônica Vieira Teixeira, que tem que se ausentar em seguida, então ela fará sua exposição, e em seguida responderá ao questionamento, aos questionamentos dos Srs. Senadores. E em seguida ela, por compromissos já assumidos, terá que se ausentar.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Presidente, rapidamente, apenas para informar de que essa Audiência Pública, na verdade ela se faz conjuntamente com as quatro comissões que foram designadas pelo Presidente José Sarney.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Foi mencionado logo no início, senador.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Fazer um requerimento das quatro comissões, que será uma Audiência Pública única, procurando com isso diminuir o tramite da aprovação do projeto nessa casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Agradeço a V. Exa.

Quero saudar aqui ao Deputado Arnaldo Jardim, a quem considero visita honrosa a essa Comissão. Requerimento: *"Requeiro nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 37, de 2010, CCJ, aprovado em 14 de abril de 2010, que a audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania seja realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com a Comissão de Assuntos Sociais, e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e que ainda seja incluído como convidado*

um representante dos catadores de lixo, Sr. Severino Francisco de Lima Júnior." Autor, César Borges.

Em discussão, não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Passo, portanto, a palavra, à nossa Excelentíssima Ministra do Meio Ambiente, Izabella Mônica Vieira Teixeira, pelo prazo inicial de 30 minutos, havendo necessidade prorrogo o tempo de V. Exa..

SRA. MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA: Ok, obrigado Senador Demóstenes Torres, por intermédio de quem eu gostaria de cumprimentar a todos os senadores. Um particular bom-dia ao Senador César Borges, que fez esse esforço de nós podermos ter essa audiência pública e priorizarmos essa apreciação desse PL nessa Casa.

E estou dizendo priorizarmos, porque conferimos nós, no Governo Federal, tanto no Ministério do Meio Ambiente, como no Ministério das Cidades, a prioridade para a aprovação desse projeto de lei.

E vou fazer aqui algumas considerações do ponto de vista mais estratégico, da importância de nós termos a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e o que está vinculado à sua aprovação, na perspectiva do Executivo.

Gostaria também de ressaltar, em particular, reconhecer o papel do Congresso no debate, de toda acolhida que nós tivemos no debate, na Câmara dos Deputados, em particular os Deputados Arnaldo Jardim, Deputado Paulo Teixeira, Jorge Khoury, Deputado Luiz Carreira, Dr. Nechar, enfim, todos os outros que constituíram o grupo de trabalho, que trabalhou dedicadamente para a gente ter o substitutivo, e podermos equacionar aquilo que era durante quase 20 anos, mais de 20 anos de debate, aquilo que representava as barreiras, todas legítimas, porque nós vivemos num Estado democrático, e nós temos que aprender a negociar e superar essas barreiras, para que o Brasil possa ter uma legislação, na questão de resíduos sólidos, não só uma legislação avançada do ponto de vista ambiental, mas uma legislação que reflita a importância do país à semelhança econômica e social e ambiental, a semelhanças dos países desenvolvidos que já praticam vários dos instrumentos que estão propostos no PL em apreciação nesta Casa.

Então é com muita satisfação, Senador Demóstenes Torres, Senador César Borges, que imediatamente eu acolhi o convite para vir a essa Casa, e em particular para debater um assunto que para nós, na área ambiental, é absolutamente particular e especial.

A questão de resíduos sólidos, ou a questão do lixo, como genericamente é colocado, talvez seja o principal problema ambiental do Brasil, associado ao

não tratamento de esgoto. Quer dizer, se nós considerarmos que o Brasil é um país com 80% de população que vive em cidades, nós temos uma discussão sobre meio ambiente urbano absolutamente estratégica e importante e coloca a questão do lixo e a questão da ausência do tratamento de esgoto no patamar de prioridades da chamada agenda sustentável, do desenvolvimento sustentável do país.

Então, acho que tratarmos desse assunto na perspectiva não só ambiental, mas na perspectiva do desenvolvimento sustentável do país, e da importância que isso reflete, inclusive nas bases sociais e econômicas do Brasil, é um assunto de hora, um assunto prioritário, um assunto que nós devemos ter todos os esforços e estamos aqui, pelo Ministério do Meio Ambiente, e tenho certeza, junto com o Ministro das Cidades, Ministro Márcio Fortes, juntos para podermos estar à disposição dessa Casa, de tal maneira que possamos avançar na aprovação o mais breve possível desse projeto de lei.

Do meu ponto de vista, eu gostaria de ressaltar alguns pontos que a Política Nacional de Resíduos Sólidos traz de convergência para a política nacional de meio ambiente. E aí também com a política nacional de recursos hídricos, que os senhores sabem que nós temos, no sistema ambiental, *latu sensu*, dois sistemas estabelecidos, sistema nacional de meio ambiente, sistema nacional de recursos hídricos, e ainda vamos somar uma terceira política, que foi aprovada por essa Casa em dezembro do ano passado, que é a Política Nacional de Mudanças Climáticas.

Esses assuntos estão todos imbricados, estão todos integrados e creio que a questão de resíduos sólidos revela, uma vez aprovado esse PL, um novo patamar de gestão ambiental pública nesse país, com novos requisitos, em particular restabelecendo, do ponto de vista da gestão ambiental pública, um novo patamar para a integração entre União, estados e municípios.

Há uma tradição neste país de lidar com as competências; “Não, isso é competência do município, isso é competência do Estado”, como se nós pudéssemos deixar de lado isso, não estar ligado a nós.

Não é isso na área ambiental, nós temos um sistema nacional de meio ambiente, que estabelece exatamente essa correlação, e essa relação entre a federação.

Nós temos uma federação, o Brasil é uma federação, e nós temos que trabalhar de maneira cinética entre União, estados e município, e isso talvez seja o princípio mais importante que seja ressaltado no debate da Política Nacional de Resíduos Sólidos, porque tira essa visão que nós estaríamos tratando apenas de uma competência municipal, e vamos trazer isso para

uma visão de integração e de sinergia de esforços, não só de financiamentos, de tecnologias, de estratégias de gestão, de soluções compartilhadas, enfim.

E colocando também um papel essencial para os Estados, como também se prevê os planos estaduais de resíduos sólidos, e os planos municipais.

Então você tem todo um instrumental que está sendo oferecido no debate para o projeto de lei, que permite a gente possa avançar, do ponto de vista da gestão ambiental pública, um novo patamar sobre a questão do meio ambiente urbano, que é absolutamente essencial que seja conduzido também na Amazônia, nós temos 25 milhões de pessoas vivendo na Amazônia em áreas urbanas.

Então nós temos que ter uma leitura de meio ambiente que vai além da leitura do meio ambiente dos ativos florestais, dos recursos ambientais, nós temos que colocar o homem nesse processo, e a questão de resíduos sólidos, a questão de saneamento ambiental, que este projeto de lei dialoga com a Lei Nacional de Saneamento Básico, que foi aprovada em 2007 por essa Casa, dialoga de maneira convergente, de tal maneira que nós possamos aprimorar não só os investimentos, mas as práticas de gestão do tema das três instâncias do poder público.

Há uma questão absolutamente essencial, que talvez seja, se alguém me perguntasse: “A senhora”, se eu estivesse no *Twitter*, e me fosse dito: “Escreva 12 palavras sobre isso”. Eu teria dito o seguinte: “Elimine os lixões.” Qual é o grande propósito? Eu diria isso: “Elimine os lixões.”

Nós temos que acabar e quem vive nas cidades e sabe o que é lidar de um lixão, e eu sei não só aqui em Brasília, mas no Rio de Janeiro, o chamado Aterro de Gramacho, que na realidade é muito difícil administrar um aterro, para que ele chegue no limite, para que se transforme rapidamente num lixão, sabe qual é a realidade econômica, sabe qual é a realidade ambiental, e sabe qual é a realidade social que está associada a esses lixões.

Então o que essa política traz, esse PL traz é como um propósito estratégico nós trabalharmos para eliminar os lixões no Brasil. E isso é absolutamente essencial que a gente possa ter o instrumental jurídico para possibilitar que a gente estabeleça programas mais dirigidos e mais específicos para a diversidade social e econômica que leva ao surgimento dos lixões.

Trabalhar situações de região metropolitana não é a mesma coisa que trabalhar situações de municípios de porte médio ou municípios de pequeno porte, cuja economia do lixo não tem rentabilidade, e muitas vezes a prefeitura não tem condições de arcar com esses custos. E é fato, isso é fato.

Então como lidar com isso? Você às vezes estabelece no licenciamento ambiental que o município deva licenciar um aterro, o município sequer tem condições de estabelecer o projeto do licenciamento ambiental. Isso é uma realidade desse país, nós estamos falando de mais de 5 mil municípios.

Estou aqui com o nosso companheiro da Confederação Nacional dos Municípios, que certamente vai detalhar essa situação, mas nós não podemos achar que estamos cuidando da situação do Rio de Janeiro e de São Paulo, de Salvador, de Belo Horizonte, a semelhança do que cuidamos de Ribeirão Preto, ou que cuidamos de Lábrea, no interior do Amazonas.

Então, nós temos situações distintas, essa diversidade é acolhida pelo conjunto de instrumentos que o PL propõe.

Além disso, tem algo absolutamente importante que tem a ver com o propósito de aumentar os índices de reciclagem e de redução da extração de matéria-prima associada à natureza. Quer dizer, com isso, eu induzo também aquilo que é tão colocado pela área ambiental, desde 92, sobre responsabilidade de consumo, ou de produção e consumo sustentável, e, que também tem muito a ver com as possibilidades econômicas da nossa indústria.

Aqui eu tenho representantes do setor produtivo, que ao longo desse tempo, também foram atores importantes, e são atores importantes na busca de soluções que possamos equacionar as oportunidades de negócio sustentáveis, com as oportunidades sociais e ambientais.

Então nós temos um debate absolutamente importante sobre a questão de reciclagem, e o país tem hoje um índice em torno de 12%, o Plano Nacional de Mudanças Climáticas estabelece isso para 20%. Então nós temos essa política, e esse PL induz e favorece, dá as bases para que o Brasil possa ter a consecução dessa meta em 2015, o que nos coloca num patamar diferenciado do ponto de vista de diálogo internacional, e de competitividade em torno do comércio interior.

Cada vez mais essas ações se conversam entre si, elas dialogam entre si. Cada vez mais estamos num fórum de acordo multilateral de meio ambiente, e as discussões de comércio são colocadas como barreiras não tarifárias.

Então isso é uma realidade, são dados de realidade que é importante que a gente trabalhe aprofundando a realidade do país, vis-à-vis que são as oportunidades de exportação e de exportação sustentável, com uma mudança de comportamento no país, não só da indústria nacional, mas daquilo que nós temos de oportunidade no exterior.

Então nós não temos que ficar restrito à indústria de alumínio, nós temos outras oportunidades, o Brasil já é o campeão na reciclagem de alumínio, mas temos outras oportunidades e semana que vem eu devo ir a São Paulo, eu não vou dar furo aqui, porque eu não sou o Ministro Minc, o Ministro Minc adorava dar notícia em primeira mão, eu vou me conter, mas semana que vem eu vou a São Paulo, e nós vamos, em parceria com o setor produtivo, lançar uma iniciativa que converge extremamente com essa questão do lixo associada a algum produto de indústria, e já essa leitura da logística reversa e da cadeia de você ter responsabilidade social compartilhada no ciclo de um produto.

Isso o PL traz, quer dizer, é uma mudança de comportamento também de diálogo entre o setor público e o setor privado, naqueles que são responsáveis pela produção de insumos, e como é que nós retiramos o lixo da natureza, como é que nós podemos avançar nisso, e que não estejamos só associados aos mecanismos de comando e controle, como, por exemplo, ano passado, na questão de agrotóxicos, está determinado que você retire o produto do campo, sem que você tenha necessariamente construído as bases econômicas para viabilizar isso, sem comprometer o preço final do produto.

Então tem toda uma lógica de diálogo entre a cadeia econômica, a cadeia social e a cadeia ambiental, que esse PL acolhe.

Vale aqui também destacar, e o Senador Demóstenes Torres me fez uma visita semana passada, nós conversamos sobre várias coisas, uma delas que eu destaquei e falei com ele, foi a questão do pagamento de serviços ambientais que está na pauta, em debate, nesse Congresso, e em função de um estudo recente feito, a pedido do Ministério do Meio Ambiente, pelo IPEA, um estudo sobre pesquisa de pagamento de serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos.

E tem aí dados impressionantes que foram avaliados e pesquisados pelo IPEA sobre a oportunidade de também ter uma convergência em torno dos catadores e da coleta de lixo, com alternativas de aproveitamento econômico, com valores que surpreendeu a todos nós no executivo.

Então, havia me comprometido com o senador de fazer chegar às mãos dele o relatório final desse estudo. Como a burocracia da Esplanada às vezes é muito mais complexa do que a gente possa esperar, eu mesma fiz questão de trazer o relatório.

Então, está aqui entregue e acho que o Senado tem aqui também uma oportunidade de debate importante a respeito do pagamento de serviços ambientais urbanos, que agrega uma pauta que nós estamos dis-

cutindo no Congresso, na Câmara dos Deputados, a respeito do pagamento de serviços ambientais, associado à proteção de florestas, e que esperamos nós, pelo Ministério do Meio Ambiente, em função do envio do PL do Executivo, que nós possamos ter essa discussão, e quem sabe, aprovar este ano ainda, embora um ano atípico do ponto de vista da eleição e da dinâmica desta Casa, mas tenho certeza que nós temos ganhos sociais, ambientais e econômicos, também associado ao pagamento de serviços ambientais.

Acho que a questão do PL, nós estamos discutindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, também traz a discussão alinhada e atualizada sobre a redução de gases de efeito estufa e as oportunidades que nós temos associado à disposição de adequar os resíduos sólidos, e o aproveitamento, no caso, por exemplo, de metano, para geração de energia.

Nós vamos a países mais desenvolvidos do mundo nós temos isso, Lisboa tem mais de 30% da sua geração, da energia consumida pela cidade de Lisboa, [ininteligível] associados à geração, associados à queima, incineração, ou aproveitamento adequado do lixo, com eliminação do que no passado foi dioxinas e furanos etc.. Você tem tecnologias, e nós temos que avançar nesse debate.

O PL permite que a gente avance nesse debate, e acho que nós não podemos perder o potencial energético que está associado ao lixo hoje no Brasil. E, com isso, contribuindo para os resultados do Plano Nacional de Mudanças Climáticas.

Acho ainda importante destacar a importância de geração de emprego, a questão social, e todos os benefícios que esse PL apresenta em torno dos catadores, em torno da coleta seletiva, ampliar a base de coleta seletiva, mas isso que o Governo Federal tem uma política toda dirigida para favorecer e propiciar a maior inclusão social vinculada aos catadores de lixo.

Então, resalto, do ponto de vista da importância da política, talvez esses principais pontos.

Gostaria de observar, em torno dos instrumentos, a questão do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, a gestão compartilhada e a logística reversa. Isso é um ganho para o Brasil, todos os países desenvolvidos têm isso.

Significa que o país, o Brasil, com seu cenário de desenvolvimento econômico, social e ambiental, com essa lei sendo aprovada, passa a ter o instrumental necessário para definir claramente como trabalhar com a questão da gestão ambiental compartilhada e a responsabilidade pós-consumo e a logística reversa.

Numa parceria entre indústria, importadores, consumidores, produtores e o cidadão comum, que vai ter

uma visão crítica a partir desse novo patamar, sobre novos parâmetros, novos padrões de consumo.

Acho importante, vou ressaltar mais uma vez, essa sinergia entre o plano nacional e os planos estaduais; o PL traz isso, e vincula, inclusive os financiamentos, acesso a financiamento e etc.. Isso é um ganho, nós estamos fazendo isso no desmatamento, do financiamento público para práticas sustentáveis, e nós experimentamos novos patamares de redução do desmatamento e novos patamares do desenvolvimento tecnológico, para aqueles que querem produzir de maneira sustentável.

Acho importante, uma coisa que esse país precisa ter, e precisa ter compartilhado na PNAD, todos os chamados processos estáticos, que é o sistema nacional de informação de resíduos sólidos. Sem informação atualizada, tornada disponível, analisada, nós, possivelmente, estamos praticando políticas públicas aquém da demanda real, ou atende um prognóstico mais estratégico do país.

Entendo que o que o PL traz, Senador Demóstenes, é um ganho para esse debate em torno de ter um novo patamar de trabalhar informação ambiental, a informação ambiental associada a resíduos sólidos, mas a informação social e econômica, uma informação que nós, governo brasileiro, temos que colocar atualizadamente no exterior nas chamadas convenções multilaterais.

Então, nós vamos fazer um esforço que não é só de governo, é da indústria, é dos Estados, é do setor privado, é do setor social. De tal maneira que nós temos uma base única de informação, e isso é de uma riqueza absoluta.

Do nosso ponto de vista, em termos de Ministério do Meio Ambiente, vale aqui destacar ainda talvez dois pontos, absolutamente que entendemos serem estratégicos para esse processo.

A classificação de resíduos sólidos perigosos, resíduos indústrias perigosos. Esse governo, esse governo, esse país, no passado, na área ambiental e alguns estados ainda o praticam, nós tínhamos o mecanismo de bolsa de resíduos, é uma "bolsa de valores" mesmo, entre aspas, um mecanismo de controle da política nacional do meio ambiente, em que aquilo que não é resíduo perigoso, mas resíduos classificados como inertes, você possa fazer troca de indústria para indústria, de aproveitamento e isso existe um comércio entre os setores que consomem, e aqueles que produzem e consomem os chamados resíduos.

E nós chamávamos isso, chamamos isso como bolsa de resíduos, como manifesto de resíduos. Está instituído pela política de meio ambiente, o Brasil chegou a ter um índice, na década de 90, no início da

década de 90, de 12% de aproveitamento. Isso era maior que a França, o segundo país que tinha bolsa de resíduos mais eficiente.

O projeto de lei traz isso, inclusive com a declaração atualizada de resíduos industriais, perigosos e não perigosos, e traz para sinergia o cadastro técnico federal da política nacional do meio ambiente em torno dos poluidores.

Isso também significa nós avançarmos na integração de políticas, e reduzirmos os nossos gastos, uma eficiência de gestão. Porque não é possível que a gente continue com os instrumentos desconectados, sendo que o resultado tem que ser apropriado numa única base.

Então tem aqui um destaque especial sobre a questão de resíduos industriais, além da proibição, que eu acho que nós devemos ter claro, sobre a importação de resíduos perigosos, de rejeitos, que esse país já é signatário de convenções internacionais, e tem inclusive ganhos em Supremo Tribunal Federal, posições definidas pelo país, em torno de rejeitos que podem ser perigosos à saúde pública, à saúde animal, enfim, possibilitando ainda um tratamento sobre reforma e uso, que deve ser melhor trabalhado no nosso país.

Então, do ponto de vista do Ministério do Meio Ambiente, Senador Demóstenes, tentando fazer uso dos 30 minutos, ou até 30 minutos, como eu sou muito objetiva, nós entendemos que devemos trabalhar juntos com essa Casa, estamos à disposição dos senhores, para qualquer esclarecimento necessário ainda sobre a aprovação desse projeto.

Nós apoiamos completamente o debate que aconteceu na Câmara. Entendemos que a versão que veio para o Senado é uma versão muito boa, que consolida e representa, sintetiza, traz, espelha, todo o debate e todo o consenso que foi construído na Câmara dos Deputados.

Entendemos que seria... Gostaria aqui de clamar o Senado que nós pudéssemos aprovar ainda em maio, em junho, de tal maneira que o Presidente pudesse sancionar essa lei, e acho que o Brasil, ao tê-lo sancionado ele muda o patamar do ponto de vista da gestão de resíduos sólidos, mas mais do que isso, ele muda o patamar da gestão ambiental pública em torno desse tema.

Finalmente, quero sinalizar e enfatizar a importância desse tema para a questão climática.

No final de julho nós teremos aqui uma reunião dos países do BASIC, que são os países em desenvolvimento mais importantes, do ponto de vista de emissão de gases de efeito estufa, Brasil, Índia, China, África do Sul, acontecerá no Rio de Janeiro, e nós, do Ministério do Meio Ambiente, deveremos, como pre-

paratório à reunião de Cancun, nós, do Ministério do Meio Ambiente deveremos empreender durante uma semana um conjunto de debates sobre a questão climática no Brasil, e a posição não só ambiental, mas estratégica, do ponto de vista econômico, do nosso país, como preparatória à reunião desses quatro países que o governo brasileiro vai recepcionar.

Acho que devemos ter, se até lá se tivermos o PL aprovado, devemos ter um patamar sobre as oportunidades, um debate sobre oportunidades que o lixo oferece hoje para a geração e contribuição para isso que eu sinalizei, geração de energia elétrica e reaproveitamento, reciclagem, isso que eu sinalizei em torno da consecução dos objetivos de mudança climática.

Cada vez mais nós seremos cobrados dos nossos resultados, cada vez mais essa informação deverá estar disponível para negociações nos vários fóruns, e nós temos toda condição de também assumirmos um protagonismo não só em relação à redução do desmatamento da Amazônia, com a tendência bastante acentuada de anteciparmos a meta de 2015 para 2011, nós estamos com sinalizações muito concretas para isso.

E aí temos também na questão do lixo a expectativa e oportunidade de anteciparmos, sim, e convergirmos os resultados que a aprovação desse PL nos oferece para o Brasil avançar também na consecução dos objetivos de redução de gases de efeito estufa e geração econômica sustentável em torno das oportunidades de negócio, em torno das oportunidades de gestão ambiental pública nas instâncias estadual e municipal, de maneira mais suficiente.

Esse olhar diferenciado para um país diverso, o PL traz, eu acho que nós, tanto o Ministério do Meio Ambiente, e o Ministério das Cidades, o Ministério do Meio Ambiente tem a responsabilidade de coordenar o plano nacional de resíduos sólidos, e de mudanças climáticas também, nós temos lá um conjunto de estudos em andamento para dar segmento, exatamente uma vez aprovado o projeto de lei, podemos avançar num decreto de regulamentação, num debate sobre isso, para dar segmento especialmente sobre cadeias prioritárias do ponto de vista de reaproveitamento e de redução de resíduos.

Então, é com muito bons olhos, é com muita... Assim, muita alegria, que nós do Ministério do Meio Ambiente chegamos a esse momento no Senado, e esperamos que o Senado possa ter um debate também sustentável, podendo agregar novas contribuições, mas que possamos levar a aprovação desse PL com toda brevidade.

Então, muito obrigado, obrigado pela oportunidade de estar aqui, Senador Demóstenes Torres, e nós do

meio ambiente estamos à disposição dos senadores para qualquer complementação de informação, e os esforços necessários para podermos aprovar esse PL, e irmos juntos, com o Presidente da República para a sua sanção. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Agradeço a V. Exa. Abro o debate.

Uma vez que a Ministra vai se ausentar depois voltaremos aos expositores, dando a palavra, inicialmente, ao Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Obrigado, Sr. Presidente, eu agradeço a presença de todos, principalmente da Ministra Izabella Mônica Vieira Teixeira, que se faz presente aqui nessa audiência pública.

Eu quero dizer que concordo, quase que na sua inteireza, com as colocações que foram feitas por ela, dentro da minha apreciação sobre o projeto, acho que já tivemos aí vários avanços, que merecem, sem sombra de dúvida, aprovação por parte do Senado.

Entretanto, alguns pontos me preocupam; aí eu queria colocar para a Ministra, para ver um comentário dela a respeito. Por exemplo, eu não acho que o projeto tenha contemplado muito a questão da coleta. Então eu verifico muito essa dificuldade da coleta dos lixos nas nossas diversas cidades do nosso país. Eu recentemente estava em Manaus e experimentei um fato inusitado, houve uma chuva muito forte daquelas chuvas amazônicas e eu estava no Rio Negro e o rio estava bastante limpo; em questão de 20 ou 30 minutos o rio estava, na verdade estava ilhado de lixo.

Então, esse lixo não veio de nenhum lixão, ele veio exatamente das ruas, das vielas, talvez dos igarapés onde estavam e se constroem ao redor de forma desordenada. Então isso me chocou muito, porque eu estava em plena Amazônia, como disse a Ministra, não é só a questão ambiental, florestal, mas a questão, exatamente, do meio ambiente, do lixo, e foi só uma chuva, e eu fiquei ilhado, lixo pra todo lado. Não tinha lado que eu olhasse que não tinha lixo ali circulando.

Então essa questão da coleta que eu acho que o projeto não avançou muito. Bom, outra questão que me preocupa é fonte de financiamento. Porque se você faz um projeto e exige planos para os municípios, para os Estados, e depois não diz a origem, fontes de financiamento, os municípios brasileiros são extremamente carentes até para suprir seus serviços próprios, hoje, de coleta, de deposição, e outros serviços públicos, de saúde, de iluminação pública, que, lamentavelmente, no país se cria políticas e cada vez mais coloca no ombro do município responsabilidades.

Se faz o SAMU, coloca lá a ambulância, mas quem vai manter a ambulância é o município. Faz um

PSF, mas quem vai pagar os médicos é exatamente o município. E os municípios, por sua vez, tem cada vez mais suas receitas reduzidas, e isso aconteceu em 2009.

Então fonte de financiamento, inclusive recursos orçamentários, para operacionalizar o plano nacional, os planos estaduais, e, sobretudo o gerenciamento, fiscalização e controle por parte dos municípios. O princípio é da gestão integrada, e não se pode colocar um grande peso sobre os ombros dos municípios sem os meios necessários.

Então isso, eu, lamentavelmente não encontrei no projeto.

A outra questão, também aí uma questão econômica, é quanto aos incentivos. Os incentivos econômicos, como será a sinalização para a desoneração tributária para produtos reciclados? Ou ações que reduzam a geração de rejeitos.

Quer dizer, são dois pontos que eu acho que a União tem toda a possibilidade de avançar e propor, porque tem assuntos aqui que são próprios da União. E que ela poderia dar uma colaboração muito grande com relação a esses dois assuntos.

Então, Sr. Presidente, era o que eu colocaria no início, para não sobrecarregar a Ministra, porque eu sei que ela tem um tempo limitado. Essas duas questões que me deixam preocupado para que o plano seja efetivo, e não seja apenas uma manifestação de boa vontade e depois na sua execução fique a desejar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Eu vou complementar a pergunta do Senador César Borges, se ele me permite, porque eu acho que é pertinente.

No final do ano passado eu tive a oportunidade de participar de uma reunião no Estado de Goiás com praticamente todos os prefeitos, o Ministério Público, a delegacia do meio ambiente, e ali, o seguinte: os delegados do meio ambiente estavam fazendo um TCO, um termo circunstanciado de ocorrência, contra todos os prefeitos municipais, porque em muitos municípios ainda haviam apenas os lixões.

Sob o ponto de vista ambiental é fantástico, quer dizer, o Ministério Público, a polícia etc., procurar solucionar o problema. Agora, não há cadeia no mundo que vai fazer com que o prefeito construa o local apropriado, por quê? Porque ele não tem o recurso, não é verdade?

Então a questão do financiamento que mencionou o Senador César Borges, especialmente para os pequenos municípios, porque os grandes, esses a coleta, o depósito, a exploração é absolutamente viável, inclusive economicamente.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Economicamente viável.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agora, como é que nós vamos fazer com os pequenos municípios? Aqueles que têm... O Estado de Goiás tem municípios com dois mil habitantes, aquela época em que se criava municípios... Qualquer dois mil habitantes, cinco mil habitantes.

Esses municípios, como eles podem fazer? Há algum incentivo também para que a iniciativa privada, talvez a União não vai ter a condição, ou os estados e municípios não vão ter a condição de bancar unicamente a construção e a exploração desses locais, não é? O que, repito, é extremamente saudável.

Mas como é que nós vamos viabilizar economicamente, qual é o projeto, qual é a intenção do Ministério do Meio Ambiente, talvez até a Dra. Nádia, também da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, poderia também fazer um comentário a esse respeito.

Qual é a perspectiva do governo para evitar justamente esse tipo de ação? Porque não adianta criminalizar o prefeito, não adianta entrar com ação criminal contra o prefeito, ele precisar, ele quer resolver o problema, mas como é que a gente vai ajudar? A lei, de alguma forma, contempla essa possibilidade?

SRA. MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA: Nádia quer falar primeiro ou eu falo? Posso falar? Vamos lá, eu acho que é um debate extremamente importante, porque nós vamos por o mundo real na ponta.

A primeira coisa, a minha experiência, eu tenho uma experiência não só na União, em estado e município, por conta do meu trabalho no Estado do Rio de Janeiro, como Subsecretária de Estado e como coordenadora do programa de despoluição da Baía de Guanabara ainda na parte ambiental.

Então eu lidei com muita objetividade sobre as dificuldades dos municípios de estabelecerem soluções, quer na escala econômica, quer na ambiental, e em particular na social.

O PL traz na questão dos pequenos municípios a oportunidade de consórcios, até porque a economia do lixo não possibilita que o município banque sozinho, muitas vezes, a gestão dos seus aterros.

Você financia, e nós temos exemplo disso no Brasil, de programas anteriores em governos anteriores, em que nós estabelecemos base de financiamento e linhas de crédito para os municípios, que muitos pegaram, venceram aquela dificuldade de ter o projeto, e não conseguiram, depois, manter, ou gerir os seus aterros. Isso facilmente se transformou em lixões.

Por quê? Porque a economia do lixo não se sustenta, não tem escala para isso. Por isso a importância

para avançar no debate não é só na questão ambiental, é uma questão de natureza econômica e natureza social.

O PL traz a discussão dos consórcios municipais, que foi a solução trabalhada, depois de longo debate na Câmara dos Deputados, em torno de buscar saídas ou alternativas diversificadas, diferenciadas considerando a diversidade de situações no Brasil.

Eu não posso entender, no caso, por exemplo, da Amazônia, que eu tenho municípios que do ponto de vista de limites entre eles nós temos, às vezes, dois dias de viagem de barco, um dia de viagem de barco. E temos regiões metropolitanas que permitem você tem um consórcio e esse consórcio ter economicidade, porque você inclusive tem estrutura para gerar energia e colocar na linha de transmissão e distribuir.

Porque às vezes a gente pode ter soluções, mas não tem infraestrutura para isso. Então tem um conjunto de debates, os consórcios inclusive com a possibilidade de financiamento diferenciado, considerando o perfil de cada município que comporia isso.

Então nós temos uma experiência no Rio em torno disso, Senador Borges e uma coisa interessante, o Rio de Janeiro buscou essa saída em torno de consórcios, um estado com 91 municípios, um Estado pequeno frente à Bahia, que tem 490...

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Quatrocentos e dezessete.

SRA. MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA: Dezessete, São Paulo tem seiscentos e pouco, Minas Gerais tem oitocentos e pouco, então só se a gente somar esses três Estados, dá para a gente ver, mais o Rio de Janeiro, o menor, a diversidade de situações... Todos moram gente, todos têm problema de lixo, isso é um fato.

O Rio de Janeiro usou, inclusive, essa estratégia associada a um plano estadual de eliminação do esgoto, em 10 anos, para ter financiamentos a partir do Fundo Estadual do Meio Ambiente. O Fundo Nacional de Meio Ambiente, que tem receitas dos *royalties* de petróleo, financia a solução do financiamento e do lixo nos Estados, está estruturado para financiar.

Isso é uma ação articulada, porque eles fizeram um plano estadual, dedicado à região metropolitana e agora expandindo para o estado, sobre a questão de resíduos sólidos. O que essa lei acolhe, e acolhe com a perspectiva de consórcios que está sendo trabalhada no estado para as várias regiões.

Estou dando esse exemplo, porque eu conheço mais de perto, tive a oportunidade de trabalhar e vi que esse é um caminho possível, do ponto de vista do PL está acolhido.

O senhor também aponta uma questão da coleta [soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É automática.

SRA. MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA: É automática? [risos]. Senão ia ficar dando pulo aqui. Mas, enfim, o senhor também aponta a questão da coleta, e a coleta talvez nós temos dois aspectos importantes.

Primeiro a lei de saneamento trata disso, por isso essa lei não tratou. Então, vamos chamar a resposta formal. Mas a realidade é que os municípios não necessariamente têm a estrutura de coleta estabelecida com base naquilo que é necessário para sua demanda.

Então, nós precisamos ter uma cadeia, que a gente chama cadeia do negócio do lixo, que vai da coleta à oportunidade de ter a oportunidade de reciclagem ou não, a oportunidade ou não de ter gestão compartilhada, responsabilidade compartilhada, a destinação adequada e os usos econômicos associados a destinação adequada.

A lei traz os instrumentos para isso, esse PL traz os instrumentos que possibilita esse avanço. Nós temos uma discussão sobre coleta que também é derivada para a questão da reciclagem, e os requisitos para reciclagem também estão colocados aqui, para que você tenha uma nova base, e tire um pouco esse caráter voluntário que existe hoje na questão da reciclagem e ofereça para a diversidade do país, oportunidades para tal.

Então, a lei traz esse debate, isso foi longamente, vamos chamar assim, verificado e definido em torno do que seria o contexto de um PL, um substitutivo como eu fiz referência que a Câmara trabalhou tremendamente.

Sobre a desoneração, esse é um assunto que deve ser feito na instância do Executivo, por decreto, esse foi o debate que resultou da Câmara, é uma competência do Poder Executivo, e nós vamos fazê-lo.

em aqui na parte de instrumentos econômicos a questão que diz claramente sobre incentivos creditícios para atender a lei, dizendo que a União, estados e municípios [ininteligível] poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, isso vai ser objeto do debate que deriva da aprovação da lei.

Não só o que está no orçamento geral da União, mas como, nós podemos fazer no Fundo Nacional de Mudanças Climáticas, aprovado por essa Casa em novembro de 2009, estabelecer, tendo em vista as metas do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, linha para apoiar o financiamento associado à questão de lixo, quer dizer, destinação adequada associado ao aproveitamento energético que tem a ver com o cumprimento

da meta de 2015, estabelecido no Plano Nacional de Mudanças Climáticas.

Então, do nosso ponto de vista essas questões que o senhor aponta, e que o Senador Demóstenes Torres sinaliza com toda propriedade, o que significa na ponta, a realidade, o prefeito, como é que eu saio disso?

Nós temos que buscar isso que a lei traz também, a sinergia, e a coordenação entre as três instâncias, e não deixar os municípios mais distantes, talvez a escala do lixo não seja relevante, mas o problema é relevante, distantes de soluções que a visão do plano nacional, que os planos estaduais, e os instrumentos econômicos estão previstos aqui, devem, oferecem, devem não, oferecem para a construção de uma solução em torno da questão de resíduos sólidos.

Acho que suas preocupações são todas relevantes, mas entendo que do ponto de vista do debate, tudo que eu conheço, que foi feito na Câmara dos deputados, que as preocupações estão acolhidas no texto do PL obrigada.

Nádia

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Com a palavra, então, Dra. Nádia Limeira Araújo.

SRA. NÁDIA LIMEIRA ARAÚJO: Bom-dia, bom-dia a todos e a todas.

Em nome... Agradeço ao convite formulado ao Ministro Márcio Fortes, quero cumprimentar a todos em nome do Senador Demóstenes Torres.

Queria dizer o seguinte: antes de mais nada, eu compactuo com as preocupações, com toda a exposição feita pela Ministra Izabella, ela foi muito brilhante na sua explanação, na defesa desse projeto, nós corroboremos com ela, com toda preocupação, porque o Ministério da Cidades está trabalhando em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente na formulação e na proposição desse PL, como também em outros instrumentos financeiros ou instrumentos econômicos, instrumentos de governo, que o Executivo está colocando para apoiar o desenvolvimento do setor de resíduos sólidos.

Com relação às preocupações do senador, com relação, por exemplo, a coleta nas grandes cidades, realmente a Ministra falou correto. A lei do saneamento, ela tem uma interligação muito grande com a SPL de resíduos.

Então, na realidade a Lei de Saneamento estabelece regras para prestação de serviços públicos de saneamento, aí inseridos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Então, estão aí inseridos as preocupações com relação a isso. Então, o PL de resíduos não precisaria entrar nesse detalhe.

Nós temos os instrumentos financeiros reamente que dão conta desse tipo de serviço, inclusive existe uma sinergia muito grande, uma interligação muito grande, esse conjunto de discussões, de preocupações que foram colocadas nesse texto, que foram dialogadas nesse texto dentro do próprio Governo Federal, de... Atende esse tipo de colocação colocada pelo senhor.

Eu diria que a coleta realmente é deficiente na maioria dos municípios, ela realmente está ligada não só à questão às vezes de deficiência na prestação de serviços, de falta de instrumento, falta de apoio financeiro, mas também está muito ligada à questão da educação ambiental, da questão de jogar o lixo na rua, que a população às vezes joga o lixo na rua.

Então nós precisaríamos combater também esse tipo de ocorrência, que isso não seria uma questão mais puramente do próprio município. É claro que existem deficiências graves na questão dos serviços, mas também precisamos atacar esse problema, a própria comunidade deverá colaborar nesse processo, como toda sociedade, quer dizer, a questão do lixo é uma responsabilidade de todos nesse processo.

E a preocupação com as linhas de financiamento, já foi colocado, nós estamos trabalhando em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, na preparação dos planos nacionais, planos estaduais, planos municipais e regionais de gestão de resíduos sólidos. Então eles estão conversando, dialogando com os planos nacionais de saneamento, os planos estaduais de saneamento colocados como instrumentos da lei de saneamento. Então nós temos, assim, a clareza de que esses pontos, eles vem ajudar na solução desses problemas.

E eu acho, por enquanto, eu teria essas questões a colocar. Nós estamos trabalhando na elaboração de planos estaduais de resíduos sólidos, para poder consolidar os instrumentos financeiros que nós trabalharemos em conjunto no PAC2.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu queria agradecer as explicações, se me permite o Presidente, e realmente manter essa posição de que eu vejo como um avanço o que está sendo proposto, mas vejo que precisamos a jusante da aprovação do projeto, esclarecer muito bem essas fontes de recursos.

Acho que o ministério das cidades tem que ter projetos bastante claros de apoio aos estados e aos municípios. Eu fui governador do Estado, e claro que temos a possibilidade de fazer consórcios, fizemos de municípios a lei permite isso, instalamos aterros sanitários em consórcios,, com recursos do Estado,

comparamos equipamentos, treinamos e qualificamos as pessoas dos municípios.

E eu diria, felizmente, que boa parte se manteve como aterro sanitário, mas lamentavelmente alguns se transformaram em lixões, por falta de capacidade dos municípios de manterem os aterros sanitários como tais.

Por outro lado, também, eu acho que falta aos municípios, condições de manter esse programa, Estado, de manter esse programa, eu fiz quando fui lá governador, depois não acompanhei, e não vi, pelo menos, essa política ser uma política levada avante.

Eu acho que não deve ser uma política de um único governo, seja qual for o governo. O governo federal, junto com o estadual, sempre trabalhando ao encontro dos municípios, num trabalho permanente, porque às vezes muda o administrador, o administrador entra em dificuldade, não considera o tratamento do aterro aquilo prioritário, porque está longe da cidade, ninguém vê, e aquilo, de uma hora para outra para outra se transforma em lixão.

Então, essa questão financeira eu considero importantíssimo que o Ministério das Cidades, junto com o Ministério do Meio Ambiente possam delinear as linhas de financiamento. Que venham, por exemplo, do BNDES, linhas claras e definidas para os municípios, para os Estados, para que a lei possa ser, na realidade, no dia a dia da vida como ela é, ser efetivamente aplicada.

Mas era isso aí, Sr. Presidente. Muito obrigado, estou satisfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Senadora Kátia Abreu, para complementar o que o Senador César Borges disse.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente, quero cumprimentar a Ministra Izabella, um prazer revê-la, todos os nossos convidados que aqui participam dessa importante audiência pública.

O que o Senador César Borges disse é uma realidade do interior do Brasil. Apenas para complementar, na dificuldade dos prefeitos, que a gente encontra no dia a dia, às vezes a política pública vem, é formatada, a necessidade é boa a intenção é a melhor possível, mas a hora que chega a realidade dos municípios, ela fica inexequível, ela distancia da realidade de cada região.

Um ponto que me chama muitíssima atenção e a reclamação geral, a escolha do local do lixão. Por incrível que pareça, as distâncias, do aterro, desculpe, as distâncias exigidas do município, tudo bem, eu acredito que do ponto de vista técnico deve ser uma exigência correta, mas a viabilidade para a prefeitura

manter essa distância e esse tipo de transporte, tem que ser considerado.

Não tenho uma ideia formada como, mas é uma dificuldade terrível para que todo o transporte de lixo do município possa chegar até os aterros sanitários que são construídos, as áreas disponibilizadas pelos prefeitos às vezes não servem. O prefeito ainda tem que comprar uma área sem ter recurso próprio para fazê-lo. O Ministério Público em cima, ameaçando inclusive de prisão os nossos prefeitos.

Então eu acredito que essa é uma política importantíssima para o nosso país, nós só não podemos esquecer que o Brasil é grande demais, portanto os problemas grandes demais, e a lei só vale se ela focar o individual, se ela ter o cuidado e o detalhamento.

Eu vejo a questão ambiental, a legislação do meio ambiente no campo, a vontade que se tem de praticar, o desejo que se tem de fazer, mas a distância da prática e da realidade a legislação é frustrante. Criminaliza as pessoas justamente por falta de execução, de condições de executar.

Então essas questão dos prefeitos, nós temos que lembrar da dificuldade financeira dos prefeitos todos os dias, os prefeitos, principalmente que não tem recomendação de ICMS, eu não tenho nenhum constrangimento em dizer, eles não tem dinheiro para nada, só mal e mal folha e os serviços básicos da prefeitura. Não contém com contrapartida, não contém com eles, porque nós estamos vivendo o dia a dia, e o choro é geral, não há hipótese de contarem com eles para qualquer ação dessa natureza.

Gostaria aqui de público convidar a Ministra Iza-bella para que possa nós receber, a CNA, ou ser recebida, com muito prazer, na nossa Casa, fazemos questão de mostrar um grande projeto que estamos empreendendo com a EMBRAPA, o projeto Biomas, para o campo brasileiro que é uma tentativa dos produtores rurais, que nós estamos investindo 20 milhões de reais nessa iniciativa, e o aval de V. Exa. é da maior importância, o reparo, a observância, as críticas a esse projeto extraordinário que a EMBRAPA produziu para o campo brasileiro, no sentido de corrigir os erros cometidos, e caminhos, buscas, no sentido de fazer a coisa certa.

Nós queremos é ter tranquilidade de que estamos acertando. Então, o 'achismo', nós estamos abandonando os 'achismos', e estamos nos entregando à ciência, aos pesquisadores do país para que eles possam nos pautar. Mais uma vez, muito obrigado a todos, e é um prazer revê-la.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Então, a Ministra... A senhora quer falar primeiro? Porque a Ministra poderia, já que

a senhora tem compromisso, que em seguida a Ministra vai se ausentar.

Com a palavra, senhora Nádia.

SRA. NÁDIA LIMEIRA ARAÚJO: Então, complementando, eu quero deixar bem claro aqui que o Ministério das Cidades, mais uma vez, não quero ser repetitiva com relação ao que já muito bem explanou a Ministra do Meio Ambiente com relação à importância da aprovação desse projeto de lei para o desenvolvimento da gestão do resíduo sólido no país, para contribuir, para erradicar os lixões nos grandes centros, nas regiões metropolitanas, quero deixar bem claro que essa lei, ela vem consolidar todo um trabalho de mais de 20 anos que o Governo Federal, o Executivo, junto com todos os ministérios que tem a atribuição dessa questão, a questão da gestão do meio ambiente, da gestão dos serviços de saneamento, com relação à questão dos resíduos.

Então eu quero deixar claro, não quero ser repetitiva de falar nos seus detalhes, mas eu quero deixar claro que isso vem consolidar todo um trabalho que vem sendo feito em cima da estruturação dos programas de financiamento, conforme colocou ali o senador, eu quero deixar bem claro que isso vai ajudar, por exemplo, na construção do Programa PAC 2, que nós estamos construindo em conjunto.

Quer dizer, o Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Cidades, outros órgãos do Governo Federal, eu citaria a Integração Nacional, o Ministério da integração nacional através da CODEVASF, a Fundação Nacional de Saúde.

Esses órgãos, essas instituições públicas vem trabalhando nos últimos anos, nos últimos oito anos, nos últimos dez anos, na consolidação de todo um trabalho articulado para promover o desenvolvimento do setor de saneamento ambiental no país, e na questão dos resíduos sólidos.

Eu falo na questão do resíduo sólido pelo tema. Então nós estamos construindo junto todo um trabalho de inclusive ajudar os pequenos municípios, conforme a Ministra falou, na consolidação, não só os pequenos, como os médios, mas regiões metropolitanas, e induzir a gestão associada, a prestação do serviço de limpeza urbana também, destino final do lixo, tratamento do lixo, por conta justamente dos maiores municípios ajudarem os menores, nessa questão do ganho de escala.

Então, existem realmente, senador e demais participantes dessa audiência, existe todo um trabalho articulado, e nós estamos trabalhando nisso. O Ministério do Meio Ambiente apóia a organização dos consórcios, apóia os planos regionais de resíduos sólidos, de gestão integrada, planos estaduais, quer dizer, nós estamos induzindo os municípios a se organizarem

em consórcios para ganhar escala. Quer dizer, é uma forma da gente contribuir o mais rapidamente com a erradicação dos lixões nesse país.

Com relação a coleta seletiva também nós temos os instrumentos, nós estamos trabalhando no cumprimento do decreto do Presidente da República, que estimula a coleta seletiva, que ajuda os municípios, nos órgãos públicos federais, estamos trabalhando em vários instrumentos, várias linhas em conjunto para que se dinamize essa questão da coleta, colocando no nosso normativo de acesso a recursos, a importância dos municípios estarem trabalhando de forma associada, destinação conjunta, se organizar em consórcio.

Estamos dando prioridade nos nossos programas ao fechamento dos lixões. A questão até para os municípios organizarem consórcios para mais para futuramente terem escalas para projetos mais importantes que gerem receita, que é o caso de projetos de crédito de carbono, nessa área de aterros.

Estão trabalhando juntos na construção não só do apoio e elaboração dos projetos, ajudar os municípios na capacitação, daqueles que precisem para formatar o projeto, estamos disponibilizando instrumentos de planejamento para o município. Tem o plano nacional de saneamento básico, estamos fazendo... Mobilizando os municípios para discutir conosco todas essas questões, a própria política, o plano nacional de saneamento.

Temos a ferramenta do sistema nacional do saneamento, SINISA, que é um instrumento da lei de saneamento, que dialoga com o sistema nacional de formação em resíduo, ou seja, enquanto essa lei não está aprovada, nós vamos buscando os instrumentos que vão, juntamente, com a aprovação dessa lei consolidar todo esse processo que vai levar ao desenvolvimento da gestão do setor de resíduos sólidos nesse país.

Então, queremos contar com o apoio dessa Casa, senadores, toda a sociedade, da indústria, de todo os segmentos envolvidos, interessados nesse tema, para que essa lei seja aprovada.

Ela está, conforme a Ministra Izabella falou, um texto bastante amadurecido, quer dizer não é de hoje, é de 20 anos. Eu me lembro, sou funcionária de carreira do Governo Federal, desde quando eu entrei no serviço público a gente vem discutindo essa lei, em várias tentativas de que essa lei fosse aprovada, então eu acho que já existe todo um acúmulo de informações, que o Governo Federal se coloca para responder.

Concordo plenamente com as preocupações dos senadores, da questão de... Essas questões que foram colocadas, da dificuldade do município, realmente existem, nós estamos buscando as soluções para

isso, os nossos instrumentos, estamos trabalhando em conjunto.

E vamos cada vez mais mobilizar todo o Governo Federal, trabalhar junto com linhas de financiamento, comitê interministerial, que trata desse tema, para fortalecer todo o esforço que o governo vem fazendo junto com o setor privado, com outros segmentos, para que a gente possa alcançar, realmente, o desenvolvimento do setor de resíduos sólidos do país, e do saneamento ambiental como um todo.

Então eu fico por aqui, por enquanto, e agradeço a oportunidade em nome do Ministro das Cidades.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Ministra Izabella Mônica.

SRA. IZABELLA MÔNICA TEIXEIRA: Primeiro eu quero saudar a Senadora Kátia Abreu, em revê-la, dizer que quando fui secretária executiva de Meio Ambiente, nós tivemos enquanto pauta com esse Congresso, com essa Casa, com esse Senado, as melhores relações possíveis, e a senadora, me lembro, foi relatora do orçamento do Ministério do Meio Ambiente, e cumpriu tudo que ela acordou conosco, e nós cumprimos tudo que acordamos com ela.

Então nós temos uma relação absolutamente saudável, sustentável e amiga, feminina, você faz parte da cumplicidade feminina, e desde já eu aceito, e quero recebê-los, quero receber a CNA no Ministério, para a gente conhecer o programa, e mais do que isso, acho que nós temos aqui uma oportunidade uma vez aprovado esse PL, talvez no campo iniciarmos um debate, um programa, sobre a questão de ciclo de vida de produtos agrotóxicos, e a responsabilidade compartilhada em torno do agricultor.

Então nós podemos ter aqui uma iniciativa em parceria com a CNA e com outras representações associadas a agricultura e agricultura familiar também, como é que nós podemos inovar e aproveitar o que a lei uma vez aprovada define como responsabilidade compartilhada, logística reversa, e qual será a estratégia que a gente pode desenhar considerando a diversidade do nosso país.

Então, a realidade do seu estado, o interior do seu estado, não é a realidade do interior do Estado do Paraná e muitas vezes nós precisamos de requisitos para poder fazer ações serem convergentes.

Sinalizo aqui e a fala do senador Borges indica isso, a necessidade de a gente ter visibilidade sobre as ações, não só do governo, mas ações em curso nos últimos 20 anos, para tratar sucessos e insucesso.

E a importância de ter uma lei, porque a lei estabelece as bases pra uma política de estado. As soluções que às vezes nós pensamos, e a área ambiental

é muito própria disso, por ser uma política transversal e não uma política setorial.

As soluções que nós pensamos hoje, muitas vezes os resultados, a consecução dos objetivos, acontecem em médio prazo, e você precisa não estar refém só de políticas de governo, você tem que ter uma visão do estado brasileiro.

A questão do lixo, hoje, é um problema ambiental, que requer uma postura de política de Estado. A aprovação nessa lei muda esse patamar, propicia essa mudança de patamar. E aí nós temos condição de não só convergir, e ter um olhar mais dirigido e mais discricionário, no bom sentido da expressão, para a diversidade de estados e municípios do nosso país, mas também assegurar, por intermédio dos mecanismos, em particular, dos instrumentos, em particular do plano nacional de resíduos sólidos, os planos estaduais, que a gente possa ter uma visão do Estado, como o senhor bem sinaliza.

Esse é o caminho não só dos instrumentos econômicos, não só dos consórcios, daquilo que deriva da implementação de políticas públicas e da ação coordenada com governadores e com prefeitos.

Entendo que essa questão da visibilidade também está associada com a formação de resíduos sólidos. É preciso, e isso que a senadora coloca, da diversidade de situações de municípios, que nós tínhamos sinalizado anteriormente, e o sistema nacional de formação de resíduos sólidos vai nos possibilitar, com base em dados oficiais do país, propor políticas públicas que possam acolher essa diversidade dos nossos municípios, e não trabalharmos isso numa agenda só de governo.

É uma visão de Estado, nós não podemos ter um país que cresce 5, 6, 7%, o crescimento econômico, e ter um patamar de desenvolvimento econômico social que sinaliza os próximos 10 anos, que tem o protagonismo de ser a quinta economia do mundo supostamente em 2014, que é o maior exportador de carne, tem a maior pecuária do mundo, que é o maior exportador de soja, que tem todo um avanço na agricultura familiar, que tem todo um debate sobre logística de petróleo, gás, enfim, tudo que o país é do ponto de vista de grandeza e que nos orgulha como brasileiros, ele não pode estar refém de um problema social, ambiental e econômico porque ainda não temos destinação adequada de resíduos sólidos.

Nós temos que fazê-lo, e temos que ter um olhar dos grandes municípios, para os pequenos municípios. Isso é responsabilidade do ponto de vista de política do Estado, isso é a responsabilidade de fazer a inclusão social, a inclusão política no debate, a inclusão política desses municípios no debate, na construção de solu-

ções para a questão ambiental, a questão econômica e a questão social do país.

Hoje está no *Globo* a notícia da Confederação Nacional dos Municípios que publica um relatório a respeito dos municípios do Brasil que tem políticas de clima. São 112 municípios em torno de 5.632... Quanto, 32, eu sempre erro esse número. E o jornalista ontem a noite me perguntou: "O que a senhora acha disso?" Eu acho surpreendente, um número positivamente, porque eu não conheço o estudo, e eu não sei se são os municípios que tem a maior contribuição associada aos problemas climáticos, ou se são municípios que estão dirigindo os estudos e políticas e planos e programas por conta da questão de adaptação.

Eu estou dando esse exemplo, porque na ponta acontecem fatos, acontecem movimentos políticos, estratégicos, feitos por prefeitos, seu estado, senador, tem vários, governador, tem vários municípios, mas Salvador não está na lista.

Interessante, não é? Pernambuco tem, Rio de Janeiro tem, São Paulo. Então, você tem uma discussão com o protagonismo que os próprios municípios encaminham, e que nós precisamos entender o que é isso, qual é a qualidade e como é que isso dialoga com uma política nacional de resíduos sólidos, que nós possamos sim dirigir, no sentido bom da expressão, no processo de negociação, os investimentos públicos necessários com as várias modalidades de financiamento.

Financiamentos existem, eu acho, existia no passado, existe de maneira suficiente, não necessariamente estão dirigidos para os prefeitos, às vezes você passa os financiamentos para os consórcios, para as empresas, para governos estaduais, mas não necessariamente você tem uma linha de crédito que o prefeito, com sua diversidade, possa acolher.

Como é o prefeito que não dá contrapartida? Como nós tratamos isso na lei? Se você não tem condições de dar contrapartida, e quando dá é para pessoal, uma situação limite. Nós temos muitos casos na área ambiental. E isso, no nosso entendimento, a lei oferece um novo patamar de regulamentação na parte de incentivos econômicos e creditícios, por parte do governo, mas não encerra o debate.

Não encerra, ao contrário, provoca um novo patamar, e aqui a minha última observação, quando a gente fala de algo na área ambiental, que é tão desejado, que é a logística reversa, a gestão compartilhada do consumo, a responsabilidade compartilhada em toda produção do consumo, e o que significa análise de ciclo de vida de produtos.

Nós temos que ter um olhar estruturante sobre isso, importante, estratégico para o país. Porque eu

estava conversando com o meu amigo da CNI, e ele estava me dizendo que na França, que é o país que mais avançou sobre isso, tem 30 produtos alinhados, para você estudar toda a cadeia.

Nós do Ministério do Meio Ambiente estamos com os estudos avançados em torno de dez produtos. Estamos conversando e verificando exatamente com a aprovação da lei a gente possa abrir o debate de como isso acontecerá no nosso país. Ou seja, é um assunto complexo, um assunto que tem muitas nuances em função, obviamente, da diversidade do país que o Brasil é.

Mas acho, acredito, que esta casa, junto com o Poder Executivo, nós teremos na aprovação do projeto, com os aperfeiçoamentos que o Senado entender que se faz necessários, nós seremos juntos com o Congresso, o Poder Executivo, um novo patamar com novos instrumentos, com uma visão mais estratégica convergente, e com isso que são os novos desafios de sustentabilidade para o desenvolvimento do nosso país, e que sejam convergentes com todos os investimentos em infraestrutura que o país vem, e da estabilidade econômica conquistada pelo país nos últimos 20 anos.

Eu acho que nós temos que dirigir, trabalhar com essa perspectiva, e mais uma vez, Senadora Kátia Abreu, nós do Ministério do Meio Ambiente estamos a sua disposição, vamos agendar um encontro, vamos conversar, e também nessa pauta dos resíduos sólidos ver como a CNA pode trabalhar um projeto inovador piloto entorno da questão de agrotóxicos.

Obrigada a todos pela atenção, eu vou ouvi-la, claro, e vou ter que realmente me retirar em cinco minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Senadora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Apenas uma sugestão para a Ministra, no BNDES tem um grande fundo, um fundo expressivo, que chama Fundo Amazônico, e eu já conversei várias vezes com o Luciano Coutinho, é direcionado ao meio ambiente, única e exclusivamente ao meio ambiente.

E eu sinto que há necessidade de bons projetos, a fundo perdido, são recursos doados pela Noruega, que poderiam, pelo menos na área da Amazônia legal, poderiam ser utilizados pelo Ministério do Meio Ambiente, apresentando projetos para que os recursos possa sair.

Já está no Brasil há bastante tempo, quase dois anos, e está carecendo de projetos que possam utilizar e dar vazão a esses recursos rapidamente.

Inclusive sugeri ao Presidente que esses recursos também pudessem ser investimentos nos assentamen-

tos da reforma agrária, na pequena propriedade, no sentido de dar fertilizantes, tratores, para que esses produtores não tivessem necessidade de desmatar mais áreas, porque eles desmatam pelo enfraquecimento da terra e por não ter acesso ao crédito para comprar o fertilizante.

Então, ele conta com o fertilizante dado por Deus, ele desmata mais duas tarefas, dois hectares de chão, vive ali dois anos, três, plantando seu arroz e milho, a terra enfraquece e ele quer desmatar mais dois hectares. Então é uma necessidade, não é uma maldade, é uma necessidade vital de sobrevivência.

Então esses recursos também, gostaria de sugerir, já tinha sugerido ao Luciano Coutinho, ao Presidente, que pudesse implementar projetos na Amazônia, nos assentamentos da reforma agrária, para levar fertilizantes e tratores, máquinas, para que eles pudessem ficar no mesmo lugar, mas produzindo com mais responsabilidade, muito obrigado.

SRA. MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA: Bom, eu vou fazer apenas um breve comentário, o Fundo Amazônia é o fundo instituído como resultado ao combate ao desmatamento ilegal da Amazônia, foi instituído pelo Poder Executivo, é um dinheiro que vem de doação internacional em função dos resultados do desempenho, as linhas do fundo foram estabelecidas pelo Presidente da República, não definem essa proposta.

Não quer dizer que a gente não possa conversar, porque estamos discutindo o Fundo Clima, existem outros fundos que estão sendo colocados na área ambiental e nós estamos abertos para o diálogo, senadora, leva essa proposta, nós podemos verificar como resolver essa questão dos assentamentos, e num diálogo estreito com o Ministro do Desenvolvimento Agrário.

Não tenho nenhuma dificuldade de dialogar, debater e sinalizar, inclusive, que nós vamos fazer um balanço agora do Fundo Amazônia, com resultados inclusive, com perspectiva de novas doações, além do compromisso firmado com a Noruega, que se estende por sete anos.

Então, vamos conversar, eu sugeri a própria questão do lixo, do Fundo Clima, que está na regulamentação criado por esta casa e nós podemos indicar, talvez, para as áreas de municípios da Amazônia, no arco do desmatamento, que sejam assistidos, para com isso se promover políticas sustentáveis e que ajudem no resultado do desmatamento ilegal naquela região.

Obrigada, Senador Demóstenes, eu agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Eu que agradeço a V. Exa.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, antes que, eu sei que a senhora está...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim. Pois não, Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Não querendo atrapalhar o seu compromisso, mas eu não poderia, em dois minutos no máximo, um minuto e alguma coisa, deixar uma preocupação que com certeza já foi levantada aqui.

Mas Ministra, eu sou do Estado do Amazonas, estou aqui sucedendo um grande senador que foi o nosso saudoso Senador Jefferson Peres. E nós estamos trabalhando muito nessa questão relacionada à questão ambiental, e tudo que envolve essa grande preocupação nossa na Amazônia.

Mas o meu relato é muito rápido, eu tenho viajado muito no Estado do Amazonas, e hoje nós temos sérios problemas em relação a resíduos sólidos lá, problemas seriíssimos, você chega no município, os prefeitos não sabem, muitas vezes, o que fazer.

E recentemente estive em dois municípios em que um estava aproveitando o depósito que o outro estava fazendo a céu aberto, e jogando dentro do território do outro município o seu lixo, para você ter uma ideia.

Então, eu acredito, a minha observação que eu tenho que fazer, antes de aprovarmos a Política Nacional de Resíduos Sólidos, qual a política que temos de curto prazo, de curtíssimo prazo. O que fazer agora? O que fazer neste momento? Como trabalharmos dentro desse contexto?

Porque hoje você tem os resíduos sólidos tendo jogados lá muitas vezes próximos de aeroportos, então você desce de um aviãozinho lá e está coisa de menos de um quilômetro, 500 metros tem um depósito de lixo lá.

Então, eu acredito que nós temos que envolver o governo federal, o governo estadual, e os governos municipais num plano de ação imediata enquanto trabalhamos as políticas mais a frente, porque até lá muitos serão os problemas intensificados, que depois nós teremos custos elevadíssimos para recuperar.

Tem um município, que eu não sei, infelizmente eu não tenho uma informação mais recente, no meu Estado, que é Nhamundá, lá, para você ter uma ideia, eles costumavam deixar, V. Exa. ter uma ideia, eles costumavam deixar os resíduos sólidos numa área da sede do município, que é uma ilhazinha, sabe como é que esse lixo some? Quando tem a enchente, quando enche, a água leva.

Quer dizer, agora eles não têm nem onde depositar isso. Então eu acredito que nós temos que ter um plano de ação no curto prazo, no médio prazo o que podemos fazer, e no longo prazo.

Porque se ficarmos esperando muitas coisas serem decididas, nós teremos sérios problemas pela frente. Então acredito que o governo federal, governo estadual, no caso do meu Estado, e as prefeituras, poderíamos trabalhar alguma coisa para avançarmos pelo menos com políticas de curto prazo. Eu sei que até chegarmos à política adequada, tem um momento, mas no curto prazo, o que podemos fazer.

Muito obrigado e desculpa interrompê-la por mais algum tempo.

SRA. MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA: Imagina, eu vou comentar brevemente, mas enfim, e eu acho que as suas observações são absolutamente pertinentes.

Nós conversávamos anteriormente sobre essa diversidade no país, e ia citar a Amazônia, que não só pela diversidade biológica, mas sob a diversidade territorial naquela região, e sobre as respostas, que não necessariamente as respostas que estão em áreas mais urbanizadas, nós temos 25 milhões de pessoas vivendo na Amazônia em áreas urbanas, em núcleos urbanos, as respostas que nós temos, muitas vezes para regiões de porte médio, no resto do país, não são adequadas para a Amazônia, quer pelas distâncias, quer pela infraestrutura tornada indisponível, quer pela capacidade de endividamento desses municípios, pelas atividades econômicas que estão associadas a esse municípios, a renda desses municípios.

Então é um conjunto que a Amazônia também se especializa nisso, não só pela sua riqueza ambiental e social, mas também por essa diversidade em torno de alguns problemas ambientais, em particular nós estamos discutindo resíduos sólidos.

Nós do governo temos algumas iniciativas em curso; quer dizer, por conta da questão do desmatamento o Ministério do Meio Ambiente tem e junto com o Ministério das Cidades, uma iniciativa dentro do programa arco verde, de trabalhar os 43 municípios do arco do desflorestamento, com políticas que a gente chama políticas sustentáveis.

E na reunião, nas duas reuniões que nós tivemos com os prefeitos sobre a questão da gestão sustentável desse território, a questão do lixo aparece como as três primeiras prioridades.

E nós estamos construindo soluções para esses prefeitos, como adequar, até, às vezes com tecnologias na escala desse município que o senhor citou, tecnologias próprias de projetos pilotos que já foram desenvolvidos do ponto de vista ambiental e que estão aí disponíveis, que às vezes um incentivo por parte do Governo Federal, econômico, imediato, resolve o patamar inicial, e você pode organizar essa gestão.

Além da questão do arco verde nós temos outras iniciativas que o próprio Fundo Nacional do Meio Ambiente já financiou para municípios semelhantes, não digo os mesmos, idênticos, mas muito parecidos em torno do problema que o senhor sinaliza, e do ponto de vista que o PL traz.

Ele traz essa construção dos chamados programas e dos planos de gestão, porque são o instrumental que assegura essa visão de Estado. Entendo que a gente possa sim, devamos discutir e me coloco à disposição do senhor no Ministério do Meio Ambiente, com a discussão com o Governador do Amazonas, com os prefeitos, que soluções, junto com o Ministério das Cidades, nós podemos, num curtíssimo prazo, dirigir para alguns dos municípios que o senhor aponta.

Quer dizer, as soluções serão todas convergentes com o que estamos trabalhando no projeto de lei, para que isso tenha continuidade, como o Senador Borges sinalizou, porque às vezes o esforço é tremendo para fazer implantar, eu já vivi essa experiência em outros estados no Brasil, no passado, no governo federal, sou funcionária de carreira do governo federal, portanto tombada pelo patrimônio ambiental, então, literalmente, e percebemos que o *day after*, o dia seguinte, quando você tira o apoio, às vezes a prioridade política, isso se desfaz.

Então nós temos que o avanço do PL, com a iniciativa de natureza emergencial, como o senhor coloca, nós temos condições, sim, de trabalhar, e eu me coloco a sua disposição, a disposição do Governador do Amazonas, dos prefeitos, para que a gente possa estreitar esse diálogo que nós tivemos no arco verde, em torno dos chamados municípios do agroflorestamento(F), que já estamos construindo soluções para essa questão do lixo nesses municípios.

Está bom?

Gente, eu quero mais uma vez agradecer a oportunidade de aqui estar, pedir desculpas, porque eu adoraria ficar. Esse assunto é ótimo, tem outros assuntos mais difíceis.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Ministra, só para cumprir um ritual, eu indago a alguém da Mesa se tem alguma pergunta a fazer à Ministra antes que ela possa se retirar.

Alguém da mesa quer fazer alguma pergunta?

Por favor.

Não havendo,

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu gostaria só de fazer uma pergunta bem objetiva para a Ministra Izabella Mônica Vieira.

Ministra, eu gostaria que V. Exa. me informasse quanto por cento, em quanto monta a dotação orçamentária, em quanto montou a dotação orçamentária

do seu Ministério no ano passado, e quanto por cento dessa dotação que foi investido?

SRA. MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA: Em que, em lixo?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Como?

SRA. MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA: Que foi investido em lixo?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Isso, em resíduos sólidos.

SRA. MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA: A dotação do Ministério ano passado foi de cerca de um bilhão de reais--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Um bilhão?

SRA. MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA: E a parte de resíduos sólidos, esse investimento é todo feito via Ministério das Cidades, o Ministério do Meio Ambiente não tem dotação orçamentária para investir em infraestrutura de questões de resíduos sólidos, é tudo feito via Ministério das Cidades, diferentemente do que aconteceu no governo anterior, em que o Ministério do Meio Ambiente tinha receita.

O modelo atual construído mostra que os investimentos de infraestrutura na parte de resíduos sólidos são competência do Ministério das Cidades, por isso nós trabalhamos de maneira tão articulada.

Nós temos a coordenação do processo, coordenamos o programa no PPA, a coordenação é do Ministério do Meio Ambiente, mas a execução de infraestrutura, transferência de recursos para municípios, para estados, isso é competência do Ministério das Cidades.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então a representante do Ministério das Cidades pode responder.

SRA. MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA: É a que pode dizer esse número para o senhor. Está bem?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A senhora entendeu a pergunta?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Dra. Nádia.

SRA. NÁDIA LIMEIRA ARAÚJO: Quantos por cento são dedicados?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Quanto por cento foi... Aliás, qual foi o montante da dotação reservada para resíduos sólidos--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E quanto se gastou efetivamente?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --e quanto se gastou efetivamente?

SRA. NÁDIA LIMEIRA ARAÚJO: No orçamento do ano passado?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Do ano passado.

SRA. NÁDIA LIMEIRA ARAÚJO: No Orçamento Geral da União nós não temos, nós não tivemos--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Investimento em resíduos.

SRA. NÁDIA LIMEIRA ARAÚJO: --nenhum investimento em resíduos. Temos para o próximo ano, o próximo governo, o PAC 2, um bi e meio, destinado exclusivamente para questão de resíduos--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas em 2009 não houve investimento?

SRA. NÁDIA LIMEIRA ARAÚJO: Não houve, não houve investimentos e eu explico...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nem em 2010?

SRA. NÁDIA LIMEIRA ARAÚJO: Existiu em... Do Orçamento Geral da União, o senhor perguntou foi do Orçamento Geral da União? Teve recursos do fundo de garantia por tempo de serviço, eu não tenho o número exatamente aqui, o quanto foi aplicado, nós estamos executando ainda do orçamento de exercícios anteriores.

Então, existe uma preocupação muito grande do Governo Federal por conta da questão desses lixões que estão se proliferando com obras perdidas. O Governo Federal, ao longo dos últimos anos investiu, o pouco que se investiu ainda em limpeza urbana, em gestão de resíduos, tem esses históricos, nós temos esses históricos de que os investimentos foram perdidos.

Então, o Governo Federal está preocupado em preparar os municípios, a grande maioria dos municípios, ela tem dificuldades até de acessar os recursos.

O último edital que nós soltamos, até pelo Programa Saneamento Para Todos, cuja aplicação dos recursos é de gestão do Ministério das Cidades, o recurso do fundo de garantia também, teve pouca chamada de municípios para atender a esse segmento, segmento de resíduos.

Então, esbarra com muita dificuldade de acessar os recursos, de cumprir alguns requisitos de projeto.

Então, eu acho que o Governo Federal também tem que ajudar junto com os estados a elevar a capacidade mesmo dos municípios que precisam desse aporte, até institucional, de organizar.

Porque tem todo um preparo que agora a lei do saneamento demanda, porque a Lei do Saneamento, como nós falamos, ela trata da prestação do serviço. Como é que se dá essa relação, da questão da institucionalidade, até para gestão dos serviços, e eles

sejam autosustentáveis do ponto de vista econômico também, do ponto de vista social, os investimentos não se perderem.

Porque, por exemplo, o aterro sanitário é uma obra, mas é um serviço, que ele é dinâmico, é um serviço que todo dia você tem que estar operando e mantendo. Então, os investimentos tem se perdido muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas existe linha de crédito da FUNASA?

SRA. NÁDIA LIMEIRA ARAÚJO: Existe linha de crédito da FUNASA também para pequenos municípios, fora de região metropolitana.

O Ministério das Cidades tem atuado, conforme a Ministra falou, em grandes municípios, fora de região metropolitana, agora, atualmente, acima de 50 mil habitantes, e dentro de região metropolitana independente do porte.

Então, para evitar isso, é por isso que nós estamos também apostando na capacidade dos municípios se organizarem em consórcio, para poder dar escala para isso, para os menores ajudarem os maiores, os maiores ajudarem os menores, nessa gestão dos serviços.

Então, existe uma preocupação muito grande, já se jogou muito em lixo, muito recurso--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É, com essa, com essa...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos permitir [falas sobrepostas].

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com essa omissão do Governo Federal, V. Exa., a senhora não tem receio de fechar, por exemplo, a secretaria de... Nacional de Saneamento Ambiental?

SRA. NÁDIA LIMEIRA ARAÚJO: Eu não vejo como omissão, senador, me desculpe. Eu vejo como uma preocupação de preparar todo um processo de desenvolvimento, de ajuste.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas 2009, 2010, não tem previsão, então eu acho que aí é um destino meio temerário da secretaria.

SRA. NÁDIA LIMEIRA ARAÚJO: Do Orçamento Geral da União nós não tivemos... Nós não tivemos.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Por que como é que vai operar uma secretaria, eu não consigo, Sr. Presidente, entender, como vai operar uma secretaria dessa envergadura sem recursos.

SRA. NÁDIA LIMEIRA ARAÚJO: Nós temos recursos substanciais no PAC para saneamento, nós não tivemos recursos substanciais em resíduos sólidos. Mas o saneamento ambiental, como um todo, teve em abastecimento de água e esgotamento sanitário, tivemos sim.

Estamos preparando para retomar os investimentos na área de resíduos, eu acho que tem muitas questões, e essa Lei do Saneamento vai ajudar muito nesse processo, a gente apostar na retomada os investimentos nessa área.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, é porque a Lei de Saneamento, inclusive fui relator nessa Casa e aprovamos um marco regulatório para o país, foi a lei de 2007.

Então, no saneamento, alguns antigamente achavam que era apenas a parte de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Entretanto, modernamente se envolve também a parte de resíduos sólidos, então foi um avanço para resíduos sólidos.

O que eu acho que o Senador Valter Pereira está querendo dizer é que apesar de ter tido a lei, quer dizer, nós tivemos o diploma legal para tratar resíduos sólidos, nós não avançamos nesse aspecto.

O governo tem direcionado recursos substanciais, para a parte de abastecimento de água e para o esgotamento sanitário.

SRA. NÁDIA LIMEIRA ARAÚJO: Esgotamento sanitário, drenagem.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Mas lamentavelmente, a parte de tratamento de resíduos sólidos não há.

Então, o que se pretende agora--

SRA. NÁDIA LIMEIRA ARAÚJO: Exatamente.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): --pelo menos teoricamente, hipoteticamente, queremos que seja uma realidade, é que essa lei que está sendo discutida, passe a ser o novo diploma legal para resíduos sólidos de forma específica.

SRA. NÁDIA LIMEIRA ARAÚJO: Exatamente.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É porque nós tínhamos, quando aprovamos a Lei de Saneamento, tínhamos receio de que acontecesse o que está acontecendo, que a prioridade fosse para universalização do abastecimento de água e do serviço de esgotamento sanitário, e esqueceria o resíduo sólido, que mostrou que era uma verdade.

Então, agora, com essa legislação--

SRA. NÁDIA LIMEIRA ARAÚJO: Exatamente.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): --o que se pretende é que passe a ser resíduos sólidos realmente um ponto de foco para novos investimentos.

Porque, se não houver, como eu disse, essas fontes de financiamento--

SRA. NÁDIA LIMEIRA ARAÚJO: Exatamente.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): --nós ficaremos apenas numa belíssima lei, mas sem avançarmos no processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Para suas considerações finais, a Ministra, em seguida nos despediremos dela.

SRA. MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA: Está funcionando. Agora está, perdão.

O nosso senador sinalizou uma questão absolutamente importante, e o Senador Borges dá essa visão estratégica.

Nós no Ministério do Meio Ambiente não temos recurso para a execução direta. Esse modelo foi estabelecido, em função disso que a Nádia sinalizou, dos insucessos e nós tivemos no passado um programa chamado Brasil Joga Limpo, que se revelou absolutamente insuficiente para atender seus objetivos, que previa a internalização de recursos e descentralização para os municípios. Em linhas gerais era isso.

E a avaliação que o Ministério do Meio Ambiente tem dos resultados desse programa é uma avaliação muito aquém dos seus objetivos.

Bom, houve uma discussão no governo, os investimentos foram centralizados no Ministério das Cidades, e do ponto de vista de números, eu não conheço detalhadamente o Orçamento Geral da União para o Ministério das Cidades, mas eu gostaria aqui de sinalizar, minha assessoria tornou disponível, que pelo FINEC, é isso? Hã? Perdão, FGTS, é que sua letra está horrível, foram destinados 350 milhões de reais...

É difícil ler a letra dele, é pior que a minha, uma coisa impressionante, uma vingança [risos].

Mas vamos lá, o FGTS, pela Caixa, destinou no ano passado, no âmbito do PAC 1, 350 milhões de reais para isso. Depois nós tivemos pelo Orçamento Geral da União 50 milhões para galpões e 20 milhões para projetos do São Francisco. A CODEVASF colocou 30 milhões de reais para a questão de lixo para pequenos... Além da FUNASA, que é uma questão do Ministério da Saúde.

Então, mais emendas parlamentares, isso mostra o seguinte: que nós temos uma pulverização de alocação de recursos, atendendo a prioridades, porque é claro que quando tem demanda de emenda, é porque tem uma demanda de prefeitos chegando aqui e pedindo, "Vamos colocar", "Vamos dirigir" etc..

Esta lei vai nos possibilitar isso que o senhor está dizendo, senador, que a gente possa, a partir daí, e também com um acompanhamento mais detalhado sobre a regulamentação e os créditos vão se tornar disponíveis, além do um bilhão e meio de reais que estão sendo destinados pelo PAC 2 para a infraestrutura de resíduos sólidos, e que essa lei vai dar o arcabouço institucional e legal necessário para o acolhimento de projetos, de investimentos de infraestrutura em cidades de região metropolitana, de porte médio, e possibili-

tar os consórcios, e possibilitar àqueles que possam acessar recursos para financiamento, aqueles que tem acessado para o fundo perdido, a fundo perdido, nós possamos construir uma solução que não se limite ao curtíssimo prazo.

Então, a--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Permite uma pequena intervenção.

SRA. MINISTRA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA: Pois não.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que esse depoimento aqui, Sr. Presidente, é muito importante para ser levado ao conhecimento do Ministério Público em todo o Brasil.

O Ministério Público e os magistrados, por quê? Nos municípios mais distantes, o que mais tem acontecido ultimamente é a intimação do prefeito municipal para construir os lixões, sob pena... Os aterros sanitários, obrigado pela correção. Os aterros sanitários, sob pena de multa e de prisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) De prisão. Eu mencionei isso no início da sessão.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Uma coisa impressionante. Aonde eu vou, Sr. Presidente, município de pequeno porte, que tem pequena receita, às vezes que mal dá para o custeio, o que se vê é intimação.

E multa, assim, de 10 mil, 30 mil, de 50 mil reais para o prefeito que não dá conta de fazer o aterro sanitário, certo? A FUNASA tem dado uma boa contribuição para esses municípios de pequeno porte, certo, mas os de médio porte [falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Vamos nos despedir da Ministra, a Mesa ninguém tem pergunta a fazer à Ministra, agradecemos a presença de V. Exa., muito obrigado pela sua disponibilidade.

SRA. IZABELLA MÔNICA TEIXEIRA: Bom-dia a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Ok, obrigado.

Passo a palavra ao Sr. Ronei Alves da Silva... Desculpe, perdão, ao Sr. Rafael Lucchesi, Diretor de Operações da Confederação Nacional de Indústria, representando o Diretor Executivo da CNI Sr. *José Augusto Coelho Fernandes*, pelo prazo de 10 minutos.

E convido, para que venha à mesa, para fazer também sua exposição em seguida, o Sr. Ronei Alves da Silva, do Movimento Nacional de Catadores, CEN-TCOOP Distrito Federal.

SR. RAFAEL LUCCHESI: Bom, bom-dia, Senador Demóstenes Torres, Senador César Borges.

A indústria brasileira, ela tem uma agenda estratégica, e essa agenda estratégica é calcada exatamente numa visão de desenvolvimento sustentável. A CNI tem um mapa estratégico da indústria que aponta exatamente a necessidade de geração de riqueza e de sustentabilidade ambiental.

No dia de ontem nós realizamos em São Paulo um debate aonde o economista Ignacy Sachs, uma autoridade importante nessa parte de sustentabilidade, apontou exatamente a necessidade de combinação da agenda de sustentabilidade com a agenda de geração de riqueza. E esse seminário foi um seminário preparatório para a 2ª Conferência da Indústria Brasileira para o Meio Ambiente.

Pela relevância do tema desse projeto, esse projeto integra a pauta mínima da agenda legislativa da indústria brasileira, e a CNI teve uma ativa participação em liderar o setor produtivo na discussão desse projeto.

A visão geral nossa é que o projeto aprovado é mais eficaz e adequado à realidade brasileira ao inserir o conceito de responsabilidade compartilhada pela gestão dos resíduos. Isso porque reconhece a necessidade de participação de todos os elos da cadeia – consumidores, fabricantes, distribuidores e poder público – em oposição a visão de responsabilidade estendida adotada por alguns países europeus, que não avança nessa agenda.

A responsabilidade compartilhada [soa a campanha] ela tem como um pressuposto a gestão eficaz dos resíduos sólidos, induz ao conceito de educação ambiental e promove a idéia do uso adequado e responsável dos recursos ambientais entre todos os atores sociais envolvidos.

Na percepção da CNI, da indústria brasileira, há avanços na inserção desse conceito de responsabilidade compartilhada. Os incentivos à inclusão social, geração de emprego e renda são atributos importantes. Nós vemos também a visão de acordos setoriais entre a iniciativa privada e o poder público, permitindo ações articuladas no âmbito nacional e regional que respeita a especificidade de cada setor, elas são também importantes.

Prevê também uma remuneração ao titular de limpeza urbana apenas se desenvolver a atividade de logística reversa, que sejam responsabilidades dos demais atores envolvidos. Eu acho que isso traz segurança jurídica.

Há uma restrição à remuneração do município ou concessionária de limpeza pública e isso vai permitir a não efetivação de cobranças indevidas, o que traz um ambiente importante de segurança jurídica para o país.

A utilização de resíduos sólidos para fins energéticos é algo importante que consta no projeto, eu acho que amplia o aproveitamento de resíduos ainda que seja insuficiente, eu acho que falta uma energia maior nessa direção, falta uma visão prospectiva mais forte nessa direção.

E o plano nacional, estaduais e municipal de gestão induz ao direcionamento mais suficiente por meio de articulação entre os entes federados, o que é importante.

Na visão da indústria, quais são os pontos de atenção que merecem foco nesse projeto?

Regulamentar os incentivos econômicos e financeiros para estimular as mudanças dentro das cadeias produtivas, precisa de dispositivos de aplicabilidade imediata. O projeto apenas coloca “*poderá*”. Então, isso cria uma incerteza enorme com relação à efetividade de se criar estímulos de estruturação industrial para aproveitamento de resíduos sólidos.

Precisa ter uma ação mais clara nos instrumentos previstos de depreciação acelerada, de redução de 50% do IPI para bens e equipamentos destinados a reciclagem, e o crédito presumido de IPI proporcional ao grau de utilização de matéria-prima nos produtos. Precisa haver um estímulo claro disso.

A CNI tem hoje em bolsas de resíduos, em nove unidades das federações, dirigidas pelas federações de indústrias, e mobilizando algo como 11 mil empresas.

Além disso, uma outra agenda que pode ser derivada dessa ação de estímulo é a adoção de técnico elogios mais limpas, na medida em que você supera a abordagem de fim de tubo, ou seja, que destinação você vai dar aos resíduos, para uma abordagem de processo, com adoção de trajetórias tecnológicas mais ecoeficientes, com uma pegada de maior eficiência ambiental, com menos impacto ambiental, criando rotas tecnológicas adequadas para as quais a adoção de dispositivos imediatos de aplicabilidade de incentivos fiscais se traduziria num ganho de competitividade, de trajetórias tecnológicas para as empresas, e um ganho sustentável ambiental para toda a sociedade e cria-se uma apreensão na medida em que as regras não estão claras com relação a esses aspectos.

Os benefícios socioambientais decorrentes da implantação de políticas públicas de incentivos são claros para o país. Você vai ter minimização de cargas de aterros sanitários, então você vai reduzir a destinação de lixo para os aterros sanitários, redução na demanda por recursos naturais, na medida em que você tem uma pegada mais ecoeficiente e vai fazer um balanço de massa mais proveitoso. A geração de emprego e renda para as pessoas que estão fora do

mercado de trabalho e ampliação e fortalecimento e reaproveitamento da reciclagem de resíduo.

Se nós olhamos isso para a realidade brasileira, que apresenta uma característica de fatores de produção bastante interessante e uma realidade potencial muito grande para essa atividade de reciclagem, menos de 10% das cidades brasileiras possuem coleta de lixo seletivo.

Eu acho que a atenção dada aqui pelo Senador César Borges a essa questão de incentivo de reciclagem, não só no aspecto municipal, mas também do ponto de vista empresarial, claramente aponta nessa direção.

Quarenta por cento do lixo urbano no Brasil, ele é passível de reciclagem e apenas uma pequena parte está devidamente reciclada e reutilizada. Outras estão sendo depositadas em lixões, e nos aterros controlados, de tal forma que existe uma economia potencial submersa, que é jogada, literalmente no lixo, e que a existência de estímulos diretos criaria um impacto econômico, competitividade para as empresas, e geração de emprego e renda para a sociedade.

Existe hoje no Brasil, estou aqui do lado do representante, entre 800 mil a 1 milhão de pessoas de baixa renda, alta vulnerabilidade social, que estão inseridas nessa dinâmica econômica, e pela nossa disponibilidade de fatores, assimetria social, existe um enorme potencial de atuação efetiva combinando políticas sociais com políticas de ecoeficiência, políticas ambientais e competitividade empresarial.

Pode se criar aí um círculo virtuoso de combinação de ações de política que, à efetividade de instrumentos claros e imediatos trariam muito maior efetividade, a pegada dessa política, e isso está colocado de uma forma ainda que gera enorme apreensão para o setor empresarial.

Ainda ambiguidades para o setor mineral, e que existe uma certa contradição das realizações existentes entre as resoluções do CONAMA, e o atual projeto, o que demanda ajustes necessários para viabilizar o avanço da atividade mineral, que é tão importante para a competitividade geradora de emprego, dinâmica e econômica, e sustentabilidade ambiental.

Não abstraindo a necessidade de sustentabilidade ambiental, tem que haver um melhor [ininteligível] dessas ações.

Falei para a Ministra, e ela citou a pouco, que a adoção da análise de custo de vida de produto traz risco de custo e impacto de competitividade para as empresas, em especial os pequenos negócios, que teriam uma enorme dificuldade de absolver os altos custos incidentes [soa a campanha] da aplicação de metodologias com ela.

Citei para ela que deve se ter um enorme cuidado na aplicação desses instrumentos, seguindo até o próprio exemplo francês, é um Estado rico, um país rico, pioneiro nessa legislação, e que apesar dessa ação pioneira, pouco mais de 30 produtos têm efetiva aplicação da metrologia de análise de ciclo de vida de produto, o que certamente tem que ser feito com bastante cautela, uma pegada ligada à questão ambiental, mas também à sustentabilidade econômica da possibilidade de implementação dela, enxergando a cadeia inteira.

Não há garantias também da adoção de dispositivos gradativos para logística reversa para a embalagem de plástico, metal e vidro, como foi assegurado para lâmpadas e eletrônicos corretamente. De tal forma que da forma como está o projeto, não tem um *ramp up*, para que as atividades que são extremamente adversas, complexas e plural, do ponto de vista de plataforma produtiva distribuída no país, para atividades de produtos de plástico, metal ou vidro, o que certamente se deveria ter, por essa complexidade, um percurso de adaptação gradativo para adaptação desses setores a essas atividades.

Se nós enxergarmos a situação da indústria brasileira, a atividade da indústria brasileira na ação de reciclagem ela é extremamente positiva no quadro atual, e bastante promissora com relação ao futuro. Por isso que de nossa parte a visão geral é uma visão positiva com relação a esse projeto de lei, tem alguns pontos de atenção que merece o seu aperfeiçoamento, e vamos a ela.

Se nós olharmos a indústria de plásticos rígidos e filme, no Brasil hoje, 16,5% são reciclados de forma espontânea, isso dá 200 mil toneladas-ano; na Europa, com uma prática impositiva e legislação complexa e cara e com enorme ônus sobre a sociedade, ela está estabilizada em 22%.

O Brasil ocupa o 4º lugar de reciclagem na mecânica de plástico, ficando apenas atrás da Alemanha, Áustria e dos Estados Unidos. Em 2007, a nossa ação de reciclagem especificamente com polietileno de alta densidade foi de 21%, e o de baixa densidade, que é o plástico filme, 22%.

Se nós olharmos para a PET, que é aquela garrafa de refrigerante, que é o polietileno tereftalato, aquela que não deixa escapar o gás, movimentou, em 2007, um bilhão de reais em negócio no Brasil, com a reciclagem de 230 mil toneladas. Ou seja, o Brasil recicla 53,5% das embalagens de PET produzidas no país, e no mesmo ano o Japão reciclou 62%, com uma territorialidade diferente, com uma distribuição social, de renda, também absolutamente diferente.

Somos o segundo no mundo, ficamos a frente da média europeia com 38,6%, da Argentina com 27%, da Austrália com 27%, dos Estados Unidos com 23, ou doméstico com 11.

A nossa média de expansão anual nessa atividade é 18% ao ano, o que cria uma enorme favorabilidade com relação a essa atividade, e que certamente iniciativas como essa de estímulo fiscal trariam um ganho econômico patente, criando, com isso, inclusive, um efeito de pegada social nos instrumentos sociais a serem implementados.

No Brasil, na área de vidro, 47% das embalagens são recicladas, aproximadamente 400 mil toneladas-ano. Nos Estados Unidos, que tem uma produção muito maior, o índice gira em torno de 40%, abaixo, logo, do Brasil. Na Europa, até por uma questão de territorialidade e escala de mercado e logística é muito maior, na Suíça 92, na Finlândia 91, na Noruega e Bélgica é 88, o que propicia para a gente uma enorme possibilidade de desenvolvimento.

Na área de papel e papelão, em 2004, a nossa reciclagem foi de 33% da produção, ou 2 milhões de toneladas. Na área de papel ondulado é perto de 80%, e papel de escritório é em torno de 40%. Se nós pegarmos a embalagem de longa vida, a Tetra Pak, a taxa de reciclagem no Brasil, em 2007, foi de 25%, perto de 50 mil toneladas-ano.

O cenário é de crescimento constante e acelerado, devido à ampliação de coleta seletiva que está em expansão nos municípios brasileiros, as cooperativas e as comunidades de desenvolvimento de processos tecnológicos.

Na Europa isso está em torno de 30% e estabilizado. Então a nossa possibilidade de emparelhamento é grande, sobretudo, se houver essa combinação virtuosa de uma ação fiscal com recurso para financiamento de municípios [soa a campanha] e uma ação mais social.

Na área de ação, fechando, 49% das latas de aço consumidas foram recicladas em 2007. Esse índice vem aumentando, inclusive, com a ampliação de programas de coleta seletiva. Nos Estados Unidos é em torno de 60% para a folha-de-flandres, e no Japão é de 86%.

Se nós pegarmos todos os segmentos produtivos de aço e somá-lo, carro velho, eletrodoméstico, e resíduo da construção civil, a reciclagem de aço no Brasil é em torno de 70%, o que é um número bastante significativo.

Em alumínio nós somos campeões mundiais. Em 2005 nós reciclamos aproximadamente 9,4 bilhões de latas de alumínio, o mercado brasileiro de sucata de alumínio teve um crescimento significativo, e hoje,

96,5% do alumínio das latas de alumínio são recicladas no Brasil, acima do Japão, que está em 90%, ou Argentina em 88%, ou os Estados Unidos em torno de 50%.

Ou seja, nossa posição é expressiva, promissora, e que certamente esse projeto de lei pode ter... Significar avanços importantes, sobretudo se alguns ajustes necessários forem implementados, e com a combinação de política de financiamento na implantação disso. Obrigado, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Agradeço a V. Sa., que tem que se ausentar, então já agradeço a presença.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria de cumprimentar a todos que vieram participar dessa audiência, Dra. Nádia Limeira Araújo, Dr. Carlos Roberto Vieira, Newton de Lima, a Ronei Alves de Silva, Rafael Lucchesi e Edson Martins.

É muito importante essa audiência, sei que daqui nós tiraremos muito proveito para que possamos melhorar, cada vez mais, esse projeto de lei que é fundamental, e que o Senador César Borges tem aí uma incumbência muito grande com esse projeto de realmente analisarmos, estudar e fazer o melhor, dentro de uma questão que é fundamental.

E como presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que trata também da questão saúde social, nós temos o interesse maior por entender que resíduo sólido bem cuidado, bem tratado, é sinônimo de saúde pública, e que o lixo, o resíduo sólido, ele também pode e deve gerar emprego e renda para a população. Está aí também o Ronei, como representante do Movimento Nacional de Catadores.

Era isso que eu queria colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Agradeço a V. Exa., muito obrigado, V. Exa. que também é Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, e também é Presidente dessa rodada de Audiência Pública. Agradeço a presença de V. Exa., e a hora que quiser fazer um rodízio, e assumir a Presidência, aqui estarei ao inteiro dispor de V. Exa. para que comande o restante da audiência.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, Sr. Presidente, com certeza o senhor está conduzindo muito bem, com muita competência, e nós estamos aqui só se for necessário. Algum momento de descanso que o senhor deseje, estamos aqui para participar e dar nossa contribuição. O importante é que possamos, unindo as duas comissões, nós es-

tamos fazendo, com certeza um trabalho muito mais produtivo.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Obrigada, senadora.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Só para pedir

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Uma breve intervenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só para facultar a retirada do Sr. Rafael Lucchesi, que ele avisa que tem um compromisso.

V. Exa. deseja fazer uma pergunta?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu quero apenas que ele me encaminhe a sua palestra, que parece que foi por escrito, inclusive porque pode subsidiar o nosso trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Sem dúvida.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu gostaria apenas de alertar o seguinte: lamentavelmente esse projeto, que foi, que leva o número 354, aqui originalmente do Senado, foi para a Câmara em 1991, e retorna, depois de 80 proposições analisadas, inclusive um projeto de lei oriundo do Executivo, de 2007, retorna para cá e retorna, lamentavelmente, em forma de substitutivo, o que nos dá aqui uma opção extremamente restrita de trabalho.

Ou seja, como substitutivo nós só podemos, Sr. Presidente, ou nos ater ao texto original, que não tem muito a ver com o texto que veio para cá, ou suprimir, suprimir algo, mas acrescentar...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Pode colar os dois textos também, se não tiver contradição--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Mas é que o texto inicial.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Deve ser muito ruim?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Não, era outra coisa.

[risos].

Era outra coisa, é que foi ruim, era quase que um outro assunto, era somente resíduos hospitalares, etc..

Então veio um texto totalmente novo, agora é um projeto que é um marco regulatório, um plano nacional dividido em capítulos, em títulos, com 58 artigos.

Aí nós vamos ficar limitados, daí porque não ter essa expectativa tanto, que o relator [risos] possa fazer

aí um grande trabalho de acréscimo, eu posso, sim, tentar melhorar retirando--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas talvez nós consigamos.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Agora, posteriormente, claro, sim, oferecer novos projetos com relação aos subsídios, aos incentivos fiscais.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E nós podemos pedir ao Senador Jucá que talvez trabalhe com o Presidente da República uma medida provisória. Ele sempre vive propondo para a gente isso aí, para aprovar os projetos.

Então, havendo necessidade de acrescentar alguma coisa que nós não podemos fazê-lo por impedimento regimental, quem sabe nós não negociamos, então, com o líder do governo essa MP que ele sempre propõe.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Você vê como esse instrumento de medida provisória já começa a ser desejado por todos.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Às vezes.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): --para resolver as questões. [risos].

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Daí porque eu disse que o trabalho que ele estava fazendo não era um trabalho fácil.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É verdade. Mas então...

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Porque o que precisa acrescentar não pode, é impedido, está difícil, vai ter que fazer uma mágica e grande.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Minha assessoria, viu Sr. Presidente, disse que há uma Medida Provisória 476 que trata de catadores de lixo, quem sabe, que ela está próxima a 476, que a gente não possa fazer um acréscimo com relação aos incentivos fiscais e financeiros para se somar ao projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sem dúvida.

Então convido o Sr. Silvano Silvério da Costa, que é Secretário dos Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, para que venha à Mesa, e representa a nossa Ministra, que se ausentou, e qualquer questionamento pode ser feito também diretamente a ele, quando se tratar de assunto pertinente ao Ministério do Meio Ambiente.

Passo a palavra ao Sr Ronei Alves da Silva, para também no prazo de 10 minutos fazer a sua exposição.

SR. RONEI ALVES DA SILVA: Bom-dia a todos.

Eu fiquei feliz com todos os dados que ele acabou de passar aqui, porque isso mostra tudo aquilo que a gente tem feito todos esses anos, em todos esses anos de trabalho, esse processo histórico dos catadores nos lixões, nas ruas, trabalhando, tirando ali todo dia o seu sustento para si e para sua família.

Mas o que me deixa triste é que isso não é, tudo isso que o Brasil tem feito com relação a reciclagem, não é por uma consciência ambiental ou por todo um processo de política pública para que isso acontecesse, isso é por causa da necessidade de um povo que sobrevive da coleta desses resíduos.

E eu acredito, hoje, que se a gente conseguir que essa lei seja aprovada, aí sim as coisas vão mudar, eu acredito que vai ser uma mudança de paradigma, nós catadores vamos deixar de ser vistos como mendigo, como lixeiro, como catadores de lixo, porque nós não somos catadores de lixo, nós somos catadores de material reciclável, infelizmente os materiais recicláveis eles vêm no meio do lixo, porque infelizmente não existe coleta seletiva.

Então, se com a implementação dessa lei, que ela efetivamente ela aconteça, a gente acredita sim, que aí sim vai haver uma mudança, e as pessoas vão parar de nos ver como catadores de lixo, mas sim como catadores de material reciclável.

Só pra vocês terem ideia, aqui no Distrito Federal, são 22 cooperativas e associações de catadores, do movimento nacional de catadores, nós trabalhamos ali no Lixão da Estrutural, porque não é um aterro, é um lixão, Lixão da Estrutural, dentro das áreas de transbordo aqui no Distrito Federal, nas ruas e até aqui atrás do Senado, da garagem do Senado, recolhendo todo esse resíduo sem ser separado, e esse material a gente separa, tria, nos seus diversos materiais e é dele que a gente tira nossa sustentabilidade.

Ali atrás, lá no fundo, tem alguns presidentes dessas associações e cooperativas, mais de 20 presidentes estão ali, representando esses quatro mil trabalhadores aqui em Brasília e isso é só para vocês terem ideia da ponta do iceberg.

A gente agora está sendo visto, se eu estou aqui é porque nós estamos sendo ouvidos, mas mais do que ser visto e ouvido, nós queremos ser atendido.

E ser atendido, para nós, vai ser a gente parar de trabalhar no sol quente, quando é no sol, é parar de trabalhar na chuva, quando é na chuva. É parar de trabalhar na rua, de qualquer jeito. A gente poder ter um teto para trabalhar, e a gente poder ser remunerado por esse serviço que a gente presta.

Porque infelizmente, hoje, essas quatro mil toneladas de material que nós retiramos no Distrito Federal, que ia para o aterro, nós não recebemos um centavo

por esse serviço prestado. Nós trabalhamos, fazemos um trabalho ambiental que não é reconhecido.

Então, com a aprovação dessa lei, a gente acredita que isso possa mudar, não é? Teve a lei anterior, que é a lei orgânica, a 11.445, que nós não precisamos passar mais por estação pública, as cooperativas e associações não precisam passar por estação pública para fazer o recolhimento dos resíduos, mas só ela não basta.

A aprovação dessa lei hoje, hoje, não, a aprovação da lei ela é de fundamental importância para essa mudança de paradigma, para que a gente possa ser visto como trabalhadores, não como mendigos, lixeiros, e assim por diante.

E é isso que eu tinha para falar, muito obrigado. [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Agradeço a V. Sa..

Com a palavra, Sra. Nádia Limeira de Araújo, Gerente de Projetos da Gerência de Resíduos Sólidos da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, representante do Ministro Márcio Fortes, do Ministério das Cidades, também pelo prazo de 10 minutos.

SRA. NÁDIA LIMEIRA DE ARAÚJO: Eu já vou passar a fala, porque eu já me manifestei.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SRA. NÁDIA LIMEIRA DE ARAÚJO: Acho que eu já me manifestei, seria muito repetitivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nas indagações.

SRA. NÁDIA LIMEIRA DE ARAÚJO: Ficaria mais para complementar alguma informação sobre financiamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nos questionamentos.

SRA. NÁDIA LIMEIRA DE ARAÚJO: Me coloco a disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Passo a palavra, então, ao Sr. Edson Martins, Técnico em Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Municípios, CNM, representante do Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da CNM.

SR. EDSON MARTINS: Bom-dia, Presidente, é uma alegria muito grande poder estar nessa Audiência Pública, mas gostaria de pedir permissão para o senhor para fazer a apresentação...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Perfeitamente, PowerPoint.

Está sem som.

SR. EDSON MARTINS: A Confederação Nacional de Municípios se sente muito grata por poder participar

de uma Audiência Pública que define, que vai dar norte para esta política nacional dos resíduos sólidos.

E eu, como um técnico na área, me sinto muito alegre e feliz de poder participar desse debate junto com pessoas tão importantes para o nosso país. Pode passar.

Então, a gestão de resíduos sólidos no país, principalmente afeta os municípios, e gera grandes desafios para os municípios. Eu tentei colocar alguns para podermos ter uma visão de como é que o gestor público, como é que os municípios se envolvem e se... Como é que eles têm que lidar com os desafios.

A cada dia, nós podemos observar que a população urbana fica cada vez maior. Segundo dados do IBGE, mais de 80% da população do país vive na área urbana. Consequência: aumento dos resíduos na área urbana. Uma dificuldade para o gestor público administrar essa... Esse aumento dos resíduos.

Outro dado importante é com respeito ao manejo dos resíduos. Atualmente, os materiais, os produtos com mais tecnologias são mais duráveis, menos duráveis, fazendo com que aumente a quantidade de resíduos nos municípios.

Além disso também, a educação ambiental da população ainda é uma questão fundamental, e preocupante, na gestão e desafio dos municípios. Porque é comum vermos a disposição de resíduos sólidos em vias públicas.

Outro grande importante desafio para a questão da gestão dos resíduos sólidos nos municípios é o transporte; cada vez mais distante, os municípios tem que levar os resíduos para os aterros sanitários, uma dificuldade e um custo mais elevado.

[soa a campanha].

Outra questão importante, sobre a destinação final. Hoje em dia, cada vez mais local para a disposição de aterros sanitários, vai ficando menor essas possibilidades. Isso também gera um custo de viabilidade de áreas para a disposição desses resíduos.

E uma questão fundamental, que é a proteção à saúde. Os resíduos sólidos afetam a saúde de toda a comunidade, de toda a população, em especial dos catadores de materiais recicláveis, que tem uma participação importante nesse processo.

Então, nós, da Confederação, analisamos a política, pois achamos ela importante e fundamental para desenvolver uma gestão de qualidade no município e no país, uma questão que é um problema muito grave. E definimos alguns aspectos da política como importantes no nosso ponto de vista, que são os planos de resíduos sólidos.

Essa política vai possibilitar o plano nacional, estadual, microrregionais, municipais, e possibilitar

que as empresas também façam seus planos de gerenciamento, facilitando com que o gestor público e os municípios tenham condições de fazer o seu plano municipal.

A coleta do lixo limpo, compostagem, isso é importante nesse processo todo, mas é uma questão que envolve muito mais do que simplesmente fazer a coleta, e fazer a compostagem.

Também essa política nos possibilita o incentivo à cooperação e outras formas de associações de catadores; isso é um avanço, uma possibilidade de fazer a inclusão social e desenvolver um elo das pessoas que mais desenvolvem esse serviço.

A logística reversa foi um avanço muito grande, a cooperação entre os entes federados como o consórcio público possibilita, muitas vezes, os municípios darem um passo maior, que muitas vezes sozinho fica difícil para construção de um aterro sanitário. Por meio de consórcio, a possibilidade é maior.

Outro ponto importante na política é o sistema de informações, que vai nos possibilitar que os municípios, tanto Estado e União, tenham acompanhamento da situação dos resíduos. A confederação nacional de municípios está realizando uma pesquisa com todos os municípios do país, com o objetivo de ter um dado referente aos municípios, com visão municipalista.

É importante observar que existem outras pesquisas muito importantes no processo de diagnóstico e avaliação de todo esse processo e desse problema que é o resíduo sólido.

O objetivo da pesquisa da Confederação é saber a situação dos municípios referente a esse assunto, os resíduos sólidos, como os municípios estão lidando com a coleta seletiva, se existem catadores de materiais recicláveis nos municípios, se eles estão organizados ou não. Se o município entende a importância da compostagem, se realiza compostagem.

A disposição final, isso é um dado que não se tem por concreto a nível nacional. Então a confederação busca essas informações, e também busca orientação, a informação sobre a legislação municipal sobre os resíduos sólidos, e sobre a necessidade de eles entenderem o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

E nesse processo também a gente busca as necessidades dos municípios. Queremos saber por que é difícil para o município implantar uma política de gestão de resíduos sólidos. Esse é o foco da nossa pesquisa. Por que é difícil os municípios do país inteiro desenvolver uma política? Quais as dificuldades? Se é falta de recurso ou não.

Nessa pesquisa eu vou citar alguns municípios que já nos responderam e servem como exemplos

nessa área. O Município de Tibagi, no Paraná, um exemplo muito bom, e um exemplo para os municípios e também como referência até para a política dos resíduos sólidos.

Tem uma população de aproximadamente 20 mil habitantes, e é o segundo maior município do Estado do Paraná. E a sua maior atividade é o turismo.

Nessa pesquisa, Tibagi nos confirmou que eles produzem nove toneladas de lixo dia, toda a área do município é atingida pela coleta, eles possuem aproximadamente 30 catadores de materiais recicláveis, e eles são organizados em associações.

Eles realizam a coleta do lixo limpo, e a compostagem e possuem um aterro sanitário. Podemos ver nessas fotos que eles organizaram o município em parceria e em conjunto com os catadores, e principalmente, envolvimento da população. Eles realizam a compostagem e todo o composto é usado no município, onde o município compra esse material.

Um ponto importante nessa apresentação sobre o Município de Tibagi, é que dois terços... Dois quartos do resíduo do Município é transformado em compostagem, 1/4 é para material reciclado, e o outro 1/4 é disposto em aterro sanitário.

O Município de Ilhéus, na Bahia, um município tão importante, tão bonito, e com grande história para o nosso país, tem uma população aproximadamente de 221 mil habitantes, e é o terceiro maior PIB da Bahia, também conhecida como capital do cacau.

Mas existe um problema nesse município: é a disposição dos resíduos sólidos. O Município de Ilhéus, um município grande, dinâmico com boas atrações, o lixo é um dos maiores problemas, eles tem um aterro sanitário que a forma como foi administrado e conduzido o processo transformou em um lixão, onde aproximadamente 300 catadores vivem buscando materiais recicláveis no lixão agora, antigamente um aterro, eles geram 140 toneladas-dia, 85% da área atingida.

Eles não realizam a coleta do lixo limpo [soa a campanha], mas o importante nessa pesquisa é que mostra que o município de Ilhéus está querendo transformar esse processo todo, envolvendo a comunidade, chamando os catadores, procurando organizá-los, para que a situação mude.

Mas o foco dessa pesquisa é saber que o nosso país, não dá para uma política definir como vai ser em todo país. No Sul é uma realidade, Nordeste é outra, no Norte é outra, no Sudeste também, no Estado de Goiás... Vários municípios estão com complicações na justiça pela forma como administraram os aterros sanitários que virou lixão.

Isso é uma realidade, que os municípios contestam, não contestam, mas dizem que é difícil evoluir

por causa de recursos financeiros para administrar a questão mais importante e social e ambiental, que é os resíduos sólidos. Não têm recurso para uma gestão de qualidade.

A conclusão da Confederação é que para a política ser implantada em quatro anos, que é o prazo que esse diploma tão importante nos submete, vai dificultar a implantação pelos municípios, principalmente municípios pequenos, que os recursos são mais difíceis. Então, nós da confederação, sugerimos que sejam, que tenha uma possibilidade na lei, alguma forma de ter recursos para os municípios, principalmente em elaborar a política de resíduos sólidos no município.

A questão é que, hoje em dia, existe o plano municipal de saneamento básico, e até o final do ano eles têm prazo para cumprir esses planos, mas a observação que eu quero passar é que somente 800 municípios conseguiram realizar esses planos, e os restantes estão correndo atrás, e não vão atingir a meta que é o final do ano. A Política Nacional dos Resíduos Sólidos poderá também causar esse constrangimento e insegurança nos municípios.

Isso é importante observarmos. A pesquisa que a Confederação está fazendo é de grande importância para a Comissão de Constituição e Justiça analisar esses dados que vamos disponibilizar para os senhores, porque a aplicação da lei é uma coisa, é diferente na prática, como é que o município vai lidar, essa é a situação atual.

E o setor de resíduos é um setor muito dinâmico, ele muda muito frequente, e também os municípios alegam, no início da nossa pesquisa, que apoio técnico para os municípios, para desenvolverem os planos, muitas vezes eles têm a maior boa vontade, mas apoio técnico e financeiro dificultam todo esse processo, e eles não conseguem desenvolver uma política pública de qualidade, num assunto tão importante.

Essa era a apresentação da confederação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Com a palavra, o Sr. Carlos Roberto Vieira da Silva Filho, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais, ABRELPE. Pelo prazo de 10 minutos.

SR. CARLOS ROBERTO VIEIRA SILVA: Obrigado, obrigado Sr. Presidente, gostaria de agradecer o convite, dizer que é uma grande honra estar aqui hoje, e pediria também a Vossa autorização para utilizar o recurso de PowerPoint.

Acho que eu vou falar de pé, ali fica mais fácil.

Bom-dia, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, bom-dia aos demais participantes dessa audiência pública. Próximo, por favor. É uma grande honra para a ABREL-

PE, Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais estar nessa Comissão de Constituição e Justiça hoje.

A ABRELPE é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 1976, que representa No Brasil a *International Solid Waste Association*, a principal associação que trata dos resíduos sólidos no mundo.

Desde 2003 nós publicamos o *Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil*, que é um documento que tem por objetivo disponibilizar anualmente as informações mais atualizadas acerca da gestão de resíduos em todo o país. A próxima edição do panorama, que é a edição que traz os dados de 2009, tem previsão de lançamento em 26 de maio, na cidade do Rio de Janeiro, num grande evento internacional que nós faremos lá, e para o qual já gostaria de externar o convite a todos os presentes. Próximo, por favor.

Bom, como está, então, a situação dos resíduos sólidos no Brasil, cujo dado mais atual é de 2008? Naquele ano nós tivemos uma geração de 169 mil 659 toneladas de resíduos urbanos por dia, o que dá pouco mais de um quilo por habitante-dia.

E também tivemos aí uma coleta de 149 mil 199 toneladas por dia, uma coleta pouco menor do que a geração, montando a 950 gramas de resíduos urbanos por habitante por dia.

A distribuição dos resíduos sólidos urbanos coletados no Brasil naquele ano está apresentada nesse mapa, em que nós podemos verificar que 54% desse resíduo coletado concentra-se na Região Sudeste. Próximo, por favor.

E aí nós temos, dos resíduos que foram coletados, como foi a destinação final no ano de 2008. Pela primeira vez nós notamos que mais da metade desses resíduos coletados tiveram destinação adequada em aterros sanitários, porém, o volume de resíduos ainda encaminhados para uma disposição inadequada em aterro controlado e lixão, é muito grande, chegando a praticamente 67 mil toneladas por dia, que acaba justamente causando a contaminação do solo, degradação do meio ambiente, poluição das mais diversas formas.

Em síntese, então, só para termos uma figura, no ano de 2008, no Brasil, tivemos uma geração de 52,9 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos, tivemos coletados apenas 46 milhões e meio de toneladas, e dessas 46 milhões e meia de toneladas coletadas, 45% tiveram destinação inadequada, poluindo o nosso meio ambiente.

Um outro problema que nós detectamos nesse levantamento feito no ano de 2008 relaciona-se com a falta de recursos. Se nós analisarmos as despesas médias municipais aplicadas aos serviços relacionados

a gestão de resíduos sólidos, nós chegamos a um valor de cerca de 8 reais e 93 centavos por habitante por mês, para fazer frente a todas atividades como coleta, transporte, destino final, varrição, capina, limpeza de vias e logradouros, etc..

Se compararmos a essa despesa mensal com os demais serviços públicos relacionados na esfera municipal, vemos que realmente os municípios não dispõem de um volume de recursos necessário para poder custear todas as despesas relacionadas a gestão de resíduos e, assim, implementar de uma maneira bastante adequada aquilo que é necessário ser feito.

E aí então--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Você tem o número de quanto se gasta o lixo em relação a receita corrente líquida?

SR. CARLOS ROBERTO VIEIRA SILVA: Nós temos esse dado disponível na nossa publicação sim, senhor, senador. Eu não tenho de cabeça a informação, mas na publicação nós temos relacionado.

Se eu não me engano, as despesas com o serviço de limpeza urbana em média no Brasil, municipais, relacionadas ao orçamento líquido, está em torno de 4% do orçamento municipal.

E aí, então, nós temos frente a esse cenário, alguns desafios bastante grandes que se impõe para os nossos municípios. A questão do aumento do volume de resíduos, esse é um desafio que a cada ano cresce, nós temos aí, justamente em decorrência do aumento da população, do aumento do consumo, a quantidade de materiais descartáveis que são colocados no mercado hoje também acabam impactando diretamente nessa geração de resíduos, e a menor durabilidade dos materiais que nós adquirimos atualmente.

O manejo dos resíduos sólidos hoje, ele se impõe como um grande desafio para os municípios em virtude da composição do nosso lixo urbano, é uma composição que está cada dia mais complicada, nós temos aí novos materiais, novas combinações de resíduos, se formos analisar a caracterização dos resíduos municipais coletados atualmente, nós vemos aí que existe uma série de combinações químicas que ninguém sabe o que isso vai causar no futuro, e uma ausência de cultura de separação ainda arraigada na nossa sociedade.

Os resíduos deixados nas vias públicas também se apresentam aí como um grande problema. Como nós vimos, cerca de 12% do que é gerado não é sequer coletado. O Senador César Borges, no início dessa audiência, relatou o caso vivenciado no Amazonas, que realmente é o problema de resíduos deixados em locais impróprios, que com as chuvas acabam sendo

carregados para os copos d'água e causando um sério problema para as nossas cidades.

Temos sofrido também, nas grandes metrópoles, com dificuldades de trânsito, dificuldades de circulação dos caminhões de coleta de transporte de resíduos sólidos e isso vem causando inclusive um impacto nas emissões de gases de efeito estufa que causam o aquecimento global.

E temos aí, perante os municípios, o principal gargalo na gestão de resíduos, que é a destinação final, pela qual nós vimos que em 2008 cerca de 70 mil toneladas, 67 mil toneladas, não têm destinação adequada no Brasil.

E como a política, então, pode vir a auxiliar a resolver esse problema, suplantarmos essa situação? A política, no nosso entendimento, tem que ser encarada como um conjunto de engrenagens que se movimentam de maneira conjunta. E no entender da ABRELPE, essa política, o projeto da forma como está apresentado, ele pode ser representado principalmente por três grandes engrenagens que vão movimentar todas as demais, todos os demais princípios que pautam essa política nacional.

Quais seriam, então, essas engrenagens? Seria a logística reversa, a responsabilidade compartilhada e a hierarquia na gestão de resíduos.

De acordo com o projeto de lei, nós temos, então, a responsabilidade compartilhada que vai trazer para todos os atores envolvidos na gestão de resíduos do Brasil, incluindo a sociedade, incluindo os fabricantes, incluindo [soa a campanha] o poder público para todas as ações e responsabilidade pelos impactos da gestão de resíduos.

A logística reversa visa justamente trazer de volta os resíduos descartados para o processo produtivo, de forma que eles possam ser reaproveitados nessa cadeia. E nós temos a hierarquia na gestão de resíduos, que no entender da ABRELPE, é a principal engrenagem dessa política, pela qual deve ser observada o encadeamento de ações, uma priorização de ações, até chegarmos na destinação final.

Por essa hierarquia, então, nós passaremos a ter, na gestão de resíduos sólidos, como primeira ação necessária a ser feita, justamente a redução na geração de resíduos. É um papel muito importante, relacionado à indústria, porque implica na mudança do processo produtivo, é um papel muito importante da sociedade, que tem como missão justamente gerar menos resíduos, na medida do possível, e do poder público, que visa incentivar e conscientizar para essa questão.

Depois nós vemos então o reuso, que é a reutilização. Após o reuso, nós temos a reciclagem, justamente como uma medida de grande importância para

se incrementar a quantidade de resíduos que podem ser reciclados no país.

A recuperação, e aqui incluímos inclusive a recuperação energética do resíduo. A recuperação do resíduo como um recurso que pode ser aproveitado, e não apenas descartado e, por fim, como última ação, ou como ação menos indicada, a disposição desse resíduo sobre o solo. Próximo, por favor.

Então, para concluir, o que nós temos? A política, sim, ela pode trazer um grande avanço para o nosso país de dimensões continentais. A destinação final, como apresentado, é o principal problema, mas não único, porque a gestão de resíduos ela tem que ser feita, ela tem que ser encarada como um sistema integrado, com ações encadeadas e conectadas.

O marco regulatório, que é esse que pretendemos ver aprovado o mais breve possível no Congresso Nacional, ele deve ser atemporal, e contemplar todas as alternativas, sem excluir nenhum tipo de solução, sem excluir nenhuma tecnologia. Uma política de resíduos, ela não pode dar lugar a paixões, mitos, e nem a viés ideológico, ela tem que justamente contemplar o sistema de resíduos sólidos como um sistema técnico e incluí-lo como uma política de Estado, e não simplesmente como uma política de governo.

E, como avançar, então? No nosso ver, nós temos dois pontos principais: planejamento e recursos. Sem recursos nós não vamos conseguir sair dessa atual situação, em que temos 45% dos resíduos sólidos em lixões, para um sistema de destinação adequada dessa totalidade de resíduos.

Temos que ter em mente também que não existe uma solução única, e nem medida isolada. Não há uma fórmula mágica que simplesmente vai fazer o resíduo sumir da nossa frente. Nós temos que, sim, contemplar todas alternativas de acordo com cada realidade, de acordo com cada caso, com cada município, com cada região.

E temos que ter em mente também que as práticas adequadas que já existem, e que já estão consolidadas, em muitos países consolidadas há mais de 100, 200 anos, devem nos servir de inspiração e aquelas práticas inadequadas ou fracassadas, devem nos prevenir para que não cometamos os mesmos erros.

E, por fim, devemos atentar para que essa política integre as peças fundamentais que seriam a regulação, o planejamento, o financiamento, investimentos para fazermos essa transição, sustentabilidade econômica dos serviços, principalmente na esfera municipal, a conscientização da população, e um sistema de informações.

Com tudo isso nós temos a certeza que podemos transformar esse círculo vicioso que temos hoje, num

círculo virtuoso. Eu agradeço a atenção de todos, e me coloco à disposição para o que se fizer necessário.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Com a palavra, Sr. Newton de Lima Azevedo, vice-Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base, ABDIB.

SR. NEWTON DE LIMA AZEVEDO: Peço sua permissão para--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Fique à vontade.

SR. NEWTON DE LIMA AZEVEDO: Bom, bom-dia a todos.

Queria, em primeiro lugar, agradecer na figura do Senador Demóstenes, o convite feito à ABDIB.

E antes de começar, eu queria, o bom de a gente ir ficando para o fim é que a gente já começa a tomar algumas frases que foram ditas, que eu gostaria de compartilhar com vocês, até antes de falar um pouquinho da ABDIB e da minha apresentação.

Eu acho que aqui foram ditas, a Ministra falou na questão da diversidade social brasileira.

Esse é um fator que tem que ser considerado de forma muito importante, é um fato relevante nessa discussão que estamos tendo hoje aqui.

Uma outra questão que foi falada também é a questão do potencial energético associado ao lixo. Isso é uma coisa que pode parecer uma coisa secundária, mas eu acho que quando se fala em recursos, se fala em questão de incentivo, desoneração tributária, a gente começa a falar da parte econômica-financeira necessária para que a equação passe pelo social, pelo ambiental, mas que tenha um cunho econômico-financeiro, senão nós ficamos nesse círculo, como disse o Carlos, que estamos nisso há muito tempo e não conseguimos sair desse lixão, vamos chamar assim.

E eu queria, até antes de começar a dizer, o seguinte: uma coisa que me veio ali, uma frase. No fundo a gente precisa de uma lei que não esteja de costas para o futuro. Essa frase pode parecer meio romântica, mas ela é verdadeira.

Essa lei, é uma lei, eu cito a questão da Lei do Saneamento, que eu participei, e o Senador César Borges foi junto com o Deputado Júlio Lopes, na época, foram fundamentais nesse processo, a gente vê como a partir da lei, que tem três anos, três anos e meio, Silvano também era outro companheiro que estava nessa batalha, como a coisa andou.

Então a gente não conseguiu uma lei ótima, mas nós conseguimos a lei que a gente podia naquele momento.

Então eu acho que é um pouco nessa linha que eu queria falar um pouco pela ABDIB. Para quem não conhece, ABDIB, rapidinho, é Associação Brasileira

de Infraestrutura e Indústria de Base, é uma associação de 55 anos, representada... Que tem 160 grupos empresariais, de todas as matizes, públicos e privados, de todos os setores ligados a infraestrutura, que juntos representam alguma coisa da ordem de 17% do PIB brasileiro.

Então, eu acho que trago aqui uma contribuição dos nossos associados, acho relevante, sem dúvida, daí o convite que nos foi feito.

Nós colocamos como título que o Plano Nacional de Resíduos Sólidos precisa de um choque de modernidade, e o que eu ouvi agora aqui está muito nessa linha. Então, eu estou contente em ver que a gente acertou no tom da colocação que nós vamos fazer. Pode passar o próximo, por favor?

Eu vou passar muito rápido, que muita coisa foi dita, pode passar.

E aqui a gente achou um negócio que queria compartilhar com vocês, até pode parecer meio engraçado, mas no fundo eu diria que é triste.

Em 1918, eu estou falando em 1918, um artigo no jornal que chamava *O Pirralho*, em São Paulo, de autoria de Alcântara Machado, falava dos problemas municipais. Vocês vão ver aí a questão da grafia, uma grafia da época e vai passando aí que eu vou passar rapidinho.

E naquela época o artigo falava coleta e destino dos resíduos, e a Prefeitura Municipal de São Paulo, em 18 de fevereiro de 1918, frisava a necessidade inadiável, eu gostaria de reflexão sobre a palavra inadiável, da execução de um novo contrato firmado com atuais empresários para o serviço de limpeza pública na cidade. Pode passar.

E dizia, em São Paulo a limpeza pública é particular, está a cargo da municipalidade, é feita por empreitada. O próximo.

E aí fazia perguntas do tipo: "O que fazer de todos os detritos removidos das ruas e habitações?" Falava, dizia o seguinte: "A incorporação ao solo, *in natura*, a utilização agrícola com tratamento prévio, redução e incineração. O problema é, há um tempo, sanitário e econômico."

Então, essa visão que essa coisa tem que ser integrada, e tem o lado econômico e financeiro, é fundamental, dizia ele em 1918, na escolha de qualquer dos processos e essa escolha deve ser feita com atenção às condições peculiares de cada localidade. Então, volta aí essa visão de diversidade desde 1918.

E aí ele emitiu uma opinião que eu trouxe e achei interessante, ele era o relator de um parecer, ele dizia que todas as simpatias dele, do parecer, eram pela incineração, cuja excelência é atestada por sua difusão crescente. E falava das desvantagens e dizia que o

primeiro processo deve ser escolhido sem que... Não pode ser escolhido sem que a escolha seja precedida de um inquérito minucioso sobre os detalhes que levem a sua escolha.

E falava que, o segundo ponto que ele estava preocupado, era a necessidade de suprimir os depósitos de lixo do perímetro urbano.

Então, eu paro por aí e digo o seguinte: quase 100 anos depois, se Alcântara Machado estivesse vivo aqui presente, ele poderia estar falando a mesma coisa.

Então isso é um dado, é um puxão de orelha em todos nós, eu diria, e fico contente em ver agora esses movimentos que estão fazendo a gente enfrentar, tirar o lixo de debaixo do tapete, numa linguagem mais leve.

E aí, quase cem anos depois, nós temos notícias aí que estão claras, e falando,... E a gente pode ver que a única mudança que tem aí talvez seja a forma ortográfica [soa a campanha], porque essas questões poderiam estar em 1918 também. O próximo, faz favor.

Aí, 42 municípios serão licenciados a fechar lixões, sem aterro, São Paulo planeja incinerar o lixo. Ou seja, aqui, na realidade eu vou passar isso para frente, porque é simplesmente uma tabela que eu vou deixar disponível aí para o relator, pode servir junto com as outras informações deixadas, a quantidade de resíduos sólidos gerados no Brasil, são números aí simplesmente para servir de base. O próximo, faz favor.

A questão dos lixões, já foi dito pelo Carlos, 30% do total gerado dos resíduos sólidos estão em lixões, quer dizer, isso é uma vergonha. Uma vergonha para o país, além dos problemas que causa, como contaminação do lençol, questão do chorume, questão de urubus e outros animais, a questão da localização deles, como diz o senador, referente ao tema do Amazonas, perto de aeroportos, quer dizer, e outros problemas. O próximo, faz favor.

Essa questão do aterro controlado, eu digo que aonde 22% do total gerado está depositado, eu gosto sempre de dizer que até o controlado é um lixão arrumadinho. Nada mais é do que o lixão, que o cara dá uma arrumada para cá, mas é um lixão. O próximo, faz favor.

E nós temos uma destinação final correta, que hoje só 48% vão pra lá, que seria um aterro sanitário devidamente, do ponto ambiental correto. O próximo, faz favor.

Agora eu queria fazer uma reflexão um pouquinho sobre essa questão do aterro, a nossa posição, como ABDIB, é que o aterro é uma solução sim, desde que ambientalmente bem construído, mas ele não pode de ser encarado, não deixa de ser encarado como um passivo ambiental.

O aterro ele é uma, vamos dizer assim, a disposição final num aterro, mesmo que corretamente feita, ele leva a necessidade de um acompanhamento da ordem de 40 a 50 anos do ponto de vista geração de gás metano, do ponto de vista estabilização, do ponto de vista de solo.

Infelizmente, nós tivemos recentemente esse desastre em Niterói, no Morro do Bumba, foi um exemplo típico do que não se deve fazer, e a gente está cheio, infelizmente, desse processo no Brasil.

Então, aterro é importante, é uma solução, mas ele tem que ser considerado como uma solução quando ela realmente não tem outra, não é?

Você... Nós temos hoje um grande problema, que eu queria ressaltar, que é o terceiro ponto ali, que é a escassez de novos espaços próximo aos grandes centros.

Quer dizer, nós não podemos mais, eu vou citar alguns números aqui, fazer com que o lixo, eu vou dar um exemplo do litoral norte de São Paulo, Caraguá, Ubatuba, São Sebastião, onde o lixo é colocado em caminhões, e sobe até a serra para ser disposto num aterro, e quando ele chega lá na ponta do aterro, aterro Tremembé, se não me engano, eu vou dar o número, que o Carlos pode me corrigir, e chega lá custando, mais ou menos, 200 reais por tonelada. Todo o custo dele, transporte, todos os custos envolvidos.

Então, esses números que não são tão claros precisam ficar claros. Quer dizer, nós temos que levar em conta que nos grandes centros nós não temos mais condição de espaço, condição física de implantar aterros. Essa é uma realidade que São Paulo já tem, Rio já tem, Minas Gerais já tem. Isso é uma realidade, como eu falei, da diversidade brasileira, eu não vou dizer que essa mesma ênfase eu posso aplicar no Agreste de Alagoas, na cidade de Arapiraca, por exemplo, lá a solução é um aterro.

Então o que nós não podemos é engessar nessa lei soluções; nós temos que estar abertos a soluções que hoje estão vigentes no mundo há mais de 100 anos.

Então, esse viés muitas vezes ideológico, e até às vezes técnico, de não analisar outras soluções que já são praticadas e comprovadas, eu acho que é uma das coisas que eu vou citar, que tem um artigo, o art. 9º aí, para mim é o artigo, como disse o senador, pela característica toda desses procedimentos daqui do Senado, esse artigo tem que ser retirado, sendo bem objetivo, eu vou falar mais adiante.

Então, nós temos o problema dos catadores, que já foi dito aqui pelo Ronei, estou plenamente de acordo que não tem condição, problema social, nós temos que fazer com que isso faça parte do ciclo da

gestão integrada, da gestão... Das várias modalidades que formam aquela engrenagem que foi mostrada há pouco pela ABRELPE. O próximo, faz favor.

Eu trouxe aqui uma coisa no mundo, como está o mundo enquanto a gente está discutindo desde 1918? Eu diria que talvez Alcântara Machado hoje no seu túmulo deve estar se revirando com essas citações aqui, mas ele está servindo um pouco de... De paradigma para essa nossa reflexão.

Eu trouxe um gráfico aí, depois se vocês quiserem, a gente pode ter isso com mais números, mas é interessante. Vocês vejam no verde ali, é aterro sanitário, aquele azul mais clarinho seria reciclagem e compostagem, e você vê esse lilás, esse roxo, como sendo usina de recuperação de energia.

E aí você vê que hoje o mundo já tem praticamente da ordem de 600, 700 linhas de incineração espalhadas, não é? E é muito importante isso, nós não podemos cair aqui no engodo de discutir isso de forma maniqueísta, ninguém está levantando a questão aterro *versus* recuperação energética. Nós estamos discutindo a melhor solução para o resíduo sólido urbano.

Portanto, insisto, a lei, esse projeto de lei não pode ter artigos que engessem a busca da melhor solução para o país. Então, eu vou citar dois exemplos, para não tomar muito tempo, você pode olhar ali no Japão, pelas questões das dimensões e tudo, a grande incidência de recuperação energética, você vê o roxo ali bastante preponderante.

Você vai aos Estados Unidos, você vê que a questão de aterro, por quê? Porque eles têm áreas enormes, tem Estados que vivem desse processo de recebimento de resíduos, seja por linha férrea, tem uma história, cada um tem a sua história.

E nós, eu tenho certeza que ainda não escrevemos a nossa história. Portanto, essa lei, ela tem uma importância fundamental. Nós não podemos fechar os olhos aqui, hoje nós temos 780 linhas no mundo implementadas na parte de recuperação de energia.

E aqui uma outra confusão que é feita, muitas vezes por desconhecimento, muitas vezes até por... Eu diria até para poder defender uma posição, que é a confusão entre o gás gerado no aterro, que é a metanização, que é o metano, e a geração de energia através da incineração. São coisas diferentes, são coisas que não são excludentes, mas que não são a mesma coisa.

Então quando se diz: "Vamos sim, já estamos com o aterro fazendo geração de energia." Se você fizer uma comparação entre a energia gerada num aterro e a energia possível de ser gerada, em forma de vapor numa incineração, essa conta dá mais de 10, 15, 20 vezes. Então, passando o próximo, faz favor.

A gente chega aqui agora no próximo. A gente chega um pouquinho do que já foi dito aqui, qual é a gestão moderna dos resíduos, aquela escadinha que Carlos apresentou, redução, reutilização, escalas de compostagem, recuperação térmica e o aterro sanitário inerte. Isso é o ideal, isso é o sonho da vida de qualquer pessoa.

Sabemos que até que isso aconteça no país, talvez daqui a 100 anos alguém esteja aqui citando essa reunião, e contando que estamos quase chegando lá. Mas o ideal é você chegar na ponta desse processo dispondo... O inerte, o que passou por tudo aquilo, simplesmente um aterro sanitário, você vai ter aterros sanitários menores, sem todos esses problemas que os aterros hoje, da forma que são utilizados, levam à sociedade. O próximo.

Bom, isso é a repetição um pouquinho, só com o desenho que eu queria falar da captação de metano, queima de metano, geração de energia, que é totalmente diferente do processo de uma recuperação energética. O próximo. Pode passar o próximo também.

Eu queria chegar aqui, para poder não cansar muito vocês, e poder a gente concluir e ainda ter tempo, se for o caso, de algumas perguntas aqui.

E o nosso PL aqui? O Senador César Borges, o Senador Demóstenes já falaram, por todos esses caminhos e descaminhos da vida ele chegou aqui meio engessado, aonde o Senado hoje só pode fazer supressão, e não pode fazer mudança.

Saiu daqui em 1989, como um projeto que falava muito mais de resíduos de saúde, deu voltas pelo mundo e chegou agora aqui. Um grande avanço, estamos de acordo, queremos aprová-lo, mas também estamos perdendo uma oportunidade de poder inserir algumas coisas que a gente imagina que seja um projeto, como eu disse no início, de frente para o futuro, e não olhando só para o presente e se valendo de ações do passado.

As virtudes estão lá, 19 anos de estudo, a questão do planejamento já foi dita, é fundamental, sem planejamento a gente não faz nada. Isso é uma coisa que já foi introduzida na questão do saneamento, mas também se não houver informação e não houver recurso, a prefeitura, o prefeito, a gente falou muito hoje isso aqui, nós estamos vendo o saneamento, senador, depois de três anos que a lei foi aprovada, somente 800, como foi dito pelo Edson, da Confederação Nacional dos Municípios, somente 800 prefeitos conseguiram fazer o plano municipal de saneamento, e o prazo se esgota agora.

Então, não adianta jogar a culpa na ponta se a gente não der instrumentos para que ele se capacite,

conheça e tenha recursos. Vamos correr o mesmo risco com isso, embora isso seja fundamental.

A questão da logística reversa, já foi dita, é fundamental, a questão da responsabilidade compartilhada, a ênfase para a coleta seletiva e reciclagem faz parte daquelas engrenagens, nós não temos nenhuma dúvida disso. Próximo passo.

Aonde que a roda pega? Eu acho que aí é que é a grande reflexão, que eu queria deixar como... Já falei dela, mas especificar basicamente essa questão do art. 9º.

Quer dizer, nós não podemos, e essa é a posição da ABDIB, estabelecer uma ordem de prioridade para gestão dos resíduos a ser obedecida de forma quase que ditatorial nessas etapas. Quer dizer, nós não podemos ter uma sequência que caiba em todo o Brasil com a mesmo, com o mesmo tipo de utilidade.

E nesse artigo, além de técnico e economicamente incorreto, cada caso é um caso. Passa o próximo.

Portanto, nós não podemos considerar o problema do aterro como sendo a última solução de todo esse processo de gestão, e o art. 9º ele deixa claro que aterro é o final de tudo. E não considera, em nenhum momento, a questão da valorização energética através de tecnologias que já mostrei para vocês, que hoje já estão difundidas no fundo mundo há mais de 100 anos.

Então, esse art. 9º, eu diria que deve ser objeto de uma atenção muito grande nessa Casa, e tenho certeza que assim será, e a ABDIB estará vigilante, fornecendo mais informações para que isso seja, eu não sei o termo correto do ponto de vista jurídico, suprimido, mexido, mas não pode é continuar, na minha opinião.

Fechar os olhos para isso, é fazer, insisto, uma lei de olhos para o presente, e não olhando para o futuro, e essa é uma lei que tem que entrar para a história do nosso saneamento ambiental.

Tem mais alguns problemas, a questão do prazo de quatro anos para resolver os aterros fora da lei, conforme planos municipais e estaduais, o art. 55 nos preocupa essa questão do prazo, as questões das condições para isso. Nos preocupa também a questão dessa emissão de gases nos aterros que podem prejudicar as metas assumidas no Brasil após o COP 15. O próximo.

Bom, o problema social dos catadores já foi dito, está citado várias vezes, em vários artigos, eu acho que é fundamental isso, mas acho que uma coisa que a gente tem que pensar, e aí Ronei, eu acho que é importante isso, você como um membro ativo e atuante, e os outros presidentes aqui presentes, na realidade nós temos que fazer uma subida nessa classificação

dos catadores, que está usada como catadores de lixo, na realidade, é até uma forma jocosa, ruim de ser citado.

SR. RONEI ALVES DA SILVA: Catadores de recicláveis.

SR. NEWTON DE LIMA AZEVEDO: De recicláveis, exatamente. Nós temos que melhorar, porque tem que haver programas de recapacitação para vocês, porque vão haver a médio prazo novas tecnologias chegando.

Os catadores são fundamentais, e eles têm que acompanhar essa evolução. Nós não podemos caracterizar um problema social, ou amarrar um problema social, ou considerar um problema social como fato *sine qua non* para a lei. É o contrário, a lei que tem que dar condições para que os catadores de recicláveis realmente acompanhem essa evolução tecnológica, principalmente nos grandes centros.

Vamos deixar claro: São Paulo, Minas, Curitiba, Belo Horizonte, Recife--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Salvador.

SR. NEWTON DE LIMA AZEVEDO: Salvador, eles não tem mais... Porto Alegre, eles não têm mais condição de dispor, eles não têm mais disposição de dispor os seus lixos em aterro nas regiões metropolitanas. Não tem jeito, isso não é uma questão ideológica, tecnológica, é uma questão de fato.

É tecnológica, porque a tecnologia que estão usando não cabe mais. E o país e o mundo têm condições para isso. Então voltamos àquele art. 9, que eu insisto, que é o ponto nevrálgico dessa colocação toda. O próximo...

Bom... Curitiba... Exatamente, ó, o título é "*Curitiba não tem mais onde jogar seu lixo*". A gente tem andado por aí, e tem visto isso, Carlos também, Ministério das Cidades, falei outro dia com o Leodegar, não tem jeito, quer dizer, nós não... E uma coisa que eu já disse, quer dizer, nós temos que pensar em solução de longo prazo e solução de longo prazo passa por tecnologia, e tecnologia não pode ser engessada por aquele art. 9. O próximo, faz favor.

Recuperação energética já falei. Pode passar. O próximo.

Ah, bom, aí vem a pergunta: "Mas por que você está falando recuperação energética, e nós colocamos até entre aspas, é sem motivo ignorada pelo PL?" Por quê? Foi esquecimento? O que aconteceu? Podemos estar errado, mas nós estamos num ambiente entre pessoas que querem construir um projeto de lei, que vire uma lei arrumada, quais podem ser os argumentos velados... Que impedem a reciclagem? A questão de que a recuperação energética impede a reciclagem?

Não é verdade, nos países onde mais existe reciclagem é onde você tem incineração.

Uma outra coisa que é falada, a gente vê artigos de arrepiar os cabelos, aliás, os poucos que tenho. Essa questão de emissões tóxicas, dizendo que isso daí é uma tragédia, que mata gente, dá câncer, os furanos e não sei o quê. Isso é uma falácia, na Europa existem mais de 700 funcionando, e as usinas nunca atingem nem os limites extremamente rígidos estabelecidos pelas diretrizes europeias.

Para quem... Só a título de informação, para quem não sabe, São Paulo acabou de emitir todo um processo de regulamentação através da sua Secretaria de Meio Ambiente, definindo os limites de poluição, e tal, com normas até mais rígidas do que as diretrizes europeias, e São Paulo hoje tem três projetos em andamento, um na Baixada Santista, um na Região Metropolitana de Campinas, e outro na Região Metropolitana de São Paulo, para uso de incineração.

Agora, insisto, quando eu falo incineração não estou excluindo aterro, compostagem, reciclagem, reuso, eu estou dizendo que isso tem que ser uma gestão multimodal, integrada e usando a melhor solução. Em regiões metropolitanas, não haverá outra solução, a menos que a gente continue fingindo que não temos o problema. Próxima.

Aqui uma configuração típica de uma unidade de recuperação energética que existe espalhada pelo mundo. O próximo.

Aqui, para quem quiser depois estudar isso, a gente tem dados que é a comparação entre as emissões de uma unidade de recuperação energética *versus* as exigências de cada um dos poluentes, e todos eles ali está escrito a legislação, o que é garantido pela usina e o que está medido, vocês podem ver que tudo isso atende, eu tenho esses dados para quem quiser. Esses dados não são propriedade minha, é de quem estuda a questão, isso é disponível. O próximo.

E aí para finalizar, e para amenizar os olhos um pouquinho, eu cito, eu mostro algumas coisas que existem hoje, por exemplo, na cidade de Viena, quem já foi à Áustria, você tem lá um enorme monumento, aí um pouco de exagero, feito por um arquiteto super famoso, aquilo ali é uma torre que é uma usina de recuperação energética. Ali são tratadas, por dia, 720 toneladas, e tem gente que vai lá, tira foto, e nem sabe o que é.

Ou seja, a inserção de uma unidade de recuperação energética é uma coisa que tem uma inserção urbana já assumida na Europa. O próximo.

Em Mônaco, todo mundo fala em Mônaco como sendo uma cidade fantástica, maravilhosa, aquele prédio do meio é uma unidade de recuperação ener-

gética, processando por dia quase 400 toneladas. O próximo.

Em Tóquio, no Japão, a arquitetura um pouco fora da nossa realidade, mas existe, isso daqui não é montagem, são 600 toneladas dia que são colocadas no meio urbano de Tóquio. O próximo.

Na França, às margens do Sena, aquele espaço verde, quase quatro hectares, ali é uma usina de incineração. Pode passar o próximo, que já tem ela construída depois, ela já está funcionando, são 1.600 toneladas-dia. O próximo.

Bom, não tem próximo, é o seguinte, é o último. Dá a impressão que aqui eu estou defendendo a usina de incineração. Não, eu estou defendendo que esse projeto não seja impedimento a estudos de [ininteligível], que realmente tem que ser a curto prazo implementados nas grandes regiões metropolitanas.

Portanto, esse PL tem que vir com ele um choque de modernidade, porque nós temos que pensar no futuro, infelizmente um futuro que eu espero seja bem diferente do que o nosso presente.

Muito Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Bom, encerrado, então, eu passo a palavra primeiro aos Srs. Senadores. Senador César Borges já fez uma intervenção, eu pergunto se ainda fará outra. E já inscrita, senadora, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Rosalba Ciarlini.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu prefiro que os senadores façam, no final eu farei, então.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Então, primeiro, a Senadora Ciarlini, depois Senador Renato Casagrande, se não me engano. Quer fazer?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Você vai fazer, Renato Casagrande, depois de mim.

Então eu vou... Ele vai aguardar.

Presidente, senhores expositores, Srs. Senadores, realmente essa é uma questão que nos deixa bastante preocupada, porque veja o seguinte, quando nós analisamos que praticamente nada está colocado como de resolutividade mesmo, e aí passa por planejamento e recurso para os municípios.

Como é que esse Brasil, como é que o nosso Brasil, que está passando por uma fase, inclusive a nível mundial, sendo levado como uma proposta de um país desenvolvido, pela palavra de muitos poderosos, e que nós não saímos ainda dessa fase de não saber cuidar do nosso lixo?

Minha gente, é inadmissível que a coleta só esteja em mais ou menos 50%, que desses 50%, Senador Demóstenes, apenas 45 tenham tratamento adequado.

Quando a gente fala em meio ambiente, preservação do meio ambiente, saúde e qualidade de vida, que aí nós pensamos no esgoto que estão falando.

Porque quando... Tratar resíduos sólidos você tem que pensar em esgoto e lixo. Apenas 800 municípios dos 5.664, se não estou enganada, estão praticamente numa situação aceitável de saneamento, de esgoto sanitário.

Eu estou dizendo isso, porque, olha, passa por a questão de termos educação. Enquanto não atingirmos essa conscientização para que as pessoas possam, cada cidadão, separar, saber como manejar, reciclar, ter esse sentido, nós não vamos sair disso. Eu estou dizendo pela experiência que tive, sou prefeita três vezes, e médica. E confesso que não tinha disputado nenhum cargo político, de repente eu estava prefeita. E o sonho era fazer as obras de esgoto sanitário, que na minha cidade só tinha 8%, 8%.

Fiz um esforço muito grande, mas muitas vezes bati aqui nos ministérios, na nossa bancada, atrás de emenda, era uma dificuldade imensa, parecia que eu era lunática porque eu estava querendo sanear uma cidade.

Consegui, com muito esforço, fazer 58%. Um depósito... Nós tínhamos lá os aterros controlados, meu sonho era fazer um aterro sanitário modelo. Tive que bater às portas da PETROBRAS, que me ajudou um pedaço, outro não sei aonde, mas não havia.

Senador Demóstenes, não existe recurso destinado diretamente, o que deveria existir era um fundo nacional e fundos municipais diretamente recursos caindo na conta todo mês, para que o prefeito, porque é fácil saber isso, se sabe quanto custa, claro, estima-se, cada cidade tem suas peculiaridades, mas quanto custa o quilo do lixo. A gente sabe quanto custa o metro de aterro... De esgoto sanitário.

E se fosse feito fundo a fundo, diretamente aos municípios, porque ainda tem um complicador, tem a política estadual. Tudo bem, é importante aquelas regiões onde o município precisa consorciar, por falta de espaço, para ter o seu aterro.

Mas é muito... Eu vejo, Senador... Senador César Borges, que o senhor realmente está numa missão muito difícil, porque para atingirmos a modernidade, para termos condição de sonhar em um dia sermos um Japão, Taiwan, uma Singapura, uma Alemanha, Suécia, chegarmos a essa situação em que há tratamento de lixo, em que há geração de energia, sem prejudicar, porque nesses países onde há geração de lixo não deixou de ter reciclagem, muito pelo contrário, houve foi um incentivo maior para se utilizar produtos reciclados.

E você chegar numa livraria num país desenvolvido, você vai saber o valor que eles estão dando, e o próprio cidadão daquele país, ele procura o produto reciclado, o livro, sei lá, o cartão, o que for, reciclado, valoriza muito mais.

Então, isso é uma questão que nós entendemos que é muito grave. Nós estamos atrasados séculos, nós temos que avançar muito rapidamente, é uma questão de planejamento e de programa de Estado, não é de um governante.

E infelizmente o Brasil não pode, enquanto nós não tivermos como cuidar do nosso lixo, os esgotos que diminuem as doenças, vocês... O lixo e o esgoto sanitário, se o governo entendesse, investia tudo que fosse possível, porque ele ia economizar muito mais na saúde. Ia acabar dengue, cólera, doenças infecto-contagiosas das mais diversas, doenças da infância que mata, e como mata, doenças diarréicas por falta de limpeza, por falta de saneamento.

Então, o que está acontecendo, esse recurso é isso, agora, é obra escondida? Não querem fazer? Cuidar de fazer um aterro sanitário, o recurso que é aplicado ali não vai aparecer, porque geralmente fica distante da cidade. É mais bonito talvez botar um asfalto, uma estátua.

Eu fiz e não me arrependo, saí de 8% e deixei a cidade com quase 60%. Hoje eu chego, graças a Deus, de cabeça erguida na cidade, todos reconhecem a importância que foi para a saúde, a importância que foi para o desenvolvimento, passamos a receber mais fábricas, mais indústria, porque tinha esgoto, passamos a ter melhores condições de desenvolver as mais diversas atividades, do crescimento, inclusive, vertical da cidade.

Tudo isso aconteceu, e está acontecendo porque se investiu, e graças a Deus a prefeita que continuou, continua com essa preocupação, e chegamos a 70%, mas o importante é 100%.

Estou colocando aqui, é um desabafo, porque eu fico indignada. Quando a gente vê, se preparar depois de 20 anos, porque é praticamente 20 anos, todo um projeto para que nós possamos ter as normas, as diretrizes nacional de resíduos sólidos, então da indignação de quanto deixou de ser feito.

E nós aqui ficamos impotentes, porque veja o orçamento do governo, quando se procura inclusive se colocar emendas para determinadas áreas, não tem recurso. O Ministério das Cidades diz que não tem, o Ministério do Meio Ambiente, que era quem deveria estar cuidando dessa questão, associado ao Ministério da Saúde, muito mais do que propriamente o Ministério das Cidades, são esses que deveriam estar, porque é fundamental.

Os rios estão poluídos? É o lixo também, a falta de esgoto. Quando se fala em salvar floresta, temos que pensar também que o lixo e o esgoto daqueles que moram na floresta, também está prejudicando.

Então é tudo isso que tem que se ter uma consciência, um mutirão nacional, um esforço maior e valorizar o município, nação forte é aquela que tem seus municípios fortes. É lá que o cidadão vive, é lá onde precisamos realmente que as coisas aconteçam e que os governos estaduais têm que ser um fiscalizador, vamos dizer, um condutor, o executor é o município, porque o saneamento e o lixo está lá no município, é responsabilidade e obrigação de quem dirige.

Então, muitas vezes, eu vi prefeito de mão na cabeça, pedindo a nós, e os senadores sabem disso, “Consiga recursos para ter um caminhão, para coletar”, não é verdade? E nós ficamos com vontade que ele possa fazer aquilo, vai-se às portas do Governo Federal, não tem o recurso, e aí?

Porque os municípios estão passando por muitas dificuldades, tem outras demandas. Só que se isso fosse realmente feito, as demandas seriam menores. Com o esgoto acabava a água da rua, o calçamento era mais fácil de recuperar, se gastava menos na pavimentação, se gastava menos na saúde, se gasta menos, enfim, tanta coisa, ainda gera emprego e renda.

Então, fica aqui, realmente, Senador César Borges. Eu não sei como fazer, o senhor vai poder fazer, porque aqui não pode mudar, que já é o substituto, acrescentar, pode mudar, mas não pode acrescentar, dar um sentido de que a educação esteja também como linha, ponta, vamos dizer assim, como ponto importantíssimo prioritário nesse processo.

Por que adianta fazer a usina, adianta fazer a reciclagem, adianta fazer separação, se você não ensinar as nossas crianças, aos nossos jovens, não conscientizar as famílias, como deve ser feito, a importância disso, vai terminar jogando dinheiro na lata do lixo, era isso que eu queria colocar. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Senadora Rosalba. Eu queria que a senhora presidisse a sessão, eu tenho uma audiência no Supremo Tribunal Federal e volto em tempo.

Se concluída a audiência pública eu peço, se for possível, ao Senador Marco Maciel que inicie a reunião da Comissão de Constituição e Justiça, dando a palavra ao Senador Tasso Jereissati, que vai relatar o Novo Regimento Interno, enquanto eu retorno.

Se V. Exa. puder fazer assim, a conclusão da Senadora Rosalba para essa Sessão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Pela ordem, V. Exa..

O SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, quando o Senador Marco Maciel abrir a Sessão para a discussão de projeto, eu pediria a inclusão do--

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Mas aí terá que ser na própria reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Aqui nós estamos fazendo conjunta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só estou pedindo a autorização do meu Presidente, e do Presidente que vai assumir para que nós possamos aprovar extrapauta o projeto de interesse do Tribunal Regional do Trabalho, da 8ª Região do Pará.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO) Perfeito, já está... Sem problema.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passo a palavra ao Senador César Borges, que é o relator do projeto.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): *[pronunciamento fora do microfone].*

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sra. Presidente. Sra. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, acatar todas contribuições que foram apresentadas aqui no dia de hoje pelos palestrantes que tiveram a gentileza de vir a esta Comissão e apresentar as suas contribuições.

As nossas preocupações com relação a esse projeto é no sentido que ele é um projeto que é um avanço, entretanto, ele não é completo, ele precisa ser mais ousado, nós temos que avançar mais ainda, talvez seja o projeto possível, depois de tanto tempo que tramitou na Câmara dos Deputados, e 80 proposições, inclusive um projeto de lei do Governo Federal, foi feito, eu acho, que um arranjo político, uma engenharia política para que fosse aproveitado um texto viável.

Eu lamento, porque quando chega ao Senado, chega, como disse bem aqui V. Exa., Senadora Rosalba Ciarlini, nós temos muito pouco a fazer, só podemos suprimir, o Regimento Interno não nos permite mais do que isso, e eu vejo lacunas importantes nesse projeto.

As lacunas eu já coloquei aqui, vou repetir, que é a questão da fonte de financiamento, não há recursos orçamentários previstos em momento nenhum para operacionalizar esse plano, seja do ponto de vista nacional, estadual e, sobretudo, gerenciamento, fiscalização e controle por parte dos municípios.

E os municípios, eu diria, são os principais responsáveis, enfim, que vão ter esse problema em mãos esse problema, que têm hoje em mãos.

E foi dito aqui, nem o Ministério das Cidades, nem o Ministério do Ambiente dispõem de instrumentos de ajudar os municípios, e não vai ser uma legislação que vai dar esses instrumentos. Eu gostaria que desse, se fosse possível, se tivesse vindo da Câmara, com esse instrumento, dizendo com clareza as fontes de financiamento, se é um fundo, de onde vem esse fundo, são recursos do BNDES, como é que vão ser disponibilizados, da Caixa Econômica Federal.

Eu acho isso uma grave lacuna desse projeto. Isso deixa mais uma vez os municípios com a responsabilidade de elaborarem no prazo de quatro anos um projeto que é um plano municipal de tratamento de resíduos sólidos, mas sem dar os instrumentos necessários, não dá ao município como fazer.

Eu acho também que tem uma outra falha no projeto, que é uma definição mais clara das responsabilidades compartilhadas pelos diversos agentes privados e públicos.

Fala-se em responsabilidade compartilhada, o nome é bonito, realmente é pomposo, quem não quer responsabilidade compartilhada? Agora, o que é que cabe a cada um? Aí entramos numa discussão que ninguém sabe onde é que vai parar, pode ser uma discussão interminável, apenas é um princípio, aponta um norte, mas não sabemos como é que chegaremos nesse norte, para que essas responsabilidades sejam discriminadas para cada setor.

Porque nessa responsabilidade compartilhada entra os entes federativos, a União, os estados e municípios, entra o setor privado através da indústria, de quem produz efetivamente muito resíduo sólido, e com a participação delas, ou melhor, dela, da indústria, para fazer esse recolhimento desses produtos.

Eu cito o caso, por exemplo, de pneus, que estão sendo produzidos, produzidos, o CONAMA baixou uma resolução para se recolher 5 de cada pneu produzido, e até hoje isso não foi possível, porque diz que não se tem pneu, e não se dá uma destinação efetiva e os pneus ficam por aí rodando dentro do nosso meio ambiente, e servem para prosperar a dengue, e para 'enfeiar' o nosso meio ambiente.

Então, essas responsabilidades que envolvem também a indústria, e que envolvem também, sem sombra de dúvida, o próprio consumidor, o cidadão, que tem que ser educado. Quer dizer, nós temos que dar responsabilidade efetiva a quem é produtor de lixo, quem é produtor. Todos nós somos produtores de lixo.

Eu todo dia vejo, fico olhando a quantidade de lixo que eu produzo. Desde o descarte de uma cartela de remédio que acabou e você joga fora, a uma caixa de sabonete, uma caixa de uma escova de dente, e assim por diante, nós todos somos produtores de lixo. E se não tivermos o cuidado de dar uma destinação específica, com a coleta seletiva, e que cada um possa pagar efetivamente pelo lixo que produz, dos países mais desenvolvidos é dessa forma.

Você não tem que pagar uma taxa de lixo, e todos pagam igualmente pelo IPTU, você tem que pagar pelo que você produz. Isso é feito, assim, por exemplo, na Alemanha, que eu já visitei, para verificar essa condição. E fazer a coleta seletiva, quer dizer, nós temos todos que avançarmos.

Eu acho que o projeto tangencia esses pontos, dá um direcionamento, mas não especifica.

Então todos estão envolvidos, então acho que essa questão da definição... Acho que não há incentivos, faltam os incentivos econômicos, que seria uma sinalização clara do governo, principalmente o Governo Federal, que pode dar esse incentivo, e os governos estaduais, e eventualmente os municipais, para a desoneração tributária para os produtos reciclados, ou as ações desse tipo de indústria, porque é uma nova economia que se gira em torno do lixo. Emprega um milhão de pessoas, e milhões de reais são produzidos.

Então é aquela 'econologia' que nós vivemos, economia com ecologia e que esse é um setor moderno e que nós vamos ter que nos voltarmos para ele. É como você querer gerar energia eólica sem dar um incentivo. Não há como você querer que com a energia eólica, ou biomassa, ou PCH possa competir com as grandes hidroelétricas que estão amortecidas aí e produzindo, só que não se quer dar, se você não dá um incentivo, não vamos ter energia eólica.

Outros países avançaram, porque tem que se dar um incentivo, mas aí energia mais limpa; aí ficamos falando de termoelétricas ainda no país, aí ficamos falando de usinas nucleares, quando podia se dar um incentivo, mas isso é política pública. Eu sou defensor dessa política pública.

Mas, aí, sem sombra de dúvida, o Governo Federal, a União tem um papel muito importante. Eu já relatei aqui uma Medida Provisória 450, com relação a esse setor de energia, que reivindicava esses incentivos, que são dados às vezes do preço que se paga um pouco maior, porque tem que ter uma solução econômica, se não, se não houver uma solução econômica, não vai funcionar, você pode instalar um incinerador, mas se não houver uma situação econômica, e você for do prejuízo, acaba.

Eu visitei várias indústrias de reciclagem de pneu que estão simplesmente ociosas, paradas, fechadas, porque ninguém subsidia essa atividade. Ninguém subsidia. Nem o consumidor, que devia pagar um pouco mais, nem o produtor do pneu, nem o governo. Então se faz aquela unidade, e termina hoje os pneus, Senador Marco Maciel, você transforma em pedaços, tabletes, e manda queimar nas cimenteiras, e vai para o CO₂, para a atmosfera, enquanto você tem indústrias implantadas, fechadas no Brasil, porque não há uma política de incentivos para que essa indústria se viabilize.

Então, estou apontando essas questões, porque realmente acho que o projeto é um avanço, mas fica devendo essa parte.

E por último, o art. 55 tem essa questão também, que é a disposição final ambientalmente adequada, fala em quatro anos, após a publicação da lei, entretanto, no parágrafo único, diz que os planos estaduais e municipais poderão definir prazo diferente. O que de certa forma não dá prazo nenhum, porque você pode chegar numa lei municipal, estadual, dizer que é 10 anos, dizer que é 15 anos. Então, eu acho que deveria fixar, não para que traga o ônus ao município, mas que alguém ser parceiro do município para que ele realize o seu plano. Que ele realize o seu plano.

Esses são alguns pontos, é claro que nós vamos nos deparar com essa dificuldade de acrescentar, mas poderemos melhorar, se possível, melhoraremos de forma supressiva, de tal forma que aprovando o projeto nessa Casa, possa seguir diretamente para a sanção do Presidente da República o quanto antes.

Então essa é a minha posição como relator. Eu agradeço muito, e quero, por fim, Sra. Presidente, apresentar um requerimento baseado no art. 113, o art. 113 diz o seguinte: "*O estudo de qualquer matéria poderá ser feito em reunião conjunta de duas ou mais comissões, por iniciativa de quaisquer delas, aceita pelas demais, sob a direção do Presidente mais idoso*", que não será, com certeza, V. Exa..

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Por incrível que pareça, se for com a CCJ eu sou a mais idosa, só estou perdendo para Cristovam e Garibaldi, que são presidentes.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu não acredito que seja V. Exa.

"Ou ainda nos termos do art. 49, inciso II."

O que significa, apenas para nós ganharmos tempo na aprovação do que já está aí, eu trabalharei por um breve trabalho em nível de apresentar o meu relato, para que nós possamos, se for aceito, V. Exa. que é Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, com os outros Presidentes, Renato Casagrande, o Presidente Garibaldi Alves, da Comissão de Assun-

tos Econômicos, e o Presidente Demóstenes Torres, dessa Comissão, para que nós possamos fazer essa apreciação em conjunto, conforme preceitua e permite o regimento.

Estou encaminhando o requerimento para a Mesa, nesse sentido, e se for deliberado assim, eu assumo o compromisso que neste mês de maio, no mais tardar dentro de uma semana ou duas eu apresento o meu relato final aqui para ser submetido a essa comissão.

E dizer que realmente eu entendi aqui a posição da ABDIB. O que a ABDIB quer é um avanço com relação à questão do uso energético pela incineração.

Eu, mais uma vez, vou me pautar pela Alemanha, já ouvi alguém dizer que o modelo alemão não é o melhor. Eu fico sonhando se um dia chegássemos ao modelo alemão, porque eu vi um modelo onde você tem o lixo orgânico é compostagem, você tem o lixo eletrônico todo recuperado, você tem hoje pequenas unidades de recuperação total do lixo eletrônico, televisões, rádio, geladeiras, etc., tudo aquilo, Senador Marco Maciel, aproveitado.

E aquilo que não tem mais serventia nenhuma, que não há possibilidade de reciclagem, o papel é selecionado, ele é coletado todo separadamente, e lá vai papel que é impresso, que é um valor, papel que é branco é outro valor maior, papelão é outro valor; eu vi máquinas enormes de recuperação.

E por fim, aquilo que não tem mais serventia, não tem possibilidade de reciclagem, vai para um grande incinerador e lá é gerado vapor, e gerada energia, mas principalmente vapor, que atende a parques industriais que estão próximos.

É claro que essa não é a solução para Garanhuns ou para Caruaru, mas pode ser uma solução para Recife, próximo ao porto de Suape, onde se implanta um complexo, pode ser uma solução para Camaçari na Bahia, para processar o lixo que vai de Salvador, e toda região metropolitana, e fornecer vapor para as indústrias ali.

Então, essa, eu acho que entendi que foi essa talvez a colocação, assim, mais enfática feita aí pelo pessoal da ABDIB, que eu estive aqui lendo o art. 9º, porque o art. 9º fala que, uma ordem de prioridade, não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambiental adequadamente, que seria os aterros sanitários, e não fala na incineração, é isso.

Aí passa para o §1º, aí fala, "*Poderão ser utilizadas tecnologias, visando a recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos, desde que tenha sido comprovado sua viabilidade técnica, ambiental e com implantação de programa de monitoramento.*"

Bom, isso aqui eu prometo analisar, conversar com diversos setores, estarei aberto para receber a todos nesse prazo, aí seus 15 dias--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador, eu gostaria aqui de dar um esclarecimento.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É isso que eu tinha que colocar, eu encerro minha intervenção.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): [falas sobrepostas] É sobre a solicitação de V. Exa., como nós... As demais comissões não estão aqui, nós poderemos acatar a sua sugestão, já a CCJ e a Comissão de Assuntos Sociais.

As demais, terá que haver uma adesão... Uma adesão futura.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu conversei com o Renato Casagrande, ele me disse que estaria de acordo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É só o senhor encaminhar, então, um requerimento, que a Comissão de Assuntos Sociais já está de acordo e a CCJ; e as demais comissões, quem aderir, não haverá nenhuma dificuldade. Fica bem claro.

Agora eu vou passar a palavra ao Dr. Newton de Lima Azevedo, para responder a indagação do senhor, mas quero acrescentar também aqui algumas indagações que o senhor aproveita e responde tudo de uma só vez.

SR. NEWTON DE LIMA AZEVEDO: Ok.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Como é que o senhor vê a solução de gestão dos resíduos nas grandes concentrações humanas... Urbanas, aliás?

SR. NEWTON DE LIMA AZEVEDO: Veja--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Essa é uma, deixa eu terminar...

SR. NEWTON DE LIMA AZEVEDO: Desculpe, desculpe.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Que aí o senhor aproveita e pode ser já...

SR. NEWTON DE LIMA AZEVEDO: Perfeito, perfeito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A energia obtida na tecnologia de incineração é mais cara que a energia gerada via hidroelétrica? Como justificar a recuperação energética? Eu estou perguntando se é mais cara, ficou uma dúvida, se é mais cara.

SR. NEWTON DE LIMA AZEVEDO: Sim, sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Se é, como é que nós vamos justificar essa recuperação? As soluções apontadas tipo reciclagem, aterro sanitário, incineração, coletas seletivas, são mutuamente excludentes?

SR. NEWTON DE LIMA AZEVEDO: Eu acho que--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E também, que sugestões o senhor daria da melhor forma de se fazer consórcios de municípios?

SR. NEWTON DE LIMA AZEVEDO: Não, veja, eu acho que as perguntas, no fundo, elas se juntam e vou tentar resumi-las aqui.

A questão das regiões metropolitanas, dos grandes aglomerados urbanos, é a questão da falta de espaço.

Então não temos mais condição, quando eu falo nós, o país, de nessas regiões você encontrar uma solução, a solução do aterro, não temos mais espaço. Então, sendo bem pragmático, o que a gente precisa é encontrar uma solução, e a solução que o mundo adota é na realidade a questão da valorização energética, da... Mas sem abrir mão de outros tipos de soluções que no fundo se integram.

No fundo nós não estamos fazendo, como eu disse na minha explanação, um maniqueísmo entre aterro e incineração, na realidade essas coisas tem que ser caso a caso, para a diversidade brasileira, mas principalmente nas regiões metropolitanas, eu não vejo outra solução a curto prazo, a médio prazo, quatro, cinco anos, que a gente vai enfrentar esse problema que já está aí, e alguns Estados começam a enfrentar.

Cito alguns que já tem leis estaduais que começam a desenvolver projetos. Pegando o gancho disso, eu vou... A sua segunda pergunta, senadora, dizendo o custo dessa energia--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Se ela é mais cara.

SR. NEWTON DE LIMA AZEVEDO: Ela é mais cara, não tenha dúvida, mas eu vou fazer minha as palavras do Senador César Borges, de algum jeito nós não vamos fazer energia eólica se nós não tivermos incentivo de desoneração tributária, fiscal, porque você não pode comparar com o custo de energia de hoje de usinas que já estão amortizadas, então essa parte que foi levantada a falta de algum incentivo fiscal e tributário, ela é necessária.

Sei até que existe alguma coisa, me parece na Comissão de Infraestrutura, sendo proposta, ou seja, a gente precisaria dar uma atenção, porque mesmo com o custo elevado hoje, eu vou citar a cidade de Porto Alegre, se não me engano, o lixo que é coletado

lá é levado a mais de 100 quilômetros para poder ser jogado num aterro.

Se você pegar esses custos na ponta do lápis, você se aproxima muito do custo que você vai ter na implantação de uma usina dessa. Se você conseguir algum tipo de desoneração no preço dessa energia...

Porque uma coisa que se precisa pensar é o seguinte: essa coisa da solução energética, não é uma solução para gerar energia, é uma solução ambiental, para tratar o lixo. E você está tendo uma receita marginal a partir da geração dessa energia, ou desse vapor.

Então, na realidade, essa conta tem uma intangível aí que é a melhoria da qualidade de vida, da despoluição. Então, é, mais ou menos, como a senhora falou na questão do saneamento, você aplica para cada real investido em saneamento você economiza R\$ 4,00 a R\$ 5,00 em saúde pública. Então, como é que você faz essa conta?

Então, esse tipo de realidade que a gente precisar por no papel--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Além de que--

SR. NEWTON DE LIMA AZEVEDO: Hã?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu lembrei agora, se o lixo fosse bem coletado, quanto a gente já tinha economizado nas enchentes?

SR. NEWTON DE LIMA AZEVEDO: Percebe? Então, senador, no art. 9º, no § 1º, tem uma palavra aqui, essa questão da utilização de recuperação energética, "*somente após esgotadas as possibilidades da gestão enumeradas no caput*" que são essas que o senhor acabou de ler.

Então não é que eu não quero que essas alternativas sejam consideradas, o que não podemos é excluir desse rol de análises esta alternativa também.

Essa pequena sutileza que eu acho que a gente precisaria, e aí vamos ter a oportunidade de falar com o senhor, fazer uma reflexão sobre esse art. 9º, §1º.

Então é isso, eu não sou um defensor da recuperação energética pela recuperação energética. Eu acho que ela não pode ser, principalmente nas regiões metropolitanas, respondendo à pergunta da senadora, deixada de lado.

Por que essa, nós vamos caminhar para isso, como o mundo já caminhou há mais de 100 anos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada. Eu gostaria também de ouvir o representante de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, Dr. Silvano, sobre essa questão da energia da reciclagem e do consórcio... Consórcio de municípios, eu gostaria

de ouvir aqui do nosso Ministério das Cidades, também a sua posição.

E mais alguma coisa que os senhores quiserem colocar.

Só para orientar, nós estamos finalizando, depois destas respostas, o Ronei Alves pediu para fazer algumas colocações, se alguém desejar colocar mais alguma coisa, me informe, porque logo depois vamos ter uma outra reunião, que essa é deliberativa da CCJ.

E às 02 horas começa o plenário, então tem que ser... [risos]

SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA: Senadora, muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sem tempo para almoço.

SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA: É. Eu queria fazer uma intervenção aqui muito mais para tentar criar o contraponto de algumas questões que foram apresentadas aqui na condição de quem acompanhou bastante de perto a tramitação desse projeto de lei na Câmara dos Deputados.

Primeiro, o projeto de lei, ele tentou ser o mais sucinto possível, exatamente para não entrar em especificidades, porque a história veio mostrando na Câmara dos Deputados, que quando ele tentou ser específico, aí cria uma certa dificuldade de convergências, e talvez por essa explicação esse projeto de lei tenha demorado tanto por tramitar.

Tem iniciativa do senador, Deputado Emerson Kapaz, à época, que o projeto de lei, ele ficou bastante detalhado, detalhando especificidades, ele ficou grande, mas acabou que não foi possível que ele pudesse ser depois votado.

Então, essa foi uma prática geral, agora, ele chama para um conjunto de oportunidades, e depois detalhar, eu vou dizer exatamente o caso da logística reversa.

Está apensado aqui, estão pensados aqui os acordos setoriais com a participação do poder público. Então, a logística reversa ela não vai se dar obrigatoriamente pelo governo, mas os acordos setoriais das cadeias, eles é que vão dizer como vai se dar a logística reversa, com a participação do poder público.

E somente no caso de esse acordo setorial não se dar, aí se fará por regulamento, então tem essa possibilidade.

A outra questão diz respeito às responsabilidades compartilhadas. O art. 33, ele define um pouco em complementação a isso que eu me referi anteriormente, o art. 33, ele define aqui nos parágrafos um conjunto de responsabilidades. Ele define responsabilidades para os consumidores, para os comerciantes distribuidores,

para os fabricantes importadores, e para os titulares de serviço público.

Então, dessa forma, o que for possível evoluir, para deixar já pronto para depois ser regulamentado pelos próprios acordos setoriais, aí sim o projeto de lei, ele traz a distinção do que é a papel de cada um dentro dessa responsabilidade compartilhada.

Depois a gente pode contribuir, discutir com o senhor se está apropriado, se não está, mas a ideia foi trabalhar uma descrição e que a lei pudesse colocar, para que depois acordos setoriais possam avançar.

A outra questão diz respeito aos aterros sanitários, porque esse projeto de lei, ele tem uma questão importante, que ele distingue resíduos sólidos de rejeitos. Resíduos é aquilo que é passível de reutilização e reciclagem, e rejeito não é aquilo que não é mais passível de ser reciclado.

E o que está colocado é que os aterros sanitários não vão ser... Não é possível nos aterros sanitários receber resíduos sólidos, porque não é assim que o resíduo sólido, o aterro não se deve colocar para essa finalidade, o aterro é para receber apenas rejeito, um pouco com a tendência internacional.

Então vai para os aterros, e a aí a ideia do prazo foi apenas para fixar um período em que seja possível os aterros sanitários continuar recebendo resíduos. Não é que eles não vão poder receber rejeitos, vão poder receber rejeitos. Mas o plano municipal, no momento que definir ali a eliminação do lixo, aumentar a coleta seletiva, aí ele pode definir um prazo diferenciado.

Mas a gente também pode discutir se está adequado ou se não está, nos estamos à disposição. E por fim, eu queria fazer menção a esta questão da geração de resíduos. Eu quero dizer que o art. 9º que foi colocado, já foi lido aqui pelo próprio Senador César Borges, ele está colocado da mesma forma da diretiva europeia, não tem nada diferente do que está colocado na diretiva europeia, que é a tendência mundial.

Porque veja, o ministério do meio ambiente tem levantamentos que mostram que você não deve colocar para gerar energia resíduo que é passível de aproveitamento, que seja passível de reciclagem, porque nós retiramos uma quantidade muito grande de matéria-prima da natureza, e essa matéria-prima, quando você coloca ela para gerar energia, e aí, na verdade, o que tem mais capacidade calorífica, o que tem capacidade calorífica é aquilo que tem mais... Que mais pode gerar energia, é o que também pode ser mais reciclado.

Então, você não pode colocar indistintamente todo material que for gerado, qualquer material reciclado, você não pode ter uma regra para colocar aquele resíduo para gerar energia.

Então, o que foi colocado aqui foi exatamente o que está na diretiva europeia, com a hierarquia do que é passível de você não gerar, reutilizar, reciclar, tratar os resíduos, e depois você colocar para destinação os aterros.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Silvano, Dr. Silvano, por favor, me explique, é porque... Quando eu fui estive nessa visita, foi uma subcomissão, nós fomos na Alemanha, lá eu ouvi de que na Alemanha não é permitido mais aterro sanitário. Ou seja, passa por um processo todo de seleção, para reciclagem, mas sempre no fim tem algum inerte ali, ou pedaço de madeira, de colchão etc., que não é possível de uma reciclagem, e que termina indo para grandes incineradoras, que eu verifiquei uma lá, perto da cidade de Hallenberg, que fornece para um grande parque industrial.

Então, lá, no caso da Alemanha, já não permite mais aterro sanitário, isso é uma realidade, quer dizer, lá eles evoluíram de não ter aterro sanitário, ou é reciclagem completa ou incineração.

SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA: É que na verdade a diretiva europeia ela coloca nesses termos aqui, mas o que acontece, esses países passaram já por um estágio, o Brasil ainda está na fase dos lixões [soa a campanha], então nós estamos ainda na fase--

SENADOR GEOVANI BORGES (PMDB-AP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA: O Brasil está na fase dos lixões. O que vai se querer fazer no Brasil também é um pouco do que aconteceu em Portugal, que aconteceu nesses países, eles definem metas iniciais em que você elimina os lixões, recicla, e depois você vai fazendo um processo gradativo, de aí sim, você botar nos aterros apenas o que é rejeito.

Mas a diretiva europeia, na verdade, não é que ela proíbe os aterros, os aterros seriam para inertes.

Aí você tem que fazer recuperação energética, a valorização energética, que eles chamam, dos rejeitos, que é um pouco do que está colocado aqui no art. 9º; no art. 9º está colocado exatamente nessa perspectiva.

Agora, não proíbe também a valorização energética ou a recuperação energética dos resíduos, só coloca que tem que ter uma hierarquia, porque senão você vai botar para incinerar todo o material que é passível de você reciclar.

Então, de fato, você tem que ter um ordenamento nisso, você tem que botar uma hierarquia, para depois você eventualmente fazer a recuperação energética, desde que esgotadas todas as possibilidades da reciclagem.

Porque senão imagina que o país, o Brasil vai acabar tendo que extrair matéria-prima, para gerar um

produto que tem resíduo, e esse resíduo depois vai ser colocado para ser incinerado.

O Ministério do Meio Ambiente não é contra a incineração, tem que discutir a questão aí também dos resíduos, dos efluentes atmosféricos, mas sempre um pouco nessa perspectiva.

Gasta toda energia para você tirar o material da natureza, depois você recicla, reutiliza, depois apenas que você vai gerar energia do que for rejeito.

Nós vamos agora fazer uma visita no Rio Grande do Sul, segundo o consórcio municipal, se recicla e reutiliza da ordem de 80% dos resíduos, e sobra 20% como rejeito. Nesse caso é até possível pensar de você fazer uma valorização energética, porque já esgotou todo o processo, e o que nós queremos ver no país é exatamente isso, você trabalhar a perspectiva de reciclar o máximo [soa a campanha], reutilizar o máximo, e depois a valorização energética apenas do que não for passível de reciclagem e reutilização.

Mas nós estamos à disposição para o debate, depois podemos ajudar nesse diálogo também.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Dr. Silvano, eu tenho certeza que nós vamos ter que ter outros encontros, inclusive eu estou aqui com o requerimento do Senador César Borges, que quero colocar aqui em votação.

O senador já expôs, já fez a exposição de motivos, eu só leio o requerimento: "*Nos termos do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizado o estudo do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera a Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências, nesta Comissão de Assuntos Econômicos, CAE, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, coma Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, e com a Comissão de Assuntos Sociais.*" Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Agora passamos ao Dr. Ronei, que pede um minuto... Doutor... Ronei... É doutor no movimento nacional dos catadores de lixo [risos]. É doutor na sua área de catadores de produtos recicláveis.

Ronei, você tem dois minutos para...

SR. RONEI ALVES DA SILVA: Eu vou ser bem sucinto, menos de um minuto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Menos de um minuto.

SR. RONEI ALVES DA SILVA: É. Nós do movimento Nacional de Catadores, nós somos terminantemente contra as queimadoras.

Porque nós entendemos que num primeiro momento a desculpa vai ser de que é para queimar aquilo que não é reciclável, mas a gente sabe que hoje para que essas queimadoras possam funcionar, que elas têm que ter um volume, como o ilustre senador explicou, que acontece hoje com as que eram para reciclar pneu.

E que para ter essa condição para que elas possam funcionar, aí pegar, vai colocar tudo, o que é reciclável, o que não é reciclável, vai pegar, colocar tudo dentro dessas queimadoras. A gente sabe que hoje, lixo, resíduo, material reciclável, tudo isso é matéria, e matéria é transformável, o que a gente tem que fazer é conduzir isso, para que seja transformado de uma forma correta.

Agora, simplesmente queimar, eu acho que isso não é o ideal para nós [soa a campanha], por quê? Todos esses países que foram mostrados aí, nenhum mais tem recurso natural. É muito fácil. Eles são ricos, vem aqui, pega aquilo que precisa, utiliza o que a gente tem para produzir, e pronto, o que sobrar lá eles queimam.

Eu acho que nós brasileiros, nós temos que mudar esse pensamento, eu acho que a gente não tem que agir como eles agiram lá, queima tudo, corta tudo, e faz do jeito que eles estão fazendo.

Nós temos que fazer diferente, nós temos que reutilizar tudo isso que a gente usa, e o Movimento Nacional de Catadores ele é contra essas queimaduras aí. Obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Ronei, obrigada a todos que aqui vieram participar, e ficamos, desde já, já agradecido pela disponibilidade que todos estão tendo em poder nos auxiliar que possamos concluir o nosso trabalho.

Então, damos por encerrada esta reunião.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu quero mais uma vez agradecer a todos os expositores, eu como relator quero, o mais rápido, me desincumbir do meu papel [risos]. Para que se possível, na comemoração do dia do meio ambiente possa o Brasil ter esse marco regulatório que não deixe, é um avanço, se não é o ideal, mas o ideal sempre é difícil de se alcançar.

O inimigo do bom é o ótimo. Então vamos para o bom.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pode ficar certo Senador César Borges, já fica aqui uma sugestão.

O que eu lhe falei no fundo nacional e fundo municipal, procure saber a experiência que Portugal fez e que reduziu drasticamente o número de lixões, fazendo um fundo municipal de apoio às cidades.

Então eu queria também aqui... Citada a importância da presença do Senador Marco Maciel, do Senador Antonio Carlos Magalhães, do Senador Flexa, do Senador Pedro Simon, e dos demais que aqui vieram e participaram.

Está encerrada a audiência.

Sessão encerrada às 13h09.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às doze horas e trinta e quatro minutos do dia onze de maio de dois mil e dez, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os (as) Senhores (as) Senadores (as) **ALFREDO NASCIMENTO, VALTER PEREIRA, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, JEFFERSON PRAIA, FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, DELCÍDIO AMARAL, ADELMIR SANTANA, JAYME CAMPOS e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os (as) Senhores (as) Senadores (as) **JOÃO RIBEIRO, GILVAM BORGES, HÉLIO COSTA, GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, HERÁCLITO FORTES, ELISEU RESENDE, ARTHUR VIRGÍLIO e GIM ARGELLO**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta. **Item 1) REQUERIMENTO Nº 23, DE 2010-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que “requer, nos termos regimentais, que seja determinada a prorrogação para o final de setembro de 2010 das atividades do grupo de trabalho criado pelo Requerimento nº 4/2010, destinado à elaboração de um relatório sobre os ‘20 anos do Código de Defesa do Consumidor – Análise Histórica e Perspectivas’, originalmente previsto para concluir suas atividades em sessenta dias”. Autoria: Senador Renato Casagrande. Resultado: Aprovado. **EXTRAPAUTA**, é apreciado o **REQUERIMENTO Nº 24, DE 2010-**

CMA – NÃO TERMINATIVO, que “requer, nos termos regimentais, que seja promovida, por esta Comissão, audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2009, que ‘altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para regulamentar a implantação de equipamentos urbanos’”. Autoria: Senador Renato Casagrande. Resultado: Aprovado. **Item 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 183, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO**, que “altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para regulamentar a implantação de equipamentos urbanos”. Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos (SF). Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Favorável à matéria, com a Emenda nº 1-CDR e nos termos da emenda substitutiva que apresenta. Resultado: Aprovado requerimento nº 24, de 2009-CMA, de autoria do Senador Renato Casagrande (Extrapauta). A matéria fica sobrestada nesta Comissão até a realização da Audiência Pública. **EXTRAPAUTA**, é apreciado o **REQUERIMENTO Nº 25, DE 2010-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que “requer, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, o estudo em conjunto, pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, e de Serviços de Infraestrutura – CI, do Projeto de Lei da Câmara nº 315, de 2009, que “Altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos – CFRH”, de autoria do Deputado Chico da Princesa”. Autoria: Senador Renato Casagrande. Resultado: Aprovado. **Item 3) LEITURA DE AVISOS – NÃO TERMINATIVO**, Leitura dos Avisos nºs 68/2000, 184/2000, 8/2001, 26/2001, 130/2001, 172/2001, 9/2002, 49/2002, 52/2002, 13/2003, 29/2005, 19/2006, 84/2007, 107/2007, 9/2008, 13/2008, 27/2008, 36/2008, 54/2008, 66/2008, 9/2009, 16/2009, 41/2009, 43/2009, 54/2009, 68/2009, 75/2009, 76/2009, 8/2010, 9/2010, 10/2010, 18/2010, 22/2009; Diversos nºs 107/1996, 2/2002; e Ofício “S” nº 14/2008; em conformidade ao Ato nº 01 de 2009 da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, aprovado em 08/12/2009. Resultado: Realizada a leitura dos avisos, diversos e ofícios citados em conformidade ao Ato nº 01/2009-CMA. A Presidência procede à leitura de convite, realizado pela ELETROBRAS – ELETRONUCLEAR, aos membros da Comissão, para visitar a Central Almirante Álvaro Alberto – CNAA, constituída pelas Unidades Termonu-

cleares Angra 1, Angra 2 e Angra 3, esta última ainda em construção. Usam da palavra os (as) Senhores (as) Senadores (as) Flexa Ribeiro, César Borges e Jefferson Praia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **RENATO CASAGRANDE**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 11/5/2010

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Senadores que forem favoráveis à dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovada.

Nossa pauta, hoje... Primeiro item da pauta, um Requerimento... Requerimento de minha autoria. “*Requer, nos termos regimentais, que seja determinada a prorrogação, para o final de setembro de 2010, das atividades do grupo de trabalho criado pelo Requerimento nº. 4/2010, destinado à elaboração de um relatório sobre os 20 anos do Código de Defesa do Consumidor – Análise histórica e perspectivas; originalmente prevista a concluir suas atividades em 60 dias*”. Esse Requerimento se torna necessário porque nós estamos fazendo um bom trabalho nessa reformulação, no debate sobre Código de Defesa do Consumidor... Código de Defesa do Consumidor e, naturalmente, é um assunto importante. Estamos fazendo um resgate dos 20 anos, e dia 11 de setembro vamos comemorar 20 anos do Código de Defesa do Consumidor. Nós temos muitos pontos em que avançamos na relação “fornecedor de produto e serviço/consumidor”, mas temos ainda questões a serem patrocinadas por nós, buscando o aperfeiçoamento da Legislação, até porque a sociedade mudou muito, a cultura e os costumes mudaram muito, nesses últimos 20 anos.

Então, nós estamos precisando de uma prorrogação de prazo desse trabalho, e coloco em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os senadores que forem favoráveis ao Requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento.

O Item nº. 2 “*altera a Lei 6.766, de 19 de dezembro de 79, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências para regulamentar a implantação de equipamentos urbanos*”. A autoria é da Comissão de Assuntos Econômicos, relatoria do Senador Flexa Ribeiro. O relatório do Senador Flexa Ribeiro é favorável à matéria. Como a matéria suscitou alguma necessidade de debate, eu estou apresentando – e gostaria de contar com o apoio dos parlamentares e já ajustado com o Senador Flexa Ribeiro –, estou apresentando um Requerimento para que nós possamos fazer pelo menos uma Audiência Pública com relação a este projeto.

Então, estou também apresentando, desde já, o Requerimento e gostaria de vê-lo apreciado antes de entrarmos na discussão da matéria. “*Nos termos do Regimento Interno, Audiência Pública na Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei 183, que altera a Lei 6.766, de 19 de dezembro de [ininteligível], que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências para regulamentar a implantação de equipamentos urbanos*”.

Então, coloquei primeiro o pedido de inclusão extrapauta. Os senadores que forem favoráveis à inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. Aprovado. Coloquei o Requerimento em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação o Requerimento. Os senadores favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado.

Portanto, o item nº. 2 ficará sobrestado, suspenso até a realização da Audiência Pública, uma vez que o Senador Flexa Ribeiro é pela compreensão. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Renato Casagrande, nada a opor com relação à Audiência Pública que V. Exa. está solicitando. Muito pelo contrário, eu acho que a Audiência Pública sempre traz as informações aos membros da comissão, para que possam ter, além do relator, terem, também, a oportunidade de aprofundamento sobre o mérito do projeto. Eu só gostaria de pedir a V. Exa. que nós tivéssemos, em conjunto, a permissão dos membros para que a gente pudesse escolher os participantes da Audiência. Não mais do que quatro, porque, senão...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É, três, quatro está bom.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Três, quatro... E aí a gente poderia marcar e realizar a Audiência com as autoridades ou os técnicos que forem acordados.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Agradeço a V. Exa. Solicito

ao secretário da comissão que possa tomar as providências necessárias, para que a gente tenha de três a quatro convidados e façamos, o mais breve possível, essa Audiência Pública, para que ela possa instruir esse Projeto de Lei.

Também peço a inclusão extrapauta de um Requerimento de minha autoria. O estudo em conjunto, pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da CCJ, Serviço de Infraestrutura, do Projeto de Lei da Câmara nº. 315, “*que altera o artigo primeiro da Lei 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentando o Decreto Federal nº. 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata de parcela, pertencente aos Estados e Municípios, do produto para compensação financeira dos recursos hídricos*”; de autoria do Deputado Chico da Princesa. Uma solicitação, também, dos demais Presidentes, da Comissão de Infraestrutura e de CCJ, para que haja a apreciação, em conjunto, deste Projeto de Lei.

Os senadores que forem favoráveis à inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. Aprovado. Em votação os Requerimentos. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senadores que forem favoráveis ao Requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento.

Item nº. 3. Leitura dos avisos, dentro daquela nova... Da nossa nova resolução. “*Dar informação à comissão dos avisos que chegam do TCU*”. E os membros da comissão têm até sete dias para, se tiverem interesses nesses avisos, pedirem para se pronunciar com relação a esses avisos. Leitura dos avisos: nº. 68/2000, 184/2000, 8/2001, 26/2001, 130/2001, 172/2001, 9/2002, 49/2002, 52/2002, 13/2003, 29/2005, 19/2006, 84/2007, 107/2007, 9/2008, 13/2008, 27/2008, 36/2008, 54/2008, 66/2008, 9/2009, 16/2009, 41/2009, 43/2009, 54/2009, 68/2009, 75/2009, 76/2009, 8/2010, 9/2010, 10/2010, 18/2010, 22/2009. Diversos números... 107/1996, 2/2002. E ofícios: “S”, n.º 14/2008, em conformidade com o ato nº. 1, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado.

Esses avisos e esses ofícios estão à disposição dos senadores, para que os senadores, se tiverem o interesse, se pronunciarem sobre esses avisos. É só um comunicado, esse item nº. 3, de acordo com a Resolução nº. 01, de 2010.

Temos aqui, também, um convite--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): 2010 ou 2009, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): De 2009. Resolução de 2009 – 18/02/09. Obrigado, Senador Flexa Ribeiro, pelo seu atento acompanhamento, como sempre.

Convite do Leonam dos Santos Guimarães, assistente do Diretor-Presidente, um convite do Presidente da Eletrobrás Eletronuclear, para que os membros dessa comissão, com a retomada da Usina Nuclear Angra 3 e início do processo de seleção de local para futura central nuclear do Nordeste, incumbiu-me, o Diretor da Eletrobrás Eletronuclear, de convidar V. Exa. e demais membros da comissão para visitar a Central Almirante Álvaro Alberto em data de sua melhor conveniência. Aguardando manifestação. Na oportunidade, apresentamos expressões de elevada estima e distinta consideração. Essa visita fica no Município de Angra dos Reis. Quer dizer, a retomada da terceira usina nuclear de Angra dos Reis e a abertura para escolha da usina do Nordeste. Senador César Borges talvez tenha interesse em participar.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com todo o interesse, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Eu vou designar o Secretário José Francisco, que possa consultar os membros da comissão que têm interesse em fazer uma visita e, de acordo com o número de interessados, articular uma data compatível com os membros interessados nessa visita que eu julgo ser muito importante.

O Governo Brasileiro está, através do seu plano de produção e de geração de energia, querendo ampliar a produção de energia nuclear, a eletricidade através de energia nuclear. Então, acho que é uma oportunidade para quem não conhece. Eu já tive oportunidade de conhecer, mas, dependendo do dia, eu terei também vontade de ir. Mas já tive oportunidade de conhecer. Quem não teve a oportunidade, é uma excelente visita para subsidiar o trabalho dos senadores aqui, na Casa.

Esses eram os pontos a tratar. Nós teremos a outra sessão logo após o fechamento desta, certo? Quero fazer o registro, aqui, com muita alegria, do Senador Delcídio Amaral, que nós já estávamos com muita saudade dele--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sim, senhor, Governador.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, senador. Senador César Borges, pela ordem.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, essa comissão, em determinado momento, se propôs a ser uma comissão de acompanhamento e fiscalização de recursos públicos e execução de atividades com relação aos eventos que nós teremos, da Copa do Mundo e das Olimpíadas. E seria feito um cadastro de acampamento e aplicação de recurso... Seria disponível, inclusive, disponibilizado via internet.

Então, Sr. Presidente, como eu tenho, recentemente, assistido, ouvido e lido muitas notícias a respeito dos desencontros dos prazos, da execução, em si, das providências extremamente necessárias para que esses eventos, não só a Copa do Mundo como as Olimpíadas possam acontecer no nosso país, e, no caso específico, lá, de Salvador, que é uma subssede, a questão não só da praça de esportes, da arena esportiva, mas também de mobilidade urbana... Esses projetos demoram, porque não são projetos simples. A questão de mobilidade vai desde o aeroporto, depois ao transporte dos passageiros até a arena, depois escoamento... E realmente começamos a ficar preocupados se a FIFA vai continuar mantendo essas subssedes que foram escolhidas. E, recentemente, eu participei de um evento com o setor turístico lá da Bahia, e há uma preocupação muito grande se as coisas vão acontecer, se não vão acontecer, como é que estão indo... Houve uma declaração de representantes da FIFA, dizendo que, no Brasil, é fácil fazer os compromissos, difícil é executá-los, e que poderia retirar, até, algumas cidades como subssede da Copa, e eu fiquei muito preocupado. E como essa comissão e esse Senado se disponibilizou a acompanhar essa questão *pari passu*, é que eu estou, aqui, trazendo esse assunto, perguntando a V. Exa. como vão os trabalhos, ou como nós poderemos, efetivamente, cumprir esse desiderato de termos a Copa aqui, no nosso país. Porque é um assunto da maior importância, porque vai deixar efeitos pré-Copa e pós-Copa.

Então, essa questão da mobilidade urbana, sem sombra de dúvida, me preocupa muito, porque eu vejo a minha capital, a cidade de Salvador, começando a ficar uma cidade que não se anda, estrangulada. Porque não tem tido obras de infraestrutura para receber o volume de veículos que foram vendidos nos últimos tempos, onde a indústria automobilística, felizmente, para a economia, tem batido recordes por conta da diminuição do IPI que houve para combater a crise de 2009.

Entretanto, por outro lado, se você não amplia--
SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Me permite um aparte, nobre senador.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): --os fluxos e as vias, você fica nessa situação difícil. E com a Copa que vem aí, mais difícil ainda. Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. é responsável, no bom sentido, por esse aumento de veículo em circulação, porque V. Exa. que levou a Ford lá para a Bahia.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): E levaria mais outras.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então pronto. Agora, o que nós precisamos fazer é--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Precisa ampliar a infraestrutura.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É fazer um projeto de infraestrutura, porque não é só a sua cidade, não. É o Brasil inteiro que está com o trânsito congestionado; as ruas... Não são abertas novas avenidas, não tem projeto... Pelo menos na minha cidade, Belém, capital do Estado do Pará, a gente nunca tinha visto engarrafamento da forma como tem hoje. É impressionante, Senador Casagrande, que a quantidade de carro não cabe mais entre um sinal... Aqui, no Sul, chama semáforo. Lá, nós chamamos de sinal. Entre um sinal e outro, não cabe. A quadra que fica, os carros lotam... Ainda fica gente para o outro lado, esperando, ou então atravessando – o que é pior – a faixa, impedindo o tráfego no sentido transversal.

Então eu acho que é importante, mas eu queria, ainda nesse aparte que me foi concedido pelo Senador César Borges, primeiro parabenizá-lo. Essa preocupação é de todos nós. A mídia tem colocado diariamente que a FIFA diz que o Brasil não tomou nenhuma providência... Eu fico, em certo ponto, lamentando das sedes, das cidades-sedes, mas, no meu estado, a governadora nem se interessou que Belém fosse sede. Foi escolhido Manaus e Belém ficou de fora por falta de interesse do Governo. Parece que no... E não é... E não é de lamentar porque os paraenses não irão assistir aos jogos, não. Porque, dificilmente, os paraenses poderiam acessar o estádio, porque nós sabemos que os ingressos são caros, são vendidos em pacote... Quer dizer, vão assistir pela televisão. Mas nós perdemos, e isso nós temos que lastimar; bilhões e bilhões de investimentos que terão que ser feitos nessas cidades que vão sediar, como subssede da Copa, para poder resolver o problema da infraestrutura das cidades, seja de via urbana, seja de escoamento, seja de hotelaria. As cidades vão ser beneficiadas não por serem subssede da Copa, mas pelos investimentos que elas receberão. Aí eu lastimo e lamento muito que a governadora não tenha se interessado nem um pouquinho para levar a subssede para Belém.

Mas outro ponto me preocupa. Eu queria propor, dentro do que o Senador César Borges colocou aqui, que nós, V. Exa., Presidente da Comissão, fizéssemos uma Audiência aqui, trazendo o Presidente da CBF, trazendo mais pessoas que pudessem esclarecer. O Ministro do Esporte, o Presidente da CBF, o... Mais um ou dois aí, que pudesse representar os estados que serão sedes e subssedes da Copa, para que a gente tenha uma ideia real, em conjunto com a Comissão de Acompanhamento da Copa e das Olimpíadas,

para que esta comissão pudesse, realmente, ter uma visão real. É a proposta. E também nós... Eu gostaria, já, como Requerimento, que nós discutíssemos previamente, fôssemos profiláticos, fizéssemos uma medicina preventiva. Eu li na mídia que o Presidente da República vai mandar uma Medida Provisória para cá, criando... Não sei se o Senador Jefferson Praia e o Senador Delcídio Ileram, e V. Exa; vai criar um... Eu não entendi direito. É um... Um cargo, no Governo, para acompanhar a Copa do Mundo. E está indicando, pelo que eu li no jornal, o Ministro do Esporte. Ora, é um absurdo isso. Primeiro, por vir por Medida Provisória. Segundo, que uma competição que vai acontecer em 2014, e que ele não é mais Governo, que ele queira nomear, agora, com mandato até 2014.

Então, acho que nós já podíamos, também, nesse Requerimento, discutir essa proposta, que vem por Medida Provisória, junto com a questão da Copa, porque tem o mesmo objeto e vamos logo posicionar esta comissão se... Eu acho que criar um cargo para acompanhar, supervisionar, tudo bem. Mas que esse cargo seja do Ministro do Esporte, tudo bem, mas que não seja nominado. Porque o Ministro do Esporte vai trocar, a partir de 1º de janeiro de 2011, com certeza absoluta, com a retomada do projeto interrompido em 2002.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bem, eu falei com o Cícero Lucena por telefone, ele é o Presidente da Subcomissão de Acompanhamento da Copa, e eles têm uma reunião marcada na quarta-feira. Ele vai chegar aqui, agora... Acho que o tema é muito importante. Nós temos que dar conta desse tema. Temos que fazer, de fato. Temos que ter conhecimento nessa comissão... Podemos, a comissão, junto com a subcomissão, fazermos, então, a Audiência Pública, mas eu gostaria só de esperar que o Cícero pudesse chegar aqui, para nós fazermos o entendimento com o Presidente da subcomissão. Mas o assunto levantado pelo Senador César Borges é – complementado pelo Senador Flexa Ribeiro – pertinente. O tempo é contra nós, com relação à implementação dessas obras, especialmente obras de reforma dos estádios, ampliação dos estádios, construção de estádios, e especialmente as obras que têm o objetivo de facilitar a mobilidade urbana: aeroportos...

Então, nós temos muitas obras que essa comissão, através da subcomissão e da comissão, diretamente, tem a obrigação de fazer um acompanhamento e a cobrança. E esse debate nosso, aqui, é uma forma da gente fazer essa cobrança e vamos fazer Audiência Pública. Vamos trazer o Ministro Orlando Silva aqui, que eu tenho certeza que virá muito rapidamente, mais alguém do Comitê, da Confederação de Futebol, o Pre-

sidente, para que possa vir aqui e apresentar para nós as suas angústias, preocupações, e aquilo que está sendo, de fato, implementado.

Então, só quero que o Senador Cícero Lucena chegue para a gente poder fazer o entendimento com ele.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu só pediria a V. Exa., se me permite, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pediria a V. Exa. que, também, nessa Audiência, colocasse como segundo assunto essa notícia da Medida Provisória que os jornais estão divulgando; a criação de um cargo e a definição do ministro até 2014... O ministro atual.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Está certo. Bem, nós vamos fazer o seguinte: nós vamos fazer uma reunião rápida logo após esta, que já é a reunião da instalação da Subcomissão Temporária de Acompanhamento à Execução das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. E os nomes que nós estamos sugerindo, os efetivos: Renato Casagrande, Delcídio Amaral, Romero Jucá, Flexa Ribeiro, Jayme Campos. Suplentes: João Ribeiro, César Borges, Valdir Raupp, Mário Couto e Kátia Abreu. Presente: César Borges. Ele pode... E também Jefferson Praia, porque isso aqui é só para a gente poder ver... É uma sugestão. Mas o Jefferson Praia não compõe a sugestão e o César Borges está como suplente. Vocês estão presentes, tem o direito de, se quiser pleitear, a gente faz a permuta dos senadores que estão, aqui, compondo essa Subcomissão de Acompanhamento de Belo Monte.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): V. Exa. me permite. Eu gostaria de participar, senador, até porque, veja bem, nós, da Amazônia, percebemos a importância das hidrelétricas na Amazônia. Eu acho que Belo Monte é um exemplo e que temos que aproveitá-la ao máximo para que outras experiências de hidrelétricas na região não possam causar tantos problemas como estamos percebendo em Belo Monte. Então, gostaria, se possível--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Só uma explicação, que eu falhei na minha comunicação. Na verdade, é assim: tem o meu nome e o nome do Delcídio, que são indicações do Governo, do bloco do Governo... E do Romero Jucá. Flexa Ribeiro e Jayme Campos – indicação do PSDB e do DEM.

Então, para que V. Exa. possa participar, tem que haver a cessão de alguns dos... de algum parlamentar. Eu não creio... O suplente participará do mesmo jeito

que o efetivo numa subcomissão dessa. Eu tenho certeza, se a gente fizer uma ligação para o João Ribeiro agora, ele permitirá, naturalmente, e autorizará que V. Exa. participe. Se V. Exa. aceitar participar como suplente, eu já me encarrego de acertar.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Tudo bem. Como suplente ou como apenas um senador interessado, eu irei--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): V. Exa. poderá participar diretamente... Efetivo e suplente tem o mesmo nível de participação e direitos.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Irei ajudá-los nessa questão de Belo Monte. Eu tenho interesse em conhecer um pouco mais essa hidrelétrica. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Então, nós vamos, aqui, *ad referendum*, fazer a sua indicação no lugar do Senador João Ribeiro e eu ajusto com o Senador João Ribeiro. Então ficaria: César Borges, está tudo ok na sua participação? Então são essas as indicações, nós vamos, então, interromper e encerrar. Já aprovando, então... Vamos aprovar, então, a Audiência Pública da Copa, do acompanhamento da Copa. Nós vamos... Depois nós vamos ter que fazer um Requerimento, mas já aprovando a intenção e já aprovando que nós faremos a Audiência Pública e faremos... O Cícero fará o Requerimento para que possamos fazer, aqui, na comissão, junto com a subcomissão.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão, convidando para a próxima, para que... São 12h59; para as 13 horas, para uma próxima, daqui a um minuto, para a instalação da Subcomissão de Acompanhamento das Obras de Belo Monte.

Sessão encerrada às 12h59.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, EM CONJUNTO COM A 16ª DA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, 20ª DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, 19ª DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, 22ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE E COM A 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às quatorze horas e quarenta e sete minutos do dia doze de maio de dois mil e dez, na sala de reuniões nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência dos Senhores Senadores Flexa Ribeiro, presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Senador Renato Casagrande, presidente da Comissão Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Senadora Rosalba Ciarlini, presidente da Comissão de Assuntos Sociais e Senador Flávio Arns, presidente eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conjuntamente com as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Sociais; de Educação, Cultura e Esporte; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle e a de Assuntos Econômicos. Comparecem os seguintes senhores senadores Marcelo Crivella, Alfredo Nascimento, Roberto Cavalcanti, Hélio Costa, Gerson Camata, Efraim Moraes, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Delcídio Amaral, Flávio Arns, Antonio Carlos Valadares, João Ribeiro, Jorge Yanai, Eduardo Azeredo, Eduardo Suplicy, Neuto de Conto, Augusto Botelho, Paulo Paim, Paulo Duque, Alvaro Dias, João Durval, César Borges, Inácio Arruda, Ideli Salvatti, José Nery, Fátima Cleide, Valter Pereira, Marco Maciel, Marisa Serrano, Heráclito Fortes, Romero Jucá, Francisco Dornelles, Pedro Simon e Jayme Campos. Deixam de comparecer Senhores Senadores Valdir Raupp, Antonio Carlos Junior, Demóstenes Torres, José Agripino, Sérgio Guerra, Acir Gurgacz, Serys Shessarenko, Aloizio Mercadante, Tião Viana, Almeida Lima, Gilvam Borges, Edison Lobão, Kátia Abreu, Jarbas Vasconcelos, Lúcia Vânia, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Osmar Dias, Geraldo Mesquita Júnior, Mão Santa, Adelmir Santana, Raimundo Colombo, Mozarildo Cavalcanti, Mauro Fecury, Cristovam Buarque, Eliseu Resende, Arthur Virgílio, Gim Argello, Jefferson Praia, Garibaldi Alves Filho e Renan Calheiros, João Tenório, João Vicente Claudino. O Senhor Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Senador Renato Casagrande, submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento nº 12, de 2010-CCT**, de autoria do Senador Renato Casagrande, que requer "..., nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, com a Comissão de

Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, e com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, Audiência Pública, com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010 que "Cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências" com os seguintes convidados, sem prejuízo de quaisquer outras sugestões: 1) Economista do IPEA, Sr. Marcelo Piancastelli; 2) Secretário de Macro avaliação do TCU, Sr. Maurício de Albuquerque Wanderley; 3) Coordenador do Projeto de Extensão da UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense), professor Hamilton Garcia; 4) Consultor Legislativo do Senado Federal, Sr. Paulo Springer de Freitas; **Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 12, de 2010-CCT**, de autoria do Senador Renato Casagrande, que requer "..., nos termos regimentais, o aditamento do Requerimento 12, de 2010, de minha autoria, que solicita a realização, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, de Audiência Pública, com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010 que "Cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências", para a inclusão, como convidado, de um representante da Federação Única dos Petroleiros (FUP); e **Requerimentos nº 13, 18, e 41 de 2010 – CCJ; Requerimentos nº 29 e 30, de 2010 – CAS; Requerimentos nº 13 e 17, de 2010 – CE, Requerimento nº 14, de 2010-CMA e Requerimento nº 12, de 2010 – CAE e aditamentos**. Nesse momento, o Senhor Senador Renato Casagrande, requer a inclusão extra-pauta de aditamentos a Requerimentos e Requerimentos, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Aditamento nº 02 ao Requerimento nº 12, de 2010-CCT, Requerimento nº 55, de 2010-CCJ, Requerimento nº 45, de 2010-CAS, Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 13, de 2010-CE e Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 14, de 2010-CMA**, de autoria do Senador Renato Casagrande, que requer "..., nos termos regimentais, o adita-

mento ao Requerimento 12, de 2010, de minha autoria, que solicita a realização, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, de Audiência Pública, com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010 que “Cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências”, para a inclusão, como convidado, do Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás, o Senhor Fernando Siqueira. Os Aditamentos aos Requerimentos e os Requerimentos respectivos são aprovados. Comparecem à reunião os Senhores Márcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Maurício de Albuquerque Wanderley, Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União – TCU; Paulo Springer de Freitas, Consultor Legislativo do Senado Federal; Nelson Barbosa, Secretário de Políticas Econômicas do Ministério da Fazenda – MF; Marcelo Piancastelli, Economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Fernando Siqueira, Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás – AE-PET. Finda a exposição e uso da palavra pelos convidados, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Rosalba Ciarlini, Flexa Ribeiro e Neuto de Conto. Prosseguindo, o Senhor Senador Flávio Arns, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião às dezoito horas e quarenta e quatro minutos, determinando que nós, **Égli Lucena Heusi Moreira**, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, **Ednaldo Magalhães Siqueira**, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, **Gildete Leite de Melo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, **José Francisco B. de Carvalho**, Secretário da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e **Adriana Tavares Sobral**, Secretária da

Comissão de Assuntos Econômicos, lavrássemos a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada, no Diário do Senado Federal. – **SENADOR FLEXA RIBEIRO**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT; – **SENADOR DEMÓSTENES TORRES**, Presidente da Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ; – **SENADORA ROSALBA CIARLINI**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais – CAS; – **SENADORA FÁTIMA CLEIDE**, Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE; – **SENADOR RENATO CASAGRANDE**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA; – **SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 12/5/2010

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conjunta com a 20ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 19ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, 22ª Reunião da Comissão de Educação, 21ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle e 17ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, 12 de maio de 2010, para a realização de Audiência Pública que irá analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº. 07/2010, que cria o Fundo Social, dispõe sobre a sua estrutura e fonte de recursos, altera a Lei 9.478, de agosto de 97, e dá outras providências, em atendimento ao Requerimento nº. 12/2010, da CCT, e aditamento; Requerimento nº. 13 e 18/2010, da CCJ, e aditamento; Requerimento nº. 29 e 30/2010, da Comissão de Assuntos Sociais; Requerimento nº. 13 e 17/2010, da Comissão de Educação e Requerimento nº. 12/2010 da Comissão de Assuntos Econômicos, e aditamentos.

Iniciando os trabalhos desta comissão, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores. Os que forem favoráveis à Ata, permaneçam como se encontram. Aprovado. A Ata, estando aprovada, é publicada no Diário do Senado Federal.

Antes de convidar os membros à Mesa, vou solicitar a inclusão extrapauta de um requerimento, convidando a Associação dos Engenheiros da PETROBRAS, o Sr. Fernando Siqueira, para também fazer parte desta audiência. Os que forem favoráveis à inclusão extra-

pauta permaneçam como se encontram. Aprovado. Em votação o requerimento. Se forem favoráveis ao requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento de inclusão da Associação dos Engenheiros da PETROBRAS nesta Audiência Pública, representada pelo Sr. Fernando Siqueira.

Então, faço o convite ao Sr. Márcio Pochmann, Presidente do IPEA, para que faça parte da Mesa, já agradecendo a sua presença; Maurício de Albuquerque Wanderley, secretário de macroavaliação governamental do Tribunal de Contas da União; o Sr. Paulo Springer de Freitas, consultor legislativo do Senado; o Sr. Nelson Barbosa, secretário de políticas econômicas do Ministério da Fazenda; o Sr. Marcelo Piancastelli, do IPEA, e o Sr. Fernando Siqueira, da Associação dos Engenheiros da PETROBRAS. Sejam bem-vindos. Só bem-vindos, porque não tem nenhuma 'bem-vinda' aqui, então sejam bem-vindos. Vamos dar início. A ideia é que nós possamos primeiro combinar... Senador Flexa Ribeiro, por favor. Vou só passar a palavra ao primeiro palestrante e passarei a presidência a V. Exa..

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, a presidência é de V. Exa.. Pode... Eu vou ser, aqui, um ouvinte aplicado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, senador. Na nossa... Podemos perguntar se dez, prorrogáveis por mais cinco minutos, 15 minutos, é suficiente? Não tem aqui tempo que não seja flexível, mas vamos dar, como referência, dez minutos, prorrogáveis por mais cinco. Então, pela ordem de chamada, pergunto se o Dr. Márcio pode fazer a primeira apresentação. O engenheiro da associação, Fernando, quer fazer uma apresentação inicial, porque quer colocar alguma coisa mais macro da questão do petróleo? Pode ser? Então eu passo a palavra ao senhor por dez minutos, prorrogável por mais cinco. Com a palavra o Sr. Fernando Siqueira, da Associação dos Engenheiros da PETROBRAS.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Obrigado, Senador Renato Casagrande. Boa-tarde a todos, senhoras e senhores. Nós vamos falar aqui sobre o Fundo Social. A nossa preocupação é: hoje, o Fundo Social, com a legislação em vigor, seria praticamente nulo, porque a Lei 9.478 dá 100% da propriedade do petróleo para quem produzir e apenas, no máximo, 20% para a União. Então, o que se tiraria de Fundo Social seria em cima desses 20%. O governo apresentou quatro projetos, entre eles o projeto de partilha, que muda a concessão, porque a concessão dá a propriedade a quem produz, então muda de concessão para partilha, e, nesse contrato de partilha, o consórcio produtor fica com uma parte, para remunerar os seus custos de produção, tem os *royalties* e tem a parte do óleo-lucro, que ganha

esse leilão aquele consórcio que der um percentual do óleo-lucro maior para a União. Então, comparando as três situações, nós temos ali – começando ali a mostrar – as reservas mundiais hoje, com o Oriente Médio comandando 67% das reservas mundiais, Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e etc.. O Brasil, que tinha 14 bilhões de barris, de repente descobre uma reserva estimada em 100 bilhões e passa para junto do Iraque, para, praticamente, terceiro lugar. Então, é um Iraque na América Latina. Por outro lado, os Estados Unidos, hoje, tem cerca de 30 bilhões de barris e consomem 10 bilhões por ano, oito internamente e dois bilhões nas suas bases militares e corporações pelo mundo. Então os Estados Unidos estão, como a Europa e a Ásia, em uma insegurança energética enorme, por falta de reservas. Por outro lado, também, o Consórcio Internacional das Sete Irmãs, antigamente Sete Irmãs, hoje as Big Oil, já tiveram 90% das reservas mundiais e hoje tem apenas 3%, também estão desesperadas, estão se fundindo, nós temos ali a Exxon fundiu com a Mobil, a Chevron se fundiu com a Texaco e com a Gulf. Então todos esses estão em uma situação, também, de insegurança energética enorme e querem o nosso petróleo. Próximo.

Nós temos aí uma curva que mostra a situação, que nós estamos caminhando para um terceiro irreversível choque do petróleo, que é... Nós temos hoje, aqui, uma produção mundial de 82 milhões de barris de petróleo; em 2020, daqui a dez anos, cai para 60 milhões de barris e, em 2030, nós teremos apenas 30 milhões de barris. Enquanto isso, a demanda continua crescente, e essa defasagem vai gerar um recrudescimento da luta por petróleo. E o pré-sal, uma reserva da ordem de 100 bilhões de barris, passa a ser cobijada internacionalmente. Então, a nossa preocupação, hoje: nós tivemos a emenda do governo, a proposta do governo, que é boa, mas foi piorada drasticamente por esse parágrafo acrescentado pelo relator na Câmara, cujo espírito da emenda é esse: *“Fica assegurado ao contratado, sob o regime de partilha de produção, a restituição, em óleo, dos valores dos royalties pagos”*, ou seja, o consórcio produz, paga os *royalties* em reais e recebe de volta em óleo. Receber de volta significa não pagar. Significa que o Brasil vira um imenso paraíso fiscal e nós passamos a ter o pior contrato de partilha do mundo. Essa emenda foi um pouco manipulada para ficar ilegível e está aqui o § 2º, que diz a mesma coisa, ou seja, o consórcio recebe de volta os *royalties* que pagar. Primeira consequência dessa Emenda Henrique Alves: considerando a produção do ano de 2020, o Brasil estará produzindo 5,5 milhões de barris por dia, um total de dois bilhões por ano; se nós tivermos o petróleo a 100 dólares, que, certamente,

vai estar, por essa questão do pico de produção, nós teremos uma produção anual de dois bilhões vezes 100 dólares o barril são 200 bilhões; o relator dá 15% de presente para o consórcio, ou seja, dá 30 bilhões, que é muito mais do que o Estado do Rio e o Espírito Santo estão perdendo com a Emenda Ibsen Pinheiro, ou seja, isso, hoje, representa, mais ou menos, 15 bilhões de dólares, ou seis vezes o que o Estado do Rio está perdendo, e o Espírito Santo junto. Então, estamos dando do presente para um consórcio internacional, tirando na União, 15 bilhões. Então estamos tentando contornar isso através de uma emenda que retira essa doação da União para um consórcio estrangeiro. Próximo.

Então, fazendo uma comparação entre os três marcos regulatórios... Quais são os três marcos regulatórios? A lei atual, a 9.478, a proposta do governo e proposta do governo piorada pela Emenda Henrique Alves. Então, assumindo algumas premissas, para efeito de cálculo, um valor pensado, um valor estimado para o custo de produção total no pré-sal é 30 dólares por barril. O custo internacional do barril, nós colocamos 70 dólares, pode ser mais, pode ser menos, mas 70 para efeito de raciocínio, os *royalties* da lei atual são 5 a 10%, o consórcio fica com 100% do petróleo produzido, que é o art. 26, da Lei 9.478, e o consórcio paga, de participação especial, em dinheiro, no máximo, 40% do óleo-lucro, ou seja, 20% do total em dinheiro. Então, os resultados obtidos são: o consórcio fica com 100% do petróleo produzido, abate 30 dólares para pagar o seu custo de produção, retém os *royalties* e paga, ao governo, a participação especial, que é 100 menos o custo de produção menos os *royalties*, 47%, ou seja, no máximo, 18,8% é que o consórcio, hoje, paga à União. No mundo, os países produtores recebem, em média, 84% do petróleo produzido, os países exportadores. E aí está a comprovação dessa pequena parcela que governo recebe é zero a 40%, pelo Decreto 2.705, é zero a 40% do óleo-lucro, que representa 18,8, no máximo 20% do óleo total. Então, essa lei atual para o pré-sal é absurda, porque ela foi feita sob o argumento de que o risco de investimento, de busca de petróleo, era alto e o retorno era baixo. O pré-sal tem, praticamente, zero por cento de risco, a PETROBRAS furou 13 poços em vários blocos diferentes, em oito blocos diferentes, achou petróleo em todos, portanto, o risco é absolutamente baixo. O retorno é alto, porque um poço de Guará, testado recentemente, deu uma produtividade de 50 mil barris por dia, mais do que a Bahia, mais do que o Rio Grande do Norte, mais do que o Espírito Santo, por enquanto. O Espírito Santo vai superar isso daqui a pouco, se Deus quiser. Próximo.

Então, o projeto do Governo Lula... Pelo projeto atual, a União fica com, no máximo, 20%. Pelo projeto do Governo Lula, com as mesmas premissas, nós teríamos: o consórcio retém 43% para remunerar o seu custo de produção – que é 30 o custo do barril sob o preço internacional que a gente assumiu –, fica, ainda, com 30% do óleo-lucro, quer dizer, ele ganha a concorrência dando 70% para a União e fica com 30. Então, ele pega mais 30%, que representa 17%. É 30% do óleo-lucro, que é 47%. Então, o consórcio fica com 60%, mas retira 15% para pagar o *royalty*. No projeto do governo, ele paga o *royalty* e não recebe de volta. Então o consórcio fica com 45%, sendo 13,5 para a PETROBRAS, como operadora, que recebe 30% do total do consórcio, e 31,5 para o consórcio. Nesse caso, a União fica com 55% do óleo total produzido. Portanto, no projeto do governo, a união passa de zero para 55% da propriedade do petróleo. Se nós somarmos aqui a parcela dela de 40% da PETROBRAS, a União ficaria com 60% do petróleo produzido. É uma melhora considerável entre a lei atual, que o governo fica com zero do petróleo produzido, e o projeto do governo, que dá 55 mais cinco, 60% para a União. Próximo, por favor.

E aí nós temos o projeto do governo piorado pela Emenda Henrique Alves. Com as mesmas premissas, nós teríamos que o consórcio recebe 70% do óleo produzido--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite, presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu estou ouvindo a exposição do Dr. Fernando Siqueira, Presidente da Associação dos Engenheiros da PETROBRAS, ele já citou duas com certeza; três, eu tenho dúvida. Que o projeto foi piorado pela emenda do Deputado Henrique Alves. Que eu saiba, o Deputado Henrique Alves é líder do governo na Câmara. Então, eu fico sem entender. Se o líder do governo na Câmara faz uma emenda para piorar o projeto do executivo é complicado para a oposição entender como assim sendo. V. Exa., como participante da base do governo, vai ter que me orientar na hora da votação para a gente poder saber quem é quem nessa história.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Orientarei. O Deputado Henrique é líder do PMDB na Câmara.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Que é base do governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Estou só corrigindo a informação. Mas ele está fazendo a explicação dele, [soa

a campanha] deixa ele concluir e depois V. Exa. terá condições de provocá-lo.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Então a emenda é do Deputado Henrique Alves e outros, foi uma consolidação de... Não é, certamente, do governo, porque o governo não é a favor dessa emenda. Então, pela Emenda Henrique Alves, o consórcio fica com 70% e a União com 29,4% apenas, porque o consórcio recebe 43% para remunerar os custos de produção, recebe de volta os *royalties*, mais 15% são 58, e mais os 30% do óleo-lucro, 12,6. Ele recebe, no total, 70,6. Desse total de 70,6, 21,2 são os 30% da PETROBRAS como operadora. Então sobra 49,4% do óleo produzido para o líder do consórcio, que não faz nada. O líder do consórcio não produz, porque quem produz é a PETROBRAS, e recebe metade do óleo produzido. Portanto, essa emenda desfigurou o projeto do Governo Lula. Então é importante frisar que isso tudo é porque os leilões continuam. Se nós acabássemos com os leilões e a PETROBRAS fosse a produtora... Porque ela contrata a tecnologia das mesmas fontes que fornecem tecnologia para todos, ou seja, plataforma de perfuração são empresas especialistas que alugam, o sistema de completação dos poços no fundo do mar também são empresas especialistas que vendem, e as linhas flexíveis são também empresas especialistas que vendem. Portanto, qualquer que seja a empresa que for produzir o pré-sal vai ser intermediária de tecnologia, e intermediária por intermediária, a PETROBRAS tem muito mais condições, porque foi ela que ajudou a desenvolver, foi a primeira a demandar essa tecnologia, ela sabe e ajudou a desenvolver toda essa perfuração no fundo do mar, esse equipamento de completação dos poços no fundo do mar, ela é que foi responsável por 50% do projeto, os centros de pesquisa mais os órgãos operacionais, portanto, não há nenhum problema de se dar a PETROBRAS para contratar essa produção do pré-sal.

Quanto a recursos financeiros, ela foi considerada a empresa mais viável, entre as petroleiras, exatamente por ter o pré-sal, ou seja, ela tem um ativo garantidor de empréstimos que é o petróleo. É mais sólido do que ouro, porque é um ativo em rarefação no mundo e, portanto, com tendências a subir de preço. Então, achamos que os leilões não ajudam em nada o país, os leilões fazem com que se pague um valor alto a empresas estrangeiras que não correram o risco, que não desenvolveram a tecnologia e que não se prestaram a explorar essas áreas quando elas foram abertas ao contrato de risco. Então, finalizando, eu queria dizer que: primeiro lugar, o projeto do governo é quase ideal – a menos da continuidade dos leilões: se tivesse o cancelamento dos leilões, ficaria ideal -,

mas foi muito piorado pela Emenda Henrique Alves, que nós achamos que os senadores devem derrubar, porque ela é contra o país. Então, eu agradeço, Senador Renato Casagrande. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Fernando Siqueira, pela sua colaboração. Vou agora passar a palavra ao Marcelo Piancastelli, que é economista do IPEA. Também tem dez, prorrogável por mais cinco, se assim desejar.

SR. MARCELO PIANCASTELLI: Obrigado, Senador Renato Casagrande, presidente da Comissão de Meio Ambiente, Exmos. Srs. Senadores, Dr. Márcio Pochmann, presidente do IPEA, instituição a qual eu tenho orgulho de servir por mais de duas décadas.

Eu fiquei muito feliz quando eu li a exposição de motivos do projeto de fundo social. Eu passei alguns anos trabalhando no exterior, exatamente nessa área de fundos de petróleo e fundo soberano, tive a oportunidade profissional de conhecer a fundo vários deles em funcionamento, alguns extremamente sucedidos e outros nem tanto. De modo que, quando eu li a exposição de motivos, eu pensei comigo: “Feliz o país que pode discutir um projeto dessa natureza olhando o futuro”. O que nós estamos discutindo aqui é um projeto para os nossos filhos e netos, tal como eu vi em vários países. De modo que quando eu li o projeto de lei, eu fiquei preocupado, porque nós temos no orçamento de 2009, aliás, no balanço da União de 2009, nós já temos 51 fundos. Examinando a legislação de cada um deles, as semelhanças prevalecem. Os fundos, na verdade, são um mecanismo ágil de você contornar dificuldades e restrições orçamentárias para uma execução mais rápida e nem todos funcionam com a transparência desejável ou com... Nem todos têm aquele grau de êxito que todos nós almejávamos. De modo que a minha preocupação em torno do projeto de lei tal como ele está, ela se prende a alguns aspectos que constam na exposição de motivos. Primeiro, a transparência. A experiência internacional tem nos mostrado o seguinte, que o Congresso – e o Senado, particularmente -, precisa ser consultado amiúde, frequentemente, a respeito do funcionamento do fundo. Eu considero que é uma liberalidade deixar para um comitê de gestão nomeado, vinculado à Presidência da República, para gerir o fundo. Os membros do comitê de gestão, idealmente subordinados, submetidos, a uma avaliação do Senado, deveriam ter um contrato de desempenho e, naturalmente, prestar contas ao Ministro da Fazenda, ao Secretário do Tesouro e ao Presidente da República. Em seguida, que enviassem os relatórios trimestrais ao Congresso e ao Senado para atestar o andamento do fundo, porque a regra que nós nos baseamos no IPEA, onde nós estuda-

mos finanças públicas, gasto público, há quase duas décadas, o recurso público, depois de desviado, não se recupera jamais. Não adianta acionar a casa ou o patrimônio de quem desviou, porque ela jamais vai igualar àquilo que foi desviado. De modo que essa é uma regra básica. O ideal é que o Congresso fosse consultado não só com relação à composição do comitê de gestão, mas, sobretudo, sobre aquele percentual que anualmente deveria ser transferido ao Orçamento da União e dele fazer parte, para que nós contornássemos a nossa tradição histórica de gerir fundos, agilizar a execução orçamentária, mas nem sempre prestando contas amiúde ao Congresso, ao Tribunal de Contas e aos tribunais e aos órgãos de fiscalização. O Dr. Paulo Springer, que vai falar depois, publicou uma publicação na conjuntura econômica que em 2019 nós podemos estar falando aqui de 19 bilhões de dólares do valor do fundo social. Nós precisamos ter em mente que o valor do fundo social, o valor presente do fundo, de um fundo social... Nós temos uma transparência, que eu vou pedir para passar.

Quer dizer, o valor das transferências, exatamente, hoje, nós nem começamos ainda a exploração, nós temos uma riqueza que está debaixo da terra, que é 100% óleo e zero fundo, de risco total. Na medida em que essa riqueza começar a ser explorada, pagas as despesas que o Dr. Fernando Resende Siqueira – meu nome é Marcelo Piancastelli Siqueira – mencionou, esse valor é transferido ao fundo. Em uma etapa da exploração, nós teríamos não só a total vulnerabilidade da riqueza natural que está debaixo da terra e está sendo explorada e vulnerável a preço, a oscilações de preço, nós teríamos uma parte financeira e uma parte óleo. Esgotado o óleo, nós teríamos um fundo que é zero óleo e 100% ativo financeiro. E esse é o fundo sustentável que todos nós gostaríamos de deixar para as gerações que nos seguirão, nossos filhos, netos e bisnetos. E não acontecia. Por exemplo, tivesse o Estado de Minas um fundo sustentável para explorar o minério de Itabira, hoje nós não teríamos só buraco, nós teríamos um fundo sustentável que estaria mantendo a região de influência da Companhia Vale do Rio Doce com uma fonte adicional de recursos. E essa experiência... Por isso que eu digo, no início: *“Felizes os países que podem ter esse tipo de discussão”*. Por favor, a próxima transparência.

O cenário que nós antevemos para o futuro é um cenário dessa ordem. Hoje, nós temos zero de produção, o valor do petróleo explorado atingindo um pico e depois se exaurindo ao longo do tempo, que seja daqui a 20, 30, 40 anos, mas essa reta que corta ali é uma reta do fundo sustentável que vai compor o orçamento futuro das gerações que nos seguirão. E

essa é uma experiência internacional que nós temos dezenas de exemplos extremamente bem-sucedidos. Eu não gostaria aqui de mencionar – como eu já fui várias vezes criticado de mencionar excessivamente – o caso da Noruega, mas eu posso mencionar Dubai, posso mencionar Singapura, Tailândia e posso mencionar, inclusive, o caso do Timor Leste, que é um dos países mais pobres do mundo, hoje, e que tem um fundo de petróleo extremamente bem-sucedido e que está segurando o país e sustentando o país financeira e economicamente, exatamente dentro de uma trajetória de desenvolvimento sustentável, onde você coloca os recursos aplicados... Por exemplo, no caso da Noruega, são aplicados em oito mil empresas no resto do mundo, ou aplicados em títulos soberanos ou títulos bancários de bancos de primeira linha. Esse é um ponto que o projeto também deixou livre para o comitê de gestão. É importante que o Senado, que o Congresso opine e dê a sua sugestão para onde serão aplicados o dinheiro, os recursos. Idealmente, empresas com duplo A mais, da Standard & Poor's, ou Aa da Moody's, que seria uma classificação financeira sem risco. Esse é um recurso do público, do povo brasileiro, o risco deve ser minimizado. Quer dizer, a participação que tem do fundo, prevista no projeto, que pode se fazer investimentos de risco ou investimentos... Ela é talvez excessiva ou extremamente liberal, porque é um recurso que ele precisa ser sustentável, de empresas financeiramente e economicamente sólidas, que possam garantir uma rentabilidade para o futuro. Outro ponto que preocupa, no decreto, é exatamente o fato de ele não prever situações onde o Congresso precisa ser consultado como maior frequência, porque aí está o grande aprendizado democrático e o grande aprendizado do manuseio de recursos públicos dessa ordem.

Outro ponto que eu gostaria de mencionar... Existem uma série de requisitos, e eu sugiro, nesse ponto, que, talvez, uma visita ou um estudo mais detalhado do que ocorre em Singapura, na Noruega e no Timor Leste [soa a campainha] poderia enriquecer, de maneira bastante considerável, o atual projeto. De modo que, em visão da transparência, que o Congresso seja consultado mais. E um ponto final, para encerrar, a exposição de motivos fala muito em reduzir a volatilidade e reduzir o efeito de uma doença holandesa, por conta disso, a arrecadação tributária gerada por esse tipo de atividade, ela, a rigor, deveria ser também transferida para o fundo, uma vez deduzidos todos aqueles encargos que são os que nós já conhecemos, dos fundos de participação estadual, de educação, etc.. Aquilo que seria parte da União, derivada da arrecadação tributária, ela deveria também ser colocada no fundo para evitar o que ocorre em países que nós já conhe-

ceмос, como Venezuela, Chile, que, quando o preço do cobre ou do petróleo oscilam, eles entram em um aparte de aperto monetário e aperto orçamentário, em detrimento de toda a atividade econômica. De modo, Sr. Presidente, que essas são as considerações que eu gostaria de fazer. Agradeço a oportunidade e estou disponível para qualquer... Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Marcelo Piancastelli, economista do IPEA, pela sua exposição. E eu pediria à Secretaria para que providenciasse cópia das exposições para que os senadores pudessem acompanhar a exposição com a cópia já em mãos. E, pela ordem... Eu sei que está sendo feita a produção das cópias, mas que se fizesse pela ordem dos palestrantes, porque facilitaria o trabalho lá das cópias. Eu quero passar a palavra ao Dr. Paulo Springer de Freitas, consultor legislativo do Senado Federal. V. Sa. terá dez minutos, prorrogáveis por mais cinco. Eu estou seguindo a ordem aqui que foi determinada pelo Presidente Casagrande. Eu estou sendo avisado aqui, pelo Dr. Nelson, que V. Sa. pediu para ser o último.

SR. PAULO SPRINGER DE FREITAS: Tanto faz.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Então, a palavra com o Dr. Paulo.

SR. PAULO SPRINGER DE FREITAS: Senador Flexa Ribeiro, demais participantes da Mesa, Sras. e Srs. Senadores participantes dessa audiência, boa-tarde a todos. Eu vou fazer a análise, então, sobre o PLC 07/2010, que é o que dispõe sobre a criação do fundo soberano. Na origem, era o Projeto de Lei 5.940/2009, enviado pelo Poder Executivo. Essa apresentação que eu vou fazer deriva de um trabalho feito em conjunto com mais três colegas da consultoria legislativa, o Francisco Chaves, Carlos Jacques Vieira Gomes e Paulo Viegas, foi até publicado na forma de um Texto de Discussão n.º 64, da consultoria legislativa, e está disponível e acessível na Internet. Se alguém quiser ver detalhes sobre a análise dos projetos de lei que foram enviados, são quatro projetos de lei que foram enviados pelo Poder Executivo para discutir a questão do pré-sal.

Um sumário da minha apresentação, mas, na verdade, para poupar o tempo, a descrição do que o projeto de lei trata, eu vou, praticamente, pular essa parte sobre fundos soberanos, que o Marcelo já colocou tão bem, e vou me concentrar mais nos outros dois aspectos. Conflitos deste PLC com outros projetos de lei em tramitação. Como eu disse, são quatro projetos de lei que estão tratando da questão do marco regulatório do petróleo, esse que define o fundo

social, mas tem um que define o regime de partilha, um que cria a PETROSAL e mais outro que trata da cessão onerosa para a Petrobras sobre os direitos de exploração do petróleo. E, por fim, falar sobre alguns pontos controversos. Então, sobre o PLC, é um projeto de certa forma completo. Esse “de certa forma” é um pouco nessa linha, até, que o Piancastelli acabou de falar – e eu não vou me deter muito – que é a questão que deixa muita coisa para o Executivo e muita coisa em aberto ainda, mas, ainda assim, é um projeto que enumera os objetivos, enumera as fontes de recurso, fala um pouco da estrutura, quer dizer, vão ter os comitês, o comitê para a parte fiscal, outro comitê deliberativo para a parte dos gastos, e prevê a prestação de contas, talvez não na frequência ideal, acho que a cada seis meses, para o Congresso, mas, de qualquer forma, é um projeto que trata de todos os assuntos que seriam necessários tratar, talvez deixando muita coisa para o Executivo, mas, de qualquer forma, ele preenche as coisas.

Eu vou pular essa parte dos objetivos, que são mais ou menos conhecidos, que é do PLC. E só falar um pouco, também... A ideia do fundo social... O fundo social é um fundo soberano, e o que são fundos soberanos? É uma série de poupança, de ativos financeiros, que começou na década de 50 e se popularizou muito nos anos 90. Em geral, são associados a alguma riqueza mineral e, principalmente, petróleo. Em verdade, acho que o principal fundo soberano, talvez, que não seja ligado ao petróleo é o do Chile, que é ligado ao cobre, mas é uma ideia semelhante. E é uma experiência que está dentro das melhores... A ideia de construir um fundo soberano está dentro das melhores práticas internacionais, e são dois objetivos principais: um é gerar poupança para as gerações, permitir um acúmulo de poupança de forma que as gerações futuras possam usufruir da riqueza do petróleo, que ela não fique restrita à geração em que foi feita a extração, e, talvez, para mitigar, também, um pouco, os recursos econômicos. Pode ir bem para frente.

Vamos começar direto pelos problemas, então. Falar, então, sobre a compatibilização com outros projetos de lei e depois eu vou tratar dos pontos controversos, que aí... Primeiro lugar, é o seguinte: não está escrito diretamente no fundo, mas o que a gente depreende da leitura do PLC 07, que trata do fundo soberano, com o PLC 16 e de declarações até de autoridades, na imprensa, é que recursos do fundo soberano podem vir a ser usados para investimentos na área petroleira, não sei se... Deu a entender isso, declarações. Não existe nada, no projeto, que fale diretamente disso. Se é verdade que existe esse objetivo, ele não está sendo cumprido, com a atual redação, e depois eu

vou discutir a conveniência, ou não, de usar recursos do fundo para investir na indústria do petróleo. Mas, de qualquer forma, se o objetivo é esse, vai ser complicado, porque o art. 6º do PLC 16 fala: “*A União, por intermédio de fundo específico criado por lei, poderá participar de investimentos nas atividades de exploração de petróleo*”, e o PLC 07, que é esse do fundo social, no art. 11, fala que vai ser um fundo específico, vai haver fundo de investimento específico criado por ato do Poder Executivo. Então não podem ser o mesmo... Esses fundos não seriam os mesmos. Quer dizer, se o objetivo é que fosse o mesmo, teria que haver uma compatibilização de redação. Pode mudar.

Outra questão, também, no art. 50 do PLC 16, que diz que a receita advinda da comercialização... É o seguinte: em um regime de partilha, tem um total produzido, uma parte é destinada ao chamado óleo em custo, que é destinada para repor, para a empresa recuperar os custos dela, e a outra parte é chamada óleo cedente, e essa vai ser definida em leilão, como o colega Fernando falou, em 80%, 70%. Na verdade, o Projeto de Lei 16 não fala em nada, pode ser zero por cento, isso é bom deixar claro. Essa ideia de 70% seria... Eu espero que seja 70, 80, espero que seja 90% nos leilões, mas, no projeto de lei, não existe garantia de nada. Isso pode ser muito bem 1%, pode ser 2% que vá para a União e 98% fique com a empresa, depende do resultado da licitação e da concorrência, do ambiente de concorrência no momento. Mas essa receita advinda, qualquer que seja, “*ela será destinada a fundo de natureza contábil e financeira criado por lei com a finalidade...*”, e aí vêm todas as finalidades, combate à pobreza, desenvolvimento da educação e etc.. Os dois projetos estão em tramitação aqui na Casa, no Senado, e aqui na Casa pode acontecer o seguinte: se mudarem, no PLS 07, as finalidades do fundo social e não mudarem no PLC 16, a receita advinda da comercialização referida no art. 49, que é a parte que caberá ao governo no regime de partilha, terá que ir para esse fundo que o art. 50 do PLC 16 está falando, então o PL 07 seria um fundo sem receita. Então, tem que tomar cuidado, porque se alterarem essas finalidades, se decidirem por alterar as finalidades do fundo social aqui na Casa, no PL 07, no PLC 16 vai ter que ser feita a compatibilização, porque senão a receita de comercialização vai para outro fundo que terá que ser criado, ainda, por lei.

Também coisa semelhante, no art. 4 do PLC 07, desse que a gente está analisando: “*Constituem recurso do fundo social receitas advindas da comercialização do petróleo*”. Novamente, são receitas... Mas têm emendas do PLC 16 que propõem que parte da receita de comercialização irão para outros fundos ou

outras aplicações, que não o fundo social. Então, novamente, é necessária uma compatibilização entre o PLC 07 e o 16, é uma coisa que vai ter que ser feita... Será necessário... Já que foram enviados dois projetos, será necessária uma coordenação desses dois projetos, para evitar problemas de compatibilização, depois, de um com o outro.

Agora, começar aqui com a questão de pontos controversos que eu acho no projeto, não necessariamente bons ou ruins, em alguns casos, mas é interessante e importante saber o que está sendo votado e as consequências daquilo que se vota. O projeto fala que os ativos deverão ser, principalmente, aplicados... O fundo deverá aplicar, principalmente, em ativos externos. O objetivo, inclusive, é evitar uma apreciação excessiva do real, quer dizer, se o Brasil se tornar, de fato – e esperamos que se torne –, grande exportador de petróleo, isso vai gerar muitas divisas e isso pode pressionar o câmbio. É verdade isso e, de fato, quando se investe mais em ativos externos, de fato, ameniza um pouco essa pressão para apreciar o real, quer dizer, diminui um pouco essa pressão no sentido de apreciar o real e, conseqüentemente, a preocupação com isso é sobre a competitividade dos demais setores da economia. Se o real se apreciar muito, a indústria, a agricultura, o turismo, todos os outros setores não ligados ao petróleo iriam perder competitividade. Então é verdade, é interessante [ininteligível] agora, só uma coisa, é importante lembrar o seguinte: tudo depende da política fiscal do governo e do comprometimento fiscal do governo. Um fundo soberano – e o fundo social é um fundo soberano – não garante nada. Ele ajuda a disciplinar os gastos [soa a campainha], ajuda a manter uma maior disciplina fiscal, mas não garante isso. Pode-se pensar, também, o seguinte: havendo responsabilidade fiscal, existe a possibilidade – a nossa taxa de juros é mais alta que a taxa do resto do mundo – do próprio fundo adquirir títulos do governo, e isso pode... Então teria maior rentabilidade e um aumento da [ininteligível] pública também é um fator capaz de depreciar a taxa de câmbio, então quanto menor o gasto do governo, mais depreciado o câmbio, e, com isso, consegue também essa competitividade nos outros setores. Um detalhe pequeno, mas que eu acho que pode ser considerado: não pagamento aos membros do conselho deliberativo. Eu não vejo por que não pagar. É uma atividade como qualquer outra e que, por mais honrosa que seja, eu acho que poderia... No caso, por exemplo, tem o conselho fiscal, também, do fundo, o comitê fiscal. É diferente porque ele é integrado pelo Ministro da Fazenda, do Planejamento e o presidente do Banco Central, a gente pode interpretar que a participação nesse comitê é

quase como uma atribuição inerente ao cargo. Agora, no caso do conselho deliberativo, eu não vejo assim. E tem a questão de avaliação de programas, escolha de programas e tudo, eu não vejo por que deixar isso como um trabalho voluntário. Pode passar.

Um problema com gastos correntes ou investimentos, quer dizer, se a gente fala em combate à pobreza e previdência são gastos que aliviam a situação da população, no momento, mas que tende a não beneficiar tanto as gerações futuras. Se resolve gastar mais em educação... Infraestrutura, eu coloquei como exemplo, porque tem até emendas nesse sentido, mas não prevê gastos em infraestrutura. Mas, se houver gastos em infraestrutura ou capital humano, ou alguma coisa assim, existe uma chance maior dos efeitos positivos, dos gastos desse fundo se transferirem para outras gerações. Então, é uma questão se você vai beneficiar mais a geração atual ou a geração futura, e é uma controvérsia que existe. Sobre o investimento na indústria do petróleo ou em outras áreas. Quando se fala nesse fundo de investimento, aquilo que eu havia comentado anteriormente, e para aplicar no petróleo, um dos objetivos do fundo social seria evitar a chamada doença holandesa, e quanto mais recursos... Uma coisa é deixar a sociedade investir por atração, quer dizer, a indústria de petróleo se tornou mais produtiva e há o interesse da sociedade em investir mais nela; isso, tudo bem. Agora, o governo canalizar artificialmente recursos para a indústria do petróleo só vai estar gravando o problema da doença holandesa. O que acontece? Por que existe falta de competitividade da economia nos demais setores? Existe um setor petrolífero que cresce demais a produtividade contra outros que a produtividade fica baixa. Se você investe mais na indústria de petróleo, você está justamente aumentando esse diferencial de produtividade. Então, a tendência... Quem seriam os prejudicados? As outras atividades. A agroindústria, a indústria manufatureira em geral, todas as atividades que competem com exportações, o turismo, tudo isso seria prejudicado quanto mais recursos são canalizados para a indústria de petróleo e canalizados de forma artificial, não atendendo aos sinais de mercado, necessariamente.

Questão de poupança e estabilização. O fundo pode ser usado com o objetivo de poupança ou para tentar mitigar os ciclos econômicos, quer dizer, o preço do petróleo é muito volátil e quando o preço cai você tem um impacto forte sobre as finanças públicas, por exemplo. O Marcelo Piancastelli até sugeriu que outras fontes tributárias fossem colocadas no fundo, exatamente por uma questão de estabilização. Aí é uma questão de opção também, e não é uma questão só de semântica. O próprio investimento do fundo faz dife-

rença. Se é um fundo de poupança, você pode, talvez, até pegar um pouco mais de títulos mais arriscados, mas com maior promessa de retorno a longo prazo, enquanto que a estabilização, o fundo de estabilização está preocupado em ativos muito líquidos e com muito baixo risco.

A questão da contratação de instituições financeiras federais. Além de existir um problema de constitucionalidade... Em princípio, deveria ser licitado. As instituições financeiras federais disputam com o setor privado, não há por que você excluir uma parte do setor financeiro para a questão dos títulos, para a questão de administração do fundo. Então tem um problema sério de constitucionalidade e de mérito. Se o fundo consegue, em um leilão, licitar um banco que vá administrar esses fundos mais barato que as instituições financeiras federais, eu não vejo por que não fazer isso. Essa economia vai ser revertida em mais recursos para o fundo, para ser aplicado nas outras áreas de desenvolvimento.

Prioridade para municípios com baixo IDH é uma ideia boa também, mas tem que pensar em quais programas. Quando você fala em programas de pobreza, ainda assim cabe pensar se não vale a pena focalizar direto os pobres, em vez de focalizar as regiões. Quando focaliza os pobres, naturalmente as regiões mais pobres vão receber mais recursos. Agora, é uma prioridade que está prevista no projeto, em geral, para todos os projetos. Eu tenho a maior discordância, no caso, por exemplo, [soa a campainha] na questão... Na área de ciência e tecnologia, que aí, realmente, eu acho que deveria ser uma questão de mérito, aplicar... Ciência e tecnologia deveriam ir para as instituições que têm mais mérito, e não nos municípios mais pobres.

Só concluir, rapidamente. A questão mais importante que eu acho, também, é a dispersão de gastos. Tem a opção de muitos recursos para poucas áreas ou poucos recursos para muitas áreas, e é importante ter isso em mente. Primeiro, a arrecadação *per capita* é muito dinheiro, mas nós somos 200 milhões de habitantes. Então, *per capita*, a gente está falando entre três e 20 mil, três mil, no caso, mais ou menos – e isso é uma estimativa muito simples que eu fiz –, se forem 15 bilhões de barris, que é o que existe hoje comprovado; 20 mil reais *per capita* se for 100 bilhões de barris, que eu espero que... Que são as especulações mais otimistas. É possível, mas, porém, ainda tudo na base de... O que a gente tem, garantido, são os 15 bilhões de barris. Se a gente pensar em três mil reais, ou alguma coisa intermediária, 10 mil reais, por exemplo, para ter uma ideia, o gasto anual de educação são 600 reais, então a gente poderia dobrar os gastos públicos de educação durante 15 anos, 20

anos, no máximo. Não dá para tanta coisa. É opção: ou você atende poucas áreas e atende melhor, ou atende muitas áreas e atende mal. É uma decisão que tem que ser feita pelo Congresso, uma decisão difícil, eu acho, mas é importante ter uma noção de números. O estudo da GV colocou, também, entre três e oito mil reais *per capita*, o valor do fundo. E isso não é por ano, isso é o total arrecadado. E só concluindo... Desculpa, senador, já passar o tempo, mas, se me permite mais, o que eu acho importante é o seguinte: não dá para falar só do fundo social sem pensar em todo esse marco regulatório do pré-sal. E quando a gente pensa nisso, no marco regulatório do pré-sal, existem alguns pontos que sujam que podem sobrar ainda menos recursos para o fundo social. Então, quando for decidir alguma coisa, tem que lembrar que o fundo social pode ser prejudicado. Um exemplo bem claro, o PLC 08, que dispõe sobre a cessão onerosa de cinco bilhões de barris a serem cedidos onerosamente para a PETROBRAS. Eu nem vou discutir aqui problemas de constitucionalidade sérios que existem nessa cessão para a PETROBRAS, mas é importante... O que o PLC prevê? A PETROBRAS vai pagar *royalties* de 10% e só. Não existe óleo excedente, não existe bônus de assinatura, não existe participação especial. Ou seja, as três das principais fontes de recursos para o fundo social, sobre cinco bilhões de barris de petróleo, que é exatamente 1/3 do que existe comprovado hoje para... Hoje, a gente tem comprovado 15 bilhões no pré-sal, então, 1/3 disso, não vai ter nem óleo excedente, nem bônus de assinatura e nem participação especial, principalmente *royalties* de 10%, quando, se aprovado o PLC 16, já estão prevendo *royalties* de 15% para as áreas partilhadas. Então, vai sobrar... Talvez sobre menos ainda do que aqueles recursos que eu tinha falado. Isso em relação ao PLC 08.

Em relação ao PLC 16, tem vários problemas ali, mas eu queria citar um do operador único. Novamente, há vários problemas de constitucionalidade. Eu acho que até pode... Eu vou entrar só na questão do mérito. O operador único, seja a PETROBRAS, seja... No caso específico é a PETROBRAS, mas mesmo que não fosse. Em primeiro lugar, falta de competição tende a reduzir as rendas do governo, e por quê? Falta de competição no setor faz com que a busca por uma tecnologia mais eficiente, os incentivos para uma tecnologia reduzem; aproveitamento de poços, muitos poços que podem ser interessantes para uma empresa e não ser interessantes para um operador único, então alguns poços deixariam de ser explorados, porque o operador único não teria interesse em explorá-los; e, por fim, a questão que a PETROBRAS não dispõe de recursos suficientes para explorar tudo, talvez, na velocidade

que o governo desejasse. Existe, então, um provável atraso na exploração, e eu vou citar um estudo aqui no IBRI e FGV que estima em 50 bilhões de reais por cada ano de atraso, ou seja, a arrecadação total em torno de um bilhão e pouco, 1,5 bilhão de reais, isso um valor presente da arrecadação total da receita do governo com o pré-sal, supondo 40 bilhões de barris. Se a gente supuser uma taxa de juros de 3% ao ano, 3% desse valor daria esses 50 bilhões de reais para cada ano de atraso. Agora, há outros problemas, também, no PLC 16. Por exemplo, o governo pode... Em um regime de partilha, o governo é dono do óleo, ele pode vender para quem quiser, esse óleo, ao preço que quiser. Existe uma margem aí. Então, se o óleo valer 50 dólares e ele vender a 40, por exemplo, vai ser dez dólares a menos que seriam comercializados em favor do fundo social. Então, há fontes de vazamentos que o PLC 16, da forma como se encontra, pode gerar também. Então, apesar de que eu debati sobre o PLC 07, mas as fontes de recursos estão no PLC 16 e no PLC 08, então não dá para dissociar muito. Então, desculpa até eu ter alongado um pouco nessa outra seara, mas é importante chamar a atenção para isso. Eram os meus comentários. Eu agradeço a atenção de todos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Paulo Springer de Freitas, consultor legislativo do Senado Federal, pela sua exposição. Passo a palavra ao quarto expositor, o Dr. Maurício de Albuquerque Wanderley, secretário de macroavaliação governamental do TCU. V. Sa. terá dez minutos, prorrogáveis por mais cinco, e, se houver necessidade, mais cinco.

SR. MAURÍCIO DE ALBUQUERQUE WANDERLEY: Muito obrigado, presidente. Eu gostaria de, inicialmente, agradecer o convite. Como técnico do TCU, como auditor, é uma satisfação poder vir aqui ao Senado tentar contribuir com a discussão desse projeto de lei. Eu trabalho na Secretaria de Macroavaliação Governamental do TCU e é uma secretaria que tem como uma das suas funções dar suporte na elaboração do parecer prévio do relatório sobre as contas de governo do Presidente da República, que é encaminhado anualmente ao Congresso Nacional, e, nesse documento, a gente faz algumas análises sobre *performance* de fundos do governo, do próprio gasto público. E, dessa forma, eu me senti extremamente satisfeito de ter sido convidado para fazer essa exposição e vou procurar trazer aqui o olhar do controle, o olhar de quem vai ter a expectativa de, um dia, receber as prestações de contas desse fundo social, e poder tentar contribuir com alguns pontos que eu entendo que são impor-

tantes no sentido de trazer maior transparência para esse fundo social.

Quando a gente faz uma análise dos fundos... O Tribunal, pelas suas competências, quando a gente analisa um determinado fundo, a gente tem várias óticas de análise, que passa pela questão orçamentária, as questões de governança e de gestão do fundo, a questão do impacto econômico, financeiro, fiscal, a questão de legalidade dos atos e o próprio desempenho daquele fundo. Como o Dr. Marcelo, que me antecedeu, colocou, nós temos, no Brasil, uma ampla gama de fundos que foram criados ao longo dos anos. Ele menciona o número de 51 fundos, só no âmbito da União. E, de fato, a gente tem uma diversidade muito grande de fundos, vai desde o Fundo da Marinha Mercante, passando por Fundo Garantidor das PPPs, Fundo de Universalização. E um fundo como esse, nós entendemos que ele é extremamente importante, dada a magnitude dos recursos que nós estamos lidando, que são os recursos do pré-sal. Eu acho interessante que esse, na verdade, será o nosso segundo fundo soberano. Nós temos, já, o fundo soberano brasileiro, que foi criado há dois anos, é um fundo muito novo, muito recente. Ele foi capitalizado no final de 2008. Foram 14,2 bilhões que foram capitalizados, à época. Hoje, esse fundo tem aplicado acho que algo em torno de 17 bilhões, se não me engano, é um número que eu tinha recente agora, em abril, em torno disso, de sorte que a gente não tem uma experiência muito grande em relação a esse tipo de fundo, esse fundo soberano. De fato, nós teremos que nos valer da experiência internacional, como falou aqui o Dr. Marcelo. Eu acho que do ponto de vista econômico, e olhando um pouco uma macroavaliação dessa questão, eu não tenho dúvidas da importância desse fundo e da importância desse projeto. Eu acho que esse projeto é muito feliz em diversos aspectos. Entendo que, para o controle, traz pontos extremamente positivos, e eu citaria a criação desse comitê de gestão financeira, responsável por essa política. É importante que isso fique claro, já, na lei: quem compete definir as aplicações desses fundos. Eu acho que esse é um aspecto que, em alguns pontos, isso não é muito claro, e eu cito, por exemplo, a questão do Fundo de Universalização do Setor de Telecomunicações, o FUST, que foi um fundo que foi criado lá na Lei Geral de Telecomunicações, em 1998, e que, em 12 anos de vida, esse fundo praticamente não teve nenhum gasto, e os recursos que lá estavam depositados, que estavam lá colocados, terminaram servindo para pagamento da dívida interna, já que não foram viabilizados os projetos de aplicação de recursos desse fundo. O Tribunal tem alguns trabalhos, inclusive, tratando dessa questão

e falando da importância. Eu queria comentar, nesse contexto, uma questão que já foi colocada pelos que me antecederam – agora mesmo o Dr. Paulo, aqui do Senado, comentou -, que é a previsão que consta no PLC de investimentos do fundo social preferencialmente no exterior. A lei traz essa palavra “preferencialmente”, que eu também gostaria de deixar aqui uma reflexão se, de fato, é o caso de manter esse preferencialmente. E eu elenco que quando a gente faz... Ao manter essa palavra, vai haver sempre essa cobrança e essa visão de que o gestor, esse comitê de gestão vai ter que sempre ter em mente a possibilidade de, a princípio, aplicar os recursos desse fundo no exterior. E me parece que, em determinados momentos, isso pode não ser interessante para o país, e, aqui, o Dr. Paulo já fez algumas considerações sobre a própria questão de dívida. Então, eu acho que a manutenção dessa palavra pode trazer alguns inconvenientes na gestão desse fundo, no futuro. O próprio projeto de lei já prevê a possibilidade do comitê definir os percentuais de recursos a serem aplicados no Brasil e no exterior. Então, eu acho que isso já seria suficiente para que o comitê tenha a liberdade de sempre considerar e levar em conta a possibilidade de aplicar esses recursos no exterior sempre que entender que a aplicação desses recursos, no Brasil, viria a ocasionar a tal doença holandesa e os efeitos perniciosos para a economia. Então, essa é uma questão que eu gostaria de deixar aqui como um ponto de reflexão também.

Sobre o ponto de vista de governança, eu queria alertar a uma questão importante – mas que me parece adequada – do fundo, que é a vinculação desse fundo à Presidência da República. Eu acho que, dada à materialidade, à grandeza dos recursos... Não sei se isso está certo, não sei se isso é melhor modelo, mas o que a gente observa é que, hoje, a Presidência da República é aquela instituição que detém a maior capacidade de articular e coordenar os diversos ministérios. E em se tratando de um fundo que vai poder aplicar esses recursos em diversas áreas e, mais do que isso, vai ser necessária uma articulação com estados e municípios, eu acho que essa vinculação do fundo me parece interessante. Outra questão que essa definição de prioridades pelo comitê deliberativo do fundo, também eu acho que é algo importante. Eu faço um alerta para a necessidade da ampla transparência desse processo de definição de prioridades, e há uma questão importante que está no projeto, que eu também acho positiva, que é a necessidade de que os programas e projetos estejam contemplados no orçamento. Isso vai permitir que o Congresso Nacional também participe dessa discussão sobre a aplicação do fundo. Isso consta de um dos artigos do PLC 07,

de sorte que eu acho que isso mitiga uma preocupação que eu tinha no início, quando li sobre esse comitê deliberativo, que me parece que a obrigatoriedade de que os programas e projetos constem da Lei de Orçamento vai permitir uma maior discussão sobre a aplicação desses recursos.

Outra questão que eu gostaria de falar, relativa a esse comitê deliberativo, é que em áreas de atuação complementar com estados e municípios, e eu cito saúde e educação, que são duas áreas em que é possível a aplicação dos recursos do fundo social, é fundamental que haja uma boa articulação entre os entes federativos, porque a gente tem vários exemplos de projetos que são formados na área federal, mas que quando... Esses projetos, muitas vezes, são executados por estados e por municípios e, por não haver uma boa articulação, isso termina não tendo a eficácia necessária. E aí vem uma reflexão de por que os estados não estão representados, também, nesse comitê deliberativo, já que o projeto prevê a participação dos municípios? Talvez fosse interessante a participação de um representante dos estados também, que, pelas suas peculiaridades, poderiam enriquecer a discussão no âmbito do estabelecimento das prioridades. Eu acho que um ponto muito positivo desse projeto, que eu vejo, é condicionar a destinação dos recursos à prévia fixação de metas, prazo de execução e planos de avaliação, e que esse conselho deliberativo deverá submeter esses projetos a uma criteriosa avaliação quantitativa e qualitativa durante todas as fases de execução. Eu acho que esse é um ponto que precisa ser, de fato, exigido ao longo da gestão desse fundo. Nós temos uma carência, no Brasil, de processos de avaliação. Nós, no Tribunal, sentimos muito isso quando vamos solicitar ao gestor, muitas vezes, avaliações de impacto, quando vamos solicitar planos de avaliação, e eu acho que esse projeto avança ao exigir avaliações qualitativas e quantitativas. E a fixação de metas e prazos que, embora a nossa Lei Orçamentária, todo o nosso ciclo orçamentário seja feito por intermédio de programas que tem, já, metas e prazos, quando a gente faz a análise da execução, a gente percebe que essas metas, muitas vezes, são formuladas de forma pouco apuradas. E, nesse contexto, eu teria uma sugestão que eu acho que é importante. Eu acho que o projeto de lei é omissivo no tocante a uma das etapas mais importantes do gasto público, que é a etapa de planejamento. Me parece que seria muito importante uma previsão mínima de recursos que o comitê deliberativo exigisse que houvesse [soa a campainha] um gasto mínimo de recursos para a etapa de planejamento. O foco do que está lá – plano de avaliação, metas – é mais da execução, e me pa-

rece que é fundamental que haja uma preocupação em formular bons diagnósticos antes de começar um projeto, antes de executar um programa.

Então, eu acho que o projeto deveria conter a obrigatoriedade de um estudo de diagnóstico prévio, detalhado, antes de você definir o gasto, seja em qual área for. Nós percebemos que grande parte dos problemas que nós temos, no Brasil, hoje, é fruto de uma carência de estruturas, de estudos e de planejamento prévio. Lá no Tribunal a gente observa que, muitas vezes, a qualidade do estudo ambiental, a qualidade do projeto, do orçamento de uma determinada obra, de um determinado programa, ele é feito de forma muito pouco apurada, muito pouco detalhada. E eu acho que a gente não pode desperdiçar essa oportunidade que o Brasil tem com esses recursos do pré-sal de bem aplicar esses recursos. Então, acho que tem que haver, de fato, no âmbito do projeto, um realce para essa questão da etapa de planejamento. E, mais do que isso, eu acho que nessa etapa de planejamento era importante que todo projeto, todo programa no âmbito do pré-sal, tivesse uma indicação de qual a estrutura de governo que vai executar esse projeto. Nós temos projetos extremamente importantes para o Brasil, e quando você vai ver a estrutura do órgão que está responsável por fazer aquilo, a estrutura do estado, do município que é responsável por executar, ela é extremamente insuficiente. Então, me parece importante que o projeto também contemplasse, nesse diagnóstico prévio também, qual a estrutura de gestão, qual o corpo funcional, quem vai, de fato, fazer cumprir todas as etapas necessárias para o gasto. Então, essa é uma questão que eu gostaria de deixar aqui, sobre a importância da etapa de planejamento do gasto público.

Outra questão que eu gostaria de levantar, e que o projeto não contempla, não faz menção sobre isso, mas que é uma questão que aflige muitos fundos públicos no Brasil, que é a questão do contingenciamento orçamentário e a questão da desvinculação de recursos. Eu acho que era importante que o projeto criasse algumas amarras, em algum momento, sobre essa questão. Não quero dizer que não deve haver contingenciamento, não quero trazer aqui opinião, eu acho que isso é algo que merece uma maior reflexão, mas eu acho importante a gente notar que em diversos fundos, no Brasil, hoje, esses fundos sofrem com contingenciamento orçamentário e, mais do que isso, sofrem, também, com desvinculação. É o caso aqui, que eu acabei de comentar com os senhores, do fundo de universalização do sistema de telecomunicações, que parte dos recursos que eram para ser destinados à universalização foram desvinculados do fundo e foram gastos para amortizar a dívida interna. Não que-

ro aqui fazer nenhum juízo de mérito, se está correto ou não, isso foi uma decisão, passou, inclusive, aqui pelo Congresso Nacional, uma lei, mas é algo que eu entendo que, dada a relevância desse fundo, merecia alguma amarra ou alguma discussão no âmbito desse projeto.

Por fim, uma questão que me preocupa, também, é quanto aos recursos provenientes das áreas já licitadas do pré-sal. Há uma vedação no projeto de lei de repasse aos órgãos específicos de que trata a lei do petróleo, que, basicamente, são a ANP, o Ministério de Ciência e Tecnologia e Ministério do Meio Ambiente. E eu estou entendendo que, na verdade, esses recursos vão ser carreados para o fundo social, mas nada impede que, no futuro, esse fundo social retorne parte desses recursos para esses órgãos, uma vez que o fundo poderá aplicar esses recursos em ciência e tecnologia, até é uma das áreas que está contemplada, e na parte ambiental. Mas, em uma leitura inicial, me ficou uma dúvida se esse repasse, até mesmo esse repasse futuro do fundo social para essas ações, isso poderia estar vedada, da forma como está escrito o PLC 07.

Por fim, eu queria comentar alguns aspectos muito focados em termos de controle. Eu acho que é fundamental – e aqui os colegas que me antecederam já comentaram isso, sobre a questão da transparência –, que, de fato, os atos do comitê de gestão financeira do fundo social sejam bastante transparentes, que ele explicita os parâmetros financeiros e que as decisões de investimento que sejam tomadas sejam totalmente justificadas. E eu queria também fazer uma sugestão de que esse relatório trimestral de desempenho do fundo seja encaminhado... Há previsão de que seja encaminhado ao Congresso, e eu acho que seria muito interessante que, além do Congresso, ele também fosse encaminhado ao TCU, para permitir um encaminhamento par e passo da execução dos investimentos que estão sendo aplicados nesse fundo. Como o colega colocou aqui anteriormente, eu também entendo que é muito difícil você, depois que há algum desvio, há algum problema na execução de algum gasto público, de você recuperar, mas a gente consegue, muitas vezes, remediar isso com atuação preventiva. Então, acho que esse relatório trimestral de desempenho do fundo, que está previsto na lei, eu acho que seria interessante que o TCU também tivesse acesso, juntamente com o Congresso Nacional. Por fim, eu acho que há uma ausência de uma previsão de acesso a dados e informações sobre a gestão do fundo de investimento. O projeto [soa a campainha] prevê que parte os recursos podem ser aplicados em um fundo de investimento gerido por uma instituição oficial, mas, em

alguns momentos, a nossa experiência mostra que a gente tem dificuldades... Como o fundo tem um caráter privado, às vezes temos dificuldade em obter acesso e informações sobre essa gestão desse fundo dentro da instituição financeira. E eu acho importante que isso fosse contemplado, a possibilidade de acesso desses dados aos órgãos de controle, ao Congresso Nacional, em que, a qualquer momento, se verifique como está sendo a gestão desses recursos no âmbito das instituições financeiras. Eram esses os pontos que eu gostaria de trazer aos senhores, agradecendo a participação e me colocando à disposição para qualquer questão que venha a surgir. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Muito obrigado, Dr. Maurício Albuquerque Wanderley, secretário de macroavaliação governamental do TCU, pela sua exposição. Passaremos ao quinto convidado, Dr. Márcio Pochmann, presidente do IPEA. V. Sa. terá também dez minutos, prorrogáveis por mais cinco, e mais cinco se houver necessidade.

SR. MÁRCIO POCHMANN: Muito obrigado. Olá a todos. Nossos cumprimentos aos senadores presentes e ao Senador Flexa Ribeiro, que coordena a Mesa, bem como aos colegas que participam desta oportunidade, muito rica, de contribuir para a melhor decisão, no Congresso Nacional, em torno do tema vinculado à regulação da exploração do petróleo, à camada do pré-sal, e, sobretudo, no tema aqui enfocado, que é a constituição de um fundo social. Eu me alio a várias das análises e sugestões feitas aqui pelos colegas que nos antecederam. Por uma questão de tempo, nós vamos andar muito rapidamente, com medo dessa sirene que toca. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ela é automática.

SR. MÁRCIO POCHMANN: Ela é automática? Pois é...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ela vai tocar, quando zerar aquele cronômetro ali.

SR. MÁRCIO POCHMANN: É, eu vou cuidar do cronômetro lá. Eu vou centrar, basicamente, na questão dos fundos sociais, e quero começar dizendo que é, certamente, um privilégio, uma honra às gerações que vivem esse início de século no Brasil poder participar desse momento de constituição de um fundo com essa natureza. O ilustre brasileiro Sérgio Buarque de Holanda tem, em um dos seus livros, uma análise a respeito da história brasileira e destaca a história brasileira como uma sucessão... Um rosário de milagres, diz ele. O milagre do Pau-Brasil, o milagre da cana-de-açúcar, do ouro, do café. São milagres econômicos—

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Borracha.

SR. MÁRCIO POCHMANN: Borracha, claro, certamente. O petróleo, a exploração na camada do pré-sal, também é um milagre. E eu acredito que a nossa expectativa toda é que não seja um milagre econômico, tão somente, que seja um milagre social. E essa, talvez, seja a primeira vez na história da nossa curta experiência democrática que nós tenhamos condições de construir os elementos necessários para o enfrentamento, em novas bases, da questão social, fazendo um diálogo a respeito do que queremos do Brasil dos próximos anos. A nossa breve exposição... Temos aqui muitas informações que vamos deixar para os Srs. Senadores, para que, se for o caso e ajudar na reflexão... Eu não vou ter tempo de... Pode passar.

São os pontos que eu quero abordar muito rapidamente. Tratando da questão social: fundo social, mas social é o quê? O que é social? Porque social é uma coisa muito ampla. Então eu queria mostrar, rapidamente, para que as escolhas possam ser feitas, os velhos problemas sociais, os novos problemas sociais; queria, rapidamente, analisar a experiência recente do modelo vigente de partilha dos *royalties* que nós temos e relacionar isso com a questão social, sobretudo nos estados e municípios que possuem esse benefício, e tratar, então, um pouquinho da nova tributação sobre os recursos advindos do pré-sal. Podemos passar.

Está mais bonito o meu mapa aqui, mas esse é um mapa que mostra um pouco o Brasil olhando do ponto de vista da exclusão social. A exclusão social é uma série de indicadores, não apenas renda, educação, mas envolve pobreza, envolve desemprego, envolve violência. Nós temos um país muito desigual ainda, a despeito dos avanços que vêm ocorrendo no período mais recente, mas a temática regional e a exclusão brasileira é diversificada e se encontra concentrada em determinadas regiões. Então, o primeiro levantamento aqui é a respeito da questão regional. Segundo, na verdade, esse mapa era para mostrar a enorme densidade demográfica brasileira concentrada tão-somente na área litorânea do Brasil. Nós temos um Brasil todo a ocupar do ponto de vista do Centro-Oeste, da Região Norte. Nós temos uma concentração demográfica muito grande e isso implica problemas do ponto de vista da gestão urbana das nossas cidades, das nossas regiões. Tem cidades que não pode chover que para tudo, problemas que devem se agravar se nós não olharmos com cuidado. Outra questão que diz respeito aos velhos problemas, está relacionada à concentração econômica. A despeito de ser um país continental, o Brasil segue um país de forte concentração econômica, poucos estados, poucas cidades concentram parte significativa da riqueza nacional. Outro ponto importante é a nossa dificuldade em alterar a

distribuição da produção entre as grandes regiões. Aí nós temos uma série longa que se inicia lá em 1979 até o período recente, a participação das regiões, e percebam que praticamente... A 'inalteração' da participação das grandes regiões em termos de geração do produto interno bruto brasileiro. Essa é uma questão chave na constituição de um país menos desigual. O próximo ponto está relacionado à outra problemática brasileira que é a desigualdade da renda. Nós temos um dado referente ao período que a gente tem informações, de 59, 1960 até os dias de hoje. Nós temos uma trajetória que se inicia ao final dos anos 50 e vai até o ano 2000 de queda continuada na participação dos salários na renda. Quanto menor a participação dos salários na renda, mais subdesenvolvido é o país. Então nós perdemos participação na renda do trabalho, na renda nacional, e somente nessa primeira década desse século voltamos a recuperar parte do que eram os salários na renda nacional, mas ainda estamos muito distantes do que fora o Brasil. E na linha preta nós temos o indicador de desigualdade da renda pessoal, o chamado Índice de Gini, que varia de 0 a 1. Nós temos uma desigualdade que vem caindo a partir dos anos 90, mas é uma desigualdade, ainda, que se encontra acima do que foi o Brasil desigual em 1960. Os países desenvolvidos têm um indicador de Gini abaixo de 0,45. Temos muito o que fazer pela frente do ponto de vista do enfrentamento da distribuição funcional e pessoal da renda. O próximo.

Temos novos problemas, que são as questões vinculadas à sustentabilidade ambiental. O Brasil é muito desigual do ponto de vista do seu território. Nós temos vários biomas. Não podemos imaginar que o Brasil possa ter um projeto de enfrentamento da questão social de maneira homogênea e única, porque, certamente, os problemas dos brasileiros do bioma da caatinga são diferentes dos brasileiros do bioma cerrado. Temos outra questão que pouco está sendo tratada e que seria necessário, no nosso modo de ver, puxá-la para a agenda dos debates, que está relacionada à transformação muito rápida do povo brasileiro. O povo brasileiro, daqui a duas décadas, será muito diferente do atual povo brasileiro, porque será uma população muito mais envelhecida. Nós estamos olhando aqui o que temos, basicamente, uma espécie de uma pirâmide brasileira, com uma concentração da população nas faixas etárias mais jovens e uma redução da presença e da participação da população com idades mais avançadas, mas, a partir de 2030, 2040, a figura que permanecerá da distribuição da população por faixa etária será de uma figura de uma pêra ou de um barril, ou seja, nós estamos caminhando, muito rapidamente, para uma população envelhecida, uma população com

maior expectativa de vida e que exigirá, certamente, uma revisão das formas de financiamento dos nossos benefícios, a começar dizendo que, nesse ano, nós estamos com mais de três milhões de pessoas com 80 anos e mais. Em 2030, nós teremos 20 milhões de pessoas com 80 anos e mais. Essa é outra sociedade. O Brasil, infelizmente, não está preparado para lidar com as questões do envelhecimento e da mudança demográfica. O Brasil começará a reduzir o tamanho da sua população, em termos absolutos, a partir de 2030, especialmente quando a gente considera a mudança na estrutura familiar. As famílias de hoje não são mais formadas de dois adultos e duas crianças, são formadas, cada vez mais, de forma monoparental, isto é, um adulto e uma criança. Essa estrutura familiar não terá condições de apoiar, de sustentar, o nosso próprio envelhecimento. Essa é uma questão muito interessante de ser considerada.

E, por fim, o último ponto que eu gostaria de me referir está relacionado às transformações do trabalho. Cresce, cada vez mais, o trabalho imaterial, na sociedade pós-material. Isso é outro tipo de trabalho, um trabalho que se faz em qualquer lugar, não mais apenas em locais específicos, como era o trabalho na indústria, o trabalho na agricultura. Esse trabalho exigirá um conhecimento ampliado, porque se trata de uma sociedade cujo principal ativo é o conhecimento. Nós estamos falando de uma sociedade cujo ingresso no mercado de trabalho deverá ser após os 25 anos de idade, após ter concluído um ensino superior. Essa nova sociedade, o ensino superior passa a ser o piso e não mais o teto, como é atualmente. Isso implica, portanto, [soa a campainha] um financiamento muito grande na questão da educação.

Vamos entrar, então, na questão do modelo atual de partição dos recursos advindo dos *royalties* do petróleo. Aqui é a forma de distribuição, os colegas já falaram, não vou me aprofundar. Aqui é outro dado interessante da forma como nós distribuímos, hoje, os recursos. O Estado do Rio de Janeiro absorve, atualmente, do ponto de vista do recurso referente à participação de estados e municípios, é responsável pela absorção de 75% dos recursos dos *royalties* e representa 8,2% da população. Quando nós olhamos os estados que recebem o benefício dos *royalties*, já, brasileiros, eles respondem por 95... Os dez principais estados absorvem 95% dos recursos do *royalty* e representam 55% da população. Esse formato, evidentemente, não dá conta da realidade da questão social quando nós olhamos do ponto de vista do nosso regionalismo. Podemos passar para o próximo.

Esse, eu nem vou comentar, são os valores *per capita* dos recursos por cidades. Pode passar o pró-

ximo. Eu teria condições de analisar cada um deles, não vou entrar no mérito. Pode passar o próximo. Mais um. Aqui é o seguinte, nós analisamos os estados e também depois as cidades, do ponto de vista da evolução de alguns indicadores sociais, para saber se o benefício recebido, até o momento, no modelo anterior, está fazendo alguma diferença no ponto de vista do enfrentamento da questão social. Então, analisando os dados relativos à evolução da pobreza... Aqui, enfim, não vou cansá-los com tantos números, mas, se os senhores acreditarem em mim, sem precisar ir olhando, vão perceber que, na verdade, os estados que estão conseguindo reduzir mais a taxa de pobreza, pelo menos nesse período analisado, não são, necessariamente, os estados que recebem os *royalties* do petróleo. Também não são aqueles os estados que, mais rapidamente, reduzem o Índice de Gini, que mais cresce a renda *per capita* usando esse parâmetro aqui. Esse é um modelo que, na realidade, do ponto de vista da questão social, não está fazendo a diferença. Podemos passar para o próximo. Aí teríamos outras formas de analisar do ponto de vista da questão educacional. Se analisarmos a partir dos indicadores existentes sobre testes de validade do ensino fundamental, do ensino médio, a gente vai perceber que não são, necessariamente, esses estados que apresentam as mais rápidas evoluções em termos de qualidade educacional. Podemos passar para o próximo. Aí entraria na questão dos municípios, eu não vou passar. E tem mais uns dados, que também vou passar por cima, relativo ao fato se esses municípios que recebem o município avançaram em termos de bens públicos, isto é, em termos de bibliotecas públicas, em termos de atendimento de urgência, em termos da saúde, enfim, vários aspectos que eu gostaria de tratar, mas, em função do tempo, e se houver interesse, depois a gente pode voltar. O nosso--

[troca de presidência]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente. Pela ordem, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para dizer ao Dr. Márcio, V. Sa. ainda tem 2 minutos, 32 segundos, mais 5 minutos. Não precisa acelerar, porque essas informações aí são, como de todos os outros, são importantes. Eu quero dizer, presidente, que a cada palestra a minha cabeça fica mais confusa.

[risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Flexa, fique tranquilo, que ele vai tirar todas as dúvidas do senhor. E se possível, depois, a gente pode chamá-lo para um debate

só sobre essas questões que eu estou vendo ali. E muito triste com o meu com o meu Rio Grande do Norte, na questão educacional. Porque eu vi, com relação à média do Brasil – que já é uma média que não é a ideal, comparando com outros países –, o Rio Grande do Norte tem, praticamente, só a metade.

O quadro anterior mostrava isso com muita clareza, e é um estado que recebe royalty. Então, realmente, por isso que eu fiz aquela emenda para o Fundo Social do Pré-Sal ser 60% para a educação.

SR. MÁRCIO POCHMANN: Senador Flexa, eu sou professor e sei que, quando a confusão aumenta, é porque estão boas as apresentações. A gente cresce é na pluralidade, na diferença.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O que nos dá cada vez mais certeza que nós não podemos aprovar esse projeto em regime de urgência. Isso é inconcebível.

[soa campanha]

SR. MÁRCIO POCHMANN: Bom... E, também, o nosso propósito, aqui, não é gerar discordância entre os estados que aplicam e não aplicam o recurso, apenas é uma apreciação para ver que, da forma com que ele está operando, se não tiver foco, se não tiver transparência, se não tiver monitoramento, metas, compromissos, não necessariamente a boa intenção se traduz em mudança da realidade. Podemos passar para o próximo?

Aqui, são as várias informações referentes a alguns municípios. A gente tem os dados dos municípios brasileiros, a gente selecionou alguns. As nossas informações estão à disposição dos Srs. Senadores. Enfim, em relação à questão das bibliotecas... Pode passar isso, já. Eu falei bibliotecas, atendimento de urgência, sistema de saúde. Pode passar. Pode passar, pode passar. Pode passar.

Só lembrar que, no Brasil, 98% dos municípios não possuem cinema. A questão cultural, realmente... Bom, olhando o objeto dos vários projetos de lei existentes, atualmente, nós temos... Pode passar o próximo.

Temos, aqui, a evolução dos recursos referentes ao fundo de *royalties* do petróleo, atualmente. E os recursos representam alguma coisa em torno, ao redor dos 6% do PIB, nos dias de hoje. Há várias estimativas, como aqui os colegas já anteciparam, anteriormente, mas é possível que esse fundo chegue a 2,4% do PIB, quando, de fato, a exploração do petróleo ganhar escala. Então, evidentemente que não é um recurso extremamente elevado, é um recurso relativamente contido e ele precisa ser muito bem avaliado, quais e onde ele deveria ser avaliado. Podemos passar para o próximo? Podemos passar para o próximo. Eu não vou falar... Experiência internacional...

Bom, um ponto que eu gostaria... Pode passar. Pode passar. Dispensa nacional já foi comentada, não vou entrar no mérito. Aí, para aí um pouquinho, que eu acho que vale a pena tratar dessa questão de contingenciamento, não é?

Os recursos que ficam, hoje, na União, em 2009, os recursos destinados às receitas de *royalties* do petróleo na esfera... No total de recursos, chegou a 16,8 bilhões de reais. Se a gente fizer a divisão, a gente vai ver que, basicamente, cerca de 80% do recurso que fica na espera federal termina sendo contingenciado. Isso já foi, aqui, bem esclarecido pelo Maurício, ou seja, fundo social... Excelente, mas contingenciado é para inglês ver. E para finalizar... Pode passar o próximo.

Eu acho que valeria, em primeiro lugar, esses pontos que estão aí. Quer dizer, as atuais vinculações atendem a prioridades do Brasil? Um recurso que se aplica a muita coisa, se nós não elegermos, aqui, prioridades, se tudo for importante, no fundo, nada é importante, porque será uma quantidade muito pequena de recursos para ser aplicada em tantos itens referentes à questão social.

Adianta estipular uma vinculação sem rediscutir o conjunto da política fiscal, que exige do governo determinadas metas de superávit primário? Como podemos tornar o sistema de vinculações mais efetivo, garantindo que as previsões sejam, de fato, cumpridas.

E as nossas conclusões estão na próxima e última. A política macroeconômica precisa ser repensada tanto na sua esfera monetária quanto fiscal, os juros menores de superávit compatíveis, ao mesmo tempo, com as necessidades de investimento e com a manutenção de um fundo de recursos no exterior. É preciso definir melhor as prioridades do que queremos fazer com as receitas do petróleo, considerando que esta é uma renda intergeracional, e incorporando estados e municípios tanto no esforço de poupança quanto de estratégia, em termos de investimentos.

A nossa mensagem final é que este fundo muito bem-vindo, que demarca o êxito da democracia brasileira – 25 anos, que é o espírito mais longo da nossa história democrática –, nos abre a perspectiva de fazermos um diálogo sério com o Brasil do futuro e, necessariamente, a aplicação dos recursos exigirá de todos uma visão clara, do ponto de vista da transparência e do monitoramento, e um foco, a abertura desse recurso para muitas ações não necessariamente será suficiente para alterar a realidade, tal como o Brasil precisa e a sociedade tem pressa. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Quero agradecer ao Dr. Márcio. Dizer que, realmente, essa área do Instituto de Pesquisa Aplicada [soa a campanha] é importante, por-

que, como o senhor disse, é um milagre econômico nós estarmos aqui para... Aparentemente, tudo indica que teremos, mas queremos um milagre social. E os seus dados são muito importantes. E o Senador Flexa Ribeiro, se quiser já requisitar um outro momento para ter mais informações, fica ao seu inteiro dispor, desde o que Dr. Márcio se coloque à nossa disposição.

Mas eu vou passar, agora, para o próximo convidado, que é o Dr. Nelson Barbosa, secretário de Políticas Econômicas do Ministério da Fazenda, que é o último expositor desta tarde.

SR. NELSON BARBOSA: Boa-tarde a todos. Boa-tarde, Senadora Rosalba, Senador Flexa Ribeiro, Senador Suplicy, demais membros da Mesa, para nós também é um prazer estar aqui e explicar qual é o objetivo da proposta do governo. A minha apresentação está focada na estrutura do Projeto de Lei que o governo enviou ao Congresso, qual é a lógica do Projeto de Lei que o governo enviou ao Congresso.

Primeiramente, a ideia do projeto é você criar um evento de recursos para as atividades consideradas prioritárias pelo governo, e pelo governo eu estou entendendo o representante da sociedade brasileira. As atividades que foram colocadas no projeto do governo são combate à pobreza, a educação, a cultura, a saúde pública foi incluída na Câmara dos Deputados – no nosso entendimento, ela já estava incluída, mas foi incluída mais explicitamente –, ciência e tecnologia, e mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Aproveitando esse *slide*, quando nós colocamos mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a gente preferiu esse termo por ser um termo mais amplo, porque ele inclui a preservação do meio ambiente, mas ele inclui, também, o investimento, por exemplo, em tecnologia, novas tecnologias de geração de energia, tecnologias poupadoras de energia, transporte urbano. Então, é um conceito mais amplo do que preservação do meio ambiente e inclui a preservação do meio ambiente.

E, também, você tem o objetivo de evitar a doença holandesa, evitar o impacto. Nós vamos ter um estudo, se der certo como nós esperamos, você vai ter uma exportação forte de petróleo, sobretudo a partir da segunda metade dessa década, a partir de 2015, e essa exportação de petróleo vai ter um impacto muito grande no nosso balanço de pagamento e no nosso balanço fiscal. Então, é preciso ter um instrumento para lidar com esse impacto. Pode passar.

Mas o objetivo principal não é de estabilização econômica, o objetivo é transformar esses recursos naturais do Brasil em riqueza e capital humano, transformar um recurso natural em desenvolvimento social em desenvolvimento humano. E aí nós colocamos o que a

gente queria dizer com combate à pobreza. Combate à pobreza já tem uma definição legal dada pela Lei Complementar 111/2001, que é nutrição, habitação, saúde, educação e reforço da renda familiar e outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida. Então, nesse caso, a saúde estava incluída aqui, mas também foi incluída como um subitem específico que pode receber os recursos desse fundo.

Esse *slide* é para explicar rapidamente a lógica de funcionamento no fundo social. Você tem uma atividade que é a exploração e produção de petróleo, ele gera uma renda para a União. Vai gerar uma renda elevada nos 30, 40, 50 anos e nós queremos que essa renda seja destinada às atividades consideradas prioritárias, que são essas atividades consideradas prioritárias. Por que não fazer direto? Recebeu a renda, aplica direta nas atividades. Porque essa é uma renda temporária, um dia ela acaba, é um recurso não renovável. E, principalmente, porque essa é uma renda muito variável, o preço do petróleo flutua substancialmente, flutua de acordo com as condições de mercado internacional.

Então, para não fazer esse repasse direto, para não ter uma volatilidade muito grande, senão esse orçamento, em um ano, ia ser muito alto, no outro ano ia ser muito baixo – isso não é bom para a prática orçamentária e nem para a boa aplicação dos recursos – foi criado um instrumento muito similar ao que seria um fundo de pensão, um fundo de investimento: a União recebe a renda, aloca a renda em um fundo que faz a aplicações tanto no Brasil quanto no resto do mundo. Essas aplicações vão proporcionar um retorno, esse retorno vai ser resgatado pela União e esse resgate destinados a essas áreas. Então, você tem uma fonte de renda que ela é temporária e volátil, e essa estrutura transforma isso numa fonte de renda estável para as atividades consideradas prioritárias do governo.

A título de exemplo, as simulações que nós fizemos com a parcela do pré-sal que já foi descoberta, isso poderia dar uma renda permanente, como a gente chama em economia, uma renda estável para os próximos 70 a 100 anos, de cerca de 1 a 1,5% do PIB, por ano, para ser aplicado nessas atividades. É muito parecido com outra estimativa que foi colocada pela IBRI, aqui, de 50 bilhões de reais – seriam preços desse ano –, algo em torno de 50 bilhões de reais--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Milhões?

SR. NELSON BARBOSA: Estável. Obviamente, essa renda começa pequena, não é? Uma renda que é ao longo de um período bem longo, mas se você fizer uma distribuição com as projeções que existem, dá

uma renda... Não é suficiente para se fazer tudo, mas é suficiente para fazer bastante coisa. Pode passar.

Quais são as fontes de recurso? O que caracteriza um fundo? É a fonte de recurso, a governança dele, como você vai fazer o resgate e para o que você vai direcionar o resgate. Então, eu vou bordar essas quatro passagens. Quais são as fontes de recursos desse fundo social? O resultado da partilha de produção, o que couber à União. E aí, como o Paulo colocou, no regime da partilha há uma inversão em relação ao regime da concessão: o objeto do lance não é o pagamento em dinheiro que o agente privado faz, é o quanto ele vai ofertar do lucro que ele tiver para a União. Então, essa parcela que seria como se fosse... Funciona como se fosse Imposto de Renda, mas é um nome diferente, porque é sobre aquela renda específica do petróleo.

Então, você vai ter o leilão e a União vai colocar o mínimo. Por exemplo, você vai ter, para esse posto, devido a sua rentabilidade, os lances têm que ser acima de 50%. Quem der 51 ganha, se alguém der 52 ganha, quem der o lance mais alto vai ganhar. Obviamente, não está na lei qual é esse mínimo, mas o Paulo colocou um aspecto relevante: a ideia é que na regulamentação vá se estabelecer o mínimo por área. E como referência, esse mínimo tem que ser, pelo menos, igual à alíquota máxima que a gente tem, hoje, na concessão, que é de 40%. Porque se a alíquota for de 40%, no regime da partilha, economicamente ele é equivalente ao regime da concessão, em termo de visão descendente.

Então, está implícita a ideia de que o mínimo é 40%, mas obviamente tem uma liberdade, para ser definida pela regulação. Tem um bônus de assinatura, que aí esse é o inverso. Então, o bônus de assinatura é fixo, é um valor pequeno, e parte dele vai ser destinada ao funcionamento da nova empresa, que ainda está com o nome antigo, Petrosal, o novo nome é Pré-Sal Petróleo Brasileiro. E, além disso, a parcela dos *royalties* que couber à União, tanto no regime da partilha quanto a parcela de *royalties* que couber à União, no regime de concessão, também poderão ser destinadas ao fundo. Então, uma vez ele criado, ele já começa a receber recursos, porque a operação do pré-sal ainda vai demorar um tempo. Esses blocos têm que ser listados, vão demorar alguns anos para ele começar, mas a concessão já está em andamento. Então, o fundo já começa a receber alguns recursos no momento que ele for criado. E também a parcela de participação especial que cabe à União, nos contratos de concessão. Essas são as principais fontes do recurso do fundo.

Também foi colocado no projeto que o fundo pode receber outras fontes de recursos que, eventualmente, lhe sejam destinadas em lei. Há uma discussão, no Brasil, hoje, sobre a questão da mineração, *royalties* de petróleo, eventuais outras receitas que também podem ser destinadas a esse veículo de poupança pública. Ele está sendo criado, primordialmente, para lidar com a questão do petróleo, mas nada impede que ele lide com outras fontes de receitas que, eventualmente, apareçam. Pode passar, por favor.

A supervisão. É um fundo vinculado à Presidência da República, como o Marcelo Wanderley (sic) colocou, na verdade, a vinculação a Presidência da República vai dar a importância desse fundo. Esse fundo é um fundo que pode modificar o Brasil nesse século. O volume de recurso que ele pode transferir, ao longo de um período, de 10, 20, 30 anos bem direcionados, pode modificar o Brasil. Então, a vinculação à Presidência da República é para dar uma vinculação compatível com a importância que ele tem para o desenvolvimento do Brasil. Ele tem esse Comitê de Gestão Financeira. O Comitê de Gestão Financeira é formado pelos membros do CMNE, que está na proposta, Fazenda, Planejamento e Banco Central. A ideia desse Comitê de Gestão de Financeira é dar as diretrizes da aplicação desse fundo, onde que ele vai investir, quais os ativos que ele vai comprar, qual a diversificação da carteira, qual o critério mínimo de rentabilidade e disposição de risco.

Obviamente, como acontece, normalmente, em qualquer empresa, principalmente empresas financeiras, você tem um comitê gestor que dá as diretrizes da política de aplicação e você tem uma equipe que opera dentro dessas diretrizes. O Conselho Deliberativo vai atuar no resgate. O Conselho Financeiro, você tem a renda que veio do petróleo, ele vai determinar onde que isso vai ser investido e a cada ano ele vai dizer quanto que pode ser resgatado para manter o fundo por um bom tempo. Se você resgatar tudo que entra, o fundo nunca vai acumula recurso. Uma vez determinado o resgate, acabou a obrigação do Conselho de Gestão Financeira. O que vai ser feito com esse resgate no orçamento da União, na proposta que o Executivo vai fazer vai ser feito por esse conselho deliberativo. Ele vai elaborar a proposta e utilização dos resgates dentro daquelas áreas que estão elencadas: saúde, educação, mitigação do aquecimento global. E haverá relatórios trimestrais e balanços semestrais para o Congresso Nacional, como também haverá a informação do balanço das transações desses fundos em tempo real, através da internet, como hoje já é prática nas demais instâncias do orçamento público. Pode passar.

Como vai ser feito o investimento? Foram colocadas duas modalidades: você pode contratar instituições financeiras federais para atuar como agentes operadores, por exemplo, um depósito, você pode fazer um depósito ou um repasse para os bancos federais, ou esses bancos podem constituir um fundo de investimento, um fundo de investimento com CNPJ específico, para receber esses fundos. Por que instituições financeiras federais? Não é para dar preferência ou ganhos a instituições financeiras federais, é porque o governo tem mais controle e mais transparência, principalmente os órgãos de controle sob instituições financeiras federais. Mas esse é um ponto que pode ser discutido, se for entendido que isso aumenta o custo de administração do fundo. O objetivo de colocar instituições financeiras federais é dar mais transparência e mais controle aos órgãos públicos na administração desse fundo. A diferença, em termos econômicos, é ou você pode fazer um repasse, fazer um depósito como se fosse um CDB, ou você aplica num fundo de investimento, para dar flexibilidade às formas de investimento, os veículos de investimento que podem ser utilizados. Pode passar.

E onde ele vai investir? Aquilo é a forma. O que ele faz com esse investimento? Os investimentos podem ser feitos no Brasil e no exterior. Os investimentos terão um critério de rentabilidade esperada e diversificação de riscos, está lá no regulamento do fundo estabelecido pelo conselho de ministros. Os investimentos no Brasil poderão ser destinados, por exemplo, a projetos de infraestrutura, exemplo: transporte e geração de energia. E os investimentos no exterior também têm por objetivo diversificar o risco e evitar flutuações excessivas de preços e renda. Por que tem que ter investimentos no exterior? Porque pode ser que num ano a renda gerada pelo petróleo seja maior do que a capacidade de absorção do Brasil, e isso poderia, então, elevar apreciação do câmbio muito elevada, elevar até a realização de investimentos com a taxa de retorno que não se justifica, que seria melhor ser feita do exterior.

Por que não fazer só no exterior? Porque o Brasil também tem demandas, tem carência em áreas de infraestrutura, em áreas privadas que podem ser objeto desse fundo. Para dar um exemplo, no caso da Noruega, que a gente analisou bastante, o fundo... Lá, na verdade, eles têm dois fundos. Eles têm um fundo que 93 % dos recursos são investidos no resto do mundo e 7% dos recursos são investidos na Noruega ou na Escandinávia. Então, eles também destinam uma parte para eles. Como a Noruega é um país relativamente pequeno, eles investem mais no resto de mundo.

No Brasil, obviamente, vai ter uma proporção. A proporção investida no Brasil será maior do que isso, porque o Brasil é um país maior e tem mais oportunidade de investimento. Mas é vital que haja esse investimento no exterior para poder mitigar essas eventuais pressões que podem dar no nosso balanço de pagamento e na nossa taxa de câmbio. Digamos assim, no ano bom de petróleo, no ano em que o petróleo está 200 dólares, você pode ter um volume de recursos muito grande e maior do que a oportunidade de investimento no Brasil, daí essa possibilidade. Pode passar.

Como é que funciona a dinâmica orçamentária? A União recebeu a renda, alocou a renda para o fundo, depositou toda a renda daquele ano, a União deposita no fundo. Aquela renda, então, investida tem uma rentabilidade. O conselho vai e determina: "Esse ano você pode resgatar". Teve uma rentabilidade, digamos, de 10 bilhões de reais, você pode resgatar 10 bilhões de reais. Então, a União realiza o resgate do fundo social. É uma receita primária. Naquele balanço que tem da União, tem lá impostos, contribuições, vai ter mais uma linha que é o resgate do fundo social, mais uma fonte de receita primária.

O critério de transferência, o quanto você vai resgatar, vai ter que assegurar a sustentação financeira do fundo, ou seja, primeiro você tem que acumular uns recursos, antes de você começar a resgatar, porque senão o fundo nunca cresce. Tem vários critérios no mundo. Tem alguns critérios que colocam um resgate máximo, você pode resgatar no máximo 3% do patrimônio, como é na Noruega. No Alasca, você só pode resgatar o rendimento real, você pega o rendimento, tira a inflação, o real você pode resgatar, tem várias regras. A gente preferiu não colocar uma regra específica, nesse momento, mas colocar um resgate qualitativa. Haverá um regra, determinada pelo regulamento do fundo, mas essa regra tem que garantir a sustentação financeira do fundo, que o fundo dure, que o fundo não se esgote no curto prazo.

O resgate realizado [ininteligível] será destinado a programas e projetos na área prioritária do fundo, aí é um gasto primário, na área da educação, ou seja, naquelas áreas prioritárias. A proposta de alocação dos recursos por programa será submetida à aprovação do Congresso Nacional, via o PLOA. As ações, os projetos que, eventualmente, receberam recurso têm que estar inscritos no PPA e no PLOA. Então, não é um orçamento à parte do PLOA, é dentro do PLOA. O Congresso autoridade final para validar isso. E Conselho de Desenvolvimento Deliberativo do Fundo Social vai ter que submeter os programas e projetos à criteriosa avaliação quantitativa e qualitativa, como o Dr. Marcelo Wanderley (sic) estava colocando. Isso foi

uma emenda que foi colocada, na Câmara, pelo ex-Ministro Palocci, com o nosso apoio.

Quer dizer, um projeto para receber recurso do fundo seria como se fosse um PAC social. Um projeto para receber recurso do fundo, ele tem que apresentar um estudo: “Eu vou usar o dinheiro dessa forma, vou ter esse critério de avaliação e, depois, submeter ao resultado da aplicação desses recursos”. Pode passar.

O último *slide* o Conselho de Gestão Financeira determina o resgate anual, para manter o fundo por um período longo de tempo. O Conselho Deliberativo faz a proposta ao Poder Executivo sobre o uso de recursos, ele vai fazer a propostas que no PLOA. Vindo do PLOA, é o Congresso Nacional que vai analisar a proposta e vai dizer se vai alocar de acordo com a proposta do Executivo ou não. A palavra final sempre vai ser do Congresso Nacional, de como vai ser utilizado esse resgate dentro das áreas definidas na lei. Essa é a ideia do fundo.

E com isso eu termino... Passa. Tem um anexo que eu vou deixar com os senadores, com a senhora, que a gente apresenta experiências em outros países. Tem várias regras, o que os senhores e as senhoras pensarem, existe. Tem regras que vai para a previdência, tem regra que vai só para aplicação no resto do mundo, tem regras que é uma coisa só, o caixa do Tesouro e do fundo é a mesma coisa, como é no Kuwait. Então, a gente está deixando um anexo, e a minha equipe, obviamente, está à disposição dos senadores e senadoras para eventuais esclarecimentos.

Houve várias perguntas prévias, eu gostaria de esclarecer todas. Eu gostaria só de responder uma pergunta que o Senador Flexa fez, sobre aquela questão os *royalties*, da eventual... E foi colocado pelo Dr. Fernando, que no projeto, não é nesse projeto, mas é o projeto da partilha, que está escrito lá que o parceiro receberia o equivalente em *royalties* em óleo. Então, isso pode levar a entender que, na verdade, ele não está pagando, ele está recebendo royalty que seria da União.

Essa é uma questão bem técnica, ela está sendo discutida no âmbito do projeto da partilha. Não é objeto do governo que o parceiro privado não pague royalty, é óbvio. Ele tem que pagar o royalty. Só que acho que houve uma confusão, talvez a redação que foi dada na Câmara não espelhe a ideia, o objetivo do governo e nem mesmo, talvez, não seja uma redação que espelhe a intenção do relator na Câmara, o Deputado Henrique Alves. Qual a diferença? No regime de concessão, o petróleo é todo da concessionária, a propriedade do petróleo é da concessionária. Ele paga ao estado brasileiro em dinheiro, ele pega o petróleo vende e ele paga os *royalties* e as participações es-

peciais para a ANP, que faz, reporta à ANP, que faz a transferência e entra no caixa do Tesouro. Então, ele tem o petróleo e ele vende.

No regime de partilha, o petróleo é da União. Todo o petróleo extraído é da União. Então, como é que o parceiro privado vai pagar o royalty? Ele retirou, mas aquele petróleo não é dele. Ele tem que vender primeiro aquele petróleo para receber aquela receita e aí passar para os estados e municípios. Então, a ideia dele ser restituído do óleo em *royalties* é para lidar com essa particularidade do regime da partilha, em que todo petróleo é da União e aí a União remunera o agente privado pelo seu custo, ele tem que provar quanto ele gastou, passa para ele a parcela dos *royalties*, que aí ele vende e volta para o estado brasileiro. Mas acho que, talvez, a ordem da redação deu o entendimento errado: que precisa ele paga e, depois, recebe. Na verdade, ele recebe o petróleo, vende e aí ele paga os *royalties*. Então, podemos aprimorar redação para deixar isso bem claro.

Esse parágrafo que foi colocado tem por objetivo lidar com a particularidade do regime de partilha em que o petróleo é todo da União. Então, contratualmente, o parceiro privado não tem como pagar o royalty, inicialmente, se ele não recebeu, ainda, o resultado da produção.

Esse é o espírito da proposta e eu tenho certeza que isso pode ser esclarecido tecnicamente, sem grandes problemas aqui, nessa Casa. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, também, ao Dr. Nelson Barbosa. Agora, eu gostaria de colocar para os Srs. Senadores se têm algum questionamento a ser feito. Nós temos aqui a lista de inscrição, o primeiro inscrito é o senador, dos que estão presentes, é o Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, o Roberto Cavalcanti e, depois, o Senador Flexa Ribeiro. Mas se o Senador Suplicy...

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sra. Presidente Senadora Rosalba Ciarlini, quero cumprimentar pela qualidade de todas as exposições. E acho que estamos aprendendo muito, e ainda que sejam tantas as informações, Senador Flexa Ribeiro, eu acho que nós vamos poder fazer com que logo, logo, o senhor esteja pronto para votar.

Então, ainda que eu tenha perdido as exposições iniciais porque eu precisei estar falando na tribuna no Senado, em homenagem ao Joaquim Nabuco. Eu queria... Eu soube que o Sr. Marcelo Piancastelli fez uma menção aos diversos exemplos de fundos existentes, como os da Noruega e outros não chegou a mencionar. O fundo do Alasca, que foi mencionado pelo Sr. Nelson Barbosa. Como o senhor sabe, eu tenho es-

tudado bastante a experiência do fundo do Alasca e recomendaria até o que senhor também, e no IPEA, viesse a estudar bastante, porque ele é de muita relevância para aquilo que nós, aqui, vamos estudar.

Mas, primeiro, eu queria... Já vou voltar ao assunto do fundo. Mas eu notei que, quando o Sr. Nelson Barbosa explicou o sistema de partilha, o Sr. Fernando Siqueira fez uma objeção com a cabeça, como se ele não estivesse exatamente de acordo com a afirmação dele. E eu agradeceria muito se puderem ambos esclarecerem [soa a campainha] por que é que o governo avaliou como melhor termos o sistema de partilha em relação ao sistema de concessão, que é uma das principais decisões que nós vamos aqui tomar.

Então, eu compreendi, Secretário Nelson Barbosa, mas gostaria de compreender ainda melhor, aprofundar e esclarecer a possível confusão que há, ainda, entre nós, porque eu tenho ouvido falar, mas não tem a vivência do que esteja o sistema de partilha, o sistema de concessões e quero aprender para, então, aqui tomar a decisão mais consciente possível. Então, se puderem aprofundar a explicação, e como pareceu-me ter uma certa divergência entre uma visão e a outra, que possam, quem sabe o Sr. Fernando Siqueira [soa a campainha], diante da explicação já dada, possa expor o seu ponto de vista para, então, o Sr. Nelson Barbosa esclarecer. Mas eu estou começando, não é, senhora? Porque já está tocando a campainha, eu estou no primeiro minuto...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, presidente.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Eu estava no primeiro minuto e V. Exa. tocou três(sic) vezes...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, porque terminou o tempo dele...

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Ah, bom, eu pensei que fosse já na minha pergunta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu coloquei três minutos e tocou com o senhor. Agora, deixei sem tocar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, só, Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite?

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Claro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É só para que os convidados saibam que o pau que dá em Chico dá em Francisco. Eles reclamaram que a cam-

pinha atrapalhava, aí acontece o mesmo conosco. O Senador Supply já reclama por antecedência, antes de perguntar à presidência por que é que tocou duas vezes. Mas V. Exa. já está liberado. É o risco que nós vamos correr, mas tudo bem.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Agora, eu tenho tido um diálogo com o Presidente Márcio Pochmann, do IPEA, e com o Secretário Nelson Barbosa, porque ambos sabem que, já há alguns anos, desde 1999, antes da descoberta do pré-sal, aqui apresentei a proposta do Fundo Brasil de Cidadania, que guarda relação com a proposta do Fundo Social do Pré-Sal. E essa proposta foi aprovada por consenso no Senado, foi para a Câmara dos Deputados e tramita ali, na Comissão de Finanças e Tributação onde – e o Secretário Nelson Barbosa sabe bem – o Deputado Ciro Gomes aguarda o parecer do Ministério da Fazenda, para que ele, então, possa dar o sinal verde à proposta. E da minha parte, com toda a possibilidade de fazer as modificações que a Fazenda considere as mais adequadas.

E como nós estamos, agora, neste processo de votação, eu agradeceria se puderem, ambos, Nelson Barbosa e Márcio Pochmann, me responder como a votação desse processo do fundo social ficaria como que prejudicado e sustentado, aquele projeto, ou, nos seus outros aspectos, ele pode continuar a ser apreciado, votado e, inclusive, eventualmente, ter uma adaptação, tendo em conta o que nós iremos votar com o Fundo Social do Pré-Sal. Talvez seja uma matéria complexa, mas eu, aqui, quero um tempinho, Senadora Rosalba Ciarlini, até para expor de onde é que vem essa ideia, que guarda relação com a do Fundo Social do Pré-Sal.

Primeiro, eu quero dizer que eu estou de acordo com as finalidades propostas pelo governo do Presidente Lula e com os acréscimos que foram propostos na Câmara. Eu acho que já são muito significativos e importantes. Uma indagação que eu tenho é se, como o Presidente Lula nos disse, será melhor votarmos, dos quatro projetos que estão aqui. Primeiro, votar, agora, em maio e junho, a constituição da empresa pré-sal, a questão relativa à capitalização da PETROBRAS e o sistema de partilha e concessão, para, depois, após as eleições, dadas as paixões que, agora, estão caracterizando o período eleitoral, para depois votarmos o sistema de partilhas, municípios, estados. E pergunto se é esta quarta votação que coincide, portanto, com o que nós estamos discutindo hoje ou essa parte aqui é diferente daquela a que se referia o Presidente, quando falou: “A partilha fica para depois as eleições”. Eu queria ter esse esclarecimento.

Mas de onde veio a ideia do Fundo Brasil de Cidadania, que guarda relação com o Fundo do Pré-Sal? De um lado, de uma proposta, Sr. Marcelo, feita já há mais de 200 anos. Thomas Paine, quando escreveu *Justiça Agrária*, observou que a pobreza é algo que tem a ver com a civilização e com a instituição da propriedade privada. Ali, na América, onde a propriedade era comum, não vinha tamanha destituição e pobreza, quanto nas vilas e cidades européias de 200 anos atrás. Mas era o seu plano, ele considerava de bom senso que a pessoa que cultivasse a terra, realizasse a benfeitoria na terra, pudesse usufruir do seu trabalho na sua propriedade. Mas era o seu plano que toda pessoa que assim o fizesse, destinasse uma parcela para um fundo que a todos pertencesse e deste fundo, uma vez acumulado, se apagaria a cada pessoa residente naquele país, tanto uma renda básica como um capital básico, como um direito inalienável da pessoa participar da riqueza da nação, que lhe foi retirada com instituída a propriedade privada. Este é o primeiro fundamento do exemplo.

O segundo é, justamente, o exemplo que me parece de tão bom senso e muito bem-sucedido do Alasca. O que aconteceu ali? Quando, ao final dos anos 60, descobriu-se como nós, agora, no fundo do Oceano Atlântico, a grande reserva de petróleo na Baía de Proudhoe, o Governador Jay Raymond disse aos seus 300 mil habitantes algo que estamos ouvindo aqui: "Nós precisamos pensar não apenas da geração presente, mas na futura, porque o petróleo, como outros recursos naturais, não é renovável. Então, vamos separar uma parcela, pelo menos 25% dos *royalties* para constituir um fundo que a todos pertencerá".

E assim este fundo foi constituído, foi aprovado por referendo popular, passou a ser aplicado em títulos de renda fixa, ações de empresas do Alasca, dos Estados Unidos, internacionais, inclusive, das 30 mais lucrativas empresa brasileiras, empreendimentos imobiliários, passou de 1 bilhão de dólares, no início dos anos 80, para 40 bilhões de dólares recentemente. E cada pessoa residente no Alasca há um ano ou mais veio recebendo 300, 400 e tanto, 2.068 dólares, em 2008, baixou um pouco da crise econômica, 1.305 no ano passado, mas qual foi o resultado semelhante àquele que o Márcio Pochmann tanto gostaria de ver no Brasil? O Alasca tornou-se o mais igualitário dos 50 estados norte-americanos, do ponto de vista de caminhar em direção à igualdade foi altamente eficiente, porque fez o Coeficiente de Gini do Alasca baixar significativamente, então, ao distribuir 6% do seu PIB para todos.

Então, vou concluir, então, estendendo a sua solicitação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador. V. Exa. faça as suas indagações para que nós possamos ouvir os demais senadores.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Gostaria de saber como, dentre as finalidades, está a erradicação da pobreza absoluta e, inclusive, melhorar a renda? Se deveríamos, em algum momento, pensar, até mesmo na apreciação do projeto, no financiamento da renda básica ou deixaremos isso para um outro estágio? Mas tendo isso em mente, como é que fica, já que Nelson Barbosa e Márcio Pochmann conhecem bem a proposta do Fundo Brasil de Cidadania? O que digo para o relator Ciro Gomes a esta altura? Ele já pode conversar com o Ministro Guido Mantega e o Nelson Barbosa? Já estão prontos ou está no limbo, ainda, o Fundo Brasil de Cidadania? Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada. Eu vou passar, agora, a presidência dos trabalhos ao Senador Flávio Arns, do Paraná, porque, na realidade, eu estou sendo convocada para ir ao Plenário. Mas gostaria, antes, de deixar aqui o agradecimento a todos que atenderam aos nossos convites, às diversas Comissões para debater, para nos trazer informações sobre essa questão que eu considero fundamental. Nós não podemos deixar passar essa oportunidade para termos os avanços sociais. Um Brasil onde, infelizmente, nós temos um nível educacional que, realmente, nos preocupa. Onde, das crianças que entram na escola, praticamente somente a metade conclui o 2º grau, e dessa metade, 30% conclui o 3º grau.

Então, que futuro que teremos nesse mundo que avizinha de competitividade dentro do conhecimento de novas tecnologias, de novas formas de trabalhar, da relação do trabalho se nós não tivermos como tentar ganhar esse tempo perdido? Se nós vamos ter uma sociedade que, cada vez mais, ela mostra uma nova formação, vamos dizer assim, essa sociedade que está ficando mais idosa, como vamos poder atender as necessidades cada vez maiores na área da saúde se, hoje, o Brasil está entre os países cuja meta do déficit milênio, na mortalidade materna, dificilmente acusaremos, que é chegar ao número que não é o ideal mas é o suportável: de 30 mortes por 100 mil nascimentos. O Brasil está com mais de 70. Por falta, a gente sabe, também, de muitos investimentos, de recursos na saúde. E vamos ter uma população muito mais idosa, cujas demandas são muito maiores.

Então, essa é a oportunidade que a gente foque nos pilares mais importantes para o crescimento de uma nação: a educação. Acho que ninguém que está aqui discorda disso. Enquanto nós não conseguirmos

ter, realmente, um rendimento, um aprendizado e um rendimento escolar, uma educação de qualidade, que dê condições às novas gerações de se fortalecerem, no mercado de trabalho, pela competitividade e pelo conhecimento, nós vamos ficar sempre a dever, com uma evasão escolar imensa, de crianças com apenas a 4ª ou 5ª série, e com um problema ainda mais grave, da violência, que é exatamente... Cresce nessa faixa de menor escolaridade. Está comprovado que quanto maior a escolaridade, claro, menor os delitos e menor o número de presos dentre esses que são com maior escolaridade. Então, por isso que eu coloquei, gostaria, aqui, também, com base no fundo do Canadá, onde, inclusive, eu quero deixar aqui, para o Dr. Márcio Pochmann essa interrogação, se coloca que a função do fundo do Canadá, [ininteligível], foi transferência de renda entre gerações na forma de redução de impostos, redução de dívida e financiamento de projetos sociais, mas, entre parênteses, de forma muito clara: (saúde e educação).

E nós sabemos que os índices do Canadá são índices de primeiro mundo, tanto em saúde como em educação. Então, fica aqui, eu deixo essa colocação, até porque a primeira emenda que foi apresentada aqui, no Senado, o projeto foi um emenda de minha autoria, onde... No Brasil o meu receio é o seguinte: forma se um fundo, o que é que vai acontecer se não tivermos aquela... Os limites, dizer assim: tanto % é só para saúde, tanto % é para a educação, porque nós sabemos que muitos fundos já se formaram nesse Brasil, não de uma magnitude como esperamos ser esse, mas que se ficar, de certa forma, muito vago: investimento para combate à pobreza, para controles climáticos, para infraestrutura, de repente, vai caber ao governante achar que é mais importante fazer a ponte do que fazer a educação.

Então, é isso que me preocupa. Daí por que coloquei essa emenda de que nós tivéssemos um prioridade, 60% fosse para as ações de combate à pobreza com educação e saúde. Educação e saúde. Porque, de repente, pode-se achar que vai ter recurso, então vamos ampliar cada vez mais esses programas de renda mínima, de bolsa aqui, bolsa ali, quando nós queremos é a saída para que se diminua a pobreza. E um dos índices de se medir a redução da pobreza, no meu entender, é quando conseguimos entender que em um determinado estado, em um determinado país, aqueles que tinham que viver para matar a sua fome no momento emergencial, precisando de uma Bolsa Família, eles já estão podendo não estar mais na Bolsa Família porque tem um bom emprego, tiveram a boa educação que os capacitaram para terem uma vida mais digna.

Fica aqui essa minha colocação, agradecendo a todos, e pedindo desculpas por não poder permanecer mais porque, na realidade, eu estou sendo... Já faz mais de meia hora que me aguardam lá no plenário. Muito obrigada.

Mas nós temos todas as gravações e o restante dessa reunião, eu poderei, com certeza, inclusive, com as informações o que Dr. Márcio, com certeza, passará mais detalhadas sobre essa aplicação do Canadá, eu poderei vê-la brevemente, através dos registros, que ficam guardados, registrados e guardados. Muito obrigada.

[troca de presidência]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço a Senadora Rosalba Ciarlini pela deferência em me convidar para presidir a continuidade dessa Audiência Pública. E eu penso que seria, talvez, interessante, antes da Mesa responder ou ponderar sobre as reflexões do Senador Suplicy, que o Senador Flexa Ribeiro possa, também, fazer as perguntas...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Acho adequado, Sr. Presidente, estou de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Está de acordo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Estou de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Então, o Senador Flexa Ribeiro está com a palavra, para as fazer as colocações e as perguntas que julgar necessárias.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. e ao Senador Senador Suplicy. Nós vamos ter uma economia processual bastante importante, porque os questionamentos que eu vou fazer, eu o farei a todos os convidados, que eu gostaria de ouvir a opinião de cada um sobre os pontos que eu vou colocar. Eu saio convencido, nós estamos fazendo a primeira audiência sobre o pré-sal e, especificamente, sobre o fundo social. E pelo que observei, não foi possível tratar do fundo social sem entrar em outros projetos do pré-sal: partilha, royalty, questão da capitalização. Então, a primeira pergunta que eu faço a V. Exa. é, primeiro, fatiar esse projeto, ou seja, fazer aprovação do projeto como se ele não tivesse uma interconexão entre ele... E foi dito aqui, inclusive, observado com bastante propriedade, e se alterar no fundo social e não alterar no outro projeto, vai ter incompatibilidade na aplicação da lei, isso quando disse que a minha cabeça estava mais confusa é exatamente por isso. Então, a primeira pergunta que faço a V. Sas. é se não seria melhor

para o nosso país, para o futuro do nosso país, se nós analisássemos o conjunto da obra, e não ela fatiada, da forma como foi apresentada.

[soa a campanha]

Segunda pergunta: se V. Sas. concordam com a necessidade da tramitação desses projetos em regime de urgência. Haja vista que foi-nos dito, aqui, que o pré-sal, todos nós sabemos que vai, Deus queira que se torne realidade, que nós podemos ter, no Brasil, *sheiks*, com aqueles turbantes, participando da OPEP, mas isso vai acontecer muitos anos à frente, lá para 10 anos, 15 anos, com otimismo.

Então, nós estamos acelerando um processo, obrigando o Senado Federal, porque, na Câmara, foi retirada a urgência, obrigando o Senado Federal a discutir, analisar, votar conscientemente, em regime de urgência, que nos dá 45 dias para fazer essa análise. Então, eu queria saber se V. Sas., muitos dos quais participaram da elaboração dos projetos, eu não sei quantos anos o governo levou discutindo o pré-sal, eu até gostaria, também, que fosse respondido, e se V. Sa. se colocando nos lugares dos Senadores, teriam condições de entender e ter consciência no voto, em regime de urgência, e se há necessidade para esse regime de urgência?

Terceira questão, também, eu anotei todas as observações de todos os palestrantes. O presidente do IPEA colocou com muita propriedade, apesar da velocidade com que passou as suas planilhas, pelo que eu pude constatar, ele prova por ali que a vinculação do royalty ou a distribuição do royalty cumulativa em poucos municípios e nos estados produtores, nos municípios produtores não trouxe o benefício esperado. Por quê? Pelo que eu entendi, e aí eu queria ouvir a opinião de V. Sas., pelo que eu entendi, não há um disciplinamento no sentido da aplicação desses recursos. Os *royalties* e as contribuições, no caso dos minerais, me parece que eles foram criados para que os estados e os municípios que detêm esta benção de Deus, pudessem se preparar para, no futuro, quando esse bem for extinto, porque tantos os minerais quanto o petróleo são finitos, então para que preparasse para dar continuidade e ter uma base produtiva voltada para suas vocações independentes da existência.

E o que está acontecendo, pelo que IPEA constatou, é que nós estamos perdendo a riqueza e não estamos preparando para a pós-riqueza. Hoje, nós falamos pós-Lula, não é? Então, a pós-riqueza, não é? Então, acho que estamos errando, vamos corrigir o erro. Nós estamos falando de petróleo. Petróleo, para mim, é o primo rico. Os estados que são produtores de petróleo são aqueles estados... O Brasil foi abençoado, os estados detentores de reserva de petróleo foram

abençoados duas vezes. O Dr. Marcelo, me parece, fez uma referência sobre Minas Gerais. E eu faço coro com ele, em relação ao Pará. O Pará tem, hoje, e está igual com Minas Gerais, vai suplantar Minas Gerais na produção de minérios e a população continua sem ter nenhuma visão de futuro. Os municípios, onde se extraem essas riquezas, eles têm uma demanda [soa a campanha] de serviços na área de saúde, segurança, infraestrutura, enfim...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Senador Flexa, só para V. Sa. ter uma noção, eu lhe daria mais 5 minutos. Estaria bem?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se V. Exa. me der mais 5, mais 5 eu lhe agradeceria.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Está bem. Então...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Senador Suplicy, a quem eu tenho todo o respeito, teve da Senadora Rosalba, ela desligou a campanha...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Para não alongarmos o debate, nós--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, mas eu tenho dúvidas, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Então, eu faço cinco mais cinco, mas aí encerramos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Então, 10 minutos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se eu tiver concluído as minhas dúvidas, a gente encerra. Mas como eu dizia, voltando, aqui, ao raciocínio, então, o que acontece no meu estado é que você aumenta a demanda de serviço, os estados não recebem a contrapartida pela riqueza que é retirada, a demanda é maior, os serviços despendem mais do que... O Estado do Pará recebe por ano, de contribuição financeira, algo em torno de 80 a 100 milhões de reais. E tem a base exportadora. Quer dizer, nós exportamos emprego. Nós estamos exportando emprego para a China, para os Estados Unidos, para a Europa como, lamentavelmente, exportamos os talentos brasileiros e importamos conhecimento. Nós tínhamos que fazer uma inversão, uma quebra de paradigma com relação a isso. Mas vamos ficar na questão dos *royalties*.

Então, acho que deveríamos ter um projeto, algo em que houvesse um planejamento de longo prazo, independentemente de governo. Pode ser governo A, B, C, D ou E, vai ser mantida aquela programação para aqueles municípios e aqueles estados que todos devem ter, e eu sou adepto à questão de que

o pré-sal não é dos estados, é da nação, porque ele está em mar territorial, então, os poços, no território do estado, merecem, evidentemente, a partilha para os estados, mas o pré-sal tem que ser distribuído pela nação, com tratamento diferenciado para os estados mais impactados, tudo bem, mas que haja a distribuição com relação a todos.

Eu fiz, aqui, algumas observações, e vou pedir, senador Flávio Arns a devolução do meu parecer, que já foi entregue sobre o fundo social, porque eu vou e refazê-lo. Vou refazê-lo. Eu já tinha incluído segurança, como também uma área importante para receber os recursos. Eu já tinha tirado esta questão dos bancos serem só federais, o que é inconstitucional. Pelo contrário, você tem que dar competitividade, ver quem é que... Hoje, os governos todos estão fazendo leilão ou licitação para gestão das suas contas, antigamente era só o Banco do Brasil que ficava com os recursos; agora, não, ou o banco dos estados, quando tinham. E, lamentavelmente, hoje, você... Lamentavelmente não; para o bem da sociedade, hoje, você ganha para que recursos, para aplicar no estado, para a sua população, dando o direito de um banco, qualquer que seja, que lhe melhor pagar para administrar a conta, só para ficar lá com o dinheiro.

Então, acho que tem que haver isonomia, quem pagar mais para administrar o fundo que o administre. Acho que a transparência não se deve ser a banco federal ou privado. A transparência, foi dito pela TCU, é um outro ponto que tem que ser revisto aqui, no projeto, e aí eu colocaria, aqui, os pontos que foram levantados, já temos 51 fundos, os resultados desses fundos são todos aprovados pelo IPEA, abaixo daquilo que a nação esperava, pelo contingenciamento, pela retenção por parte do governo. O comitê, é preciso definir, realmente, quem vai definir a aplicação do fundo, porque é um comitê, mas é um comitê que é indicado pelo Executivo. Então, no meu entendimento, quem vai dizer onde vai aplicar é o Executivo. Eu penso assim, posso estar errado. Até porque o Dr. Nelson terminou a exposição dele com uma frase brilhante, a palavra final é do Congresso Nacional.

Eu pediria a V. Sa. que mudasse, pusesse assim: a palavra final deveria ser do Congresso Nacional, porque lamentavelmente não é, porque o Congresso Nacional, quando faz a discussão e aprova os projetos e manda a sanção presidencial – e não é nesse governo, vem de há muito – os vetos que são colocados no projeto voltam a Congresso e deveriam ser pautados para votação do Congresso Nacional, as duas casas, para aí, sim, a palavra final é do Congresso Nacional, para que esse veto fosse mantido ou derrubado. Como não é feito isso, nós temos mais de mil vetos engavetados

e só se pauta vetos que são de consenso, ou seja, que ninguém vai, nem para a sessão do Congresso os parlamentares vão, porque não tem o que discutir, lá é tudo consenso. Agora, vamos colocar os vetos que são polêmicos e vamos votar lá, aí, sim, o Congresso está dando a palavra final. Fora disso 'deveria ser', fazer essa correção.

Mas como eu falei, a questão da transparência, eu acho que isso é fundamental: relatórios trimestrais, para que a sociedade possa acompanhar. A outra observação, aqui, quase que... Por que a parte que cabe à União, a União não transfere os recursos que deveriam ser dela para o fundo, também? A União gosta muito de dar barretada com chapéu alheio. Eu tenho um projeto que não anda, no Congresso, que eu sou totalmente a favor de incentivo, nos momentos de crise, a determinados setores da economia, não há dúvida disso, mas que a União faça isso com a parte que lhe cabe do IPI e do imposto de Renda, não dá para fazer isso com a parte dos municípios e dos estados.

A União que tem o controle das condições de alavancar a economia, ela, quando isenta do IPI, ela está tomando recursos dos municípios e dos estados, quando ela poderia, ela, sim, tirar do dela, já que ela detém 60% da recomendação que, lamentavelmente, não conseguimos fazer a reforma tributária e fiscal nesse país. Então, por que é que a União também não vai contribuir com a parte que lhe cabe do latifúndio para o fundo? E foi dito, no me lembro por qual dos senhores, que a reserva levantada, hoje, é de 15 bilhões, 15 bilhões de barris e que a União vai ficar com 5 bilhões, ou seja, 1/3 dessa produção, dessa reserva total, não da produção, já não vai contribuir para o fundo. Já não vai contribuir para o fundo. E foi dito aí que esses restantes são insuficientes para que o fundo atinja o valor necessário.

Uma outra dúvida, também, que me parece, que eu gostaria de ser esclarecido, é com relação a essa questão que o que Dr. Nelson colocou: com o resgate. V. Sa. se referiu ao resgate dos dividendos do fundo. E o resgate do principal, quem é que define esse resgate? Quem é que vai dizer quanto é que do montante do fundo vai poder ser retirado para ser aplicado em determinadas áreas? Porque aqui não está claro quem é que vai fazer esse resgate, quem vai definir o resgate.

[soa a campainha]

A questão da parceria do pagamento dos *royalties*, da parceria privada, eu acho que eu entendi o que V. Sa. quis dizer, como na partilha não são proprietários do óleo, a União entrega óleo para que eles possam vender e, depois disso, fazer o pagamento dos *royalties*.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ela mesma. E aí deveria fazer da parte dela, também. Da parte dela, também. Eu gostaria, para finalizar, Senador Flávio, fazer mais dois questionamentos de uma maneira geral.

Primeiro, é posição tomada pelo PSDB, pelos Democratas, de que nós não vamos votar o fundo social, a capitalização da PETROBRAS, nós não vamos votar sem antes nós votarmos a distribuição dos *royalties* pelos estados. Essa posição do governo de inverter para depois das eleições a distribuição dos *royalties*, isso aí é história de Papai Noel ou cegonha. Nós vamos discutir primeiro a distribuição, para depois discutirmos... O ideal seria... E a pergunta que fiz: se não era melhor discutir o pacote como um todo, para a gente saber a direção que a gente teria?

E a última pergunta: se não chegou a hora de nós discutirmos de uma vez por todas, não só *royalties* de petróleo, mas vamos discutir a questão dos minerais, também? Por que é que os estados que são produtores de minerais tem um royalty antes, hoje, CEFEN, de 2 a 3%, não tem aquela segunda parte de contribuição, como é que chama? Participação especial, não é? Então, eu não acho justo. Eu não acho justo. Eu acho...

E outra coisa: vou emendar, também, para que os recursos desse fundo social sejam aplicados para que a União faça valer que está na Constituição, ou seja, tem que ser aplicado... Não é preferencialmente, não. Tem que ser aplicados nas regiões que foram mostradas aqui, com propriedade, pelo IPEA, que não faz em parte do Brasil desenvolvido. Então, nós precisamos, antes de buscarmos, como alcançaremos um estágio do Brasil no patamar dos países de Primeiro Mundo, nós temos que tornar os brasileiros também iguais nas suas condições de vida em todo o território nacional. Nós não temos brasileiro de primeira categoria, segundo categoria e terceira categoria, nós temos brasileiros. E aí nós vamos ter que diminuir as desigualdades regionais que, lamentavelmente, apesar de estar no texto constitucional, elas vem aumentando a cada momento, a cada década.

Eram essas os questionamentos, ficando, para atender o presidente, com muitos outros para uma próxima audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço. Passo, em seguida, a palavra ao Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador, Presidente Flávio Arns. Srs. expositores, Sras. e Srs. Senadores. Tive que me retirar, lamentavelmente, para cumprir um compromisso em outra Comissão e

acabei não tendo a exposição de todos, consequentemente, terei alguma dificuldade, mas, contudo, serei rápido. Ao contrário do eminente Senador Flexa Ribeiro, que parece que está entregando os pontos, porque ele espera que seja governo daqui a pouco tempo. E ele está dizendo que não, porque ele já quer fazer as coisas, acho que faz agora não serve para depois. E eu entendo que o que nós fizemos agora serve para o Brasil. Esse é o meu ponto fundamental. E dizendo que nós temos algumas coisas urgentes para agora--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu vou pedir o art. 14.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Desculpe, eu estou brincando. [risos]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Porque eu fui citado, e não é esse o pensamento. Ele está distorcendo a coisa. Eu quero que a gente aprove, mas aprove com consciência.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Está certo. Tudo bem. Uma brincadeira, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Para o bem da discussão, ele retira a observação. [risos]

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Nós temos alguns pontos do processo do pré-sal que tem urgência e tem alguns pontos que não têm urgência. E eu entendo de que a constituição da empresa, para administrar o pré-sal, é urgente. A capitalização da PETROBRAS é urgente. Por que são urgentes esses dois pontos? Aqui já foi dito que nós não sabemos se temos 15 bilhões de barris ou 100 bilhões de barris. Eu já vi gente falar que tem 300 bilhões de barris. Então, como é que nós vamos passar a discutir fundos e discutir distribuição se não sabemos qual é o bolo?

Eu começo me indagar, e, nessa indagação, eu fiz uma brincadeira com o Senador Flexa Ribeiro, porque é muito maior do que nós pensamos, senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Deus queira.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): E por ser maior do que pensamos, nós temos que, primeiramente, fazer as ações necessárias e urgentes para que possamos ir buscar as riquezas com a pesquisa, com o desenvolvimento, com a implantação, porque distribuição deverá ter daqui a quatro, daqui a cinco, daqui a seis anos. E quanta discussão nós podemos ter nesse espaço para buscar o ideal para o Brasil?

É dentro desse princípio que eu entendo de que temos que pensar muito na empresa do pré-sal, muito na capitalização da PETROBRAS, muito, também, nas partilhas. Mas partilha e, principalmente, distribuição e royalty é uma coisa que poderá levar cinco, seis anos. E aí nós temos tempo suficiente e espaço para

amadurecer que toda essa riqueza... E aí, sim, estou de acordo: essa riqueza é dos brasileiros. Não podemos tirar recurso do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, mas quando eles receberam as benesses do petróleo, nós produzimos 10% do que produzimos hoje, e toda a produção era na terra. Hoje, nós ampliamos, fomos para o Oceano Atlântico. E a nossa Constituição é clara: tudo que foi embaixo do solo ou no oceano é da União. E toda distribuição é da União para os estados e municípios. Consequentemente, defendemos, sim, que o Rio e o Espírito Santo não percam, mas que a distribuição seja para todo o Brasil e para todos os brasileiros.

Essa pequena intervenção, por não ter tido espaço e oportunidade de ouvir a todos, deixa a minha opinião, e com a certeza de que, nesse debate, cresce a consciência do Senado, cresce a consciência da própria nação e, certamente, encontraremos caminho fácil, porque o difícil era discutir falta. Nós estamos discutindo sobras, ganhos, riquezas. Isso é muito fácil para discutir. E como é fácil para discutir, nós estamos permanentemente atentos e agradecendo a oportunidade e o tempo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Obrigado, Senador Neuto De Conto. Em seguida, eu passo a palavra aos expositores--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem, presidente. Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Só explicando, ainda, um pouco. E cada expositor, naturalmente, vai refletir sobre aquilo que foi colocado pelos senadores, mas peço a gentileza de, também, eventualmente, fazer alguma colocação sobre a exposição dos demais membros da Mesa, se isso for necessário.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Permite, presidente uma breve--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Antes de passar a palavra, eu só passo, pela ordem, mais um minuto para o Flexa Ribeiro e, na sequência, para o Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Um breve acréscimo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só queria acrescentar uma última pergunta aos nossos convidados. É uma pergunta importante e, agora, fugiu novamente... Vou passar para o Suplicy, depois, eu volto. Vou anotar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Senador Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, agradeceria... Pergunto, sobretudo, para o Sr. Fernando Siqueira, como engenheiro, e enge-

nheiro da área de petróleo, porque este acidente que aconteceu ali, ao Sul dos Estados Unidos, causou uma enorme preocupação e, inclusive, uma legislação nova, que foi votada no Senado norte-americano, ontem, relativamente a... às questões relativas ao meio ambiente. Então, como o petróleo da camada pré-sal, lá, será explorado no fundo do Oceano Atlântico, em que medida situações tais como as desse acidente estarão sendo consideradas no conjunto das preocupações do Brasil e dos projetos que nós estamos, aqui, examinando?

Isso tem a ver um pouco com a preocupação dos estados e dos municípios e daquilo que está na própria Constituição brasileira que, sim, o petróleo pertence à União, pertence ao povo, como ressaltou logo no início da sua exposição, estou de pleno acordo, mas é previsto na Constituição que, estados e municípios onde se realize a exploração, que poderão ter, eventualmente, preocupações de danos ao seu meio ambiente e outras consequências deveriam ter uma devida compensação. Isto está previsto na Constituição.

Mas, de repente, surge um acidente de extraordinária proporção, poderemos, eventualmente, ter esse tipo de acidente aqui, que cuidados teremos e qual é a preocupação que vai haver, que talvez esteja colocada no item, lá, de imitação dos efeitos ambientais e tal. Mas como é que isso será considerado?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Exatamente na linha do Senador Suplicy, sobre a questão do acidente, lá, com a plataforma, lá da BP, mas a minha pergunta, evidentemente a preocupação ambiental, mas a minha pergunta seria se nós já temos segurança na tecnologia. Sei que o Brasil, a PETROBRAS é, hoje, a que detém maior técnica, maior conhecimento para perfuração em águas profundas, mas nós estamos falando lá no acidente que houve em 1.500 metros, nós estamos falando no pré-sal 5, 6 mil metros. Então, eu gostaria de saber se já tem essa garantia da tecnologia para fazer essa exploração a essa profundidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Só quero dizer que essas perguntas são muito importantes, muitas pessoas certamente estão se questionando sobre isso, foram bem levantadas e muito oportunas.

Então, eu passo, em primeiro lugar, novamente a palavra ao Dr. Fernando Siqueira, que é presidente da Associação de Engenheiro da PETROBRAS.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Muito obrigado, Senador Flávio Arns, obrigado, senadores, pelas perguntas. Eu vou começar pelo final, a pergunta do Senador Suplicy.

O risco existe de acidente no setor petróleo e, por isso, é uma atividade bastante, digamos, controlada em termos de segurança. Existe um equipamento chamado *blow up preventer*, que fica no fundo do poço, que, em um caso de um acidente como esse, atua e não deixa haver derrame de óleo. O que pode ter acontecido, conjugado aí a uma falha desse equipamento com falha humana. Na Plataforma de Enchova, na Bacia de Campos, houve uma falha humana, e esse equipamento não pôde cumprir a sua missão. Então, a gente ainda não sabe o resultado da investigação, mas é possível que tenha havido falha humana e falha de equipamento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Esse acidente foi quando?

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Como?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, de Enchova, foi em que data?

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Enchova foi por volta de... Final da década de 80.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Esse está resolvido.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Está resolvido, foi imediatamente resolvido, porque era plataforma fixa e era mais fácil.

Então, esses acidentes são possíveis e, com esse acidente, os cuidados serão redobrados. Mas de qualquer maneira, eu queria dizer que a PETROBRAS já furou mais de 50 poços na área do pré-sal e graças a Deus não aconteceu nenhum acidente dessa monta. A plataforma que a Transocean, a companhia de perfuração independente perfura também para a PETROBRAS, perfura para as petrolíferas do mundo inteiro e tem uma experiência enorme. De forma que embora sendo possível esse acidente, eu acho que será muito difícil ocorrer novamente e agora os cuidados serão redobrados, novas tecnologias agregadas. Então, embora possível, eu acho que serão cada vez mais difíceis, mesmo em águas profundas de 2200 metros. Então, eu acho que podemos ficar tranquilos, a possibilidade existe, mas é muito pequena.

Quanto a sua pergunta inicial sobre diferença, concessão e partilha. O contrato de concessão existente foi feito em uma época em que se imaginava um risco muito alto para a descoberta de petróleo e um retorno baixo, caso fosse descoberto. Ocorrendo a descoberta do pré-sal, que a PETROBRAS durante 30 anos pesquisou e somente conseguiu levar a cabo quando a tecnologia permitiu, derrubou toda essa argumentação, porque o pré-sal tem um risco baixíssimo. A PETROBRAS furou em 13 blocos diferentes e achou petróleo em todos eles. Então, o risco é praticamente nulo.

O poço de Guará, recém-testado, deu uma produção, uma produtividade de 50 mil barris por dia e, então, altíssima produtividade. Então, faz com que a Lei 9478, em vigor, seja absolutamente inadequada para o pré-sal, porque ela dá 100% da propriedade do óleo para quem produz e uma obrigação dele pagar no máximo 20%, do total, para o governo em moeda, em dinheiro. Então, é uma profunda inadequabilidade para o pré-sal.

Então, nós estamos discutindo aqui o projeto do fundo social, não adianta termos um belíssimo projeto de fundo social quando a fonte arrecadadora é ruim para o país. Quer dizer, se persistir a legislação atual, não adianta ter um belo projeto de fundo social, porque a arrecadação é no máximo 20%, em moeda. Então, o contrato de partilha é a maioria dos contratos do mundo e são na base da partilha, ele tem uma vantagem do petróleo ser repartido. No caso do nosso projeto aqui, a produção é remunerada em petróleo e, então, o produtor já de cara tem um percentual grande de petróleo, que é o bem mais estratégico. Dólar todo mundo até fabrica. Agora, petróleo é que não tem. Então, o petróleo cada vez mais é profundamente estratégico, profundamente fornecedor de poder de barganha muito grande e, então, abrir mão dele é ruim, péssimo para o Brasil. Então, o contrato de partilha do governo melhorou muito essa questão da posse do petróleo.

O Dr. Nelson Barbosa me contradisse ali e eu não o censuro, não. Porque, quando eu descobri essa emenda do Deputado Henrique Alves, eu tive a maior dificuldade da passá-la para cerca de 30 parlamentares: Ibsen Pinheiro, Renan Calheiros, Pedro Simon. Os próprios companheiros da associação levaram 15 dias para entender a perniciosidade dessa emenda. Aí eu fiz o seguinte, publiquei na p. 23, na transparência 45, a emenda original do relator e a emenda camuflada em uma redação que não fica claro para as pessoas. A emenda original diz: "*Os royalties serão ressarcidos ao consórcio em petróleo*". Esse é o espírito da emenda, na p. 23, transparência 45. Mas a redação que coloca é uma redação que camufla essa intenção, por isso as pessoas têm dificuldade de entendê-la. Eu acabo de saber que o Presidente Lula foi devidamente esclarecido, ficou revoltado com essa emenda, que não partiu da intenção dele isso e ele disse que essa emenda não persistirá, porque ela, digamos assim, deturpa o projeto do governo.

Eu fiz um cálculo aí mostrando as três condições. Com a lei atual, o governo fica com no máximo 20%, em dinheiro, e o consórcio com 100%. No projeto do governo, o governo fica com 55% do petróleo do produzido e, no projeto do governo piorado, a União fica com apenas 29,4%. Então, essa emenda é um equí-

voco e é uma emenda que desfigura o projeto do governo. Eu convido ao Dr. Nelson Barbosa para a gente conversar, eu vou lhe mostrar que já fui contestado por mais de 30 pessoas, todos foram convencidos que a emenda é realmente péssima para o país e tem que ser retirada.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Permite. Essa emenda está no projeto do fundo social, ou não?

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Não.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Não, no outro projeto.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Ela está no projeto de partilha.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Só para esclarecer.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Mas ela, vamos dizer assim, atrapalha o fundo social, porque reduz a arrecadação do fundo social drasticamente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente. O Dr. Fernando Siqueira, ele fez uma referência, no caso da concessão, a União fica com 20 e a empresa com 100.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aí não fecha a conta.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Não, a empresa fica com 100% do petróleo produzido e, pelo Decreto 2705, de 98, ela é obrigada a pagar de 0 a 20%, em dinheiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, 20 é a média que foi mostrada aí.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: É paga em reais.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vinte por cento é a média.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas em moeda.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim. Mas então, ele fica com 80... Vamos falar em reais, ou barris, fica com 80% e 20% fica para a União.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: No máximo, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Por exemplo, nós temos aí a--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, eu já entendi. Só não fecha a conta de 100 mais 20 dá 120, já extrapola o total da--

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Não, mas ela fica com 100% do petróleo e paga 20 em dinheiro, que é muito menos estratégico. Além disso, se o senhor olhar ali aquele quadro que eu mostrei, não sei em que página está, mas há um quadro aí que mostra que se for até

90 mil barris por dia, a produção, ela é isenta, ela fica com 100% do petróleo, não paga nada e nem imposto de exportação, pela Lei Kandir, está certo? Então, a lei atual é péssima para o Brasil mesmo.

A questão da distribuição dos *royalties*, lamentavelmente, contra a vontade do governo, entrou em discussão. Por que lamentavelmente? Porque ela desvia a discussão do foco principal. Qual é o foco principal? Como o senhor disse muito bem, retomar a propriedade do bolo, para ver como é que distribui. Então, a introdução dos *royalties*, que todo mundo sabe, porque os *royalties* afetam a todos, estamos discutindo 10%, mas os 90% é que são os fundamentais de serem retomados hoje, porque a legislação atual dá, eu repito, 100% para quem produz e no máximo 20%, em dinheiro, para o governo. Então, os *royalties* camuflam a discussão principal.

A questão dos cinco bilhões, que o governo está fazendo uma sessão onerosa, foi dito aqui que não paga fundo social, não paga bônus e etc.. Na verdade, o que o governo está fazendo é investir, é capitalizar a PETROBRAS. Ele está aumentando, tentando aumentar. Pode ser que nem aumente, está tentando aumentar a sua participação acionária na PETROBRAS e, portanto, no pré-sal que a ela hoje está entregue. Então, isso daí o governo cede à PETROBRAS cinco bilhões de barris em reservas, a PETROBRAS paga com os títulos do governo em seu poder, o governo pega esses títulos e compra ações da PETROBRAS.

Então, o governo está sendo ressarcido, sim, na participação especial, porque ele passa a ter uma participação permanente na empresa e passa, portanto, a aumentar a sua participação no bolo que ela está produzindo. Portanto, essa capitalização é absolutamente importante, necessária, até para que, se outros acionistas resolverem investir, também, vai gerar recursos para a PETROBRAS investir e mais baratos. Então, essa capitalização, através de uma engenhosa situação, mas é muito bem bolada, muito bem feita, vai ser importante para a PETROBRAS, para capitalizar e aumentar o poder de fogo dela para investir.

O senhor falou, Senador Flexa Ribeiro, de forma muito feliz, no art. 176, dos minérios, que, hoje, as concessionárias de minérios, minerais, reservas minerais ficam com 100% das jazidas, do produto da lavra e pagam no máximo 2% de *royalties* ao Brasil. O que o Brasil ganha com isso? Isso piorou com a mudança da ordem econômica, que houve em 95, porque se igualou empresa nacional a empresa estrangeira. A empresa estrangeira, até então, podia explorar o minério com no máximo 49% das ações. A partir daí, elas puderam explorar com 100% das ações e a empresa nacional, com muito menor poder de fogo, foi absolutamente di-

zimada. É preocupante, porque também se quebrou o monopólio da cabotagem. Hoje, embarcações estrangeiras entram nos nossos rios, escoam o nosso minério, a nossa biodiversidade e uma atividade absolutamente tão estratégica, porque, nos Estados Unidos, ela só pode ser exercida por embarcação americana e tripulação americana nato, não naturalizada.

Por último, eu queria contestar um dado aqui da Fundação Getúlio Vargas, que o Dr. Paulo colocou, que diz que o estudo do IBRE, da Fundação Getúlio Vargas, estima perda de 50 bilhões por cada ano de atraso do pré-sal. Eu contesto isso com veemência, porque explorar o pré-sal açodadamente é absolutamente antiestratégico para o país. Primeiro, porque o pré-sal dá para ser explorado em mais de 40 anos, e, se isso for explorado em uma abertura de vinda de empresas asiáticas, americanas, europeias, o pré-sal se esgota em 13 anos, exatamente quando o petróleo estará explodindo em preço pelo terceiro choque de demanda.

Outro ponto negativo é que a entrada brusca de dólar fará no Brasil a doença holandesa, ou seja, sobrevalorizará o real, quebrará as empresas fora da atividade petrolífera, como aconteceu na Holanda e, então, o Brasil perde drasticamente com essa questão. Por último, eu queria dizer que, se entrarem esses dólares bruscamente, o Brasil vai ter que aplicá-lo em títulos do tesouro americano, que é o único título, hoje, com certa segurança, e esses títulos são valotados em dólar. Então, o senhor deixa de ter um ativo, que é crescentemente valorizado e que vai tender a crescer indefinidamente o preço do petróleo, quanto mais ele se tornar raro com a queda da oferta. Deixa de aplicar no ativo de preço crescente, valorização constante, para aplicar em um título que é valorizado em dólar e que é uma moeda que está com os dias contados, porque em 2018, ela deixa de ser a moeda de referência.

Então, hoje, nós temos autossuficiência com o que já descobrimos. Não tem nenhuma urgência de produzir o pré-sal, mas pode-se, sim, produzi-lo para exportação, desde que atenda uma estratégia de crescimento sustentável do país, não para produzi-lo açodadamente, acabar com ele precocemente, gerar problemas seriíssimos e prejuízos muito maiores do que 50 bilhões por ano, que está dito aqui. Os prejuízos são inimagináveis se produzirmos o petróleo açodadamente e acabarmos com o pré-sal precocemente. Então, esse estudo da Fundação Getúlio Vargas é absolutamente contestável e infundado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço ao Dr. Fernando Siqueira. Passo a palavra ao Dr. Marcelo Piancastelli, que é eco-

nomista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem. Tem dois questionamentos que eu gostaria de ouvir a opinião de todos. Primeiro, sobre o regime de urgência que estão submetidos os projetos no Senado e o outro questionamento, que eu fiz também, pedindo a todos que respondessem foi...

Ah, sim. Na opinião de V. Sa., como técnico, se não seria melhor ter o projeto analisado como um todo do que fatiado, já que há uma inter-relação entre eles.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu peço, então, que o Dr. Fernando Siqueira, se desejar, complete, assim, de maneira mais rápida, para a gente poder passar, então, em seguida, a palavra ao Dr. Marcelo.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Senador, eu sou absolutamente favorável ao regime de urgência, porque, se nós deixarmos a votação para depois da eleição, dificilmente nós teremos o mesmo empenho em favor do país. Quer dizer, as pessoas estarão livres da eleição e ficarão mais liberais, no sentido de defender o interesse brasileiro. Então, eu acho que agora é a ocasião altamente propícia para ser votado.

Quanto à questão do fatiamento, eu acho que deve ser feita uma votação prioritária para o projeto de partilha, porque, primeiro, temos, como o senhor disse muito bem, retomar a propriedade do bolo para o país, que hoje não é do país, para, depois, nós podermos pensar em reparti-lo. Então, por exemplo, a ideia de deixar o *royalty* para um segundo momento e discutirmos a partilha agora, junto com o fundo social, eu acho muito boa. Acho que a oportunidade de votar é agora, mais rápido possível, porque os senadores e os parlamentares, em geral, a própria Câmara, quando voltar lá, estarão muito imbuídos de um espírito nacionalista, mais do que seria, se for depois da eleição. Aí o pessoal relaxa e a coisa pode ficar pior.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu pediria a V. Exa. que mandasse retirar dos anais essa resposta do Dr. Fernando Siqueira, que eu acho que ela não cabe ao Senado Federal o juízo de valor que ele está fazendo, nem ao Congresso. Nós vamos votar, sim, tanto com regime de urgência, ou sem regime de urgência, nós vamos votar com eleição, ou sem eleição, mas nós vamos votar com consciência. Empurrado garganta, goela a baixo não vai ser, fique certo disso.

Então, eu vou fazer minhas as palavras do Senador Neuto De Conto, dizendo-se que há uma preocupação, eu acho, do governo, porque ele já prevê qual o resultado que terá nas eleições. Então, V. Sa.

está muito enganado pelo juízo que faz do Congresso Nacional e do Senado Federal, em especial.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Só um minutinho. Foi levantada uma questão de ordem. Eu só quero dizer que como Presidente, a questão de ordem de retirada não vai ser... Eu peço a vênia do Senador Flexa Ribeiro, porque eu penso assim que, na audiência pública, tem que haver a mais absoluta liberdade, para que as pessoas externem os seus pontos de vista.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Claro, sem dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Então, posso até não gostar, não concordar, eventualmente com algum ponto de vista, mas vamos deixar que haja absoluta liberdade, tranquilidade.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Até desrespeito?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não, eu acho que--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Imagine se é desrespeito. Se me permite o Senador Flexa Ribeiro. V. Exa. pediu a opinião dele e ele deu a opinião, vamos respeitá-la. V. Exa. não gostou da opinião. Eu, por exemplo, gostei e porque não--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. gosta de tudo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Por que não respeitar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. gosta de tudo que é--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Tudo que é de bom senso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Que é a favor do Brasil.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A favor do PT.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E a favor do Brasil, porque o PT é a favor do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu penso que V. Exa. externou o ponto de vista, o Senador Suplicy--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu não fiz essa pergunta aos convidados, que coubesse essa resposta. A pergunta que eu fiz foi clara, se há necessidade, ou não, do regime de urgência. Ele poderia tecnicamente ter respondido, se há, ou não, o regime de urgência, e não entrar em fazer juízo de valor, de como os parlamentares vão se portar nas votações,

antes ou depois das eleições. Lamentavelmente, o Dr. Fernando Siqueira está muito enganado com relação ao que V. Sa. pensa dos senadores.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Senador, não é--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós vamos votar, sim, mas nós vamos votar com consciência, não vamos nos render e nem nos dobrar à vontade de Executivo... Da opinião pública, não, senhor. Nós estamos aqui defendendo o cidadão brasileiro, nós estamos aqui buscando o que é melhor para o Brasil.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Sem dúvida, senador, eu não disse o contrário a isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós somos oposição ao governo e não ao país, fique certo disso. Já votei aqui e defendi muitos projetos do Executivo. Agora, para fazer politicagem, não.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Ninguém disse isso, senador. Eu disse só o seguinte: a pressão da opinião pública funciona mais hoje do que--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Sa. não está com a palavra, peça primeiro ao Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não, por favor, eu penso assim que o debate está sendo conduzido de uma maneira boa. As pessoas todas estão tendo a oportunidade de se manifestar. Há dúvidas, há um conflito em termos de um posicionamento. Mas como eu disse também, já antes, eu penso que deve haver absoluta tranquilidade, segurança, e a gente poderia discutir se isso foi ofensivo, ou não. Da minha parte, eu acho que está tudo bem, está tudo de acordo, e tenho certeza que o senhor também não teve a minha intenção de ser ofensivo em relação a qualquer parlamentar.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Sem dúvida. Eu queria esclarecer que não é a intenção de denegrir a imagem do Senado, de forma alguma. Eu apenas quis dizer que a pressão da opinião pública funciona mais antes da eleição, isso aí é uma questão humana. Eu trabalho nesse Congresso desde a Constituição de 88, senador, e procuro esclarecer aos parlamentares, conheço bem essa questão. Estou dando ao senhor uma opinião sincera do que eu acho, não com intenção de ofender a ninguém, de forma alguma, que eu não iria aqui ofender um poder da República do tamanho e importância, como é o Senado e a Câmara.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Mas é uma opinião que reflete uma experiência de mais de 20 anos, aqui, acompanhando os projetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem, Dr. Fernando. Eu acho que

está encaminhado. Passo a palavra ao Dr. Marcelo Piancastelli. Está certo?

SR. MARCELO PIANCASTELLI: Corretíssimo, Senador. Muito obrigado. Eu gostaria, inicialmente, de abordar uma menção que o ilustre Senador Suplicy fez com relação ao fundo do Alasca.

Quando eu fiz a minha exposição, eu centrei tudo só basicamente na sustentabilidade e na transparência. Eu não me preocupei com a parte da alocação de recursos como, aliás, tão bem tratou o Dr. Nelson Barbosa. Quer dizer, me tranquilizou muito o fato dos recursos do fundo, eventualmente, virem a ser alocados no orçamento da União e, a partir daí, estarão passíveis de todos os mecanismos de controle, de fiscalização, definição de prioridades e todas aquelas outras condicionalidades que a lei assim o estipular.

De modo que eu conheço a experiência do Alasca, Senador, já estive lá. Inclusive, acho que a transferência direta de renda, de colocar o dinheiro, o recurso no bolso do cidadão é muito saudável, como demonstrou ser o caso do Alasca, alterou o Índice Gini e etc., todos aqueles benefícios que o senhor mencionou. De modo que acho que aí é um aspecto alocativo e do qual, inclusive, eu me abstive de tratar. Quer dizer--

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Se me permite no aspecto da transparência, eu também estive lá na Capital Juneau e, por três dias, acompanhei tudo o que lá é feito. Notei, como muito interessante, que as reuniões do Conselho de Administração do Alasca são feitas em uma sala oval, com o assento para o diretor executivo, nomeado pelo governador eleito e pelos seis membros do *Board of Trustees*, mas com auditório em volta, de tal maneira que qualquer cidadão ou membro da Assembléia Legislativa pode acompanhar tudo que se faz nas reuniões do *Board of Trustees*. Ademais, essa reunião é transmitida, ao vivo, para todo o Alasca, para que a população acompanhe o que é feito. Só para--

SR. MARCELO PIANCASTELLI: Exato.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): É um exemplo importante de transparência e participação. E se foi dois a um, no dia, em 76, em que se aprovou o Fundo Permanente do Alasca, hoje, é considerado suicídio político, para qualquer liderança, propor o fim do sistema de dividendos do Fundo Permanente do Alasca.

SR. MARCELO PIANCASTELLI: Pois não, senador, acho que exatamente quanto a isso é que vem na direção de uma das minhas preocupações e que eu coloquei aqui, o problema da sustentabilidade.

A minha preocupação com o projeto de lei é que o conselho de gestão do fundo financeiro, quer dizer, no projeto como ele está hoje, ele é... Eu considero

extremamente liberal, no ponto de que ele adquire ou ele assume posições, que eu creio e a experiência nacional se mostra, dele não ser do Congresso. Por exemplo, definir o percentual de resgate anual. Isso é uma decisão orçamentária, isso é uma definição que os representantes do povo, o Congresso, deveriam tomar anualmente. Vai ser 2%, 3%, 4 ou quanto? Porque a garantia da sustentabilidade, quem vai definir isso são os representantes do povo, na melhor escola, na melhor aprendizagem democrática que nós temos no fundo.

É a primeira vez que nós temos um fundo, dentre os 51 que existem, que está discutindo esse tipo de problemática no Congresso. De modo que, tal como se discute qual é o percentual de resgate da renda sustentável, deve-se discutir também a composição do Comitê de Gestão. Os nomes deveriam ser submetidos ao Senado com toda a prioridade e transparência. Onde serão feitos os investimentos? Qual o tipo de empresa? Nós vamos adotar um padrão da *Standard & Poor's*, da *Moody's*, ou de alguma agência de *rating* do Brasil, ou do BNDES, de um banco.

Quer dizer, são coisas que o Congresso deve ter uma participação importante. E abolir aquela ideia de que se uma decisão cai no Congresso, ela vai ser demorada, vai ser lenta. Pelo contrário, o Congresso vai... A capacidade de deliberação no Congresso, ela só tende a melhorar com o tempo, na medida em que vai tomar esse tipo de decisão, que é de interesse da nação e do povo. Do mesmo modo que se eventualmente um membro do Parlamento tomar uma decisão de propor um percentual de retirada que seja insustentável, politicamente, provavelmente, ele vai pagar por isso. De modo que são coisas básicas em uma administração de um fundo desse tipo.

De modo que são coisas que eu gostaria e espero ter dado essa mensagem, porque isso está baseado na experiência, inclusive, como eu mencionei. Se nós olharmos a experiência do Timor Leste, que é um país que o Senador conhece, pobre e que está lutando para sobreviver, a renda da população toda depende do repasse de 3% do fundo de petróleo deles. Da mesma coisa o Temasek Holdings de Cingapura e por aí nós vamos afora.

De modo que a transparência, com a participação mais efetiva do Congresso nas deliberações e a sustentabilidade do lado do fundo são fundamentais. A alocação de recursos, depois o Congresso resolve na lei orçamentária. Muito obrigado, Senador.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Está bem. Obrigado.

SR. MARCELO PIANCASTELLI: Ah, bom--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Só as duas perguntas.

SR. MARCELO PIANCASTELLI: Em tempo, Presidente, as duas perguntas.

Eu não tenho, eu me sinto impedido, até por questão de competência, de avaliar politicamente se o regime de urgência, tal como está sendo proposto, ele é o melhor ou não. O que me preocupa é o grau de consciência da decisão do Congresso. Nós estamos lidando com assunto da maior complexidade.

O fundo social talvez seja um dos mais simples, dentre esses quatro projetos que estão em pauta na Casa. Olha que as controvérsias e as decisões, a importância delas para o futuro do país. Como eu mencionei às pessoas, nós estamos discutindo aqui um assunto que vai interessar aos nossos netos e bisnetos. É uma felicidade para o país que pode fazer esse tipo de coisa. De modo que essa sustentabilidade é importante.

Se, no projeto menos complexo, nós já temos essa série de aspectos, de controvérsias e de pontos, imagina o outro da partilha, da qual é competência do Dr. Fernando Siqueira, que eu me sinto absolutamente impossibilitado de opinar. De modo que o importante que eu acho é o Congresso, os senadores, eles sentirem que têm a consciência da complexidade dos problemas e aí tomar a melhor decisão. Se isso vai requerer ou não regime de urgência, a Casa é que vai deliberar sobre isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço ao Dr. Marcelo. Antes de passar a palavra ao Dr. Paulo Springer de Freitas, eu fui perguntado, pelo Dr. Fernando Siqueira, se haveria alguma dificuldade se ele se retirasse, em função do voo que ele tem. Eu disse para ele que eu faria essa justificativa, para que a saída dele não tivesse qualquer relação com o que foi discutido agora há pouco. Foi isso que eu falei para o senhor. Então, V. Sa. está à vontade para a decisão que for mais adequada. Eu só passo em seguida a palavra ao Dr. Paulo Springer de Freitas, que é consultor legislativo do Senado Federal.

SR. PAULO SPRINGER DE FREITAS: Obrigado. Sobre as colocações feitas, quer dizer...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Até essa presidência não se incomoda, porque é um diálogo positivo, construtivo.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Positivo, sou testemunha.

[risos]

Sr. Presidente, me permita apenas informar que eu encaminhei a cada um dos expositores o texto de palestra que farei no Congresso Internacional da *Basic Income Earth Network*, proximamente, e que trata dos assuntos sobre os quais eu mencionei. Mas eu até

aproveitaria para perguntar se por acaso o Sr. Paulo de Freitas, de alguma maneira, quando em 99 eu solicitei que fosse feito o projeto sobre o Fundo Brasil de Cidadania, se por acaso ele interagiu, já que é da consultoria legislativa do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Com a palavra o Dr. Paulo.

SR. PAULO SPRINGER DE FREITAS: Começando pela última pergunta, eu agradeço até o envio do texto. Na época, eu não estava no Senado ainda, então não tive a oportunidade de interagir, eu entrei aqui em 2004.

Mas sobre... Vamos fazer alguns comentários gerais. Sobre analisar o conjunto da obra, eu acho que é mais interessante de fato. Existe um problema legal em relação ao problema da Petrosal, porque a criação de uma empresa estatal parece que tem que ser feito por um projeto de lei específico e, então, não daria para fazer junto com os outros. Mas é claro que é uma decisão da Casa, mas, assim, eu acho a análise conjunta, ou talvez algum apensamento(F) desses projetos, acho que diminui a probabilidade de ter algum erro, de ter algum ruído na história.

Igual eu coloquei, aqueles problemas que têm alguns artigos do PLC 16, que faz a menção ao PLC 07, que aí pode dar alguma confusão na hora dependendo de como for feita a tramitação, de como for a votação e tem que ter mais cuidado. A condição do projeto... Quando são vários projetos, eu acho que é mais difícil a coordenação, mas nada impede.

Sobre o regime de urgência, obviamente é uma decisão do Presidente da República. Agora, eu queria levantar alguns pontos sobre o regime de urgência. Parece que é muito importante a capitalização da PETROBRAS e aí queria levantar um ponto seguinte: para capitalizar a PETROBRAS não precisa de projeto de lei. O governo consegue outras formas, por exemplo, ele pode licitar áreas e com o dinheiro usar para capitalizar a PETROBRAS. Isso tem a vantagem: primeiro, que você consegue um preço mais garantido de ser um preço justo, porque o problema da... Aí já entrando no mérito do PLC 8, mas já que é o que está se debatendo aqui sobre a urgência.

O governo está cedendo parte do seu patrimônio, do patrimônio da União para a PETROBRAS, com o direito de exploração. Seria como uma placa de táxi que o governo está vendendo. Sem haver licitação é muito difícil uma avaliação correta. Vai haver, sem dúvida, empresas que vão avaliar de tudo, mas existe uma grande dispersão aos próprios leilões de áreas, a gente vê que tem uma dispersão grande de valores e é muito difícil avaliar isso. Então, a chance de estar havendo uma transferência de patrimônio da União

para a PETROBRAS, lembrando que 60% da PETROBRAS é setor privado, é enorme. Basta lembrar: são cinco bilhões de barris e um dólar a menos significa cinco bilhões de dólares de transferência patrimonial da União para a PETROBRAS, ou seja, três milhões de dólares para o setor privado.

A urgência pode ser resolvida assim, licitar a área e, com o dinheiro, capitalizar a PETROBRAS. Quer dizer, então, não tem o problema de urgência em relação isso. Eu imagino se é que a PETROBRAS... Eu não conheço o cronograma da PETROBRAS, não sei se tem esse problema.

A questão de atraso ou não. Quer dizer, até tem esse estudo da FGV que fala. Uma coisa é atrasar a questão da urgência, uma coisa é você atrasar simplesmente por ser relapso, alguma coisa assim. Outra coisa é atrasar, nem diria atrasar, uma coisa é demorar mais para chegar ao resultado, que é aquele que o país realmente deseja. Então, são situações... Quer dizer, um atraso, ele tem um custo, quando é um atraso puro, assim, sem nenhuma justificativa. Agora, uma demora é diferente, aí é outra análise econômica que se faz. Aí pena que o Sr. Fernando tenha saído, até para esclarecer uns pontos que ele colocou. Mas sobre a questão do atraso, quer dizer, uma coisa então é você ter uma estratégia ótima do governo. Ninguém aqui está defendendo que todo o petróleo do pré-sal saia em um ano ou em dois. Eu acho que há questões estratégicas, há questões de longo prazo e tudo isso que deve ser considerado.

Agora, dada uma decisão estratégica de explorar o petróleo em X anos, não faz sentido você deixar de extrair nesses X anos, porque a PETROBRAS não tem capital para investir nisso. Você pode simplesmente abrir para outras empresas trazerem o processo e explorarem, também. Quer dizer, uma coisa é dentro de uma estratégia ótima, inclusive, considerando todas as questões que podem faltar no futuro, entre petróleo, não sei o que e tudo. Agora, dada uma definição de uma trajetória ótima de extração, de um cronograma de extração, que é aquele que satisfaça o país, não faz sentido atrasar esse cronograma, porque a PETROBRAS está sem capital para investir. Aí eu acho que o prejuízo para o país é muito grande.

Outra coisa importante também que eu também acho, o Senador Suplicy havia falado sobre a diferença entre concessão, partilha e a questão da arrecadação. Uma parte importantíssima da arrecadação é regulamentada hoje por decreto, que é a participação especial. O Presidente da República pode mudar o decreto em uma canetada. Quer dizer, o Sr. Fernando até tinha falado que até 90 mil barris é isento e acima de 90 mil, você entra... Seria como se fosse um imposto

progressivo, não é imposto do ponto de vista jurídico, esse é uma receita(F) patrimonial. Mas do ponto de vista econômico, a participação especial funciona como um imposto sobre o lucro, um imposto progressivo. Isso é regulamentado por decreto. Então, basta o Presidente da República, se entender, ele mudar tanto essa alíquota, tanto digamos a faixa de isenção, que seriam esses 90 mil barris diários, quanto as alíquotas que podem chegar até o valor que desejar.

Então, se o problema é arrecadação de um regime de petróleo, de concessão, ou de partilha não existe esse problema. Sendo que na partilha, na minha opinião, tem um problema adicional, que é a questão de transparência. Na partilha, a União é dona do óleo. Quando ela vai vender, ela pode vender abaixo do preço de mercado, por exemplo, para fazer uma política industrial. Eu não sou contra a política industrial, pode até ser feito, mas isso seria melhor se fosse feito via orçamento. Quer dizer, ela pode... O mesmo valor que tiver, vender o óleo e com essa diferença de preço subsidiar algum setor. Agora, na partilha isso é tudo decidido, por exemplo, política de comercialização é decidida via CNPE, sem passar pelo Congresso e uma decisão dessas pode ser... Quer dizer, o governo pode estar transferindo para setores e tudo sem passar pelo Congresso. Eu acho que quando você faz isso via orçamento, via subsídio, a decisão é passada pelo Congresso e acho que ganha-se em transparência, que seria o caso do regime de concessão.

Então, eu acho que os principais pontos, quer dizer, a urgência... Eu não vejo a urgência, principalmente por causa dessa alternativa que existe: se o problema é a capitalização da PETROBRAS, pode ser feito; se a questão é arrecadação do governo, isso pode ser feito por decreto. Acho que os pontos, não sei se ficou faltando algum dos comentários dos senadores. Eu acho que os principais pontos, eu acho que eu tratei.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço, então, ao Dr. Paulo. E passo em seguida a palavra ao Dr. Maurício de Albuquerque Wanderlei, que é Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União, TCU.

SR. MAURÍCIO DE ALBUQUERQUE WANDERLEI: Obrigado, Presidente. Eu queria focar um pouco as minhas palavras finais na questão que o Senador Flexa Ribeiro suscitou sobre a questão do desenvolvimento, e aí ele comentou um pouco os números que o Dr. Márcio Pochmann trouxe aqui hoje, alguns indicadores que mostram que, eventualmente, o fato de você ter recursos de *royalties* em alguns municípios, em alguns estados, isso não está levando a uma melhoria nos indicadores sociais e desenvolvimento em

algumas regiões. E aí eu queria resgatar algo que eu comentei da outra vez, quando eu falei, inicialmente, que diz respeito à questão da qualidade do gasto, e aí eu comentei da importância de um projeto de lei trazer uma menção que obriga que os programas que venham ser financiados com o fundo social têm que constar deles avaliações quantitativas e qualitativas.

Eu acho que a gente, agora, está vivendo um novo momento no Brasil. Alguns anos a gente conseguiu aumentar o gasto público, conseguiu investir mais, o Poder Público está tendo sobra, que não tinha na década de 90, e isso não está acompanhado de uma melhoria nessa qualidade do gasto. Se a gente, hoje, olhar o orçamento, nós temos, aí, cerca de 300 programas finalísticos, e há uma obrigação de que constem indicadores de resultados desses programas. O que nós, do TCU, constatamos é que poucos desses programas têm conseguido... Em poucos desses programas a gente tem, de fato, a informação clara e precisa desses indicadores e menos ainda de impacto de resultados em relação a esses indicadores. Então, eu acho que o Congresso Nacional tem uma oportunidade muito grande de, no processo orçamentário, cobrar dos gestores, também, que informem quais são os resultados de cada um desses programas, até para decidir a alocação de verba no orçamento anual. E, nesse contexto, eu queria trazer aqui a informação de que informações dessa natureza constam das contas do Presidente da República, do parecer prévio, do relatório, que o TCU elabora todo ano e encaminha ao Congresso Nacional. Ali há subsídios, e eu acho que, a partir de um trabalho do Congresso Nacional, no julgamento dessas contas, é possível também a gente cobrar uma melhoria nesses estudos de impacto; tem muito programa que há um gasto e que você não vê o resultado na ponta. E eu acho que essa uma questão, Senador Flexa, que o senhor colocou a sua preocupação em relação a isso: que haja, de fato, uma melhoria da qualidade de vida do cidadão, que, a partir desses programas, eu acho que há necessidades de se fechar esse ciclo orçamentário com esse tipo de avaliação. “Olha, foi gasto num ano tanto...”; o que é que isso redundou em termo de indicador? O Tribunal tem feito um trabalho até com auxílio do IPEA, na questão da avaliação de impacto, de solicitar aos gestores em que eles, realmente, façam esse tipo de avaliação, e eu acho que isso consta da proposta, isso precisa, realmente, ser reforçado e haver uma cobrança de todos os governantes, seja em termos de união, de estados e municípios, porque a gente tem que começar a avaliar, de fato, o impacto desses programas. Nós estamos, agora... Todos nós aqui resgatamos a oportunidade que Brasil tem com esses recursos do pré-sal, e eu

acho que a gente tem que ter, realmente, esses mecanismos de acompanhamento dos resultados e, como eu falei, também, um bom processo de planejamento prévio a esses programas, um bom diagnóstico, onde é que nós estamos querendo chegar, qual é a situação que a gente tem.

Hoje, infelizmente, a gente observa que, muitas vezes, pelo fato de ter dinheiro, a gente tem uma pressa muito grande em gastar, e não faz um planejamento adequado, com consequências muito ruins para o país. E aí eu cito alguns exemplos. A gente teve os jogos pan-americanos, no Rio de Janeiro, e, quando a gente olha o que era a previsão, o que era o valor previsto e o que foi efetivamente gasto, a gente vê que houve um desvio imenso e, obviamente, nós temos um país de grandes carências, a gente não pode desperdiçar recursos. Então, eu acho que, nesse contexto, é muito importante que esse fundo do pré-sal, realmente, seja bastante rigoroso na exigência de qualidade do gasto público, e essa é uma questão que eu queria trazer, porque senti aqui a tristeza de diversos senadores, quando o Dr. Márcio mostra aqui indicadores, e, aqui, a Senadora Rosalba estava aqui do meu lado e falava: “Olha, que pena que está acontecendo com o meu estado”, e tenho certeza que outros estados, onde a gente não vê o fato desses recursos, que foram para lá canalizados, terem se transformados em benefícios para diversos segmentos da população.

Eu queria comentar, por fim, da questão do processo legislativo. Eu teria uma dificuldade, Senador Flexa, de falar sobre a questão da urgência, mas eu acho que ficou claro, aqui, para mim e acho que todos que estão, aqui presentes, a necessidade de uma discussão dessa questão do fundo social e das outras. De fato, há diversos aspectos que merecem uma ampla discussão. Eu acho que essa Audiência Pública foi bastante proveitosa, porque suscitou uma série de debates de pontos que merecem uma reflexão, e acredito que o Senado tem que... De fato, eu queria deixar essa visão de que o Senado tem que debater essa questão com profundidade, não só essa que nós discutimos hoje, do fundo social, mas as outras, também, relacionadas com outros projetos, e a importância de que se tenha um cuidado muito grande – acho o que Dr. Paulo trouxe aqui já alguns exemplos – de que cada votação de um projeto desses, realmente, se tome cuidado com os reflexos nos demais. Aqui, o fundo social, ele tem toda uma lógica voltada com um modelo de partilha, com um modelo de concessão, com o que vai ser definido, e eventuais alterações de um projeto, com certeza, vão ter implicações em outro. Então, é muito importante haver esse cuidado e essa discussão de forma conjunta dos projetos.

Era isso que eu teria para colocar e agradecer a oportunidade de estar aqui, participando dessa discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço, também, ao Dr. Maurício, e com a observação das mais importantes, porque toda a sociedade está desejando saber, no processo de transparência, como que os recursos vão ser aplicados e o impacto disso na melhoria da condição de vida do cidadão brasileiro, até que ponto que isso está ajudando ou não.

Márcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA.

SR. MÁRCIO POCHMANN: Obrigado, Senador Flávio, muito obrigado as questões e comentários realizados. Eu vou ser bastante objetivo, porque eu acho que, em parte, os colegas que antecederam foram muito felizes nas suas considerações. Em primeiro lugar, no que diz respeito à indagação do Senador Sulyc sobre a possibilidade de integrar ou fazer parte de sua proposta de Fundo Brasil de Cidadania, com o fundo social, nos recursos do pré-sal, não me parece que haveria grandes obstáculos, porque o objetivo, em última análise, é a melhor redistribuição dos recursos e, certamente, elevar o padrão de vida conjunto da população. Olhando, sem discutir no mérito, porque não sei quais, na verdade, poderiam ser os obstáculos, mas, se tratando de objetivos comuns e considerando, inclusive, que o Projeto de Lei faz menção ao enfrentamento da pobreza e redução da desigualdade, à primeira vista, eu diria, assim, que seria bastante interessante a possibilidade de não criar mais um outro fundo, mas, na verdade, envolvê-lo nessa perspectiva que está apresentada por sua proposta.

No que tange à experiência do uso dos recursos dos *royalties* até agora, eu não tenho dúvida que a proposição em curso, ela é muito superior a que nós temos até agora. O uso dos recursos por parte dos municípios, do estado e mesmo para a União, apenas faz menção à impossibilidade de usar o recurso para pagamento de pessoal; o resto está liberado. Então, não tem uma vinculação, e, quando não há vinculação, justamente, abre essa possibilidade, de parte dos nossos governantes, no âmbito municipal, estadual e federal, fazê-lo da forma que entendem ser a mais adequada naquele momento, mas não necessariamente está comprometida com um projeto de transformação da realidade de uma forma abrangente, com esses dados, que a gente terminou tomando como referência, indicariam. Como já há uma vinculação, embora bastante abrangente, também... Gostaria que fosse mais focado, mas também não vejo problema em ter várias referências, do ponto de vista do tema social,

presentes, se nós soubermos utilizar, de uma forma mais sofisticada, a própria política pública. Acredito que a nossa experiência, até o presente momento, ela não tem sido tão exitosa, porque está sustentada na visão, na programação de um estado incompatível com os desafios que nós temos hoje. Quer dizer, organização do estado, organização das políticas públicas, de maneira geral, são ações muito setorializadas. Então, o problema da Educação compete ao Ministério da Educação; o problema do Emprego, ao Ministério do Trabalho... Enfim, cada caixinha do estado está comprometido com a sua especificidade de ação. Parece-me que é absolutamente necessário se pensar, na verdade, um reforma do Estado, uma reforma das políticas públicas, no que diz respeito a uma ação cada vez mais integrada e articulada, porque o problema social, de maneira geral, é um problema totalizante. A temática da educação, a qualidade da educação, etc., não está vinculada apenas, e tão-somente, ao professor, à sala de aula, ao material escolar, mas também está relacionada ao tipo do aluno, a distância que o aluno mora, a estrutura familiar. Então, o meu modo de ver, o fato de nós termos um leque de itens conferidos ao tema social mais amplo na proposta não seria tão problemática, se os projetos a serem apresentados fossem projetos que identificassem o território e, ao identificar o território, pudesse ter uma ação articulada, integrada com os vários propósitos que ali estão. Então, muitas vezes, melhora, vamos pensar assim... Por que muitas vezes se fracassa no tema do assentamento rural? Evidentemente que não é uma questão apenas, e tão-somente, de redivisão da terra, ainda que isso não seja tão difícil, embora tenha uma série de complicações, mas colocar alguém em um pedaço de terra é o mais simples; o mais difícil é articular a pessoa lá na terra com posto de saúde, porque evidentemente que a pessoa tem filhos, onde vai estar a escola, o posto escolar, a escola, a saúde, a estrada vicinal, a tecnologia. Então, me parece que este seria um elemento importante para evitar o desperdício do recurso e ter mais eficiência na aplicação.

Em relação à emergência, não tenho muita clareza para definir, mas entendo, justamente, que, como se trata de uma proposta ampla, que pretende dar uma regulação para o conjunto dessa nova fase da exploração do petróleo, constituição de uma empresa, ampliação dos recursos da PETROBRAS, constituição de um novo sistema de partidos de concessões e formação do fundo, me parece interessante que seja votada de forma articulada, e, se não for possível, se for em partes, não vejo problema, desde que haja uma sistematização muito precisa, para evitar constrangimento em determinado... Se votou em determinado sentido e,

depois, pode complicar de outra maneira. Era isso as minhas considerações, mais uma vez agradecendo a oportunidade, dizendo que o IPEA segue à disposição do Poder Legislativo, tivemos a oportunidade de fazer um convênio com a Câmara dos Vereadores, temos o máximo interesse em poder atender o Senado Federal. Muito obrigado.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Sr. Presidente, me chamou a atenção um dado, apresentado nas tabelas do Professor Márcio Pochmann, o fato de Brasília ter... o Distrito Federal ter um Coeficiente Gini o mais alto e crescente. Então, eu fiquei aqui curioso, mas o que será que leva o Distrito Federal, enquanto que o Brasil diminuiu o coeficiente de desigualdade, a maioria dos estados o fez, mas, em Brasília, que já era dos mais altos – 0,0603, em 2005, foi aumentando para 0,618, em 2008, com uma variação, portanto, de crescimento, e ano a ano crescendo. O que será? Será a remuneração dos senadores? Será a remuneração do IPEA? Será no palácio? Será onde? Por que será que a concentração de renda no Distrito Federal... Será que o IPEA tem a resposta? Eu fiquei curioso. Por que será?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Dr. Márcio. Eu só gostaria, antes de perguntar, como é que você pronuncia o seu sobrenome.

SR. MÁRCIO POCHMANN: Em alemão, é Pochmann--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Pochmann.

SR. MÁRCIO POCHMANN: Mas eu não sei falar alemão, então, de qualquer forma...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): É Pochmann. Está bem. Então, o Dr. Márcio com a palavra.

SR. MÁRCIO POCHMANN: Podermos fazer chegar às suas mãos, senador, um estudo que foi publicado na forma de um comunicado do IPEA, relativo, inclusive, à comemoração dos 50 anos da Capital Federal, um estudo que avalia, justamente, a experiência da construção da cidade e suas implicações. Então, tem um comunicado explicando um pouco a peculiaridade da Capital Federal. Mas o indicador de desigualdade aqui vem se acentuando de forma inversa ao que ocorre de maneira geral nos demais estados, cidades brasileiras. Bom, há vários motivos, mas, certamente, tem a ver com o fato de parcela importante de a renda estar vinculado ao setor público, mas, também, tem a ver com o movimento migratório que a cidade recebeu nos últimos anos de um segmento de baixa renda, e que isso está, relativamente, associado à posse de um ativo, que é a terra sem associação, a um projeto de desenvolvimento de geração de renda de emprego. De

tal forma que, nesse estudo mesmo, apontando, infelizmente, para o fato de nós estarmos constituindo aqui, nessa região, uma nova Baixada Fluminense, dada a repercussão da desigualdade que se vem constituindo aqui, nessa localidade.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Márcio Pochmann é a mesma coisa em alemão. Márcio Pochmann. Eu passo a palavra ao último expositor, Nelson Barbosa. Eu estava dizendo para o Nelson, brincando com o seu nome mais fácil de pronunciar. Você que é Secretário de Políticas Econômicas do Ministério da Fazenda.

SR. NELSON BARBOSA: Obrigado, senador. Eu vou começar pela ordem. Primeiro a pergunta do Senador Eduardo Suplicy, mas, também, foi tocada pelos demais senadores. Quais as vantagens do regime da partilha? Em primeiro lugar, a vantagem do regime da partilha é você ter uma arrecadação maior da renda do petróleo para o Estado Brasileiro; ele possibilita que você tenha uma arrecadação maior, aí vou pular um pouco, o Dr. Springer colocou, realmente, no regime da concessão, a alíquota da participação especial é fixada por decreto. Então, teoricamente, se o governo quisesse ampliar a sua arrecadação sobre o excedente, sobre o lucro líquido, ele poderia fazer por decreto, mas a divisão federativa está feita na Lei do Petróleo. Se o governo simplesmente aumentasse a participação especial para 80% do excedente, ela iria ser divida de acordo com as condições atuais da Lei do Petróleo, 50% para a União, 40% para os estados produtores, 10% para os municípios confrontantes ou produtores, o que não é uma divisão que o governo considera adequada. Então, por isso, as pessoas... Nós nos debruçamos nessa questão, tem muita gente trabalhando nisso. Essa foi, obviamente, uma das primeiras sugestões que apareceu; logo a seguir, a discussão do petróleo, e ficou claro que uma solução simplesmente via decreto resolvia o problema de aumentar a arrecadação do Estado Brasileiro, mas não resolvia o problema da distribuição federativa dessa maior arrecadação, que se daria de acordo como ela está hoje, no regime de concessão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É repactuada essa distribuição?

SR. NELSON BARBOSA: Pode ser repactuada, como o senhor está vendo, como está sendo a discussão no Congresso, que é uma discussão bem difícil. Então, o porquê do regime para aumentar a arrecadação? Não é só aumento de arrecadação. No regime da partilha, o fato de você ter a propriedade do petróleo te dá mais controle sobre o ritmo de produção, sobre

o destino do petróleo, tanto em termos de Segurança Nacional, estratégia, quanto em termos de política industrial. Eu concordo que qualquer aumento no poder do Estado pode ser utilizado para o bem ou para o mal. Eu acho que o Brasil, hoje, tem instituições de fiscalização e acompanhamento que são capazes de fazer com que essa maior arrecadação da renda, essa propriedade do petróleo seja feita com transparência e com melhor utilização dos recursos, possível.

E um terceiro ponto que eu coloco é nos países que você tem uma relação entre risco e rentabilidade que favorece mais, que você tem uma rentabilidade maior e um risco menor, normalmente se adota o modelo da partilha. Porque, a partir do momento que você tem uma redução do risco, o setor privado aceita pagar mais, aceita uma maior participação do Estado, na exploração de petróleo, justamente porque o retorno é maior. Aí eu dou o exemplo da Noruega. A Noruega é classificada como concessão, mas tem um regime que, em termos contratuais, pode até parecer com regime de partilha, e o projeto de lei que nós colocamos, ele tem uma cláusula que ele pode fazer com que a escolha se assemelhe do modelo da Noruega. O modelo da Noruega é um regime de concessão, mas que o Estado entra como investidor. Então, digamos assim, ele coloca em concessão não 100% do bloco; coloca em concessão 60% do bloco, aí ele faz parte do investimento que recebe como investidor e ainda recebe uma tributação sobre o excedente. Eu coloquei, no meu slide 21. A taxa de imposto de renda sobre extração de petróleo, na Noruega, ela é de 78%, ela... 28% é a Taxa FLAT(F) sobre todos os setores, ainda tem um adicional de 50.

Então, na verdade, é um regime misto. No regime da partilha... Eu sei que não é objeto dessa audiência, mas tem uma cláusula lá, colocando que o governo pode participar como investidor, e é aquilo que o Dr. Paulo também colocou: "E aquele fundo? Será que é o mesmo fundo soberano?". Não, não é o mesmo fundo soberano. Aquilo, a [ininteligível] colocou: se o governo resolver participar como investidor na exploração de um bloco de partilha, ele vai ter que separar isso no orçamento, ele vai ter que ter uma conta em separado para registrar os investimentos e as despesas que ele está tendo como investidor, também, para dar mais transparência. O parecer do... Além, voltando para a questão levantada pelo Senador Suplicy, o parecer do Deputado Ciro Gomes e o seu projeto nunca estiveram e nunca estarão no limbo, senador, porque nós, como propusemos uma ideia muito parecida, na verdade, nós inspiramos no fundo de renda e cidadania, que faz, exatamente, o combate à pobreza, então nós estamos esperando a resolução, a decisão sobre o projeto do

fundo social, para ver como nós podemos compatibilizar. O senhor fez uma emenda que nós já analisamos, dizendo que os recursos do resgate poderão ser utilizados nos moldes do fundo de renda e cidadania, que eu acho que está de acordo com a proposta. Então, na verdade, nós estamos esperando... Para não criar mais um fundo... Porque aí nós vamos ter um fundo de cidadania e esse outro fundo. Então, para não criar uma estrutura que está coincidindo, daí a nossa espera em ver como vai ser a deliberação sobre isso.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Aguardando com muita esperança, mas eu queria ressaltar que o Fundo Brasil de Cidadania levaria encontro, inclusive, aspiração, por exemplo, do Senador Flexa Ribeiro, com respeito a uma maior proporção dos *royalties* na exploração de todos os tipos de recursos naturais, não apenas do petróleo.

SR. NELSON BARBOSA: Sim, mais amplo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu proporia ao Senador Suplicy que fizesse um substitutivo do projeto já dentro do que ele defende determinada mente há várias décadas. Aí, fazendo um substitutivo, já que o governo concorda que deve estar incluído a coisa, resolve o problema de uma vez só.

SR. NELSON BARBOSA: É uma possibilidade.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Agora não vamos atrasar o pré-sal.

SR. NELSON BARBOSA: Passando às perguntas do Senador Flexa Ribeiro. Se é possível tratar isoladamente. O exemplo que a gente deu na Câmara e foi apontado aqui que as redações têm que ser consistentes. No momento que foi aprovado na Câmara, os três relatores estavam em contato permanente para utilizar, exatamente, a mesma redação. Então, eles foram aprovadas. Se existe, obviamente, uma coordenação, foi possível fazer assim, na Câmara. Então, não impede que sejam iniciativas separadas, mas obviamente, aprovação, negociação, principalmente desses parágrafos, que se referem ao fundo no projeto da partilha e a definição do fundo no projeto do fundo, eles foram coordenados entre o Deputado Palocci, ex-Ministro Palocci e o Deputado Henrique Alves, para que seja a mesma redação. Pode ser feita dessa forma, pode ser feita de forma conjunta. Enquanto nós estávamos aqui, debatendo, eu vi que o Senador Romero Jucá já fez uma proposta, uma iniciativa exatamente para consolidar isso seria uma iniciativa do Senador Lobão, de apresentar uma parcela do projeto de partilha junto do projeto do fundo social, homogeneizando a relação en-

tre os dois e deixando, no projeto de partilha, a questão dos *royalties*. Eu não tenho a audácia de saber se isso é melhor ou pior, politicamente, porque o senhor sabe disso melhor do que ninguém, mas isso elimina, pelo menos, o perigo da incompatibilidade de redação, se eles forem feitos dessa forma. E, do ponto de vista da exploração, se você aprovar o projeto como iniciativa do Senador Lobão, se você aprova dessa forma, você vai fixar alíquota de *royalties*, digamos 15%, como veio da Câmara. Para o setor privado, o que interessa é a alíquota; a distribuição, a discussão sobre a distribuição federativa pode continuar, desde que ela não mude a alíquota. Então, acho que é uma iniciativa do governo que pode facilitar a discussão, facilitar a aprovação, mas, obviamente, a Casa é soberana para decidir se essa é a melhor solução.

Sobre a questão da urgência, a capitalização é, sem dúvida, o projeto mais urgente, devido às necessidades de investimento da PETROBRAS. Como o presidente da PETROBRAS, Gabrielli, gosta de enfatizar – e eu sempre repito –, antes de produzir a renda, o pré-sal está a 200, 300 quilômetros da costa, sete quilômetros de profundidade. Então, antes de nós termos os fundos, nós vamos ter que fazer o investimento, e isso nós já estamos fazendo agora e vamos fazer mais e mais, crescentemente, nesses próximos anos. Nesse ano, o investimento da PETROBRAS deve ser equivalente a 2% do PIB. A PETROBRAS, ela é diretamente responsável por mais de 10% do investimento total do Brasil hoje. Então, a capitalização da PETROBRAS é, sem dúvida, o projeto mais urgente, ela... Aí, respondendo um pouco o que o Dr. Springer colocou: sim, do ponto de vista de levantar recursos, a capitalização, o governo não precisaria fazer essa cessão onerosa, poderia apenas licitar as áreas e levantar o recurso. Licitar as áreas e levantar os recursos seria licitar nos moldes atuais, com a divisão federativa atual e com uma alíquota máxima de participação de 40%. Não seria um bom negócio para o governo e para o Estado Brasileiro. Por isso que foi decidido, também, já em 2008, suspender isso, até que a gente tivesse um regime que se adequasse a essa nova realidade de risco e rentabilidade. Até porque a licitação... Sejam os francos... Nós não estamos num mercado competitivo. Os parceiros... Quem participa de uma licitação desse tamanho são poucos agentes no mundo. Então, na verdade, nada garante que, se a gente fizer uma licitação dessa área, com novas características, seria o melhor resultado para o governo, o que não quer dizer que a concessão não foi adequada, quando as características eram outras. Havia uma maior incerteza sobre os riscos.

E, do ponto de vista formal, a capitalização, em si, é preciso um projeto de lei de crédito extraordinário. Mesmo se o governo tivesse o dinheiro, ainda assim, como não está escrito no orçamento, é preciso um projeto de lei, autorizando o governo a aumentar o capital da PETROBRAS. Então, na verdade, o projeto de capitalização da PETROBRAS faz as duas coisas: autoriza o governo a fazer a cessão onerosa e autoriza o governo a fazer aumento de capital, fazer esse dispêndio, esse crédito extraordinário, para fazer isso. Então, é preciso um projeto de lei para o governo aumentar a sua participação.

A questão dos bancos públicos. Eu entendo a preocupação do senhor. Podemos analisar... Como eu falei, o nosso objetivo não é dar preferência, aumentar os custos aos bancos públicos, é na questão da transparência. Se isso foi entendido que não é necessário, podemos trabalhar. Na verdade, na apresentação que eu coloquei, o senhor vai ver que a maior parte dos países que têm essas reservas, eles criaram uma entidade específica para administrar o fundo, ou uma autarquia ou uma empresa. Normalmente, se chama fundo soberano ou autoridade do investimento. Nós não quisemos fazer isso de saída, até porque esse fundo começa pequeno, mas, obviamente, na medida em que isso for crescendo, nós vamos ter que caminhar para uma instituição desse porte, vamos ter uma constituição específica, seja uma autarquia, seja um estatal, para administrar esse fundo. E aí ela administra o recurso e ela pode ter contratos com diversos bancos, aí, no espírito o que senhor falou, quem cobrar menor taxa de administração ganha a administração de uma parcela dos recursos.

Sobre a União transferir a parcela dela. Nesse projeto de lei, toda a parcela da União, tanto na partilha quanto na concessão, toda a renda que ela tem, direta... Não a renda indireta. Tributação indireta não está contemplada. Mas toda a tributação direta que a União tem específica de petróleo, ela está sendo transferida para o fundo. Então, a parcela da União da renda do petróleo, ela está sendo toda transferida para o fundo. Permanece o quê? Permanece o que o Dr. Marcelo colocou, que é o IR e a CSLL, que é uma [ininteligível] direta e que é comum a todos os setores, não é comum ao petróleo. O IR, a União pode, indiretamente, transferir a parcela dela, lá, os 51% para o fundo, mas a parcela dos estados não. E a CSLL, na verdade... Nós vimos que tem muita preocupação de direcionar recursos da exploração de petróleo para a previdência. Eu queria dizer que, com a exploração do petróleo, você vai ter um lucro maior na exploração de petróleo. Sobre esse lucro, já vai incidir 9% de CSLL. Então, a previdência já vai receber 9% desse exce-

dente do pré-sal todo ano. Então, também atende um pouco essa preocupação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sobre essa participação da parte da União no fundo, eu me refiro aos cinco bilhões de barris--

SR. NELSON BARBOSA: Essa é a próxima. Vou falar sobre isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --que serão usados pela União para capitalizar a PETROBRAS. Aí é que eu digo que ela tinha que também dar o aporte. Porque... Eu acho que foi o Dr. Márcio ou o Dr. Paulo que falaram sobre a questão de capitalizar a PETROBRAS, que tem 40% da União e 60 de acionistas privados, de outros acionistas, que vão ter o benefício da capitalização feita pelo pré-sal, e não somente a PETROBRAS. Então, se a PETROBRAS não tem capacidade de investimento para fazer o pré-sal da forma que precisa ser feita, então, eu acho que pode buscar outros meios de conseguir essa capitalização, mas que não prejudique a Nação e não traga prejuízo. Quer dizer, não é tirar... Porque, se forem, sei lá, 50 bilhões de barris, 100 bilhões de barris, que chegue a mais do que isso, mas 15 bilhões de barris, 1/3 já não contribui... Isso foi bem colocado aqui. 1/3 já não entra para o fundo social. Essa é a preocupação.

SR. NELSON BARBOSA: Sobre esse... Desses cinco bilhões...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Dr. Nelson.

SR. NELSON BARBOSA: Qual é o regime tributário? Ele paga 10% de *royalties*. Então esses 10% de *royalties*, o que couber à União, vai para o fundo social. O fato de ele não ter uma participação...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone]

SR. NELSON BARBOSA: Tem 10%, que vai para o fundo social. O que não tem a participação especial e não tem a partilha. Então, ele não... Por que isso? Porque aí você aumentou... Ao você aumentar o lucro dessa operação, você vai ter uma valorização maior da PETROBRAS, você vai conseguir levantar mais recurso. Como é que vai ser a forma, então, de pagamento? Ao ter um lucro maior, você vai ter mais IR e vai ter mais CSLL. Então, no curto prazo, na verdade, estados e municípios, nesses cinco bilhões que a PETROBRAS vai, eventualmente, explorar sobre esse regime, esse terceiro tipo de regime temporário, eles arrecadam mais. E o retorno para a União vem na forma dos dividendos da ação que ela adquiriu. Obviamente, não há o objetivo de aumentar a participação da União, até porque isso contrariaria a lei das SA, mas se espera que a União aumente a sua participação. Então, ela vai ter um retorno maior na forma de

dividendos, e o retorno indireto de ter a PETROBRAS com a capacitação maior de liquidez, menor alavancagem, para fazer esses investimentos. Então, essa é a lógica da destinação de cinco bilhões... Hoje, as estimativas atuais são cerca de 15, 16, 17. Tem outras estimativas que o Dr. Siqueira colocou, 100 bilhões... A gente não acha que chega a tanto, mas tem estimativa que pode ser três vezes, duas vezes mais do que 30, 45. Então, na verdade, é uma decisão que foi tomada com essa consciência do que pode ter além disso. Sobre a questão dos *royalties*, como eu falei, é uma questão de redação. Acho que o Dr. Siqueira colocou as duas redações. Nós propusemos uma redação que nós achamos que resolvia esse problema de não ter... Do parceiro privado não ter a posse e o petróleo para pagar os *royalties*. Uma outra alternativa, se nós não conseguimos chegar a uma redação que elimine qualquer dúvida, é a União, que fica com os 15% e, eventualmente, ela faz a distribuição dos *royalties* para os estados e municípios, de forma que você não tem que pagar o parceiro para, depois, receber de volta. É uma coisa que nós estamos em análise com o MME, para ver se essa redação elimina qualquer dúvida. Eu posso dizer para os Srs. Senadores, com certeza, não é objetivo do governo que ninguém pague *royalties*. É uma questão de redação.

Sobre a questão dos minerais, tem uma discussão em curso, pelo Ministério das Minas e Energias, eventualmente aumentar *royalties* ou não, nós não temos posição definida nesse debate, no Ministério da Fazenda. Eu posso botar à disposição dos senhores e demais senadores que estiverem interesse, a nossa equipe tem estudado isso e podemos mostrar quais são as alternativas, como é feito no mundo. E, de uma forma bem rápida, dado o adiantado da hora, você tem, basicamente, três formas de tributar esses recursos não renováveis. Você tem uma tributação indireta. O *royalties* é uma tributação indireta. Por exemplo, é 10% sobre produção, 15% sobre a produção, que é uma proposta. Você tem uma tributação direta, que é um adicional de imposto de renda ou uma CSLL diferenciada sobre o resultado... Participação especial é isso, a partilha é isso. Um exemplo que eu dou para o senhor: recentemente, a Austrália propôs, para a partir do ano que vem, uma taxa adicional de 40% sobre o lucro de mineração. Está sendo proposta agora, no Senado, na Câmara, não sei como, se é unicameral, bicameral na Austrália, para tomar como efeito a partir do 2011, e outros países fazem isso com imposto de exportação, que aí você não penaliza o produtor doméstico, e o produtor doméstico compra o insumo mais barato, mas penaliza exportação. A China tem sobre o carvão, a Índia tem sobre o ferro. Vários países tam-

bém têm. Então, tem essas três formas de chegar ao mesmo objetivo. Eu acho que essa discussão é uma discussão que, provavelmente, deve acontecer o ano que vem, dado que nós estamos com discussão em cima do petróleo. O próprio calendário dificulta iniciar mais essa discussão nesse ano, mas nós estamos à disposição para dar a informação que os senadores acharem necessário sobre isso, como é feito no resto do mundo.

A pergunta do Dr. Neuto De Conto: como discutir a distribuição, sem saber o todo? Na verdade, nós sabemos que é grande. Então, assim, mesmo que já foi descoberto os 15 bilhões, já dobrou, já dobra a capacidade brasileira. Então, já justifica a mudança. Se for maior do que isso – e nós esperamos que seja, tudo indica que é -, aí justifica ainda mais.

E tem uma questão mais imediata, que alguns blocos já são blocos que a gente chama unitizáveis, são blocos que uma parte está em concessão, a outra não está em concessão. Então, é preciso você definir, você não pode... Algum dos blocos não pode começar a exploração comercial enquanto você não decidir exatamente como vai ser a remuneração daquela parte que não foi concedida, como que ela vai ser feita. Como nós não temos outro regime, além da concessão, isso pode atrapalhar o início da exploração desses blocos que já foram descobertos, mas que esparramam para áreas não concedidas para a área da União. Daí a ideia de que precisamos, sim, discutir isso, mesmo tendo essa incerteza sobre o tamanho de todas as reservas. Eu acho que é basicamente isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu quero agradecer a presença e a participação de todos os expositores, dizer que foi um momento importante de reflexão sobre um projeto de lei da mais alta importância para o Brasil, e a necessidade desse debate é uma necessidade importante, fundamental, para a sociedade, de uma maneira geral, e para os senadores e senadoras também. Creio que essa Audiência Pública ajudou a cumprir o objetivo de compreensão e de debate do projeto de lei. Agradeço, novamente, a participação e declaro encerrada a presente Audiência Pública. Obrigado.

Sessão encerrada às 18h44.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO
E INFORMÁTICA – CCT**

16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, CONJUNTA COM A 20ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,

JUSTIÇA E CIDADANIA, 19ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, 22ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, 21ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2010.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conjunta com a 20ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 19ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, 22ª Reunião da Comissão de Educação, 21ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle e 17ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, 12 de maio de 2010, para a realização de Audiência Pública que irá analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº. 07/2010, que cria o Fundo Social, dispõe sobre a sua estrutura e fonte de recursos, altera a Lei 9.478, de agosto de 97, e dá outras providências, em atendimento ao Requerimento nº. 12/2010, da CCT, e aditamento; Requerimento nº. 13 e 18/2010, da CCJ, e aditamento; Requerimento nº. 29 e 30/2010, da Comissão de Assuntos Sociais; Requerimento nº. 13 e 17/2010, da Comissão de Educação e Requerimento nº. 12/2010 da Comissão de Assuntos Econômicos, e aditamentos.

Iniciando os trabalhos desta comissão, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores. Os que forem favoráveis à Ata, permaneçam como se encontram. Aprovado. A Ata, estando aprovada, é publicada no Diário do Senado Federal.

Antes de convidar os membros à Mesa, vou solicitar a inclusão extrapauta de um requerimento, convidando a Associação dos Engenheiros da PETROBRAS, o Sr. Fernando Siqueira, para também fazer parte desta audiência. Os que forem favoráveis à inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. Aprovado. Em votação o requerimento. Se forem favoráveis ao requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento de inclusão da Associação dos Engenheiros da PETROBRAS nesta Audiência Pública, representada pelo Sr. Fernando Siqueira.

Então, faço o convite ao Sr. Márcio Pochmann, Presidente do IPEA, para que faça parte da Mesa, já agradecendo a sua presença; Maurício de Albuquerque Wanderley, secretário de macroavaliação gover-

namental do Tribunal de Contas da União; o Sr. Paulo Springer de Freitas, consultor legislativo do Senado; o Sr. Nelson Barbosa, secretário de políticas econômicas do Ministério da Fazenda; o Sr. Marcelo Piancastelli, do IPEA, e o Sr. Fernando Siqueira, da Associação dos Engenheiros da PETROBRAS. Sejam bem-vindos. Só bem-vindos, porque não tem nenhuma 'bem-vinda' aqui, então sejam bem-vindos. Vamos dar início. A ideia é que nós possamos primeiro combinar... Senador Flexa Ribeiro, por favor. Vou só passar a palavra ao primeiro palestrante e passarei a presidência a V. Exa..

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, a presidência é de V. Exa.. Pode... Eu vou ser, aqui, um ouvinte aplicado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, senador. Na nossa... Podemos perguntar se dez, prorrogáveis por mais cinco minutos, 15 minutos, é suficiente? Não tem aqui tempo que não seja flexível, mas vamos dar, como referência, dez minutos, prorrogáveis por mais cinco. Então, pela ordem de chamada, pergunto se o Dr. Márcio pode fazer a primeira apresentação. O engenheiro da associação, Fernando, quer fazer uma apresentação inicial, porque quer colocar alguma coisa mais macro da questão do petróleo? Pode ser? Então eu passo a palavra ao senhor por dez minutos, prorrogável por mais cinco. Com a palavra o Sr. Fernando Siqueira, da Associação dos Engenheiros da PETROBRAS.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Obrigado, Senador Renato Casagrande. Boa-tarde a todos, senhoras e senhores. Nós vamos falar aqui sobre o Fundo Social. A nossa preocupação é: hoje, o Fundo Social, com a legislação em vigor, seria praticamente nulo, porque a Lei 9.478 dá 100% da propriedade do petróleo para quem produzir e apenas, no máximo, 20% para a União. Então, o que se tiraria de Fundo Social seria em cima desses 20%. O governo apresentou quatro projetos, entre eles o projeto de partilha, que muda a concessão, porque a concessão dá a propriedade a quem produz, então muda de concessão para partilha, e, nesse contrato de partilha, o consórcio produtor fica com uma parte, para remunerar os seus custos de produção, tem os *royalties* e tem a parte do óleo-lucro, que ganha esse leilão aquele consórcio que der um percentual do óleo-lucro maior para a União. Então, comparando as três situações, nós temos ali – começando ali a mostrar – as reservas mundiais hoje, com o Oriente Médio comandando 67% das reservas mundiais, Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e etc.. O Brasil, que tinha 14 bilhões de barris, de repente descobre uma reserva estimada em 100 bilhões e passa para junto do Iraque, para, praticamente, terceiro lugar. Então, é um Iraque na América Latina. Por outro lado, os Estados Unidos,

hoje, tem cerca de 30 bilhões de barris e consomem 10 bilhões por ano, oito internamente e dois bilhões nas suas bases militares e corporações pelo mundo. Então os Estados Unidos estão, como a Europa e a Ásia, em uma insegurança energética enorme, por falta de reservas. Por outro lado, também, o Consórcio Internacional das Sete Irmãs, antigamente Sete Irmãs, hoje as Big Oil, já tiveram 90% das reservas mundiais e hoje tem apenas 3%, também estão desesperadas, estão se fundindo, nós temos ali a Exxon fundiu com a Mobil, a Chevron se fundiu com a Texaco e com a Gulf. Então todos esses estão em uma situação, também, de insegurança energética enorme e querem o nosso petróleo. Próximo.

Nós temos aí uma curva que mostra a situação, que nós estamos caminhando para um terceiro irreversível choque do petróleo, que é... Nós temos hoje, aqui, uma produção mundial de 82 milhões de barris de petróleo; em 2020, daqui a dez anos, cai para 60 milhões de barris e, em 2030, nós teremos apenas 30 milhões de barris. Enquanto isso, a demanda continua crescente, e essa defasagem vai gerar um recrudescimento da luta por petróleo. E o pré-sal, uma reserva da ordem de 100 bilhões de barris, passa a ser cobijada internacionalmente. Então, a nossa preocupação, hoje: nós tivemos a emenda do governo, a proposta do governo, que é boa, mas foi piorada drasticamente por esse parágrafo acrescentado pelo relator na Câmara, cujo espírito da emenda é esse: *“Fica assegurado ao contratado, sob o regime de partilha de produção, a restituição, em óleo, dos valores dos royalties pagos”*, ou seja, o consórcio produz, paga os *royalties* em reais e recebe de volta em óleo. Receber de volta significa não pagar. Significa que o Brasil vira um imenso paraíso fiscal e nós passamos a ter o pior contrato de partilha do mundo. Essa emenda foi um pouco manipulada para ficar ilegível e está aqui o § 2º, que diz a mesma coisa, ou seja, o consórcio recebe de volta os *royalties* que pagar. Primeira consequência dessa Emenda Henrique Alves: considerando a produção do ano de 2020, o Brasil estará produzindo 5,5 milhões de barris por dia, um total de dois bilhões por ano; se nós tivermos o petróleo a 100 dólares, que, certamente, vai estar, por essa questão do pico de produção, nós teremos uma produção anual de dois bilhões vezes 100 dólares o barril são 200 bilhões; o relator dá 15% de presente para o consórcio, ou seja, dá 30 bilhões, que é muito mais do que o Estado do Rio e o Espírito Santo estão perdendo com a Emenda Ibsen Pinheiro, ou seja, isso, hoje, representa, mais ou menos, 15 bilhões de dólares, ou seis vezes o que o Estado do Rio está perdendo, e o Espírito Santo junto. Então, estamos dando do presente para um consórcio inter-

nacional, tirando na União, 15 bilhões. Então estamos tentando contornar isso através de uma emenda que retira essa doação da União para um consórcio estrangeiro. Próximo.

Então, fazendo uma comparação entre os três marcos regulatórios... Quais são os três marcos regulatórios? A lei atual, a 9.478, a proposta do governo e proposta do governo piorada pela Emenda Henrique Alves. Então, assumindo algumas premissas, para efeito de cálculo, um valor pensado, um valor estimado para o custo de produção total no pré-sal é 30 dólares por barril. O custo internacional do barril, nós colocamos 70 dólares, pode ser mais, pode ser menos, mas 70 para efeito de raciocínio, os *royalties* da lei atual são 5 a 10%, o consórcio fica com 100% do petróleo produzido, que é o art. 26, da Lei 9.478, e o consórcio paga, de participação especial, em dinheiro, no máximo, 40% do óleo-lucro, ou seja, 20% do total em dinheiro. Então, os resultados obtidos são: o consórcio fica com 100% do petróleo produzido, abate 30 dólares para pagar o seu custo de produção, retém os *royalties* e paga, ao governo, a participação especial, que é 100 menos o custo de produção menos os *royalties*, 47%, ou seja, no máximo, 18,8% é que o consórcio, hoje, paga à União. No mundo, os países produtores recebem, em média, 84% do petróleo produzido, os países exportadores. E aí está a comprovação dessa pequena parcela que governo recebe é zero a 40%, pelo Decreto 2.705, é zero a 40% do óleo-lucro, que representa 18,8, no máximo 20% do óleo total. Então, essa lei atual para o pré-sal é absurda, porque ela foi feita sob o argumento de que o risco de investimento, de busca de petróleo, era alto e o retorno era baixo. O pré-sal tem, praticamente, zero por cento de risco, a PETROBRAS furou 13 poços em vários blocos diferentes, em oito blocos diferentes, achou petróleo em todos, portanto, o risco é absolutamente baixo. O retorno é alto, porque um poço de Guará, testado recentemente, deu uma produtividade de 50 mil barris por dia, mais do que a Bahia, mais do que o Rio Grande do Norte, mais do que o Espírito Santo, por enquanto. O Espírito Santo vai superar isso daqui a pouco, se Deus quiser. Próximo.

Então, o projeto do Governo Lula... Pelo projeto atual, a União fica com, no máximo, 20%. Pelo projeto do Governo Lula, com as mesmas premissas, nós teríamos: o consórcio retém 43% para remunerar o seu custo de produção – que é 30 o custo do barril sob o preço internacional que a gente assumiu -, fica, ainda, com 30% do óleo-lucro, quer dizer, ele ganha a concorrência dando 70% para a União e fica com 30. Então, ele pega mais 30%, que representa 17%. É 30% do óleo-lucro, que é 47%. Então, o consórcio fica com 60%, mas retira 15% para pagar o *royalty*. No projeto

do governo, ele paga o *royalty* e não recebe de volta. Então o consórcio fica com 45%, sendo 13,5 para a PETROBRAS, como operadora, que recebe 30% do total do consórcio, e 31,5 para o consórcio. Nesse caso, a União fica com 55% do óleo total produzido. Portanto, no projeto do governo, a união passa de zero para 55% da propriedade do petróleo. Se nós somarmos aqui a parcela dela de 40% da PETROBRAS, a União ficaria com 60% do petróleo produzido. É uma melhora considerável entre a lei atual, que o governo fica com zero do petróleo produzido, e o projeto do governo, que dá 55 mais cinco, 60% para a União. Próximo, por favor.

E aí nós temos o projeto do governo piorado pela Emenda Henrique Alves. Com as mesmas premissas, nós teríamos que o consórcio recebe 70% do óleo produzido--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite, presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu estou ouvindo a exposição do Dr. Fernando Siqueira, Presidente da Associação dos Engenheiros da PETROBRAS, ele já citou duas com certeza; três, eu tenho dúvida. Que o projeto foi piorado pela emenda do Deputado Henrique Alves. Que eu saiba, o Deputado Henrique Alves é líder do governo na Câmara. Então, eu fico sem entender. Se o líder do governo na Câmara faz uma emenda para piorar o projeto do executivo é complicado para a oposição entender como assim sendo. V. Exa., como participante da base do governo, vai ter que me orientar na hora da votação para a gente poder saber quem é quem nessa história.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Orientarei. O Deputado Henrique é líder do PMDB na Câmara.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Que é base do governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Estou só corrigindo a informação. Mas ele está fazendo a explicação dele, [soa a campanha] deixa ele concluir e depois V. Exa. terá condições de provocá-lo.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Então a emenda é do Deputado Henrique Alves e outros, foi uma consolidação de... Não é, certamente, do governo, porque o governo não é a favor dessa emenda. Então, pela Emenda Henrique Alves, o consórcio fica com 70% e a União com 29,4% apenas, porque o consórcio recebe 43% para remunerar os custos de produção, recebe de volta os *royalties*, mais 15% são 58, e mais os 30% do óleo-lucro, 12,6. Ele recebe, no total, 70,6. Desse

total de 70,6, 21,2 são os 30% da PETROBRAS como operadora. Então sobra 49,4% do óleo produzido para o líder do consórcio, que não faz nada. O líder do consórcio não produz, porque quem produz é a PETROBRAS, e recebe metade do óleo produzido. Portanto, essa emenda desfigurou o projeto do Governo Lula. Então é importante frisar que isso tudo é porque os leilões continuam. Se nós acabássemos com os leilões e a PETROBRAS fosse a produtora... Porque ela contrata a tecnologia das mesmas fontes que fornecem tecnologia para todos, ou seja, plataforma de perfuração são empresas especialistas que alugam, o sistema de completação dos poços no fundo do mar também são empresas especialistas que vendem, e as linhas flexíveis são também empresas especialistas que vendem. Portanto, qualquer que seja a empresa que for produzir o pré-sal vai ser intermediária de tecnologia, e intermediária por intermediária, a PETROBRAS tem muito mais condições, porque foi ela que ajudou a desenvolver, foi a primeira a demandar essa tecnologia, ela sabe e ajudou a desenvolver toda essa perfuração no fundo do mar, esse equipamento de completação dos poços no fundo do mar, ela é que foi responsável por 50% do projeto, os centros de pesquisa mais os órgãos operacionais, portanto, não há nenhum problema de se dar a PETROBRAS para contratar essa produção do pré-sal.

Quanto a recursos financeiros, ela foi considerada a empresa mais viável, entre as petroleiras, exatamente por ter o pré-sal, ou seja, ela tem um ativo garantidor de empréstimos que é o petróleo. É mais sólido do que ouro, porque é um ativo em rarefação no mundo e, portanto, com tendências a subir de preço. Então, achamos que os leilões não ajudam em nada o país, os leilões fazem com que se pague um valor alto a empresas estrangeiras que não correram o risco, que não desenvolveram a tecnologia e que não se prestaram a explorar essas áreas quando elas foram abertas ao contrato de risco. Então, finalizando, eu queria dizer que: primeiro lugar, o projeto do governo é quase ideal – a menos da continuidade dos leilões: se tivesse o cancelamento dos leilões, ficaria ideal -, mas foi muito piorado pela Emenda Henrique Alves, que nós achamos que os senadores devem derrubar, porque ela é contra o país. Então, eu agradeço, Senador Renato Casagrande. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Fernando Siqueira, pela sua colaboração. Vou agora passar a palavra ao Marcelo Piancastelli, que é economista do IPEA. Também tem dez, prorrogável por mais cinco, se assim desejar.

SR. MARCELO PIANCASTELLI: Obrigado, Senador Renato Casagrande, presidente da Comissão

de Meio Ambiente, Exmos. Srs. Senadores, Dr. Márcio Pochmann, presidente do IPEA, instituição a qual eu tenho orgulho de servir por mais de duas décadas.

Eu fiquei muito feliz quando eu li a exposição de motivos do projeto de fundo social. Eu passei alguns anos trabalhando no exterior, exatamente nessa área de fundos de petróleo e fundo soberano, tive a oportunidade profissional de conhecer a fundo vários deles em funcionamento, alguns extremamente sucedidos e outros nem tanto. De modo que, quando eu li a exposição de motivos, eu pensei comigo: “Feliz o país que pode discutir um projeto dessa natureza olhando o futuro”. O que nós estamos discutindo aqui é um projeto para os nossos filhos e netos, tal como eu vi em vários países. De modo que quando eu li o projeto de lei, eu fiquei preocupado, porque nós temos no orçamento de 2009, aliás, no balanço da União de 2009, nós já temos 51 fundos. Examinando a legislação de cada um deles, as semelhanças prevalecem. Os fundos, na verdade, são um mecanismo ágil de você contornar dificuldades e restrições orçamentárias para uma execução mais rápida e nem todos funcionam com a transparência desejável ou com... Nem todos têm aquele grau de êxito que todos nós almejávamos. De modo que a minha preocupação em torno do projeto de lei tal como ele está, ela se prende a alguns aspectos que constam na exposição de motivos. Primeiro, a transparência. A experiência internacional tem nos mostrado o seguinte, que o Congresso – e o Senado, particularmente -, precisa ser consultado amiúde, frequentemente, a respeito do funcionamento do fundo. Eu considero que é uma liberalidade deixar para um comitê de gestão nomeado, vinculado à Presidência da República, para gerir o fundo. Os membros do comitê de gestão, idealmente subordinados, submetidos, a uma avaliação do Senado, deveriam ter um contrato de desempenho e, naturalmente, prestar contas ao Ministro da Fazenda, ao Secretário do Tesouro e ao Presidente da República. Em seguida, que enviassem os relatórios trimestrais ao Congresso e ao Senado para atestar o andamento do fundo, porque a regra que nós nos baseamos no IPEA, onde nós estudamos finanças públicas, gasto público, há quase duas décadas, o recurso público, depois de desviado, não se recupera jamais. Não adianta acionar a casa ou o patrimônio de quem desviou, porque ela jamais vai igualar àquilo que foi desviado. De modo que essa é uma regra básica. O ideal é que o Congresso fosse consultado não só com relação à composição do comitê de gestão, mas, sobretudo, sobre aquele percentual que anualmente deveria ser transferido ao Orçamento da União e dele fazer parte, para que nós contornássemos a nossa tradição histórica de gerir fundos, agilizar

a execução orçamentária, mas nem sempre prestando contas amiúde ao Congresso, ao Tribunal de Contas e aos tribunais e aos órgãos de fiscalização. O Dr. Paulo Springer, que vai falar depois, publicou uma publicação na conjuntura econômica que em 2019 nós podemos estar falando aqui de 19 bilhões de dólares do valor do fundo social. Nós precisamos ter em mente que o valor do fundo social, o valor presente do fundo, de um fundo social... Nós temos uma transparência, que eu vou pedir para passar.

Quer dizer, o valor das transferências, exatamente, hoje, nós nem começamos ainda a exploração, nós temos uma riqueza que está debaixo da terra, que é 100% óleo e zero fundo, de risco total. Na medida em que essa riqueza começar a ser explorada, pagas as despesas que o Dr. Fernando Resende Siqueira – meu nome é Marcelo Piancastelli Siqueira – mencionou, esse valor é transferido ao fundo. Em uma etapa da exploração, nós teríamos não só a total vulnerabilidade da riqueza natural que está debaixo da terra e está sendo explorada e vulnerável a preço, a oscilações de preço, nós teríamos uma parte financeira e uma parte óleo. Esgotado o óleo, nós teríamos um fundo que é zero óleo e 100% ativo financeiro. E esse é o fundo sustentável que todos nós gostaríamos de deixar para as gerações que nos seguirão, nossos filhos, netos e bisnetos. E não acontecia. Por exemplo, tivesse o Estado de Minas um fundo sustentável para explorar o minério de Itabira, hoje nós não teríamos só buraco, nós teríamos um fundo sustentável que estaria mantendo a região de influência da Companhia Vale do Rio Doce com uma fonte adicional de recursos. E essa experiência... Por isso que eu digo, no início: *“Felizes os países que podem ter esse tipo de discussão”*. Por favor, a próxima transparência.

O cenário que nós antevemos para o futuro é um cenário dessa ordem. Hoje, nós temos zero de produção, o valor do petróleo explorado atingindo um pico e depois se exaurindo ao longo do tempo, que seja daqui a 20, 30, 40 anos, mas essa reta que corta ali é uma reta do fundo sustentável que vai compor o orçamento futuro das gerações que nos seguirão. E essa é uma experiência internacional que nós temos dezenas de exemplos extremamente bem-sucedidos. Eu não gostaria aqui de mencionar – como eu já fui várias vezes criticado de mencionar excessivamente – o caso da Noruega, mas eu posso mencionar Dubai, posso mencionar Singapura, Tailândia e posso mencionar, inclusive, o caso do Timor Leste, que é um dos países mais pobres do mundo, hoje, e que tem um fundo de petróleo extremamente bem-sucedido e que está segurando o país e sustentando o país financeira e economicamente, exatamente dentro de uma trajetória

de desenvolvimento sustentável, onde você coloca os recursos aplicados... Por exemplo, no caso da Noruega, são aplicados em oito mil empresas no resto do mundo, ou aplicados em títulos soberanos ou títulos bancários de bancos de primeira linha. Esse é um ponto que o projeto também deixou livre para o comitê de gestão. É importante que o Senado, que o Congresso opine e dê a sua sugestão para onde serão aplicados o dinheiro, os recursos. Idealmente, empresas com duplo A mais, da Standard & Poor's, ou Aa da Moody's, que seria uma classificação financeira sem risco. Esse é um recurso do público, do povo brasileiro, o risco deve ser minimizado. Quer dizer, a participação que tem do fundo, prevista no projeto, que pode se fazer investimentos de risco ou investimentos... Ela é talvez excessiva ou extremamente liberal, porque é um recurso que ele precisa ser sustentável, de empresas financeiramente e economicamente sólidas, que possam garantir uma rentabilidade para o futuro. Outro ponto que preocupa, no decreto, é exatamente o fato de ele não prever situações onde o Congresso precisa ser consultado como maior frequência, porque aí está o grande aprendizado democrático e o grande aprendizado do manuseio de recursos públicos dessa ordem.

Outro ponto que eu gostaria de mencionar... Existem uma série de requisitos, e eu sugiro, nesse ponto, que, talvez, uma visita ou um estudo mais detalhado do que ocorre em Singapura, na Noruega e no Timor Leste [soa a campanha] poderia enriquecer, de maneira bastante considerável, o atual projeto. De modo que, em visão da transparência, que o Congresso seja consultado mais. E um ponto final, para encerrar, a exposição de motivos fala muito em reduzir a volatilidade e reduzir o efeito de uma doença holandesa, por conta disso, a arrecadação tributária gerada por esse tipo de atividade, ela, a rigor, deveria ser também transferida para o fundo, uma vez deduzidos todos aqueles encargos que são os que nós já conhecemos, dos fundos de participação estadual, de educação, etc.. Aquilo que seria parte da União, derivada da arrecadação tributária, ela deveria também ser colocada no fundo para evitar o que ocorre em países que nós já conhecemos, como Venezuela, Chile, que, quando o preço do cobre ou do petróleo oscilam, eles entram em um aparte de aperto monetário e aperto orçamentário, em detrimento de toda a atividade econômica. De modo, Sr. Presidente, que essas são as considerações que eu gostaria de fazer. Agradeço a oportunidade e estou disponível para qualquer... Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Marcelo Piancastelli, economista do IPEA, pela sua exposição. E eu pediria à

Secretaria para que providenciasse cópia das exposições para que os senadores pudessem acompanhar a exposição com a cópia já em mãos. E, pela ordem... Eu sei que está sendo feita a produção das cópias, mas que se fizesse pela ordem dos palestrantes, porque facilitaria o trabalho lá das cópias. Eu quero passar a palavra ao Dr. Paulo Springer de Freitas, consultor legislativo do Senado Federal. V. Sa. terá dez minutos, prorrogáveis por mais cinco. Eu estou seguindo a ordem aqui que foi determinada pelo Presidente Casagrande. Eu estou sendo avisado aqui, pelo Dr. Nelson, que V. Sa. pediu para ser o último.

SR. PAULO SPRINGER DE FREITAS: Tanto faz.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, a palavra com o Dr. Paulo.

SR. PAULO SPRINGER DE FREITAS: Senador Flexa Ribeiro, demais participantes da Mesa, Sras. e Srs. Senadores participantes dessa audiência, boa-tarde a todos. Eu vou fazer a análise, então, sobre o PLC 07/2010, que é o que dispõe sobre a criação do fundo soberano. Na origem, era o Projeto de Lei 5.940/2009, enviado pelo Poder Executivo. Essa apresentação que eu vou fazer deriva de um trabalho feito em conjunto com mais três colegas da consultoria legislativa, o Francisco Chaves, Carlos Jacques Vieira Gomes e Paulo Viegas, foi até publicado na forma de um Texto de Discussão n.º 64, da consultoria legislativa, e está disponível e acessível na Internet. Se alguém quiser ver detalhes sobre a análise dos projetos de lei que foram enviados, são quatro projetos de lei que foram enviados pelo Poder Executivo para discutir a questão do pré-sal.

Um sumário da minha apresentação, mas, na verdade, para poupar o tempo, a descrição do que o projeto de lei trata, eu vou, praticamente, pular essa parte sobre fundos soberanos, que o Marcelo já colocou tão bem, e vou me concentrar mais nos outros dois aspectos. Conflitos deste PLC com outros projetos de lei em tramitação. Como eu disse, são quatro projetos de lei que estão tratando da questão do marco regulatório do petróleo, esse que define o fundo social, mas tem um que define o regime de partilha, um que cria a PETROSAL e mais outro que trata da cessão onerosa para a Petrobras sobre os direitos de exploração do petróleo. E, por fim, falar sobre alguns pontos controversos. Então, sobre o PLC, é um projeto de certa forma completo. Esse “de certa forma” é um pouco nessa linha, até, que o Piancastelli acabou de falar – e eu não vou me deter muito – que é a questão que deixa muita coisa para o Executivo e muita coisa em aberto ainda, mas, ainda assim, é um projeto que enumera os objetivos, enumera as fontes de recurso,

fala um pouco da estrutura, quer dizer, vão ter os comitês, o comitê para a parte fiscal, outro comitê deliberativo para a parte dos gastos, e prevê a prestação de contas, talvez não na frequência ideal, acho que a cada seis meses, para o Congresso, mas, de qualquer forma, é um projeto que trata de todos os assuntos que seriam necessários tratar, talvez deixando muita coisa para o Executivo, mas, de qualquer forma, ele preenche as coisas.

Eu vou pular essa parte dos objetivos, que são mais ou menos conhecidos, que é do PLC. E só falar um pouco, também... A ideia do fundo social... O fundo social é um fundo soberano, e o que são fundos soberanos? É uma série de poupança, de ativos financeiros, que começou na década de 50 e se popularizou muito nos anos 90. Em geral, são associados a alguma riqueza mineral e, principalmente, petróleo. Em verdade, acho que o principal fundo soberano, talvez, que não seja ligado ao petróleo é o do Chile, que é ligado ao cobre, mas é uma ideia semelhante. E é uma experiência que está dentro das melhores... A ideia de construir um fundo soberano está dentro das melhores práticas internacionais, e são dois objetivos principais: um é gerar poupança para as gerações, permitir um acúmulo de poupança de forma que as gerações futuras possam usufruir da riqueza do petróleo, que ela não fique restrita à geração em que foi feita a extração, e, talvez, para mitigar, também, um pouco, os recursos econômicos. Pode ir bem para frente.

Vamos começar direto pelos problemas, então. Falar, então, sobre a compatibilização com outros projetos de lei e depois eu vou tratar dos pontos controversos, que aí... Primeiro lugar, é o seguinte: não está escrito diretamente no fundo, mas o que a gente depreende da leitura do PLC 07, que trata do fundo soberano, com o PLC 16 e de declarações até de autoridades, na imprensa, é que recursos do fundo soberano podem vir a ser usados para investimentos na área petroleira, não sei se... Deu a entender isso, declarações. Não existe nada, no projeto, que fale diretamente disso. Se é verdade que existe esse objetivo, ele não está sendo cumprido, com a atual redação, e depois eu vou discutir a conveniência, ou não, de usar recursos do fundo para investir na indústria do petróleo. Mas, de qualquer forma, se o objetivo é esse, vai ser complicado, porque o art. 6º do PLC 16 fala: “*A União, por intermédio de fundo específico criado por lei, poderá participar de investimentos nas atividades de exploração de petróleo*”, e o PLC 07, que é esse do fundo social, no art. 11, fala que vai ser um fundo específico, vai haver fundo de investimento específico criado por ato do Poder Executivo. Então não podem ser o mesmo... Esses fundos não seriam os mesmos. Quer dizer, se

o objetivo é que fosse o mesmo, teria que haver uma compatibilização de redação. Pode mudar.

Outra questão, também, no art. 50 do PLC 16, que diz que a receita advinda da comercialização... É o seguinte: em um regime de partilha, tem um total produzido, uma parte é destinada ao chamado óleo em custo, que é destinada para repor, para a empresa recuperar os custos dela, e a outra parte é chamada óleo cedente, e essa vai ser definida em leilão, como o colega Fernando falou, em 80%, 70%. Na verdade, o Projeto de Lei 16 não fala em nada, pode ser zero por cento, isso é bom deixar claro. Essa ideia de 70% seria... Eu espero que seja 70, 80, espero que seja 90% nos leilões, mas, no projeto de lei, não existe garantia de nada. Isso pode ser muito bem 1%, pode ser 2% que vá para a União e 98% fique com a empresa, depende do resultado da licitação e da concorrência, do ambiente de concorrência no momento. Mas essa receita advinda, qualquer que seja, *“ela será destinada a fundo de natureza contábil e financeira criado por lei com a finalidade...”*, e aí vêm todas as finalidades, combate à pobreza, desenvolvimento da educação e etc.. Os dois projetos estão em tramitação aqui na Casa, no Senado, e aqui na Casa pode acontecer o seguinte: se mudarem, no PLS 07, as finalidades do fundo social e não mudarem no PLC 16, a receita advinda da comercialização referida no art. 49, que é a parte que caberá ao governo no regime de partilha, terá que ir para esse fundo que o art. 50 do PLC 16 está falando, então o PL 07 seria um fundo sem receita. Então, tem que tomar cuidado, porque se alterarem essas finalidades, se decidirem por alterar as finalidades do fundo social aqui na Casa, no PL 07, no PLC 16 vai ter que ser feita a compatibilização, porque senão a receita de comercialização vai para outro fundo que terá que ser criado, ainda, por lei.

Também coisa semelhante, no art. 4 do PLC 07, desse que a gente está analisando: *“Constituem recurso do fundo social receitas advindas da comercialização do petróleo”*. Novamente, são receitas... Mas têm emendas do PLC 16 que propõem que parte da receita de comercialização irão para outros fundos ou outras aplicações, que não o fundo social. Então, novamente, é necessária uma compatibilização entre o PLC 07 e o 16, é uma coisa que vai ter que ser feita... Será necessário... Já que foram enviados dois projetos, será necessária uma coordenação desses dois projetos, para evitar problemas de compatibilização, depois, de um com o outro.

Agora, começar aqui com a questão de pontos controversos que eu acho no projeto, não necessariamente bons ou ruins, em alguns casos, mas é interessante e importante saber o que está sendo votado e

as consequências daquilo que se vota. O projeto fala que os ativos deverão ser, principalmente, aplicados... O fundo deverá aplicar, principalmente, em ativos externos. O objetivo, inclusive, é evitar uma apreciação excessiva do real, quer dizer, se o Brasil se tornar, de fato – e esperamos que se torne –, grande exportador de petróleo, isso vai gerar muitas divisas e isso pode pressionar o câmbio. É verdade isso e, de fato, quando se investe mais em ativos externos, de fato, ameniza um pouco essa pressão para apreciar o real, quer dizer, diminui um pouco essa pressão no sentido de apreciar o real e, consequentemente, a preocupação com isso é sobre a competitividade dos demais setores da economia. Se o real se apreciar muito, a indústria, a agricultura, o turismo, todos os outros setores não ligados ao petróleo iriam perder competitividade. Então é verdade, é interessante [ininteligível] agora, só uma coisa, é importante lembrar o seguinte: tudo depende da política fiscal do governo e do comprometimento fiscal do governo. Um fundo soberano – e o fundo social é um fundo soberano – não garante nada. Ele ajuda a disciplinar os gastos [soa a campainha], ajuda a manter uma maior disciplina fiscal, mas não garante isso. Pode-se pensar, também, o seguinte: havendo responsabilidade fiscal, existe a possibilidade – a nossa taxa de juros é mais alta que a taxa do resto do mundo – do próprio fundo adquirir títulos do governo, e isso pode... Então teria maior rentabilidade e um aumento da [ininteligível] pública também é um fator capaz de depreciar a taxa de câmbio, então quanto menor o gasto do governo, mais depreciado o câmbio, e, com isso, consegue também essa competitividade nos outros setores. Um detalhe pequeno, mas que eu acho que pode ser considerado: não pagamento aos membros do conselho deliberativo. Eu não vejo por que não pagar. É uma atividade como qualquer outra e que, por mais honrosa que seja, eu acho que poderia... No caso, por exemplo, tem o conselho fiscal, também, do fundo, o comitê fiscal. É diferente porque ele é integrado pelo Ministro da Fazenda, do Planejamento e o presidente do Banco Central, a gente pode interpretar que a participação nesse comitê é quase como uma atribuição inerente ao cargo. Agora, no caso do conselho deliberativo, eu não vejo assim. E tem a questão de avaliação de programas, escolha de programas e tudo, eu não vejo por que deixar isso como um trabalho voluntário. Pode passar.

Um problema com gastos correntes ou investimentos, quer dizer, se a gente fala em combate à pobreza e previdência são gastos que aliviam a situação da população, no momento, mas que tende a não beneficiar tanto as gerações futuras. Se resolve gastar mais em educação... Infraestrutura, eu coloquei como

exemplo, porque tem até emendas nesse sentido, mas não prevê gastos em infraestrutura. Mas, se houver gastos em infraestrutura ou capital humano, ou alguma coisa assim, existe uma chance maior dos efeitos positivos, dos gastos desse fundo se transferirem para outras gerações. Então, é uma questão se você vai beneficiar mais a geração atual ou a geração futura, e é uma controvérsia que existe. Sobre o investimento na indústria do petróleo ou em outras áreas. Quando se fala nesse fundo de investimento, aquilo que eu havia comentado anteriormente, e para aplicar no petróleo, um dos objetivos do fundo social seria evitar a chamada doença holandesa, e quanto mais recursos... Uma coisa é deixar a sociedade investir por atração, quer dizer, a indústria de petróleo se tornou mais produtiva e há o interesse da sociedade em investir mais nela; isso, tudo bem. Agora, o governo canalizar artificialmente recursos para a indústria do petróleo só vai estar gravando o problema da doença holandesa. O que acontece? Por que existe falta de competitividade da economia nos demais setores? Existe um setor petrolífero que cresce demais a produtividade contra outros que a produtividade fica baixa. Se você investe mais na indústria de petróleo, você está justamente aumentando esse diferencial de produtividade. Então, a tendência... Quem seriam os prejudicados? As outras atividades. A agroindústria, a indústria manufatureira em geral, todas as atividades que competem com exportações, o turismo, tudo isso seria prejudicado quanto mais recursos são canalizados para a indústria de petróleo e canalizados de forma artificial, não atendendo aos sinais de mercado, necessariamente.

Questão de poupança e estabilização. O fundo pode ser usado com o objetivo de poupança ou para tentar mitigar os ciclos econômicos, quer dizer, o preço do petróleo é muito volátil e quando o preço cai você tem um impacto forte sobre as finanças públicas, por exemplo. O Marcelo Piancastelli até sugeriu que outras fontes tributárias fossem colocadas no fundo, exatamente por uma questão de estabilização. Aí é uma questão de opção também, e não é uma questão só de semântica. O próprio investimento do fundo faz diferença. Se é um fundo de poupança, você pode, talvez, até pegar um pouco mais de títulos mais arriscados, mas com maior promessa de retorno a longo prazo, enquanto que a estabilização, o fundo de estabilização está preocupado em ativos muito líquidos e com muito baixo risco.

A questão da contratação de instituições financeiras federais. Além de existir um problema de constitucionalidade... Em princípio, deveria ser licitado. As instituições financeiras federais disputam com o setor privado, não há por que você excluir uma parte

do setor financeiro para a questão dos títulos, para a questão de administração do fundo. Então tem um problema sério de constitucionalidade e de mérito. Se o fundo consegue, em um leilão, licitar um banco que vá administrar esses fundos mais barato que as instituições financeiras federais, eu não vejo por que não fazer isso. Essa economia vai ser revertida em mais recursos para o fundo, para ser aplicado nas outras áreas de desenvolvimento.

Prioridade para municípios com baixo IDH é uma ideia boa também, mas tem que pensar em quais programas. Quando você fala em programas de pobreza, ainda assim cabe pensar se não vale a pena focalizar direto os pobres, em vez de focalizar as regiões. Quando focaliza os pobres, naturalmente as regiões mais pobres vão receber mais recursos. Agora, é uma prioridade que está prevista no projeto, em geral, para todos os projetos. Eu tenho a maior discordância, no caso, por exemplo, [soa a campainha] na questão... Na área de ciência e tecnologia, que aí, realmente, eu acho que deveria ser uma questão de mérito, aplicar... Ciência e tecnologia deveriam ir para as instituições que têm mais mérito, e não nos municípios mais pobres.

Só concluir, rapidamente. A questão mais importante que eu acho, também, é a dispersão de gastos. Tem a opção de muitos recursos para poucas áreas ou poucos recursos para muitas áreas, e é importante ter isso em mente. Primeiro, a arrecadação *per capita* é muito dinheiro, mas nós somos 200 milhões de habitantes. Então, *per capita*, a gente está falando entre três e 20 mil, três mil, no caso, mais ou menos – e isso é uma estimativa muito simples que eu fiz –, se forem 15 bilhões de barris, que é o que existe hoje comprovado; 20 mil reais *per capita* se for 100 bilhões de barris, que eu espero que... Que são as especulações mais otimistas. É possível, mas, porém, ainda tudo na base de... O que a gente tem, garantido, são os 15 bilhões de barris. Se a gente pensar em três mil reais, ou alguma coisa intermediária, 10 mil reais, por exemplo, para ter uma ideia, o gasto anual de educação são 600 reais, então a gente poderia dobrar os gastos públicos de educação durante 15 anos, 20 anos, no máximo. Não dá para tanta coisa. É opção: ou você atende poucas áreas e atende melhor, ou atende muitas áreas e atende mal. É uma decisão que tem que ser feita pelo Congresso, uma decisão difícil, eu acho, mas é importante ter uma noção de números. O estudo da GV colocou, também, entre três e oito mil reais *per capita*, o valor do fundo. E isso não é por ano, isso é o total arrecadado. E só concluindo... Desculpa, senador, já passar o tempo, mas, se me permite mais, o que eu acho importante é o seguinte: não dá para falar só do fundo social sem pensar em todo

esse marco regulatório do pré-sal. E quando a gente pensa nisso, no marco regulatório do pré-sal, existem alguns pontos que sujam que podem sobrar ainda menos recursos para o fundo social. Então, quando for decidir alguma coisa, tem que lembrar que o fundo social pode ser prejudicado. Um exemplo bem claro, o PLC 08, que dispõe sobre a cessão onerosa de cinco bilhões de barris a serem cedidos onerosamente para a PETROBRAS. Eu nem vou discutir aqui problemas de constitucionalidade sérios que existem nessa cessão para a PETROBRAS, mas é importante... O que o PLC prevê? A PETROBRAS vai pagar *royalties* de 10% e só. Não existe óleo excedente, não existe bônus de assinatura, não existe participação especial. Ou seja, as três das principais fontes de recursos para o fundo social, sobre cinco bilhões de barris de petróleo, que é exatamente 1/3 do que existe comprovado hoje para... Hoje, a gente tem comprovado 15 bilhões no pré-sal, então, 1/3 disso, não vai ter nem óleo excedente, nem bônus de assinatura e nem participação especial, principalmente *royalties* de 10%, quando, se aprovado o PLC 16, já estão prevendo *royalties* de 15% para as áreas partilhadas. Então, vai sobrar... Talvez sobre menos ainda do que aqueles recursos que eu tinha falado. Isso em relação ao PLC 08.

Em relação ao PLC 16, tem vários problemas ali, mas eu queria citar um do operador único. Novamente, há vários problemas de constitucionalidade. Eu acho que até pode... Eu vou entrar só na questão do mérito. O operador único, seja a PETROBRAS, seja... No caso específico é a PETROBRAS, mas mesmo que não fosse. Em primeiro lugar, falta de competição tende a reduzir as rendas do governo, e por quê? Falta de competição no setor faz com que a busca por uma tecnologia mais eficiente, os incentivos para uma tecnologia reduzem; aproveitamento de poços, muitos poços que podem ser interessantes para uma empresa e não ser interessantes para um operador único, então alguns poços deixariam de ser explorados, porque o operador único não teria interesse em explorá-los; e, por fim, a questão que a PETROBRAS não dispõe de recursos suficientes para explorar tudo, talvez, na velocidade que o governo desejasse. Existe, então, um provável atraso na exploração, e eu vou citar um estudo aqui no IBRI e FGV que estima em 50 bilhões de reais por cada ano de atraso, ou seja, a arrecadação total em torno de um bilhão e pouco, 1,5 bilhão de reais, isso um valor presente da arrecadação total da receita do governo com o pré-sal, supondo 40 bilhões de barris. Se a gente supuser uma taxa de juros de 3% ao ano, 3% desse valor daria esses 50 bilhões de reais para cada ano de atraso. Agora, há outros problemas, também, no PLC 16. Por exemplo, o governo pode... Em

um regime de partilha, o governo é dono do óleo, ele pode vender para quem quiser, esse óleo, ao preço que quiser. Existe uma margem aí. Então, se o óleo valer 50 dólares e ele vender a 40, por exemplo, vai ser dez dólares a menos que seriam comercializados em favor do fundo social. Então, há fontes de vazamentos que o PLC 16, da forma como se encontra, pode gerar também. Então, apesar de que eu debati sobre o PLC 07, mas as fontes de recursos estão no PLC 16 e no PLC 08, então não dá para dissociar muito. Então, desculpa até eu ter alongado um pouco nessa outra seara, mas é importante chamar a atenção para isso. Eram os meus comentários. Eu agradeço a atenção de todos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Paulo Springer de Freitas, consultor legislativo do Senado Federal, pela sua exposição. Passo a palavra ao quarto expositor, o Dr. Maurício de Albuquerque Wanderley, secretário de macroavaliação governamental do TCU. V. Sa. terá dez minutos, prorrogáveis por mais cinco, e, se houver necessidade, mais cinco.

SR. MAURÍCIO DE ALBUQUERQUE WANDERLEY: Muito obrigado, presidente. Eu gostaria de, inicialmente, agradecer o convite. Como técnico do TCU, como auditor, é uma satisfação poder vir aqui ao Senado tentar contribuir com a discussão desse projeto de lei. Eu trabalho na Secretaria de Macroavaliação Governamental do TCU e é uma secretaria que tem como uma das suas funções dar suporte na elaboração do parecer prévio do relatório sobre as contas de governo do Presidente da República, que é encaminhado anualmente ao Congresso Nacional, e, nesse documento, a gente faz algumas análises sobre *performance* de fundos do governo, do próprio gasto público. E, dessa forma, eu me senti extremamente satisfeito de ter sido convidado para fazer essa exposição e vou procurar trazer aqui o olhar do controle, o olhar de quem vai ter a expectativa de, um dia, receber as prestações de contas desse fundo social, e poder tentar contribuir com alguns pontos que eu entendo que são importantes no sentido de trazer maior transparência para esse fundo social.

Quando a gente faz uma análise dos fundos... O Tribunal, pelas suas competências, quando a gente analisa um determinado fundo, a gente tem várias óticas de análise, que passa pela questão orçamentária, as questões de governança e de gestão do fundo, a questão do impacto econômico, financeiro, fiscal, a questão de legalidade dos atos e o próprio desempenho daquele fundo. Como o Dr. Marcelo, que me antecedeu, colocou, nós temos, no Brasil, uma ampla gama de fundos que foram criados ao longo dos anos.

Ele menciona o número de 51 fundos, só no âmbito da União. E, de fato, a gente tem uma diversidade muito grande de fundos, vai desde o Fundo da Marinha Mercante, passando por Fundo Garantidor das PPPs, Fundo de Universalização. E um fundo como esse, nós entendemos que ele é extremamente importante, dada a magnitude dos recursos que nós estamos lidando, que são os recursos do pré-sal. Eu acho interessante que esse, na verdade, será o nosso segundo fundo soberano. Nós temos, já, o fundo soberano brasileiro, que foi criado há dois anos, é um fundo muito novo, muito recente. Ele foi capitalizado no final de 2008. Foram 14,2 bilhões que foram capitalizados, à época. Hoje, esse fundo tem aplicado acho que algo em torno de 17 bilhões, se não me engano, é um número que eu tinha recente agora, em abril, em torno disso, de sorte que a gente não tem uma experiência muito grande em relação a esse tipo de fundo, esse fundo soberano. De fato, nós teremos que nos valer da experiência internacional, como falou aqui o Dr. Marcelo. Eu acho que do ponto de vista econômico, e olhando um pouco uma macroavaliação dessa questão, eu não tenho dúvidas da importância desse fundo e da importância desse projeto. Eu acho que esse projeto é muito feliz em diversos aspectos. Entendo que, para o controle, traz pontos extremamente positivos, e eu citaria a criação desse comitê de gestão financeira, responsável por essa política. É importante que isso fique claro, já, na lei: quem compete definir as aplicações desses fundos. Eu acho que esse é um aspecto que, em alguns pontos, isso não é muito claro, e eu cito, por exemplo, a questão do Fundo de Universalização do Setor de Telecomunicações, o FUST, que foi um fundo que foi criado lá na Lei Geral de Telecomunicações, em 1998, e que, em 12 anos de vida, esse fundo praticamente não teve nenhum gasto, e os recursos que lá estavam depositados, que estavam lá colocados, terminaram servindo para pagamento da dívida interna, já que não foram viabilizados os projetos de aplicação de recursos desse fundo. O Tribunal tem alguns trabalhos, inclusive, tratando dessa questão e falando da importância. Eu queria comentar, nesse contexto, uma questão que já foi colocada pelos que me antecederam – agora mesmo o Dr. Paulo, aqui do Senado, comentou -, que é a previsão que consta no PLC de investimentos do fundo social preferencialmente no exterior. A lei traz essa palavra “preferencialmente”, que eu também gostaria de deixar aqui uma reflexão se, de fato, é o caso de manter esse preferencialmente. E eu elenco que quando a gente faz... Ao manter essa palavra, vai haver sempre essa cobrança e essa visão de que o gestor, esse comitê de gestão vai ter que sempre ter em mente a possibilidade de, a princí-

pio, aplicar os recursos desse fundo no exterior. E me parece que, em determinados momentos, isso pode não ser interessante para o país, e, aqui, o Dr. Paulo já fez algumas considerações sobre a própria questão de dívida. Então, eu acho que a manutenção dessa palavra pode trazer alguns inconvenientes na gestão desse fundo, no futuro. O próprio projeto de lei já prevê a possibilidade do comitê definir os percentuais de recursos a serem aplicados no Brasil e no exterior. Então, eu acho que isso já seria suficiente para que o comitê tenha a liberdade de sempre considerar e levar em conta a possibilidade de aplicar esses recursos no exterior sempre que entender que a aplicação desses recursos, no Brasil, viria a ocasionar a tal doença holandesa e os efeitos perniciosos para a economia. Então, essa é uma questão que eu gostaria de deixar aqui como um ponto de reflexão também.

Sobre o ponto de vista de governança, eu queria alertar a uma questão importante – mas que me parece adequada – do fundo, que é a vinculação desse fundo à Presidência da República. Eu acho que, dada à materialidade, à grandeza dos recursos... Não sei se isso está certo, não sei se isso é melhor modelo, mas o que a gente observa é que, hoje, a Presidência da República é aquela instituição que detém a maior capacidade de articular e coordenar os diversos ministérios. E em se tratando de um fundo que vai poder aplicar esses recursos em diversas áreas e, mais do que isso, vai ser necessária uma articulação com estados e municípios, eu acho que essa vinculação do fundo me parece interessante. Outra questão que essa definição de prioridades pelo comitê deliberativo do fundo, também eu acho que é algo importante. Eu faço um alerta para a necessidade da ampla transparência desse processo de definição de prioridades, e há uma questão importante que está no projeto, que eu também acho positiva, que é a necessidade de que os programas e projetos estejam contemplados no orçamento. Isso vai permitir que o Congresso Nacional também participe dessa discussão sobre a aplicação do fundo. Isso consta de um dos artigos do PLC 07, de sorte que eu acho que isso mitiga uma preocupação que eu tinha no início, quando li sobre esse comitê deliberativo, que me parece que a obrigatoriedade de que os programas e projetos constem da Lei de Orçamento vai permitir uma maior discussão sobre a aplicação desses recursos.

Outra questão que eu gostaria de falar, relativa a esse comitê deliberativo, é que em áreas de atuação complementar com estados e municípios, e eu cito saúde e educação, que são duas áreas em que é possível a aplicação dos recursos do fundo social, é fundamental que haja uma boa articulação entre os

entes federativos, porque a gente tem vários exemplos de projetos que são formados na área federal, mas que quando... Esses projetos, muitas vezes, são executados por estados e por municípios e, por não haver uma boa articulação, isso termina não tendo a eficácia necessária. E aí vem uma reflexão de por que os estados não estão representados, também, nesse comitê deliberativo, já que o projeto prevê a participação dos municípios? Talvez fosse interessante a participação de um representante dos estados também, que, pelas suas peculiaridades, poderiam enriquecer a discussão no âmbito do estabelecimento das prioridades. Eu acho que um ponto muito positivo desse projeto, que eu vejo, é condicionar a destinação dos recursos à prévia fixação de metas, prazo de execução e planos de avaliação, e que esse conselho deliberativo deverá submeter esses projetos a uma criteriosa avaliação quantitativa e qualitativa durante todas as fases de execução. Eu acho que esse é um ponto que precisa ser, de fato, exigido ao longo da gestão desse fundo. Nós temos uma carência, no Brasil, de processos de avaliação. Nós, no Tribunal, sentimos muito isso quando vamos solicitar ao gestor, muitas vezes, avaliações de impacto, quando vamos solicitar planos de avaliação, e eu acho que esse projeto avança ao exigir avaliações qualitativas e quantitativas. E a fixação de metas e prazos que, embora a nossa Lei Orçamentária, todo o nosso ciclo orçamentário seja feito por intermédio de programas que tem, já, metas e prazos, quando a gente faz a análise da execução, a gente percebe que essas metas, muitas vezes, são formuladas de forma pouco apuradas. E, nesse contexto, eu teria uma sugestão que eu acho que é importante. Eu acho que o projeto de lei é omissivo no tocante a uma das etapas mais importantes do gasto público, que é a etapa de planejamento. Me parece que seria muito importante uma previsão mínima de recursos que o comitê deliberativo exigisse que houvesse [soa a campainha] um gasto mínimo de recursos para a etapa de planejamento. O foco do que está lá – plano de avaliação, metas – é mais da execução, e me parece que é fundamental que haja uma preocupação em formular bons diagnósticos antes de começar um projeto, antes de executar um programa.

Então, eu acho que o projeto deveria conter a obrigatoriedade de um estudo de diagnóstico prévio, detalhado, antes de você definir o gasto, seja em qual área for. Nós percebemos que grande parte dos problemas que nós temos, no Brasil, hoje, é fruto de uma carência de estruturas, de estudos e de planejamento prévio. Lá no Tribunal a gente observa que, muitas vezes, a qualidade do estudo ambiental, a qualidade do projeto, do orçamento de uma determinada obra, de

um determinado programa, ele é feito de forma muito pouco apurada, muito pouco detalhada. E eu acho que a gente não pode desperdiçar essa oportunidade que o Brasil tem com esses recursos do pré-sal de bem aplicar esses recursos. Então, acho que tem que haver, de fato, no âmbito do projeto, um realce para essa questão da etapa de planejamento. E, mais do que isso, eu acho que nessa etapa de planejamento era importante que todo projeto, todo programa no âmbito do pré-sal, tivesse uma indicação de qual a estrutura de governo que vai executar esse projeto. Nós temos projetos extremamente importantes para o Brasil, e quando você vai ver a estrutura do órgão que está responsável por fazer aquilo, a estrutura do estado, do município que é responsável por executar, ela é extremamente insuficiente. Então, me parece importante que o projeto também contemplasse, nesse diagnóstico prévio também, qual a estrutura de gestão, qual o corpo funcional, quem vai, de fato, fazer cumprir todas as etapas necessárias para o gasto. Então, essa é uma questão que eu gostaria de deixar aqui, sobre a importância da etapa de planejamento do gasto público.

Outra questão que eu gostaria de levantar, e que o projeto não contempla, não faz menção sobre isso, mas que é uma questão que aflige muitos fundos públicos no Brasil, que é a questão do contingenciamento orçamentário e a questão da desvinculação de recursos. Eu acho que era importante que o projeto criasse algumas amarras, em algum momento, sobre essa questão. Não quero dizer que não deve haver contingenciamento, não quero trazer aqui opinião, eu acho que isso é algo que merece uma maior reflexão, mas eu acho importante a gente notar que em diversos fundos, no Brasil, hoje, esses fundos sofrem com contingenciamento orçamentário e, mais do que isso, sofrem, também, com desvinculação. É o caso aqui, que eu acabei de comentar com os senhores, do fundo de universalização do sistema de telecomunicações, que parte dos recursos que eram para ser destinados à universalização foram desvinculados do fundo e foram gastos para amortizar a dívida interna. Não quero aqui fazer nenhum juízo de mérito, se está correto ou não, isso foi uma decisão, passou, inclusive, aqui pelo Congresso Nacional, uma lei, mas é algo que eu entendo que, dada a relevância desse fundo, merecia alguma amarra ou alguma discussão no âmbito desse projeto.

Por fim, uma questão que me preocupa, também, é quanto aos recursos provenientes das áreas já licitadas do pré-sal. Há uma vedação no projeto de lei de repasse aos órgãos específicos de que trata a lei do petróleo, que, basicamente, são a ANP, o Ministério de Ciência e Tecnologia e Ministério do Meio Ambiente.

E eu estou entendendo que, na verdade, esses recursos vão ser carregados para o fundo social, mas nada impede que, no futuro, esse fundo social retorne parte desses recursos para esses órgãos, uma vez que o fundo poderá aplicar esses recursos em ciência e tecnologia, até é uma das áreas que está contemplada, e na parte ambiental. Mas, em uma leitura inicial, me ficou uma dúvida se esse repasse, até mesmo esse repasse futuro do fundo social para essas ações, isso poderia estar vedada, da forma como está escrito o PLC 07.

Por fim, eu queria comentar alguns aspectos muito focados em termos de controle. Eu acho que é fundamental – e aqui os colegas que me antecederam já comentaram isso, sobre a questão da transparência -, que, de fato, os atos do comitê de gestão financeira do fundo social sejam bastante transparentes, que ele explicita os parâmetros financeiros e que as decisões de investimento que sejam tomadas sejam totalmente justificadas. E eu queria também fazer uma sugestão de que esse relatório trimestral de desempenho do fundo seja encaminhado... Há previsão de que seja encaminhado ao Congresso, e eu acho que seria muito interessante que, além do Congresso, ele também fosse encaminhado ao TCU, para permitir um encaminhamento par e passo da execução dos investimentos que estão sendo aplicados nesse fundo. Como o colega colocou aqui anteriormente, eu também entendo que é muito difícil você, depois que há algum desvio, há algum problema na execução de algum gasto público, de você recuperar, mas a gente consegue, muitas vezes, remediar isso com atuação preventiva. Então, acho que esse relatório trimestral de desempenho do fundo, que está previsto na lei, eu acho que seria interessante que o TCU também tivesse acesso, juntamente com o Congresso Nacional. Por fim, eu acho que há uma ausência de uma previsão de acesso a dados e informações sobre a gestão do fundo de investimento. O projeto [soa a campainha] prevê que parte os recursos podem ser aplicados em um fundo de investimento gerido por uma instituição oficial, mas, em alguns momentos, a nossa experiência mostra que a gente tem dificuldades... Como o fundo tem um caráter privado, às vezes temos dificuldade em obter acesso e informações sobre essa gestão desse fundo dentro da instituição financeira. E eu acho importante que isso fosse contemplado, a possibilidade de acesso desses dados aos órgãos de controle, ao Congresso Nacional, em que, a qualquer momento, se verifique como está sendo a gestão desses recursos no âmbito das instituições financeiras. Eram esses os pontos que eu gostaria de trazer aos senhores, agradecendo a par-

ticipação e me colocando à disposição para qualquer questão que venha a surgir. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Muito obrigado, Dr. Maurício Albuquerque Wanderley, secretário de macroavaliação governamental do TCU, pela sua exposição. Passaremos ao quinto convidado, Dr. Márcio Pochmann, presidente do IPEA. V. Sa. terá também dez minutos, prorrogáveis por mais cinco, e mais cinco se houver necessidade.

SR. MÁRCIO POCHMANN: Muito obrigado. Olá a todos. Nossos cumprimentos aos senadores presentes e ao Senador Flexa Ribeiro, que coordena a Mesa, bem como aos colegas que participam desta oportunidade, muito rica, de contribuir para a melhor decisão, no Congresso Nacional, em torno do tema vinculado à regulação da exploração do petróleo, à camada do pré-sal, e, sobretudo, no tema aqui enfocado, que é a constituição de um fundo social. Eu me alio a várias das análises e sugestões feitas aqui pelos colegas que nos antecederam. Por uma questão de tempo, nós vamos andar muito rapidamente, com medo dessa sirene que toca. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ela é automática.

SR. MÁRCIO POCHMANN: Ela é automática? Pois é...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ela vai tocar, quando zerar aquele cronômetro ali.

SR. MÁRCIO POCHMANN: É, eu vou cuidar do cronômetro lá. Eu vou centrar, basicamente, na questão dos fundos sociais, e quero começar dizendo que é, certamente, um privilégio, uma honra às gerações que vivem esse início de século no Brasil poder participar desse momento de constituição de um fundo com essa natureza. O ilustre brasileiro Sérgio Buarque de Holanda tem, em um dos seus livros, uma análise a respeito da história brasileira e destaca a história brasileira como uma sucessão... Um rosário de milagres, diz ele. O milagre do Pau-Brasil, o milagre da cana-de-açúcar, do ouro, do café. São milagres econômicos—

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Borracha.

SR. MÁRCIO POCHMANN: Borracha, claro, certamente. O petróleo, a exploração na camada do pré-sal, também é um milagre. E eu acredito que a nossa expectativa toda é que não seja um milagre econômico, tão somente, que seja um milagre social. E essa, talvez, seja a primeira vez na história da nossa curta experiência democrática que nós tenhamos condições de construir os elementos necessários para o enfrentamento, em novas bases, da questão social, fazendo um diálogo a respeito do que queremos do Brasil dos próximos anos. A nossa breve exposição... Temos aqui

muitas informações que vamos deixar para os Srs. Senadores, para que, se for o caso e ajudar na reflexão... Eu não vou ter tempo de... Pode passar.

São os pontos que eu quero abordar muito rapidamente. Tratando da questão social: fundo social, mas social é o quê? O que é social? Porque social é uma coisa muito ampla. Então eu queria mostrar, rapidamente, para que as escolhas possam ser feitas, os velhos problemas sociais, os novos problemas sociais; queria, rapidamente, analisar a experiência recente do modelo vigente de partilha dos *royalties* que nós temos e relacionar isso com a questão social, sobretudo nos estados e municípios que possuem esse benefício, e tratar, então, um pouquinho da nova tributação sobre os recursos advindos do pré-sal. Podemos passar.

Está mais bonito o meu mapa aqui, mas esse é um mapa que mostra um pouco o Brasil olhando do ponto de vista da exclusão social. A exclusão social é uma série de indicadores, não apenas renda, educação, mas envolve pobreza, envolve desemprego, envolve violência. Nós temos um país muito desigual ainda, a despeito dos avanços que vêm ocorrendo no período mais recente, mas a temática regional e a exclusão brasileira é diversificada e se encontra concentrada em determinadas regiões. Então, o primeiro levantamento aqui é a respeito da questão regional. Segundo, na verdade, esse mapa era para mostrar a enorme densidade demográfica brasileira concentrada tão-somente na área litorânea do Brasil. Nós temos um Brasil todo a ocupar do ponto de vista do Centro-Oeste, da Região Norte. Nós temos uma concentração demográfica muito grande e isso implica problemas do ponto de vista da gestão urbana das nossas cidades, das nossas regiões. Tem cidades que não pode chover que para tudo, problemas que devem se agravar se nós não olharmos com cuidado. Outra questão que diz respeito aos velhos problemas, está relacionada à concentração econômica. A despeito de ser um país continental, o Brasil segue um país de forte concentração econômica, poucos estados, poucas cidades concentram parte significativa da riqueza nacional. Outro ponto importante é a nossa dificuldade em alterar a distribuição da produção entre as grandes regiões. Até nós temos uma série longa que se inicia lá em 1979 até o período recente, a participação das regiões, e percebiam que praticamente... A 'inalteração' da participação das grandes regiões em termos de geração do produto interno bruto brasileiro. Essa é uma questão chave na constituição de um país menos desigual. O próximo ponto está relacionado à outra problemática brasileira que é a desigualdade da renda. Nós temos um dado referente ao período que a gente tem informações, de 59, 1960 até os dias de hoje. Nós temos

uma trajetória que se inicia ao final dos anos 50 e vai até o ano 2000 de queda continuada na participação dos salários na renda. Quanto menor a participação dos salários na renda, mais subdesenvolvido é o país. Então nós perdemos participação na renda do trabalho, na renda nacional, e somente nessa primeira década desse século voltamos a recuperar parte do que eram os salários na renda nacional, mas ainda estamos muito distantes do que fora o Brasil. E na linha preta nós temos o indicador de desigualdade da renda pessoal, o chamado Índice de Gini, que varia de 0 a 1. Nós temos uma desigualdade que vem caindo a partir dos anos 90, mas é uma desigualdade, ainda, que se encontra acima do que foi o Brasil desigual em 1960. Os países desenvolvidos têm um indicador de Gini abaixo de 0,45. Temos muito o que fazer pela frente do ponto de vista do enfrentamento da distribuição funcional e pessoal da renda. O próximo.

Temos novos problemas, que são as questões vinculadas à sustentabilidade ambiental. O Brasil é muito desigual do ponto de vista do seu território. Nós temos vários biomas. Não podemos imaginar que o Brasil possa ter um projeto de enfrentamento da questão social de maneira homogênea e única, porque, certamente, os problemas dos brasileiros do bioma da caatinga são diferentes dos brasileiros do bioma cerrado. Temos outra questão que pouco está sendo tratada e que seria necessário, no nosso modo de ver, puxá-la para a agenda dos debates, que está relacionada à transformação muito rápida do povo brasileiro. O povo brasileiro, daqui a duas décadas, será muito diferente do atual povo brasileiro, porque será uma população muito mais envelhecida. Nós estamos olhando aqui o que temos, basicamente, uma espécie de uma pirâmide brasileira, com uma concentração da população nas faixas etárias mais jovens e uma redução da presença e da participação da população com idades mais avançadas, mas, a partir de 2030, 2040, a figura que permanecerá da distribuição da população por faixa etária será de uma figura de uma pêra ou de um barril, ou seja, nós estamos caminhando, muito rapidamente, para uma população envelhecida, uma população com maior expectativa de vida e que exigirá, certamente, uma revisão das formas de financiamento dos nossos benefícios, a começar dizendo que, nesse ano, nós estamos com mais de três milhões de pessoas com 80 anos e mais. Em 2030, nós teremos 20 milhões de pessoas com 80 anos e mais. Essa é outra sociedade. O Brasil, infelizmente, não está preparado para lidar com as questões do envelhecimento e da mudança demográfica. O Brasil começará a reduzir o tamanho da sua população, em termos absolutos, a partir de 2030, especialmente quando a gente considera a mudança

na estrutura familiar. As famílias de hoje não são mais formadas de dois adultos e duas crianças, são formadas, cada vez mais, de forma monoparental, isto é, um adulto e uma criança. Essa estrutura familiar não terá condições de apoiar, de sustentar, o nosso próprio envelhecimento. Essa é uma questão muito interessante de ser considerada.

E, por fim, o último ponto que eu gostaria de me referir está relacionado às transformações do trabalho. Cresce, cada vez mais, o trabalho imaterial, na sociedade pós-material. Isso é outro tipo de trabalho, um trabalho que se faz em qualquer lugar, não mais apenas em locais específicos, como era o trabalho na indústria, o trabalho na agricultura. Esse trabalho exigirá um conhecimento ampliado, porque se trata de uma sociedade cujo principal ativo é o conhecimento. Nós estamos falando de uma sociedade cujo ingresso no mercado de trabalho deverá ser após os 25 anos de idade, após ter concluído um ensino superior. Essa nova sociedade, o ensino superior passa a ser o piso e não mais o teto, como é atualmente. Isso implica, portanto, [soa a campainha] um financiamento muito grande na questão da educação.

Vamos entrar, então, na questão do modelo atual de partição dos recursos advindo dos *royalties* do petróleo. Aqui é a forma de distribuição, os colegas já falaram, não vou me aprofundar. Aqui é outro dado interessante da forma como nós distribuímos, hoje, os recursos. O Estado do Rio de Janeiro absorve, atualmente, do ponto de vista do recurso referente à participação de estados e municípios, é responsável pela absorção de 75% dos recursos dos *royalties* e representa 8,2% da população. Quando nós olhamos os estados que recebem o benefício dos *royalties*, já, brasileiros, eles respondem por 95... Os dez principais estados absorvem 95% dos recursos do *royalty* e representam 55% da população. Esse formato, evidentemente, não dá conta da realidade da questão social quando nós olhamos do ponto de vista do nosso regionalismo. Podemos passar para o próximo.

Esse, eu nem vou comentar, são os valores *per capita* dos recursos por cidades. Pode passar o próximo. Eu teria condições de analisar cada um deles, não vou entrar no mérito. Pode passar o próximo. Mais um. Aqui é o seguinte, nós analisamos os estados e também depois as cidades, do ponto de vista da evolução de alguns indicadores sociais, para saber se o benefício recebido, até o momento, no modelo anterior, está fazendo alguma diferença no ponto de vista do enfrentamento da questão social. Então, analisando os dados relativos à evolução da pobreza... Aqui, enfim, não vou cansá-los com tantos números, mas, se os senhores acreditarem em mim, sem precisar ir

olhando, vão perceber que, na verdade, os estados que estão conseguindo reduzir mais a taxa de pobreza, pelo menos nesse período analisado, não são, necessariamente, os estados que recebem os *royalties* do petróleo. Também não são aqueles os estados que, mais rapidamente, reduzem o Índice de Gini, que mais cresce a renda *per capita* usando esse parâmetro aqui. Esse é um modelo que, na realidade, do ponto de vista da questão social, não está fazendo a diferença. Podemos passar para o próximo. Aí teríamos outras formas de analisar do ponto de vista da questão educacional. Se analisarmos a partir dos indicadores existentes sobre testes de validade do ensino fundamental, do ensino médio, a gente vai perceber que não são, necessariamente, esses estados que apresentam as mais rápidas evoluções em termos de qualidade educacional. Podemos passar para o próximo. Aí entraria na questão dos municípios, eu não vou passar. E tem mais uns dados, que também vou passar por cima, relativo ao fato se esses municípios que recebem o município avançaram em termos de bens públicos, isto é, em termos de bibliotecas públicas, em termos de atendimento de urgência, em termos da saúde, enfim, vários aspectos que eu gostaria de tratar, mas, em função do tempo, e se houver interesse, depois a gente pode voltar. O nosso--

[troca de presidência]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente. Pela ordem, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para dizer ao Dr. Márcio, V. Sa. ainda tem 2 minutos, 32 segundos, mais 5 minutos. Não precisa acelerar, porque essas informações aí são, como de todos os outros, são importantes. Eu quero dizer, presidente, que a cada palestrante a minha cabeça fica mais confusa.

[risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Flexa, fique tranquilo, que ele vai tirar todas as dúvidas do senhor. E se possível, depois, a gente pode chamá-lo para um debate só sobre essas questões que eu estou vendo ali. E muito triste com o meu com o meu Rio Grande do Norte, na questão educacional. Porque eu vi, com relação à média do Brasil – que já é uma média que não é a ideal, comparando com outros países –, o Rio Grande do Norte tem, praticamente, só a metade.

O quadro anterior mostrava isso com muita clareza, e é um estado que recebe royalty. Então, realmente, por isso que eu fiz aquela emenda para o Fundo Social do Pré-Sal ser 60% para a educação.

SR. MÁRCIO POCHMANN: Senador Flexa, eu sou professor e sei que, quando a confusão aumenta, é porque estão boas as apresentações. A gente cresce é na pluralidade, na diferença.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O que nos dá cada vez mais certeza que nós não podemos aprovar esse projeto em regime de urgência. Isso é inconcebível.

[soa campanha]

SR. MÁRCIO POCHMANN: Bom... E, também, o nosso propósito, aqui, não é gerar discordância entre os estados que aplicam e não aplicam o recurso, apenas é uma apreciação para ver que, da forma com que ele está operando, se não tiver foco, se não tiver transparência, se não tiver monitoramento, metas, compromissos, não necessariamente a boa intenção se traduz em mudança da realidade. Podemos passar para o próximo?

Aqui, são as várias informações referentes a alguns municípios. A gente tem os dados dos municípios brasileiros, a gente selecionou alguns. As nossas informações estão à disposição dos Srs. Senadores. Enfim, em relação à questão das bibliotecas... Pode passar isso, já. Eu falei bibliotecas, atendimento de urgência, sistema de saúde. Pode passar. Pode passar, pode passar. Pode passar.

Só lembrar que, no Brasil, 98% dos municípios não possuem cinema. A questão cultural, realmente... Bom, olhando o objeto dos vários projetos de lei existentes, atualmente, nós temos... Pode passar o próximo.

Temos, aqui, a evolução dos recursos referentes ao fundo de *royalties* do petróleo, atualmente. E os recursos representam alguma coisa em torno, ao redor dos 6% do PIB, nos dias de hoje. Há várias estimativas, como aqui os colegas já anteciparam, anteriormente, mas é possível que esse fundo chegue a 2,4% do PIB, quando, de fato, a exploração do petróleo ganhar escala. Então, evidentemente que não é um recurso extremamente elevado, é um recurso relativamente contido e ele precisa ser muito bem avaliado, quais e onde ele deveria ser avaliado. Podemos passar para o próximo? Podemos passar para o próximo. Eu não vou falar... Experiência internacional...

Bom, um ponto que eu gostaria... Pode passar. Pode passar. Dispensa nacional já foi comentada, não vou entrar no mérito. Aí, para aí um pouquinho, que eu acho que vale a pena tratar dessa questão de contingenciamento, não é?

Os recursos que ficam, hoje, na União, em 2009, os recursos destinados às receitas de *royalties* do petróleo na esfera... No total de recursos, chegou a 16,8 bilhões de reais. Se a gente fizer a divisão, a gente vai ver que, basicamente, cerca de 80% do recurso que

fica na espera federal termina sendo contingenciado. Isso já foi, aqui, bem esclarecido pelo Maurício, ou seja, fundo social... Excelente, mas contingenciado é para inglês ver. E para finalizar... Pode passar o próximo.

Eu acho que valeria, em primeiro lugar, esses pontos que estão aí. Quer dizer, as atuais vinculações atendem a prioridades do Brasil? Um recurso que se aplica a muita coisa, se nós não elegermos, aqui, prioridades, se tudo for importante, no fundo, nada é importante, porque será uma quantidade muito pequena de recursos para ser aplicada em tantos itens referentes à questão social.

Adianta estipular uma vinculação sem rediscutir o conjunto da política fiscal, que exige do governo determinadas metas de superávit primário? Como podemos tornar o sistema de vinculações mais efetivo, garantindo que as previsões sejam, de fato, cumpridas.

E as nossas conclusões estão na próxima e última. A política macroeconômica precisa ser repensada tanto na sua esfera monetária quanto fiscal, os juros menores de superávit compatíveis, ao mesmo tempo, com as necessidades de investimento e com a manutenção de um fundo de recursos no exterior. É preciso definir melhor as prioridades do que queremos fazer com as receitas do petróleo, considerando que esta é uma renda intergeracional, e incorporando estados e municípios tanto no esforço de poupança quanto de estratégia, em termos de investimentos.

A nossa mensagem final é que este fundo muito bem-vindo, que demarca o êxito da democracia brasileira – 25 anos, que é o espírito mais longo da nossa história democrática –, nos abre a perspectiva de fazermos um diálogo sério com o Brasil do futuro e, necessariamente, a aplicação dos recursos exigirá de todos uma visão clara, do ponto de vista da transparência e do monitoramento, e um foco, a abertura desse recurso para muitas ações não necessariamente será suficiente para alterar a realidade, tal como o Brasil precisa e a sociedade tem pressa. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Quero agradecer ao Dr. Márcio. Dizer que, realmente, essa área do Instituto de Pesquisa Aplicada [soa a campanha] é importante, porque, como o senhor disse, é um milagre econômico nós estarmos aqui para... Aparentemente, tudo indica que teremos, mas queremos um milagre social. E os seus dados são muito importantes. E o Senador Flexa Ribeiro, se quiser já requisitar um outro momento para ter mais informações, fica ao seu inteiro dispor, desde o que Dr. Márcio se coloque à nossa disposição.

Mas eu vou passar, agora, para o próximo convidado, que é o Dr. Nelson Barbosa, secretário de Po-

líticas Econômicas do Ministério da Fazenda, que é o último expositor desta tarde.

SR. NELSON BARBOSA: Boa-tarde a todos. Boa-tarde, Senadora Rosalba, Senador Flexa Ribeiro, Senador Suplicy, demais membros da Mesa, para nós também é um prazer estar aqui e explicar qual é o objetivo da proposta do governo. A minha apresentação está focada na estrutura do Projeto de Lei que o governo enviou ao Congresso, qual é a lógica do Projeto de Lei que o governo enviou ao Congresso.

Primeiramente, a ideia do projeto é você criar um evento de recursos para as atividades consideradas prioritárias pelo governo, e pelo governo eu estou entendendo o representante da sociedade brasileira. As atividades que foram colocadas no projeto do governo são combate à pobreza, a educação, a cultura, a saúde pública foi incluída na Câmara dos Deputados – no nosso entendimento, ela já estava incluída, mas foi incluída mais explicitamente –, ciência e tecnologia, e mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Aproveitando esse *slide*, quando nós colocamos mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a gente preferiu esse termo por ser um termo mais amplo, porque ele inclui a preservação do meio ambiente, mas ele inclui, também, o investimento, por exemplo, em tecnologia, novas tecnologias de geração de energia, tecnologias poupadoras de energia, transporte urbano. Então, é um conceito mais amplo do que preservação do meio ambiente e inclui a preservação do meio ambiente.

E, também, você tem o objetivo de evitar a doença holandesa, evitar o impacto. Nós vamos ter um estudo, se der certo como nós esperamos, você vai ter uma exportação forte de petróleo, sobretudo a partir da segunda metade dessa década, a partir de 2015, e essa exportação de petróleo vai ter um impacto muito grande no nosso balanço de pagamento e no nosso balanço fiscal. Então, é preciso ter um instrumento para lidar com esse impacto. Pode passar.

Mas o objetivo principal não é de estabilização econômica, o objetivo é transformar esses recursos naturais do Brasil em riqueza e capital humano, transformar um recurso natural em desenvolvimento social em desenvolvimento humano. E aí nós colocamos o que a gente queria dizer com combate à pobreza. Combate à pobreza já tem uma definição legal dada pela Lei Complementar 111/2001, que é nutrição, habitação, saúde, educação e reforço das rendas familiar e outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida. Então, nesse caso, a saúde estava incluída aqui, mas também foi incluída como um subitem específico que pode receber os recursos desse fundo.

Esse *slide* é para explicar rapidamente a lógica de funcionamento no fundo social. Você tem uma atividade que é a exploração e produção de petróleo, ele gera uma renda para a União. Vai gerar uma renda elevada nos 30, 40, 50 anos e nós queremos que essa renda seja destinada às atividades consideradas prioritárias, que são essas atividades consideradas prioritárias. Por que não fazer direto? Recebeu a renda, aplica direta nas atividades. Porque essa é uma renda temporária, um dia ela acaba, é um recurso não renovável. E, principalmente, porque essa é uma renda muito variável, o preço do petróleo flutua substancialmente, flutua de acordo com as condições de mercado internacional.

Então, para não fazer esse repasse direto, para não ter uma volatilidade muito grande, senão esse orçamento, em um ano, ia ser muito alto, no outro ano ia ser muito baixo – isso não é bom para a prática orçamentária e nem para a boa aplicação dos recursos – foi criado um instrumento muito similar ao que seria um fundo de pensão, um fundo de investimento: a União recebe a renda, aloca a renda em um fundo que faz as aplicações tanto no Brasil quanto no resto do mundo. Essas aplicações vão proporcionar um retorno, esse retorno vai ser resgatado pela União e esse resgate destinados a essas áreas. Então, você tem uma fonte de renda que ela é temporária e volátil, e essa estrutura transforma isso numa fonte de renda estável para as atividades consideradas prioritárias do governo.

A título de exemplo, as simulações que nós fizemos com a parcela do pré-sal que já foi descoberta, isso poderia dar uma renda permanente, como a gente chama em economia, uma renda estável para os próximos 70 a 100 anos, de cerca de 1 a 1,5% do PIB, por ano, para ser aplicado nessas atividades. É muito parecido com outra estimativa que foi colocada pela IBRI, aqui, de 50 bilhões de reais – seriam preços desse ano –, algo em torno de 50 bilhões de reais--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Milhões?

SR. NELSON BARBOSA: Estável. Obviamente, essa renda começa pequena, não é? Uma renda que é ao longo de um período bem longo, mas se você fizer uma distribuição com as projeções que existem, dá uma renda... Não é suficiente para se fazer tudo, mas é suficiente para fazer bastante coisa. Pode passar.

Quais são as fontes de recurso? O que caracteriza um fundo? É a fonte de recurso, a governança dele, como você vai fazer o resgate e para o que você vai direcionar o resgate. Então, eu vou bordar essas quatro passagens. Quais são as fontes de recursos desse fundo social? O resultado da partilha de produção, o que couber à União. E aí, como o Paulo colocou, no regime da partilha há uma inversão em re-

lação ao regime da concessão: o objeto do lance não é o pagamento em dinheiro que o agente privado faz, é o quanto ele vai ofertar do lucro que ele tiver para a União. Então, essa parcela que seria como se fosse... Funciona como se fosse Imposto de Renda, mas é um nome diferente, porque é sobre aquela renda específica do petróleo.

Então, você vai ter o leilão e a União vai colocar o mínimo. Por exemplo, você vai ter, para esse posto, devido a sua rentabilidade, os lances têm que ser acima de 50%. Quem der 51 ganha, se alguém der 52 ganha, quem der o lance mais alto vai ganhar. Obviamente, não está na lei qual é esse mínimo, mas o Paulo colocou um aspecto relevante: a ideia é que na regulamentação vá se estabelecer o mínimo por área. E como referência, esse mínimo tem que ser, pelo menos, igual à alíquota máxima que a gente tem, hoje, na concessão, que é de 40%. Porque se a alíquota for de 40%, no regime da partilha, economicamente ele é equivalente ao regime da concessão, em termo de visão descendente.

Então, está implícita a ideia de que o mínimo é 40%, mas obviamente tem uma liberdade, para ser definida pela regulação. Tem um bônus de assinatura, que aí esse é o inverso. Então, o bônus de assinatura é fixo, é um valor pequeno, e parte dele vai ser destinada ao funcionamento da nova empresa, que ainda está com o nome antigo, Petrosal, o novo nome é Pré-Sal Petróleo Brasileiro. E, além disso, a parcela dos *royalties* que couber à União, tanto no regime da partilha quanto a parcela de *royalties* que couber à União, no regime de concessão, também poderão ser destinadas ao fundo. Então, uma vez ele criado, ele já começa a receber recursos, porque a operação do pré-sal ainda vai demorar um tempo. Esses blocos têm que ser listados, vão demorar alguns anos para ele começar, mas a concessão já está em andamento. Então, o fundo já começa a receber alguns recursos no momento que ele for criado. E também a parcela de participação especial que cabe à União, nos contratos de concessão. Essas são as principais fontes do recurso do fundo.

Também foi colocado no projeto que o fundo pode receber outras fontes de recursos que, eventualmente, lhe sejam destinadas em lei. Há uma discussão, no Brasil, hoje, sobre a questão da mineração, *royalties* de petróleo, eventuais outras receitas que também podem ser destinadas a esse veículo de poupança pública. Ele está sendo criado, primordialmente, para lidar com a questão do petróleo, mas nada impede que ele lide com outras fontes de receitas que, eventualmente, apareçam. Pode passar, por favor.

A supervisão. É um fundo vinculado à Presidência da República, como o Marcelo Wanderley (sic) colocou, na verdade, a vinculação a Presidência da República vai dar a importância desse fundo. Esse fundo é um fundo que pode modificar o Brasil nesse século. O volume de recurso que ele pode transferir, ao longo de um período, de 10, 20, 30 anos bem direcionados, pode modificar o Brasil. Então, a vinculação à Presidência da República é para dar uma vinculação compatível com a importância que ele tem para o desenvolvimento do Brasil. Ele tem esse Comitê de Gestão Financeira. O Comitê de Gestão Financeira é formado pelos membros do CMNE, que está na proposta, Fazenda, Planejamento e Banco Central. A ideia desse Comitê de Gestão de Financeira é dar as diretrizes da aplicação desse fundo, onde que ele vai investir, quais os ativos que ele vai comprar, qual a diversificação da carteira, qual o critério mínimo de rentabilidade e disposição de risco.

Obviamente, como acontece, normalmente, em qualquer empresa, principalmente empresas financeiras, você tem um comitê gestor que dá as diretrizes da política de aplicação e você tem uma equipe que opera dentro dessas diretrizes. O Conselho Deliberativo vai atuar no resgate. O Conselho Financeiro, você tem a renda que veio do petróleo, ele vai determinar onde que isso vai ser investido e a cada ano ele vai dizer quanto que pode ser resgatado para manter o fundo por um bom tempo. Se você resgatar tudo que entra, o fundo nunca vai acumula recurso. Uma vez determinado o resgate, acabou a obrigação do Conselho de Gestão Financeira. O que vai ser feito com esse resgate no orçamento da União, na proposta que o Executivo vai fazer vai ser feito por esse conselho deliberativo. Ele vai elaborar a proposta e utilização dos resgates dentro daquelas áreas que estão elencadas: saúde, educação, mitigação do aquecimento global. E haverá relatórios trimestrais e balanços semestrais para o Congresso Nacional, como também haverá a informação do balanço das transações desses fundos em tempo real, através da internet, como hoje já é prática nas demais instâncias do orçamento público. Pode passar.

Como vai ser feito o investimento? Foram colocadas duas modalidades: você pode contratar instituições financeiras federais para atuar como agentes operadores, por exemplo, um depósito, você pode fazer um depósito ou um repasse para os bancos federais, ou esses bancos podem constituir um fundo de investimento, um fundo de investimento com CNPJ específico, para receber esses fundos. Por que instituições financeiras federais? Não é para dar preferência ou ganhos a instituições financeiras federais, é porque o governo tem mais controle e mais transparência,

principalmente os órgãos de controle sob instituições financeiras federais. Mas esse é um ponto que pode ser discutido, se for entendido que isso aumenta o custo de administração do fundo. O objetivo de colocar instituições financeiras federais é dar mais transparência e mais controle aos órgãos públicos na administração desse fundo. A diferença, em termos econômicos, é ou você pode fazer um repasse, fazer um depósito como se fosse um CDB, ou você aplica num fundo de investimento, para dar flexibilidade às formas de investimento, os veículos de investimento que podem ser utilizados. Pode passar.

E onde ele vai investir? Aquilo é a forma. O que ele faz com esse investimento? Os investimentos podem ser feitos no Brasil e no exterior. Os investimentos terão um critério de rentabilidade esperada e diversificação de riscos, está lá no regulamento do fundo estabelecido pelo conselho de ministros. Os investimentos no Brasil poderão ser destinados, por exemplo, a projetos de infraestrutura, exemplo: transporte e geração de energia. E os investimentos no exterior também têm por objetivo diversificar o risco e evitar flutuações excessivas de preços e renda. Por que tem que ter investimentos no exterior? Porque pode ser que num ano a renda gerada pelo petróleo seja maior do que a capacidade de absorção do Brasil, e isso poderia, então, elevar apreciação do câmbio muito elevada, elevar até a realização de investimentos com a taxa de retorno que não se justifica, que seria melhor ser feita do exterior.

Por que não fazer só no exterior? Porque o Brasil também tem demandas, tem carência em áreas de infraestrutura, em áreas privadas que podem ser objeto desse fundo. Para dar um exemplo, no caso da Noruega, que a gente analisou bastante, o fundo... Lá, na verdade, eles têm dois fundos. Eles têm um fundo que 93 % dos recursos são investidos no resto do mundo e 7% dos recursos são investidos na Noruega ou na Escandinávia. Então, eles também destinam uma parte para eles. Como a Noruega é um país relativamente pequeno, eles investem mais no resto do mundo.

No Brasil, obviamente, vai ter uma proporção. A proporção investida no Brasil será maior do que isso, porque o Brasil é um país maior e tem mais oportunidade de investimento. Mas é vital que haja esse investimento no exterior para poder mitigar essas eventuais pressões que podem dar no nosso balanço de pagamento e na nossa taxa de câmbio. Digamos assim, no ano bom de petróleo, no ano em que o petróleo está 200 dólares, você pode ter um volume de recursos muito grande e maior do que a oportunidade de investimento no Brasil, daí essa possibilidade. Pode passar.

Como é que funciona a dinâmica orçamentária? A União recebeu a renda, alocou a renda para o fundo, depositou toda a renda daquele ano, a União deposita no fundo. Aquela renda, então, investida tem uma rentabilidade. O conselho vai e determina: "Esse ano você pode resgatar". Teve uma rentabilidade, digamos, de 10 bilhões de reais, você pode resgatar 10 bilhões de reais. Então, a União realiza o resgate do fundo social. É uma receita primária. Naquele balanço que tem da União, tem lá impostos, contribuições, vai ter mais uma linha que é o resgate do fundo social, mais uma fonte de receita primária.

O critério de transferência, o quanto você vai resgatar, vai ter que assegurar a sustentação financeira do fundo, ou seja, primeiro você tem que acumular uns recursos, antes de você começar a resgatar, porque senão o fundo nunca cresce. Tem vários critérios no mundo. Tem alguns critérios que colocam um resgate máximo, você pode resgatar no máximo 3% do patrimônio, como é na Noruega. No Alasca, você só pode resgatar o rendimento real, você pega o rendimento, tira a inflação, o real você pode resgatar, tem várias regras. A gente preferiu não colocar uma regra específica, nesse momento, mas colocar um resgate qualitativa. Haverá um regra, determinada pelo regulamento do fundo, mas essa regra tem que garantir a sustentação financeira do fundo, que o fundo dure, que o fundo não se esgote no curto prazo.

O resgate realizado [ininteligível] será destinado a programas e projetos na área prioritária do fundo, aí é um gasto primário, na área da educação, ou seja, naquelas áreas prioritárias. A proposta de alocação dos recursos por programa será submetida à aprovação do Congresso Nacional, via o PLOA. As ações, os projetos que, eventualmente, receberam recurso têm que estar inscritos no PPA e no PLOA. Então, não é um orçamento à parte do PLOA, é dentro do PLOA. O Congresso autoridade final para validar isso. E Conselho de Desenvolvimento Deliberativo do Fundo Social vai ter que submeter os programas e projetos à criteriosa avaliação quantitativa e qualitativa, como o Dr. Marcelo Wanderley (sic) estava colocando. Isso foi uma emenda que foi colocada, na Câmara, pelo ex-Ministro Palocci, com o nosso apoio.

Quer dizer, um projeto para receber recurso do fundo seria como se fosse um PAC social. Um projeto para receber recurso do fundo, ele tem que apresentar um estudo: "Eu vou usar o dinheiro dessa forma, vou ter esse critério de avaliação e, depois, submeter ao resultado da aplicação desses recursos". Pode passar.

O último *slide* o Conselho de Gestão Financeira determina o resgate anual, para manter o fundo por um período longo de tempo. O Conselho Deliberativo

faz a proposta ao Poder Executivo sobre o uso de recursos, ele vai fazer a propostas que no PLOA. Vindo do PLOA, é o Congresso Nacional que vai analisar a proposta e vai dizer se vai alocar de acordo com a proposta do Executivo ou não. A palavra final sempre vai ser do Congresso Nacional, de como vai ser utilizado esse resgate dentro das áreas definidas na lei. Essa é a ideia do fundo.

E com isso eu termino... Passa. Tem um anexo que eu vou deixar com os senadores, com a senhora, que a gente apresenta experiências em outros países. Tem várias regras, o que os senhores e as senhoras pensarem, existe. Tem regras que vai para a previdência, tem regra que vai só para aplicação no resto do mundo, tem regras que é uma coisa só, o caixa do Tesouro e do fundo é a mesma coisa, como é no Kuwait. Então, a gente está deixando um anexo, e a minha equipe, obviamente, está à disposição dos senadores e senadoras para eventuais esclarecimentos.

Houve várias perguntas prévias, eu gostaria de esclarecer todas. Eu gostaria só de responder uma pergunta que o Senador Flexa fez, sobre aquela questão os *royalties*, da eventual... E foi colocado pelo Dr. Fernando, que no projeto, não é nesse projeto, mas é o projeto da partilha, que está escrito lá que o parceiro receberia o equivalente em *royalties* em óleo. Então, isso pode levar a entender que, na verdade, ele não está pagando, ele está recebendo royalty que seria da União.

Essa é uma questão bem técnica, ela está sendo discutida no âmbito do projeto da partilha. Não é objeto do governo que o parceiro privado não pague royalty, é óbvio. Ele tem que pagar o royalty. Só que acho que houve uma confusão, talvez a redação que foi dada na Câmara não espelhe a ideia, o objetivo do governo e nem mesmo, talvez, não seja uma redação que espelhe a intenção do relator na Câmara, o Deputado Henrique Alves. Qual a diferença? No regime de concessão, o petróleo é todo da concessionária, a propriedade do petróleo é da concessionária. Ele paga ao estado brasileiro em dinheiro, ele pega o petróleo vende e ele paga os *royalties* e as participações especiais para a ANP, que faz, reporta à ANP, que faz a transferência e entra no caixa do Tesouro. Então, ele tem o petróleo e ele vende.

No regime de partilha, o petróleo é da União. Todo o petróleo extraído é da União. Então, como é que o parceiro privado vai pagar o royalty? Ele retirou, mas aquele petróleo não é dele. Ele tem que vender primeiro aquele petróleo para receber aquela receita e aí passar para os estados e municípios. Então, a ideia dele ser restituído do óleo em *royalties* é para lidar com essa particularidade do regime da partilha, em que todo

petróleo é da União e aí a União remunera o agente privado pelo seu custo, ele tem que provar quanto ele gastou, passa para ele a parcela dos *royalties*, que aí ele vende e volta para o estado brasileiro. Mas acho que, talvez, a ordem da redação deu o entendimento errado: que precisa ele paga e, depois, recebe. Na verdade, ele recebe o petróleo, vende e aí ele paga os *royalties*. Então, podemos aprimorar redação para deixar isso bem claro.

Esse parágrafo que foi colocado tem por objetivo lidar com a particularidade do regime de partilha em que o petróleo é todo da União. Então, contratualmente, o parceiro privado não tem como pagar o royalty, inicialmente, se ele não recebeu, ainda, o resultado da produção.

Esse é o espírito da proposta e eu tenho certeza que isso pode ser esclarecido tecnicamente, sem grandes problemas aqui, nessa Casa. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, também, ao Dr. Nelson Barbosa. Agora, eu gostaria de colocar para os Srs. Senadores se têm algum questionamento a ser feito. Nós temos aqui a lista de inscrição, o primeiro inscrito é o senador, dos que estão presentes, é o Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, o Roberto Cavalcanti e, depois, o Senador Flexa Ribeiro. Mas se o Senador Suplicy...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sra. Presidente Senadora Rosalba Ciarlini, quero cumprimentar pela qualidade de todas as exposições. E acho que estamos aprendendo muito, e ainda que sejam tantas as informações, Senador Flexa Ribeiro, eu acho que nós vamos poder fazer com que logo, logo, o senhor esteja pronto para votar.

Então, ainda que eu tenha perdido as exposições iniciais porque eu precisei estar falando na tribuna no Senado, em homenagem ao Joaquim Nabuco. Eu queria... Eu soube que o Sr. Marcelo Piancastelli fez uma menção aos diversos exemplos de fundos existentes, como os da Noruega e outros não chegou a mencionar. O fundo do Alasca, que foi mencionado pelo Sr. Nelson Barbosa. Como o senhor sabe, eu tenho estudado bastante a experiência do fundo do Alasca e recomendaria até o que senhor também, e no IPEA, viesse a estudar bastante, porque ele é de muita relevância para aquilo que nós, aqui, vamos estudar.

Mas, primeiro, eu queria... Já vou voltar ao assunto do fundo. Mas eu notei que, quando o Sr. Nelson Barbosa explicou o sistema de partilha, o Sr. Fernando Siqueira fez uma objeção com a cabeça, como se ele não estivesse exatamente de acordo com a afirmação dele. E eu agradeceria muito se puderem ambos esclarecerem [soa a campanha] por que é que o gover-

no avaliou como melhor termos o sistema de partilha em relação ao sistema de concessão, que é uma das principais decisões que nós vamos aqui tomar.

Então, eu compreendi, Secretário Nelson Barbosa, mas gostaria de compreender ainda melhor, aprofundar e esclarecer a possível confusão que há, ainda, entre nós, porque eu tenho ouvido falar, mas não tem a vivência do que esteja o sistema de partilha, o sistema de concessões e quero aprender para, então, aqui tomar a decisão mais consciente possível. Então, se puderem aprofundar a explicação, e como pareceu-me ter uma certa divergência entre uma visão e a outra, que possam, quem sabe o Sr. Fernando Siqueira [soa a campainha], diante da explicação já dada, possa expor o seu ponto de vista para, então, o Sr. Nelson Barbosa esclarecer. Mas eu estou começando, não é, senhora? Porque já está tocando a campainha, eu estou no primeiro minuto...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu estava no primeiro minuto e V. Exa. tocou três(sic) vezes...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, porque terminou o tempo dele...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Ah, bom, eu pensei que fosse já na minha pergunta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu coloquei três minutos e tocou com o senhor. Agora, deixei sem tocar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, só, Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Claro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É só para que os convidados saibam que o pau que dá em Chico dá em Francisco. Eles reclamaram que a campainha atrapalhava, aí acontece o mesmo conosco. O Senador Suplicy já reclama por antecedência, antes de perguntar à presidência por que é que tocou duas vezes. Mas V. Exa. já está liberado. É o risco que nós vamos correr, mas tudo bem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Agora, eu tenho tido um diálogo com o Presidente Márcio Pochmann, do IPEA, e com o Secretário Nelson Barbosa, porque ambos sabem que, já há alguns anos, desde 1999, antes da descoberta do pré-sal, aqui apresentei a proposta do Fundo Brasil de Cidadania,

que guarda relação com a proposta do Fundo Social do Pré-Sal. E essa proposta foi aprovada por consenso no Senado, foi para a Câmara dos Deputados e tramita ali, na Comissão de Finanças e Tributação onde – e o Secretário Nelson Barbosa sabe bem – o Deputado Ciro Gomes aguarda o parecer do Ministério da Fazenda, para que ele, então, possa dar o sinal verde à proposta. E da minha parte, com toda a possibilidade de fazer as modificações que a Fazenda considere as mais adequadas.

E como nós estamos, agora, neste processo de votação, eu agradeceria se puderem, ambos, Nelson Barbosa e Márcio Pochmann, me responder como a votação desse processo do fundo social ficaria como que prejudicado e sustentado, aquele projeto, ou, nos seus outros aspectos, ele pode continuar a ser apreciado, votado e, inclusive, eventualmente, ter uma adaptação, tendo em conta o que nós iremos votar com o Fundo Social do Pré-Sal. Talvez seja uma matéria complexa, mas eu, aqui, quero um tempinho, Senadora Rosalba Ciarlini, até para expor de onde é que vem essa ideia, que guarda relação com a do Fundo Social do Pré-Sal.

Primeiro, eu quero dizer que eu estou de acordo com as finalidades propostas pelo governo do Presidente Lula e com os acréscimos que foram propostos na Câmara. Eu acho que já são muito significativos e importantes. Uma indagação que eu tenho é se, como o Presidente Lula nos disse, será melhor votarmos, dos quatro projetos que estão aqui. Primeiro, votar, agora, em maio e junho, a constituição da empresa pré-sal, a questão relativa à capitalização da PETROBRAS e o sistema de partilha e concessão, para, depois, após as eleições, dadas as paixões que, agora, estão caracterizando o período eleitoral, para depois votarmos o sistema de partilhas, municípios, estados. E pergunto se é esta quarta votação que coincide, portanto, com o que nós estamos discutindo hoje ou essa parte aqui é diferente daquela a que se referia o Presidente, quando falou: “A partilha fica para depois as eleições”. Eu queria ter esse esclarecimento.

Mas de onde veio a ideia do Fundo Brasil de Cidadania, que guarda relação com o Fundo do Pré-Sal? De um lado, de uma proposta, Sr. Marcelo, feita já há mais de 200 anos. Thomas Paine, quando escreveu Justiça Agrária, observou que a pobreza é algo que tem a ver com a civilização e com a instituição da propriedade privada. Ali, na América, onde a propriedade era comum, não vinha tamanha destituição e pobreza, quanto nas vilas e cidades européias de 200 anos atrás. Mas era o seu plano, ele considerava de bom senso que a pessoa que cultivasse a terra, realizasse a benfeitoria na terra, pudesse usufruir do seu traba-

lho na sua propriedade. Mas era o seu plano que toda pessoa que assim o fizesse, destinasse uma parcela para um fundo que a todos pertencesse e deste fundo, uma vez acumulado, se apagaria a cada pessoa residente naquele país, tanto uma renda básica como um capital básico, como um direito inalienável da pessoa participar da riqueza da nação, que lhe foi retirada com instituída a propriedade privada. Este é o primeiro fundamento do exemplo.

O segundo é, justamente, o exemplo que me parece de tão bom senso e muito bem-sucedido do Alasca. O que aconteceu ali? Quando, ao final dos anos 60, descobriu-se como nós, agora, no fundo do Oceano Atlântico, a grande reserva de petróleo na Baía de Proudhoe, o Governador Jay Raymond disse aos seus 300 mil habitantes algo que estamos ouvindo aqui: “Nós precisamos pensar não apenas da geração presente, mas na futura, porque o petróleo, como outros recursos naturais, não é renovável. Então, vamos separar uma parcela, pelo menos 25% dos *royalties* para constituir um fundo que a todos pertencerá”.

E assim este fundo foi constituído, foi aprovado por referendo popular, passou a ser aplicado em títulos de renda fixa, ações de empresas do Alasca, dos Estados Unidos, internacionais, inclusive, das 30 mais lucrativas empresa brasileiras, empreendimentos imobiliários, passou de 1 bilhão de dólares, no início dos anos 80, para 40 bilhões de dólares recentemente. E cada pessoa residente no Alasca há um ano ou mais veio recebendo 300, 400 e tanto, 2.068 dólares, em 2008, baixou um pouco da crise econômica, 1.305 no ano passado, mas qual foi o resultado semelhante àquele que o Márcio Pochmann tanto gostaria de ver no Brasil? O Alasca tornou-se o mais igualitário dos 50 estados norte-americanos, do ponto de vista de caminhar em direção à igualdade foi altamente eficiente, porque fez o Coeficiente de Gini do Alasca baixar significativamente, então, ao distribuir 6% do seu PIB para todos.

Então, vou concluir, então, estendendo a sua solicitação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador. V. Exa. faça as suas indagações para que nós possamos ouvir os demais senadores.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Gostaria de saber como, dentre as finalidades, está a erradicação da pobreza absoluta e, inclusive, melhorar a renda? Se deveríamos, em algum momento, pensar, até mesmo na apreciação do projeto, no financiamento da renda básica ou deixaremos isso para um outro estágio? Mas tendo isso em mente, como é que fica, já que Nelson Barbosa e Márcio Pochmann conhecem bem

a proposta do Fundo Brasil de Cidadania? O que digo para o relator Ciro Gomes a esta altura? Ele já pode conversar com o Ministro Guido Mantega e o Nelson Barbosa? Já estão prontos ou está no limbo, ainda, o Fundo Brasil de Cidadania? Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada. Eu vou passar, agora, a presidência dos trabalhos ao Senador Flávio Arns, do Paraná, porque, na realidade, eu estou sendo convocada para ir ao Plenário. Mas gostaria, antes, de deixar aqui o agradecimento a todos que atenderam aos nossos convites, às diversas Comissões para debater, para nos trazer informações sobre essa questão que eu considero fundamental. Nós não podemos deixar passar essa oportunidade para termos os avanços sociais. Um Brasil onde, infelizmente, nós temos um nível educacional que, realmente, nos preocupa. Onde, das crianças que entram na escola, praticamente somente a metade conclui o 2º grau, e dessa metade, 30% conclui o 3º grau.

Então, que futuro que teremos nesse mundo que avizinha de competitividade dentro do conhecimento de novas tecnologias, de novas formas de trabalhar, da relação do trabalho se nós não tivermos como tentar ganhar esse tempo perdido? Se nós vamos ter uma sociedade que, cada vez mais, ela mostra uma nova formação, vamos dizer assim, essa sociedade que está ficando mais idosa, como vamos poder atender as necessidades cada vez maiores na área da saúde se, hoje, o Brasil está entre os países cuja meta do déficit milênio, na mortalidade materna, dificilmente acusaremos, que é chegar ao número que não é o ideal mas é o suportável: de 30 mortes por 100 mil nascimentos. O Brasil está com mais de 70. Por falta, a gente sabe, também, de muitos investimentos, de recursos na saúde. E vamos ter uma população muito mais idosa, cujas demandas são muito maiores.

Então, essa é a oportunidade que a gente foque nos pilares mais importantes para o crescimento de uma nação: a educação. Acho que ninguém que está aqui discorda disso. Enquanto nós não conseguirmos ter, realmente, um rendimento, um aprendizado e um rendimento escolar, uma educação de qualidade, que dê condições às novas gerações de se fortalecerem, no mercado de trabalho, pela competitividade e pelo conhecimento, nós vamos ficar sempre a dever, com uma evasão escolar imensa, de crianças com apenas a 4ª ou 5ª série, e com um problema ainda mais grave, da violência, que é exatamente... Cresce nessa faixa de menor escolaridade. Está comprovado que quanto maior a escolaridade, claro, menor os delitos e menor o número de presos dentre esses que são com maior escolaridade. Então, por isso que eu coloquei, gostaria,

aqui, também, com base no fundo do Canadá, onde, inclusive, eu quero deixar aqui, para o Dr. Márcio Pochmann essa interrogação, se coloca que a função do fundo do Canadá, [ininteligível], foi transferência de renda entre gerações na forma de redução de impostos, redução de dívida e financiamento de projetos sociais, mas, entre parênteses, de forma muito clara: (saúde e educação).

E nós sabemos que os índices do Canadá são índices de primeiro mundo, tanto em saúde como em educação. Então, fica aqui, eu deixo essa colocação, até porque a primeira emenda que foi apresentada aqui, no Senado, o projeto foi um emenda de minha autoria, onde... No Brasil o meu receio é o seguinte: forma se um fundo, o que é que vai acontecer se não tivermos aquela... Os limites, dizer assim: tanto % é só para saúde, tanto % é para a educação, porque nós sabemos que muitos fundos já se formaram nesse Brasil, não de uma magnitude como esperamos ser esse, mas que se ficar, de certa forma, muito vago: investimento para combate à pobreza, para controles climáticos, para infraestrutura, de repente, vai caber ao governante achar que é mais importante fazer a ponte do que fazer a educação.

Então, é isso que me preocupa. Daí por que coloquei essa emenda de que nós tivéssemos um prioridade, 60% fosse para as ações de combate à pobreza com educação e saúde. Educação e saúde. Porque, de repente, pode-se achar que vai ter recurso, então vamos ampliar cada vez mais esses programas de renda mínima, de bolsa aqui, bolsa ali, quando nós queremos é a saída para que se diminua a pobreza. E um dos índices de se medir a redução da pobreza, no meu entender, é quando conseguimos entender que em um determinado estado, em um determinado país, aqueles que tinham que viver para matar a sua fome no momento emergencial, precisando de uma Bolsa Família, eles já estão podendo não estar mais na Bolsa Família porque tem um bom emprego, tiveram a boa educação que os capacitaram para terem uma vida mais digna.

Fica aqui essa minha colocação, agradecendo a todos, e pedindo desculpas por não poder permanecer mais porque, na realidade, eu estou sendo... Já faz mais de meia hora que me aguardam lá no plenário. Muito obrigada.

Mas nós temos todas as gravações e o restante dessa reunião, eu poderei, com certeza, inclusive, com as informações o que Dr. Márcio, com certeza, passará mais detalhadas sobre essa aplicação do Canadá, eu poderei vê-la brevemente, através dos registros, que ficam guardados, registrados e guardados. Muito obrigada.

[troca de presidência]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço a Senadora Rosalba Ciarlini pela deferência em me convidar para presidir a continuidade dessa Audiência Pública. E eu penso que seria, talvez, interessante, antes da Mesa responder ou ponderar sobre as reflexões do Senador Suplicy, que o Senador Flexa Ribeiro possa, também, fazer as perguntas...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Acho adequado, Sr. Presidente, estou de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Está de acordo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Estou de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Então, o Senador Flexa Ribeiro está com a palavra, para as fazer as colocações e as perguntas que julgar necessárias.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. e ao Senador Senador Suplicy. Nós vamos ter uma economia processual bastante importante, porque os questionamentos que eu vou fazer, eu o farei a todos os convidados, que eu gostaria de ouvir a opinião de cada um sobre os pontos que eu vou colocar. Eu saio convencido, nós estamos fazendo a primeira audiência sobre o pré-sal e, especificamente, sobre o fundo social. E pelo que observei, não foi possível tratar do fundo social sem entrar em outros projetos do pré-sal: partilha, royalty, questão da capitalização. Então, a primeira pergunta que eu faço a V. Exa. é, primeiro, fatiar esse projeto, ou seja, fazer aprovação do projeto como se ele não tivesse uma interconexão entre ele... E foi dito aqui, inclusive, observado com bastante propriedade, e se alterar no fundo social e não alterar no outro projeto, vai ter incompatibilidade na aplicação da lei, isso quando disse que a minha cabeça estava mais confusa é exatamente por isso. Então, a primeira pergunta que faço a V. Sas. é se não seria melhor para o nosso país, para o futuro do nosso país, se nós analisássemos o conjunto da obra, e não ela fatiada, da forma como foi apresentada.

[soa a campainha]

Segunda pergunta: se V. Sas. concordam com a necessidade da tramitação desses projetos em regime de urgência. Haja vista que foi-nos dito, aqui, que o pré-sal, todos nós sabemos que vai, Deus queira que se torne realidade, que nós podemos ter, no Brasil, *sheiks*, com aqueles turbantes, participando da OPEP, mas isso vai acontecer muitos anos à frente, lá para 10 anos, 15 anos, com otimismo.

Então, nós estamos acelerando um processo, obrigando o Senado Federal, porque, na Câmara, foi retirada a urgência, obrigando o Senado Federal a discutir, analisar, votar conscientemente, em regime de urgência, que nos dá 45 dias para fazer essa análise. Então, eu queria saber se V. Sas., muitos dos quais participaram da elaboração dos projetos, eu não sei quantos anos o governo levou discutindo o pré-sal, eu até gostaria, também, que fosse respondido, e se V. Sa. se colocando nos lugares dos Senadores, teriam condições de entender e ter consciência no voto, em regime de urgência, e se há necessidade para esse regime de urgência?

Terceira questão, também, eu anotei todas as observações de todos os palestrantes. O presidente do IPEA colocou com muita propriedade, apesar da velocidade com que passou as suas planilhas, pelo que eu pude constatar, ele prova por ali que a vinculação do royalty ou a distribuição do royalty cumulativa em poucos municípios e nos estados produtores, nos municípios produtores não trouxe o benefício esperado. Por quê? Pelo que eu entendi, e aí eu queria ouvir a opinião de V. Sas., pelo que eu entendi, não há um disciplinamento no sentido da aplicação desses recursos. Os *royalties* e as contribuições, no caso dos minerais, me parece que eles foram criados para que os estados e os municípios que detêm esta benção de Deus, pudessem se preparar para, no futuro, quando esse bem for extinto, porque tantos os minerais quanto o petróleo são finitos, então para que preparasse para dar continuidade e ter uma base produtiva voltada para suas vocações independentes da existência.

E o que está acontecendo, pelo que IPEA constatou, é que nós estamos perdendo a riqueza e não estamos preparando para a pós-riqueza. Hoje, nós falamos pós-Lula, não é? Então, a pós-riqueza, não é? Então, acho que estamos errando, vamos corrigir o erro. Nós estamos falando de petróleo. Petróleo, para mim, é o primo rico. Os estados que são produtores de petróleo são aqueles estados... O Brasil foi abençoado, os estados detentores de reserva de petróleo foram abençoados duas vezes. O Dr. Marcelo, me parece, fez uma referência sobre Minas Gerais. E eu faço coro com ele, em relação ao Pará. O Pará tem, hoje, e está igual com Minas Gerais, vai suplantará Minas Gerais na produção de minérios e a população continua sem ter nenhuma visão de futuro. Os municípios, onde se extraem essas riquezas, eles têm uma demanda [soa a campanha] de serviços na área de saúde, segurança, infraestrutura, enfim...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Senador Flexa, só para V. Sa. ter uma noção, eu lhe daria mais 5 minutos. Estaria bem?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se V. Exa. me der mais 5, mais 5 eu lhe agradeceria.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Está bem. Então...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Senador Suplicy, a quem eu tenho todo o respeito, teve da Senadora Rosalba, ela desligou a campanha...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Para não alongarmos o debate, nós--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, mas eu tenho dúvidas, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Então, eu faço cinco mais cinco, mas aí encerramos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Então, 10 minutos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se eu tiver concluído as minhas dúvidas, a gente encerra. Mas como eu dizia, voltando, aqui, ao raciocínio, então, o que acontece no meu estado é que você aumenta a demanda de serviço, os estados não recebem a contrapartida pela riqueza que é retirada, a demanda é maior, os serviços despendem mais do que... O Estado do Pará recebe por ano, de contribuição financeira, algo em torno de 80 a 100 milhões de reais. E tem a base exportadora. Quer dizer, nós exportamos emprego. Nós estamos exportando emprego para a China, para os Estados Unidos, para a Europa como, lamentavelmente, exportamos os talentos brasileiros e importamos conhecimento. Nós tínhamos que fazer uma inversão, uma quebra de paradigma com relação a isso. Mas vamos ficar na questão dos *royalties*.

Então, acho que deveríamos ter um projeto, algo em que houvesse um planejamento de longo prazo, independentemente de governo. Pode ser governo A, B, C, D ou E, vai ser mantida aquela programação para aqueles municípios e aqueles estados que todos devem ter, e eu sou adepto à questão de que o pré-sal não é dos estados, é da nação, porque ele está em mar territorial, então, os poços, no território do estado, merecem, evidentemente, a partilha para os estados, mas o pré-sal tem que ser distribuído pela nação, com tratamento diferenciado para os estados mais impactados, tudo bem, mas que haja a distribuição com relação a todos.

Eu fiz, aqui, algumas observações, e vou pedir, senador Flávio Arns a devolução do meu parecer, que já foi entregue sobre o fundo social, porque eu vou e refazê-lo. Vou refazê-lo. Eu já tinha incluído segurança, como também uma área importante para receber os

recursos. Eu já tinha tirado esta questão dos bancos serem só federais, o que é inconstitucional. Pelo contrário, você tem que dar competitividade, ver quem é que... Hoje, os governos todos estão fazendo leilão ou licitação para gestão das suas contas, antigamente era só o Banco do Brasil que ficava com os recursos; agora, não, ou o banco dos estados, quando tinham. E, lamentavelmente, hoje, você... Lamentavelmente não; para o bem da sociedade, hoje, você ganha para que recursos, para aplicar no estado, para a sua população, dando o direito de um banco, qualquer que seja, que lhe melhor pagar para administrar a conta, só para ficar lá com o dinheiro.

Então, acho que tem que haver isonomia, quem pagar mais para administrar o fundo que o administre. Acho que a transparência não se deve ser a banco federal ou privado. A transparência, foi dito pela TCU, é um outro ponto que tem que ser revisto aqui, no projeto, e aí eu colocaria, aqui, os pontos que foram levantados, já temos 51 fundos, os resultados desses fundos são todos aprovados pelo IPEA, abaixo daquilo que a nação esperava, pelo contingenciamento, pela retenção por parte do governo. O comitê, é preciso definir, realmente, quem vai definir a aplicação do fundo, porque é um comitê, mas é um comitê que é indicado pelo Executivo. Então, no meu entendimento, quem vai dizer onde vai aplicar é o Executivo. Eu penso assim, posso estar errado. Até porque o Dr. Nelson terminou a exposição dele com uma frase brilhante, a palavra final é do Congresso Nacional.

Eu pediria a V. Sa. que mudasse, pusesse assim: a palavra final deveria ser do Congresso Nacional, porque lamentavelmente não é, porque o Congresso Nacional, quando faz a discussão e aprova os projetos e manda a sanção presidencial – e não é nesse governo, vem de há muito – os vetos que são colocados no projeto voltam a Congresso e deveriam ser pautados para votação do Congresso Nacional, as duas casas, para aí, sim, a palavra final é do Congresso Nacional, para que esse veto fosse mantido ou derrubado. Como não é feito isso, nós temos mais de mil vetos engavetados e só se pauta vetos que são de consenso, ou seja, que ninguém vai, nem para a sessão do Congresso os parlamentares vão, porque não tem o que discutir, lá é tudo consenso. Agora, vamos colocar os vetos que são polêmicos e vamos votar lá, aí, sim, o Congresso está dando a palavra final. Fora disso 'deveria ser', fazer essa correção.

Mas como eu falei, a questão da transparência, eu acho que isso é fundamental: relatórios trimestrais, para que a sociedade possa acompanhar. A outra observação, aqui, quase que... Por que a parte que cabe à União, a União não transfere os recursos que deve-

riam ser dela para o fundo, também? A União gosta muito de dar barretada com chapéu alheio. Eu tenho um projeto que não anda, no Congresso, que eu sou totalmente a favor de incentivo, nos momentos de crise, a determinados setores da economia, não há dúvida disso, mas que a União faça isso com a parte que lhe cabe do IPI e do imposto de Renda, não dá para fazer isso com a parte dos municípios e dos estados.

A União que tem o controle das condições de alavancar a economia, ela, quando isenta do IPI, ela está tomando recursos dos municípios e dos estados, quando ela poderia, ela, sim, tirar do dela, já que ela detém 60% da recomendação que, lamentavelmente, não conseguimos fazer a reforma tributária e fiscal nesse país. Então, por que é que a União também não vai contribuir com a parte que lhe cabe do latifúndio para o fundo? E foi dito, no me lembro por qual dos senhores, que a reserva levantada, hoje, é de 15 bilhões, 15 bilhões de barris e que a União vai ficar com 5 bilhões, ou seja, 1/3 dessa produção, dessa reserva total, não da produção, já não vai contribuir para o fundo. Já não vai contribuir para o fundo. E foi dito aí que esses restantes são insuficientes para que o fundo atinja o valor necessário.

Uma outra dúvida, também, que me parece, que eu gostaria de ser esclarecido, é com relação a essa questão que o que Dr. Nelson colocou: com o resgate. V. Sa. se referiu ao resgate dos dividendos do fundo. E o resgate do principal, quem é que define esse resgate? Quem é que vai dizer quanto é que do montante do fundo vai poder ser retirado para ser aplicado em determinadas áreas? Porque aqui não está claro quem é que vai fazer esse resgate, quem vai definir o resgate.

[soa a campainha]

A questão da parceria do pagamento dos *royalties*, da parceria privada, eu acho que eu entendi o que V. Sa. quis dizer, como na partilha não são proprietários do óleo, a União entrega óleo para que eles possam vender e, depois disso, fazer o pagamento dos *royalties*.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ela mesma. E aí deveria fazer da parte dela, também. Da parte dela, também. Eu gostaria, para finalizar, Senador Flávio, fazer mais dois questionamentos de uma maneira geral.

Primeiro, é posição tomada pelo PSDB, pelos Democratas, de que nós não vamos votar o fundo social, a capitalização da PETROBRAS, nós não vamos votar sem antes nós votarmos a distribuição dos *royalties* pelos estados. Essa posição do governo de

inverter para depois das eleições a distribuição dos *royalties*, isso aí é história de Papai Noel ou cegonha. Nós vamos discutir primeiro a distribuição, para depois discutirmos... O ideal seria... E a pergunta que fiz: se não era melhor discutir o pacote como um todo, para a gente saber a direção que a gente teria?

E a última pergunta: se não chegou a hora de nós discutirmos de uma vez por todas, não só *royalties* de petróleo, mas vamos discutir a questão dos minerais, também? Por que é que os estados que são produtores de minerais tem um royalty antes, hoje, CEFEN, de 2 a 3%, não tem aquela segunda parte de contribuição, como é que chama? Participação especial, não é? Então, eu não acho justo. Eu não acho justo. Eu acho...

E outra coisa: vou emendar, também, para que os recursos desse fundo social sejam aplicados para que a União faça valer que está na Constituição, ou seja, tem que ser aplicado... Não é preferencialmente, não. Tem que ser aplicados nas regiões que foram mostradas aqui, com propriedade, pelo IPEA, que não faz em parte do Brasil desenvolvido. Então, nós precisamos, antes de buscarmos, como alcançaremos um estágio do Brasil no patamar dos países de Primeiro Mundo, nós temos que tornar os brasileiros também iguais nas suas condições de vida em todo o território nacional. Nós não temos brasileiro de primeira categoria, segundo categoria e terceira categoria, nós temos brasileiros. E aí nós vamos ter que diminuir as desigualdades regionais que, lamentavelmente, apesar de estar no texto constitucional, elas vem aumentando a cada momento, a cada década.

Eram essas os questionamentos, ficando, para atender o presidente, com muitos outros para uma próxima audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço. Passo, em seguida, a palavra ao Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador, Presidente Flávio Arns. Srs. expositores, Sras. e Srs. Senadores. Tive que me retirar, lamentavelmente, para cumprir um compromisso em outra Comissão e acabei não tendo a exposição de todos, consequentemente, terei alguma dificuldade, mas, contudo, serei rápido. Ao contrário do eminente Senador Flexa Ribeiro, que parece que está entregando os pontos, porque ele espera que seja governo daqui a pouco tempo. E ele está dizendo que não, porque ele já quer fazer as coisas, acho que faz agora não serve para depois. E eu entendo que o que nós fizemos agora serve para o Brasil. Esse é o meu ponto fundamental. E dizendo que nós temos algumas coisas urgentes para agora--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu vou pedir o art. 14.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC):

Desculpe, eu estou brincando. [risos]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Porque eu fui citado, e não é esse o pensamento. Ele está distorcendo a coisa. Eu quero que a gente aprove, mas aprove com consciência.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Está certo. Tudo bem. Uma brincadeira, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Para o bem da discussão, ele retira a observação. [risos]

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Nós temos alguns pontos do processo do pré-sal que tem urgência e tem alguns pontos que não têm urgência. E eu entendo de que a constituição da empresa, para administrar o pré-sal, é urgente. A capitalização da PETROBRAS é urgente. Por que são urgentes esses dois pontos? Aqui já foi dito que nós não sabemos se temos 15 bilhões de barris ou 100 bilhões de barris. Eu já vi gente falar que tem 300 bilhões de barris. Então, como é que nós vamos passar a discutir fundos e discutir distribuição se não sabemos qual é o bolo?

Eu começo me indagar, e, nessa indagação, eu fiz uma brincadeira com o Senador Flexa Ribeiro, porque é muito maior do que nós pensamos, senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Deus queira.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): E por ser maior do que pensamos, nós temos que, primeiramente, fazer as ações necessárias e urgentes para que possamos ir buscar as riquezas com a pesquisa, com o desenvolvimento, com a implantação, porque distribuição deverá ter daqui a quatro, daqui a cinco, daqui a seis anos. E quanta discussão nós podemos ter nesse espaço para buscar o ideal para o Brasil?

É dentro desse princípio que eu entendo de que temos que pensar muito na empresa do pré-sal, muito na capitalização da PETROBRAS, muito, também, nas partilhas. Mas partilha e, principalmente, distribuição e royalty é uma coisa que poderá levar cinco, seis anos. E aí nós temos tempo suficiente e espaço para amadurecer que toda essa riqueza... E aí, sim, estou de acordo: essa riqueza é dos brasileiros. Não podemos tirar recurso do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, mas quando eles receberam as benesses do petróleo, nós produzimos 10% do que produzimos hoje, e toda a produção era na terra. Hoje, nós ampliamos, fomos para o Oceano Atlântico. E a nossa Constituição é clara: tudo que foi embaixo do solo ou no oceano é da União. E toda distribuição é da União para os estados e municípios. Consequentemente, defendemos, sim, que o Rio e o Espírito Santo não percam, mas que a

distribuição seja para todo o Brasil e para todos os brasileiros.

Essa pequena intervenção, por não ter tido espaço e oportunidade de ouvir a todos, deixo a minha opinião, e com a certeza de que, nesse debate, cresce a consciência do Senado, cresce a consciência da própria nação e, certamente, encontraremos caminho fácil, porque o difícil era discutir falta. Nós estamos discutindo sobras, ganhos, riquezas. Isso é muito fácil para discutir. E como é fácil para discutir, nós estamos permanentemente atentos e agradecendo a oportunidade e o tempo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Obrigado, Senador Neuto De Conto. Em seguida, eu passo a palavra aos expositores--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem, presidente. Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Só explicando, ainda, um pouco. E cada expositor, naturalmente, vai refletir sobre aquilo que foi colocado pelos senadores, mas peço a gentileza de, também, eventualmente, fazer alguma colocação sobre a exposição dos demais membros da Mesa, se isso for necessário.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Permite, presidente uma breve--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Antes de passar a palavra, eu só passo, pela ordem, mais um minuto para o Flexa Ribeiro e, na sequência, para o Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Um breve acréscimo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só queria acrescentar uma última pergunta aos nossos convidados. É uma pergunta importante e, agora, fugiu novamente... Vou passar para o Suplicy, depois, eu volto. Vou anotar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Senador Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Sr. Presidente, agradeceria... Pergunto, sobretudo, para o Sr. Fernando Siqueira, como engenheiro, e engenheiro da área de petróleo, porque este acidente que aconteceu ali, ao Sul dos Estados Unidos, causou uma enorme preocupação e, inclusive, uma legislação nova, que foi votada no Senado norte-americano, ontem, relativamente a... às questões relativas ao meio ambiente. Então, como o petróleo da camada pré-sal, lá, será explorado no fundo do Oceano Atlântico, em que medida situações tais como as desse acidente estarão sendo consideradas no conjunto das preocupações do Brasil e dos projetos que nós estamos, aqui, examinando?

Isso tem a ver um pouco com a preocupação dos estados e dos municípios e daquilo que está na própria Constituição brasileira que, sim, o petróleo pertence à União, pertence ao povo, como ressaltou logo no início da sua exposição, estou de pleno acordo, mas é previsto na Constituição que, estados e municípios onde se realize a exploração, que poderão ter, eventualmente, preocupações de danos ao seu meio ambiente e outras consequências deveriam ter uma devida compensação. Isto está previsto na Constituição.

Mas, de repente, surge um acidente de extraordinária proporção, poderemos, eventualmente, ter esse tipo de acidente aqui, que cuidados teremos e qual é a preocupação que vai haver, que talvez esteja colocada no item, lá, de imitação dos efeitos ambientais e tal. Mas como é que isso será considerado?

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Exatamente na linha do Senador Suplicy, sobre a questão do acidente, lá, com a plataforma, lá da BP, mas a minha pergunta, evidentemente a preocupação ambiental, mas a minha pergunta seria se nós já temos segurança na tecnologia. Sei que o Brasil, a PETROBRAS é, hoje, a que detém maior técnica, maior conhecimento para perfuração em águas profundas, mas nós estamos falando lá no acidente que houve em 1.500 metros, nós estamos falando no pré-sal 5, 6 mil metros. Então, eu gostaria de saber se já tem essa garantia da tecnologia para fazer essa exploração a essa profundidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Só quero dizer que essas perguntas são muito importantes, muitas pessoas certamente estão se questionando sobre isso, foram bem levantadas e muito oportunas.

Então, eu passo, em primeiro lugar, novamente a palavra ao Dr. Fernando Siqueira, que é presidente da Associação de Engenheiro da PETROBRAS.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Muito obrigado, Senador Flávio Arns, obrigado, senadores, pelas perguntas. Eu vou começar pelo final, a pergunta do Senador Suplicy.

O risco existe de acidente no setor petróleo e, por isso, é uma atividade bastante, digamos, controlada em termos de segurança. Existe um equipamento chamado *blow up preventer*, que fica no fundo do poço, que, em um caso de um acidente como esse, atua e não deixa haver derrame de óleo. O que pode ter acontecido, conjugado aí a uma falha desse equipamento com falha humana. Na Plataforma de Enchova, na Bacia de Campos, houve uma falha humana, e esse equipamento não pôde cumprir a sua missão. Então, a gente ainda não sabe o resultado da investigação,

mas é possível que tenha havido falha humana e falha de equipamento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Esse acidente foi quando?

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Como?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, de Enchova, foi em que data?

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Enchova foi por volta de... Final da década de 80.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Esse está resolvido.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Está resolvido, foi imediatamente resolvido, porque era plataforma fixa e era mais fácil.

Então, esses acidentes são possíveis e, com esse acidente, os cuidados serão redobrados. Mas de qualquer maneira, eu queria dizer que a PETROBRAS já furou mais de 50 poços na área do pré-sal e graças a Deus não aconteceu nenhum acidente dessa monta. A plataforma que a Transocean, a companhia de perfuração independente perfura também para a PETROBRAS, perfura para as petrolíferas do mundo inteiro e tem uma experiência enorme. De forma que embora sendo possível esse acidente, eu acho que será muito difícil ocorrer novamente e agora os cuidados serão redobrados, novas tecnologias agregadas. Então, embora possível, eu acho que serão cada vez mais difíceis, mesmo em águas profundas de 2200 metros. Então, eu acho que podemos ficar tranquilos, a possibilidade existe, mas é muito pequena.

Quanto a sua pergunta inicial sobre diferença, concessão e partilha. O contrato de concessão existente foi feito em uma época em que se imaginava um risco muito alto para a descoberta de petróleo e um retorno baixo, caso fosse descoberto. Ocorrendo a descoberta do pré-sal, que a PETROBRAS durante 30 anos pesquisou e somente conseguiu levar a cabo quando a tecnologia permitiu, derrubou toda essa argumentação, porque o pré-sal tem um risco baixíssimo. A PETROBRAS furou em 13 blocos diferentes e achou petróleo em todos eles. Então, o risco é praticamente nulo.

O poço de Guará, recém-testado, deu uma produção, uma produtividade de 50 mil barris por dia e, então, altíssima produtividade. Então, faz com que a Lei 9478, em vigor, seja absolutamente inadequada para o pré-sal, porque ela dá 100% da propriedade do óleo para quem produz e uma obrigação dele pagar no máximo 20%, do total, para o governo em moeda, em dinheiro. Então, é uma profunda inadequabilidade para o pré-sal.

Então, nós estamos discutindo aqui o projeto do fundo social, não adianta termos um belíssimo projeto

de fundo social quando a fonte arrecadadora é ruim para o país. Quer dizer, se persistir a legislação atual, não adianta ter um belo projeto de fundo social, porque a arrecadação é no máximo 20%, em moeda. Então, o contrato de partilha é a maioria dos contratos do mundo e são na base da partilha, ele tem uma vantagem do petróleo ser repartido. No caso do nosso projeto aqui, a produção é remunerada em petróleo e, então, o produtor já de cara tem um percentual grande de petróleo, que é o bem mais estratégico. Dólar todo mundo até fabrica. Agora, petróleo é que não tem. Então, o petróleo cada vez mais é profundamente estratégico, profundamente fornecedor de poder de barganha muito grande e, então, abrir mão dele é ruim, péssimo para o Brasil. Então, o contrato de partilha do governo melhorou muito essa questão da posse do petróleo.

O Dr. Nelson Barbosa me contradisse ali e eu não o censuro, não. Porque, quando eu descobri essa emenda do Deputado Henrique Alves, eu tive a maior dificuldade da passá-la para cerca de 30 parlamentares: Ibsen Pinheiro, Renan Calheiros, Pedro Simon. Os próprios companheiros da associação levaram 15 dias para entender a perniciosidade dessa emenda. Aí eu fiz o seguinte, publiquei na p. 23, na transparência 45, a emenda original do relator e a emenda camuflada em uma redação que não fica claro para as pessoas. A emenda original diz: "*Os royalties serão ressarcidos ao consórcio em petróleo*". Esse é o espírito da emenda, na p. 23, transparência 45. Mas a redação que coloca é uma redação que camufla essa intenção, por isso as pessoas têm dificuldade de entendê-la. Eu acabo de saber que o Presidente Lula foi devidamente esclarecido, ficou revoltado com essa emenda, que não partiu da intenção dele isso e ele disse que essa emenda não persistirá, porque ela, digamos assim, deturpa o projeto do governo.

Eu fiz um cálculo aí mostrando as três condições. Com a lei atual, o governo fica com no máximo 20%, em dinheiro, e o consórcio com 100%. No projeto do governo, o governo fica com 55% do petróleo do produzido e, no projeto do governo piorado, a União fica com apenas 29,4%. Então, essa emenda é um equívoco e é uma emenda que desfigura o projeto do governo. Eu convido ao Dr. Nelson Barbosa para a gente conversar, eu vou lhe mostrar que já fui contestado por mais de 30 pessoas, todos foram convencidos que a emenda é realmente péssima para o país e tem que ser retirada.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permite. Essa emenda está no projeto do fundo social, ou não?

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, no outro projeto.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Ela está no projeto de partilha.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Só para esclarecer.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Mas ela, vamos dizer assim, atrapalha o fundo social, porque reduz a arrecadação do fundo social drasticamente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente. O Dr. Fernando Siqueira, ele fez uma referência, no caso da concessão, a União fica com 20 e a empresa com 100.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aí não fecha a conta.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Não, a empresa fica com 100% do petróleo produzido e, pelo Decreto 2705, de 98, ela é obrigada a pagar de 0 a 20%, em dinheiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, 20 é a média que foi mostrada aí.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: É paga em reais.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vinte por cento é a média.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas em moeda.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim. Mas então, ele fica com 80... Vamos falar em reais, ou barris, fica com 80% e 20% fica para a União.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: No máximo, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Por exemplo, nós temos aí a--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, eu já entendi. Só não fecha a conta de 100 mais 20 dá 120, já extrapola o total da--

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Não, mas ela fica com 100% do petróleo e paga 20 em dinheiro, que é muito menos estratégico. Além disso, se o senhor olhar ali aquele quadro que eu mostrei, não sei em que página está, mas há um quadro aí que mostra que se for até 90 mil barris por dia, a produção, ela é isenta, ela fica com 100% do petróleo, não paga nada e nem imposto de exportação, pela Lei Kandir, está certo? Então, a lei atual é péssima para o Brasil mesmo.

A questão da distribuição dos *royalties*, lamentavelmente, contra a vontade do governo, entrou em discussão. Por que lamentavelmente? Porque ela desvia a discussão do foco principal. Qual é o foco principal? Como o senhor disse muito bem, retomar a propriedade do bolo, para ver como é que distribui. Então, a

introdução dos *royalties*, que todo mundo sabe, porque os *royalties* afetam a todos, estamos discutindo 10%, mas os 90% é que são os fundamentais de serem retomados hoje, porque a legislação atual dá, eu repito, 100% para quem produz e no máximo 20%, em dinheiro, para o governo. Então, os *royalties* camuflam a discussão principal.

A questão dos cinco bilhões, que o governo está fazendo uma sessão onerosa, foi dito aqui que não paga fundo social, não paga bônus e etc.. Na verdade, o que o governo está fazendo é investir, é capitalizar a PETROBRAS. Ele está aumentando, tentando aumentar. Pode ser que nem aumente, está tentando aumentar a sua participação acionária na PETROBRAS e, portanto, no pré-sal que a ela hoje está entregue. Então, isso daí o governo cede à PETROBRAS cinco bilhões de barris em reservas, a PETROBRAS paga com os títulos do governo em seu poder, o governo pega esses títulos e compra ações da PETROBRAS.

Então, o governo está sendo ressarcido, sim, na participação especial, porque ele passa a ter uma participação permanente na empresa e passa, portanto, a aumentar a sua participação no bolo que ela está produzindo. Portanto, essa capitalização é absolutamente importante, necessária, até para que, se outros acionistas resolverem investir, também, vai gerar recursos para a PETROBRAS investir e mais baratos. Então, essa capitalização, através de uma engenhosa situação, mas é muito bem bolada, muito bem feita, vai ser importante para a PETROBRAS, para capitalizar e aumentar o poder de fogo dela para investir.

O senhor falou, Senador Flexa Ribeiro, de forma muito feliz, no art. 176, dos minérios, que, hoje, as concessionárias de minérios, minerais, reservas minerais ficam com 100% das jazidas, do produto da lavra e pagam no máximo 2% de *royalties* ao Brasil. O que o Brasil ganha com isso? Isso piorou com a mudança da ordem econômica, que houve em 95, porque se igualou empresa nacional a empresa estrangeira. A empresa estrangeira, até então, podia explorar o minério com no máximo 49% das ações. A partir daí, elas puderam explorar com 100% das ações e a empresa nacional, com muito menor poder de fogo, foi absolutamente dizimada. É preocupante, porque também se quebrou o monopólio da cabotagem. Hoje, embarcações estrangeiras entram nos nossos rios, escoam o nosso minério, a nossa biodiversidade e uma atividade absolutamente tão estratégica, porque, nos Estados Unidos, ela só pode ser exercida por embarcação americana e tripulação americana nato, não naturalizada.

Por último, eu queria contestar um dado aqui da Fundação Getúlio Vargas, que o Dr. Paulo colocou, que diz que o estudo do IBRE, da Fundação Getúlio

Vargas, estima perda de 50 bilhões por cada ano de atraso do pré-sal. Eu contesto isso com veemência, porque explorar o pré-sal açodadamente é absolutamente antiestratégico para o país. Primeiro, porque o pré-sal dá para ser explorado em mais de 40 anos, e, se isso for explorado em uma abertura de vinda de empresas asiáticas, americanas, europeias, o pré-sal se esgota em 13 anos, exatamente quando o petróleo estará explodindo em preço pelo terceiro choque de demanda.

Outro ponto negativo é que a entrada brusca de dólar fará no Brasil a doença holandesa, ou seja, sobrevalorizará o real, quebrará as empresas fora da atividade petrolífera, como aconteceu na Holanda e, então, o Brasil perde drasticamente com essa questão. Por último, eu queria dizer que, se entrarem esses dólares bruscamente, o Brasil vai ter que aplicá-lo em títulos do tesouro americano, que é o único título, hoje, com certa segurança, e esses títulos são valotados em dólar. Então, o senhor deixa de ter um ativo, que é crescentemente valorizado e que vai tender a crescer indefinidamente o preço do petróleo, quanto mais ele se tornar raro com a queda da oferta. Deixa de aplicar no ativo de preço crescente, valorização constante, para aplicar em um título que é valorizado em dólar e que é uma moeda que está com os dias contados, porque em 2018, ela deixa de ser a moeda de referência.

Então, hoje, nós temos autossuficiência com o que já descobrimos. Não tem nenhuma urgência de produzir o pré-sal, mas pode-se, sim, produzi-lo para exportação, desde que atenda uma estratégia de crescimento sustentável do país, não para produzi-lo açodadamente, acabar com ele precocemente, gerar problemas seriíssimos e prejuízos muito maiores do que 50 bilhões por ano, que está dito aqui. Os prejuízos são inimagináveis se produzirmos o petróleo açodadamente e acabarmos com o pré-sal precocemente. Então, esse estudo da Fundação Getúlio Vargas é absolutamente contestável e infundado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço ao Dr. Fernando Siqueira. Passo a palavra ao Dr. Marcelo Piancastelli, que é economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem. Tem dois questionamentos que eu gostaria de ouvir a opinião de todos. Primeiro, sobre o regime de urgência que estão submetidos os projetos no Senado e o outro questionamento, que eu fiz também, pedindo a todos que respondessem foi...

Ah, sim. Na opinião de V. Sa., como técnico, se não seria melhor ter o projeto analisado como um todo do que fatiado, já que há uma inter-relação entre eles.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu peço, então, que o Dr. Fernando Siqueira, se desejar, complete, assim, de maneira mais rápida, para a gente poder passar, então, em seguida, a palavra ao Dr. Marcelo.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Senador, eu sou absolutamente favorável ao regime de urgência, porque, se nós deixarmos a votação para depois da eleição, dificilmente nós teremos o mesmo empenho em favor do país. Quer dizer, as pessoas estarão livres da eleição e ficarão mais liberais, no sentido de defender o interesse brasileiro. Então, eu acho que agora é a ocasião altamente propícia para ser votado.

Quanto à questão do fatiamento, eu acho que deve ser feita uma votação prioritária para o projeto de partilha, porque, primeiro, temos, como o senhor disse muito bem, retomar a propriedade do bolo para o país, que hoje não é do país, para, depois, nós podermos pensar em reparti-lo. Então, por exemplo, a ideia da deixar o *royalty* para um segundo momento e discutirmos a partilha agora, junto com o fundo social, eu acho muito boa. Acho que a oportunidade de votar é agora, mais rápido possível, porque os senadores e os parlamentares, em geral, a própria Câmara, quando voltar lá, estarão muito imbuídos de um espírito nacionalista, mais do que seria, se for depois da eleição. Aí o pessoal relaxa e a coisa pode ficar pior.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu pediria a V. Exa. que mandasse retirar dos anais essa resposta do Dr. Fernando Siqueira, que eu acho que ela não cabe ao Senado Federal o juízo de valor que ele está fazendo, nem ao Congresso. Nós vamos votar, sim, tanto com regime de urgência, ou sem regime de urgência, nós vamos votar com eleição, ou sem eleição, mas nós vamos votar com consciência. Empurrado garganta, goela a baixo não vai ser, fique certo disso.

Então, eu vou fazer minhas as palavras do Senador Neuto De Conto, dizendo-se que há uma preocupação, eu acho, do governo, porque ele já prevê qual o resultado que terá nas eleições. Então, V. Sa. está muito enganado pelo juízo que faz do Congresso Nacional e do Senado Federal, em especial.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Só um minutinho. Foi levantada uma questão de ordem. Eu só quero dizer que como Presidente, a questão de ordem de retirada não vai ser... Eu peço a vênica do Senador Flexa Ribeiro, porque eu penso assim que, na audiência pública, tem que haver a mais absoluta liberdade, para que as pessoas externem os seus pontos de vista.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Claro, sem dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Então, posso até não gostar, não concordar, eventualmente com algum ponto de vista, mas vamos deixar que haja absoluta liberdade, tranquilidade.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Até desrespeito?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não, eu acho que--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Imagine se é desrespeito. Se me permite o Senador Flexa Ribeiro. V. Exa. pediu a opinião dele e ele deu a opinião, vamos respeitá-la. V. Exa. não gostou da opinião. Eu, por exemplo, gostei e porque não--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. gosta de tudo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Por que não respeitar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. gosta de tudo que é--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Tudo que é de bom senso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Que é a favor do Brasil.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A favor do PT.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E a favor do Brasil, porque o PT é a favor do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu penso que V. Exa. externou o ponto de vista, o Senador Suplicy--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu não fiz essa pergunta aos convidados, que coubesse essa resposta. A pergunta que eu fiz foi clara, se há necessidade, ou não, do regime de urgência. Ele poderia tecnicamente ter respondido, se há, ou não, o regime de urgência, e não entrar em fazer juízo de valor, de como os parlamentares vão se portar nas votações, antes ou depois das eleições. Lamentavelmente, o Dr. Fernando Siqueira está muito enganado com relação ao que V. Sa. pensa dos senadores.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Senador, não é--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós vamos votar, sim, mas nós vamos votar com consciência, não vamos nos render e nem nos dobrar à vontade de Executivo... Da opinião pública, não, senhor. Nós estamos aqui defendendo o cidadão brasileiro, nós estamos aqui buscando o que é melhor para o Brasil.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Sem dúvida, senador, eu não disse o contrário a isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós somos oposição ao governo e não ao país, fique certo disso. Já votei aqui e defendi muitos projetos do Executivo. Agora, para fazer politicagem, não.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Ninguém disse isso, senador. Eu disse só o seguinte: a pressão da opinião pública funciona mais hoje do que--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Sa. não está com a palavra, peça primeiro ao Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não, por favor, eu penso assim que o debate está sendo conduzido de uma maneira boa. As pessoas todas estão tendo a oportunidade de se manifestar. Há dúvidas, há um conflito em termos de um posicionamento. Mas como eu disse também, já antes, eu penso que deve haver absoluta tranquilidade, segurança, e a gente poderia discutir se isso foi ofensivo, ou não. Da minha parte, eu acho que está tudo bem, está tudo de acordo, e tenho certeza que o senhor também não teve a minha intenção de ser ofensivo em relação a qualquer parlamentar.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Sem dúvida. Eu queria esclarecer que não é a intenção de denegrir a imagem do Senado, de forma alguma. Eu apenas quis dizer que a pressão da opinião pública funciona mais antes da eleição, isso aí é uma questão humana. Eu trabalho nesse Congresso desde a Constituição de 88, senador, e procuro esclarecer aos parlamentares, conheço bem essa questão. Estou dando ao senhor uma opinião sincera do que eu acho, não com intenção de ofender a ninguém, de forma alguma, que eu não iria aqui ofender um poder da República do tamanho e importância, como é o Senado e a Câmara.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem.

SR. FERNANDO SIQUEIRA: Mas é uma opinião que reflete uma experiência de mais de 20 anos, aqui, acompanhando os projetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem, Dr. Fernando. Eu acho que está encaminhado. Passo a palavra ao Dr. Marcelo Piancastelli. Está certo?

SR. MARCELO PIANCASTELLI: Corretíssimo, Senador. Muito obrigado. Eu gostaria, inicialmente, de abordar uma menção que o ilustre Senador Suplicy fez com relação ao fundo do Alasca.

Quando eu fiz a minha exposição, eu centrei tudo só basicamente na sustentabilidade e na transparência. Eu não me preocupei com a parte da alocação de recursos como, aliás, tão bem tratou o Dr. Nelson Barbosa. Quer dizer, me tranquilizou muito o fato dos recursos do fundo, eventualmente, virem a ser alocados

no orçamento da União e, a partir daí, estarão passíveis de todos os mecanismos de controle, de fiscalização, definição de prioridades e todas aquelas outras condicionalidades que a lei assim o estipular.

De modo que eu conheço a experiência do Alasca, Senador, já estive lá. Inclusive, acho que a transferência direta de renda, de colocar o dinheiro, o recurso no bolso do cidadão é muito saudável, como demonstrou ser o caso do Alasca, alterou o Índice Gini e etc., todos aqueles benefícios que o senhor mencionou. De modo que acho que aí é um aspecto alocativo e do qual, inclusive, eu me abstive de tratar. Quer dizer--

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Se me permite no aspecto da transparência, eu também estive lá na Capital Juneau e, por três dias, acompanhei tudo o que lá é feito. Notei, como muito interessante, que as reuniões do Conselho de Administração do Alasca são feitas em uma sala oval, com o assento para o diretor executivo, nomeado pelo governador eleito e pelos seis membros do *Board of Trustees*, mas com auditório em volta, de tal maneira que qualquer cidadão ou membro da Assembleia Legislativa pode acompanhar tudo que se faz nas reuniões do *Board of Trustees*. Ademais, essa reunião é transmitida, ao vivo, para todo o Alasca, para que a população acompanhe o que é feito. Só para--

SR. MARCELO PIANCASTELLI: Exato.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): É um exemplo importante de transparência e participação. E se foi dois a um, no dia, em 76, em que se aprovou o Fundo Permanente do Alasca, hoje, é considerado suicídio político, para qualquer liderança, propor o fim do sistema de dividendos do Fundo Permanente do Alasca.

SR. MARCELO PIANCASTELLI: Pois não, senador, acho que exatamente quanto a isso é que vem na direção de uma das minhas preocupações e que eu coloquei aqui, o problema da sustentabilidade.

A minha preocupação com o projeto de lei é que o conselho de gestão do fundo financeiro, quer dizer, no projeto como ele está hoje, ele é... Eu considero extremamente liberal, no ponto de que ele adquire ou ele assume posições, que eu creio e a experiência nacional se mostra, dele não ser do Congresso. Por exemplo, definir o percentual de resgate anual. Isso é uma decisão orçamentária, isso é uma definição que os representantes do povo, o Congresso, deveriam tomar anualmente. Vai ser 2%, 3%, 4 ou quanto? Porque a garantia da sustentabilidade, quem vai definir isso são os representantes do povo, na melhor escola, na melhor aprendizagem democrática que nós temos no fundo.

É a primeira vez que nós temos um fundo, dentre os 51 que existem, que está discutindo esse tipo de problemática no Congresso. De modo que, tal como se discute qual é o percentual de resgate da renda sustentável, deve-se discutir também a composição do Comitê de Gestão. Os nomes deveriam ser submetidos ao Senado com toda a prioridade e transparência. Onde serão feitos os investimentos? Qual o tipo de empresa? Nós vamos adotar um padrão da *Standard & Poor's*, da *Moody's*, ou de alguma agência de *rating* do Brasil, ou do BNDES, de um banco.

Quer dizer, são coisas que o Congresso deve ter uma participação importante. E abolir aquela ideia de que se uma decisão cai no Congresso, ela vai ser demorada, vai ser lenta. Pelo contrário, o Congresso vai... A capacidade de deliberação no Congresso, ela só tende a melhorar com o tempo, na medida em que vai tomar esse tipo de decisão, que é de interesse da nação e do povo. Do mesmo modo que se eventualmente um membro do Parlamento tomar uma decisão de propor um percentual de retirada que seja insustentável, politicamente, provavelmente, ele vai pagar por isso. De modo que são coisas básicas em uma administração de um fundo desse tipo.

De modo que são coisas que eu gostaria e espero ter dado essa mensagem, porque isso está baseado na experiência, inclusive, como eu mencionei. Se nós olharmos a experiência do Timor Leste, que é um país que o Senador conhece, pobre e que está lutando para sobreviver, a renda da população toda depende do repasse de 3% do fundo de petróleo deles. Da mesma coisa o Temasek Holdings de Cingapura e por aí nós vamos afora.

De modo que a transparência, com a participação mais efetiva do Congresso nas deliberações e a sustentabilidade do lado do fundo são fundamentais. A alocação de recursos, depois o Congresso resolve na lei orçamentária. Muito obrigado, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Está bem. Obrigado.

SR. MARCELO PIANCASTELLI: Ah, bom--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Só as duas perguntas.

SR. MARCELO PIANCASTELLI: Em tempo, Presidente, as duas perguntas.

Eu não tenho, eu me sinto impedido, até por questão de competência, de avaliar politicamente se o regime de urgência, tal como está sendo proposto, ele é o melhor ou não. O que me preocupa é o grau de consciência da decisão do Congresso. Nós estamos lidando com assunto da maior complexidade.

O fundo social talvez seja um dos mais simples, dentre esses quatro projetos que estão em pauta na

Casa. Olha que as controvérsias e as decisões, a importância delas para o futuro do país. Como eu mencionei às pessoas, nós estamos discutindo aqui um assunto que vai interessar aos nossos netos e bisnetos. É uma felicidade para o país que pode fazer esse tipo de coisa. De modo que essa sustentabilidade é importante.

Se, no projeto menos complexo, nós já temos essa série de aspectos, de controvérsias e de pontos, imagina o outro da partilha, da qual é competência do Dr. Fernando Siqueira, que eu me sinto absolutamente impossibilitado de opinar. De modo que o importante que eu acho é o Congresso, os senadores, eles sentirem que têm a consciência da complexidade dos problemas e aí tomar a melhor decisão. Se isso vai requerer ou não regime de urgência, a Casa é que vai deliberar sobre isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço ao Dr. Marcelo. Antes de passar a palavra ao Dr. Paulo Springer de Freitas, eu fui perguntado, pelo Dr. Fernando Siqueira, se haveria alguma dificuldade se ele se retirasse, em função do voo que ele tem. Eu disse para ele que eu faria essa justificativa, para que a saída dele não tivesse qualquer relação com o que foi discutido agora há pouco. Foi isso que eu falei para o senhor. Então, V. Sa. está à vontade para a decisão que for mais adequada. Eu só passo em seguida a palavra ao Dr. Paulo Springer de Freitas, que é consultor legislativo do Senado Federal.

SR. PAULO SPRINGER DE FREITAS: Obrigado. Sobre as colocações feitas, quer dizer...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Até essa presidência não se incomoda, porque é um diálogo positivo, construtivo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Positivo, sou testemunha.

[risos]

Sr. Presidente, me permita apenas informar que eu encaminhei a cada um dos expositores o texto de palestra que farei no Congresso Internacional da *Basic Income Earth Network*, proximamente, e que trata dos assuntos sobre os quais eu mencionei. Mas eu até aproveitaria para perguntar se por acaso o Sr. Paulo de Freitas, de alguma maneira, quando em 99 eu solicitei que fosse feito o projeto sobre o Fundo Brasil de Cidadania, se por acaso ele interagiu, já que é da consultoria legislativa do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Com a palavra o Dr. Paulo.

SR. PAULO SPRINGER DE FREITAS: Começando pela última pergunta, eu agradeço até o envio do texto. Na época, eu não estava no Senado ainda, então não tive a oportunidade de interagir, eu entrei aqui em 2004.

Mas sobre... Vamos fazer alguns comentários gerais. Sobre analisar o conjunto da obra, eu acho que é mais interessante de fato. Existe um problema legal em relação ao problema da Petrosal, porque a criação de uma empresa estatal parece que tem que ser feito por um projeto de lei específico e, então, não daria para fazer junto com os outros. Mas é claro que é uma decisão da Casa, mas, assim, eu acho a análise conjunta, ou talvez algum apensamento(F) desses projetos, acho que diminui a probabilidade de ter algum erro, de ter algum ruído na história.

Igual eu coloquei, aqueles problemas que têm alguns artigos do PLC 16, que faz a menção ao PLC 07, que aí pode dar alguma confusão na hora dependendo de como for feita a tramitação, de como for a votação e tem que ter mais cuidado. A condição do projeto... Quando são vários projetos, eu acho que é mais difícil a coordenação, mas nada impede.

Sobre o regime de urgência, obviamente é uma decisão do Presidente da República. Agora, eu queria levantar alguns pontos sobre o regime de urgência. Parece que é muito importante a capitalização da PETROBRAS e aí queria levantar um ponto seguinte: para capitalizar a PETROBRAS não precisa de projeto de lei. O governo consegue outras formas, por exemplo, ele pode licitar áreas e com o dinheiro usar para capitalizar a PETROBRAS. Isso tem a vantagem: primeiro, que você consegue um preço mais garantido de ser um preço justo, porque o problema da... Aí já entrando no mérito do PLC 8, mas já que é o que está se debatendo aqui sobre a urgência.

O governo está cedendo parte do seu patrimônio, do patrimônio da União para a PETROBRAS, com o direito de exploração. Seria como uma placa de táxi que o governo está vendendo. Sem haver licitação é muito difícil uma avaliação correta. Vai haver, sem dúvida, empresas que vão avaliar de tudo, mas existe uma grande dispersão aos próprios leilões de áreas, a gente vê que tem uma dispersão grande de valores e é muito difícil avaliar isso. Então, a chance de estar havendo uma transferência de patrimônio da União para a PETROBRAS, lembrando que 60% da PETROBRAS é setor privado, é enorme. Basta lembrar: são cinco bilhões de barris e um dólar a menos significa cinco bilhões de dólares de transferência patrimonial da União para a PETROBRAS, ou seja, três milhões de dólares para o setor privado.

A urgência pode ser resolvida assim, licitar a área e, com o dinheiro, capitalizar a PETROBRAS. Quer dizer, então, não tem o problema de urgência em relação isso. Eu imagino se é que a PETROBRAS... Eu não conheço o cronograma da PETROBRAS, não sei se tem esse problema.

A questão de atraso ou não. Quer dizer, até tem esse estudo da FGV que fala. Uma coisa é atrasar a questão da urgência, uma coisa é você atrasar simplesmente por ser relapso, alguma coisa assim. Outra coisa é atrasar, nem diria atrasar, uma coisa é demorar mais para chegar ao resultado, que é aquele que o país realmente deseja. Então, são situações... Quer dizer, um atraso, ele tem um custo, quando é um atraso puro, assim, sem nenhuma justificativa. Agora, uma demora é diferente, aí é outra análise econômica que se faz. Aí pena que o Sr. Fernando tenha saído, até para esclarecer uns pontos que ele colocou. Mas sobre a questão do atraso, quer dizer, uma coisa então é você ter uma estratégia ótima do governo. Ninguém aqui está defendendo que todo o petróleo do pré-sal sai em um ano ou em dois. Eu acho que há questões estratégicas, há questões de longo prazo e tudo isso que deve ser considerado.

Agora, dada uma decisão estratégica de explorar o petróleo em X anos, não faz sentido você deixar de extrair nesses X anos, porque a PETROBRAS não tem capital para investir nisso. Você pode simplesmente abrir para outras empresas trazerem o processo e explorarem, também. Quer dizer, uma coisa é dentro de uma estratégia ótima, inclusive, considerando todas as questões que podem faltar no futuro, entre petróleo, não sei o que e tudo. Agora, dada uma definição de uma trajetória ótima de extração, de um cronograma de extração, que é aquele que satisfaça o país, não faz sentido atrasar esse cronograma, porque a PETROBRAS está sem capital para investir. Aí eu acho que o prejuízo para o país é muito grande.

Outra coisa importante também que eu também acho, o Senador Suplicy havia falado sobre a diferença entre concessão, partilha e a questão da arrecadação. Uma parte importantíssima da arrecadação é regulamentada hoje por decreto, que é a participação especial. O Presidente da República pode mudar o decreto em uma canetada. Quer dizer, o Sr. Fernando até tinha falado que até 90 mil barris é isento e acima de 90 mil, você entra... Seria como se fosse um imposto progressivo, não é imposto do ponto de vista jurídico, esse é uma receita(F) patrimonial. Mas do ponto de vista econômico, a participação especial funciona como um imposto sobre o lucro, um imposto progressivo. Isso é regulamentado por decreto. Então, basta o Presidente da República, se entender, ele mudar tanto essa alíquota, tanto digamos a faixa de isenção, que seriam esses 90 mil barris diários, quanto as alíquotas que podem chegar até o valor que desejar.

Então, se o problema é arrecadação de um regime de petróleo, de concessão, ou de partilha não existe esse problema. Sendo que na partilha, na minha

opinião, tem um problema adicional, que é a questão de transparência. Na partilha, a União é dona do óleo. Quando ela vai vender, ela pode vender abaixo do preço de mercado, por exemplo, para fazer uma política industrial. Eu não sou contra a política industrial, pode até ser feito, mas isso seria melhor se fosse feito via orçamento. Quer dizer, ela pode... O mesmo valor que tiver, vender o óleo e com essa diferença de preço subsidiar algum setor. Agora, na partilha isso é tudo decidido, por exemplo, política de comercialização é decidida via CNPE, sem passar pelo Congresso e uma decisão dessas pode ser... Quer dizer, o governo pode estar transferindo para setores e tudo sem passar pelo Congresso. Eu acho que quando você faz isso via orçamento, via subsídio, a decisão é passada pelo Congresso e acho que ganha-se em transparência, que seria o caso do regime de concessão.

Então, eu acho que os principais pontos, quer dizer, a urgência... Eu não vejo a urgência, principalmente por causa dessa alternativa que existe: se o problema é a capitalização da PETROBRAS, pode ser feito; se a questão é arrecadação do governo, isso pode ser feito por decreto. Acho que os pontos, não sei se ficou faltando algum dos comentários dos senadores. Eu acho que os principais pontos, eu acho que eu tratei.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço, então, ao Dr. Paulo. E passo em seguida a palavra ao Dr. Maurício de Albuquerque Wanderlei, que é Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União, TCU.

SR. MAURÍCIO DE ALBUQUERQUE WANDERLEI: Obrigado, Presidente. Eu queria focar um pouco as minhas palavras finais na questão que o Senador Flexa Ribeiro suscitou sobre a questão do desenvolvimento, e aí ele comentou um pouco os números que o Dr. Márcio Pochmann trouxe aqui hoje, alguns indicadores que mostram que, eventualmente, o fato de você ter recursos de *royalties* em alguns municípios, em alguns estados, isso não está levando a uma melhoria nos indicadores sociais e desenvolvimento em algumas regiões. E aí eu queria resgatar algo que eu comentei da outra vez, quando eu falei, inicialmente, que diz respeito à questão da qualidade do gasto, e aí eu comentei da importância de um projeto de lei trazer uma menção que obriga que os programas que venham ser financiados com o fundo social têm que constar deles avaliações quantitativas e qualitativas.

Eu acho que a gente, agora, está vivendo um novo momento no Brasil. Alguns anos a gente conseguiu aumentar o gasto público, conseguiu investir mais, o Poder Público está tendo sobra, que não tinha na década de 90, e isso não está acompanhado de

uma melhoria nessa qualidade do gasto. Se a gente, hoje, olhar o orçamento, nós temos, aí, cerca de 300 programas finalísticos, e há uma obrigação de que constem indicadores de resultados desses programas. O que nós, do TCU, constatamos é que poucos desses programas têm conseguido... Em poucos desses programas a gente tem, de fato, a informação clara e precisa desses indicadores e menos ainda de impacto de resultados em relação a esses indicadores. Então, eu acho que o Congresso Nacional tem uma oportunidade muito grande de, no processo orçamentário, cobrar dos gestores, também, que informem quais são os resultados de cada um desses programas, até para decidir a alocação de verba no orçamento anual. E, nesse contexto, eu queria trazer aqui a informação de que informações dessa natureza constam das contas do Presidente da República, do parecer prévio, do relatório, que o TCU elabora todo ano e encaminha ao Congresso Nacional. Ali há subsídios, e eu acho que, a partir de um trabalho do Congresso Nacional, no julgamento dessas contas, é possível também a gente cobrar uma melhoria nesses estudos de impacto; tem muito programa que há um gasto e que você não vê o resultado na ponta. E eu acho que essa uma questão, Senador Flexa, que o senhor colocou a sua preocupação em relação a isso: que haja, de fato, uma melhoria da qualidade de vida do cidadão, que, a partir desses programas, eu acho que há necessidades de se fechar esse ciclo orçamentário com esse tipo de avaliação. “Olha, foi gasto num ano tanto...”; o que é que isso redundou em termo de indicador? O Tribunal tem feito um trabalho até com auxílio do IPEA, na questão da avaliação de impacto, de solicitar aos gestores em que eles, realmente, façam esse tipo de avaliação, e eu acho que isso consta da proposta, isso precisa, realmente, ser reforçado e haver uma cobrança de todos os governantes, seja em termos de união, de estados e municípios, porque a gente tem que começar a avaliar, de fato, o impacto desses programas. Nós estamos, agora... Todos nós aqui resgatamos a oportunidade que Brasil tem com esses recursos do pré-sal, e eu acho que a gente tem que ter, realmente, esses mecanismos de acompanhamento dos resultados e, como eu falei, também, um bom processo de planejamento prévio a esses programas, um bom diagnóstico, onde é que nós estamos querendo chegar, qual é a situação que a gente tem.

Hoje, infelizmente, a gente observa que, muitas vezes, pelo fato de ter dinheiro, a gente tem uma pressa muito grande em gastar, e não faz um planejamento adequado, com consequências muito ruins para o país. E aí eu cito alguns exemplos. A gente teve os jogos pan-americanos, no Rio de Janeiro, e, quando a gente

olha o que era a previsão, o que era o valor previsto e o que foi efetivamente gasto, a gente vê que houve um desvio imenso e, obviamente, nós temos um país de grandes carências, a gente não pode desperdiçar recursos. Então, eu acho que, nesse contexto, é muito importante que esse fundo do pré-sal, realmente, seja bastante rigoroso na exigência de qualidade do gasto público, e essa é uma questão que eu queria trazer, porque senti aqui a tristeza de diversos senadores, quando o Dr. Márcio mostra aqui indicadores, e, aqui, a Senadora Rosalba estava aqui do meu lado e falava: “Olha, que pena que está acontecendo com o meu estado”, e tenho certeza que outros estados, onde a gente não vê o fato desses recursos, que foram para lá canalizados, terem se transformados em benefícios para diversos segmentos da população.

Eu queria comentar, por fim, da questão do processo legislativo. Eu teria uma dificuldade, Senador Flexa, de falar sobre a questão da urgência, mas eu acho que ficou claro, aqui, para mim e acho que todos que estão, aqui presentes, a necessidade de uma discussão dessa questão do fundo social e das outras. De fato, há diversos aspectos que merecem uma ampla discussão. Eu acho que essa Audiência Pública foi bastante proveitosa, porque suscitou uma série de debates de pontos que merecem uma reflexão, e acredito que o Senado tem que... De fato, eu queria deixar essa visão de que o Senado tem que debater essa questão com profundidade, não só essa que nós discutimos hoje, do fundo social, mas as outras, também, relacionadas com outros projetos, e a importância de que se tenha um cuidado muito grande – acho o que Dr. Paulo trouxe aqui já alguns exemplos – de que cada votação de um projeto desses, realmente, se tome cuidado com os reflexos nos demais. Aqui, o fundo social, ele tem toda uma lógica voltada com um modelo de partilha, com um modelo de concessão, com o que vai ser definido, e eventuais alterações de um projeto, com certeza, vão ter implicações em outro. Então, é muito importante haver esse cuidado e essa discussão de forma conjunta dos projetos.

Era isso que eu teria para colocar e agradecer a oportunidade de estar aqui, participando dessa discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço, também, ao Dr. Maurício, e com a observação das mais importantes, porque toda a sociedade está desejando saber, no processo de transparência, como que os recursos vão ser aplicados e o impacto disso na melhoria da condição de vida do cidadão brasileiro, até que ponto que isso está ajudando ou não.

Márcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA.

SR. MÁRCIO POCHMANN: Obrigado, Senador Flávio, muito obrigado as questões e comentários realizados. Eu vou ser bastante objetivo, porque eu acho que, em parte, os colegas que antecederam foram muito felizes nas suas considerações. Em primeiro lugar, no que diz respeito à indagação do Senador Suplicy sobre a possibilidade de integrar ou fazer parte de sua proposta de Fundo Brasil de Cidadania, com o fundo social, nos recursos do pré-sal, não me parece que haveria grandes obstáculos, porque o objetivo, em última análise, é a melhor redistribuição dos recursos e, certamente, elevar o padrão de vida conjunto da população. Olhando, sem discutir no mérito, porque não sei quais, na verdade, poderiam ser os obstáculos, mas, se tratando de objetivos comuns e considerando, inclusive, que o Projeto de Lei faz menção ao enfrentamento da pobreza e redução da desigualdade, à primeira vista, eu diria, assim, que seria bastante interessante a possibilidade de não criar mais um outro fundo, mas, na verdade, envolvê-lo nessa perspectiva que está apresentada por sua proposta.

No que tange à experiência do uso dos recursos dos *royalties* até agora, eu não tenho dúvida que a proposição em curso, ela é muito superior a que nós temos até agora. O uso dos recursos por parte dos municípios, do estado e mesmo para a União, apenas faz menção à impossibilidade de usar o recurso para pagamento de pessoal; o resto está liberado. Então, não tem uma vinculação, e, quando não há vinculação, justamente, abre essa possibilidade, de parte dos nossos governantes, no âmbito municipal, estadual e federal, fazê-lo da forma que entendem ser a mais adequada naquele momento, mas não necessariamente está comprometida com um projeto de transformação da realidade de uma forma abrangente, com esses dados, que a gente terminou tomando como referência, indicariam. Como já há uma vinculação, embora bastante abrangente, também... Gostaria que fosse mais focado, mas também não vejo problema em ter várias referências, do ponto de vista do tema social, presentes, se nós soubermos utilizar, de uma forma mais sofisticada, a própria política pública. Acredito que a nossa experiência, até o presente momento, ela não tem sido tão exitosa, porque está sustentada na visão, na programação de um estado incompatível com os desafios que nós temos hoje. Quer dizer, organização do estado, organização das políticas públicas, de maneira geral, são ações muito setorializadas. Então, o problema da Educação compete ao Ministério da Educação; o problema do Emprego, ao Ministério do Trabalho... Enfim, cada caixinha do estado está comprometido

com a sua especificidade de ação. Parece-me que é absolutamente necessário se pensar, na verdade, um reforma do Estado, uma reforma das políticas públicas, no que diz respeito a uma ação cada vez mais integrada e articulada, porque o problema social, de maneira geral, é um problema totalizante. A temática da educação, a qualidade da educação, etc., não está vinculada apenas, e tão-somente, ao professor, à sala de aula, ao material escolar, mas também está relacionada ao tipo do aluno, a distância que o aluno mora, a estrutura familiar. Então, o meu modo de ver, o fato de nós termos um leque de itens conferidos ao tema social mais amplo na proposta não seria tão problemática, se os projetos a serem apresentados fossem projetos que identificassem o território e, ao identificar o território, pudesse ter uma ação articulada, integrada com os vários propósitos que ali estão. Então, muitas vezes, melhora, vamos pensar assim... Por que muitas vezes se fracassa no tema do assentamento rural? Evidentemente que não é uma questão apenas, e tão-somente, de redivisão da terra, ainda que isso não seja tão difícil, embora tenha uma série de complicações, mas colocar alguém em um pedaço de terra é o mais simples; o mais difícil é articular a pessoa lá na terra com posto de saúde, porque evidentemente que a pessoa tem filhos, onde vai estar a escola, o posto escolar, a escola, a saúde, a estrada vicinal, a tecnologia. Então, me parece que este seria um elemento importante para evitar o desperdício do recurso e ter mais eficiência na aplicação.

Em relação à emergência, não tenho muita clareza para definir, mas entendo, justamente, que, como se trata de uma proposta ampla, que pretende dar uma regulação para o conjunto dessa nova fase da exploração do petróleo, constituição de uma empresa, ampliação dos recursos da PETROBRAS, constituição de um novo sistema de partidos de concessões e formação do fundo, me parece interessante que seja votada de forma articulada, e, se não for possível, se for em partes, não vejo problema, desde que haja uma sistematização muito precisa, para evitar constrangimento em determinado... Se votou em determinado sentido e, depois, pode complicar de outra maneira. Era isso as minhas considerações, mais uma vez agradecendo a oportunidade, dizendo que o IPEA segue à disposição do Poder Legislativo, tivemos a oportunidade de fazer um convênio com a Câmara dos Vereadores, temos o máximo interesse em poder atender o Senado Federal. Muito obrigado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, me chamou a atenção um dado, apresentado nas tabelas do Professor Márcio Pochmann, o fato de Brasília ter... o Distrito Federal ter um Coe-

ficiente Gini o mais alto e crescente. Então, eu fiquei aqui curioso, mas o que será que leva o Distrito Federal, enquanto que o Brasil diminuiu o coeficiente de desigualdade, a maioria dos estados o fez, mas, em Brasília, que já era dos mais altos – 0,0603, em 2005, foi aumentando para 0,618, em 2008, com uma variação, portanto, de crescimento, e ano a ano crescendo. O que será? Será a remuneração dos senadores? Será a remuneração do IPEA? Será no palácio? Será onde? Por que será que a concentração de renda no Distrito Federal... Será que o IPEA tem a resposta? Eu fiquei curioso. Por que será?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Dr. Márcio. Eu só gostaria, antes de perguntar, como é que você pronuncia o seu sobrenome.

SR. MÁRCIO POCHMANN: Em alemão, é Pochmann--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Pochmann.

SR. MÁRCIO POCHMANN: Mas eu não sei falar alemão, então, de qualquer forma...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): É Pochmann. Está bem. Então, o Dr. Márcio com a palavra.

SR. MÁRCIO POCHMANN: Podermos fazer chegar às suas mãos, senador, um estudo que foi publicado na forma de um comunicado do IPEA, relativo, inclusive, à comemoração dos 50 anos da Capital Federal, um estudo que avalia, justamente, a experiência da construção da cidade e suas implicações. Então, tem um comunicado explicando um pouco a peculiaridade da Capital Federal. Mas o indicador de desigualdade aqui vem se acentuando de forma inversa ao que ocorre de maneira geral nos demais estados, cidades brasileiras. Bom, há vários motivos, mas, certamente, tem a ver com o fato de parcela importante de a renda estar vinculado ao setor público, mas, também, tem a ver com o movimento migratório que a cidade recebeu nos últimos anos de um segmento de baixa renda, e que isso está, relativamente, associado à posse de um ativo, que é a terra sem associação, a um projeto de desenvolvimento de geração de renda de emprego. De tal forma que, nesse estudo mesmo, apontando, infelizmente, para o fato de nós estarmos constituindo aqui, nessa região, uma nova Baixada Fluminense, dada a repercussão da desigualdade que se vem constituindo aqui, nessa localidade.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Márcio Pochmann é a mesma coisa em alemão. Márcio Pochmann. Eu passo a palavra ao último expositor, Nelson Barbosa. Eu estava dizendo

para o Nelson, brincando com o seu nome mais fácil de pronunciar. Você que é Secretário de Políticas Econômicas do Ministério da Fazenda.

SR. NELSON BARBOSA: Obrigado, senador. Eu vou começar pela ordem. Primeiro a pergunta do Senador Eduardo Suplicy, mas, também, foi tocada pelos demais senadores. Quais as vantagens do regime da partilha? Em primeiro lugar, a vantagem do regime da partilha é você ter uma arrecadação maior da renda do petróleo para o Estado Brasileiro; ele possibilita que você tenha uma arrecadação maior, aí vou pular um pouco, o Dr. Springer colocou, realmente, no regime da concessão, a alíquota da participação especial é fixada por decreto. Então, teoricamente, se o governo quisesse ampliar a sua arrecadação sobre o excedente, sobre o lucro líquido, ele poderia fazer por decreto, mas a divisão federativa está feita na Lei do Petróleo. Se o governo simplesmente aumentasse a participação especial para 80% do excedente, ela iria ser dividida de acordo com as condições atuais da Lei do Petróleo, 50% para a União, 40% para os estados produtores, 10% para os municípios confrontantes ou produtores, o que não é uma divisão que o governo considera adequada. Então, por isso, as pessoas... Nós nos debruçamos nessa questão, tem muita gente trabalhando nisso. Essa foi, obviamente, uma das primeiras sugestões que apareceu; logo a seguir, a discussão do petróleo, e ficou claro que uma solução simplesmente via decreto resolvia o problema de aumentar a arrecadação do Estado Brasileiro, mas não resolvia o problema da distribuição federativa dessa maior arrecadação, que se daria de acordo como ela está hoje, no regime de concessão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É repactuada essa distribuição?

SR. NELSON BARBOSA: Pode ser repactuada, como o senhor está vendo, como está sendo a discussão no Congresso, que é uma discussão bem difícil. Então, o porquê do regime para aumentar a arrecadação? Não é só aumento de arrecadação. No regime da partilha, o fato de você ter a propriedade do petróleo te dá mais controle sobre o ritmo de produção, sobre o destino do petróleo, tanto em termos de Segurança Nacional, estratégia, quanto em termos de política industrial. Eu concordo que qualquer aumento no poder do Estado pode ser utilizado para o bem ou para o mal. Eu acho que o Brasil, hoje, tem instituições de fiscalização e acompanhamento que são capazes de fazer com que essa maior arrecadação da renda, essa propriedade do petróleo seja feita com transparência e com melhor utilização dos recursos, possível.

E um terceiro ponto que eu coloco é nos países que você tem uma relação entre risco e rentabilidade

que favorece mais, que você tem uma rentabilidade maior e um risco menor, normalmente se adota o modelo da partilha. Porque, a partir do momento que você tem uma redução do risco, o setor privado aceita pagar mais, aceita uma maior participação do Estado, na exploração de petróleo, justamente porque o retorno é maior. Aí eu dou o exemplo da Noruega. A Noruega é classificada como concessão, mas tem um regime que, em termos contratuais, pode até parecer com regime de partilha, e o projeto de lei que nós colocamos, ele tem uma cláusula que ele pode fazer com que a escolha se assemelhe do modelo da Noruega. O modelo da Noruega é um regime de concessão, mas que o Estado entra como investidor. Então, digamos assim, ele coloca em concessão não 100% do bloco; coloca em concessão 60% do bloco, aí ele faz parte do investimento que recebe como investidor e ainda recebe uma tributação sobre o excedente. Eu coloquei, no meu slide 21. A taxa de imposto de renda sobre extração de petróleo, na Noruega, ela é de 78%, ela... 28% é a Taxa FLAT(F) sobre todos os setores, ainda tem um adicional de 50.

Então, na verdade, é um regime misto. No regime da partilha... Eu sei que não é objeto dessa audiência, mas tem uma cláusula lá, colocando que o governo pode participar como investidor, e é aquilo que o Dr. Paulo também colocou: "E aquele fundo? Será que é o mesmo fundo soberano?". Não, não é o mesmo fundo soberano. Aquilo, a [ininteligível] colocou: se o governo resolver participar como investidor na exploração de um bloco de partilha, ele vai ter que separar isso no orçamento, ele vai ter que ter uma conta em separado para registrar os investimentos e as despesas que ele está tendo como investidor, também, para dar mais transparência. O parecer do... Além, voltando para a questão levantada pelo Senador Suplicy, o parecer do Deputado Ciro Gomes e o seu projeto nunca estiveram e nunca estarão no limbo, senador, porque nós, como propusemos uma ideia muito parecida, na verdade, nós inspiramos no fundo de renda e cidadania, que faz, exatamente, o combate à pobreza, então nós estamos esperando a resolução, a decisão sobre o projeto do fundo social, para ver como nós podemos compatibilizar. O senhor fez uma emenda que nós já analisamos, dizendo que os recursos do resgate poderão ser utilizados nos moldes do fundo de renda e cidadania, que eu acho que está de acordo com a proposta. Então, na verdade, nós estamos esperando... Para não criar mais um fundo... Porque aí nós vamos ter um fundo de cidadania e esse outro fundo. Então, para não criar uma estrutura que está coincidindo, daí a nossa espera em ver como vai ser a deliberação sobre isso.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Aguardando com muita esperança, mas eu queria ressaltar que o Fundo Brasil de Cidadania levaria encontro, inclusive, aspiração, por exemplo, do Senador Flexa Ribeiro, com respeito a uma maior proporção dos *royalties* na exploração de todos os tipos de recursos naturais, não apenas do petróleo.

SR. NELSON BARBOSA: Sim, mais amplo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu proporia ao Senador Suplicy que fizesse um substitutivo do projeto já dentro do que ele defende determinadamente há várias décadas. Aí, fazendo um substitutivo, já que o governo concorda que deve estar incluído a coisa, resolve o problema de uma vez só.

SR. NELSON BARBOSA: É uma possibilidade.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Agora não vamos atrasar o pré-sal.

SR. NELSON BARBOSA: Passando às perguntas do Senador Flexa Ribeiro. Se é possível tratar isoladamente. O exemplo que a gente deu na Câmara e foi apontado aqui que as redações têm que ser consistentes. No momento que foi aprovado na Câmara, os três relatores estavam em contato permanente para utilizar, exatamente, a mesma redação. Então, eles foram aprovadas. Se existe, obviamente, uma coordenação, foi possível fazer assim, na Câmara. Então, não impede que sejam iniciativas separadas, mas obviamente, aprovação, negociação, principalmente desses parágrafos, que se referem ao fundo no projeto da partilha e a definição do fundo no projeto do fundo, eles foram coordenados entre o Deputado Palocci, ex-Ministro Palocci e o Deputado Henrique Alves, para que seja a mesma redação. Pode ser feita dessa forma, pode ser feita de forma conjunta. Enquanto nós estávamos aqui, debatendo, eu vi que o Senador Romero Jucá já fez uma proposta, uma iniciativa exatamente para consolidar isso seria uma iniciativa do Senador Lobão, de apresentar uma parcela do projeto de partilha junto do projeto do fundo social, homogeneizando a relação entre os dois e deixando, no projeto de partilha, a questão dos *royalties*. Eu não tenho a audácia de saber se isso é melhor ou pior, politicamente, porque o senhor sabe disso melhor do que ninguém, mas isso elimina, pelo menos, o perigo da incompatibilidade de redação, se eles forem feitos dessa forma. E, do ponto de vista da exploração, se você aprovar o projeto como iniciativa do Senador Lobão, se você aprova dessa forma, você vai fixar alíquota de *royalties*, digamos 15%, como veio da Câmara. Para o setor privado, o que interessa é a

alíquota; a distribuição, a discussão sobre a distribuição federativa pode continuar, desde que ela não mude a alíquota. Então, acho que é uma iniciativa do governo que pode facilitar a discussão, facilitar a aprovação, mas, obviamente, a Casa é soberana para decidir se essa é a melhor solução.

Sobre a questão da urgência, a capitalização é, sem dúvida, o projeto mais urgente, devido às necessidades de investimento da PETROBRAS. Como o presidente da PETROBRAS, Gabrielli, gosta de enfatizar – e eu sempre repito –, antes de produzir a renda, o pré-sal está a 200, 300 quilômetros da costa, sete quilômetros de profundidade. Então, antes de nós termos os fundos, nós vamos ter que fazer o investimento, e isso nós já estamos fazendo agora e vamos fazer mais e mais, crescentemente, nesses próximos anos. Nesse ano, o investimento da PETROBRAS deve ser equivalente a 2% do PIB. A PETROBRAS, ela é diretamente responsável por mais de 10% do investimento total do Brasil hoje. Então, a capitalização da PETROBRAS é, sem dúvida, o projeto mais urgente, ela... Aí, respondendo um pouco o que o Dr. Springer colocou: sim, do ponto de vista de levantar recursos, a capitalização, o governo não precisaria fazer essa cessão onerosa, poderia apenas licitar as áreas e levantar o recurso. Licitar as áreas e levantar os recursos seria licitar nos moldes atuais, com a divisão federativa atual e com uma alíquota máxima de participação de 40%. Não seria um bom negócio para o governo e para o Estado Brasileiro. Por isso que foi decidido, também, já em 2008, suspender isso, até que a gente tivesse um regime que se adequasse a essa nova realidade de risco e rentabilidade. Até porque a licitação... Sejam os francos... Nós não estamos num mercado competitivo. Os parceiros... Quem participa de uma licitação desse tamanho são poucos agentes no mundo. Então, na verdade, nada garante que, se a gente fizer uma licitação dessa área, com novas características, seria o melhor resultado para o governo, o que não quer dizer que a concessão não foi adequada, quando as características eram outras. Havia uma maior incerteza sobre os riscos.

E, do ponto de vista formal, a capitalização, em si, é preciso um projeto de lei de crédito extraordinário. Mesmo se o governo tivesse o dinheiro, ainda assim, como não está escrito no orçamento, é preciso um projeto de lei, autorizando o governo a aumentar o capital da PETROBRAS. Então, na verdade, o projeto de capitalização da PETROBRAS faz as duas coisas: autoriza o governo a fazer a cessão onerosa e autoriza o governo a fazer aumento de capital, fazer esse dispêndio, esse crédito extraordinário, para fazer isso.

Então, é preciso um projeto de lei para o governo aumentar a sua participação.

A questão dos bancos públicos. Eu entendo a preocupação do senhor. Podemos analisar... Como eu falei, o nosso objetivo não é dar preferência, aumentar os custos aos bancos públicos, é na questão da transparência. Se isso foi entendido que não é necessário, podemos trabalhar. Na verdade, na apresentação que eu coloquei, o senhor vai ver que a maior parte dos países que têm essas reservas, eles criaram uma entidade específica para administrar o fundo, ou uma autarquia ou uma empresa. Normalmente, se chama fundo soberano ou autoridade do investimento. Nós não quisemos fazer isso de saída, até porque esse fundo começa pequeno, mas, obviamente, na medida em que isso for crescendo, nós vamos ter que caminhar para uma instituição desse porte, vamos ter uma constituição específica, seja uma autarquia, seja um estatal, para administrar esse fundo. E aí ela administra o recurso e ela pode ter contratos com diversos bancos, aí, no espírito o que senhor falou, quem cobrar menor taxa de administração ganha a administração de uma parcela dos recursos.

Sobre a União transferir a parcela dela. Nesse projeto de lei, toda a parcela da União, tanto na partilha quanto na concessão, toda a renda que ela tem, direta... Não a renda indireta. Tributação indireta não está contemplada. Mas toda a tributação direta que a União tem específica de petróleo, ela está sendo transferida para o fundo. Então, a parcela da União da renda do petróleo, ela está sendo toda transferida para o fundo. Permanece o quê? Permanece o que o Dr. Marcelo colocou, que é o IR e a CSLL, que é uma [ininteligível] direta e que é comum a todos os setores, não é comum ao petróleo. O IR, a União pode, indiretamente, transferir a parcela dela, lá, os 51% para o fundo, mas a parcela dos estados não. E a CSLL, na verdade... Nós vimos que tem muita preocupação de direcionar recursos da exploração de petróleo para a previdência. Eu queria dizer que, com a exploração do petróleo, você vai ter um lucro maior na exploração de petróleo. Sobre esse lucro, já vai incidir 9% de CSLL. Então, a previdência já vai receber 9% desse excedente do pré-sal todo ano. Então, também atende um pouco essa preocupação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sobre essa participação da parte da União no fundo, eu me refiro aos cinco bilhões de barris--

SR. NELSON BARBOSA: Essa é a próxima. Vou falar sobre isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --que serão usados pela União para capitalizar a PETROBRAS. Aí é que eu digo que ela tinha que também dar

o aporte. Porque... Eu acho que foi o Dr. Márcio ou o Dr. Paulo que falaram sobre a questão de capitalizar a PETROBRAS, que tem 40% da União e 60 de acionistas privados, de outros acionistas, que vão ter o benefício da capitalização feita pelo pré-sal, e não somente a PETROBRAS. Então, se a PETROBRAS não tem capacidade de investimento para fazer o pré-sal da forma que precisa ser feita, então, eu acho que pode buscar outros meios de conseguir essa capitalização, mas que não prejudique a Nação e não traga prejuízo. Quer dizer, não é tirar... Porque, se forem, sei lá, 50 bilhões de barris, 100 bilhões de barris, que chegue a mais do que isso, mas 15 bilhões de barris, 1/3 já não contribui... Isso foi bem colocado aqui. 1/3 já não entra para o fundo social. Essa é a preocupação.

SR. NELSON BARBOSA: Sobre esse... Desses cinco bilhões...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Dr. Nelson.

SR. NELSON BARBOSA: Qual é o regime tributário? Ele paga 10% de *royalties*. Então esses 10% de *royalties*, o que couber à União, vai para o fundo social. O fato de ele não ter uma participação...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone]

SR. NELSON BARBOSA: Tem 10%, que vai para o fundo social. O que não tem a participação especial e não tem a partilha. Então, ele não... Por que isso? Porque aí você aumentou... Ao você aumentar o lucro dessa operação, você vai ter uma valorização maior da PETROBRAS, você vai conseguir levantar mais recurso. Como é que vai ser a forma, então, de pagamento? Ao ter um lucro maior, você vai ter mais IR e vai ter mais CSLL. Então, no curto prazo, na verdade, estados e municípios, nesses cinco bilhões que a PETROBRAS vai, eventualmente, explorar sobre esse regime, esse terceiro tipo de regime temporário, eles arrecadam mais. E o retorno para a União vem na forma dos dividendos da ação que ela adquiriu. Obviamente, não há o objetivo de aumentar a participação da União, até porque isso contrariaria a lei das SA, mas se espera que a União aumente a sua participação. Então, ela vai ter um retorno maior na forma de dividendos, e o retorno indireto de ter a PETROBRAS com a capacitação maior de liquidez, menor alavancagem, para fazer esses investimentos. Então, essa é a lógica da destinação de cinco bilhões... Hoje, as estimativas atuais são cerca de 15, 16, 17. Tem outras estimativas que o Dr. Siqueira colocou, 100 bilhões... A gente não acha que chega a tanto, mas tem estimativa que pode ser três vezes, duas vezes mais do que 30, 45. Então, na verdade, é uma decisão que foi tomada com essa consciência do que pode ter além

disso. Sobre a questão dos *royalties*, como eu falei, é uma questão de redação. Acho que o Dr. Siqueira colocou as duas redações. Nós propusemos uma redação que nós achamos que resolvia esse problema de não ter... Do parceiro privado não ter a posse e o petróleo para pagar os *royalties*. Uma outra alternativa, se nós não conseguimos chegar a uma redação que elimine qualquer dúvida, é a União, que fica com os 15% e, eventualmente, ela faz a distribuição dos *royalties* para os estados e municípios, de forma que você não tem que pagar o parceiro para, depois, receber de volta. É uma coisa que nós estamos em análise com o MME, para ver se essa redação elimina qualquer dúvida. Eu posso dizer para os Srs. Senadores, com certeza, não é objetivo do governo que ninguém pague *royalties*. É uma questão de redação.

Sobre a questão dos minerais, tem uma discussão em curso, pelo Ministério das Minas e Energias, eventualmente aumentar *royalties* ou não, nós não temos posição definida nesse debate, no Ministério da Fazenda. Eu posso botar à disposição dos senhores e demais senadores que estiverem interesse, a nossa equipe tem estudado isso e podemos mostrar quais são as alternativas, como é feito no mundo. E, de uma forma bem rápida, dado o adiantado da hora, você tem, basicamente, três formas de tributar esses recursos não renováveis. Você tem uma tributação indireta. O *royalties* é uma tributação indireta. Por exemplo, é 10% sobre produção, 15% sobre a produção, que é uma proposta. Você tem uma tributação direta, que é um adicional de imposto de renda ou uma CSLL diferenciada sobre o resultado... Participação especial é isso, a partilha é isso. Um exemplo que eu dou para o senhor: recentemente, a Austrália propôs, para a partir do ano que vem, uma taxa adicional de 40% sobre o lucro de mineração. Está sendo proposta agora, no Senado, na Câmara, não sei como, se é unicameral, bicameral na Austrália, para tomar como efeito a partir do 2011, e outros países fazem isso com imposto de exportação, que aí você não penaliza o produtor doméstico, e o produtor doméstico compra o insumo mais barato, mas penaliza exportação. A China tem sobre o carvão, a Índia tem sobre o ferro. Vários países também têm. Então, tem essas três formas de chegar ao mesmo objetivo. Eu acho que essa discussão é uma discussão que, provavelmente, deve acontecer o ano que vem, dado que nós estamos com discussão em cima do petróleo. O próprio calendário dificulta iniciar mais essa discussão nesse ano, mas nós estamos à disposição para dar a informação que os senadores acharem necessário sobre isso, como é feito no resto do mundo.

A pergunta do Dr. Neuto De Conto: como discutir a distribuição, sem saber o todo? Na verdade, nós sabemos que é grande. Então, assim, mesmo que já foi descoberto os 15 bilhões, já dobrou, já dobra a capacidade brasileira. Então, já justifica a mudança. Se for maior do que isso – e nós esperamos que seja, tudo indica que é -, aí justifica ainda mais.

E tem uma questão mais imediata, que alguns blocos já são blocos que a gente chama unitizáveis, são blocos que uma parte está em concessão, a outra não está em concessão. Então, é preciso você definir, você não pode... Algum dos blocos não pode começar a exploração comercial enquanto você não decidir exatamente como vai ser a remuneração daquela parte que não foi concedida, como que ela vai ser feita. Como nós não temos outro regime, além da concessão, isso pode atrapalhar o início da exploração desses blocos que já foram descobertos, mas que esparramam para áreas não concedidas para a área da União. Daí a ideia de que precisamos, sim, discutir isso, mesmo tendo essa incerteza sobre o tamanho de todas as reservas. Eu acho que é basicamente isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu quero agradecer a presença e a participação de todos os expositores, dizer que foi um momento importante de reflexão sobre um projeto de lei da mais alta importância para o Brasil, e a necessidade desse debate é uma necessidade importante, fundamental, para a sociedade, de uma maneira geral, e para os senadores e senadoras também. Creio que essa Audiência Pública ajudou a cumprir o objetivo de compreensão e de debate do projeto de lei. Agradeço, novamente, a participação e declaro encerrada a presente Audiência Pública. Obrigado.

Sessão encerrada às 18h44.

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às onze horas e dezoito minutos do dia dezoito de maio de dois mil e dez, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência em exercício do Senhor Senador **JEFFERSON PRAIA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam a lista de presença os (as) Senhores (as) Senadores (as) **MARISA SERRANO, JEFFERSON PRAIA, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA e FLEXA RIBEI-**

RO. Deixam de comparecer os (as) Senhores (as) Senadores (as) **RENATO CASAGRANDE, ALFREDO NASCIMENTO, JOÃO RIBEIRO, GILVAM BORGES, HÉLIO COSTA, VALTER PEREIRA, JORGE YANAI, KÁTIA ABREU, HERÁCLITO FORTES, ELISEU RESENDE, ARTHUR VIRGÍLIO, CÍCERO LUCENA e GIM ARGELLO.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente em exercício declara abertos os trabalhos, submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 17 de 2010-CMA, de sua autoria, “para solicitar esclarecimentos às instituições convidadas abaixo, sobre as políticas públicas sob responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO, bem como sua atuação no Estado do Amazonas, com a participação dos seguintes representantes: 1) Representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO; 2) Representante do INCRA; 3) Representante do Instituto de Terras do Amazonas – AM; 4) Representante da Secretaria do Estado de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas; 5) Representante do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM; 6) Presidente da Associação dos Municípios do Amazonas; e 7) Representante do Ministério de Meio Ambiente”. Comparecem os seguintes convidados: Paulo Fernando Maier de Souza, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio; Silvio Menezes, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Fábio Marques, do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM; Fernando Vieira, da Associação dos Municípios do Amazonas – AAM; e Mauro de Oliveira Pires, do Ministério do Meio Ambiente – MMA. Deixam de comparecer os representantes do Instituto de Terras do Amazonas – ITEAM e da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – SDS, que justificou a ausência. Após a explanação dos convidados, apresenta os seus questionamentos os Senhores Senadores Jefferson Praia e Flexa Ribeiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **JEFFERSON PRAIA**, Presidente em exercício da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

**REGISTRO DE ESTENOTÍPIA INFORMATIZADA
DA REUNIÃO DE 18/5/2010**

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Bom-dia a todos! Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública *“para solicitar esclarecimento sobre as políticas públicas sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ICMBIO, bem como sua atuação no Estado do Amazonas”*, em conformidade com a aprovação do Requerimento nº. 17/2010, CMA, de minha autoria.

Convido para compor a mesa o Sr. Paulo Fernando Maier de Souza, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ICMBIO; Sr. Silvío Menezes, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA; o Sr. Fábio Marques, do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas, IPAAM; o Sr. Fernando Vieira, da Associação dos Municípios do Estado do Amazonas, Prefeito Fernando, do Município de Presidente Figueiredo; Sr. Mauro de Oliveira Pires, do Ministério do Meio Ambiente.

Sejam todos bem-vindos. Quero aqui destacar o documento que estamos recebendo, o documento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

“Encaminhado ao Presidente desta comissão, Senador Renato Casagrande, ao cumprimentá-lo cordialmente, em resposta ao Ofício nº. 078/2010, CMA, informa que o Estado do Amazonas decretou luto oficial por três dias, em decorrência do acidente aéreo ocorrido na tarde do dia 13/05/2010, que causou a morte de seis servidores da Secretaria de Educação, SEDUC, incluindo a titular da pasta. Portanto, não será possível a participação do Governo do Amazonas na referida Audiência Pública”.

Então, aqui... Já se encontra? Vamos dar início aos nossos trabalhos, pela ordem de chamada, aos componentes da mesa.

Concedo a palavra ao Sr. Paulo Fernando Maier de Souza, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, pelo tempo de 15 a 20 minutos, no máximo.

SR. PAULO FERNANDO MAIER DE SOUZA: Bom-dia a todos e a todas! Queria agradecer essa oportunidade de trazer algumas informações para esta Casa tão importante no processo democrático brasileiro

e a possibilidade de o Instituto Chico Mendes, através dos veículos próprios da Casa, estar comunicando com um conjunto de pessoas bem maior do que aquele que normalmente é possível.

Eu queria tomar a liberdade de pedir que a gente projetasse uma rápida apresentação, onde a gente apresenta algumas informações acerca do trabalho do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, lembrando que é um instituto bastante recente, dentro do ordenamento federal brasileiro, mas que traz um conjunto de experiências, a partir do instituto mãe, de onde praticamente todos os servidores tiveram origem.

O Instituto Chico Mendes, ele é responsável pela gestão de 304 unidades de conservação no país e, praticamente, o dobro disso, se nós considerarmos nosso trabalho com as RPPNs, que são unidades de conservação, em áreas privadas, e que a gestão é de responsabilidade dos proprietários das áreas, e nós acompanhamos o processo de gestão.

Somos uma instituição também responsável por um conjunto de centros de pesquisa e conservação da biodiversidade, cujo papel central é constituir, construir estratégias para permitir que, em torno de territórios ou por determinado conjunto de espécies, garanta-se a conservação, retirando da lista de ameaçados aquelas espécies que porventura, em algum momento, se encontram.

Recentemente, em um planejamento estratégico, definimos que o papel, a missão, a função, a razão de ser do instituto é proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental.

Hoje, nós estaremos falando em um recorte que não é o recorte de organização do instituto. Nosso recorte de organização, no território brasileiro, é em 11 coordenações regionais. E, na Amazônia, nós estamos sediados, além das unidades, dos centros, nós estamos sediados em Porto Velho, com a CR1, em Manaus, com a CR2, em Itaituba, com a CR3, e em Belém, com a CR4. Então, praticamente, essas quatro unidades, coordenações regionais do instituto, cobrindo o conjunto das unidades da área da Amazônia.

Na lei que criou o instituto, há dois anos e meio, ficou dado que a finalidade, a razão de ser é executar ações da política nacional das unidades de conservação, o que diz respeito a propor a criação, implantação e gestão das unidades.

Também os temas relativos ao uso dos recursos, que dizem respeito ao extrativismo das populações tradicionais, nas unidades de conservação e, notadamente, nas unidades de conservação de uso sustentável.

É bom frisar isso, porque o instituto não tem como finalidade, como tarefa, dar conta das populações que estão fora das unidades de conservação, mas aquelas que estão nas unidades e no seu entorno nós realizamos um conjunto de esforços, no sentido de garantirmos seu modo de vida, sua forma de fazer e de viver.

Também faz parte a execução, o fomento à execução de pesquisas que dizem respeito à proteção, à preservação, à conservação da biodiversidade e ações de educação ambiental. E, no maior espaço do território, temos desempenhado essas tarefas.

Também exerceram o poder de polícia ambiental, no que diz respeito à proteção das unidades de conservação de responsabilidade da União. E, por fim, promover e executar, obviamente que articulados com os demais órgãos, programas que dizem respeito ao uso público, atividades recreacionais, ecoturismo, nas unidades de conservação, que têm, em alguns casos, isso como sua razão de ser, que é o caso, fundamentalmente, dos parques nacionais; mas também outras unidades onde esse tipo de atividade é desejável e que pode trazer ganhos para a sociedade, tanto nas unidades como para a região onde elas se encontram.

O SNUC, que é uma Lei de 2000, ele nos traz dois grandes grupos de unidades de conservação, as chamadas unidades de proteção integral e as unidades de uso sustentável. A diferença central entre esses dois conjuntos de unidades é que, nas unidades da proteção integral, só é admitido o uso indireto dos recursos, e aí nós temos as estações ecológicas, reservas biológicas, os parques nacionais, monumento natural e refúgio da vida silvestre.

As unidades de uso sustentável têm como principal razão de ser a compatibilização da proteção da conservação da biodiversidade, da manutenção da conservação da biodiversidade, associada ao uso sustentável de parcela significativa dos recursos que estão dentro das unidades.

E aí nós temos as áreas de proteção ambiental, as áreas de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva extrativista, reserva de fauna e reserva de desenvolvimento sustentável.

Eu costumo dizer que, na norma brasileira, felizmente, nós temos um leque grande de possibilidades que nos permite restringir o uso, nas unidades, de acordo com os atributos presentes, e, com essa restrição, garantir, em sítio, a conservação da biodiversidade.

Essa é nossa distribuição no país, em termos de unidades de conservação; não estão aqui as RPPNs, porque, normalmente, são de áreas menores e não são de administração direta do instituto. Então, nós nos esparramamos desde a Estação Ecológica do Taim, lá no Sul do Brasil, até o Monte Roraima, até as

unidades que ficam... O Pico da Neblina, que fica na divisa mais norte do país.

Fora da sede aqui em Brasília, onde nós realizamos o trabalho de acompanhamento, supervisão e orientação, nós temos unidades que são descentralizadas, e que é importante a gente entender a lógica. Primeiro, nós temos os centros de pesquisa e conservação, que, como já me referia antes, é onde nós realizamos os esforços de produção de conhecimento e organização da produção do conhecimento.

A produção do conhecimento, ela se dá em todas as estruturas, nas unidades e aqui na sede, mas os centros têm como missão primária a organização da informação, o estímulo para que outros organismos também colaborem naquilo que diz respeito à pesquisa para conservação e uso dos recursos.

Nós temos os chamados núcleos de gestão integrada, que são espaços onde nós reunimos um conjunto de unidades, de forma a permitir que os recursos sejam melhores aplicados, tanto do ponto de vista do nosso pessoal, os diferentes talentos, as diferentes competências, quanto trabalhando o princípio da economicidade, portanto, reduzindo a necessidade de outros serviços prestados nessas áreas.

E duas estruturas que nos diferenciam de outras lógicas administrativas, que é a unidade administrativa financeira, que a razão de ser é a execução financeira orçamentária, e a coordenação regional, que tem como tarefa supervisionar, acompanhar um conjunto de unidades. Como eu já me referi aqui, essas coordenações regionais, e nós aqui estamos falando, falaremos, hoje, do Estado do Amazonas, nossa ação com relação ao Estado do Amazonas, praticamente, está relacionada com as ações na CR1, em Porto Velho, e na CR2, em Manaus.

E, obviamente, as unidades de conservação, que é uma das grandes razões de ser, onde nós diretamente administramos uma porção do território nacional.

Tivemos, no último período, um esforço grande de organizar ou reorganizar um conjunto de normas que nos permitisse construir procedimentos ou ordenar procedimentos, no sentido de garantia de celeridade, de facilitação e tranquilidade para o conjunto dos servidores e para a sociedade, das rotinas internas, e ainda temos um esforço grande nessa área.

Então, temos uma IN nova para aquisição de terras, que diz respeito a reorganizar os procedimentos para que cumpramos com umas das nossas tarefas, que é de garantir regularidade fundiária nas unidades de conservação federais, temos os esforços que dizem respeito à autorização para licenciamento ambiental; o Instituto Chico Mendes não é órgão licenciador, mas é órgão que colabora no licenciamento de atividade,

dentro das unidades de conservação ou na sua zona de amortecimento das unidades ou numa faixa de até 10km, nos limites externos da unidade. Autorização para supressão vegetal, o esforço para transmissão dos autos de infração; uma vez lavrados os autos, todos os procedimentos e orientação a servidores, no ato fiscalizatório, mas, fundamentalmente, o passo dois, no momento seguinte.

Também um esforço grande de normatização, no que diz respeito àquelas autorizações diretas, aquele caso em que não há exigência de licença ambiental, mas, em se tratando de uma atividade dentro da unidade ou impactante para a unidade, a necessidade de autorização para a realização dos procedimentos, pela iniciativa privada ou por outros órgãos públicos.

E, especificamente no caso do Amazonas, a gente vai apresentar alguns números aqui, que um pouco tentando dar conta dos esforços que vêm sendo realizados pelo Governo brasileiro, pelo Governo federal no último período.

Em 2007, quando da criação do Instituto Chico Mendes, nós éramos lotados em unidades de conservação, no Estado do Amazonas, 53 servidores. Eu aqui também queria fazer um recorte, porque, como nós tratamos, não temos a mesma organização político-administrativa do país, ou seja, nós não temos nossas informações em cima do território dos estados, é possível que alguns dessas informações possam necessitar de alguns ajustes.

Por exemplo, nós temos algumas unidades que possuem seu território em dois territórios distintos de unidades da federação. Gostaria de citar aqui o caso do Parque Nacional do Juruena, que uma porção é no Estado do Amazonas e outra porção é no Estado do Mato Grosso. E temos outros casos como esse. Então, nossa compilação de informações aqui é no sentido de dar conta do esforço para o Estado do Amazonas, que está associado com essas regiões limítrofes.

Atualmente, nós somos 114 servidores lotados nas unidades e nos centro de pesquisa e na Coordenação Nacional, que diz respeito especificamente ao território do Amazonas. Não estão computados aqui os servidores que nós temos, por exemplo, em Porto Velho.

Isso é absolutamente importante, quando a gente compara com a realidade de 2002, quando nós tínhamos apenas dez servidores lotados em unidades de conservação no território do Estado do Amazonas.

Então, nós estamos falando aí de um crescimento, de 2002 para 2007, de alguma coisa próxima de cinco vezes, e, de 2007 para cá, praticamente dobrando o número de servidores, e esse é o esforço do Estado

brasileiro para gestão das unidades de conservação, no que diz respeito à força de trabalho.

Esse é um dado importante, mas ele é bastante recente, e apenas para dar também um pouco de informação com relação ao que está acontecendo neste momento. Não adianta nós termos os servidores, se nós não temos a estrutura adequada.

Então, tem todo um processo de constituição de espaços físicos adequados. Semana passada, nós estávamos lá em Lábrea, com um conjunto de outras lideranças, o prefeito, inclusive. É um local onde nós precisamos de um reforço bastante grande, no sentido de recuperação do prédio, que era ocupado, era o escritório regional do IBAMA, que será a sede das nossas unidades, no núcleo de gestão integrada localizado ali. E, atualmente, nós locamos outro prédio para que possamos adequadamente atender a sociedade, temos nossos servidores com uma situação mínima adequada para um órgão público federal. No entanto, há necessidade de colocarmos um conjunto de equipamentos à disposição.

Neste momento, estão sendo disponibilizados cinco veículos quatro por quatro, para as unidades no Estado do Amazonas; são 29 computadores; 18 notebooks; nove impressoras multifuncionais; 18 câmeras digitais; 11 filmadoras; nove equipamentos de projeção; 26 GPS, 26 aparelhos para posicionamento; e um conjunto de mobiliário necessário para a implantação desses espaços onde estamos fisicamente. Já estou encerrando. Próximo, por favor.

Com relação à gestão, nós temos, atualmente, com relação aos planos de manejo, são 16 planos que estão em elaboração, existem sete unidades com seus planos de manejo já publicados, nós temos 13 unidades de conservação com seus conselhos criados, portariados, e, em 14 unidades, fazemos, neste momento, esforço para criação dos conselhos, incluindo aí unidade de proteção integral e unidades de uso sustentável. Próximo, por favor.

Então, nós estamos falando de uma conta que significa, em alguns casos, duplicar ou triplicar nossa capacidade de gestão e o estabelecimento dos instrumentos, das ferramentas adequadas para a realização disso.

É absolutamente importante dizer que, com a criação da academia da biodiversidade, dentro do instituto, os servidores que hoje ingressam, eles passam um período recebendo um conjunto de informações, que, longe de entendermos que os prepara absolutamente para a tarefa, mas permite que eles recebam informações básicas necessárias para desempenho das tarefas.

Como são todos servidores que passaram recentemente em concurso público, demonstraram sua capacidade de realização, ao serem aprovados no concurso. Mas esse conjunto de informações que são oferecidas durante a estadia deles na academia permite que a gente tenha tranquilidade de estarmos esparramados por este país, realizando um trabalho absolutamente fundamental, que diz respeito à conservação da biodiversidade. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Sr. Paulo.

Concedo a palavra ao Sr. Silvio Menezes, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o INCRA, por um tempo de 20 minutos.

SR. SILVIO MENEZES: Bom-dia a todos! Primeiro, agradecer pela oportunidade de nós estarmos participando desta Audiência, dizer da nossa satisfação e dizer, também, apresentar um agradecimento especial, em nome da nossa Coordenação-Geral de Meio Ambiente e da Diretoria de Obtenção.

Bom, desse recorte proposto pela Audiência, que trata especificamente das unidades de conservação federais na Amazônia, o INCRA tem um aporte de atividades, se comparado com as atividades normalmente gestadas pelo INCRA na Amazônia, é relativamente pequeno, embora não menos importante, mas, comparativamente com esse conjunto de atividades, eu diria bastante restrito. E, particularmente, são atividades subsidiárias, já que o INCRA não atua diretamente, não está relacionado com a gestão dessas unidades de conservação federais. Como dito, inclusive, pelo meu antecessor, o Paulo Maier.

De qualquer forma, eu gostaria de destacar duas atividades que o INCRA está promovendo na região amazônica e que, hoje, estão bastante em voga e que são, para nós, de extrema importância. A primeira dessas atividades é o desenvolvimento do Programa de Agrobiodiversidade da Reforma Agrária. Esse programa é o programa que traz no seu bojo uma questão que hoje está sendo muito comentada na Amazônia, que [é a questão do crédito ambiental.

O Presidente Lula, há cerca de um ano e um pouco mais, disse, se não me engano, quando do lançamento do Mutirão do Arco Verde, de que ele estaria promovendo o que ele então chamou de cartão verde.

Bom, esse cartão verde, ele está dentro desse Programa de Agrobiodiversidade da Reforma Agrária, não guarda uma relação direta com as unidades de conservação, como eu disse, mas, obviamente, tem a pretensão de melhorar as relações, a forma de ocupação e de tratamento produtivos correlacionados com os projetos de reforma agrária na Amazônia.

Então, o objetivo desse programa é justamente permitir a recuperação daquelas áreas que estão indevidamente desmatadas, particularmente as de reserva legal, fazendo com que elas sejam recuperadas com sistemas ambientalmente mais generosos, com sistemas de produção de base florestal, permitindo a geração de renda e trabalho para essas famílias.

Então, esse cartão verde vem exatamente neste sentido: ele pretende destinar a cada família que se incorpore nesse programa o financiamento no montante de 2.400 reais, distribuídos ao longo de 24 meses, sendo 100 reais por parcela, quer dizer, 100 reais por mês para cada família que pretenda recuperar essas áreas desmatadas, dentro das orientações que estão dentro desse programa.

Obviamente que, quando a gente olha esses 100 reais por família, pode parecer que é uma parcela muito pequena, mas, de fato, não é, até porque a implementação dessa atividade, ela tem por suporte uma sorte de outras atividades, de projetos que vão permitir fazer com que esse colono, essa família, que, eventualmente, sendo incorporada dentro do programa, possa receber esses 100 reais apenas para estar operando os traços culturais correlacionados com essa área.

Então, todo o processo anterior, que é o processo de produção de mudas, o processo de implantação da cultura naquela área, vai ser suportado por recursos outros que não esses 100 reais que o agricultor vai receber, apenas para estar dando o trato cultural para a manutenção dessa área então recuperada. Pode ir para a frente, por favor.

Outra questão também de extrema importância e também ainda não correlacionada diretamente com as unidades de conservação é a implementação, o fomento que o INCRA tem dado com relação à implantação de projetos, que nós estamos chamando de projetos ambientalmente diferenciados, diferenciados porque eles se correlacionam com populações e/ou práticas produtivas ambientalmente diferenciadas.

Então, essa é a grande diferença dos projetos que nós chamamos tradicionais, dos projetos que o INCRA tem, ao longo da sua história, que a gente chama de PA esse projeto de assentamento, implantado.

Então, são três modalidades de projetos ambientalmente diferenciados, são os pais, que são projetos agroextrativistas; hoje, nós temos 331 projetos dessa modalidade já implantados dentro da Amazônia, que são projetos voltados para aquelas famílias, para aquelas populações tradicionais, já existentes na área ou no entorno da área desse projeto e que já desenvolvem práticas agroextrativistas já consagradas, já reconhecidas naquela região.

Outro projeto são os PDS, são os projetos de desenvolvimento sustentável, que hoje nós temos um número de 88 já implantados dentro da Amazônia, que trata também, se não de populações tradicionais, dessas que eu relatei anteriormente, mas de populações que se propõem a trabalhar, a dar um uso alternativo à ocupação daquela área, diferente – e ambientalmente mais generosa – daquelas que nós estamos, vamos assim dizer, habituados a estar naquela prática antiga em que o INCRA vinha, até então, trabalhando.

Outra terceira modalidade são os PAFs, projetos de assentamentos florestais; esse voltado especificamente para a questão do manejo, do manejo madeireiro, também uma forma ambientalmente generosa de você trabalhar a floresta de forma a garantir essa preservação ao longo do tempo. Então, nessa modalidade, nós temos seis implantados dentro da Amazônia.

Com relação às UCs. Por favor, o outro *slide*. Como eu disse, o relacionamento do INCRA, das atividades implementadas pelo INCRA com as unidades de conservação é um relacionamento relativamente pequeno, quando nós comparamos com a gama de atividades que o INCRA normalmente assume diante dos projetos que são de sua inteira responsabilidade.

No caso das UCs, a gestão da UC é determinada pelo SNUC, como foi relatado aqui anteriormente, onde o ICMBIO tem um papel preponderante na gestão da unidade de conservação. O INCRA entra, eu diria, como quase como um papel acessório, mas não menos importante, de apoio particularmente àquelas famílias que estão correlacionadas com a unidade de conservação de uso sustentável.

Bom, e as ações implementadas pelo INCRA, elas são determinadas por duas portarias específicas, que estão ali na tela: uma portaria conjunta do MDA e MMA, de outubro de 2008, que trata do reconhecimento das RESEX, RDS e FLONA, onde o INCRA reconhece como integrante do Programa de Reforma Agrária essas áreas correlacionadas com a unidade de conservação.

Além disso, o INCRA possibilita àqueles ocupantes dessas unidades de conservação o recebimento de alguns créditos relacionados com a reforma agrária; são os créditos de instalação, que são aqueles créditos iniciais, quando o INCRA normalmente começa, obtém a área e começa a implantar, então, o assentamento. Então, são os créditos de apoio inicial à aquisição de materiais de construções, crédito de fomento, recuperação de materiais de construção, reabilitação do crédito de produção, e não é o caso da Amazônia, mas o adicional do semiárido; e também a acessibilidade aos créditos do PRONAF A, que são aqueles correlacionados mais estritamente com a produção daquelas

áreas utilizadas para uso alternativo, na lógica dessas unidades de conservação.

Outro relacionamento de atividade do INCRA com as UCs advém da portaria conjunta do INCRA e ICMBIO, de março último, agora, onde o INCRA trata, então, da regulação fundiária dessas unidades de conservação. O INCRA, então, assume a responsabilidade de conceder o direito real de uso ao ICMBIO para que esse, a partir dessa concessão, trate da regulação fundiária da área da unidade.

Então, basicamente, essas são as atividades que o INCRA aporta para dentro das unidades de conservação, numa correlação, obviamente, com o ICMBIO.

Essa é nossa apresentação. E vamos ficar à disposição aqui. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Sr. Silvio Menezes.

Concedo a palavra ao Sr. Fábio Marques, do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas.

SR. FÁBIO MARQUES: Alô! Primeiramente, meu bom-dia, boa-tarde a todos e a todas. Mais uma vez, saúdo a Mesa na pessoa do Senador Jefferson Praia, que, mais uma vez, estamos reunidos para discutir a questão do Estado do Amazonas. A palestra, por favor.

Essas informações que eu vou trazer aqui para vocês, elas têm dois cunhos: um institucional, no âmbito jurídico, até porque não poderia fugir, minha formação, e eu tenho cargo, hoje, ao longo do tempo, também, do IPAAM, venho desde o IMA, que nós vamos verificar aí, que é o Instituto de Meio Ambiente, que foi criado em 89; o IPAAM é seu sucessor no Estado do Amazonas, e lá exerço o cargo de diretor jurídico, atualmente, onde a estrutura do órgão, na diretoria, funciona com três procuradorias: uma do meio ambiente, propriamente dita; outra judicial, que acompanha as ações judiciais, onde o IPAAM é parte, seja no polo ativo ou o polo passivo; e uma administrativa, que cuida dos ajustes do IPAAM com seus partícipes.

Em outro momento, a gente vai ver também, eu trouxe um mapa do Estado do Amazonas, onde traça as unidades de conservação não só federal como estadual e os empreendimentos impactantes, no seu entorno. Daí para o...

Não, dei para o rapaz que estava de paletó cinza. Pode colocar o *pen-drive*.

A gente pode já traçar algumas considerações. A gente vai ver, nas informações, aspectos voltados para a competência, propriamente dita, do IPAAM, seu embasamento legal trazido não só pela Constituição federal, estadual, a lei de política, que, inclusive, foi absolvida pela própria Constituição, tanto federal como estadual.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. FÁBIO MARQUES: Não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. FÁBIO MARQUES: Permite, senador, eu ir lá dar uma ajuda?

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sim.

SR. FÁBIO MARQUES: Como eu havia falado para vocês, aí a gente vai traçar o papel do órgão ambiental estadual no Estado do Amazonas, o IPAAM, a partir de sua competência. Por favor.

Basicamente, a previsão legal ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, isso foi até uma satisfação da Constituinte em ter deixado um capítulo especialmente para a questão do meio ambiente, eu acho que isso aí já é um dispositivo que quase todos já conhecem. O art. 225 trata de que todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Por favor.

No segundo momento, nessa própria disposição, ele já traça, no artigo, no inciso IV, que é o item do próprio artigo, na forma da lei, a questão da instalação de obras ou atividades potencialmente causadoras de significativa degradação. Isso aí a Constituição que é de 88 recepcionou, que nós vamos ver mais adiante, a lei tanto da política nacional como a lei da política estadual, que foi instituída, a primeira, no ano de 81, e o estado em seguida, em 82, instituiu sua política estadual. Por favor.

Nesses pontos, partindo do princípio constitucional, a gente tem uma repartição de competências, que é uma discussão que envolve estados, municípios, entes da federação. Nesse primeiro momento, a gente vai ver que a base constitucional, ou seja, a competência que está descrita nesses dois dispositivos traçam somente a União, estados, o Distrito Federal e os municípios proteger o meio ambiente, combater a poluição, florestas e a fauna e a flora.

A princípio, a gente traça isso, juridicamente falando, como competência comum, ou seja, todos os entes da federação têm a responsabilidade de preservar e proteger o meio ambiente. Por favor.

Só voltando no *slide*. É interessante que o Parágrafo Único desse próprio dispositivo, o art. 23, ele disponibiliza uma lei complementar que fixará normas para a cooperação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Essa lei complementar até hoje não foi sancionada, e aí há, só para fazer um

pequeno adendo, há um conflito, às vezes, de competência para quem vai licenciar, e a discussão do duplo licenciamento, Senador.

Então, seria de valia, de grande importância que isso fosse definido, para que não haja esse conflito de competência. Partindo, ainda, na repetição de competência, como nós vimos no 23, ele traça três pontos fundamentais, que, inclusive, um dos juristas que tratam da questão do meio ambiente reforça que autonomia significa desunião entre os entes federados e nem deve produzir o conflito de esforços, ou seja, se não houver união à questão da proteção, da conservação da biodiversidade e do ecossistema, dificilmente a gente conseguirá ter uma harmonia entre os entes da federação.

Então, isso alguns juristas têm outro posicionamento, eu vinculo mais com o Paulo Afonso Lima Machado nessa questão de harmonizar os entes no combate e na proteção da conservação do meio ambiente.

O art. 24, ele já traça outro perfil, ele diz quem pode legislar, aí é que nós chegamos ao grande conflito, que, às vezes, os municípios tendem a legislar sobre matéria que é de cunho do estado, do Distrito Federal e da União, quando, na verdade, a própria disposição federal já traça isso aí.

No inciso IV, a gente vê quais são as espécies, vamos dizer assim, que cada ente teria que firmar para legislar concorrentemente: florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo, dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição.

Então, o art. 24 é a competência legislativa concorrente e relativamente à mesma matéria, meio ambiente. No campo da competência, concorrente se dá a integração das autonomias, por via de normas gerais criadas pela União e normas suplementares criadas pelo estado. Pode passar.

Ainda na questão da repartição de competência, nós vimos aí que a própria Lei 81, a política nacional, no art. 10, ela traçou que o órgão estadual, ambiental, até hoje, é o competente para iniciar o procedimento de licenciamento e conceder a tão almejada licença ambiental. Pode passar.

Como falei no início, o próprio art. 225, que, no próprio capítulo, traçou toda a regra do que será o meio ambiente, o § 1º recepcionou a política nacional, na Lei 6.938, de 81, quando também dispôs que, para a instalação e obra da atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, caberá estudo prévio de impacto ambiental.

Aqui está submetido o licenciamento ambiental, na medida em que, nesses casos, o estudo prévio de

impacto ambiental é um pressuposto para sua concessão. No Estado do Amazonas, a gente tem como exemplo a ponte que vai ligar a região metropolitana, nós temos o Gasoduto, ligou Coari a Manaus, e outras atividades, o próprio PROSAMIM. Por favor.

A Constituição Estadual também não poderia ficar atrás, recepcionou, e a gente fala no direito, *ipsis litteris*, igualmente todo e qualquer, no art. 229 tanto no 234, onde lá traça integralmente o que o 225 da Constituição federal também especificou.

E, no 234, trata que o sistema estadual de licenciamento será pelo órgão ambiental, também, em caso de instalação, construção ou ampliação de qualquer das atividades industriais, principalmente que envolva o aproveitamento e a utilização dos recursos ambientais de efetiva e potencialmente poluidores.

Novamente, o art. 10, da 6.938, que já tirava, no início, quando foi instituída a política nacional, a Constituição, tanto federal como a estadual, recepcionou na íntegra toda a responsabilidade na questão das atividades potencialmente poluidoras e dando ao órgão estadual, integrante do SISNAMA, junto com o IBAMA e ICMBIO, hoje, esse caráter supletivo nas licenças exigíveis. Por favor.

E aí a gente chega ao estado, a partir de 82, posteriormente à política nacional, na Lei 1.532, de 82. No *site* do IPAAM, nós temos toda a disponibilização dessas legislações estaduais, a federal, pelo *nick* do próprio MMA ou do Planalto, vocês terão essa facilidade, também, mas o IPAAM, até pela certificação, pela ISO 9000, ele tem toda a legislação estadual disposta no seu *site*.

E o art. 15 determinou também, igualmente, o que a Constituição veio a recepcionar, a questão para a instalação das obras potencialmente poluidoras.

Essa Lei 1.532, ao longo de seus anos, recentemente, num passado bem próximo, 2005 e 2007, ela teve duas alterações: a primeira, pela Lei 2.984, ela traçou dois, apenas dois capítulos: um que tratava das infrações em relação às sanções, que teve que dar uma adaptação, até porque a lei federal também o fez, e nós não tínhamos, ainda, uma disponibilidade da taxa do licenciamento para as atividades potencialmente poluidoras, que, anteriormente, era regrada por uma instrução normativa e, em 2007, ela veio a ser regulamentada e instituída pela Lei 3.219.

Nessa Lei 3.209, só por uma questão de concepção, às vezes, quando você linca no *site*, aparece apenas a disposição textual, aí cada atividade, ela vai ter um anexo decorrente de sua peculiaridade, aquicultura, plano de manejo florestal, mineração e as demais atividades impactantes.

Após a instituição da Lei 1.532, cinco anos após, ela foi regulamentada pelo Decreto 10.028, esse decreto ainda está em vigência, algumas disposições relacionadas às infrações, como eu falei, pela 2.984, revogou dispositivos desse decreto; na questão de sua classificação, não na questão de sua imposição, ou seja, no momento da lavratura; na classificação dela, ela foi reformada pela 2.984/2005, que eu mostrei anteriormente, mas o art., ainda, 42, que trata da classificação, da penalidade em si, se seja de natural leve, grave ou gravíssima, no momento em que o fiscal se depreende com aquele fato gerador, ainda continua vigendo, como também as multas diárias e outros afins, até a classificação de algumas atividades que anteriormente não estão, não eram previstas, continuam sendo previstas no Decreto 1.028, e o art. 7º também trouxe a mesma concepção da lei, da Constituição federal e da Constituição estadual, atualmente em vigor, que é a localização, a implantação, a operação, a ampliação de qualquer das atividades que envolvam aproveitamento, utilização de recursos naturais, considerados impactantes ao meio ambiente dependerão de prévio licenciamento.

Aí está o CODEAMA, mas, pela sucessão de suas entidades administrativas, hoje, é considerado o IPAAM, embora o decreto esteja, na época, que, na verdade, em 87, quem comandava a política ambiental era o CODEAMA, depois nós vamos verificar que, em 89, o CODEAMA foi extinto, e isso foi fundido, tanto a área ambiental como a área fundiária, no IMA, que era o Instituto de Meio Ambiente, Desenvolvimento e Recursos Naturais. E, em 95, criou-se o IPAAM, que, hoje, continua sendo o órgão ambiental da política estadual. Por favor.

Isso que eu falei agora para vocês a gente vê nesse quadro. Em 89, o Governo cria o IMA, que é o sucessor do CODEAMA, pela Lei 1.905, de 89. Em 95, surge o IPAAM, e, atualmente, está regido pela Lei Delegada 102, a Lei Delegada 102, que traça, hoje, a estrutura organizacional do IPAAM, que tem como finalidade a gestão ambiental, a implantação, a execução das políticas nacional e estadual de meio ambiente e tem como seu maior escopo o licenciamento, a fiscalização e o monitoramento ambiental, dentro do Estado do Amazonas.

Eu trouxe esse mapa de empreendimentos, nas proximidades das unidades de conservação, me permita o Prefeito Fernando Vieira, eu tirei como foto o Presidente Figueiredo, que foi nosso último encontro, em termos das ações do ICMBIO, e o que está legendado em marrom mais escuro são as unidades de conservação federal; o que está mais clarinho, quase com uma tonalidade de um verde, são as unidades

de conservação estaduais; e os pontos menores e até aqueles azuis são empreendimentos, seja de ordem de plano de manejo florestal, aquicultura. É porque daqui eu não estou vendo, está no quadrante da legenda ali. São diversos tipos de atividade que estão centralizados dentro do Estado do Amazonas e pegando parte de unidades de conservação, seja no seu entorno, na sua zona de amortecimento, e unidades também federais, de conservação federal.

Aí eu termino aqui essas informações, agradecendo e ficando a critério de senador e de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Dr. Fábio.

Concedo a palavra ao Prefeito de Presidente Figueiredo, Fernando Vieira, representando aqui a Associação dos Municípios do Estado do Amazonas.

SR. FERNANDO VIEIRA: Senador Jefferson Praia; não vou esquecer o sobrenome, não, demais membros da mesa, senhoras e senhores.

Eu, em nome da Associação dos Municípios do Amazonas, nós queríamos agradecer imensamente esta Audiência. É um momento em que o interior do Amazonas vem para Brasília se posicionar não só sobre suas questões ambientais, mas todas as questões que regem o ser humano que vive na floresta amazônica, que não é só a questão da floresta, mas também é educação, saúde, emprego, enfim, tudo aquilo que necessita o ser humano para desenvolver nesse planeta.

Nós, que somos achados, muitas vezes, para ser multados, mas não somos achados para receber benefício, tanto do estado como da União. E, de certeza absoluta, isso aqui, esta Reunião e esta Audiência eu acredito que aconteceu justamente por isso, eu acredito que aconteceu em função da queda de um pacto federativo, um desrespeito que a União gerou com os municípios do Estado do Amazonas, inclusive o meu, o município de Presidente Figueiredo, e que levou a isso.

Eu, como acredito que sempre a vida é melhor, eu acredito que, muitas vezes, o mal é um bem que se desconhece. Talvez por causa disso, hoje, nós estamos aqui discutindo a relação do Brasil com as questões ambientais da Amazônia, essa Amazônia que, muitas vezes, é vista como um grande celeiro, mas que não é vista como uma região em que vivem pessoas que necessitam se desenvolver, como todas as pessoas, os brasileiros.

O Brasil, hoje, vende a impressão da Amazônia como se fosse um grande mérito do Estado do Amazonas, um grande mérito do Governo brasileiro e o mérito dos municípios, onde está o bioma, onde está a floresta, os rios, o peixe é nos municípios. E esse

estado tem 96% de área preservada, 96% de floresta primária, e está “pagando o pato” por ter conservado isso, os municípios.

Então, eu fico feliz por isso. Eu lhe parabeno, imensamente, o senhor como homem amazônico, de certeza absoluta, está defendendo nossa postura não só na questão ambiental, mas na relação humana da Amazônia, eu fico muito feliz por isso, por nos dar voz de poder dizer que nós da Amazônia precisávamos falar para o Brasil que nós não somos isso.

Eu não posso admitir, de hipótese alguma, eu não nasci na Amazônia, eu vivo na Amazônia há 30 anos, na Amazônia, eu vim também da região da floresta da Mata Atlântica, essa Mata Atlântica que só tem 7% de reserva florestal, e essa Mata Atlântica manda fiscais para nos penalizar, ao invés de mandar fiscais para sentar com a gente para discutir como nós fizemos, depois de 500 anos de colonização, ter tanta floresta no nosso estado.

Não sei se os senhores sabem, quando o Marquês de Pombal criou a Companhia das Índias, aliás, a Companhia do Grão Pará e Maranhão, em 1678, já fizeram isso para explorar a Amazônia, o senhor sabe disso, levar produtos amazônicos para o mundo. Essa riqueza não construiu nenhuma escola no meu estado.

O PIB da Amazônia, no século XVIII, no final do século XVIII, foi o maior PIB do Brasil, através da exploração de borracha, levando para a guerra. Esse recurso não construiu nenhuma escola no meu estado, eu vi aqui, nesse instante, uma exploração interessante, que o INCRA passa 100 reais para os agricultores, mas não constrói escola, e o Brasil está preocupado com a Amazônia.

Essas coisas que a gente quer discutir aqui: quem é o grande vilão nisso aqui, somos nós da Amazônia? O que o Brasil quer com nós? Nos expulsar de lá? O que os técnicos da Mata Atlântica querem com nós da Amazonas? É isso que nós queremos, na realidade, discutir aqui.

Eu vou falar aqui um pouco do meu município, na realidade, eu não vim aqui falar pela associação em si, eu vim falar sobre meu município; é um município que está há 100km de Manaus, à margem de uma estrada internacional, a BR 174, um município que tem quatro assentamentos do INCRA, e nem por isso deixou de ter 97,6 de área preservada; nós temos 97% de área de floresta primária. Então, nós não somos um município que degrada ambiente, apesar de estar à margem de uma BR internacional. E esse município foi penalizado, foi desrespeitado na sua autoridade, como do pacto federativo, por uma pessoa que, no meu entendimento, irresponsável, porque não nos consultou sobre isso, meu município foi multado em 200 mil

reais pelo Instituto Chico Mendes, que, em nenhum momento, também, nos pediu uma sala de aula para ensinar educação ambiental para as crianças do meu município, em nenhum momento, mas chegou para nos penalizar.

Esse município está multado em 200 mil reais, porque sua Secretária de Meio Ambiente, que é a nossa Secretaria, toda aparelhada, toda incrementada em termos de Amazônia, inclusive, talvez seja a Secretaria do Estado do Amazonas mais bem aparelhada que nós temos. Pois bem, foi multada nesses 200 mil reais, simplesmente porque o secretário de meio ambiente autorizou o transporte de uma madeira que ele apreendeu, madeira ilegal, de 2m de madeira, dois metros, não sou falando de dois milhões de metros, nem dois mil metros, dois metros de madeira, e foi multado.

Essa multa, se a gente não recorre e se a gente perde isso, o município vai ficar inadimplente. As pessoas que vivem no meu município não vão ter repasses federais em função disso. Veja a sensibilidade que está havendo do instituto com as pessoas que vivem na Amazônia.

Eu acho que é isso que nós temos que discutir aqui, o mundo tem que fazer uma reflexão sobre as questões ambientais, não só o homem da Amazônia, o mundo; o Brasil não é diferente, e nós queremos sentar, sim, com a União, com o estado e o município, discutir questões ambientais. Nós queremos discutir como desenvolver a Amazônia, com sustentabilidade e gerar emprego para as pessoas.

Não sei se os senhores sabem do Parque Industrial de Manaus, 1.500 hectares de área só, 1.500 hectares de área explorada através do seu distrito gerou, há dois anos, 30 bilhões de dólares; toda a safra de grão brasileiro de soja, toda a safra de soja brasileira gerou 25 bilhões de dólares. Mas essa grande indústria, esse grande recurso que existe no estado está em Manaus, e nós, município? Lábrea, por exemplo, todos os municípios, 62 municípios da Amazônia não têm atividade econômica. O maior empregador é prefeitura, depois, a agricultura; a agricultura que vive do ambiente, da extração vegetal, da pesca e das atividades primárias que se desenvolvem na região.

E aí eu pergunto para vocês: meu município tem um lago de 250 mil hectares de lâmina d'água, nós estamos quatro anos tentando licenciar 100 hectares desses 250 mil hectares para criar peixe em gaiola, não conseguimos até hoje. Como é que se trabalha na legalidade com tanta dificuldade?

Eu não consigo entender como é que se quer desenvolver dificultando. Não consigo entender. Nós estamos a quatro anos tentando fazer isso. Nós sabemos que o grande desafio nosso é produzir. O homem

amazônico também necessita de proteína animal, e nós não acreditamos que vai ser derrubando um hectare de floresta para criar um boi, para produzir 200 [ininteligível], para tirar esse boi depois de três anos, não acreditamos nisso, não, mas nós temos ambientes aquáticos que nós podemos produzir peixe, e é isso que nós queremos produzir no meu município, e não conseguimos até hoje. Até hoje, quatro anos; isso o município, já pensou um pequeno produtor?

Então, são coisas que nós temos que discutir, Senador Jefferson Praia, e eu tenho certeza absoluta de que o senhor é sensível a isso. O senhor foi ao meu município, o município, quando assumi, que tinha 11 artesãos de madeira, produzindo aduelas, portas e pequenos móveis; o município e as pessoas que vivem no município, a sociedade não é rica, nós vivemos... A sociedade da Amazônia que vive nos municípios é pobre.

Então, produziu isso. Onze. Isso causava questões de poluições, através dos resíduos, poluição sonora, problemas de acidente com criança nas serras que cortam madeira. O que o município fez? Criou um Plano Diretor, nesse Plano Diretor, disse que, tal área, esses onze artesãos iriam para ali, e fizemos, distribuímos a área, fizemos as ruas, botamos luz, botamos água e levamos esses onze; desses onze, tem oito. Agora, o perfil desses pobres coitados: andam de bicicleta, sandália havaiana e mal foram à escola.

Aí entra na questão do licenciamento para trabalhar. Será que vocês têm ideia do que é licenciar uma pequena atividade na Amazônia? Primeiro, que nem o estado nem a União vivem nos municípios, o INCRA não está lá, o setor de terra do estado não está lá, o IBAMA não está lá, o Chico Mendes não está lá. Eles têm que correr para ir para a grande cidade, sem dinheiro. Sem dinheiro, como é que se legaliza? E nós, esse povo, somos os marginais, somos os destruidores da Amazônia, e vocês sabem perfeitamente que os destruidores da Amazônia não têm esse perfil, os destruidores da Amazônia têm facilidade para conseguir tudo isso.

Então, são coisas como essa que a gente fica indignado, com o que está acontecendo na Amazônia.

Voltando para o polo moveleiro. Esses oito que hoje existem no meu município, que não é polo, na realidade, é um centro de artesanato de madeira, porque uma pessoa com um perfil desse não pode ser um grande empresário. A prefeitura contratou uma empresa de contabilidade para abrir as empresinhas deles, as microempresas. Contratou. Prontinho, agora, vamos para o licenciamento. Contratamos técnicos para ir licenciar isso. Tudo isso custou muito claro para a prefeitura, mas com uma grande satisfação para transformar as pes-

soas da ilegalidade na legalidade, mas, mesmo assim, esse núcleo, não vou dizer nem polo, está fechado a 140 dias, multadas essas pessoas numa multa média de 30 mil reais. Esses caras não sabem nem escrever isso, 30 mil reais, quanto mais pagar.

E essas pessoas têm filhos, essas pessoas precisam viver, essas pessoas precisam ter uma atividade, seja ela qual for; ou faz isso ou, então, vai vender droga. Se for vender droga, vai preso, o Governo vai ter que sustentar na cadeia. Então, é preciso discutir isso, o que o Brasil quer com nós da Amazônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Prefeito, multado por quem em 30 mil? Quem multou?

SR. FERNANDO VIEIRA: O Instituto Chico Mendes e IPAAM. E esses fiscais que foram lá armados de pistolas automáticas, desrespeitando cidadãos tão pobres, tão humildes, com um batalhão de carros da Polícia Federal, levaram suas pessoas para Manaus, um negócio realmente desumano.

Então, nós precisamos realmente discutir isso. Eu acho que isso... Eu volto a dizer, talvez tenha sido isso um mal no momento, mas talvez seja um bem daqui para frente, porque aqui nós vamos discutir isso, nós não vamos ficar mais de braços cruzados com isso. Todo mundo diz que a responsabilidade é do estado e da União, mas onde é que está esse estado e a União na Amazônia? Eu pergunto para os senhores. Onde vive esse estado, onde vive essa União, para nos licenciar, tornar nosso povo legal?

Eu queria saber onde está e eu queria, aqui, até porque eu queria encerrar aqui, porque eu acho que vai ser interessante essa discussão, vai ser muito interessante essa discussão, dizer que eu, como sou um homem da Amazônia, eu vim, eu moro, vivo, curto a Amazônia, apesar de ter nascido na Mata Atlântica, então, eu conheço as realidades de todos os biomas brasileiros, conheço todos: a caatinga, o cerrado, os pampas do nosso amigo aqui, e eu tenho certeza de que ele hoje está tomando aqui um chimarrão, tranquilo, se eu trouxesse um jaraqui eu era preso lá na passagem, porque não pode sair um produto amazônico.

Então, são coisas assim que a gente tem que discutir. Ao invés dos 100 reais que o INCRA manda para as pessoas que vivem na Amazônia, eu gostaria que o Governo Federal mandasse escola para educar nossos filhos, para saber trabalhar o produto amazônico, o respeito, a sustentabilidade, gerar emprego e renda, e aí, sim, está sendo justo com nós.

Então, era isso que eu queria dizer para vocês, agradecer imensamente a todos os senhores. Eu acho que um problema só se discute quando as pessoas que estão envolvidas nesse problema sentam para

discutir, como pessoas civilizadas, como pessoas humanas, como pessoas que têm a consciência de que este país é o único que é Brasil, que nós da Amazônia não somos diferentes de ninguém e nós não somos vilões do ambiente.

A Amazônia, até hoje, só discutiu seus ambientes de terra firme, você imagina quando a Amazônia sentar para discutir seus ambientes aquáticos, esse produto que, para mim ou para todos nós, é o produto mais nobre do planeta; no sistema solar, só tem vida no planeta Terra, porque existe água, nós somos o maior manancial de água no mundo, nós não podemos produzir proteína e nem terra firme, mas nós podemos produzir proteína em água, e aí a grande questão: o Brasil, no seu orçamento, distribui para pesquisa brasileira muito pouco do seu orçamento, e, desse muito pouco, só 2% vai para a Amazônia; o boi que está na Amazônia sofreu, inclusive, processos de melhoramento genético imensurável, nosso pirarucu, que é o boi aquático, ninguém nem sabe como ele reproduz.

Eu fiquei muito triste o ano passado, quando eu fui ao Ministério do Meio Ambiente, tentar liberar 100 hectares do Lago de Baubina para produzir peixe, encontrei um chinês, um técnico da China, que ele bateu nas minhas costas e disse que eu ficasse tranquilo, que a China, a partir do ano que vem, já tem tecnologia de reprodução de pirarucu para vender para nós.

Aí eu pergunto: será que vocês do ICMBIO, do INCRA, IBAMA está preocupado com nós da Amazônia? Será que, com uma pistola, um talão de multa, vai resolver o problema da Amazônia?

Eu queria botar essa discussão para vocês. Eu sou brasileiro, nasci no sul da Bahia, estou na Amazônia há 30 anos e estou aqui para discutir o que vocês quiserem, não só pelo meu município, mas pelos municípios da Amazônia, do Estado da Amazonas, que é onde eu vivo, que tem 97% de reserva florestal primária. Administro um município minerador, um município turístico fantástico, um recurso hídrico imensurável, que tem 97,6 de reserva de floresta primária, e está sendo multado por 200 mil reais pelo Instituto Chico Mendes, IBAMA, simplesmente porque transportou dois metros cúbicos de madeira apreendida por ele para construir umas mesas para o mercado municipal, para ajudar os agricultores.

Eu acho que essa é minha lamentação, eu acho que é isso, na realidade, a grande discussão, e agradeço imensamente não só as pessoas aqui da mesa, mas todos os senhores que estão aqui presentes, para ouvir o outro lado da história.

Eu aprendi que uma mentira contada mil vezes, se ninguém rebater, ela vira verdade. E eu quero dizer que o que dizem de nós da Amazônia é mentira, nós

temos sim problemas, sim, mas não vai ser com pistola, não vai ser com multa que nós vamos resolver. Vamos educar, vamos fazer discussões, vamos pedir sala de aula para fazer educação ambiental, também.

Então, eu agradeço. Fico feliz por tudo isso. Agradeço a Adilson por me dar a oportunidade de defender a bandeira do estado mais preservado deste planeta, que é o Estado do Amazonas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Prefeito Fernando.

Concedo a palavra ao Sr. Mauro de Oliveira Pires, do Ministério do Meio Ambiente.

SR. MAURO DE OLIVEIRA PIRES: Alô! Bom-dia a todos! Boa-tarde, já, pelo horário. Agradecer aqui ao Senador Jefferson Praia, que preside interinamente aqui a comissão, agradecer pela oportunidade de sentar à mesa aqui com representantes de órgãos federais e do Estado do Amazonas para falar sobre as ações do Governo Federal naquela região, ao contrário do que foi dito, uma região que eu considero muito importante, muito rica, não só em termos ambientais, mas também em termos sociais.

Há uma diversidade de população que habita a Amazônia, particularmente o Estado do Amazonas, nas suas etnias, falam diversas línguas e que, às vezes, não têm a devida atenção. Então, acho que a oportunidade de vir aqui ao Congresso, ao Senado, mais precisamente, para tratar desse tema é sempre uma oportunidade para o restante do Brasil conhecer melhor o que é feito naquela região.

O que eu vou comentar rapidamente é demonstrar como é que as ações do Instituto Chico Mendes, as ações do IBAMA, as ações do INCRA estão integradas para combater o desmatamento na Amazônia, uma vez que é, de fato, uma região, a maior floresta tropical do planeta, com uma biodiversidade muito extensa, com importância hídrica muito grande, aliás, já era muito grande, antes mesmo de sabermos aí do último aquífero que já foi descoberto.

Então, agora, fica mais ainda evidente essa riqueza, que, se somada às outras riquezas minerais, também demonstra que a Amazônia é uma região abençoada, é uma região que pode, sim, ser desenvolvida, levar qualidade de vida, com educação, saúde, emprego para as pessoas e, ao mesmo tempo, também conservar essa diversidade.

Eu acho que esse é o papel, o Governo não pode vacilar nesse seu duplo objetivo de fazer conservação ambiental, para isso se valer da fiscalização, é uma atividade, como foi vista aqui pelo nobre representante do IPAAM, é uma atividade prevista na Constituição e, se o fiscal não assim, diante de um ilícito, se não aplicar

a legislação, ele, sim, pode ser admoestado, ele pode, inclusive, ter seu emprego público caçado.

Então, é obrigação do fiscal fazer essa fiscalização e é obrigação do estado fazer com que essa fiscalização também seja integrada com outras políticas que favoreçam o desenvolvimento da Amazônia. Esse é o princípio desse plano que eu vou comentar, que é o plano de ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia. Como estamos em Brasília, aqui tudo vira sigla, então, essa e a sigla, é o PPCDAM, que já vai para sua segunda fase, quer dizer, é um plano que começou em 2004 e já avança para o ano de 2011.

Então, é um plano que está reunido em três grandes eixos, um deles é o ordenamento territorial e fundiário, mais à frente eu vou comentar como é que essas ações de organização do espaço e, portanto, de criação unidades de conservação são fundamentais para ordenar a ocupação do território, que, associadas aos programas de regularização fundiárias, também são fundamentais para melhor ocupar o território, e, além disso, tem outros dois grandes eixos, o monitoramento e o controle, em que a fiscalização, feita pelo Instituto Chico Mendes, pelo IBAMA, pelo IPAAM, por todos os órgãos, se insere, como também os mecanismos de controle, quer dizer, de conhecer o que é feito com os recursos naturais e as ações de monitoramento.

Quer dizer, hoje nós temos um patrimônio, sobretudo no INPE, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, voltado exatamente para monitorar o que é feito do desmatamento na Amazônia.

Hoje, eu costumo dizer que uma pessoa, para desmatar sua propriedade ou, eventualmente, uma terra que, às vezes, como a gente percebe em algumas regiões, não é o caso de alguns municípios do Estado do Amazonas, mas, num município em particular, no Estado do Amazonas, e em boa parte no Estado do Pará, existe, sim, a grilagem de terra e existe a ocupação, portanto, de terra que não é privada, que deveria ser pública, e que, infelizmente, isso acontece.

Esse sistema de monitoramento, hoje, nos informa melhor como coibir e, portanto, hoje, dada a resolução dos nossos satélites, à espacialidade deles, é possível fazer um acompanhamento, aqui de Brasília, seja lá de São José dos Campos, ou até mesmo em Manaus fazer o acompanhamento de qualquer movimento de desmatamento nessas regiões prioritárias da Amazônia.

O terceiro componente desse plano, aí, sim, é voltado para o fomento a atividades produtivas sustentáveis, exatamente para garantir que haja economia, que essa economia seja sustentável, portanto, que haja emprego, haja inclusão social, mas a partir de

alternativas como o ecoturismo, como a pesca, como a piscicultura, como o agroextrativismo, até mesmo o manejo florestal, seja ele madeireiro ou não, exatamente porque são atividades que conseguem combinar a manutenção da floresta com a conservação de sua biodiversidade.

Então, esse plano estará estruturado nesses três eixos, vem sendo executado desde 2004, e, agora, já estamos em sua segunda fase. Ele é coordenado pela Casa Civil, e participam 13 ministérios. Então, está aqui o Ministério do Desenvolvimento Agrário, representado pelo INCRA, está aqui o Instituto Chico Mendes, o Estado do Amazonas também acabou de fazer seu plano estadual de combate ao desmatamento, já com um ano de execução, exatamente porque entendeu que era preciso alinhar-se ao Governo federal para coibir esse desmatamento, sobretudo no sul do Amazonas, mais particularmente no município de Lábrea, que é uma área que nos preocupa, em função do desmatamento apresentado.

Apesar de todo o estado ter uma taxa de desmatamento ainda pequena, ela é concentrada naqueles municípios ali do sul, Lábrea, Humaitá, Apuí e também Boca do Acre. Então, esses quatro municípios nos preocupam sobremaneira, e, portanto, as políticas do Governo devem ser para, de um lado, coibir esse desmatamento e fomentar o desenvolvimento de outras alternativas econômicas. Próximo, por favor.

Bom, aqui, só pára ter um ideia de como é a evolução do desmatamento na Amazônia. Observe que nós estamos agora numa fase um pouco melhor do passado, porque, a partir de 2000 e 2001, o desmatamento começou a avançar muito, anualmente. Essa aí é a taxa elaborada pelo INPE, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. A partir da execução do plano, em 2004 para 2005, quando, em 2004, o desmatamento chegou a quase 27 mil km², um ano após a execução do plano, a taxa do desmatamento passou a ser decadente e assim permanece até hoje.

Hoje, nós estamos com uma taxa de 7.464 km², já dados consolidados pelo INPE na semana passada. E nós reputamos essa queda exatamente à ação integrada, de um lado, o ordenamento territorial, de outro, o controle, fiscalização e monitoramento e, por outro, também, fomento a atividades produtivas sustentáveis. Próximo. Próximo, por favor.

Bom, aqui só para ter um panorama da relação entre esse plano, o PPCDAM e as demais políticas. Num campo mais geral, nós temos o Plano Amazônia Sustentável, PAS, e o Plano Nacional de Mudança do Clima, que estabelecem as grandes diretrizes da ação do Governo e da sociedade para a Amazônia.

Então, é nesse Plano Clima, por exemplo, o PNMC, que estão as metas de redução do desmatamento, de 80% até 2020. E o PAS estabelece como é que as ações devem ser implementadas.

O PPCDAM, num nível mais baixo, ele é um plano que nós chamamos aqui de tático operacional, quer dizer, ele diz quem vai fazer, o que será feito, qual é o prazo e qual é o recurso. Então, é por esse plano que nós medimos se estamos ou não atingindo as metas do Plano Clima, e ele se desenvolve, como eu já falei, naqueles três grandes componentes: monitoramento e controle, ordenamento territorial e fundiário e fomento a atividades produtivas.

Já no âmbito estadual, já especificamente no caso do Amazonas, só para reafirmar que o estado tem um plano estadual e, no âmbito municipal, nossa ação passa pela Operação Arco Verde, que é uma operação, dentro do plano de combate ao desmatamento, voltada para apoiar aqueles 43 municípios responsáveis por 55% do desmatamento de toda a Amazônia.

Apesar de o desmatamento ser algo que impacta toda a região, e, às vezes, de fato, a região toda é prejudicada por essa visão, mas o desmatamento está concentrado em alguns municípios; um deles é Lábrea, e já estamos de olho também em Apuí, em função do aumento que aconteceu no último ano, naquela porção lá do Estado do Amazonas.

Essa Operação Arco Verde, que é o que eu vou detalhar logo em seguida, ela reúne ações do Governo federal, do estado e também do município, em função de uma agenda da sustentabilidade. Não se trata apenas de dizer que essa operação vai fazer a mudança do desenvolvimento local da noite para o dia, mas ela aponta o caminho, ela aponta a importância de fortalecer os municípios, na sua responsabilidade, não se trata de suprimir responsabilidades, agora, o município também tem que saber seu papel, tem que fortalecer sua área de meio ambiente, tem que criar sua Secretaria de Meio Ambiente, tem que fazer parte do SISNAMA, e, além disso, as ações do Governo do Estado e do Governo Federal.

Então, é claro que cada um respeitando sua autonomia, dentro da nossa federação, e, portanto, cumprindo seus objetivos institucionais, tenho certeza de que é possível, a partir desse pacto que é a Operação Arco Verde, avançar numa agenda de sustentabilidade.

Nós fizemos esse exercício lá em Lábrea, acho que foi um exercício muito importante, houve uma reunião do Mutirão Arco Verde, no dia 15 de outubro do ano passado, e, semana passada, tivemos exatamente em Lábrea, para retornar e fazer um balanço do que avançou e o que não avançou, qual foi a contribuição da prefeitura, qual foi a contribuição do estado e quais

foram as ações que o Governo federal vem defendendo naquela região, e permitir, inclusive, para avaliar, também ali, a presença do Instituto Chico Mendes, que vai ser fortalecido, já faz parte do compromisso, porque nós consideramos que é fundamental consolidar as unidades de conservação, sobretudo aquelas que estão em áreas em que o desmatamento avança.

Elas têm um papel em si, uma vez que protegem a biodiversidade, favorecem os meios de vida das populações nelas residentes, no caso de reserva extrativista, RDS, etc., e, por outro lado, ela tem um papel também instrumental, quer dizer, essas unidades são fundamentais para levar a destinação de terra pública; existe muita terra pública na Amazônia, enquanto isso permanecer, infelizmente, elas estarão passíveis de grilagens, estarão passíveis de desmatamento irregular.

Então, a presença do Chico Mendes, como a presença do IBAMA, a presença da Polícia Federal será fortalecida nessas áreas de desmatamento. Nós tivemos oportunidade de conversar isso com o Governo do Estado, semana passada, fizemos uma reunião lá com o secretário da Casa Civil, em que o Ministério do Meio Ambiente apresentou seu plano de combate ao desmatamento no sul do estado; o estado se comprometeu conosco em fortalecer essa ação de fiscalização, exatamente porque não quer ver seu grande patrimônio natural sendo degradado.

Então, serão duas forças, a estadual e o Governo federal, trabalhando para incrementar a fiscalização, de um lado outro, e de outro, também, fomentar ações de desenvolvimento sustentável.

E achamos, também, que o município pode se integrar nessa iniciativa, à medida que ele estiver fortalecido no seu papel, à medida que ele tiver sua Secretaria de Meio Ambiente, Conselho de Meio Ambiente, ele pode, inclusive, receber atribuições delegadas pelo estado, seja no licenciamento, seja em outras atividades.

Nós, agora, vamos, por exemplo, fazer um programa de capacitação em gestão ambiental, no âmbito da Operação Arco Verde, exatamente para esses 43 municípios. Próximo, por favor.

Aqui, só para ter uma ideia de como é que... Do que eu estou falando, quer dizer, em preto ou marrom, é a mancha do desmatamento na Amazônia, que começa lá no norte do Maranhão e vem descendo em direção ao Estado do Pará, ao Estado do Tocantins, cruza todo o Estado do Mato Grosso, chega a Rondônia e está chegando exatamente ali já na fronteira do Acre com o Estado do Amazonas, portanto, é sobre essa região que nos preocupa sobremaneira. Quer dizer, temos que fazer um intenso... E, em verde, são

as unidades de conservação. Então, se a gente olhar em perspectiva, pena que eu não tenho um apontador aqui. Se olharmos em perspectiva, é possível ver que essas unidades aqui em verde, somadas as terras indígenas, formam um grande paredão contra o avanço do desmatamento em direção ao sul do Amazonas.

Então, essas unidades, elas são fundamentais, boa parte delas foi criada agora entre 2008 e 2009, 2008, melhor dizendo, lá são reservas extrativistas, florestas nacionais e parques nacionais, cada um com sua finalidade própria, exatamente para fortalecer a agenda de conservação desse território. Próximo, por favor.

O que nós achamos é o seguinte: quer dizer, a partir dessas ações de plano de combate ao desmatamento, não é verdade que os municípios não assumiram essa agenda. Dos 43 municípios prioritários, 38, só para resumir, 38 aceitaram o desafio do Governo e tiveram uma queda expressiva de seu desmatamento, ou seja, estavam avançando no desmatamento e, com o pacto municipal, com as ações combinadas, levaram à diminuição desse problema ambiental e social.

Então, eu diria que, dos 43, 38 estão no caminho certo. A exceção talvez seja o município de Novo Progresso, no Estado do Pará, que, lamentavelmente, aumentou seu desmatamento, em vez de diminuir, e não foi por outro motivo que também lá foi alvo de fiscalização.

O que nós queremos demonstrar é o seguinte: quer dizer, essa agenda e esse compromisso com a floresta não é só um compromisso de cada município, é um compromisso nacional e é obrigação do Governo, como foi demonstrado e está gravado na nossa Constituição, preservar nossas florestas. Então, o Governo não pode prevaricar, ele tem que agir exatamente para diminuir o desmatamento.

Eu diria que o caso de Novo Progresso é um caso similar disso, ali, desenvolvemos a Operação Boi Pirata II exatamente para coibir o desmatamento naquele município. Próximo, por favor.

Eu diria que o município, dos 43, apenas o município de Lábrea, no Amazonas, faz parte da Operação Arco Verde, e Lábrea também levou à redução de seu desmatamento. Então, daí a importância da fiscalização, daí a importância do trabalho conjunto dos órgãos exatamente para tirar o município dessa lista, que, se vier a fazer o cadastramento ambiental rural, ou seja, vier a cadastrar todas as suas propriedades rurais, em seu município, poderá aí rapidamente sair da lista dos municípios prioritários, ou seja, aqueles municípios que mais desmatam a Amazônia.

Todos os outros municípios são do Estado do Mato Grosso, do Pará e de Rondônia, demonstram,

portanto, que esses aí têm uma agenda já traçada para a redução do desmatamento. Próximo, por favor.

Aqui, só para ter uma ideia. Quer dizer, vários municípios estão com esse desmatamento controlado, fora já do arco do desmatamento. Queria chamar a atenção lá para Anapu, Senador José Porfírio, lá no Estado do Pará, o município de Apiacás, que pega aqui o Parque do Juruena, no Estado do Mato Grosso, e por aí vai. Próximo, por favor.

Como eu disse, quer dizer, o município de Apuí, nós começamos a nos preocupar sobre ele, porque, apesar de ter tido uma redução, em termos absolutos, ainda não é uma redução significativa, uma vez que poderia ter tido uma queda bem maior, em termos percentuais, e todos os outros aqui serão, portanto, foco de atuação de nossa fiscalização. Próximo, por favor.

Bom, eu vou, em função do tempo, não vai ser possível aqui falar de todos os cumprimentos assumidos lá em Lábrea, mas eu vou deixar aqui para o debate, só passar rapidamente, se meu colega ali ajudar. Quer dizer, essas aqui são todas as ações que o Governo federal vem desenvolvendo lá no município de Lábrea e, semana passada, como eu disse anteriormente, foi objeto de discussão.

Então, nós temos ações do Programa Terra Legal, ações da CONAB, do Ministério da Pesca, o novo Ministério recém-criado, e do próprio Instituto Chico Mendes.

Então, nos próximos *slides*, infelizmente, não dá para a gente conversar sobre todos, mas são algumas dessas ações aí que demonstram que o Estado brasileiro, ao contrário do que foi dito, está chegando aos municípios, e eu diria que a presença institucional do Chico Mendes já é exatamente fruto disso, quer dizer, antes, se reclamava que o Chico Mendes não estava no território. Então, esse último concurso feito pela direção do Chico Mendes foi exatamente de aportar servidores concursados em todos os municípios. Então, às vezes, isso momentaneamente pode até criar alguma dificuldade, mas essa é a diretriz do Governo, que não vai ser diminuída, ao contrário, nós estamos trabalhando para a consolidação dessas unidades, com os mecanismos disponíveis. E tenho certeza de que, quando somando esforços com a prefeitura, somando esforços com o Governo estadual, com todos os órgãos e, sobretudo, com a sociedade [soa a campanha], teremos a presença mais firme e, portanto, a presença do estado de direito naquela região que tem um patrimônio muito grande.

Eu vou ficar por aqui, deixando para todos a quem depois tiver a oportunidade de conhecer as diversas ações aí no âmbito da Operação Arco Verde, voltada exatamente para fortalecer a presença do Estado

e garantir a conservação da floresta, com emprego, renda e qualidade de vida para quem nela mora. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Sr. Mauro.

Nós vamos, então, agora, passar a uma fase, que é a fase de questionamentos, e eu gostaria que, nessa fase, nós pudéssemos ser objetivos e pudéssemos ter as informações que os senhores trouxeram, para que possamos refletir melhor sobre todas as questões que foram abordadas aqui.

Eu vou começar fazendo alguns questionamentos, depois, eu gostaria de ouvir os senhores, e, depois, concederemos as palavras para outros senadores e também, aqui, para o prefeito de Lábrea, o Prefeito Gean, para fazer também suas considerações sobre o tema que estamos tratando.

Bem, gostaria de saber do Sr. Paulo, do ICMBIO, das 33 unidades de conservação que temos no Estado do Amazonas, quantas são unidades de proteção integral e quantas de uso sustentável. E, naquelas que são de proteção integral, se, nessas unidades, existem populações tradicionais; se existem, quais são os procedimentos que estão sendo realizados por parte do ICMBIO? Nas unidades de conservação de uso sustentável, o que tem sido feito em relação às populações tradicionais? Das 33 unidades de conservação federal, apenas sete possuem planos de manejo, como está o andamento para os planos de manejo das demais unidades de conservação? Quais são as dificuldades enfrentadas? Quanto à regularização fundiária nessas unidades, como está o andamento desse processo?

Gostaria de saber, também, qual o grau de integração das instituições na viabilização das políticas públicas da unidade de conservação. Pelo que eu tenho percebido, pelo menos, em uma Audiência Pública que tivemos lá no Amazonas, são as instituições, uma agindo para um lado, a outra agindo para o outro, a outra agindo por outro lado. Como é que está a integração dessas instituições, nas unidades de conservação? Qual o treinamento, cursos ou iniciativas, dentro desse campo de qualificação dos profissionais, dos fiscais do ICMBIO? Foi feito algum tipo de treinamento a esses profissionais, quanto à abordagem que devem ter junto à população?

Várias manifestações contrárias, quanto à forma de fiscalização por parte do ICMBIO, aconteceram nos municípios do Estado do Amazonas. Sr. Paulo, o que o senhor tem a dizer sobre essas questões? E, para finalizar, que o Sr. Mauro coloca algumas coisas, como é que está o andamento dos trabalhos no município de Lábrea?

Eu quero também ouvir o ICMBIO em relação à afirmação feita pelo Prefeito Fernando dessa multa de 200 mil reais. Qual é sua opinião sobre essa questão?

Ao Dr. Fábio Marques, em relação aos licenciamentos, quais são as dificuldades, o que é que está acontecendo? Todo mundo reclama de licenciamento no Estado do Amazonas. O que hoje está acontecendo, e aí eu queria sua observação, de forma onde pudéssemos caminhar para uma solução.

Veja bem, senhores, aqui, ninguém quer colocar ninguém contra a parede, nós estamos aqui, nesta Audiência, buscando soluções. Se esta Audiência, para mim, não tiver como encaminhamento final diversos caminhos para percebermos as soluções no Estado do Amazonas, eu acredito que ela não serviu para coisa nenhuma, serviu apenas para cada um colocar o que sua instituição faz, serviu apenas para fazer sabe o quê? Dizer o que fazer: "Olha, o que nós queremos fazer para a Amazônia é isso".

Agora, nós queremos saber o seguinte: como fazer? Qual o papel de cada instituição? Quais são as fases? Quem está travando o processo? Quem é que não está fazendo o que deveria ser feito para que aquela população lá não estivesse sentido tanto?

O que realmente queremos, que são unidades conservadas, aquelas que são as unidades, que são as unidades de uso sustentável e as de proteção integral. A de proteção integral, como V. Sa. colocou, não admite nenhuma ação por parte dos seres humanos. O próprio nome está dizendo: proteção integral. Lá nessas unidades, tem alguém, nós tínhamos populações tradicionais lá? Não existe.

Então, a questão, hoje, com que nos deparamos são com as unidades de uso sustentável e nessas áreas de proteção.

Eu gostaria, também, de saber aí, por parte do ICMBIO e também por IPAAM, quanto ao centro de artesanato, lá em Presidente Figueiredo, que teve uma multa de 30 mil reais, quais são os procedimentos, o que é que está errado lá. Lá, realmente, tem maus empreendedores?

Vejam bem, eu tenho falado muito sobre o empreendedor amazônico. O que é o empreendedor amazônico para mim? É o empreendedor que respeita os recursos naturais. Ele quer aproveitar os recursos naturais de forma sustentável. Quem não é empreendedor amazônico quer destruir a natureza.

Nós não estamos aqui, entendam os senhores, todos, eu nunca estarei defendendo quem não é empreendedor amazônico. Aquele que está lá fazendo desmatamento ilegal, o grande empresário, eu não falo aquele lá que está derrubando uma arvorezinha,

não. O pobrezinho lá da Amazônia, que não tem nada, o pobre está lá, cidadãos pobres, a maior parte são pobres, já eram pobres, continuam pobres e, agora, estão sendo cobrados, e não tem nenhuma solução imediata quanto à viabilização de trabalho ou de emprego, para que eles possam ter um renda. Essa é a grande questão.

Eu entendo também que nós estamos em uma fase, se a estratégia era: não, vamos jogar rigidamente, fiscalizando, cobrando, tem que parar o desmatamento, a população vai gritar, não interessa. Se a estratégia era essa, a estratégia foi bem feita. Agora, reduzimos o desmatamento e estamos reduzindo. A população percebeu a cobrança, agora, nós temos que ajustar. Ajustar a política, ajustar para um entendimento.

Aqueles que estão em áreas de conservação, de uso sustentável, eles precisam trabalhar, eles vão ser compensados como? O que está travando para que eles trabalhem? Quem está travando? Nós não temos pesquisas para podermos viabilizar trabalho para essas pessoas? Muita coisa o IMPA tem feito, a EMBRAPA tem feito, mas eu sei que nós estamos ainda muito distantes da percepção do potencial que temos da Amazônia, de conhecermos a Amazônia, quanto às pesquisas naquela região.

Mas meu medo é que, até conhecermos a Amazônia, nós não teremos mais nada. Nós teremos muito problemas, nós teremos desmatamento; ou tem desmatamento ou, então, vai ter o esvaziamento, como colocou o Prefeito Fernando.

Esvazia, a política é de esvaziar. Imprensa o povo, não tem mais nada, não derruba, não pesca, não mata nenhum animal silvestre, não come mais nada. "Seu trabalho aí, meu irmão, é sair dessa área, vai para a sede, vai lá ser um pedinte na sede, vai lá correr atrás não sei da onde, vai para Manaus inchar a periferia de Manaus, alguma coisa". Alguma coisa dessa natureza, Senador Flexa Ribeiro, pode estar acontecendo.

Eu não quero esse cenário, eu acredito que nós da Amazônia, e o Estado do Amazonas tem um grande papel nesse contexto; me desculpe se eu estou alongando, mas apenas para os senhores percebem minha posição, o Estado do Amazonas tem que ser um estado exemplar, e vai ser um estado exemplar. Agora, ele não pode ser um exemplo para o mundo, está aí, conservado e preservado, e o povo lá com péssima qualidade de vida ou o povo saiu do meio da floresta.

Preservamos e conservamos, está aí. Agora, inchamos mais Manaus, as sedes dos municípios, o desemprego lá, como um dos pontos preocupantes, porque a política pública visando ao ser humano, também, porque queremos árvore em pé e queremos ser

humano em pé. Essa questão do ser humano em pé e da família dele, ela deixou a desejar.

Percebam que temos que avançar, União, estado e municípios, os prefeitos têm que ver também seu papel, não adianta o prefeito ficar aqui defendendo madeireiro, aquele que é o empreendedor não amazônico, o empreendedor amazônico, ele vai trabalhar respeitando o meio ambiente.

Agora, eu não entendo também o atraso nesses licenciamentos. “Ah, porque falta, a instituição... Está atrasado porque falta não sei o quê de outra instituição.” E por que não resolve? A política é de atrasar mesmo? Eu quero perceber... Desculpem-me, se esta Reunião, ninguém chegar a algum ponto aqui, no final, eu vou dizer minha percepção. A política é de atrasar para expulsar o ser humano? Vocês vão ter que me convencer de que não é essa a política; e, se não é essa a política, como fazemos para caminhar no sentido de resolvermos os problemas para gerarmos trabalho?

Nosso povo tem que trabalhar, ele não quer ficar deitado em uma rede recebendo dinheirinho, não, ele quer aprender a aproveitar bem os recursos naturais. Por exemplo, antes dessas multas todas aqui, quais foram as ações de educação ambiental realizadas nesses municípios? Foram feitas essas ações?

“Não, Jefferson, chegamos lá, orientamos o pobrezinho que está lá. ‘Meu irmão, não faça isso, você está derrubando essa árvore aqui, pá, pá, pá.’” Ele continuou derrubando. “Meu irmão...” A segunda orientação: “Não faça isso, não é assim, você sabia isso aqui? Tem tudo isso aqui. Isso aqui é biodiversidade”. Ele vai pensar que é outro tipo de animal que apareceu na Amazônia.

Porque tu achas que ele sabe o que é lei ambiental? Tu achas que ele sabe o que é uma APA, o que é uma RESEX? Ele não sabe nada, rapaz! Nós estamos falando de pessoas que não tiveram a oportunidade de ter o conhecimento que nós temos.

Olha, lá em Presidente Figueiredo, eu vi uma cena que eu vou tê-la para o resto de minha vida. Tu sabes o que é um auditório, com aqueles olhinhos, assim, olha, famintos de conhecimento? E o representante do Instituto Chico Mendes dando uma aula para eles. Aqueles olhos brilhavam para saber o que é uma APA, para saber o que é uma RESEX, para saber o que fazer. Eles não estavam ali querendo não aprender, a maior parte talvez ali não soubesse nem ler, não sabe nem ler.

Então, eu quero entender isso. Eu quero entender qual é essa política. “Não, Jefferson, a política é porque o prefeito trava.” Eu quero entender isso. “Não, Jefferson, a política é porque o Governo do Estado do Amazonas trava.” Eu quero entender isso. “Não, Jefferson,

a política é porque o Ministério do Meio Ambiente não tem recursos para resolver, está esperando emendas de vocês.” Eu quero entender isso. “Não, Jefferson, a coisa não sai porque sei lá, tem cobranças internacionais, nós temos aqui que fazer a onda e levar”. Eu quero é entender isso.

Desculpem se eu tiver falando um bando de besteira aqui, mas os senhores é que vão me responder, porque o povo quer entender isso. Qual é a política para o Estado do Amazonas? O Estado do Amazonas, repito, mais uma vez, vai o estado... Eu sou de lá, nasci em Manaus, vou morrer lá. Ele vai ser o estado exemplo para o mundo.

Nós estamos em construção, vai ser o estado referência para uma nova economia, uma economia verde, uma economia diferente do modo de produção atual, eu entendo isso. Agora, por essa razão, ele tem que ser o estado, aí o Senador Flexa Ribeiro já está com suas orelhas em pé porque eu não estou citando o Pará, e o paraense, ele nunca gosta que coloque o Pará de fora, o bom paraense, aqui, tem um bom paraense, e disse: “Jefferson, é só o Amazonas?”. Mas, olha, eu vou aqui falar, a Amazônia, porque temos na Amazônia Legal várias “Amazônias”, temos várias realidades. O estado de V. Exa. é um estado com suas particularidades.

Nosso estado, com esse percentual elevadíssimo de preservação e conservação, que é o maior estado verde do planeta, aí, aqui, eu imito muito bem nossos irmãos do Pará, porque, se fossem lá, eles estavam gritando isso, porque tudo no Pará é melhor, maior, são as mulheres mais bonitas da Amazônia, é o melhor açaí da Amazônia [risos]. Eu estou falando isso apenas para nós descontraírmolos, para eles não pensarem que eu estou aqui, viu, Senador Flexa Ribeiro? Que eu estou aqui para crucificá-los, mas é só para a gente descontrair um pouquinho.

Mas, senhores, o objetivo é esse. Eu vou, aqui, então, conceder a palavra aos senhores, Dr. Paulo, inicialmente...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): V. Exa. tem a palavra, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Jefferson Praia, eu pediria a V. Exa. que pudesse concluir os questionamentos dos Srs. Senadores que possam ter algo a perguntar, aí poderia responder em conjunto--

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): V. Exa. pode fazer seus questionamentos, suas observações.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Quero, Presidente Jefferson Praia, primeiro, parabenizá-lo. Parabenizá-lo pelo requerimento que, aprovado pela Comissão, possibilitou esta Audiência Pública. V. Exa., como um grande representante do Estado do Amazonas, fez a Audiência Pública fundamentada nos problemas que afligem o estado de V. Exa., em especial, os municípios de Lábrea e mais o outro, não é? Presidente Figueiredo.

Então, eu vou me ater, aqui, vou fazer um questionamento de que seja objeto desta Audiência, mas vou requerer outra Audiência para que nós possamos tratar das questões que, lamentavelmente, são idênticas a essa, que afligem o Estado do Pará.

Eu não entendo por que o Ministério do Meio Ambiente, porque o IBAMA, porque o Instituto Chico Mendes, eles não têm a preocupação de, antes de orientarem o Governo para baixar um decreto criando qualquer tipo de proteção, de reserva, seja REBIO, seja FLONA, não cumprem o que preceitua a lei, faça o levantamento das pessoas que estão naquela área; antes de ela ser implementada, as pessoas têm que ser devidamente indenizadas por suas benfeitorias, sejam elas não apenas as benfeitorias que estejam lá feitas, mas também pelo tempo.

Por exemplo, se você tiver uma plantação de cacau produzindo, qual é o tempo que esse pequeno agricultor familiar terá para que, remanejado de lá, possa ter a produção de cacau equivalente? Essa indenização tem que ser calculada.

E para depois, então, fazer a implantação. Não, as coisas são feitas aqui de Brasília, com o intuito única e exclusivamente de atender interesses outros que não são interesses dos amazônidas, nem dos brasileiros.

Isso eu posso lhe garantir, Senado Jefferson Praia, lhe garantir. Eu venho, lamentavelmente, há quatro anos, reunindo com IBAMA, com ICMBIO, Ministério do Meio Ambiente, para tratar assuntos do Pará praticamente idênticos a esse, criar uma REBIO lá em Novo Progresso e uma FLONA, e eu tive uma declaração, quando se estava tentando liberar a licença de pavimentação da BR 163, que é uma obra necessária para o Brasil. Ao invés de nós termos que pegar a soja de Mato Grosso, do norte de Mato Grosso e descer de caminhão para os portos de Paranaguá e Santos, você tem um problema de congestionamento de rodovias, você tem um problema de depreciação dessas rodovias, você tem perda de vidas, que ocorre por isso. Quando você pode escoar pela estrada, pela Santarém/Cuiabá, saindo pelo Porto de Santarém ou de Barcarena.

Melhor do que isso seria se nós tivéssemos as hidrovias funcionando, a Hidrovia Teles Pires – Tapa-

jós, a Hidrovia Araguaia – Tocantins, mas que, lamentavelmente, a área ambiental do Brasil não deixa que se implantem as hidrovias. Sabe por que não deixa, Senador Jefferson Praia? Não é por interesse de preservação, não, porque nós podemos fazer as hidrovias com todo o cuidado, com todas as ações mitigadoras, para que não se façam agressões ao meio ambiente ou ao social, sem que elas...

Hoje, a tecnologia existe para isso, não deixam, porque há interesse de fora para dentro, porque, no dia em que fizerem as hidrovias, o produto brasileiro do campo terá uma condição, ele já é competitivo hoje, ele já é competitivo hoje, tendo que escoar a produção em cima de caminhão, que é oito vezes mais caro do que sobre a balsa, imagine se for escoado pela balsa quanto competitivo será essa produção brasileira?

Aí o mercado dos países desenvolvidos, em que a maioria deles subsidia a produção agrícola, subsidia a produção agrícola, o Brasil não faz isso, pelo contrário, penaliza o produtor rural, e aí a área ambiental usa de argumentos, porque, a juízo meu, não sustenta uma discussão mais profunda.

Mas eu vou, como eu disse a V. Exa., eu vou requerer também uma Audiência Pública para a gente discutir a FLONA de Jamanxim, tem lá três mil pessoas que estão ameaçadas de serem colocadas para fora e vivem lá, Senador Jefferson Praia, há 30 anos, 40 anos.

Como eu dizia, para que fosse concedida a licença de asfaltamento da Santarém-Cuiabá, a área ambiental exigiu que se engessasse o eixo da rodovia. Olha o entendimento disso! Engessasse o eixo da rodovia! Quando você teria que respeitar o zoneamento econômico e ecológico. Nós não somos contra a preservação, agora, não dá para entender é que você, daqui de Brasília, resolva dizer: "Não, aqui é uma área de preservação", e não respeite a vontade do estado, que define, através de zoneamento econômico e ecológico, e o Estado do Pará tem esse projeto aprovado por unanimidade há quatro anos, cinco anos, está sendo implementado agora.

E aí cria problema não é só com FLONA, não, é com reserva indígena. Nós temos um problema com Apyterewa, lá em São Félix do Xingu, e outros tipos disso.

A REBIO, eu tenho um projeto que nem entra em discussão, a REBIO é a forma mais rigorosa de preservação ambiental. Você não pode fazer nada, nada. Aí eu propus, fiz um projeto propondo transformar a REBIO em duas áreas: uma área de preservação ambiental e uma área de um parque. Com isso, permitiria que se pudesse fazer a exploração do turismo ecológico, porque, do jeito que está, você está proibido até

de mostrar as belezas daquela região, as cachoeiras ou coisa...

Ninguém quer destruir ou modificar aquela área; não, nós queremos só que dê um uso econômico, para que a população de lá possa ter condições dignas de sustentar suas famílias, sem precisar de caridade humana, sem precisar de ficar eternamente preso a um condição de dependente de bolsas. Acho que a bolsa é importante, quando ela vem atender na emergência, agora, aquela bolsa que não tem uma saída, ou seja, você... É até um desrespeito para o brasileiro você querer que a pessoa eternamente sujeita àquela condição de dependente, ou seja, você está incentivando o ócio.

Você tinha que ter um tempo, e o Governo ser obrigado a gerar emprego e renda para alimentar esses atendidos pela Bolsa Família, para que eles possam ter dignidade no sustento de suas famílias.

V. Exa. está de parabéns. Eu vou fazer esse requerimento para tratar da questão dos Pará, e, também, outra questão que começa no Pará, mas vai chegar lá no Amazonas, que são os editais de concessões de manejo de florestas que estão sob a proteção do ICMBIO.

Senador Jefferson Praia, os leilões que ocorreram, sabe a quanto foi vendido o metro cúbico da madeira? Hein? Imagine! Nem tem ideia, não é?

Algo em torno de dois a três reais o metro cúbico. É algo que precisa ser explicado, algo que precisa ser explicado. Nós vamos, temos uma obrigação, como Senado Federal e, principalmente, nesta Comissão, que, além de Meio Ambiente, ela é de Controle, Fiscalização e Defesa do Consumidor, nós temos que saber por que o metro cúbico da madeira saiu de graça, porque dois a três reais é melhor dar de graça para quem for explorar lá. E como é que foram essas licitações?

Eu defendi aqui, quando tramitou o projeto que permitia esse tipo de concessões e que criava o ICM-BIO, eu, aqui no Plenário, nas comissões, eu tinha um amigo que era do setor madeireiro e era presidente da Federação das Indústrias do Pará, Danilo Remor, que era como um irmão meu, e ele acreditava tanto nesse projeto como sendo a redenção do setor legalizado, como V. Exa., nós não defendemos nada que seja ilegal, nós queremos que haja condições de as indústrias terem acesso à matéria-prima legalmente.

A intenção do Governo é o contrário, ele dificulta a legalização, para que seja fechado esse setor, atendendo interesses não sei de quem. Ainda agora, eu farei um pronunciamento essa semana, o IBAMA chegou ao cúmulo, agora de, fechar 15 indústrias exportadoras, não são indústrias de serrar madeira, não, de fazer material com valor agregado para exportar

para os outros países. Fecharam, fizeram uma observar lá delta, alva, agora, os nomes são gregos, alfa, e fecharam, simplesmente, fecharam. E fecharam sem direito ao contraditório, sem direito ao argumento. As empresas lá vão quebrar, que é isso que eles querem, que é isso que eles querem.

Aí o IBAMA fecha e entra em greve e entram em greve. Estão em greve até hoje. E nem direito à defesa esses empresários têm.

Eu vou fazer uma... Conversei com o Senador Romero Jucá, dei ao Senador Romero Jucá, de acordo com o que ele pediu na reunião que fizemos, um tempo para ele... E ele diz que isso é um absurdo, ele concordou com o absurdo. Tentar resolver a questão junto ao IBAMA. E disse, hoje, que, lamentavelmente, o IBAMA está de greve. Isso todos nós sabemos que o IBAMA está de greve! Mas aí... Só que a greve do IBAMA vai permitir, vai produzir mais desemprego, mais desemprego no estado.

Esses pontos que nós vamos discutir mais adiante.

Com relação à questão específica da Audiência de hoje, eu queria só fazer um questionamento, que serve tanto para Amazonas quanto serve para o Pará quanto serve para Rondônia, serve para a Amazônia, como um jeito(F). Por que o Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA, o ICMBIO, por que eles usam da política de repressão? Por que eles têm o interesse em multar? Se V. Exa. for levantar o que tem de multa do IBAMA, eu acho que dá para resolver o problema da Grécia, que ela está enfrentando esse desequilíbrio financeiro, com certeza absoluta, ou seja, são multas impagáveis, e o IBAMA sabe disso, são multas... Elas são feitas com o propósito de fechar a empresa, de fechar a empresa, de destruir os postos de trabalho, esse é o objetivo do IBAMA, do ICMBIO, do Ministério do Meio Ambiente, não é de defender... Porque, para defender o meio ambiente, defender a floresta, nós estamos defendendo, não são as cabeças que estão aqui no ar refrigerado que vão saber o que é melhor para a Amazônia, quem sabe o que é melhor para a Amazônia somos nós, que nascemos lá, nossos filhos estão lá, nossos netos vão estar lá, nossos bisnetos vão estar lá, nossos tataranetos vão estar lá.

Então, nós queremos a Amazônia permanente. Agora, não dá, não dá uma Amazônia permanente com o brasileiro sendo considerado de quinta categoria, porque ele teve a infelicidade de nascer naquela região ou a infelicidade de ser trazido para aquela região pelo Governo federal.

O Governo é impessoal, se foi há 30 anos, foi há 40 anos, eles foram dentro da legalidade, o que eles fizeram estava dentro da legalidade, é questão

de mudar a regra no meio do jogo. Então, do primeiro tempo para o segundo tempo, vale gol de mão, pronto. Aí passa a valer gol de mão; antes, só valia com os pés, agora, muda e vale de mão. É isso que o Governo Federal faz com nossa região.

E aí eu, concluindo, digo: por que essa política de repressão? Não seria mais eficiente uma política de conscientização e educação?

Então, o IBAMA vai e faz o... Porque, nessa legislação atual, por mais que o empresário queira estar 100% dentro da lei, não vai conseguir, não vai conseguir, porque os critérios não subjetivos, quando a fiscalização chega, ela usa critérios subjetivos.

Então, a maioria das indústrias que foram fechadas tinha divergência em 2%, 3% do estoque que estava no pátio. Então, por que não bloqueia só onde houve a divergência? Não, bloqueia 100% da indústria. Ou seja, os 97% ou 98% que está dentro, comprovadamente dentro da legalidade também são bloqueados.

O que é que se depreende disso? Interesses outros, o interesse é fechar mesmo, é fechar.

Então, eu gostaria de ouvir tanto do Ministério do Meio Ambiente quanto do ICMBIO, o INCRA, deixar de lado, porque eu tenho sérias restrições, e é bom o INCRA tomar cuidado, porque o que está acontecendo no meu estado é um descalabro tão grande que já aprovamos aqui, na Comissão de Fiscalização e Controle, encaminhando para o TCU, para mandar apurar os desvios que ocorrem nas superintendências do INCRA do Estado do Pará.

Então, ele precisa ter muito cuidado, já disse ao Dr. Holf que ele precisa ter cuidado com o que está acontecendo no INCRA do Pará. Eu espero que seja só no Pará, que isso não esteja contaminando o resto do Brasil.

Mas, então, era isso. Saber por que não se faz uma política de educação, de coisa. O IBAMA vai ver qual é a irregularidade, dá um prazo para o empresário, para a indústria, para ele se adequar à legislação e volta 30 dias depois, se ele não fizer, fecha. Não, ele vai lá e fecha logo no primeiro. Não dá, não dá, Senador Jefferson, V. Exa. tem toda a razão de ter solicitado esta Audiência Pública, que eu o parabeno.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Eu quero passar, agora, a palavra ao Sr. Paulo, do ICMBIO, e, como muita gente fala de criação de unidade de conservação. Como é que se cria uma unidade de conservação? Como é feita a criação de uma unidade de conservação?

Então, V. Sa. tem a palavra, Sr. Paulo.

SR. PAULO FERNANDO MAIER DE SOUZA: Olá! Oi! Ainda bem que eu usei meu tempo ali prati-

camente no limite, porque, agora, com o conjunto de questionamentos, é possível que a gente precise até de um pouco mais do que aquele que foi falado antes, mas parece-me que é o que a gente está construindo aqui.

Primeiro, tentando pontuar algumas questões, são, das unidades de conservação do Amazonas, são 19 de uso sustentável. E gostaria de dizer que, nas unidades de proteção integral, não é vedada toda a atividade. Em algumas regiões, os parques nacionais são responsáveis por uma parcela importante da receita que chega ao município ou na região próxima. Isso porque pessoas que vão para fazer visita nas belezas naturais, nos espaços existentes dentro das unidades, consomem, se hospedam e contratam pessoas na região. O que leva, às vezes, que as demandas para criação de unidades surjam do conjunto de parcelas da sociedade, surjam de outras instituições que não, necessariamente, exclusivamente por conta da área ambiental.

Acho que é importante frisar que um dos esforços grandes que nós realizamos hoje, ele diz respeito à constituição de um espaço, e aí, se nós nos lembramos da Constituição Federal, em seu art. 225, ele diz que cabe à coletividade e ao Poder Público.

Então, eu costumo, às vezes, assustar os prefeitos, os governadores e nossos próprios servidores, quando eu digo que nós somos, enquanto Poder Público, incapazes e insuficientes para dar conta da tarefa de cuidar do meio ambiente, ela é uma tarefa que é dada ao conjunto da sociedade, através dos espaços coletivos, e, portanto, um dos esforços grandes que a gente vem realizando, inclusive, está sendo publicizada uma instrução normativa que orienta isso para conselhos consultivos das unidades, uma vez que os conselhos deliberativos já estão normatizados, é justamente estabelecer um espaço, que é o conselho da unidade, onde não os interesses de dentro da unidade, não os interesses do Poder Público, não os interesses do gestor da unidade, do Instituto Chico Mendes, mas o conjunto de interesses possa dialogar, conversar e, desse diálogo, produzir as melhores decisões.

Outro instrumento absolutamente importante, outra ferramenta absolutamente importante é a constituição do plano de manejo, porque ele atende algumas das nossas dificuldades. Muitas das unidades possuem ainda pessoas que residem, que têm suas propriedades, e, obviamente, que a criação da unidade não elimina o direito à propriedade. Portanto, há necessidade de fazer a transição. E o plano de manejo, ao identificar as diferentes zonas, as diferentes regiões dentro da unidade, nos permite traçar diferentes diretrizes e, inclusive, colocar à disposição, para o

conjunto da sociedade, aquelas áreas em que essa etapa tenha sido vencida.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): V. Exa. tem a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, eu conheço o Dr. Paulo de longas reuniões, e eu fico preocupado quando ele começa a falar, porque ele tem o dom de convencimento, que deixa, que seria o canto da sereia.

Eu só queria perguntar: Dr. Paulo, V. Sa. está se referindo à REBIO, à FLONA, quando diz que pode utilizar como parque? Eu acho que era bom identificar a que tipo de unidades de conservação V. Sa. está se referindo, quando fizer comentário em cada uma delas, porque pode ser até desconhecimento meu o que acontece, e V. Sa. participou de todas as reuniões da FLONA Jamanxim, todas elas, se acerta essa discussão, esse diálogo que V. Sa. está dizendo aí, é um diálogo de surdo e mudo, porque tudo que é dito não é ouvido ou tudo o que é ouvido não é dito.

Então, quando se sai das reuniões com as coisas que se pretende que se estejam pelo menos encaminhadas, eu acho que os senadores, as pessoas interessadas são motivo de pilhéria dos técnicos, quando se encontram sozinhos. “Já perderam mais um dia aqui, porque nós não vamos deixar resolver nada.”

Então, eu só gostaria que V. Sa. dissesse a que tipo de unidade está se referindo, porque, se nós falarmos de FLONA, falarmos de REBIO, não é possível fazer isso, que eu saiba, não é possível fazer isso que V. Sa. está falando.

SR. PAULO FERNANDO MAIER DE SOUZA: Queria agradecer sua intervenção, que, inclusive, permite clarear. Eu estava me referindo, em termos de visitação, especificamente aos parques nacionais, aliás, eu acho que eu falei disso.

É importante frisar também que outras unidades de proteção integral permitem, inclusive, que a propriedade se mantenha privada, não há a necessidade de desapropriação e de se trazer todas as áreas para a União. Nas florestas nacionais, as áreas precisam ser tornadas públicas, se elas forem privadas. E as florestas nacionais, a estratégia de criação das florestas nacionais e sua realização, e, aqui, não quero misturar proteção integral com sustentável, diz respeito ao uso do recurso florestal. Não há que se falar numa floresta nacional realizada, se não há a utilização do recurso florestal, é a razão de sua criação. Nós processamos separar.

Nas unidades da proteção integral, não é possível o uso direto do recurso. Então, quando nós estamos

falando, por exemplo, de uma estação ecológica que tem restrições de uso diferenciadas, se nós pensarmos no conjunto, ela tem como principal razão a produção do conhecimento, a pesquisa, o que pode implicar no uso, pode implicar, por exemplo, no desmatamento, no fogo, numa determinada área, para que isso gere conhecimento. E também está relacionado com entender os processos que se dão e o que nos permite nos apropriarmos disso, enquanto sociedade, para aplicação desse conhecimento em outras unidades ou mesmo fora das unidades de conservação.

Esse nosso conhecimento maior, porque eu tive a oportunidade, em um momento da minha vida, de morar no Estado do Pará, ainda não tive essa oportunidade de morar no Estado do Amazonas. E queria dizer que tive essa oportunidade não porque, penso eu, não porque o Amazonas, o Pará ou o Amazonas vão ser, no futuro, exemplo para outras regiões. Eu sou nascido no Rio Grande do Sul, de um município que tem um conjunto de atividades econômicas, e uma delas é a pesca, e uma das coisas que me atraiu para o Estado do Pará, se não me falha a memória, dentre minhas opções, depois do concurso, três delas estavam nas cinco primeiras opções, era o Estado do Pará, e que guarda uma similaridade com o Amazonas.

Os acordos de pesca, que são uma construção do povo ribeirinho, apropriados, me parece, adequadamente, pela União, que é o estabelecimento de um conjunto de regras pactuado; era uma dessas experiências que eu gostaria de adequadamente me aproximar. E as reservas extrativistas, e aí nós, com uma experiência bastante interessante também no Amazonas, mas, principalmente, o que me atraía era essa experiência no nordeste paraense, por conta das reservas extrativistas marinhas, onde o regimento do recurso é construído junto com aqueles que constroem o conhecimento a partir de seu fazer.

E, portanto, minha convivência no Estado do Pará dialogava com a vontade de poder, em algum momento, exercitar e talvez me apropriar desse conhecimento que permitia ter, tanto nas reservas marinhas quanto nos acordos de pesca, estratégias de conservação da biodiversidade com seu uso, fundamentalmente, capturando conhecimentos daquelas populações que se apropriavam e se apropriam do recurso de forma bastante adequada.

Queria voltar aqui na minha lista, sem querer fugir de nenhum questionamento. Uma das coisas que me parece que a gente construiu a possibilidade, pelo menos, e aí vai depender muito dos locais, das instituições locais conosco, diz respeito ao esforço para a viabilização de políticas públicas. Tem alguns estudos que mostram que uma das grandes dificuldades, e

não é só no Brasil, uma das grandes dificuldades na América Latina diz respeito ao conflito das políticas públicas. Enquanto algumas estimulam determinadas atividades, outras tratam da repressão, e elas não necessariamente acontecem concatenadas, o que faz com que, às vezes, o volume de recursos sejam liberados para determinadas atividades que têm maior dificuldade de dialogar com a conservação da biodiversidade, enquanto aqueles fortemente dialogam ou propõem construção do diálogo com a conservação da biodiversidade têm mais dificuldade para acessar os créditos, só como um exemplo.

E aí eu acho que arco de fogo e esse esforço todo de integração, ele tem sido absolutamente prudente, mas, lá em Lábrea, o acordo que nós tentamos construir foi no sentido de garantir que pelo menos uma vez por mês os órgãos públicos sentem em volta da mesma mesa. Isso porque um conjunto de tarefas são de responsabilidades dos municípios, e o outro conjunto de tarefas são de responsabilidades dos governos do Estado, e outro conjunto de responsabilidades são da União, ou seja, se falhar nas ações que são do município, do estado ou da União, é muito mais provável que a gente tenha dificuldade da implementação plena das unidades, e eu estou falando das unidades, mas obviamente que nós acreditamos que isso dificulta a vida do conjunto das pessoas que, sim, moram, residem e estão lá no espaço territorial dos municípios.

Acredito que esse esforço... Porque já realizamos isso em outros lugares, com resultados bastante interessantes. Acredito que esse esforço, que foi pactuado lá com secretários da administração municipal, que foi pactuado lá com representantes do estado e com nosso conjunto de servidores, pode facilitar a chegada de um conjunto de políticas públicas, e aí dizendo que um conjunto importante dessas políticas de afirmação e de construção das unidades diz respeito a outros órgãos da esfera federal, como é o caso da CONAB, garantindo preço mínimo, viabilizando recurso para aquisição de produtos, é o caso do MDA, do INCRA, com esforço bastante importante, a partir do reconhecimento de algumas categorias de unidades como possível público para a chegada de créditos e que dialogam fortemente com a conservação da biodiversidade.

Com relação à ação de fiscalização, e aí, às vezes, é bom fazer alguns paralelos, às vezes, a gente é abordado por conta de dificuldades no trânsito, aliás, eu recomendo sempre que todos os nossos servidores tomem bastante cuidado em seguir o conjunto de normas que diz respeito ao trânsito, porque é muito comum a gente se esquecer de algumas normas, às vezes, a gente esquece de botar o cinto, que é uma coisa absolutamente simples e que tem demonstrado

aí, ao longo do período mais recente, com a obrigatoriedade, a possibilidade de proteger vidas.

Mas é muito comum, mesmo quando é uma política que diz respeito, é um controle que diz respeito a garantir nossa vida, nós temos uma enorme dificuldade em nos relacionarmos com o agente que tem como tarefa garantir isso para o conjunto da sociedade, nossas vidas são importantes para nós, mas também são importantes para o conjunto da sociedade. E aí, às vezes, quando a gente é abordado no trânsito, tem dificuldade de se relacionar com isso.

Então, é absolutamente tranquilo que exista um conjunto de manifestações e de esforços que dizem respeito à reação a essa ação de controle do estado. Nossos servidores, eles passam por um processo de treinamento que diz respeito à aplicação da norma, que diz respeito à abordagem, que diz respeito a comportamentos na situação de conflito; sim, parcela dos nossos servidores porta armamento, todos eles passam pelos devidos treinamentos e passam pelos processos de avaliação necessários para aportar armamento e são muito fortemente orientados que portar armamento diz respeito a garantir sua vida, garantir a vida da equipe e garantir a vida daqueles que dialogam. Nós não usamos armamento como ameaça à vida dos demais, nós usamos armamento como absoluta necessidade de proteção.

Em alguns casos, em algumas regiões, nós nos defrontamos, e eu vou usar um exemplo bem simples, paralisar um caminhão, na beira da estrada, é uma atividade absolutamente simples e revestida quase que de nenhum risco. Mas, muitas vezes, outros atores e o crime organizado se valem desses mesmos equipamentos de trânsito para garantir seus negócios escusos, e, obviamente, que quem está na estrada fazendo uma barreira não tem como separar aquele caminhão que pode estar trazendo ameaça dos que não trazem, portanto, há absoluta necessidade de que isso garanta a vida das equipes que trabalham.

Eu não tenho condições de opinar sobre a lavratura de autos de infração. Eu tenho tranquilidade de que nós, e aí, por imposição legal, inclusive, e garantimos a imposição, nós temos o rito estabelecido, nas autuações, dos prazos regulamentares para a defesa, para a juntada das defesas. Não são raros os casos em que as autuações podem ter sido realizadas, a lavratura das infrações, de forma indevida.

Felizmente, esse não é a maioria dos casos, felizmente, do ponto de vista da instituição, infelizmente, do ponto de vista do ambiente, é porque a lavratura da autuação implica que o ato indevido já foi praticado. E fortemente dialogamos com nossos servidores para que isso não seja única e exclusivamente o cumprimento da

norma, mas para o atendimento de quanto essa norma dialoga com a conservação da biodiversidade.

Portanto, entendemos que a lavratura dos autos de infração não resume-se a atos da administração pública, ele é um dos atos da administração pública, e feliz seríamos todos nós se eles não fossem, se eles não existissem, se eles não acontecessem, porque o ideal para um órgão ambiental é não lavrar nenhum auto, nenhum auto.

Nós temos alguns casos em que a avaliação da presença do estado e do conjunto de atividades sendo realizadas leva, em algum momento, à existência de autuações, num número maior do que o que existia antes, mas que, ao longo de tempo, essa lavratura acaba caindo, aliás, como o Mauro mostrou para nós aqui, muitas vezes, a ação organizada do Estado, a presença maior do Estado brasileiro, ela permite que caíam as ações indevidas, como, por exemplo, a gente percebe com as ações que fazem com que em determinadas regiões ocorra a redução do desmatamento, ou seja, o que isso resulta é a não necessidade de lavratura de auto por desmatamento indevido.

Gostaria de, na mesma toada, dialogar com as autuações todas, sejam realizadas em lavra, sejam realizadas lá com relação ao polo madeireiro. E queria fazer um testemunho, aqui. Minha continuidade lá em Lábrea, na semana passada, a gente participou de uma agenda da Operação Arco Verde, e eu fiquei mais um período dialogando com o conjunto dos atores.

Para mim, ficou muito clara uma dificuldade de desencadeamento de ações. Uma área do Governo do Estado do Amazonas, de absoluta importância, acredito eu, para todo o estado, mas, em particular, para aquela região, esforça-se no sentido de garantir os procedimentos adequados, como assessoria técnica, como responsabilidade técnica daqueles pequenos usuários de recurso madeireiro que talvez não conseguissem realizar seus esforços e chegar ao Governo do estado para garantir suas autorizações para utilização dos recursos ou, em outros casos, na própria União.

Mas, muitas vezes, esse esforço realizado, ele permite que existam as propostas, mas nós temos lá uma grande dificuldade com relação a que esses processos sejam avaliados, e eu entendo, acredito eu, um pouco disso, porque, até ontem, antes da lei que o senhor citou de gestão de florestas públicas e trazendo essa responsabilidade para os estados, era o IBAMA o único ente responsável pelas autorizações, portanto, chegando a um conjunto absolutamente insuportável de demandas. E que essa reorganização dos estados para dar conta da tarefa, que é o que está acontecendo neste último período, nos parece que um pouco dialoga com essa dificuldade de que seja ade-

quadamente avaliado, autorizado aquilo que tem que ser autorizado e não autorizado os demais.

E por que eu digo isso? Porque os servidores do estado demonstravam para nós essa dificuldade de conseguir fazer com que seus esforços de construção dos planos de manejo e todos os que eu olhei lá junto com os servidores do IDAM, com nossos servidores, com secretários do município, davam conta, todos eles, de exploração de baixo impacto. Nós estamos falando aí numa exploração, naquele caso, de um metro cúbico, menos de um metro cúbico por hectare. Para quem conhece a área de manejo florestal, sabe que isso é muito pouco e que implica, sim, na possibilidade da conservação e que, na verdade, um conjunto de dificuldades leva a impossibilitar que esses processos sejam rapidamente olhados.

Até gostaria de fazer um apelo aqui, que, em particular, para a situação de Lábrea, dada a dificuldade que a gente percebeu lá, que eu acho que é o que o prefeito nos traz, inclusive, aqui, que o IPAAM pudesse talvez construir um grupo que permitisse separar esses processos dos demais e que desse uma celeridade para as análises.

Nós negociamos lá que algumas dessas propostas que estão dentro de unidades de conservação [soa a campainha] federal pudessem vir para que nós olhássemos, e disponibilizamos o conjunto de normas, que aí são de responsabilidade do IBAMA fazer a avaliação, para que isso muito rapidamente pudesse estar sendo olhado, e disponibilizando o material de forma sustentável para que aquelas outras empresas tivessem a possibilidade da continuidade de suas atividades.

Queria dizer, ainda, que a criação das unidades, e aí eu acho que isso é emblemático para nós, no caso do Amazonas. A criação das unidades no Amazonas e que dialoga, de certa forma, discordante de algumas opiniões, é que nós temos, das 19 unidades que são de uso sustentável, no Amazonas, 10 são reservas extrativistas.

Por que é que eu quero frisar isso? Porque é verdadeiro que a União, o município ou os estados, eles podem definir um determinado território e fazer a criação das unidades, eles podem iniciar os processos para a criação das unidades, no entanto, nós temos três categorias: as reservas particulares, por estarem em áreas privadas e serem demandadas pelos proprietários; as reservas de desenvolvimento sustentável; e as reservas extrativistas, cuja inauguração dos processos de criação das unidades não se dá se não houver uma demanda específica daquelas populações que usam os recursos e que entendem que a criação da unidade dialoga fortemente com a possibilidade de manutenção de seu modo de vida e de uso dos recursos.

Portanto, um conjunto de cidadãos amazônidas demanda criação de unidades e demanda criação de reservas extrativistas, e a resposta do Estado é no sentido de garantir esse território para esse conjunto de necessidades, de esforços de organizar o uso de determinado território.

Gostaria de dizer que o processo de criação de unidade, ele passa também, por entender os atributos biológicos existentes, as relações que existem da sociedade com aquela área e entender, do ponto de vista fundiário, o que significa a criação da unidade, que, inclusive, vai significar futuramente esforço para a devida garantia de regularização. E esse esforço, ele não é de um levantamento exaustivo, mas que permite nos dar conta de que, se existem áreas que são da União, sejam elas do SPU, sejam elas sob responsabilidade de administração fundiária do SPU, do INCRA ou de outro órgão, sejam elas glebas já de responsabilidade do Estado ou nas mãos da iniciativa privada.

E o que leva à decisão de criação, porque, em alguns casos, os processos são arquivados, e não há a criação, é o entendimento de que a criação da unidade gera, para aquele território, para aquele espaço territorial, uma vantagem comparativa, do ponto de vista da garantia da conservação com o conjunto dos esforços.

E aí gostaria de dizer que eu sou um forte defensor e, às vezes, internamente criticado por alguns grupos, do uso do recurso florestal e do uso do recurso madeireiro. Eu costumo dizer que prefiro trabalhar em mesa de madeira e estar sob um forro de madeira do que se ele for de plástico, porque nós estamos falando de recurso renovável, quando falamos de madeira. E, da mesma forma que nós temos que separar a existência das atividades de quem realiza as atividades, porque elas podem ser realizadas de forma não sustentável ou de forma sustentável, nós também precisamos separar aqueles que ocupam áreas na Amazônia.

É verdadeiro que nós temos vários ocupantes de áreas da Amazônia que são historicamente resultado de um esforço do Estado Brasileiro, seja se nós voltarmos no tempo, e aí eu até tenho medo de abrir a boca aqui, porque tem gente com muito mais competência do que eu nessa matéria, mas aqueles que foram chamados tempos atrás, seja por conta da necessidade do ciclo da borracha, sejam aqueles que foram chamados antes, sejam os foram chamados mais recentemente, mas, para além desses, nós temos também outro conjunto de interesses que chegam a espaços da Amazônia disputando espaço com os que estão lá [soa a campainha]; em alguns casos, disputando espaço com as populações tradicionais, que, via de regra, utilizam-se dos recursos de forma muito

próxima do nosso entendimento e constrói conosco a possibilidade do uso sustentável.

Quero crer que meu também esgotou, tem talvez alguns outros pontos que eu pudesse futuramente--

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Pode continuar, não se preocupe com o tempo.

SR. PAULO FERNANDO MAIER DE SOUZA: Ok. Então, eu gostaria de dialogar também com alguns outros esforços que dizem respeito, por exemplo, à necessidade, e aí talvez só adequando a terminologia, que é: os esforços que são realizados para que chegue um conjunto de informação para que as atividades sejam realizadas de forma legal.

O que nós temos, em muitos casos, e, aliás, isso foi nos dito na reunião que realizamos lá em Lábrea, nas várias reuniões que realizamos lá em Lábrea, é que a sociedade entende, ou parcela da sociedade entende, parcela daqueles que são autuados entendem que realizam suas atividades de forma ilegal, portanto, nós não estamos falando aqui de chegar com a informação de que aquela atividade é ou não legal, as pessoas nos declararam, particularmente lá em Lábrea, que sabiam que realizavam atividades ilegais, e, portanto, a ação do Estado, que ela é não de escolha do agente autuante, ela é imposta pela lei, é de que ele precisa lavar o devido auto, para que ele seja depois avaliado, avaliado de sua pertinência, avaliado do valor que foi estabelecido, que esse valor, ele também pode ser adequado, dependendo das situações que sejam apresentadas, tanto adequado no sentido de redução do valor imposto primariamente quanto também de agravamento desse valor, se forem identificadas as condições que assim estão estabelecidas.

Inclusive, aqueles casos que dizem respeito à necessidade de duplicação ou triplicação, triplicar ou duplicar o valor da multa estabelecida, em função da reincidência, ou seja, não se trata de falarmos aqui de alguém que desconhece a lei, que desconhece a regra, alguém que afirma que já realizou delito, que já foi, inclusive, autuado por isso, e volta a praticar o mesmo delito. Eu tenho certeza absoluta de que os esforços que nós realizamos na área de educação, e eles são absolutamente limitados, eles não são suficientes. Eles não são suficientes.

E aí talvez um dos papéis, um dos trabalhos em que esta Casa poderia auxiliar grandemente é no sentido de permitir que reuniões como esta ou outros momentos pudessem ser construídos, um conjunto de estratégias que permitissem que publicações chegassem em algumas regiões, que reuniões para fora de Brasília também pudessem ser realizadas, no sentido de garantir que chegassem informações, que o veículo

poderoso, hoje, que é a veiculação através da distância, pela televisão, pudesse garantir que um conjunto de informações chegasse, entendendo que, quando os municípios, e foi muito boa sua fala, prefeito, tem preocupação de que, nas escolas, primeiro que elas existam, que é fundamental, mas que, nas escolas, os temas relacionados à questão ambiental estejam presentes, como está previsto na Legislação brasileira, nos ajuda a construir e reconstruir as consciências, construir e reconstruir as possibilidades.

E digo isso como quem participou, no passado, de um processo bastante interessante, onde nós trabalhávamos em escolas, e que as crianças, na escola, eram apenas, eles eram importantes para nós na ação educativa, mas eles eram, em muitos casos, nossos braços para além daquelas agendas nas escolas, porque eles realizavam conosco ou, em alguns momentos, por conta própria, ações que permitiam que, lá na comunidade, seus pais, seus amigos, seus parentes recebessem um conjunto de informações que nós, de outra forma, teríamos dificuldade de que chegassem lá.

Então, nós sabermos da preocupação do município, do conjunto de municípios e do estado nos dá mais tranquilidade de que essas ações todas possam ocorrer, porque entendemos da nossa limitação para realizarmos isso e sabemos que não é essa nossa tarefa exclusiva.

Queria dizer ainda que uma das grandes tarefas que cabe tanto para nós quanto para os municípios e para os estados é tratar de um conjunto de interesses. Nós precisamos dialogar com um conjunto de interesses, e, quando a gente dialoga com um conjunto de interesses, não são raras as vezes em que o conjunto deles é confrontado. Aliás, quando não existe a confrontação de interesses, via de regra, nós sequer estamos presentes.

A presença, em particular, do Instituto Chico Mendes, ela dialoga fortemente com a existência de diferentes interesses de uso de determinada área, de determinado recurso, e é isso que faz com que haja o devido processo de criação.

Na criação, queria dizer ainda que tem uma etapa que é fundamental, e ela não é para todas as categorias, que é a etapa de consulta pública. É um espaço onde um conjunto de interesses pode se manifestar tanto favoravelmente quanto contrário ou à definição daquele território, como aquela categoria, como aquela unidade, ou, muitas vezes, o que se discute é o limite mais adequado, para justamente permitir que o conjunto maior de interesse seja contemplado na criação da unidade; o que, às vezes, leva à ampliação da área

originalmente prevista, em outros casos, leva à redução dessa área.

As consultas públicas implicam em nós disponibilizarmos os estudos para que as pessoas olhem e conheçam, e a realização de reuniões públicas um pouco semelhantes a esta, onde é possível colhermos opiniões, que, inclusive, muitas vezes, não são registradas.

E aí temos uma grande dificuldade, em muitos desses casos, que é justamente permitir que esse conjunto de informações chegue adequadamente para aquele conjunto da população que está mais afastado da cidade, que está mais distante.

E é absolutamente prazeroso quando a gente vê movimentos e movimentos que ocorrem dessas populações afastadas, no sentido de defender seus pedidos de criação de unidades de conservação.

E, felizmente, neste meu período, antes no IBAMA e, agora, no Instituto Chico Mendes, eu tenho tido a possibilidade de dialogar com eles.

Queria dizer também que concordo que é absolutamente interessante quando nós olhamos sobre os diferentes interesses de diferentes regiões do globo terrestre, com relação ao que se faz no Brasil e no que se faz na Amazônia. Esconder isso ou negar seria, na minha opinião, burrice. Então, nós precisamos entender que há, sim, um conjunto de interesses que dialogam com relação ao que acontece em todo o território brasileiro, em particular, na Amazônia, mas que, normalmente, a única porção que eu vejo sendo destacada é aquela que diz respeito ao confronto dos interesses no sentido de conservar a biodiversidade.

Nós também entendemos que existe outro conjunto de interesses, não são poucas as empresas com interesse no mundo inteiro que têm negócio no Brasil, que vendem produtos para os brasileiros e que compram produtos dos brasileiros, que compram produtos de fora da Amazônia e que compram produtos da Amazônia, portanto, com enorme interesse sobre todos os processos que se dão nessas regiões.

Eu estou falando não só nos produtos que podem ter origem na conservação da biodiversidade e, quando nós aumentamos o conhecimento dessa biodiversidade e, muitas vezes, com uma contribuição importante e fundamental das pessoas que estão lá, utilizando o recurso historicamente, como daqueles que têm outros interesses que dizem respeito à transformação desses espaços para ampliação de seus mercados.

Por fim, queria dialogar com uma de nossas dificuldades bastante grandes, que diz respeito às populações residentes nas unidades. A Legislação Brasileira, me parece que de forma absolutamente feliz, ela trata os diferentes de forma diferente.

Quando nós estamos falando de população tradicional residindo em unidades de proteção integral, lembrando que, nas unidades de proteção integral, não há permissão do uso direto. Portanto, o que nós teremos que fazer é garantir o uso indireto do recurso, mas a existência de população tradicional nesta área nos leva à necessidade de realização de esforços previstos na Legislação, que diz respeito a oferecer ao órgão fundiário a existência e o tamanho dessas comunidades, dessas populações.

Para que o órgão fundiário possa estabelecer e, felizmente, com esses modelos alternativos de assentamento, PAF, PDS e PAE, adequar o local de residência e de trabalho dessas famílias. E, enquanto esse processo ocorre, e esse processo tem que ser negociado, pactuado com essas populações, enquanto esse processo ocorre, nós temos a responsabilidade de garantir a manutenção de seu modo de vida e de uso dos recursos, e isso é feito através de termo de compromisso, semelhante àquele termo de ajustamento de conduta que, durante bastante tempo, temos estado todos nós empenhados em construir lá para FLONA de Jamanxim, que não é um termo de compromisso porque não se trata de populações tradicionais, mas é um termo de ajustamento de conduta que permita que a gente construa o intervalo entre a existência atual de ocupações numa unidade de conservação que precisa ser de domínio público e o momento futuro, dialogando de forma a garantir que aqueles espaço que hoje não estão ocupados possam ser adequadamente destinados, inclusive, através dos processos de licitação para utilização do recurso florestal madeireiro, que, para aquela região, é absolutamente importante no que diz respeito à economia de pelo menos parcela importante dos municípios.

E, portanto, nosso esforço é este: de identificar essas populações, propor o reassentamento e firmamos os acordos necessários para isso. Recentemente, no planejamento estratégico do instituto, se identificou a necessidade de construir uma área, um campo, dentro do instituto, específico para tratar desses conflitos, que são conflitos que dizem respeito à sobreposição de territórios, são territórios ora de populações que reivindicam direitos, por conta da questão indígena, por conta da questão quilombola, e, em outros momentos, reivindicam territórios por conta de sua utilização anterior da área, que são o caso dos ribeirinhos, que são o caso dos pescadores, dos seringueiros, dos castanheiros, e nosso esforço é no sentido de construir ferramentas e instrumentos adequados para lidar com essa questão e com o máximo respeito com essas populações, porque sabemos que, em boa parte dos casos, elas são as principais responsáveis pela

conservação da biodiversidade, pela possibilidade de que estejamos sentados, discutindo a estratégia de criação de territórios a serem incluídos nas ações do Governo de proteção de áreas.

Portanto, esse esforço estamos realizando, e aí eu queria citar, um deles foi apresentado aqui para a regularização fundiária das unidades, que é um portaria assinada em março deste ano, entre o ICMBIO e o INCRA, no que diz respeito a garantir a passagem de áreas que hoje são administradas pela União, mas não são administradas, do ponto de vista patrimonial, pelo Instituto Chico Mendes, mas estão nas unidades de conservação.

Outro acordo semelhante a esse foi firmado, no início de dezembro do ano passado, entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Planejamento, tentando garantir que aquelas áreas que hoje são de responsabilidade da União, administradas pelo SPU, sejam transferidas, no ponto de vista da gestão, para o Ministério do Meio Ambiente, que, por sua vez, faz a passagem para o Instituto Chico emendo, e, com isso, nós conseguimos realizar, lá no Pará, inclusive, a maior parte do esforço, o tão sonhado contrato de concessão de direito real de uso, que é o instrumento que dá tranquilidade àquelas famílias de que elas continuem adequadamente utilizando os recursos, e aí obviamente que num processo de planejamento junto conosco.

E que, nesse esforço, um conjunto de órgãos absolutamente importantes, seja lá dos estados, seja aqui, tem contribuído. Um esforço grande que nós precisamos fazer, no caso do Amazonas, é ampliar nosso relacionamento com o Instituto de Terras, é ampliar nossa relação com os órgãos que dizem respeito ao cuidado, do ponto de vista do patrimônio público, porque não são poucas as vezes que esse patrimônio público é apropriado pelo privado sem a devida mediação do Estado; quando eu falo do Estado, tanto do Governo do estado quanto da União, quando independente de quem é a responsabilidade.

Acredito que eu tratei, naqueles temas que foram a mim apresentados, se faltou alguma coisa, me coloco à disposição para futuramente prestar algum outro esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu gostaria, antes que o senhor terminasse, o senhor coloca essa questão das populações residentes na unidade de conservação integral. Então, o órgão fundiário deve estabelecer os assentamentos, o órgão fundiário é o INCRA? Quem é o órgão? Pela exposição do INCRA, ele passou a atribuição ao ICMBIO, para tratar dessa questão fundiária nas áreas de conservação.

SR. PAULO FERNANDO MAIER DE SOUZA:

Sim, nossa responsabilidade é naquelas áreas que são glebas públicas da União, na nossa portaria conjunta INCRA e ICMBIO, o INCRA repassa essas áreas para o Instituto Chico Mendes, e aí é responsabilidade do Instituto Chico Mendes fazer os procedimentos para a regularidade fundiária. É exatamente isso.

No entanto, quando existem populações tradicionais em unidades de proteção integral, ou seja, naquelas unidades onde não é prevista a permanência dessas populações, e é absolutamente necessário separar população tradicional do cidadão comum. Nesses casos, o que nós precisamos fazer é informar ao órgão fundiário, porque há necessidade de que elas sejam reassentadas. Como nossa responsabilidade é sobre as áreas, os territórios das unidades de conservação, e não temos responsabilidade para fora das unidades, isso continua sendo tarefa do órgão fundiário.

E, aqui, do órgão fundiário federal da União, porque se trata de uma unidade de conservação federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Entendi. Eu gostaria de, não querendo aqui fazer com que V. Sa. passe até muito tempo conosco, mas nós precisamos entender esse assunto.

Quanto às áreas de conservação com populações residentes de uso sustentável, eu gostaria de entender quais são as ações, como é que começa isso. De uso sustentável, está aqui a área, está aqui a lei, houve, antes, Audiência Pública, não houve Audiência Pública, o conselho se forma? Como é feito isso? Como você começa a incluir aquela população dentro desse projeto?

SR. PAULO FERNANDO MAIER DE SOUZA: Ok. Bom, primeiro, dizer que, no processo de criação, e aí nós estamos falando exclusivamente... Uma parcela do que eu vou dizer dialoga com unidades de proteção integral e de uso sustentável, e outra porção, exclusivamente com as unidades de uso sustentável.

Nas unidades de uso sustentável, e aí dependendo de quais são as unidades, porque nós temos várias categorias, nas áreas de proteção ambiental, nas APAs, por exemplo, existe a previsão de que essas áreas continuem na mão da iniciativa privada, portanto, não há que se falar em indenização de benfeitoria, em indenização da terra. O que se faz é muito semelhante ao plano diretor lá do município, obviamente, com foco ambiental, realização da construção do conselho, que é responsabilidade do chefe da unidade fazer a constituição dos esforços necessários para a existência do conselho, que é trazer para dentro do diálogo o conjunto dos interesses sobre aquela área, realizarmos o esforço

de levantamento das necessidades desses diferentes atores, com relação a esse ambiente, e o que se faz é um zoneamento, é a definição de áreas que devem ser mantidas com prioridade para conservação, com prioridade para uso e com os diferentes usos.

Portanto, eu costumo dizer que é uma coisa muito parecida com o plano diretor lá realizado pelo município, e essas áreas são, via de regra, pensadas como áreas de proporções maiores.

Em outras unidades, como é o caso que me parece que é o que nós temos no Amazonas de maior importância para esse debate que realizamos hoje aqui, que são as florestas nacionais e as reservas extrativistas, as florestas nacionais e as reservas extrativistas são unidades de conservação, cuja previsão legal é que o domínio da área seja público, portanto, não há que se falar na existência de propriedade privada nessas duas categorias.

E aí o esforço que se realiza é de levantamento da existência, primeiro, das ocupações, que elas podem significar a existência de posses legítimas ou posses ilegítimas, e elas podem significar a existência de propriedade. Então, a ocupação pode ser fruto de uma propriedade da terra, do imóvel ou apenas de ocupação do imóvel, o que significa a necessidade de fazermos a indenização, se numa propriedade da terra, apenas a devida e adequada avaliação e indenização das benfeitorias.

Se há existência de propriedade, há que se fazer indenização também das propriedades, e esse processo se dá como? É mão-dupla. Tanto o proprietário ou o ocupante procura o Instituto Chico Mendes, informa a existência de sua ocupação e demanda sua regularidade, quanto nossas equipes percorrem as unidades, fazem os levantamentos, às vezes, publicam editais públicos, garantindo a ampla divulgação e o chamamento desses interessados para que eles possam dialogar conosco.

O que nós fizemos recentemente, e eu fiz questão de colocar na apresentação, foi a recriação da instrução que regra o procedimento administrativo, dentro do Instituto Chico Mendes, para que possa ser feito o devido processo de aquisição de terras. Porque entendíamos que a prudência colocada na norma anterior, ela era para além daquilo que outros órgãos da administração pública federal praticam, e, portanto, nós aproximamos a regra ao que outros órgãos da administração pública praticam.

Com relação às populações tradicionais, residentes tanto nas florestas nacionais quanto nas reservas extrativistas, não há que falar na retirada dessas populações, elas permanecem, elas continuam residindo e continuam utilizando os recursos. O que se faz, nos

dois casos, é a definição, porque, basicamente nas florestas nacionais, via de regra, existe uma porção do território da unidade que é usada para por essas comunidades para atividade de pesca, para atividade de coleta de frutos, para atividade de corte de madeira, como é o caso lá de interesse na reserva extrativista de Ituxi, lá no Amazonas. E isso dialoga com uma das razões da criação da unidade, que é a manutenção dessa população com sua forma de vida.

Às vezes, um conjunto de preconceitos na sociedade diz respeito a, então, que essas pessoas precisam continuar mantendo seu modo de vida, implica que elas precisam continuar morando, se for o caso, em residências, em habitações precárias? Não, e, inclusive, os créditos que são garantidos para essas populações tradicionais, dentro da política de reforma agrária, com o reconhecimento dessas populações como também possíveis demandantes para esses volumes de recurso, permite que essas construções sejam absolutamente melhoradas.

E aí é um trabalho bastante importante de mediação nossa, do Instituto Chico Mendes, com outras áreas do Governo. E queria frisar aqui, nesse caso em particular, a absoluta importância dos conselhos, porque nós, Instituto Chico Mendes, realizamos, construímos um processo de cadastramento e identificação dessas populações juntamente com essas populações. E obviamente que isso é mediado pelo conselho, porque, senão, sempre correremos o risco de realizarmos um conjunto de reuniões, de trabalhos, em que parcela dos interessados no conjunto das coisas que acontecem naquela unidade estivesse presente. O conselho nos dá a garantia de que aquele conjunto de entidades é o adequado, e, para ele ser adequado, ele tem que ter o conjunto dos interesses, não significa todas as instituições que têm interesse, porque, senão, nós poderíamos ter um conselho absolutamente ineficaz, ineficiente, que teria, inclusive, dificuldade de reunir. Então, ele tem um conjunto de representantes, mas cujos atores representam e precisam representar todos os interesses.

Então, tanto a construção do plano de manejo nessas unidades como a construção, que é o instrumento central principal, como o plano diretor, lá na cidade, orienta o município, orienta o munícipe; no caso das unidades de conservação, o plano de manejo da unidade, portanto, não o plano de manejo florestal, mas o plano de manejo da unidade é o que dá essas diretrizes, define quais são as diferentes áreas, que tipo de uso elas devem receber e quem vai fazer a utilização.

Nas florestas nacionais, quando se constrói esse instrumento, há uma etapa que nós estaremos realizando

do brevemente para a Floresta Nacional do Jamanxim, por exemplo, onde a sociedade é chamada a contribuir no que a gente chama de uma oficina participativa, que diz respeito a definir centralmente o zoneamento da unidade, onde vão ficar estabelecidas quais as atividades e onde vão acontecer.

E, nesse momento, o estabelecimento, por exemplo, de áreas que são de conflito, porque existem pessoas com outros interesses ainda, e, portanto, há necessidade de dialogar com isso, as áreas que hoje são usadas pelas populações tradicionais para residência, para coleta de materiais, para criação, e que elas vão permanecer, e aquelas áreas que podem, então, ser disponibilizadas para que outra área do Governo, que aí é dentro do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro possa oferecer à sociedade e que, portanto, aqueles interessados em utilizar essa área possam, atendendo os requisitos apresentados, estarem conosco ajudando na gestão e no cumprimento dos objetivos de criação da unidade.

Eu vou voltar a falar da reserva extrativista, porque, apesar das dificuldades todas que eventualmente nós encontramos, tem um dado que eu entendo que ele é bastante importante, que ele pode ser sinalizador do que realizamos.

Nós temos, hoje, para cada reserva extrativista criada, uma coisa ao redor de três, quase quatro sendo demandada a criação. Então, eu costumo dizer que aquelas pessoas lá que hoje demandam a criação dessas unidades, provavelmente, de forma semelhante a que aconteceu comigo, quando soube da existência prática, real dessa unidade de conservação na Amazônia, quis me aproximar e dialogar. Com certeza, em algum momento, fizeram isso, e o sucesso da existência dessa categoria me parece que está demonstrado quando outras populações correm para demandar também criação de unidades dessa natureza.

Porque, se nós tivéssemos unidades que não atendem às populações, eu tenho certeza absoluta de que a inteligência dessas populações levaria a não mais existir demanda para criação de unidades que, acredito eu, dialoguem com seu modo de ver.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Sr. Paulo.

Passo a palavra ao Sr. Fábio Marques, do IPA-AM.

SR. FÁBIO MARQUES: Oi! Senador, os dois questionamentos que foram colocados, me perdoe se estou errado, me corrija, um foi sobre a multa no município de Presidente Figueiredo e, posteriormente, quanto ao licenciamento do núcleo do polo moveleiro naquele município. A princípio, nós não--

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Só um minuto, Dr. Fábio, V. Sa. queria que lembrasse que aqui o Sr. Paulo fez a seguinte observação: que o IPAAM pudesse separar os processos, no Estado da Amazonas, e ele pudesse dar celeridade às análises. Queria saber de V. Sa. o que implica isso, como dar celeridade aos processos analisados atualmente pela IPAAM.

SR. FÁBIO MARQUES: Eu iria chegar lá, até porque esse ponto, ele indicou Lábrea, não é? Na verdade, em Presidente Figueiredo não houve esse ponto, mas, mesmo assim--

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Mas essa reclamação é no estado, você percebe a questão da análise no estado inteiro.

SR. FÁBIO MARQUES: Certo. Mas, a princípio, há necessidade de retificar aqui um ponto que o IPAAM, em hipótese alguma, mudou, até hoje, pelo menos para esse procedimento que ocorreu do ICMBIO em Presidente Figueiredo, com relação ao núcleo moveleiro, não houve multa do IPAAM a nenhum daqueles 11 indicados pelo prefeito, até porque eles tinham a detenção da licença ambiental; apenas dois, salvo engano, não estavam ainda com a licença ambiental e que foram também vítimas da multa.

Com relação a esses dois, até para exemplificar o questionamento do levantamento dos procedimentos administrativos que vão gerar a licença pelo órgão ambiental, é bom que se diga que há dois aspectos fundamentais, em que o órgão ambiental verifica para a concessão do licenciamento. Na questão do plano de manejo, há a parte, previamente, que é autorização prévia para que ele possa apresentar o plano de manejo, mas, nas outras atividades, inclusive, esse também do plano de manejo, são vistos dois aspectos fundamentais aí.

O primeiro, após a entrega dos documentos indispensáveis à regularização ambiental, a caracterização do empreendimento, ou seja, nessa caracterização, vai ser visto se aquela atividade está inserida ou na proximidade dos 10 km de terra indígena ou está inserida ou na zona de amortecimento de uma unidade de conservação, seja ela federal ou estadual, a posterior, com essas informações que é a caracterização do empreendimento, ele passa para outro plano, que é um plano da análise fundiária do imóvel, e aí há o grande encaixe no processo.

Por quê? A partir de 2006, só fazendo um breve relato, o Conselho Nacional de Justiça, o CNJ, decidiu por uma ação do INCRA, movida pelo INCRA, para desconstituir vários títulos dados pelo estado, e alguns até concedidos judicialmente, através de formal de compartilha, de outros processos judiciais, ficaram da

seguinte forma: o Conselho Nacional baixou uma orientação para os órgãos públicos de que, na análise dos processos, principalmente de regularização ambiental, fossem analisados dois aspectos: quando posse, que fosse dado por um órgão fundiário competente, no caso, em terras públicas da União, esse órgão seria o INCRA, que hoje subdividiu essa competência com o MDA. E, no outro plano, se propriedade, ela teria que estar enraizada, ou seja, oriunda de um título definitivo devidamente registrado no seu cartório competente, que é o cartório de registro de imóvel.

Então, a partir de 2007, anteriormente a isso, o órgão ambiental quase nada via sob o aspecto fundiário, só via mais a questão do projeto da atividade, essa questão se estava dentro de unidade de conservação ou terra indígena, essas proximidades, e concedia a licença. A partir dessa orientação do Conselho Nacional de Justiça, o órgão fundiário, através de seu setor jurídico, foi obrigado, e um dever até constitucional, de verificar essa questão fundiária, essa vinculação, quando possessor, ser do órgão fundiário pertinente, no caso, o INCRA ou [ininteligível], no estado; se for propriedade, originária de um título definitivo.

Então, a gente fica no órgão fundiário, o setor jurídico fica engessado praticamente na concessão. Muitos trabalhos já foram feitos, tanto pela União, nós temos aqui até para citar a Lei 11.952, de 2009, agora recente, que trata da regularização ambiental, da regularização, minto, ambiental, não, regularização fundiária até quatro módulos fiscais, esses quatro módulos fiscais diferenciam de município para município, mas a média seriam 100 hectares, multiplicando isso por quatro módulos, daria até 400 hectares.

Nós estamos tentando, de uma forma até levantando os procedimentos administrativos, não só em Lábrea, como Boca do Acre, que é a atividade agropecuária lá, e já existe uma intensificação até em virtude da reserva legal, porque a reserva legal, a princípio, seriam os 50%; hoje, nós temos que preservar os 80%. Então, aqueles que já haviam tido a reserva dos 50% teriam que se adequar aos 30%, para compatibilizar os 80%, e isso, há uma dificuldade enorme, porque teria que adquirir outras áreas, sejam elas de posse ou de propriedade para se fazer o termo de conduta ou o termo de responsabilidade dessa reserva legal; isso é outro aspecto a ser também levantado aqui e questionado.

Mas eu vejo que o órgão ambiental, ele se torna até um tanto quanto engessado em face dessa questão fundiária, hoje, que existe no Estado do Amazonas, porque parte dela é terra da União e parte são terras estaduais, que têm seus órgãos, seus institutos per-

tinentes para dizer ou se é posse ou se é um título já expedido por aquela entidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Qual a solução que V. Sa. apresenta?

SR. FÁBIO MARQUES: Deixo a palavra ao INCRA.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Então, daqui a pouco responde.

Antes de fazermos aqui a rodada final, agradeço ao Dr. Fábio pela sua exposição. Gostaria de conceder a palavra ao Prefeito Gean, de Lábrea, que veio lá do Amazonas aqui participar desta Reunião.

E, em seguida, concederemos a palavra ao representante do meio ambiente, do Ministério do Meio Ambiente, o Sr. Mauro, representante do INCRA, Silvio e os demais membros da mesa.

Prefeito, V. Exa. tem a palavra.

SR. GEAN CAMPOS DE BARROS: Boa tarde, Senador Jefferson Praia, em nome de quem eu cumprimento a Mesa. E, ao mesmo, também quero parabenizar por sua iniciativa desse requerimento, que é de uma situação tão discutível lá na nossa região.

Eu ouvi aí várias ponderações colocadas por todos os órgãos aí presentes, mas tem muitas situações que, às vezes, a gente até se vergonha de ser brasileiro, porque o que a gente vê em um todo aí, em um resumo geral, é que faltam políticas públicas realmente do nosso país, para que se faça um planejamento do desenvolvimento sustentável, porque muito se fala em desenvolvimento sustentável, agora, desenvolvimento sustentável é criar unidades de conservação? É isso que é o desenvolvimento sustentável?

Porque, dentro do que foi apresentado no mapa, apresentado pelo Dr. Mauro aí, existe um arco lá do desmatamento e, ao redor desse arco do desmatamento, foram criadas essas unidades de conservação. Então, isso foi...

O que se justifica aí no meu entendimento? Que foi uma forma de se conter esse desmatamento. E não foram apresentadas alternativas do desenvolvimento sustentável, como tanto é falado.

Então, um município como Lábrea, que sua população tradicional, segundo os dados que não são eu que estou dizendo, dados dos próprios órgãos ambientais que medem esses índices, diz que nossa população tradicional, em 124 anos, desmatou 0,70% de sua floresta legal, hoje, tendo o índice de 4 ponto alguma coisa de desmatamento. Tendo em vista que o restante desse 0,70 é uma região que fica ao sul do município, onde fica na divisa do Estado de Rondônia e do Acre, municípios esses que têm uma predominância muito grande na questão da pecuária mais forte, da agricul-

tura mais forte, enfim, e que a população tradicional de Lábrea não está presente naquela região. Portanto, se coloca a questão da demanda das necessidades, Senador, da demanda de criação dessas unidades de conservação.

Em Lábrea, ela se deu em dois processos. Primeiro, pela questão do pedido dessas populações ribeirinhas. Mas eu quero esclarecer que, por trás desse pedido, como o senhor bem colocou aí, a população ribeirinha, a população humildade, pobre lá do interior tem uma perspectiva de dias melhores. Eles lá não entendem o que é RESEX, o que é PAs(F), enfim, e, por trás disso, tem pessoas orientando e dizendo o seguinte, são ONGs, são pastorais que chegam lá e dizem: "Olha, isso vai transformar sua vida. Hoje você está na pobreza, amanhã, você vai estar em dias melhores". E esse poder de convencimento é tão grande, para você ter um ideia, que o próprio setor moveleiro da cidade foi a favor da criação das unidades de conservação. Então, a partir disso aí, houve, sim, a solicitação.

O segundo ponto que eu quero colocar é quando foi tratada a pavimentação da BR-319, onde houve audiências públicas lá no município, se discutindo a LAP(F), que essa LAP(F) eu não sei bem o que significa, mas era algo em torno de área de proteção entorno da BR-319, em uma situação em que o município de Lábrea sequer é cortado pela BR-319.

Então, foi-se discutido isso, e aquilo que o Senador do Estado do Pará colocou. Não se tem uma política ali, um planejamento de desenvolvimento sustentável, e aí engessa aquela região. É essa a saída que se vê para que se faça essa pavimentação que, até hoje, como você, como o Senador lá do nosso estado sabe que não ocorreu, e não se sabe se irá ocorrer ainda, não ocorreu, e o município de Lábrea não será beneficiado com isso. Por quê? Porque a estrada que chega até nosso município, que é a Transamazônica, a BR-230, que tem 200 km de Lábrea a Humaitá, que hoje é no chão, que só indo lá para ver a situação que é de tráfico naquela nossa BR.

Portanto, se deram essas criações das unidades de conservação, estes dois processos: um pela preservação do entorno, é tanto que hoje nós temos o Exército brasileiro lá presente, com recursos, segundo eu ouço, do próprio DNIT, ICMBIO e Exército, uma parceria para fazer a sinalização dessas unidades de conservação.

Então, pergunto o seguinte: que benefício isso traz para o município de Lábrea? Com relação ao sul do município, o INCRA sabe muito bem que aquela região foi uma região sempre de conflitos fundiários ali naquela área. Hoje, para você ter um ideia, com a história do país, lá se tem títulos ainda da Bolívia, da

República Boliviana lá naquela região, que se está em discussão.

Então, o que me dá a entender isso? É que aquelas pessoas que estavam ali trabalhando na legalidade e que levou o município de Lábrea ao arco do fogo, eles estão tendo a oportunidade, hoje, de legalizar suas propriedades com a ação do Terra Legal.

Então, isso deixou, premiou essas pessoas que lá deixaram o município nessa situação e as populações tradicionais, que sobrevivem da economia, seja do setor pesqueiro, seja do setor moveleiro, hoje, engessada. Por quê? 80% já são unidades de conservação, seja ela terra indígena ou áreas de preservação; os 20% restantes, eu diria que 80% ficou livre no sul do município de Lábrea, lá onde estão os grandes proprietários, os grandes criadores de gado, os grandes agricultores. E esses 20% para nós não ficou como área de desenvolvimento por quê? Porque é a área que está em torno das reservas que foram criadas.

Aí, lá no município, esses pequenos moveleiros, como meu amigo Paulo colocou aí, confirmaram que estão dentro da legalidade. Realmente, mas há cinco, seis anos, eles vêm, têm processos que foi dada entrada ao instituto de proteção, o IPAAM, no Estado do Amazonas, que o IPAAM, dizem aqueles pequenos moveleiros que é incapaz de legalizar aquela situação deles porque depende da anuência do Instituto Chico Mendes, por se tratar de área em torno de município ou em torno das unidades de conservação.

Eu próprio, como administrador, e o próprio que me substituir vai ter dificuldade para fazer a gestão da própria administração pública do município. Nós fomos contemplados pelo projeto Minha Casa, Minha Vida, do Governo federal, e, para construir 28 casas, a Caixa Econômica exigiu de nós o licenciamento ambiental. Demos entrada no órgão IPAAM, que é do estado, e o órgão nos respondeu que depende da anuência do Instituto Chico Mendes, e isso já se leva dois anos.

Agora, aquele pai de família que depende daquela situação, como é que vai ficar a sobrevivência dele, esperando um ano, dois anos, cinco anos, seis anos, 10 anos, 20 anos? Porque eu não sei se eu estou falando bobagem, mas, pelo que é de meu conhecimento, as primeiras unidades de conservação que foram criadas, as RESEX, até hoje não foram regulamentadas, e isso tem 20, 30 anos atrás.

Como é que essas famílias vão sobreviver aguardando por essa regulamentação? Então, essa também é uma das minhas colocações. A questão... Um proprietário tem lá que herdou de seu bisavô uma área de terra ali de cinco, 10 mil hectares, por exemplo, e ele sobrevive daqueles recursos naturais, amanhã, ele quer trabalhar um plano de manejo florestal, e aquela

área deles está dentro da área que foi criada de reserva, RESEX, seja lá o que for. E ele quer trabalhar dentro da legalidade, criando seu plano de manejo da forma que a legislação ambiental determinar, só que ele é impedido. E como é que ele vai sobreviver? Ele é impedido, porque aquela área está dentro da área de preservação.

Então, que, se houvesse, também, vai aqui como sugestão, a flexibilização, no sentido, não sei se a lei permite isso ou não, gostaria de um esclarecimento, no sentido daquela pessoa, claro, não poder explorar de forma ilegal, teria que ser punida, mas, a partir do momento em que ela quer estar trabalhando dentro da legalidade e aquela propriedade, até hoje, não foi regulamentada, não foi indenizado aquele cidadão, que ele pudesse ter esse espaço de explorar aquilo dentro da legalidade para a sobrevivência de seus familiares.

A outra questão que eu gostaria de colocar, com relação à forma que é feita a abordagem pelos fiscais do Instituto Chico Mendes. Já foi colocado pelo meu colega, Prefeito Fernando. E, lá em Lábrea, foi um debate de muita discussão, recentemente, como bem colocou o Dr. Mauro, o Dr. Paulo, tiveram lá no município, e é uma forma em que há um desrespeito pelas próprias autoridades constituídas do município, e se cassou um problema tão grande que se poderia ter evitado.

Chegaram os fiscais lá, logo depois do dia do aniversário da cidade, no dia 08 de março, fazendo uma ação, já pelo fim da tarde, onde, nessa ação, fecharam uma ou duas movelarias, serraria, não sei bem, multaram, autuaram apreenderam madeiras, esse tumulto todo, foram apreendidos 30 metros cúbicos de madeira, segundo a informação que eu tenho, 30 metros cúbicos de madeira. Entraram em residências de pessoas, que a esposa dele é paraplégica lá, estava tomando um banho lá no banheiro, na cadeira de rodas, os fiscais entraram para apreender uma motosserra lá daquele cidadão. Teve caso lá de que, na operação anterior, que o caboclo da Amazônia, como você bem conhece, Senador, é acostumado a comer um quelônio assado aqui outro acolá, comer ovos do quelônio feitos mujangué, como nós chamamos lá. Botaram uma multa em dois ou três cidadãos em torno de três milhões de reais. Esse cidadão entrou em depressão que foi a óbito, a esposa dele está lá para contar a história.

O que são três milhões para um cidadão caboclo lá da beira do rio pagar, num auto de infração desses? Então, ele ficou tão preocupado que entrou numa depressão tão forte que, meses depois, veio a falecer.

Então, são essas as situações que nos entristecem muito. Eu acho que as unidades de conservação deveriam ser criadas, deveriam, sim, ser criadas, mas com planejamento, ver a estratégia que deveria

ser montada para se criar, para se proteger. Concorde plenamente, até porque essa devastação que houve lá no meu município, a população tradicional não tirou benefício nenhum, o município não tirou benefício nenhum, porque a receita daquele gado que é criado lá no sul do município vai toda ou para o Estado do Acre ou para o Estado de Rondônia.

Então, é isso que eu queria expor de nossas dificuldades. Outra coisa, eu ouvi falar aí da questão da criação desses planos de manejo. Tudo bem, mas, nessas audiências que nós tivemos lá, o Dr. Mauro ouviu, o Dr. Paulo ouviu, um cidadão de uma RESEX lá, que é o responsável da RESEX, disse: "Olha, na nossa RESEX, nós não vamos aceitar a criação de plano de manejo".

Aí eu pergunto ao Instituto Chico Mendes: onde é que está o poder do Instituto Chico Mendes para tomar uma decisão nesse sentido, já que, pelo que foi falado aí, tem que ser um pedido das próprias comunidades? Onde é que vai estar o poder para se resolver um problema? Porque quem está lá na cidade depende de uma definição, para estar dentro da legalidade, porque foi bem claro aqui que, dentro da ilegalidade, não se pode mais trabalhar, e eles querem se legalizar.

Então, eu gostaria que me respondesse essa situação também.

Portanto, é essa a situação lá da Lábrea. Eu até coloquei, dentro da Operação Arco Verde, que houve lá no município, que, se fosse rediscutido um novo sistema de criação dessas reservas de Lábrea, de uma forma que pudesse dar mobilidade das populações que vivem na sede do município, pudessem trabalhar dentro da legalidade.

E eu faço esse apelo ao Senado, já que o que nós temos tido de resposta que não depende mais nem do Presidente da República, mas, sim, do Congresso Nacional poder reabrir essa discussão. Portanto, eu gostaria de fazer esse apelo, no sentido de que nós pudéssemos botar isso como uma pauta aí de discutir isso, chamando até a própria população tradicional lá dos ribeirinhos, que, hoje, existe uma insatisfação muito grande porque pensavam uma coisa, e estão vendo que é outra. O que nos preocupa é a questão de confrontos entre os povos, que já foi falado isso lá na reunião que houve semana passada, entre os povos brancos tradicionais e as populações indígenas, já existe certo confronto.

Então, que se fosse rediscutido isso. Eu gostaria de fazer esse apelo. Portanto, são essas as minhas colocações. Também queria ver o que é que poderia ser feito pelos acordos de pesca, lá no município, tendo em vista que são centenas de famílias que também

dependem disso e, até hoje, não foi legalizado, não foram legalizados esses acordos de pesca.

Então, são essas as minhas posições. Desde já quero parabenizar sua iniciativa, parabeniza os órgãos que se fazem presentes para se discutir isso, e esperamos, como o senhor bem falou, que nós daqui possamos sair com uma solução, uma solução definitiva mesmo, porque o amanhã ninguém sabe o que pode acontecer, porque a fome é uma situação que dói muito, e um cidadão, quero lembrar aqui, um cidadão colocou, lá na reunião que houve a semana passada, que se discute muito no meio ambiente, muito no desenvolvimento sustentável, na questão do rigor com a fiscalização, mas ainda não estão discutindo uma pílula milagrosa para dar de comer a essas famílias que lá vivem.

Então, tragam essa pílula, que nós estamos atrás. Certo?

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Prefeito Gean.

Concedo a palavra ao representante do Ministério do Meio Ambiente, o Mauro de Oliveira Pires, para fazer suas considerações e também sua fala final, por favor.

SR. MAURO DE OLIVEIRA PIRES: Perfeito. Eu vou aproveitar a apresentação, porque acabei passando muito rápido a parte de Lábrea, porque uma das perguntas, Senador, de V. Exa. foi exatamente sobre o que vem sendo feito lá em Lábrea. Então, eu vou repassar aqui a agenda de compromissos lá em Lábrea e os resultados da reunião passada. Então, próximo, por favor.

Então, aqui, olha, então, exatamente a partir daí, lembrando, quer dizer, a Operação Arco Verde, ela reúne os órgãos federais, estaduais e o município, em busca de promover a transição do modelo de desenvolvimento local, para isso que é o padrão do desenvolvimento sustentável, isso não quer dizer que o caminho já esteja dado, cada município tem sua realidade, tem seu potencial, tem suas facilidades de escoamento, diversidade ambiental, social, portanto, a cada município a lógica é própria.

Por exemplo, em um município como Paragominas, lá no nordeste do Estado do Pará, ali eles estão seguindo o caminho do reflorestamento, não sei se essa é uma alternativa para Lábrea, parece que Lábrea pode aproveitar muito o potencial pesqueiro lá do município, que já está em curso, como também aproveitar melhor o estoque florestal. E, associado a esse estoque florestal, aproveitar o fato de que tem terras, dentro de unidades de conservação, em que são passíveis de uso sustentável, dentro da reserva ou em seu entorno.

Então, me parece que ali é o caso de explorar melhor. Quem vai dizer isso é a localidade, é a coletividade, Senador, não é o Governo federal que vai estabelecer esse contato, ele vai apoiar, mas essa aptidão local tem que ser debatida com quem mora lá na região.

Então, quer dizer, nesse caso aí, as ações combinadas, tendo como pano de fundo a necessidade de apoiar o município para outras alternativas econômicas, vão nas diversas direções: uma é a regularização fundiária, o MDA estabeleceu o município de Lábrea como um das prioridades para a regularização fundiária.

Eu entendo que essa regularização fundiária vai ajudar as pessoas que têm direito, lembrem vocês, o Senado aprovou, depois que veio da Câmara, a MP 458 e transformou, portanto, em lei, a 11.952. Eu não tenho a sensação de que o Senado desconsiderou seu papel em garantir que essa medida provisória aqui debatida exaustivamente venha a favorecer a grilagem, eu tenho a impressão de que ela vai ajudar quem de fato tem direito. Se, eventualmente, a pessoa não tem direito ou não está cumprindo a legislação ambiental, como diz a própria lei, ela não será objeto de titulação.

Então, tenho a impressão de que isso já está colocado, lá no sul do Lábrea, como na própria sede do município. Lembrando que a sede do município, como era terra federal, precisava de uma autorização, portanto, do Congresso Nacional, permitindo que o Governo federal repassasse, dentro do Programa Terra Legal, essas terras para domínio do município. Não é só o caso de lá, tem vários outros.

Então, acho que essa é uma medida que vai favorecer a realização do Plano Diretor do Município, fazer programa até mesmo de assentamento das populações ali que habitam a sede do município. Então, portanto, acho que essa é uma medida que não pode ser desconsiderada. Próxima, por favor.

Aqui, alguma das ações, viu, Senador? Não vai ser possível falar de todas, em função de nosso tempo. Mas eu queria chamar a atenção de que o município inteiro de Lábrea foi margeado por meio de radares aí do CENSIPAM, portanto, nós temos o levantamento de todo aquele território, com imagem de altíssima qualidade, resolução de até seis metros, em alguns casos, de até dois metros, portanto, fácil de acompanhar a dinâmica de ocupação do território, e queria chamar a atenção lá também da realização desse curso de gestão ambiental, que vai ser uma iniciativa aí do Ministério do Meio Ambiente com o CENSIPAM, exatamente para fortalecer a gestão ambiental.

Também acredito que é fundamental fortalecer o Poder Público Municipal, no seu papel, porque isso vai permitir a descentralização. E, nesse caso, só

queria chamar a atenção, Senador, de que tem aqui no Senado uma matéria que o senhor comentou: o que pode ser feito? Gostaria de sair desta Reunião aqui com uma agenda de trabalho.

Então, tem uma que está aqui exatamente no Senado, que é o PLP 12, que regulamenta melhor o art. 24, comentado aqui pelo representante do IPAAM, 23, exatamente das competências comuns entre União, estado e município, em matéria ambiental. Tenho certeza de que, se essa matéria for aprovada aqui pelo Senado, em muito vai fortalecer a gestão ambiental em município. É claro que também garantindo aí o papel de supervisão dos órgãos federais, coisa que infelizmente a Câmara alterou, mas que eu tenho certeza de que a sabedoria do Senado vai reverter.

Então, me parece que essa é uma medida em que o Senado pode ajudar.

Outra medida também que vai nessa mesma linha é de favorecer municípios como Lábrea, que têm boa parte de seu território conservado.

Então, está aqui também no Senado a discussão do Fundo de Participação dos Estados Verdes, o famoso SPE Verde. Ele nada mais é do que um mecanismo de compensação financeira para, portanto, estados e, depois, isso pode derivar para municípios que têm conservação florestal, têm unidade de conservação, terra indígena, tem parte de seu território conservado.

Então, essa pode ser uma boa medida que está aqui, só depende de o Senado aprovar.

Outra medida também que está aqui no Congresso, tanto na Câmara quanto aqui no Senado, se refere ao Programa Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais. Essa lei nada mais é do que também um estímulo para que o proprietário faça a manutenção de sua reserva legal, de sua APP, e ainda receba benefícios econômicos, fiscais, portanto, exatamente para conservar esse patrimônio ambiental. Portanto, isso é algo que tenho a impressão de que a Câmara e o Senado, porque também tem proposta de pagamento por serviço ambiental aqui em discussão, que pode também ser feito.

Mas, voltando lá às outras iniciativas, no âmbito do Governo Federal para Lábrea, queria passar para o próximo *slide*. O mapa, também, o Ministério da Agricultura trabalhou a entrega de uma patrulha agrícola exatamente para favorecer aí as ações da prefeitura e da população, portanto, aí para melhorar os empreendimentos agrícolas no município. Próximo, por favor.

A EMBRAPA também tem os recursos aí na ordem de 300 mil reais, exatamente para as ações de educação ambiental, que foi comentado aqui, quer dizer, alguém disse: "Olha, não basta só fiscalização, tem que trabalhar com educação ambiental".

Então, essa iniciativa do mapa, por meio da EMBRAPA, vai exatamente nessa linha, e, além disso, o trabalho é também para fortalecer a integração de alternativas da pecuária e da agricultura. Quer dizer, tem os sistemas de integração lavoura e pecuária exatamente para evitar a abertura de novas áreas e, portanto, levar à conservação dos maciços florestais existentes, aumentando a produtividade já das áreas abertas.

Bom, o MDA, também não foi possível falar, mas ele vai lá, está lá em Lábrea, fazendo a implementação do programa PRONAF Sustentável, que foi rapidamente aqui comentado pelo representante do INCRA e que faz exatamente isto, quer dizer, é uma nova forma de apoiar a agricultura familiar em bases sustentáveis, garantindo o planejamento da propriedade familiar, fazendo ali a delimitação da reserva legal, de sua APP, da área produtiva, levando à integração das diversas opções econômicas, dentro do território.

Além disso, o MDA também lançou um edital para assistência técnica rural, que vai, já esse edital já segue a nova lei, aprovada pelo Presidente da República, agora em dezembro passado, que vai flexibilizar o acesso da população, da agricultura familiar, às instituições que promovem a assistência técnica, sejam elas públicas, sejam elas privadas, que acho que é a grande novidade dessa lei. E ele também está apoiando aí um programa de produção de mudas. Próximo, por favor. Próximo.

Bom, a FUNAI, também comentado aqui, quer dizer, a FUNAI está trabalhando lá o acesso das populações indígenas aos benefícios do Programa Bolsa Família e também apoiando ali a mobilização dessas populações. Houve aí um apoio para 21 projetos de espécies crioulas de uso daquela comunidade, enfim, então, acho que demonstra também ali o trabalho que a FUNAI vem fazendo. Próximo, por favor.

Bom, do Ministério, eu só queria destacar o segundo ponto ali, que é o fato de que o Ministério vai estar colaborando, dando apoio financeiro para cinco projetos de incentivo ao agroextrativista lá na região, no valor de 102 mil reais, beneficiando 205 famílias, exatamente por entender que o agroextrativismo, aquelas populações tradicionais devem ser reforçadas em seu modo de vida e, claro, melhorando, modernizando, atualizando suas alternativas econômicas.

Além disso, essas populações lá da região de Lábrea também entraram no programa de aquisição de alimentos, da sociobiodiversidade, uma parceria entre o Ministério e a CONAB, o que nos parece uma medida muito importante, quer dizer, significa que essas populações terão garantido o preço de seus produtos. Em vez de ficarem presas a esquemas comerciais, às vezes, ficarem presas a quem faz o aviamento naquele

município, portanto, dependente econômica e, às vezes, até politicamente dessas empresas, a partir desse momento, com a chegada da CONAB, elas passarão a ter um preço maior, garantido ao seu produto, e, portanto, uma independência econômica.

Eu acho que essa é uma medida que pode, inclusive, mudar o perfil econômico do município e pode favorecer também o cooperativo, pode favorecer novas alternativas aí de organização produtiva, porque evita os intermediários, evita aquela esquema que, lamentavelmente, ainda marca muito a Amazônia, que é daquele colono, do seringueiro ainda dependente, quase um escravo do aviador, porque só pode vender para ele, só pode comprar dele, geralmente, em preços mais aviltantes.

Então, acho que essa é uma política pública que chega a Lábrea, está chegando a outros lugares. Acho que essa é uma medida, Senador, que deveria ser reforçada, chamar a CONAB aqui para ver como é que está essa medida e expandi-la para o restante do estado, porque ela tem um significativo impacto social e pode ter também um impacto econômico muito grande.

Além disso, quer dizer, 358 famílias de extrativistas também receberam um programa de subvenção da borracha. Vocês sabem que vários estados do Amazonas, sobretudo o Amazonas e o Acre, têm uma produção de seringa muito grande, e, por conta disso aí, esse programa garante um preço mínimo para a borracha, e, portanto... Um preço mínimo, não, melhor, garante uma subvenção ao preço de mercado, o Estado Brasileiro paga e que favorece, portanto, a ampliação da renda daquelas famílias. Próximo, por favor.

Bom, em linhas gerais, são essas as ações. Semana passada, nós debatemos essas ações do Governo federal, somadas às ações do Governo do estado e também as ações da prefeitura. Então, me parece que o caminho não é redelimitar ou rediscutir as unidades de conservação lá instaladas, porque esse pode ser um caminho, depende de vários fatores, mas acho que esse é um caminho demorado e que, em vez de favorecer a implantação do desenvolvimento sustentável, vai atrasar.

Então, acho que aqueles que querem de fato seguir a legalidade, querem fortalecer suas populações naquele município devem mais é trabalhar para a consolidação das unidades. Aliás, queria lembrar que essas unidades, as reservas extrativistas foram exatamente criadas, como disse o diretor Paulo, a pedido da comunidade. Então, agora, como é que pode a prefeitura, como é que pode o Governo federal achar que pode passar por cima do interesse daquelas comunidades, que se reuniram e disseram que aquele

é o melhor modo de vida para elas, dentro de uma reserva extrativista?

Então, eu acho que não é por aí, eu acho que é fortalecer aquelas unidades, implantá-las, daí a presença do Exército realmente, aproveitar os recursos de compensação ambiental, os recursos públicos já existentes e garantir que aquilo ali seja um patrimônio que promova também qualidade de vida para a população; não só da população que está dentro da reserva extrativista e das unidades de conservação, mas aquela população que está lá na sede do município.

Eu acho que fazer essa distinção é importante, mas, ao mesmo tempo, ela não pode criar uma oposição entre quem está na sede do município e quem são os ribeirinhos que estão dentro do município. Acho que esse é um debate que não é saudável, não é um debate... Porque existe uma interdependência muito forte, portanto, acho que a gente tem que apoiar o município, apoiar o estado, em alternativas econômicas que façam agregação de valor, seja no setor moveleiro, seja no ecoturismo, tenho a impressão de que ali também pode ser, como tem parque nacional, está próximo dos grandes eixos, pode também ser beneficiado com essa medida, como também do manejo florestal; isso sem falar na pesca, que eu tenho certeza de que, com a chegada do Ministério da Pesca e da Agricultura, certamente, aquilo ali também pode se transformar em um grande polo de pesca sustentável, garantindo, a partir dos acordos de pesca, ali, uma produção com qualidade de vida e emprego para todo mundo.

Então, em linhas gerais, era isso que eu queria comentar, tem outras perguntas, mas que foram feitas pelo Senador Flexa Ribeiro e que, lamentavelmente, já saiu, não ficou para o debate, mas que, como ele disse, vai solicitar outra Audiência Pública sobre o Pará, então, tenho a impressão de que a gente pode debatê-las nessa ocasião.

Só queria, por fim, ainda, lembrar que vai ser um prazer discutir aqui, no Senado, a Lei de Florestas Públicas, discutir se os editais estão com preços justos ou não, acho que seria muito conveniente convidar novamente o Ministério do Meio Ambiente só para fazer esse debate, junto com o serviço florestal, porque eu acho que esse é um interesse de todos, daqueles que acreditam que a Amazônia pode ser, sim, conservada com sua floresta e sua população. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Mauro.

Concedo a palavra ao Dr. Silvio para responder questionamentos e fazer suas considerações finais.

SR. SILVIO MENEZES: Bom, primeiramente, nós gostaríamos de registrar que nós guardamos perfeita concordância com aqueles que entendem que o traba-

lhador rural, o agricultor não pode ser vilão ou considerado vilão de nenhum processo. De igual forma, nós entendemos também que o agente público, a ação do agente público, no exercício regular do direito, com as moderações e as ponderações decorrentes, também não podem ser vilanizadas.

Os excessos, eles, obviamente, precisam ser punidos, seja em um sentido, seja no outro, acho que é isso que preconiza o estado de direito brasileiro. As questões que foram colocadas para o INCRA, elas são, obviamente, proporcionais àquelas atividades que o INCRA desempenha ou se propõe a desempenhar com relação à temática da Audiência, que diz respeito às unidades de conservação federais, de forma que poucas questões foram opostas ao INCRA.

De qualquer forma, eu quero dizer que, quando nós apresentamos aquele elenco de atividades que tratava das atividades específicas que o INCRA opera dentro das UCs, relativas aos créditos do tipo de instalação, à possibilidade de acessibilidade ao PRO-NAF A e também com relação à regularização fundiária das UCs, eu apenas citei, para não ficar restrito a questões relacionadas diretamente com as unidades de conservação, eu apenas citei dois exemplos de outras atividades do INCRA que guardam conformidade com essa pretensão, com essa demanda que existe de ocupação da Amazônia por parte de pequenos agricultores e que guarda conformidade, também, com a conservação e usos alternativos do solo, correlacionados a essa área.

Então, apenas fiz citação exemplificadamente. Então, quando eu digo que o crédito ambiental, que está dentro do programa da agrobiodiversidade, vai destinar 100 reais por mês, no montante de 2.400, ao longo de dois anos, para determinados agricultores, que, obviamente, se enquadrem dentro das características determinadas pelo programa, não significa dizer que o INCRA não tenha uma sorte de outras atribuições correlacionadas com projetos, com seus projetos de assentamento, inclusive, tratando a questão da saúde, a questão da educação, que foi citada aqui na mesa; obviamente que não sem dificuldades, todos nós sabemos que a implementação de assentamentos não é uma tarefa daquelas fáceis, ditas fáceis, dentro de nossa sistemática aí de ocupação rural, mas o importante é que isso fique registrado.

O INCRA, obviamente, se preocupa e investe para que o assentamento, ele tenha um desenvolvimento de forma plena e mais harmoniosa possível. Então, operando, inclusive, com a construção de situações para que permita a educação dos assentados, o tratamento da saúde, assistência técnica, etc., etc.

Bom, outra questão importante que a gente também precisa fazer um breve registro diz respeito à fala do Exmo. Senador Flexa Ribeiro, quando ele diz que nós devemos tomar cuidado com os desvios das SRs do Pará e que ele está provocando, via interpelação, o TCU para que tome providências com relação a esses desvios. Ora, enquanto servidor público e, portanto, servidor do estado e cidadão brasileiro, eu acho, e aí retomando minha fala inicial, que não pode ser outro entendimento, eu acho que os desvios têm que ser mesmo apurados e, se comprovados, eles têm que ser devidamente punidos.

E eu tenho a plena certeza, não tenho dúvida disso, de que essa é a orientação que vem sendo seguida pelo Presidente Holf, portanto, eu faço questão de fazer esse registro para não passar a impressão de que, eventualmente, o rumo que está se adotando, enquanto institucionalidade pública federal, seria outro que não esse que eu estou registrando aqui.

Bom, por fim, eu... Não, ainda tem outra questão, mas que foi acho que devidamente colocada pelos meus antecessores, que é a questão da regularização fundiária. O INCRA está enfrentando a necessidade dessa regularização fundiária através do Programa Terra Legal, citado aqui, criado pela Lei 11.952. Obviamente que esse enfrentamento também não é um enfrentamento daqueles que a gente entenda que resolva a questão imediatamente, dado o grau de contradições que existe nas ocupações da nossa Amazônia brasileira, particularmente naquelas regiões onde o detentor de domínio é a União.

Então, isso se dá através do procedimento de conhecimento, obviamente, onde todas as contradições, inclusive as questões ambientais, são levadas ao conhecimento do INCRA, para, a partir do andamento processual, isso ser finalizado.

Então, isso está sendo encaminhado. Então, existe um programa definido para tratar das questões das ocupações, o INCRA se estruturou para isso, para tratar dessas ocupações e da solução ao problema de domínio das terras da União na Amazônia. Por fim, eu quero agradecer, mais uma vez, pela oportunidade, ao Senador Jefferson e aos presentes. E dizer que nós estamos à disposição para retornar para tratar das questões relativas ao INCRA, sempre que nós formos convidados. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Silvio.

Concedo a palavra ao Sr. Paulo, do Instituto Chico Mendes, para fazer suas considerações finais.

SR. PAULO FERNANDO MAIER DE SOUZA: Diferente do Senador Flexa Ribeiro, eu entendo que não tenho o dom da palavra, se tivesse, talvez pudesse ocu-

par muito pouco espaço e ser bem mais esclarecedor. Mas queria aproveitar aqui para dialogar com algumas falas, por fim, primeiro, talvez tentar colocar uma pá de cal sobre um incidente relacionado com populações tradicionais de uma das unidades de conservação e população indígena. Nós fizemos uma intervenção, a partir daqui de Brasília, articulada entre a FUNAI e nós do Instituto Chico Mendes, por conta de uma disputa, sim, dentro de uma das nossas unidades de conservação, no que dizia respeito à existência de uso comum de recursos que ora estava em disputa por dois grupos diferentes dentro de uma de nossas unidades.

O que se construiu lá foi muito próximo de um acordo de pesca, apenas um acordo para utilização conjunta dos recursos, definindo o que se deve e o que não se deve usar e o que cada um dos grupos vai estar utilizando no próximo período.

Então, temos, assim, uma relação bastante interessante e cada vez mais imbricada com a FUNAI, no que diz respeito a essas áreas de franja entre as unidades de conservação e as terras indígenas ou os territórios indígenas, quando ainda não reconhecidos pelo Estado brasileiro. Segundo, queria dizer que as atuações, algumas delas são fechadas, e outras são abertas.

Então, às vezes, quando as pessoas se assustam pelo valor da multa aplicado em um auto da infração e que parece às vezes exagero do agente autuante diz respeito à existência de multas que são fechadas, ou seja, o valor é estabelecido a partir de. Então, é tanto por aquilo, tanto por metro cúbico, tanto por espécie, e, efetivamente, os valores são altos.

E eu, particularmente, sou forte advogado disso. Queria até retomar a relação com a questão da infração de trânsito, que, até anteontem, acho que uma inteligência do legislador brasileiro, até anteontem, a gente pagava as multas de trânsito com muita facilidade, e, portanto, não precisava muito se preocupar em cumprir a regra. Felizmente, pela inteligência do legislador brasileiro, hoje, não só as multas são maiores, como qualquer um de nós corre o risco de perder sua carteira de habilitação, se somar os famosos pontos nas suas carteiras, nas suas habilitações, o que significa que, hoje, precisamos, pelo menos, por conta da regra, tomar muito mais cuidado.

Outra informação. Na reunião que tivemos lá em Lábrea, o prefeito e sua equipe nos afirmou que não manifestou-se, em nenhum momento, contra a criação das unidades, portanto, é justamente desse processo que nós estamos falando, onde ouvimos a sociedade e, em algum momento, escutamos da sociedade que não há óbice à criação.

Em outros momentos, entendemos que existe a apresentação de dificuldades ou de óbice à criação, e isso vai para os processos e é adequadamente tratado lá.

Queria dizer que a criação dessas unidades e aí, particularmente, gostaria de falar de quatro que se relacionam com alguma proximidade com a cidade, que são duas florestas nacionais e duas reservas extrativistas, elas dialogam fortemente com essa dificuldade da existência de regularidade para a aprovação do uso dos recursos, ou seja, se, para fora das unidades, essas áreas não estão destinadas, e uma das dificuldades é identificar se quem está propondo o uso do recurso tem direito a usar o recurso, que é uma das dificuldades apresentadas aqui pelo IPAAM, nessas unidades de conservação, parcela importante dessa dificuldade está afastada, que são unidades de conservação sob responsabilidade de a União fazer a gestão, obviamente que junto com a sociedade.

Uma coisa que me chamou bastante atenção lá em Lábrea foi, e é possível que essa informação tenha algum nível de erro, mas foi a informação de que não havia nenhuma pendência com relação à manifestação do Instituto Chico Mendes para processos de licenciamento.

Então, se existem dificuldades relacionadas com a manifestação do Instituto Chico Mendes, é prudente que elas não sejam apresentadas, porque a orientação tanto para a equipe das unidades, e isso vale também para as outras regiões do estado, tanto para a coordenação regional, que, nos licenciamentos de responsabilidade do estado é quem faz a autorização, quanto naqueles casos que dizem respeito a processos de licenciamento da União, que quem faz a manifestação é a equipe da unidade, mas a autorização é dada pelo presidente do instituto aqui em Brasília.

Portanto, todos os empreendimentos do entorno, eles não estão inviabilizados, mas todos aqueles que têm impacto sobre a unidade, eles precisam ser olhados com outros olhos, que, inclusive, impõe nosso olhar, que é diferente do olhar do agente licenciador, porque dialoga com as estratégias de conservação da biodiversidade na unidade de conservação.

Penso que é prudente, sim, avançarmos no acordo de pesca, já é um tema tratado lá em Lábrea; estou falando especificamente em Lábrea, mas eu sou fã dessa modalidade; e sou fã porque, de novo, é uma inteligência construída a partir de quem fazia os acordos entre os comuns, e isso é reconhecido pelo Estado brasileiro, normatizado, e, hoje, há possibilidade de nós devolvermos.

Quanto à dificuldade de implementação das unidades de conservação, e aí nós falamos de 30 anos

de história, nós temos população, aliás, eu tenho, tanto quanto possível, dialogado com parcela das populações, com lideranças, fazendo reuniões públicas com o Poder Público Municipal, eventualmente, com o Poder Público Estadual também, no que diz respeito às reservas extrativistas, e mesmo essas reservas extrativistas criadas já há bastante tempo, e a sensação que nós temos é diferente, prefeito, a sensação que nós temos é de um conjunto de processos em andamento, mas várias delas com a implementação dada e algumas respostas, inclusive, já concedidas.

Eu me lembro de uma reunião que a gente fez lá na RESEX Chico Mendes, em que, dentro de uma sa-raivada, assim, de problemas que tínhamos na gestão, alguns questionamentos bastante pertinentes, e uma liderança levantou-se, fazendo coro à parcela daquelas críticas à gestão, à nossa dificuldade de implementação na totalidade dos processos necessários, mas fez vários elogios, inclusive, relacionados com a não mais necessidade de que as crianças saíssem ramais a fora para procurar educação, porque escolas e estratégias que foram estabelecidas da União junto com o Poder Público Municipal, Estadual, eventualmente, permitiu que essas coisas acontecessem.

E aí temos uma série de respostas com relação a isso, que dizem respeito, em alguns municípios, que uma parcela grande dos recursos, hoje, à disposição da população do campo e da cidade, das unidades e da sede dos municípios, vem justamente desse esforço de construção e reconstrução da possibilidade dos espaços.

O esforço de sinalização e demarcação que realizamos e, felizmente, com o Exército brasileiro, que acho que todo mundo conhece aí da qualidade dos esforços que são realizados pelas equipes do Exército brasileiro, diz respeito a dar algumas respostas que são, muitas vezes, de parcela da sociedade que nos informa que tem dificuldade de entender onde começa e termina uma unidade.

Então, o processo de demarcação de sinalização é justamente para deixar muito mais tranquila a sociedade, para que ela saiba quando está entrando numa área dessas, para que ela saiba quando está usando recurso que está dentro ou fora de um área dessas, e é uma tarefa nossa, que realizamos, felizmente, em um grande acordo e que entendemos que, nesta região, saímos na frente.

Por fim, gostaria de me colocar absolutamente à disposição para novos momentos como este, novos momentos em outras áreas. Nós temos uma equipe do instituto que faz esforços em todo o país, não só aqui, em Brasília, nossa equipe das unidades, nossa equipe das coordenações regionais, particularmente quando se

fala das unidades de conservação, e temos a certeza absoluta de que os diferentes olhares sobre as ações de fiscalização dizem respeito não tanto ao método, não tanto à forma, mas absolutamente com relação ao conjunto de interesses que são confrontados.

E acredito que não é interesse de nenhum agente público, principalmente as lideranças, em qualquer momento, fazer o pacto pela ilegalidade. Portanto, as ações de controle, de fiscalização, de monitoramento dizem respeito a adequar nossa situação com relação à garantia de que as atividades que se realizam se realizem de forma legal e não só por conta, de novo, não só por conta da regra, da norma, mas absolutamente entendendo que a inteligência que se chegou aqui, do legislador, do conjunto de construção de procedimentos diz respeito ao que é possível construir, nesse momento, que dialoga, sim, com o desenvolvimento sustentável, seja ele a conotação que seja dada por cada um de nós. Mas dialogando muito fortemente com a necessidade de que autorizaremos, controlemos as autorizações e permitamos a quem de direito o uso dos recursos.

Algumas práticas ainda são revestidas de ilegalidade, e a tarefa de todos nós é construir a possibilidade da legalidade, seja através dos processos autorizativos, seja através dos processos de controle, e, fundamentalmente, garantir as diferenciações daqueles que agem de forma legal para aqueles que agem de forma ilegal, garantindo, com isso, porque, muitas vezes, essa é a queixa de quem age de forma ilegal, que haja um diferencial que permita que esse que age de forma legal consiga acessar o mercado e disputar em condições de igualdade.

E eu tenho certeza absoluta de que a emancipação das populações locais é um esforço grande desse instituto e tenho certeza de outros espaços do Poder Público e que dialoga fortemente com a construção da agenda da sustentabilidade.

Obrigado por esta oportunidade aqui. E acredito que, em outros momentos, a gente vai poder estar aí, eu pessoalmente ou através de outros integrantes do Instituto Chico Mendes, prestando as informações necessárias à sociedade, talvez até construindo os mecanismos, construindo as saídas necessárias.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Sr. Paulo.

Concedo a palavra ao Prefeito Fernando, da Associação dos Municípios do Estado do Amazonas.

SR. FERNANDO VIEIRA: Eu saí daqui com a impressão de que nós vivemos duas “Amazônias”, a que nós vivemos, nós amazônidas vivemos, e que Brasília enxerga. Essa é minha primeira impressão.

Como essa é a primeira reunião, pelo menos, eu tive o direito, neste século, de me apresentar como homem da Amazônia, que vive da Amazônia, que cria seus filhos na Amazônia, que vota senadores, deputados estaduais, presidentes da República também na Amazônia. Eu fico feliz por isso, porque, de repente, antes, a gente não podia falar aqui da Amazônia, éramos proibidos. Então, eu fico feliz com isso.

Eu quero dizer para vocês que nós não somos uma população de *shopping center*, nós somos uma população de floresta. Nós estamos ali vivendo, uma população de floresta; lá nós não vivemos no *shopping Center*. Então, nossa visão é uma, de certeza, diferente dos grandes centros urbanos, esses grandes centros urbanos que tanto impactam o ambiente e que ninguém discute, ninguém discute a poluição do Tietê, por exemplo, mas, muitas vezes, muita um cidadão amazônico porque passou no Igarapé de pés descalços.

Então, são sobre coisas assim que nós precisamos discutir mais, e aí queria fazer um convite ao Instituto Chico Mendes, porque, de repente, ouvi o Instituto Chico Mendes, aqui, falando coisas que não são procedentes na ponta, nos municípios, para discutir essas questões ambientais com o município, através da associação dos municípios. Nem sempre a visão do estado é a mesma dos municípios, nem sempre o que é bom para o estado não é bom para os municípios da Amazônia.

Então, faria aqui esse convite ao Instituto Chico Mendes, ao INCRA, ao IBAMA, enfim, todas as instituições que fazem parte dessa questão do desenvolvimento da Amazônia, a fazer uma discussão sobre a Amazônia com os municípios, com as pessoas que vivem na Amazônia.

A gente sabe que, na realidade, os problemas estão nos municípios. E as soluções têm que sair dos municípios, nós não somos donos da razão, em hipótese algum, nós queremos é discutir que razão o Brasil quer para quem vive na Amazônia.

Então, eu saio daqui, mais uma vez, achando que nós vivemos duas “Amazônias”, mas nem tudo está perdido, eu fico feliz por isso, de vocês, mais uma vez, ouvirem a voz de pessoas que vivem da Amazônia. Mas eu não queria sair daqui sem algumas respostas.

Ouvi aqui do Instituto Chico Mendes que nós precisamos sentar para discutir e sermos parceiros. Nós fizemos isso lá no meu município, meu município tem seis unidades de conservação, nós vivemos com equilíbrio disso, nós vivemos num município que tem essa capacidade de sentar, e nem por isso as pessoas deixaram de ser punidas, e nós estamos, diferente de outros estados e outros municípios, nós estamos sendo punidos por fazer a coisa correta.

As pessoas que foram multadas do polo, nem digo polo, mas os artesãos de madeira de Presidente Figueiredo tinham licença do IPAAM, e foram multados. E a pessoa que multou disse que o documento do IPAAM não valia.

O Paulo fala sobre a questão do município, com a responsabilidade através de sua Secretaria de Meio Ambiente. Nós criamos a Secretaria de Meio Ambiente, contratamos técnicos, fizemos um convênio com o CIPAM para fazer o monitoramento de nosso município. A pessoa que faz um convênio com o CIPAM não está com intenção de desmatar, e nem por isso a Secretaria de Meio Ambiente deixou de ser multada por transportar dois metros cúbicos de madeira, multada por 200 mil reais.

E, hoje, eu fiquei, até vou levar esse dado interessante, que eu acho que número, por ser uma questão lógica, é interessante, do Senador Flexa Ribeiro, que esse leilão das florestas amazônicas, esse leilão em que um metro cúbico de madeira da Floresta Amazônia custa dois reais, nós estamos sendo multados por transportar esses mesmos dois metros cúbicos em 200 mil reais.

Então, são coisas que a gente precisa discutir. Eu achei isso interessante, eu acho que se constrói uma nação assim, até porque o mundo não é convergente, as pessoas não são iguais, nós somos diferentes, sim, obviamente, quando trabalhamos interesses, vai ter conflitos, mas eu espero que o conflito, daqui para frente, entre a Amazônia e as pessoas que vivem no Brasil não seja só de multa, não seja só de perseguição, seja um conflito de ideias, um conflito de busca de conhecimento científico.

Volto a repetir, se você votar de novo para as ações de pesquisa da Amazônia, é vergonhoso. Vá num supermercado do nosso estado, veja quantos produtos têm na prateleira fruto de uma pesquisa amazônica. Vão, vejam isso. Eu estou a 30 anos trabalhando reprodução de tambaqui do mesmo jeito. A China, volto a dizer, vai trazer pirarucu da Amazônia para vender para nós. É preciso discutir isso também. Não é só discutir, penalizar, não é só discutir questões abrangentes sobre o respeito e a ótica de todo o país, é preciso discutir também com os homens e mulheres que vivem na Amazônia, que criam seus filhos na Amazônia, não vivem em *shopping center*, vivem em floresta, mas que têm o direito também de mandar seus filhos para a universidade.

Eu trabalho na Amazônia há muito tempo e sinto isso, a necessidade de que meu filho também, junto com vocês, num momento como esse, discuta a Amazônia.

Eu tenho certeza absoluta de que eu estou aqui porque me permitiram ir para uma universidade; se eu não tivesse tido essa oportunidade, eu não estaria aqui discutindo, eu estaria aqui como serviçal, como senhor que as pessoas diziam: “É assim que tem que ser feito”, e eu não questionar.

Então, eu agradeço imensamente, aqui, ao Senador por essa coragem, por essa abertura que deu ao município, aos municípios do interior do Amazonas, de dizer o que sente, o que ele pensa para a Amazônia se desenvolver.

É impossível pensar que nós, do Estado do Amazonas, dos municípios do Amazonas temos projetos para desenvolver desflorestando. Nós provamos isso ao longo do tempo, que não, não é essa nossa vocação. Nós queremos, sim, criar uma discussão de centro. Nós, há mais de um século, estamos ouvindo dois discursos da Amazônia: uma pessoa que diz que, com a motosserra, vai desenvolver a Amazônia; a outra pessoa diz que a Amazônia é intocável. E nós, agora, nossa geração, Senador, tem a obrigação de construir um discurso da sustentabilidade, transformar o produto amazônico em alguma coisa que empregue e dê renda às pessoas e que respeite as questões ambientais, obviamente.

E, de certeza absoluta, nós estamos começando ainda uma primeira discussão, nós estamos discutindo ambientes de floresta, já está essa polêmica, quando nós formos discutir aquele ambiente que dá sustentação ao planeta, que são os ambientes aquáticos, de certeza absoluta, nós vamos ter um embate muito grande nessa questão.

Volto a repetir, mais uma vez: é preciso trabalhar com legalidade? É. Mas quem é que consegue na Amazônia, no interior, se legalizar? O município, volto a dizer, mais uma vez, tem um lago de 250 mil hectares de lâmina d'água, que quer transformar esse lago, 100 hectares só desse lago em produção de proteína animal. Nós não queremos boi, nós queremos peixe, nós não conseguimos até hoje. E as pessoas fazem o quê? Trabalham na ilegalidade, porque ser legal no Brasil é muito complicado.

Então, eu gostaria que vocês, que praticamente são todos da minha geração, pensassem assim: “Vamos facilitar ao homem da Amazônia a desenvolver, vamos dar credibilidade ao homem da Amazônia, que, hoje, também, ele já pensa, já foi para a escola, já foi para a universidade e pode trocar ideias com vocês que são tão sábios”.

Deus abençoe vocês. Muito obrigado, Senador Jefferson Praia, por essa oportunidade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Prefeito Fernando.

Concedo a palavra ao Sr. Fábio, do IPAAM.

SR. FÁBIO MARQUES: Senador, e a todos aqui presentes, saio daqui com uma grande dúvida, que gostaria até que meu parceiro do INCRA conseguisse me tirar essa dúvida, porque todos os aspectos que foram colocados aqui é sobre o licenciamento ambiental. Porque o órgão ambiental no município de Lábrea, tomando o município de Lábrea, tomando o município de Presidente Figueiredo, o órgão ambiental não licencia. Essa foi a grande questão do órgão ambiental para com os municípios, levando Apuí, Boca do Acre, Humaitá, Novo Aripuanã, etc., que tem, cada um desses municípios, sua peculiaridade.

Em contrapartida, disse aqui o representante do INCRA, nosso parceiro nessa grande luta pela regularização ambiental, pela regularização fundiária, que hoje nós temos, a partir da Lei 11.952, o Terra Legal, e nós temos três requisitos básicos do qual, até indo para Boca do Acre, criamos um entendimento de que uma declaração de ocupação daquele que já tinha uma declaração de viabilidade daquela posse, há tempos, poderia solucionar a questão fundiária, e me parece que não foi esse o entendimento, em reuniões entre o INCRA local e a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, que é a gestora do sistema ambiental na Amazonas, e o IPAAM, porque ainda dependeria de um cadastro ambiental, que seria o CAR.

Aí eu vejo apenas uma indagação com relação a essa propositura, para a gente tentar, pelo menos, alavancar aí cerca de 80 processos, 80%, me perdem, 80% dos processos que estão em fase de regulação ambiental e que não podem sair por questões fundiárias.

Se uma declaração dada pelo chefe da unidade, em dezembro de 2004, que é isso que a lei fala, se uma declaração de ocupação desse mesmo interessado, e tendo ele um módulo até quatro módulos fiscais, ou seja, até aquela média de 400 hectares, permaneceria a ele a ter sua regularização ambiental.

Então, eu saio ainda na dúvida se eu, fazendo uma declaração de ocupação daquele possuidor, mesmo já tendo o procedimento administrativo tramitando dentro do IPAAM, no caso do órgão ambiental estadual, no Estado da Amazonas, essa declaração é anterior a 2004, isso permitiria eu impulsionar um parecer opinativo ao diretor presidente a conceder a licença ambiental? Essa é a grande indagação. Porque, se eu puder, em face do que prescreve a Lei 11.952, a gente alavancaria 80% dos processos, quer seja na questão de plano de manejo, quer seja na questão da aquicultura, que, hoje, Rio Preto da Erva está parado, praticamente, com essa questão fundiária, mineral, mineração também, dentro de sua proporcionalidade

e dentro daqueles aspectos que foram colocados aqui, e também aquelas outras localidades que o Prefeito de Lábrea, que diz que os processos estão parados no IPAAM, dependendo de uma oitiva do ICMBIO, mas é porque a lei do SNUC diz que a atividade em zona de amortecimento você tem que ouvir o órgão gestor, e esse órgão gestor, hoje, pela lei de criação do ICM-BIO, é ele próprio. Anteriormente, era o IBAMA, hoje, é o ICMBIO.

Então, nós não podemos fugir dessa regra, e é uma normatização de que não se pode fugir, como, por exemplo, as questões de terra indígena, diferentemente da questão das unidades de conservação, que você, apenas pela Resolução 378, salvo engano, você apenas oficia a FUNAI, dizendo que aquele empreendimento está sendo objeto de licenciamento ambiental.

E já contrário, censo, vamos dizer assim, do SNUC, desculpe a expressão, porque, às vezes, eu confundo com o SEUC, que é o estadual, e o SNUC é o federal, mas a gente ouve essa SDS, no caso da unidade de conservação estadual, e ouve o ICMBIO, que é o gestor das unidades de conservação federais. Por isso é que os processos, infelizmente, não andam, enquanto não houver o posicionamento dos dois órgãos gestores, dependendo de se estiverem próximos, nas proximidades, na área da entorno, na zona de amortecimento de cada unidade de conservação.

Então, eu gostaria até que a gente conseguisse, nesse retorno para o Estado do Amazonas, uma resposta do INCRA, porque, inclusive, como exemplo, aqui, eu estou com dois processos, aqueles dois que não foram, foram de multa na gestão, na operação do ICMBIO lá em Presidente Figueiredo, nós oficiamos ao INCRA para saber se aquela declaração dada em 2003, pelo chefe da unidade de Presidente Figueiredo, tem validade, para que a gente não possa estar lá sendo objeto de que o órgão ambiental é o órgão engessador da regularização ambiental no Estado do Amazonas, quando, na verdade, não é, não é, não é.

E não sou aqui, me desculpem meus parceiros, não estou aqui querendo jogar responsabilidade, mas, sim, de a gente entrar numa sintonia para poder tomar um rumo, ou seja, a gente, como autarquia, tendo a administração financeira e a autonomia também jurídica, a gente vai dar um posicionamento ao diretor e à autoridade superior da entidade, que vai conceder aquela licença. E, se nós dermos uma licença baseados num parecer que não tem legalidade, ele vai responder por uma ação de improbidade administrativa, como agente público.

Então, eu espero que a gente saia daqui numa uniformização, para colocar a questão fundiária, definitivamente, resolvida no Estado do Amazonas. Porque

esse é o grande gargalo da regularização ambiental, seja em qualquer atividade, desculpa, no Estado do Amazonas.

Eu quero, por fim, aqui, agradecer ao Senador, mais uma vez. Por incrível que pareça, é a primeira vez que estou nesta Casa, embora já tenha vindo outras vezes aqui, e é uma satisfação muito grande, como amazônida, porque também nasci em Manaus, sou filho de Manaus e venho, apesar dessa aparência, Senador, mas eu venho desde a época em que existia, no Estado do Amazonas, o Instituto de Terras do Amazonas, ITERAM, sucessor do IMAM; sucessor, não, antecessor do IMAM, que onde foi fundido, como eu coloquei aqui, CODEAMA e ITERAM, e isso começou na minha realidade acadêmica muito cedo, mas isso não vai me lisonjear, nem nada, é mais uma gratidão, eu acho que dentro do meu percurso como servidor público, de participar aqui. Eu acho que de um marco, um marco ambiental que V. Exa. está proporcionando não só ao Estado do Amazonas, mas eu acho que vai proporcionar também ao Estado do Pará e a toda a Amazônia. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito bem. Agradeço a todos, agradeço ao Prefeito Gean, a todos que estão conosco até agora.

Eu quero, aqui, para finalizar, poderia destacar todas as posições, tópico por tópico, mas não vou fazer isso, estamos há praticamente quatro horas e meia discutindo essa questão.

Acho que nossa Audiência foi proveitosa, temos diversas ações para serem feitas, inicialmente, pensei que ia ser uma Audiência oba, oba, aquela que todo mundo vem falar o que a gente já sabe, mas muitas coisas importantes foram colocadas aqui.

Eu quero começar pela observação feita pelo Fábio, do IPAAM, em relação ao INCRA. Gostaria que o Sr. Silvio percebesse essas preocupações. Nós vamos também levar ao conhecimento do INCRA do Amazonas toda essa percepção, para que possamos avançar.

Primeiro ponto que eu quero rapidamente dar conclusão. Planejamento para as unidades de conservação. Precisamos ver como está esse planejamento, o que está sendo feito, que metas estão sendo cumpridas.

Eu acredito que essa agenda de compromissos, é muito importante que ela continue sendo feita, principalmente com todas as instituições. Não podemos trabalhar só o caso de Lábrea, tem o caso de Presidente Figueiredo e de outros casos.

Então, a sugestão que eu faço ao ICMBIO que viabilize, seja o catalisador, nesse processo de integração das instituições que estão envolvidas nas ações que vocês vão fazendo.

Então, portanto, eu faria uma reunião mensal com todas as instituições envolvidas no trabalho relacionado ao trabalho, à função, no caso, à função das ações do Instituto Chico Mendes.

Percebemos a agenda de Lábrea, os compromissos, acredito que é um passo importante, temos que ver o andamento dessa agenda, e foi destacado, também, pelo Mauro, do Ministério do Meio Ambiente, também uma agenda aqui no Congresso Nacional, projetos que temos que estar atentos para buscarmos a apreciação e a votação.

E, por último, que eu quero aqui, fazendo essa breve conclusão, destacar essa questão das multas, e aí, quando existem provas de multas que foram provocadas de forma ainda não concreta ou compreensível por parte daquele que está sendo multado, que essas pessoas, essas instituições pudessem, porque acredito que podemos fazer isso, solicitar ao ICMBIO que pudesse rever isso, rever essas multas, em casos em que há toda a comprovação de que a ação que estava sendo feita era uma ação correta.

São muitos desafios que temos pela frente, e acredito que nós não podemos ter o próximo encontro da maneira como tivemos hoje. O próximo encontro eu não sei quando vai ser, espero que não seja tão cedo, porque, quando as políticas públicas estiverem sendo resolvidas, a população estiver satisfeita, no caso lá das reservas extrativistas, elas concordaram ou a população concordou porque o projeto que foi externado para eles foi um ótimo projeto. Nosso povo é um povo fácil de lidar, você chega para eles e diz: "Olha, está aqui, olha, vai ser isso, vai ser aquilo, vai ser isso, vai ser aquilo", eles, com aqueles olhinhos deles brilhando por melhoria da qualidade de vida, porque estão, a grande maioria mesmo numa condição de pobres, disseram: "Puxa, é assim que eu vou melhorar de vida". Só que, hoje, nós não estamos percebendo isso acontecendo.

Então, é importante verificarmos isso. Eu vou solicitar, e já quero aqui externar publicamente, do ICMBIO um relatório de todas as unidades de conservação que são atribuições do instituto, no Estado do Amazonas, um relatório detalhados de todas as posições.

Então, eu quero saber de vocês o planejamento existente, o manejo existente, as fases, as metas, o que está sendo cumprido, a população está participando, quais são os desafios, quem está empurrando o andamento das ações.

Eu vou querer, para acompanharmos, daqui para frente, todas as unidades de conservação, tanto federal quanto estaduais. Vou fazer esse documento também para unidades de conservação do Estado do Amazo-

nas, que estão sob a atribuição da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável.

Acredito que, dessa forma, com o acompanhamento de cada unidade, sabendo passo a passo o que está sendo feito, nós poderemos ajudar muito mais.

A grande questão aqui – foi colocada por um dos senhores – é o diálogo. Eu acho que a palavra que saímos daqui, com algumas palavras, diálogo, e a outra palavra que eu colocaria aqui é a palavra parceria, diálogo e parceria; parceria com a sociedade, parceria com as prefeituras, parceria com os órgãos do Governo do estado, parceria com os órgãos da União.

Então, verificarmos o que compete a cada um, buscarmos a solução dos problemas, e não termos aqui situações como essa, quando você percebe o IPAAM colocando uma posição relacionada ao INCRA do Estado da Amazonas, e que isso, essas posições iriam desencadear a solução para praticamente 80% dos processos que o IPAAM tem em suas mãos.

Então, nós não podemos deixar para reunir somente publicamente. Senão, nós teremos, eu vou fazer uma Audiência Pública por mês, em cada unidade de conservação, vou ter que me dedicar o resto do mandato só para fazer isso, porque, se vocês não se reunirem, vão ter que se reunir através de Audiência, tem que reunir, tem que ser feito esse grupo de trabalho. Convida todo mundo, todas as instituições, vamos colocar ponto a ponto, alguns vão ser mais difíceis de serem resolvidos, e conversar com a população e orientar, porque, se a proposta, ela é boa para o povo, que quer conservar aquela terra maravilhosa, então, por que nós vamos fazer algo que é público, que é uma política pública sem a participação da população, sem o conhecimento dela?

Então, essas são as rápidas palavras que eu tenho a deixar. E quero agradecer a todos os senhores, Dr. Silvio, Dr. Mauro, Dr. Paulo, Dr. Fernando, prefeito, o Dr. Fábio, nosso companheiro Gean, representantes aqui da Associação dos Municípios, todos vocês assessores que estiveram aqui conosco, temos uma missão muito grande: viabilizar as unidades de conservação, tanto federal quanto estadual, da melhor forma possível, e que o povo do Estado do Amazonas, já que esse foi o foco principal da nossa conversa aqui, fique satisfeito, tenha uma boa qualidade da vida.

Muito obrigado. E está encerrada esta reunião. Antes de encerrar, um comunicado aqui que a Secretaria me proporciona. Comunico que a reunião da Subcomissão da Usina de Belo Monte ficou marcada para hoje, às 15h50, portanto, daqui a 10 minutos, nesta sala. Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 15h41.

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE JULHO DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às doze horas e trinta minutos do dia seis de julho de dois mil e dez, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos (as) Senhores (as) Senadores (as) **JORGE YANAI, ARTHUR VIRGÍLIO, CÍCERO LUCENA, JEFFERSON PRAIA, FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, JAYME CAMPOS e FLEXA RIBEIRO**. Presente também a Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI**, não membro da Comissão. Deixam de comparecer os (as) Senhores (as) Senadores (as) **ALFREDO NASCIMENTO, JOÃO RIBEIRO, GILVAM BORGES, HÉLIO COSTA, VALTER PEREIRA, KÁTIA ABREU, HERÁCLITO FORTES, ELISEU RESENDE, MARISA SERRANO e GIM ARGELLO**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta. **Item 3) REQUERIMENTO Nº 28, DE 2010-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que “Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública no âmbito da Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, para discutir as normas e procedimentos de inclusão dos municípios e demais entes federados no Cadastro Único de Convênios – CAUC, com a participação dos seguintes representantes: Representante da Confederação Nacional de Municípios – CNM; Representante da Associação Brasileira dos Municípios – ABM; Representante da Frente Nacional de Prefeitos – FNP; Representante da Subchefia de Assuntos Federativos da Casa Civil da Presidência da República; Representante da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Planejamento – MPOG; e Representante da Secretaria do Tesouro Nacional”. Autoria: Senador Jefferson Praia. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento. **Item 1) REQUERIMENTO Nº 27, DE 2010-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que “Requer, nos termos do disposto no inciso IV do art. 71 da Constituição Federal e no art. 102-A, inciso I, alínea ‘e’, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitado, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, ao

Tribunal de Contas da União, que analise os indícios de irregularidades apontados em relatórios da Auditoria Geral do Estado do Pará (AGE/PA) em obras e convênios que recebem recursos federais". Autoria: Senadores Mário Couto e Cícero Lucena. Após a leitura do Requerimento, usa da palavra o Senhor Senador Flexa Ribeiro. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento. **Item 4) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO**, que "Dispõe sobre a proteção das cargas do transporte ferroviário". Autoria: Deputado Vinicius Carvalho. Relatoria: Senador César Borges. Relatório: Favorável à matéria. Observações: 1) A matéria será ainda apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa; 2) A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 01/06/2010 e 08/06/2010. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senhor Senador Flexa Ribeiro. Concedido pedido de vista ao Senhor Senador Flexa Ribeiro, nos termos regimentais. **Item 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO**, que "Acrescenta inciso ao caput do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para tornar obrigatória a informação à Agência Nacional de Águas (ANA), pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sobre poços perfurados em terra que não configurem descoberta comercial desses recursos energéticos, mas que demonstrem viabilidade para obtenção de água proveniente de aquíferos". Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Favorável ao Projeto. Observação: A matéria será ainda apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, usam da palavra o Senhor Senador Flexa Ribeiro e a Senhora Senadora Rosalba Ciarlini. Colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA favorável ao Projeto. **Item 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, DE 2009 – NÃO TERMINATIVA**, que "Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados a aparelhos de destilação e de osmose inversa, destinados a dessalinização de água". Autoria: Senador João Vicente Claudino. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Favorável ao Projeto. Observações: 1) Em 01/06/2010, foi realizada audiência pública para instruir a matéria; 2) A matéria será ainda apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. Colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA favorável ao Projeto. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 2) REQUERIMENTO Nº , DE 2010-CMA – NÃO TERMINATIVO**, de Autoria da Senadora Kátia Abreu; **Item 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2009; Item**

6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, DE 2007; Item 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 494, DE 2009; Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, DE 2008; Item 11) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2009; Item 12) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, DE 2009; Item 13) CÂMARA Nº 328, DE 2009 que tramita em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 536, DE 2009. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador RENATO CASAGRANDE, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 6/7/2010

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Os senadores que forem favoráveis à dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a inversão, para que pudéssemos analisar um requerimento de minha autoria, que é o Item nº 3.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Inversão concedida. O Item nº 3 é um requerimento de V. Exa., do Senador Jefferson Praia, que "requer, nos termos do art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para discutir as normas e procedimentos de inclusão dos municípios e demais entes federados no Cadastro Único de Convênios – CAUC, com a participação dos seguintes representantes: representante da Confederação Nacional dos Municípios, representante da Associação Brasileira dos Municípios, representante da Frente Nacional dos Prefeitos, representante da Subchefia de Assuntos Federativos da Casa Civil da Presidência da República, representante da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Planejamento e representante da Secretaria do Tesouro Nacional". A autoria é do Senador Jefferson Praia, a quem eu passo a palavra.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Sr. Presidente. Nós sabemos que o Sistema de Cadastro Único de Convênios, o CAUC, é uma ferramenta importante para a verificação da situação financeira de convenientes e entes federativos beneficiários de recursos das transferências voluntárias da União, que atende exigências estabelecidas pela Constituição Federal, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Legislação Aplicável. Entretanto, Sr. Presidente, esse sistema ainda carece de aperfeiçoamentos normativos e procedimentais, com a finalidade de evitar entraves burocráticos para os estados federados acessarem os recursos públicos. Portanto, o principal objetivo desta audiência é ouvir as percepções dos participantes e convidados, bem como suas sugestões, com vistas ao aprimoramento do sistema em questão.

Cabe ainda ressaltar que as sugestões devem buscar garantir o cumprimento dos aspectos legais dos contratos administrativos, sem deixar de lado o objetivo primordial e final dos contratos, que deve sempre levar dignidade e melhor qualidade de vida às comunidades e à população brasileira, de forma a promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável do país, através das transferências voluntárias.

Por essas razões, Sr. Presidente, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Eu quero aqui, também, acrescentar, Sr. Presidente, que esta iniciativa está sendo solicitada por entidades que representam os prefeitos do nosso país, que vieram a mim, para que pudéssemos ter esse momento de discussão, de reflexão, relacionadas ao CAUC, que está aí amparado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, com o objetivo de aprimorar, termos aprimoramentos normativos e também relacionados aos procedimentos. É esse, então, o requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Parabéns, Senador Jefferson Praia. De fato, esse debate sobre a inclusão dos municípios no CAUC é um debate importante, e V. Exa. convida aqui os principais interessados nesse tema. Naturalmente, municípios inadimplentes não podem receber recursos, mas nós precisamos verificar quais são as condições, os procedimentos e os critérios, para que nós não burocratizemos demais a transferência de recursos para os municípios. Então a Audiência Pública é importante para isso.

Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento. Os senadores que forem favoráveis à aprovação do requerimento para

a realização de Audiência Pública permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

Retornemos, então, ao Item nº 1. É também um requerimento, do Senador Mário Couto, subscrito pelo Senador Cícero Lucena, que solicita a essa Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle que, através da comissão, o Tribunal de Contas da União faça uma auditoria nas transferências do Governo Federal para o Governo do Estado do Pará, devido aos indícios de irregularidades apontadas em relatório de Auditoria Geral do Estado do Pará. Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, em vista da ausência do Senador Mário Couto, por motivo por demais justificado, como é também da minha informação, eu acho que ganha o Pará e ganha o Brasil, no momento em que Tribunal de Contas cumpra com o seu papel de fiscalizar os possíveis indícios de irregularidades em determinadas obras naquele estado e também convênios, ele me solicitou para que eu pudesse subscrever algo que eu faço corroborando com ele, com a sua preocupação de que as coisas sejam bastante transparentes naquele estado. Esse é o motivo que eu subscrevo esse requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Cícero Lucena. Senador Flexa Ribeiro com a palavra, para discutir a matéria.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, o Senador Cícero, ao subscrever o requerimento do Senador Mário Couto, ele traz ao conhecimento do Brasil, através da TV Senado, essa necessidade de que o Tribunal de Contas da União possa fazer uma avaliação e uma auditoria nas irregularidades apontadas no Estado do Pará, em relatórios da Auditoria Geral do Estado do Pará. Quem entregou a denúncia à Assembleia Legislativa foi o próprio órgão do governo estadual, foi a auditora chefe que entregou sete volumes, com mais de noventa relatórios de auditorias, e, com certeza absoluta, dentro desse relatório, tem verbas federais. O Senador Mário Couto, preocupado com isso, então pede que o Tribunal de Contas também possa fazer essa avaliação, que já está sendo feita pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará e pelo Tribunal de Contas, mas isso nas verbas estaduais.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Não havendo quem queira discutir a matéria, coloco em votação o requerimento do Senador Mário Couto, subscrito pelo Senador Cícero Lucena. Os senadores que forem favoráveis com a matéria permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria.

O Item nº 2, a autora do requerimento, a Senadora Kátia Abreu, não se encontra.

O Item nº 4, autoria é do Deputado Vinicius Carvalho, e a relatoria é do Senador César Borges: *“Dispõe sobre a proteção das cargas do transporte ferroviário”*. A matéria será ainda apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa. A matéria constou nas pautas das reuniões do dia 01 de junho e 08 de junho de 2010. Com a palavra o Senador César Borges, para relatar o Item nº 4.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pois não, Sr. Presidente. *“Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2009, de autoria do Deputado Vinicius Carvalho. A proposição tramitou na Câmara dos Deputados como o Projeto de Lei nº 2.138.*

O projeto torna obrigatório, no transporte ferroviário de minérios ou de cargas a granel, em vagões abertos, a adoção de medidas adequadas de controle e proteção que impeçam o derramamento do material transportado e a dispersão de suas partículas na atmosfera. No seu art. 3º, a proposição estabelece que as empresas infratoras sujeitem-se à multa de R\$ 500,00 para cada vagão desprotegido. Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Na Câmara dos Deputados, a proposição, depois de examinada pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pela Comissão de Viação e Transportes e, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, foi aprovada na forma do Substitutivo ora analisado.

Aqui, no Senado Federal, o Projeto de Lei foi enviado a esta comissão e à Comissão de Serviços de Infraestrutura, cabendo a esta última a decisão terminativa.

Na CMA, não foram apresentadas emendas. Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, inciso II, alínea ‘a’, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes à proteção do meio ambiente e ao controle da poluição. Nesse contexto, concordamos com o mérito da proposição sob exame, a qual, segundo o autor, busca evitar os danos causados ao meio ambiente, gerados pela poluição decorrente do transporte ferroviário de cargas desprotegidas, notadamente as cargas de minério e a granel. É conhecido que tais cargas geram um grande volume de partículas em suspensão que poluem a atmosfera. A medida também procura proteger os trabalhadores do setor e a população que vive ou trafega nas proximidades das linhas férreas. O objetivo do Projeto de Lei, portanto, é promover um meio ambiente sadio para as populações presentes e as gerações futuras

e, desse modo, agencia o Poder Público para agir em conformidade com os princípios estabelecidos no art. 225, da Constituição Federal.

Pelo exposto, Sr. Presidente, é que somos pela aprovação do presente Projeto de Lei em exame da Câmara nº 77, de 2009”. Este é o nosso relato, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador César Borges. Em discussão a matéria. Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, com relação ao mérito do projeto, eu acho que ele é bastante interessante porque pretende proteger a população pelo derrame de minérios ou de partículas, mas eu gostaria de pedir vista, para fazer uma análise de se isso traria algum valor adicional e de que forma, porque aqui não diz como fazer. Então que pudesse ser dito como é que seria vedado esse vagão. Então, na próxima semana, eu retorno com o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Vista concedida ao Senador Flexa Ribeiro. Por enquanto só ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, se V. Exa. e o Plenário concordarem, eu gostaria de pedir a inversão de pauta para relatar o Item 6, que é um projeto--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): No Item 6, o relatório é da Senadora Marisa Serrano.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É verdade, é da minha autoria, mas--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): A matéria está em pauta pela primeira vez. Então, nós não vamos--

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): E é contrária também, era bom a relatora...

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Estar presente. É que queria fazer a defesa do meu projeto.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Pois não, Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria de fazer uma solicitação. Tem um projeto de minha autoria, e o relator se encontra presente, que é o Senador Cícero Lucena. Eu gostaria de pedir que pudesse ser feita essa inversão de pauta. É o Item 7.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Vou atender, então, à Senadora Rosalba Ciarlini. O Item 5 nós já poderemos votá-lo, uma vez que ele já constou da pauta por mais de uma sessão, e a nossa regra aqui é a seguinte regra: na

primeira sessão, nós não designamos relator *ad hoc*, mas, a partir da segunda e terceira sessão, nós já designamos. Mas, de qualquer maneira, o Senador Cícero Lucena está presente e a autora do projeto está presente. Vamos ao Item nº 7: “*Acréscenda inciso ao caput do art. 8º, da Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997, para tornar obrigatória a informação à Agência Nacional de Águas, pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, sobre poços perfurados em terra que não configurem descoberta comercial desses recursos energéticos, mas que demonstrem viabilidade para a obtenção de água, proveniente de aquífero*”. A autoria é da Senadora Rosalba Ciarlini; a relatoria é do Senador Cícero Lucena. A matéria será ainda apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa. Senador Cícero Lucena com a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Quero dizer que, além de já estar esse relatório em sessões anteriores, mas eu gostaria de tecer apenas um pequeno comentário e dizer que apenas uma pessoa com a sensibilidade, com o conhecimento da realidade do nosso Nordeste, em particular do Rio Grande do Norte, da Paraíba, como a Senadora Rosalba, para ter essa brilhante iniciativa de aproveitar algo que tem recursos para uma pesquisa superior, que é a questão das agências de petróleo, de perfuração, e ter, então, a iniciativa de propor algo que vai beneficiar muito, Senadora Rosalba. Como eu disse, só a senhora, que conhece tão bem aquela região e que tem os cuidados que têm, que quer a melhoria de qualidade de vida daquele povo, para apresentar esse projeto. Por isso, o meu voto não poderia ser diferente da alegria de estar relatando esse projeto com o parecer favorável, para que venha beneficiar milhares de nordestinos, de pessoas sofridas, que, muitas vezes, têm o feijão, e não tem a água para cozinhar o feijão.

Então eu quero parabenizar a iniciativa da senadora, no mesmo instante em que o meu voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Cícero Lucena. Em discussão a matéria. Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, só também para fazer meus os parabéns à Senadora Rosalba, pela proposta, e ao Senador Cícero, pelo parecer.

A Senadora Rosalba busca fazer com que os recursos públicos sejam melhor aplicados, tenham melhor qualidade na sua aplicação. Então, se a Agência Nacional de Petróleo vai perfurar um poço em busca

de petróleo, não encontra petróleo, mas encontra um manancial aquífero, a proposta da senadora é totalmente válida. Quer dizer, informa a ANA, e aí ela vai poder utilizar aquela descoberta para atender a necessidade de água, principalmente nas regiões mais sofridas pela seca, como é o caso do semiárido lá do nosso Nordeste. Então eu quero parabenizar a Senadora Rosalba e o Senador Cícero.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senadora Rosalba com a palavra.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu só gostaria de agradecer ao Senador Cícero, o senador que fez o relatório e que apresentou aqui, reforçando e pedindo a aprovação do nosso projeto, e ao Senador Flexa Ribeiro também, que defende essa proposição.

Mas, Presidente, Senador Casagrande, realmente o Senador Cícero tem razão: só quem conhece e que vivenciou essa realidade é que pode dimensionar o quanto isso é importante. Eu sou de uma região onde se perfura poços em busca de petróleo quase que diariamente. Não é diferente em parte do Ceará, que também está dentro dessa região onde nós produzimos petróleo em terra. Eu sei que isso também aconteceu em Sergipe, na Bahia, e, na grande maioria das vezes, se encontra água, água inclusive de uma qualidade excepcional, porque o Aquífero Açu, ele tem água térmica e mineral, e, simplesmente, a PETROBRAS tampona.

Quando prefeita, eu fiz uma luta muito grande e ainda consegui dois poços. Com esses poços, eu pude fazer o enterro do carro-pipa, da lata d'água na cabeça, como se diz, em dezenas de comunidades rurais. A vida se transformou naquelas comunidades. E estava tão fácil, o poço estava ali, mas, para fazer essa localização, fica difícil. Se for na hora que perfura, é mais fácil, os trâmites burocráticos serão menores, e nós teremos o aproveitamento de algo, que é o maior ouro que podemos ter no nosso semiárido, no nosso Nordeste, que é água, água potável, água de qualidade. Daí por que o povo do Rio Grande do Norte me deu essa missão de aqui representá-los, mas eu sei que esse projeto beneficia, não somente o Rio Grande do Norte, beneficia muitos estados nordestinos, entre eles também o Piauí, que também tem o Aquífero Açu e que pode ser beneficiado. A Paraíba também e muitos outros estados. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado à Senadora Rosalba. Parabéns pelo projeto, parabéns ao Senador Cícero Lucena pelo relatório. Também V. Exa. tem conhecimento que pode beneficiar também o norte do Estado

do Espírito Santo, que é uma região com déficit hídrico muito intenso, inclusive incluído nas políticas do incentivo do Nordeste, parte de Minas Gerais. Então alguns estados, de fato, têm muita dificuldade de disponibilidade de água para o consumo humano, animal, para a atividade agrícola, e essas perfurações podem, de fato, colaborar, Senador Flexa Ribeiro. O Pará não tem dificuldade de água, eu sei disso, mas outras regiões e outros estados têm dificuldade.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, o Pará tem o maior reservatório de água doce do mundo. A Amazônia, não o Pará. Mas quero dizer a V. Exa. que ele não tem a atenção do governo federal, porque poucas são as comunidades, principalmente as ribeirinhas, que possuem sistema de água. Eles tomam a água que puxam do rio, onde os dejetos são jogados também.

Então V. Exa., como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, pode imaginar qual a qualidade de vida que esses brasileiros têm. Então acho que deveria ter uma atenção do Governo Federal em relação a isso. Falam muito da Amazônia, em querer engessar a Amazônia, transformar a Amazônia num reservatório para o futuro, do almoxarifado para o futuro ou alguma coisa assim, mas a Amazônia tem 23 milhões de brasileiros habitando-a e que precisam de atenção, para que possam ter água de qualidade. V. Exa. tem razão: lá nós não temos dificuldades de água, na grande maioria.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Tem quantidade, mas pode, às vezes--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não tem qualidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Falta qualidade. Em votação a matéria. Os senadores que forem favoráveis ao relatório do Senador Cícero Lucena permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item nº 8, também do Senador Cícero Lucena como relator: "*Concede a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados a aparelhos de destilação e de osmose inversa, destinados à dessalinização de água*". Então nós estamos tratando de todas as possibilidades de abastecimento de água para as regiões que têm dificuldade. A autoria é do João Vicente Claudino, um outro senador do Nordeste.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Filho de paraibano, mas senador pelo Piauí.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Paraibano, mas, hoje, está no Piauí. A relatoria é do Senador Cícero Lucena. Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, da mesma forma, essa matéria já constou em pauta anterior, e essa comissão teve a sensibilidade e a responsabilidade de fazer uma Audiência Pública sobre esse tema, chamando técnicos e especialistas para se discutir as preocupações, por exemplo, do resíduo dessa dessalinização e também das novas tecnologias adotadas. Então nós identificamos, pelo menos eu, em particular, que estive presente nessa comissão, a importância, o mérito desse projeto, no sentido de reduzir os custos até para estimular cada vez mais pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias que venham contribuir para o barateamento, mas, também, o bom uso desse material, com tecnologias mais simples e acessíveis às comunidades muitas vezes que não são treinadas e qualificadas.

Então esse projeto tem um mérito na mesma linha da preocupação da sobrevivência humana e sobrevivência humana com qualidade de vida. Então eu tenho certeza que essa Casa vai dar a sua contribuição aprovando a matéria, para que possa colaborar com o nosso querido povo, em particular do nosso Nordeste. O voto, portanto, Sr. Presidente, é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, eu vou colocar a matéria em votação. A matéria é importante. Disponibilidade de água em quantidade e em qualidade é um assunto que nós já tratamos há muito tempo no Nordeste brasileiro em especial, mas não só no Nordeste, em outras regiões também, mas especialmente no semiárido do Nordeste. As medidas para que nós possamos amenizar, para que a gente possa diminuir o sofrimento das pessoas que moram nessas regiões, são medidas importantes. Então eu quero manifestar aqui, também, o meu apoio a essa medida, até porque uma Audiência Pública, de fato, foi realizada e, da Audiência Pública, nós tivemos a reafirmação do relatório do Senador Cícero Lucena. Os senadores favoráveis à matéria permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria.

Os demais itens da pauta são terminativos e não temos quórum para apreciá-los. Mas, antes, porém, quero anunciar que nós teremos amanhã, em conjunto com a CCJ, uma sessão que vai definir a política de resíduos sólidos, uma matéria que tramitou por muito tempo no Congresso, por muito tempo na Câmara, mais do que no Senado, e, vinte anos depois, nós temos a previsão de aprová-la e encaminharmos a matéria

para o Plenário do Senado. O Senador Cícero Lucena é o relator por esta comissão.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Quero agradecer a V. Exa. a indicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): E é um senador que compreende e que estuda o assunto. Então a nossa expectativa é que V. Exa. e o Senador César Borges se entendam no relatório, que eu acho que não teremos muitas dificuldades, que nós não temos muito o que alterar também, pelo que já foi aprovado na Câmara. Então a nossa expectativa é que votemos amanhã. Alguma informação a mais, Senador Cícero Lucena?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Inclusive conversei há pouco com o Senador César Borges, possivelmente mais tarde voltamos a nos reunir, para ver a que ponto nós podemos coincidir nos relatórios, para que possa agilizar. Obviamente que eu estou colhendo informações, por exemplo, da questão do resíduo hospitalar, da questão da implantação em relação aos municípios, para não dar uma carga maior nos municípios, e outros assuntos que, com certeza, é com a intenção de aperfeiçoar esse projeto, que demorou tanto tempo para ser aprovado, mas que há toda uma expectativa de todos os segmentos e da sociedade brasileira para que ele seja aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Cícero Lucena.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão e convido para a próxima, que será amanhã, na quarta-feira, às onze e trinta, em conjunto com a CCJ. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h56.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

ATA DA 1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2010, TERÇA-FEIRA, APÓS A REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E

CONTROLE, NA SALA DE REUNIÕES Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às treze horas do dia onze de maio de dois mil e dez, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, sob a Presidência em exercício do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE** e, em seguida, do Presidente eleito, Senhor Senador **FLEXA RIBEIRO**, reúne-se a Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da usina de Belo Monte. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE**, **DELCÍDIO AMARAL**, **FLEXA RIBEIRO** e **CÉSAR BORGES**. Deixam de comparecer os Senadores **ROMERO JUCÁ** e **JAYME CAMPOS**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. A seguir, passa-se à deliberação da pauta destinada à designação dos membros da Subcomissão e à eleição do Presidente e do Vice-Presidente. A Presidência designa, como membros titulares, os Senadores Renato Casagrande, Flexa Ribeiro, Delcídio Amaral, Romero Jucá e Jayme Campos e, como membros suplentes, os Senadores Jefferson Praia (em substituição ao Senador João Ribeiro), César Borges, Valdir Raupp, Mário Couto e Kátia Abreu. Na sequência, são eleitos por aclamação os Senadores Flexa Ribeiro e Renato Casagrande, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Senador Renato Casagrande passa a direção dos trabalhos ao Presidente eleito que designa o Senador Delcídio Amaral Relator da Subcomissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Jefferson Praia, Delcídio Amaral e César Borges. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra de estenotipia informatizada. – Senador **FLEXA RIBEIRO**, Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 11/5/2010

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, de Instalação, da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte, em nome da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Os nomes já foram anunciados, eu faço uma sugestão que... Como sugestão, que o Presidente dessa subcomissão, pela autoria do requerimento, seja o Senador Flexa Ribeiro. E o Senador Flexa Ribeiro me fez um pedido, para que eu possa assumir a vice-Presidência.

Então, se não houver nenhuma discordância, nós vamos colocar em votação a presente proposta. Senadores que forem favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado.

Então, convido o Senador Flexa Ribeiro para que possa, também, designar o relator dessa subcomissão e tomar assento como Presidente dessa subcomissão.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Renato Casagrande, Srs. Senadores, membros da Subcomissão de Belo Monte, eu quero, primeiro, agradecer, Senador Renato Casagrande, Presidente da CMA, por ter entendido a necessidade da criação dessa subcomissão para acompanhar a instalação da Hidrelétrica de Belo Monte, desde a fase inicial, que é a fase pós-leilão, até a colocação em operação da usina. Então, isso... Essa subcomissão, ela vai ter vida enquanto a usina estiver em implantação.

Quero agradecer ao Senador Jefferson Praia, que... Senador Jefferson Praia, V. Exa., na sessão anterior, quando nós tivemos que pedir o cancelamento da subcomissão da questão da crise ambiental na Amazônia, V. Exa. se colocou, com toda a propriedade, preocupado, porque a crise ambiental na Amazônia, ela é permanente. Ela... Mas nós não tínhamos como criar – isso o Presidente colocou também muito claramente – nós não podíamos criar uma outra subcomissão sem que extingíssemos uma que já estivesse instalada, e no caso da subcomissão para a crise ambiental da Amazônia, ela estava, inclusive, com o prazo já vencido. Ela teria que ser prorrogada ou extinta.

Então, nós optamos pela extinção para que pudéssemos implantar Belo Monte, porque nós não podemos deixar de acompanhar desde agora, com o compromisso que o próprio Presidente Casagrande assumiu, que tão logo haja a possibilidade, ele retoma com a Comissão de Acompanhamento da Crise Ambiental na Amazônia. Isso é uma questão de verificar as outras subcomissões, qual o prazo de conclusão, como é que elas estão se desenvolvendo, e nós vamos voltar com a comissão que V. Exa., como amazônida e competente representante do Estado do Amazonas, aqui no Senado Federal, mostrou a preocupação.

Eu agradeço a indicação do Presidente Renato Casagrande para que eu e a concordância dos senhores membros, senadores, para que eu pudesse presi-

dir, como autor do requerimento, essa subcomissão. E agradeço, também, ao Presidente Renato Casagrande, de ter atendido o convite que fiz a ele, para que ele fosse vice. Quer dizer, ele continua sendo Presidente da CMA, mas que estivesse junto com o Senador Flexa Ribeiro, e com os outros senadores, para que nós trabalhássemos juntos; ele com a sua determinação, a sua competência, ela... Tenho certeza que todos vão prestar um serviço da maior importância ao Brasil... Ao Brasil. E o Senador Casagrande me disse: “Mas, Flexa, eu estou em campanha, disputando...”

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Estarei. Estarei.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): “Estarei”, é. O verbo está no tempo errado. “Eu estarei em campanha para disputar o Governo do Espírito Santo”. E eu disse a ele que o Espírito Santo é um estado privilegiado, porque tem dois excelentes candidatos, dois excelentes candidatos.

Então, teve um governo excepcional com o Governador Paulo Hartung...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Tem um governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tem um governo, não é, até porque ele não se licenciou pensando no estado, não pensando na carreira política dele. E terá, com certeza absoluta, a continuidade desse excelente governo, porque os candidatos são da melhor qualidade. E eu disse a ele, também, que eu estarei candidato, não é? Estarei em campanha, mas nós não vamos encerrar a comissão nesse prazo. Nós vamos começar a comissão, e ele aquiesceu, com muita honra, tendeu para que possa ser o vice-Presidente dessa comissão.

É uma comissão, como podem ver, suprapartidária e que põe, nos seus componentes, senadores de quase todas as regiões do nosso país. Até porque eu tenho dito, repetidas vezes, que Belo Monte, ela é... A usina é imprescindível para o Brasil. A preocupação que nós, paraenses, temos é que não se cometa os erros que foram cometidos – e o Senador Jefferson Praia levantou essa questão – na implantação de usinas no passado. Tucuruí é um exemplo disso. Balbina é um exemplo que não deve nem ser lembrado, nem ser lembrado. E o Pará é, hoje, já exportador de energia. O Pará sofre, ainda hoje... Os municípios impactados por Tucuruí sofrem, ainda hoje, falta de atendimento nas suas necessidades de ações mitigadoras pela implantação, e é isso que nós não podemos deixar acontecer em Belo Monte.

O Senado Federal vai estar presente, com esta subcomissão, para acompanhar *pari passu* exatamente isso: atendimento da população atingida pela barragem,

defendendo a implantação da barragem, porque nós defendemos, sabemos da coisa, e defendendo as questões de atendimento ao Estado do Pará, que vai ser, com Belo Monte, que será, praticamente, totalmente exportada, porque, Senador Casagrande, em Tucuruí, um terço da energia... Um terço não, muito menos, 700 mil megas são utilizados no estado; mais uma parte parecida com essa é pela ALBRAS, para transformação de alumínio, e o resto é tudo exportado. E o ICMS da energia penaliza o estado produtor. Era como se São Paulo, Bahia, que são produtores de automóveis, de veículos, não cobrassem ICMS na produção, cobrasse no consumo. E assim é feito, não sei por que, com a energia. O estado produtor não cobra ICMS--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Energia e petróleo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, energia e petróleo – não cobra o ICMS; o ICMS é cobrado no destino.

Então, logo que cheguei aqui e fiz uma PEC para tratar desse assunto, tem várias PECs, porque envolve petróleo também. Mas não anda, não anda. Evidentemente que isso tem que ser uma reforma ampla, ampla, que a gente... É o tal do imposto, é o IVA, que seria no consumo, e isso nós vamos esperar que, a partir de janeiro, a gente possa fazer essa reforma. Mas, enquanto isso, a gente, o Senado Federal, através da Comissão de Fiscalização e Controle, não pode se omitir de acompanhar uma obra, que eu diria... Ela é, hoje, sem dúvida nenhuma, a mais importante para o Brasil, porque, sem Belo Monte, o Brasil não cresce, não tem como crescer. Não passamos por um outro apagão porque crescemos menos do que deveríamos ter crescido ao longo desse tempo, porque se tivéssemos crescido a taxas de 5%, ou 6% ao ano, nós já não teríamos como atender as necessidades de produção de energia.

Ainda agora, a Vale do Rio Doce abriu mão de ser majoritária e do comando da ALBRAS e da ALUNORTE – ALUNORTE não tem problema de energia, mas a ALBRAS tem – exatamente pela deficiência e pelo custo da energia para transformar alumina em alumínio. A ALCOA está com uma planta implantada em Juruti para explorar bauxita; não avança na cadeia para produzir alumina e alumínio porque não tem energia. Não tem energia disponível para isso. Então eu acho que é importante.

E, como presidente, o regimento me outorga o direito de fazer a escolha do relator desta subcomissão. E, sem demérito de nenhum de seus membros, companheiros senadores, eu não poderia deixar, até para mostrar que essa comissão é suprapartidária mesmo e está acima dos governos, eu queria propor o nome

do Senador Delcídio Amaral para que ele fosse o relator. É um Senador do PT, é da área, ele é 'barrageiro'. Ele foi um dos... Paraense de coração e de raízes, mas ele foi um dos que iniciaram a implantação de Tucuruí, foi um dos primeiros gerentes, se não o primeiro, não é? O primeiro gerente da implantação em Tucuruí. Então, ele tem conhecimento dos pecados que lá foram cometidos. E o conhecimento dele e a competência dele vai ajudar, sobremaneira no relatório, a comissão a não deixar que se cometam esses erros novamente, prejudicando as populações atingidas, e o estado como um todo.

Eu tenho certeza absoluta que o Senador Delcídio vai cumprir um papel da maior importância como relator, podendo antecipar, pelo conhecimento que tem da matéria, antecipar as ações que a subcomissão pode propor ao Governo e ao consórcio vencedor, que precisem ser, então, alteradas ou incluídas na relação das obras que já foram elencadas por ocasião da discussão das audiências públicas e também do leilão que foi efetuado.

Então, eram essas as minhas palavras, agradecendo aos Srs. Senadores por terem concordado com as indicações feitas.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a palavra, muito rapidamente, e parabenizá-lo--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): --parabenizar V. Exa., ao Senador Casagrande, e a escolha do nosso relator. O Delcídio Amaral já tem demonstrado, aqui, com seus depoimentos, amplo conhecimento nessa área de energia e, é claro, vai ser fundamental ao trabalho que todos nós poderemos fazer, percebendo um pouco mais de perto essa viabilização/experiência de Belo Monte.

E eu quero fazer, também, uma sugestão, para que pudéssemos, do início do trabalho – eu sei que V. Exa. com o Senador Delcídio, vão fazer um planejamento dos nossos trabalhos -, mas que pudéssemos, inicialmente, conhecer *in loco* aquela obra e pudéssemos conversar com todos que estão realizando aquele trabalho e com as populações afetadas e, a partir daí, nós iniciariamos os nossos trabalhos.

Acredito que Belo Monte vai ser importante, não apenas para percebermos todas as questões relacionadas especificamente a Belo Monte, mas a discutirmos tudo que envolve a viabilização de hidrelétricas na Amazônia e hidrelétricas no Brasil.

Então, essa subcomissão tem um grande trabalho pela frente e que certamente será de fundamental importância para o nosso país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem toda razão, Senador Jefferson Praia.

Eu vou fazer, em seguida, uma reunião com o vice-Presidente e com o relator, vamos propor um plano de trabalho inicial e, evidentemente, que essa sua sugestão... Nós temos que fazer uma diligência para que possamos visitar o local de implantação. Ainda não há nenhuma atividade lá, mas é melhor que a gente vá antes das atividades, para que a gente possa ouvir quais são as reivindicações. E, depois, fazermos aqui uma audiência para ouvirmos a Eletrobrás, Eletronorte, o consórcio vencedor... Como é o nome do consórcio, Senador Delcídio? Eu não lembro o nome, mas o consórcio vencedor. E que a gente possa estar – o Ministro das Minas e Energia -, e que a gente possa começar ouvindo o Governo e o consórcio que vai implantar.

E eu quero agradecer ao Senador César Borges, também ao Senador Romero Jucá, ao Senador Jayme Campos, ao Senador Mário Couto, a Senadora Kátia Abreu, ao Senador Valdir Raupp, que compõem a subcomissão. E dizer que, na subcomissão, nós não temos distinção entre membro titular e membro suplente. Eu quero pedir o apoio e a ajuda de todos. Nós vamos fazer as audiências em conjunto, com a participação de todos, vamos fazer as diligências com a participação de todos, porque quanto maior colaboração nós tivermos, com certeza a possibilidade de incorreremos numa falha, numa falta, será bem menor, porque a experiência de V. Exas. vai enriquecer o trabalho da subcomissão e vai trazer uma tranquilidade, para o Brasil e para o Pará, no atendimento das necessidades, tanto a nível do país quanto a nível do estado que vai contribuir, uma vez mais, na geração de energia.

Só o Pará, Senador Jefferson Praia, a Eletronorte já levantou, só no Rio Tapajós e no Rio Tocantins – levantamentos nesses dois rios -, a possibilidade de implantar gerações hídricas numa quantidade de megawatts igual ao que está, hoje, funcionando no Brasil, que é em torno de 80 a 90 mil. Então, só nesses rios, você tem uma outra... Duplicando um outro sistema de geração para o Brasil.

Então, São Luiz do Tapajós, acima de Itaituba, do Rio Tapajós, tem uma queda de água que está previsto uma geração de 14 mil megas. Vai ser maior do que Belo Monte, maior que Itaipu, e perde só para Três Gargantas, lá na China. Então, isso é importante.

Eu estou recebendo, aqui, da secretaria, o nome do consórcio vencedor: Norte Energia.

A palavra está com o Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, primeiro: agradecer a confiança de V. Exa., a confiança dos senadores dessa comissão. Acho que pelas atribuições dessa comissão que trata da questão do meio ambiente, de fiscalização e controle, entre outras atividades, acho que é absolutamente pertinente essa iniciativa de V. Exa., ainda mais como um paraense, é um senador zeloso, principalmente ao defender os interesses do estado de V. Exa. É um dos estados com maior potencial de geração hidrelétrica do Brasil, é um estado que eu conheço profundamente. Eu andei no estado inteiro e acompanhei, também, inclusive, todos os estudos que foram feitos, principalmente desses projetos que hoje começam a se tornar realidade, como é o caso de Belo Monte. Como já debatemos, inclusive em Plenário, nós somos da época de Karaô e Babaquara, não é? Eu vi, aqui, V. Exa. falar de Balbina também, lá no estado do Senador Jefferson Praia, e nós sabemos as dificuldades que tivemos na implantação de Balbina. É uma usina polêmica e uma usina que hoje, talvez, não se faria mais. A Usina de Samuel também, em Rondônia... Eu participei de todos esses projetos.

Naquele momento, esses projetos foram muito importantes, principalmente para o suprimento de energia na região, mas acho que hoje, dentro dos conceitos e tudo o que nós aprendemos, principalmente que no se refere à geração de energia na Amazônia, eles não seriam viabilizados; são projetos de outra época.

Então, eu entendo como muito pertinente a oportunidade de se discutir Belo Monte, que é o maior projeto de energia do Brasil. É uma usina importante, o Estado do Pará, como V. Exa. disse muito bem, é, hoje, um grande exportador e será mais ainda um grande exportador de energia no futuro, acho até que, pelo perfil do Estado do Pará, outros projetos virão a partir do momento em que houver disponibilidade energética e a preços competitivos, porque alguns setores, eles precisam de um preço competitivo para, realmente, viabilizar o seu negócio. V. Exa. citou aí o caso da ALBRAS, o caso da Alunorte, o caso da ALCOA, essa planta, lá, de bauxita. Nós temos, no Maranhão, a ALUMAR também, com refinaria também.

Portanto, abrem-se novas perspectivas para a região, além de nós termos um excedente de energia que vai atender ao restante do Brasil, ao sistema interligado. Sou defensor de Belo Monte, conheço o projeto no detalhe. Belo Monte, para mim, é um projeto muito mais... Pelo menos na minha leitura, eu sempre defendi que Belo Monte deveria vir antes de Jirau e Santo Antônio, com todo o respeito que eu tenho, também, a dois projetos fundamentais para Rondônia, que é Jirau e Santo Antônio, mas entendo que, pela dimensão

do projeto, pelos impactos que esse projeto trará, nós termos um foro aqui, no Senado, através de uma subcomissão que vai tratar de Belo Monte na Comissão de Fiscalização e Controle, é muito importante para traduzir tudo isso que a gente está vendo. Para traduzir essa discussão numa linguagem que a pessoas todas, que a população toda entenda.

Então, eu tenho uma alegria muito grande, uma satisfação, e quero agradecer a confiança de todos os companheiros aqui, da Comissão de Meio Ambiente, aprovando a minha indicação como relator dessa subcomissão. Acho que vai ser uma subcomissão importantíssima. Entendo que nós precisamos preparar já uma agenda, essa visita ao sítio, lá, é muito importante, mas, na minha leitura, tem que ser uma visita orientada também, até por aqueles que estudaram, por aqueles que trabalharam na usina, no aperfeiçoamento do projeto até hoje – esse projeto que foi leiloado – e, mais do que nunca, fazendo coro a uma reivindicação de V. Exa. com relação a Eletronorte. Para mim, a Eletronorte precisa necessariamente ser majoritária nesse consórcio. Acho até que o Governo tirou a Eletronorte porque, pelas regras do leilão, se ela entrasse no consórcio perdedor, ela não poderia participar do outro consórcio.

Então, eu acho que foi uma medida prudente, mas acho que nesse redesenho do consórcio, do Consórcio Norte Energia que V. Exa. lembrou muito bem aqui, acho que a Eletronorte, naquilo que diz respeito ao estado, tem que ter uma participação maior, com todo o respeito a *expertise* e a tecnologia das outras, controladas da Eletrobrás, eu entendo que a Eletronorte, por tudo que conheceu, por tudo o que sabe, por todos os desafios que enfrentou, as coisas certas, as coisas erradas que foram feitas em vários projetos, ela, efetivamente, é quem tem o maior *know how* para comandar o processo, especialmente no lado do Estado Brasileiro, nos 49% que vão permanecer na mão das subsidiárias da Eletrobrás.

Então, eu não poderia deixar de destacar, Sr. Presidente, e acho que é uma iniciativa muito importante. Eu tentei fazer audiências públicas na Comissão de Infraestrutura, para uma série de razões, e isso acabou não acontecendo, mas acho que agora nós consolidamos uma subcomissão que vai tratar desse assunto, que é um assunto importante para o Senado. O Senado cumprindo esse papel de fiscalizador, que é, talvez, a maior prioridade de uma Casa, está entre uma das maiores prioridades das Casas Legislativas e, ao mesmo tempo, tratando de um assunto que não é importante só para nós, senadores, para nós do Congresso Nacional, mas importante para o Brasil. É

importante especialmente para os nossos irmãos e irmãs paraenses.

Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Delcídio--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --e já lhe concedo a palavra, nobre Senador César Borges. Quero só complementar e agradecer ao Senador Delcídio. Sei que o seu conhecimento vai propiciar um trabalho muito importante da comissão e gostaria de convidá-lo, para que nós já fizéssemos... Também convidar o Senador Renato Casagrande, para que nós pudéssemos fazer uma reunião de trabalho, já para que pudéssemos esboçar um plano inicial, para que já trouxéssemos à comissão, para amanhã, às oito horas da manhã. V. Exa., nós podíamos nos encontrar, fazer a reunião ali na sala da CCT, na Secretaria da CCT, e montaríamos já um esboço, junto com a consultoria, aqui, da comissão, para que a gente já elaborasse. E, se der tempo, e eu espero que a gente possa fazer já uma reunião da subcomissão para aprovar o plano inicial de trabalho, para que a gente comece a desenvolver. Nós vamos ter pouco tempo para fazer um trabalho com a presença dos membros da comissão, porque, em seguida, nós vamos ter recesso e depois vamos ter o processo eleitoral, e eu espero que todos nós estejamos de volta para que possamos dar sequência a este trabalho a partir de 2011.

Senador Renato Casagrande, eu não posso fazer esse desejo para ele porque ele está disputando o Governo, então não faria um desejo desse, porque eu já disse que o Espírito Santo está muito bem atendido lá, a nível das... Mas os outros que não são candidatos a cargos executivos, são candidatos à reeleição, que todos nós possamos retornar, para darmos continuidade ao trabalho que vamos iniciar agora.

Senador César Borges.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, Presidente. Só sugerindo 08h30, amanhã, porque eu tenho uma reunião com a bancada de Mato Grosso do Sul amanhã, um café da manhã. Se V. Exa. permitisse, 08h30...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu jamais deixaria de atender um pedido de V. Exa..

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): 08h35, para lhe dar mais cinco minutos no café.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Presidente. Cedo, não é, mas o que a gente pode fazer?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Senador Flexa Ribeiro, eu quero, na verdade, parabenizar à V. Exa. pela iniciativa da criação da subcomissão para acompanhamento dessa importante obra para a energia brasileira, que é Belo Monte, e parabenizar, também, o Senador Delcídio e dizer da minha satisfação quando eu vejo uma reunião que começa oito horas, e agora 08h30, mas, de qualquer maneira, demonstra a vontade de trabalhar e começar bem cedo para a realização das tarefas de acompanhamento dessa importante obra do Brasil. E quando vejo, também, o PSDB assim, o Senador Flexa Ribeiro tão bem alinhado com o PT, o Senador Delcídio, que eu vejo e encaro sempre o Senador Delcídio como um verdadeiro petista. Quando olho e vejo, assim, vejo o fenótipo do petista, não é, do Senador Delcídio. Então é um trabalho muito bem...

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ele é do PSDB.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Como?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): A origem é do PSDB.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Mas, hoje, eu sinto que ele é um petista.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não só origem como o íntimo dele, o coração. Tudo é tucano.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Mas o tipo(F), hoje, eu sinto que é um tipo petista, realmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador César Borges, se V. Exa. me permite esse aparte indevido, porque vou interromper a sua fala, mas me disse, aqui, o Senador Cícero Lucena, ao pé do ouvido, que até lá, no trabalho da comissão, pode ser que o Senador Cícero (sic) já esteja... O Senador Delcídio já esteja pendendo para a candidatura que o Brasil todo aplaude e incentiva do ex-governador José Serra. Ele será um deles.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu não sei... Eu não quero entender a insinuação de V. Exa.--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, eu sou Dilma e não abro.

[risos]

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): --mas acho que, obviamente, o Senador Delcídio estará com a

candidata do seu partido, que é a mesma candidata do meu partido, a Ministra Dilma Rousseff. Mas eu quero, na verdade, dizer que fico imensamente, Senador Delcídio, satisfeito, porque há quantos anos eu ouço falar na tal Belo Monte, Belo Monte, como via falar também em Jirau e Santo Antônio, e parecia algo que era inalcançável, que nós não íamos atingir a possibilidade de realizar uma obra dessa envergadura lá na Amazônia. Quer dizer, a Amazônia, que tem esse grande potencial hidrelétrico, começa, agora, em métodos já modernos e adaptados ao meio ambiente, já totalmente evoluídos para não cometer erros do passado, como já foi citado a questão de Balbina, de Samuel, que é outra usina também, mas que a gente chega a uma situação de já poder vislumbrar Belo Monte funcionando. E fornecendo energia para todo o Brasil, porque, lamentavelmente – Senador Delcídio conhece o setor muito mais do que eu -, mas o Brasil... Nós passamos esse período talvez sem nenhum problema de fornecimento de energia porque, também, a economia teve alguns percalços ao longo dos últimos anos. Porque se o país estivesse tendo o desenvolvimento que nós desejávamos que o país desenvolvesse nas taxas de aquecimento do seu produto interno bruto, como nós queríamos desenvolver, há 5%, 6% a cada ano, provavelmente teríamos tido problema de fornecimento.

Então, agora nós já podemos olhar para o futuro com mais confiança, porque eu fico muito satisfeito quando você procura manter a matriz energética brasileira limpa como ela sempre foi: uma matriz energética a partir da energia hidrelétrica, e que você possa avançar por outros setores também, mas mantendo sempre limpa. Podemos ir para a eólica, para biomassa, para a geração com gás, de termoeletrica com gás. Agora, eu fico muito preocupado, Senador Delcídio, quando se fala em implantar 14 termoeletricas a óleo combustível no Nordeste brasileiro. Isso eu já externei, inclusive, para o Ministério de Minas e Energia, o nosso prezado colega, o Ministro Edison Lobão, e que achava aquilo um retrocesso. “Não, mas é apenas para ficar de sobreaviso”. Mas, mesmo assim, de sobreaviso, nós temos como induzir novas formas de energia mais limpa. O sol, por exemplo. Temos condições de fazer um aproveitamento em todo o Nordeste brasileiro, e a eólica. Agora, temos que dar, também, ao setor privado, condições que ele possa desenvolver esse tipo de energia. Talvez os incentivos é que não tenham sido ainda suficientes, do Brasil, para se desenvolver essas energias alternativas. As dificuldades, lamentavelmente, para [ininteligível] a gás, para a eólica, são dificuldades grandes para que se viabilize no país. E se pensa em fazer termoeletrica a gás com emissão de carbono e

destruindo nossas estradas, porque... A óleo combustível... Óleo pesado, óleo combustível, PPF.

Pois bem. Então, quando eu vejo Belo Monte, eu acho que o nosso acompanhamento aqui, no Senado, é um acompanhamento que deve se fazer, até para se manter os prazos, para que possa ser feita em tempo hábil de vir atender a demanda que nós vamos ter no nosso Parque Industrial, porque o país com certeza vai crescer, e nós queremos que ele continue crescendo a taxas até maiores do que as taxas que se presume que esse ano teremos, de 5%, 6% de crescimento do PIB.

Era isso, Sr. Presidente, e parabenizar, certo, porque nas suas mãos e do Senador Delcídio, o trabalho será muito bem feito e eu me coloco, como membro da comissão, à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador César Borges. A experiência de V. Exa., que já governou – e muito bem – o Estado da Bahia e, como senador, mostra a sua competência, vai, sem dúvida, nos ajudar bastante.

Nós vamos buscar, e eu tenho certeza que é o pensamento de todos da comissão, nós vamos buscar que Belo Monte sirva de exemplo, que ela seja um projeto que seja implantado com três preocupações: a preocupação ambiental, a preocupação social e, evidentemente, a econômica, com a geração de energia. Nós temos que ter o equilíbrio desses três pilares para que nós possamos ter como mostrar ao mundo e, principalmente, aos brasileiros, que é possível, sim, implantar um projeto como este, fazendo com que as ações mitigadoras possam compensar as ações que possam vir a atingir.

Então, a questão social, da população, dos municípios, isso é uma das preocupações maiores que nós temos. A questão que ela seja feita de... Ambientalmente correta também. O lago de Kararaô e Babaquara, a área inundada era três vezes maior do que está, hoje, em Belo Monte, que, praticamente... Mais de três vezes, não é, Senador Delcídio?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Cada uma, pelo menos umas seis, sete vezes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Hoje são?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Quinhentos quilômetros.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quinhentos quilômetros, não é?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Naquela época, se falava em 3.500, as duas juntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, hoje, pelo o que a gente tem conhecimento, a área a ser inundada praticamente

coincide com a calha do rio na época de cheia. Então, ela passa um pouquinho disso aí. Então, os efeitos do impacto, a nível de inundação, serão os menores. E aí, você tem ações mitigadoras, que você tem que atender as áreas, as minorias étnicas, a questão da população que tira... sobrevive, lá, do rio e que são ribeirinhos; tem que ter condições de moradia, de emprego. Não é só tirar o cara e... Tirar a pessoa e colocar numa casa. Tem que dar condições, ou de fazer uma requalificação, de dar a ele as condições; que ele tenha condições de sustentar a sua família com dignidade. Porque todo ser humano, todo filho de Deus, quer ter a condição de cumprir aquilo que Deus disse: "Você vai ganhar a vida com o suor do seu rosto". Quer dizer, ninguém quer ficar vivendo como indigente, como... Você tem que atender os necessitados emergencialmente, mas tem que dar condições deles terem a cidadania, que também vem pela educação, e vem pelo emprego, por todas essas ações que nós vamos, com certeza absoluta, em conjunto, fazer, de Belo Monte, um modelo para o resto do planeta. Nunca mais vão dizer: "Não pode...". Eu espero, Senador Delcídio, que V. Exa., no seu relatório, chegue a essa... Nunca mais vão poder dizer: "Não pode implantar, porque vai acontecer isso, vai acontecer aquilo...".

Eu já tive, Senador César Borges, oportunidade de dizer aqui, e vou repetir, eu não me canso: eu era adolescente quando fecharam as comportas de Tucuruí. E eu me lembro que fizeram um terrorismo no Pará... Terrorismo, um ato de terrorismo: que, se fechassem as comportas de Tucuruí, ia salinizar as águas dos mananciais de água potável da capital. Com isso, ia todo mundo virar bacalhau, ficar salgado, está entendendo? E aí era um grito, Senador Delcídio. V. Exa. estava no projeto? Quer dizer, era um grito: "Não, não pode fechar!". "Vai fechar!". "Não pode fechar!". Fecharam e não aconteceu nada, graças a Deus. Ou seja, nós temos que acreditar na tecnologia. Não é possível que a gente ainda fique... Eu propus outro dia, aqui, que nós convocássemos a... Eu, não, o Senador Arthur Virgílio, quando houve aquele apagão, que convocasse a Fundação Cobra Coral, porque já estava passando, ninguém sabia qual era o motivo, se era meteorológico, ou não sei o quê. "Então, vamos chamar a Fundação Cobra Coral, para ver se ela diz o que houve".

Eu acho que não há necessidade. Acho que hoje o Brasil domina a tecnologia na área de geração hídrica; ele tem o domínio a nível mundial e tenho certeza absoluta que nós vamos poder fazer, de Belo Monte, um exemplo, de forma correta, da implantação de uma energia limpa, que é o que o mundo todo pede, todo o planeta está buscando. Muito obrigado.

Senador Delcídio, antes de encerrar.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, só para fazer algumas considerações e muito rapidamente. Primeiro, com relação às palavras do Senador César Borges, que... Quer dizer, a preocupação – e é uma preocupação, hoje, do Governo, principalmente do incentivo às energias renováveis. Nós temos uma matriz energética com 47% de energia renovável. O Brasil é um dos países que, potencialmente, tem uma das melhores perspectivas sob o ponto de vista de energia renovável no mundo. O percentual de energia renovável no mundo está girando em torno de 15%, 16%. Nós estamos com 47%. E Belo Monte vem nessa mesma toada, como também virão outras energias. Esse programa do Governo, o PROINFA, ele está propiciando um avanço bastante consistente das pequenas centrais hidrelétricas, as PCHs, que promovem aquilo que a gente chama, no setor elétrico, de “geração distribuída”. São gerações localizadas que atendem aquela pequena região diretamente impactada por estes projetos. São projetos de rápida implantação: com 18 meses, a primeira turbina já está rodando. A energia eólica, como V. Exa. disse, e o Senador César Borges também disse. Ainda a energia eólica, em função dos preços praticados, ela tem dificuldades de competição, mas ela vai chegar lá. Inegavelmente ela vai chegar e acho que até é um ponto importante que o Senador César Borges colocou, a questão dos incentivos ou de se criar condições melhores de financiamento – ainda melhores – para que, realmente, ela se consolide, porque o Brasil, principalmente no Nordeste, o Brasil... o mapa de ventos é muito favorável e o curioso é o seguinte: quando venta muito no Nordeste, falta água no Sudeste. E quando tem muita água no Sudeste, tem pouco vento no Nordeste. Ou seja, são complementares.

Além de outras energias alternativas, o Senador César Borges disse muito bem, eu concordo, senador. Nós não podemos insistir com uma matriz aonde o óleo diesel ou óleo combustível venham a prevalecer na expansão do setor. Acho que se é para ter geração termoeletrica, que é necessária por causa da otimização do sistema, a opção é gás natural e, no meu ponto de vista, é nuclear; que nós vamos ter que discutir isso com mais clareza. Agora, BPF, óleo diesel, pelo amor de Deus, isso aí é completamente fora de qualquer contexto e concordo com V. Exa. em gênero, número e grau.

Evidente que algumas ações foram implementadas até com a preocupação da segurança energética, que é fundamental, mas nós temos que nos guiar na busca de uma matriz energética renovável, não tenho dúvida--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Não é porque nós temos ela, hoje, em um percentual de 47%, que a gente vai baixar para 30%.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Que a gente vai ficar achando... Isso, nós temos que crescer. E existem outras tecnologias também: as usinas maremotriz; a França usa muito isso. É o efeito da maré na geração de energia. E eu acho que nós estamos... Nós vamos caminhar para uma modelagem, em termo de matriz, competente. Eu não tenho dúvida nenhuma disso. É biomassa, está aí as usinas de álcool e produzindo, através do bagaço, energia renovável também. Enfim.

E, para encerrar, Presidente, só para... Também as observações que V. Exa. fez com relação à antiga Kararaô e Babaquara. Eram reservatórios de 3.500 km², 4.000 km². Quer dizer, o Tucuruí, por exemplo, quando foi feita, eram 2.500, são 2.500 km². Deve ter aumentado um pouco mais, porque devem ter elevado o barramento até 74, o nível do reservatório, a cota é 74. Mas, esse comentário de V. Exa. é importante. Mostra o que esse projeto evoluiu, porque nós saímos de 3.000, 3.500 km², e hoje, o reservatório é de 500, como V. Exa. disse. E mais: boa parte do reservatório é calha do Rio Xingu que, normalmente, ela é ocupada pela cheia, aonde o Rio Xingu, naquele lugar chamado Volta Grande Xingu, ele espraia.

Então, eu acho que é um momento importante para a gente debater isso com equilíbrio, com tranquilidade. A gente vê aí, o Ministério Público entra com ação, aí tem liminar, para. Nós fechamos o reservatório de Tucuruí, tinha entrado uma liminar que só foi recebida no dia seguinte. Nós tínhamos fechado o reservatório de madrugada, e com todas essas preocupações: salinização da água de Belém, uma confusão danada. E não foi o que aconteceu. Mas eu acho que Belo Monte é já o reflexo de todas aquelas polêmicas que surgiram em função de Tucuruí, em função de Balbina... Balbina é uma usina que gera 250 megawatts – potência instalada – e tem mais de 2.000 km², se não tem 3.000 Km², de inundação. Ou seja, uma coisa completamente fora de qualquer contexto. Belo Monte é uma usina fio d'água, é muito diferente, é dentro dessa nova conceituação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Delcídio, eu, antes de encerrar aqui, eu vou, já na nossa reunião de trabalho amanhã, às 08h35, eu vou discutir, levantar a questão. Eu acho, Senador César, que, regimentalmente, como que... Nós poderíamos convidar o Ministério Público, a OAB, para que acompanhasse, também, o trabalho da subcomissão. Eu acho que é importante trazer a sociedade para dentro da subcomissão, mesmo ver

regimentalmente de que forma a gente pode tratar isso, a área das ONGs. Eu espero poder convencer, pela razão e pela competência do relator, para que as ONGs sejam aliadas nossas no futuro, junto com o Ministério de Meio Ambiente, na implantação de novas usinas hídricas.

Então, eu acho que tudo isso nós vamos poder prestar – eu tenho absoluta certeza – um trabalho importante, acompanhando *pari passu* a implantação de Belo Monte. E eu fico feliz de estar presidindo essa subcomissão, por ter sido autor do requerimento, e por ser Belo Monte implantada no meu Estado do Pará.

Então, eu tenho certeza que terei o apoio dos Srs. Senadores que compõem a comissão, para que o Pará seja, realmente, atendido nas suas necessidades com relação à implantação desse grande projeto. Senador Jefferson Praia saiu há pouco, mas nós precisamos interligar o Amazonas, Roraima, ao sistema nacional e, através de Belo Monte, isso vai ser possível. Não seria possível através de Tucuruí, porque não há energia disponível.

Então, Amazonas, hoje, é um sistema isolado, Roraima é um sistema isolado. Roraima estava importando energia da Venezuela e agora, daqui a pouco, nós vamos ter que exportar para a Venezuela, tal a situação lamentável que se encontra aquele país irmão; está em recessão, lá, de produção energia, e já... A notícia que eu tenho é que já não estão mais podendo exportar para Roraima.

Então, quer dizer, Roraima, como não está interligada, vai voltar a ter aqueles problemas que tinha no passado por falta de energia. E o Amazonas, com o gasoduto que foi concluído, vai transformar o seu parque, que é termoelétrico, em geração a gás...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ao invés de óleo bruto, para gás, logo já. Mas, em seguida, com a interligação fazendo parte do circuito nacional, ele, como disse o Senador Delcídio, vai se complementar. Quer dizer, quando estiver cheia, manda energia hídrica. Quando tiver seca, traz a energia de geração a gás para o resto do Brasil. Nunca mais se faça termo com BPF.

Obrigado a todos os senadores membros da comissão e amanhã estaremos, às 08h35, reunidos para iniciar a discussão do plano de trabalho.

Sessão encerrada às 13h49.

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DE-

FESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2010, ÀS 11h30, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às doze horas do dia dezenove de maio de dois mil e dez, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, sob a Presidência do Senhor Senador **FLEXA RIBEIRO**, reúne-se a Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da usina de Belo Monte. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, DELCÍDIO AMARAL, FLEXA RIBEIRO, JORGE YANAI, JEFFERSON PRAIA** e **CÉSAR BORGES**. Deixa de comparecer o Senhor Senador **ROMERO JUCÁ**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, é comunicada a substituição do Senador Jayme Campos pelo Senador Jorge Yanai, como membro titular da Subcomissão. Na sequência, passa-se à deliberação da pauta destinada à aprovação do Plano de Trabalho da Subcomissão. É aprovado o Plano de Trabalho, com a adição das alterações sugeridas pelo Relator e pelo Presidente. Usam da palavra os Senhores Senadores Delcídio Amaral e Jorge Yanai. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **FLEXA RIBEIRO**, Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 19/5/2010

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras de Usina de Belo Monte, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Quero convidar o Exmo. Sr. Senador Delcídio Amaral, relator da Subcomissão, para tomar assento à Mesa. Enquanto o Senador Delcídio se desloca, com grande dificuldade, para assumir a posição de relator

à Mesa dos trabalhos, eu faço a leitura do Ofício nº. 88/2010-CMA:

“Sr. Presidente, nos termos do art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico à V. Exa. a designação do Senador Jorge Yanai, em substituição ao Senador Jayme Campos, como titular no Bloco da Minoria, na Subcomissão Temporária, destinada a acompanhar a execução das obras de Usina de Belo Monte e, também, como titular no Bloco da Minoria, em vaga existente na Subcomissão Permanente da Água, ambas no âmbito desta Comissão.

Diante do exposto, solicito as alterações necessárias para conhecimento do Senador e desta Casa.

Atenciosamente,

Senador Renato Casagrande, presidente da CMA.”

Esse ofício encaminhado ao presidente do Senado Federal, o Senador José Sarney.

Quero dar as boas-vindas ao Senador Jorge Yanai, dizer da satisfação em tê-lo aqui, conosco, compondo esta Subcomissão que tem como objetivo o acompanhamento da instalação da Usina de Belo Monte, no Estado do Pará. E a experiência de V. Exa. vai trazer, com certeza absoluta, conhecimentos, e a sua participação vai propiciar que, ao final da implantação de Belo Monte, nós consigamos provar ao mundo que é possível, sim, implantar projetos grandiosos como esse na Amazônia ou em qualquer outro ponto do país, que possam atender os quatro pilares, que eu diria, de sustentação de qualquer empreendimento, hoje, no planeta: a questão social – que tem que ser atendida –, a questão ambiental e, evidentemente, as outras duas que sempre eram somente levadas em conta, a técnica e a econômica.

Aliando as quatro, nós vamos fazer de Belo Monte, com a ajuda de todos os membros desta Subcomissão, com a ajuda das nossas assessorias e consultorias, que ela possa servir, pelo acompanhamento e pela correção dos rumos, se houver necessidade que sejam feitos, possa servir, ao final, como modelo de um projeto bem-sucedido e que possa levar todos os selos, todos os carimbos de ambientalmente correto, economicamente sustentável, socialmente justo. É isso que nós pretendemos que Belo Monte represente, ao final.

Passo a palavra ao nosso relator, Senador Delcídio Amaral, para que ele possa apresentar aos senhores membros da Comissão o tema único da Pauta da reunião de hoje, que é a aprovação do plano de trabalho da Subcomissão. Esse plano de trabalho que o nosso relator vai apresentar e nós colocaremos em discussão, ele é um plano de trabalho que prevê ações até a 5ª Reunião. Após isso, faremos uma reunião in-

terna, da Subcomissão, para fazermos uma avaliação daquilo que foi recebido como informação e prepararemos um segundo plano de trabalho que esse será, então, um plano de acompanhamento.

Quero convidar o Senador Renato Casagrande, vice-presidente da Subcomissão de Belo Monte e presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Enfim, tudo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Tudo. A dele também é Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia, Informática e mais alguma coisa.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Inovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Mas não é o tamanho do...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Nome.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): É o trabalho que V. Exa. desenvolve nesta Comissão que lhe dá credencial para que possa ser candidato ao Governo do Espírito Santo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Com a palavra o nosso relator, o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr.

Presidente, eu queria cumprimentar V. Exa., cumprimentar os demais Senadores, também, e falar um pouquinho sobre a reunião que tivemos com o ‘Zé’ Francisco Carvalho, nosso querido ‘Zé’, aqui presente; com o Hipólito, também, que já atua nessa área há muito tempo; Ivan Dutra, que foi... Ivan Faria, que foi meu companheiro de Eletronorte, também. Somos oriundos do setor elétrico.

Nós tivemos, logo no dia, um dia após a criação da Subcomissão, presidida competentemente pelo Senador Flexa Ribeiro, nós fizemos uma reunião técnica, pela manhã, para discutir as Audiências Públicas que vamos fazer, as diligências que faremos no local e o programa de trabalho, dentro desse cronograma, definido pelo Senador Flexa.

O nosso objetivo é, mais do que nunca, promover o contraditório com equilíbrio, com espírito público, discutir tecnicamente o que representa Belo Monte. Primeiro, sob o ponto de vista de sistema interligado brasileiro, o impacto de Belo Monte na matriz energética brasileira, que eu volto a repetir: é uma matriz energética renovável, 48%... Hoje, o Brasil já trabalha com 47%, na sua matriz energética, com energias re-

nováveis. O mundo adota uma média aí de 17%, 15%, aproximadamente. Então, é um grande avanço o que Brasil vem promovendo, especialmente no que se refere às energias renováveis e o plano decenal 2019, ele encaminha a questão energética exatamente no sentido de privilegiar a energia renovável, a hidroeletricidade, a energia eólica, a geração de energia através do bagaço de cana, enfim, a utilização de biocombustíveis intensamente, do etanol.

Então, nós estamos no caminho certo, no meu ponto de vista. E nós queremos é, efetivamente, tratar Belo Monte como Belo Monte, efetivamente, merece ser tratada, como um projeto importante para a Amazônia e importante para o Brasil. Então, o primeiro foco seria um foco Belo Monte vis a *vis-à-vis* com a matriz energética brasileira, com a otimização do sistema elétrico brasileiro, com a implementação de projetos de energia renovável. Depois, nós teríamos um segundo tópico, que seria o projeto de Belo Monte em si, os túneis ou o túnel, as barragens, as casas de força e, em cima disso, a inserção daquelas populações diretamente atingidas por esse projeto. Não só sob o aspecto social, mas sob o aspecto ambiental, não é?

Eu quero dizer aqui, e o Senador Flexa sabe muito bem, os Senadores também conhecem. Esse projeto, projeto de Belo Monte é reflexo de toda uma experiência que o setor de energia acumulou na implementação das barragens na Amazônia, portanto, é um projeto que evoluiu muito ao longo desses últimos anos. Eu, que trabalhei em Tucuruí, sei muito bem onde nós acertamos e onde nós erramos. E o setor elétrico acumulou uma vasta experiência e chegou no projeto de Belo Monte.

Belo Monte, para os senhores terem uma ideia, era um reservatório de 2.500 quilômetros quadrados, no primeiro projeto. O Ivan sabe disso. Que era uma barragem, o quê? Daquele tipo convencional que se tentava implantar na Amazônia. Hoje, são 500 quilômetros quadrados e, basicamente, ocupando a calha do Rio Xingu, em um lugar chamado Volta Grande do Xingu. E sem falar na implantação do acampamento, nos investimentos que serão feitos nas comunidades diretamente atingidas, na questão das etnias indígenas. Então, sem dúvida nenhuma, Belo Monte é um reflexo de uma larga experiência desenvolvida pelo setor elétrico na construção de barragens e de linhas de transmissão, na região amazônica. E Belo Monte tem uma outra vantagem, está muito mais próximo do sistema interligado brasileiro, ao contrário de Jirau, de Santo Antônio, que exigem, que vão exigir linhas novas em extra-alta intenção, para interligar com o sistema [ininteligível] brasileiro.

Então, dito isso, olhando essa questão sob o ponto de vista socioeconômico, sob o ponto de vista ambiental, nós, evidentemente, estamos programando uma visita a Belo Monte, ao sítio e, conseqüentemente, às principais, às áreas diretamente envolvidas e aos municípios impactados por este projeto. Então, basicamente, o modelo que foi desenvolvido foi esse. Nós estamos solicitando informações da ANEEL – com relação aos documentos do processo licitatório, o EIA/RIMA e toda a documentação, com os compromissos firmados para mitigação social e ambiental dos impactos gerados –, ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público do Estado do Pará, cópia dos processos judiciais sobre as questões ligadas sobre a hidrelétrica e demais documentos que entenderem úteis.

E nós estamos programando, a partir do dia 25 de maio, primeiro, a abordagem da situação do setor elétrico, o quadro sobre capacidade de geração instalado, o panorama dos vários sistemas e as medidas que estão sendo executadas para atendimento de demanda futura, como também o planejamento, que está sendo iniciado ou ainda não se iniciou. Nós estamos sugerindo para essa Audiência Pública, o Dr. José Antonio Muniz Lopes, presidente da Eletrobras, a maior autoridade de Belo Monte, no Brasil, desenvolveu esse projeto do zero. Eu mesmo fui com o 'Zé' Antonio Muniz, à época, olhar onde iam ficar as cabeceiras da barragem que, naquela época, ainda, era Kararaô. O Dr. Hermes Chipp, diretor do ONS, que cuida do sistema interligado brasileiro, Dr. Márcio Zimmermann, Ministro de Minas e Energia, e o Dr. Mauricio Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE.

Isso nós estamos prevendo para o dia 25 de maio. Portanto, nós temos que expedir até os convites, até porque são pessoas que tem uma agenda complicada, Senador Flexa. Então, nós precisamos encaminhar isso muito rapidamente. Na segunda audiência, que nós vamos tratar, especificamente, de Belo Monte, do projeto de Belo Monte, o Dr. Valter Luiz Cardeal, diretor de engenharia do Grupo Eletrobras. Eu estou propondo o Dr. Palocci, Adhemar Palocci, como representante da Eletronorte, porque o nome inicialmente sugerido, que é o nome do Coimbra, o Coimbra, hoje, é secretário executivo do Ministério de Minas e Energia. Então, estou sugerindo o diretor de engenharia da Eletronorte, Dr. Palocci. Dr. Nelson Hubner, da ANEEL, e dois representantes da comunidade acadêmica, o Dr. Oswaldo Sevá ou Dr. Célio Bermann, um ou outro. E também, para fazer o contraditório, eu estou sugerindo aqui, se for possível, a vinda do físico, o Prof. Dr. Rogério Cexar de Cerqueira Leite.

O Dr. Rogério Cezar de Cerqueira Leite, ele tem 78 anos, é físico, é professor emérito da UNICAMP

– a Universidade de Campinas –, presidente do conselho de administração da Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron e membro de conselho de editorial do jornal a Folha de São Paulo. Para que ele venha aqui, também, com a sua experiência, com o seu conhecimento, com a sua credibilidade, mais do que nunca, ilustrar esse debate sobre Belo Monte. Aliás, gostaria até de fazer um registro: na Folha de São Paulo de hoje, há um artigo do mesmo Rogério Cerqueira Leite chamado “*Belo Monte, a floresta e a árvore*”. Eu sugeriria que esse texto fosse lido, porque tem observações muito interessantes e, especialmente, observações feitas por um dos maiores físicos do Brasil, que é o Dr. Rogério Cerqueira Leite.

Ultrapassada essa segunda audiência, nós faríamos as diligências. A segunda audiência seria marcada para o dia 1º de junho. A primeira, dia 25 de maio, a segunda, dia 1º de junho. A terceira diligência, nós iríamos dia 09 de junho, pela manhã, vistoriar o sítio da obra e, à tarde, uma discussão com convidados que eu vou citar, agora, na manhã de dia 10 de junho, e retorno à tarde, para Brasília. A não ser algumas pessoas que têm interesse, eventualmente, em visitar Belém, ficar mais alguns dias no Estado do Pará.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. já está convidada.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Flexa. E nós estamos, aqui, sugerindo o seguinte: um membro do Governo do Estado; membros das Câmaras de Vereadores dos municípios atingidos por barragens; um representante, aí eu sugiro o presidente da Câmara; o consórcio de municípios atingidos pela barragem de Belo Monte, é o contraditório; um representante da Eletrobrás; um representante da sociedade civil organizada, dos municípios atingidos pela barragem e um do Ministério Público Estadual. E eu quero acrescentar aqui os prefeitos, que...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tem algum consórcio?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Os prefeitos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Delcídio, nosso relator, o consórcio de Belo Monte--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): É comandado pelos prefeitos?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É formado pelos prefeitos dos onze municípios que são atingidos.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então, não está mais aqui quem falou.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, o representante do consórcio será um prefeito de um dos municípios.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ok. Na 4ª audiência destinada a tratar de questões ambientais, com a descrição do EIA/RIMA e dos compromissos ambientais assumidos pela União e pelo consórcio, então, viria um representante de ONG ambientalista... Espero que a ONG venha, porque é importante vir, para fazer o debate aqui, o contraditório, isso é importante. Não pode falar só pelo jornal, tem que vir aqui, fazer o debate. Isso é importante, vai enriquecer a opinião pública com informações. Um representante do Ministério Público e um representante do IBAMA, que tenha trabalhado na licença de instalação. Isso nós vamos ter que localizar, porque quem deu a licença para Belo Monte, que foi o diretor do IBAMA, o presidente do IBAMA, ele saiu.

Então, nós precisamos ver, agora, quem trabalhou nesse processo. Não saiu por causa de Belo Monte, saiu porque houve mudança no comando do Ministério do Meio Ambiente. E um representantes do Ministério de Minas e Energia, aí eu sugiro Coimbra, que é o secretário executivo do Ministério de Minas e Energia e um amplo conhecedor, também, da Amazônia, porque ele é da Eletronorte. E a 5ª audiência, aí já no dia 29 de junho, a 4ª audiência, ela vai ocorrer no dia 22 de junho, a 5ª audiência aconteceria no dia 29. Para tratar o quê? Oitiva dos representantes do governo e do consórcio vencedor, sobre os compromissos sociais assumidos em benefício dos municípios e das comunidades atingidas pela barragem. Viria alguém do MME, eu estou propondo. E por quê? Porque a Eletrobrás está no consórcio. Um representante do consórcio, um representante da Procuradoria-Geral da República e um representante da ANEEL.

Portanto nós concluiríamos as Audiências Públicas dia 29 de junho. E eu tentaria apresentar, antes do recesso, eu apresentaria, também, o relatório, para que a Comissão avaliasse o teor do relatório com tudo refletindo, as audiências e refletindo, também, as principais sugestões dessa Subcomissão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O plano de trabalho, também.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E o plano de trabalho seguinte. Então, esse é o parecer, Sr. Presidente, que eu ora apresento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu agradeço o nosso relator, Senador Delcídio Amaral, e coloco em discussão o plano de trabalho apresentado. Senador Jorge.

SENADOR JORGE YANAI (DEM-MT): Só quero registrar aqui, Sr. Presidente, a minha satisfação de

fazer parte dessa Subcomissão de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Trinta anos atrás, quando eu fui do Paraná para o Mato Grosso, fui para a região norte do estado, onde não havia energia elétrica, a energia era termoeletrica. E a luta sempre foi pelo desenvolvimento da região, que depende excessivamente e substancialmente da energia hidrelétrica.

Hoje, depois de muitas gestões e muito trabalho, hoje, ligada ao sistema hidrelétrico nacional, a nossa região é uma das regiões mais produtivas e desenvolvidas no Estado do Mato Grosso e do Centro-Oeste. E eu vejo, assim, com uma satisfação muito grande, porque, hoje, o Mato Grosso, que passava por uma carência muito grande, é até exportadora de energia, levando em consideração os grandes rios que existem no nosso estado.

E fazer parte dessa Subcomissão, para que essa Usina Hidrelétrica de Belo Monte seja uma realidade, é fazer parte, também, da história do nosso país, porque nós acreditamos piamente que essa hidrelétrica vai enriquecer não só o estado, mas todo o país. Então, quero deixar registrada, aqui, e a minha grande satisfação de fazer parte dessa Subcomissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço o Senador Jorge. A satisfação é nossa, como disse no início, de contar com V. Exa. como membro da Subcomissão de Instalação de Belo Monte, da Comissão de Meio Ambiente.

A proposta apresentada pelo nosso relator, ela indica, já, um caminho a ser seguido nessas primeiras cinco reuniões. Se V. Exas. observarem o prazo da terceira reunião, que é a diligência em que nós iremos visitar o sítio de instalação, ter as informações da comunidade, dos gestores municipais, do legislativo municipais, do Governo do Estado para a 4ª reunião que o Senador Delcídio propõe, em que nós voltamos a Brasília para estudarmos as questões ambientais, através do EIA/RIMA, e questão social, nós vamos ter um intervalo aí, de 15 dias. Não teremos, na semana seguinte, que é exatamente para que a Comissão possa fazer uma reunião de trabalho para avaliar as três primeiras reuniões, a que vai ser colocado, para a Comissão, o estado da arte do sistema energético brasileiro, tanto na questão, como disse o Senador Delcídio, de geração quanto na questão de transmissão e quanto ao planejamento futuro.

E em uma segunda audiência, o conhecimento aprofundado do projeto de Belo Monte. Com essas duas audiências realizadas em Brasília, a Comissão, com a sua assessoria, vai estar se deslocando para uma diligência em campo e ouvir, então, como eu dis-

se, os executivos o Governo do Estado, executivos municipais e legislativos, municipais, Ministério Público, também para colher subsídio. E nesses quinze dias, então, faremos reuniões, aqui, para condensar essas informações obtidas nas três reuniões. Na 4ª reunião, 15 dias depois, trataremos da questão ambiental e na 5ª, na questão social. Feito isso, como bem disse o relator, ele fará um relatório inicial, porque esta Comissão, ela tem a sua existência paralela ao tempo de implantação do projeto, ou seja, ela está instalada recentemente, mas ela termina quando o projeto for colocado em operação. Então, nós vamos, em um momento seguinte, o relator vai fazer uma proposta, já, de um trabalho de acompanhamento.

Então, eu coloco em discussão, como está essa proposta, fazendo, já, as alterações que o próprio relator propôs, alterações de nomes, em vez do Dr. Raimundo Coimbra, da Eletronorte, na 2ª audiência, o Ademar Palocci e os dois representantes da comunidade acadêmica. Com a sabedoria do relator, ele escolhe um a favor e um contra Belo Monte, para que a gente possa ter o contraponto, não é? Da comunidade acadêmica, que nós temos referência, que se posicionam contrários ao projeto, Dr. Oswaldo Sevá ou o Dr. Célio Bermann. Temos que decidir qual dos dois iremos convidar, relator.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pode ser o... Pode ser o Bermann, não é? É indiferente, os dois são... Acho que pode ser o Bermann, não tem problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, convidaremos o Dr. Célio Bermann. Com relação ao representante da comunidade acadêmica favorável ao projeto, o relator indica o professor Dr. Rogério Cerqueira Leite.

A outra alteração, na 4ª audiência, que o representante do Ministério de Minas e Energia ou o superintendente do Meio Ambiente da Eletronorte seja, então, o Dr. Antônio Raimundo Coimbra que, hoje, é o secretário executivo do Ministério de Minas e Energia.

Eu proporia, e também na 5ª audiência, uma alteração feita pelo relator, em vez do representante Eletrobrás que, realmente, participa como sócio do empreendimento, ele coloca um representante do Ministério de Minas e Energia. E essas alterações proposta pelo relator. Eu colocaria, também, à apreciação dos senhores membros da Comissão que, na 4ª e na 5ª audiência, ou seja, quando retornarmos da diligência ao sítio da usina que nós possamos incluir, Senador Delcídio, um representante do consórcio Belo Monte, ou seja, para discutir a questão ambiental e social que lá já teremos tido apresentação, teremos tido as solicitações e a preocupações de comunidade. E que

eles estejam aqui para, também, de forma presente, discutirem o que aqui será explicitado pela ONG, pelo IBAMA e pelo Ministério da Minas e Energia.

Então, a minha proposta é que fosse também incluído, nessas 4ª e 5ª audiências, um representante do consórcio Belo Monte. Essas são as observações feitas, e eu coloco à apreciação dos Srs. Senadores. O relator concorda com a inclusão? Então, com concordância do relator, não havendo quem queira discutir, coloco em votação a aprovação do plano de trabalho para as cinco primeiras reuniões. Os Senadores que concordarem com a sua aprovação, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Antes de encerrar esta reunião, eu quero agradecer à nossa equipe de consultoria do Senado e da Comissão, ao nosso secretário, que passa a ser, também, secretário da Subcomissão, o José Francisco Carvalho, ao apoio técnico do consultor Hipólito Remígio e, também, ao apoio técnico do consultor e coordenador do College, o Dr. Ivan Dutra Faria. Então, esse grupo já está integrado, desde o início, à Subcomissão de Belo Monte.

Eu, Senador Delcídio, gostaria que nós pudéssemos, também, não sei de que forma. Eu pediria, também, à Secretaria da Comissão que pudesse, dentro do regimento do Senado, ver de que forma nós faríamos o convite, os convites, para que tivéssemos o acompanhamento do trabalho da Subcomissão de Belo Monte com um representante da OAB nacional, um representante do Ministério Público Federal, um representante do Tribunal de Contas da União, um representante do Governo do Estado do Ceará, onde estará instalado, um representante do Ministério Público Estadual do Pará, um representante do consórcio de Belo Monte – que é formado pelos prefeitos dos municípios atingidos –, um representante das Câmeras de Vereadores dos municípios atingidos e um representante da sociedade civil organizada dos municípios atingidos pela barragem, de tal forma que esses três representantes que dizem respeito ao Poder Executivo, ao Poder Legislativo e à sociedade civil organizada dos onze municípios atingidos, eu proponho que a escolha não recaia, dos três, de um único município.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Que a gente possa ter um de cada município, para que tenhamos uma participação, de forma que possa representar geograficamente não um único município dos que serão impactados, mas todos os onze que serão impactados. O que não impede a participação – se quiserem –, de todos os prefeitos, de todos os vereadores, como ouvintes e colaboradores da

Comissão. Eles estão... A Comissão... As reuniões da Comissão são reuniões abertas e que todos poderão participar, e é um prazer que tenhamos cada vez mais a participação de todos, para que possam nos ajudar na execução do trabalho que a Comissão se propõe a fazer, com a instalação desse grande projeto. É o maior projeto em execução, hoje, no Brasil.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Maior do mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Delcídio diz que é o maior do mundo.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Um dos maiores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Um dos maiores do mundo, não é?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): [ininteligível], não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Recursos da ordem de 20 bilhões de reais previstos.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E que, com certeza absoluta, nós estaremos ajudando, colaborando com a responsabilidade do Senado Federal, para que ele, como eu disse, seja, ao final... Sirva de exemplo, ao mundo, de que é possível, sim, fazer investimentos deste porte, desta grandeza dentro de todas as condições, hoje, que não podem mais deixar de ser consideradas nesse tipo de projeto. Repito: não só a parte de geração, que é necessária para o país. Belo Monte é, eu diria, indispensável, até mais do que indispensável para o Brasil. Não há como, a curto prazo, a médio prazo, o Brasil crescer se não tiver geração. Então, é questão de geração.

A questão econômica: tem que ter uma tarifa que seja condizente com a produção brasileira, ou seja, o que produto nacional tenha como insumo uma energia que lhe dê competitividade com o mercado globalização, e atender as questões ambientais e as questões sociais.

Eu agradeço a presença dos senhores membros da Comissão, dos nossos colaboradores e, antes de encerrar a sessão, já marcando a 1ª audiência para discutirmos o estado da arte do setor elétrico brasileiro, como propôs o relator Delcídio Amaral, para o dia 25 de maio, terça-feira próxima, às 14h30 da tarde.

Então, eu pediria à secretaria que providenciasse a expedição dos convites ainda hoje, para que os senhores, as autoridades convidadas possam agendar e estar conosco na terça-feira. Passo a palavra ao relator

e, também, ao Senador Jorge, se quiser acrescentar algo, para que possamos, então, encerrar a sessão.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Só registrar, presidente, o trabalho, essa Comissão é muito bem assessorada, a equipe que está trabalhando conosco é, sabidamente, experiente. E V. Exa. sabe comandar muito bem essa Subcomissão, com autoridade, com pertinácia, com determinação. E eu não tenho dúvida nenhuma, o parlamento vai dar contribuição que a população espera. E acho que é uma excelente oportunidade, essa Subcomissão, para gente desmascarar uma série de fantasias que foram criadas sobre Belo Monte.

Acho que... Eu só espero que a gente exerça, aqui, o contraditório. Que aqueles que, especialmente, questionam Belo Monte, venham aqui para apresentar seus pontos de vista, para fazer um debate aprofundado sobre o tema, para que efetivamente a população acompanhe pela TV Senado os prós e contras, as preocupações de cada um, e fazendo um debate democrático. E nada melhor do que fazer um debate democrático aqui, no Congresso Nacional, e a população brasileira toda assistindo para que, realmente, se tenha um quadro bem definido, lúcido e transparente do que é o projeto de Belo Monte, para mim um dos projetos mais importantes do país. Era isso que eu queria registrar, Sr. Presidente, agradecer, mais uma vez, a confiança.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço o relator Senador Delcídio Amaral. Eu só... Uma última informação: na quinta-feira passada, eu fiz uma reunião, Senador Delcídio, com o Dr. Tarciso Jardim, ele é o chefe adjunto da consultoria do Senado. Ele procurou ter uma conversa comigo, se colocando à disposição, como o adjunto da chefia da consultoria do Senado e, também, para apresentar... E isso nós faremos em uma reunião de trabalho que pode ser marcada com os Senadores. Ele me disse que o Senado Federal, a consultoria do Senado Federal tem um projeto que está pronto, já, há algum tempo, em que ele busca, exatamente, dar uma orientação para esses acompanhamentos dos grandes empreendimentos em nível de Brasil.

O projeto – me disse o Dr. Tarciso – está pronto, não foi ainda colocado em prática. E nós vamos avaliar se não seria o caso de usarmos essa proposta, depois de discutida e avaliada pelos Srs. Senadores, usarmos o que se pretende fazer com o projeto de Belo Monte, como laboratório dessa proposta de consultoria do Senado. Porque se nós atingirmos, como peço, tenho fé em Deus que atingiremos os objetivos da Subcomissão, nós vamos marcar um divisor de águas,

a partir daí, de implantação desse projeto em nível de acompanhamento.

Normalmente, o que o Senado faz, o próprio TCU, é agir sobre o fato ocorrido. Nós pretendemos evitar que ocorra o fato. Essa, talvez, seja a grande diferença que a Comissão se propõe a fazer: não deixar acontecer. É melhor prevenir do que remediar. Então, nós faremos essa reunião para tomar conhecimento desse projeto, pode ser até incluído em uma dessas audiências já marcadas ou feita uma reunião posterior.

Agradecendo a presença de todos os membros dessa Comissão, em especial do relator Delcídio Amaral, do vice-presidente Senador Renato Casagrande e do Senador Jorge, membro desta Comissão, Senador Jorge Yanai. Eu já gravei, agora, o sobrenome. A colônia japonesa no Pará é muito grande. Tomé-Açu, V. Exa. conhece, é a terceira colônia japonesa no Brasil, a primeira é São Paulo, a segunda é Paraná e a terceira é Pará. Então, seja bem-vindo, e o sobrenome Yanai sempre será seguido do pré-nome Jorge, Senador Jorge Yanai.

Muito obrigado. Dou por encerrada essa Reunião da Subcomissão de Belo Monte, da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

Sessão encerrada às 12h45.

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2010, ÀS 14h30, TERÇA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às quinze horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e cinco de maio de dois mil e dez, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, sob a Presidência dos Senhores Senadores **FLEXA RIBEIRO** e **DELCÍDIO AMARAL**, reúne-se a Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da usina de Belo Monte. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Presidentes e os Senhores Senadores **JEFFERSON PRAIA** e **JORGE YANAI**. Presente também o Senhor Senador **AUGUSTO BOTELHO**, não membro da Subcomissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE** e **ROMERO JUCÁ**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência

Pública, em conformidade ao Plano de Trabalho aprovado pela Subcomissão, com o objetivo de “abordar a atual situação do setor elétrico brasileiro, apresentando um quadro sobre capacidade de geração instalada, o panorama do sistema de distribuição, a previsão de elevação da demanda e as medidas que estão sendo executadas para o atendimento da demanda futura, bem como sobre o planejamento do que ainda não foi iniciado”. Comparece o seguinte convidado: Márcio Pereira Zimmermann, Ministro de Minas e Energia. Após a explanação do convidado, apresentam os seus questionamentos os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio Amaral, Jefferson Praia e Augusto Botelho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. — Senador **FLEXA RIBEIRO**, Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 25/5/2010

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se a abordar a atual situação do setor elétrico brasileiro, apresentando um quadro sobre capacidade de geração instalada, o panorama do sistema de transmissão, a previsão de elevação da demanda e as medidas que estão sendo executadas para o atendimento da demanda futura, bem como sobre o planejamento do que ainda não foi iniciado, em conformidade com a aprovação do Plano de Trabalho da Subcomissão, de autoria do Senador Delcídio Amaral.

Nós temos a honra de termos conosco o Dr. Márcio Pereira Zimmermann, Exmo. Sr. Ministro de Minas e Energia, também como relator o nosso Senador Delcídio Amaral, ex-Ministro de Minas e Energia. Nós vamos hoje, Senador Jorge, termos uma aula com bastante profundidade sobre o setor elétrico brasileiro: a capacidade instalada, os vários tipos de modelos de geração, a transmissão no setor, a unificação no setor

elétrico a nível nacional, que não se encontra completo, mas que tenho certeza absoluta que num futuro bastante próximo integrará as áreas do Brasil que ainda não estão interligadas, como é o caso do Amazonas, de Roraima, acho que também do Acre. Ou o Acre já está no sistema? Então é Amazonas, Roraima e Amapá, que faltam fazer a interligação. E mais do que isso: quais, dentro do planejamento do Ministério de Minas e Energia, as ações que visem atender a futura demanda. Nós todos queremos que o Brasil cresça a taxas próximas ou superiores à da China e a da Índia, e, para isso, nós vamos precisar ter energia. Então o Sr. Ministro Márcio Zimmermann vai nos possibilitar, através da sua palestra, termos não só nós, os senadores da Subcomissão, como todos os telespectadores da TV Senado e os ouvintes da Rádio Senado um panorama atual do Sistema Elétrico Nacional.

Com a palavra o Ministro Márcio Zimmermann, Ministro de Minas e Energia.

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN: Boa-tarde a todos. Eu gostaria de cumprimentar ao Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Subcomissão de Belo Monte, gostaria de cumprimentar o Senador Delcídio Amaral, Relator da Subcomissão de Belo Monte, cumprimentar a todos aqui presentes e dizer que é uma grande satisfação para o Ministério vir aqui participar dessa Audiência Pública, coordenada por essa comissão, e falar um pouco sobre o setor elétrico, o setor elétrico que está vivendo um momento bastante interessante, porque nós acabamos de testar no atual modelo o leilão da maior usina já construída no Brasil ou a ser construída. Todas as outras grandes usinas que nós tivemos, Tucuruí, foram todas em ambientes regulatórios diferentes e essa é a primeira, no caso, Belo Monte, que foi feita dentro desse modelo que foi aplicado a partir de 2004.

Senhores, eu gostaria de dar uma passada rápida pela indústria de energia elétrica, como é que é esse processo evolutivo que ela teve ao longo dos anos. Quanto tempo eu teria?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): À vontade.

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN: Então eu posso começar em 1900. Lá na época, o Brasil inteiro--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Me permite, ministro. Comece em 1500.
[risos]

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN: Mas em 1900 nós tínhamos, naquela época, um modelo, em 1900 e pouco, nós tínhamos as empresas estrangeiras atuando aqui no Brasil e você não tinha empresa estatal. Então foi uma época do modelo

privado, que depois acabou evoluindo, quando nós chegamos ali no Código de Águas, em 1937. Em 1934 ou 1937? Em 1937 é o de Mineração e 1934 é o Código de Águas. Então com todas aquelas características, você tinha cláusula ouro, etc., e tudo isso manteve os investidores estrangeiros aqui no Brasil até quando começou um movimento, na década de 40, 50, quando começou aquelas Comissões Estaduais de Energia, a CEMIG, a CE, aí num movimento já de formação de grandes estatais. Foi a construção daquelas usinas, da CHESF, Paulo Afonso, depois Furnas na década de 50, depois aquelas grandes da CESP, o Complexo Urubupungá, etc.

Eu estou falando isso para dizer que você tem ondas que varrem o mundo e nós tivemos uma grande onda que ocorreu na década de 90. No mundo ocorreu na década de 80, ainda a Margaret Thatcher era a Primeira Ministra Inglesa, quando saiu aquela revolução na indústria de energia. Coincidia com a descoberta de grandes reservas de petróleo por parte da Inglaterra e, ao mesmo tempo, a libertação dela da dependência dos mineradores de carvão que tinham na época. Então, com isso, a Inglaterra fez um modelo bastante... Foi uma revolução realmente na indústria de energia elétrica. Aqui no Brasil esse movimento chegou na década de 90. Na década de 90 então nós tivemos aquele modelo da COOPERS(F), onde partiu de premissas que você precisava mudar a indústria de energia elétrica no Brasil, que ela estava muito estatal, e aí começou o processo de privatização e, ao mesmo tempo, você começou um processo de um modelo novo, tratando de energia mais como *commodity*.

Esse modelo, é claro que foi até difícil no início para os ingleses entenderem que, na verdade, naquilo eles não estavam lidando com termoelétricas, eles estavam lidando com um sistema de base hídrica, que isso seria totalmente diferenciado, mas ao longo do [ininteligível] eles entenderam um pouco e acabaram... A gente pensa que isso é normal, mas só lembrar que os ingleses, a COOPERS(F) aplicou esse modelo na Colômbia e foi até interessante, porque a Colômbia era um modelo muito baseado em hidroelétrica, e o processo lá na Colômbia, aplicaram como se fosse uma térmica. Então quem comprava uma usina hidroelétrica, não tinha operação coordenada, não tinha nada. Eu considerava que o meu estoque, o meu cofre, era o reservatório, e eu usava de acordo com as minhas necessidades. Bom, onde é que foi dar isso? É claro que houve uma desotimização completa do sistema e várias empresas quebraram no primeiro ciclo hidrológico não tão favorável, o que acabou causando um caos lá na Colômbia, que depois ter que reformular esse modelo. No Brasil não chegou a correr isso porque você

manteve essas características de operar coordenadamente esse setor. Mas, de qualquer forma, no Brasil nós tivemos aquele episódio que nós chegamos ao racionamento de 2001/2002, justamente que naquele processo que você migrava de um modelo para outro, você amarrou as estatais, porque todas as estatais seriam privatizadas, e, ao mesmo tempo, o setor privado não sentia segurança de investir porque você tinha vários problemas: [ininteligível] na distribuidora, então ele não tinha garantia. Se fizesse a usina, quem é que dava o PPA? E aí se não tinha o PPA, que é o *Power Purchase Agreement*, ele não tinha como financiar no banco. Então isso gerou um ciclo que causou um buraco em nível da necessidade dos investimentos que eram necessários na época, causou um hiato nisso, você não investiu. Daí a consequência disso, quando você não investe no setor, pegando um ciclo hidrológico que nem foi o pior do histórico, estava longe disso, e você aí, com uma crise estrutural, que faltava megawatt, com uma crise conjuntural, que foi feito um período de afluências não muito favoráveis, levou àquela condição, que teve um efeito econômico terrível no Brasil, e por isso que é importante uma Subcomissão tratar de um assunto importante como é Belo Monte, mas procurar trazer justamente isso que o senador falou no início, de que: E o País, se crescer a 5%, 7%, 8% ao ano, padrão chinês, como é que...

Bom, quanto a isso, eu acho que tem um aspecto positivo nesse modelo. Esse modelo, eu sempre digo, ele nasceu na ressaca do racionamento 2001/2002. Por quê? A Ministra Dilma, quando assumiu o Ministério ali em 2003, o Brasil vivia ainda as consequências econômicas de ter tido um racionamento, então você tinha um grau de aversão a racionamento enorme. Então esse modelo que ela desenvolveu ali com os agentes em si durante 2003 e até o segundo semestre de 2004, foi justamente baseado num país que tinha tido um trauma do racionamento. E aí, com isso, foram criados mecanismos que, primeiro, era importante você criar, você ter um Conselho Nacional ou dar força para o Conselho Nacional de Política Energética. Era importante você criar o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico. Por quê? O Estado Brasileiro não pode ser pego de surpresa, um governante, de repente, ser informado: "Olha, a partir do mês que vem nós vamos começar a racionar porque não tem energia". Tudo isso gerou um processo que você tinha que trabalhar e aí você, nesse modelo, você procurou montar... Primeiro, ter uma característica interessante, que se tinha havido aquela onda de privatização, se tinha havido aquela onda de... Esse modelo, ele veio para procurar um meio termo. Qual é o meio termo? Seria uma terceira via em nível mundial. Essa terceira via o que é que é?

Olha, a estatal que for competente e o privado que for competente, permanecem, vão disputar e vão trazer melhores tarifas para o consumidor. Isso era um aspecto importante, porque nós estávamos falando muito num dos pilares do modelo a modicidade tarifária. E, ao mesmo tempo, você tinha que fazer tudo isso de uma forma planejada. Então, por isso, esse modelo trabalhou muito com planejamento, que o Brasil já foi no setor elétrico um exemplo para o mundo aí de estrutura, de planejamento, como se trabalhar o planejamento no antigo GCPS, e que naquele momento da energia, *commodity*, ele tinha caído um pouco. E não se falava mais naquele planejamento, não. Nós não estamos falando no planejamento soviético, não. Nós estamos falando de planejamento daqueles que até que na pátria do capitalismo, quem conhece aquela estrutura do Departamento de Energia Americano, vê que eles têm quinhentos profissionais lá trabalhando com planejamento. Nunca abriram mão disso. O estado sempre manteve a capacidade, até porque se nós estamos falando de um bem que é um dos mais importantes numa sociedade moderna, como é que eu não vou olhar para frente para um horizonte de dez anos, vinte anos, trinta anos, até cinquenta anos? Isso é importantíssimo, a sociedade depende disso. Então, nesse aspecto, a saída que se teve foi aquela da terceira via, onde manteve-se as estatais, deu-se condições para as estatais, que agora não iam mais ser privatizadas, mas, ao mesmo tempo, colocaram elas no mundo: vai disputar com o setor privado. Se tiver competência, vai se estabelecer. Na verdade, um processo semelhante que a própria PETROBRAS viveu um pouco antes.

Então, com isso, o setor elétrico, ele começou a trabalhar com sistemáticas de leilões, resolveu aqueles impasses que tinha de problema da comercialização de energia, que o antigo MAI(F), estava todo embrulhado. Aí já com a CCE ocorreu uma boa evolução e aí nós chegamos naquele ponto de fazermos leilões cinco anos antes. Então o que é que significa? O mercado brasileiro hoje, 70%, em torno de 70% é o mercado regulado, que está ligado às distribuidoras, e 30%, mais ou menos, é o que a gente chama de mercado livre e os grandes consumidores. Então você observa que cinco anos antes eu estou pedindo para o mercado regulado... Tem uma parte que é livre. O livre, ele dá sinal econômico, sai usina ou não, isso é problema do livre. Agora o regulado, esse nós temos obrigatoriedade, nós obrigamos as distribuidoras, não tem mais *self dealing*, ela é obrigada a estar contratada até 97%. Tudo isso por quê? Para não ser pego de surpresa. Cinco anos antes você está... Então você pega a declaração da distribuidora e aí o que é que você faz?

Você vai fazer, em função daquilo que está sendo pedido pelas distribuidoras, você vai fazer o leilão. Tudo pensando em mercado regulado, que o outro é livre. O outro, se não fosse assim, o outro deixaria de ser livre e passaria a ter um intervencionismo no estado ali. Nós estamos preocupados só com o mercado regulado. Como Ministério nós nos preocupamos com todo o Brasil, mas com o mecanismo de você fazer leilões, a lei garantiu que nós tínhamos que fazer isso para o mercado regulado.

Então se o Brasil passar a crescer com taxas mais altas que as atuais, em qualquer momento, você cinco anos antes está pegando o que a distribuidora está prevendo. E você pega também três anos antes. Então por que é que são cinco anos? Cinco anos porque é o tempo normalmente de se fazer uma hidroelétrica e três anos é o tempo para fazer aí uma termoelétrica, ciclo(F) combinado, a gás ou algo parecido. Com isso, então, você vai ajustando, você vai ajustando a rota em função do que sentir de crescimento. Isso é um dos principais mecanismos que dá tranquilidade no sentido de que se o País passar a ter crescimentos padrões altíssimos, na verdade o que é que vai ocorrer? Vai estar ocorrendo que eu vou estar fazendo os leilões com valores maiores do que eu faço hoje. Então esse é um dos principais pontos que eu tenho no atual modelo.

Quando eu falo em planejamento, por exemplo, foi uma das coisas muito importantes quando se retomou esse processo de planejamento, foi quando nós priorizamos fazer um plano de longo prazo, aquele de trinta anos, o Plano Nacional de Energia, 2030. Por que é que era importante? Porque quanto mais você olha no horizonte, mais longe, você enxerga... Por exemplo, naquela época nós enxergávamos... Esse plano nós fizemos em 2005 e 2006. Nós íamos sair de um patamar de na época 100.000 MW e ir para alguma coisa em 225.000, 230.000 MW. Quando você olha, em função do crescimento de mercado, os cenários que você adotou, você vê: "Poxa, que desafio que a sociedade brasileira vai ter até 2030 para colocar mais 130.000 MW". Isso em 2005 é que nós pensávamos. Aí você tem que analisar com visão, traçar as políticas para os planos de mais curto prazo, como é que vai ser essa matriz do Brasil. Nós vamos ter hidroelétrica até lá? Que outra fonte vai poder entrar mais fortemente? A nuclear? Nesse plano foi interessante, que ali ele já sinalizou uma luzinha amarela: "Olha, nós vamos ter que buscar outras fontes, que a hidroeletricidade, ela tem limitações". Limitações no sentido que eu tenho potencial e que esse potencial, que antes era estimado em 260.000 KW, provavelmente a gente vai conseguir fazer 180.000 KW, porque os requisitos ambientais su-

biram muito e isso tem alterado os projetos que foram concebidos no passado. Então você vai aproveitar menos esse potencial. E, com isso, então, nós, naquele plano, ele já sinalizava que nós íamos precisar de 4.000 a 8.000 MW de centrais nucleares até 2030.

E, ao mesmo tempo, já começa a tratar de outras fontes, que sempre no planejamento você tem que ter a lógica econômica, a lógica econômica estratégica do País. Por quê? Porque você tem que olhar o que é que o País tem de fonte, de alternativas, e, ao mesmo tempo, você ver qual é a alternativa mais econômica. E, ao mesmo tempo, você também observar que fontes que têm que irem se desenvolvendo ao longo do tempo até ela ter... Ela, mesmo que entre marginalmente ou complementarmente, mas até que ela atinja uma maturidade que possa entrar mais fortemente, competitivamente dentro da nossa matriz.

Então nesse caso, quando nós passamos então do plano de longo prazo para o plano de curto prazo, onde saíram aquelas diretrizes, no curto prazo então, é claro que todo plano nosso... Perguntaram outro dia por que é que o plano do ano passado tinha tanta termoelétrica e o desse ano não tem. Na verdade o que é que era o plano do ano passado? Eu acabei de dizer que eu faço leilões cinco anos antes ou três anos antes. Nós tínhamos uma dificuldade, há uns anos atrás, de ter projetos hidroelétricos prontos e, ao mesmo tempo, você tinha novos requisitos ambientais que tornavam a dificuldade de obtenção de LP. Então o que é que levava isso naturalmente? Você tinha uma premissa, você vai fazer o leilão. Se não der hidroelétrica, vai ter termoelétrica. Então nós fizemos leilões que entravam usinas a partir de 2011, 2012, A-3, A-5, que entraram térmicas a óleo, a gás ou outras. Aí quando saiu o plano no ano passado, eu me lembro que tinha críticos que botavam: "Esses caras do planejamento do Governo Brasileiro são burros, porque eles estão colocando termoelétrica a óleo, termoelétrica a não sei o que, na verdade estão na contramão da história do mundo". Na verdade não era. É que o leilão que você fez, você não está planejando aquilo. O plano você faz de 2009 até 2018, vamos dizer, dez anos. Ali indicava muito claramente que eu já tinha feito o leilão. Então no plano você tem que honrar os contratos. Se eu já fiz o leilão, eu tenho que considerar. Se tem térmica a óleo que ganhou o leilão e que tem que entrar até 2013, 2014, tem que aparecer no plano. Nós não podemos rasgar contrato e não honrar leilões que foram feitos. Agora esse ano, quando você já começa a ter nesse horizonte a diminuição dessas térmicas que foram para leilão e, ao mesmo tempo, nós começamos a ter uma expectativa de licenciar mais hidrelétricas, é natural que ninguém vai planejar essa... Nós vamos

sempre planejar priorizando a hidroelétrica e vamos complementar com as outras fontes, complementar com as outras fontes.

E aparecem surpresas interessantes, como nós tivemos no ano passado com a eólica. A eólica, por exemplo, nós tivemos uma contratação de mil oitocentos e poucos megawatts a um preço médio de R\$148,00. Eu me lembro que há um tempo atrás, aquelas do PROINFA era R\$ 270,00 por MWh. O leilão teve muita disputa e já trouxe um sinal de que: opa, a eólica está se aproximando de uma posição competitiva. A biomassa também tinha tido um leilão anterior, o Brasil tem grande potencial aí de expandir a biomassa, e, também, as expectativas, ela já saiu com preços em torno ali de R\$ 150,00, que já era valores mais razoáveis do que tinham sido no passado. Então isso até nos animou, esse ano nós pretendemos fazer um leilão de fontes alternativas para contratação complementar, porque teria dado um preço interessante e que não pesariam tanto no consumidor.

Mas é claro que o nosso carro-chefe, e por isso o grande esforço, nós fizemos o leilão de Belo Monte, que eu quero falar logo na sequência, mas nós temos leilões tipo de... Nós queríamos fazer, queremos fazer dois leilões de hidroelétrica. Um agora no primeiro semestre, que provavelmente vai ficar para julho porque teve a greve do IBAMA e isso atrasou a entrega, as licenças, o andamento das licenças, mas a nossa ideia era fazer agora no primeiro semestre, dariam cerca de seis ou oito usinas de médio porte, que seria Garibaldi, duas no Amapá, Santo Antônio do Jari e Ferreira Gomes, Colíder, no Teles Pires, e mais duas ou três no Parnaíba. Só que essas estamos esperando agora, algumas já têm licenças e outras... Mas aí queremos fazer um primeiro leilão. É mil e poucos megawatts na soma delas, são todas usinas de porte menor. E depois, no segundo semestre, a nossa expectativa era fazer com usinas maiores ali do Teles Pires, que teriam chance de ter também. Então por isso é que esse plano a turma está dizendo que saiu muito verde e tal. É que na verdade, depois que nós resgatamos aquela de aumentar as alternativas que você tinha na cesta ali do planejamento com retomada de inventário, retomada de estudos de viabilidades no Brasil, você permitiu ir aumentando essa disponibilidade. Então salvo essa greve do IBAMA, provavelmente nós teríamos esse ano uma grande contratação de hidroelétrica.

Mas, de qualquer forma, nós tivemos aí uma grande contratação, que isso é um marco importantíssimo para o setor elétrico brasileiro. Eu digo que o marco foi quando o Brasil retomou grandes usinas, foi ali com Santo Antônio e Jirau, quando em 2005, a Ministra Dilma estava lá no Ministério ainda, e foi decidido

então de acelerar os estudos de Santo Antônio, Jirau, Belo Monte. Por quê? Porque o Brasil tinha um ritmo de crescimento e muitas vezes o porte de uma usina não quer dizer que ela seja mais ou menos complexa ambientalmente. Muitas vezes uma usina pequena, proporcionalmente, tem um impacto ambiental muito maior do que uma Belo Monte. Então você tem que separar isso. E aí naquela época Santo Antônio e Jirau estavam mais avançadas, acabaram indo para leilão e aí eu acredito que a própria sociedade brasileira, que a gente via muito a mídia trabalhando, em dúvida se hidroelétrica valia a pena, nós tivemos aqueles bons resultados do leilão de Santo Antônio e de Jirau, que foram valores assim que otimizaram bastante e desenvolveram uma característica, que o Brasil tinha no passado, de fazer usinas de porte com um custo bastante razoável.

Aí quando nós chegamos agora em Belo Monte, é uma usina também que tinha uma polêmica muito grande, o Delcídio, que foi da ELETRONORTE, sabe bem, e o Senador Flexa, que é do Pará, na verdade nós tivemos desde 1980 e pouco esses estudos de Belo Monte, eu mesmo no período que estava na ELETROBRAS peguei ainda bem esse processo aí de Belo Monte. Aí em 1993 teve aquela primeira grande mudança, que foi a solução do CADMA(F) que você mantinha a potência da usina, mas reduzia a área alagada, não inundava a terra indígena. Esse foi um primeiro passo. E depois, no modelo que foi para leilão hoje, naquela época, em 2001, que estava se tentando levar para leilão, a vazão sanitária ali, a vazão na volta grande do Xingu era da ordem de 200m³/s, era a exigência que teria para o empreendedor. Nós fizemos agora, com o Meio Ambiente e tal, 700m³, o mínimo, então aquela volta grande do Xingu não esvazia, e, ao mesmo tempo, uma transição para o período de cheia e seca. Estava em 10.000, daqui a pouco cai para 700. Não é, tem uma transição. Então tudo isso provoca uma curva que mantém as características o mais próximo das características naturais ali que tinha nessa área. Então essa Belo Monte, ambientalmente, realmente ela cresceu.

Quando nós falamos de hidroelétrica, por que é o que Ministério defende tanto hidroelétrica? Quem conhece aquela região do Pará, o Senador Flexa aí pode falar bem, é uma das regiões mais conflituosas do Brasil, é uma região que teve aquela característica de que a Transamazônica terminava ali, então foi colonizada, mas depois houve um afastamento do estado, do poder público, e acabou virando uma região de grandes conflitos sociais e conflitos...

Aí como é que a gente olha e observa uma implantação dessa usina? Eu sempre digo: "Olha, vol-

tem a Belo Monte daqui a 10 anos, 15 anos, e vocês vão ver uma outra região ali". Eu falo isso com uma tranquilidade muito grande. O Senador Delcídio, que foi residente lá em Tucuruí, se nós compararmos a Tucuruí da época da obra, como era aquela região e como é hoje, a melhoria de Índice de Desenvolvimento Humano, a melhoria de diversos itens de controle. Nós fizemos um estudo com relação a vários municípios brasileiros que receberam hidroelétrica. A hidroelétrica, ela tem um fator de desenvolvimento regional, é um negócio impressionante. Só para ter uma ideia, por exemplo, qual é o efeito que tem em Rondônia, onde está Santo Antonio e Jirau? Um consórcio só estava fazendo treinamento e dando profissão para 10, 15 mil pessoas. Que profissão? Daí quem está aqui em Brasília, quem está aqui na Região Sul, Sudeste do Brasil, olha e fala: "Vão dar lá operador de máquina, vão dar de pedreiro, vão dar de..." Olha, para regiões em desenvolvimento ou menos desenvolvidas, quando você agrega na população uma formação, isso aí tem um impacto excepcional. É um velho problema do Brasil: "Vou fazer a obra e encho um município". Altamira mesmo já sofreu muito isso. "Vou recomendar, vou fazer Belo Monte". Aí enchia de gente lá. Na verdade, em Santo Antônio e Jirau os próprios empreendedores limitaram: para fazer esse treinamento e para trabalhar tinha que ter residência em Rondônia por três anos. Fora isso, não conseguia. Só aquelas funções mais especialistas, que não tinha mesmo e não tinha como formar. Então quando você olha: "Não, mas depois sai a obra, aí fica aquele..." Não é, não ocorre isso. Quando você olha esses municípios que tiveram usinas no Brasil, normalmente a vila acabou virando cidade. E cidades que se desenvolveram, cidades que tiveram... Por exemplo, no início da minha carreira eu trabalhei três anos ali em Itaipu, a gente observa bem aquela região ali de Foz do Iguaçu o que era e o que é, mesmo do outro lado, e foi impressionante o efeito. Quando você vai naqueles outros municípios, eu como conheço mais a Região Sul, onde implantaram hidrelétricas e como ficou, realmente é uma melhoria excepcional, a ponto de me animar, sempre que encontro com países aí africanos, temos defendido nos Estados Unidos, é no sentido de que muitas vezes o cara pensa: "Vamos ajudar a África". Ótimo. Aí chegam lá os alemães, os europeus em geral, para não especificar o país, aí cheio de painel solar e tal, vai lá e bota solar, foto voltaica, bota não sei o quê. Em três anos aquele 'troço' funciona, atende não sei o quê. Aí eles batem foto, aparece em revista europeia que ajudaram aquele país coitado lá da África e tal. Passou três, cinco anos, aquilo é totalmente... Nós tivemos a experiência no próprio Brasil, totalmente sucateado.

Os caras tiram o caninho, tiram o vidro, tiram não sei o que e acaba... Então a gente sempre diz que é muito melhor se um país tem condições, se existe o potencial hidroelétrico, aproveite com pequenas centrais, com médias, com grandes. Tente viabilizar, porque quando você está fazendo uma hidroelétrica, eu estou ocupando mão de obra, eu estou formando mão-de-obra naqueles patamares bem básicos da pirâmide de conhecimento, trabalhador, eu estou preparando, eu estou dando chance para aquela indústriazinha incipiente, de países menos desenvolvidos. Então, na verdade, essa hidroelétrica acaba sendo um fator de desenvolvimento. E ela vai durar quantos anos? Cinquenta, cem, cento e cinquenta. Uma barragem vai a duzentos, trezentos anos, ninguém sabe, até mais. Então tudo isso são fatores positivos que a gente vê nessa implantação.

Quando nós voltamos para o caso de Belo Monte, Belo Monte é a primeira usina que tem... Só para os senhores terem uma ideia, o empreendedor em condicionantes socioambientais, ele tem a obrigação de investir 3,5 bilhões de reais, em condicionantes que estão definidos pelo órgão ambiental, socioambientais. Isso aí, somado ao próprio governo, tendo em vista as condições socioeconômicas daquela região, o presidente lançou um decreto em janeiro onde criou um grupo para o desenvolvimento sustentável daquela região de Belo Monte ali, de Altamira e aqueles municípios vizinhos. Esse plano, ele tem valores estimados da ordem de 2,5 bilhões. O empreendedor, ele, coloca 500 milhões. Então além dos 3,5 que ele tinha nas condicionantes socioambientais, ele está colocando mais 500 milhões, que já foi previsto no edital, nesse Plano de Desenvolvimento Regional.

Com isso, são investimentos aí que vão chegar a valores bastante grandes. Um que o Estado Brasileiro vai fazer, aí logo vão dizer: "Não, mas então o consumidor brasileiro está dando subsídio". Não é. São políticas de governo que você está dando esse Plano de Desenvolvimento Regional para uma região que tem sérios problemas socioeconômicos. Então esses 2,5 é um de plano, de um decreto que participam diversos municípios, participa o Governo do Pará, justamente para permitir numa área extremamente carente do Brasil, quem é que não lembra do assunto Irmã Dorothy e outros pesados que têm lá, e é uma forma de retribuição então, a contrapartida que o Estado Brasileiro vai estar dando para aquela região em função de fazer esse grande aproveitamento. E, ao mesmo tempo, teve uma inovação, além desses aspectos socioambientais, que são bastante fortes os investimentos, que vão mudar totalmente a cara daquela região. Por isso que eu acho importante essa Subcomissão que o Senado

está fazendo sobre esse assunto, que é muito importante acompanhar, e vocês vão ter a oportunidade aqui de trazer o IBAMA, como que o IBAMA vai controlar a aplicação das condicionantes, como é que vai controlar se o empreendedor está cumprindo exatamente essas condicionantes, como é que está o Plano de Desenvolvimento Regional. Então essa subcomissão do Senado, ela tem um papel muito importante para que realmente se atinja todos esses investimentos que são previstos na região de Altamira.

Um outro aspecto que eu acho que sempre é importante comentar e eu já escutei até pessoas me dizendo que o governo manipulou Belo Monte, porque aquele projeto tinha uma transmissão mais cara que a usina. Mas é a turma que não se atualizou. Na verdade, quando nós estávamos em 2001, 2002, naquela época a usina entraria em operação em 2007. Ela entraria em 2007 e, naquela época, nós precisaríamos fazer quatro circuitos de 750 KV, e era conexão, que ligava a usina até Colinas. Era 800 km de linha. Então vezes quatro, era três e mil poucos quilômetros de 750 KV. Isso dava um custo equivalente à usina na época. Eu me lembro que a usina era muito barata.

Bom, o que é que tem de diferente agora? A usina vai entrar em operação quando? A primeira máquina começa em 2015. Isso é oito anos depois de 2007. O que é que ocorreu que na época, em 2001, não se previa? Ou se previa que a transmissão no País não teria evoluído. Como Belo Monte não saiu, a transmissão evoluiu. Naquela época nós nem pensávamos na interligação de Manaus, Tucuruí, Macapá e Manaus.

Então só ali na boca da Usina de Belo Monte já estão sendo construídos dois circuitos que estão indo para Manaus e dois que vão para a outra. Então só ali são quatro circuitos, 500 KVs saindo. Então até a motorização, sei lá que máquina, Altino, a oitava máquina, ou décima máquina...

SR. ALTINO VENTURA FILHO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN: Você praticamente já atende todo, todo... E aí depois tem a expansão natural. Mas nós hoje, nós temos... Naquela época nós tínhamos uma Norte-Sul, aquela de 1997, 1998. Hoje nós temos três ligações entre o Norte e o Sudeste. Nós temos duas, indo para a terceira com o Nordeste.

SR. ALTINO VENTURA FILHO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN: Norte e Nordeste, que também não tinha na época. Então, na verdade, Belo Monte, o sistema de transmissão acabou se aproximando da usina. Então hoje, pelas regras do jogo, assim como Santo Antônio

e Jirau, o custo da transmissão que estava embutido naquela tarifa, era R\$ 25,00 por MWh, naquela de setenta e poucos, em Belo Monte esse custo começa com R\$ 14,00, quer dizer, então Belo Monte tem um peso da transmissão menor do que as usinas do Madeira. Esse é um dado importante, que isso daí, na verdade, o fato de ela ter sido postergada, a transmissão da rede básica evoluiu naturalmente. Então isso é um outro fator para ter deixado bastante atraente essa usina. A conexão dela acabou virando uma coisa muito pequena.

Um outro ponto que eu acho que é bastante importante com relação a Belo Monte é uma discussão que nós tivemos. Primeiro, quem conhece a Região Amazônica sabe que Belo Monte é uma das poucas usinas que tem uma grande queda, que lá é oitenta e poucos metros de queda. Então as demais usinas e mesmo as que estavam a montante de Belo Monte, que se um dia no passado pensou em regularizar, em criar usinas grandes de reservatórios, tinham reservatórios ali para cima que era de 6.000, 7.000 Km². Você imagina inundar área de floresta, inundar... Era impossível, não é? Então nós, quando tiramos as condicionantes ali para liberar Belo Monte, o licenciamento e tal, no CNPE foi tomada a decisão de não se fazer mais usinas a montante de Belo Monte. Então, quer dizer, porque era aquele negócio, ficava o setor com toda a expectativa: "Não, vai ter mais usinas ali". Mas, por outro lado, a área ambiental não deixava viabilizar Belo Monte porque se tinha a visão de que Belo Monte era cabeça de ponte. Na hora que Belo Monte entrar, saía tudo. Então, na verdade, o CNPE tomou aquela decisão, uma Resolução do CNPE depois vira um efeito do Decreto do presidente, que o presidente é que dá a última palavra. Então nós não temos. Então ali no Rio Xingu o potencial que tem é somente Belo Monte, não vai ser explorado para cima. E isso, depois que se acertou isso, facilitou a sequência do licenciamento de Belo Monte.

Por outro lado, Belo Monte está lidando com uma área muito antropizada. O que é que significa antropizada? Significa que é uma área que o ser humano está lá, é uma área que já tem fazendas, é uma área que não é mata nativa. Então toda aquela discussão ambiental de Belo Monte e tal, esqueçam. Belo Monte, quem conhece aquela região, sabe, é totalmente antropizada, não tem nada. O único impacto ambiental grande que você teria seria à volta grande do Xingu, e essa volta grande do Xingu, a partir do momento que aumentou a vazão mínima e que você fez transição, você resolveu esse problema que você teria lá em Belo Monte.

Então nas regiões, na Amazônia, nós trabalhamos lá com um explorar mais um potencial razoável. E aí vocês hão de pensar: "Pô, os caras terminaram Belo Monte, mal terminaram de fazer o leilão de Belo Monte e já estão pensando nas outras". É claro que nós não temos um crescimento padrão chinês. Vocês imaginem o que é que seria problema para nós. A China, outro dia teve um ministro chinês aqui, ele disse que a capacidade instalada na China é 870.000 MW. No Brasil, considerando ao lado de Itaipu, é 113.000 MW, e a China precisa implantar por ano 100.000 MW. Então é praticamente um Brasil por ano que eles têm que implantar de usina. Isso é um senhor desafio. O Brasil é menos, é 5.000 MW. Se crescer a 5%, vai dar 5.000, 6.000 MW. E aí você imagina que para continuar explorando a Amazônia nós tínhamos que ter uma forma que levasse em conta as características ambientais da Amazônia. Daí é que surgiu aquela ideia de se trabalhar com as tais usinas plataformas, quer dizer, em regiões não antropizadas, que não tem presença do homem, que você tem a selva intacta, você tem condições, e aí a ELETROBRAS aplicou esse conceito em Tapajós, de você fazer usinas fio d'água, que já é a característica normal lá daquela região da Amazônia, no máximo deixando o volume do reservatório no volume da cheia e tomando todos os cuidados com escada para peixe, canal de piracema e tal. Com isso você viabilizou o aproveitamento ali de áreas interessantes e você ali, aí você procura aplicar um outro conceito exatamente AO contrário do que eu falei ainda há pouco. Ali nesses casos, eu chamo plataforma porque o mar é aquela selva no entorno. Então eu tenho que minimizar o impacto. Qual é o minimizar o impacto? Eu vou fazer um canteiro, vai ter milhares de trabalhadores ali, mas eu faço alguma coisa que depois eu tiro totalmente e recupero, recomponho aquela área. Então muita gente estava interpretando: "Esses caras do Ministério são malucos, vão levar dez mil trabalhadores tudo de helicóptero para fazer usina, depois trás de volta todo dia". Essa usina teria um preço que seria um absurdo, não tem sentido isso. Na verdade é fazer canteiros e ao mesmo tempo a área do entorno, se você já tem Floresta Nacional, se você já tem, você cria... No Tapajós então ficou interessante, que você, em cinco aproveitamentos, dez mil e poucos megawatts, você vai inundar 2.000 km², mil novecentos e pouco. Mas, em compensação, você está preservando 200.000 Km². Por quê? A Bacia do Tapajós já tinha áreas indígenas, já tinha Floresta Nacional, já tinha várias... Não diretamente, mas próximas. Então você aproveita, está delimitando uma área e você não está deixando nascer cidade nesses canteiros. Esse que eu acho que é um aspecto interessante das usinas plataforma, que você

minimiza o impacto. Depois vai ficar o quê? Uma usina aproveitando o potencial ali do rio com ou telecomandando ou com muito pouca gente operando e trocando turno. Se for o caso, se você não tem acesso pelo rio, você mantém uma estrada de parque, que fica com um tráfego controlado, mas você preserva uma grande área. Então dessa forma nós estamos discutindo com o Ministério de Meio Ambiente e dessa forma nós achamos que é viável você avançar bastante na exploração do potencial da Amazônia e minimizando impactos. E, ao mesmo tempo, não tendo diferença de custos para uma usina convencional, porque, na verdade, o que você está fazendo só é que você não está deixando a usina virar um polo de desenvolvimento. Você deixa nas franjas do parque ou nas cidades mais fora esse impacto do desenvolvimento, você não deixa na zona onde você está fazendo essas usinas.

Então, em linhas gerais, eu acho que eu dei aquela geral do setor de como chegamos aqui e por que é que nós achamos e por que é que eu já falei desde o início que Belo Monte era bastante emblemático, que provavelmente é o único lugar do mundo que você viabilizou, através de um sistema de leilão, a implantação de uma usina desse porte, como é Belo Monte, já tinha conseguido Jirau e Santo Antônio, porque quando nós lembramos do investimento em Três Gargantas ou da própria binacional Itaipu ou da Tucuruí em duas fases, foram outros momentos, mas nesse modelo que você trabalha com esse sistema de leilões, foi muito importante você mostrar que até uma usina como Belo Monte, ela é altamente viável e altamente benéfica para a sociedade brasileira você utilizar essa opção hidroelétrica.

Em linhas gerais, senador, era isso que eu queria comentar e estou aberto aí para ponderações.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu queria agradecer ao Ministro Márcio Zimmermann pela exposição. Eu gostaria de dizer que o Senador Flexa se retirou rapidamente porque ele é relator de um projeto numa das comissões permanentes do Senado, por isso que ele se retirou, mas já retorna. Mas agradecer, ministro, a vinda de V. Exa. aqui à Subcomissão de Belo Monte, agradecer a toda a sua equipe aqui presente, profissionais experientes, profissionais que têm uma história no setor de energia elétrica e nas mais diferenciadas regiões do País.

Eu queria, ministro, com base até no que V. Exa. acabou de falar e mostrando a importância de Belo Monte não só como projeto, mas dentro de uma ótica de sistema interligado, eu queria, primeiro, relembrar um pouquinho, e V. Exa. conhece muito bem isso, Belo

Monte é uma usina diferenciada se nós compararmos com os projetos anteriores. Eu estive e vivenciei a construção das primeiras barragens na Região Amazônica. Eu fui chefe da Usina de Tucuruí, depois estive em Balbina, quer dizer, era da ELETROBRAS, a Usina de Balbina pertencia à ELETROBRAS, pertence à ELETROBRAS, depois Samuel, e acompanhei os estudos todos realizados nas bacias, começando pelo Tocantins, por Goiás, entrando por Mato Grosso e, depois, pelo Pará.

Belo Monte, hoje, ela é uma usina muito... O projeto evoluiu muito. Belo Monte, quando surgiu, Belo Monte chamava-se Kararaô, o Altino lembra muito bem disso. O Zé Antonio, à época, que hoje é Presidente da ELETROBRAS, era Diretor de Engenharia da ELETROBRAS e nós tínhamos um complexo Kararaô e Babaquara, um projeto feito dentro de uma conceitualização, que à época vigia, de usinas com grandes reservatórios e com os problemas todos que foram questionados de uma forma bastante intensa ao longo da implantação dessas barragens. Depois, fruto dessa experiência, até o nome da usina mudou. Como disse muito bem o Ministro Márcio Zimmermann, o Conselho Nacional de Política Energética proibiu qualquer usina a montante. À época existia uma usina a montante, praticamente uma potência instalada muito parecida com a potência de Tucuruí, e Belo Monte veio avançando ao longo do tempo e saindo do conceito de grandes reservatórios para o conceito de usinas a fio d'água. Tanto é que o reservatório de Belo Monte, inicialmente, era um reservatório de grandes proporções, com impactos acentuados e hoje Belo Monte tem um reservatório de 500 Km² aproximadamente, se eu não estou enganado.

O Ministro Márcio fez uma menção importante, que eu não poderia deixar também de destacar: Belo Monte vis a vis com Jirau e Santo Antônio. A distância de Belo Monte dos sistemas interligados ou do sistema interligado brasileiro, a proximidade com Tucuruí, as interligações do Norte com o Centro-Oeste, com o Sudeste e com o Nordeste, se nós compararmos com o projeto de Jirau e Santo Antônio. Como V. Exa. disse, o sistema de transmissão, com o passar do tempo ele evoluiu muito e era um dos pontos críticos do projeto de Belo Monte. Essa interligação, evidentemente, leva à otimização dos sistemas, é uma utilização eficiente da sazonalidade das várias bacias hidrográficas e consolida a opção do Brasil pelas energias renováveis. Como V. Exa. disse muito bem, quando se faz leilão é o que ofertarem e, infelizmente, até pelo prazo, muitas termoeletricas entraram e estão sendo instaladas. Agora é importante registrar que o Brasil, do seu ponto de vista de energia renovável, já ultrapassa os 45%,

quando a média mundial atinge 17%, se eu não me engano, 15%.

As energias alternativas, como disse o Ministro Márcio Zimmermann muito bem, Senador Jefferson Praia, um ilustre representante do Estado do Amazonas, nós evoluímos muito através desses leilões. Evoluímos muito na geração de energia eólica, os preços já estão caindo sensivelmente, quer dizer, o próprio bagaço de cana. Eu me lembro que a eólica há algum tempo atrás era R\$ 245,00 o MW [ininteligível]. Hoje, já esses últimos leilões, já sinalizam que a energia eólica vem muito firme e aproveitando também a sazonalidade das bacias hidrográficas com os mapas dos ventos que nós temos, especialmente na Região Nordeste.

O governo está mais do que nunca preocupado com a segurança energética do sistema interligado brasileiro e do País, tendo em vista as taxas de crescimento que o Brasil vivenciará ao longo dos próximos anos. Inegavelmente a alternativa de energias renováveis diminuem as emissões e, consequentemente, se cria um quadro diferenciado se nós compararmos com outros países.

Eu gostaria, ministro, porque outros senadores vão também aqui falar, eu queria apresentar algumas perguntas que eu entendo como pertinentes, até fruto de todos os questionamentos que têm surgido ao longo dos debates envolvendo a Usina de Belo Monte.

A primeira pergunta é com relação ao orçamento de Belo Monte, ou seja, os números, o orçamento, a usina foi à leilão com um valor de 19 bilhões aproximadamente e se discute muito se esse valor é um valor pertinente, se não é um valor pertinente, se os investimentos de Belo Monte vão ser maiores. Falam em 22, 25. Eu já ouvi de algumas pessoas, que estavam estudando esse aproveitamento, eu já ouvi falarem de 32 bilhões. Então a questão orçamentária, esse número cabe efetivamente no projeto de Belo Monte ou não? Existem aperfeiçoamentos no projeto de Belo Monte? Porque hoje já se fala em um canal somente e, consequentemente, isso traz reduções no orçamento da usina. Fala-se na otimização do projeto de Belo Monte, que traz os valores para números próximos ou já abaixo dos 19 milhões, dependendo da ótica. Fala-se muito na operação de financiamento de Belo Monte, quer dizer, como é que o BNDES vai se comportar nesse sentido, até tendo em vista ao se considerar projetos assemelhados que são financiados aí pelo mundo e com os prazos que hoje efetivamente o BNDES adota e as taxas também de juros. Fala-se também nas taxas internas de retorno para eventualmente nós chegarmos a esse valor. Evidentemente, na minha leitura, se forem taxas internas de retorno de 15%, 17%, nós vamos ter um número orçamentário.

Senador Augusto Botelho, ilustre Senador de Roraima, do Partido dos Trabalhadores.

Então fala-se também na questão da taxa interna de retorno desse projeto. Então, Ministro Márcio Zimmermann, seria uma excelente oportunidade de V. Exa. falar um pouco sobre isso, esses aperfeiçoamentos. A participação nacional no fornecimento dos equipamentos, se existem aí alternativas de outros fornecedores, fornecedores chineses, fornecedores russos, como também a imprensa divulgou ao longo dos últimos meses, até porque existe aí uma exigência de um nível de nacionalização por equipamento e não propriamente do projeto em si, se é esse o meu entendimento.

Então eu acho que seria uma oportunidade muito boa para que V. Exa. discorresse sobre isso, até porque também, complementando a essa Audiência, nós, na próxima semana, vamos chamar os técnicos aqui presentes, sempre dentro do conceito de estabelecer o contraditório, ou seja, não só trazer quem trabalhou no governo, mas quem tem questionamentos sérios e importantes na implementação do projeto de Belo Monte. O objetivo dessa subcomissão é estabelecer o contraditório e o melhor lugar para se fazer esse debate é aqui na Casa do Povo, no Congresso Nacional e no Senado Federal, especificamente.

E, ministro, além disso, eu gostaria também de que V. Exa. explicasse um pouco a questão do fator de carga de Belo Monte, porque uma das coisas que também questionam, perguntam ao longo aí de todo esse debate de Belo Monte, é o fator de carga, que comparado com outros projetos de hidroeletricidade, Belo Monte teria um fator de carga menor do que o fator de carga adotado até então pelos projetos hidroelétricos e, consequentemente, não seria uma usina atrativa. Então eu acho que esse tema também é um tema importante para que a gente abordasse nessa Audiência Pública.

Ministro Márcio Zimmermann, gostaria também que V. Exa. falasse sobre as questões... V. Exa. já fez uma explicação, falou de uma maneira geral das questões ambientais e sociais, mas aproveitar essa oportunidade para que nós tivéssemos um quadro mais claro sob o aspecto das populações ribeirinhas. Qual é o reflexo da Usina de Belo Monte no dia a dia das populações ribeirinhas? Como é que as populações ribeirinhas vão ser afetadas diretamente sob o ponto de vista do seu cotidiano, sob o seu ponto de vista de atividades cotidianas pelo projeto de Belo Monte?

Uma outra questão também: e as medidas de mitigação. V. Exa. falou em 3,5 bilhões que já estão no projeto como medidas mitigadoras, não só sob o aspecto

social, mas ambiental, e mais 500 milhões de reais que os ganhadores aportariam para essa gestão ambiental e essa gestão também dos impactos sociais.

Outro tema também de fundamental importância: as etnias indígenas que vivem ali naquela região. Qual efetivamente o reflexo nas áreas que hoje pertencem às etnias indígenas que lá habitam? Eu me lembro bem da época que vivia no Pará e conheço o Pará muito bem, como também toda a Amazônia, eu vivi muitos anos lá na região, desde o princípio, quando se começou a discutir a antiga Usina de Kararaô, um dos encontros históricos ocorridos lá na região foi um encontro que o José Antonio era o diretor da ELETRONORTE. Naquela época, houve lá um episódio com uma índia Caiapó, chamada Tuíra, se é que eu não erro no nome, e por aquela região passaram muitas lideranças. O próprio Raoni, que nós conhecemos muito bem, até porque eu tive a oportunidade de vivenciar, de conviver com as etnias indígenas daquela região toda. Então eu acho que é muito importante aproveitar essa oportunidade para ouvir um pouco essa questão das etnias indígenas que lá vivem. Qual é o real quadro, qual é o real impacto no dia-a-dia, na vida das etnias indígenas que ali vivem, que ali já estão estabelecidas em terras efetivamente reconhecidas como terras indígenas?

E ao mesmo tempo também, meu caro Ministro Márcio Zimmermann, aproveitar essa oportunidade para explicar um pouco melhor essa questão do que é que um projeto desse traz sob o ponto de vista econômico e social para a região. Além daquilo que efetivamente se arrecada em royalties e outros benefícios, existe um planejamento para desenvolver a região associado a esses projetos ou não? Porque eu tive a oportunidade de conviver em projetos que representavam assim uma grande experiência para uma região e a *posteriori*, depois de implementados, eles só trouxeram problemas: sobrecarregaram as cidades, as cidades não se prepararam, as cidades não tinham educação suficiente, hospitais, não tinham infraestrutura urbana, não havia saneamento e, conseqüentemente, nós acabamos aumentando essas populações, trazendo uma série de problemas, quando, na verdade, essas usinas representavam a esperança de uma vida melhor para toda aquela gente.

Essas são as principais questões que eu gostaria de apresentar e queria passar a palavra para a coordenação do Senador Flexa Ribeiro, que é o presidente dessa Subcomissão, para que depois nós ouçamos V. Exa. e, também, os demais senadores que, tenho certeza, vão apresentar questionamentos.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Delcídio, eu quero, primeiro,

agradecer a V. Exa. por ter assumido a presidência dos trabalhos enquanto eu fui à Comissão de Relações Exteriores relatar um projeto de autoria do Deputado Walter Hiroshi. Peço desculpas ao Ministro Zimmermann por ter dito necessidade de me ausentar por alguns minutos da Audiência.

Já que ouvimos o questionamento do nosso relator, o Senador Delcídio Amaral, eu perguntaria ao Ministro Zimmermann se poderíamos fazer os questionamentos dos senadores membros da comissão e, em seguida, V. Exa. responderá em conjunto.

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN: Tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, com a aquiescência do nosso convidado, Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Presidente Flexa Ribeiro. Vou fazer algumas rápidas considerações, até porque as observações feitas pelo Senador Delcídio Amaral, elas já vão ao encontro do que, Ministro, nós estamos realmente querendo saber.

Entendo que essa questão da geração de energia no nosso País, ela é preocupante, o governo tem procurado avançar, na Amazônia é um grande problema, no meu Estado do Amazonas é um problemaço. Para V. Exa. ter uma ideia, estive recentemente visitando um dos municípios do meu estado, chamado Benjamin Constant, e chegando lá me deparei com uma manifestação popular em face do município estar trabalhando com racionamento, o povo já sem suportar mais aquele racionamento de energia, duas crianças tinham morrido porque a mãe, quando faltou energia, acendeu velas na casa, a casa pegou fogo e duas crianças morreram. Imagine, então, uma população extremamente preocupada e também desgostosa com relação a essa situação. Nós procuramos ver como podíamos fazer naquele momento, entrei em contato com a ELETRONORTE Amazonas Energia, eles me colocaram um planejamento. Hoje, pelo menos para atender o consumo doméstico, a energia está sendo fornecida, mas nós vamos precisar termos ações no sentido de atender a essas demandas, que não podem ser apenas aquelas direcionadas para o consumo doméstico, mas para que possamos ter investimentos ocorrendo, e aí eu trato muito rapidamente dessa questão no Estado do Amazonas.

Nós sabemos que temos um estado com um percentual elevadíssimo de preservação, de áreas preservadas e conservadas e o grande desafio é se aproveitar aqueles recursos naturais de forma sustentável. E, é claro, precisaremos ter o fornecimento de energia chegando aos municípios para quem sabe aí

termos oportunidade de viabilizar indústrias e possamos gerar trabalho, emprego e renda no interior do nosso estado, que é um dos grandes problemas que enfrentamos.

Eu entendo também, Ministro, que na Amazônia nós temos a possibilidade – e estamos fazendo isso – de gerarmos energia através de hidroelétricas, parece que esse é o caminho mais natural, é o melhor caminho. Temos um potencial muito pequeno de possibilidade de termos a geração de energia eólica na região, mas percebo também um potencial bom dentro do contexto de aproveitarmos a geração de energia através da energia solar. Nós vamos ter que trabalhar isso na Amazônia. Acredito que principalmente para as comunidades isoladas, como também as plantas amazônicas, alguma coisa dentro do contexto dos biocombustíveis.

Agora mais especificamente sobre Belo Monte, eu gostaria que V. Exa. pudesse colocar, eu sei que já fez uma explanação, infelizmente eu não pude estar aqui presente, mas a grande questão hoje que nós estamos querendo saber, porque sempre com hidrelétricas teve problemas. Teve algum caso que não teve nenhum problema? “Vamos construir hidroelétrica, não tem problema nenhum”. Sempre tivemos problemas, não é mesmo? Então eu percebo que temos avançado, como falou muito bem o Senador Delcídio Amaral, dentro do contexto não só técnico, mas dos aspectos que envolvem a viabilização do projeto, quer dizer, houve um planejamento, ocorreram também diversas ações no sentido de externar à população quanto a importância daquele empreendimento e os impactos ambientais e sociais para todas as comunidades que envolvem aquela área. Agora eu ainda gostaria de entender por que razões esses problemas ainda continuam se dando. O que há, por exemplo, com aquelas comunidades que continuam reclamando do projeto? Vamos dizer, a opinião contrária, ela era contrária no início, foi contrária no processo que está se dando e ela é contrária por que discordam de uma hidroelétrica ou ela está se dando dentro do contexto das observações que são feitas pelas populações tradicionais, pelos povos indígenas, porque não está sendo cumprido o que foi acertado? Ou não foi acertado nada com essas populações? Eu gostaria de entender isso, porque impacto ambiental nós vamos ter, é claro. Você faz uma hidroelétrica mexendo no meio ambiente, é claro que tem impacto ambiental. E impacto social, se tem ribeirinhos e populações indígenas, é claro que tem impacto social. Agora como amenizar isso? Como compensar essas populações é que é a grande questão.

Então eu gostaria de entender o que está acontecendo, até porque nós vamos fazer, salvo engano,

por volta do dia 10, uma visita *in loco*. Com certeza essas pessoas vão nos procurar, vão colocar os seus pleitos. A sociedade civil organizada vai apresentar as duas demandas e nós precisamos ver como é que todo esse processo está se dando.

Portanto, são essas as observações. Eu acredito que a cada hidroelétrica que viabilizamos aprendemos um pouco mais. Belo Monte está sendo um grande exercício também e nós temos que, na verdade, aprimorar todo esse processo. Se queremos energia e se você percebe que, por exemplo, na Amazônia a opção de energia renovável são as hidrelétricas, qual é a outra opção? E para o Brasil, que outra opção? É a energia nuclear? Então qual é a outra opção? Então eu acredito que nós temos que rapidamente entender muito sobre isso para que possamos amenizar os danos ambientais e sociais em qualquer empreendimento dessa natureza. Portanto, eram essas observações, ministro, e eu gostaria que V. Exa. pudesse nos dar essas informações. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Jefferson Praia e passo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Ministro, o nosso guru de energia elétrica aqui é o Delcídio Amaral, mas eu tenho umas perguntas de umas dúvidas que surgem na minha cabeça quando eu começo a ler a respeito de Belo Monte.

Primeiro, em relação à capacidade dela de produção, se vai ser realmente de 4.500 MW? Raramente ela vai dar os 11.000 MW para a qual está sendo feito o investimento. Essa é a primeira pergunta, que eu não sei se é aquele primeiro termo técnico que ele usou em relação a isso.

A segunda, eu sou Roraima e estou acostumado com essas coisas com os indígenas de lá. Os indígenas de Roraima, geralmente eles são nômades, eles não ficam só num local. Agora os que estão em mais contato com a gente [ininteligível] que estão estabelecendo ficar em alguns lugares. Esses do Xingu que estão sendo afetados, os que são afetados diretamente, eu queria saber quantos cidadãos, quantas pessoas, quantos indígenas, cidadãos indígenas, serão deslocados de suas casas com o lago. Eu quero saber esse número para ver, porque a gente ouve um monte de informações trocadas. Agora as outras aldeias que serão “afetadas” pelo lago, eu acho que quando mais água tiver para os indígenas melhor, porque lá vai ter peixes. Lá os nossos indígenas gostam que façam lago perto da casa deles, que criem água para ter condições de água.

Outra pergunta é em relação às populações afetadas. São 30 anos que nós estamos nessa discussão de Belo Monte já. Tomou-se a decisão, está se fazendo. Existe já alguma medida em relação às populações a serem afetadas, os ribeirinhos, de melhorias, de deslocamento de comunidades. Vai ser deslocada alguma comunidade por causa do lago da hidroelétrica? Se ela vai ser, ela vai ser realocada em casas com condições dignas, com água tratada, com esgoto sanitário, esgoto fluvial, essas estruturas de escola e postos de saúde?

Essas são as perguntas que eu queria fazer a V. Exa. Acho que nós já estamos muito atrasados com Belo Monte. Nós estamos queimando eu não sei quantos milhões de litros de óleo diesel por causa desse atraso. Então eu fico até preocupado quando esses ambientalistas assim radicais ficam fazendo uma confusão doida e não prestam atenção para isso. O Brasil está mudando o seu modal de hidroelétrica para termoelétrica, que é muito ruim isso aí para a gente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Augusto Botelho. Eu vou completar com os questionamentos da presidência, se V. Exa. me permitir.

Primeiro, parabenizando-o pela sua exposição. Depois, queria dar uma informação. Nós estamos linkados através do meu twitter e do meu site ao vivo e aqui há vários questionamentos já de twitteiros do Pará que me pediram para fazer algumas questões, que eu farei a V. Exa.

Mas eu quero, primeiro, pontuar o objetivo da nossa Audiência de hoje, que era realmente ter um estado da arte(F) do sistema energético nacional. Então eu pediria a V. Exa. se pudesse nos informar, e com certeza poderá, só para que isso fique registrado e nós possamos ter o ponto de partida para o trabalho da subcomissão. Qual a potência hoje instalada em território nacional já em funcionamento? Qual a previsão de aumento de geração a médio e longo prazo? Dentro da previsão de planejamento, quantos megawatts nós precisamos adicionar ao sistema instalado a médio, esse médio em quanto tempo, e a longo, V. Exa. falou aí 2030, não é, como uma meta?

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN: 2030 e 2019, são dois planos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso, 2030 e 2019.

A pergunta que também gostaria de fazer a V. Exa., a resposta já foi dada no início, e o Senador Jefferson Praia e o Senador Augusto Botelho são os mais interessantes nessa resposta. O sistema energético brasileiro está totalmente interligado, ou seja, ele vai estar atendendo o Brasil como um todo? Caso não

esteja, qual o projeto do Ministério de Minas e Energia para interligar as áreas ainda isoladas, como o caso do Amazonas, o caso de Roraima e me parece que o Amapá também? Qual a potência de geração hídrica já levantada ou pesquisada pela ELETROBRAS, ELETRONORTE, no Estado do Pará? Nós sabemos que o Pará, com Belo Monte, vai ser o maior produtor de energia do País. Temos uma questão tributária que vamos discutir lá na frente, porque diferentemente dos outros produtos, a energia não cobra ICMS na geração, cobra o ICMS na distribuição. Então acontece com a energia o que acontecia com a goiabeira que tinha na minha casa quando criança, que o galho que dava a goiaba pendia para o vizinho. Então nós íamos comer a convite da nossa vizinha a goiabada que ela fazia com a goiaba—

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN: Da sua casa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --lá de casa. Então é o mesmo caso com a energia do Pará. Nós exportamos a energia e o ICMS da energia exportada pelo Pará é recebido pelos estados aonde a energia é distribuída. Diferentemente dos outros produtos, como a indústria automotiva. Qualquer produto, o estado produtor fica com uma parte bastante substancial do ICMS e o estado consumidor agrega a outra parte. Na energia isso não ocorre. Eu acho que isso aí nós vamos ter que corrigir. Mas como não teve ainda um governo que enfrentasse essa questão da reforma tributária e fiscal para valer, eu espero que o próximo, que a partir de 1º de janeiro de 2011 seja... V. Exa., já darei a palavra a V. Exa., seja o nosso pré-candidato José Serra, que ele possa então fazer a... Não, não é campanha, não. É premonição. Possa fazer a reforma tributária e fiscal que o Brasil necessita há muito tempo.

Mas gostaria também, já que V. Exa., com competência, entrou na questão de Belo Monte, hoje pela manhã, na Comissão de Reforma Agrária e Agricultura, eu pedi ao Senador Valter Pereira, Presidente da comissão, que tirasse de pauta um projeto do Governador Blairo Maggi, que eu tinha pedido para pensar a vários outros projetos, Ministro Zimmermann, e é importante, Senador Delcídio. Existe vários projetos tramitando no Senado que falam sobre o impedimento de utilização dos rios que não seja para transporte fluvial. Esse era um deles, esse era um deles, que tratava exatamente do Teles Pires-Juruema. Aí eu dizia ao Senador Valter, que ele queria, entendia ele, que queria desapensar os projetos porque cada projeto tratava de um curso de água. E eu, no sentido contrário, dizia que sim, cursos de água diferentes, mas o objetivo era o mesmo. Então nós tínhamos que estudar em con-

junto. Não tem importância se é no Araguaia, se é no Teles Pires-Juruema, se é no Tapajós, se é no Xingu, mas o objetivo era o mesmo. Esse projeto do Senador Blairo Maggi, ele dizia no texto, na ementa, o seguinte: “Exclusivamente para transporte fluvial”, ou seja, eu até disse ao Senador Valter, Senador Delcídio, que o projeto proibia até pesca, até pesca no rio.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Que rio?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É o Teles Pires Tapajós. E disse a ele que há coisa de dez dias atrás ou um pouco menos ou um pouco mais, a ELETROBRAS, o Ministério das Minas e Energia anunciou a instalação de duas ou três usinas geradoras de energia exatamente no rio, a fio d'água, como é o do Madeira-Mamoré. Então como que nós íamos aprovar no Senado algo que impedia a pesca? Já não falo nem da geração, mas da própria pesca, porque só podia transportar. Então eu queria ouvir a opinião de V. Exa. a respeito dessa questão.

Se V. Exa. acha que o Governo Brasileiro deve continuar priorizando a geração hídrica como uma fonte limpa, renovável, em que o Brasil tem expertise mundial em relação a esse modelo de geração.

V. Exa. falou da questão do IBAMA, que atrasou lá o ‘coisa’ e eu vou agora fazer as perguntas dos twitteiros, senão eles não vão mais seguir o twitter. Eu até criei, Senador Delcídio, o twitteiro fiscal. Eles veem o que está acontecendo no meu estado, a gente não pode estar lá, mandam pelo twitter e eu denuncio ou parabenizo, mas faço isso lá da Tribuna.

Então o meu amigo José Carlos, que é do Partido Verde. O José Carlos está pisando na bola lá no Pará, mas depois eu vou conversar contigo, José Carlos [risos].

Ele quer saber se a OAB Pará terá assento na Subcomissão. Isso aí eu vou responder, se V. Exa. me permite, porque nós já dissemos e já aprovamos aqui que nós iremos convidar tanto a OAB Nacional, quanto o Tribunal de Contas da União, quanto o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, o Governo do Estado, para que eles possam fazer indicação de técnicos para acompanhar o trabalho da Comissão. Na realidade, não será a OAB do Pará, será a OAB Nacional, que, tenho certeza, o nosso amigo Ophir Cavalcante Júnior, que por coincidência é o Presidente da OAB Nacional e é do Pará, fará a indicação do Dr. Jarbas Vasconcelos, que é o Presidente da OAB Pará, para representar a OAB Nacional nessa Comissão. Ele pergunta se a transmissão de energia será por corrente contínua ou alternada. Também já feita a resposta. Agora ele pergunta – e essa eu pediria a V. Exa. para responder: Como fica uma parte da energia

para o desenvolvimento do Pará sem o autoprodutor na SPE?

O Anderson, já é outro: Quantos quilômetros de floresta serão inundadas com a obra?

O Christian, um terceiro: O gasto nessa obra não daria para investir em outras formas de energia, como a eólica?

Então são as perguntas não minhas, que essa aqui eu não faria a V. Exa., mas os twitteiros estão curiosos para saber.

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN: Essa última qual é?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se o gasto na obra de Belo Monte não daria para investir em outras formas de energia, como a eólica?

Aí são complementares, mas V. Exa., como *expert*, vai responder a eles. Com a palavra o Ministro Zimmermann para as respostas.

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN: senador, mais uma vez eu agradeço a oportunidade que o Ministério está tendo de participar aqui dessa comissão e a oportunidade de nós esclarecermos e participarmos de um debate tão democrático e tão livre numa Casa, como o senhor falou, a Casa do Povo. Então nós nos sentimos muito a vontade de participar disso aqui, desse tipo de Reunião.

Eu gostaria de começar, primeiro, antes das perguntas do Senador Delcídio, eu gostaria de falar um pouco sobre emissões, que o Senador Delcídio tinha falado, e eu acho que depois ela ajuda a complementar diversos outros pontos dessas perguntas.

Eu me lembro que nós estávamos em 2006 e eu participava numa audiência na Comissão de Minas e Energia e Meio Ambiente, era uma Comissão conjunta na Câmara dos Deputados, e eu vinha fazer a defesa, que eram umas usinas também muito polêmicas na época, as Usinas de Santo Antônio e Jirau, eu vim fazer uma apresentação sobre por que é que nós defendíamos a hidroelétrica. Na época a matriz brasileira, o potencial de emissões da matriz brasileira – e eu apresentei um gráfico mostrando isso – era de cerca de 40 milhões de toneladas de CO₂. Só para os senhores terem uma ideia, a matriz efetiva do setor elétrico brasileiro, a contribuição na emissão de gases de efeito estufa é de 2,5% o total brasileiro, enquanto os países desenvolvidos, como os Estados Unidos e China... Nos Estados Unidos 50% é carvão na sua matriz, então só da parte do carvão já é 50% de emissões ali, e a China eu acho que passa de 70% a geração a carvão. No Brasil era muito baixa, realmente. Mas nós alertávamos porque nós fizemos umas simulações: “Olha, se a sociedade brasileira decidir não ter mais

hidroelétrica, então nós não vamos fazer o Madeira". Aí fizemos um caso sem o Madeira, fizemos outro caso sem Belo Monte, sem usinas no Norte. Aí é interessante, que o que potencial de emissões da matriz, e a gente sempre fala potencial porque a geração térmica do Brasil depende da série de vazões. Então você pega na média a expectativa com relação à energia assegurada dela, você pega isso. Então nós sairíamos de 40 para 300 milhões de toneladas/ano, se nós não colocássemos as hidrelétricas e colocássemos térmicas a carvão, a gás ou a óleo.

Então esse é um ponto que muitas vezes se fala muito com relação à hidroeletricidade, mas se esquece que não adianta sonhar, que nós temos aqui, na verdade, uma realidade. Nós podemos dizer: "Não, nós poderíamos fazer com energia solar". Poderíamos fazer geração distribuída, mas a US\$ 400, US\$ 500 o MWh. Eu estou falando de Belo Monte a 40, eu estou falando de Jirau e Santo Antônio a esse preço também. Dá para fazer de solar, não grande sistema, que no mundo não existe, existe pequeno sistema. Aí um País como o nosso, sabe qual é o consumo per capita do Brasil de energia elétrica? 2.300 KWh/ano. Sabe quanto é nos Estados Unidos? 14.000 KWh/ano. Sabe quanto é da Europa? De 7.000 a 9.000 KWh/ano. Então por quê? Porque nós somos um País em desenvolvimento, é um País que tem muito. Mesmo fazendo eficiência energética, mesmo fazendo... Ele tem naturalmente expandir a sua capacidade instalada por quê? A partir do momento que você faz parte, no atual momento que o Brasil vive, onde existe uma migração, ascensão de classe social, e cada vez que há uma ascensão num País como o nosso, aumenta a classe média nos vários estágios, você aumenta a demanda de benefícios que a energia elétrica traz. A partir do momento que um País como o nosso traz, de repente, para o Século XXI, 12 milhões de pessoas, vamos chegar a 13 milhões de pessoas, que não tinham luz elétrica. Tudo isso cria demandas. Então nós não estamos falando da Suíça, se a Suíça está fazendo, vai fazer uma usina aqui ou lá. Nós estamos falando de um País em desenvolvimento, que tem distorções econômicas, sociais e regionais muito fortes.

Então esse aspecto ambiental, as emissões, é um aspecto que nós temos que ponderar. Você pensar: "Vou fazer só de eólica". Ótimo, só vou gastar duas vezes e meia a mais – e depois eu dou mais dados aqui para vocês terem uma ideia.

Mas entrando num ponto que eu acho que é muito importante que o Senador Delcídio colocou, é que seria basicamente... Qual foi o motivo de tanta polêmica com a história do preço? Eu vou começar contando a história para vocês e acho que isso faz parte do pro-

cesso, o governo é que tem que estar armado para... Você de repente vinha trazer um sobrecusto para a sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, um enriquecimento sem causa para alguém, porque o estado se omitiu e não estudou direito. Então eu acho que isso é uma responsabilidade do governo e por isso é que nós criamos a EPE, por isso que nós temos lá profissionais que se dedicam a isso, por isso que os nossos preços foram para o Tribunal de Contas, foram auditados lá os preços antes de fazer o leilão. Qual era a grande discussão que nós tínhamos? "Ah, que Belo Monte..." Eu volto um pouquinho antes de Belo Monte, eu vou para o Madeira. O Madeira, na época, era um projeto de duas usinas. No Brasil, para vocês terem uma ideia, o tipo de turbina que ia se usar no Madeira era a turbina Bulbo. A maior turbina Bulbo no mundo era de 57 MW ou 70. Essas aqui seriam de 72 MW. Turbina Bulbo é aquele para baixa queda. Então era uma novidade que estaria se colocando e aí as empresas que tinham estudado chegavam lá no Ministério: "Olha, a tecnologia que vai ter que ser usada, não sei o que, isso vai levar, nas nossas simulações, a custos em torno de R\$ 180,00 por MWh". Eu era Secretário de Planejamento na época no Ministério e cansei de ter reuniões onde vinham esse posicionamento. R\$ 180,00. Depois a usina foi vendida a R\$ 71,00, se considerar uma média entre livre e tal, noventa e poucos reais por MWh. Mas diziam R\$ 180,00. Nós, na época, o Ministério, para sentir segurança, porque o Brasil não tinha uma expertise grande em turbina Bulbo. Nós contratamos com o Banco Mundial uma empresa que tinha expertise nessa área e trouxemos ela, a Colenco, uma suíça italiana, que tinha muita gente que tinha trabalhado com turbinas Bulbo e tal. Eles fizeram a avaliação para nós do projeto do Madeira. Nós fizemos para o CNPE e uma análise que nos deu muita segurança com relação àquela tecnologia, já que o Brasil usava mais Kaplan, principalmente Francis, algumas Pelton, mas turbinas Bulbo não usava. Mas lá a grande novidade daquela usina era a turbina Bulbo e aí era precificado lá em cima. Nós, depois desse estudo da Colenco, das avaliações que a EPE fez, nós fixamos para o primeiro leilão, eu acho que foi em torno de R\$ 120,00 por MWh o preço. Aí a primeira surpresa, para ver como é saudável esse modelo no Brasil de leilões, provocou uma competição de tal maneira que saiu Santo Antônio a R\$ 78,00 por MWh. Então nós, quando mandamos o preço para o TCU, o preço teto do leilão era em torno de R\$ 120,00.

SRA. MÁRCIA HELENA CARVALHO LOPES:
R\$ 122,00.

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN: R\$ 122,00. Aí no leilão sai a R\$ 78,00. Aí nós

vamos para Jirau. Aí Jirau, todo mundo pensava: Não vão inventar mais nada, porque Santo Antônio tinha feito aquela jogada, vendia 70% para o mercado regulado e 30% no livre, só que no livre já jogava a expectativa de R\$ 130,00.

Então, na média que ele bidou(F), ele podia afundar o regulado, porque depois ele recuperava no livre. Então para Jirau não teria essa novidade, teoricamente todo mundo saberia, não seria um fator surpresa do grupo vencedor, porque já seria uma prática adotada por todos. Aí vem a segunda novidade. Na verdade, o consórcio vencedor apresentou um projeto, Jirau, deslocando o eixo ali e conseguindo uma otimização que derrubou o preço. Santo Antônio e Jirau são usinas praticamente idênticas. Na área que ia ser construída Santo Antônio primeiro, você teria que fazer muita escavação, porque a turbina Bulbo, como ela é só de potência 70 MW, quando você pensa numa usina de três mil e poucos megawatts, você imagina o quanto do rio que ela vai ocupar. Você vai ter que escavar ainda para caber todas aquelas máquinas uma do lado da outra. São quarenta e poucas máquinas de 70 MW. Aí esse consórcio viu que deslocando, ele saía, porque estava entre dois morros, tinha que escavar morro. Então isso tem um custo, tem uma escavação maior. Quando ele levava uns quilômetros mais para baixo, ele não precisava, porque era plano e aí a escavação era muito mais simples. Aí ele otimizou violentamente o que teria de necessidade de escavação. Aí para quanto foi o preço? Nós já tínhamos colocado eu acho que foi quanto?

SRA. MÁRCIA HELENA CARVALHO LOPES: R\$ 91,00.

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN: Noventa e...?

SRA. MÁRCIA HELENA CARVALHO LOPES: R\$ 91,00.

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN: R\$ 91,00. Nós aprendemos que Santo Antônio dava para baixar, que não dava tanto, botamos R\$ 91,00 o custo, a expectativa, o preço teto de Jirau. Quanto é que saiu, R\$ 71,00?

SRA. MÁRCIA HELENA CARVALHO LOPES: R\$ 71,00.

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN: R\$ 71,00 por MWh. Por quê? Tivemos competição, tivemos uma série de... Então isso é saudável no modelo e, ao mesmo tempo, a criatividade das otimizações também é saudável.

Aí vamos, finalmente, para Belo Monte. Em Belo Monte nós temos uma expectativa, a EPE tinha feito um estudo dentro de determinadas condições que foram evoluindo, era um custo que o projeto, consi-

derando uma determinada TIR(F), eu não me lembro se era 11% ou--

SRA. MÁRCIA HELENA CARVALHO LOPES: 10,95%.

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN: 10,95%, você chegava em 19 bilhões de investimento. Mas aí, isso já manda para o TCU meses e meses antes, e no decorrer desse processo... Nós sempre tivemos uma grande discussão no Brasil, por exemplo, até 2006 todas as usinas hidrelétricas no Brasil, você imagina, elas só tinham prazos de financiamento de 12 a 14 anos.

Em 2006, nós conseguimos que usinas uma de 1.000 MW poderiam ter prazo de 20 anos. Quando você aumenta o prazo, você está descomprimindo aquele projeto, você está dando folga, você está dando mais fôlego para ele e menor tarifa no final, menor preço no final. No caso ali de Belo Monte então, nós vínhamos batalhando com o BNDES, o próprio Senador Delcídio comentou, quer dizer, nos países desenvolvidos nós estamos com uma economia estabilizada, os fatores macroeconômicos do País estão reconhecidamente, no mundo inteiro, não é só aqui, é um País hoje com... O BNDES, e nós insistindo, lá fora projetos de infraestrutura dessa natureza, vai 30, 40, 50 anos os prazos de financiamento. E outra coisa: por que utilizar a Tabela Sac aqui? Por que é que não utiliza a Tabela Price? Quando você soma esses fatores, isso alivia profundamente o projeto. Então hoje, na verdade, quando eu estou considerando esses fatores, isso não é subsídio. As taxas de juros praticadas para um empreendimento que vai durar esse tempo de Belo Monte e mais esse prazo de financiamento, a tabela, isso aí é coisa normal para país com estabilidade macroeconômica e que investe em projetos grandes de infraestrutura. Então não é subsídio isso, não é subsídio. E, por outro lado, o BNDES tem feito muito desses investimentos e os senhores observem o lucro dele. O BNDES não está tendo prejuízo, ele está tendo cada vez mais resultados muito bons. Então foi uma gestão bastante interessante que o BNDES fez e que ajuda o Brasil a implantar esses grandes projetos de infraestrutura que têm.

Um outro aspecto que foi bastante comentado: se eu abrir uma fábrica de giz, os senhores que são senadores da Amazônia, na Amazônia, que vantagem que eu tenho? Eu tenho uma série de vantagens, qualquer investimento lá na Região Amazônica, com relação à isenção de Imposto de Renda e tal, tem uma Portaria do Ministério de Integração Regional, e essa mesma Portaria, que já está em vigor há anos e anos, Santo Antônio e Jirau usaram. A usina que estava sendo implantada lá teve esse benefício fiscal, que é uma forma de uma região, que tem uma distorção regional aí

com o resto do País, tentar atrair, assim como teve a Zona Franca lá de Manaus e tal, você tentar diminuir essa distorção regional. Então havia essa Portaria. Mas aí os empreendedores começaram a ir no Ministério e alertar: Olha, a interpretação é que só ia até 2013 para projetos que, aí é que estava a dúvida, se era que entrasse em operação ou que ficasse concluído até 2013.

Então nós, para tirar a dúvida, pedimos para o Ministério da Integração Regional, que foi lá e colocou: “Não tem dúvida. Se Belo Monte entrar com o pedido agora, não interessa quando ela vai entrar em operação”. Ela vai ter aqueles dez anos, não é?

SRA. MÁRCIA HELENA CARVALHO LOPES:

Dez anos, 75% de Imposto de Renda.

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN:

Dez anos, 75%, como qualquer empreendimento que se põe na Amazônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):

Permite, Ministro? Já há um trabalho no sentido de prorrogar os incentivos para a Amazônia e para o Nordeste de 2013 para 2023. A juízo meu, não deveriam ter prazos definidos, deveria ter em função do IDH ou da renda média. Quando atingisse a média do Brasil, você poderia abrir mão do incentivo.

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN:

Isso, isso. E aí nesse caso de Belo Monte, você então...

Aí um outro que deu uma certa polêmica: PSI. O que é que era o PSI? Nós, há um tempo atrás, por exemplo, quando nós fizemos o leilão de eólica, nós tínhamos dois ou três fabricantes aqui no Brasil. Aí havia uma grande discussão quando nós fomos fazer aquele leilão no ano passado. O pessoal ia no Ministério, dos dois lados, o fabricante ou o cara que ia importar, e ele trazia... Quer dizer, se nós botássemos um determinado tipo de gerador, especificássemos... A turma que estava instalada no Brasil queria que fosse um determinado patamar para que privilegiasse a indústria daqui e a turma de fora queria outra potência de gerador para que eles viessem sozinhos. Nós acabamos achando uma posição intermediária. Primeiro, a indústria brasileira, no caso, nós conseguimos neutralizar, porque antes quem trouxesse o gerador de fora, ele tinha uma redução do IPI, não é?

SRA. MÁRCIA HELENA CARVALHO LOPES:

Isso.

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN:

Alíquota de--

SRA. MÁRCIA HELENA CARVALHO LOPES:

[ininteligível] de 14%.

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN:

--114%, caiu para 0, nós fizemos assim durante

muito tempo. Nesse leilão, essa condição que estava dada pela CAMEX, ela estava implicando em tirar competitividade de quem estava instalado aqui no Brasil fabricando. Aí tínhamos que achar uma condição que deixasse a igualdade, que vencesse o melhor, mas em igualdade. Aí se conseguiu uma redução do IPI para os fabricantes nacionais que tivessem competitividade e tiramos o incentivo de quem importasse. De forma que nós fizemos o leilão, foi muito disputado, e ganhou tanto os fabricantes nacionais como o pessoal que trouxe de fora. Você teve competição e quem ganhou no final foi o próprio consumidor. Qual era o incentivo que você teve para esse fabricante nacional? O tal do PSI. Foi a redução da carga tributária em cima.

Vamos para o caso de Belo Monte, PSI. Nós temos no Brasil um dos maiores parques instalados para produzir geradores hidroelétricos do mundo, aqui no Brasil. Nós temos fábricas da Alstom, [ininteligível], tem Voith-Siemens, um monte por quê? Porque é o País que mais faz hidroelétrica. É o que mais faz por quê? Por que ele gosta? Não, é porque na Europa, a Alemanha fez 100% do seu potencial hidroelétrico. A França eu acho que 80% ou 90%. Os Estados Unidos foi 60% ou 70%. Então, dos grandes países... A China, eu não sei em quanto chegou, mas hoje ela tem 200.000 MW, 197.000 MW de hidroelétrica instalada. E o Brasil vem instalando aí, hoje já está com 80.000 MW, então tem uma perspectiva de crescer.

Então essas fábricas, quando eu faço... O Brasil tem uma característica tributária que, conforme o senador já comentou aqui, o que é que ocorreria se eu não desse o PSI, no caso, para os fabricantes nacionais? Eles iriam não ter competitividade, não por culpa deles não serem produtivos, mas por culpa de uma carga tributária diferente no incentivo que um país de fora daria para colocar o produto dele aqui. E, além disso, nós não geráramos emprego aqui dentro do Brasil. Então é um processo... Então essa redução, essa redução é normal e ocorre. Vocês mesmo lembram que nas medidas anticrises aí, você teve vários incentivos, para a linha branca de geladeira eficiente e tal, é normal. Então quando você soma tudo isso aí, você, na verdade, você estaria dando condições diferentes para aquela condição que a EPE fez quando analisou de 19 bilhões, você pode chegar a 25, 26, garantindo aquela mesma TIR(F), por causa dessas condições que estão diferentes daquelas avaliações que a EPE fez.

Bom, nesse caso agora... Então eu já falei praticamente esses itens de importação de equipamentos, participação nacional.

A taxa interna de retorno, a nossa expectativa, quando nós levamos para leilão era em torno de dez

e pouco e o grupo que ganhou diz que está satisfeito, enquanto nós não falávamos de otimizações. Só para os senhores terem uma ideia, a escavação prevista em Belo Monte, por causa dos canais, e a novidade aqui não é a turbina Bulbo, que Belo Monte é uma usina bem convencional, mas eram os tais canais. Hoje, eu não sei, o grupo vencedor disse que não tinha essa otimização mais. Mas hoje já tinham estudos já prontos de otimizações, como a redução de dois canais para um, que implicaria numa redução de 20% a 25% do volume de escavação em rocha e solo. Isso significa alguns bilhões a menos no custo da usina. Então o que eu estou dizendo é que as otimizações que estão vindo, ainda além do que, eu tenho certeza que os vencedores não estão arrependidos da Usina de Belo Monte. E, por outro lado, eu tenho certeza que a atuação firme do governo no sentido de viabilizar a usina e, ao mesmo tempo, deixar que se siga um processo com bastante racionalidade técnica e econômica com relação aos orçamentos, previsões, as interações com o TCU, foi bastante importante para que nós chegássemos a esse resultado.

Outra grande discussão é o fator de capacidade da usina. O fator de capacidade da usina, quem conhece hidroelétrica vai ver o seguinte: eu tenho usinas com fator de capacidade até de 70%, até 80%. Agora muitas vezes uma usina com fator de capacidade de 80%, ela tem o MWh, que aí eu vou falar numa unidade comum, muito mais cara do que Belo Monte, que tem um fator de capacidade de quarenta e poucos por cento. Já que estamos falando em fator de capacidade ou eficiência da fonte, os senhores sabiam que a fonte solar é da ordem de 10%, 15%. A fonte eólica é entre 20%, já é viável economicamente entre 20% e 40%.

Então no caso de Belo Monte o que vale é o seguinte: o MWh produzido por essa usina, o preço que foi fruto de um leilão é de R\$ 78,00, mesmo que você diga: "Não, mas tem trinta que vai para o outro mercado e tal". Que dá uma média um pouco acima, mas não sai muito disso. Então eu vi, eu me lembro que na época que a gente estudou Belo Monte no passado, eu me lembro que havia muitos questionamentos. Uma vez até um professor da UNICAMP, que eu não me lembro, ou algum aluno de mestrado, sei lá, ele fez um artigo dizendo que Belo Monte era uma usina que só dava 1.500 ou 1.800 MW em média, a garantia, a energia firme. Qual é o raciocínio que se faz? O Senador Delcídio conhece a Usina de Salto Santiago. Essa eu tenho os dados porque eu sou da ELETROSUL, eu era da ELETROSUL.

A Usina de Salto Santiago tem uma capacidade instalada de 1.420 MW. Se eu opero isolado aquela usina, que não tem também muito reservatório e nada,

sabe qual é a garantia física deles, essa energia firme? Seria trezentos e poucos megawatts. Isso aí significa vinte e poucos por cento, 20% ou vinte e poucos por cento dessa capacidade instalada. Agora quando eu interligo e passo a ter um maestro nacional otimizando a diversidade de hidrologia que nós temos entre as diversas regiões do Brasil, aí aquela usina vai para quase oitocentos de garantia física de energia firme. Belo Monte é a mesma coisa. Se você fizer Belo Monte para operar isolada, para atender uma população isolada, vamos dizer que vai atender só o Estado do Pará e sem estar interligada no sistema nosso, que não tem... Aí é sem diversidade [ininteligível] e nada, ela vai dar isso aí. Mas quando ela entra no sistema interligado, ela entra num *pool*(F) de usinas, que ora uma está gerando, armazenando na água, na outra, mesmo que ela não tenha reservatório, mas aí ela está colocando nos grandes reservatórios aqui do Sudeste. Aí isso é que dá aquela energia que é 4.570 MW. E aí vamos ver o que é que é alguma coisa eficiente. Se vocês quiserem anotar aí para depois fazerem as contas em casa, isso é interessante.

Por exemplo, eu não tenho nada contra a eólica, até porque, como Secretário Executivo o ano passado, eu participei ativamente daquele leilão de eólica que nós conseguimos fazer. Mas vamos só raciocinar como comparando uma fonte ou outra. Quantos anos dura uma eólica? Uma eólica não dura mais do que vinte e poucos anos, certo? As experiências no mundo que tem hoje. Uma hidroelétrica, nós temos hidroelétrica com mais de cem anos funcionando no Brasil e com pequenos investimentos. Aí vamos ver outro aspecto que é interessante. A tal Belo Monte ineficiente, que produz energia a US\$ 40 o MWh, que a unidade é comum, tem raciocinar em unidade comum. Aí eu vou para a Espanha. Vou implantar um parque eólico igual a Belo Monte na Espanha. O que é que significa isso? Significa que esse parque vai produzir em média, no ano, 4.570 MW médios, certo, no ano. 4.570 MW, faz uma continha: multiplica por 8.760 horas do ano. Você vai obter um valor. Aí você guarda esse valor. Aí o que é que é que ocorre na Espanha, por exemplo? A Espanha é um País que tem pouca energia renovável.

Enquanto o Brasil tem 80%, mais de 80% em fontes renováveis para produzir energia elétrica, a Espanha é bem menos. E ela tem meta de chegar em 20%, que é uma orientação para os países da comunidade do mercado lá da zona do euro, do Mercado Comum Europeu, de atingir 20% de fontes renováveis. Aí quando você chega na Espanha, o preço médio do mercado lá é em torno de € 60. O custo da eólica fica em torno de € 83, € 85. Mas o Estado Espanhol viu que a fonte melhor, já que ele não tem hidroelétrica,

para ir para a renovável, é a eólica. Então ele dá um subsídio de € 23 a € 25 por MWh.

Quando eu faço essa conta e pego aqueles megawatts-hora produzidos, 4.570, produzido ao longo do ano inteiro, quanto é que vai dar isso? Um bilhão de euros de subsídio por ano. Quanto é que eu gastei para implantar essa eólica? Essa eólica, eu botei ainda como um fator de capacidade de 1/3 aí, que é alto para a Europa. Você não tem, 33% de fator, não tem isso lá. Aí essa usina lá sairia em torno de 20, 22 bilhões de euros. 22 bilhões de euros mais um bilhão de euro, Belo Monte durante trinta anos, vamos dizer que só gerasse trinta anos, seria 50 bilhões de euros. Quanto é que eu estava falando no preço de Belo Monte? 13, 14 bilhões de dólares. Não é euro, dólares. Essa é que é ineficiente? A unidade é a mesma, megawatt-hora. Essa eu estou falando em 40, a outra eu estou falando em 83. E essa é que é a ineficiente? Não tem sentido.

Populações ribeirinhas, reflexos. O Senador Delcídio também tinha colocado. Quem conhece aquela região sabe bem aquele... Em quota de cheia, você tem umas áreas pobres lá de Altamira, o senador conhece, que tem aquelas--

SRA. MÁRCIA HELENA CARVALHO LOPES: Os igarapés.

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN: Os igarapés, e com uma condição de vida complicada, porque as casas já são mais altas e em palafita, sem saneamento e sem nada. Então você tem ali uma população que eu não sei quantos mil ali. Quanto?

SR. ALTINO VENTURA FILHO: 5.670.

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN: 5.670 atingidos lá. O que é que nós estamos falando com essa população? Bom, essa população, a água antes só chegava naquela quota ali do piso da casa ou um pouco abaixo em época de cheia. Agora vai ficar permanente, em época de cheia. Então teoricamente... Aí o que é que vai ocorrer com essa população? Ela vai ser remanejada, vai ganhar casa em condições, que é o padrão que se faz, em condições de vida muito melhor do que a atual.

O aspecto das etnias indígenas. Quem lembra o processo de Belo Monte, o projeto antigo de Belo Monte, por isso é que foi alterado, a única aldeia indígena que era afetada diretamente pelo Projeto Kararaô era a Aldeia Paquicamba, que em 2001, 2002, tinha 48 índios. Hoje, eu acho que é 70; 70 ou 80, eu não sei, deve ser dessa ordem. Foi alterado o projeto em 1993. Aí é que saiu esses canais, porque reduziu a área inundada de mil e duzentos e poucos quilômetros quadrados para alguma coisa da ordem de 500. Se considerar o

leito do rio, provavelmente duzentos e poucos quilômetros quadrados. E a Aldeia Paquicamba não é mais atingida. Era a única terra indígena que tinha efeito direto. Por isso é que o processo de Belo Monte não veio, não teve necessidade. Se afetasse diretamente terra indígena, você teria um outro processo, aqui no Congresso até, de desafetação dessa área. Por isso é que não teve, porque não tinha impacto direto em terra indígena, certo? Bom, aí tem as outras etnias, que aí tem o índio de regiões próximas ou, sei lá, tem índio de até 300 km que foi considerado aí nas avaliações, nos estudos étnicos--

SRA. MÁRCIA HELENA CARVALHO LOPES: Onze etnias.

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN: Onze etnias, e têm etnias até 200, 300 km, no Alto Uruguai--

SRA. MÁRCIA HELENA CARVALHO LOPES: Até 400 km.

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN: Até 400 km, vai até os Caiapós, 400 km de lá, que foi feito um estudo e até tirado...

O último ponto do Senador Delcídio foi o aspecto do projeto de desenvolvimento. Eu já tinha comentado aqui que, na verdade, pela primeira vez, você está fazendo um projeto ou fez um decreto criando um grupo, que já tem um valor estimado que vai ser aplicado na região, com o esforço do Estado Brasileiro como um todo, para ajudar a resolver os diversos pontos.

Então o que é que ele traz para a região? Ele traz o que toda hidroelétrica trouxe para as regiões onde ocorreram. E até, Senador Delcídio, seria interessante ver estudos mais recentes de cidades que tiveram usinas e cidades que não tiveram, como é que está o Índice de Desenvolvimento Humano, como é que estão os Índices de Desenvolvimento Econômico, e nós vamos observar que os municípios que tiveram usinas hidrelétricas, apesar daquele problema que o senador falou de ter um primeiro impacto, onde você constrói, vai muita gente para lá, depois há uma redução gradativa e depois estabiliza com uma melhoria bastante grande. Eu me lembro que era um estudo que a ELETROBRAS tinha contratado há alguns anos atrás e que mostrava bem isso. Então eu acredito que com Belo Monte, com as compensações socioambientais e com esse plano que o governo está fazendo através desse decreto que o grupo já tem o valor estimado da ordem de 2,5, nós já colocamos na mão do empreendedor esses pontos para compensação.

As medidas de mitigação. A própria licença prévia, saíram várias condicionantes socioambientais que já vão procurar mitigar todos esses efeitos. E aqui há um fator importante, eu acho que essa Comissão, é

importante que ela tenha uma duração até bastante grande para acompanhar isso e até poder ajudar a acompanhar e ver efetivamente o controle que o órgão ambiental está fazendo, se estão sendo atendidas essas condicionantes.

Com relação ao Senador Delcídio, eu acho que eram esses pontos.

Com relação ao Senador Praia, o aspecto de sistema isolado, esse governo, ele tomou a decisão, porque nós tínhamos no Brasil os Estados de Acre e Rondônia, que era sistema isolado, nós tínhamos uma parte do Mato Grosso, o Pará, uma parte do Pará, Amazonas, Amapá, Roraima, Estados que eram isolados. As medidas que se tomaram no planejamento foi indicar uma interligação com o Sistema Acre-Rondônia. Então essa interligação, ela já era para estar operando todos os circuitos, mas, infelizmente, por um problema do licenciamento com o governador que tinha na época no Estado de Rondônia, ele trancou o licenciamento dessas linhas e hoje Rondônia está operando com um circuito, com uma confiabilidade não tão boa ainda, porque as outras linhas atrasaram, as outras duas, que já eram para ter entrado em operação, mas elas já voltaram a ser construídas e dentro do tempo eu imagino que interligue totalmente. Hoje nós já consideramos Acre e Rondônia no sistema interligado.

A Tucuruí-Macapá-Manaus, em 2008 nós fizemos um leilão, interligando então Manaus e Macapá. Então o que é que é viável interligar? Primeiro, essas grandes interligações você só faz quando é viável técnica e economicamente você chegar com a extensão da rede básica. No caso de Acre e Rondônia estava maduro e foi feito. No caso de Manaus e do Amapá, também isso já se falava há muitos anos no Brasil, mas aí em 2008 se viu: "Não, está viável pelos estudos que nós fizemos, técnico e econômico, de fazer essa interligação". Então fizemos o leilão em 2008, agora no final de 2011 estava dando um problema ambiental de licenciamento, mas no primeiro semestre de 2012 está interligado Manaus e Amapá. O que é que significa isso em consumo de óleo? Eu vi até uma matéria hoje na Folha falando. Bom, significa que praticamente 80% do gasto de óleo combustível pela CCC do sistema isolado era um gasto nesses pontos que nós estamos interligando. Então na hora que interligar Manaus, Manaus é impressionante. Vocês acham que Manaus... Manaus tem uma carga, Senador Delcídio, que eu acho que é maior do que o Estado do Mato Grosso do Sul, só Manaus, e há um tempo atrás era maior que o Paraguai inteiro. Manaus é uma cidade muito forte. E aí quando interligava o Amapá, Manaus, Acre e Rondônia, você reduzia em 75%, 80% o consumo de óleo combustível. Isso vai ocorrer no próximo período. Agora tem regi-

ões, Senador Praia, que é impossível você levar rede elétrica. Então são aquelas comunidades isoladas que vão continuar isoladas.

Então essas, hoje você atende com geradores a óleo diesel e, ao mesmo tempo, tem umas mais isoladas, que o ministério com a ELETROBRAS vêm estudando, tanto já se utiliza muito aí a solar fotovoltaica, nós já estamos utilizando para atendimento de casas, a ELETROBRAS no ano passado tinha o Projeto Ribeirinho, e hoje no Luz para Todos nós estamos utilizando já naquelas regiões, que fica mais viável do que o óleo diesel, o custo é melhor, nós estamos usando já a solar. E nós estamos usando a solar até em projetos pioneiros, onde você pega uma comunidade com dez, 15 casas, você põe uma central solar que atende a essas casas. Aí não é um painel individual. Então para tudo isso há um esforço por quê? Tem viabilidade técnica e econômica para aquela região. Se eu fosse gerar direto com o óleo diesel, eu estaria num custo que fica mais caro do que eu por ela solar. Então onde tem essa viabilidade nós vamos caminhar e já estamos caminhando para a energia solar.

As grandes interligações, então eu dei que esse é o grande projeto. Talvez de interligações, senador, faltasse uma, que aí vai atingir o senador diretamente, o Senador Botelho, que é o aspecto que já está no horizonte agora dos estudos, o Dr. Altino, que é Secretário de Planejamento, já estão estudando a interligação Manaus-Boa Vista. Então provavelmente esse estudo deve ficar pronto esse ano e, na sequência, deve ser levado então para leilão a linha. Com isso, nós estaríamos atingindo a última capital do Brasil que estava em sistema isolado. Isso nos chamou a atenção agora, porque o caso de Roraima, nós tivemos muito tempo, todo o planejamento daquela região foi direcionado para vir energia da Venezuela. Com essa última crise que nós estamos tendo lá na Venezuela, nos pôs um sinal de alerta, e mesmo que você faça, são em torno de 700, 800 km de linha, que você pode fazer num determinado nível de tensão que seja mais viável para o futuro, não deixa de ser um ponto de interligação depois com Venezuela mais forte, mas, ao mesmo tempo, você pode começar operando num nível de tensão normal, que provavelmente vai ser isso, operar em 230, que a carga é pequena, mas de qualquer forma já está no horizonte e passa a ser viável fazer isso, quando eu comparo que se eu não posso contar com a energia que eu importo, eu não posso deixar uma capital brasileira à mercê. E se eu fizer uma fonte térmica a óleo, vai ficar muito mais caro do que se eu fizer essa linha. Então a decisão do planejamento está indicando a necessidade de eu interligar o Estado de Roraima.

Com relação à eólica, é aquilo que o senador falou mesmo, o Estado do Amazonas tem um estado muito pequeno para utilizar de eólica ali. Eu acho que é mais lá na Cabeça do Cachorro, eu não sei se é lá que tem um potencial.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tudo é flores-ta, é difícil.

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMER-MANN: É, ali é... Qual é a Cabeça do Cachorro lá? [falas sobrepostas]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: São Gabriel da Cachoeira.

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMER-MANN: São Gabriel da Cachoeira, que parece que ali tem um potencial.

Depois, com relação à energia solar, eu comen-tei já que eu acho que vai entrar mesmo no interior e ela acaba sendo competitiva com relação à solução a óleo diesel. Então eu acho que vai crescer esses pontos isolados.

Com relação ao racionamento do Amazonas, o Ministério tomou uma medida muito importante e que o Congresso aprovou, que foi aquela MP dos Sistemas Isolados, que o Congresso aprovou... Foi no ano pas-sado, não foi? Foi no ano passado, e que ali foi muito importante para você resolver, porque você tinha uma característica que você, por exemplo, a empresa que atende o Estado do Amazonas, ele tinha cento e pou-cos sistemas isolados, sisteminhas espalhados. Então o custo, é um absurdo aquilo. A ELETROBRAS, a em-presa tinha sido federalizada na década de 90, a ELE-TROBRAS teve prejuízos enormes para tentar manter de pé aquilo, porque não tinha racionalidade econômica. Então era um custo que você tinha da sociedade bra-sileira para manter aquilo funcionando. Mesmo dando combustível, é uma característica de uma concessão muito difícil. Então essa MP do Sistema Isolado, que os senhores aprovaram no ano passado, ela permitiu fazer essa transição e, ao mesmo tempo, ligar as áre-as que são viáveis economicamente, que a gente já estava fazendo interligações, e dando um tratamento especial que deixa uma concessionária sobreviver naquela região, respeitando as especificidades que você tem naquela região, densidade de carga baixa, tudo fatores que deixam caríssimos o atendimento de energia elétrica.

Com relação a um outro ponto importante que o senador adotou: hidroelétrica, contrariedade das co-munidades. Eu me lembro que no início da década, eu me lembro que em Altamira, ela passava pela Rua das ONGs. Tinha dezenas de Organizações Não Governamentais instaladas lá. Então você tinha uma pressão muito forte. Agora quando nós falamos no processo de

Belo Monte, qual é a forma racional que nós temos no Brasil e dentro do que a legislação brasileira prevê? São audiências públicas. Nós tivemos, a Márcia acom-panhou todas as audiências públicas lá, nós tivemos Audiências Públicas em todos os municípios envolvidos e até na capital. E teve umas com cinco mil ou--

SRA. MÁRCIA HELENA CARVALHO LOPES: Seis mil.

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMER-MANN: Seis mil pessoas. Então todo o processo, até porque é uma usina muito discutida. Agora é claro que entra o aspecto ideológico: tem gente que não aceita a hidroeletricidade por uma questão de fórum íntimo e têm outros que não aceitam por razões geopolíticas, quer dizer, "Eu não aceito hidroeletricidade na Ama-zônia porque eu não considero a Amazônia território brasileiro, eu não considero que o Brasil possa explorar o potencial que tem na Amazônia". Então...

Bom, senador, com isso eu acho que eu varri os seus pontos.

Senador Botelho, com relação aos índios afetados diretamente, eu acho que na resposta anterior eu coloquei que diretamente não existe índio afetado, diretamente. As populações afetadas, têm todas aquelas medidas mitigadoras que reconhecem, fazem e tentam resolver todos esses problemas. E principalmen-te nessa mudança de comunidade, como aquelas das palafitas que eu falei para o senhor, na verdade essa mudança é prevista, já tem projeto, encaminhamento até, agora é que está definido o vencedor, é uma das primeiras coisas que irão fazer é esse remanejamen-to da área. E a Comissão mesmo, a Subcomissão vai poder acompanhar muito bem essa implementação de tudo isso que é previsto no EARIMA, nas medidas compensatórias, é todo um tratamento que existe.

Eu acho que eram esses pontos que eu peguei do senador.

Com relação ao Senador Flexa Ribeiro, o que eu anotei é a potência instalada da usina--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Do Brasil.

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMER-MANN: Do Brasil, está certo. A potência instalada do Brasil hoje é 108.000 MW. A gente considera 113.000 porque tem mais aqueles 5.000 MW que a gente compra de Itaipu, então ele está disponível aqui. Então é 108.000 efetivamente, só brasileiro, e mais os 5.000 KW que a gente compra da parte paraguaia de Itaipu. Além dos nossos, a metade, nós compramos mais 5.000 deles.

A previsão de aumento médio de longo prazo, eu posso depois dar o número exato, o Altino até eu vi que tinha um resuminho ali do plano. Seria interessante

deixar até com o senador, que tem todos os dados ali de como que é a previsão do aumento. Vocês trabalharam basicamente com em torno 5% de crescimento médio, não é Altino, em 2019?

SR. ALTINO VENTURA FILHO: É, foi 5,1%.

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN: 5,1%.

SR. ALTINO VENTURA FILHO: Um ponto importante aí é o seguinte: o crescimento do megawatt instalado para os próximos dez anos, dependendo em se considerar a autoprodução, que a gente chama [ininteligível], porque tem uma parte da indústria que é atendida com geração própria. Mas tem que ser feita as instalações. É o caso de papel e celulose, a própria indústria do açúcar e álcool, siderurgia. Então esses montantes, eles não demandam a energia da rede. Então, na realidade, a capacidade instalada brasileira, ela se compõe da autoprodução clássica, mais os agentes que estavam no sistema interligado e o sistema isolado. E esses números estão discriminados aí, separados, de maneira que fica bem entendido qual é a evolução. Para dar uma ideia, se a evolução nos próximos dez anos, se olhar só a rede, os agentes, dá em torno de 63.000 MW, nos próximos dez anos. Quando se incorpora a autoprodução da indústria, vai para 71.000 MW. Então deve se considerar também a autoprodução, porque a instalação é feita para produzir energia elétrica, para o atendimento da própria indústria. Obrigado.

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN: Com relação à previsão do aumento médio no longo prazo, no plano nós tínhamos trabalhado com um PIB, até 2030, era um PIB de 4%, não é?

SR. ALTINO VENTURA FILHO: 4,7%--

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN: Não, não, não. O PIB, o PIB do plano de 2030 era 4%.

SR. ALTINO VENTURA FILHO: Exatamente, eu estou mentindo. Agora nesse 2019--

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN: Aí é 4,7%.

SR. ALTINO VENTURA FILHO: 4,7%, de 2009 a 2019.

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN: Isso.

SR. ALTINO VENTURA FILHO: Dez anos.

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN: Então com esse crescimento, aí eu volto a um comentário que eu fiz, que eu não sei se ao senador estava aqui, que sempre vem a preocupação: "E se o Brasil crescer a 6%, e se o Brasil crescer a 7%, e se o Brasil crescer a 8%?" Eu expliquei que, na verdade, só para ter uma ideia, senador, a China tem 870.000

MW de capacidade instalada e ela cresce 100.000 MW por ano. É um Brasil por ano, é uma loucura aquilo lá. No Brasil é bem menos, é 4.000 ou 5.000 MW, mas lá é um absurdo.

Mas, então, com relação a esse ponto, que eu estava falando com relação ao crescimento, na verdade esse modelo, o pós 2004, nasceu na ressaca do racionamento de 2001/2002. Então com um mecanismo de leilões, principalmente para o mercado regulado, nós estamos todo ano pedindo para a distribuidora, necessidades de contratação delas, as empresas que distribuem energia, elas informam qual é o mercado que ela vai atender, e nós então fazemos os leilões para atender. Fazemos o leilão A-1, que é para o ano seguinte, que aí é só planta que já está instalada, o A-3, que pode ser térmica, eólica, biomassa, etc., ou os leilões A-5, que aí é mais para hidrelétrica ou térmicas mais demoradas, térmica a carvão, alguma coisa assim. Então esse é o aspecto que implica de você ter um crescimento maior, como é que eu posso atender. Eu fazendo os leilões todo ano, se eu não tiver hidroelétrica para levar para o leilão, se eu não tiver a fonte ideal que eu quero, eu chamo as outras fontes. E até hoje todos os leilões que nós fizemos, nós atraímos as fontes que foram o caso. Pode não ser a mais barata, mas o mercado vai ser atendido. Então esse modelo, ele preserva muito a importância da energia elétrica e o impacto que pode causar numa sociedade um racionamento como aquele que a gente teve em 2001 e 2002.

Com relação ao sistema interligado, a interligação. Eu acho que eu comentei, senador, no caso do Amazonas ali, Roraima, Amapá, já temos um... O potencial do Pará, eu se tivesse que dizer, era em torno de 50.000 MW. Eu não sei se o Altino tem um número diferente.

SR. ALTINO VENTURA FILHO: No Pará deve ter mais ou menos uns 28% do total do Brasil [ininteligível].

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN: O total aproveitável ou o total--

SR. ALTINO VENTURA FILHO: O total de potencial hidrelétrico, o total. Então deve dar nessa ordem, de 50.000 a 60.000 MW.

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN: De aproveitável, não é o--

SR. ALTINO VENTURA FILHO: Que é o Tocantins-Araguaia, o Xingu e--

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN: É que nós matamos as usinas acima de--
[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E porque houve uma redução de barra-

gens. Era 70.000 já levantado, só o levantado, fora o que ainda precisa levantar.

SR. ALTINO VENTURA FILHO: Como houve a decisão de não construir usinas além de Belo Monte e no Xingu, teve uma redução. E também no Tapajós, embaixo, no Médio Tapajós, não tem previsão de aproveitamento por razões ambientais, porque são terras indígenas, etc.. É somente no Baixo Tapajós, que é o Complexo do São Luís--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): São Luís do Tapajós, que houve uma redução também de geração.

SR. ALTINO VENTURA FILHO: -- e Juruema e o Teles Pires, que tem também uma capacidade de 9.000 MW.

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN: É, é por isso que daquele potencial estimado de 260.000, se estima que vai chegar em 180.000 o aproveitamento.

O senhor comentou sobre a parte tributária, o ICMS na fonte. Aí é um problema que tem que haver uma grande discussão aqui também [risos], no Congresso.

O rio só para a pesca é um aspecto que--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nem para a pesca.

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN: Nem para a pesca. É interessante, que muitas vezes há uma discussão com relação aclusas, mas, na verdade, o maior amigo dasclusas no Brasil é a usina hidroelétrica. Por quê? 99,9% dos potenciais hidroelétricos, eles são implantados aonde? Aonde tem queda. Onde tem queda, tem corredeira ou cachoeira.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não dá para passar.

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN: Não tem navegação. Só depois que você quer o lago é que... E outra coisa: ninguém hidroelétrica impede você fazer uma eclusa, mesmo ela estando pronta. Você faz a eclusa, não tem problema fazer. Então ela não atrapalha, pelo contrário, ela ajuda a eclusa no Brasil.

E a última colocação, que eu concordo na íntegra com o senador, é que o governo realmente deve priorizar -- e é o que vem sendo feito -- a geração hídrica. É um desafio, os requisitos ambientais da sociedade brasileira aumentaram, mas eu tenho certeza que quando eu analiso uma planta térmica que vai durar só trinta, quarenta anos, quando eu analiso uma planta eólica que vai durar 20, 25 anos, quando eu analiso outras fontes que têm menos tempo de vida e eu vejo que uma hidroelétrica, ela vai ter uma barragem, tem praticamente centenas de anos de duração e uma casa de

força com poucos investimentos, você passa dos 100 anos. Então eu acredito que é a melhor opção. Países como o Canadá, por exemplo, que utilizam muito a hidroeletricidade, a província que utiliza a hidroeletricidade lá tem as tarifas mais baixa com relação às outras partes do Canadá. Agora a diferença do Brasil para o Canadá é que o Brasil é um País em desenvolvimento e que tem muitas distorções econômicas e sociais. Então muitas vezes a nossa conta de energia, ela tem aspectos do Baixa Renda, ela tem aspectos do Luz para Todos, ela tem uma série de alguns subsídios ou alguns encargos que é justamente por causa dessas distorções econômicas e sociais que o Brasil tem.

Eu acho que com relação ao Senador Flexa, eu acho que atendi tudo.

Com relação ao twitter, o que tinha ficado, é como fica uma parte sem autoprodutor na SPE. Na verdade aqui, a última informação que eu tenho é que não vai ficar sem autoprodutor e eu soube que no Estado do Pará estão criando uma SPE com vários pequenos autoprodutores que vão participar e que vão pegar essa energia, que foi a primeira vez no Brasil que nós permitimos, nos leilões, que uma parte ficasse em autoprodutor, porque o Pará é a maior província mineral do Brasil, se não é vai ser.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já é.

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN: Já é. Então agregar valor na sua produção era um fator... Então eu acho que toda hidroelétrica que sair no Pará, realmente vai ter esse tratamento de incentivar que a autoprodução utilize ali.

Quantos quilômetros de florestas serão inundados em Belo Monte? Senhores, salvo melhor engano, é zero, porque aquela área é totalmente antropizada, tinha fazendas de gado, então não tem inundação de floresta.

Se o gasto não daria para investir em eólica ou outra fonte? É aquela conta que eu apresentei, eu gastaria muito mais.

Senhores, eu acho que era isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Márcio Zimmermann, Exmo. Sr. Ministro das Minas e Energia, pela exposição feita e pelas respostas aos questionamentos. Acho que estamos todos atendidos.

Eu, antes de encerrar esta reunião, gostaria de informar aos senhores membros da Subcomissão de Acompanhamento do Belo Monte, apenas informando a V. Exa., ministro, que a Subcomissão de Acompanhamento de Belo Monte, ela tem o seu prazo de vigência até a colocação em marcha de Belo Monte, ou seja, começa agora pós-leilão e só vai se encerrar

após Belo Monte entrar em operação, que deve ser lá em 2014, por aí, até lá.

SR. MINISTRO MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN: Excelente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Espero que todos nós estejamos vivos e senadores [risos] para que possamos assistir à entrada em operação de Belo Monte. E a intenção dessa Subcomissão é com o apoio não só do Senado, mas da sociedade de um modo geral, como eu disse anteriormente da OAB, do Ministério Público, TCU, é fazer de Belo Monte, ao final, um modelo mundial para que sirva de exemplo de como que se pode implantar um projeto dessa magnitude na Amazônia atendendo às questões sociais e ambientais necessárias. Esse é o propósito e tenho absoluta certeza que como o nosso relator aqui e com os Exmos. Srs. Senadores membros nós vamos perseguir e queremos o acompanhamento de toda a sociedade brasileira para que nos ajude, nos ajude para que realmente nós possamos chegar a esse objetivo nosso.

Eu quero só informar aos Exmos. Srs. Senadores Membros da Comissão, que a nossa próxima reunião será com a Segunda Audiência, já agora tratando especificamente de Belo Monte, no dia 1º de junho, que é a próxima terça-feira, às 14h30, com os nossos convidados: o Representante da ELETROBRAS, Dr. Valter Luiz Cardeal de Souza; da ONS, Hermes Chipp; e da EPE, Maurício Tolmasquim.

E em seguida a Terceira Audiência, antes de nós irmos ao sítio, visitar o local de instalação, ocorrerá no dia seguinte, dia 02 de junho, também às 14h30, com a presença da ELETRONORTE, Adhemar Palocci; da ANEEL, Nelson José Hübner Pereira (sic); da USP, Célio Berman; da UNICAMP, Rogério Cezar de Cerqueira Leite; pela ELETROBRAS, o Dr. Cardeal já estará na reunião anterior. Esses são os quatro convidados para a audiência de quinta-feira (sic).

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, agradecendo novamente a presença do Ministro das Minas e Energia, Dr. Márcio Zimmermann, e dos Srs. Senadores, dou por encerrada esta Reunião da Subcomissão de Acompanhamento de Belo Monte, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal.

Sessão encerrada às 17h56.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, CONJUNTA COM A 12ª

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA; REUNIÃO REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 07, DA ALA SENADOR ALEXAN- DRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia quatorze de abril de dois mil e dez, no Plenário nº 07, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador (Eduardo Azeredo), realizam reunião conjunta a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa conjuntamente com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Comparecem os seguintes senhores Senadores: Marcelo Crivella, José Nery, Paulo Duque, Flávio Arns, Adelmir Santana e Jefferson Praia. Deixam de comparecer os demais membros. Pauta. Item Único. Audiência Pública, nos termos dos Requerimentos nº 11 – CDH e nº 08 – CRE; todos aprovados em 2010, com a finalidade de discutir a situação das famílias abandonadas no Brasil pelos *Dekasseguis*. O Senhor Presidente abre os trabalhos e, em seguida, convida para compor à mesa os seguintes convidados: senhor Djalma Straube, Presidente da Associação das Famílias Abandonadas por *Dekasseguis* no Brasil – AFADBRASIL; Dr. Rodrigo Melo Oliveira, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível de Paracatu, Minas Gerais; senhora Aparecida Margarete dos Santos Kayaki, representante das famílias; e senhor Aloysio Marés Dias Gomide Filho, Chefe da Divisão das Comunidades Brasileiras no Exterior, do Ministério das Relações Exteriores. Concede-se a palavra a todos os convidados da Mesa. Fazem uso da palavra os senhores Senadores Romeu Tuma e Flávio Arns. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatorze minutos. Lavo, eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário da CDH, esta Ata. Lida e aprovada, ela será assinada pelo senhor Presidente e, juntamente com o Registro da Estenotipia Informaticizada sem revisão desta reunião, publicada no Diário do Senado Federal. – **Senador CRISTOVAM BUARQUE**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em conjunto com a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. As Sras. Se-

nadoras e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada.

A nossa pauta da hoje prevê a Audiência Pública para discutir perante as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e também a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa acerca da situação das famílias abandonadas por uma parcela dos chamados *dekasseguis*, brasileiros dependentes de nipônicos que vão trabalhar no Japão, em atendimento ao Requerimento nº 08, de 2010, de minha autoria aprovado em 11/02/2010 e ao requerimento nº 11, da CDH, de autoria dos Senadores Flávio Arns, Jefferson Praia, Paulo Paim, José Nery, aprovado também, esse em 10 de fevereiro.

Eu quero convidar para compor a Mesa o Sr. Djalma Straube, Presidente da Associação das Famílias Abandonadas por *Dekasseguis* no Brasil – AFADBRA-SIL; o Dr. Rodrigo Melo Oliveira, é Juiz de Direito da 2ª Vara Cível de Paracatu, Minas Gerais; a Sra. Aparecida Margarete dos Santos Kayaki, representante das famílias; e o Sr. Aloysio Marés Dias Gomide Filho, Chefe da Divisão das Comunidades Brasileiras no Exterior, do Ministério das Relações Exteriores.

Antes de iniciar as exposições, eu quero fazer um breve comentário sobre a importância da discussão desse tema.

É sabido que o Brasil já tem hoje cerca de 3 milhões de brasileiros no exterior e um dos maiores contingentes é de brasileiros no Japão. São brasileiros que inverteram a corrente migratória, já que no início do século tivemos a migração japonesa para o Brasil, que muito contribuiu para a formação do nosso país. E depois, num segundo momento, nós tivemos então a ida de brasileiros para o Japão, na busca de empregos e melhores condições de vida.

Especialmente no último ano de 2009, com a crise financeira internacional, muitos desses *dekasseguis* perderam os seus empregos e ficaram quase que abandonados, realmente.

Quero ainda registrar que, segundo informações da Embaixada do Japão, o governo japonês tomou a iniciativa de criar um programa de apoio a esses brasileiros nesse momento da crise de 2009. E, evidentemente, que esse é um ponto que nós podemos discutir aqui, sobre como funcionou ou como está funcionando esse programa do governo japonês. Da mesma forma, o governo brasileiro, também através dos seus consulados, tem procurado dar o necessário apoio.

Entretanto, os problemas ligados não só ao desemprego, mas problemas ligados a questão realmente previdenciária, a questão da saúde, a problemas... A questão de educação, e até mesmo a questão carcerária, são problemas que impressionam a todos nós.

Pessoalmente, eu estive em visita à comunidade brasileira também no Japão e pude ver a importância da sua presença naquele país. Existem, inclusive, comunidades específicas em determinadas cidades e o fato é que é um problema que essa Comissão de Relações Exteriores não pode se ausentar da discussão, este apoio aos brasileiros no exterior, especialmente no caso das *dekasseguis*.

Portanto, com esta breve... Essa breve exposição, eu quero passar a palavra, em primeiro lugar, à Sra. Aparecida Margarete dos Santos Kayaki, que representa aqui a família dos *dekasseguis*, para que ela possa, representante das famílias, para que ela possa fazer a sua exposição.

SRA. APARECIDA MARGARETE DOS SANTOS

KAYAKI: Está ligado? Bom-dia, meu nome é Margarete, meu marido Mário Kayaki foi para o Japão em 95, em dezembro, trabalhar para lá e ficou acordado que eu iria em março para lá também, junto com os nossos dois filhos Felipe e Nathen.

Vendi tudo que tínhamos aqui, móveis, telefone, casa não, porque a gente morava de aluguel e quando chegou em março para eu ir para lá ele ligou dizendo que não, que lá estava muito frio como o nosso filho, Felipe, tem sérios problemas de bronquite, então eu fiquei para ir em junho.

Quando chegou em junho também não fomos, porque ele estava mudando do alojamento e aí ficou bem claro que não era para eu ir mesmo. Então, eu fui morar em Caraguá na casa de um amigo, matriculei os meus filhos nas escolas e continuei a minha vida.

Até 98, quando ele ficou lá, ele mandava pensão regularmente; quando foi em 98, ele voltou ao Brasil em dezembro também. Quando voltou, ele não trouxe nenhum recurso, disse que tinha tido muitos problemas por lá é não trouxe nada.

Ainda... Aí ficou até fevereiro de dois mil e... De 99, né, ele veio e aí em 99, em fevereiro, ele embarcou de novo para o Japão, e de lá para cá as pensões foram diminuindo, mandava mês sim, mês não, até que quando foi em dezembro de 99 mesmo, ele parou de mandar, mesmo, qualquer ajuda.

Eu fiquei com os dois filhos na escola, um de oito... Na época eles já tinham dez e onze anos e assim, eu não tinha nenhum preparo, nunca tinha trabalhado, porque, até então, quando ele foi para o Japão, ele era chefe de estação na CPTM, em Mogi, ganhava bem, então eu não nunca trabalhei.

Então, eu era esposa, dona de casa, e aí fiquei assim, sem capacitação, sem nada, tive que voltar para a casa do meu pai, porque a princípio a gente foi vendendo o que tinha.

Vendi o carro, vendi algumas jóias que eu tinha comprado com dinheiro e aí fiquei sem nada. Tive que voltar para a casa dos meus pais com dois filhos, autoestima lá embaixo, abandonada, e foi muito difícil meu recomeço.

E depois que ele parou de mandar esse dinheiro, assim, a gente sofreu demais, porque eu não tinha recurso, eu não tinha da onde tirar, eu não trabalhava, mesmo porque, em Caraguá, não existe serviço, a não ser em épocas de temporada, e, assim, a gente passou muita dificuldade mesmo, de, assim, meu filho pedir dinheiro para o pão, a gente não ter.

[choro]

Nessa época, foi muito difícil, a gente teve ajuda de alguns amigos, meu pai que sempre me ajudou e voltei para a casa do meu pai, comecei a trabalhar na feira, fazer faxinas para sustentar os meus filhos. Depois de algum tempo, consegui um emprego registrado, de faxina também, por coincidência, na própria CPTM, onde ele era chefe de estação, eu fui trabalhar como faxineira.

Sofri muitas humilhações, piadinhas, né, “Ah, o Kayaki foi para o Japão e te largou?”, desse tipo. Mesmo depois que eu voltei trabalhando, a gente ainda passou por muitas dificuldades.

O Felipe, ele é alérgico, precisava constantemente de remédios. Quando eu tinha dinheiro eu comprava, quando eu não tinha, ele ficava sem. Ele tem problema também de fono, que ele não fala direito algumas palavras, nunca pode fazer um tratamento, porque eu não tinha dinheiro para isso, ou a gente comia ou fazia esse tratamento.

Por várias vezes ele ficou sem óculos, porque não tinha dinheiro. Tive ajuda também, num certo período, desse, do Dr. Rodrigo, que até a gente nem se conhecia, intermédio da Associação, a gente conversou e eu contei a história, ele, sensibilizado, mandou dinheiro para fazer o óculos do Felipe, para comprar tênis para o Felipe, para ele poder ir para a escola.

O que me marcou muito também, certa vez, o Felipe sentou, assim na sala, e pôs o pé em cima, assim, do braço do sofá, e eu vi que o tênis dele estava rachado embaixo. E estava chovendo... [choro] E o meu filho foi para a escola várias vezes com o sapato furado e não reclamava, porque ele sabia que eu não tinha de onde tirar. Isso é muito dolorido, a mãe ver um filho nessa situação e, como um adulto, ele passou por tudo e nunca reclamou. Desculpa.

Hoje em dia, ele está, tem 22 anos, já está trabalhando, ele é empacotador no mercado, o salário dele ele recebe todo e põe em casa para ajudar a sustentar a casa.

Eu também trabalho, eu sou agente escolar em Suzano, numa escola, o meu salário é 650 reais, junto com o dele, que é 680, a gente mantém a casa. Eu moro de favor numa casa no fundo do meu pai, não é minha, minha filha também mora comigo.

E assim, a gente tentou bastante, por várias vezes ajuda e não foi conseguido, porque era o problema da carta rogatória que não chegava lá, a família dele negava o endereço e a gente não conseguia e assim a gente foi levando.

E como eu, muitas famílias sofrem demais por conta disso. E a esperança da gente é que daqui se encaminhem algumas soluções para que esse problema seja amenizado.

Obrigada.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PSDB-PR): Agradeço o depoimento de você, Aparecida Margarete dos Santos Kayaki, o que você falou aqui, a gente tem que lembrar que você falou em nome das famílias, representante das famílias.

Então, o drama, a dificuldade, o problema que você enfrenta, sem dúvida reflete o problema e o drama e a expectativa das famílias, de muitas famílias também.

A gente sabe que você se emociona, e essa emoção reflete, de fato, a caminhada que você teve de fazer, de muita dificuldade, mas de muita força e de muita determinação. E ao mesmo tempo, também, aponta para as necessidades do Brasil, inclusive, que, quando você fala, por exemplo, que o filho precisava do remédio e você não podia comprar o remédio, isso já indica aquela falta de realização de um direito fundamental, que é o direito à saúde.

Saúde onde a pessoa que precisa do medicamento para se reabilitar tem que ter acesso ao medicamento e tantas coisas que você coloca também na sua fala.

Então, eu quero agradecer nesse primeiro momento. Você vai ouvir, agora, também as exposições das demais pessoas, e o grande objetivo dessa audiência é ouvir, escutar, discutir e encaminhar.

Eu passo, em seguida, a palavra, então, ao Presidente da Associação de Famílias, que você inclusive mencionou, da Associação de Famílias. Então, a família, a Associação, o advogado na época, hoje juiz, e o Ministério, para que nós tenhamos ao final um quadro mais completo da situação.

Eu passo a palavra ao Sr. Djalma Straube, que é o Presidente da Associação das Famílias Abandonadas por *Dekasseguis* no Brasil, AFADBRASIL, e retorno a Presidência também, ao Senador Eduardo Azeredo.

[troca de presidência]

SR. DJALMA STRAUBE: O caso da Margarete é semelhante ao caso de mais de 300 famílias que eu tenho cadastradas na Associação.

E eu sou um dos casos, que a minha esposa me deixou aqui no Brasil, com uma criança, com duas meninas, uma de um ano e a outra de cinco anos na época.

Então, para mim trabalhar, eu precisava levar a minha filha, a menor no serviço e ela ficava quase o dia todo dormindo numa caixa de papelão. Eu não vou relatar a história, porque eu que tenho mais assuntos aqui para falar.

Então, com o desaparecimento da minha ex-esposa, eu procurei ajuda, publiquei foto dela nos jornais da colônia japonesa que circula lá no Japão. Procurei ajuda do Consulado Japonês, que fui mal atendido lá, eu cheguei de manhã e me deixaram sentado num sofá para mais de duas, três horas, e no final me informaram que lá eles só atendiam casos de japoneses que vieram trabalhar no Japão, ou que estão morando, que o meu caso era procurar as autoridades brasileiras.

Então, eu procurei o Consulado, a Embaixada do Brasil lá no Japão, mandei várias cartas, algumas não foram respondidas e quando me responderam, me informaram que eles nada podiam fazer, que eu deveria procurar a Justiça brasileira.

Então eu procurei a ajuda do advogado do estado, aí eles fizeram uma sabatina, perguntando o que eu tinha, eu informei que eu tinha uma casa própria; então, pelo fato de ter a casa própria eu não tinha direito à justiça gratuita.

Então, o que ocorre com as famílias é que elas estão... No caso, elas não têm direito, a maioria não tem direito a justiça gratuita, porque possui bens e também não tem dinheiro para pagar um advogado, que cobra em torno de 2 mil, 3 mil reais.

Não tive o apoio da colônia japonesa, a gente percebe que o Japão trata a colônia japonesa aqui no Brasil como se fosse uma província e utiliza essa colônia para se infiltrar nos órgãos governamentais.

Então, é assim, tem, vamos supor, vereadores, deputado, tanto estadual como federal, eles têm uma... Um órgão do governo que está instalada aqui no Brasil, que é a JICA, ela está infiltrada em toda, onde que imaginar ela está, principalmente nas universidades, então ela está sugando a tecnologia do Brasil aqui, enganando o governo brasileiro também. E isso, eu tenho prova disso.

Em dois mil... Nesse... Com o aparecimento de mais famílias, então veio a ideia de criar uma associação. Começamos com três famílias, em pouco tempo já estava com 60 famílias em diante. E a medida que

a gente ia fazendo matéria em jornais, em televisão ia aparecendo mais famílias.

Algumas a gente percebe o seguinte: as famílias que têm origem japonesa, elas têm, e o marido vai e deixa a esposa, a esposa tem possibilidade de ir trabalhar no Japão e, estando no Japão, ela pode trabalhar e entrar na Justiça japonesa e cobrar a pensão das crianças.

Agora, a maioria das famílias que estão cadastradas na Associação, elas, as mães que foram abandonadas, a maioria não tem descendência japonesa, então, ela tem dificuldade de ir para o Japão.

E acontece o seguinte: o Japão é um país cícnico, né? Eles falam que é o seguinte, que ele pode até aceitar um caso, assim, do exterior, desde que entre com uma ação na Justiça japonesa; mas como uma família, que está passando por dificuldade, vai ao Japão para entrar na Justiça?

Já ouvi o caso de uma senhora que o filho dela estava no Japão trabalhando, o filho dela se comprometeu a mandar dinheiro para ela lá para o Japão, para que ela resolvesse o caso na Justiça do Japão. Só que quando ela foi para tentar alguma coisa, alegaram que ela não tinha recurso financeiro para ir para o Japão, porque tinha que declarar uma renda, me parece, para conseguir entrar.

Eu tive um grande, o apoio maior que eu tive, voltando o assunto da colônia, né? Eu procurei ajuda em vários setores da colônia, porque, na colônia japonesa, tem desembargador aposentado, tem um primo, o ex-Ministro do Japão, todos esses eu tentei ajuda, mas não consegui nada.

A pior pessoa, o maior inimigo da Associação foi aquele Desembargador Kazuo Watanabe, que ele é Presidente da... Como é o nome? Da... Eu podia me lembrar o nome do instituto... Instituto de Direito Comparado, ele conhece tudo sobre a questão da... Que pode auxiliar a Associação, ele sabe porque a carta rogatória demora um ano para chegar no Japão. Ele podia, só que ele não faz isso, porque ele age como se fosse um súdito lá do Imperador. Ele só faz alguma coisa se o Japão pedir.

E no caso dos brasileiros que cometeram crime no Japão, quem deu o maior apoio foi esse Kazuo Watanabe; ele, atendendo ao pedido de um prefeito lá no Japão, ele encabeçou o caso e conseguiu que os brasileiros que cometeram crime no Japão e retornaram ao Brasil, fossem julgados aqui no Brasil e teve um que pegou 34 anos de cadeia; é uma pena máxima. Se ele cometesse, esse mesmo cidadão, cometesse um crime aqui no Brasil, acredito que ele pegasse uma pena de 15 anos, mas como foi para que a Justiça brasileira

mostrasse que é uma justiça séria, então ele pegou a pena máxima.

Em 2003, 2004, que começou a Associação, nós conseguimos o apoio da Igreja Católica, Primeiro pelo Bispo Diocesano de Mogi das Cruzes, que encaminhou a caso nosso à Comissão de Direitos Humanos da Câmara, que na época o Presidente era o Deputado Orlando Fantazzini, ele que entrou em contato com a Comissão de Relações Exteriores e daí começou a negociação, de 2003 para cá.

Só que pelas informações que nesse período passaram para nós, é que o Japão vinha resistindo a assinar esse acordo, o maior interesse dele é o acordo de extradição. O Japão, ele quer extraditar o pessoal que cometeram crime lá no Japão, mas quando é o contrário, como no caso do Fujimori, eles tratam ele como herói lá no Japão.

Deixa eu ver se tem mais alguma coisa para falar.

Agora, o maior... A luta da... A luta seria que o Japão assinasse esse acordo internacional de execução de pensão alimentícia.

E, por último, tivemos uma grande ajuda do... Que eu até peço homenagem a Dom Paulo Evaristo, que nos atendeu por várias vezes com uma simplicidade que eu até me emociono de falar. Ele, através dele, ele autorizou que a gente entrasse em contato com o sobrinho dele, o Senador Flávio Arns, que nos tem dado um apoio muito grande, que eu agradeço de coração.

E, por último, o seguinte: eu acho que, até agora, não houve derrota nenhuma da Comissão de Relações Exteriores, em questão do acordo, por se tratar do Japão, que é um país que discrimina. Teve uma época que um Governador de Tóquio informou para o jornal da colônia que metade da população japonesa odiava estrangeiro e a outra metade tolerava. Então, é difícil conseguir alguma coisa através de um país desse.

Então, por isso que eu tomei uma decisão extrema, o seguinte, até comentei com o senador: que eu vou cobrar do Presidente Lula, que negocie pessoalmente esse acordo, mesmo que eu tenha... Faça uma greve de fome para isso.

É o que eu tenho a falar.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Agradeço a participação do Djalma Straube, que é Presidente da Associação das Famílias Abandonadas por *Dekasseguis* no Brasil, AFADBRASIL.

Eu só quero esclarecer que os expositores de uma Audiência Pública têm absoluta liberdade para externar o ponto de vista, quer dizer, mesmo que isso

implique em uma dificuldade aí de relacionamento, porque esse é o objetivo da Audiência Pública.

A pessoa vir aqui e poder, com absoluta tranquilidade, liberalidade, falar o que pensa sobre o assunto. Eventualmente, pode haver pessoas que não concordem com o ponto de vista, mas isso é natural também.

Então, todos, assim, tem absoluta liberdade, eu quero falar particularmente para a Aparecida é para o Djalma, porque o Aloysio e o Rodrigo sabem disso, mas, assim, podem falar, assim, com absoluta segurança, tranquilidade, colocando os pontos de vista que consideram importantes para o esclarecimento da situação e os encaminhamentos devidos. Está bem?

Em seguida, eu passo a palavra ao Dr. Rodrigo Melo Oliveira, que é Juiz de Direito da 2ª Vara Cível de Paracatu, Minas Gerais. Alguém pode até estranhar por que um Juiz da 2ª Vara Cível de Paracatu, Minas Gerais, está particularmente fazendo nesta Audiência Pública, mas, antes dele ser juiz – e quero cumprimentá-lo pelo sucesso no concurso –, ele era o advogado da Associação e das famílias, lidando com essa situação.

Então, nada melhor, e a gente agradece a presença, apesar dele estar em outra função agora, porque ele conhece toda a história do ponto de vista jurídico.

Então, com a palavra Rodrigo Melo Oliveira.

SR. RODRIGO MELO OLIVEIRA: Bom-dia a todos. Bom-dia a todos, cumprimento o Senador Flávio Arns, Presidente em exercício dessa Audiência Pública conjunta, na pessoa de quem cumprimento todos os demais integrantes da Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu só peço para o som, para que aumente o volume, por favor. Obrigada.

SR. RODRIGO MELO OLIVEIRA: Cumprimento também todas as demais autoridades e integrantes da imprensa, presentes aqui, nesse recinto, que estão aqui, prestigiando essa Audiência Pública, que é muito relevante para a Associação das Famílias Abandonadas por *dekassequis* no Brasil e, com certeza absoluta, para um grande número de famílias necessitadas, famílias abandonadas, que não tem esperança sequer na Justiça, que é sempre a última esperança de todo o cidadão, nem com a Justiça eles estão podendo contar.

Eu vou tentar expor, de uma maneira bem breve e superficial, a razão da existência desses dramas dessas famílias.

Inicialmente, a nossa Constituição, a Constituição Federal, ela garante o acesso à Justiça e isso visa... A pessoa, quando busca a Justiça, ela visa buscar a paz, a Justiça busca trazer equilíbrio nas relações sociais. E a ausência de Justiça, o que ela implica? Ela

implica na lei do mais forte, na lei do mais poderoso, do mais esperto, em detrimento daquele que não pode se defender, daquele que não tem voz, aquele que não consegue ser escutado.

E principalmente na questão de alimentos, essas famílias, abandonadas por *dekasseguis* no Brasil, elas sofrem particularmente essa situação, que é uma situação excepcional, porque todos nós aqui podemos contar com o Poder Judiciário, o Judiciário é a última fronteira do cidadão, e o Judiciário, no Brasil, funciona, mas essas famílias não podem.

Os *dekasseguis*, eles são descendentes de japoneses, nipônicos de determinadas gerações, que eles, embora nascidos no Brasil, eles vão para o Japão para trabalhar, para buscar recursos, em busca da notória boa remuneração que eles conseguem obter no Japão. Lá fazem pés de meia, depois de vários anos voltam com um patrimônio grande, expressivo e alguns acabam até lá permanecendo e constituindo nova família lá.

E o que acontece? Muitos *dekasseguis* com filhos, casados e com filhos no Brasil, acabando partindo para o Japão, como bem narrou a Sra. Margarete, contando a história de vida dela, a Sra. Aparecida, Aparecida Margarete e o Sr. Djalma também, a história de vida dele.

Eles acabam partindo para o Japão, não levam inicialmente os cônjuges e os filhos e a partir de determinado momento eles... Realmente abandonam a família, cortam contato, param de enviar dinheiro e deixam as famílias abandonadas à própria sorte.

Isso acontece também não só com ex-esposa, ex-esposo, com filhos, mas também com idosos. Tem casos que a Associação já cadastrou, de idosos também. E essas pessoas, elas ficam realmente abandonadas mesmo. Tem outros casos que a gente escutou, de pessoas que para sobreviver tiveram que catar latinas e levar para ferros-velhos. Então é uma situação muito grave.

E essa questão de não pagar alimentos para os filhos é uma questão da história do mundo, só que a humanidade, ela evoluiu com a criação dos Estados, com a criação das leis, isso passou a ser coibido e rechaçado.

E nesse ponto, então, essa questão de não pagar alimentos não é uma situação só dos *dekasseguis*, que vão para o Japão, não é só deles. No Brasil isso é natural e todo mundo conhece inúmeros casos. Só que aqui no Brasil, felizmente, o ordenamento jurídico brasileiro ele é muito célere e eficaz, ele é rápido e tem muita competência para resolver essa situação, para resolver esse conflito.

Demonstrado que o pai tem condições de pagar alimentos e ao mesmo tempo que o filho tem necessidade, a Justiça brasileira consegue fixar o *quantum* da obrigação alimentar.

Se não é cumprida essa obrigação voluntariamente, a Justiça é ainda mais célere, o ordenamento jurídico prevê a possibilidade de execução da seguinte maneira: o executado é intimado para em três dias pagar os alimentos devidos, sob pena de prisão, ou seja, há um meio de coerção que é respeitado, que o devedor sabe, se ele não pagar ele vai ser preso.

Porém, os *dekasseguis* que estão no Japão, eles abandonam as famílias no Brasil. Quando a família brasileira tenta receber os alimentos, não consegue, há uma barreira intransponível. Por quê? Porque não existe entre Brasil e Japão um tratado, um acordo diplomático que permita a prática de atos de execução no território japonês.

A Justiça brasileira consegue encaminhar cartas rogatórias, pedidos de que o *dekassegui* seja lá citado, notificado. Mas ainda que a Justiça brasileira fixe em sentença a determinação de que o *dekassegui* deverá pagar determinado valor a título de pensão alimentícia, essa sentença, ela é inócua, essa decisão brasileira é inócua, ela não consegue ser executada, em razão da inexistência desse tratado diplomático.

Então, com isso, o *dekassegui* acaba tendo um salvo refúgio no Japão, o Japão acaba se transformando num local, num país que a lei não alcança, e isso cria situações muito delicadas, como os dramas das famílias abandonadas que foram aqui ventilados.

E isso é um problema que passa para outras gerações também, porque aquele filho, ele vai crescer sem oportunidade de estudo, sem oportunidade de ter um desenvolvimento bom, e isso, infelizmente, vai ser difícil reverter, se não tiver, em contrapartida, também, um apoio do Estado para tentar suprir essa necessidade.

Voltando à legislação brasileira, um dos meios mais eficazes além da prisão, que realmente é o último caso, é o desconto em folha de pagamento. É muito comum o devedor de alimentos, a Justiça determinar que o seu empregador desconte mensalmente determinado valor da sua remuneração, do seu salário, e esse valor automaticamente já é depositado na conta da representante dos menores que precisa dos alimentos. E esse recurso, essa forma de recebimento de alimentos é inviável também com o Japão, em virtude dessa ausência de tratado.

Então, embora seja uma garantia constitucional o acesso à Justiça, a todo o cidadão brasileiro, essas famílias abandonadas, elas não conseguem exercer esse direito e com isso ficam prejudicadas em sua vida.

Essa situação, como advogado já considerava, e atualmente continuando na área do Direito, eu também continuo considerando intolerável. É inadmissível que em pleno Século XXI, ainda tenhamos que ver uma situação que um pai ou uma mãe ou um avô se recuse a prestar alimentos aos descendentes, aos filhos, aos netos.

Na natureza, eu imagino, não tenho conhecimento nessa área, mas imagino que o único homem, o único animal que abandona a prole seja o homem e isso, em pleno Século XXI, o ordenamento jurídico internacional ainda não resolveu isso, de maneira a coibir isso plenamente.

Eu... Outra questão também que o Sr. Djalma abordou, o Sr. Djalma demonstrou uma grande indignação com toda essa situação e, há dez anos, ele persegue a mudança, a mudança dessa realidade tão triste, e eu rendo aqui as minhas homenagens a ele.

Ele abordou uma questão do Japão, a pessoa para conseguir resolver o problema, acionar a Justiça japonesa; mas como ele bem disse, como é que uma família abandonada, sem recurso, vai chegar até o Japão, vai conseguir contratar advogado e vai resolver o problema?

Então, esse é um problema muito sério, as famílias abandonadas no Brasil realmente não têm acesso pleno à Justiça. Em contrapartida, a experiência demonstra que o *dekassegui* que está lá no Japão, ele consegue resolver todos os problemas que ele tem aqui no Brasil.

Ele consegue entrar com ação de separação, divórcio, por procuração, então ele consegue se separar da esposa, consegue se divorciar, mas em contrapartida não é possível exigir alimentos dele. Então, ele resolve os problemas dele com a Justiça brasileira, mas ele fica fora do alcance da Justiça brasileira para a questão de alimentos.

O ordenamento jurídico brasileiro, ele não vincula a separação e o divórcio à questão de alimentos, isso é muito claro é muito justo. Mas, particularmente, na questão dos *dekasseguis*, acaba ficando injusto, injusta essa situação.

Eu, nas pesquisas que nós fizemos, nós chegamos a conclusão que a solução para isso seria, tendo em vista que esse acordo que o Brasil e Japão tem é de 1940, que ele não prevê ato de execução, seria a adesão do Japão à Convenção de Prestação de Alimentos no Estrangeiro, que foi celebrada em Nova York, em 1956.

Essa Convenção, ela é muito prática, eu não sei como atualmente ela... Se ela está funcionando bem, mas pelo menos em tese ela é muito prática, por quê? Todos os países que aderem a ela, eles são

comunicados pelo outro país que participa da seguinte maneira: "Olha, aí no seu território tem determinado cidadão que está devendo alimentos para tal pessoa, nas seguintes condições" e o próprio país se encarrega de processá-lo.

Então, ele resolve muitas questões de cartas rogatórias e que acabam sendo dispensadas e solucionaria, no nosso entendimento, essa impossibilidade de acesso a Justiça que essas famílias abandonadas por *dekasseguis* sofrem.

O Japão, infelizmente, não é signatário. O Brasil é há muito tempo e essa não adesão do Japão a essa Convenção, acaba inviabilizando o [ininteligível] de alimentos das famílias brasileiras de devedores do Japão.

Só a título de exemplo, são signatários também, é uma Convenção muito conhecida, na questão de alimentos, a própria Lei Brasileira de Alimentos, Lei 5.478, ela faz também remissão a ela, são também, aderiram a essa Convenção, a Convenção de New York: Argélia, Argentina, Bélgica, Bolívia, Bósnia, Brasil, Camboja, Cabo Verde, Cuba, República Tcheca, Equador, Finlândia, Alemanha, Guatemala, Israel, Cazaquistão, México, Mônaco, Paquistão, Suriname. Então a gente percebe que... China, a China que é um país que vem sendo muito criticado em questões de direitos humanos.

Então, a gente percebe que todos esses países, Turquia também, todos esses países, independente da religião, independente da opção política, se democrático ou comunista, independente da localização no Globo, todos esses países, independente de todas essas diferenças, eles têm algo em comum, que é o respeito à dignidade humana, é o sentimento de solidariedade humana e de Justiça, que esses sentimentos são universais.

Então, eu considero que seria interessante o Brasil perseguir a adesão do Japão a essa Convenção, que isso eu tenho o entendimento que solucionaria todos esses problemas dessas famílias abandonadas.

Eu... Eu acredito que era, em síntese, o que eu tinha a dizer, inicialmente, e mais uma vez eu queria agradecer essa abertura que está sendo dada à Associação das Famílias Abandonadas por *Dekasseguís* do Brasil.

E agradecer ao Senado Federal, em particular ao Senador Eduardo Azeredo, ao Senador Flávio Arns, que nos abriram aqui esse espaço para que se divulgue para a sociedade essa situação.

Então, muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado, Dr. Rodrigo Oliveira.

Nós vamos, então, ouvir o último expositor, que é o Dr. Aloysio Gomide Filho, que é Chefe da Divisão das Comunidades Brasileiras no Exterior.

SR. ALOYSIO MARÉS DIAS GOMIDE FILHO: Muito obrigado, perdão, Sr. Senador Eduardo Azeredo, Srs. Parlamentares, Sr. Senador Flávio Arns, colegas e membros da Mesa.

Eu queria, primeiro, agradecer o convite que foi estendido ao Itamaraty para participar dessa importante Audiência Pública, para tratar de um assunto que diz respeito tanto aos brasileiros aos *dekasseguis* que estão no Japão, e as famílias que permanecem aqui.

O senhor comentou no início vários, vários assuntos que seriam de interesse, que poderiam ser abordados ao longo da audiência e eu, inclusive, também tinha essa intenção de comentar alguns desses assuntos.

Então, eu... Se o senhor me permitir, eu falaria um pouco também sobre as ações da Subsecretaria em relação aos *dekasseguis*, a situação deles no Japão face a crise que assolou o Japão e continua, na verdade, afetando muito a economia japonesa e sobretudo em relação a situação das famílias que ficaram e o problema que foi ocasionado e as ações do Itamaraty em relação às negociações com o governo japonês, com vistas a encontrar uma solução para esse assunto.

Eu represento o Embaixador Oto Maia, que é o Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, no Itamaraty, o meu chefe imediato é o Embaixador Eduardo Gradilone, que é o Diretor-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior. Essa unidade foi criada há aproximadamente três anos atrás, em dezembro de 2006, ano que inclusive foi divulgado, publicado o relatório da CPMI, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Imigração Ilegal, que é um documento, inclusive, que comenta esse assunto e sugere linhas de ação para resolvê-lo.

E trata de uma série de outros assuntos relativos a situação dos brasileiros no exterior e apresenta outras recomendações e, para nós, no Itamaraty, na Subsecretaria, esse é um documento da maior importância, um documento muitíssimo importante, ele é uma referência para nós. Inclusive, a Subsecretaria foi criada posteriormente, inclusive até com base em recomendações do próprio relatório. E há recomendações específicas nele, relativas às questões das famílias abandonadas por *dekasseguis*.

Então, essa Subsecretaria foi criada há três anos atrás, ela promoveu uma série de ações em benefício dos brasileiros no exterior como um todo.

Como V. Exa. mencionou, são em torno de 3 milhões de brasileiros no exterior, dos quais, mais ou menos, 40% se encontra nos Estados Unidos, 1 milhão e 200 mil, 800, 800, 820 mil, mais ou menos, na Europa. E no Japão hoje em dia, houve uma grande mudança, uma grande queda no número de brasileiros no Japão em função da crise, a partir de 2008.

Eu acabo de voltar do Japão, fui a uma missão com o Embaixador Gradilone, pra uma terceira reunião de coordenação consular e lá recebemos os últimos dados do governo japonês, que teriam voltado, regressado ao Brasil, 80 mil brasileiros dos--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Oitenta mil regressados?

SR. ALOYSIO MARÉS DIAS GOMIDE FILHO: Oitenta mil regressados, mais ou menos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): De uns 300 mil, mais ou menos?

SR. ALOYSIO MARÉS DIAS GOMIDE FILHO: Dos 320 mil, exatamente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): [pronunciamento fora do microfone].

SR. ALOYSIO MARÉS DIAS GOMIDE FILHO: É 320 mil até 2008, final de 2008, e, hoje, mais ou menos, nós estávamos trabalhando com o número em torno de 60 mil. Essa foi a última informação que nós recebemos do *Gaimusho*, da chancelaria japonesa, de que em torno de 80 mil teriam regressado ao Brasil até hoje, que é um número muito expressivo, uma porcentagem muito grande.

Então, em função disso, a estimativa de brasileiros no Japão teria caído para, a última estimativa que nós tínhamos era de setembro de 2009, de 280 mil, teria caído para cerca de 240 mil hoje, aliás é o único país que tem dados muito seguros sobre a presença de brasileiros lá, em relação aos demais países do mundo, enfim, Paraguai, os países da Europa, Estados Unidos, há uma grande porcentagem de brasileiros que se encontram em situação irregular, então é difícil ter um número preciso sobre quantos brasileiros são, especialmente agora em função da crise que ocasionou uma grande movimentação deles, tanto interna, dentro de um mesmo país, quanto dos Estados Unidos para a Europa, quanto o regresso.

É até difícil quantificar exatamente quantos voltaram, mas os nossos consulados têm algumas estimativas quanto a isso, baseadas no movimento, no consulado, nos contatos que eles têm direto com as associações de brasileiros, de mídia brasileira, e o governo local que tem seus números oficiais também,

dos brasileiros que têm visto e se encontram em situação irregular.

Então, hoje em dia, o Japão é o segundo país, em termos de comunidade brasileira no exterior, depois dos Estados Unidos. Até pouco tempo atrás era o Paraguai, era o segundo, havia uma estimativa de em torno de 400, 450 mil. Isso acabou sendo revisto e chegamos a um número que talvez seja em torno de 150 mil, mais ou menos, brasileiros lá. E a novidade lá no Paraguai, que conseguimos começar um processo de regularização migratória com base do depósito do acordo MERCOSUL pelo Paraguai, mas eu vou falar isso muito no fim, rapidamente. Eu sei que o foco aqui, da nossa Audiência Pública, hoje, é em relação ao Japão.

Então, os brasileiros no Japão representam a terceira maior comunidade de estrangeiros lá, depois dos coreanos e dos chineses.

Em função desse grande número de brasileiros lá, foi aberto um terceiro Consulado Geral na cidade de Hamamatsu, que é a cidade que concentra o maior número de brasileiros no Japão, em torno de 20 mil só naquela cidade, eu estive lá para... Antes até da abertura do consulado.

É uma coisa impressionante, porque na própria Prefeitura, no estacionamento, as placas todas em japonês e em português também, atendimento em português também por causa do grande número de brasileiros lá.

Inclusive, o nosso Consulado é o primeiro consulado que foi aberto lá naquela cidade, é o único consulado que existe em Hamamatsu. Foi um pedido, inclusive, dos próprios brasileiros e também das autoridades japonesas que solicitaram a abertura do Consulado.

De modo que essa, enfim, a dimensão humana, os japoneses que estão aqui no Brasil, os descendentes e os *dekasseguis*, que estão no... Perdão, Japão, é um dos fatores mais importantes, um dos assuntos mais importantes da pauta bilateral, inclusive, a integração começa pela integração humana como disse o nosso Presidente.

Então, os principais problemas que afetam os *dekasseguis* no Japão, no momento, em função da crise, são as questões trabalhistas e o problema de educação também, porque, enfim, perdem emprego, não tem mais renda, tiram os filhos da escola, os filhos passam a ficar em casa, enquanto os pais, os que estão trabalhando os filhos ficam em casa, sem acompanhamento e isso leva até a possibilidade de criminalidade, que é um problema, o lado japonês nessas reuniões sempre cita que os brasileiros são o

segundo grupo em termos de... De presos no Japão, depois dos chineses.

Então, isso é um problema econômico, que leva a um problema social que realmente nós precisamos resolver e negociar com o lado japonês para resolvê-los.

Eu queria me concentrar, então, especificamente sobre essas negociações.

Foram criados grupos de trabalho específicos para tratar dessas questões. Um dos grupos de trabalho se chama Grupo de Trabalho sob Cooperação em Matéria Jurídica e o outro que, cujo objetivo até já foi atingido, era a negociação de acordo em matéria de Previdência, para possibilitar os brasileiros e os japoneses aqui, contabilizarem o tempo de contribuição dos dois lados e somarem para poderem se aposentar, que tem também uma dimensão social muito importante. Esse acordo foi sendo negociado--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Dr. Aloysio, só interromper um momento, eu vou pedir ao nosso Vice-Presidente, Senador Geraldo Mesquita, que assuma a Presidência, para eu atender ao Embaixador.

[troca de presidência]

SR. ALOYSIO MARÉS DIAS GOMIDE FILHO: Obrigado, Sr. Senador.

Então, em janeiro houve a terceira reunião, houve várias reuniões, na verdade, de preparação, de intercâmbio, de legislação sobre a... A legislação previdenciária dos dois países, foram várias reuniões e além das reuniões, troca de informações por meio eletrônico, que inclui tradução de documentos técnicos e em janeiro, final de janeiro, houve uma última reunião que conseguimos concluir a negociação desse acordo de Previdência com o Japão.

Falta agora a análise pelas consultorias jurídicas dos dois Ministérios, enfim, da área jurídica do *Gaimusho* no Japão e isso está ocorrendo agora. E a nossa perspectiva, a nossa expectativa é de que ele seja assinado em 2010.

Bom, o outro grupo de trabalho, que é o mais importante para essa reunião é o grupo de trabalho que prevê a negociação de quatro acordos na área jurídica. Acordo de cooperação em matéria civil, que é o tema que nós estamos debatendo hoje, acordo em cooperação em matéria penal, o acordo de extradição e o acordo de transferência de preços.

Na verdade, essas conversações começaram, inclusive em 2003, quando o lado brasileiro chegou até a apresentar textos modelos para o lado japonês para o início de negociação. Mas, na verdade, existe todo um processo anterior, de troca de informações, conhecimento mútuo da legislação de cada país, que

é o sistema japonês de negociar, você prepara o terreno muito bem antes, para, no final, chegar, analisar o texto propriamente dito do acordo.

Então, em 2000, depois de uma fase longa também, de intercâmbio de informações, a primeira reunião desse subgrupo ocorreu e foram debatidos os quatro, os quatro acordos. Extradicação, chegamos a uma primeira, enfim, questão que é a impossibilidade do... O Brasil não extradita seus nacionais, a Constituição proíbe isso. Então, esse assunto está meio que... Não está parado, mas os dois lados continuam intercambiando informações sobre isso, é um acordo de grande interesse do lado japonês negociar.

O acordo de transferência de presos também, o lado japonês tende a preferir a adesão a tratados multilaterais, convenções multilaterais sobre esses assuntos, enquanto o Brasil tem preferido negociar acordos bilaterais, porque são mais flexíveis e dizem respeito a legislação dos dois países e não aderir a um acordo já existente, inclusive porque o Brasil talvez não tenha participado da negociação, muitos anos atrás, daquele texto, ter que aderir a um texto que talvez não fosse tão adequado a nossa realidade.

Então, em relação a assuntos jurídicos, eu concordo com a avaliação do Dr. Rodrigo com relação aos programas existentes, da necessidade, é um problema social importantíssimo, humanitário, nós recebemos do Itamaraty cartas da Associação, respondemos, informamos, que estamos buscando negociar não só nesses grupos de trabalho, mas o Embaixador Oto Maia esteve no Japão nos últimos dois anos, esteve três vezes, para sensibilizar as autoridades japonesas não só em relação a crise que atingiu a situação dos *dekasseguis* lá, na área de educação também, mas em relação a esses acordos especificamente.

Ele se reuniu com o vice-Ministro da Justiça, falou sobre esse assunto, ressaltou a importância que o governo brasileiro atribui a essa solução, falou do sofrimento das famílias aqui no Brasil sobre isso e da grande necessidade de chegarmos a um acordo definitivo com a maior urgência possível. Também, se reuniu com outros Vice-Ministros e Ministros da área de trabalho, área de educação, a então Ministra que cuidava das medidas de apoio a estrangeiros.

O Japão foi o único país de todos que adotou medidas para ajudar os estrangeiros lá, na área de emprego, de moradia, cedeu imóveis funcionais durante um período determinado para os brasileiros, informação geral também. E teve aquela medida de retorno, que gerou uma certa polêmica aqui, de uma ajuda financeira para os brasileiros que voltariam para cá e não poderiam voltar durante um período de três anos, como condição, digamos.

Então, já está marcada a terceira reunião desse subgrupo, desse grupo, aliás, que vamos debater, então, mais uma vez com... Discutir mais uma vez com o lado japonês a questão do acordo em matéria civil, que é, enfim, de interesse aqui, que é o assunto principal que estamos mencionando hoje, e isso vai ocorrer em agosto de 2010, a data já está marcada.

Quem, na verdade, participa diretamente disso, pelo Itamaraty, é a Divisão de Cooperação Jurídica Internacional e o Ministério da Justiça, que acompanham essas negociações diretamente; a negociação de Previdência éramos nós, em conjunto com Ministério da Previdência.

Inclusive o Dr. Garba, então Secretário Executivo do Ministério da Previdência, também foi ao Japão para transmitir a importância que o governo brasileiro atribuía a negociação desse acordo, atual Ministro da Previdência, ele também esteve conosco em 2009 lá no Japão, para liderar essa missão.

De modo que eu queria só falar, então, rapidamente sobre o que o Itamaraty tem feito, sobretudo nessa área de pensão alimentícia, tentamos negociar com o governo japonês.

Em relação à Convenção de Nova York, eu estava, enfim, vendo aqui os documentos que eu trouxe, o lado japonês na última reunião indicou que, para eles, a Convenção de Nova York não seria adequada. Eu vou verificar os detalhes por que não seria adequada e eles disseram que inclusive a Convenção da Haia, foi negociada em função dos problemas da Convenção de New York, então ela foi motivada em função desses problemas.

Inclusive eu queria mencionar também que o Ex-Primeiro Ministro do Japão, o Deputado Taro Aso, vai estar aqui brevemente e o Embaixador Gradilone pediu que eu mencionasse isso e vai se reunir, se não me engano, ele é o Presidente da Liga Parlamentar de Mensagem Brasil-Japão, e em princípio ele estaria aqui, eu não sei se está confirmada a viagem dele.

E destacar também a importante atuação dos Deputados William Woo, Walter Ihoshi, e Dr. Takayama, também, em relação a comunidade brasileira lá em benefício dos *dekasseguis* e também das famílias que permanecerem aqui.

Então, eu queria só transmitir a posição do Itamaraty que estamos, não estamos medindo esforços para negociar com o governo japonês. Além das reuniões em nível técnico, existe um intercâmbio permanente de informação de troca de legislações, que envolve tradução desses documentos técnicos.

E também no mais alto nível das gestões do Embaixador Oto Maia, quando foi ao Japão com altas autoridades no Japão, para sensibilizá-los com

relação a esse assunto e chegarmos a uma solução o quanto antes.

E só queria dizer, então que nós estamos aqui a disposição para continuar cooperando com o Senado Federal, para chegarmos a... Discutirmos mais esse assunto em profundidade. Inclusive eu acho que o meu colega também poderia contribuir muito, o Chefe dessa Divisão de Cooperação Jurídica Internacional nas próximas ocasiões e enfim.

Muito obrigado pela oportunidade de participar da reunião de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Nós é que agradecemos Dr. Aloysio. Pois não.

Eu queria inclusive aproveitar a oportunidade para informar aos membros dessas duas importantes Comissões da Casa e aos presentes, que recentemente, Senador Tuma, V. Exa. que faz parte do Parlamento do MERCOSUL, a Comissão de Direitos Humanos do Parlamento do MERCOSUL, da qual faço parte, com a colaboração de organizações que atuam nesse caso, particularmente na Itália, em nome dos migrantes que vivem por lá, oriundos de países do MERCOSUL, realizamos um seminário, recentemente em Montevideu, e confesso que, pela primeira vez, eu me dei conta, assim, com riqueza de detalhes, Senador Flávio Arns, da situação social, econômica, dramas, assim, terríveis que vivem essas pessoas oriundas de países que fazem parte do MERCOSUL.

Eu fiquei tão impressionado com o que eu ouvi de pessoas que vieram de outros países para participar dessa... Desse importante seminário, que me ocorreu a ideia e vou concretizá-la, Senador Tuma, de propor ao Parlamento do MERCOSUL, e aqui já de primeira mão comunico ao Dr. Aloysio, aos membros do Itamaraty, que aqui estão, eu tenho já uma minuta de projeto elaborada, com uma justificativa longa de criação de mais uma Comissão Permanente no Parlamento do MERCOSUL; temos dez Comissões, mas me pareceu que o assunto é tão importante que merece a atuação de uma Comissão que se dedique ao tema com exclusividade.

Portanto, eu estou propondo, vou protocolar na próxima reunião do Parlamento do MERCOSUL, que o Parlamento delibere sobre alterar o Regimento e criar mais uma comissão, a comissão para assuntos de imigrantes.

É claro que o foco nesse seminário não foi propriamente esse que estamos aqui sobre ele debruçados, dramas familiares, pessoais. O que me ocorreu foi a possibilidade de, através de uma comissão como essa, podermos dialogar com parlamentos de países

onde vivem brasileiros, paraguaios, uruguaios, argentinos, enfim.

É no sentido de buscarmos, sem prejuízo, claro, independentemente do que faz... Do que fazem nossos embaixadores, nossos diplomatas, essa... Aí não há concorrência, aí há trabalho complementar. E o objetivo é fazer com que parlamentares conversem com parlamentares de outros países, Dr. Aloysio, no sentido de facilitar ou dar encaminhamento a questões cruciais.

Levantamentos feitos demonstram que há períodos, Senador Arns, e aqui eu lastimo que isso não ocorra com, por exemplo, com as pessoas que aqui estão, com a D. Aparecida, com o Sr. Djalma, mas há uma realidade que permeia esse universo de pessoas que estão mundo afora, oriundos de países do MERCOSUL.

O Dr. Aloysio mencionou aqui, só de parte do Brasil, cerca de três milhões de brasileiros. Ora, esse é um quantitativo de pessoas muito maior do que muita capital brasileira e muitas grandes cidades brasileiras, 3 milhões de pessoas mundo afora.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E de alguns países.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): E de alguns países, a população equivalente ao Uruguai.

Então, eu considero que esse, esse tema, esse assunto, talvez merecesse uma atenção focada, especial, do Parlamento do MERCOSUL e vou propor.

Nada impede também, acho até que devemos agregar, questões como essas trazidas aqui por D. Aparecida e Sr. Djalma, que poderão fazer parte das preocupações dessa comissão, como de outros organismos que atuam nesse sentido, principalmente o nosso Itamaraty e o corpo diplomático dos demais países do MERCOSUL.

Complementarmente, me ocorreu também a ideia e já protocolei nessa Casa, sem prejuízo do que diz a própria legislação, o Dr. Rodrigo sabe, concernentemente à contribuição previdenciária, protocolei um projeto de lei, propondo que seja facultado aos migrantes brasileiros que estão aí mundo afora, que eles possam recolher a Previdência Social, no sentido de lá na frente, mais tarde, se habilitarem a uma aposentadoria, enfim. E, atualmente, inclusive que suas famílias se beneficiem também de serviços prestados pela própria Previdência.

Portanto, eu queria trazer ao conhecimento dessas duas Comissões e aos nossos visitantes, essa informação. Esse, o drama relatado hoje aqui, sem dúvida nenhuma está sendo e será sempre tratado com muita seriedade pela diplomacia brasileira.

Como disse aqui o Dr. Aloysio, que anda em busca de um equacionamento que faça com que essas questões sejam devidamente tratadas por países que tenham, que são refratários, como o próprio Japão, sem mencionar outros. Porque assim como existem os *dekasseguis*, existem os descendentes de italianos, de árabes etc., que por se vocês se beneficiam da própria questão da descendência para migrarem para esses países.

Portanto, eram essas as informações que eu queria prestar e concedo a palavra ao Senador Tuma, com muito prazer.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu peço desculpas, Presidente, por não estar presente na hora das exposições.

O senhor quer falar na frente?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não, não, depois.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque o senhor é requerente.

Eu... Quando eu estava, agora, ouvindo o Ministro Gilmar Mendes fazendo uma exposição sobre as alterações jurídicas durante a Presidência, o exercício da Presidência do Supremo.

Então, estava interessante, porque a gente tem acompanhado de perto, aí a secretária avisou que tinha a reunião sobre *dekasseguis*, eu falei: "Não, eu vou ouvir", porque quando Chefe de Polícia em São Paulo, estava sobre a minha direção o Departamento de Estrangeiros, que era a polícia que cuidava de toda a parte de imigrantes, de passaporte e acompanhamento de alguns fatos relacionados a algumas colônias, que aqui se instalavam.

E quando surgiu a possibilidade dos japoneses imigrarem para trabalhar no Japão, pela falta de mão de obra, visto que cresceu muito o valor da mão de obra no Japão, começaram a oferecer para imigrantes que lá fossem para prestar o serviço menos remunerado, para trabalharem.

E o que aconteceu, infelizmente? Várias agências de turismo criaram um estelionato dentro da convocação desses jovens, desses senhores e senhoras que, às vezes, para tentar uma vida melhor, se dispuseram a seguir para lá, sem nenhuma convicção de que o emprego prometido estaria realmente a disposição.

Então, chegaram lá, tiveram vários problemas e foram explorados de todas as formas e não conseguiam, realmente, trabalharem para onde o destino lhe dava a agência de turismo.

Então, fizemos vários processos, isso era uma questão de polícia mesmo, estelionato e tal. Mas começou a surgir um problema muito grande: a assistência social e médica às pessoas que lá estavam e a falta

de ambientação dos costumes de brasileiros, mesmo descendentes de japoneses, tinham um costume diferente, ocidental, da conduta do japonês, que tem uma disciplina diferenciada da nossa, principalmente aquela época.

E aí veio para cá o segmento ligado ao Ministério de Exterior, Ministério de Estrangeiros do Japão. Nós fizemos um contato, eles vieram, para estabelecer regras de só poderem seguir para lá quem já tivesse o emprego garantido, tivesse documentado e tivesse a disposição assistência médica e social, para evitar suicídios, assassinatos, que ocorreram, com alguma razão, em números razoavelmente prejudicando inclusive a estrutura de segurança do Japão.

Eu estou só falando isso porque não foi fácil a ida dos *dekasseguis* no início, antes de terem esses acordos que se prosseguiu pelo que... Pelo menos eu ouvi o final da exposição de V. Exa., eu vou ler com calma.

E acho que esse problema do casamento é uma coisa terrível, porque a família aqui fica esperando a pessoa que vai para lá tentar melhorar a vida, em seguida chamá-los para lá, voltar a ter família conjunta ou voltarem quando conseguirem uma renda.

E o que faziam? Trabalhavam, realmente uma parte do dinheiro vinha, tinha os bancos, o Banco do Brasil, era o intermediário da remessa dos valores do Japão, que não era pouco, dos salários dos que foram para lá, os *dekasseguis*, para ajudar as famílias.

Mas eu acho que, com o tempo, foram formando outras famílias lá. Então deixaram uma família aqui e formaram outra. A daqui não tem caminho.

Eu não sei se o doutor poderia, como nós estamos revendo o Código de Processo Civil, tem uma Comissão Especial, enquadrar no Código de Processo Civil, no Código Civil, alguma coisa que possa garantir a tranquilidade da família que aqui fica, e impedimento para que ele arrume uma nova família lá sem ter passado pelo desquite, pela separação, sem nada e deixando desassistida a família daqui, que é o que eu entendi pelo requerimento de convocação; é isso mesmo, não é?

Então, eu acho que o Japão é um país muito regrado, ele tem boa vontade em estabelecer regras firmes para os imigrantes que vão trabalhar, para não ter o desconforto de ter que agir de forma menos tranquila para esses cidadãos que lá vão.

Eu sei que tem caído muito o número de *dekasseguis*, porque a crise criou um problema difícil. Então, a preferência do emprego é para o natural, e, realmente, muitos brasileiros retornaram. E agora fica assim: será que deixaram uma família lá e voltaram para sua família aqui?

Então, é um drama que realmente a gente tem que ter uma composição jurídica para evitar, porque o sujeito perde a cabeça, eu acho que fica desnorreado, sozinho, não tem companhia. Lá constituíram jornal, tem jornal para os *dekasseguis* lá, tem acompanhamento, tem uma série...

Formou, vamos dizer, uma unidade brasileira lá muito forte. Muito forte, eles têm boas ligações. Eu fui mais de três vezes lá, tive reunião, comi feijoada lá, tomei caipirinha lá, quer dizer, então, há uma convivência ainda com os costumes brasileiros.

Mas esse é um ponto crítico, de difícil... V. Exa... Eu assinarei com gosto a proposta de V. Exa. do MER-COSUL, serei um defensor de criar uma comissão especial.

Aqui já foi feita uma subcomissão de visita aos estrangeiros que estão sofrendo prisões em outros países, com uma imigração clandestina. Então não há um estabelecimento internacional de como tratar o clandestino; é expulsão, prisão ou condenação.

Quer dizer, é uma coisa que violenta, realmente, os direitos humanos do cidadão. Porque ele vai tentar a sorte, não consegue e quantos chegam no aeroporto, são deportados imediatamente por não terem suficiente para passarem 10, 15 dias, às vezes com visto e com tudo e não consegue permanecer no país. É um problema bastante sério.

O Brasil tomou uma medida sábia, humana, anistiando os estrangeiros que aqui chegaram até novembro, dezembro e deu um pouco de tranquilidade à exploração no trabalho escravo, porque vários membros de países sul-americanos ofereciam os seus descendentes, seus próprios descendentes, que comandavam oficinas de trabalho e escravizavam aqueles que clandestinamente estavam aqui.

Depois, eu queria ver com o senhor se dá para ter alguma emenda, algum trabalho, dentro do Código Civil, do Código de Processo Civil, para garantir a segurança do casamento, quando não há, o que pode a separação, o desquite, formar uma nova família.

Porque, em tese, vira bígamo, eu não sei se isto tem uma... Juridicamente, pode-se dizer que é bigamia, porque ele constitui uma nova família, amanhã se ele morre os herdeiros se diversificam, não é, Presidente?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Isso aí... Bom, foi uma história que participei ativamente com o pessoal do Japão, com a JAL... Com aquele Departamento Jurídico do Japão, que levava a gente para fazer cursos e tal e trabalharam bastante no sentido

de melhorar a estrutura jurídica dos *dekasseguis* que para lá foram trabalhar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Tuma, eu queria lhe fazer um pedido especial.

Eu sou Relator na CAE de duas matérias e estão me chamando ali, eu gostaria de saber se o senhor pode assumir aqui a Presidência, para que o Senador Flávio Arns possa se manifestar.

Mas enquanto o senhor chega aqui, eu lhe digo o seguinte: a fala do Dr. Rodrigo passou para todos nós a convicção de que a Justiça brasileira é muito dura, inclusive, com relação à questão de alimentos.

Agora, essas pessoas, que estão principalmente no Japão, não são alcançadas pela legislação brasileira, restando, sendo necessário que o Japão faça a adesão a acordos internacionais para que isso seja, possa ser cumprido. É essa grande dificuldade.

Agora, a nossa legislação, eu quero crer que não carece de melhores aperfeiçoamentos, porque ela já é objetiva é rigorosa nesse sentido.

Senador Flávio Arns com a palavra.

[troca de presidência]

[interrupção no áudio]

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Alô. Muito bem.

Eu penso que as explicações do Senador Geraldo Mesquita foram, assim, importantes, no sentido até de novamente resumir o problema, no sentido de que a nossa legislação se aplica, se executa e é importante, difícil... Quer dizer, a discussão é como está legislação alcançar o brasileiro que está no Japão, nesse processo todo de emigração que aconteceu para aquele país.

Eu penso que a Audiência foi importante, interessante, e temos que ter desdobramentos. Me preocupa, assim, no sentido, assim, a família, vai, se a família, a D. Aparecida e o Djalma saírem daqui e chegarem em Casa vão dizer: "O que que ficou decidido?" Eu diria, ficou, assim, no sentido de exposição dos fatos, agora o Ministério das Relações Exteriores continua atuando para chegar a uma conclusão.

Mas já que a Audiência Pública está acontecendo, eu penso que as duas Comissões desta Casa, Sr. Presidente Senador Romeu Tuma, tanto Relações Exteriores como Direitos Humanos, que estão coordenando esta Audiência Pública, deveriam ser informadas, eu penso, mensalmente, das tratativas que estão acontecendo para que, já que aconteceu a Audiência Pública, o Congresso Nacional, através do Senado Federal e das duas Comissões, acompanhe os resultados.

Eu penso, sem demérito nenhum para o Ministério das Relações Exteriores, que o Dr. Aloysio foi muito

preciso e muito claro, mas para dizer que o Congresso está se interessando pelo assunto, quer acompanhar o resultado e ver.

Porque mesmo o Presidente Lula, em termos de busca de uma solução, que o Djalma inclusive disse que ele precisa de uma solução, também mesmo que isso implique numa greve de fome, de acordo com... E pedindo um posicionamento do Presidente Lula.

Quer dizer, o Presidente Lula está também no aguardo desta definição do Ministério das Relações Exteriores daqui com o governo japonês, para que ele possa atuar, mas nada impede do governo também, através do Presidente Lula, se interessar pelo assunto. para que o governo japonês, quer dizer, telefona-se para presidentes e as autoridades por tantos motivos aí, muito menos importantes, pode-se telefonar e pedir uma solução para uma situação dessa natureza.

Então, eu até diria que o Djalma até tem razão no sentido de dizer que o governo tem que se interessar em achar uma solução. Está se interessando, mas há mecanismos para que uma solução possa ser mais rápida, apesar da tradição cultural japonesa, como dito, exigir, assim, tempo e aplainar o caminho e ver com calma.

Mas, de qualquer forma, eu penso... Então eu queria propor, Sr. Presidente, que, mensalmente, a gente pudesse ter a notícia do Ministério das Relações Exteriores em relação ao desdobramento.

Vamos dizer, no mês de maio, junho, em agosto, vai acontecer o evento, também, e que a gente possa constar isso da Ata desta Reunião, eu peço para a Secretaria das duas Comissões colocar em Ata isto, para que as duas Comissões acompanhem o resultado. Muito bem.

Eu só gostaria, não sei se eu entendi direito, quando o Dr. Rodrigo estava falando, comparando o que acontece entre os dois países. Me pareceu, salvo melhor juízo, que o senhor teria dito que há muita dificuldade de se fazer as coisas no Japão, como por exemplo a execução penal, a execução da carta rogatória, e facilidades no Brasil para a comunidade japonesa.

Pelo menos eu entendi dessa maneira, que havia dificuldades lá e facilidades aqui. Foi nessa linha? Sim, daqui a pouco o senhor responde.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor quer a resposta agora?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não, não, porque, se for neste sentido, aí, sim, aí está errado. Quer dizer, se houver qualquer coisa neste sentido, estará completamente errado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A importância da reciprocidade num tratado internacional é importante.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Porque um dos princípios fundamentais da relação entre os países é o critério da reciprocidade. Se é difícil lá, não pode ser fácil aqui. Se é difícil aqui, fácil lá, alguma coisa está errada aqui, estaria errada.

Então se V. Exa. colocou nesse sentido, eu gostaria de saber no que o Brasil está facilitando as coisas e o Japão dificultando. Porque aí nós teremos que cobrar do Ministério das Relações Exteriores, no caso, uma ação de reciprocidade. Quer dizer, não é para facilitar aqui e dificultar lá, tem que ser a mesma coisa. Então, nesse sentido.

E eu gostaria de perguntar ao Dr. Aloysio, porque o Senador Geraldo Mesquita mencionou a preocupação dele, inclusive muito justa, legítima, em termos dos migrantes que... Estão os brasileiros, estão em vários outros países, também, certamente tendo dificuldades.

Só para dizer se existe alguma dificuldade parecida, ou melhor, dificuldade deve haver, mas se no decorrer do tempo se achou alguma, alguma, algum caminho de sucesso em outros países para situações parecidas, além daquelas já mencionadas, que poderiam, mais ou menos, servir de subsídio ao Brasil.

Eu recebi os dados do Ministério das Relações Exteriores, em relação à situação dos *dekasseguis* no Japão e pelos dados fornecidos pelo Ministério, as cartas rogatórias no decorrer dos anos, estavam em termos de 300, mais ou menos, por ano, 300 cartas por ano, o que, no decorrer dos anos, deve haver, assim, um contingente de umas cinco, seis mil pessoas que buscaram os caminhos da Justiça para regularizar a sua situação, não sei, até o Dr. Rodrigo poderia depois ver esses números.

Dessas cartas rogatórias, 50% delas, pelo que foi falado depois, de um prazo aproximado de cinco meses, de acordo com o Ministério, cinco meses, as pessoas são encontradas e a carta rogatória, então, alcança o seu destinatário. Mas só que depois vem o problema que o Dr. Rodrigo mencionou, que não existe forma de fazer com que isto seja executado.

Então, nós devemos ter 240 mil brasileiros no Japão que estão lá atualmente, depois da vinda, do retorno de cerca de 80 mil, como foi dito, dos 320 mil, a segunda maior comunidade brasileira no exterior depois dos Estados Unidos.

Quer dizer, cerca de 6 mil, me parece, pessoas que estejam, em torno disso, 5 mil, 6 mil, 7 mil que estejam nessa situação. Mas o que me interessou mais

foi pensar assim: “Bom, por um lado só o tratamento desigual e por outro lado o que fazer”.

Porque nós não podemos também, eu me sentiria muito mal, de dizer para a Aparecida e para o Djalma que estão representando tantas pessoas aqui, “Voltem para a casa e aguardem.” Quer dizer, foi bom, claro, é uma Audiência Pública, o pessoal está acompanhando, a TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, Jornal do Senado, todos dão a cobertura para o evento, muitas outras pessoas pelo Brasil estão acompanhando esta audiência. Podem até sugerir, depois dessa audiência, todo mundo no Brasil é convidado a sugerir, inclusive, “Olha, não foi discutido isso, podia até ser pensado nesse outro caminho.”

Então, isso é bom também. Mas ao mesmo tempo, eu penso, assim, que esse relatório mensal, o Congresso Nacional pode repassar e vamos em conjunto acompanhar para ver aonde que chegamos depois dessa Audiência Pública.

É isso, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Flávio Arns, V. Exa. tem razão. Nós estamos tratando de seres humanos. Não é a OMC que vai resolver um problema que se resolve comercialmente de produtos, porque o ser humano é diferenciado, nós temos que pensar que é uma vida que está em jogo e isto, não tenha dúvida, que a presença das autoridades que aqui estão e mais as pessoas que conhecem aqueles que estão sendo vítimas de algumas dificuldades, trazem isso que V. Exa. propõe.

Quanta gente foi *dekassegui* e já voltou, poderia sugerir, porque passaram, e mandar *e-mail*, fax, o que puder, para nós senadores saber, porque toda a legislação tem que sair daqui.

É o Congresso que vai facilitar a vida das autoridades que tenham a providência a tomar. Porque se acordos, os acordos internacionais, até isto tem que passar pelo Congresso para poder ser aprovado ou não.

Então, quanto mais velocidade a gente puder dar para resolver esses assuntos, sem dúvida nenhuma, nós estaremos prestando um grande serviço aos direitos humanos individuais daquelas famílias que estão sofrendo com essa separação, que isso já vai mais de trinta anos, Senador.

Esse caso *dekassegui* tem mais de 30 anos, eu acredito, eu era Chefe de Polícia em São Paulo, não tinha ido nem pela Federal. Então já estou aqui 16, então o senhor imagina quando tempo isso vem passando e agora com a crise, voltou a ter um problema grave, que é o retorno, tem gente que não tem condições de retornar. Estão com dificuldade e precisam da assistência dos embaixadores, de toda a estrutura de

governo brasileiro que lá está, para tentar voltar para o Brasil, porque eles sem dinheiro, sem emprego, não conseguem nem se locomover para voltar.

Eu vou passar a palavra ao Dr. Rodrigo e em seguida ao Dr. Aloysio, para responder V. Exa..

SR. RODRIGO MELO OLIVEIRA: Obrigado, Presidente.

Senador Flávio Arns, eu talvez não tenha sido muito claro, a questão, aquela situação que eu expliquei, não é questão da falta da reciprocidade, é que no atual contexto dos dois países, até pela inexistência desse acordo diplomático.

O que a gente verifica na prática? A legislação brasileira, ela autoriza que o casal sem separar, se divorcie, sem que seja obrigatório a discussão de alimentos na mesma ação, no mesmo processo. Os alimentos podem ser discutidos em outra ação.

E eu expliquei aquela situação para demonstrar o seguinte: o *dekassegui* que está no Japão ele consegue resolver o problema dele aqui no Brasil. Ele manda uma procuração para um advogado aqui no Brasil pedindo para se separar ou para se divorciar. É feito, o processo tramita normalmente, é dada a sentença de divórcio e a família aqui quer discutir alimentos, mas ela não consegue discutir alimentos com ele, por quê? Por causa dessa questão da falta do tratado diplomático, da impossibilidade da execução.

Então, a rigor, não é uma falta de reciprocidade, a questão é que quem está no Brasil não consegue resolver o problema dela em relação ao *dekassegui* que está no Japão, seria mais nesse sentido.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): E a pessoa consegue se divorciar daqui para lá?

SR. RODRIGO MELO OLIVEIRA: Daqui para lá, consegue, porque cita a pessoa por edital, ou até mesmo rogatória, porque, na ação de separação e divórcio, basta notificar ou citar o réu.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mudou a legislação sobre a separação.

SR. RODRIGO MELO OLIVEIRA: Basta citar ou notificar a pessoa. E isso o Tratado atual, de 1940, Brasil-Japão, atende; a pessoa é citada, não há um ato de execução posterior que seria compelir a pessoa a pagar ou a fazer.

Então, para isso o tratado ele resolve; porém, a questão de alimentos, quem está aqui não consegue resolver o problema dela com o *dekassegui* no Japão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não tem uma pensão, não tem nada, não tem uma exigência legal de dar assistência a família, não é isso?

SR. RODRIGO MELO OLIVEIRA: Sim, a separação ou divórcio independente da discussão de alimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pode separar, mas não tem a facilidade de a família sobreviver.

SR. RODRIGO MELO OLIVEIRA: Então, não é uma via de mão dupla. O *dekassegui* consegue resolver o problema jurídico legal familiar dele no Brasil, o que ele quiser resolver, mas a família não consegue resolver a sua necessidade.

A questão do número de rogatórias é sempre importante a gente ter em mente que há uma demanda represada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Reclamação de pensão, não é, mais isso.

SR. RODRIGO MELO OLIVEIRA: Sim, a maioria é de pensões alimentícias e há uma demanda represada, nem todas as famílias conseguem buscar a Justiça. O Sr. Djalma relatou uma dificuldade que ele teve, não conseguiu advogado gratuito na época, embora eu entenda que faria jus.

Então, esse número é um número simbólico e demonstra que existem muitas famílias nessa situação e certamente há muitas outras que não chegam a procurar a Justiça.

Inclusive, quando eu comecei a atuar junto a Associação, o que eu, quando a gente descobriu esse contexto de inexistência de um tratado diplomático entre Brasil e Japão, a gente chegou à conclusão que a melhor forma da Associação atuar não era entrar com ações em nome das famílias, mas, sim, buscar resolver a questão de fundo, que é essa inexistência de tratado diplomático.

Porque, se nós entrássemos com as ações, elas teriam sempre o mesmo destino, como eu tinha afirmado: as sentenças, as decisões seriam inócuas, serviriam só para pendurar num quadro na parede, elas não seriam executadas, então a gente buscou resolver essa questão de fundo.

Se V. Exas. me permitirem, em complementação, eu tinha esquecido de informar, que o Brasil, reafirmando, o Brasil é um país que o Poder Judiciário, ele é rigoroso, ele é firme e ele não protege situações de ilegalidade.

Há uma reação muito grande no Japão e até o Dr. Aloysio tinha conversado comigo antes de iniciar a Audiência Pública, em virtude de crimes praticados pelos *dekasseguis* no Japão, eles praticam crimes lá e acabam fugindo pra cá.

Mas a legislação brasileira, ela prevê a forma de punição, mesmo cometendo o crime no estrangeiro o *dekassegui*, ele pode fugir para o Brasil, mas a legisla-

ção brasileira vai condená-lo por crime que ele praticou em território japonês, então não há--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Responde processo aqui.

SR. RODRIGO MELO OLIVEIRA: Responde processo aqui. É processado pelo Ministério Público brasileiro e a pessoa é punida. Tenho aqui comigo até um acórdão aqui de 09 de janeiro de 2009, Desembargador José Antonino Bahia Borges, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que condenou um japonês que cometeu latrocínio, um japonês, um *dekassegui* que cometeu latrocínio no Japão. Toda a investigação foi feita pela polícia japonesa, através da sua expertise, e colocada toda aquela qualidade técnica de investigação e a pessoa foi finalmente condenada.

Então, por esse lado, também eu acho interessante essa questão, que o Brasil, ele não coaduna com qualquer ilegalidade, seja em seu território, seja em território estrangeiro.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Dr. Aloysio. [interrupção no áudio] Por favor.

SR. ALOYSIO MARÉS DIAS GOMIDE FILHO: Obrigado, Presidente. V. Exa. fez vários comentários muito importantes sobre esse assunto.

Inclusive eu podia até começar a tecer um comentário sobre isso que o senhor mencionou, que as agências de viagem, anos atrás passaram a ter essa função também de recrutar os brasileiros para irem ao Japão para trabalhar.

Nós conversamos muito, Itamaraty com o Ministério do Trabalho e Emprego que está atuando muito em benefício dos trabalhadores no exterior, de modo geral, e, no Japão, existe um projeto chamado Casa do Trabalhador Brasileiro no Japão, que está ainda em tratativa entre os dois Ministérios e também com o lado japonês, porque...

V. Exa. mencionou a questão do retorno, a importância do retorno dos brasileiros, que seja facilitado que eles já venham, voltem para o Brasil com a possibilidade de ter um emprego, até antes de chegar já com Carteira de Trabalho, e esse é um projeto que está sendo analisado pelos dois Ministérios, o governo japonês já deu autorização prévia em relação a essa iniciativa.

E a ideia é ajudar, primeiro, não é estimular o retorno, digamos, dos brasileiros, mas os que quiserem voltar, eles terão todo o apoio do Ministério do Trabalho e do Itamaraty para efeitos trabalhistas, ou voltar já com uma Carteira, ter acesso a um banco de dados de empregos disponíveis no Brasil.

Essa é uma iniciativa do TEM, que está sendo, enfim, implementada, em coordenação com o Itamaraty que é a casa do trabalhador brasileiro.

E aproveito para falar também sobre a questão das chamadas *hakens*, que são as empreiteiras no Japão que, enfim, contratam os brasileiros, geralmente esses contratos são de curta duração, de três meses, a moradia deles, inclusive, é vinculada ao contrato, ou seja, vem a crise, eles perdem emprego, perdem a moradia.

Teve até uma coisa inusitada no Japão, o fenômeno dos sem teto no Japão, de desempregados que perderam moradia por causa desses contratos que são muito precários.

Então, eu queria aproveitar para informar que nós estivemos no Japão recentemente e estão avaliando a possibilidade de alterar a lei relativa a atuação das empreiteiras, as *hakens* no Japão, porque eles não só contratam brasileiros e estrangeiros, mas também inclusive japoneses também. Perdão.

E o Ministério do Trabalho também informou ao Presidente do [ininteligível], que esteve conosco, nessa última ida ao Japão, ele aproveitou para informar ao lado japonês que o lado brasileiro também está analisando a alteração, inclusive, se não me engano, o projeto de alteração da lei já se encontra na Casa Civil, relativa à atuação das empresas aqui no Brasil.

Enfim, defender os interesses dos trabalhadores brasileiros que vão ao exterior, ao Japão, sobretudo, para controlar melhorar a atuação dessas empresas, para evitar esses problemas no futuro, isso em relação às empreiteiras.

Eu trouxe, inclusive, V. Exa. comentou a questão das cartas rogatórias, uma informação bem recente da nossa Embaixada, que é uma questão muito importante. Quer dizer, não resolve o problema, mas é uma parte do problema, que, se for resolvido, não resolve o problema maior da execução, mas o número de cartas rogatórias que vão do Brasil para lá é muito grande e as cumpridas são poucas, na verdade.

Porque um problema é a questão da localização do brasileiro. No momento, é muito difícil saber, enfim, onde ele mora, até por causa da crise agora, ele muda de endereço, muda de endereço com uma certa frequência, até por causa desses contratos precários que eles têm de um mês, três meses, então, depois que perde o emprego, perde a residência vai para outro local, muda de endereço. Então, é difícil localizar os brasileiros.

E o sistema japonês, inclusive, de notificação, de citação, é uma carta, vai por correio. Na verdade, não é o indivíduo que entrega a carta pessoalmente,

como, se não me engano, funciona assim no Brasil, é pessoal.

Então, ele recebe uma carta, em japonês, enfim, pode até não entender a carta, se ele não falar japonês. Se ele quiser, ele joga no lixo. Enfim, é muito difícil saber o que é feito a partir daí. Então esse não cumprimento das rogatórias é em função da não localização e do próprio sistema, de como a carta chega até o interessado. E, de fato, grande parte dessas rogatórias se refere a alimentos, questão de pensão alimentícia.

Só para dar um exemplo: em 2004, foram 404 rogatórias, das quais 104 cumpridas, 242 não cumpridas, e 193 dessas 404 relativas a alimentos; 2009: 375, 171 relativas a alimentos, é em torno de 60%, a porcentagem é muito alta. Então, a dificuldade aí também.

Em relação às negociações com o lado japonês, o interesse, digamos, maior deles em relação a esses quatro acordos é realmente a questão, a cooperação em matéria penal, sempre nessas reuniões reservamos um tempo para eles apresentem esse pedidos que o Dr. Rodrigo comentou que são casos específicos de crimes muito sérios, cometidos por brasileiros no Japão.

Na ausência desse acordo, em matéria de cooperação penal, eles pedem a persecução criminal, se não me engano, não conheço o jargão, mas eu acho que é isso, persecução criminal para que eles sejam julgados, condenados aqui, no Brasil, que foram crimes sérios cometidos no Japão.

E o nosso interesse maior é na cooperação civil, em função dos problemas que nós comentamos hoje. Então, nós estamos caminhando paralelamente com essas duas negociações; uma não vai avançar a outra, o acordo não vai... Enfim, essa é um pouco a nossa posição em relação aos dois acordos que, para eles, esse tipo de cooperação penal é muito importante, e, para nós, de cooperação civil, também.

E, realmente, o problema em relação à execução das decisões é importante. Se V. Exa. permitir, eu só vou ler um pequeno trecho aqui do relato da última reunião, que diz o seguinte: *“O lado japonês assinalou também que, para se executar uma sentença estrangeira validada no Japão, seria imprescindível uma segunda sentença propriamente japonesa. Nesse caso, afirmou, que, se o réu residente no Japão tivesse bens nesse país, o autor deveria pedir à execução do patrimônio, para que a execução dos alimentos fosse feita. E para executar os alimentos, acresceu, o autor deveria ajuizar ação perante a Justiça japonesa.”*

E foi comentado aqui que dificulta, na ausência de um acordo de execução, fica muito, fica impossível fazer isso; por isso que estamos fazendo gestões per-

manentes para que esse acordo seja negociado com a maior rapidez possível.

Eu acho que são esses os comentários, não sei se V. Exa.... Se eu cumpri todas...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, os dois... Eu não sei se não seria interessante, Senador Arns, V. Exa. fez o convite às autoridades, se a gente não poderia convidar o Embaixador do Japão para conversar um pouco com ele sobre essas possibilidades de tratados.

Talvez a gente pudesse ter uma luz também da legislação japonesa e buscar com o doutor e com eles, alguma forma de um encontro que pudesse trazer um acordo que desse essa tranquilidade maior às famílias que se viram abandonadas.

Eu proponho aí, mas fica na mão de V. Exa., que está cuidando desse caso.

Gostaria de ouvir o japonês, o Embaixador, porque o Japão é muito sério nessa parte judicial, jurídica, eles têm um tratado muito bem em qualquer acordo. Na área da segurança é perfeito, eu trabalhei com o Diretor da Academia de Polícia lá, como membro da INTERPOL, são 100% a serviço de qualquer pedido que o Brasil fizer no combate ao crime organizado. Então, eu acho que não teríamos dificuldades.

É claro que essa parte jurídica é difícil, porque o cidadão japonês tem mais direito do que o brasileiro que para lá vai e vice-versa, nós não podemos dificultar essa parte do nacional ter...

Mas, agora, o que não pode é deixar o sujeito a mercê da sua vontade própria em negar a assistência a uma família que ele deixou aqui. Essa tem que buscar, qual é a solução que o Japão poderá cobrar, para poder realmente repassar para aqueles que precisam dessa assistência.

Quem sabe conversando com o Embaixador, eu não sei se vale a pena ou não, o senhor que tem que esse... Conversar com o Embaixador japonês, eles poderiam vir aqui também, para expor algumas coisas, e o Embaixador falar com as autoridades lá.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu acho que é uma sugestão, Senador Romeu Tuma, vamos em conjunto estudar a possibilidade e novamente ressaltar a todos que acompanham essa Audiência Pública, pelos meios de comunicação do Senado, para que também sugiram. Pensem e certamente--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sugiram é nome japonês....

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): [risos] Sugiram alternativas e que a gente possa, na sequência, inclusive, pensar em conjunto sobre o assunto, assim como a própria Associação. A Associação está em contato com muitas dessas pessoas e pode, per-

feitamente, enviar sugestões aqui para as duas Comissões do Senado Federal.

Quando foram dados, quando foram mencionados os dados, eu até penso que o total, eu achava que tivéssemos 300, mas é mais, 400, 450 cartas rogatórias, então eu até mencionei 5 ou 6 mil, mas devem ser mais do que 5 ou 6 mil.

E, talvez um fato novo que esteja acontecendo agora, que em função da crise nesses dois últimos anos, 80 mil dos 320 mil brasileiros, voltaram ao Brasil. Então, talvez haja necessidade no Japão de alguma coisa que dependa, assim, da decisão brasileira também, porque deve haver situações de pessoas que estão voltando e que tenham família no Japão também, isso talvez permita então uma reciprocidade, como foi dito agora a pouco.

Mas, de qualquer forma, eu penso, falando para a Aparecida, que também fez um depoimento com muita emoção nessa Audiência Pública, o Djalma também e a todos que não puderam vir aqui, que só o fato da Audiência Pública, eu considero um fato importante também.

A gente muitas vezes quer o resultado; então o resultado, nós vamos em conjunto, porque eu acho que o que se deseja é resolver a situação, mas em conjunto, junto com o Ministério das Relações Exteriores, mais o Senado Federal, quando eu mencionei de termos mensalmente alguma notícia, para vocês não ficarem sem notícia também, saberem o que está acontecendo, formalmente, e no sentirmos assim, corresponsáveis nessa caminhada, na busca de alguma solução, no caso específico do Japão, mas certamente, como foi mencionando, acontecendo em muitos outros países também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, eu queria devolver a palavra ao Dr. Rodrigo, porque ele estava me mostrando, complementando os dados do Dr. Aloysio sobre as rogatórias, os objetivos delas e quantas foram cumpridas ou não.

Eu pediria ao Dr. Rodrigo, que ele tem os dados, para a gente tomar conhecimento, realmente, do montante e qual é o objetivo principal dessas rogatórias. Por favor, doutor.

SR. RODRIGO MELO OLIVEIRA: Na verdade, é realmente, é só mais um dado, os dados do Dr. Aloysio são extremamente completos.

Eu tive acesso a um trabalho, um artigo, um excelente artigo escrito pelo desembargador Caetano Lagrasta Neto, do Tribunal de Justiça de São Paulo, depois eu vou passar para o Ministério de Relações Exteriores. Eu tive acesso a ele anteontem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A Comissão gostaria de cópia também.

SR. RODRIGO MELO OLIVEIRA: Sim, tiraremos cópia. Eu tive acesso a ele só anteontem, eu estava pesquisando na Internet a respeito do Tratado, até procurando mais material para poder participar e me deparei com esse artigo.

E ele... Ele faz uma narrativa de como é o funcionamento das cartas rogatórias do Tribunal de Justiça de São Paulo, e através de números que eu peço licença para ler, ele demonstra como as rogatórias para o Japão estão em maior número e também como elas são, como muitas delas são devolvidas sem cumprimento.

Então ele diz o seguinte: *“Que em 2005, no Tribunal de Justiça de São Paulo foram enviadas ao Japão 2 mil 425 cartas rogatórias, sendo 1.122 relativas a pensão alimentícia, 569 a divórcio, 229 a reconhecimento de paternidade e 224 a processos criminais. Destas, aproximadamente 80% não localizaram o destinatário.”*

Então, complementando aquela questão de que, realmente, a dificuldade de localização. Era só.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não tem endereço, as pessoas não têm endereço no Japão, o carteiro é que sabe, porque quando vem o estrangeiro, ele vai ter dificuldade, sem dúvida nenhuma, de localizar. Então, é uma coisa que parece que o Japão hoje já está começando a achar que tem que dar nome de rua lá, para poder realmente facilitar a vida do carteiro.

Depois, se V. Exa. puder deixar a gente... Acho que era bom para ficar das duas Comissões e o senhor também vai deixar.

SR. RODRIGO MELO OLIVEIRA: O artigo, ele também aborda a questão que a pessoa informa o endereço que ela considera seja o correto do *dekassegui* no Japão, a rogatória chega ao Japão, a pessoa não é localizada e a rogatória é imediatamente devolvida, sendo que as prefeituras lá, eles têm cadastros dos brasileiros, então falta, se fosse um pouquinho mais de esforço para tentar localizar, muitas dessas diligências teriam sucesso, ainda que fosse na segunda tentativa, com a obtenção de dados dos cadastros público do Japão.

Eu agradeço a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Bom, eu acho que na próxima Audiência Pública que vamos ter, quem sabe convidar esse Desembargador também, com o Dr. Rodrigo, o Dr. Aloysio, para a gente não deixar morrer o assunto, Senador.

Eu acho que V. Exa. tem razão, a gente tem que dar oportunidade daqueles que tem o conhecimento de fatos como os senhores, também poder nos escrever para a gente poder alimentá-los na busca de uma solução.

Pois não, doutor. Liga o microfone. Está ligado?

SR. DJALMA STRAUBE: Eu gostaria de acrescentar o seguinte: em conversa com o Professor Menezes, que é Vice-Cônsul da Alemanha, é um conhecido meu lá da cidade de Mogi das Cruzes, ele me informou que existe uma lista de controle consular em todas as embaixadas e consulados, que é mantida pela Polícia Federal, onde todos os brasileiros que têm alguma pendência com a Justiça brasileira, eles são impedidos de renovar passaporte ou seus documentos.

Seria interessante se houvesse a possibilidade desses familiares que...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor está falando da polícia alemã ou do cadastro da Polícia Federal brasileira?

SR. DJALMA STRAUBE: Isto, isto, do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Aqui tem, tem realmente.

SR. DJALMA STRAUBE: Então, o ideal que se houvesse a possibilidade desse familiar que está no Japão, que fosse citado por edital, já que é quase impossível citar ele lá no Japão, então quando ele fosse renovar alguma documentação, ele fica impedido de renovar o passaporte, ele simplesmente consegue um provisório.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Uma ideia para o Ministério da Justiça.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Uma boa ideia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): As rogatórias, serem cadastradas e mandar para o Japão, para entrar num arquivo que se o sujeito for pedir um visto, pedir um documento, um emprego novo, ele automaticamente é reconhecido e as providências da polícia japonesa poderão ser tomadas em favor do Brasil.

SR. DJALMA STRAUBE: Uma outra coisa que eu gostaria também, é o que acontece no Brasil, acontece em todas as colônias japonesas na América, em geral. Eu tenho conhecimento de uma peruana, que ela comentou o caso dela, disse que lá o que está acontecendo no Brasil está acontecendo lá.

Se através do MERCOSUL pudesse levar essa questão, também para auxiliar essa família, acho que seria interessante.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Hoje eu estou vendo até com muita alegria a divisão das comunidades brasileiras no exterior, e eles têm tido um trabalho excelente, eu acho que ela tem as virtudes de poder receber essas informações para poder agir.

Porque se nós deixarmos de informar ela não vai poder agir, porque ela não sabe o que está acon-

tecendo. Não é? Então, isso as autoridades têm que receber de alguma forma a informação para poder tomar qualquer tipo de providência.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Mas o que o Djalma está sugerindo eu penso que é mais um caminho.

Porque ele menciona, está mencionando oficialmente nessa Audiência Pública de que as informações que ele possui é no sentido, são no sentido de que o mesmo drama dos brasileiros acontece em outros países.

Então, esta Comissão pode enviar para a Comissão de Direitos Humanos do MERCOSUL, esse estudo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É que o Peru não pertence, mas pode mandar para os Direitos Humanos da ONU, da própria ONU.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Da ONU e da OEA, Organização dos Estados Americanos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): OEA, Organização dos Estados Americanos.

Quer dizer, levar esta situação, eu penso que isto reforça o pleito do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É verdade.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Então é uma questão de direitos humanos do Brasil, uma questão de direitos humanos do MERCOSUL--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Do Peru.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): --dos Estados americanos e da Organização das Nações Unidas.

Então nós podemos elaborar um documento dessa natureza, fruto dessa Audiência Pública, aprovarmos nas comissões, para que o Congresso Brasileiro envie e isto eu penso que é uma ideia, assim, que realmente deve ser aprovada, também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu peço a Secretaria que está cuidando dessa Audiência Pública que providencie a solicitação do Senador Flávio Arns.

Não havendo mais ninguém que queira fazer uso da palavra...

Pois não, o senhor ainda tem, pois não.

SR. ALOYSIO MARÉS DIAS GOMIDE FILHO: Obrigado Senador, só um breve comentário, porque houve, eu percebi que há uma discrepância bastante significativa entre os números que eu citei aqui e os números do Dr. Rodrigo, do artigo. Eu acho que esses números aqui, na verdade são as cartas rogatórias que

passam pela Embaixada e as outros passam diretamente entre as autoridades centrais.

E a segunda informação é o seguinte: o governo japonês está no momento de, no momento está alterando sua lei de migração, a lei de registros de estrangeiros também. E uma das mudanças mais significativas, entre várias, é que o estrangeiro no Japão, em princípio, se for aprovada, essa lei entraria em vigor em julho de 2012, o estrangeiro vai ter uma carteirinha diferente e com mais dados e ele vai ter de informar a uma autoridade central, ao invés, hoje em dia é provincial, ele vai ter de informar à autoridade central, qualquer tipo de mudança, ou seja, mudou de endereço ele tem que informar, sob pena de uma multa e então esse é uma... Isso vai...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mudar de emprego?

SR. ALOYSIO MARÉS DIAS GOMIDE FILHO: Emprego eu não tenho certeza, mas se mudar de endereço ou algum *status* migratório, o visto dele, alguma coisa assim, ele teria de informar.

E isso facilitaria a questão da localização, porque aí vai ter um registro dele, um endereço permanentemente, porque ele estaria sujeito a uma multa se ele não informar. Isso só a partir de julho de 2012.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ok. Não havendo mais quem queira usar da palavra, agradeço profundamente a presença dos senhores, acho que é um assunto importante, cumprimento V. Exa. pelo requerimento da audiência.

E acho que nós temos que dar continuidade a esse trabalho de assistência, principalmente aos estrangeiros, aos brasileiros que vivem no exterior, que estão sofrendo as consequências das crise e as vítimas também, as famílias que moram aqui, com o trabalho deles desenvolvido em outro país sem comunicação.

Agradeço a V. Exa., [ininteligível] juiz, o senhor doutor pelo Ministério, o senhor como cidadão que representa o grupo e a senhora também.

E dou por encerrada a sessão, agradecendo a presença também do Itamaraty, aqui, na nossa audiência.

Muito obrigado, senhores.

Sessão encerrada às 12h14.

ATA DA 16ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO.

Às dez horas e trinta e nove minutos, do dia vinte e oito de abril de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência do Senhor Senador (**José Nery**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores, membros da CDH, **José Nery, Magno Malta e Sérgio Zambiasi**. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. O Senhor Presidente abre os trabalhos, faz suas considerações acerca da maciça ausência dos Senhores Senadores membros da CDH, em seguida, passa a palavra ao Senador Magno Malta, que explana no mesmo sentido do Senhor Presidente acerca da ausência dos Senhores Senadores membros e fala, ainda, da importância de projetos constantes da pauta, que, infelizmente, não poderão ser votados por falta de quorum. **PAUTA. (REUNIÃO DELIBERATIVA). Item 01.** Não Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara Nº 79, de 2009**, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, (inclui nos currículos escolares dos estabelecimentos de ensino médio, conteúdo que trate dos direitos da mulher). Autoria: Deputada Alice Portugal. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 01 que apresenta. Resultado: **adiado. Item 02.** Não Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara Nº 168, de 2008**, que acresce parágrafos ao art. 120 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. (Dispõe sobre a supervisão da autoridade judiciária nas atividades de escolarização e profissionalização desenvolvidas pelas unidades sócioeducativas com adolescente em regime de semi-liberdade). Autoria: Deputado Antonio Carlos Biscaia. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Relatório: Pela aprovação da matéria. **Item 03.** Não Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara Nº 116, de 2009**, que acrescenta parágrafo único ao art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, dispondo sobre o procedimento a ser adotado pelos cartórios no atendimento às pessoas com deficiência visual. Autoria: Deputado Eduardo Barbosa. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria com a Emenda nº 01 que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 04.** Não Terminativo. Projeto de Lei da Câmara Nº 104, DE 2003, que assegura o gozo de licença-maternidade e licença-paternidade aos parlamentares e dá outras providências. Autoria: Deputada Sandra Rosado e outros. Relatoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatório: Pela Rejeição da matéria. **Item 05.** Não Terminativo. Ofício "S" Nº 5, de 2009, que encaminha ao Senado Federal expediente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do

Estado do Rio de Janeiro, em que oferece denúncia contra a Portaria Conjunta nº 1, de 2008, do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, Comarca de Angra dos Reis. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF). Relatoria: Senador Paulo Duque. Relatório: Pelo arquivamento da matéria. **Resultado: Adiado. Item 06.** Não Terminativo. **Sugestão Nº 4, de 2009**, que modifica a redação do § único do art. 38 e acrescenta § 9º ao art. 65, os artigos 93-A, 93-B, os §§ 3º e 4º ao artigo 113 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 – Lei de Licitações e Contratos, acrescenta o § 4º ao art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, acrescenta o inciso VIII ao art. 11 da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, e acrescenta o artigo 305 – A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal. Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Distrito Federal. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pelo acolhimento da matéria, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. **Item 07.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 277, de 2009**, que concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes na aquisição de cadeira de rodas por pessoas portadoras de deficiência física, reduz a zero as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes na importação e na venda no mercado interno desse produto e cria incentivo para as instituições financeiras oferecerem linhas de crédito especiais para sua aquisição. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 01 que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 08.** Não terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 479, de 2009**, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para incluir novo critério de escolha dos conselheiros tutelares. Autoria: Senador Valter Pereira. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação da matéria com as Emendas nº 01, nº 02 e nº 03 que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 09.** Não Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 552, de 2007, que acrescenta o art. 216-B ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para cominar a pena de castração química nas hipóteses em que o autor dos crimes tipificados nos arts. 213, 214, 218 e 224 for considerado pedófilo, conforme o Código Internacional de Doenças. Autoria: Senador Gerson Camata. Relatoria: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas nº 01 e nº 02 que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 10.** Não Terminativo.

Projeto de Lei do Senado Nº 238, de 2008, que altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviço para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou da fala. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 01 que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 11.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 369, de 2009**, que concede ao empregado responsável por pessoa portadora de deficiência ou acometida por doença que exija tratamento especial ausentar-se do serviço, sem prejuízo do salário, para os fins que especifica, e dá outras providências. Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senadora Patrícia Saboya. Relatório: Pela aprovação da matéria. **Resultado: Adiado. Item 12.** Não Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 570, de 2009, que destina percentual da arrecadação dos concursos de prognósticos, sorteios e loterias do Governo Federal para o Programa Nacional de Jovens – Projovem. Autoria: Senador Renan Calheiros. Relatoria: Senador Geovani Borges. Relatório: Pela aprovação da matéria. **Resultado: Adiado. Item 13.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 78, de 2006**, que estabelece punições para as violações às diretrizes e normas concernentes às pesquisas que envolvem seres humanos e determina a co-responsabilidade do pesquisador, do patrocinador e da instituição pela indenização devida aos sujeitos das pesquisas por eventuais danos ou prejuízos. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Jefferson Praia. Relatório: Pela aprovação da matéria. **Resultado: Adiado. Item 14.** Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara Nº 33, de 2009**, que dispõe sobre o tratamento preferencial aos idosos, aos portadores de deficiência e às gestantes em eventos culturais, artísticos, desportivos e similares. Autoria: Deputado Luiz Bittencourt. Relatoria: Senador Osvaldo Sobrinho. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 15.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 333, de 2009**, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para tornar obrigatória a disponibilização de cadeiras de rodas para idosos com dificuldade locomotora nas áreas destinadas ao atendimento e movimentação de passageiros e bagagens dos aeroportos. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatório: Pela aprovação da matéria com a Emenda nº 01 e nº 02 que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 16.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 216, de 2004**, que altera o

art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência. Autoria: Senador Álvaro Dias. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria, acatando a Emenda nº 01-CCJ, com alterações, na forma da Emenda nº 02 – Substitutivo – que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 17.** Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 738, de 2007, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para obrigar as empresas públicas e privadas fazerem as adaptações necessárias. Autoria: Senador Romeu Tuma. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 18.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 361, de 2008**, que modifica o artigo 41 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, com o escopo de garantir a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas existentes nos estacionamentos públicos e privados de todo o Brasil para os idosos, obrigando os proprietários dos respectivos estacionamentos à garantia de cumprimento da referida determinação e estende as pessoas portadoras de deficiências as mesmas garantias. Autoria: Senador Romeu Tuma. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 19.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 123, DE 2006**, que dispõe sobre incentivos tributários a linhas de crédito especiais para o atendimento às necessidades de pessoas com deficiência. Autoria: Senador Eduardo Azeredo. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas: nº 01-CAE, nº 03-CAE, nº 04-CAE, e da Emenda e Subemenda nº 01 à Emenda nº 02-CAE que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 20.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 24, de 2008**, altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a utilização de ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 01-CAS e a Emenda nº 02 que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 21.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 111, de 2008**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação da matéria, com rejeição

da Emenda nº 01-CE/2008 e aprovação da Emenda nº 02-CE/2008. E inclusão de outras duas Emendas que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 22.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 118, de 2007**, que altera dispositivos do Livro II, Título III, Capítulo IV da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para ampliar os períodos de prestação de serviços à comunidade e de internação, e estabelecer outras sanções ao adolescente infrator. Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatório: Pela aprovação da matéria. **Resultado: Adiado. Item 23.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 241, de 2008**, que altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas nº 01, e nº 02 que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 24.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 412, de 2008**, que altera a redação dos arts. 54 e 208 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senadora Marina Silva. Relatório: Pela aprovação da matéria. **Resultado: Adiado. Item 25.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 97, de 2009**, que altera o art. 134 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever que o Conselheiro Tutelar da Criança e do Adolescente que atuar em regime de dedicação exclusiva deverá ser remunerado e dá outras providências. Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do texto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado: Adiado. Item 26.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 456, de 2009**, que autoriza a União a celebrar convênios com entidades sem fins lucrativos para treinar cães-guia e destiná-los a pessoas com deficiência visual. Autoria: Senador Gim Argello. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas nº 01, nº 02, nº 03 e nº 04 que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 27.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 305, de 2008**, que dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos.

Autoria: Senador Marconi Perillo. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 28.** Terminativo. **Projeto de**

Lei do Senado Nº 338, de 2009, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever o direito de acesso público a informações sobre condenados por crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente, e dá outras providências. Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma da Emenda nº 1 (substitutivo) que apresenta. **Resultado: Adiado.** O Senhor Presidente encerra a reunião por falta de quorum. Fazem uso da palavra os seguintes senhores senadores José Nery e Magno Malta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, lida e aprovada no plenário desta Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Senador Magno Malta, a reunião foi convocada, todos os membros titulares e suplentes da comissão foram devidamente convocados, em razão de viagem, tem uma justificativa, pelo menos três membros da comissão, mas como a própria pauta de hoje prevê, temos 28 projetos em caráter Terminativo e Não Terminativo, bem como requerimentos a ser apreciados pela comissão, mas, infelizmente, não temos o quórum necessário, adequado, à apreciação de todos os projetos aqui nesta Mesa.

Quero chamar a atenção e denunciar a omissão quanto à participação dos senadores e senadoras dos diversos partidos na Comissão de Direitos Humanos.

É verdade que nós temos um fato grave que é o funcionamento de várias comissões simultaneamente aqui na casa, o que muitas vezes impede a plena participação dos senadores e senadoras nos trabalhos de todas as comissões.

No entanto, se nós verificarmos a presença assídua e permanente em pelo menos quatro comissões da casa, sobretudo, aquelas que lidam com questões relacionadas à Infraestrutura, Assuntos Econômicos, a CCJ, a Comissão de Meio Ambiente e Controle, Fiscalização da Administração Pública, nós verificamos uma presença muito permanente.

E quando aqui temos 28 processos, 28 projetos de lei, 28 proposições para serem analisadas na Comissão de Direitos Humanos e o Plenário está vazio,

essa pilha de processos aqui bem demonstra o descaso, o descompromisso com a questão dos direitos humanos.

Eu sei que dizer isso é muito forte, mas muito mais forte do que de dizer, do que dizer, é a realidade daqueles e daquelas que esperam por leis, por legislação, por atos do poder público, por decisões do Poder Legislativo, por decisões do Senado Federal em relação à garantia de direitos fundamentais.

Na semana passada o Senador Demóstenes Torres, quando de reunião em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça, denunciou a Comissão de Direitos Humanos como uma comissão engavetadora de projetos e de pronto lhe respondi, na mesma sessão, que se assim o for, se assim o é, é por puro descompromisso dos partidos, que aqui não têm trabalhado para garantir a presença de seus membros.

Portanto, se há omissão dos membros titulares e suplentes, que sejam ditos cada um dos nomes, quem é que está presente e quem não está, porque se os projetos estão parados na comissão, a culpa não é da Mesa dirigente que tem estado presente o tempo todo, em todas as reuniões, nas audiências públicas e, no entanto, não é isso que nós temos visto da maioria dos membros da comissão. É só fazer um levantamento para saber da presença, da ausência, das justificativas.

Portanto, em diálogo com o Senador Cristovam Buarque, Presidente dessa Comissão Permanente, sugeri em reunião anterior e reiterarei esta semana sobre a necessidade, Senador Magno Malta, de um pronunciamento no Plenário do Senado Federal, chamando a atenção de todos os líderes e de todos os partidos e de todos os integrantes dessa Comissão Permanente, para que possamos reunir com a devida regularidade, reunir e tomar as decisões que estão na nossa responsabilidade, para que não fique parecendo à sociedade e ao país, que na própria Comissão de Direitos Humanos eles sejam tratados com descaso, com omissão, com ausência.

Se tivermos que adotar providências regimentais, como a própria alteração do Regimento para que algumas comissões funcionem toda semana e outras possam funcionar alternadamente a cada 15 dias, ou outra forma de funcionamento, que possamos realizar sessão pela manhã ou sessões após o período de funcionamento do Plenário, à noite, se assim for necessário, que façamos as alterações e as adequações necessárias.

Mas o que não pode continuar, o que não pode permanecer é uma Comissão que trata de direitos

humanos e legislação participativa ser tratada desta forma.

Portanto, fiz questão de abrir a Reunião, expor estes argumentos para que fique devidamente registrado nos anais da comissão e do Senado Federal; o nosso pleito, a nossa exigência, que não é minha, é principalmente daqueles que querem ver projetos de seu interesse, interesse da sociedade, interesse da comunidade, interesse da causa dos direitos humanos, devidamente apreciados, discutidos e votados.

Quero ainda, Senador Magno Malta, me referir a dois temas relativos aos direitos humanos que estão sendo discutidos esta semana.

Primeiro, são dois julgamentos, um no âmbito da Justiça Comum, no Estado do Pará, o julgamento no próximo dia 30 do principal mandante do assassinato de irmã Dorothy Stang, trata-se do julgamento do Regivaldo Pereira Galvão, o "Taradão", lá de Altamira, fazendeiro que preside, coordena e articula o consórcio do crime na região da Transamazônica no Xingu.

Altamira, Senador Magno Malta, onde o senhor esteve presidindo lá uma Sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, e o senhor sabe como os direitos humanos naquela região têm sido tratados, e há exatamente seis anos... Exatamente há cinco anos, quando o consórcio do crime mandou matar uma missionária de 73 anos, que lutava pelo desenvolvimento sustentável, pelos direitos dos agricultores, dos sem-terra, naquela região.

Então no próximo dia 30, às 08 horas da manhã, no Fórum Criminal de Belém, será levado a júri popular o principal mandante do crime de irmã Doroti. E aproveito até publicamente para convidar V. Exa., Senador Magno Malta, se seus muitos afazeres, se essa sua tarefa tão extraordinária na defesa dos direitos de crianças e de adolescentes em relação às violações, crimes, de que tem sido vítimas, se V. Exa. pudesse estar comigo lá, junto com várias entidades da sociedade civil brasileira acompanhando esse julgamento; eu diria que tem um simbolismo fundamental porque é a possibilidade, de pela segunda vez, aí em 2010, colocar dois mandantes dos crimes no campo na Amazônia, especialmente no meu Estado do Pará, na cadeia, porque o primeiro deles, o "Bida", consorciado com Regivaldo, já foi condenado a 30 anos... Há 29... Há 30 anos de prisão há 15 dias atrás.

Outra questão, que também é um julgamento é o que... Outro julgamento, é o que ocorre hoje no Plenário do Supremo Tribunal Federal, relativo à extensão e o grau de alcance da anistia concedida em 1979, quando... Quando, segundo interpretação da OAB e de várias instituições da sociedade brasileira, não há como incluir na anistia, não há como permitir a anistia

àqueles que praticaram crime contra os direitos humanos, porque segundo a nossa própria legislação, são crimes inafiançáveis e são crimes imprescritíveis.

Portanto, Senador Magno Malta, faço referência a esses dois julgamentos, um na Justiça Criminal do Estado do Pará e o segundo julgamento do Supremo Tribunal Federal, sobre a extensão da anistia, da Lei da Anistia, que é questionado por vários segmentos da área de direitos humanos e entidades da sociedade brasileira.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta para suas considerações.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Bem rapidinho, Senador Nery. Eu comungo das suas agruras, estou aqui para lhe apoiar, porque estou acostumado a comandar reunião sem ninguém e estou acostumado a viajar sem ninguém, a fazer cruzada no Brasil de combate a criminoso e sem ninguém.

Mas registro que V. Exa. tem sido dos poucos que tem acompanhado a CPI da Pedofilia, que eu ouvi uma coisa do juiz de Arapiraca, dizendo que o Brasil não pode ficar órfão dessa CPI e que essa CPI é o maior bem que o Congresso Nacional ofereceu à sociedade nos último 20 anos.

Então, penso que a gente está prestando um serviço ao país, mas mesmo assim aqui, e não é só da Casa, veja que é de tudo, da mídia, de tudo, de tudo; veja que qualquer outra comissão, de Fiscalização, não sei o quê, Comunicação, não sei o que, está cheio de mídia lá, na porta e em tudo que é canto.

Mas você trata dessas questões e hoje, olha só que coisa, hoje eu ia relatar um dos projetos mais importantes para a vida brasileira do ponto de vista do cuidado da família, e para nós sairmos desse caos em que nós estamos metidos, vergonhoso de abuso de criança no país, que seria o banco de pedófilos.

O projeto da Senadora Marisa Serrano que eu fiz o substitutivo, a ser votado hoje nessa comissão para ir para o Plenário, e foi exatamente esse banco de pedófilos que ajudou os Estados Unidos a começar a mudar uma realidade de abuso de criança no país.

Portanto, não tem quórum, nós não vamos votar. É um dia a menos para o rosto de um pedófilo estar dentro da sua casa, no seu computador, e você que decide ir embora para São Paulo, trocar os filhos de escola ou mudou de serviço, ou passou no vestibular, adentrar ali e bairro por bairro, qualquer cidade do país saber onde é que mora um pedófilo, onde é que ele trabalha, quantas vezes foi preso ou onde é que pagou pena, qual é o histórico de abuso dele, para que você possa passar de lado e se decidir, perto da casa dele não matricular os seus filhos ou nem morar naquela rua. Uma decisão de proteção que a sociedade faz.

Lamento, lamento também profundamente. E registro também, quer dizer, eu já estou tão acostumado.

Aliás, quero falar com V. Exa. que às 14 horas tem Reunião da CPI da Pedofilia, V. Exa. puder estar comigo...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL PA): Aqui estarei, com certeza, às 14 horas em ponto.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Estava ligando aqui para outros senadores para gente poder fase uma quebra de sigilo, penso que mais de quatro mil perfis da Google hoje novamente e dizer ao Brasil que as quebras de sigilo que já passam de 25 mil, elas... A Polícia Federal tirou uma comissão especializada de delegados, uma comissão que trabalha agora diuturnamente focado só nessa questão, para que as operações aconteçam.

E à tarde eu vou, nós temos alguns requerimentos para serem votados e darei um relatório da passagem da CPI por Alagoas, no próximo final de semana, próximo retrasado, onde eu fiquei quinta, sexta, sábado e domingo, nunca vi tanta pressão na minha vida.

Mas lamento, Senador José Nery, e encerro a minha fala dizendo que essa história de direitos humanos é muito bacana para fazer discurso; discurso 'nego' fica nervoso, a veia do pescoço cresce, esbraveja, levanta os braços, mas na hora do pega para capar, irmão, na hora do vamos ver, tchau.

Eu estou acostumado com isso, "Eu chego amanhã", "Mando lhe buscar no aeroporto amanhã", aí chego e dou uma entrevista: "Não, está vindo mais fulano e fulano", fico três, quatro dias num canto só, não aparece ninguém.

Então, é assim mesmo, é assim que a banda toca. É insistir, até porque é ruim, porque não tem quorum para votar, se tivesse, pelo menos, quorum regimental com a lista, nós votaríamos.

Mas eu comungo com V. Exa. da sua agrura, do seu sofrimento, também fico chateado, porque penso que qualquer coisa é importante; asfalto é bom, guardar a nossa madeira é bom, fazer ponte é bacana, mas cuidar de gente é melhor. Cuidar de gente é melhor.

Porque, sem gente, o que é que adianta ter asfalto; sem gente, o que é que adianta ter ponte; sem gente que conversa é essa que nós vamos tomar conta da Amazônia, porque quem toma conta é a gente.

Então penso que as coisas são invertidas, são muito equivocadas. E eu comungo com V. Exa. da sua tristeza, das suas agruras e, na medida da minha possibilidade, até porque a demanda é absolutamente grande, mas conte comigo, vamos para frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL PA): Obrigado, Senador Magno Malta.

Quero fazer, por justiça, o registro de que há nesta comissão vários Srs. Senadores e Senadoras que comparassem regularmente. O Plenário, a Casa sabe, não precisa aqui nominá-los para não...

As nossas considerações, ela também não tem o sentido da generalização, mas a Casa sabe os que participam e os que aqui comparassem.

Hoje, por exemplo, só estão presentes o Senador José Nery, o Senador Magno Malta e o Senador Sérgio Zambiasi que aqui esteve mais cedo.

Alguns justificaram em razão de compromisso de audiência em outras comissões, mas o fato é que aqui tem prosperado a ausência e, em certa medida, a omissão.

Vou reiterar ao Senador Cristovam Buarque para que na próxima semana faça uma cobrança pública a todos os partidos e a todos os líderes no Plenário, e que nós possamos, Senador Magno Malta, lá estar para corroborar com esta cobrança.

Gostaria de indicar à Secretaria da Comissão a realização na próxima semana da reunião da Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Regularização e Acompanhamento da Regularização Fundiária na Amazônia legal.

Vou falar com os partidos para indicar os membros, pedir a indicação formal do Presidente Cristovam Buarque e aqui realizaremos, na terça ou na quarta-feira, em horário a ser definido, a eleição dos membros, a instalação e a eleição dos membros que irão dirigir a Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária na Amazônia legal.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 10h59.

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA; REUNIÃO REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia cinco de maio de dois mil e dez, no Plenário nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (Cristovam Buarque), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores: Paulo Paim, José Nery, Flávio Arns, Cristovam Buarque e Jayme Campos e

o não membro Eduardo Suplicy. Deixam de comparecer os demais membros. Pauta. Item Único. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 17, de 2010 – CDH, de autoria do Senador Cristovam Buarque, aprovado em 17/03/10, para “debater e comemorar os 100 anos da Política Indigenista, iniciada em 1910 pelo Marechal Rondon.” O Senhor Presidente abre os trabalhos, faz suas considerações acerca do tema e, em seguida, convida um indígena da etnia Kaiowá para iniciar a reunião com uma saudação espiritual. Em ato contínuo, chama para compor à mesa os seguintes convidados: Irânia Maria da Silva Ferreira Marques, Coordenadora Geral de Promoção dos Direitos Sociais, em representação a Márcio Augusto Freitas de Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Vereador Jeremias Pinita’Awe, do município de Campinópolis – MT; Wagner Tramm, Indigenista e Geógrafo Especialista em Gestão e Ordenamento Territorial da UNB e Azelene Kaingáng, Socióloga. EXTRAPAUTA. Item Nº 01. Requerimento Nº 30, de 2010 – CDH, que requer, nos termos do inciso II do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir a suspensão ou reformulação do Decreto 7.056, de 28 de dezembro de 2009, que extinguiu administrações regionais da FUNAI, bem como postos de atendimentos aos povos indígenas localizados nas aldeias. Não obstante, o decreto supracitado teria violado o artigo 6º da Convenção 169 da OIT e conseqüentemente o Decreto Legislativo 143, de 20 de junho de 2002, quando alterou as estruturas regionais de atendimento aos povos indígenas. Para tanto, sugerir que sejam convidados: Sr. Márcio Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Dom Erwin Käutler, Presidente do Conselho Missionário Indigenista, Bispo da Prelazia do Xingu; Azelene Kaingang, historiadora indigenista; Wagner Tramm, geógrafo, indigenista; Dra. Raquel Elias Dodge, Subprocuradora Geral da República e membro da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão – Índios e Minorias; Vereador Jeremias Pinita’Awe, representante da Comunidade Xavante; Carlos Pankararu, líder indigenista; Rafael Lopes Torres, Secretário de Controle Externo do TCU; e Ireó Kaiapó, liderança indígena. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Resultado: Aprovado. Item Nº 02. Requerimento Nº 31, DE 2010 – CDH, que requer, nos termos do inciso II e do art. 93 do Regimento Interno, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, destinada a homenagear todas as mães de filhos desaparecidos e violentados, representados pelas mães dos 6 (seis) jovens assassinados em Luziânia. Serão convidadas as mães dos 6 (seis) jovens para receberem as home-

nagens. Mães de jovens desaparecidos em Luziânia: Aldenira Alves, Mãe Diego Alves Rodrigues – 13 anos; Sônia Vieira Azevedo, Mãe Paulo Victor Vieira de Azevedo Lima, 16 anos; Valdirene Fernandes, Mãe de Flávio Augusto Fernandes dos Santos – 14 anos; Cirlene Gomes, Mãe George Rabelo dos Santos – 17 anos; Marisa Pinto Lopes, Mãe de Divino Luiz Lopes da Silva – 16 anos; e Maria Lúcia, Mãe de Márcio Lopes – 19 anos. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra os senhores Senadores Cristovam Buarque, José Nery e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e quatro minutos. Lavro, eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário da CDH, esta Ata. Lida e aprovada, ela será assinada pelo senhor Presidente e, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada sem revisão desta reunião, publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia. Bom-dia a cada um e a cada uma. Quero agradecer a presença de todos que aqui estão nessa reunião que nós convocamos, já faz alguns meses, com a finalidade de “Comemorar os 100 anos da Política Indigenista no Brasil”. Obviamente, comemorar e analisar.

Faz 100 anos que ela começou com o Marchou Rondon e, depois de 100 anos, acho que temos muito a comemorar, e temos coisas a corrigir e alguns equívocos até a relembrar. Então hoje nós vamos comemorar isso.

Eu sei perfeitamente de que há, hoje, um problema na FUNAI, nas relações com alguns grupos indígenas, com alguns grupos sindicais da própria FUNAI, e essa comissão não se nega a analisar isso. Por isso, eu próprio vou tomar a iniciativa, hoje, de convocar uma audiência nova, o mais rápido possível, talvez até já na próxima semana, se for possível, para discutir pura e simplesmente a situação da reforma em andamento da FUNAI. Inclusive, chamando aqui representantes da FUNAI, representantes indígenas, funcionários da FUNAI, tanto aqueles que venham pela Associação de Funcionários, como outros que tenham o que dizer e tenham o que reclamar, que essa comissão tem que ser aberta a todos. Então nós faremos uma sessão para discutir a situação da reforma da FUNAI.

Eu sei que há um grupo indígena aqui, eu tenho conversado com o Carlos – onde está ele? Ele esteve aqui comigo; está aqui -, eu conversei com ele algumas vezes por telefone e nós vamos fazer, Carlos, essa reunião o mais rápido possível para aproveitar que vocês estejam aqui. Nós não queremos desmobilizar vocês para fazer uma reunião depois e vocês terem de vir

aqui; ou então a gente fazer sem vocês. Eu não quero isso. Eu quero com vocês. Por isso, vou tentar fazer, na próxima semana, ou no máximo – ele está olhando a data -, em oito a dez dias a gente faz essa reunião para discutir as reivindicações de vocês. Já deveríamos ter feito isso há mais tempo – isso é verdade -, e para discutir todos os problemas que estejam dentro dessa reforma da FUNAI.

Hoje, eu quero comemorar os 100 anos da Política Indígena. Por isso, eu vou convidar, primeiro, os convidados que vieram – alguns não vieram -, no momento em que eu declaro aberta a Audiência Pública no termos do Requerimento nº 17, de 2010, de minha autoria, para “*Debater e Comemorar os 100 anos da Política Indigenista, iniciada em 1910 pelo Marechal Rondon*”.

Eu chamo a Irânia Maria da Silva Ferreira Marques, que é Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos Sociais. Ela vem representando a FUNAI; o Jeremias Pinita’Awe, que é vereador em Campinápolis [palmas], com quem eu já fiz até... Eu já o entrevistei e publiquei no meu jornalzinho. Só esses dois vieram.

O Rafael Lopes Torres está aqui, vai ficar à disposição para qualquer dúvida, mas eu quero desde já incluí-lo na lista dos que virão debater a situação atual, ou seja, na próxima audiência.

Hoje, nós temos esses dois e, obviamente, o Senador Nery, que é um defensor de todas as causas de direitos humanos e grande defensor das causas indígenas, até como representante do Estado do Pará, um Estado onde o assunto indígena... Todo mundo fala o problema indígena. É errado dizer isso. É o assunto indígena, não é o problema indígena – em que o assunto indígena é tão importante lá no Pará. Ele está conosco, inclusive vai presidir a sessão num certo momento, porque eu tenho que sair para ir a uma sessão na Comissão de Defesa Nacional e Relações Exteriores, onde há um grupo de parlamentares de outro país visitando.

Então eu quero, antes de qualquer coisa, dizer nessa abertura que esse é um País com uma imensa dívida com os povos nativos dessa área. Esse é um País que se formou ocupando terra que já tinha dono. Passou-se a ideia para as crianças brasileiras de que esse era um território vazio quando aqui chegaram os portugueses. Esse era um território ocupado, com dono, que cuidava bem dessa terra e que vivia bem aqui. Esse povo, que era dono dessa terra, 510 anos atrás, foi expulso das suas terras, foi escravizado pelos que chegaram e, ainda mais grave, foi quase que exterminado no processo de colonização que aconteceu no Brasil.

O Brasil não tem direito de esquecer a sua história, inclusive esse lado que nos deve envergonhar, que é a maneira como durante 500 anos tratamos os povos indígenas como se fossem pessoas contra a Nação Brasileira que se formava naquela época, como se não tivessem a propriedade desse território, como se não tivessem um estilo de vida que deveria ser respeitado. Chegamos ao ponto de fazer com que a palavra, que significa quem é da selva, virasse quem é ruim. Passaram a ideia de que ser selvagem, ou seja, ser da selva, é uma coisa ruim, quando na verdade se a gente fosse realmente ver onde é que está a maldade, a gente ia ver que ela está muito mais nas cidades de que na selva. A cidade tem muito mais maldade de que a selva. Mesmo assim, a gente passou essa ideia falsa ao longo da história do Brasil de que quem é da selva não é bom.

Há 100 anos tentou-se olhar diferente para os povos indígenas, mesmo assim de uma maneira tímida, porque passou-se a ideia de que o papel da Política Indigenista era absorver os indígenas na cultura dos brancos, na cultura moderna, quando na verdade o papel de uma Política Indígena é conviver com a população indígena, respeitar a população indígena, entender a cultura indígena. E nós passamos a ideia ao longo dessa história toda, inclusive nesses 100 anos, com exceção, claro, de alguns bons indigenistas e alguns bons presidentes da FUNAI que tentaram entender que o papel da Política Indigenista é conviver com os povos indígenas, inclusive aqueles que se incorporaram, com todo o direito, a essa vida da civilização branca, capitalista, ocidental, que chegou aqui em 1500, depois de 40 mil anos de ocupação de povos indígenas no continente latino-americano.

Então eu quero dizer que a gente que comemorar em relação aos primeiros, que foram muito piores, mas não temos o que comemorar totalmente quando a gente analisa o que deveria ter sido e o que deveria ser ainda hoje a nossa relação com os povos indígenas. Nós ensinamos errado às nossas crianças brancas a história do Brasil, esquecendo que a história do Brasil começou muito antes desses pouquinhos 500 anos de cultura dos europeus aqui, esquecendo que a vida dos povos indígenas não era uma vida negativa, ruim. Era uma vida casada com a natureza e irmanada entre os índios. Foram os brancos que quebraram essa irmandade e foram os brancos que quebraram a relação saudável com a natureza. Mesmo assim há uma realidade: um País que tem hoje quase 200 milhões de habitantes, onde aqueles que são indígenas representam a minoria, ainda que na maioria de todos nós haja o sangue indígena.

Nós estamos aqui, portanto, para comemorar e analisar esses 100 anos. Mas pelo respeito à cultura, como eu falei, para ser coerente, eu não posso começar apenas falando. Eu quero começar com o respeito a vocês, respeito obviamente de tê-los aqui, isso é o óbvio, mas também respeito de convidar a um representante de vocês, que não foi escolhido, ele se ofereceu – se houver outros que quiserem fazer o mesmo eu também aceito –, que se ofereceu para vir aqui fazer uma saudação espiritual – não uma fala, a fala é outra coisa para depois –, para vir fazer uma saudação espiritual.

Eu chamo, por isso, o Naderu(F) Getúlio, que é um guarani-caioá, para que ele venha fazer uma saudação espiritual. Eu não sei se ele precisa vir aqui ou quer fazer de lá. Ele vem aqui.

Quero cumprimentar o Senador Jayme Campos, que está aqui, também representante de um estado onde o assunto indígena é muito presente e que também, provavelmente, na hora vai fazer a sua apresentação sobre os 100 anos.

Eu falei aqui, Senador Jayme, que nós vamos hoje comemorar os 100 anos da Política Indigenista e seus problemas e vamos fazer uma outra sessão, uma outra audiência para discutir o problema da reforma da FUNAI. Não está em discussão hoje, mas aqui há um grupo de índios que estão acampados e eu quero aproveitar a presença deles ainda aqui na cidade para que eles venham dizer o que eles acham da reforma da FUNAI; eles e os representantes da FUNAI também e outros.

Eu quero, então, agradecer e passar ao Naderu(F) Getúlio, que faça a sua saudação espiritual neste momento.

[canto e toque de instrumentos indígenas]

[palmas]

SR. NADERU(F) GETÚLIO: [pronunciamento em língua indígena].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (POR INTÉRPRETE): Essa reza é para dar boas-vindas e trazer sabedoria para resolver os problemas. E a permissão para as autoridades competentes que podem mudar essa situação. É isso. É um documento para entregar às autoridades.

[palmas]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Exmo. Cristovam Buarque...

[pronunciamento em língua indígena].

Nós estamos aqui pedindo a todos os Parlamentares aqui presentes, tanto da bancada do Estado do Pernambuco e aos demais do Brasil. Nós da Comunidade Xucuru, dos aldeados do Estado do Pernambuco e demais lideranças das etnias Kapinawá, Atikum,

Fulni-ô, Tuxá, Pankararu, Pankará, Kapinawá, da Reserva Yámana(F), aqui está presente o Cacique Diatikun Javaci(F), é revoltante a gente saber que nós deslocamos, Sr. Senador, dois dias e meio de viagem para estar aqui. Mais revoltante ainda que esse Decreto 7056, de dezembro, esse decreto não respeitou a Convenção 169. Informo ainda que era para ter consultado as comunidades indígenas e isso não foi cumprido.

O Presidente da FUNAI fala do fechamento de 24 administrações, onde no Estado do Pernambuco tem 11 etnias, 42 mil índios, é a terceira maior população do País, do Brasil. Informo, ainda, que o Presidente da FUNAI, ele alega o fechamento das administrações por questões de corrupções, por questões de administrações, por questão de recursos. Informo, ainda, que na região do Estado do Pernambuco foi feito duas auditorias e duas sindicâncias e nada foi comprovado. Ele alega que vai criar várias coordenações técnicas. Eu faço aqui, falando para o meu avô, que com o desgosto desse decreto, faleceu. É revoltante os nossos postos indígenas que estão sendo 'desacobertados' e ele dizendo que vai fazer uma coordenação, uma coordenação local, aonde nossas áreas são complicadas, com os latifundiários, posseiros e as nossas riquezas e os nossos minerais. Saibamos nós que tem a transposição do Rio São Francisco. O Presidente da República, ele nos traiu, principalmente ele, que é do Estado do Pernambuco, e ele é de Garanhuns. Saibamos nós também que o Presidente da FUNAI está utilizando as ONGs para custear as despesas, tá, para tentar desarticular os movimentos indígenas. No mês de janeiro, quando nós estivemos aqui com 400 indígenas, com representações legais, informamos ainda que essas lideranças que vieram, tivemos reunião com o Presidente da FUNAI, a primeira reunião teve ata. Na segunda reunião não teve ata, porque nós fomos para a nossa aldeia. Não aceitamos que um presidente desse, que diz que é um antropólogo, está acabando com o nosso povo e com a nossa comunidade do Brasil.

De antemão, nós estivemos no Tribunal de Contas, que o próprio Presidente da FUNAI fala que o fechamento é do conhecimento do Tribunal de Contas. Estivemos com o Sr. Felipe no Tribunal de Contas, ele falou que o Presidente da FUNAI estava equivocadamente errado, que estava mentindo, que ele falou que nessa Audiência Pública ele ia mandar um representante, como aqui tem o representante da OIT. Informo, ainda, que é revoltante nós estarmos num acampamento e o próprio Ministro da Justiça mandar uma pessoa ali me chamar para dizer para a gente sair de lá e ir para um hotel. Para que nós queremos hotel? Para que nós queremos alimentar da FUNAI? Porque

depois ele vai dizer que nós 'se vendemos' e estamos aceitando esse decreto.

E outra coisa: o mais revoltante disso é que nossas comunidades não estão sabendo aonde recorrer os nossos direitos, porque os nossos direitos, aqui nessa Casa, estão sendo violados.

Então demais lideranças que estão aqui presentes no acampamento, vou repassar aqui para o nosso amigo, representante legal dos índios lá da região do Maranhão, Guajajara, e ele, como advogado, ele vai repassar a situação das formas que está acontecendo. E só para esclarecer, em questão de tempo, e até em questão de ordem, nós não aceitamos...

[pronunciamento em língua indígena].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento em língua indígena].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nós não aceitamos a questão do Presidente da FUNAI querer dizer que esse decreto... Que isso é a pior 'traíagem' que aconteceu com a comunidade indígena. Isso é nepotismo que o Presidente da FUNAI está fazendo.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu tenho--

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento, um momento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só uma questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Deixa eu falar primeiro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Primeiro que nós não viemos aqui para 100 anos, não. Não viemos comemorar nada, porque quem está debaixo de uma lona lá mais de quatro meses ali--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Posso falar?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: --e está respondendo processo lá no Sul pela mobilização que nós fizemos, hoje nós--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem, eu vou falar. Posso falar?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu, representante da [ininteligível], me retiro. Me retiro, se tiver alguém que quiser se retirar, porque nós não estamos aqui para comemorar 100 anos, não.

[palmas]

[tumulto]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Se você me tivesse--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ou nós discutimos o decreto hoje... Ou nós discutimos o decreto hoje...

Jeremias, me escute, Jeremias.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu fui falar com ele sobre isso.
[falas sobrepostas]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Você faz um discurso muito bonito. Você faz um discurso muito bonito e depois você vai lá no Ministério da Justiça negociar com o Presidente da FUNAI. Não faz isso, está certo?

Então ouça. Não viemos aqui para discutir 100 anos, não. Nós viemos aqui discutir o que está acontecendo com esse decreto, esse decreto que está dizimando o nosso povo, porque está vendendo o território brasileiro.

[palmas]

[tumulto]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento, um momento, espera aí. Eu lhe dei a palavra, eu lhe dei a palavra. Eu vou falar. Eu vou propor exatamente o que ele propôs. Eu vou propor isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O senador vai propor, primeiramente, isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento. Deixa ele sair, talvez ele queira se retirar, não? Mas ele disse que queria, ele é livre para isso.

Vocês viram que eu me levantei para falar com o nosso vereador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pode continuar, senador, vamos lhe ouvir. [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Exatamente para saber se a gente faz – que eu acho que não seria tão bom –, debater a questão da FUNAI hoje sem ter outros grupos aqui, sem ter pessoas aqui que poderão dizer assuntos, como resolver isso, aí acaba essa reunião e não vamos ter outra; e nem teremos outra para fazer a comemoração. Ou, se a gente faz a comemoração hoje – e já está aqui o requerimento que eu assinaria: *“Requeiro, nos termos etc., etc., uma Audiência para discutir o decreto que extinguiu a administrações regionais da FUNAI, bem como os postos de atendimento aos povos indígenas localizado nas aldeias. Não obstante, o decreto supracitado teria violado o art. 6º da Convenção 169, da OIT e, conseqüentemente, o Decreto Legislação 143, de 20 de junho, quando alterou as estruturas regionais de atendimento aos povos indígenas. Para tanto, nessa nova audiência convidaria: representante da FUNAI, Dom Erwin Käutler; a Indigenista Historiadora,*

Azelene Kaigáng; Wagner Traumm, que é Geográfico; a Dra. Raquel Elias Dotti(F) e o Carlos Pankararu”, ou outros nomes que vocês indiquem.

Então a gente poderia--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [0:25:23]: Tem o Humberto Xavante.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Humberto. A gente faria--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [0:25:27]: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Conselho de Liderança Indígena. Então a gente faria uma reunião com todas essas pessoas. Vocês já estão aqui há quantas semanas?

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento, um momento, um momento. Eu fiz uma pergunta. Vocês estão aqui há quantas semanas?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [0:25:45]: Senador, nós estamos aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento. Quatro meses.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Espera aí, um momento, deixa eu concluir. Estão há quatro meses. Aí eu pediria que ficassem – se vocês quiserem fazer desse jeito – ficariam mais uma semana ou dez dias. Se vocês não quiserem, se vocês preferirem fazer hoje, eu suspendo a comemoração e a gente faz hoje. Mas vocês não vão ganhar muito com isso, porque a gente não vai ter as outras pessoas, porque eu não vou ficar o tempo todo, porque eu vou ter que sair ao meio-dia.

Então, agora, eu ponho aqui em discussão. São os líderes que decidem ou a gente põe em votação? Como é que é? Entre os indígenas. Aqui tem outras lideranças que não estão presentes, que eu gostaria de ouvir também. Então eu pergunto, não estou nem apelando, nem propondo, eu apenas pergunto--

SRA. THEREZA ALENCAR: [0:26:30]: Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento, para especificar a minha pergunta. Vocês querem que a gente, hoje, já discuta o assunto da FUNAI e aí a gente não vai conseguir resolver nada – essa é a verdade. Porque aqui não estão todos, porque aqui não vai ter resposta dos problemas, porque a representante da FUNAI não veio falar disso, ela não vai falar sobre isso, ela vai falar sobre o que eu a convidei, que são os 100 anos, mas se vocês preferirem a gente cancela a outra au-

diência, porque duas não dá. A outra eu vou fazer de comemoração, então.

Eu adio a da comemoração e faço hoje essa que vocês querem. Ou vocês preferem – os que quiserem assistir, assistem a comemoração. Os que não quiserem, como ele mesmo disse, não precisam assistir -, e a gente faz outra daqui uma semana.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [0:27:15]: Senador, senador, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O que é que vocês preferem? Eu vou passar a palavra.

Agora, antes eu quero convidar... Eu quero convidar o Dom... Quero convidar para a Mesa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador, me dê licença de dar uma palavra, que aí a gente ouvia o senhor?

SRA. THEREZA ALENCAR: Senador, foi acertado com a assessoria da Comissão de Direitos Humanos--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero convidar.

SRA. THEREZA ALENCAR: --que hoje essa Audiência Pública seria--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero convidar o Dom Erwin Käutler para vir para a Mesa.

[falas sobrepostas]

[tumulto]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento, vamos ouvir aqui o Carlos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [0:27:50]: Senador, aqui eles não estão, realmente, todas as tribos. Sabe por que, senador? Senador, a FUNAI estava falando isso para o senhor, que aqui não estão todas as tribos. Agora, eu pergunto, senador, para--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Você quer que faça hoje ou não a--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, eu só quero fazer uma pergunta para o senhor: que a FUNAI exponha, já que ela está falando para o senhor que aqui não estão todas as lideranças, mas de muitas tribos tem várias pessoas e na CNPI é uma pessoa só de região, não é nem de tribo. Então aqui fala muito mais alto os que estão aqui. E não vem para cá porque não tem dinheiro financeiro para bancar as vindas deles para cá.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A sua posição é fazer hoje a reunião ou a gente faz para discutir o problema--

[falas sobrepostas]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [0:28:31]: Então nós fazemos hoje.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Cristovam Buarque?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Aí não faz na próxima semana. Não vai adiantar muito, viu?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Espera aí só um minutinho, por favor. Na próxima semana... Parente, Parente, entenda. Olhe, nós conseguimos na região do Estado do Pernambuco fazer vários manifestos na assembleia pública diante do Governo do Estado de Pernambuco. Informo ainda, Sr. Senador, olhando para os seus olhos e dizendo bem a verdade: a região do Estado do Pernambuco tem uma representação, sim, da CNPI, mas não foi consultada pelas 11 etnias do Estado do Pernambuco.

Informo, ainda, que é uma falta de respeito, e até de ética, o próprio servidor da FUNAI questionar que aqui não tem lideranças tradicionais, certo? E informo ainda--

[falas sobrepostas]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA [0:29:20]: A FUNAI é contra o indígena, a FUNAI é o primeiro órgão contra todos nós.

[falas sobrepostas]

[tumulto]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Parente, Parente, Parente?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não discutam isso. Eu quero saber: a gente faz hoje ou não a reunião?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Faz outra audiência, mas com representações--

[falas sobrepostas]

[tumulto]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Os demais não estão presentes... É para fugir mesmo. É para fugir mesmo do problema.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, questão de ordem, por favor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [0:29:57]: Senador?

[falas sobrepostas]

[tumulto]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Peça de lá para todo mundo ouvir. Eu vou lhe dar a palavra, é que eu preciso todo mundo ouvir.

SRA. THEREZA ALENCAR: [0:30:06]: Eles não querem--

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Companheiras e companheiros--

[falas sobrepostas]

[tumulto]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA [0:30:06]: Olha, com isso nós não vamos ganhar, porque eu sou uma indígena Pareci do Estado do Mato Grosso. Eu não luto só pelo meu povo também. No entanto, eu estou com um monte de documento para estar encaminhando, e hoje, sem o Presidente da FUNAI, nós queremos, através desse senador, Presidente da FUNAI junto.

[palmas]

[tumulto]

SRA. THEREZA ALENCAR: Pois é, que dia ele vai comparecer? Ele nunca pode comparecer. Nunca, ele nunca pode comparecer. Qual é o problema?

[falas sobrepostas]

[tumulto]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Presidente da FUNAI nunca vem.

[falas sobrepostas]

[tumulto]

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Deixa eu ouvir aquela moça. Pode falar.

SRA. THEREZA ALENCAR: Senador?

[falas sobrepostas]

[tumulto]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A palavra está com ela lá atrás, por favor. Fale.

SRA. THEREZA ALENCAR: Senador, o ideal seria que hoje se discutisse o Decreto 7056, porque os índios estão encampados aqui já tem quatro meses, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu acho que o microfone não está ligado.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Presidente?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Senador, veja bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Espera aí, nós estamos ouvindo uma pessoa ali [soa a campainha]. Por favor, fale alto no microfone. Você, fale!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu vou falar.

SRA. THEREZA ALENCAR: Senador Cristovam?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador, eu quero me manifestar agora, tá?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento, agora é com ela a palavra. Como é o seu nome?

SRA. THEREZA ALENCAR: Senador, o meu nome é Thereza Alencar, eu sou da Executiva do SINDSEP-DF, sou servidora do quadro de servidores da Fundação Nacional do Índio.

O que está ocorrendo é o seguinte: desde que saiu o Decreto 7.056, no dia 28 de dezembro de 2009, os índios vieram para Brasília e estão acampados há quatro meses ao lado do Ministério da Justiça. Os índios que estão em trânsito aqui, a FUNAI não está dando alimentação, está sendo de uma dificuldade para mantê-los aqui em Brasília. O que nós pedimos para a assessoria do senhor foi que hoje fosse discutido o Decreto 7.056 devido às condições que os índios estão aqui. Não tem condição dos índios protelarem mais isso por uma semana. Então nós estamos pedindo, inclusive a gente cria a presença do Presidente da FUNAI aqui, porque ele não foi na Audiência na Câmara dos Deputados e está se negando a vir aqui no Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não, não porque hoje ele foi convidado para comemoração dos 100 anos, não foi para discutir o assunto de vocês.

SRA. THEREZA ALENCAR: Não, mas da outra vez também ele não veio.

[falas sobrepostas]

[tumulto]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Fui eu que mandei o convite.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador?

[falas sobrepostas]

[tumulto]

SRA. THEREZA ALENCAR: Comemorar o quê? Desrespeito, massacre, estupidez para com os indígenas? Comemorar o quê?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador, eu quero me manifestar.

[falas sobrepostas]

[tumulto]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está com você.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Essa não é a primeira vez que ele não vem para a audiência.

SR. JEREMIAS PINITA' AWE: Parente, eu quero me manifestar agora. Eu sou o Jeremias, vereador do Mato Grosso, Xavante. O que o Parente disse aqui não é verdade. Eu sou lutador e eu sempre estou a favor do meu povo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Você é a favor do decreto ou é a favor do Presidente?

SR. JEREMIAS PINITA' AWE: Eu sou contra o decreto, é isso que eu vou falar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Então você está com a gente.

SR. JEREMIAS PINITA' AWE: Eu sou contra.
[palmas]

SR. JEREMIAS PINITA' AWE: Quem está me julgando agora precocentemente, está errado.

[falas sobrepostas]

[tumulto]

SR. JEREMIAS PINITA' AWE: Nós, do povo Xavante, somos contra, contra o decreto. Então escuta. Me escuta, por favor. Eu sou vereador. Eu quero dizer a todos vocês, meus companheiros indígenas de todo o Brasil: 95% está prejudicado, todo mundo. O meu povo está morrendo à míngua. Portanto, nós queremos dizer às autoridades competentes que suspendam esse decreto para que nós discutamos com os senadores, com o próprio Presidente da FUNAI e, por que não dizer, com o próprio Presidente da República, porque com índio não se brinca. Por isso estão aqui os Caciques Xavantes para dizer isso. O Presidente da FUNAI está sempre fugindo, realmente. Nós queremos que ele sente aqui.

[palmas]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Cadê ele?

SR. JEREMIAS PINITA' AWE: Nós queremos que ele explique por que é que ele fez esse decreto sem ouvir as nossas lideranças do País, porque nós sabemos que a Convenção 169 diz que qualquer decisão, seja o governo, seja privativo, primeiramente tem que consultar os indígenas do País. É isso que faltou, minha gente, por isso que eu vim aqui. Porém, eu me surpreendi também quando o senador disse que vamos comemorar simplesmente 100 anos. O que é que nós vamos comemorar? Nós não temos realmente, nós não temos.

[palmas]

Porém, nós temos que organizar, vamos vencer organizadamente, civilizadamente agora.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Xavante, Xavante, só um minutinho.

SR. JEREMIAS PINITA' AWE: É isso que nós queremos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Xavante Jeremias, com todo respeito que eu tenho à sua pessoa--

SR. JEREMIAS PINITA' AWE: Por isso que eu quero pedir como liderança, como vereador, vamos organizar melhor, vamos trazer as lideranças do País, as lideranças de peso para a gente resolver uma vez por

todas esse problema nosso, porque a FUNAI é nossa. Lá na FUNAI, viu senadores, estamos sendo impedidos, intimidados pela Guarda Nacional. Onde já se viu isso? Nem o governo militar fez isso conosco.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Certo, Xavante.

SR. JEREMIAS PINITA' AWE: Hoje, o governo civil está nos fazendo isso, viu senadores? Vejam isso. O governo militar pelo menos respeitava as lideranças. Hoje, não. Hoje, nós não somos respeitados. Isso que é a verdade.

Então, por isso, eu peço a vocês, meus companheiros, vamos organizar.

[palmas]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só fortalecendo--

SR. JEREMIAS PINITA' AWE: Vamos marcar com ele aqui, vamos amarrar o dia certo para a gente voltar aqui e resolvermos de uma vez por todas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Parente?

SR. JEREMIAS PINITA' AWE: O Senador Jayme Campos, que é do nosso estado, está aqui para nos ajudar. O Senador Eduardo Suplicy está aqui para nos ajudar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Parente Xavante, só fortalecendo--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pernambucano, você quer falar--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só fortalecendo a sua palavra, só fortalecendo -- só um minutinho -- sabe o nosso Parente que nós somos unidos, certo, nós somos um povo só, nós somos um sangue só.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso mesmo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu quero mostrar para o Governo Brasileiro que nós, índios, somos pacíficos, nós índios sabemos conversar, nós índios temos as nossas bases.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso mesmo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E de antemão te falo uma coisa: nós queremos sim o que é bom para nós. Se os nossos deputados e outros parlamentares, como o nosso amigo Senador Cristovam Buarque, acha melhor uma nova data, mas que essa nova data, sim, que venha fortalecer para derrubar esse decreto--

SR. JEREMIAS PINITA' AWE: Que venha o Presidente da FUNAI para cá. Não se acovarde o Presidente da FUNAI.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: --o Presidente da FUNAI, e fortalecendo mais ainda, o Ministro da Justiça, o Ministro da Justiça, se ele assumir o Ministério da Justiça, como ele fala que quer fazer um trabalho sério dentro do Ministério da Justiça, com certeza ele

vai falar ao Presidente da República para derrubar esse decreto.

SR. JEREMIAS PINITA' AWE: Isso mesmo [ininteligível]. Companheiros, vocês concordam?

PLATEIA: Concordamos.

[palmas]

SR. JEREMIAS PINITA' AWE: Então está bom. Então vamos marcar aqui, vamos amarrar agora, por favor.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes eu vou dar a palavra--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não seja convidado, mas convocado, senão ele não vem aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas antes eu vou dar a palavra ao Wagner Tramm, que eu tinha convidado, e quero convidar a Azelene.

SRA. AZELENE KAINGÁNG: Já estou aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Já está? Já vi, obrigado. Professor Wagner.

SR. WAGNER TRAMM: Em primeiro lugar eu quero agradecer ao convite do senador, à Mesa, aos senhores, meus amigos indígenas, e aqui para poder exercer o papel de indigenista, porque estamos tratando da comemoração de 100 anos, como disse o senador, de 100 anos [ininteligível]. Eu não tive essa sorte, talvez.

Então, na qualidade de indigenista, de servidor da Fundação Nacional do Índio há 28 anos, eu quero dizer para o grupo maior que está aqui, que eu trabalhei cinco anos e morei na aldeia com eles, é o grupo Guajajara, que conforme conversamos e eu me propus a exercer essa atividade de indigenista, que é a atividade de mediar as relações entre a sociedade indígena e o Estado Brasileiro.

Quero dizer, então... [pronunciamento em língua indígena].

Aos Xavantes [pronunciamento em língua indígena].

Aos Caiapós que estivessem aqui que [pronunciamento em língua indígena] e a todos os outros, mas gostaria de fazer uma proposta ao senador porque desde cedo estou aqui no gabinete, desde ontem também tentando e já comunicando essa insatisfação para que pudéssemos ter aqui uma audiência pacífica, da forma que se pretende, e com o objetivo que nós queremos alcançar.

Então nessa qualidade aqui de indigenista eu gostaria de pedir a vocês, antes de fazer uma consideração: para se comemorar 100 anos de indigenismo

deve se convidar indigenistas. O Presidente da FUNAI não é indigenista.

[palmas]

A senhora Irânia nunca morou numa aldeia, não conhece o que é índio. E na qualidade de coordenadora de promoção social nega comida aos índios. Os índios na FUNAI comem em pé um marmite, não tem uma mesa e dormiam no chão.

Mas volto à proposta do senador no sentido de a gente resolver esse impasse aqui. Então o senador propôs uma nova Audiência para discutir o decreto. Eu falaria a vocês o seguinte e proponho a vocês um compromisso aqui de a gente seguir com a comemoração falando de indigenismo, desde que o pedido do senador não seja para discutir o decreto, mas tal qual o encaminhado na Câmara para sustar o decreto que viola a Convenção 169, viola a Constituição Brasileira, atenta contra a soberania nacional, porque os senadores e representantes dos estados sabem muito bem dos conflitos e do que vai passar a ocorrer nos municípios. E que eu espero, no papel de indigenista, controlar isso aqui, para que não ocorra o que ocorreu na FUNAI, que é o vídeo documentário que nós estamos lançando aqui, que é o vídeo documentário chamado "O Decreto Sangrento", porque com a edição desse decreto o Presidente da FUNAI jogou índio contra índio e o sangue rolou no chão da FUNAI, o sangue rolou no chão da FUNAI como se nós tivéssemos em Kosovo. Quer dizer que o estado que tem o papel de mediar as relações é o formulador de conflitos? E nós vamos falar da comemoração dos 100 anos. E aí eu proponho a vocês acatarem isso, apresentando ao senador esse pedido, de que inclua não um pedido de discussão do decreto, mas um pedido que suste esse decreto antes que mais incidentes ocorram no País e mais problemas passamos a ter. Não é à toa que os índios agora estão batendo em todas as portas, porque as portas da FUNAI estão fechadas para os índios. O lema de Rondon: "Morrer se preciso for, matar nunca", está soterrado [palmas].

Bem iniciou o senador quando disse aquilo que Mário Juruna já havia dito grande perguntaram a ele se ele era selvagem. Ele disse: "Eu sou da selva, mas eu não sei o que é que é selvagem, porque lá na selva a gente não mata para estuprar, não mata para roubar. Aqui na cidade se mata para estuprar, se mata para roubar, se mata para se eleger, se mata para ter poder". E já dizia o poeta: "Quem mata o que não se come não perde por esperar".

[palmas]

Espero então ter dado aqui a minha contribuição como indigenista no sentido de que vocês passem a compreender isso e sensibilizar o senador para que

modifique o texto para um pedido de sustar o decreto, tal qual foi feito com a Câmara dos Deputados. Essa é a minha contribuição como indigenista e espero contar com vocês então para que a gente fale da comemoração dos 100 anos de Rondon, mas vamos falar com indigenistas, com pessoas que trabalham com índios, que tem amor à causa, porque eu morei na aldeia com a minha família. Os Guajajaras sabem, eu fui preso pelos Guajajaras, eu fui preso pelos Munduruku, eu saí no Jornal Nacional mais de seis vezes amarrado, eu fui preso no Xerente, em várias situações, mas tenho boas relações com todos eles porque o lema de Rondon foi aquele já dito aqui. E não é com polícia, indigenismo não se trata com polícia, indigenismo não se trata jogando povo contra povo. A história do indigenismo é de um pacto republicano, de construção de um Estado-nação, de um estado plural, onde há lugar para todos.

E os índios, eu disse antes, vão dar uma lição nessa Casa aqui de educação. Foi o que conversamos lá fora [palmas]. Vão dar uma lição de educação, porque os índios não são aqui baderneiros. Esta Casa aqui, que já foi quebrado pelo MST vidro, já foi quebrado vidro aqui por estudantes, mas não são vocês que vão se colocarem nesse papel, não [palmas]. Vamos aceitar a discussão, porque a oralidade que é o princípio da questão indígena. Estou acostumado, o Jeremias sabe, a Azelene sabe, todas as lideranças aqui sabem, trabalhei no Xingu muitos anos também, fui acostumado a sentar no tronco e conversar durante 20, 30 horas, porque indigenismo se faz com diálogo, não com repressão, não colocando índio contra índio, grupo contra índio. Não se faz indigenismo violando o que a justiça determinou. Existe uma liminar para se não se hospedar índios em pensões e o Pio Xavante está dormindo no subsolo de uma pensão paga pelo estado, o próprio estado violando uma liminar.

Então novamente, para encerrar aqui a minha fala e não me estender muito, eu continuo com a minha proposta ao senador para que a gente faça um pacto aqui, que vamos então tratar sim da comemoração, desde que a proposta seja para sustar o decreto, porque esse decreto é um decreto sangrento e já demonstrou isso. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Deixa eu responder, eu vou responder. Primeiro, agradecendo muito ao Wagner e dizendo que aceito que a gente coloque sustar. Peço desculpas de ter convocado para comemorar, o verbo certo devia ser lembrar os 100 anos, não comemorar. Foi um erro.

[palmas]

Pela minha fala, pela minha fala eu já mostrei que não é tanto comemorar assim, mas eu tinha colocado comemorar. É “lembrar” e agradeço muito.

Agora eu vou dizer mais. Eu não posso garantir que venha o Presidente da FUNAI, mas eu garanto uma coisa a vocês: se ele não vier, com uma razão muito boa, a gente nem faz a audiência, eu vou junto com vocês para o Ministério da Justiça em passeata pela Explanada aqui.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Fora, fora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu farei isso.

[tumulto]

[palmas]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Fora o Presidente da FUNAI. Fora, fora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Se ele vier--

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Fora o Presidente da FUNAI. Fora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Se ele vier--

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Fora.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Se ele vier--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Fora, fora, fora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Se ele vier a gente faz a audiência. Agora, para isso, para isso vocês têm que assumir um compromisso comigo: ele vai ser respeitado aqui. Vocês vão poder fazer críticas. Críticas sim, é um direito a mim e a qualquer um, agora com respeito.

Por isso, eu aceito a suspensão, mas a demissão dele eu não vou pedir de jeito nenhum, até porque vão pensar que eu quero indicar alguém, porque eu sou político aqui. Então a gente vai respeitá-lo, se faltar o respeito a gente suspende na hora.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Desde que o direito do índio seja respeitado para todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso, isso vai ser respeitado para todo o tempo. Agora, na presença dele aqui, o direito dele também vai ser respeitado.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Se vocês me disserem que não vão respeitar, aí eu não o chamo. Aí eu não o convido.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente Cristovam Buarque, agradeço se puder--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só um momento. Porque aí, eu que luto pelos direitos humanos, tenho que respeitar também o do Presidente da FUNAI, seja quem for ele. Agora, ele tem direito a falar e vocês também, os representantes da Mesa, os representantes da Mesa.

E eu já digo a vocês: já marquei aqui, eu já estou pronto para ser na próxima quarta-feira.

[palmas]

Eu sei que vocês estão sofrendo há quatro meses, mas seria só uma semana. E continuarei me empenhando, ainda mais, como tenho, para que vocês tenham o mínimo que seja necessário.

Então essa é a minha proposta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nesse mesmo horário?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nesse mesmo horário, dez horas.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Na quarta-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, com isso, eu nem sei se a gente faz ou não a sessão de lembrar dos 100 anos. Posso até fazer num outro dia.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agora, pediu pela ordem, antes, aqui, o vice-presidente, que na verdade ele é que dá ordem para mim pelo prestígio dele.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, um momento, eu vou dar para o Senador Nery. Ele talvez queira falar sobre isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não, quando a gente fizer vai ser só sobre o decreto, sem falar em comemorar nada, nem lembrar.

SRA. THEREZA ALENCAR: Senador, o representante da CONDSEF, Sérgio Ronaldo, queria falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou dar a palavra depois. Primeiro o Senador Nery.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Permita me escrever também, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está inscrito o senador, logo depois. Senador Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Cristovam Buarque, convidados aqui à

Mesa, em uma saudação especial a todas as lideranças e a todos os índios das diversas partes do País que se mobilizam na luta por garantia de seus direitos.

Na verdade, comemorar 100 anos da Política Indigenista, talvez não seja o melhor momento, porque, na verdade, o que nós temos assistido ao longo de 510 anos da história do nosso País não é outra coisa se não o massacre, o preconceito, a destruição da vida, do sonho, da história, da cultura, dos costumes, da negação do direito à terra dos povos indígenas. Essa é a realidade.

[palmas]

Quando são pensados os grandes projetos de desenvolvimento do País, não se pensa nos índios, e, talvez, o símbolo maior desse desrespeito nesse momento seja a construção, contra tudo e contra boa parte do povo e dos povos indígenas, a construção da Usina de Belo Monte, no Rio Xingu.

[palmas]

E aqui nesta Comissão, aqui nesta Comissão em dezembro passado, os índios vieram aqui e disseram que não querem mais falar com o governo, com o parlamento ou com quem quer que seja. Eles querem ser respeitados e disseram para nós aqui, estou anunciando, Senador Cristovam Buarque, se teimarem a qualquer custo, como estão dizendo, de construir Belo Monte, os índios, não porque eles querem, mas disseram que o governo, as grandes empresas, que serão as grandes beneficiárias da construção de Belo Monte, transformarão o Rio Xingu em um rio de sangue. Então nós, que temos consciência do que significa a violência de retirar mais de vinte mil pessoas das áreas onde será construída 500 Km² da Usina de Belo Monte, estamos, como sempre estivemos, com a luta dos povos indígenas.

Portanto, Sr. Presidente, eu queria propor, na mesma linha do que o senhor já anunciou e, talvez, seja também o pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy. É o seguinte: que nós pudéssemos fazer um acordo para não realizar aqui a Audiência Pública para comemorar os 100 anos da Política Indigenista, nós suspenderíamos a Audiência com esse sentido, porque a Audiência de hoje, o tema tratado, aprovado, é esse, não é o decreto da reestruturação, e combinarmos, de comum acordo, um esforço conjunto para um debate, uma Audiência Pública, como diz o Senador Cristovam Buarque, propor para a próxima semana, em que venha aqui os dois lados. Tem divergência nessa questão, então vamos ouvir democraticamente ambas as posições. E a gente assumir o compromisso, aliás, eu diria que nem precisaria assumir o compromisso, porque a paciência histórica dos povos indígenas não permitiria, se fosse de outra forma a sua postura, que tivesse

ao longo de tantos anos realizado tantos massacres e tantas violências contra os povos indígenas.

Então jamais podemos ser acusados de intolerantes ou de violentos. Intolerância e violento são as elites desse País que ao longo de 500 anos dizimaram os cinco milhões de índios do descobrimento. Nós temos hoje apenas algo em torno de 800 mil indígenas no País. Isso é a maior declaração de morte, de violência contra os povos indígenas. Mas os índios é que são civilizados do ponto de vista... Os índios é que são exemplos nesse País de dignidade, de paciência. Paciência por quê? Diante de tudo que fizeram contra os índios, na verdade os índios não deveriam ter mais paciência alguma.

Porém, quero sugerir mesmo, Sr. Presidente, que haja um grande entendimento aqui. Audiência para ouvir quem é a favor do decreto, quem é contra o decreto, e do debate tomam-se encaminhamentos no rumo daquilo que respeite as reivindicações dos povos indígenas no nosso País. E fazer a audiência dando um exemplo, exemplo que as elites e os governos historicamente não têm tido para com os índios. Então vai ser uma audiência ordeira, como sempre foi. Se há desordem, é do lado de lá, não é aqui dos índios

[palmas]

Então, Presidente, que nós possamos realizar essa Audiência e a FUNAI também deveria garantir a estadia dos indígenas nos próximos dias, transporte para vir, para que ninguém seja impedido de vir aqui

[palmas]

E me somo ao Presidente Senador Cristovam Buarque, como eu tenho certeza que se soma o Senador Eduardo Suplicy, que tem uma luta histórica também na defesa dos direitos humanos. A audiência vai ser um exemplo de civilidade que não tem sido exemplo daqueles que governam ao longo de muito tempo.

Nós, eu tenho certeza, teremos a capacidade de diálogo, de debate. E nesse sentido me somo ao Senador Cristovam: se a audiência não acontecer, eu vou com V. Exa. e com os índios bater na porta da FUNAI para ser recebido. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra o Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Prezado Presidente Senador Cristovam Buarque, vice-Presidente Senador José Nery, prezados amigos que aqui representam tantos povos indígenas e pessoas solidárias aos povos indígenas no Brasil.

Há cerca de três semanas, muitas das lideranças aqui presentes, reiterando o que já haviam feito há cerca de três meses atrás, encaminharam-me uma

solicitação de Audiência ao Presidente Márcio Meira, da FUNAI, e eu encaminhei a primeira e encaminhei a segunda pedindo a oportunidade que eles pudessem ser ouvidos.

Ontem o Presidente Márcio Meira, da FUNAI, assim como conversou com V. Exa., comigo também conversou e disse que haveria uma situação bastante tensa aqui no Senado por causa dos temas que estão sendo objeto de debates, tais como o decreto mencionado. Eu disse a ele que eu acho muito importante, ainda que ele dissesse que aqui viria a sua representante, que possa vir à Audiência. Eu pedi a ele que garantisse que poderia haver a Audiência, ele falou que poderia haver, por exemplo, no seu gabinete com um número razoável. Mas eu quero aqui fazer um apelo: eu estou imaginando que ele esteja assistindo a nossa sessão, mas ele deve estar informado, ainda que ele tivesse me dito que tinha um outro compromisso, talvez tenha, não podendo assistir, mas eu quero inclusive pedir à Sra. Irânia que possa... Eu estou tentando ligar para o Presidente Márcio Meira porque eu gostaria que, antes que encerrássemos a nossa Sessão, ele pudesse assumir o compromisso de estar aqui. E eu gostaria de propor que inclusive a sessão possa se iniciar às nove horas em ponto para depois facilitar em virtude das outras que temos, mas se tivermos pelo menos uma, se for das nove as dez, pelo menos só esta.

Eu queria transmitir, até conversei há pouco com o Sr. Wagner Tramm, quando ele aqui propôs “não vamos fazer a Audiência somente se já for para extinguir o decreto, sustar o decreto”, eu acho que conforme o Senador Nery há pouco disse, no espírito de suas palavras, Senador Cristovam Buarque, para que haja o respeito entre as partes, para que possam os argumentos de um lado, os argumentos do outro, serem ouvidos com todos, e aqui garantirmos nós, e pelo espírito do que os senhores e senhoras todos estão dizendo, desde que ele venha, a sua palavra será respeitada, mas, sobretudo, o que eles desejam é que eles possam ser ouvidos pelo Presidente da FUNAI, por maiores críticas que sejam.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, fica aqui o meu apelo. Eu acabo de falar com o Wagner e ele disse que estava... Nós vamos ter a audiência para discutir o decreto nos seus prós e contras. O importante é que as vozes sejam ouvidas, de todos: o seu espírito de indignação, prezado Vereador Jeremias, o dos senhores aqui, os líderes Xavantes e de todas as tribos brasileiras, que possam ser ouvidos, que nós venhamos a garantir essa situação que esta comissão, Presidente Cristovam Buarque, vai garantir,

a Comissão de Direitos Humanos vai garantir o respeito à dignidade de todos os índios que querem ser ouvidos, mas vamos também ouvir todas as partes. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero dizer ao Senador Suplicy que seria muito bom se conseguisse que o Presidente da FUNAI viesse. Eu não falei com ele. Ontem eu fui procurado pelo representante dele aqui, o assessor parlamentar. Com ele eu não falei nenhuma vez. Hoje, eu vou ligar para ele para insistir que ele venha. Enquanto isso, eu passo a palavra--

SR. SÉRGIO RONALDO DA SILVA: Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Você podia se apresentar?

SR. SÉRGIO RONALDO DA SILVA: Pois não. Eu sou o Sérgio Ronaldo, sou da direção da CONDSEF, que é a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal. Nós representamos cerca de 800 mil servidores públicos federais no País, dentre eles os trabalhadores da FUNAI.

Senador Cristovam Buarque, Senador Nery, Senador Suplicy. Ao tomarmos conhecimento desse decreto e de toda a polêmica que já foi aqui relatada aqui por vários, nós procuramos a Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado, da Câmara, e entregamos um documento relatando o equívoco que foi feito com esses que não concordam com o decreto, que são essas comunidades indígenas que estão aqui e outras que não puderam estar aqui nesse momento, a maldade que a FUNAI fez em jogar ao relento esses índios na Explanada dos Ministérios sem alimentação. Nós da CONDSEF precisamos fazer quota com os nossos sindicatos, com o SINDSEP aqui do DF para poder alimentar essas comunidades indígenas, porque a função da FUNAI era fazer isso, independente de ter a concordância ou não das comunidades indígenas. É legítima a discordância desses que estão aqui.

Então corroborando, para não me estender, corroborando com a proposta apresentada pelo senhor, pelo Senador Nery e com a concordância do Senador Suplicy, nós queríamos pedir que nessas tratativas que fossem feitas durante esse período que vai acontecer a Audiência Pública para tratar do ponto específico do Decreto 7.056, que seja restabelecida a alimentação dessas comunidades indígenas, pela dignidade e pela missão que a FUNAI tem de assim o fazer, de não se omitir disso. Que seja encaminhado um expediente, que a alimentação dessas pessoas durante esse período seja restabelecida.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou tentar isso, está bem?

SR. SÉRGIO RONALDO DA SILVA: OK.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. SÉRGIO RONALDO DA SILVA: Não, do transporte, o senador já foi nessa linha aí.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: não é um favor, é um direito.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tudo isso a gente vai tentar. Eu quero dizer que eu aceito também a proposta do Senador Nery de não fazermos hoje a Sessão também de comemoração. Suspenderíamos até como um pedido de vocês e faremos a reunião na quarta-feira com a presença do Presidente. Se não tiver aqui o presidente, a não ser que ele tenha uma razão ultra, ultra, pelo menos dois senadores vão estar em passeata com vocês.

Agora vamos ouvir também pessoas favoráveis ao decreto, porque eu já ouvi gente muito respeitável aqui do Senado favorável. Então a gente tem que ouvir essa pessoa também. De repente o que se trata é de conseguir um outro decreto melhor, não é simplesmente acabar um e ficar com um. De repente vai surgir um novo.

Carlos, você e aí a gente encerra. Não tem mais ninguém querendo falar. Ah, você quer falar. Então eu vou passar, antes do Carlos, eu vou passar para a mesa, para a Azelene.

SRA. AZELENE KAINGÁNG: Deixa eu só fazer um esclarecimentozinho, só um pouquinho. Gente, só um pouco. Eu acho que tem coisas que nós temos que deixar bem definidas aqui, decididas, sob pena de na Audiência Pública para discutir o decreto a gente esteja prejudicado.

A primeira coisa então, só lembrando, que os dois senadores aqui, aos quais nós agradecemos por esse momento, pediram o respeito ao Presidente da FUNAI. Nós somos guerreiros, mas nós sempre respeitamos, sempre, tanto que nós estamos aqui.

[palmas]

Então como eu disse ao Senador José Nery, nem precisava pedir isso já gente.

Segundo, quem é que vai trazer esses líderes lá das suas comunidades, os que não estão aqui? Quem é que vai trazê-los, quem é que vai levá-los, garantir a volta, o retorno deles para as comunidades? E que esses líderes, eles sejam indicados pelo Acampamento Indígena Revolucionário, que é o acampamento aqui. Eu acho que isso é super importante.

[palmas]

E, obviamente, que a FUNAI, os senadores, também vão indicar aquelas pessoas que eles acham que devem estar aqui. Mas nós temos que garantir que os líderes indígenas lá das comunidades, lá das nossas bases, os líderes tradicionais, eles tenham a participação garantida, porque a grande preocupação nossa é exatamente essa, de que nós sejamos adequadamente consultados sobre o Decreto 7.056 ou sobre qualquer outra mudança que haja em relação à estrutura da FUNAI ou qualquer ação que afete a gente diretamente, conforme diz o art. 6º da Convenção 169. É isso que a gente está exigindo. Então eu acho que isso tem que ficar bem acordado, entendeu, porque senão depois quem é que compra a passagem do Parente, quem é que vai levar ele de volta, quem é que vai dar alimentação para ele? Eu acho que a gente vai ter que discutir isso também para ficar bem acordado, tá? Muito obrigada, senador, era só isso.

[palmas]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A palavra está com o meu conterrâneo pernambucano aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quando nós estamos no Estado de Pernambuco, Azelene, nós trouxemos do nosso estado, nós trouxemos do nosso estado arroz, feijão e farinha. Nós, nordestinos, nós vivemos da agricultura. E eu discordo em questão, eu estou falando muito em alimentação. O Presidente da FUNAI, e antemão o Ministério da Justiça, me procurou ali com uma representação deles da Secretaria do Ministério da Justiça, me chamou para dizer que eu fosse conversar com eles para tirar os índios ali do acampamento. Eu te falo uma coisa: quando você fala a mim, Parente, entendo, Azelene Kaingáng, quando você fala que tem que trazer as demais lideranças tradicionais, caso Pankararu--

SR. CARLOS PANKARARU: Senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Questão de ordem. Veja bem, quando você falou em trazer as demais lideranças, eu te digo uma coisa: nós estávamos com quase 400 indígenas aqui no mês de janeiro, nós estava com vinte e três lideranças do Estado do Pernambuco, da Bahia, Pataxó e todas as regiões, só que o Presidente da FUNAI, o que foi que ele alegou? Ele alegou que nós estávamos de acordo com o decreto. Mentira! Ele pagou os fretes dos nossos ônibus, onde eu denunciei no Tribunal de Contas da União. Ele, mais uma vez, ele vai querer dizer que vai chamar as lideranças e mais uma vez ele vai querer dizer que os índios estão de acordo com o decreto. Só isso que eu quero dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas a gente vai ouvi-lo para isso.

SR. CARLOS PANKARARU: Posso falar?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Carlos, você e aí a gente termina votando aqui a convocação.

SR. CARLOS PANKARARU: Tudo bem. Senador, quero te falar que eu sou um admirador seu, porque eu conheço o senhor desde o Senado, na época que queimaram Galdino Pataxó aqui o senhor deu apoio, esteve lá no Memorial do Índio, e sem contar que a gente tem acompanhado a estratégia de trabalho, a forma que o senhor trabalha legal, clara. Então sou um dos admiradores do senhor.

Referente à alimentação, eu quero dizer para vocês que o Presidente da FUNAI deixou nós... Nós estamos aqui, eu, eu estou aqui acampado de frente ao Ministério da Justiça...

Primeiro também eu quero falar quem sou eu. Eu sou Carlos Pankararu, a minha tribo é em Pankararu, fico muito aqui em Brasília, uma parte aqui, uma parte do tempo aqui e outra parte lá em Pankararu, sou Presidente da Associação Pankararu Fonte da Serra, sou assessor do Cacique-Geral José Auto Pankararu, inclusive ele também mandou uma forte lembrança para o senhor.

Nós temos enfrentado algumas barras muito pesadas aqui nesse acampamento. Teve dias de nós ficarmos em dez pessoas, mas se nós tivéssemos fugido nessas dez pessoas, se nós tivéssemos abrido mão nesses quatro meses, não estaria aqui essa multidão que tem hoje. E a tendência é chegar cada vez mais, porque como o pessoal da FUNAI tem falado que aqui não tem todas as lideranças, eu gostaria de falar para as autoridades, para os senadores, que tem várias lideranças. Vamos dizer assim que tenha aqui umas dez tribos diferenciadas. Que essas tribos, elas não tenham aqui só um representante, tem vários representantes. E, além do mais, eu quero dizer que além de eu ser o Presidente da Organização Pankararu e assessor do Cacique José Auto, o que eu falo, a minha voz mais alta vai... Não em nome da associação, não em nome da autoridade, que é José Auto, mas em nome da população indígena, porque eu sou índio.

[palmas]

E estou vendo, estou vendo um massacre prestes a vir se nós não revogarmos esse decreto e rediscutir a reestruturação da FUNAI.

Ontem eu estive olhando o blog e até os Parentes Pareci então se manifestando contra a própria FUNAI lá em Mato Grosso, porque as unidades gestoras deles lá, os órgãos que deixaram lá representando a FUNAI

não estão dando conta de solucionar os problemas. Isso está na internet.

Nós estamos vendo o que está acontecendo no Xingu, nós estamos vendo o que está acontecendo com os lanomâmis e nós estamos vendo que coisas piores vão vir se nós aqui não tomarmos providências.

Aqui no acampamento, nós já tivemos muitas torturas psicológicas, inclusive com a polícia, entendeu? Com a polícia, antes não sabíamos quem era [soa a campainha], porque quando nós perguntamos informação para o comandante, ele falou para nós, ele quis identificar quem era, mas quem isso, Sr. Senador, quem mandou a polícia para nós também deu ordem à Força Nacional estar dentro da FUNAI. Quem deu autorização para a polícia estar com nós é a chefe de gabinete do Ministro, o mesmo Ministro da Justiça que assinou uma portaria revogando, aliás, renovando a permanência da Força Nacional de sessenta em sessenta dias com ordem de atirar em índio.

Então aqui está: *“Exmo. Sr. Ministro Luiz Paulo Telles Barreto, Ministro da Justiça. Sabemos que houve a determinação por parte de V. Exa. que a senhora chefe de gabinete do Ministério da Justiça seja responsável para solucionar(F) a Força Policial do Distrito Federal, POP(F) e PM – esqueceram da ROTAM, que estava leia também – a fim de obter a retirada dos indígenas que estão pacificamente acampados na área em frente da praça de acesso do Congresso Nacional, de frente ao Ministério da Justiça, com o objetivo de participar das Audiências Públicas da Câmara dos Deputados, do Senado, já realizado no dia 28 de abril e no Senado Federal no dia 05 de maio. Peço, encarecidamente, que suspenda tal determinação, já que em nenhum momento as famílias indígenas, com crianças e mulheres grávidas, ofereceram risco a qualquer brasileiro”*.

Então isso aqui foi o Ministério da Justiça e essa polícia chegou lá armada até os dentes, com cachorro, com caminhão, com trator, com moto-serra, com tudo, quatro e meia da madrugada, pressão psicológica contra os indígenas que ali estavam, com mulher grávida e tudo mais. Agora a mando de quem? Será que o Ministro ia fazer isso por conta própria? Porque o decreto que bota a Força Nacional lá dentro da FUNAI é a pedido do Presidente da FUNAI, é a pedido do Presidente da FUNAI. Nós denunciemos isso no Ministério da Justiça, fomos chamados, nos encaminharam para o Ministério Público Federal. Quando chegamos lá estava a equipe da FUNAI quase toda, só faltou Irânia e mais alguns diretores, mas estava CGDDI, estava [soa a campainha]--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Carlos, eu preciso que você conclua.

SR. CARLOS PANKARARU: É bem rápido, já estou encerrando, já estou encerrando. Então aqui nós passamos quatro meses. Eles nunca ofereceram estadia, quando nós pedimos alimentação eles negaram. Nós temos prova disso com todos os direitos humanos, do Senado, da Câmara dos Deputados... Aliás, do Senado não. Da Casa Civil, da Câmara dos Deputados, nunca quiseram dar um copo com água. Após essa Audiência Pública que teve na Câmara eles estão oferecendo até hotel na rede hoteleira de Brasília, com alimentação, com tudo. Nós não aceitamos porque as datas estão chegando, o tempo está se avançando.

Então está aqui, olha aqui: *“Oferecer hospedagem na rede hoteleira de Brasília no período compreendido entre 03 e 05”*, que talvez eles achava que hoje acabava. Mas o assessor do Ministro me chamou ali ainda agora quando o senhor falou que vai se estender mais oito dias para se decidir. Perguntou se nós queremos ir para um hotel, para hospedagem e tudo mais durante esse tempo. Nós não vamos. Nós não vamos porque nós sabemos o que é que eles querem. Quando teve aqui mais ou menos uns 700 índios, o Presidente da FUNAI manipulou de grupo em grupo, inclusive pagando altas diárias, fretes super faturados e o ‘escambal’ todo. Disso nós temos prova em mãos e podemos entregar, o TCU está aí. Hoje nós não aceitamos por isso. Se os Parentes quiserem aceitar a alimentação, porque nós vamos se estender, nós precisamos de alimentação, nós podemos até ficar, mas hospedagem nós não queremos, está entendendo?

Então aqui está, aqui está, aqui está o pessoal que estava lá no Ministério da Justiça. É bem rápido, eu estou terminando aqui. Eu estou terminando.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Carlos, eu preciso votar.

SR. CARLOS PANKARARU: Eu já estou terminando e passo a palavra para o Kretan. Olha, quem estava lá era o seguinte: *“Indígenas acampados na Explanada dos Ministérios--*

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. CARLOS PANKARARU: Eu vou colar, mas é bem rápido, bem rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Gente, vamos terminando.

SR. CARLOS PANKARARU: *“Indígenas acampados na Explanada dos Ministérios contra a reestruturação da FUNAI”*. Aí aqui está: Ministério da Justiça – Grecia(F) Elias de Paulo, Chefe de Gabinete do Ministro da Justiça, aquela que mandou a polícia para nós aqui no acampamento; FUNAI – Márcio Meira. Ele assinou e ele estava lá, mas se escondeu porque dei-

xou só os comparsas dele, mas ele não ficou. Então como é que ele quer conversar com nós?

E outra coisa: nós estávamos em pouquíssimos, nós só estávamos, mais ou menos, em oito pessoas. Estava a Melíssia Valpter Cori(F), da ouvidoria da FUNAI; estava Francisco Oliveira Souza, Coordenador de Promoção dos Direitos Sociais, aquele que está oferecendo alimentação, hotel e tudo mais; estava Antonio Salmeirão, Procurador-Geral da FUNAI; estava da Polícia Federal, que eu não sei o que é que a Polícia Federal estava fazendo lá. Ela tinha que mandar a Polícia Federal conversar com nós quando nós estávamos lá acampado ao invés de mandar a Polícia Civil, porque quem tem poder sobre o índio é a Polícia Civil, não é ROTAM, não é... Aliás, a Polícia Federal, não é a Polícia Civil. Mas ela mandou a Polícia Civil e para a nossa reunião quis botar a Polícia Federal. Qual é o sentido dela? [soa a campainha] Então está aqui, olha. E também estava o coronel da polícia do Distrito Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Carlos, eu vou por em votação.

SR. CARLOS PANKARARU: Então são essas as minhas palavras. Eu queria também que o Parente Kretan desse uma palavra, que vocês ouçam ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ele vai poder falar na quarta-feira próxima.

SR. ROMANCIL KRETAN: Eu é só para me desculpar mesmo, só para me desculpar, eu me equivoquei um pouco, porque o anseio nosso, a revolta nossa é muito grande e eu só estou me desculpando.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está ótimo, muito obrigado.

SR. ROMANCIL KRETAN: E agradecer por esses guerreiros que ficaram esses quatro meses aqui em Brasília, aqui no acampamento, com todas as dificuldades, e, também, a nossa região, porque é a única região que não aceitou esse decreto ainda e não vai aceitar dessa maneira se não houver essas mudanças.

E também, senador, que esses que vão ser convocados para virem para cá, que seja também pelas nossas bases, porque não pode jogar a responsabilidade para a FUNAI convocar, porque ela vai convocar aqueles que vão defender o lado dela e não vão convocar aqueles que não defendem o lado. Então tem que ser o acampamento que está ali que tem que ajudar a contribuir para trazer essas lideranças que vão vir aqui dentro. É só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Perfeito, a gente vai convidar pessoas que representem vocês e, obviamente, alguns que representam--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento. Eu vou ter que ler aqui--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu tenho que aprovar--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu queria pedir uma exceção, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu tenho que aprovar algumas coisas aqui enquanto tem senador. Eu quero aproveitar que tem um senador.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Coloco em votação. Se estiver de acordo permaneça como está. Está aprovada.

Eu quero por em votação o requerimento.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, eu queria pedir a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A palavra está com o Senador Nery.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, eu queria pedir uma exceção aí, que faz hora que eu estou querendo pedir a palavra e eu não estou conseguindo falar devido ao microfone ali.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Cristovam Buarque, como proposto à comunidade, aos povos indígenas, às suas lideranças, e saudar aqui o entendimento que está havendo numa discussão de alto nível, numa clara demonstração do que representa os povos indígenas, que vieram aqui para, com indignação sim, mas com a consciência de que é preciso encontrar um caminho para solucionar este impasse, sugerindo a V. Exa., Senador Cristovam Buarque, entre os convidados para estarem conosco no debate da próxima quarta-feira, às nove horas, sugerir a presença do Tribunal de Contas da União, eu não sei se se convidando o próprio Ministro...

[palmas]

Já está? Ah, o Secretário de Controle Interno. Mas está incluso, Sr. Presidente, me parece, pelo menos na proposta de requerimento que eu tenho não constava. E também sugerir o convite ao líder indígena Ireô Caiapó, do Estado do Pará, para que também se faça presente nessa discussão.

[palmas]

E sendo claro: eu acho que o debate à mesa deve ser equilibrado, com as duas posições podendo

se expressar aqui para que ao final possamos ter os melhores encaminhamentos. Se houver necessidade, possamos aqui, Sr. Presidente, ficar com a possibilidade de o senhor, enquanto Presidente da Comissão, ajustar, para de modo que possamos fazer aqui um grande debate que satisfaça os interesses dos povos indígenas, seus direitos e suas causas.

Creio, Sr. Presidente, que é o encaminhamento, sugiro a V. Exa. a leitura do requerimento para que possamos aprovar e aqui trabalhar até a próxima quarta-feira para realizarmos aqui a Audiência Pública que vai nos ajudar a enfrentar e solucionar este grave impasse. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou ler. O termo é o seguinte: “Requeiro, nos termos do inciso, etc., a realização de Audiência Pública para discutir o Decreto 7.056...” Ao invés de discutir, é a possibilidade de suspender e reformular, não é isso?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bom.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Suspender.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): “*Que extinguiu administração regionais da FUNAI, bem como postos de atendimento aos povos indígenas localizados nas aldeias*”. Não obstante, o decreto supracitado teria... Apesar de que o decreto supracitado teria violado o art. 6º da Convenção 169, da OIT.

Eu consulto aos senadores presentes: os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Então está aprovado, quarta-feira, às nove horas.

[palmas]

Eu ponho em votação também o requerimento que convoca a realização, amanhã, da sessão para as mães de Luziânia. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Sessão encerrada às 11h48.

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA; REUNIÃO REALIZADA NO DIA 6 DE MAIO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta e quatro minutos do seis de maio de dois mil e dez, no Plenário nº 02, da Ala

Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (Cristovam Buarque), realizam reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores: José Nery, Paulo Duque, Flávio Arns, Cristovam Buarque, Serys Slhessarenko e a não membro Deputada Distrital Erika Kokai. Deixam de comparecer os demais membros. Pauta. Item Único. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 31, de 2010 – CDH, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e José Nery, aprovado em 05/05/10, para “homenagear todas as mães de filhos desaparecidos e violentados, representados pelas mães dos 6 (seis) jovens assassinados em Luziânia”. Convidadas que comparecem: Aldenira Alves, Mãe de Diego Alves Rodrigues – 13 anos; Maria Lúcia, Mãe de Márcio Lopes – 19 anos; Marisa Pinto Lopes, Mãe de Divino Luiz Lopes da Silva – 16 anos; Sirlene Gomes, Mãe de George Rabelo dos Santos – 17 anos; Sônia Vieira Azevedo, Mãe de Paulo Vitor Vieira de Azevedo Lima – 16 anos e; Valdirene Fernandes, Mãe de Flávio Augusto Fernandes dos Santos – 14 anos. O Senhor Presidente abre os trabalhos, faz suas considerações iniciais e presta condolências às mães homenageadas, em seguida, dá a palavra ao Vice-Presidente da CDH, Senador José Nery, que faz suas considerações e manifesta seus sentimentos. Em seguida, dá a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, para suas considerações. Após, o Senhor Presidente concede a palavra a todas as convidadas. Fazem uso da palavra os senhores Senadores Cristovam Buarque, José Nery, Serys Slhessarenko e a Deputada Distrital Erika Kokai. Às onze horas e oito minutos o Senhor Presidente passa a presidência à Senadora Serys Slhessarenko. Às onze horas e dezesseis minutos a Senhora Presidenta Serys Slhessarenko passa a palavra ao Senador José Nery. Às onze horas e vinte e cinco minutos o Senador José Nery passa a presidência ao Senador Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e nove minutos. Lavro, eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da CDH, esta Ata. Lida e aprovada, ela será assinada pelo senhor Presidente e, juntamente com o Registro da Estenotipia Informaticizada sem revisão desta reunião, publicada no Diário do Senado Federal. – **Senador CRISTOVAM BUARQUE**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia a cada uma de vocês.

Eu declaro aberta essa 18ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos da 53ª Legislatura, 4ª Sessão. Eu quero fazer esse encontro, que não precisa demorar, mas estou à disposição de vocês. Começar dizendo o porquê. Uma razão, claro, a

aproximação do dia das mães. Eu quero dar um abraço e dar um beijo em cada uma de vocês. Mas há outra razão, é não deixar morrer esse assunto que continua pendente: do destino dos filhos de vocês. Nós não podemos deixar, como vocês não deixam. Nós, aqui, que representamos vocês, não podemos deixar isso parado, o assunto morto. Eu trouxe vocês para que saia nos jornais, para que saia nas rádios, para que o Senado tome conhecimento, amanhã, pelo jornalzinho que nós temos do Senado, para que a televisão divulgue que nós não podemos deixar que isso pare, fique no silêncio.

Nós precisamos, primeiro, ter os filhos de vocês identificados, para gente fazer aquilo que a gente faz com os entes queridos da gente. Obviamente, a gente costuma fazer em idades avançadas, quando Deus, a natureza leva a gente. Vocês vão ter que fazer com filhos jovens, o que é uma dor ainda maior, porque a gente está preparado para perder os pais, os avós, os mais velhos. Vocês têm esse direito e a gente tem que brigar por isso. A ação concreta que eu vou fazer é pedir que a polícia da Goiás busque ajuda fora. Para localizar aquele bandido, foi preciso que a Polícia Federal estivesse entrado. A Polícia Civil do Distrito Federal tem recursos para fazer esse trabalho.

Quando houve aquele terrível desastre de avião, em poucos dias todos os corpos foram identificados. E olho que eu vi os fotos, eles estavam em uma situação muito difícil. Eu nunca vou esquecer aquelas fotos que eu vi. Na verdade, não eram fotos de corpos de pessoas, eram de pedaços de pessoas. Mesmo assim – e eram, talvez, 200 seres –, em poucos dias, a Polícia Civil, aqui, do Distrito Federal, sabia quem era quem. Por que é que esses demoram tanto? Isso é uma coisa. A outra, eu vou tentar a volta da Polícia Federal para saber exatamente o que aconteceu. Eu, desde o primeiro momento que tomei conhecimento da morte daquele bandido, eu confesso que não acreditei que a explicação já tivesse dada. Tem que ter a explicação. E eu lhe vi na televisão falando isso, tem que ver o que é que, realmente, aconteceu. Tem que ver se ele tinha ou não tinha o que dizer. Tem que ver se ele tinha o que dizer, o que mais havia por trás. Essas são as duas coisas: tentar a colaboração para que a identificação seja feita o mais rápido possível e tentar a volta da Polícia Federal, para aprofundar as investigações, inclusive, da morte do bandido. Mas também do que é que havia por trás e que a gente continua sem saber.

É isso que eu estou querendo, além da homenagem a vocês, pelo dia das mães. Eu chamei vocês porque não dá para trazer aqui todas as mães de todos os meninos e jovens que nesse país desaparecem e, depois, são encontrados nas condições que foram os

de vocês. Não dá para chamar todas. E eu gostaria de dar um abraço em todas, todas que tiveram os direitos feridos, e essa é a Comissão dos Direitos Humanos. Como não dá para trazer todas, e vocês estão aqui perto, e vocês aceitaram o convite, eu trouxe vocês, para manter, para fazer homenagem, manter o assunto aberto e, ao mesmo tempo, dizer que eu vou entrar outra vez, como entrei daquela, para que a Polícia Federal participasse. Eu vou entrar, para que volte a Polícia Federal na investigação e, se for preciso, que utilizemos laboratórios privados de DNA, utilizemos polícias civis de outros estados para que o assunto seja feito rapidamente.

É isso que eu tinha para dizer a vocês. Fico feliz de ver, aqui, o Senador Nery, que anda adoentado, mesmo assim veio a essa comissão para dar um abraço a vocês. E eu passo a palavra para ele, para prestar sua homenagem a cada uma de vocês, pelo que passaram e pelo que estão passando e pelo que vão passar sempre, porque vocês nunca tão parar de sofrer por isso, nunca. Mas, pelo menos, querem sofrer podendo visitar o lugar onde está o filho de vocês, e não visitar sem saber o lugar definitivo deles. Senador Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Cristovam Buarque, Senadora Serys Slhessarenko, integrante desta Comissão, nossa II Vice-Presidente do Senado Federal, quero cumprimentar a todas as mães dos adolescentes, jovens desaparecidos e violentados e assassinados em Luziânia, Goiás. E o sentido da Comissão de Direitos Humanos do Senado: realizar essa audiência, contando, aqui, com vocês presenças, justamente, tem um sentido de manifestar, mais uma vez, a nossa mais completa e integral solidariedade à dor e ao sofrimento de cada uma de vocês mães, de cada um dos seus familiares que, igualmente, estão vivendo esses dias de profunda dor e sofrimento.

É claro que, quando fomos em Luziânia, ainda no mês de março, com a Comissão de oito senadores para acompanhar as investigações, quando ali cobramos da polícia de Goiás uma atuação mais firme para identificar a autoria, os crimes. E, naquele momento, havia várias hipóteses em análise, para saber, identificar o que, de fato, ocorreu. Creio que a atuação da Comissão de Direitos Humanos, inclusive, recebendo as mães aqui, ainda naquele processo de investigação no mês... Eu creio que no início de abril, quando aqui estiveram representação da Polícia Civil de Goiás e da Polícia Federal, para que pudéssemos, naquela oportunidade, cobrar mais maior urgência e transparência nas investigações. Aquele trabalho era parte do compromisso da Comissão de Direitos Humanos,

de acompanhar todo processo. E torcíamos muito, inclusive, na última audiência que aconteceu nesta comissão, para que algumas das hipóteses levantadas pudessem até ser verdade, que as crianças e adolescentes, os jovens pudessem ter sido aliciados para o trabalho escravo – porque, infelizmente, ainda é uma chaga presente em nosso país – ou que poderia ter sido um tipo de sequestro, alguma coisa, mas algo que os mantivessem vivos.

E, no entanto, a conclusão final foi a constatação do ato violento, bárbaro, cometido por alguém que esteve preso pela acusação de pedofilia e a Justiça libertou sem as devidas cautelas do acompanhamento e monitoramento, para que aquele indivíduo não viesse a realizar novos crimes como fez, e em série, vitimando os filhos das mães de Luziânia. Que eu creio que, ao homenagear, aqui, a Aldenira Alves, aqui presente, à mãe Diego, de apenas 13 anos da idade; à Maria Lúcia, mãe de Márcio Lopes, 19 anos, aqui presente. D. Maria Lúcia, o nosso abraço e o nosso apreço e a nossa solidariedade. À Mariza Pinto Lopes, não pode vir, mas a mãe do Divino Lopes da Silva, 16 anos. À Sirlene Gomes, mãe do George Rabelo dos Santos, 17 anos. À Sônia Vieira Azevedo, mãe de Paulo Victor Vieira de Azevedo Lima, de 16 anos. À Valdirene Fernandes, mãe de Flávio Augusto Fernandes dos Santos, de 14 anos.

Ao lembrar, aqui, o nome de cada uma de vocês e de um de seus filhos, nós queremos estender essa solidariedade e a lembrança dessas vítimas da violência. Nós queremos estender essa solidariedade e esse abraço a todas as mães do Brasil que, de alguma forma, perderam os seus filhos para a insegurança e a violência. São milhares de mães, de pais, de familiares que estão perdendo os seus filhos para o crime organizado, para o tráfico de drogas, para o crack, para a violência urbana de toda espécie, que tem causado muita dor e sofrimento.

Então, a homenagear vocês mães pelo seu dia, que será no próximo domingo, com certeza será um dia das mães muito diferente de todo aqueles que vocês vivenciaram, porque não contarão com aqueles que foram vítimas dessa violência que parece não ter fim. Mas fica para cada uma a tarefa e a missão de continuar acreditando na vida. E, sobretudo, vocês podem servir de referência para ajudar a organizar outras mães, outras famílias que, igualmente, passaram pela mesma dor e pelo mesmo sofrimento. Que dessa dolorosa experiência possam nascer várias iniciativas que ajudem a melhorar a sociedade, fazendo com que a polícia melhore os seus mecanismos de investigação, que a Justiça haja de acordo com a lei, mas, sobretudo, com certa cautela, porque não poderia ter

liberado um criminoso que, inclusive, depois, é preciso, Senador Cristovam Buarque, ter clareza sobre as reais condições em que ocorreu o provável... A situação em o que criminoso preso apareceu morto. E não se sabe, de fato, se foi um suicídio ou se isso envolve outras circunstâncias das quais não temos conhecimento. Portanto, a Justiça precisa ter mais cautela e mais compromisso em situações como essa.

Também um apelo ao Parlamento, para que adote medidas legislativas que ajudem a punir de forma mais incisiva todos esses crimes. De modo que, ao homenagear pela passagem do dia das mães as mães de Luziânia, que vão comemorar o seu dia sem a presença de seus filhos queridos, é também uma oportunidade para nós lembrarmos, também, a todas as mães do Brasil que lutam para viver com dignidade.

E, aqui, Senador Cristovam Buarque, Senadora Serys, quero falar das mães de todos os lugares e de todas as profissões, trabalhadoras rurais, as mães operárias, as mães dos campos, as mães das cidades, as mães quilombolas e as mães indígenas, as mães educadoras, as mães que vivem e trabalham na informalidade, nos grandes centros urbanos tentando sobreviver. Então, vocês, hoje, aqui, simbolizam todas essas mães, mas também vocês não são apenas símbolos de uma tragédia. Vocês são símbolos, também, de esperança, porque mesmo com tudo que ocorreu, vocês continuam unidas, continuam lutando, continuam procurando o conforto dos seus familiares, dos seus amigos para continuar sobrevivendo, para continuar lutando.

Então, na pessoa de vocês, homenageamos todas as mães do Brasil, do Sul, do Norte, do Centro-Oeste, do Sudeste, do Nordeste, mas não apenas as mães do nosso país, as mães de todo o planeta que carregam sempre consigo sina da luta, do trabalho, da dor, do sofrimento, mas também da esperança. Não podemos parar com a luta para transformar esse nosso país em um país melhor. E vocês, todas as mães, podem estar nessa trincheira de lutas. Um abraço grande a cada um de vocês e, por extensão, um abraço e os cumprimentos a todas as mães do nosso país. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): O nosso Senador Cristovam precisou ir até uma reunião de uma comissão, que ele tem que votar, e eu, logo em seguida, como Senadora vice-Presidente do Senado, tenho que abrir a sessão do Congresso Nacional, que vai acontecer nos próximos momentos, mas Senador José Nery, eu como Senadora, como mulher, como mãe não podia deixar de estar aqui, sabe? Falando com D. Valdirene, com D. Sirlene, com D. Maria Lúcia, com D. Sônia, com

Aldenira, com cada uma das mães dessas crianças e jovens desaparecidos em um primeiro momento, que foram, inclusive, agredidas até, pelas próprias autoridades, policiais, algumas autoridades, dizendo isto e aquilo de seus filhos. Mas que hoje isso tudo está desvendado.

Eu, como mãe de quatro filhos, digo que este aqui, que esse momento da Comissão de Direitos Humanos é um dos mais difíceis. Com certeza é um dos mais difíceis. Eu diria que a Comissão de Direitos Humanos está diante de pior exemplo, hoje, das falhas de nosso Código Penal, que permite que assassinos irrecuperáveis conquistem e reconquistem a liberdade e voltem a cometer terríveis atrocidades, como as que foram vidas os seus filhos. Não quero, aqui, fazer um discurso de revolta, mas como mulher, como mãe e avô, antes, é claro, de ser senadora, não é? Também sou senadora, mas, como mãe e avó, garanto que trago em minhas palavras a mesma revolta, o mesmo sentimento de quem foi violentado.

Ninguém pode imaginar a dor de ter um filho arrancado do seu convívio de uma forma tão violenta como esta, muito menos de saber que seu filho foi violentado e assassinado. Mas o nosso Senador José Nery, ele já disse, aqui, que as senhoras são exemplos de mães que desde o primeiro momento foram à luta, foram às ruas buscando informações sobre seus filhos, ouviram piadas, como eu já disse, desrespeito, muitas vezes por parte até de autoridades policiais, aqueles que nos deveriam dar apoio, nos amparar. Ajudaram a transformar, em determinado momento, a busca dessas mães em algo ainda mais doloroso. Não tenho dúvidas que se não fosse a coragem de cada uma das senhoras e a bravura das senhoras em descobrir a verdade, talvez esta ainda não tivesse aparecido.

Então, as essas realmente são mulheres corajosas, valentes e que souberam defender as suas crias, os seus filhos. São mulheres que representam o que é ser mãe, que nunca desiste de lutar pelos seus filhos. São mulheres, mesmo que pressentindo que o pior ocorrera com seus filhos, não desistiram em nenhum momento de buscar a verdade. Utilizaram todas as armas que podiam, que por fim era apenas a sua voz. Era o que vocês tinham. Era a voz e determinação e vontade de saber. Queriam os seus filhos de volta. Infelizmente, o tiveram da piora forma.

As senhoras usaram as suas vozes para denunciar os descasos e as humilhações que se fizeram ouvir, se fizeram respeitar e conseguiram chegar à verdade. Terrível verdade, mas que encerra um martírio que é não saber a realidade, que é viver na expectativa que milhares de mães, em nosso país e no mundo, vivem sem saber o que ocorreu com seus filhos. As senhoras

são corajosas, as senhoras vão valentes, as senhoras são guerreiras. E as senhoras são exemplos para as mulheres do mundo inteiro, não só do Brasil, que têm seus filhos desaparecidos e que, muitas vezes, não conseguiram. A grande maioria delas não conseguiu saber que fim foi dado aos seus filhos, e as senhoras sabem, e isso é uma conquista das senhoras.

Sei que esse próximo dia das mães será o pior que as senhoras podem ter, posso dizer que as senhoras, como eu já estou dizendo, honraram a memória de seus filhos, não esmoreceram frente às dificuldades e lutaram até o fim, até o último momento para desvendar o mistério que cercava o caso. Finalmente, puderam prestar as devidas homenagens aos amados filhos que a gente tem certeza que, hoje, pela luta das senhoras, descansam em paz. Saibam, mães, que agora a luta de vocês está sendo base para uma revolução em nosso sistema penal, que passa a ser colocado sob maior atenção e pressão para mudar certos procedimentos que se mostram cada vez mais ineficazes. Não precisava ter acontecido isso, mas aconteceu. E a gente espera que isso seja superado, que não se soltem bandidos para continuarem fazendo o que este fez.

Está claro que precisamos repensar profundamente todo o sistema penal, de forma a evitar que novas mães passem pelo que essas honradas mulheres passaram e que os próximos dias das mães seja de menos sacrifício que este. Sabemos que a morte de um filho nunca é superada, mas o tempo cicatriza um pouco, mas a marca ficará para sempre. Força, mães, tenham fé que a luta de vocês não será em vão e terá frutos para que a Justiça seja aperfeiçoada em nosso país.

Eu sei que tudo que a gente disser, Senador José Nery, tudo, tudo, tudo, tudo que a gente disser, do meu ponto de vista, é totalmente em vão. Em vão porque não traz de volta os filhos que se foram. E quem tem filho sabe o que é isso. Deve ser uma dor, como disse Drummond, não é justo a nenhuma mãe enterrar o seu filho, não é justo. É a ordem das coisas que parecem que é invertida. Parece não, é invertida. Então, não é justo.

E eu queria, aqui, terminará minha fala dizendo, Senador Nery, que eu quero fazer uma saudação a todas as mães do Brasil, do planeta, do meu Mato Grosso. Dizer a todas as mães que a gente tem que estar muito atenta, muito esperta, sejamos mães de crianças, de jovens ou até mesmo de adultos e, às vezes, até de uma determinada idade, que a gente esteja muito alerta, muito alerta sempre, porque tudo pode acontecer a qualquer momento, a qualquer um dos nossos filhos. Então, a gente não pode fazer de conta que não viu, que não sabe, porque as coisas

estão postas na sociedade. São muitas as formas de crime que cercam, que rodeiam nossas crianças, nossos jovens, em especial.

E eu digo sempre: que criança e jovem, não pode ser dito aquele dito popular que criança e jovem... Criança e jovem é o futuro do Brasil. Não, criança e jovem tem que ser o presente do Brasil. Eles têm que ser bem cuidados pela sociedade, pela segurança, pela educação, pela saúde, pelas políticas públicas, têm que ser muito bem cuidados. Aí, sim, eles terão futuro e assegurarão o futuro da nossa sociedade. Do contrário, se não forem protegidos enquanto crianças e jovens, certamente o futuro deles não estará assegurado como não está, não esteve e não está, não tem condição de estar, dos seus filhos. O meu carinho, a minha atenção e todo o meu potencial, como política, para auxiliá-las naquilo que estiver dentro dos meus limites e possibilidades. Obrigada.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senadora Serys, está conosco a Deputada Erika Kokay, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Queria sugerir a V. Exa. o convite à Deputada Erika Kokay para vir à Mesa e aqui, também, ter a oportunidade de se pronunciar. E, posteriormente, se assim sugerir V. Exa., possamos ouvir se as mães assim tiverem condições e se quiserem fazer, dirigir uma breve palavra sobre a situação da experiência dolorosa que viveram, bem como a continuidade da sua missão de continuarem mães, porém mães que terão o compromisso cada vez maior de lutar junto com toda as outras pessoas que integram a sua comunidade, para lutar por dias melhores. Então, é a sugestão que faço a V. Exa., enquanto vou para outro compromisso aqui. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESARENKO (PT-MT): Eu vou precisar me retirar, estão me chamando para ver a abertura do Congresso. Porque eu preciso que o senhor assuma a presidência, Senador, porque eu tenho que sair.

Passo a palavra à nossa Deputada Érika Kokay.
[troca de presidência]

SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF): Eu queria saudar cada uma de vocês nessa jornada que nós tivemos a dor de acompanhar, mas também a alegria e a admiração por cada uma de vocês. Nesta audiência ou sessão, que nós estamos discutindo e homenageando as mães é extremamente oportuno que nós estejamos homenageando as mães, que ficaram conhecidas como as mães de Luziânia. As mães de Luziânia, as mães que carregam muita coragem, como as mães carregam, que carregam muita esperança, muito destemor. Eu acompanhei, senadora, desde o início, esta angústia, mas o que se desprende dela é essa capacidade que

têm as mães de transformar a angústia em ação e em movimento, em atos de coragem. Lembro que para que a polícia comesse a considerar os desaparecimentos, vocês tiveram que invadir ou ocupar a delegacia. Era como se a delegacia fosse um corpo estranho a esta luta e àquela cidade, tivesse desterritorializada, não tivesse considerando que havia um território e nesse território tinham meninos que tinham desaparecido, que as mães sabiam que tinham desaparecido de forma abrupta ou de forma que precisava ser investigada. Vocês tiveram que adentrar a delegacia e exigir que os seus meninos pudessem ser objetos de uma investigação, porque não estavam mais com vocês. Depois a luta imensa, intensa e incansável para que a Polícia Federal pudesse entrar no caso e ajudar nas investigações. Todos os dias vocês superaram um óbice. Por fim, a reunião com o ministro, onde o ministro disse: "*A Polícia Federal entrará no caso*". Muitas de vocês choraram, porque muitas de vocês e vocês se perguntavam, me parece, todos os dias: "*Onde é que está o meu menino? Onde está o meu menino? Será que sente dor, será que sente frio, será que está vivo?*". Todos os dias a dúvida que penetrava e que provocava uma angústia tão grande. Porque isso de ser mãe é exercer condições que só o ser humano tem de uma forma muito intensa. Primeiro, porque quando se é mãe, a gente consegue exercer a solidariedade, sentir a dor do outro como se fosse sua, porque a gente sente a dor dos nossos filhos, às vezes mais do que ele e a alegria deles, às vezes mais do que eles. É o exercício de sair de si mesmo, se solidarizar com os nossos filhos e é um sentimento que perpassa a nossa relação com o mundo. Ser mãe também é apostar no futuro, é entender que a vida não é só o aqui e agora. Ser mãe é fundamentalmente coragem e é essa coragem que vocês estiveram. Vocês estavam enfrentando o desconhecido, vocês não sabiam se estavam enfrentando um grupo organizado, se estavam enfrentando uma quadrilha, quem estava por trás do desaparecimento dos meninos e vocês enfrentaram o desconhecido.

Agora, existe uma grande luta para que nós possamos romper essa cadeia de vitimização, mães vítimas dos desaparecimentos de seus meninos, mães outra vez vitimizadas, porque a polícia não atuava no caso considerando a sua gravidade. Mães, pela segunda vez revitimizadas, porque o Estado de Goiás, o Governo de Goiás se recusava a ter o auxílio da Polícia Federal. Mães outra vez vitimizadas, quando descobriu-se quem ocasionou os desaparecimentos e quando se descobriu as falhas do próprio Sistema Judiciário, porque se há uma pedofilia, ela não some espontaneamente. Como é que se solta alguém, sem que tenha um acompanhamento no mínimo? Onde se

constata que há uma patologia grave, incontrollável e não se tem qualquer tipo de acompanhamento. Mais uma vez a dor.

Agora, a dor da lentidão na identificação. Meus Deus, três corpos já identificados. Quem são? Ninguém sabe. Olha que angústia vai sendo repisada, que angústia vai sendo memorada, reavivada todos os dias. Se anunciam: *“Três corpos já foram identificados”*. Quem são? É mais uma vez a pergunta: *“É o meu menino? É o meu menino?”*. Ninguém sabe. É preciso que a gente possa exigir rapidez nas identificações, para que se aqueles meninos forem identificados e forem o filho de vocês, para que nós possamos fazer o luto, o luto e não ficarmos na eterna insegurança. Então, portanto, eu diria que nesse momento uma das grandes lutas pontuais é para que nós tenhamos a celeridade nas identificações, para que se possa fazer luto, se for o caso, ou para que se possa brindar e continuar na busca, se não houver a identificação. Mas eu encerro dizendo, foi muito feliz a Comissão de Direitos Humanos, o Senador Cristovam do Senado Federal, a homenagear as mães, homenageando vocês. Porque vocês viraram símbolos dessa maternagem, de quem tem a vida no ventre, ou teve a vida pulsando dentro do ventre e que se pauta pela coragem do enfrentamento. A saga de cada uma de vocês, ela vai servir e, tem que servir, para que a gente possa evitar esta angústia em outras mães, para que a gente possa construir políticas públicas de proteção dos nossos meninos e de condições para que tenhamos uma outra realidade. Por isso a dor é grande, a dor é grande. A dor tem sido grande, mas é uma dor que se transformará em um movimento, para que nós tenhamos nossos meninos mais protegidos. Digo isso porque tem um poeta que fala que toda realidade é grávida do seu contrário. No ventre de tanta dor, de tanta angústia está o contrário, que era uma nova lógica para os nossos meninos e as nossas meninas. A minha admiração por cada uma de vocês, a minha submissão, a coragem que vocês carregaram. Nós dizíamos: *“Lá vão as mães de Luziânia na sua luta em busca dos seus meninos”*. Que, em verdade, é a luta das mães em busca dos seus próprios filhos.

Então, vocês são o exemplo para este país, por isso na antevéspera do Dia das Mães estamos homenageando as mães de Luziânia, que deixaram a sua marca nesse asfalto, que deixaram a sua marca nesta casa, que deixaram a sua marca nos Ministérios, que deixaram a sua marca na cidade, que deixaram a sua marca em tudo quanto é canto, marca de coragem, marca de amor, marca de persistência. A cada uma de vocês a nossa mais profunda admiração e o nosso reconhecimento da importância que teve conhecer cada

uma de vocês, na dor, mas também na fé que vocês tiveram, na coragem que vocês tiveram, no enfrentamento de todas as desigualdades. Eu digo, Cristovam, que as mães têm uma coisa, que é a capacidade de enfrentar qualquer um, qualquer uma, em defesa de seus meninos. Essas mães fizeram isso, enfrentaram tudo, tudo em defesa dos seus meninos, tudo. Enfrentaram com essa coragem na maternagem, que agora vocês a conhecem com intensidade e com certeza vão pautar essa coragem para toda a vida. Um abraço grande. A nossa solidariedade e o nosso reconhecimento pelo exemplo de cada uma de vocês.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quero agradecer as palavras da Deputada Erika Kokay, que é minha amiga, companheira aqui no Distrito Federal. Dizer que as palavras dela, da Senadora Serys e do Senador Nery são palavras que mostram para vocês que nós temos homens, mulheres na atividade política que têm coração, que têm sentimento, que não tem apenas habilidades políticas. Nós estamos aqui irmanados pelo sentimento de sentirmos as dores que vocês sentem, que ninguém sabe sentir igual, a não ser cada uma de vocês, essa é a verdade. Nós somos solidários, nós sentimos, ficamos tristes, mas a dimensão da dor é uma coisa muito pessoal de vocês. O mais que a gente podia fazer era esse reconhecimento, essa homenagem e a manifestação de que nós não vamos deixar que o silêncio caia por cima desses fatos. Não vamos deixar sem nossas reclamações, esperneios, protestos, que demorem mais tempo para que vocês possam saber onde estão, ou onde está o corpo de cada um dos filhos de vocês e que possam fazer aquilo que a gente tem que fazer quando se despede de um ente querido, saber o lugar onde ele vai ficar para sempre. Nós vamos nessa luta. Antes de encerrar a sessão, eu quero saber se alguma de vocês, ou se todas vocês querem dizer alguma palavra, porque nós vamos... Tudo isso está sendo gravado, nós vamos transcrever e fazer um pequeno livrinho, para que os nomes dos filhos de vocês fiquem escrito ali, para que sempre se lembrem que esses meninos estiveram aqui com a gente, que eles deixaram de ficar com a gente pela maldade de algumas pessoas e que a demora em localizá-los foi fruto, ou de um descaso dos que tinham a obrigação de resolver isso no primeiro momento.

Então, para que qualquer uma de vocês que quiser, eu queria que apertasse o botãozinho aí no microfone, para que seja gravado, depois a gente transcreve e publicamos. Por favor, Sônia.

SRA. SÔNIA VIEIRA AZEVEDO: Eu quero agradecer ao senhor, Cristovam, por estar nos ajudando nessa caminhada e quero agradecer de coração. A

gente 'estamos' aqui para lutar, porque a gente sabe que ainda tem muita coisa para ser esclarecida, que a gente... Não só eu, como todas as mães, nós não acreditamos que esse homem fez tudo aquilo sozinho. A nossa luta vai continuar. Se for preciso da gente fazer novas manifestações, quantas vezes for preciso da gente estar aqui buscando, cobrando, a gente vai lutar.

A gente sabe também que aquela morte dele foi uma morte muito estranha, a gente não acredita. Nós queremos que a Polícia Federal volte a entrar no caso, porque a gente sabe que tem muita coisa para ser esclarecida, que não foi esclarecida. A gente quer ajuda, que vocês ajudem a gente, a gente vai ficar muito agradecida por isso. A gente sabe que a gente 'chegamos' até aqui foi que vocês lutaram com a gente, nos ajudaram, colaboraram e que a gente chegou até esse ponto. Porque até o promotor, eu procurei ele e ele falou assim: *"Olha, mãe, pode ser que vocês vão encontrar seus filhos"*. Ele falou assim, que ficou muito triste na primeira vez que a gente 'fomos' procurar ele. Depois eu voltei lá para falar com ele de novo e ele falou: *"Mãe, vocês só 'chegou' até o ponto que vocês 'chegou' porque vocês lutaram, continua lutando. Eu estou do seu lado. O que vocês precisarem de mim, a gente vai lutar. Quando terminar, sair o DNA, tudinho, a gente vai lutar, a gente vai reunir e vamos lutar para que isso seja esclarecido"*. Porque ele também não acredita. A gente vai lutar até a gente ver o fim, porque amanhã não acontece o que aconteceu com a gente, não terem mais mães aí sofrendo como a gente está sofrendo. A gente quer que essa lei mude, porque se ele estivesse preso talvez teria até evitado. Então, a gente vai lutar.

Eu agradeço à Erika Kokay. Então, a gente quer agradecer todo mundo, a gente está de coração e quando vocês precisarem a gente 'estamos' aqui. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nós é que agradecemos pela coragem, a fé e o amor de vocês, como disse a Deputada Erika Kokay. Não havendo mais... Alguma outra quer fazer algum pronunciamento? Quer falar? D. Valdirene.

SRA. VALDIRENE FERNANDES: Com a continuação do que a Sônia falou, nós agradecemos essa Casa, os senadores, a deputada por estar conosco nessa luta, que como foi falado essa luta ainda não acabou, tem muitas coisas ainda. Então, a gente quer também que as leis venham ser mudadas, que a justiça venha mudar, que para... Que venha ver, que o CNJ venha realmente fazer reformas nas leis. Nós precisamos que indivíduos como esse, que cometem crimes hediondos, simplesmente o Estado por estar cheio,

simplesmente não pode jogar na sociedade, nós não temos que pagar por isso.

Então, se o Estado, ele tem compromisso com esse indivíduo, então ele tem que cuidar desse indivíduo, já que gasta tanto, então que venha cuidar mesmo deles. Simplesmente, não pode pegar uma pessoa dessas, jogar numa cela e ser tratada como animal, essa pessoa tem que ter cuidados, ou então já que... *"Ah, não tem mais jeito, vamos jogar na sociedade"*. Não pode haver. Nossas crianças têm que haver também umas leis que amparem, não fala tanto de crianças, que tem que cuidar dos adolescentes. Cadê? Então, tem que haver, realmente, reforma nas leis. É somente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Conte conosco, viu, para lutar junto com vocês nessa ideia das reformas necessárias. Eu quero aqui retomar um pouco do que disse o Senador Nery, quando disse que vocês têm agora toda a credibilidade, toda a força e a gente diria até um pouco de obrigação de lutarem por outras mães, para que isso não aconteça com as outras. Cobrando, especialmente lá em Luziânia, que a polícia esteja atenta, porque ninguém sabe foi se foi esse bandido sozinho, se foi outro, ou se haverá outro. A gente não pode deixar que isso aconteça. Vocês têm toda a força hoje para serem as defensoras da segurança dos jovens e crianças em Luziânia, e como exemplo até no Brasil todo. A Sirlene quer falar? D. Maria Lúcia, quer falar? A irmã quer falar. Vocês, alguma quer falar? Então, olhe, muito obrigado pela presença.

O Senador Nery quer falar mais.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Cristovam Buarque, a iniciativa de V. Exa. para propor essa audiência em homenagem à luta das mães de Luziânia, que aqui comparecem, diante da... Diria omissão ou diria inaceitável protelação das autoridades de Goiás para identificar todos os jovens, os adolescentes. Me parece que são três, a polícia anuncia que identificou três, mas não diz quais são esses três. Então, se identificou três, as famílias têm o direito de saber quem são, enquanto analisam e identificam os outros três.

Então, eu queria sugerir a V. Exa. com um encaminhamento dessa nossa reunião, que V. Exa. dirigisse um ofício ao Secretário de Segurança de Goiás e ao Delegado Geral da Polícia Civil, solicitando que eles comuniquem às famílias, comuniquem a essa Comissão de Direitos Humanos o resultado desse processo de identificação e que trabalhem para esclarecer. Porque se tem condição de esclarecer e de identificar as vítimas, por que tanta demora? Então, é inaceitável o que continua acontecendo neste caso. Sugeri também

a V. Exa. outros dois ofícios ao Ministro da Justiça e ao Diretor Geral da Polícia Federal, solicitando, mesmo que isso represente o que eles dizem uma interferência de outra esfera de governo, nem o estado da federação, no caso o Estado de Goiás, mas a Polícia Civil do Goiás não tem condições de esclarecer, com isenção, as condições em que foi morto, ou por iniciativa própria, ou por terceiro do Ademar Jesus, que é o criminoso, que segundo se anuncia foi o responsável por todas essas mortes.

Então, são esses dois encaminhamentos, Sr. Presidente, que eu sugeri a V. Exa. como parte dessa atuação da Comissão de Direitos Humanos nessa questão grave do desaparecimento, assassinato e dificuldade de identificação dos cadáveres pela polícia de Goiás, bem como do completo esclarecimento das condições em que faleceu aquele que era o acusado. São as sugestões que faço a V. Exa.. Também sugerir que ao final desta sessão pudéssemos aqui fazer um minuto de silêncio em memória dos jovens e adolescentes assassinados, mas em memória também de todos os outros filhos e filhas de milhares de mães pelo nosso país, que cotidianamente veem os seus filhos, ceifadas as suas vidas ou tragados pela violência dos esquemas criminosos, do narcotráfico, do banditismo que impera, sobretudo nos grandes centros nas cidades brasileiras.

Então, são essas sugestões que eu faço a V. Exa. no encerramento dessa nossa audiência. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): As sugestões estão aceitas, eu peço que fiquemos de pé para fazer um minuto, lembrando cada um desses nossos queridos meninos.

Muito obrigado a todos e fiquem certos que nós não vamos deixar que o silêncio seja como a segunda morte deles.

Sessão encerrada às 11h39.

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA; REUNIÃO REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia vinte e seis de maio de dois mil e dez, no Plenário nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (Cristovam Buarque), realizam reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores: José Nery,

Paulo Duque, Flávio Arns, Cristovam Buarque e o não membro Eduardo Suplicy. Deixam de comparecer os demais membros. Pauta. Item Único. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 30, de 2010 – CDH, de autoria do Senador Cristovam Buarque, aprovado em 05/05/10, para “discutir a suspensão ou reformulação do Decreto 7.056, de 28 de dezembro de 2009, que extinguiu administrações regionais da FUNAI, bem como postos de atendimentos aos povos indígenas localizados nas aldeias. Não obstante, o decreto supracitado teria violado o artigo 6º da Convenção 169 da OIT e conseqüentemente o Decreto Legislativo 143, de 20 de junho de 2002, quando alterou as estruturas regionais de atendimento aos povos indígenas”. Convidados que comparecem: Antônio Marcos Guerreiro Salmeirão, Procurador-Geral em representação ao Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Jeremias Pinita’Awe, Vereador de Campinópolis – MT; Rafael Lopes Torres, Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União – TCU; Carlos Pankararu, Líder indígena; Wagner Tramm, Indigenista e Geógrafo Especialista em Gestão e Ordenamento Territorial da UNB; e Azelene Kaingáng, Socióloga. O Senhor Presidente abre os trabalhos, faz suas considerações iniciais e passa a palavra ao Senador José Nery. Em seguida convida os palestrantes à mesa e dá-lhes a palavra. EXTRAPAUTA. Item 01. Requerimento Nº 32, de 2010-CDH, requer a realização de audiência pública para discutir a conveniência de incluir o direito à busca da felicidade como parte do artigo 6º da Constituição Federal. Para tanto, sugere que sejam convidados: Luciano Borges, Presidente da ANADEF; Antônio Carlos Bigonha, Presidente da ANPR; Mauro Motoryn, Presidente do Movimento + Feliz; Ministro Cezar Peluso, Presidente do STF; Fernando Rossetti, Diretor Geral da GIFE; Margareth Menezes, Representante da classe artística; e Dom Dimas, Secretário Geral da CNBB. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra os senhores Senadores Cristovam Buarque, José Nery e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e nove minutos. Lavro, eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da CDH, esta Ata. Lida e aprovada, ela será assinada pelo senhor Presidente e, juntamente com o Registro da Estenotipia Informaticizada sem revisão, desta reunião, publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Le-

gislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Desculpe, mas isso é só para ficar registrado que estamos abrindo essa sessão para que depois se publique.

Solicito a dispensa da leitura das... O som está ruim ou está bom?

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está baixo ainda?

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O que pode-se fazer? Ele está aumentando o som? O pessoal está reclamando aqui. Ficou bom?

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, solicito a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores e as coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Muito bem. Vamos, então, começar a nossa audiência. Primeiro vamos relembrar. Nós fizemos uma audiência aqui, na semana passada, cujo objetivo era analisar, honrar, lembrar os 100 anos da Política Indigenista. Esse era o objetivo.

Lamentavelmente, muitos de vocês... Eu acho que foi lamentavelmente porque não precisava ter sido naquele dia, a gente podia estar fazendo essa reunião hoje, mas, naquele dia, não foi possível fazer a sessão que eu tinha convocado, por causa que vocês vieram aqui para discutir o decreto, e eu estava fazendo uma sessão para lembrar os 100 anos da Política Indigenista.

De qualquer maneira, eu suspendi a parte da lembrança e disse a vocês que faria uma audiência hoje aqui. Eu estou cumprindo o que eu assumi como compromisso.

Eu disse também que iria convidar o Presidente da FUNAI, o Dr. Márcio, para que ele viesse aqui. E eu fui. Eu fui e convidei o Dr. Márcio, numa primeira reunião com o segundo do Ministério, o secretário-geral. Depois fizemos uma reunião ontem. Ele já me avisou, naquele dia, que ele estará hoje em Manaus, que não poderia vir. Depois fiz uma reunião ontem, em que alguns... Alguns índios, poucos, quatro ou cinco, estiveram lá, o Vereador Jeremias, o meu xará, Cristovam, de Pernambuco, e dois Xavantes, não foi, Cristovam?

SR. CRISTOVAM: E o José Marques(F) de Pernambuco também.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Também, não é?

Então, nós fizemos uma reunião. E o que, nessa reunião, nós conversamos é o que a FUNAI, o ministro da... Vereador, quer sentar aqui conosco? Eu não tinha visto. Desculpe.

O que nós acertamos é que hoje nós faríamos essa audiência, mas que o presidente não poderia vir porque estará em Manaus.

E a ideia que surgiu durante a conversa é que até, em vez de audiência, mas aqui estão os nomes, e eu vou chamar, se for o caso, nós poderíamos, hoje, conversarmos, para elaborar quais pontos queremos que mudem no decreto.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, vamos pegar artigo por artigo e dizer: "Queremos revogar esse artigo por isso". Depois o outro artigo, o outro artigo. Porque todo... Então a gente tem que ir conversar com o Presidente Lula, que é quem assinou o decreto.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas aí não é comigo. Aí não é comigo. Aí está acima do que eu posso fazer. Então, nós dizemos: "O que a gente mudar?" Aí a gente vai. Muda um, dois, três, quatro, cinco... Quantos artigos têm?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Muito bem. Primeiro, eu não fiz, eu sou aqui outra coisa, eu sou do Senado, não tenho nada a ver com isso. Então, não adianta reclamar de mim.

Segundo, estamos discutindo agora. Não discutimos antes, o Presidente Lula assinou, estamos discutindo agora. Ele está disposto a mudar. O que a gente achar que deve mudar, a gente vai conversar com ele.

Até porque eu quero dizer a vocês que chegou aqui um documento onde tem muitas pessoas ligadas aos índios e tudo, que apoiam o decreto. Por que ele vai revogar, por que vocês querem revogar, se têm outros que querem revogar? Aí a gente—

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Desculpe, mas...

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Então, vamos mostrar isso. A gente... Um momento, um momento. A gente—

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Questão de ordem, questão de ordem. Veja bem, o senhor está acabando de falar para nós que quer modificar... O Presidente da FUNAI quer modificar o decreto, que ele não tem autonomia para isso—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível] tirar o Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Primeira coisa: como é que o Presidente da FUNAI, juntamente com o Lula, que é do Pernambuco, da nossa região, não respeitou [ininteligível], está certo? Fez só a nossa unidade(F) gestora do Estado de Pernambuco dizendo que era coisa irregular.

Nós procuramos o Tribunal de Contas, o Tribunal de Contas passou para nós que no fechamento da administração não veda(F) o conhecimento do Tribunal de Contas e das demais administrações.

Então, mostra, mais uma vez, que o Presidente da FUNAI, ele está usando as suas artimanhas. Porque várias vezes a gente só solicitou: "Senador Cristovam Buarque, nós estamos... Nosso povo está em frente ao Ministério. Nós estamos sofrendo. Nós temos pessoas doentes lá dentro do nosso acampamento". Aí vem, agora, o Presidente da FUNAI querendo modificar alguns decretos [ininteligível] tem autonomia.

No mês de janeiro, como nós estávamos [ininteligível] aqui, ele mandou tirar uma comissão de 23. Sabe o que ele fez com nós? Disse que nossas unidades gestora, que coordenação técnica, aquela coisa bem bonita, que é o que governo quer, o Governo Lula, é o PAC, a transposição do Rio São Francisco. Mexeram, mexeram, fizeram. A Belo Monte, fizeram.

Aí, agora, o senhor sabe o que é uma coordenação local? Tirar um chefe de posto de dentro de uma comunidade indígena, aonde os traficantes está entrando, madeireiro está entrando, certo? Aí vem agora uma coordenação [ininteligível], que não tem autonomia para nada. Veja a unidade do Estado de Pernambuco, um exemplo [ininteligível] no Maranhão, empurra lá para o lado de Fortaleza, no caso [ininteligível] para Fortaleza, onde tem duas etnias uma unidade gestora onde tem parceria com o governo do estado, juntamente com a CONAB e com a FUNASA e demais. Aí o senhor vem dizer para mim que esse decreto... Se ele fosse transparente, esse decreto, ele... Esse decreto não é transparente, porque, quando fala da CNPI, nós temos representantes lá na CNPI, e ele não consultou a comunidade... Como também tem os Guajajaras que tem representante da CNPI e não foi consultado. Meu telefone liga direto, liga direto, os caras me ameaçando dentro do Estado de Pernambuco de morte. Eu perco a

minha vida por causa do presidente da FUNAI. O povo Xucuru está sofrendo, já perdemos cacique—

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu não represento o Presidente da FUNAI.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu vou lhe dizer mais uma coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu não represento--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: --o senhor está para nos somar--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso, eu estou para somar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: --o primeiro parlamentar que vestiu a camisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas vocês--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Porque eu vou lhe dizer para o senhor, a pura verdade. O senhor vestiu a camisa. Agora, eu vou dizer uma coisa: quando nós saímos aqui, [ininteligível] Estado do Pernambuco, sabe o que ele fez com a gente? Ele custeou a despesa dos ônibus, que o Ministério da Justiça pediu, e Cristovam sabe disso, e depois ele falou que a gente estava sendo vendido. E nós estamos aqui. Então [ininteligível] mais uma vez que era mentiroso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pois bem, eu agradeço muito a sua fala, cacique, eu quero dizer o seguinte: eu quero ajudar. Eu quero ajudar o povo indígena. Agora, vocês têm que--

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [ininteligível] Presidente da FUNAI.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agora, vocês têm que... Mas eu não tenho como tirar. Não fui eu que nomeei. Eu não sou Presidente, não sou do Governo. Eu não sou do Governo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível].
[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento. Eu quero saber--
[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento.
[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero saber--
[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Espera aí, eu vou--
[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Saio, saio. Não vai adiantar nada. Não vai adiantar nada, mas, a minha palavra, eu mantenho.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Você precisa ser homem e provar o que você disse.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O quê?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível] para todo mundo escutar, inclusive está aqui no jornal.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Desculpa, não entendi. Olha, primeiro--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Provar fazendo o quê?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Está defendendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu não estou defendendo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Está, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, então... Então... Então... Muito obrigado. Eu vou embora. Querem que eu vá embora?

[tumulto]

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Não, não, não. Presidente.

[tumulto]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vocês querem que eu ajude ou não?

[tumulto]

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Presidente, deixa eu falar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, senta aí, eu lhe passo a palavra.

Agora, com ele falando, eu não ajudo mais.

[tumulto]

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente. Senador Cristovam. Sr. Presidente.

[tumulto]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu já falei, já falei.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Presidente, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento. Com ele falando, eu não fico aqui. Porque ele me ofendeu.

[tumulto]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Você faz ele calar.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Presidente. Sr. Presidente. Sr. Presidente.

[tumulto]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, acabou. Não, não, acabou isso aqui. Não vai dar.

[tumulto]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas coração como se está dizendo isso? Vocês não querem coração.

[tumulto]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então vamos conduzir.

[tumulto]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não, agora não. Agora, não. Agora não. Fiquem... Não, não, deixa eles ficarem à vontade.

[tumulto]

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente. Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Companhia, vamos aprender a ouvir.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero reafirmar--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Por gentileza, vamos aprender a ouvir.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --que tudo que eu disse aqui--

[tumulto]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um minuto – eu vou cumprir. Se em vez de tentarem encontrar uma solução – que eu quero ajudar – trazendo os pontos que querem e marcarmos uma conversa lá com ele; se em vez disso, vocês disserem: “Não, nós queremos fazer uma passeata”, eu vou cumprir minha palavra. Não vai adiantar nada, mas vou com vocês. Mas não vai adiantar nada.

Eu prefiro que a gente encontre aqui um caminho para tentar atender o que vocês querem. Agora, uma coisa... Eu não estou do lado de ninguém aqui, a não ser de vocês. Agora, tem outros índios também que não estão aqui na sala. Eu vou fazer uma audiência com os que são a favor do decreto. Vocês fazem uma hoje; quarta-feira eu faço uma com os que são a favor. Aí a gente vai ver como é que fica.

Então, querem ou não que eu ajude? Se querem que eu ajude, a primeira coisa é nos comportarmos bem aqui; segundo, ouvirmos todos. Eu tenho até... Eu tenho até as duas da tarde para ficar aqui, depois não. Às duas, eu tenho um compromisso. Mas, mes-

mo assim, eu volto depois, se quiserem, volto amanhã. Agora, eu vou ter que ouvir, para ajudar, os que são a favor do decreto.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Senador Nery. O Senador Nery pediu a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Olha, Sr. Presidente, meus cumprimentos a toda liderança, a todos os índios apoiadores que estão aqui presentes.

Nós marcamos uma Audiência Pública para ouvir várias autoridades, entre os quais o presidente da FUNAI e representantes do movimento indígena e de lideranças.

Infelizmente, o presidente da FUNAI afirmou e aqui não veio. Então, eu creio que o caminho que nós teríamos, nesse momento, o caminho possível, já que ele não veio, inclusive alegando que não está em Brasília, no dia de hoje. Estaria em Manaus. Essa foi a justificativa apresentada. A justificativa apresentada.

Então, eu creio que seria importante, já que foi convocada a audiência, que pudéssemos realizar a audiência com os que aqui se dispuseram a debater a questão. E as ideias, os elementos colocados no debate seriam considerados como pontos fundamentais para uma audiência lá na FUNAI, com as representações das entidades e das pessoas da liderança que têm uma crítica muito fundamentada e muito grave em relação ao decreto, de modo que o debate aqui realizado serviria de apresentação de propostas, de elementos. Talvez não única e simplesmente dizer: “Nós queremos...” Como eu sei que é a proposta de vocês é... Levar a proposta de vocês foi discutida na própria Câmara e depois trazida aqui são duas: uma, vocês pediram a demissão do Presidente da FUNAI; e, segunda, a revogação do decreto.

Eu creio que, no aspecto da discussão sobre o decreto, a audiência aqui realizada hoje serviria para apontar questões, pontos, ideias, para a alteração do decreto de acordo com as questões que vocês consideram fundamentais. Eu creio que esse seria o caminho que nós poderíamos seguir.

Os convidados exporiam aqui suas ideias, suas críticas, suas propostas também. Ouviríamos e disso faríamos, comporíamos ali os elementos para levar ao debate com a direção da FUNAI, em audiência a ser marcada proximamente, visto que ele diz, comunicou oficialmente que não estaria, hoje, em Brasília.

Eu creio, Sr. Presidente, e aqui falando com cada uma e com cada um, o debate democrático que propusemos acerca dessa questão do decreto, fruto do requerimento de autoria de V. Exa., cumpriria, a Co-

missão de Direitos Humanos do Senado cumpriria o seu objetivo, que é de ouvir, debater e, a partir daí, encaminhar isso, junto a FUNAI, a partir de uma Comissão de Lideranças Indígenas com a comissão... Com a representação da Comissão de Direitos Humanos do Senado junto à FUNAI. Essa é a proposta que eu faço a V. Exa. e, evidentemente, a cada um e a cada uma, para que promovêssemos a audiência nos termos em que ela é possível de acontecer, não nos termos que nós gostaríamos, que era a presença de todos que foram convidados aqui, mas infelizmente alguns não compareceram e não virão. É a proposta que eu faço a V. Exa..

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nós temos presentes, dos convidados para audiência, o Antônio Marcos Guerreiro Salmeirão, procurador-geral; o Jeremias, que aqui está, Vereador de Campinópolis; o Rafael Lopes Torres – está aqui – que é do Tribunal de Contas; o Carlos Pankararu, que está aqui; o Wagner Tramm; a Azelene Kaingáng.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: No lugar dele vai é o Arão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): No lugar de quem?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A Azelene saiu, colocou o Arão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Arão e o Ireô Kaiapó.

Eu posso imediatamente--

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ela aqui está dizendo que não é Arão, que é outro. Então, não fica ninguém.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bom. Ela não está. Não se preocupe.

Então, nós podemos... A sugestão do senador...

[tumulto]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Ela está me ligando agora pedindo para botar o Arão no lugar dela.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, mas não é ela que determina quem fica. Não, não é ela. Isso aqui foi aprovado pelos senadores.

Muito bem. Então a proposta do senador, que é vice-Presidente, é que chamemos as pessoas e come-

ceмос, já que não há interesse em elaborar os pontos de mudança que vocês desejam. Eu então, eu então vou convocar--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --vou convidar--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Os pontos de eventuais mudanças podem aparecer no debate que vai aqui ser realizado durante a audiência. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou, então, começar a chamar os membros que virão aqui à Mesa: o Antônio Marcos Guerreiro Salmeirão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, eu estou representando uma delegação do Maranhão aqui. Eu quero ter direito de voz aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --está falando--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exatamente. Olha, só para esclarecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos lá.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Presidente, após a exposição... Presidente Cristovam, após a exposição e dialogando com o companheiro lá, seria, ao final das exposições, Presidente, como tem sido regra nessa comissão, que nós pudéssemos ouvir três ou quatro das representações das diversas regiões do país--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas a [ininteligível] já está com a lista desses que vão ser chamados. Esse aí [ininteligível].

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exato.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível]--vão ser chamados [ininteligível]--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos lá.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Não, serão ouvidos os que estão participando da audiência.

[tumulto]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antônio Marcos Guerreiro. Já está aqui. O Jeremias já está aqui. O Rafael Lopes Torres, já chamei. O Carlos Pankararu.

SR. CARLOS PANKARARU: Aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Venha para cá, por favor.

O Wagner Tramm. Ireô Kaiapó.

Eu quero pedir que cada um fale o menos possível para depois ouvirmos alguns aqui. Todos não é possível. Mas que possamos ouvir alguns, cada um falando pouco.

E, segundo, eu quero que cada um que vai falar, na medida do possível, diga que pontos do decreto deseja mudar, ou diga que quer mudar tudo. É um direito que tem.

Não, agora vamos ouvir as pessoas que estão na Mesa. Eu vou passar a palavra, em primeiro lugar, a quem eu estou mais curioso de ouvir, que é o Secretário do Controle Externo do Tribunal de Contas, o Rafael Lopes Torres.

Rafael está com a palavra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, perdão, faltou chamar a Dra. Raquel Elias Dodge, ela não está presente? Ministério Público Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, é Rafael Lopes Torres.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, Raquel Elias Dodge.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, Raquel não está aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ela não está? Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu soube que não está. Está escrito "não". Nem a Raquel nem o Dom Erwin Käutler. Então, eu esqueci de chamar... de dizer que eles disseram que não estão, não poderiam vir. A Raquel Elias Dodge e o Dom Erwin Käutler.

Bem, com a palavra o Dr. Rafael Lopes Torres.

Eu volto a insistir que peço o mais curto possível, obviamente dentro da medida, para que depois possamos ouvir alguns. E, se quiser, claro, o senhor é livre, diga se sugere ou não alguns pontos a serem modificados do decreto.

Depois falará o Vereador Jeremias.

SR. RAFAEL LOPES TORRES: Bom-dia, Senador Cristovam Buarque, Senador José Nery. Obrigado pelo... Agradecer inicialmente em nome do TCU o convite para participar dessa Audiência Pública. Eu fui designado para representar o tribunal por ser o titular da 8ª Secretaria de Controle Externo do Tribunal, que é a unidade que fiscaliza o Ministério da Justiça, consequentemente a FUNAI, que está a ele vinculado.

Creio que a razão fundamental aqui do convite foi o fato de que alguns representantes da FUNAI teriam afirmado, isso saiu em órgãos imprensa, que a reestruturação que foi feita, por meio desse Decreto 7.056, foi feita em razão de orientação ou recomendação ou determinação do TCU. Então, assim, o objetivo

principal aqui do meu, da minha fala aqui vai ser de mostrar, esclarecer essa questão.

Para isso, eu vou fazer uma breve contextualização de como o Tribunal de Contas da União atua de uma forma geral. Ele tem trabalhos ligados à questão da conformidade, que é trabalho de legalidades. Ou seja, em que o objetivo principal é verificar o cumprimento de normas, de leis, verificar se está havendo desvio de recursos, etc. Nesse tipo de trabalho, o tribunal efetua determinações para os órgãos corrigirem seus procedimentos; podem, eventualmente, apenar os gestores que cometam alguma irregularidade considerada grave. Esse é um tipo, uma vertente de atuação do tribunal.

Uma segunda vertente são as chamadas auditorias de desempenho, auditorias operacionais, em que o objetivo ali principal não é a verificação de cumprimento das normas e das leis e sim verificar questões de eficiência, de eficácia, de efetividade das ações públicas, dos programas de governo, dos órgãos ou das entidades. Nesse caso, nesse tipo de atuação, em que o tribunal não está preocupado fundamentalmente com a questão de cumprimento de leis, ele vai procurar ajudar, formulando recomendações, caso constate algum problema, alguma situação de procedimento, de estrutura, que esteja comprometendo a boa execução daquela política pública, daquela ação governamental, da atuação daquele determinado órgão. Pode ir passando.

Em relação ao caso FUNAI especificamente. O tribunal em 2002, 2003, ele realizou um auditoria operacional na FUNAI, aquele segundo tipo de trabalho que eu mencionei, em que o objetivo é verificar a questão da eficiência, de eficácia, de efetividade. Especificamente nessa ação aí, fomento às atividades produtivas em áreas indígenas.

E, nesse trabalho, o tribunal constatou diversos problemas, das mais diversas naturezas, inclusive alguns problemas ligados à estrutura da FUNAI.

É importante a gente mencionar que esse trabalho foi feito, como eu mencionei há cerca de sete anos atrás, quer dizer, ele reflete uma realidade daquela época que não necessariamente está presente hoje. Só fazer essa ressalva.

Eu trouxe aqui alguns trechos do relatório, que eu não vou ler aqui, até pela questão do tempo, mas que são trechos exemplificativos de situações que o tribunal constatou de problemas em relação à estrutura da FUNAI. Então, por exemplo, ali, ele fala das... Ausência de condições operacionais suficientes para desenvolvimento dos projetos; fala da deterioração da estrutura operacional da FUNAI; falta de equipamentos, de veículos, de instalações adequadas.

Um outro exemplo de problema de estrutura, que não haviam critérios, não havia critérios para se definir o que seria um posto indígena, uma administração regional, um núcleo de apoio. Então, exemplificou que às vezes você tinha uma situação... Por exemplo, o Núcleo de Apoio de Dourados: atendia 18 mil índios. Ao mesmo tempo, tinha uma administração regional que, supostamente, deveria atender um número maior de índios, mas que tinha um número bem inferior de 900 índios. Enfim, foram vários pontos detectados em relação à questão da estrutura da FUNAI.

E o que gerou esse trabalho? O tribunal apreciou o relatório de fiscalização, por meio desse acórdão aí. E quais foram as recomendações que ele fez? Ele fez diversas recomendações, mas aquelas ligadas a questões estruturais, de estrutura da FUNAI...

A primeira delas foi essa aí: *“Previamente a realização de alterações em sua estrutura promova estudos que demonstrem os possíveis benefícios que a nova situação pode proporcionar à atuação da FUNAI”*.

É uma recomendação até certo ponto óbvia, quer dizer, se você vai promover alguma estrutura, vai mudar alguma coisa, você tem que ter em mente o que aquilo vai gerar de benefício. Então, foi essa a primeira, uma primeira recomendação.

A segunda foi para que fossem retomados os estudos de reestruturação da FUNAI. A equipe de auditoria tomou... Teve contato durante a auditoria com dois estudos que tinham sido iniciados, mas que não foram levados a frente e que tinham uma principal questão, que estava discutida nesses estudos, era a possibilidade da qualificação da FUNAI como agência executiva.

Foi uma situação verificada naquela época, a equipe constatou que aquela... Esse tipo de qualificação, como agenda executiva, naquela época, foi... Poderia, de repente, resolver ou auxiliar a resolver alguns dos problemas da FUNAI, e essa recomendação foi no sentido de “Olha, retome esses estudos, análise, verifique a viabilidade de implementá-los, verifique quais serão os possíveis benefícios que advirão da implementação dessas medidas”.

Então, foram essas duas recomendações que foram feitas à FUNAI, em relação à questão da estrutura.

Então, a gente pode ver que não houve determinação, orientação, recomendação no sentido, seja de criar postos, extinguir postos ou administrações regionais, até porque isso seria até, de uma certa forma, uma ingerência no próprio Poder Executivo, que cabe aos gestores do Poder Executivo tomarem as decisões relativas à estrutura, relativas ao funcionamento daquele órgão e entidade e a assumir as responsabilidades

por aquelas ações, sejam ações que produzem bons resultados, sejam as ações que, eventualmente, não produzem bons resultados. Pode ir passando.

Aqui, eu só trouxe também alguns outros trechos do relatório só para demonstrar que no próprio trabalho de auditoria, o tribunal apontou, na realidade, a importância do trabalho que é feito nesses postos indígenas, inclusive falando da falta de estrutura que eles tinham, etc. Então, o tribunal, em nenhum momento, recomendou, determinou nenhuma ação para FUNAI que enfraquecesse a atuação desses postos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Secretário, me permita.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Se formos interromper ele, vamos interromper os outros, aí ninguém faz nada aqui. Aqui temos que respeitar.

Eu só peço que seja o menor tempo possível, a não ser que seja um senador da comissão.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, sugeriria a V. Exa. manter as exposições com direito a assistência de quatro, cinco intervenções--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Depois de todos.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): --depois de todos, para contestar pontos, apresentar sugestões, mas após a apresentação dos membros da Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos respeitar os oradores.

SR. RAFAEL LOPES TORRES: Pode passar.

Então só aqui para ressaltar essa questão.

Então, finalizando. Pode passar mais uma. Em relação ao decreto, especificamente, que está sendo discutido, dói um decreto que é editado aí no final de 2009. Então, até, de acordo com o que comentei aqui no início, o tribunal tem dois tipos de avaliação ou atuação em relação a essa questão do decreto. Uma seria em relação à própria legalidade do decreto. E aí existe um processo no tribunal, que entrou no dia 30 de abril de 2010, ou seja, cerca de 10 dias atrás, foi uma denúncia que foi feita em que uma das questões que foi apontada, uma dessas questões foi um problema que está sendo aventado aqui também, de um possível descumprimento da Convenção 169 da OIT. É um dos pontos que está sendo apontado nesse processo, o tribunal vai fazer a apuração. Como o processo não tinha maiores detalhes, como tinha sido feito esse processo de reestruturação, a gente já so-

licitou maiores informações para FUNAI para que o tribunal possa formar um juízo de mérito sobre essa questão específica.

Um segundo tipo de avaliação que seria possível de ser feita seria aquela avaliação de natureza operacional, em que se avaliaria a questão dos resultados, se aquelas modificações que foram implementadas foram positivas para a atuação da entidade ou não. O tribunal não fez ainda nenhum tipo de avaliação sobre o decreto, até é um decreto muito novo, que está sendo ainda, como a gente está vendo aqui, muito discutido. Então, sequer, creio eu, seria o momento adequado para o tribunal fazer algum tipo de avaliação nesse sentido, até porque ele não teve tempo ainda de produzir os efeitos que ele vai produzir caso seja mantido.

Então, era isso que eu tinha a apresentar. E agradecer mais uma vez o convite e a atenção de todos. E me colocar à disposição ao final da audiência para eventuais perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra agora ao nosso amigo, o Vereador Jeremias.

SR. JEREMIAS PINITA' AWE: Bom, parentes, primeiramente, bom-dia a todos.

PLATEIA: Bom-dia.

SR. JEREMIAS PINITA' AWE: Eu quero dizer a vocês que o presidente da FUNAI é pior do que um Vírus do H1... Como é que fala? Não adianta a gente se vacinar, que ele vai resistir.

Então, primeiramente, vou apresentar logo uma proposta que nós podemos partir desse pressuposto. Concorde comigo, parentes? Então, eu vou propor para vocês primeiramente, porque eu já propus para o próprio presidente ontem, quase houve bate-boca entre nós, ontem. Aí que está o nosso senador, que está de parabéns.

Cumprimentamos os Srs. Senadores da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal na pessoa do seu Presidente, Senador Cristovam Buarque. Cumprimentamos as demais autoridades aqui presentes.

Senhoras e senhores, os povos indígenas esperavam, desde 2003, que o Governo Lula promovesse uma discussão aberta e séria sobre a implementação de uma nova política indigenista, bem como sobre a FUNAI. Ao contrário, o Governo Lula preferiu editar o Decreto de nº 056 de 28/12/2009, sem prévia discussão com os povos indígenas. Não é isso, parentes?

Nós, lideranças indígenas das diversas etnias, que se faz presente, que se faz representar nesta Casa, viemos tornar público nossa insatisfação com o Decreto de nº 7.056, de 28 de dezembro de 2009, aprovado em pleno recesso Legislativo, o qual não

obedeceu ao comando legal, previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, acordo internacional ratificado, pelo Brasil, mediante o Decreto nº 5.061, de 19/04/2004, que estabelece: “Art. 6º *Ao aplicar as disposições da presente convenção, os governos deverão: a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e particularmente através de suas instituições representativas, cada vez que seja previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente.*”

No caso em tela não ocorreu a prévia consulta aos povos e as autênticas lideranças, parte fraca nessa questão. Sabemos que a FUNAI precisa ser reformulada a fim de resgatar a credibilidade em todos os seus aspectos de sua obrigação diante a opinião pública nacional e internacional. No entanto, tem que haver a participação efetiva e imprescindível dos principais interessados, que são os próprios indígenas.

De acordo com o texto do decreto, foram as principais alterações: 1º. Extinção das executivas regionais, conhecidas como ARs, art. 5º do Decreto 7.056, e, em seu lugar, foram criadas as coordenações regionais, 36 no total em anexo, com as estruturas menores, sem autonomia financeira e administrativa. Ou seja, das atuais 45 unidades administrativas regionais da FUNAI, nove deixaram de existir. Entre elas estão a de Pernambuco, Paraíba, Paraná e etc., cujas atribuições administrativas serão englobadas pelas unidades. No caso, Fortaleza, Ceará.

2. Extinção dos povos indígenas. Tinha Parágrafo Único do art. 5º. Este se localizava nas aldeias de prestação de serviço e proteção das áreas, principalmente nas situações de emergência. Com a extinção dos povos indígenas vai ocorrer uma piora nas condições de atendimento às comunidades. Vale registrar que a unidade administrativa de Goiânia atende uma comunidade de 19 mil Xavantes em Mato Grosso, especificamente. Ante tamanha violência para com os povos indígenas, cai por terra a afirmação do presidente da FUNAI de que o decreto vai fortalecer a estrutura e a atuação do ponto de vista territorial da FUNAI.

Logo, por não cumprir o disposto da Convenção 69 da OIT, o Decreto sete mil torna-se ilegal.

Ante o exposto, exigimos ao Sr. Presidente da República a anulação do Decreto de 7.056, por descumprir a Convenção 169 OIT.

Aí vai a proposta: uma nova reestruturação, com ampla discussão, envolvendo os representantes dos povos indígenas com a Constituição de uma comissão de lideranças indígenas do país, inclusive aqueles que estão apoiando. O documento que chegou aqui, agora, podem ter certeza que é o documento do CNPI. CNPI,

no meu entender, é coisa do governo. Foi o governo que fez isso.

[palmas]

Portanto, o próprio presidente da FUNAI é presidente desse CNPI, e, por sua vez, o CNPI come nas mãos dele.

Para encerrar, estamos protestando de forma pacífica e legítima contra o Decreto 7.056. Aguardamos uma solução urgente e eficaz para com os problemas aqui expostos.

Sr. Senador, eu queria pedir ao senhor, encarecidamente, que a nossa parenta, Maria Helena, ela quer incluir uma proposta aqui que eu fiz, com a sua permissão para ela incluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Depois.

SR. JEREMIAS PINITA' AWE: Depois? Então, meus parentes, eu encerro a minha fala. A minha proposta é essa: de nós criarmos uma comissão de lideranças indígenas do país, da qual o próprio presidente ontem concordou, cedeu e disse que vai sentar conosco.

É isso, obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra, agora, ao Carlos Pankararu.

SR. CARLOS PANKARARU: Bom-dia para todos: parentes, os funcionários da FUNAI, pessoal de Goiânia, que se encontra aqui, os Senadores e para todos.

Nobres parlamentares, esse decreto, ele foi maligno, antes de ser publicado, antes de ser formalizado. Ele foi justamente o decreto do PAC mesmo. Ele não está preocupado, o presidente da FUNAI não está preocupado com as questões indígenas, ele não está preocupado... Ele é o presidente do PAC, do Governo Lula, e não o presidente dos índios. Simplesmente só uma pessoa que tenha... Só um louco não consegue entender o que é que está acontecendo nesse país, hoje, na questão indígena.

A prova que ele foi feito totalmente mal intencionado é essa: o ano tem 365 dias; no último dia do ano, eles vieram a aprovar um decreto. No dia em que a gente não podia recorrer nada, um recesso parlamentar grande, como o Jeremias falou, e, continuando o recesso parlamentar, os feriados de carnaval.

Quando chegamos aqui, mais ou menos, estava mais um menos uns 700 índios, nós poderíamos até ter derrubado aquilo ali, naquele início, mas eles sabiam que nós íamos nos manifestar. Ia recorrer a quem naquela época, naqueles dias, se estava tudo de recesso, estava tudo fechado? Então, não resta dúvida que foi

uma coisa totalmente calculada, totalmente marginalizada para matar índio mesmo, para desfazer do índio, para tomar à força aquilo que pertence aos índios.

Digamos que, hoje, seja... Digamos que eles sejam os bandeirantes... Como houve os bandeirantes do passado, que mataram o índio da forma deles, com espingarda, com escopeta, com rifle, hoje eles estão matando com a caneta. Hoje, eles estão matando com a caneta.

[palmas]

Então, não temos dúvida, são os bandeirantes modificados. São os bandeirantes modificados.

Hoje, nós vemos... Eu gostaria de perguntar, de falar também aqui para o Senador Cristovam, para os parlamentares, por que é que o presidente da FUNAI só quer falar conosco véspera de Audiência Pública? Porque a semana passada nós tivemos lá no Ministério da Justiça, onde estava o Dr. Salmeirão, estavam vários representantes, queria porque queria que nós sentássemos com o presidente da FUNAI. Estavam essas autoridades aqui: Ministério da Justiça, FUNAI, Polícia Federal, Polícia Militar e outros. Temos... Não fomos, ontem, ao convite de V. Exas. no Ministério da Justiça, porque nós já tínhamos sido convidados a eles para conversar com eles no Ministério da Justiça, aliás, no Ministério Público Federal. Agora, novamente, faltando um dia para essa audiência, eles chamaram nós novamente. Nós já sabemos o que eles querem. E o que eles querem não é o que nós queremos. Então, não convinha nós irmos até ele.

Pedimos Audiência Pública quatro vezes com esse ministro da justiça, e ele nunca nos atendeu. Ele nunca nos atendeu. Então, não seria justo nós, do acampamento, ir para lá, ir conversar com eles. Nós tínhamos uma Audiência Pública hoje, como estamos aqui, eles podiam ter vindo aqui. Mas eles não vieram.

Então, esse... As forças armadas que estiveram aqui... As forças armadas não, as forças militares que estiveram aqui, atacando nós, madrugada, não atiraram em nós, não fizeram nada assim, mas vieram com cachorro, vieram com escopeta, vieram com trator, vieram com caçamba para que os índios colocassem as coisas dentro. O comandante dele estava lá, semana passada, no Ministério Público Federal com a gente. O Dr. Salmeirão sabe disso, ele estava lá.

Estamos sabendo que foi a mando da chefe de gabinete do ministro da justiça, conforme temos documento aqui comprovando. Então o que é que nós queremos com um pessoal desse, que são nossos inimigos? Eu acredito que isso também é contra a lei do país, é a constrangimento, é pressão psicológica, quatro e meia da manhã, chegar em média de 100 policial, com cachorro, com tudo, para vir tirar índio de

frente do Ministério. Nós estamos numa terra pública, uma terra que já tinha dono antes da população portuguesa e outros chegarem aqui. Então, devia ter essa dignidade e respeito. E queremos é um processo contra essa chefe de gabinete do ministro [palmas] e contra o estado. E contra o estado. Porque isso é constrangimento, isso é pressão psicológica e tudo mais.

Um ministro que... Um ministro que lança uma portaria permanecendo a força nacional dentro da FUNAI, revogando o contrato de dois em dois meses, 60 em 60 dias, prorrogando com poderes de atirar em índio. Que ministro é esse? O que é que eu vou... O que é que nós vamos conversar com um ministro desse?

Nós sabemos... Tem muitas coisas que estão... Queremos que o governo explique para nós por que é que muitas coisas estão acontecendo no mesmo tempo. Esse decreto veio primeiro, desestabilizando, tirando a estabilidade da FUNAI, o poder da FUNAI de dentro das aldeias.

Logo em seguida vem aqui mineração. Querem a todo custo aprovar mineração em terra indígena.

Ontem houve uma Audiência Pública na Câmara dos Deputados. Lançado pelo... Aliás, o relator, Deputado Valverde. Quer dizer, estivemos lá ontem e fomos contra aquilo ali. É mineração. É hidrelétrica em terra indígena. É estatuto desestabelecendo a FUNAI. Por que é que tudo isso está acontecendo no mesmo tempo? E, com tudo isso, a CNPI está por trás, conforme o Carlos, que faz parte da CNPI, que estava na audiência ontem, falou para nós, que ele é do Ministério da Minas e Energia. Por que tudo isso está a CNPI por trás disso?

A CNPI, eu até entendo, nós somos índios, convivemos no meio de nossos parentes, nós sabemos. Eu até defendo, em um certo ponto, alguém da CNPI, alguns, porque são manipulados; agora, tem outros que são sacanas mesmo; tem outros que são comprados. Têm outros que são comprados, porque são presidentes de organizações há muito tempo, estão bem instruídos. Agora tem uns que realmente não são instruídos e vão por cabeça dos outros, como piolho.

Então, esta é a realidade que nós vivemos no nosso país. E nós não aceitamos que esse presidente da FUNAI, que é um ditador, continue dentro da FUNAI.

Tem muitos índios que estão querendo vir para cá, a condição é que não está deixando. Agora, se essa CNPI, se esse presidente da FUNAI quer ver quem é a maioria aqui, dê condição para esse pessoal chegar aqui. Assim como tem o Abril Indígena, aqui, todo ano, que se chega aí mil índios, de várias partes do Brasil aí, com ônibus pago. Por que eles vêm? Porque tem quem pague. Tem patrocinadores. Patrocine a vinda deles também. Os Munduruku estão para vir aqui

em quantidade. Falaram com comigo antes de ontem, querem vir em quantidade. Conversei com o Roberto do Munduruku, que é cacique, também é vice-prefeito lá em Jacareacanga. As condições é que não estão dando para eles chegarem aqui. Os próprios Xavantes, tem uma parte dos Xavantes que também estão querendo vir para cá e estão sem condição. Está aqui o parente [ininteligível], a situação deles também, no Paraná, como eles já vieram, mas agora a condição não está deixando eles vir. Pernambuco também está a mesma coisa.

Traz para ver quem é maioria aqui. Traz para ver quem é maioria. Então, o que acontece? Eu também não sou de acordo... Nós nunca proibimos que os outros, que são defensores do presidente, estejam aqui com nós, não. Portanto, na audiência, nas audiências, na Audiência Pública da Câmara dos Deputados, estava convidado a COIAB, estava convidado a APOINE para vir com sentar com o presidente da FUNAI. Esse presidente da FUNAI não veio e nem veio as pessoas para defender eles. Então, não é nós que interrompemos a vinda deles, não.

Nessa audiência aqui do Senado, a anterior, eles também estavam previsto para vir. Estava representante da APOINE, estava o Bispo, como está aqui, não sei se ele veio aqui hoje ou não, e tem mais outras pessoas. Então, não somos nós. Por isso eu não acho que é justo que tenha uma Audiência Pública e nós tenha que ficar esperando para se decidir alguma coisa após ouvir eles. Até mesmo porque a CNPI teve muitas e muitas audiências para decidir nossa vida. Agora, nós não estivemos na deles, mas eles não vêm porque não querem. Mas não são proibidos de vir na nossa. Eles não vêm porque não têm coragem e sabem que estão errados. Essa é que é a desculpa deles.

O presidente da FUNAI disse que vai para Manaus. Se tiver amanhã outra Audiência Pública, depois de amanhã outra Audiência Pública, semana que vem todinha Audiência Pública, ele nunca vai estar aqui, porque ele não tem coragem, ele é um moleque frouxo, mimado, não sabe o que é realmente dar murro no pesado, é traidor, calculista. Fez tudo, fez tudo por trás, das costas, pelas costas. Como eu falei, terminei de falar agora, fazendo lavagem cerebral em cabeça de muitos índios que não estão preparados para o que eles estão fazendo agora. Tem realmente alguns, volto a repetir, tem pessoas que estão comprados dentro da CNPI, mas tem outros que não estão preparados para encarar uns calculistas desses, principalmente, principalmente quando o governo quer desenvolver de forma errada um país. Principalmente quando o governo quer desenvolver de forma errada um país passando por cima da Constituição brasileira, passando

por cima da Constituição da OIT, da Convenção 169 e tudo mais.

A prova do que estou dizendo está aqui nesse jornal. Olha o que ele fala aqui, o que fala o pessoal da presidência: "A FUNAI confirmou não ter ouvido os índios antes de pôr em prática a reformulação do órgão. Realmente não houve consulta prévia. São 220 povos ao todo. Não havia capacitação de ouvir toda essa gente, mesmo porque se fosse ouvido todos eles, essa reestruturação viria". Se fosse ouvido, ela vir aí, e se não fosse, ela viria. Isso é ditadura. Isso é ditadura. Está aqui escrito. Eles que falaram, não fui eu. Eles falaram que se tivessem ouvido, viria; se não tivesse, viria do mesmo jeito. Está vendo, senador, nisso aqui não é eu que estou falando, não, é eles, é a FUNAI. Pode ver. Quer dizer que isso não é ditadura? De que adiantava ele ouvir nós, se ele está falando que se ouvisse, fazia; se não ouvisse, fazia do mesmo jeito? Se há democracia nesse país, Sr. Presidente da República, ponha ela em prática, porque eu não sei qual é o artigo da Constituição brasileira que aquele que viola a lei do país, o Presidente da República que viola a lei do país, também responderá a processo por isso. E nós conseguimos, e nós provando isso aí, o senhor também vai receber processo. O senhor não é dono dos índios.

Os índios brasileiros votaram em peso no senhor, digamos que até aí 95%, o senhor foi o Presidente mais votado do país. Mas o senhor está sendo o pior. Quero deixar claro para o Brasil e para o mundo, se o senhor quer prosseguir o seu poder, quer prosseguir a sua Presidência através de Dilma Rousseff, revogue isso, porque se o senhor não revogar, se o senhor não consertar isso, está mais do que provado que o senhor faz parte dos mafiosos da FUNAI. Está mais do que provado que o senhor faz parte dos mafiosos da FUNAI.

[palmas]

Está mais do que provado que o senhor faz parte da máfia da FUNAI e está usando os índios, jogando índio contra índio, através dessa CNPI. Os índios precisam ser ouvidos, precisam ser consultados e precisam ser respeitados. Essas são minhas palavras por enquanto.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra agora ao Dr. Wagner Tramm.

SR. WAGNER TRAMM: Presidente. Presidente. Senador. Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A palavra está com o Wagner.

SR. WAGNER TRAMM: Eu pediria a V. Exa. para deixar eu falar depois do Dr. Salmeirão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, eu já fiz a organização aqui. Eu peço que fale agora.

SR. WAGNER TRAMM: Em primeiro lugar, eu queria dar bom-dia a todos e agradecer a Comissão de Direitos Humanos pela oportunidade e lembrar aqui o centenário de Rui Palmeira, tratado aqui nesta Casa, em que em um dos seus pronunciamentos, ele disse o seguinte: "Pensemos na federação. Ela não subsiste à desigualdade, ao desequilíbrio, ao desprezo pelo destino de uns. Se nasceu da identidade de sentimentos, hoje vive da coincidência de interesses da igualdade de tratamentos, da solidariedade, da assistência, da constante preocupação do desenvolvimento uniforme".

Da mesma forma, pronunciado nesta Casa pelo senador, com relação ao desvio de verbas na educação como um crime hediondo, e, por tratar disso, e me referi a isso, gostaria de lembrar que indigenismo é um pacto federativo, um compromisso republicano, e que está sendo violado com esse decreto, principalmente com o fim dos postos indígenas. Está mais do que provado [palmas] a importância desse agente de mediador do estado com a sociedade indígena. E essa gestão propôs o fim dos postos indígenas, sem consultar os índios, sem consultar os servidores da FUNAI.

O representante do TCU apresentou aqui o relatório. No seu relatório, eu participei da elaboração deste relatório, e proferi várias críticas ao TCU também com relação aos procedimentos de licenciamento ambiental. Assim como também, senador, ao termo ao etnodeenvolvimento, cujos trabalhos científicos publicados pelo senhor e Dr. Edgar Morin demonstra bem claro que essa palavra está fora de lugar, que é um atentado à Constituição brasileira, que viola a cultura dos povos indígenas. Esse é um dos nortes desse decreto, dessa reestruturação.

Gostaria de esclarecer também que esses postos, conforme apontou o relatório do TCU, nunca foram estruturados, nunca tiveram a estrutura devida. Como é que você reestrutura aquilo que não foi reestruturado?

Ao TCU também gostaria de perguntar como que o TCU vê as inúmeras denúncias, e esta Casa também, de diversas etnias, de diversos representantes, de diversas organizações no que se refere ao nepotismo existente dentro da FUNAI, uma casta de paraenses, de parentes, irmão de diretor, irmão de não sei mais quem. Como é que esta Casa vê? Porque, lá na Câmara, os deputados foram incisivos com relação à ausência do presidente da FUNAI, convocado mais de três vezes

e não comparece. Como é que esta Casa vê também que o presidente da FUNAI passou três meses despachando escondido no Ministério da Justiça? O que diz o TCU sobre isso? Porque o presidente despachava no Ministério e não na FUNAI. O Presidente se recusa a dialogar com o sindicato, com a CONDSEF.

Estivemos, em 2008, com o Deputado Paulo Rocha para que intermediasse um diálogo, depois de feitas várias denúncias, intituladas fraudes no procedimento de licenciamento ambiental, que o TCU tem conhecimento, e constam naquele relatório as minhas colocações, à época, com relação ao licenciamento ambiente de empreendimentos nas terras indígenas. Consta nesse relatório do TCU. Pode observar lá as minhas colocações, na época, enquanto coordenador de proteção às terras indígenas, e que não são observadas por essa gestão. Pelo contrário, um verdadeiro assédio moral se instaurou dentro da FUNAI, se instaurou de tal forma que todos os servidores capacitados pela própria FUNAI, ao longo de anos, e com experiência acumulada foram retirados, expulsos da Coordenação de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente, para que lá [palmas], para que lá tomasse assento, indicados por organizações que hoje estão dentro da FUNAI, pelo CTI, pelos amigos dos amigos, sem critérios nenhum.

O TCU sabe da denúncia formulada com relação à contratação do Sr. Gustavo para elaborar um procedimento de licenciamento ambiental, e não tivemos satisfação até agora. O assédio moral chegou a tal ponto... Onde está o Dr. Salmeirão, por favor? A situação do assédio moral na FUNAI chegou ao ponto que estivemos, senador, uma servidora, uma antropóloga, trabalhava há anos na FUNAI chegou a óbito, por assédio moral. Foi expulsa da coordenação do Sr. Salmeirão, depois expulsa da DAF, e os servidores encontraram ela chorando, antes dessa servidora aparecer morta cinco dias no apartamento, por conta de depressão, como estão sofrendo também os servidores de Goiânia, das administrações extintas. É grande o número de servidores hoje doentes, com licença médica. Inclusive eu estou cerceado de desenvolver uma pesquisa, aprovada pela FUNAI, com capacitação que a FUNAI pagou. E violando o Art. 218 da Constituição, que dá propriedade à pesquisa, ainda mais quando se trata de relevante interesse nacional, que é a questão da sobreposição de terras indígenas e unidades de conservação, que também consta no relatório do TCU.

Gostaria mais ainda, senador, de falar com relação ao decreto, no que se refere, e também para o TCU, a irresponsabilidade desse decreto, contrato com o patrimônio. Essas administrações extintas estão entregues ao léu. Esses servidores estão lá, as-

sinando ponto, sem receber ordem, sem saber o que fazer, todos perdidos, com depressão, com patrimônio entregue à barata, com os processos desaparecendo e os equipamentos também. Onde fica a responsabilidade com a gestão da coisa pública, Sr. Salmeirão? Onde fica isso? Não quero falar apenas da morte da Antropóloga Silvia Tafuri, que o senhor expulsou da sua coordenação num processo de assédio moral, juntamente com a DAF, e também do assédio moral que venho sofrendo, que já denunciei no Ministério Público, e que não tive resposta até hoje. E que consta das minhas denúncias procedimento de fraude e licenciamento ambiental no TCU.

Mas, para não ficar repetitivo, quero tratar dessa questão do patrimônio, como estão entregues essas administrações, como estão entregues esses povos indígenas, ao léu, sem resposta para nada, sem atenção nenhuma. E o pior é presenciar o estado que tem a capacidade e obrigação de mediar conflitos, ser o fomentador de conflito entre índios.

[palmas]

Nesse sentido, quero alertar a esta Casa, ao TCU, à Advocacia-Geral da União, ao povo brasileiro para os conflitos e os graves problemas que irão ser desencadeados no país por conta deste decreto. Vamos passar a viver a guerra interétnica, o conflito entre garimpeiro e índio, o conflito entre madeireiros e índio, porque estamos abdicando de uma função do chefe de posto [soa a campainha], de um compromisso republicano, porque a chefia de posto e o indigenismo é um compromisso da República. Não foi os índios que inventaram isso, não. Não foram os índios, não, nem os indigenistas. Esse é um compromisso republicano, uma obrigação do estado. Porque os índios, na qualidade de minoria, na qualidade de vulnerabilidade que se encontram, somente o estado e uma FUNAI forte podem impedir o desastre dos fazendeiros e dos poderosos, do poder hegemônico, em eliminá-los e matá-los, como a gente vê ocorrendo, invadindo terras. Essas administrações também, que estão hoje extintas, estão sofrendo diversos processos de invasão, de violação dos seus direitos. Não entendo como discutir esse decreto. Mas até me disponho, na qualidade de indigenista, para tentar a possibilidade de discutir alguns itens. Mas quero deixar bem claro aqui que isso só poderá acontecer se essa gestão, que está na frente da FUNAI, cometendo o nepotismo, infringindo esse princípio da administração pública, da pessoalidade, da moralidade, da eficácia, seja alvo de apuração pelo Tribunal de Contas e por esta Casa, que tem o dever de fiscalizar.

Não é possível, o movimento sem-terra invade o INCRA com facção. Faca não é adereço, facção não é

adereço; borduna é adereço. Mas, na FUNAI, os índios não podem entrar, cidadãos do povo estão privados de entrar. Aqui nós temos: Alexandre Cony(F) não pôde entrar, o Paulo de Recife foi proibido de entrar no órgão público. Um órgão público, que não proíbe as pessoas de entrarem. Funcionários da administração pública proibidos de entrar num órgão público. Índio proibido de entrar naquela Casa destinada a assisti-los.

Enquanto isso, no Paraguai, há uma grande convulsão social na fronteira com o Brasil, mas a força nacional está na porta da FUNAI, em pleno estado de direito democrático.

[palmas]

Em pleno estado de direito democrático, a força nacional está na porta da FUNAI.

Nós estamos sendo perseguidos, assediados moralmente. Estamos adoecendo, estamos sofrendo. Nós fazemos o que amamos. Trabalhamos na FUNAI porque gostamos da nossa atividade. Por isso, nunca nos negamos a receber aos índios. O Sr. Salmeirão não recebe índio [palmas]; o presidente da FUNAI não recebe índio.

Presidente da FUNAI, volto a dizer, passou três meses no Ministério da Justiça, sem botar pé na FUNAI; o diretor de assistência também, sem botar pé na FUNAI. Têm o direito de trabalhar em casa e no Ministério. Os servidores da FUNAI estão lá presentes, todos os dias. Com todas as críticas aos servidores da FUNAI, eles estão lá. Nós estivemos em todos os lugares, embaixo de chuva, andando de barco, andando de canoa, fazendo caminhada de 37, 40 quilômetros, carregando índio na rede, andando na lama, passando fome, trabalhando dia a dia sem receber, sem receber adicional nenhum, apenas o nosso salário lá, como funcionário de um posto, morando lá com as nossas famílias, sofrendo embate com garimpeiro, com madeireiros. E essa gestão, ao entrar, o que fez? Vocês todos estão ultrapassados, indigenistas. Vocês não têm nada a contribuir. Vocês são assistencialistas. Foi o que nós ouvimos. Nós, que trabalhamos há mais de 30 anos, executando essa tarefa de demarcar e manter 13% do território nacional protegido, e mais protegido do que as unidades de conservação. Isso, numa parceria com os índios, sem que os índios recebam pelos serviços ambientais prestados. As terras indígenas são terras da União, para usufruto exclusivo dos índios. Isso é uma parceria, isso é um pacto federativo.

[palmas]

E esses índios preservam esse patrimônio, mantêm esse patrimônio, sem receber um tostão. E ficamos aqui assistindo a ilegalidades.

A Sra. Irânia que esteve aqui, coordenadora de promoção social, não teve nada o que falar, porque a

FUNAI, Dr. Salmeirão, sabe muito bem da liminar construída pela deputada, quer dizer, construída não, eu digo implementada pela Deputada Erika Kokay e pela Comissão de Direitos Humanos, pela Secretaria de Direitos Humanos desse governo, da existência de uma liminar que proíbe a hospedagem de seres humanos nas pensões existentes nas casas residenciais da Asa Sul e da Asa Norte. E hoje nós vemos o Pio Xavante e outros índios... O Pio, que está doente, hospedado no socavão, num buraco de uma casa.

Então, esta gestão não respeita lei, não respeita o convite do parlamento, não respeita a determinação do TCU, não respeita a determinação do Ministério Público, falta com a verdade em seus documentos encaminhados ao Ministério Público, à justiça. Nós temos documentos que comprovam isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso é democracia!

SR. WAGNER TRAMM: Esta gestão designou um agente administrativo da Polícia Federal para pilotar uma aeronave da FUNAI e adentrar na administração, no núcleo de apoio de Barra do Corda, retirar todos os documentos. O termo é esse, em pleno estado democrático de direito: adentrar no núcleo de apoio, retirar todos os documentos. E esses documentos foram retirados. Esse sujeito chegou lá, chutou a porta, na madrugada, retirou os documentos, trouxe esses documentos a Brasília – Dr. Salmeirão sabe do destino desses documentos – que nós já encaminhamos à FUNAI, quando vimos que esses documentos estavam tomando sol e chuva. No estado democrático de direito, invadiram um prédio à pernada para retirar documento, senador. Aonde nós estamos?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Safado.

SR. WAGNER TRAMM: Em que país nós estamos?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Terrorismo.

SR. WAGNER TRAMM: Em que país nós estamos que o estado paga para colocar índio contra índio, usa recurso público para colocar índio contra índio, para comprar índio [soa a campanha], para provocar o desentendimento entre as culturas?

Existe um vídeo que nós elaboramos chamado Decreto Sangrento e que tem cenas dantescas de índio contra índio, de índio batendo em índio, colocado pela presidência da FUNAI. Se não for verdade, que os índios digam como ocorreu isso.

[tumulto]

SR. WAGNER TRAMM: E como vai ficar então o estado brasileiro diante de todas essas questões aqui colocadas à mesa? Eu acho que urge uma providência do tamanho dessas denúncias, dessas colocações aqui, porque a coisa passa do limite. E amanhã vão

dizer: “Não, os índios estão sendo suflados(F), tem gente responsável por isso. Mas não. O que ocorre é que os índios estão sentado cooptados, comprados, como mercadorias. As lideranças estão sendo destruídas com esses recursos, e índio colocado contra índio. Eu não tenho mais nem o que falar. Eu gostaria que, se fosse possível, que o vídeo fosse apresentado. Muito obrigado a todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não vamos colocar o vídeo, não. Nós vamos seguir a ordem aqui. Nós vamos seguir a ordem de falas.

Então, esse vídeo, quem é que colocou sem me perguntar?

Claro, vamos seguir aqui. O vídeo a gente coloca outro momento. Eu já dei 20 minutos. Vamos, senão fica muito tarde, porque tem pessoas que querem falar aqui.

Eu vou ver, tem o Cristovam, tem o Guajajara e tem a Maria Helena Pareci. Depois a gente vê. Depois a gente vê. Por enquanto tem três.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Senador, uma pessoa para falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, depois a gente vê. Não, não, vocês vão se inscrever na hora. Na Mesa, só estão esses, e o último é o Dr. Antônio Marcos Salmeirão, a quem eu passo a palavra agora. Depois são as pessoas que estão aí, que vou vão pedir e vão falar. Três estão inscritos.

SR. ANTÔNIO MARCOS GUERREIRO SALMEIRÃO: Bom-dia a todos. Eu gostaria de reproduzir aqui o entendimento da presidência da FUNAI.

A presidência da FUNAI entende que esse é um espaço democrático, onde nós teremos a oportunidade de debater e discutir essa reestruturação. Muitos pontos ainda afligem alguns de vocês, e nós estamos aqui para esclarecer.

O próprio Dr. Márcio, e alguns de vocês sabem disso e já foram recebidos por eles, alguns Fulni-ô, alguns indígenas da etnia Fulni-ô já foram recebidos pelo Presidente Márcio. O Presidente Márcio nunca se recusou a discutir com quem quer que seja. Alguns sim se recusaram a falar com ele. A verdade... E vocês sabem muito bem disso, o que aconteceu. Mas o Dr. Márcio realmente não está aqui porque teve que fazer uma viagem que já estava pré-agendada há muito tempo, mas ele me enviou. Ele me enviou. As outras vezes—

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nós ouvimos você. Dr. Salmeirão

é nosso convidado. Nós vamos ouvi-lo com todo o respeito.

SR. ANTÔNIO MARCOS GUERREIRO SALMEIRÃO: Então, eu gostaria de dizer uma coisa: eu não vou me conformar em ouvir que a CNPI é uma farsa, porque a CNPI é uma das maiores conquistas dos povos indígenas nesse país.

[tumulto]

SR. ANTÔNIO MARCOS GUERREIRO SALMEIRÃO: É, sim, eu vou mostrar para vocês.

[soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero consultar a vocês, o que é muito raro no Senado, senador não consulta, senador faz, mas eu quero consultar. Vocês querem ouvir ou querem que a gente suspenda a audiência? Se quiserem suspender, eu não tenho nenhum problema. Eu fiz a minha parte, quis ajudar, me ofereci até ir com vocês lá, em passeata, vocês preferiram ter audiência. Agora, para isso, vocês vão ter que ouvir até o fim. Como ouviram--

SRA. MARIA HELENA PARECI: --também contribuiu com o senador. Eu sou uma liderança indígena Pareci, chego cansativamente, o meu povo de médio Norte, centro-oeste, essa delegação. Inclusive a minha fala, eu vou designar para um representante que é da sua aldeia, que está passando uma situação tanto igual de vocês. Então, a gente deve... Vamos ouvir para eles nos ouvir também as nossas reivindicações.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem, Maria Helena. Muito obrigado a você.

[palmas]

Com a palavra, Dr. Salmeirão.

SR. ANTÔNIO MARCOS GUERREIRO SALMEIRÃO: A Comissão Nacional de Política Indigenista, vocês sabem muito bem, ela é composta por representantes dos indígenas do Brasil todo, eles foram eleitos pelos povos indígenas, e representantes do governo. Lá se discutem políticas públicas, discutem e deliberam, definem políticas públicas. Hoje é apenas uma comissão. Tem um projeto de lei, no Congresso Nacional, para criar o Conselho Nacional de Política Indigenista. Eu não sei se vocês sabem o significado disso. Se vocês não sabem, eu vou explicar o que significa isso. Vai ser criado, por lei, aprovado pelo Congresso Nacional, sancionado pelo Presidente da República, vai se tornar lei, vai ser criado por lei. E, nesse conselho, os indígenas vão definir, vão dizer para o Estado brasileiro o que o Estado brasileiro vai ter que executar em termos de política pública, programas, projetos para os povos indígenas. E isso vai ter que ser respeitado,

atendido e executado pelo Estado brasileiro. Por isso que eu digo, a CNPI, que hoje é uma comissão, é o embrião desse conselho, e é sim uma das maiores conquistas dos povos indígenas.

E a implantação que vocês tanto falam da Convenção 169 da OIT. O que significa a CNPI e o futuro conselho? É a implementação desse instituto, a prévia oitiva dos povos indígenas, todas vezes que foram aplicadas medidas administrativas e legislativas que sejam capazes de afetar os indígenas nesse país. Então, são vocês que vão discutir as políticas públicas e vão dizer para o Estado brasileiro como essas políticas, quais políticas vão ser aplicadas a vocês.

Então, me desculpem, eu não posso me conformar com isso. Eu até peço um favor a vocês, se informem melhor com seus representantes na CNPI, busque esse diálogo com a CNPI, busque esse diálogo com a CNPI. Eu exijo um pouco de respeito, por favor.

SR. CARLOS PANKARARU: Eu vou dar parte agora à Polícia Federal, certo? [soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento--

SR. CARLOS PANKARARU: Vou dar parte na Polícia Federal [soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Você não está com a palavra. Eu vou suspender audiência. Não pode suspender, não, porque você não manda aqui. Vocês querem suspender ou não?

[tumulto]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Desculpe, mas não há condições de continuar essa sessão. Não há condição. Ele fala em democracia... Não vai ter.

[soa a campanha]

Olhe, eu não quero pedir para ele ser retirado daqui.

[soa a campanha]

Não, não, não, não. Um momento. Eu não estou querendo pedir para ele ser retirado. Ele está faltando o respeito a vocês. Ele está faltando o respeito a vocês. Ele não está respeitando vocês que querem ouvir o Salmeirão [soa a campanha].

SRA. MARIA HELENA PARECI: [pronunciamento fora do microfone].

[tumulto]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ele não quer respeitar vocês.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso aqui é propina, senador. Isso aqui é propina.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não quer respeitar.

Carlos, a gente lhe respeitou, Carlos. Nós lhe respeitamos, como é você não respeita os outros? E vocês falam de democracia.

[tumulto]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não, não, mas você ouviu. Nós ouvimos os outros. Se você não quer ouvir, pode sair, sem nenhum problema.

SR. CARLOS PANKARARU: Eu vou sair, vou sair, eu vou sair

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem.

SR. CARLOS PANKARARU: Eu vou sair, porque eu não gosto—

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Muito bem. Muito bem. Não, está certo. Abre a porta aí que ele quer sair. Muito bem.

Agora a gente pode... Eu pergunto se mais algum quer sair. Tem todo o direito. Alguns querem ou não? Não. Então, Dr. Salmeirão.

SR. ANTÔNIO MARCOS GUERREIRO SALMEIRÃO: E eu também gostaria de render até uma homenagem aqui à servidora antropóloga Sílvia Tafuri, como foi mencionado aqui, e dizer o seguinte: ninguém tem o direito aqui de trazer o nome dela aqui, em respeito à memória dela, porque ela serviu, por um longo período, por um longo período, às questões indígenas nesse país. Ela enfrentou problemas de saúde gravíssimos. Então, vamos ter um pouquinho mais de respeito por ela. É isso que eu peço.

[tumulto]

SR. ANTÔNIO MARCOS GUERREIRO SALMEIRÃO: Eu não vou discutir isso com os senhores.

E, com relação ao curso, a FUNAI financia muitos cursos para servidores, para capacitá-los, mas a FUNAI não é obrigada a custear, financiar viagens para possibilitar estudos de campo. Se eu quiser fazer uma pós-graduação, um mestrado, um doutorado, na área, ela pode até custear isso; mas se eu tiver que fazer alguma pesquisa de campo, eu que vou ter que pagar a viagem, para elaborar meu estudo. A FUNAI não é obrigada, a FUNAI tem respaldo legal para financiar essas viagens. Me desculpem, mas tem coisas aqui eu não posso simplesmente ouvir e me calar.

E eu não só recebo os indígenas... Eu não só recebo os indígenas no meu gabinete, como todos os órgãos da Procuradoria Geral Federal. Órgão da Advocacia Geral da União está presente no país todo para receber os indígenas. Hoje, nós temos um quadro bem superior de procuradores, advogados, atendendo os indígenas, coisa bem diferente de um tempo atrás. Recebo, sim, e cada vez mais, mais advogados

e procuradores federais recebem os nossos indígenas. Porque esse tem sido o meu norte, o meu lema, desde que assumi a Procuradoria da FUNAI.

Eu gostaria de dizer o seguinte, entrando, então, na questão propriamente do decreto. Vocês sabem muito bem, alguns de vocês já até puderam me ouvir lá na Câmara Federal, mas eu vou repetir algumas coisas. Vocês sabem muito bem que a Constituição Federal de 1988 inovou, inovou em muitas coisas e aperfeiçoou e implementou uma série de direitos indígenas. Acho que foi um avanço e uma conquista também dos povos indígenas. A Constituição de 1988, a citada Constituição Cidadã. E a FUNAI estava defasada, ela estava com uma estrutura totalmente defasada... Se eu puder continuar, agradeço.

Havia... Havia... Não, não estou me referindo à criança, não.

Então, havia necessidade de reestruturar a FUNAI, sim, segundo os ditames legais e da própria Constituição de 1988.

Vocês sabem que a Constituição assegura a capacidade aos povos indígenas, coisa que a Constituição anterior não. Dizia que, e a legislação também, dizia que o índio era incapaz, que precisava da tutela, como se o índio fosse um doente ou um deficiente físico, mental, e necessitasse da tutela do Estado brasileiro.

A Constituição de 88 veio dizer que o índio é capaz, sim, tem plena capacidade civil, para todos os atos da vida civil, art. 232 da Constituição Federal, como vocês bem sabem.

E a FUNAI, até então, era toda norteadada nesse sentido de prestar tutela, a tutela aos povos indígenas. Existem, sim, muitos servidores da FUNAI que ainda não assimilaram isso, esse novo conceito, como tem alguns indígenas também que não assimilaram esse novo conceito. E a FUNAI está num projeto, num programa de capacitação desses servidores e esclarecimentos aos indígenas dessa nova situação jurídica dos povos indígenas, do indígena nesse país. Mas há necessidade dessa reformulação de toda a estrutura organizacional da FUNAI.

E foi isso que foi proposto por esse decreto. E esse decreto veio implementar também a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Não só CPNI possibilitando a ampla participação dos indígenas na definição das políticas públicas, mas, agora, no menor órgão de execução da FUNAI, lá no posto, que agora é chamado de coordenação técnica local, vai ter a participação, a gestão das questões indígenas, vai ter a participação dos povos indígenas ali daquela região. Vocês sabem muito bem, são os comitês regionais, que vão funcionar em nível de regiões, e lá vão ter representantes das comunidades indígenas, junta-

mente com os servidores e técnicos da FUNAI, mas é uma representação paritária: metade de indígena e metade de representantes da FUNAI. E isso vai possibilitar a discussão. Não só a definição dessas políticas públicas, mas o monitoramento, o acompanhamento, a avaliação. Vocês vão poder fiscalizar o que a FUNAI, o que aquela coordenação está executando.

E a participação social. Como eu havia dito, eu acho que essa é uma das maiores vitórias espelhadas nesse decreto, 7.056, que é a possibilidade da participação, é a gestão compartilhada juntamente com os indígenas.

E esse decreto também se norteou pela outra questão que é de suma importância – e aqui foi citado Dourados, Goiânia – é a vulnerabilidade de alguns povos indígenas. Nós sabemos muito bem a situação dos Guaranis-Caiuvás, lá no Mato Grosso do Sul. Uma situação bastante complicada, até para o Estado brasileiro, porque o Estado brasileiro, ele não conseguiu propor uma solução definitiva para aqueles povos indígenas, no sentido de reconhecer os direitos: o direito a terra, o direito às condições de sobrevivência, da reprodução física e cultural.

E o que se propôs nesse decreto? Aliás, o que foi aprovado? A criação de uma outra coordenação regional na região, não só Dourados, mas em Ponta Porã. Ponta Porã vai sediar uma coordenação e isso se justificou justamente dada a vulnerabilidade daqueles povos indígenas da região.

Eu só estou dizendo para vocês, porque essa foi um das premissas que norteou a Presidência da República, o Presidente Lula a editar esse decreto.

Goiânia. Goiânia. Atendeu os Xavantes. [soa a campainha] A coordenação que irá atender Xavantes vai ser transferida para... Aliás, já está em vias de ser implementada para Mato Grosso do Sul. Aliás, desculpa, Mato Grosso. Mato Grosso. Que é onde estão as terras Xavante. Por que terra Xavante tem que ser atendida por uma coordenação que está sediada em Goiânia? Então, por favor, se eu estiver enganado, me expliquem. Eu não vejo razão lógica nisso. Manter uma administração goiana distante dos povos indígenas que atende. Os Xavantes nunca se dirigiram a Goiânia, poucas vezes, vêm direto a Brasília. Nós recebemos direto aqui representantes das comunidades Xavante. E se aqui tem algum representante Xavante, poderá confirmar isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está inscrito aqui. Depois eu dou um pedacinho, um grande para você falar. Depois.

SR. ANTÔNIO MARCOS GUERREIRO SALMEIRÃO: Existe também um outro problema seriíssimo dentro da FUNAI, que é a má distribuição dos servidores.

Há coordenações que têm um excessivo número de servidores, excessivo número de servidores. Eu não vou nem citar quais coordenações aqui, mas vocês devem saber. E os postos, nenhuma unidade.

Com exceção de Goiânia, pelos motivos que eu já expus aqui, nenhuma outra unidade da FUNAI foi extinta, ou será extinta com a implantação dessa reestruturação da FUNAI. O que era posto, vai passar a se chamar coordenação técnica local; o que era uma administração executiva regional, vai ser chamado de coordenação regional. Algumas administrações que passaram a ser coordenações técnicas locais deixaram ser uma unidade gestora, ou seja, deixou de lidar com o financeiro, o orçamento, a comprar mercadorias, contratar serviços, e passou para uma outra unidade. E essa alteração realmente houve. Muitas dessas... Algumas... Foi citado seis, eu não sei bem ao certo quantas administrações deixaram de ser unidades gestoras, mas algumas deixaram sim. Deixaram. E outras situações sequer foram transferidas para outra unidade. A competência de unidade gestora, de executar orçamento, fazer compras, é o que tem... Recebe o dinheiro para comprar o que for necessário e contratar os serviços para atender as comunidades indígenas.

Então, havia... E nós nos orientamos, a FUNAI se orientou com as recomendações do Tribunal de Contas para diminuir as unidades gestoras, porque havia um excesso de unidades gestoras na FUNAI e era muito difícil para a sede administrar, monitorar, acompanhar todas essas unidades gestoras. Então, isso foi para aprimorar o serviço da FUNAI e preservar um pouco os recursos públicos.

Eu não sei se eu teria mais alguma coisa a esclarecer. Eu acho que, amplamente, eu consegui atender aí as dúvidas, esclarecer algumas delas. Mas estarei--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ditador!

SR. ANTÔNIO MARCOS GUERREIRO SALMEIRÃO: --estarei à disposição... Não, nós somos democratas. Estamos aqui para debater e discutir. Muito obrigado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu posso lhe fazer uma pergunta?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Terminou.

Bem, agora, eu vou dizer os que estão inscritos aqui, porque eu disse que ia abrir algumas palavras. A gente não vai poder ficar até muito tarde, não, porque eu tenho um compromisso muito firme perto de 11h30.

Agora, eu já tenho aqui diversos inscritos, e eu vou seguir a lista. Os que quiserem falar têm que ir para lá. Daqui, da Mesa, esgotou. Eram os convidados.

O xará Cristovam está querendo falar. Eu lhe passo a palavra.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Vai falar, vai falar. O xará.

Vai chegar a sua vez. Não, se você quer falar, você vai para lá e pede a palavra. Aqui, da Mesa, são os convidados. Não, não, não, desculpe, aqui não. Aqui são os convidados. Você fica ali, eu lhe dou a palavra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu entendo que é um ato do Presidente, eu entendo que é um ato de V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Não, não, não, não. Eu vou respeitar os outros. Eu estarei faltando ao respeito. Eu vou dar a palavra a você, mas fique ali. Alguém consegue um lugar para ele? Fica ali ou fica em pé mesmo e não fala. Mas a palavra está com o xará Cristovam.

SR. CRISTOVAM: Eu quero agradecer, senador. Eu quero fazer uma pergunta para o Salmeirão sobre a administração da gente em Pernambuco, que nós somos terceiro lugar do Pernambuco em povos indígenas, em número de indígenas. Aí eu queria que ele respondesse para mim, como que vai ficar a nossa administração lá, que ele quer botar para Bahia ou para Alagoas. Nós não somos alagoanos, nós somos pernambucanos. E agora eu quero novamente pedir ao Sr. Senador, meu xará, conterrâneo meu, do Pernambuco, quero mostrar o que a FUNAI faz com os índios, com os índios.

[falas sobrepostas]

SR. CRISTOVAM: Eu quero mostrar para todo mundo para ver se sai, no Brasil todo, o que a FUNAI faz através dos índios que vem para Brasília lutar pelos direitos, nosso, de todos os povos indígenas. Eu não estou falando só de minha tribo Fulni-ô, não, eu estou falando de todos os povos indígenas.

Colocaram nós na pensão. Ontem viajou 15 guerreiros da tribo Fulni-ô. Viajar 30 horas de viagem, sem alimentação, diz que não tem recurso para dar, e vou mostrar agora, novamente, que eu mostrei no senhor lá, em frente o Presidente, qual é auxílio que eles dão para a pessoa viajar 30 horas de viagem daqui de Brasília para o meu estado, que a aldeia fica no município de Águas Belas, no Pernambuco. Isso daqui não é eu que estou inventando, não, senador, olha. Isso aqui foi funcionário da FUNAI, assessor do Presidente da FUNAI, que deu isso daqui, para os meus irmãos índios ir comendo. 30 horas de viagem. Isso é uma injustiça, Salmeirão. Será que você tem Jesus Cristo no seu coração não? E nem o Presidente da FUNAI não gosta de índio, não.

[falas sobrepostas]

SR. CRISTOVAM: Será que fosse o seu filho, você faria isso? [soa a campanha] Meus parentes indígenas, meus irmãos índios da minha tribo Fulni-ô estão indo viajando com fome na estrada, que isso aqui é uma garrafa d'água, uma bolacha e uma laranja, que não dá nem para mim... Eu, se estiver com sede, senador, meu xará, eu tomo três dessa. Imagina viajar 30 horas de viagem.

Alguém da FUNAI está tentando comprar os índios, com uma besteira, certo? Então, eu faço aqui o meu apelo ao senhor, que é senador, ao Senador Suplicy. Votei por duas vezes no Presidente Lula, ele é conterrâneo da minha... Perto da minha aldeia, 88 km, ele mora, da tribo Fulni-ô. Ele morava. Hoje não, que ele é Presidente, viaja para exterior, e avião, e tudo. Ele olhasse mais para os povos indígenas do país. Esse decreto está errado. Me perdoe, senador, mas eu tenho que falar. Esse decreto está errado. Ele assinou um decreto sem consultar.

No dia 28 de dezembro, quando os parlamentares estavam em recesso, na calada da noite, ele fez isso. Até com os funcionários da FUNAI. Imagina nós, índios, que tava lá na aldeia.

Então, eu gostaria que o senhor apurasse isso aqui, que é uma injustiça viajar 30 horas de viagem, com uma laranja e um pacote de bolacha [soa a campanha].

Eu gostaria até de devolver para o Salmeirão levar para a FUNAI de volta.

[palmas]

[tumulto]

Só um instante, meu pessoal, só um instante meus irmãos índios.

Meu xará Cristovam--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Cristovam, vamos passar a palavra para o Guajajara.

SR. CRISTOVAM: Muito obrigado. Arão Guajajara.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): A palavra está com o Guajajara.

SR. CRISTOVAM: Só um segundo, Arão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Deixa eu ele falar. Foi o primeiro a pedir, na verdade.

SR. ARÃO GUAJAJARA: Bom-dia a todos. E o povo da minha região, que é do Estado do Maranhão, estamos aqui representados por certa quantidade de população da região do Maranhão. E também eu quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus que estamos aqui em plena audiência. Sr. Senador Suplicy, eu tenho uma imensa consideração pela política que o senhor tem nesse país, que o senhor tenha levantado... Não,

apesar de eu não ter um imenso conhecimento assim, pessoalmente, a pessoa do Sr. Senador, mas eu tenho acompanhado pelas bravuras, pelas política, que acontece nesse país, eu considero o senhor, tenho um grande, imenso, assim, um prazer pela sua bravura, pela sua política. Uma pessoa que sempre respeita a cidadania do povo brasileiro, não só a pessoa do indígena, que a gente tem acompanhado, e a pessoa que tem levantado a bandeira junto com o Presidente da República e a nação brasileira.

O que eu quero dizer aqui é o seguinte, que eu estou aqui não, por várias vezes me manifestando, não me promovendo, mas, pelo menos, eu estou aqui observando, Sr. Senador, Sr. Cristovam Buarque, que faz parte dessa Comissão de Direitos Humanos. Eu quero fazer uma crítica aqui.

Em primeiro lugar, eu quero fazer uma crítica. Eu observo que esta Casa, que esta Casa não tem interesse, interesse político de resolver a questão indígena. Acabei de observar da palavra do Sr. Senador. Se está... Ontem, eu ouvi, Sr. Senador, que tinha... Essa audiência tinha sido cancelada, por via telefone. Por isso que nós viemos ontem, aqui, na portaria aqui, mas a história era equivocada. Mas, naquele momento, me trouxe, Sr. Senador, que o Sr. Senador Cristovam Buarque representa a Comissão de Direitos Humanos, aonde foi parar o Decreto 7.056, de 2009? Para mim, naquele momento, me trouxe um grande pensamento: será a Constituição brasileira que nós temos hoje, no nosso país, eu queria saber, hoje, que queria saber se essa Constituição funcionasse. Eu queria saber, hoje, se funcionasse, por que a questão de direitos humanos se trata de gente, se trata de ser humanos.

Eu acredito, Sr. Senador Suplicy, que nós estamos aqui, esse símbolo de Cocar que nós temos hoje é um símbolo que, por trás da nossa luta, sobrevive outras pessoas. Nós não estamos aqui brigando por riqueza, por dinheiro, por comida, mas sim por um direito justo, com dignidade, de viver na tranquilidade, na liberdade, nas nossas terras. Nós não estamos aqui brigando por poder, não. Nós estamos aqui brigando pelo nosso direito. Esta Casa é de vocês. E essa lei foi feita por vocês. Mas esta Casa, eu vejo, Sr. Senador, desculpe, mas alguém está pisando em cima dessa Constituição aqui. Está sendo pisada essa Constituição aqui. Aonde que essa nação indígena chegou, que não tinham esse conhecimento? E onde essa irregularidade, que está acontecendo, está forçando essa nação chegar nesta Casa. Esse, me envergonharia isso. Se eu fosse uma pessoa parlamentar, eu me envergonharia isso aí.

Eu digo isso aos Srs. Senadores e Srs. Deputados e Sras. Deputadas: Verifiquem com atenção, mas não nos machuque, mas nos mate, mas não nos massa-

cre. O direito de expressão, o direito de liberdade está escrito nessa lei aqui. Nós queremos ter esse direito. Nós queremos ter participação nessa democracia aqui. E onde nós não estamos tendo a democracia. Nesta Constituição, não. Essa aqui não funciona para nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado.

SR. ARÃO GUAJAJARA: Olha só, quando o senhor falou, mencionou, na época... Na época não, na última audiência que o senhor iria comemorar os 100 anos de indigenistas, eu até... Eu chorei por dentro de mim. Essa era a palavra certa que deveria ser colocada. Nós, indígenas, até hoje, nós somos herdeiros dessa terra. Nós somos herdeiros. Tem que ser ciente. Nós também temos conhecimento, eu tenho conhecimento disso, nós estamos herdeiros dessa terra. Nós não precisamos nem permitimos esse mau tratamento que nós estamos tendo nesse dia de hoje. É que nem acabei de mencionar: esse cocar é um símbolo de que nossos pássaros, nós estamos defendendo nossos pássaros, nós estamos defendendo a nossa fauna, a flora, e essa Mata Atlântica, que vive, é por causa dela que nossos direitos estão sendo perseguidos. E esse decreto, esse decreto está acabando com essas nossas matas. Já chega, já chega.

Eu quero colocar aqui, como desabafo, até, no momento, de dizer o seguinte: já chega de vender o nosso país para os países exteriores. Vamos ser brasileiros. Que o Presidente Lula, Sr. Senador, verifica o nosso Brasil. Já chega de jogar as nossas terras, as nossas riquezas para os países estrangeiros. Já chega de querer dizer aquecimento global. Ninguém está... O país, o nosso Brasil não está preocupado com o aquecimento global. Se estivesse preocupado, não estaria acontecendo milhares de pessoas do Rio de Janeiro e São Paulo, que nem a gente observa, morrendo aí. E vai acontecer mais. Por quê? As nossas riquezas agora só bastavam as nossas riquezas, as nossas matas, sendo destruídas. Já basta a dívida que a federação, o Estado brasileiro tem com a gente.

Eu só quero, como desabafo, dizer o seguinte: verifique melhor a nossa lei. Verifique a FUNAI. A FUNAI é nosso órgão. Ela foi criada, a FUNAI foi criada, é um órgão de assistência ao índio. Especificamente aos índios, sem tratar os interesses políticos e econômicos nela. É para isso que nós queremos a FUNAI, para que não se traga o que está acontecendo aqui. E vai acontecer mais. Nós, aqui, do Maranhão, era difícil penetrarmos em Brasília, mas eu acredito que a gente vai conviver mais aqui. E a gente... Nós estamos entrando em contato, nessa semana vai se encontrar mais gente em Plenário aqui. É até um absurdo a gente estar em gabinete por gabinete, pedindo... Mendigando.

Eu queria que essa Casa, Sr. Senador, com muito respeito, tanto ao Sr. Senador Eduardo Suplicy e outros também. Eu acredito que tem coração. Que verifique a nossa lei. O nosso tempo, que nós passamos aqui, esse tempo todo aqui para nós é um prejuízo. A saúde é uma miséria, a educação é uma miséria, as atividades produtivas, nós não temos, ninguém fala. Nós não estamos estruturados. Será que essa comunidade... Eu vivo ainda da minha cultura, eu falo a minha língua e tem gente que não... Tem parente que não sabe falar português, que não sabe nem o que se trata aqui hoje. Precisa que a comunhão nacional, que nós sermos integrado à comunhão nacional, que nem diz o estatuto da Lei 6.001, que nem diz a Constituição do art. 331 e 32, precisamos que seja observado mais. Mas não ser forçado da forma como se fosse a gente, como se fosse criminoso. Já chega de sermos tratados sendo criminoso. Esse artigo, esse artigo é o decreto do poder econômico, é o decreto da destruição, é o decreto da violação dos nossos direitos.

Pensa, Sr. Senador, eu não estou lhe julgando, não. Mas o senhor, como Presidente, verifica essa situação. Porque, dentro desse decreto, está a vida de todos nós. A não ser que essa Comissão, que trata dessa questão do decreto, a não ser que o Sr. Ministro da Justiça, a não ser que o Presidente da República, a não ser o presidente da FUNAI, se responsabiliza por qualquer ato que realmente vier a acontecer contra nós, por desprezo, por desprezo e ataques policiais, que nem a gente está vem aqui.

A gente... Que nem, nós estamos acompanhando também a questão dos militares nas terras indígenas. Que nem a questão da mineração. Nós não somos contra a mineração. Mas desde que a comunidade indígena seja participativa nessa gestão, e que ele seja considerado a sua presença e o seu interesse. Que se faça um fundo de investimento indígena para aquele povo, porque nós também precisamos. Que nem o senhor, a pessoa da TCU colocou. Nós temos a necessidade. Sim, nós temos. E FUNAI sabe disso. Alguém que assumir ela, tem que assumir ela com responsabilidade, porque está assumindo uma responsabilidade com um povo que realmente precisa de alguém, que precisa do governo, e que o governo nos assiste da forma que nós somos, da cultura, na língua e o direito que tradicionalmente nós ocupamos, desde os nossos antepassados. Nós não estamos aqui... Não foi nós que fizemos essa lei aqui. Não foi nós que fizemos essa lei aqui. Então, por que o Poder Legislativo não faça ela cumprir? Por que os governos, as instâncias do governo não façam ela cumprir? Nós precisamos... Me trouxe, até, no momento, pensamento do Sr. Jeremias. Enquanto não estivermos inseridos

nessa política, nunca vamos ter uma vida de sossego nesse país. Temos que ter uma vida separada dessa instância do governo.

Eu digo isso, eu peço desculpa se eu ofendi alguém, mas eu estou falando aqui em nome de meu povo, de meu povo, e porque esse decreto, Sr. Senador, é um decreto cruelmente criminoso.

[palmas]

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero parabenizar o Cacique Guajajara pelo seu pronunciamento, que merece ficar registrado aqui como todos os outros, mas a sua ênfase foi muito importante.

Quero lembrar que o senhor trouxe uma anicidade(F) de que a gente faça uma alguma coisa. Eu lembro que aqui, a proposta que surgiu foi a proposta do Vereador Jeremias, de criarmos uma comissão que represente todos os povos do Brasil, para irmos ao governo, ao Lula, a quem for, para ver como substituir esse decreto por outro. Essa é única proposta que está aqui. Eu gostaria que não desperdiçássemos essa audiência e discutíssemos se é isso que vocês querem ou continuar como está. Muito bem, mas única que teve... Não, eu vou ouvir, sim, tem gente inscrito. Agora, a única até aqui é essa. Eu quero insistir que vamos ter que terminar num certo momento e não seria bom que terminasse sem nenhuma proposta. Quem está agora na vez é Maria Helena Pareci. Ela saiu? Não.

SRA. MARIA HELENA PARECI: Eu estou aqui [ininteligível].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas fala pelo microfone para que possa ser registrado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Fale daqui.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Precisa falar pelo microfone para ser gravado, por favor.

SRA. MARIA HELENA PARECI: Bom, que nem antes, companheiras e companheiros, guerreiras e guerreiros, eu sou uma líder indígena Pareci, mas eu vou estar repassando para o Ronaldo Pareci, que é um líder que chegara essa madrugada do centro-oeste, médio Norte, não só veio a etnia Pareci, mas como outras etnias. Então, estão em três etnias.

Então, essa delegação, eu vou repassar para Ronaldo Pareci.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bom, eu vou passar, mas antes o Senador... O Senador Suplicy quer fazer o uso da palavra agora ou não?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [ininteligível] providenciar um microfone.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas deu para ouvir bem todos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim, sim, mas quem sabe--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Era melhor um microfone para circular aqui.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Teria sido melhor. É só pedir ao som que eles têm.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então eu vou passar para o Ronaldo, substituindo--

SRA. MARIA HELENA PARECI: Concordando também com a proposta do companheiro Jeremias, que ele é um espelho nosso também, como questão política. E também como uma mulher, na luta, gostaria de implementar a acrescentar indigenistas, participação dos indigenistas. Muito obrigada, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado você.

SRA. MARIA HELENA PARECI: Vou repassar a palavra para o--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ronaldo Pareci.

SRA. MARIA HELENA PARECI: Isso.

SR. RONALDO PARECI: Bom, primeiramente bom-dia, Sr. Ministro. Em nome do povo Parecis e dos demais povos da região médio e Norte do Mato Grosso, gostaria de agradecer esse espaço por ter dado e estar aqui nos ouvindo.

Sabemos, Sr. Ministro, que... Senador, desculpe, de que há muitas insatisfação pelos povos do Brasil com esse decreto que foi criado aí, aprovado no final do ano. Indiferente dos demais povos do Brasil, nós também, da região médio Norte, nos sentimos insatisfeitos devido não termos sido consultados. A gente sempre lutou em parceria, em conjunto com a FUNAI, de que houvesse uma política de reestruturação, uma política digna, mas de que a gente tivesse essa participação, que fosse... Nós fôssemos ouvidos também.

Ficamos surpresos com essa situação e, por isso, tivemos várias denúncias, o Ministério Público do Estado, contra essa proposta. Por quê? O que ocorreu? As nossas administrações, que são locais lá, a gente está acostumado, eu me criei, desde criança os meus pais lutaram para que a FUNAI sem estivesse próximo aos povos indígenas. Conseguimos manter uma política de boa vizinhança com todos, somos povos que jamais viemos aqui na FUNAI, em Brasília, quebrar, fazer algumas arruaças, sempre lutamos da forma democrática.

Então, a gente ficou muito insatisfeito e, por isso, estamos aqui também e gostaríamos que o senhor,

como representante nosso legal, nos ajudasse a rever essa portaria, que, para nós, povos indígenas, não significou nada. Caso não for possível revogar ela, que nem já foi dito por V. Exa., que faça algumas alterações.

No nosso caso lá, que pelo menos mantenha as administrações regionais que já existiam. Para que mudar... Como se diz: time que está ganhando, não se mexe. Então, da mesma forma, eu acho que a FUNAI, ela vinha desenvolvendo um excelente trabalho, mas faltava alguns ajustes. Esses ajustes teriam que ser feitos em conjunto com a população indígena.

Quanto a CNPI, é claro, ela é uma representante legal dos povos indígenas, do país. Mas, senhores, dentro da CNPI não está os povos que moram dentro da aldeia; não está aqueles povos que estão vivendo dia a dia a situação, conflito, que nem já foi dito pelos demais parentes; não está lá vivendo conflito com madeireiros, com garimpeiros, com empreendedores ou com traficantes, outras coisas assim. A gente vê que cada dia a FUNAI, ela vem se distanciando. Eu acho que, assim, a política vem forçando a extinção dos povos indígenas, dessa forma.

Portanto, eu gostaria de fazer um apelo, em nome do meu povo, do povo brasileiro indígena, de que fosse revista essa situação, com cuidado, para que não venha prejudicar ninguém. Porque, pelo que nós estamos vendo, dessa forma, a população indígena, ela só vai cada vez ficar numa situação mais difícil.

Então, senhor, o que nós tínhamos para dizer era isso, e que... Eu não vou mais me alongar muito, por causa que o senhor já ouviu demais as reclamações que a gente está sofrendo, o dia a dia aqui [soa a campanha], os parentes lutando pelas reivindicações aqui, que são acudados pela própria FUNAI, que considera ser a Casa nossa.

Assim, quanto à força nacional, a guarda nacional lá. Para que aquilo ali? Por que não retira aquilo ali? Como é que proíbe eu entrar dentro da minha casa, sendo que é ali que defende... Ali é casa que eu procuro o socorro? Então a gente gostaria de que fosse tomadas essas providências o mais rápidos possível. E muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado a você.

Agora é a vez do Humberto Xavante. Ele estava ali, onde é que ele está agora? Humberto Xavante. Opa, venha falar aqui no microfone.

SR. HUMBERTO XAVANTE: Boa-tarde a V. Exas., senadores e senadoras. Se está presente senadores, se alguns convidados, deputados dos direitos humanos. É um prazer imenso de a gente combater para

poder melhorar esses tratamentos ao nosso povo indígena brasileiro.

Srs. Senadores, V. Exa., Sr. Presidente, eu vou apelar junto com eles, junto com coral para que o senhor tome providência convidar mais senadores para poder participar essa discussão a respeito às pessoas indígenas. E, senadores também, aos deputados também, convidar as pessoas que têm interesse de melhorar vida dos índios brasileiros.

V. Exa., eu agradeço, em primeiro lugar, que o senhor fez, e quando o senhor era governador, amparou os índios, com seus policiais, quando índio Galdino foi assassinado pelos malfeitores, foi incendiado sem merecer nenhum crime. Por isso, agradeço muito pelo apoio que o senhor tinha feito em 1996. Eu 'conhece' o trabalho brilhante, esse rastro especial de pessoas, de espíritos humanos, espírito de bons cristãos do que as pessoas que se vivem.

Muitas vezes, por vista do Senador Eduardo Suplicy, é uma palavra... Uma pessoa também exemplar. Deveria convidar também senadoras... A Senadora Marina Silva para poder participar, porque sempre defendeu a causa indígena.

V. Exa., peço, em nome de todos aqueles que não está presente, que se ausente nas pontas. Eu tenho 50 anos de trabalho dentro da carreira da FUNAI, conhece de cara a cara lideranças, representantes, legítimos representantes indígenas, e conhece também os trabalhos de bons funcionários que são carreiras indigenistas, que sabe o problema dos índios, que sabe as dificuldades dos indígenas. Por isso, eu suplico a colaboração, daqui para frente, o senhor abraçar a causa indígena brasileiros e conjunto de Norte e Sul, nacionalmente, para que melhore o tratamento indígena. Não somente a V. Exa., mas a todos os senadores que interessa para melhorar. Como eu escutei muitas vezes no Plenário dos deputados, nenhum contra melhorar o tratamento indígena. Nenhum, quando nós estávamos presentes, no dia 02 de novembro de 1999.

Então, V. Exa., o senhor repara muito bem. Aqui, o Tribunal de Contas da União se expressou que é irregularmente algumas aplicações de recursos das administrações anteriores. Eu acho que, para mim, está muito enganado. O problema é isso, o assunto pessoal. Como... A irregularidade está existindo anterior, se atualmente o recurso é aplicado para cinco estrelas, para minorias de meia dúzia de indígenas que eu não conheço. Eu conheço as lideranças que está presente, cada um deles conhece um por um, de onde vem, de onde... Qual o estado, e ninguém me consultou. Realmente foi excluído servidores de carreira, como o Wagner Tramm está pronunciando. E muitos, muitos funcionários de carreira já morreram por causa de

infarto de tanta pressão, de tanta perseguição. Isso é inaceitável, V. Exa.. É melhor o senhor tomar posição para que seja ilegal, como expressou o senhor advogado, procurador da República, e eu agradeço pelo trabalho deles, para outro lado; e, por outro lado, ele é um novato, foi inspirado, não sei de quem. Tem uns advogados anteriores são causa de verdadeiros que enfrenta, que chupa a poeira, que anda embaixo da chuva, que entra no rio para poder salvar a vida do ser humano, principalmente indígena, que arrisca a vida andando com helicóptero para poder salvar a vida de seres humanos.

V. Exa., não é novidade. O senhor vai ouvir pessoalmente. A instituição que foi recentemente criada, a instituição, CNPI, Conselho Nacional Política Indígena é uma desgraça. Desgraçou a FUNAI, sucateou a FUNAI, tirou da verdade para a inverdade.

A realidade... Eu sou técnico indigenista. É o pioneiro da ideia para demarcação de terra. São pioneiros... Orlando Vilas-Boas. Eu agradeço a V. Exa., ao Sr. Senador, Senador Mozarildo Cavalcanti, que pronunciou que isso é do século passado. Esse aí não fala mais. É do passado.

Orlando Vila-Boas, é um sertanista, é meu parceiro, lutou comigo, encorajou comigo. Ninguém pode condenar a atitude dos militares, militares têm, todo poderoso, eles têm todos os poderes, mas eles reconhecem os erros deles. Saudade dos generais [ininteligível], muitas vezes ele assinou certidão negativa aos fazendeiros, porque alguns informaram que não existe os índios, mesmo que os índios existem lá, caçando, pescando, cantando, trabalhando. Se os índios não trabalhassem, tinham morrido. Muita gente fala que índio é preguiçoso. Não é. Porque tudo isso aí é inverdade, que quer ser invertida. Quem está trabalhando é a cabeça ou robô? Se não for a cabeça, se não for o braço, é o trator. Se não tem dinheiro, ninguém vai derrubar as matas. Se não tem dinheiro, ninguém vai se [ininteligível]. Esse é o mundo dos brancos que nós estamos entrando?

V. Exa., peço para ser respeitada a Lei 6.001. A 6.001 foi pronunciado como expressou o advogado, o nosso procurador, a tutela não deve ser pensado nem como sanção [soa a campanha], nem como disseminação, mas como uma proteção adicional aos indígenas, que, por viverem... Que, por viverem, segundo normas específicas, eventualmente diversas de norma do resto da população, principalmente a sociedade do branco, e por terem conhecimento e perfeito da sociedade, estão particularmente sujeito a serem lesados [soa a campanha]. Isso não é mentira. Isso é verdade. Porque os índios não sabem ainda o valor do grama de ouro, não sabem ainda o valor do quilate de diamante, não

sabem o valor ainda do metro cúbico, não sabem ainda a linguagem do advogado, dos juízes, dos estudiosos [soa a campanha].

V. Exa., repare isso. Me dá um tempinho para mim, favor, para poder terminar, porque isso é importantíssimo para todos nós. Porque ninguém respeita, está tentando desrespeitar. Está aqui a Constituição Federativa. Qual é a maior federação? Não é a Carta Magna? Por que está desrespeitando então tudo que é de bom para o ruim? É por causa do dinheiro para poder explorar a terra indígena, para receber por fora propina? Os índios também precisam, precisam também receber também. O resto que está restando, aquela terra já é pequenininho, já é um lote. Deixa para os índios receber também, para poder serem tratados pelo médico especializado, particular dos Estados Unidos ou na França ou na Inglaterra ou aqui mesmo no Brasil. Por que os índios vão ficar sempre na mão vazia? Pelo amor de Deus, tem que alguém interceder por nós.

V. Exa. também a incapacidade, lecionando com o instituto da capacidade. Foi imaginando e construindo sobre uma razão, moralmente é levada a proteção dos que são portadores de uma deficiência, juridicamente apreciável continua a lei não instituiu o regime das incapacidades com o propósito de prejudicar aquela pessoa. Não é para prejudicar os índios, mas sim pessoas que nelas padecem. Mas, ao invés, com intuito de lhe oferecer proteção.

Por isso, antecipo, já foi entregue a proposta de lei [ininteligível] para mudar para 2.057/91, que está incompleto. É prejudicial esse estatuto que o Sr. ex-Ministro Tarso Genro entregou aqui, na Câmara dos Deputados, para ser aprovado. Já está em trâmite.

Então, senhor, a V. Exa. junte os outros senadores e pede, que isso não é bom. Os índios ainda não está preparado [soa a campanha]. Ele quer submeter os índios para favelas, para ir condições, sem estudo. Ninguém está financiando o nosso estudo, dos nossos filhos, etc, etc. É muito importante isso, V. Exa., gravar. Isso é a realidade. Obrigado, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado. Eu que agradeço.

[palmas]

Eu quero insistir... Eu quero insistir que eu gostaria... Quero ajudar aos povos indígenas. Eu quero saber como é que eu posso ajudar vocês.

Agora, eu não tenho caneta, eu não tenho poder, eu posso intermediar vocês com as autoridades do governo, posso fazer discursos em defesa de vocês, mas, fora isso, nada de concreto. Eu quero saber como é que eu ajudo vocês. E aí--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Me permita, senador--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, eu vou passando na ordem aqui. Só queria que os que estão faltando ainda – depois vocês se inscrevem, não tem problema – digam o que vocês querem que eu faça.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, mas vai dar. Não, não, não, ele vai dar. Ele vai dar. Espero que ele traga sugestão então. Muito bem. Espero. Mas ele vai falar depois do Olair Carajá. É ele já.

Agora, eu quero pedir... O que vocês sugerem que nós, senadores, façamos? Segundo, quando um orador estiver em pé, eu queria que cedesse uma cadeira para que ele falasse daí. Porque eu terminei aqui, sem perceber, ele terminou, o Humberto sentando aqui... Não tem problema. Não tem nenhum problema, mas foi um cochilo meu.

Eu quero passar a palavra agora para o Olair. Olair Carajá não está? Então, pronto. Então, a palavra está com você.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pois não, Presidente. Muito obrigado, Exmo. Sr. Presidente da CDH, do Senado Federal, da República Federativa do Brasil. Sr. Senador Eduardo Suplicy e irmãos aqui presentes.

Bem, dois pontos, como o Vereador Jeremias já levantou, são dois pontos básicos que nós vínhamos trabalhando. O art. 1º, Presidente, porque o art. 1º alterou a finalidade dessa fundação pública. A FUNAI é uma fundação pública, é a única fundação da República, que tem a sua atribuição, a sua finalidade é levada a uma proteção constitucional, art. 231 da Constituição. Ou seja, essa finalidade foi elevada exatamente em função da diferenciação cultural, por ser uma estratégia e um compromisso da federação. Essa proteção também está no art. 42 e 43, da Lei 6.001. Então, para alterar uma finalidade, a atribuição de uma fundação, isso é um princípio básico de direito público, eu posso falar isso, porque eu advogado há 22 anos, no estado de Rio de Janeiro, na área de direito público. É de conhecimento, é de domínio público, e o Ilmo. Sr. Procurador da FUNAI deve saber disso, que trabalha também na área de direito público, que uma fundação só pode ser alterada através de um decreto... Os seus atos constitutivos só podem ser alterados internamente quando esses atos constitutivos permitem. Então, se há finalidade de uma fundação estar no seu estatuto interno, o estatuto interno pode alterar.

Mas quando essa finalidade é elevada a uma proteção constitucional, como está no art. 231 e no art. 42

e 43 da Lei 6.001, você só pode alterar, só pode alterar essa fundação, a finalidade dessa fundação através de medida própria, a lei ou a emenda constitucional. Se os senhores querem alterar a finalidade dessa fundação, que é administrar patrimônio público, é inventariar o patrimônio indígena e distribuir de forma impessoal, e não de forma pessoal, como vem sendo hoje pela fundação pública.

[palmas]

Então, nós temos, Sr. Presidente, nós temos aqui uma inversão, uma subversão. E aí nós vamos pegar isso aí que está no art. 1º, quando você vai para os dois anexos que diz que a fundação pública agora não é mais... Não administra mais patrimônio público, não gera mais patrimônio público e não... Distribuiu mais esse patrimônio. Ela tem uma finalidade, ela tem uma atribuição, a partir de agora, de gerir políticas públicas indígenas.

Ora, gerir políticas públicas indígenas, nós já temos, nós já fazemos isso através da legislação própria de saúde, de educação, de assistência. Nós já temos essas legislações, que já foram regulamentadas. Nós não precisamos de uma fundação para gerir políticas públicas, nós precisamos de uma fundação que administre o patrimônio, que inventarie esse patrimônio e que distribua esse patrimônio, como está sendo discutido na questão da mineração, de forma impessoal. E essa fundação foi alterada sorrateiramente, Presidente, sorrateiramente foi alterada a sua fundação, a sua finalidade, a sua função precípua. Então, esse é o art. 1º.

Com relação ao art. 5º, Sr. Presidente, aí é mais grave. E aí eu gostaria de, como membro de Comissão de Direitos Humanos, eu sou membro permanente da Comissão de Direitos Humanos da OAB do Estado do Rio de Janeiro, e eu identifiquei algumas ilegalidade que têm que ser registradas, e, essa comissão, eu peço permissão e peço, com toda humildade, que V. Exa. tome algumas medidas em relação ao que nós vamos relatar.

Esse decreto foi levado a cabo sem um impacto social cultural com relação aos indígenas. Deveria ter precedido esse decreto do impacto. No dia 28/12, foi abaixado o decreto. No dia 11/01, houve um confronto em frente à FUNAI entre Xavantes e Caiapós. Tem um vídeo que vai passar aí agora. Então, esse foi o primeiro impacto, um confronto interétnico. E esse impacto foi grave. É um impacto grave.

No dia 19/01, no dia 19/01, a força nacional assumiu a FUNAI. No dia 21/02, o pessoal saiu da FUNAI e foi para Esplanada dos Ministérios. No dia 24/04, a polícia, como todo mundo já falou, no dia 24/04, a polícia foi todo o aparato, articulado, a administração

pública federal distrital foi articulada de tal forma a levar um aparato que parecia... Quatro horas da manhã para tirar os indígenas da Esplanada dos Ministérios.

No dia 28/04, no dia 28/04, veio a audiência, que foi mencionada que o TCU que determinou essa alteração. Então, os indígenas foram até o TCU e cobraram do TCU se o TCU determinou modificar a atribuição, a função desta fundação pública, dessa fundação pública, e o TCU falou que não, que não autoriza e não teria a permissão. Só uma emenda constitucional teria permissão para alterar a finalidade dessa fundação. Então, o TCU se posicionou nesse sentido.

Depois, veio a portaria, dia 20/04, que determinou atirar, a proteger a FUNAI, a FUNAI, através da força nacional e, inclusive, a atirar contra terceiro.

Depois temos o projeto das minerações e temos, depois, a presença militar nas terras indígenas, como foi bem falado.

Então, nós verificamos, Sr. Presidente, que existe uma articulação da República, dos poderes públicos, contra nós, indígenas. Então, os servidores, nós temos aqui o senhor, que V. Exa., como professor, e eu gostaria de me dirigir a V. Exa. como Professor, e nós temos aqui os monitores bilíngues, que são responsáveis por trazer essas línguas, aumentar essas línguas, são servidores da FUNAI, por mais de 30 anos, a maioria, e hoje estão sem lotação.

Então, isso aqui não é assédio moral, isso não é crime, isso não é violação de direitos humanos, de direitos humanos de uma população que está em situação de vulnerabilidade, e nós estamos colocando mais ainda em situação de vulnerabilidade.

Esse seu presidente, com todo respeito, e a CNPI, é uma reivindicação, é uma reivindicação nossa, mas nós não permitimos, nós não demos a autorização, a CNPI não deu autorização para alterar a FUNAI. Esses companheiros que estão, esses irmãos indígenas que estão na CNPI não deram essa autorização para acabar, para alterar essa finalidade, essa função, mesmo porque eles não teriam... Esses direitos são indisponíveis, são inalienáveis, são imprescritíveis, é de diferenciação cultural. Essa lesão é de origem, essa lesão tem origem lá em 1.500 e são imprescritíveis.

Então, vocês não teriam, e nem o Senado e nenhum dos poderes têm essa permissão para alterar esses princípios, que foram construídos nessa Casa, Presidente, que foram construídos na Câmara dos Deputados, e, naquele caso Raposa Serra do Sol, o egrégio Supremo Tribunal Federal reafirmou esses princípios. São princípios que nós não podemos abrir mão. Nenhum de nossos irmãos indígenas, nenhuma etnia isoladamente pode abrir mão, e muito menos o Presidente dessa comissão.

Por isso, Sr. Presidente, que nós encontramos aqui, eu, como membro de Comissão de Direitos Humanos, identifiquei graves violações a direitos humanos, cometidos pelo Estado nacional. O Estado está usando o seu aparato estatal para violar direitos humanos, para violar direitos humanos. E isso ficou patente, isso ficou claro, e nós temos documentado aqui, nós registramos tudo isso, porque, como mito militante de comissão, eu tenho obrigação de registrar para não correr o risco de ofender uma autoridade, de atacar uma autoridade pública, que aqui está presente. Nós, indígenas, nós nunca atacamos uma autoridade pública, a menos que essa autoridade pública também nos ataque de forma tão veemente, como vem fazendo ultimamente, Sr. Presidente.

Então, merece uma cautela, como nós já falamos aqui, uma ponderação para que seja revisto esse decreto. Não queremos revogar decreto nenhum, nós não temos esse poder, não queremos entrar no mérito da administração pública, na conveniência e oportunidade do administrador público, porque isso aí nós sabemos que a conveniência e a oportunidade é um mérito da administração pública.

Agora, as ilegalidades, Sr. Presidente, têm que ser apuradas, têm que ser responsabilizadas. Nós não queremos sair daqui de mãos abanando, sem punir o esse presidente dessa comissão, sem punir os administradores públicos que chegaram a esse ponto, Sr. Presidente [palmas]. Nós não podemos sair daqui sem punir. Porque a administração pública se articulou, está usando, está sendo utilizada, o aparato estatal contra nós, indígenas, em uma situação de vulnerabilidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero agradecer. E, pela primeira vez, eu ouço propostas bem concretas, e eu assumo o compromisso de lavrá-las(F). Agora, você disse, um momento, “não podemos sair daqui sem punição”. Eu não tenho como punir ninguém.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não, eu não posso fazer isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Encaminhar para o Ministério Público [ininteligível] ética administrativa, nós podemos [ininteligível] e encaminhar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Encaminhar. Encaminhar eu posso, punir eu não posso.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Quem pune é a lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso, exatamente, é a lei.

Então, surgiu a proposta clara. A proposta não foi revogar o decreto, mas de revisar completamente o decreto, não só esses dois artigos, a revisão, que casa muito bem com a proposta do Vereador Jeremias de ter uma comissão de todos os povos para fazer isso.

E quanto a encaminhar isso, eu encaminho, sem nenhum problema, para o Ministério Público, para onde for. Eu só não posso é dizer que a gente vai punir antes de eu sair daqui, porque eu não tenho como punir ninguém.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas o art. 1º é o que estabelece as atribuições, e as atribuições e as finalidades. Foi no art. 1º, que remeteu para o anexo um e dois, que é estatuto, que alterou a finalidade da FUNAI.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso, mas isso é o que a gente vai discutir. Então, a gente vai levar essa proposta. E eu aceito, eu perguntei como é que posso ajudar, descobri uma maneira: é sendo intermediário dessa ideia do Vereador Jeremias, de criarmos uma comissão dos povos e de levarmos ideias como o Guajajara, Arão propôs, de rever alguns pontos ou até todos. Eu não sou contra rever todos. Eu só não posso dizer que vou propor ao Presidente Lula revogar tudo. Não, é discutir com ele, até ele chegar outro, sem dúvida alguma.

Então, finalmente temos duas propostas que se casam bem: a criação da comissão dos povos, que é uma ideia que a gente levaria, e, depois, a ideia da revogação. E ele já trouxe dois artigos que ele acha.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É o 1º e o 5º.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É 1º e 5º, eu anotei aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É o Parágrafo Único do art. 5º.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Aduauto(F), não é? Aduauto(F), por favor, senta aqui. Eu quero pedir que a gente tente ser mais breve, porque uma hora eu tenho que sair daqui, e o Senador Suplicy quer falar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu queria me inscrever na—

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Suplicy está inscrito.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Antes da... Eu quero acabar de ouvir a todos, Presidente, daí se eu puder falar uma breve palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Perfeito. Depois do Aduauto(F) só a Rosane Kaingáng.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu teria algumas perguntas ao Antônio Marcos.

[tumulto]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Aí a gente não vai terminar nunca. Espera aí, vamos ver.

Vamos lá, por favor.

SR. ADAUTO(F): Srs. Senadores, membros da Mesa, eu venho informar ao senhor, que, fazendo as palavras do nosso companheiro que saiu, a Comissão de Direito de Goiânia tornou o fato como ato inconstitucional, fez uma resolução ao Sr. Presidente da República, que ele retire esse decreto ou ele vai responder na justiça a inconstitucionalidade desse decreto.

Então, nós já mandamos, eu entreguei na sua mão, do Senador Nery, a formação de todos os princípios que foram violados dentro desse decreto. Então, o senhor é de posse disso, o senhor pode fazer uso disso. E dentro dessa informação que o senhor tem, como todo o discurso, de todos os decretos, item por item, que foi passado para sua mão, inclusive um vídeo aonde existe uma comissão de reestruturação da FUNAI nomeada pelo presidente da FUNAI, e que ele esqueceu. Esqueceu... Não sei, ou... Porque ele não tornou essa portaria sem validade. Essa portaria existe até hoje, e ele não nos ouviu.

Outra coisa, respondendo ao ilustre procurador, eu quero informar se eu não entendi se ele quis dizer que a Goiânia não vai ter uma comissão técnica, como foi... Coordenação técnica. Existe uma portaria do Sr. Presidente, aonde lá é uma coordenação técnica, assinada por ele, todos os atos dele estão falando que é uma coordenação técnica.

Então, eu acredito que o senhor quis falar que era uma exceção, Goiânia ficaria, era isso que o senhor queria dizer ou queria dizer que não ficaria?

SR. ANTÔNIO MARCOS GUERREIRO SALMEIRÃO: Eu quis dizer que ela deixou de ser uma unidade gestora, e aí, se há determinação do Presidente que ela continue como uma coordenação técnica local, vai continuar como coordenação técnica local.

Agora, não faz sentido que uma unidade que tenha essa função, executiva, executar o orçamento, fazer compras, contratar serviços, ficar tão distante das terras indígenas que é responsável, não é isso?

SR. ADAUTO(F): Eu só queria informar ao senhor que Goiânia é um centro tradicional indigenista do país, que abrigou o Xingu, e que abriga até hoje os Xavantes, não por questões de distância, mas sim porque ali eles encontram o apoio, o tratamento médico especializado, que hoje Goiânia é referência nacional, e, além disso, hoje, nós temos o corpo técnico, que é formado em Goiânia, como um dos melhores, tendo elogio inclusive do Tribunal de Contas, que é importante ficar bem claro, tem elogio de quase todos os deputados estaduais. Fizeram uma menção, por escrito,

dizendo que não pode-se tirar o que é óbvio, como o senhor falou que gastos públicos, para diminuir gastos públicos, pois a nossa sede em Goiânia é própria. Lá, nós fizemos 50 licitações para todas as áreas que existem, que o senhor falou aí, 50, e que todas elas foram honradas e que elas terão custo, e esse custo será exorbitante, porque existe multa, existe um agravante em todas elas.

Agora, eu estou respondendo a resposta do Sr. Procurador. Eu quero falar também para o senhor que, hoje, não é possível... Eu fui criado por Francisco Meirelles, um dos maiores sertanistas que já existiu nesse país. Ele me criou, e eu convivi com índios Xavantes até os oito anos sem ter uma roupa. Eu me considerava índio, eu vivia com eles e comungava com eles a natureza. E digo para o senhor, eu acho que eles estão se revirando lá na tumba perante tais informações equivocadas, aonde eu digo que esse decreto nasceu morto e ficará morto, porque será difícil implementar dentro de uma comunidade que não aceita mais cabresto. Os índios...

[palmas]

Os índios, hoje, têm personalidade. E digo mais, nós, servidores, vocês podem fazer o que quiserem com a gente, mas o lema do Rondon ainda prevalece no coração da gente. Nós trabalhamos por amor, nós não trabalhamos por DAS, como todos os contratados [palmas] que estão na FUNAI da sua gestão, todos que apóiam esse decreto, defendem o seu DAS e não o índio. É por isso que eu venho afirmar: Sr. Procurador, Sr. Senador, vocês que fazem parte dessa Mesa, não sujem a mão de vocês com algo tão bonito quanto os nossos indígenas. Não botem eles para serem explorados, como aconteceu em outros países [soa a campainha].

Então, por que não dar ouvido à palavra deles? Por que o senhor diz que tirou de dentro da aldeia e trouxe para um lugar que fica, às vezes, 1.100 km, Sr. Procurador, para que o índio possa se deslocar para atender a sua reivindicação, a sua invasão de terra, para possa ter direito de uma ação imediata?

Hoje, nós, dos 13% do território nacional, nós só temos 1%, que por questões, inclusive por causa desse decreto que estão sendo desmatados nesse momento, destruídos, invadidos, inclusive na Serra Minas Sul, todos os equipamentos de vigilância, que custou o suor de muita gente, não foi só da FUNAI, foi esforço físico, foram roubados. Existe ocorrência policial, existe todo um aparato, que eu, como servidor público, não posso deixar de ocorrer e falar aqui, a segurança alimentar desse povo foi destruída, vocês não vão ter cesta básica para dar para eles. Quando um índio desse invadir, roubar, saquear, pode crer que

o senhor será lembrado. E todos aqueles que estão favorecendo esse decreto, colocando nele uma pedra, uma blindagem em torno desse presidente, que eu não sei se isso é alguma coisa que quer resplandecer de uma forma que não pode ser normal. Todos os presidentes caíram muito menos, muito menos do que isso, sabe? Muito menos.

E, hoje, aquela força nacional está ali não é para defender o Sr. Presidente, é para defender interesses de políticos poderosos, gananciosos, que vão ver o resultado.

Hoje nós somos 13 milhões de funcionários públicos. Lembre-se do que eu estou falando: 13 milhões de funcionários públicos. Não vai ficar esquecido nessa eleição isso que ocorreu. Nós temos esposa e temos filhos. São 39 milhões de palavra que serão ditas nas urnas quando vocês quiserem eleger as pessoas que vocês querem. E eu digo aqueles que estão apoiando esse presidente vai ter um baque tão grande, vai ser uma queda tão horrível, que eu acho que seria melhor vocês reverem isso e aceitarem a inconstitucionalidade desse decreto já, e, pelo menos, respeitar os servidores antigos. Porque nós não somos incapazes. Nós tivemos, e como foi dito, o caso pessoal com Goiânia é porque Goiânia acendeu todas as metas. Hoje, só seis administrações entregaram para vocês o Plano Plurianual. Vocês só conseguiram gastar 6% do nosso orçamento. Onde é que está o resto? Quando é que vocês vão querer gastar isso? No final do ano, como sempre fazem? Não pode ser correndo assim. O índio precisa comer, o índio precisa de planejamento, precisa de terra para poder cultivar, precisa de trator, precisa de apoio técnico. Quem está apoiando os índios na lavoura? Quem está trazendo para eles a segurança para o seu filho, para o seu povo? É vocês, que deixaram 50% da FUNAI paralisada desde o dia 28 de dezembro?

É por isso que eu digo: eu não sei o que vai acontecer comigo, mas sei que, nas minhas mãos, eu não vou sujar com essa forma de fazer política, com essa forma de fazer decreto, com essa forma de passar por cima, com um rolo compressor, da nossa Constituição, dos nos nossos indígenas, dos nossos servidores públicos, porque o funcionário público vai fazer valer o seu direito. E nessa urna vocês vão ver, muita coisa vai acontecer. É só isso que eu tenho para falar.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos fazer como nós fazemos no Senado. O Olair tinha saído, ele vai falar, mas depois que terminarem todos.

A próxima... É assim que a gente faz aqui.

Então, agora é a Rosane, que é última inscrita. Depois o Olair, que tinha saído. Eu darei a palavra. E, depois, claro, o Senador Suplicy.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, eu só queria lembrar que o representante do TCU estava falando, e eu pedi a palavra. Fui o primeiro a pedir.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bom, o senhor falará então. Onde está a Rosane?

SRA. ROSANE KAINGÁNG: Estou aqui, senador, bem na sua frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Desculpe. Vamos lá.

SRA. ROSANE KAINGÁNG: Bom-dia a todos, a Mesa e a todos os parentes.

Sr. Rafael, o senhor tocou numa coisa muito importante, que é atividades produtivas dos índios, não é? Eu fui chefe da Coordenação Geral de Desenvolvimento Comunitário de 28 de fevereiro de 2005 até 30 de novembro de 2007. Portanto, eu conheço os dois acórdãos do TCU, as recomendações do TCU, inclusive da CGU, Controladoria-Geral da União, que trabalhou somente a ação, acompanhou a ação da atividade produtiva para os índios da FUNAI.

Então, eu gostaria de fazer os encaminhamentos. Eu tenho a impressão, senador, a cada um que representa a sua instituição, que o TCU e o CGU acompanhem imediatamente essa execução do decreto, porque os índios estão desassistidos desde que foi sacramento o decreto, inclusive a Vaguajar(F), que é um povo isolado, está cheio de madeireiro; que o TCU e CGU levarem os gastos da FUNAI em todas as áreas, no que foi aplicado os recursos, porque o uso da máquina administrativa, em referência aos recursos, está sendo violenta essa questão. Então compras de cesta básica, recursos para cada família estão sendo dados. São recursos públicos que o TCU e CGU deveriam apurar, no que está sendo gasto, qual é a execução dos recursos da FUNAI. Se de fato está sendo atendido lá, na ponta, os índios nas suas roças, e onde está sendo executado.

E por que a FUNAI, nessa coordenação, em 2009, ela devolveu nove milhões aos cofres públicos? Em 2008, 9 milhões aos cofres públicos. Em 2009, quatro milhões. Essa coordenação, ela é de fundamental importância para atividades produtivas roças, a segurança alimentar dos povos indígenas.

Deixei um PPA de 21 milhões; com os quatro, foi para 18 milhões e meio; e hoje está em 13 milhões e meio. Á época que eu fui chefe, TCU e CGU me acompanharam, e as recomendações foram todas postas em prática na minha gestão. E, agora, eu quero saber por que a devolução desses recursos, se os índios estão

desassistidos? E se a FUNAI não está cumprindo com os calendários agrícolas, e se o FUNAI devolve aos cofres públicos esse montante de dinheiro.

CGU também tem que apurar, e TCU, a desassistência total dos índios, a vulnerabilidade, que eles estão na ponta, sendo invadidas as áreas, na forma que foi feito os postos indígenas, a extinção dos postos indígenas. Se a FUNAI, como poder público, constrói os postos indígenas para proteção em áreas de florestas em Rio Negro, para fiscalização da proteção física e da terra dos povos indígenas, por que agora se transforma em coordenação técnica local, que vai ficar na cidade?

Então, a vulnerabilidade, Sr. Senador, é muito grande, que os índios estão hoje. O fato [soa a campanha], a presença do Estado brasileiro lá na ponta, através da FUNAI, servia como proteção. Hoje, os índios estão vulneráveis. Eu acho que TCU precisa acompanhar isso. Se os índios estão hospedados ou não na pensão, a FUNAI tem um centro de convívio construído em Sobradinho para esta finalidade. O que o TCU e CGU estão fazendo que não viram ainda? Foi gasto mais de quantos milhões lá, para construir o centro convívio para hospedar os índios descentemente que viesse a Brasília? E apurar... Senador, o senhor pergunta o que senhor pode fazer? O senhor, como senador, e o Senador Eduardo Suplicy, os senhores, como senadores desta Casa, deviam mandar apurar as irregularidades que estão ocorrendo, e o ferimento e violação dos direitos indígenas [soa a campanha]. É isso.

E outra coisa que eu queria encaminhar também é... Senador, eu fico muito chateada quando a FUNAI diz para o senhor que os índios não são lideranças.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não são todas.

SRA. ROSANE KAINGÁNG: Não são todas lideranças.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): De fato não estão todas aqui.

SRA. ROSANE KAINGÁNG: Não estão todas, você não vai ouvir 220, como vocês falam.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nunca.

SRA. ROSANE KAINGÁNG: Evidentemente. Mas eu sugiro que vá uma comissão de parlamentares a essas regiões, senador, como eu já lhe sugeri uma vez, a essas regiões e que vá de fato escutar os índios na ponta. Lá tem muito mais... Aí sim seria democrático. Aí sim seria democrático. E não uma forma... Usar a máquina administrativa para manipular ou para compra. Isso o senhor precisa ver essas irregularidades [soa a campanha].

E a questão é o seguinte: o que ocorre hoje é que a FUNAI deveria ter apresentado aos nossos povos a propostas que ela encaminhou de reestruturação da FUNAI. Ela não apresentou... Ao governo. Ela não apresentou essa proposta nem para os povos indígenas e nem para os servidores da FUNAI. Quando os nossos membros da CNPI colocaram, quando foram levar uma prensa da nossa base, que eles disseram para nós que eles também não foram escutados, então é grave, senador, é grave o assunto. Eles não foram escutados. Quando questionaram o Sr. Presidente da FUNAI, que eles queriam ter conhecimento da proposta de reestruturação que o presidente ia levar ao governo, ao Palácio... Ao MJ, ao Palácio do Planalto, para sair o decreto, o Sr. Presidente da FUNAI respondeu: "Isso está em Ata". Respondeu que não se preocupasse, que nossos da CNPI não se preocupassem que esse é para o melhor deles. Então, quem está sendo enganado aqui? Quem está enganado quem aqui? Se você ouve isso...

E, senador, nossos membros da CNPI estavam aqui naquela audiência anterior, sobre a questão do Caioá, eles estavam tudo aqui na frente. Eles podiam ter desmentido, mas eles não desmentiram.

Eu acho assim... E nós queríamos saber também por que a força nacional lá? O TCU já sabe. É desvio de função da força nacional. CGU está vendo isso? A força nacional deveria estar ajudando nessas enchentes ou no Haiti, aonde quer que fosse, não na porta da FUNAI. Eu queria saber se o órgão público, e, nós, povos indígenas, só está acontecendo isso conosco? Todos os órgãos públicos estão com força nacional na porta? Desvio de função. E quem paga?

Senador, para nós, a questão, quando acabaram com as três administrações do Paraná, o Sr. Presidente da FUNAI fez um documento, assinado por ele mesmo, que ele ia criar a regional do Paraná. Essas promessas nós estamos cheias, senador. E o senhor diz para nós ainda que também nós temos que ouvir as outras partes. Então, como eu lhe disse agora, essas partes disseram para os povos indígenas, para sua base, os membros da CNPI disseram que eles não foram, eles não viram essa proposta que foi caminhada para o governo [soa a campanha].

Então, em momento de presidir uma Comissão de Direitos Humanos, os Srs. Senadores deveriam mandar apurar essas irregularidades.

Quanto ao decreto, eu acho que é preciso rever ele, com certeza. Acho que TCU e CGU têm que acompanhar isso, MPOG tem que acompanhar isso, para ver se essa base aqui está falando mentira ou não. Apurem. Era isso que eu queria dizer.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou para a palavra ao Olair, depois a você.

Agora, por favor, eu tenho que sair daqui a pouco.

SR. CARLOS PANKARARU: Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não, um momento. Você, Carlos, você falou. Os dois vão falar. Eu não vou dar a mais ninguém. Desculpem, mas eu tenho que sair. É uma sessão que começa em ponto. Eu não vou nem comer hoje. E eu queria pedir que vocês falassem pouco, para que possamos ouvir o Suplicy e fecharmos tudo isso. Por favor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Ótimo. Mas tem que ser bem curtinho. Vamos lá, rapidinho.

SR. OLAIR: Senador, boa-tarde.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, ele não está na lista, não.

SR. OLAIR: Boa-tarde amigos, os componentes da Mesa. Eu só queria deixar registrado aqui, é como o Dr. Salmeirão diz que em Goiás não tem índio. E tem. Eu inclusive sou Carajá, nós temos índio, e nós estamos bem assistidos por parte da FUNAI. Isso é realmente, eu não tenho conhecimento do que está acontecendo em Goiânia. Goiânia deu muita assistência para os Xavantes quando era uma coordenação.

Agora, o cúmulo do absurdo que ele não conhece lá, não, e fica falando de uma situação que não tem. Até porque Brasília sempre dependeu de Goiânia, e a administração de Goiânia, ela sempre atendeu tanto Mato Grosso, como Cuiabá, como Brasília.

Então, não existe falar que Goiânia vai acabar, não, que isso é uma mentira, porque você não sabe a realidade de Goiânia. É só isso.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bom. Com a palavra você. Eu quero agradecer ao Olair a maneira rápida e sintética como falou. Por favor.

SR. HAMID(F): Pretendo ser tão rápido quanto ele.

Primeiro, meu nome é Hamid(F), há quase 24 anos servidor da FUNAI.

Primeiro, lembrar que há uma comissão nacional de servidores da FUNAI, eleitos em todos os estados da União, e que sequer foram contemplados nessa reestruturação proposta pelo malfadado genocida decreto. E que se vier a acontecer a revisão do decreto, uma proposta minha que essa atual administração não

participe por suspeição. Para mim, ela está suspeita, não pode participar.

[palmas]

Para o representante do TCU, que comentou sobre redução dos postos indígenas, que vocês sugeriram, eu quero lembrar que os postos indígenas são a interface entre a FUNAI e a sociedade nacional. E se uma dessas unidades for enfraquecida, estamos estimulando a invasão de garimpeiros, madeireiros, grileiros, narcotraficante. E pergunto: A quem interessa esses escusos métodos de ação? Deve haver alguma ação por trás disso. Não é à toa que está se propondo extinção dos postos indígenas ou seu enfraquecimento.

E, por fim, eu quero sugerir, por isso que eu lamentei a ausência da Dra. Elias Dodge, a quem eu muito admiro, que todas essas gravações dessa audiência sejam remetidas ao Ministério Público Federal, ao Departamento de Polícia Federal para apuração de tudo que aqui foi comentado e denunciado, em especial o assédio moral na FUNAI, que já matou a antropóloga Silvia Tafuri, embora esse procurador negue, mas ele tem muita culpa em relação a isso. E, por duas vezes, quase matou o Tramm, que esteve na UTI, com problema cardíaco, duas vezes internado, eu acompanhei a visita dele. E eu, há mais 40 dias, eu estou sem dormir pelas pressões que tenho sofrido desde que essa administração assumiu a FUNAI. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado. Quem é que tem uma proposta para fazer? Qual dos dois? Ele. Romancil. E aí nós terminamos. Ouvi todo mundo, vou ouvir o Senador Suplicy.

SR. ROMANCIL: A minha proposta é assim, porque, pelo menos para nós poder dar os encaminhamentos. Porque todo... Aqui eu acho que a representação e as falas aqui foram... Fomos contemplados em várias falas aqui. Que seja criada essa comissão, reforçando o que Rosane falou, e o que o Jeremias, o nosso ilustre vereador, que seja criada uma comissão de parlamentares, uma comissão de advogados indígenas, que não fazem parte do órgão, FUNAI, indígenas que estão aqui a nível de Brasil, que façam parte dessa comissão e discuta duas questões: ou muda esses artigos do qual vai nos favorecer ou lutar pela revogação do decreto. Essa é a minha proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem [palmas]. Essa--

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A proposta que foi feita--

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Por favor.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Por favor digo eu. Já pedi quantas vezes, senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Desculpe, desculpe, eu tenho horário.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Por favor, eu sou do sindicato. Tem um colega do SINDSEP de Pernambuco que está querendo falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou lhe dar a palavra, mas seja um pouquinho mais respeitosa, calma.

Agora, eu quero lembrar do limite absoluto de tempo.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu não estou faltando respeito, pelo contrário. Estou quieta aqui o tempo todo, o SINDSEP Pernambuco está pedindo para falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agora eu não quero me levantar. Mas eu vou lhe dar a palavra. Eu vou lhe dar a palavra. Agora... Até porque quase nenhuma mulher falou aqui, e é importante essa visão.

Agora, eu vou ter que sair num certo momento, Suplicy quer falar, e eu quero fechar isso. Mas lhe dou a palavra. Peço que seja rápida.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não sou eu que vou falar, é Paulo do SINDSEP de Pernambuco, que é propositivo, ele tem propostas para apresentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Lamento que seja um homem, eu preferia que fosse uma mulher, mas está bom, Paulo. Agora eu peço que senta aqui, na frente, e que seja rápido, Paulo. Vamos lá Paulo.

SR. PAULO: Boa-tarde. Inicialmente, eu gostaria de saudar a Mesa, Senador Cristovam, Senador Suplicy e outras autoridades que tem por aqui, o procurador, meus companheiros e os índios que estão aqui.

Nós gostaríamos de passar para Mesa uma série de documentos que foram gerados no Estado de Pernambuco. Desde o dia 04 de janeiro, Pernambuco está na rua mobilizado, com índios e servidores contra a extinção da FUNAI de Recife, que tem 100 anos de história e uma atividade indigenista que está registrada em vários trabalhos acadêmicos, inclusive.

Eu gostaria de passar para a Mesa o documento produzido já e ler aqui um manifesto aos povos indígenas de Pernambuco. É muito curto.

"No dia 20 de junho desse ano, de 2010, se completarão os 100 anos de criação do Serviço Proteção aos Índios, SPI, primeiro órgão federal encarregado de exercer, em nome da União, a proteção e a promoção

dos direitos dos povos indígenas, bem como a formulação e a coordenação da política indigenista do estado brasileiro. Pouco temos a comemorar no Estado de Pernambuco, neste dia do índio. Da FUNAI, criada para suceder o SPI, a partir de dezembro de 1967, quase nada restou, com extinção da Administração Regional de Recife, pelo Decreto 7.056/2009, publicado no Diário Oficial da União, no dia 29 de dezembro do ano passado.

Nós, servidores da extinta ADR Recife, desde que tomamos conhecimento do referido decreto, temos demonstrado, através das mais variadas formas de luta e de resistência a nossa indignação contra o referido decreto, por considerá-lo autoritário na sua origem, insustentável na sua prática e inconsistente na sua lógica. Senão como justificar que um estado como o de Pernambuco, com população aproximada de 40 mil índios e que, historicamente, sempre foi polo regional da atividade indigenista do governo federal tenha sido simplesmente apagada do mapa nacional.

Nesta ocasião, manifestamos o nosso repúdio a ocupação da saída da FUNAI em Brasília, pela força nacional de segurança, fato que tem provocado humilhação e constrangimentos a índios e servidores do órgão indigenista.

Cabe a nós, servidores da FUNAI, reconhecer que, desde a publicação do Decreto 7.056/2009, tem sido marcante a sensibilidade e atuação de diversos índios e a lideranças indígenas de Pernambuco, demonstrando também insatisfação para qual o modelo de reestruturação adotado para com a FUNAI, sacrificando fortemente o Estado de Pernambuco e sua história de 100 anos de ação indigenista.

Necessário se faz registrar o apoio a nossa luta dos diversos parlamentares, federais e estaduais, não só da bancada de Pernambuco, como também de outros estados.

Queremos agradecer aos índios que também estão defendendo a unidade gestora da FUNAI em Recife, destacando a necessidade de continuação dessa luta conjunta de índios, servidores, sindicato dos servidores públicos federais, no Estado de Pernambuco, e Central Única dos Trabalhadores, CUT, de Pernambuco. Recife, 19 de abril. Servidores da FUNAI, no Estado de Pernambuco." Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado.

Eu passo, agora, ao Senador Suplicy, e o mesmo que eu pedi para eles, eu peço ao Senador Suplicy. O rápido possível para sairmos correndo para o Plenário.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Presidente Senador Cristovam Buarque, eu quero cumprimentar a todos aqui e, sobretudo, a oportunidade que ambos tivemos – o Senador Nery esteve no começo –, mas de ouvirmos. Eu fiz questão de... Tive que... Perdi apenas o Sr. Rafael Lopes Teles, porque eu estava arguindo o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Peluso, mas aqui ouvi todos os representantes dos povos indígenas, assim como o Sr. Antonio Marcos Guerreiro Salmeirão. E algumas dúvidas me calaram. O senhor mencionou que o Conselho Nacional de Política Indigenista, é isto? O nome da CNPI, não é?

SR. ANTÔNIO MARCOS GUERREIRO SALMEIRÃO: Comissão.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Comissão Nacional de Política Indígena é um órgão muito importante e democrático. Mas, ao mesmo tempo, não contestou que o Presidente Márcio Meira, segundo o que foi exposto pelos diversos presentes, para elaborar este decreto, que ele tivesse ouvido o CNPI ou que tivesse ouvido a representação dos servidores da FUNAI, por seus representantes constituídos. Acredito que haja um sindicato, algo assim que...

Então... E acho que em grande parte, a queixa que nós ouvimos aqui, e tivesse aqui presentes os representantes do Conselho Nacional de Política Indigenista para dizer: “Olha, diversos aspectos do decreto são de bom senso e se justificam, e nós assim consideramos”, mas, pelo menos, hoje, aqui, eu não ouvi isto. E eu avalio que é importante, sim.

O Presidente Cristovam Buarque avaliou que é adequado, e eu apoio, que possa haver, então, uma comissão efetivamente democrática. Quem sabe até o CNPI, que o senhor diz que é uma instituição bastante democrática, se for representativa, de fato. Agora, nós precisamos, então, que, se for formada esta comissão, que possa essa comissão, primeiro, ser, de fato, representativa. Porque alguns contestaram a representatividade da CNPI. Será que a comissão a ser formada será efetivamente representativa dos povos indígenas que são tantos e estão espalhados pelo país? Não é fácil. Mas eu quero colaborar, Senador Cristovam, para que isso seja feito. E que possa haver um compromisso, apesar de...

Procurador Antônio Marcos Guerreiro Salmeirão, o senhor vem aqui em nome do presidente da FUNAI. Ambos avaliávamos que seria bom que ele aqui estivesse. Hoje, ele designou o senhor. Mas eu quero aqui transmitir, para concluir, Presidente, eu acho que devemos formar, sim, essa comissão, pensar na maneira de garantir que ela seja representativa, e que possa esta comissão transmitir, na forma mais adequada e respeitosa possível, ao Presidente Marcos (sic) Meira,

ao ministro da justiça, qual é a proposição e por que a avaliação, mas que possa, também, o Presidente Marcos (sic) Meira transmitir aos que estão aqui e à comunidade indígena e a todos que se interessam para que os direitos dos índios sejam devidamente respeitados, como brasileiros e tudo, que possa também ele ter a oportunidade de dizer: “Olha, eu precisei fazer este ato, porque havia problemas dessa e daquela natureza”, que não foram, hoje, claramente expostos aqui. Eu gostaria de deixar claro isso.

Aquilo que o Presidente Marcos (sic) Meira transmitiu a alguns nós senadores, como diagnóstico de por que isso precisava ser feito, esse decreto, aqui não foi exposto para eles. Então, é preciso que haja a transparência de procedimento. E eu avalio que, aqui eu vou dar a minha opinião pessoal, eu quero encorajar o Presidente Marcos (sic) Meira e o ministro da justiça a dialogarem com os representantes dos povos indígenas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso. Muito bem.

[palmas]

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Eu e Senador Cristovam e demais componentes dessa comissão estaremos aqui para garantir o respeito entre as partes. Isso eu sei o que Senador Cristovam irá, como Presidente, assegurar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado, senador. Como, aliás [palmas]. Espera aí, espera aí. Como, aliás... Um momento. Como, aliás, foi o respeito que houve aqui ao Salmeirão.

Eu quero, antes de fechar, de concluir tudo, eu quero aprovar um requerimento que não tem nada a ver com vocês, me deem um minutinho porque eu preciso do Senador Suplicy para votar.

SR. CARLOS PANKARARU: Não, mas--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento, um momento, um momento, um momento, Carlos. Assim não está havendo... Não tem como levar adiante.

“Requeiro...” Por favor, um requerimento que eu quero aprovar.

“Requeiro, nos termos do Inciso II, art. 93, a realização de Audiência Pública para discutir a conveniência de incluir o direito de a busca da felicidade como parte do art. 6º da Constituição Federal.”

Há uma lista de pessoas, o Luciano Borges, presidente da ANADEF, Antônio Carlos Bigonha, presidente da ANPR, o Mauro Motoryn, presidente do Movimento Mais Feliz, o Ministro Cezar Peluso, Fernando Rossetti, que é diretor geral da Gife, Margareth Menezes,

representante de classe artística e Dom Dimas, secretário da CNBB.

Os que estiveram de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Eu quero concluir essa sessão dizendo o seguinte. Primeiro, eu quero parabenizar a todos que permitiram que essa audiência fosse feita. Segundo, que é muito mais do que o decreto. É a política indígena que está precisando ser amarrada, considerada, elaboradas. Terceiro, que só o diálogo com os povos indígenas vai permitir que isso seja feito.

Senador Suplicy tem toda a razão. Esse diálogo, às vezes, com todo o respeito, dá impressão que não está havendo da maneira tão intensa como deveria. Senão talvez não tivesse tantas manifestações de descontentamento.

Eu quero propor aqui, na linha do que o senador, de que o Vereador Jeremias propôs, que seja constituída essa comissão, que eu, Suplicy, Nery, Fátima Cleide e outros senadores e senadoras teremos todo o gosto de estar junto de vocês, de levar aqui vocês à comissão, ao ministro e ao presidente da FUNAI.

Essa comissão, eu acho que não tem que ser feita por nós. Minha proposta, portanto, é que eu encerre a audiência e deixe vocês nessa sala, pelo menos até duas horas, quando começa uma CPI aqui, e não é bom que vocês sejam vistos em CPI, que vocês fiquem aqui e tentem ou fechar agora a comissão, que é de vocês, não é nossa, ou que vocês peçam mais tempo para elaborarem essa comissão. É isso que eu quero propor—

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permita--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permita uma sugestão? Eu acho que seria interessante que pudesse ser uma comissão efetivamente representativa da comunidade indígena e que seja assim reconhecida por ambas as partes. Porque, como o Sr. Antônio Marcos mencionou, o conselho ali é bem representativo. Bom, os senhores acham... Alguns acharam que não é. Ou, então, que seja feita uma comissão suficientemente representativa e que, uma vez aprovada a mesma e iniciados os trabalhos, daí poderão, e acho que isso é importante, Presidente Cristovam, se avaliar, daí se dá um prazo a esta comissão para o trabalho, e, quem sabe, eles possam, então, estar seguros.

Bem, a nossa manifestação, o nosso trabalho, inclusive aqui a ocupação da área aqui defronte do Congresso Nacional, do Ministério da Justiça, pode até eventualmente dar um tempo para que se realize e, sobretudo, se nós tivermos a palavra da direção da

FUNAI, que esse trabalho vai ser levado em conta. Que se não for pela revogação, pelo menos pela revisão, para o aperfeiçoamento, e no espírito daquilo que o próprio Presidente Lula mencionou a eles quando se manifestaram no 4º Congresso Nacional do PT, quando ele disse: “Eu quero solicitar aos membros do meu governo que recebam os representantes dos movimentos sociais”, dentre os quais eles é que estavam naquele dia protestando. Portanto, o Presidente Lula pediu, e, no caso, ao presidente da FUNAI, ao Ministério da Justiça, para que ouçam o movimento social como das comunidades indígenas. Só que precisa que haja o reconhecimento de ambas as partes para que o passo seja bem feito, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, a minha proposta que fica aqui. Agora, o Carlos pediu.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A título de colaboração.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou dar um minuto. Vou tocar campanha—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, eu queria colaborar aí com o senhor.

SR. CARLOS PANKARARU: Não vai ser um minuto, não, senador. Vai ser bem rapidinho. Não vai ser um minuto, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não, um momento, a palavra está com o Carlos.

SR. CARLOS PANKARARU: Senador Suplicy e Senador Cristovam. Queremos que essa equipe seja realmente como o senhor falou, composta só por indígena, que é o caso que a CNPI não é. A CNPI é composta por representante da FUNAI, por representante do Ministério Público Federal, da 6ª Câmara, por representantes de Ministérios, que não são indígenas.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pode haver ali representantes indígenas com os quais vocês estejam de acordo, que participem. É esse é o espírito do que eu falei.

SR. CARLOS PANKARARU: Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas Suplicy, esta comissão, eu vejo como sendo só de indígenas.

SR. CARLOS PANKARARU: Só de indígenas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agora, vai dialogar com a própria CNPI--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): CNPI e com a FUNAI?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vai dialogar, não vai substituir. É

uma comissão que vai levar ao diálogo, que eu quero ser um dos intermediários com vocês.

SR. CARLOS PANKARARU: Tudo bem, estou entendendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas a comissão eu vejo de vocês, dos indígenas, sem sindicalistas, sem funcionário público. A não ser os funcionários públicos indígenas, aí não tem problema.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nós temos a comissão constituída a nível nacional, Comissão Nacional dos Servidores na FUNAI.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não, isso é outra coisa. Essa é de indígena. Essa é de indígenas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Não, isso aí é outra coisa. Ótimo, tem que ouvir, funcionário tem que ouvir todos os dias. Mas não representa os indígenas. Aqui é para representar os indígenas.

Eu quero saber se vocês estão de acordo, que eu dê por terminada a audiência, me retire, deixe essa sala com vocês, vocês têm que sair antes das duas horas por causa da CPI que vai começar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, só colaboração.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, eu proponho que essa reunião seja assumida pelo Vereador Jeremias, que foi quem fez a proposta. Estão de acordo? Ele senta aqui e dirige, depois vocês me contam. Não estão de acordo?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Estamos de acordo. Estamos de acordo, mas os funcionários, inclusive chegou uma palavra aqui agora, que se eles não estão participando, que o Presidente da FUNAI, como funcionário da FUNAI, representando a FUNAI, também não faça parte.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não, a comissão é só de indígena.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não. O Presidente da FUNAI—
[falas sobrepostas]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, mas--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Desculpe. Não, não, não, não. Vamos entender.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente. Presidente Cristovam.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento. A comissão é de vocês, depois vocês falam com quem vocês quiserem e quem quiser fala com vocês. Esse é um problema, depois, de vocês.

[palmas]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): A comissão da comunidade indígena pode formular as propostas, mas seria importante, e isso nós podemos assegurar, que a representação dos servidores da FUNAI também faça propostas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Claro, claro, claro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E, portanto, para dialogar com a direção da FUNAI, porque senão não há diálogo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Aliás, a FUNAI tem um sindicato. O sindicato representa. Pronto, tem uma confederação. Claro, a confederação tem que estar em diálogo. Esse é outro diálogo. Isso tem que estar todos os dias vocês deviam já estar conversando com ele.

Estão, está encerrada essa sessão, eu agradeço muito a vocês. Eu estou à disposição de vocês.

[palmas]

Sessão encerrada às 13h30.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA; REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta minutos do dia vinte e seis de maio de dois mil e dez, no Plenário nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (Cristovam Buarque), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores: Flávio Arns, Cristovam Buarque e Papaléo Paes e o Deputado Federal Arnaldo Calil Pereira Jardim. Deixam de comparecer os demais membros. Pauta. Item Único. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 32, de 2010 – CDH, de autoria do Senador Cristovam Buarque, aprovado em 12/05/10, “para discutir a conveniência de incluir o direito à busca da felicidade como parte do artigo 6º da Constituição Federal.” Convidados que comparecem: Mauro Motoryn, Presidente do Movimento + Feliz; Alexandre Camanho de Assis, Procurador da República

e Diretor Financeiro da ANPR, em representação de Antônio Carlos Bigonha – Presidente da Associação dos Procuradores da República – ANPR; Daniel Siedel, Secretário Executivo da comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB, em representação de Dom Dimas – Secretário Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; Luciano Borges – Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEF; Tonho Matéria, representante da classe artística da Bahia; Ives Gandra da Silva Martins Filho, Ministro do TST; João Carlos Martins, maestro. O Senhor Presidente chama à mesa os senhores convidados e, em seguida, faz suas considerações iniciais. Em ato contínuo, dá a palavra aos senhores convidados e franqueia a palavra para a galeria. O Senhor Mauro Motoryn, Presidente do Movimento + Feliz exibe um vídeo institucional “mais feliz”. Faz uso da palavra o senhor Senador Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinco minutos. Lavro, eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da CDH, esta Ata. Lida e aprovada, ela será assinada pelo senhor Presidente e, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada sem revisão, desta reunião, publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um bom-dia a cada uma e a cada um.

Eu declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, e passo a convidar aqueles que compõem a Mesa.

A gente pode fazer uma só Mesa ou duas... Vamos tentar fazer só uma, de uma vez. Cabe aqui, não é? Cabe.

Eu chamo, em primeiro lugar, o Mauro Motoryn, que tem sido um grande promotor da ideia e...

[palmas]

E ao lado do Gilberto Dimenstein, que eu faço questão de homenagear, que não pôde vir, foram os que me procuraram para que tomássemos essa iniciativa.

O promotor... Procurador, aliás, o Dr. Alexandre Camanho, procurador-regional da República [palmas], que muito nos honra.

O Luciano Borges, que é Presidente Nacional dos Defensores Públicos.

[palmas]

Eu aproveito para cumprimentar pela solenidade de que tivemos ontem no Plenário, de homenagem a eles.

O Marco Sabino, que vem representando o Dr. Fernando Rossetti, diretor-geral do GIFE, a quem eu convido.

[palmas]

O Daniel Seidel, amigo, companheiro, que vem representando a CNBB.

[palmas]

O Tonho Matéria, que vem, de certa maneira, representando o movimento dos artistas da Bahia.

[palmas]

E é um prazer para nós tê-lo aqui.

E, finalmente, eu chamo duas figuras, o Ives Gandra Filho...

[palmas]

Um jovem já... Importante personalidade, que me mostrou, ali, um livro que eu fiquei curioso, Ética e Ficção, duas coisas muito interessantes juntas. E ele fez questão de dizer que o livro não é... Ética é Ficção. Não. O livro é ficção e ética.

E, finalmente, esse patrimônio brasileiro que é o maestro João Carlos Martins.

[palmas]

Eu faço questão de dizer “patrimônio” pela contribuição à cultura e “patrimônio” pela força que demonstra de continuar levando a sua luta, sua obra, sua contribuição, apesar de dificuldades físicas que surgiram ao longo da vida. É um grande prazer, portanto, tê-lo aqui.

Eu quis prestar-lhe uma homenagem chamando-o por último, vai terminar ficando numa pontinha da mesa.

Vai conseguir ou a gente faz duas mesas? São duas, não é?

Para os que não sabem, é tio e sobrinho aí, os dois.

Eu quero, antes mesmo de começar, e depois cumprimentarei as pessoas aqui que estejam a partir de um... Eu peço que a assessoria traga a lista das pessoas que eu devo citar pela presença, entre os quais eu vejo aqui o Ulisses, que é essa grande figura de Brasília [ininteligível].

Eu quero começar dizendo que faz já alguns meses que o meu amigo Gilberto Dimenstein me telefonou falando que a Constituição deveria fazer um gesto em direção a mostrar um direito fundamental de qualquer pessoa: buscar a felicidade. O direito não é a felicidade, é o direito de buscar a felicidade.

Eu confesso que, naquele momento, com tantas atividades, comecei a trabalhar a ideia e não avançou, até que me procurou o Motoryn, o Mauro, com quem eu tenho tido relações importantes há mais de 20 anos, quando fizemos atividades culturais no tempo que eu

era reitor da Universidade de Brasília, e retomamos o assunto.

Hoje, eu estou agradecido a eles e ao Movimento Mais Feliz por trazerem a ideia para cá.

Essa audiência, meu caro Motoryn e todos outros do Mais Feliz, já é uma contribuição de vocês.

E eu quero falar isso para muitos que dizem que não tem nada a ver felicidade com Constituição, que não tem nada a ver felicidade social, porque a felicidade é uma coisa íntima, eu quero dizer que há uma... Não fábula, existe uma história que os *quíchuas*, da Bolívia, sempre falam. Eles falam em relação à paz, eu vou usar em relação à felicidade. Eles dizem que para uma pessoa estar em paz, precisa ter sete diferentes tipos de paz – e tirem paz e coloquem felicidade.

Primeira paz, eles dizem é para cima, é com o sobrenatural. Você tem que estar bem com essa coisa, entidade, esse cosmo, em geral, na sua dimensão espiritual.

A outra é para baixo. É a paz com a terra, com a natureza, que está sobre a qual você caminha.

A terceira paz é para o lado direito, com a sua família. Você não pode estar em paz se ao seu redor não houver uma tranquilidade. Você não pode ser feliz quando a família não está em boas condições.

Como também, voltando à parte de baixo, você não está em paz com uma terra pegando fogo. Você não está em paz em uma terra desértica.

A quarta paz é para o lado esquerdo, é a paz com os vizinhos. No caso deles, os vizinhos eram aqueles ao redor na comunidade. Hoje os vizinhos são todos os seres humanos no planeta. No mundo global, todos somos vizinhos.

A quinta paz é para frente, com o passado. Porque, lucidamente, eles dizem que o passado está em frente. A gente vê o passado. Se você tem remorsos com que fez no passado, você não está em paz. Logo, você não é feliz.

A sexta paz, ou a sexta felicidade, é para trás, com o futuro. Se você está com medo com que vai acontecer, você obviamente não está plenamente feliz nem em paz.

E a sétima paz é para dentro, é com você mesmo.

Vocês vejam que, das sete, seis têm a ver com algo fora de você. Seis razões da felicidade são de fora: é com a terra, é com o sobrenatural, é com a família, é com o vizinho, é com o passado, que você caminhou com outras pessoas, ou o futuro, que você vai caminhar com outras pessoas. Por isso, felicidade é, sim, uma questão social. Não chegaremos a ela se não tivermos o lado de dentro. Mas não chegaremos

a ela só com o lado de dentro. Por isso, é importante debater aqui, politicamente e socialmente.

Além disso, é preciso lembrar que nós passamos a acreditar que a felicidade estava em três letras: PIB – Produto Interno Bruto. Essa é a verdade. Toda vez que a gente vê a manchete dizendo: “O Brasil aumentou em 20%, de um ano para outro, a produção de automóveis”, todos acham que estão felizes, esquecendo que é capaz de que tinha que ficar horas dentro do trânsito engarrafado por causa daqueles carros que a gente comemorou a produção. Tem que trazer essa dimensão do feliz para saber que aquilo que a gente faz hoje talvez esteja levando para a infelicidade disfarçada pela palavra desenvolvimento, pela palavra progresso, pela palavra economia... Mas, tem que trazer para dentro do debate nacional algo que vai além do que a gente vê, inclusive que a gente vê do ponto de vista social também, como educação, como segurança, como saúde, como aqueles direitos sociais que estão no art. 6º da Constituição. Aquilo é a parte visível da felicidade. Aquilo é uma parte que as pessoas não veem como se tivessem relação com a felicidade.

A gente vê saúde como fim. Saúde é meio para que a gente possa levar uma vida feliz. A gente vê educação como fim. Educação é meio para que a gente tenha uma vida feliz. A gente vê segurança como fim, quando segurança é apenas um meiozinho muito pequeno para a gente poder levar uma vida feliz.

A ideia, portanto, e quando vocês trouxeram já o artigo falando no sexto, é de que vocês querem fazer visível aquilo que é invisível quando a gente fala apenas dos direitos sociais visíveis. Por isso, eu acho muito positivo esse debate.

É claro que a gente não pode dizer que só porque um grupo de pessoas com lucidez, que eu acho, trouxeram a ideia, vamos já em frente. Vamos debater aqui, vamos colocar... Já devemos ter colocado no Twitter dizendo que começamos essa audiência e que mandem comentários. Vamos ler aqui os comentários depois. Tem uma pessoa ali recebendo os Twitters. Vamos ler depois os que são a favor e os que são contra; os que têm contestações ou não. Mas, debater.

O invisível é a finalidade dessa audiência. Debater o invisível. Sair do visível, do Produto Interno Bruto, que é visível e material, e sair do visível e imaterial, como educação, saúde e segurança, que são visíveis... São invisíveis... São materiais, mas são invisíveis. A gente quer discutir o invisível, porque o invisível existe. A gente quer discutir aquilo que realmente é a finalidade, o direito a buscar a flexibilidade e a obrigação do conjunto da sociedade de trazer essa base sobre a qual a gente pode caminhar.

O caminhar é pessoal. Mas, o terreno é social. É político, é econômico. Ninguém consegue procurar a felicidade num mundo em guerra. Por isso, a paz é fundamental. Mas é um meio. É o terreno por onde a gente caminha. A gente quer discutir para onde caminhar e não apenas as condições fundamentais visíveis para o caminhar. É isso que a gente quer, e é com esse objetivo que eu vou passar a palavra, começando pelo Mauro Motoryn. Ele será o primeiro a falar como um dos líderes do Mais Feliz.

SR. MAURO MOTORYN: Bom-dia a todos. Eu queria falar do Movimento Mais Feliz, e antes de começar a falar, fazer todas as colocações, eu gostaria que todos vocês vissem que atrás da gente tem mais gente participando. Vissem e entendessem que tudo começa com um sonho. Tudo começa com uma utopia.

A minha origem é o movimento social, movimento sindical, e provavelmente eu sou uma das pessoas, nesse país, que conhece quase 3.500 municípios, viajando por campanhas, fazendo trabalho na base. É lá na base, é lá na comunidade, trabalhando lá é que a gente entende o que é a nossa sociedade, o que é a realidade social desse país.

O Movimento Mais Feliz começou com um sonho. Sonho de sonhador e sonho que se sonha só é só um sonho. Sonho que se sonha junto é realidade. Então, eu quero agradecer e eu fiz questão de convidar para participar também dessa audiência uma escola que está fazendo um trabalho também de visita ao Congresso e vai entender e passar para os jovens, a Escola Nossa Senhora das Graças, que eu queria agradecer a presença.

[palmas]

Quando nós começamos nosso sonho, nós começamos trabalhando com educação. Nós acreditamos que a educação é o único caminho da libertação do homem. Só a educação, só um país que tenha, no conhecimento, a base de toda sua cultura, de tudo aquilo que precisa, vai entregar ao homem aquilo que ele mais precisa, a liberdade de escolha. E a liberdade de escolha está intrinsecamente ligada à felicidade, e está absolutamente ligada à qualidade.

Todos nós sabemos que, na nossa Constituição no art. 6º, está assegurado todos os direitos essenciais. Mas os direitos essenciais não dizem e não asseguram, em nenhum momento, a qualidade: uma educação de qualidade, uma saúde de qualidade, uma política do idoso de qualidade. Qualidade significa entregar aquilo que se deseja. [ininteligível], Epicuro e todos os grandes filósofos falavam: "Ser feliz significa absolutamente ter o que se deseja". Não aquilo que se deseja numa sociedade de consumo, mas aquilo que nos falta. E nos falta essa educação de qualidade;

falta erradicar o analfabetismo, falta erradicar o analfabetismo funcional, falta ter uma saúde em qualquer posto de saúde e falta alguma coisa que é importante e que é o nosso sonho.

Hoje, essa primeira audiência, não é para que todo mundo concorde que a felicidade deva estar na Constituição, mas é para começar uma discussão, que nós temos que levar para as ruas no processo eleitoral, que cada um vote conscientemente, que cada um vote no seu candidato, que cada um escolha sabendo que aquele candidato tem que responder pelo cidadão a felicidade. Felicidade é um dever do Estado, é um compromisso de todos e que nós queremos cumprir.

A classe artística está aqui representada e eu queria que vocês vissem o clipe. O pessoal do fundo não vai conseguir ver, mas se der uma voltinha... Pode bagunçar, senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Fique à vontade.

SR. MAURO MOTORYN: Pode. Então, bagunchem um pouco para poder assistir. Tem um telão lá? Ah, tem outro lá. Então vamos lá.

[exibição de vídeo]

[música]

SR. MAURO MOTORYN: É isso. Felicidade pega.

[palmas]

E por que nós queremos incluir felicidade na Constituição? Porque acho que é um momento histórico.

Outras constituições têm a felicidade no seu bojo. Vamos começar pela Constituição Francesa.

A Constituição Francesa, na sua abertura, no seu preâmbulo, diz: "*A Constituição ratifica integralmente a declaração dos direitos do homem, do cidadão, onde é explícito o direito a busca à felicidade*".

A Declaração da Independência dos Estados Unidos, com a Declaração de Virgínia, consta, no seu artigo primeiro, que é direito do homem... É dever do Estado propiciar ao cidadão a busca e o direito à felicidade.

As Constituições da Coreia, que faz uma revolução na área de educação, diz, no seu art. 10º, que é dever do Estado propiciar ao cidadão a busca da felicidade.

A Constituição Japonesa, que fez uma revolução no pós-guerra, também assegura esse direito.

Isso é importante, por quê? Porque a felicidade não é um bem individual. Ela tem a felicidade subjetiva oriunda de cada um de nós, mas a felicidade individual, ela é importante, e o Estado tem que propiciar ao cidadão a busca de todos esses direitos, que já constam na Constituição, mas tem que mudar a ótica. A ótica é transformar o cidadão num ser mais feliz.

Se essas constituições têm... Ontem eu recebi uma pergunta de um juiz do Supremo Tribunal Federal, que me perguntou, e ele é favorável – eu não vou citar o nome por questão ética –, mas ele perguntou: “Mauro, eu apoio integralmente essa luta de vocês, ainda mais que vocês vão começar a trabalhar lá na base. Eu queria só te colocar uma coisa: vocês vão discutir, amanhã, por que colocar a felicidade na Constituição. E você deveria uma discussão, já que você vai ter uma série de pessoas absolutamente relevantes discutindo com você, por que a felicidade não está na Constituição. Estar é importante, mas não estar é o problema. Não estar na Constituição significa exatamente uma luta de classes. Porque o estar... A gente tem que fortalecer, em determinados momentos, a ação do Estado, para que o Estado possa responder, na área pública, aquelas questões fundamentais”. E ele dizia mais, e essa é uma discussão que eu estou colocando, ou seja, eu queria ir além, a felicidade deveria estar não só naquilo que vocês propõem, mas naquilo que vocês não propõem, deveria estar, inclusive, no art. 3º.

Enfim, é uma discussão que começa hoje. É uma batalha que começa agora e que, a cada canto desse país, nós vamos levar. No movimento eleitoral, seja com o apoio dos artistas, dos movimentos de base, de todo mundo que for possível se juntar a isso, nós temos que cobrar do Estado aquilo que lhe é obrigação, propiciar aquilo que o cidadão precisa: ser mais feliz e ter o direito à busca da felicidade. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou chamar na ordem, para falar, na ordem que eu chamei para a mesa. Ou seja, primeiro o Mauro Motoryn, depois o... Vou citar só o nome, desculpe quebrar o protocolo, o Camanho, o Daniel, o Luciano, o Maestro João Carlos, o Ives Gandra e o Tonho Matéria.

Então... E eu quero dizer também que eu coloquei uma campanha que toca depois de dez minutos, mas, se for preciso falar um pouquinho mais, não tem problema. É mais que tudo para lembrar a vocês que todos aqui vão falar. Se for o caso, depois, se houver tempo, a gente abre a palavra para que vocês possam falar, fazer perguntas... Por isso tentar colocar dez minutos.

Então, agora, com a palavra, o Alexandre Camanho.

SR. ALEXANDRE CAMANHO: Obrigado, Presidente. Cumprimento todos os presentes e também o nosso venerável maestro.

Senhoras e senhores, a Associação Nacional dos Procuradores da República encampou, entusiasmamente, o projeto, a base de um argumento muito

simples: a função do Ministério Público, através de suas ações cotidianas, reprimir o crime, a criminalidade; pedir o aprimoramento das políticas públicas; proteger as pessoas, a natureza, o meio ambiente, a cidadania; reprimir práticas funestas... Por trás disso tudo há um grande não dito que é a busca da felicidade da sociedade, do cidadão.

Achei muito impressionante, Presidente, que o senhor tenha falado de invisibilidade e visibilidade. Vindo para cá, lembrava de um grande mestre, Jean Cocteau, que sempre disse que a invisibilidade de alguma coisa não a impede de estar presente, e disse também que muitas vezes o invisível pauta o visível, e quando esse invisível se manifesta, ele justifica todo o visível.

É muito curioso como o que está em discussão hoje é nós estarmos discutindo sobre a conveniência de colocar na Constituição aquilo que é, nos tempos atuais, o único cânone, que os povos civilizados devem seguir... Todo povo civilizado segue uma Constituição e procura cumprir fielmente aquilo que a Constituição contém. E, na realidade, o que acontece é que nós nos transformamos em povo ou uma sociedade que se constrange de dizer que a felicidade é uma meta pessoal e coletiva. E, provavelmente, por trás disso está a perspectiva histórica, e esse momento que nós chegamos, especialmente no Brasil, em que o Estado se tornou tão ilegítimo que ele se tornou uma espécie de antagonista da sociedade. Raramente o indivíduo divisa, no Estado, aquele ente que foi concebido para promover a felicidade coletiva. Nós perdemos totalmente a percepção de que, originalmente, filosoficamente, historicamente, o Estado foi concebido para ser a suprema encarnação da ideia, do convívio social perfeito, onde, evidentemente, a felicidade é um valor preponderante.

Esse ligeiro constrangimento que as pessoas sentem ao trazer o tema felicidade para o Estatuto Constitucional, isso, sim, é verdadeiramente constrangedor. É exótico que as pessoas vejam nisso algo exótico. Porque, na realidade, nós perdemos a ideia de que individualmente e socialmente os homens se organizam para buscar a felicidade.

Então, que ideia bem-vinda, Presidente, e oportuna, porque, na realidade, tornará finalmente visível aquilo que sempre foi um não dito e, por conta disso, nós perdemos a ideia e acabamos rompendo com isso. Ou seja, o Estado serve para ser um aglutinador de sonhos comuns; o Estado serve para ser um indutor da felicidade; para, além de fazer uma série de políticas completamente fragmentárias, e nós julgarmos que ao fim e ao cabo o Estado está fazendo um favor ao cidadão, nós deveríamos mudar essa percepção de sociedade, de entendermos que uma nova socieda-

de, que um novo Estado só vai surgir com uma nova cidadania, e essa cidadania tem o direito, e mais, o dever de exigir do Estado que ele se paute em busca da felicidade individual e coletiva.

O que eu vejo claramente, Presidente, é que, no momento em que a felicidade alcançar essa dignidade constitucional, o cidadão poderá dizer para o Estado... Há algo para além desse naipe de atribuições e que permeia toda a sua atuação, toda atuação estatal, que é (F) fazer o súdito do Estado, o cidadão, o cidadão que custeia o Estado, o cidadão que banca o Estado, um indutor de sua felicidade. Já não será mais algo lúdico ou algo remoto, mas uma ideia que, finalmente, depois de algum tempo "Por que nós alcançamos um certo grau de civilização?" "Por que nós alcançamos um certo grau de aprimoramento grau coletivo?", nós estaremos chegando naquele ponto de dizermos, "Sim, nós, agora, o Brasil pode fazer parte desse Olimpo da civilização, desse Olimpo de países que teve a coragem, a ousadia, a vanguarda, mas a maturidade também de dizer que a felicidade é um patrimônio e uma meta individual e coletiva".

Daí que, para nós entendermos a felicidade como finalmente algo dentro da Constituição, é algo inteiramente oportuno e divisará, finalmente, a atitude do administrador público, do servidor público, da autoridade pública, que, para além de meramente, bovinamente cumprir aquilo que a Constituição diz, terá finalmente um norte expressivo, mas finalmente nos conciliaríamos com a ideia essencial e, no entanto, perdida de que a felicidade é o sonho que, muitas vezes, agrega uma nação. E é o fato de nós partilharmos sonhos comuns que faz de nós um país, que dá a nós uma identidade nacional.

Fico a cavalheiro, Presidente, para qualquer conjurar, desde logo, qualquer perspectiva sombria ou inexistente em relação à colocação da busca da felicidade como algo de Estatuto Constitucional, porque o nosso querido Mauro falou de como é importante estar na sociedade para entendê-la, mas poucas instituições do Brasil conhecem a realidade brasileira e estiveram ao serviço da sociedade e estão como o Ministério Público do Brasil. Nós entendemos e sabemos exatamente como é a sociedade, e poucas instituições estão cotidianamente lidando, lutando contra a treva e contra a sombra, como o Ministério Público.

Portanto, nós estamos a cavalheiro para dizer o quanto é bem-vinda a ideia de que a felicidade pode ser um valor constitucional e que possa, daqui para diante, inspirar as decisões, inspirar políticas públicas, habitar, mais do que os discursos, habitar ações concretas, iluminar caminhos e fazer de um país um país como nós estamos querendo há muito tempo, e começou na

alvorada da resistência, como da sua história, Presidente, e que, certamente, vai se coroar de algum êxito se essa ideia vier a contento. E se, em algum lugar, independentemente de alguma discussão instrumental, que me parece absolutamente terciária – Onde ficará a felicidade? Aqui? Naquele artigo? De que forma ela será enunciada? Vamos ter a coragem de dizê-la, vamos ter a coragem de proclamá-la, porque uma sociedade digna, ela vive inteiramente à luz de uma Constituição e que, bem aventurada, é uma Constituição que proclama a felicidade como bem de todos.

Presidente, falei de um grande mestre, quero acabar com outro. Victor Hugo falou: "Não há nada tão irresistível como uma ideia cujo tempo chegou". O tempo da nossa felicidade chegou. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado. Eu passo a palavra, agora, ao Daniel Seidel.

SR. DANIEL SEIDEL: Olá. Bom-dia, Senador Professor Cristovam Buarque, em nome de quem cumprimento a todos da Mesa.

Nós aceitamos esse convite, enquanto representação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, justamente para nos posicionarmos, de forma crítica, nessa proposição que está sendo feita agora.

De fato, nós tomamos conhecimento, na semana passada, eu já tinha ouvido propagandas pelos meios de comunicação, mas, de fato, a gente veio aqui participar em consideração à proposição da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, mas, sinceramente, nos soou com bastante estranheza como que esse movimento está se forjando.

Então, de fato, nós estamos aqui para compreender... A ANPR também participa conosco da Campanha Ficha Limpa, e isso tudo nos faz refletir sobre a proposição que está sendo feita. Então, nós viemos aqui mais com perguntas do que com respostas e afirmações.

Então, a gente, de fato, quer compreender como se originou, quem são as pessoas, os movimentos sociais que compõem esse Movimento Mais Feliz, onde nasceu essa ideia, quais são as proposições de políticas públicas que sustentam a inclusão da felicidade na Constituição Federal.

Porque, enquanto uma temática, um debate, uma reflexão, nos próprios textos bíblicos, nós podemos ver lá, nas bem-aventuranças, essa afirmação do valor da felicidade. Agora, que propósito tem isso nesse momento da história brasileira?

E aí, dentro dessa perspectiva, eu recorro aqui que, o ano passado, depois de longa luta social, o parlamento brasileiro incluiu no art. 6º o direito à ali-

mentação, mas, para falar desse direito, nós temos que necessariamente nos remeter à campanha de Betinho e a tantos esforços que foram feitos no país para a superação, para enfrentamento da miséria e da fome. Relembrando José de Castro... Ou seja, grandes personagens da história brasileira que significaram, de alguma forma, a luta por esse direito.

Então, a nossa crítica inicial à proposição então se baseia nos seguintes argumentos: inicialmente na ambiguidade do tema do conceito da felicidade, que pode servir, na verdade, ao invés de reforçar direitos sociais, há uma ampliação do consumismo, que tem nos levado a absurdos e ampliação da desigualdade no contexto do nosso país; depois, a ausência de movimento social de caráter popular por detrás da proposta.

De fato, no levantamento inicial que nós fizemos, nós não conseguimos identificar aqueles movimentos que sempre lutaram pelos direitos sociais, participando da gênese desse processo todo. Quer dizer, aonde eles estão? Por que não foram contatados? Então, de fato, fica... E essas perguntas nós queremos aqui trazer.

A gente acredita que, para motivar a ação do voluntariado, que essa percepção que nós tivemos, a campanha pode servir, e é muito importante, e, sem isso, muitas ações que a própria igreja desenvolve não teriam sucesso. Agora, para isso é necessário incluir o tema na Constituição Brasileira?

Nessa perspectiva, então, a gente afirma, na história da conquista dos direitos sociais e no art. 6º da Constituição, que eles foram fruto de muita mobilização social e do acúmulo que nós tivemos nas próprias lutas das Diretas Já, que depois encontraram na Constituinte de 88 a possibilidade de fazer valer esses direitos, frutos de iniciativas populares. E, de fato, todo esse processo a gente... Foi conquistado a duras penas. Será que essa proposição, sem um amplo movimento social participando, não pode gerar uma flexibilização dos direitos sociais que tanto nos custaram? Então, de fato, são questões que a gente levanta.

E a proposição, até agora, nos pareceu, de fato, uma grande campanha de *marketing*, na verdade. E eu digo que, enquanto sociedade brasileira, nós vivemos uma certa ressaca, com todo respeito aos profissionais da área do *marketing*, dos resultados eleitorais que a gente acolhe e recolhe no nosso país, de tantos fichas sujas, que, às vezes, depois, numa campanha de *marketing*, se apresentam como verdadeiros cordeiros e, depois de eleitos, se tornam lobos para a população brasileira.

Então, assim, qual é a função social que o *marketing* pode cumprir?

Nós tivemos um grande apoio de mídia na campanha Ficha Limpa, isso foi importantíssimo. Agora,

temos que ter uma perspectiva crítica: aonde exatamente nós queremos chegar com essa campanha e, efetivamente, como que ela pode reforçar os direitos sociais? E, se ela vem nesse sentido, por que aqueles que sempre lutaram pelos direitos sociais não estão juntos até agora na campanha? Por que não foram procurados?

E, só para compartilhar da necessidade de aprimoramentos legais no Brasil, eu queria compartilhar que para construir a Campanha Ficha Limpa, isso demorou alguns anos, justamente porque primeiro teve o convencimento, a construção da proposta; depois nós tivemos a aprovação no âmbito do movimento; depois o movimento levou para uma assembléia, em 88, dos bispos, que foi aprovada por unanimidade; depois isso fez parte de uma Campanha da Fraternidade, que chegou aos rincões desse país, para que, depois, nós apresentássemos ao Congresso uma proposta, então, realmente respaldada por milhões de brasileiros.

Então, a gente percebe que a proposta, tal como está apresentada, ainda está vazia de conteúdo. E o que o Sr. Mauro disse, apresentou também na audiência que teve conosco lá na CNBB, de fato não conseguiu apresentar quais são as propostas de políticas públicas que sustentam essa proposição e essa inclusão na Constituição Brasileira.

E a partir daí, então, vem a questão. Será que não é melhor trabalhar com a ideia de bem-estar social na superação da desigualdade, da fome e da pobreza? Que aí nós poderíamos, então, estar discutindo, a partir de uma construção histórica, que temos também no âmbito das políticas e das lutas sociais?

Então, essa busca pela felicidade, pessoalmente, coletivamente, nós estamos fazendo.

E eu queria expressar que, logo depois dessa audiência, nós vamos ter uma oportunidade muito importante de expressar essa busca pela felicidade, que é a apresentação da PEC contra o trabalho escravo.

E quantos de nós vamos, então, ao meio-dia nessa mesma ação? Como a gente conjuga essa proposição com as lutas sociais históricas que o povo brasileiro, que os movimentos sociais têm desenvolvido?

Então, essas são as considerações que, de forma crítica, nós queremos fazer para que o debate se processe de forma que possa nos motivar a ações de compromissos e de transformação social no nosso país.

Sinceramente, até o momento, a gente não se sente convencido, e isso não é uma proposição fechada, justamente porque o debate nos foi apresentado apenas há uma semana atrás. Então, de fato, a gente costuma ser um pouco mais processual, ter um pouco mais de debate antes de afirmar posições pu-

blicamente. E a gente acredita que essa seja, então, a nossa contribuição para esse debate, de forma que a gente possa então estar dialogando, escutando, e a partir daí, então, sendo o caso, se convencendo, efetivamente ampliar e concretizar a temática que, até o momento, se apresenta então de forma ainda muito vazia de significado.

Eu agradeço a oportunidade, e fizemos questão de participar do debate para colocar essas questões e efetivamente termos um nível de convencimento, o que ainda não aconteceu. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero agradecer ao Daniel, porque... Especialmente, porque sem debate, sem contraditório não há debate. Então, creio que você levantou pontos muito interessantes, que eu anotei aqui, e espero que, ao longo do debate, outros respondam, ou depois dediquemos um tempo para essas respostas. Mas, parabéns. E creio que suas colocações são fundamentais. E outras chegaram aqui. Eu vou... Eu ia deixar para ler no final, mas só para lembrar aqui algumas que estão chegando, mensagem.

“Acho que a PEC da Procura da Felicidade é muito subjetiva, mesmo porque não há fórmula ou parâmetro.” Outro: *“Direito à procura da felicidade é bem compatível com a Constituição, por ser parte das novas gerações de direito.”* Outro: *“Procura de felicidade? O que é isso? Bastante subjetivo.”* Mais um: *“Felicidade é algo muito relativo. É dar problema. Tem gente que acha felicidade fazendo o mal. Já pensou nisso?”* *“O direito à busca da felicidade deveria ser o primeiro artigo da Constituição.”* Outro: *“Fico feliz. Buscar a felicidade é direito básico desde a Revolução Francesa.”* ACQ assina. Então, estão chegando aqui comentários. Espero que até o final tenhamos outros.

Eu passo a palavra, agora, ao Dr. Luciano, lembrando que eu esqueci de colocar na lista o Marco Antônio Costa Sabino, que falará em seguida.

Com a palavra, Dr. Luciano.

SR. LUCIANO BORGES: Bom-dia a todos.

Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar o Senador Cristovam Buarque pela iniciativa de um debate público, nessa distinta Casa, porque através do debate, através das discussões, através de um amadurecimento de ideias que o Brasil evolui, cresce e amadurece.

Quero cumprimentar o presidente do Movimento Mais Feliz, Mauro Motoryn. Cumprimentar o representante da classe artística Tonho Matéria. Registrar também a presença do Eleazar Sergei, Cássio Reis, que também faz parte do movimento artístico e que compõem esse dileto auditório. Quero cumprimentar

o Maestro João Carlos Martins, que muito abrilhanta essa discussão. Cumprimentar também Alexandre Camanho, do Ministério Público, Daniel Seidel, da CNBB, o Ministro Ives Gandra, os cumprimentos pela participação nessa Audiência Pública.

Eu acredito que um debate como esse é importante para a gente analisar os prós e os contras que podem surgir em relação a uma proposta de emenda constitucional para tratar do direito à felicidade.

Inicialmente, eu quero ressaltar que a nossa maior preocupação é dar uma conotação objetiva ao direito da felicidade. O subjetivismo do que é feliz para cada qual, isso, na nossa opinião, não deve ser tutelado na Constituição. Mas, por outro lado, acredito que, quando nós incluímos o direito a felicidade no rol dos direitos fundamentais sociais, previstos na Constituição, o que fazemos? Damos uma... Um conteúdo objetivo e resgatamos esses valores sociais que, muitas vezes, estão esquecidos para aqueles desafortunados, aquelas pessoas que, muitas vezes, nos procuram, nós defensores públicos, que não têm sequer dinheiro para chegar à sede da Defensoria, quanto mais para comprar um medicamento, para poder ter uma aposentadoria digna.

Nós, como defensores públicos, nós trabalhamos em prol do quê? Dos desafortunados, daqueles que não têm... Dos grupos vulneráveis, daqueles que não têm cidadania, e cidadania se faz não apenas com alternância do poder, no Poder Executivo e no Poder Legislativo, mas também com políticas públicas que permitam que a sociedade, que os grupos vulneráveis, que a população carente tenha acesso aos direitos sociais.

Os direitos sociais, hoje, previstos na Constituição, muitas vezes não passam de letra morta. Quantas pessoas batem às portas, todos os dias, da Defensoria, solicitando o mínimo de dignidade? Idosos, às vezes portadores de neoplasia maligna, querem direito a uma aposentadoria e não conseguem. Se socorrem de quem? De um defensor.

E aí que eu acho que vem a consistência da proposta, porque nós colocamos a felicidade não para tratar num aspecto subjetivo, e não é esse o propósito, e a Constituição não deve se valer de tutelar direitos subjetivos. Mas, quando você inclui o direito à felicidade no rol dos direitos sociais, você está estabelecendo um novo paradigma. Um paradigma para quem? Para os poderes públicos, para o Poder Legislativo, para o Poder Executivo, para o Poder Judiciário, no sentido de que paute todos os atos públicos, sempre ressaltando o direito à felicidade como forma de valorização dos direitos sociais.

Definir direito à felicidade, não é essa a proposta. Eu acho que a grande proposta é estabelecer instrumentos que permitam que, na busca da felicidade, os direitos sociais sejam resgatados.

E quais são esses direitos sociais? São aqueles previstos no art. 6º: uma educação de qualidade, uma saúde eficiente, uma Previdência Social que realmente proteja os idosos e que esses... Uma proteção à maternidade, uma proteção à infância, uma proteção aos desamparados.

Na realidade, quando a gente resgata esses valores sociais, nós percebemos que o Brasil precisa avançar. E se nós, ao estabelecermos o direito à felicidade como um paradigma, talvez a gente esteja valorizando não o que o homem tem, mas o que o homem é na sua essência.

O fato questionado, eu acho que o questionamento vindo da CNBB é motivo de reflexão. Precisamos pensar, sim. Mas, o fato de alguns movimentos sociais não estarem ainda atrelados, na minha opinião, não significa nada, porque esse é um primeiro passo de uma caminhada. Nós não podemos querer chegar no final sem trilhar o longo caminho nessa caminhada.

E a outra preocupação, que também é pertinente, mas acho que a gente tem que fazer uma reflexão, é sobre a flexibilização dos direitos sociais. Existe, no direito constitucional, uma preocupação que os direitos sociais não podem jamais sofrer retrocesso. Isso é básico de um Estado Democrático de Direito. Como nós permitiríamos o retrocesso desses direitos sociais, que foram conquistados muitas vezes através de sangue de pessoas? Jamais permitiríamos isso, e a nossa Constituição, e porque vivemos num Estado Democrático de Direito, que está sendo aperfeiçoado a cada dia, não permite o retrocesso.

De qualquer maneira, são questões que nós precisamos enfrentar, e principalmente, com uma proposta de emenda constitucional, parte do pressuposto que haja grande debate na sociedade. Esse é o primeiro de muitos. E acredito que a sociedade brasileira tem o direito de ser feliz, resgatando a dignidade, mas a felicidade a qual eu me reporto é uma felicidade atrelada aos direitos sociais e não ao subjetivismo de cada qual. Meu muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado, Dr. Luciano. Eu passo a palavra agora ao Tonho Matéria, com muita satisfação.

SR. TONHO MATÉRIA: Bom-dia a todos.

Em nome do nosso grande líder, Senador Buarque, eu, que sou um admirador do senhor e adoro as suas explicações.

Falar de felicidade, para mim, quando o Sr. Daniel explana com suas preocupações, eu me reporto, agora, à questão Palmarina.

Imagine, saindo da África meus antepassados, vindo como força de trabalho escravo no Brasil, não tendo condição de estudar, de se manter como cidadãos dentro desse Estado. Sofrer, travar guerrilhas dentro dos matagais, criar um exército, uma República Palmarina, e, mais tarde, a gente ver eclodir, na Bahia, a Revolta dos Búzios, aonde homens negros foram cruelmente mortos [soa a campainha], porque estavam simplesmente se espelhando na Revolução Francesa, buscando igualdade, liberdade e fraternidade.

Imaginem, em 1835, também na Bahia, a Revolta dos Malês, aonde negros também buscavam as suas felicidades. Felicidades essas que a gente não encontrava e não encontra até hoje.

Estamos vivendo no Brasil um momento cruel, com nossos jovens sendo exterminados, os índios também sendo exterminados. Será que isso não é uma busca de felicidade, as pessoas terem dignidade nas suas comunidades? Será que é preciso a gente estar aqui debatendo, buscando um apoio dentro da Constituição Brasileira para ter apoio à felicidade?

Veja bem, eu, como homem negro, talvez não esteja nem na campanha como um artista, representando a Bahia, mas como um homem negro, porque eu nasci dentro de Salvador, numa comunidade bastante pobre. Minha mãe saiu do interior vendendo acarajé. Meu pai saiu do interior vendendo limão e conseguiu me colocar dentro de uma universidade.

Então, isso... Eu aprendi a ser feliz, a ter felicidade através dos quitutes do meu pai e da minha mãe. Eu sempre busquei, na minha vida artística, apoio com meus projetos, aonde hoje eu cuido de mais de 700 jovens, já oito dentro das universidades, que é o Projeto Mangangá, aonde a gente tem também uma extensão dentro do carnaval para mostrar essa felicidade dessas pessoas que trabalham com a cultura, dentro das comunidades, no ano inteiro, e que não têm apoio nem possibilidade de desfilar no carnaval. E criamos o bloco da capoeira para essas pessoas terem essa felicidade dentro do bloco da capoeira.

Então, imagine a gente criticar essa busca da felicidade quando a gente vê um clipe que, na sua maioria, são pessoas negras, artistas negros, que vieram também de muitas dificuldades, das comunidades negras dentro do Brasil; comunidades essas que a gente nunca teve muito apoio do Governo, e isso é claro, isso é muito claro. Digo isso pelas políticas públicas que até hoje a gente está discutindo políticas públicas dentro das comunidades. E essas políticas públicas,

ela também nos dá a possibilidade de ter essa felicidade, de ser mais feliz.

Eu acho que um projeto como esse... Acho não, eu afirmo que um projeto como esse, ele vai transformar a vida não só minha, não só de nós todos que estamos aqui, mas a vida do Brasil. Meninos que estão inseridos na criminalidade, ele vai perceber que é preciso ser mais feliz.

Há pouco tempo o senador leu que ser feliz... Como é? Tem uma frase aí que diz: Ser feliz... Tem pessoas que fazem maldades e são felizes. Não, pelo contrário. Aí é a infelicidade. A maldade, ela não está na felicidade, ela está na infelicidade do indivíduo. Porque se eu quero ser feliz, eu vou fazer construção cidadã. A felicidade é você construir, é você criar prédios dentro das comunidades, como Carlinhos Brown fala.

Brown tem uma frase importante dentro do Candial, quando ele diz que brota... Hoje brotou pé de prédios. Então, era uma comunidade carente, aonde saiu Carlinhos Brown; outra comunidade carente, aonde nasce o Olodum, o qual eu me orgulho de ser o cantor, durante 20 anos.

Aprendi, dentro dessa entidade chamada Olodum, a ser feliz, a estar aqui, agora, nessa mesa discutindo a busca da felicidade. E ainda me preocupo, porque é preciso a gente estar discutindo com o governo o que é ser mais feliz, o que é ter felicidade. Coisa que, na verdade, já deveria ter acontecido há muito tempo. Nós estamos num momento democrático. Olha o Brasil como está. Estamos numa cidade chamada Brasília, que era o sonho de 50 em 5 anos ser construído por JK.

Então, essa felicidade de ter uma... um Estado democrático, e que se torna a capital dos negócios, no Brasil, é a mesma questão que a gente quer buscar dentro das nossas comunidades, dentro de Salvador, no Maranhão...

Então, quando eu me reporto aos antepassados, a Palmares, quando me reporto à Revolta dos Malês, à Revolta dos Búzios é porque essas pessoas também buscavam a felicidade. E a gente ainda está trilhando o mesmo caminho.

Se o nosso querido Daniel for à Bahia e caminhar comigo dentro das comunidades. Porque a gente, às vezes, olha de fora, vê do avião, passa no avião e diz: "A cidade é linda." "Salvador é lindo." "É mágico." "Carnaval é a melhor coisa que existe." "As festas populares." Mas, por trás disso, nós temos as mazelas dentro dessas comunidades, pessoas que ainda não têm possibilidade de estar dentro de uma escola pública de ensino fundamental grande, que a gente consiga, realmente, tirar dali, daquela escola, grandes cidadãos, grandes doutores, mestres. É muito difícil.

Então, essa campanha, que pode ser uma campanha de *marketing*... Eu, como também formado em *marketing*, eu acredito que, como *marketing*, para a cultura negra, ela vai favorecer e ela vai dar uma possibilidade para o menino negro, que está lá naquela comunidade, olhar pra frente e falar assim: "Eu posso ser feliz, eu posso multiplicar a busca da minha felicidade. Criar novas ações."

Eu acho que, Mauro, você está de parabéns por desenvolver uma campanha dessa. Eu acredito que é natural a gente discutir, ter as críticas... Porque é, tem que ter realmente, a gente não pode ser a favor de tudo. A gente também tem que pontuar os lados bons e os lados ruins. Mas, a gente pode também juntar os lados... A crítica e favorecer, transformar essa crítica num benefício. Vamos unir.

Tem um poeta chamado Gilson Nascimento, na Bahia, que ele diz: "A união só vencerá se unirmos mentes, corações e gestos num protesto coletivo". Eu acho que esse protesto coletivo, nós já estamos aqui à frente, dialogando, buscando uma forma de ter mais felicidade.

Estamos vivendo, no Brasil, esse momento cruel, que é o *crack*, que é uma droga realmente usada para atingir a classe pobre, para atingir as pessoas de rua, e essa droga, hoje, ela está atingindo as classes A, B, C, D... Ela, hoje, não qualifica quem ela quer atingir. E aí, ligeiramente, o Estado começa a fazer campanha. Porque os seus filhos também estão sendo atingidos.

Então, essa felicidade, que nós estamos discutindo aqui, é uma felicidade para que os nossos filhos, seja ele de qualquer classe social, entendam que é preciso fazer um país mais digno, um país onde a gente tenha direito de ir e vir sem se preocupar se eu sou preto, se eu sou branco, e que tenho que me segurar a minha bolsa, porque é um homem negro que está indo do outro lado. Sabe, a gente precisa acreditar que temos uma felicidade para uma reflexão maior.

A música nos une. Está aqui ao meu lado o maestro. Eu não tive a felicidade de estudar música, mas tive a felicidade de ter a música dentro de mim. Eu tive a felicidade de ser capoeirista e, através da capoeira, transformar a vida de vários meninos que, hoje, já temos... Temos oito, só dentro da nossa instituição, dentro da universidade.

Tem um que, agora, está fazendo um filme, participando do filme Besouro. Um outro já no filme Capitães de Areia. Um outro fazendo parte de teatro, Teatro XVIII lá de Salvador.

Então, acho que, essa felicidade, a gente está multiplicando, através dos gestos, da ginga da capoeira, através do gesto do homem negro, que nasceu de uma família pobre e que transformou a vida da sua

família. Se eu transformo a vida da minha família, eu tenho condições também de transformar a vida de novas famílias, de outras famílias, e é essa a felicidade que a gente quer. Não é a felicidade de fazer... A minha felicidade, de achar que eu quero ser o tal. Mas não, é a felicidade de a gente fazer com que essa plenária que está aqui saia com esses meninos, essas meninas jovens que estão na universidade, estão nas escolas, tenha uma reflexão de um mundo melhor, de um mundo mais igualitário. A gente precisa fazer com que a compreensão humana entenda que ser feliz não é ser... Não é ter dinheiro no bolso. Ser feliz é respeitar o meio ambiente, é respeitar o indivíduo, é respeitar o velho, é respeitar o novo, enfim, é respeitar a vida. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de passar a palavra ao Marco Antônio Costa Sabino, eu quero cumprimentar aqui e agradecer a presença do Deputado Arnaldo Jardim, Deputado Federal em São Paulo, pelo PPS. Ao Ulisses Reidel, que é presidente da União Planetária, aos estudantes da escola Nossa Senhora das Graças, que vieram nos prestigiar e ao Cássio Reis, ator conhecido por todos nós. Muito obrigado a vocês.

[palmas]

Agora eu passo a palavra ao Marco Antônio da Costa Sabino.

SR. MARCO ANTÔNIO DA COSTA SABINO: Bom, bom-dia a todos, bom-dia Sr. Presidente. Eu cumprimento a todos os presentes na mesa, todos que estão nos assistindo, enfim.

Eu, quando recebi do Sr. Mauro Motoryn a missão de redigir uma proposta de emenda constitucional para incluir na Constituição o direito à busca da felicidade, eu tive a mesma dúvida que uma série de pessoas, que estão nos assistindo, e uma série de pessoas, que veem isso e questionam, também têm ou tiveram. Como é possível normatizar a felicidade? A felicidade que é um sentimento, a felicidade que é um estado de espírito, muito se falou nessa Mesa aqui a respeito do sentimento que é a felicidade.

Nós, aqui, entre juristas, sabemos que a preocupação de normatizar a felicidade passa, invariavelmente, pela preocupação de justicializar a felicidade.

A partir do momento que eu incluo na Constituição da República, que é a norma fundamental do Estado Brasileiro, o direito à busca da felicidade, eu estou falando uma série de outras coisas. Estou dizendo, principalmente, que alguém vai ter que me assegurar o direito à busca da felicidade. Alguém será apto a tutelar o direito da busca da felicidade. Alguém

também será apto a postular, a pedir, a requerer a busca da felicidade.

Então, como fazer isso com algo que parecia ser um sentimento ou um estado de espírito? Será que a proposta é desprovida de conteúdo? Será, como inúmeras perguntas que vieram, todas absolutamente pertinentes – porque, como eu disse, essa também foi uma dúvida minha –, será que tutelar juridicamente a felicidade é muito subjetivo? Como fazer isso?

Depois de muito estudar e muito verificar, a equipe a quem eu agradeço publicamente, que faz parte do escritório que eu trabalho, nós chegamos à conclusão que é, sim, possível normatizar o direito à busca da felicidade. Porque, senhores, existem dados objetivos da felicidade.

Não sei se é de conhecimento geral, possivelmente até não, mas inúmeras são as áreas das ciências que estudam a felicidade, com destaque, nas últimas décadas, para a economia. Quando os economistas começam a estudar alguma coisa, nós, juristas, damos um pouco mais de atenção, porque, realmente, deve ser relevante.

E, a partir da década de 90, inúmeras foram as pesquisas, inúmeros foram os estudos a respeito do que trazia a felicidade a determinada população. E chegou-se a uma conclusão.

Chegou-se à conclusão de que determinados serviços, determinados direitos, quando observados, determinadas instituições, quando observadas, tornam a pessoa mais feliz. A observância de instituições como educação, saúde, renda, emprego...

Senador Cristovam Buarque, no começo da sua exposição, disse muito bem que a um determinado tempo achava-se que com o PIB subindo todo mundo seria feliz. Mas isso não necessariamente é verdade, e isso está comprovado cientificamente no pós-guerra: inúmeras foram as nações ocidentais que conseguiram distribuir melhor sua renda. Nada obstante, perguntados se eram mais felizes as pessoas que habitavam essas nações ocidentais, eles diziam que não. Ou não necessariamente. Por quê? Porque havia ali um problema de desemprego.

Eu aconselho a todos que leiam, por favor, a exposição de motivos da proposta de emenda constitucional. Na exposição de motivos está muito bem explicado o que busca a alteração no texto constitucional.

E eu, que sempre estudei a Constituição, professor, estudioso e crítico da Constituição Brasileira, principalmente quanto a seu aspecto prolixo, estou convencidíssimo de que a inserção, como se propõe, é muito importante. E é importante porque ela traz à baila, traz ao debate a necessidade de o Estado de prover os serviços sociais, que já estão no art. 6º da

Constituição, e a partir do art. 193 são tutelados em minúcias.

Como bem disse o Dr. Luciano, nós, em direitos humanos, aprendemos um dogma que é a proibição ao retrocesso. Então, as conquistas sociais, os direitos sociais, que surgiram após as cartas do início do século passado, eles não podem retroceder. A inserção... Pergunto eu: como a inserção ao direito à busca da felicidade poderia implicar em retrocesso? Eu digo: pelo contrário, na verdade é uma reafirmação da obrigação do Estado de prover os direitos sociais. Normativamente, isso é plenamente possível.

Eu explico aos senhores o seguinte: é óbvio, é óbvio que a felicidade tem um traço subjetivo determinante. Eu posso ter tudo e não ser feliz. Acontece que é preciso, sim, que o Estado dote todos, todos, indiscriminadamente, todos os cidadãos de serviços básicos que permitem a eles saírem de um patamar para, então, buscar a sua própria felicidade. Por isso que a proposta se refere ao direito à busca da felicidade e não o direito à felicidade. A norma não pode garantir o direito à felicidade. Mas pode garantir meios para que cada um se esmere para atingi-la.

Assim, sem dúvida, como lembrado pelo Mauro, no começo, foi a Declaração da Virgínia, que é a Declaração de Independência dos Estados Unidos, de 1776. Todas as Constituições Estaduais dos 13 estados, as 13 colônias, preveem até hoje o direito a cada um perseguir, buscar, perquirir a sua própria felicidade.

Quer dizer, o mesmo entendimento já foi referendado pela Suprema Corte dos Estados Unidos numa Decisão Meyer *versus* Nebraska, de 1923, em que se dizia que a manutenção do emprego era essencial para que a pessoa fosse feliz.

Então, o debate, senhores, ele, apesar de ser instigante, novo entre nós, ele não é novo na área jurídica. E tanto não é novo que, como disse, desde 1776 a felicidade já está prevista num texto normativo, que é uma das declarações mais importantes em termos de direitos humanos.

Então, sem dúvida, senhores, nós temos a preocupação a respeito de quão subjetivo isso pode... A inclusão desse direito pode tornar a sociedade.

Como bem disse, aqui ao meu lado, o Daniel, nós teríamos a preocupação a um consumismo desenfreado por conta da busca da felicidade. Eu imagino que essa preocupação, ela, na verdade, não exista. Porque como disse também, como disseram os meus antecessores na fala, não estamos aqui tratando de direitos subjuntivos. A inclusão que se propõe não permitirá o sujeito a pleitear do judiciário uma Ferrari, porque ele vai ser mais feliz, ou a transferência do Ganso para o Palmeiras, porque ele vai ser mais feliz.

Então, não é isso que nós estamos propondo aqui. Estamos propondo, na verdade, de novo, aspectos objetivos, tuteláveis. E fico muito tranquilo quando, ao meu lado, vejo representantes do judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, e conversando com o ministro do Supremo que também diz que é possível, sim, normatizar a busca da felicidade.

Então, senhores, conclamo a todos para que, quando puderem, leiam a exposição de motivos. Ali está tudo sucinta, mas objetivamente e bem explicado. Nós estamos tutelando a felicidade coletiva, os dados objetivos da felicidade, e não a felicidade individual, a felicidade subjetiva, que é de cada um. E se a discussão fosse vazia de conteúdo, fosse vazio o debate, nós não estaríamos aqui agora, nós não estaríamos discutindo a respeito dessa proposta, que pode vir a ser uma das grandes conquistas da nossa Constituição, colocando-a, já boa, na vanguarda das constituições ao longo do mundo. Eu agradeço a todos. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de passar a palavra ao Dr. Ives Gandra Filho, eu vou ler algumas das mensagens que chegaram aqui.

O [ininteligível] diz: *"Acho supérflua a proposta de emenda. O princípio dignidade da pessoa humana já compreende o direito de procura da felicidade."* Castro Isidoro, ele diz: *"Ainda não sabemos o que é ser feliz. Campeia na humanidade o desespero de ser feliz"* – deve ser uma referência ao livro do André – *"a qualquer custo e fins."* A Poliana Brito: *"É o FIB – Felicidade Interna Bruta? Se for, acho ótimo."* Aqui é [ininteligível]: *"Penso que sem educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança é mais difícil ser feliz. Como, concretamente, as políticas públicas mudariam com a aprovação da PEC? Inclusão no texto do art. 6º? Fico me perguntando."* Castro Isidoro: *"Tornar-se-á importante"* – outra vez o Castro Isidoro –, *"tornar-se-á importante o direito constitucional à busca da felicidade quando soubermos o que é ser feliz."* Diego [ininteligível]: *"Fantástico. A felicidade é uma condição existencial para a plena realização de um projeto de vida."* C. Barreira, 59: *"Acho ótimo, pois o Estado também é responsável, assim como a sociedade."* Juju Kuri(F): *"O que melhora em nossas vidas, na prática, essa mudança da Constituição? Muito subjetivo isso."* Beatriz L. I. 9 ou L. G.: *"Muito bom, senador, uma evolução: buscar o bem-estar das pessoas é sinal de evolução na sociedade."* O Joel Alexandre: *"Direito à felicidade? Bastava cumprir os direitos e as garantias fundamentais já expressas na Constituição para dar felicidade ao povo."* Rafael Giordano(F): *"A felicidade é relativa, assim como os meios de buscá-la."* Cláudia [ininteligível]:

“É apenas mais um direito não garantido entre tantos.” Mais um: *“Acho que a PEC da Procura da Felicidade é muito subjetiva, mesmo porque não há fórmula ou parâmetro para a felicidade.”* Essa é da B. M. S. N. T. S. E [ininteligível]: *“Direito à procura da felicidade é bem compatível com a Constituição por ser mais das novas gerações de direito.”* Eu já tinha lido esse.

Bem, eu agora passo a palavra ao Dr. Ives Gandra Filho.

SR. IVES GANDRA FILHO: Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Para mim é uma grande satisfação participar desta mesa. A rigor fui convidado por meu tio, João Carlos Martins, que ia dar seu depoimento aqui, e foi a forma que encontrei de poder estar um pouquinho com ele e rever amigos como o Dr. Camanho e tantos outros que estão aqui presentes, Dr. Ulisses Reidel, e com essa juventude aqui também nos ouvindo, faz com que nós nos preocupemos, fundamentalmente, com isso que dizia o Senador Cristovam Buarque no começo da sua fala, que é o problema conceitual. O problema conceitual. O que é felicidade.

Quando nós discutimos a questão da saúde, da segurança, do transporte, trabalho, previdência, moradia, lazer, todos são meios, são mesmos para quê? Para se atingir um fim. Direito à felicidade, quando considerado como uma finalidade do Estado... Na verdade, como dizia o Dr. Daniel, nós podemos usar várias expressões, não precisa usar necessariamente a expressão felicidade, podemos usar a expressão bem-estar social.

Agora, qual é... Vou fazer um resuminho assim mais conceitual para podermos enfrentar esse problema concreto, e o texto que eu vejo aqui, que me parece que foi do Dr. Marco Antônio, que me pareceu bastante simpático.

Conceitualmente, qual é a finalidade do Estado? Promover o bem comum. O que é o bem comum? É o conjunto de condições que o Estado promove de tal forma que cada um de nós consiga atingir o seu bem particular. Se o Estado garantir segurança, se o Estado garantir saúde, garantir trabalho, garantir previdência, garantir esses meios, cada um de nós vai atingir os seus fins, aqueles que foi elegendo. Vai encontrar felicidade.

Agora, quando nós pensamos em felicidade, para mim, o melhor conceito de felicidade está naqueles clássicos, naqueles filósofos gregos, principalmente Aristóteles.

Aristóteles tem um livro que se chama *Ética a Nicômaco*. O primeiro capítulo do *Ética a Nicômaco*, ele dedica a quê? Ao problema da felicidade. E no que

ele define a felicidade? Ele diz que a felicidade é essa posse do bem adequado à natureza.

Todos nós vamos buscando a nossa felicidade numa série de bens. Só que enquanto nós não encontrarmos o bem que é adequado à nossa natureza, que é capaz de nos satisfazer plenamente, nós não somos felizes. Nós vamos procurando, como dizia o Tonho, em lugares equivocados. Às vezes, vai... A pessoa que acha que fazendo aquela maldade ou conseguindo aquela vingança vai ser feliz.

Acho que todos conhecem a história do Conde de Monte Cristo, que pensou que ia ser feliz no momento que se vingasse de tudo que ele tinha sofrido antes. E quando ele atinge a vingança, é isso que o fez feliz? Não.

Pois bem, o que Aristóteles fala em termos de felicidade, quando ele fala que é a posse do bem adequado à natureza, na verdade está falando do que ele, numa certa altura, fala da excelência moral. Ou seja, por que é *Ética a Nicômaco*? Ele está escrevendo... O pai dele chamava-se Nicômaco e o filho também. Na verdade, ele está falando para o pai, para o filho, dizendo: “Olha, o que vai fazer feliz a cada um de nós é atingir essa excelência moral”, ou seja, a prática das virtudes. No momento em que eu sou prudente, sou justo, sou temperado, sou forte, vivo essas virtudes cardiais, eu vou estar sendo feliz.

Dizia um autor francês, Georges Chevreton, ele tem uma frase assim, que acho que é antológica, que nós podíamos pensar um pouquinho nela. Ele dizia o seguinte: “Os prazeres são para os sentidos. As alegrias, para o coração. Mas a felicidade é só para a consciência”. O que ele queria dizer, no fundo? Às vezes as pessoas procuram a felicidade no prazer. Então, “Puxa, minha felicidade vai ser tomar Coca-Cola ou encher a cara ou...” Está certo, eu estou satisfazendo um extinto meu, mas isso não traz necessariamente a felicidade.

As alegrias são para o coração. Já são esse invisível que falava o Senador Cristovam Buarque e o Dr. Camanho também falava do invisível.

A alegria, quando a gente diz que as alegrias são para o coração, se o nosso time ganhou... Eu sei que muita gente aqui deve ser flamenguista ou... Eu sou são paulino, o tio João Carlos torce para a Portuguesa de Desportos... Quando o nosso time ganha, a gente tem uma alegria. Agora, eu diria o seguinte: o que isso aí está me afetando diretamente, o meu time ter ganho? Me afeta diretamente? Fisicamente, não. Mas me dá uma satisfação.

Agora, a felicidade é só para a consciência. Quando a gente vai dormir com aquela sensação do dever cumprido, aquilo que eu devia em relação aos outros,

os meus deveres familiares, os meus deveres profissionais, sociais, políticos, como cidadão, eu tenho cumprido? Eu tenho uma satisfação que nada paga. Não há preço no mundo que compre essa tranquilidade da consciência. Pois bem, aqui, tão bem colocado no final da sua fala pelo Tonho, o que é essa felicidade senão o respeito à vida, o respeito aos jovens e aos idosos, o respeito ao meio ambiente? Quer dizer, a felicidade supõe esse sair de si e estar preocupado com os outros. Esse sair de si, sair de uma visão egoísta e partir para uma visão altruísta.

Nesse sentido, o Aristóteles, no outro livro dele, da política, ele tem uma expressão que é genial. Se nós vivêssemos isso, o nosso Estado e a nossa sociedade seria fantástica. O que ele dizia? Que o objetivo do Estado é tornar os cidadãos amigos.

Imagina, nós estarmos aqui numa reunião não de juristas, não de políticos, mas de amigos, em que nós podemos abrir a nossa alma, nós podemos contar as nossas alegrias, as nossas tristezas e estamos num ambiente que nos é favorável, que nos é simpático, em que cada um compreende as diferenças dos outros, cada um vive o pluralismo, respeita o pluralismo.

Pois bem, o segredo para se atingir essa felicidade, e eu escrevi um dos capítulos desse livrinho *Ética e Ficção*, e não ética é ficção, chama-se *O Segredo da Felicidade Condicional*, e está num livro do Chesterton; Gilbert Keith Chesterton, esse autor inglês, que fala muito dos contos de fadas, fala dos contos que nós conhecemos desde os contos de Grimm até os mais modernos, um Harry Potter, um Tolkien, com o Senhor dos Anéis... Todos. O que ele diz? Todo segredo, em qualquer conto de fadas, é que se pode fazer tudo, você tem um mundo fantástico, desde que você respeite alguns limites. Você pode casar com a filha do rei, desde que não lhe apresente uma cebola. Você pode andar num palácio de cristal desde que não jogue uma pedra. E, muitas vezes, nós fazemos a nossa própria infelicidade. Por quê? Porque não respeitamos os limites da natureza.

Por isso, concluindo a minha fala, diria que essa proposta concreta que nós temos aqui, do art. 6º, me parece muito simpática. Por quê? Porque ela, por um lado, coloca que é efetivamente um dos objetivos do Estado – isso aí é a visão clássica de Aristóteles – a promoção das condições para se atingir a felicidade... Então coloca: são direitos sociais essenciais à busca da felicidade. Ou seja, não está colocando a felicidade como um direito. Os direitos sociais, que vão levar à felicidade, são: a educação, promover a educação, saúde e trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade, à infância, assistência aos desamparados na forma desta Constituição.

Portanto, numa visão aristotélica, numa visão clássica, em que esse é o objetivo final do Estado, e os meios são a garantia desses direitos, eu fico menos preocupado... Eu comungo das preocupações do Dr. Daniel, mas já fico menos preocupado.

Agora, o que nós temos que ter claro é que um conceito de felicidade que absolutize esse direito, que faça... Eu tenho direito de ser feliz a qualquer custo, a partir daí eu estou indo contra o direito do outro ser feliz.

Então, por exemplo, o direito que nós podemos dizer, a mãe em relação ao feto: “Ah, eu tenho direito de ser feliz, não quero ter essa preocupação com essa criança.” Puxa, e o direito da criança de nascer? O do velho em relação ao jovem, de um em relação ao outro.

Aí, eu concluo com a preocupação que colocou muito bem o Dr. Marco Antônio. Tudo que é escrito no Congresso Nacional, quando o conceito não é claro, ele é objeto de judicialização, objeto de discussão no Poder Judiciário. Aí vem todas as teorias, todas as correntes... E se dá um conteúdo que, muitas vezes, o desejo do legislador foi um, o que ele planejou, o que ele criou foi uma coisa, e o que saiu acabou sendo outra. Portanto, eu também tenho essa preocupação com o problema da judicialização.

Mas concluo dizendo que, tal como colocado, em princípio, me parece a proposta muito salutar. Então, cumprimento aos integrantes da mesa, que falaram anteriormente a mim, ao Dr. Mauro, pelo seu empenho, e ao Dr. Marco Antônio, pela redação do artigo. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Ives Gandra Filho e passo a palavra agora ao Maestro João Carlos, que é o último a falar. Depois eu verei se algum que queira falar... Já vejo que o Ulisses se manifesta. E vamos dar tempo às pessoas de falarem um pouquinho mais, depois, se quiserem, respondendo o que houve aqui no debate. Gostaria muito que alguns dos meninos e meninas, jovens que aqui estão, também fizessem uso da palavra, se algum quiser.

Maestro João Carlos.

SR. JOÃO CARLOS: Bem, meu querido Cristovam, é uma honra estar aqui ao seu lado.

Quando o Mauro, que teve essa ideia fantástica me convidou, evidentemente que eu me entusiasmei profundamente.

É dever do Estado... Todos já falaram tão bem, que eu pouco tenho a falar. Mas é dever do Estado dar direito à busca da felicidade. No quê? Na qualidade de vida do cidadão.

Quando o cidadão tem qualidade de vida, que aí inclui todos os segmentos, saúde, educação... Inclui todos os segmentos, esse cidadão passa a ter muito mais vontade, muito mais certeza que ele pode ter, dentro das suas metas, a busca à felicidade.

E eu, então, me entusiasmei profundamente. O que eu digo? A felicidade tem uma contrapartida aqui. Não adianta simplesmente o Estado, a nível municipal, estadual, federal, todos os poderes darem a oportunidade à busca à felicidade para o cidadão. O cidadão também tem que buscar a felicidade interna dentro de si. No momento em que ele buscar a felicidade interna, ele poderá iniciar um processo de dividir aquela felicidade que ele procurou, porque a felicidade é muito subjetiva.

Eu tenho uma história de um senhor que economizava, economizava, economizava muito dinheiro. Até que um dia um amigo dele chegou para ele e falou: "Mas você economiza tanto dinheiro, você já está com idade, seus filhos, depois, vão gastar tudo aquilo que você economizou". E ele falou: "Quem diz que eles vão ter mais felicidade em gastar do que eu tenho em economizar?" Então, a felicidade é subjetiva.

E eu aqui digo: no momento que você procurar a felicidade interna, dentro de si, uma felicidade espiritual, e você consegue dividir, você está alcançando a sua missão.

Eu vou citar dois exemplos pequenos, para encerrar. O primeiro exemplo que eu cito são individuais da minha vida, mas eu acho que são pertinentes nesse caso. Quando eu perdi as mãos para o piano e iniciei minha nova vida como regente, na segunda vez que eu voltei a Nova Iorque, eu falei: "Eu vou voltar como maestro a Nova Iorque, no principal teatro americano, o Carnegie Hall, mas, na segunda parte deste concerto, se eu for aquilo que eu ainda acho que eu sou, mesmo somente com três dedos, eu vou tocar piano para tentar atingir o coração das pessoas, mesmo somente com três dedos." E dei essa coletiva. Na primeira parte, eu fui reger. Na segunda parte, naquele palco onde eu tinha tocado tantas vezes, eu voltaria como pianista.

Uma semana antes de embarcar, eu dei uma coletiva, uma entrevista, no Rio de Janeiro, e passou na rede internacional da mesma emissora. E eu disse que se o concerto saísse bem como maestro e depois como pianista, eu iria, naquele Carnegie Hall, tocar o Hino Nacional Brasileiro. Algumas pessoas viram pela rede internacional. Tinham cerca de 2.500 americanos no teatro e uns 300 brasileiros. Mas uns brasileiros conseguiram, no câmbio negro, comprar uns ingressos no último dia e levaram escondidos, o que não é permitido no Carnegie Hall, a bandeira do Brasil.

No momento que eu dei a primeira parte, saiu bem. A segunda, como pianista, saiu como eu queria. Eu voltei ao palco e fiz o nosso Hino Nacional Brasileiro. Quando acabei o hino e virei para a plateia, eu vi umas bandeiras do Brasil penduradas. Naquele minuto, eu falei: "Essas pessoas deram uma felicidade para mim e uma felicidade para essa orquestra que vai ter um efeito multiplicador". Então, é a divisão da felicidade.

Aí, o outro exemplo que eu dou. Quando eu faço as minhas visitas à FEBEM, à Fundação Casa, nessas visitas eu procuro motivar aqueles jovens à inclusão através da música. E, numa das últimas visitas, eu que atualmente tenho um projeto social em toda a periferia de São Paulo através da música nas favelas, foi numa quarta-feira: quando acabou a apresentação, um senhor chegou para mim e falou o seguinte: "Aqui está o meu filho. Meu filho recebeu a liberdade na segunda-feira, mas ele quis ficar até quarta-feira na FEBEM para agradecer o senhor, porque é por sua causa que ele está saindo da FEBEM". Então, naquele momento, eu vi todos os outros companheiros dele, a divisão, a multiplicação do efeito felicidade pelo ser humano.

Assim sendo, o que eu digo, qual é o dever do cidadão? É atingir a felicidade e dividir a felicidade com outras pessoas num efeito multiplicador. Não posso concordar, de jeito nenhum, que é uma proposta vazia ou de *marketing*, porque não é nem vazia nem de *marketing*, porque tudo se começa com um sonho e, quando a gente persegue um sonho, a gente corre atrás de um sonho, a gente corre atrás de um sonho, até que um dia o sonho corre atrás de você. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, maestro. Eu quero saber aqui... O Ulisses já disse que quer falar. Se tiver mais alguma pessoa... Eu vejo lá atrás uma jovem. Vamos ter que limitar, obviamente, não podem ser muitos. Temos três.

Ulisses Riedel. Ulisses é criador de uma entidade, aqui, hoje, de muito sucesso no Brasil, chama-se União Planetária, no Brasil e no planeta. Ulisses, por favor.

SR. ULISSES RIEDEL: Senador Cristovam, olha, é uma alegria imensa de estar aqui participando dessa reunião, de, ao mesmo tempo, encontrar velhos amigos, o Daniel Seidel, o Camanho, o nosso Ministro Ives Gandra e tantos outros que estou conhecendo agora.

Eu vou ser breve, como é adequado, embora eu gostaria de falar umas 40 horas sobre o tema, porque eu acho que o tema é empolgante.

Eu quero até parabenizar e cumprimentar que esse tema tenha sido apresentado, porque ele nos abre espaço para reflexões profundas sobre a questão da nossa vida em sociedade, das relações humanas, da

organização social, dos direitos sociais, da felicidade de uma forma muito ampla. Eu acho que, na nossa sociedade humana, normalmente nós somos muito superficiais e passamos séculos sem perceber as coisas mais óbvias, passamos séculos achando que as mulheres são inferiores do que os homens, séculos achando que a escravidão é normal, séculos achando que é normal a invasão de um país a outro país, ainda o século 20 ainda tínhamos tantas colônias... Quer dizer, coisas absurdas que se mantêm exatamente por falta de reflexão, e de uma reflexão profunda e uma reflexão de valores efetivos.

De maneira que eu, como primeiro ponto, eu quero... Senador Cristovam, dizer que, por favor, crie condições e conte com o nosso apoio da União Planetária no que for possível para que esse debate se aprofunde. Porque uma coisa é nós colocarmos aqui, como estamos colocando, que é um debate, que precisa ser feito, mas ele precisa realmente ser feito.

Eu inclusive diria que, no dia de amanhã, eu estou fazendo uma palestra num encontro que eu considero de magna importância, porque é das metas do milênio, com o Movimento Nós Podemos, Brasília que é movimento para a aplicação das metas do milênio, que é exatamente a erradicação da fome, erradicação da miséria, erradicação do analfabetismo, diminuir a mortalidade infantil e de gestantes... E vai por aí afora, um movimento que decorre das ODMs, que foram aprovadas na ONU, por 191 países, e que o Brasil abraçou não só votando lá favoravelmente, mas dando o seu apoio expressivo para que esse movimento seja uma realidade.

E um tema que eu estou, inclusive, falando lá é sobre as causas da miséria e a sua superação, que têm total ligação com o tema da felicidade. Porque existe uma miséria que está aí e que nós temos que buscar as causas dela. Nós não podemos simplesmente achar que vamos ter felicidade sem educação, sem... Com desemprego, com subemprego, com relaxamento das normas sociais, que têm que proteger e serem aperfeiçoadas, com uma sociedade que temos uma democracia, que já é um grande avanço, mas é uma democracia competitiva. O Estado se põe como assistente da luta entre os cidadãos. O Estado tem que ter uma democracia solidária. Nós temos que pensar muito. Há muito que ser alterado, há muito que ser transformado. E eu acho que isso demanda reflexão, demanda aprofundamento, demanda nós examinarmos as condições necessárias para essa transformação, que ela parte das coisas materiais sociais mesmo.

Como é que nós vamos querer felicidade para o desempregado que está batendo de porta em porta e que não arranja um emprego? Ou para o subemprega-

do, que o dinheiro que ele leva para casa mal dá para comprar as necessidades mínimas? Ou, então, para aquele que quer estudar e não tem a possibilidade de uma escola pública, de uma escola onde ele possa estudar? Essas questões materiais, elas são fundamentais para que nós possamos... Mas, certamente, existe conteúdo muito maior. Porque acho que nós poderíamos viver até numa sociedade relativamente simples, relativamente pobre, e com felicidade, com outros valores. Com valores do compartilhamento, com valores da solidariedade, e não uma sociedade competitiva, aonde o valor primordial é o ter, é o consumir, e que cada um quer consumir mais e ter mais do que outro... Realmente o tema abre um espaço gigantesco para nós discutirmos as questões sociais e para nós discutirmos também os valores da sociedade. Porque os valores definem a sociedade.

Houve época em que era valor de uma sociedade antiga levar o próprio filho para sacrifício, para que houvesse boa colheita. Quer dizer, a falta de insensatez, mas que era absolutamente válido para uma época como aquela. Ou da castração dos próprios filhos para que eles pudessem ter a voz afinada para participarem de coros, como ocorreu há poucos séculos ainda na Europa para aqueles corais famosos de crianças. Quer dizer, os valores são muito importantes. E os valores eles entram numa esfera em que é preciso que realmente nós possamos construir uma sociedade totalmente livre, mas também totalmente igualitária. E que essa liberdade plena e essa igualdade plena, que parece inviável, ela, na verdade, pode ser construída através da fraternidade, através da cooperação, através da solidariedade. E são esses valores que nós temos que realmente movimentar.

Então, para concluir, eu diria que amanhã, às nove horas da manhã, no auditório da... E faço esse convite em nome do PNUD, na Secretaria-Geral da Presidência da República, do Governo do Brasil, do governo local, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e da PETROBRÁS, que são as instituições que, junto com a União Planetária, congregam esse trabalho que está sendo feito. Amanhã, às nove horas, no Auditório da Imprensa Nacional sobre as metas do milênio, que são exatamente essas metas da superação dessas mazelas sociais que ainda persistem. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado Ulisses Riedel.

Eu quero citar que está presente conosco o Renato Maluf, que é da escola de samba Vai-Vai. É um prazer tê-lo aqui conosco.

[palmas]

Eu passo a palavra a essa jovem. Eu queria que dissesse o nome, porque nós estamos gravando e vamos publicar isso no final com a participação de todos.

SRA. ANA PAULA: Meu nome é Ana Paula, eu sou aluna de Ciência Política e sou uma das gestoras do perfil [ininteligível], que o senhor deve conhecer na internet.

[risos]

Bom, eu vim conhecer o movimento, porque o Cássio me falou. E aí, quando ele me falou, eu confesso que mesmo sendo jovem, utópica, pelo [ininteligível], eu achei que fosse um pouco subjetivo. Mas quando eu cheguei aqui, eu entendi que o que vocês querem não é felicidade, é a busca de maior qualidade nos direitos que já são nossos na Constituição. Então, vocês querem só escrever isso na Constituição, que a gente tem direito a mais qualidade de educação, a saúde... E ter mais acesso, que isso traria talvez mais felicidade para a gente.

Bom... Deixe eu ver. Maior qualidade dos outros direitos contidos no art. 6º.

E também penso que é uma causa popular. Uma causa popular não necessariamente precisa ter uma iniciativa de movimentos sociais. É uma causa popular e, por isso, ela deve, depois disso, ser apoiada por esses movimentos sociais, porque é pertinente para a sociedade.

Porém, o que me preocupa, e daí talvez o senador possa me explicar melhor: como vocês vão colocar isso na agenda, essas políticas públicas, para melhorar? Porque o senhor luta por educação e sabe que é impossível pôr isso na agenda do jeito que deveria ser. Então, como vocês vão colocar na agenda? Quais as políticas públicas que vocês vão desenvolver para poder trazer a felicidade do jeito que vocês querem?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito boa a pergunta.

O Sergei tinha pedido a palavra. Sergei Carvalho.

SR. SERGEI CARVALHO: Boa-tarde. Meu nome é Sergei. Na verdade, eu ia abordar o mesmo assunto que foi abordado, agora, sobre a justificativa. Será que é necessário ter movimentos sociais para justificar a inclusão dessa emenda? Uma vez que por si próprio os movimentos sociais são ações coletivas associadas a alguma luta por interesses, por mudanças na esfera social, cultural, etc., e uma "abolização" geralmente contra um opositor que resiste.

Então, nesse caso, eu não vejo a figura de um opositor. Quem se operaria ao direito da felicidade? Por isso que eu acho que além de... Além de não ser vazia essa emenda, também, eu acho que a pergunta

é: é necessário existir muitos movimentos sociais? Se é que já não existe isso na nossa história. Então era só para a gente pensar um pouco a respeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Alguém quer fazer mais algum comentário antes que eu passe a palavra para os membros da mesa, na mesma ordem em que eu passei anteriormente? Não. Então eu vou passar...

Eu anotei aqui as perguntas que... Especialmente que fez o Daniel e que fez a Ana Paula, não é? Não sei se os outros anotaram. Eu vou, de qualquer maneira, lembrar, porque eu creio que é isso que faz o debate ser debate.

As perguntas do Daniel foram: ambiguidade... Que... A ambiguidade poderia ampliar o consumismo. A ambiguidade de colocar felicidade. Aliás, a maioria acha que felicidade é comprar mais. Então, nesse sentido a ambiguidade que ele coloca tem toda razão. O problema da ausência de movimentos populares. O risco de flexibilizar os direitos sociais. Onde nós queremos chegar com tudo isso? Como conjugar a busca da felicidade com outros objetivos, como, por exemplo, a luta contra o trabalho escravo, que vem sendo desenvolvido, inclusive nessa comissão, com muita ênfase.

E a Ana Paula colocou como incluir a qualidade nos direitos sociais? Que é uma pergunta muito pertinente também.

Bem, eu passo a palavra, então, na mesma ordem, para o Mauro Motoryn.

SR. MAURO MOTORYN: Acho que vou quebrar uma... Só uma surpresa. É porque o exemplo de superação do maestro, e é uma homenagem que nós queremos prestar a Brasília, eu vou ter que anunciar, até para que todos vocês possam ficar, e principalmente para poder homenagear os estudantes brasileiros em função... Homenageando a escola Nossa Senhora das Graças. No final da sessão, nós pedimos ao maestro para que executasse o Hino Nacional, tal e qual foi executado, acompanhado pelo violino do Sergei, que o pai dele fez o concerto da inauguração de Brasília. Eu estou anunciando agora porque, essa homenagem, acho que parte do coração da gente.

Eu queria responder ao Daniel. Eu acho que o contraditório é fundamental nessa discussão, e o contraditório proposto pelo Daniel é relevante. Mas eu gostaria de dizer ao Daniel que eu fiquei absolutamente feliz porque eu não estou vendo contraditório. E isso que é o mais impressionante. Porque o Daniel coloca uma coisa que está embutido no conceito da felicidade, que é o bem-estar social. O bem-estar social faz parte da Constituição Americana, cuja origem foi a felicidade. E quando ele coloca o bem-estar social como algo a ser perseguido, eu concordo com ele. A

felicidade é isso. Felicidade é bem-estar social, seja na coletividade, seja individual, e eu acho que o Estado pode propiciar isso.

A segunda coisa, eu gostaria de falar sobre os movimentos sociais. Eu lembro quando eu coordenei as Diretas, o meu primeiro comício, eu conheço o Cristovam dessa época, tinham seis pessoas, e os movimentos sociais estavam absolutamente ausentes. Estávamos eu, Ulysses Guimarães e Luis Inácio Lula da Silva, em Goiânia, com mais cinco pessoas, o Governador Íris Rezende, a praça montada, tivemos que fazer o primeiro comício das Diretas, historicamente – isso aqui faz parte de um livro que eu estou publicando, O Livro Negro –, que só tinham sete pessoas no comício. E os movimentos sociais foram aderindo ao longo do tempo.

Hoje, nós estamos dando o primeiro passo, e o convite à participação, à reflexão e à discussão começa agora. Então, se eles não estão participando ainda é porque agora nós estamos começando uma discussão. E eu agradeço a tua presença, Daniel, essa grandeza que você teve de vir aqui se inteirar para poder discutir, para, juntos, nós seguirmos adiante, se for possível.

Terceira coisa, eu queria falar como publicitário. Como publicitário, eu não sei se eu sou bom ou sou ruim, mas se eu puder colaborar, de alguma forma positiva, para trazer e levar a felicidade através da comunicação, eu não me envergonho, não. Eu tenho orgulho de utilizar o *marketing*. Por quê? Porque sem o *marketing*, que quando nós coordenamos as Diretas, nós fizemos sem a mídia. Fizemos com os movimentos sociais que aderiram. Agora, se nós pudermos fazer com os movimentos sociais e com a mídia e fazermos essa mudança absolutamente significativa, eu não tenho dúvidas que eu não vou me envergonhar. Muito pelo contrário, eu acho que a classe artística, os intelectuais desse país e aqueles que concordam não vão se envergonhar de se juntar a essa luta.

Para acabar, e só deixando espaço para outros, eu acho que a gente está revivendo a utopia. Eu quero ter o direito de sonhar, sim. Eu sou um cara de 60 anos, que lutou por esse país, já foi exilado, já brigou, já foi torturado, e eu já vivi tudo isso. E a hora que eu tenho a possibilidade de retomar um sonho, de defender a mudança do direito à felicidade para o idoso, que é relegado ao segundo plano nesse país, eu tenho orgulho.

Olha, com movimentos sociais, sem movimentos sociais, a busca da felicidade é um sonho. É um sonho que não é só meu, é dos idosos, é dos jovens, é todos aqueles que precisam da ajuda do Estado para se sentir melhor.

A gente tem um Estado que é duro, é cruel. Porque quando a gente fala em todos pela educação, a gente não fala todos pela educação de qualidade. Quando a gente fala todos pela saúde, a gente não fala por todos pela saúde de qualidade. Quando a gente fala dos movimentos sociais, venham conosco, vamos fazer uma revolução, porque essa revolução de colocar a felicidade muda a tônica do direito, muda a percepção que o direito, a Defensoria Pública, a Procuradoria Pública terão sobre os direitos sociais. Nunca haverá retrocesso. Não há espaço para retrocesso no Brasil. Há espaço para avançar. Venham avançar conosco. É essa a nossa luta, é por isso que nós estamos aqui. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Mauro.

Eu passo a palavra, agora, ao Alexandre Camanho.

SR. ALEXANDRE CAMANHO: Obrigado, Presidente.

Eu também sou do bloco dos entusiastas, porque eu, na realidade, essas... Admiro as ponderações, as objeções do Daniel, que é um... Cuja trajetória pessoal e em nome da CNBB nunca podem ser esquecidas, mas o que me parece é que nós não estamos presentemente, aqui, pelo menos, discutindo o Plano Nacional ou a Política Nacional do Direito à Felicidade. Nós não estamos... Aqui não é o projeto nacional, as metas do biênio para a busca da felicidade. Nós estamos num momento prévio de tentativa de inserção no texto constitucional da busca da felicidade como algo que pode, que deve vincular o Estado também.

Então, não acho que seja, agora, Presidente, o momento de nós nos debruçarmos sobre que políticas públicas específicas o Estado colocará à disposição a partir do momento que isso acontecer, ou seja, se isso orientará a educação, se isso orientará a saúde... Na realidade, o que parece claro aos procuradores da república é que isso muda o discurso, a capacidade de persuasão, inclusive como disse o Marco Antônio, inclusive perante o Judiciário. Isso passa a ser uma pauta objetiva.

Eu acho que nós estamos num momento inicial de tentar a mobilização da sociedade e, portanto, é um momento muito simples, ao mesmo tempo muito bonito, como também disse o Tonho Matéria, é o momento de caminhar pelas ruas e de ver que as pessoas precisam disso.

O Brasil é um país muito mais primitivo do que nós imaginamos daqui, e que isso se precisava, talvez, se transformar em um Estatuto Constitucional para que

daí para diante as pessoas possam, com maior poder e com maior autoridade, começar a postular.

Então, Presidente, eu apenas acho que esse é um momento inicial. Que políticas públicas virão a partir daí, vamos primeiro obter essa grande conquista, esse grande sonho que o Mauro está nos dizendo, e a partir daí o Estado vai se obrigar a fazer alguma coisa. O Estado teve que se obrigar a fazer uma política de salário-mínimo, quando o salário-mínimo teve dignidade constitucional. O Estado ainda não sabe bem o que fazer, mas o art. 37 da Constituição disse que é um pressuposto, que é um impositivo, um eixo, uma diretriz da administração pública à eficiência. Alguns conceitos, eles são propositadamente abertos e indeterminados. Somos nós que vamos concretizando com a ação, com a ação pública, com o cotidiano, com a pressão popular. É só isso, Presidente. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado a você.

Agora, passo a palavra ao Daniel.

SR. DANIEL SEIDEL: Eu agradeço essa oportunidade e quero colocar aqui, expressar que eu tenho sonhos e compartilho de vários sonhos que aqui foram expressados, e justamente por compartilhar desses sonhos, mas vir de uma trajetória em que a conquista de sonhos se dá com luta social e política, é que eu contribuo com esse processo da conquista da felicidade dessa forma, dessa maneira crítica.

E, sinceramente, eu reitero que eu acho que esse processo, de fato, precisa de maturação. É nessa perspectiva que eu reafirmo. Eu também desejo enquanto brasileiro, enquanto brasileiro, que nós tenhamos uma política pública de maior qualidade, acho que esse é um caminho... Um dos caminhos para se buscar a felicidade, e mesmo constando do texto constitucional, como muitos afirmaram, isso não nos dá garantia da efetivação disso.

Então, de fato, quando eu me coloco dessa forma é na perspectiva de trazer essa contribuição efetiva. E acredito que sim, que eu acho que tem que ter essa maturação e acho, sim, que tem pessoas na sociedade que lutam contra a felicidade da maioria, que se satisfazem com a desigualdade social e com o seu usufruto de privilégios que conquistaram ao longo de uma história política, no Brasil, que discriminou, que escravizou e que, como nós, ainda muitos ainda não têm a possibilidade do direito à educação, do direito à saúde.

Então, é nessa perspectiva a minha contribuição. Eu acho que o debate, para mim, demonstrou que, de fato, é preciso, por mais que se tenha alguns acúmulos, em alguns outros países, mas, no país, é um debate

ainda inicial, e o convite que eu faço, efetivamente, é para que nós possamos disseminar esse debate, na perspectiva que está sendo proposta aqui. Ou seja, que se concretize, em torno de políticas públicas, e aí vou discordar do nosso amigo Procurador Camanho, e eu acho que para que nós possamos ter a efetivação desse princípio na Constituição Federal, eu acredito que vai ser melhor se nós os tivermos definindo por meio de políticas públicas. E aí acho que a gente vai ter uma garantia maior de não haver nenhum tipo de utilização para outras finalidades que não seja realmente o avanço dessa política social no país. Eu acho que nós avançamos muito nas conquistas, nesse país, e essas conquistas foram feitas assim.

Então, me desculpem, mas eu acho que, efetivamente, esse debate precisa ainda de ter uma maturação maior, e é essa a disposição que eu tenho aqui, porque eu sou uma pessoa que também busco essa felicidade no cotidiano e acredito que é preciso que na Constituição Federal isso seja materializado em políticas públicas concretas.

Eu acho que quando o movimento que está se desenhando aqui tiver essa construção efetiva realizada, eu acho que a gente vai ter uma condição maior de apoiar essa proposição.

Então, só me coloco dessa forma e dizendo que essas outras pautas, que também levam à felicidade, como combate à corrupção, aqueles que roubam dinheiro público para uso privado, estão demandando contra a felicidade do povo. Então, é nessa perspectiva que eu acho que a gente precisa avançar junto, nessas outras demandas, para que nós tenhamos esse alcance da proposição.

Eu agradeço a possibilidade e me coloco à disposição para a gente continuar aprofundando o debate. Eu, que venho dessa militância, eu, que moro em Samambaia, que venho da periferia também, que venho do Espírito Santo, que venho de lutas em favor da democratização do acesso à terra no Brasil, é nessa perspectiva que eu quero que esse sonho realmente seja um sonho de todos e de muitos nesse país.

Eu acho que nós, no Brasil, voltamos a sonhar, e isso é muito importante. Agora, entre sonhar e lutar pelo nosso sonho e poder ver uma proposta constitucional colocada e... Só um último argumento, infelizmente regressões acontecem. A gente só mantém as garantias com ampla mobilização social. E é por isso que eu me coloco aqui entre os lutadores que também desejam um país realmente muito mais fraterno, muito mais justo, que ainda nós não temos em plenitude. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Daniel e, antes de passar a palavra ao Dr. Luciano, que está na ordem, uma das estudantes está aqui, pediu a palavra, a Bianca, e eu vou quebrar o ritmo e passar para ela, porque acho que, para nós, é muito importante.

[palmas]

SRA. BIANCA: Licença, desculpa atrapalhar. Eu não queria tornar a discussão mais... Eu queria deixar, na verdade, mais sucinto, mas é meramente um comentário, uma vez que muito foi dito sobre a questão da contraposição de jovens e idosos na busca pela felicidade.

Assim, representando os alunos do Gracinha, sendo uma escola de elite paulistana, eu acho que a gente está muito distante dessa busca pela felicidade, porque a gente não passa pela luta através dos obstáculos. Então, eu só queria dizer que eu respeito muito essa mudança na Constituição e que eu acho que é muito importante, mesmo porque, para nós, nos aproxima de uma realidade que não está dentro do nosso cotidiano e que é muito importante para o futuro... Nós, representando o futuro, a gente usar isso como, provavelmente, uma meta para outras gerações e... Não sei, talvez uma sociedade mais igualitária e mais feliz. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Já que eu interrompi, eu vou tomar alguns minutos de vocês, bem antes da apresentação do maestro. Vou passar para vocês algo que talvez diga respeito a esse sonho de vocês.

É um grupo que nós temos, aqui, em Brasília, que chama-se O Educacionismo, que é a luta dessa sociedade mais igualitária pela educação. Porque, até aqui, se fala que a igualdade vem da economia. Não é. A igualdade vem da educação, até porque a riqueza de todos vem da educação. E esse Movimento Educacionista tem um hino, um hino que é um *rock*. Eu vou passar para vocês verem esse *rock*, está bom? Dura muito pouquinho.

Acho que não vamos conseguir. Vamos deixar. Não conseguimos, é uma pena.

Eu passo a palavra, portanto, ao Luciano. Dr. Luciano.

SR. LUCIANO BORGES: Senador, me permita só fazer uma... Me permita apenas trazer uma recordação de um julgamento do Supremo Tribunal Federal.

Uma pessoa bateu às portas do Poder Judiciário pedindo um pouco mais de dignidade, e ela foi acometida de um acidente, se tornou tetraplégica e precisava de uma cirurgia. E se socorreu... Foi até o SUS, o SUS não concedeu a cirurgia que ela precisava, e ela

se socorreu do Poder Judiciário. E o Supremo Tribunal Federal teve oportunidade de enfrentar a questão da busca da felicidade na tutela do direito à saúde.

E eu só vou fazer o resumo da parte final do julgamento, em que foi relator o Ministro Celso de Mello, e ele diz o seguinte: *“Com isso, o direito à busca da felicidade, que é um consectário do princípio da dignidade da pessoa humana.”*

Essa discussão do direito à busca da felicidade, que hoje nós começamos a tratar aqui no Congresso Nacional, tem por objetivo demonstrar que nós precisamos nos preocupar, sim, com uma democracia solidária, como falou o colega. Nós precisamos nos preocupar com cidadania. Nós precisamos nos preocupar com um Brasil mais justo, mais solidário e mais igualitário. E o que se pôde perceber das discussões é que todos, de forma incontroversa, estão de acordo com a necessidade de que nós precisamos tratar de trabalhar políticas públicas voltadas para a população carente. E, quando nós tratamos do direito à busca da felicidade no rol dos direitos sociais, o que nós estamos querendo dizer? Que o Estado, o Poder Judiciário, enfrentando também o questionamento feito há pouco, que o Judiciário, ele vai balizar as suas decisões voltadas para quê? Para trazer mais felicidade... A busca da felicidade, ressaltando os direitos sociais elencados constitucionalmente. Mas, não só o Poder Judiciário, mas também ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo de que, a partir do momento em que isso estiver incluído na Constituição, a busca da felicidade, todos os poderes públicos vão ter que pautar suas decisões administrativas, judiciais ou legislativas, tentando trazer mais cidadania para as pessoas, sejam afortunadas ou sejam desafortunadas.

E essa questão da busca da felicidade, deixar ressaltado, já foi enfrentado no Supremo Tribunal Federal, em que o Ministro Celso Mello concedeu o direito à saúde a um cidadão, como a forma de se buscar a felicidade.

E, ontem, tivemos a oportunidade, como ressaltou o Mauro, de conversar com outro Ministro do Supremo Tribunal Federal, que também achou que a proposta tem por objetivo o quê? Trazer maior dignidade às pessoas, aos grupos vulneráveis, aos desafortunados, e jamais com o propósito de gerar o consumismo. Por quê? Não é essa a proposta. A felicidade subjetiva, poderia, sim... Se estivéssemos aqui discutindo a tutela da felicidade subjetiva talvez desse margem a esse tipo de interpretação. Mas o que queremos fazer é um casamento, um casamento dos direitos sociais com o propósito de buscar a felicidade e trazer uma sociedade mais justa, solidária e igualitária. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra agora ao Tonho, Tonho Matéria.

Depois eu peço que você dê autógrafo para nós aqui.

SR. TONHO MATÉRIA: Com todo prazer. Tem uma canção que diz: “Felicidade é uma cidade pequenina, é uma casinha, é uma colina, qualquer lugar que se ilumina, quando a gente quer amar.” Acho que é isso, é você viver em uma cidade pequenina, mas essa cidade pequenina, com as pessoas felizes.

Eu queria falar o que essa estudante falou há pouco tempo aqui. Era mais ou menos isso. E eu acho que você tocou no ponto principal. Porque, muitas vezes, nós temos tudo e achamos que vivemos com toda a felicidade, e, muitas vezes, a gente não olha para trás e não percebe que o nosso vizinho, o nosso amigo do bairro próximo, que não mora no prédio, mas que tenta construir um prédio dentro da sua comunidade, também passa semanas e semanas trabalhando, enfrentando o “buzão” lotado, muitas vezes esse “buzão” passa direto, você chega atrasado, toma carão do patrão; muitas vezes você é desempregado... E isso tudo é a busca da felicidade. Você trabalha, você quer ser feliz, quer poder criar seu filho, dar qualidade de vida ao seu filho, dar uma boa escola para seu filho, e é isso que eu acho que é essa felicidade, essa busca da felicidade, é fazer o que hoje estou fazendo aqui. Para mim é uma felicidade estar sentado à mesa, discutindo com autoridades, conhecendo vocês, vocês me conhecendo, eu que vim de uma comunidade negra dentro de Salvador, sem perspectiva nenhuma, e consegui, com a minha felicidade interna, multiplicar outras felicidades. Eu acho que é importante isso.

Eu me sinto feliz, mais uma vez, Mauro, pelo convite, que você me conhecia lá, mas não entendia a minha cabeça e, para estar aqui, me convidando para estar à mesa aqui, discutindo ao lado de uma figura que eu tenho como o maior expoente da política, que é o nosso grande Cristovam, sem demagogia, mas te acho realmente uma figura importante para a política brasileira, porque é real, sabe, tem convicção no que fala e clareza nos seus discursos.

[palmas]

Então, para mim é muito importante estar aqui discutindo o caminho da felicidade. Porque a gente ainda está nessa busca dessa felicidade. Ninguém sabe como é a felicidade, o tamanho da felicidade. A felicidade é igual a Deus, ninguém sabe a cor de Deus. A felicidade é isso. Então, a gente busca, o tempo inteiro, nos templos, a palavra de Deus. E é o que a gente está fazendo, aqui, agora, buscando essa palavra de Deus através desse símbolo chamado felicidade. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A palavra agora para o Marco Antônio.

SR. MARCO ANTÔNIO DA COSTA SABINO: Obrigado, Sr. Presidente.

Bom, o pessoal cantando, discursos inflamados... Eu vou falar da parte chata, que é a parte técnica. Eu vou conversar um pouco com a Ana Paula com relação à questão das políticas públicas, e acho que o que o Dr. Camanho disse aqui talvez tenha ficado pouco mal entendido.

A inclusão, na verdade, do direito à busca da felicidade na Constituição, ela prescinde da definição de políticas públicas preestabelecidas. A Constituição, o constituinte brasileiro, ele escolheu definir algumas políticas públicas já na Constituição, mas isso não era necessário.

Quando você fala de saúde e do Sistema Único de Saúde, isso é uma política pública. Quando você fala que as crianças têm que estar matriculadas em creches, isso é uma política pública. Mas a Constituição não desce em minúcias sobre como essas políticas públicas devem ser executadas.

O direito à busca da felicidade, na verdade, é uma baliza, é um conceito jurídico indeterminado, como é a dignidade da pessoa humana, como é o bem-estar que está no art. 3º, como é a honra que está no art. 5º, no rol dos direitos civis e políticos de primeira geração. Então, o fato de não se prever neste momento política pública, com base da busca da felicidade, não torna inválida, sob o ponto de vista jurídico, a proposta de inclusão desse direito no art. 6º. E, muito pelo contrário, esse direito vai auxiliar com que as políticas públicas sejam executadas de maneira a gerar maior felicidade coletiva. Então, isso é importante inclusive como balizador, e é para isso que serve a proposta de alteração do art. 6º. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de passar para... A palavra, se ele quiser, ou para os dedos e a música, se ele quiser, quando ele for tocar, o Professor Osvaldo(F) pediu a palavra e eu creio que é importante para nós ouvirmos o máximo de pessoas. Professor, é um prazer.

[palmas]

SR. OSVALDO: É um prazer e uma honra estar aqui falando para um público tão seleta, e nesse público tão seleta incluo, evidentemente, os meus alunos, que estão aqui, nesse momento, discutindo uma coisa que eu acho que é muito importante, que é a felicidade. Mas é uma felicidade que não é uma felicidade etérea, é uma felicidade baseada nas coisas, como direito, como qualquer direito que está na Carta Magna, na Constituição.

O meu *métier*, o meu trabalho é com um dos aspectos da felicidade, que é a felicidade de conhecer o mundo, a felicidade do conhecimento. Professor é isso. O professor, ele tem que... Ele busca mostrar ao educando a felicidade de conhecer as coisas. É uma tarefa difícil, mas muitíssimo gratificante.

E eu acho que essa discussão da felicidade, ela não pode deixar de lado o aspecto fundamental, que é a possibilidade de levar esta felicidade, que é a felicidade de conhecer o mundo através do processo educacional, da educação, para todo mundo no Brasil.

Felizmente, eu trabalho com um grupo que é extremamente privilegiado, em todos aspectos, na inteligência, nas condições de vida, na renda familiar, mas eu sei e eles sabem, os meus alunos, que essa não é a realidade da maior parte da garotada da idade deles nesse país.

Então, esse artigo, para mim, a possibilidade de... Da emenda ao art. 6º da Constituição, no meu entender, ele se insere nessa grande necessidade de levar educação para todos. Mas a educação no sentido mais amplo, com escolas que sejam aquelas dos nossos sonhos, para pessoas que têm muito pouco para sonhar nesse país. Era isso que eu queria dizer. Muito obrigado por estar aqui.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Parece que conseguiram o vídeo. Então, eu gostaria, em homenagem a esses jovens e essas jovens que vieram aqui, sobretudo para eles--

[exibição de vídeo]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas não precisa essa parte, gente, é a música. Eu já disse isso. Se é difícil tirar, então deixa, mas eu queria a música. Eu já disse que quero esse vídeo sem a fala.

E aí, vamos ter ou não? Não, não é? Está bom. Eu queria, sobretudo, que o Tonho assistisse isso, mas não vamos conseguir, não. Está bem, obrigado.

Olhe, eu gostaria de incluir na Constituição, viu, Daniel, era um artigo que dissesse: depois de poeta, político não fala; depois de músico, ninguém fala. Então, eu vou falar um pouquinho e encerrar antes de passar para você. Depois de você está encerrado isso aqui, porque é a melhor maneira de a gente terminar.

E para fazer, então, esse encerramento formal, eu queria dizer o seguinte. Aqui teve uma eleição para reeleição de um governador, e uma pessoa que defendia a reeleição encontrou um homem que não votava nele, e que ela perguntou, então, onde ele morava. Ele morava na cidade mais pobre aqui do Distrito Federal, que é Santa Maria. E essa pessoa perguntou: "Por que você não vai votar no governador? Ele foi bom ou ruim

na educação?" "Foi o melhor governador que teve para a educação", essa pessoa disse. Fez isso, isso, sabia tudo. "E para água?" "E para esgoto?", para tudo. Aí, no fim ele disse: "E por que o senhor não vota nesse cara?" Ele disse: "Porque ele foi muito bom para a cidade, mas para mim mesmo, ele não fez nada." E aí a gente percebe que você, para ganhar a pessoa, tem que falar para ela, não só para o coletivo. Ninguém... Eu costumo dizer: Ninguém arranja namorada colocando água, esgoto e escola na rua que ela mora. Você tem que dar uma flor para ela.

[palmas]

A Constituição precisa dar flores às pessoas. Precisamos dar flores.

Quando a gente fala nos direitos sociais à educação, a gente está falando direitos sociais. Agora, quando a gente fala na felicidade que virá da educação, você deu uma flor. É completamente diferente uma mãe lutar pelo direito social à educação de todos e lutar pela felicidade do seu filho por meio da educação.

É nesse sentido que a felicidade pode ser um achado para trazer a consciência individual ao sentimento coletivo, ou até o contrário, o sentimento individual à consciência para todos, através de uma pequena frase ali: É direito social, como está escrito no art. 6º, a educação, a saúde, etc, etc., para, com isso, assegurar o direito de cada um buscar a sua felicidade. É isso que eu creio que esse debate pode ajudar.

Agora, é um debate. Devemos ter muitos debates, inclusive saber se, na Constituição, essa reforma – não é uma reforma, a proposta – vem de um senador com a assinatura de mais de 26, que é o que a lei manda, ou virá da sociedade, como foi o caso dessa coisa maravilhosa que foi o projeto da ficha limpa, que veio de base. De repente, pode vir com assinaturas, um milhão, dois milhões de assinaturas, talvez até mais do que ficha limpa.

Então, eu quero dizer que essa comissão prestou um serviço ao provocar esse debate. Eu fico muito feliz de estar aqui na presidência, com vocês jovens, com todos vocês, e a minha felicidade é maior de encerrar, como eu dou por encerrada a audiência, ouvindo o nosso maestro, que é um dos símbolos do Brasil. Maestro.

[palmas]

SR. JOÃO CARLOS: Obrigado.

Bem, eu acho que todos os questionamentos... Todos os questionamentos foram totalmente pertinentes, como as manifestações de entusiasmo. E para unir as divergências, nada melhor do que o Hino Nacional Brasileiro.

[palmas]

[execução do Hino Nacional Brasileiro (instrumental)]

Sessão encerrada às 13h05.

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 1º DE JUNHO DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 12:00 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às doze horas e onze minutos do dia primeiro de junho de dois mil e dez, no Plenário nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (Cristovam Buarque), reúnem-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos seguintes senhores Senadores membros da CDH, Paulo Paim, Rosalba Ciarlini, Cícero Lucena, Flávio Arns, Cristovam Buarque, Valter Pereira, Mão Santa, Adelmir Santana e Sérgio Zambiasi. Deixam de comparecer os demais membros.

Dispensada sua leitura é aprovada a ata da reunião anterior. Passa-se a **Pauta: Item Único**. Discussão e votação das **Emendas de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa apresentadas ao Projeto de Lei nº 4, de 2010-CN, que “Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011 e dá outras providências”**. Relator: Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente passa a palavra ao Relator das emendas, Senador Paulo Paim, que lê o relatório. Após a discussão da matéria o Senhor Presidente põe em votação o Relatório do Senador Paulo Paim, que é **APROVADO**, indicando que **a Comissão deverá apresentar as seguintes emendas motivativas ao texto e de inclusão ao anexo de metas e prioridades da LDO de 2011, conforme tabelas abaixo:**

CDH/SF – Emendas modificativas ao Texto do PLDO 2011				
Nº	TIPO DE EMENDA E REFERÊNCIA	TEXTO INCLUIDO		
1	modificativa Artigo 51 Inciso I	I – do reajuste dos benefícios da Seguridade Social de forma a possibilitar o atendimento do disposto no art. 7º, inciso IV da Constituição, garantindo-se aumento real do salário mínimo, das aposentadorias e pensões equivalentes à taxa de variação real do PIB de 2010; e.		
2	modificativa Artigo 4º	Art. 4º As prioridades e metas físicas da Administração Pública Federal para o exercício de 2011, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, bem como as que promovem a igualdade de gênero e étnico-racial, que atendam às pessoas com deficiência e os idosos, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2011, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa. §1º As prioridades e metas previstas na Constituição Federal, no art. 165, §2º, e na Lei Complementar nº 101, de 2000, art.4º, ficam preservadas do contingenciamento ou limitação de empenho durante o exercício financeiro, conforme previsto no art. 9º, §2º da Lei Complementar nº 101, de 2000. §2º O Poder Executivo executará um patamar mínimo de 90% dos critérios orçamentários autorizados das prioridades e metas previstas na Constituição Federal, no art. 165, §2º, e na Lei Complementar nº 101, de 2000, art.4º.		
CDH/SF – Emendas de inclusão ao Anexo de Metas e Prioridades do PLDO 2011				
Nº	PROGRAMA	AÇÃO	INCLUSÃO DE META	PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)
1	0156 – PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	8932 – APOIO A INICIATIVAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	88	INICIATIVA APOIADA (UNIDADE)
2	0154 – GARANTIA E ACESSO A DIREITOS	8799 – APOIO A CENTROS DE REFERENCIA EM DIREITOS HUMANOS	100	CENTRO APOIADO (UNIDADE)
3	0073 – ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	8791 – APOIO A PROJETOS INOVADORES DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	24	PROJETO APOIADO (UNIDADE)
4	1078 – NACIONAL DE ACESSIBILIDADE	10T2 – APOIO A PROJETOS DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM RESTRIÇÃO DE MOBILIDADE E DEFICIÊNCIA	78	PROJETO APOIADO (UNIDADE)
5	1336 – BRASIL QUILOMBOLA	2D48 – APOIO A CENTROS DE REFERÊNCIA QUILOMBOLA EM COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS	100	CENTRO DE REFERÊNCIA APOIADO (UNIDADE)

Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, às doze horas e dezessete minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotíпия informatizada sem revisão. – Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Declaro aberta a 21ª Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª (sic) Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Essa reunião tem um item único: “analisar as emendas da Comissão ao Orçamento 2011”. Discussão e votação das emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao PL nº 04, de 2010, Projeto de Diretrizes Orçamentárias, PLDO 2011, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária 2011 e dá outras providências”.

Na secretaria da comissão foram apresentadas 21 emendas. Eu passo a palavra ao Senador Paulo Paim, que é relator dessas emendas.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, eu vou sintetizar o relatório, primeiro dizendo que nós fizemos uma síntese, ou integral ou parcial, mas atendemos a todos os senadores.

No caso aqui, por exemplo, apoio e iniciativa de prevenção e violência contra as mulheres: Paulo Paim, Fátima Cleide e Cristovam Buarque; apoio ao Centro de Referência em Direitos Humanos: Paulo Paim, Cristovam Buarque, José Nery e Fátima Cleide; apoio a projetos inovadores de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, pelas emendas que chegaram: José Nery, Paulo Paim e Cristovam Buarque; apoio ao direito da acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade e deficiência: Cristovam Buarque e Paulo Paim. E outra emenda também integral, apoio ao Centro de Referência dos Quilombolas: Cristovam Buarque e Paulo Paim apresentaram emendas idênticas.

“Em síntese, se procurou dentro das naturais limitações utilizar critérios justos para priorizar as ações que figuram mais relevantes no momento atual”.

Voto do relator. “Diante do exposto, votamos no sentido de que essa Comissão de Direitos Humanos

e Legislação Participativa delibere pela apresentação das seguintes emendas...”

Aqui eu apresentei, Senador Cristovam, duas emendas de texto. Foi modificando o art. 51, inciso I, e modificando o art. 4º.

Na... Art. 1º, uma que eu apresento todos os anos, é a que se trata de redação na questão de reajuste do salário mínimo e dos aposentados e também dos pensionistas.

E a outra é dando prioridade às metas fiscais de administração pública para o exercício de 2011, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal e a União, e de funcionamento de órgãos e entidades que integrem os orçamentos fiscais e da seguridade social, que correspondam a ações relativas ao programa do PAC, bem como os que promovam igualdade de gênero, étnico-racial, que atenda as pessoas com deficiência, os idosos, os quais terão procedência na alocação dos recursos do projeto... E na lei... No projeto e na Lei Orçamentária 2011, não se constituindo, todavia, em limite a programas e despesas.

Por fim, eu só podia manter, daí no mérito, cinco emendas. E foram as cinco emendas que aqui, eu vou agora fazer a leitura.

Emenda de inclusão ao anexo de metas e prioridades ao PLDO 2011.

A 0156, prevenção de enfrentamento da violência contra as mulheres.

O 0154, garantia ao acesso aos direitos, apoio a centros de referência em direitos humanos – a de cima é bom que eu leia também na ação -; apoio ao incentivo de prevenção de violência contra as mulheres.

A três, 0073, enfrentamento de violência sexual contra criança e adolescente; apoio a projetos inovadores de enfrentamento na violência sexual contra crianças e adolescentes.

A quatro, a 1078, nacional de acessibilidade, se referindo ao apoio a projeto de acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade, de deficiência.

E, por fim, a 1336 Brasil Quilombola, onde eu e V. Exa. já fizemos junto as emendas, apoio a centro de referência quilombola em comunidades remanescentes de quilombolas.

Propomos, ainda, que a Secretaria da CDH seja incumbida de proceder as adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos públicos e Fiscalização – CMO.

É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão o relatório do Senador Paim. Quem estiver... Não havendo quem

queira se pronunciar, quem estiver de acordo permaneça como está. Está aprovado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Obrigado, Presidente.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos aprovar a Ata.

Eu ponho em discussão a Ata que resume a colocação do Senador Paim. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada. O documento irá para a comissão correspondente.

[falas sobrepostas]

Está encerrada essa sessão.

Sessão encerrada às 12h18.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às onze horas e quarenta e um minutos do dia vinte e dois de junho do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos senhores Senadores **Eduardo Suplicy**, **Antonio Carlos Valadares**, **Paulo Paim**, **Pedro Simon**, **Francisco Dornelles**, **Geraldo Mesquita Júnior**, **Heráclito Fortes**, **Flexa Ribeiro**, **Patrícia Saboya**, **Renato Casagrande**, **Augusto Botelho**, **Almeida Lima**, **Inácio Arruda**, **Valdir Raupp**, **Romeu Tuma** e **Cristovam Buarque**. Justificou a ausência o senhor Senador **Roberto Cavalcanti**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. São apreciados os seguintes itens, constantes da 1ª Parte da Pauta: **Item 1 – Mensagem (SF) Nº 74, de 2010**, de autoria do Presidente da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora MARIA LAURA DA ROCHA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (BRASUNESCO)*”. Relator: Senador **Fernando Collor**. Apreciada a Mensagem. **Item 2 – Mensagem (SF) Nº 77, de 2010**, de autoria do Pre-

sidente da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor MARIO VILALVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Portuguesa*”. Relator: Senador **Heráclito Fortes**. Apreciada a Mensagem. 2ª Parte da Pauta: **Item 1 – Projeto de Lei da Câmara Nº 63, de 2010**, de autoria do Presidente da República, que “*dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB e dá outras providências*”. Relator: Senador **Tasso Jereissatti**. Adiada apreciação da matéria. O Presidente da Comissão comunica a visita do Presidente de Angola ao Senado no dia vinte e três de junho de 2010. Durante a Reunião, fazem uso da palavra a Senadora **Patrícia Saboya** e os Senadores **Heráclito Fortes**, **Pedro Simon**, **Inácio Arruda**, **Cristovam Buarque**, **Geraldo Mesquita Júnior**, **Romeu Tuma** e **Eduardo Suplicy**. A Reunião foi tornada secreta às treze horas e trinta e cinco minutos, e reaberta às treze horas e trinta e oito minutos. O Presidente comunica a aprovação dos Embaixadores Maria Laura da Rocha e Mario Vilalva. **Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a Reunião às treze horas e trinta e nove minutos, lavrando, eu, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião.** – Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Nós estamos fazendo essa reunião extraordinária para possibilitar a continuação da oitiva dos indicados para Portugal e para a UNESCO, também para aproveitarmos e podermos ter a possibilidade de votação em Plenário, já que esse tem sido um desafio, não aqui, mas mais no Plenário. Então, espero que a gente, tão logo seja aprovado aqui, possamos encaminhar ainda hoje mesmo para o Plenário, se somando às diversas outras indicações, que lá já estão aguardando para a votação final.

Convido para compor a Mesa os Embaixadores Maria Laura da Rocha, indicada para a UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação,

a Ciência e a Cultura, e o Embaixador Mario Vilalva, indicado para a República Portuguesa.

Comunico aos membros da comissão que foram lidos, na reunião do dia 16 de junho, os relatórios das Mensagens nºs 74 e 77, ambos de 2010. Nessa data foi concedida vista coletiva das matérias.

Passamos, portanto, à apreciação da primeira parte da pauta, concedendo a palavra à Embaixadora Maria Laura da Rocha, para fazer a sua exposição.

SRA. MARIA LAURA DA ROCHA: Muito obrigada, Sr. Presidente, Sra. Senadora e Srs. Senadores.

Eu vou fazer uma rápida exposição sobre a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência, Cultura, UNESCO, que, desde 1990, se ocupa também de comunicação e informação. Vou fazer essa exposição em três partes, bem breves. A primeira parte, eu vou recordar um pouco a origem e o mandato da organização. Falarei um pouco sobre o funcionamento e vou finalizar, explicando, ressaltando três pontos do trabalho que pretendo realizar à frente da nossa delegação, para o que preciso do apoio e, sobretudo, da aprovação de V. Exas..

Bom, como sabemos, a UNESCO foi fundada em 45, após a Segunda Guerra Mundial, quando 44 países, entre os quais o Brasil, reunidos em Londres, resolveram pensar uma organização que pudesse evitar a eclosão de novos conflitos. Para isso, era preciso trabalhar para a promoção de uma cultura para a paz, que fosse capaz de promover a solidariedade intelectual e moral da humanidade. O mandato da UNESCO, portanto, construir uma cultura para a paz e essa é a sua missão central.

A organização possui atualmente 193 estados-membros e sete estados observadores. A Conferência Geral, que se reúne a cada dois anos, é o seu órgão principal, reúne todos os 193 estados-membros e escolhe o Conselho Executivo da UNESCO, que é o órgão que administra a organização. O conselho executivo é composto de 58 estados-membros. O Brasil quase sempre se fez presente, não esteve presente nesses dois últimos anos, em 2009 e 2010, mas já temos nossa candidatura para o próximo quadriênio, 2011-2015. O secretariado, que é composto de aproximadamente 2.000 funcionários, é chefiado pela Diretora-Geral Irina Bokova, que foi ex-Ministra das Relações Exteriores e delegada permanente da Bulgária na UNESCO. A diretora-geral chefia esses 2.000 funcionários, metade dos quais trabalha fora da sede, nos diferentes centros e instituições da UNESCO ao longo do mundo. A outra parte fica em Paris, que é a sede da organização.

Então, a UNESCO, no fundo, cuida de tudo que diz respeito à humanidade na área da ciência, da educação, da cultura e da comunicação. Na área da

educação, por meio de programas e projetos. Na área da educação, o principal programa é o Programa Educação para Todos, que foi instituído na Conferência de Dacar, no Fórum Mundial para a Educação, em Dacar, no ano 2000, e estabelece metas até 2015, na área de educação.

No Brasil, o programa é feito com recursos da organização, que, somados à contrapartida do Estado Brasileiro, desenvolve projetos voltados, sobretudo, para o fortalecimento das estruturas de ensino, nacionais, estaduais e municipais, para a capacitação técnica dos profissionais de educação e para o desenvolvimento de parcerias com organizações não-governamentais e instituições privadas.

Presente em todos os continentes, a UNESCO mantém um total de sete institutos e dois centros especializados, que apoiam as atividades dos estados-membros em questões educacionais. Na área de ciências naturais, nessa esfera, a UNESCO foi a primeira organização multilateral a cuidar da questão ambiental, quando, em 1968, organizou a primeira conferência sobre o tema. Dentre os programas, nessa área de ciências naturais, é muito importante o Programa Homem e Biosfera, que compreende uma rede de mais de 500 reservas da biosfera e cobre todo o ecossistema global. No Brasil, o programa compreende as áreas da Mata Atlântica, do Cerrado, o Pantanal mato-grossense e biomas da Amazônia Brasileira.

Há programas... Programa Hidrológico Internacional, o Programa Internacional de Geociências e o Programa Internacional de Ciências Fundamentais. Também é vinculada à UNESCO a Comissão Oceanográfica Internacional, que se ocupa das pesquisas e monitoramento dos oceanos, é também um órgão vinculado à UNESCO.

Na área de ciências sociais e humanas, a preocupação da UNESCO é disseminar princípios e padrões éticos relevantes para o desenvolvimento científico e tecnológico. Ele faz isso por meio de diretrizes e já adotou vários instrumentos, que obriga, de uma certa forma, os estados a observarem essas questões éticas no desenvolvimento e nas pesquisas científicas, sobretudo no que diz respeito à genética e outras pesquisas na área humana. A UNESCO coordena, em secretaria, a Comissão Mundial sobre Ética do Conhecimento Científico e Tecnológico.

No campo da cultura, o objetivo principal é preservar a diversidade cultural nas suas várias manifestações, tangíveis e intangíveis. Em várias décadas, a UNESCO adotou várias convenções, entre as quais a mais importantes é a Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade, que é de 72, e que levou à criação da lista do patrimônio

mundial. Já foram identificados 890 sítios no mundo inteiro e, no Brasil, nós temos 17 sítios que pertencem à lista do patrimônio mundial.

O Brasil vai sediar em Brasília, no mês de julho próximo, sob a Presidência do Ministro Juca Ferreira, da Cultura, a 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, que é o órgão diretor dessa convenção. Bom, há outras convenções, também da UNESCO, que protegem o patrimônio cultural. Eu vou citar a última, de 2005, que é muito importante, que é de proteção e promoção da diversidade das expressões culturais.

Na área de comunicação, o objetivo da organização é garantir o acesso universal à informação, desenvolvendo meios de comunicação pluralistas e independentes. A UNESCO defende também a liberdade de expressão. Anualmente, ela concede um prêmio de liberdade de imprensa para indivíduos e organizações que defendem a liberdade de expressão.

Bom, vamos falar rapidamente aqui sobre o orçamento. Para o biênio 2010-2011, a organização tem... Possui orçamento da ordem de 654 milhões de dólares, aos quais se somam contribuições orçamentárias voluntários dos estados, que atinge a 460 milhões de dólares. Normalmente, os estados, com as contribuições voluntárias, aplicam em projetos que são de seu interesse e quase sempre em seu território.

Para finalizar esse rápido trabalho aqui. Os três pontos principais, que eu pretendo prosseguir e que são pontos importantes para a atuação do Brasil, são os pontos que o Brasil persegue na organização. O primeiro é introduzir o português como língua de trabalho na UNESCO. A UNESCO, hoje em dia, possui seis idiomas: o inglês, francês, espanhol... Inglês francês, espanhol, chinês, árabe... E o outro, eu já esqueci qual é... O russo. [risos] Mas é importante ter o português, porque, com isso, nós podemos trabalhar melhor, é muito melhor trabalhar a nossa língua. A produção científica brasileira, que, hoje em dia, representa mais de 2% da produção científica mundial, ela poder ser circular e ser distribuída no nosso idioma é uma vantagem, sem dúvida nenhuma, muito importante para nós.

Um outro ponto é utilizar a vasta rede da UNESCO para promover as soluções nacionais para o desenvolvimento. As nossas soluções nacionais, que são apreciadas no mundo desenvolvido e mais ainda no mundo em desenvolvimento, sobretudo na África, na Ásia, na América Latina. As pessoas nos olham, veem que o Brasil conseguiu juntar inovação com programas de inclusão social e produzir receitas para o desenvolvimento, que são importantes para os outros também.

O terceiro ponto é buscar a função da UNESCO, de ser catalisadora da cooperação internacional e, com

isso, aumentar a nossa participação em projetos de cooperação trilateral em países de desenvolvimento. A África é uma prioridade para a UNESCO. Nós pretendemos aumentar a nossa participação nesse trabalho de cooperação trilateral, em projetos de cooperação trilateral tanto na África, como na Ásia, no Oriente Médio e, sobretudo, na nossa região, na América Latina.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Obrigada, senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigada, Embaixadora Maria Laura.

Como nós já tivemos a leitura dos relatórios, os Srs. Senadores já estão a par. Eu quero declarar aberto já o processo de votação, enquanto passamos a palavra também agora para o Embaixador Mario Vilalva, indicado para Portugal.

SR. MARIO VILALVA: Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Geraldo Mesquita, vice-Presidente da comissão, prezada amiga Senadora Patrícia Saboya, Embaixadora Maria Laura da Rocha, Embaixador Sérgio Danese, por intermédio de quem cumprimento também os demais colegas, Embaixador Márcio Cambraia e demais funcionários, aqui, da comissão.

Bom, todo mundo conhece a história de Portugal, eu não vou me deter nesse aspecto. Eu só queria mencionar o fato de que, nos últimos 35 anos, a história da República Portuguesa, de fato, deu um giro de 180 graus, a partir do episódio iniciado em 25 de abril de 1974, a chamada Revolução dos Cravos. De império colonial, voltado para o Atlântico e de costas para a Europa, Portugal hoje está totalmente integrado na União Europeia. É parte, membro da OTAN, da Organização do Tratado do Atlântico Norte e também é membro pleno da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, como sabem, formada também pelos países lusófonos africanos, por Timor Leste e por Brasil. Esse giro de 180 graus, ele, na verdade, gerou, obviamente, uma gradual redemocratização do país, depois de muitos anos de um regime ditatorial e, também, obviamente, gerou uma progressiva consolidação da estabilidade política e do crescimento econômico.

Hoje, Portugal é uma democracia madura, possui uma economia de país desenvolvido, possui uma renda *per capita* de 22.000 dólares e é membro pleno da Eurozona desde 1999. A consolidação da democracia, em Portugal, e a sua adesão à União Europeia, a partir de 86, obviamente fizeram com que houvesse um aumento da influência de Portugal, não só na Europa, mas também no resto do mundo. O presidente da Comissão Europeia é um português, Durão Bar-

roso, o vice-Presidente do Banco Central Europeu é um português, o embaixador da União Europeia, em Washington, é um português. É bom lembrar que Portugal também enviou tropas para operações de paz em Angola, na Bósnia, no Iraque, no Afeganistão e, hoje, mantém cerca de 3.000 soldados permanentes na OTAN, fazem parte de uma força de emprego rápido da OTAN.

Portugal, normalmente, é visto como um país periférico, muita gente acredita que Portugal, dentro da União Europeia, é considerado... Pelo seu tamanho, Portugal é do tamanho de Pernambuco--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Mas depois dos 7 a 0 de ontem.

SR. MARIO VILALVA: Pois é. [risos]

Mas, na verdade, ele não é um país periférico, tanto em termos do esforço que ele tem feito pela integração, pelo adensamento da integração da União Europeia, mas também pelo aporte que ele traz para a União Europeia, por ser um país que sempre manteve boas relações na América Latina, Brasil e também com os países africanos, de um modo geral. Não apenas aqueles que são lusófonos, mas o caso da África do Sul, onde há uma comunidade portuguesa muito importante.

Obviamente, é sempre bom lembrar que esse peso específico se dá por sua vocação universalista. Portugal esteve na origem da globalização, com as suas caravelas, na época, por sua diáspora. Portugal, hoje, tem cinco milhões de pessoas, de portugueses vivendo fora de Portugal, que representa aproximadamente a metade da população portuguesa. Por seu idioma, o português é o terceiro idioma mais falado no Ocidente e o sexto mais falado no mundo. Isso lhe dá, obviamente, uma importância muito grande, razão pela qual nós temos que seguir difundindo, como dizia a Embaixadora Maria Laura, o português no mundo. Por suas ligações históricas com a América Latina, Brasil, África, Ásia e, obviamente, as relações econômicas, já desenvolvidas com o MERCOSUL e os mecanismos de integração da África Austral.

A cúpula ibero-americana é um quarto pilar da política externa portuguesa, que, ademais de criar novos espaços de cooperação com a América Latina, estimulou um vigoroso processo de integração com a Espanha. Curiosamente, no passado, Portugal tinha uma relação bastante tímida com a Espanha, por velhos e antigos problemas. Curiosamente, relação essa que vai se refletir muito na América Latina, sobretudo aqui, na América do Sul, entre Brasil e os nossos vizinhos. Nós tivemos de costas para os nossos vizinhos durante muitos anos, só agora é que estamos nos integrando e olhando mais para a nossa própria região.

Então, isso está se dando também na Europa. Portugal, hoje, tem uma relação muito forte com a Espanha, está construindo um trem de alta velocidade entre Lisboa e Madri. O comércio português, hoje, é na base de 36, 40% com a Espanha e assim por diante.

Bom, a crise financeira mundial atingiu seriamente Portugal. Para reverter o baixo crescimento dos últimos anos, o alto déficit fiscal, o ano passado foi de 9,3%, e a crescente relação dívida pública/PIB, que está na ordem de 75%. Isso é só a pública, porque, se incluirmos a privada, Portugal está quase com 200% de relação dívida/PIB, mas o que conta mesmo é a pública. E, por isso, tomou medidas drásticas, não é? Deu início a um Programa de Estabilidade e Crescimento, o PEC, que é um espelho do Programa de Estabilidade e Crescimento da Europa. Ele foi aprovado no Parlamento--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Como vai?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tudo bem, senador? Prazer em vê-lo.

SR. MARIO VILALVA: Ele foi aprovado no Parlamento, não pelo Partido Socialista, que era o partido majoritário, mas porque houve uma abstenção dos outros partidos e, com isso, viabilizou a aprovação desse programa de ajuste fiscal. O que aconteceu com Portugal teve obviamente consequências na política interna. O partido do Primeiro-Ministro José Sócrates perdeu as últimas eleições, perdeu a maioria que tinha, ele tinha uma maioria absoluta confortável na Assembleia Legislativa, mas ele perdeu essa maioria e agora ele terá que compor, para aprovar as futuras legislações, compor obviamente com a oposição.

A relação de Portugal com o Brasil também ganhou novos contornos, nos últimos 35 anos, embora cada país tenha concentrado suas relações no seu próprio ambiente geográfico. Antigamente, nos anos 50 e 60, a gente falava muito na possibilidade de uma comunidade luso-brasileira. Acreditava-se que Portugal ia se juntar ao Brasil, dada a situação que ele tinha na Europa, mas isso mudou, e Portugal acaba aderindo à União Europeia, e o Brasil forma com seus vizinhos o MERCOSUL e, hoje, a UNASUL. Essas relações, hoje, têm como marco jurídico o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, que foi firmado em 2000. Portugal nos apoia em praticamente tudo, nos organismos internacionais, nas nossas posições, nas nossas candidaturas, etc..

Bom, além da constante promoção do idioma comum, agora com o novo acordo ortográfico e das inúmeras manifestações de identidade cultural, houve um significativo aumento também do comércio bilateral, que já atingiu 2, 3 bilhões de dólares. É pouco,

obviamente. Os países, aqui, na América do Sul, têm um comércio muito mais vigoroso com o Brasil, mas, se nós olharmos para trás, vamos ver que demos um salto com Portugal muito importante e, sobretudo, na área de investimentos. Portugal tem sido um dos principais investidores na economia brasileira, tem um estoque de 25 bilhões de dólares, cerca de 600 empresas portuguesas [soa a campainha] estão operando, ou com capital português estão operando aqui no Brasil. O Brasil também, aos poucos, está saindo das suas fronteiras, está investindo em Portugal. Temos lá um estoque de sete bilhões de dólares, empresas importantes, com presença na economia portuguesa, como PETROBRAS, a Camargo Corrêa e tantas outras. Há claros sinais de que esse movimento de investimentos mútuos vai aumentar. Do nosso lado, porque, felizmente, a empresa brasileira perdeu o medo de se internacionalizar, e do lado português porque, em função até mesmo da própria crise portuguesa, haverá uma tendência a exportar mais capitais para fora, e o Brasil é um destino certo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não vou te--

SR. MARIO VILALVA: Ainda bem que V. Exa. veio. Isso que eu ia cobrar. Cumpriu a palavra.

[risos]

Bom, para além dos tradicionais campos de intercâmbio e cooperação, as relações entre os dois países ganharam um elemento novo, com a considerável onda de imigrantes brasileiros em Portugal, a partir dos anos 80. No início, a imigração brasileira e a necessidade do reconhecimento dos profissionais brasileiros geraram obviamente um irritante na relação bilateral, gerou algumas tensões, mas, depois de muita marcha e contramarcha, foi possível negociar um conjunto de acordos, uma teia de acordos, que hoje faz com que a questão migratória esteja contida. É possível se negociar com Portugal a legalização dos brasileiros. Tanto é assim que, hoje, existem, em Portugal, cerca de 100.000 brasileiros que estão legalizados. Para apenas que os senhores tenham uma ideia, no início da década, havia apenas 20.000 brasileiros legalizados. Com esses mecanismos que nós encontramos e mais a legislação nova portuguesa, foi possível legalizar um número expressivo de brasileiros.

Bem, se aprovado por esta Casa, pretendo concentrar minhas ações em Portugal nos seguintes campos: estreitar obviamente os laços de amizade, procurando apoiar o intercâmbio cultural, econômico, comercial e de investimento; levar as consequências da cooperação e do intercâmbio a todas as regiões do país. Há uma tendência da nossa parte, e nós nos penitenciamos muito por isso, de concentrar muito as nossas ações na capital. A capital de um país geral-

mente é tão absorvente que o diplomata consegue viajar pouco pelo país. Mas a minha ideia é levar a Embaixada Brasileira a todos os cantos de Portugal, de modo que a nossa presença se faça sentir em todas as regiões portuguesas.

Obviamente que o turismo é uma ferramenta enorme, potente para um conhecimento mútuo maior, sobretudo tendo em vista que as novas gerações portuguesas estão muito concentradas na União Europeia, não era como as gerações antigas, que visitavam primeiro o Brasil para, depois, visitar a Europa. Agora, não. Visitam a Europa primeiro e, obviamente, pelas oportunidades que a Europa gera, há uma tendência a visitar menos o Brasil. Então, é preciso resgatar um pouco esse interesse pelo nosso país, que estou certo que a Copa de 14 e as Olimpíadas de 16 serão instrumentos importantes para isso também.

Bom, dar continuidade à prestação de assistência aos imigrantes brasileiros, no que diz respeito à sua eventual legalização em território português e também com relação aos seus títulos profissionais. Isso é muito importante, porque, em Portugal, quem reconhece o título profissional é a universidade, por isso é que houve problemas sérios aí nos últimos anos. Então, acho que precisamos aumentar o intercâmbio entre os centros universitários, de modo que os currículos possam ser compatibilizados. Continuar a apoiar e facilitar o acesso dos interesses brasileiros na União Europeia, mormente no que diz respeito à parte comercial, mas também nos aspectos políticos, utilizando inclusive a influência de autoridades portuguesas em postos-chaves na direção da União Europeia.

Em termos mais específicos, lembrar que o Presidente Lula esteve no mês de maio, em Portugal, realizando a 10ª Cimeira ou Cúpula entre chefes de governo. Nessa ocasião, então, os dois, o presidente e o primeiro-ministro portugueses concordaram em concentrar ações na área de energia. É muito importante a presença da PETROBRAS explorando petróleo na Costa Atlântica Portuguesa e também o interesse de Portugal pelas energias alternativas. Portugal está investindo bastante na biomassa. Na área de ciência e tecnologia, tecnologia da informação, nanotecnologia, etc., e promoção, difusão e projeção da Língua Portuguesa, inclusive com a realização de um congresso de cultura da Língua Portuguesa, se possível ainda em novembro de 2010. Por fim, procurando dar mais visibilidade aos prêmios que nós concedemos aos escritores de ambos os lados, como o Prêmio Camões, e o prêmio, recentemente mais criado, Embaixador Dário Castro Alves.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador Mario Vilalva. Os Srs. Senadores que quiserem fazer algum questionamento, antes de transformarmos em secreta.

Senadora Patrícia Saboya.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Sr. Presidente, Sr. Embaixador, Sra. Embaixadora.

Eu quero, na verdade, não fazer nenhuma pergunta, nenhum questionamento, porque o currículo dos dois é um currículo exemplar, as atividades que já exerceram com muita paixão. E isso é muito fácil de perceber ao conversar com os dois.

Eu tive esse privilégio, inclusive tinha sido eu a primeira relatora do Embaixador Mario Vilalva e fiquei muito feliz por essa oportunidade. Não só pelo currículo de V. Exa., mas por se tratar também de um país que tem relações, mantém relações tão fortes com o nosso país, que é Portugal. Portanto, eu fico muito à vontade, nesse momento, de dar o meu voto favorável em função de tudo que acredito e que tem sido realizado por V. Exa..

Em relação também à embaixadora, para mim, é uma grande alegria. É uma mulher de força, talento, coragem e muita inteligência, que tem procurado, ao longo de todas as suas missões, de toda a sua trajetória de vida, realizar aquilo de mais importante. Esse é um cargo certamente extraordinário, eu acho que V. Sa. vai poder dar uma grande contribuição pela vivência, pela experiência e pela história do nosso país.

Eu fico vendo a coincidência hoje de uma embaixadora que vai à UNESCO, de um embaixador que vai a Portugal e de um projeto que está hoje, nessa comissão, que é justamente a UNILAB, que é a universidade que vai agregar tanto os portugueses, os países de Língua Portuguesa, como também aos países africanos. Vejo a importância disso, o senhor, agora, como embaixador, em Portugal. Ao mesmo tempo que vejo, na UNESCO, uma grande fonte de colaboração para esse projeto, que é tão importante.

A UNILAB, a universidade que vai agregar a todas essas origens de outros países e é uma universidade que vai acontecer no meu estado, que é o Estado do Ceará, justamente pela nossa tradição, pela nossa história de sermos... Termos sido o primeiro estado brasileiro a abolir a escravidão. Portanto, em uma cidade chamada Redenção. Eu, como cearense, tenho muito orgulho dessa universidade ser instalada no meu estado. Fico... Para nós, é um grande privilégio que isso aconteça e fico muito grata por essa coincidência hoje.

Embaixador, eu quero, de forma muito sincera, lhe... Não lhe pedir desculpas, porque não tive culpa, mas dizer que eu estava muito ansiosa para que a

votação pudesse acontecer, não só no dia de hoje, como na semana passada, atrasada e tantas outras sessões. Eu diria... Não o Senador Eduardo Azeredo, mas nosso embaixador, porque é conhecido por todos nós como um homem que tem um grande poder de articular e ele foi muito importante nessa articulação. Eu só tenho que agradecer publicamente o Senador Azeredo, porque se viu em um momento muito apertado aí na parede, com alguns conflitos internos que aconteceram aqui dentro da comissão.

Mas eu quero lhe dizer da imensa alegria de poder hoje estar votando aqui, no senhor, de poder estar dizendo aqui, publicamente, que reconheço todo o seu talento, toda a sua trajetória, que lamento que isso não tenha acontecido anteriormente, que nós tivemos perdido tanto tempo, inclusive que o outro embaixador, que foi para o seu lugar, já tenha sido votado, e V. Exa. só hoje esteja votando. Mas são coisas muitas vezes da política e que a gente tem que tentar entender. O importante é que hoje--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É que a gente queria ver ele mais tempo aqui.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): O Senador Pedro Simon está dizendo aqui que isso é verdade. Nós gostaríamos de ficar lhe vendo aqui muitas vezes. Mas, hoje, eu espero poder lhe visitar agora, em Portugal.

[risos]

Então, eu quero só desejar, assim, muito boa sorte, que Deus ilumine o caminho dos dois, embaixador, embaixadora, que possam ser muito felizes nessa missão, que possam estar cada vez mais... Ajudar a estreitar os laços do Brasil com esse país, que é Portugal, e com a UNESCO, que é uma entidade reconhecida pelo mundo inteiro, pela preservação da paz, da cultura, pela preservação da história de toda a humanidade. Parabéns, muito sucesso, boa sorte, que Deus ilumine os dois!

Muito obrigada, era o que eu tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senadora Patrícia.

Senador Heráclito pediu primeiro; depois o Senador Pedro Simon.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu quero apenas colocar o pingô nos 'is'. A Senadora Patrícia, ao negligenciar o relator, me passa um pito. O relator de embaixador de Portugal até por sessão sua--

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): É, foi.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Era esse seu ex-colega.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Exatamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E não houve nenhum atraso. Não houve nenhum atraso.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Heráclito, eu não vou fazer essa discussão pública. Se V. Exa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas eu faço questão de fazer.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Ah, então, eu vou começar agora.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vamos fazer.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Quando você acabar, eu falo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vamos fazer, vamos fazer. Está feito. Não houve nenhum atraso.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Houve muito atraso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Houve um compromisso. Há um compromisso com a participação do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Posso falar?

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Pode, à vontade, a palavra é sua.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): De que a substituição do Ministro seria feita apenas em outubro. É verdade, Sr. Embaixador?

SR. MARIO VILALVA: Eu disse que eu só vou falar em outubro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero saber se é verdade o acordo. Inclusive, é muito simples, porque a Chefe de Gabinete do Ministro está aqui. São muito simples essas coisas. Senadora Patrícia, eu sou homem da clareza.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Eu sou o quê?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Da clareza.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Eu sou mulher da transparência. Então, estamos em empate.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, pronto. Daí por que não havia nenhuma necessidade da, da--

[falas sobrepostas]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois é, não havia nenhuma necessidade... Veja bem, não havia nenhuma necessidade da sabatina ser feita antes. E nós combinamos com o Senador Azeredo, está aí

para testemunhar a data do dia 17. Alguma dificuldade de V. Exa. confirmar isso, Senador Azeredo?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): [ininteligível]. Senador Flexa Ribeiro--

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Azeredo, tem alguma dificuldade que aconteceu muita morosidade nisso, que foi uma dificuldade interna, minha, do Senador Heráclito e de outros?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, realmente, a mensagem já está aqui desde março.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Então, pronto!

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas vamos terminar a votação?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Calma lá. Vamos...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos terminar...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vamos esclarecer. Mas V. Exa. me passou, e eu não sabia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Nós estamos chegando ao fim do processo. Estamos chegando ao fim do processo.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): [ininteligível]. Você me disse que queria o processo, eu lhe entreguei, eu era a relatora, só lhe entreguei esse relatório porque V. Exa. me disse que tinha todo o interesse em V. Exa. ser o relator, e eu sei que V. Exa. não relatou o processo porque o outro embaixador, que estava em Portugal, queria ficar mais um tempo. E foi isso que aconteceu.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não é que queria ficar mais um tempo, senadora.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Tanto é que foi votado o substituto do Embaixador Mario Vilalva para o Chile, antes de ele ser votado para Portugal.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senadora Patrícia--

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Então, que houve morosidade, houve. Agora, eu só quis relatar, pedindo desculpas a essa comissão, Senador Heráclito, pelo atraso e pela morosidade.

Agora eu não vou ficar batendo boca aqui com o senhor porque eu fui que lhe entreguei esse relatório, com toda a boa vontade, com toda intenção. Podia não ter lhe passado. Inclusive porque já estava o relatório na internet, V. Exa. pediu, e o Senador Eduardo Azeredo lhe deu.

Então, se vamos ser claros, vamos ser transparentes, mas do começo ao fim. Eu pedi esse relatório para ser relatora, V. Exa. me fez um apelo que iria votar logo, logo, esse relatório, nós já estamos há quanto tempo... Três meses—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós não falamos em data, senadora. Não falamos de data. Nós não falamos de data.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador, deixa eu colocar essa questão. Deixa eu só colocar, um instantinho.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Senador Eduardo Azeredo—

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): São três meses, apenas, não há... O prazo está um prazo razoável. Três meses... Vamos terminar a votação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Espera aí. Não, essas coisas precisam ser esclarecidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Porque chegou aqui em março. Chegou em março. Na verdade, não há.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa., V. Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Os dois têm razão. Não tem prazo grande demais e nem pequeno demais. São três meses. Está um prazo razoável. Nós já tivemos algumas indicações aqui que demoramos mais de três meses e tivemos outras que foram mais rápidas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero que fique bem claro, Senador Eduardo Azeredo, que o Brasil inteiro está nos ouvindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Exatamente, o prazo é um prazo normal.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu não quero entrar em determinados detalhes, Senadora Patrícia, que não vale a pena.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Ah, pode entrar. Não, pode entrar. O senhor está fazendo algum tipo de ameaça?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Não, vamos continuar...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não vou entrar em detalhe.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Mas eu faço questão que V. Exa. entre em qualquer detalhe.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não... Não vou, não...

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Até porque eu também tenho muito detalhe. Quer entrar? Quer fazer detalhe? Começa. Qual é o detalhe?

[soa a campainha]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não vou entrar. Tem muita coisa... Tenho muito apreço por V. Exa..

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador, o senhor, por favor, me respeite! Me respeite!

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu não estou lhe faltando com respeito.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): O senhor está dizendo que tem detalhe que não vai dizer. Quais são? Eu faço questão que o senhor diga quais são esses detalhes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senadora Patrícia, calma.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Não, não tenho calma, não. Quando é minha honra que está em jogo, eu não tenho calma!

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senadora Patrícia. A honra de V. Exa. em nenhum momento foi colocada aqui em jogo.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Você está dizendo que tem detalhe que não vai dizer. Quais são?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Detalhes diplomáticos, detalhes diplomáticos.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Ah, tá. Então, não são detalhes que têm a ver comigo?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Infelizmente, eu acho que não é o momento de... Mas eu lhe direi, eu lhe direi pelo respeito, pelo apreço que eu tenho a V. Exa., e V. Exa. vai ver que eu tenho razão.

Olha, o que eu quero apenas dizer é o seguinte: o compromisso assumido era que fosse feito no dia 17 e houve uma antecipação para o dia 16. No dia 16, não houve a sabatina porque não houve número, Senadora Patrícia. Não sei se V. Exa. estava aqui no dia 16. Estava aqui no dia 16? Talvez tenha contribuído para não dar número. O que aconteceu...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Não, senador, para dizer a verdade, não foi isso. Foi vistas do Senador Flexa.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Heráclito, pelo amor de Deus, Senador Heráclito. Tá bom. Pelo amor de Deus, tenha a dignidade de tratar esse assunto de outra forma.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): O Senador Flexa que pediu vistas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas V. Exa. foi quem trouxe esse assunto para cá.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Eu não trouxe o assunto; eu pedi desculpas ao embaixador pelo atraso da votação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas a partir do momento que pede desculpa, V. Exa. me acusou de ter segurado o processo.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): V. Exa. segurou!

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Segurei [ininteligível] o combinado.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): O combinado, comigo, não, que eu era a relatora, e o nome é o meu que está lá, não é o seu, não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A partir do momento que V. Exa. me entregou o relatório, o relatório passou a ser responsabilidade minha, Senadora Patrícia.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Pois é, mas V. Exa. tinha um trato comigo que não ia fazer essa morosidade, não, que ia pegar porque tinha interesse em relatar. Inclusive, pensei que o senhor, V. Exa. era muito amigo do Embaixador Vilalva.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Do atual? Não, não, não, nunca disse que isso à V. Exa..

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Eu pensei, porque a sua vontade era tão grande de relatar o processo do Embaixador Mario Vilalva que eu pensei que V. Exa. tinha uma amizade extrema com ele. E por isso imaginei que pudesse lhe fazer uma gentileza, como disse para o Presidente Eduardo Azeredo.

Quando eu lhe passei o relatório dele, foi apenas uma gentileza com meu colega Heráclito. Foi só isso, imaginando que V. Exa. era muito amigo do Embaixador Vilalva.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas nunca disse à V. Exa.--

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Nunca disse. Mas eu imaginei que o seu interesse era esse. Eu não imaginei que seu interesse era de prorrogar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agora, sim. É diferente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então, vamos. Agora, a palavra ao Senador Pedro Simon. Senador Heráclito já explanou--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Espera aí, senador! O senhor está me caçando a palavra?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não estou lhe caçando a palavra, não... [risos]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu faço questão de que as coisas fiquem bem claras.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bem, mas é só porque o Senador Pedro Simon está querendo falar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em nenhum momento... E eu quero dizer à Senadora Patrícia Gomes que toda a atitude que eu tomei foi de conhecimento do Presidente da comissão. O presidente da comissão sabia, o presidente da comissão tinha me colocado para ser o relator anteriormente, tinha me colocado para ser o relator. Depois... É verdade, presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, V. Exa.--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu fui surpreendido com a mudança do nome.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, V. Exa. tinha me falado, eu me esqueci e designei a Senadora Patrícia. Isso é verdade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, as coisas precisam ser colocadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu não tinha lembrado da sua solicitação. Aí designei a Senadora Patrícia. A Senadora Patrícia teve toda a gentileza realmente de depois passar a V. Exa.. Foi exatamente assim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está bom? Eu quero essas coisas bem esclarecidas porque fica até parecendo que eu tenho alguma coisa contra o embaixador, e não é o caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas já está esclarecido, mas já está esclarecido.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O embaixador teve em meu gabinete, conversei com ele, acertamos datas, acertamos tudo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pois é, está bem. Estamos terminando, vamos terminar. Só para a gente terminar o processo de votação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pronto. Então, está bem esclarecido, não está?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bem. Está esclarecido. Senador Pedro Simon, então.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Só tem uma coisa que a Senadora Patrícia falou que eu não entendi. É amizade extrema com o embaixador. O que quer dizer extrema?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [ininteligível] o embaixador nesse episódio, já conhecia de nome, mas não pessoalmente, não tinha nenhum...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não é extrema, então?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, extrema não.

[risos]

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu quero dizer que é com muita alegria que eu compareço a essa reunião. Na semana passada, eu vim, assinei. Estava em uma reunião, um debate duro no Plenário. Conversei com o Presidente, aí vim correndo. Aí me disseram: "Não, foi suspensa porque foi pedido vista". Aí eu voltei: "Não, não...". Voltei de novo aqui e, por isso, eu não voltei. Mas eu... Três vezes fiz questão.

Primeiro lugar, eu... Vocês desconhecem o que é uma inveja cristã. Uma inveja cristã não é pecaminosa. A gente... Não pode dizer que eu não estou com invejinha de morar em Lisboa ou Paris. Qualquer uma das duas me servia. Olha...

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): [risos] A mim também.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Hein?

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): A mim também.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Qualquer uma das duas me servia. Então, a gente vota tranquilo porque a gente tem votado... Então, agora com o governo do, do... O Lula está criando umas embaixadas na África, não sei onde, que dá pena dos coitados que vão para lá. Teve um embaixador que teve comigo, ele mora... A embaixada é ele em um quarto de hotel. Quer dizer, ele residindo no quarto de hotel e, nesse quarto de hotel, é a Embaixada do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Mas, no Caribe, não. No Caribe, tem um hotel bom, tem uma vista bonita.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas o Caribe pelo menos tinha um Caribe.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Não, da África e da Ásia não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas não há dúvida que os senhores fazem por merecer.

Eu perguntaria ao senhor... Foi muito estranho o Presidente de Portugal não ir ao enterro do único escritor de Língua Portuguesa que ganhou um prêmio Nobel. Achei grosseira a explicação dele: "Eu já mandei uma coroa de flores, já dei uma nota. Nunca conversei com ele, não tinha por que ir". Que coisa realmente interessante porque a morte desse homem comoveu o mundo inteiro. Eu achei bonita a nota da igreja de Portugal, de Lisboa. Uma nota... Achei com muita categoria. Não reconhece, até disse uma coisa muito interessante. Foi uma das pessoas que mais divulgou a Bíblia, o que é verdade; do jeito dele, mas divulgou. E

eu acho que V. Exa. vai fazer um bom papel, um grande papel em Portugal. Só não fica bem se o senhor quer ir para... Quer ir em outubro para Portugal. Só falta o Chile ser campeão do mundo, que ele está a caminho. Ele está a caminho.

Mas eu lhe conheço, lhe admiro e digo com toda a sinceridade: o senhor é um desses valores do Itamaraty que a gente tem orgulho. O senhor se formou quando a gente diz, e o Brasil inteiro, o mundo inteiro comenta que não tem serviço de relações exteriores melhor do que o nosso. Pode ter igual, mas melhor não tem; eu concordo plenamente. E tenho dito isso aqui. Até na época da ditadura, na época da violência militar, teve mil coisas, mas respeitaram o Itamaraty. O Itamaraty soube se comportar. E até vamos fazer justiça, foram os militares, principalmente com o Geisel, que primeiro olharam para a África e para América Latina, mas principalmente para a África. Primeiro olharam, porque, até então, para nós, era os Estados Unidos e Europa.

Então, essa equipe nova que V. Exa. está lá, e a D. Maria, na UNESCO, eu acho que o seu trabalho é um grande trabalho. Chegou o Cristovam, que era nosso candidato, e nós fizemos um movimento enorme para ele chegar lá, mas não deu. Mas ele ainda vai chegar lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu, na hora, falei da Tribuna e disse que eu achava muito mais importante nós pegarmos a Presidência da UNESCO do que um cargo no Conselho de Segurança. Eu achava muito mais importante. Acho que a senhora vai ter um trabalho importante e acho que você devia conversar muito com ele, com o embaixador, porque as ideias que ele tem são fantásticas. É emocionante ver... Eu digo até que o Cristovam está superando o mestre Darcy Ribeiro, porque o mestre tinha uma série de variações, paixão pelo Brizola, sambódromo, ele variava nos seus textos. Ele é praticamente uma nota só, educação, educação, educação, e está tendo uma atuação fantástica, algumas ideias realmente importantes. Mas eu lhe felicito... Acho que V. Exa. fará um grande trabalho. E se eu tiver chance de passar por lá, eu gostaria de tomar um cafezinho na embaixada com o senhor.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Pedro Simon. Senador Inácio. Antes, Senador Inácio primeiro, não é?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, primeiro, fazer um registro de que... Eu normalmente tenho dito aqui, na nossa comissão, que os cargos de embaixada, Senador Pedro Simon, são funções do Estado Brasileiro, e há sempre uma discussão sobre se nós devemos manter como cargo de carreira ou não. Eu sou a favor de que a função de embaixador, de embaixadora é uma decisão política do Presidente da República, ou é da carreira ou é quem o Presidente indicar, que tenha condições de assumir, está certo? Isso está resolvido legalmente.

Então, não pode ter aquela ideia: "Não, isso daqui é só da carreira". Embora você tenha... Eu disse aqui na semana passada, já umas duas semanas atrás, o papel destacado da nossa diplomacia, no cenário internacional, a atuação dos nossos embaixadores, que nós temos acompanhado, não apenas nas nossas visitas para reuniões, onde a Embaixada Brasileira nos apoia, ou as instituições, onde nós temos embaixadores nossos, nos apoiam, na nossa atividade de parlamentar, mas é o inverso, somos nós participando das atividades que são geralmente conduzidas pelos embaixadores e pela diplomacia.

Então, eu assisti esse debate recente na UNASUL, na ALBA, no MERCOSUL, com a presença dos nossos embaixadores, e, recentemente, no debate sobre a questão nuclear. Então, o preparo, o grau de formação, de compromisso com o país e de compreensão política dos temas ressaltam os nossos diplomatas. Tinha gente muito respeitada. Então, você assiste um conjunto de países querendo a opinião dos nossos diplomatas, convidando para as reuniões, as inúmeras reuniões paralelas, que não podem existir sem a nossa presença. Então, eu acho que isso é um ponto muito positivo para a nossa diplomacia.

O segundo é que nós vamos estar em dois postos muito importantes. Não são apenas os vinhos e os queijos portugueses. É a questão das relações muito próximas de língua, de... A formação do povo brasileiro, a unidade do nosso território, quer dizer, que se deu pela língua, ou poderia se dar por duas línguas, ou pelo Tupi, está certo, ou pelo português, que se terminou dando pelo Português. Mas que o Tupi era falado do Amapá até Buenos Aires. Era uma língua só. Tinham várias entonações, dependendo da região que se estava, mas era uma língua só.

Então, era uma coisa avançada se ter uma língua só, falada, segundo o nosso ex-senador, estudioso, profundo, Senador Darcy Ribeiro, que nós tínhamos uma única língua sendo falada do Amapá até Buenos Aires, e era o Tupi. Então, por isso que era a nação Tupinambá, com suas variantes, tribos, etc. Mas prevaleceu a Língua Portuguesa. A Língua Portuguesa é

fator de unidade, inclusive, do nosso território. E uma porta muito importante para nós, numa comunidade que vive uma experiência que nós estamos buscando vivenciar na América do Sul, que não é fácil, que é você fazer com que esse conjunto de nações possa ter uma unidade política, econômica e monetária, porque, se você estabelece que tenha Parlamento, então, tem unidade política; se você busca alternativa de uma moeda de transações, de negócios, então você estabelece uma unidade também econômica e, sobretudo, a relação de ligações. Porque você, hoje, já tem, no caso nosso, objetivamente, uma relação muito forte na geração de energia, uma interligação de produção de energia, que cada vez deve ser maior. Então, é uma experiência muito importante que nós vivemos na Europa, com União Européia, e vivenciamos na América do Sul, com o MERCOSUL especialmente.

Então, a nossa presença em Portugal, além da nossa relação comercial, econômica, política e cultural com Portugal, tem esse aspecto muito importante de você ter uma experiência que está sendo vivenciada na Europa, que nós podemos ter e tirar dali muitas lições para nosso proveito, na nossa região.

Então, eu considero embaixada muito, muito significativa para nós, embora o senhor vá estar lá apenas em outubro, mas parece que é daquelas embaixadas que, quando o povo chega, não quer mais sair. Então, tem essa vantagem, está certo? Então, não sei se são os... Não devem ser só os queijos e os vinhos. Deve ter mais coisas que o povo se agarra ali.

O outro, um posto também que eu considero de muita importância para nós. Até recentemente tivemos um debate aqui, no Congresso Nacional, em função da indicação de um Diretor-Geral da UNESCO que envolveu o próprio Senado, quando nós tínhamos a pretensão que eu considere que era legítima, discutimos isso com o Presidente da República, que deu aval às articulações que nós providenciávamos aqui no Congresso Nacional. Mas é claro que essa era uma disputa que envolvia não apenas o Brasil, mas um conjunto de nações, rodízio entre quem fica quem não fica na direção dessa importante instituição internacional ligada às Nações Unidas, que é a UNESCO.

Nós temos muitos programas, muitos programas com a UNESCO que envolvem diretamente o Brasil, de programa na UNESCO no Brasil e envolvem o Brasil, UNESCO e outras nações, com experiências nossas sendo conduzidas para outras nações. Então, esse intercâmbio da cultura, do saber, do conhecimento, de fortalecimento de laços entre nós e a comunidade internacional, especialmente entre nós e África, nós temos muito que aprender e podemos ajudar. O Brasil pode contribuir. E, nesse sentido, nós estamos construindo

acho que uma visão muito justa, correta. O meu estado lá, o Ceará, ele só tem uma universidade federal, um estado já, relativamente, grande em população e com muitas dificuldades do ponto de vista econômico, pelas condições de clima, de solo, a capacidade produtiva não é fácil. Até compreender que a maior energia produtiva é o sol, o homem tem uma dificuldade sobre isso, porque é a energia predominante nossa para a produção. Então, às vezes, não precisa nem de muito solo e nem de muita água; precisa de sol para se produzir muito. Mas o agricultor compreendeu a produção mais com muita terra de boa qualidade e muita água. Então, tem uma dificuldade nesse sentido.

Então, para a gente apreender a conviver... Tanto que nós criamos um organismo que passou a ter um nome de Departamento Nacional de Obras contra as Secas. Então, não tinha como ser contra secas. É uma coisa que não existe. Mas até hoje é assim. Quer dizer, era de convivência, de como conviver, de como aprender com esse estado.

Então, estamos criando uma segunda universidade no Ceará, essa é uma universidade muito importante, que eu acho que tem laços com o futuro, assim, que ela se materialize com a UNESCO, porque é uma universidade luso-afro-brasileira. Então, nós vamos ter uma universidade, vamos ter uma segunda universidade federal, com um caráter internacional, que eu acho que é o leque que abarca a UNESCO. Quer dizer, nós vamos estar tratando de países de Língua Portuguesa, países africanos, países de Língua Portuguesa na Ásia e comunidades de Língua Portuguesa em países que não têm a Língua Portuguesa como predominante, mas que tem regiões que falam o português, como é o caso da China, como é o caso da Índia, como o é caso das Filipinas.

Então, eu acho que nós temos um espaço de uma universidade que vai congregar um conjunto de nações dentro da atuação da UNESCO. Então, acho que o nosso trabalho aqui vai ser muito importante. Vamos ter muitas relações dessa universidade, que, por um acordo... Nós fizemos um acordo, já na primeira comissão, que foi a Comissão de Justiça, para que, no futuro, pós-criação da universidade, nós termos um instituto ligado à universidade com sede em Salvador, porque os baianos acharam que devia ser lá. Talvez o Lula tenha olhado e achado que é melhor na cidade que primeiro libertou os escravos, mesmo que a maior quantidade de negros esteja na Bahia, ou esteja no Rio de Janeiro, ou esteja em São Paulo, ou Minas, mas onde primeiro libertou. Quer dizer, onde primeiro se cumpriu os desejos dos libertadores, dos abolicionistas, foi naquela pequena cidade que era um distrito ainda

de um outro município, chamado Acarape, no Estado do Ceará, e ali libertou-se os escravos.

Então, eu acho que nós temos... Embora a matéria vá ser votada posteriormente, porque já está aqui, na Ordem do Dia, praticamente, para ser votada, na relatoria do Senador Tarso Jereissati, eu considere que... eu considero que ela tem muitas relações com o trabalho que a senhora vai desenvolver na UNESCO. E eu espero que a gente tenha muitas boas relações entre essa universidade e a UNESCO, com a sua presença representando o Brasil, nessa importante Organização das Nações Unidas.

Sr. Presidente, eram essas as palavras que eu queria dirigir aos nossos dois colegas que estão sendo votados, já na condição de vendido porque já votei.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Inácio Arruda, como V. Exa. já colocou: o projeto da universidade lusófona de integração internacional da... Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. O relatório já foi entregue ao Senador Tarso. Mas, realmente, eu marquei essa audiência, essa reunião extraordinária para essa manhã, marquei ontem apenas. Então, o senador não está presente aqui, em Brasília. Então, eu vou adiar para a próxima reunião.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Cristovam Buarque com a palavra, depois o Senador Geraldo Mesquita.

[risos]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, eu espero que possa falar aqui, dando uma de, como dizendo em Pernambuco, enxerido, porque eu sou apenas suplente nessa comissão e tenho a satisfação de ter aqui a Senadora Patrícia, que é a representante do meu partido nessa comissão.

Mas eu não poderia deixar de vir aqui por enxerimento, por convicção e por gosto de dizer da minha satisfação de votar nos dois embaixadores, embaixador e embaixadora. Conheço os dois e sei perfeitamente da competência, da seriedade e de como vão representar bem o nosso país. E fico feliz de ver duas sabatinas, uma sabatina com dois embaixadores em países tão importantes. Portugal, pelos laços que nós temos e pela quantidade de brasileiros ali vivendo e portugueses aqui vivendo, pelo idioma comum. Obviamente é um país fundamental para todos nós. E aí o embaixador é quase que um meio português ali vivendo. Nós somos países irmãos.

E, com a globalização, creio que vai ter que crescer muito o entrelaçamento das nossas relações com

Portugal e com todos os países da Língua Portuguesa. Não é à toa que o falecimento do Saramago nos deixou com a sensação de orfandade na Língua Portuguesa. O Saramago tinha leitores, tem leitores no mundo inteiro. É diferente. Os leitores dele em outros países de línguas diferentes, no Brasil e nos países de Língua Portuguesa. Por isso, embaixador, eu fico satisfeito que seja um embaixador do seu porte que vai para Portugal.

E, quanto à embaixadora, eu quero dizer que fico feliz de que esteja na UNESCO. Eu tenho insistido, e um pouco na linha do que falou o Senador Pedro Simon, de que a UNESCO é o lugar onde a gente pode levar o grande debate sobre os rumos da civilização. As outras instituições das Nações Unidas, elas debatem temas específicos. A única que pode abranger tudo é a UNESCO, porque, em Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a gente pode debater qualquer coisa, os problemas ecológicos passam pela Ciência e Tecnologia, que causaram e que podem resolver. A Educação é um caminho da integração mundial, não é o OIT que vai discutir a integração. Não é OMC que vai discutir a integração plena. A OMC discute o Comércio. A OIT discute o Trabalho. A UNESCO discute isso na visão global da civilização que a gente vive. Então, é um posto muito importante. O Brasil tem uma tradição muito grande de relações com a UNESCO, desde a sua fundação. E a senhora vai estar numa posição, a meu ver, privilegiada, não como os outros dizem aí da cidade. Tem outras cidades igualmente agradáveis, algumas até bem pequenininhas. Não vejo privilégio de estar em Paris mais do que estar em Lisboa. Eu vejo o privilégio de estar na UNESCO, nesse momento da história. Vinte anos atrás, não era importante. Daqui a alguns anos, talvez, nem seja mais. Nesse momento, eu acho que é uma posição privilegiada para poder influir nos destinos, a partir de representar o Brasil, poder influir nos destinos da civilização, em geral.

Então, parabéns aos dois, e, sobretudo, parabéns a nós, que vamos tê-los como nosso representante, e parabéns ao Governo Brasileiro, que os indicou.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Cristovam Buarque. Sempre bem-vindo, nunca suplente aqui; sempre titular.

Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Quero cumprimentar, inicialmente, a Embaixadora Maria Laura, Embaixador Mario Vilalva, os colegas presentes, Sr. Presidente.

O Embaixador Mario começou a sua fala afirmando que a história de Portugal já é amplamente conhecida. É verdade. É verdade. Fora o que a gente

ainda pode escrever, não é? E a sua segurança, com relação ao que o senhor pretende fazer em Portugal, nos aponta para o fato de que nós vamos escrever ainda páginas muito interessantes nessa relação com Portugal.

Eu fico muito tranquilo e satisfeito com relação a isso. Faço votos de que a Embaixada Brasileira, em Portugal, a expressão que o senhor usou achei muito interessante, porque é a primeira vez que eu ouço de um diplomata esse tipo de preocupação e na forma como o senhor colocou, não é? O senhor disse que levaria a Embaixada Portuguesa para todo o território português. Que coisa interessante isso. Acho que todo o diplomata deve estar imbuído desse propósito. Do contrário... Do contrário eu acho que a coisa perde até um certo sentido, não é?

E por falar em embaixadas, hoje é dia de polêmica aqui, nessa comissão. Eu tenho alguns colegas aqui que, vez por outra, dão uma agulhadazinha no fato de que o Governo Brasileiro tem criado embaixadas mundo afora. Pois eu digo que eu acho interessante essa iniciativa. Eu discordo apenas das supostas razões, supostas, porque nunca, efetivamente, comprovadas, das supostas razões atribuídas ao Governo Brasileiro, que o levam a tomar essa iniciativa, ou seja, ganhar aliados para conquistar uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU. Se a motivação for essa, eu acho que ela é equivocada, não é? Mas a abertura da representação diplomática brasileira mundo afora, eu acho isso muito interessante. Em princípio, eu não vejo... Mesmo que o embaixador temporário, provisoriamente, se instale num quarto de hotel e faça dali a sua representação, acho que isso é algo que a gente deve aguardar mais um tempo para ver se essa experiência resulta em benefícios à relação do Brasil com os demais países mundo afora.

Com relação à Embaixadora Maria Laura, tem algo que, de certa forma, nos diz respeito, embaixadora. A organização na qual V. Exa. vai atuar, representando o Brasil, todos os brasileiros, ela é parceira de uma iniciativa que, modéstia a parte, resultou de uma iniciativa minha. Deixa eu lhe explicar e fazer, inclusive, um comercialzinho aqui.

No início do ano passado, conversando com o Diretor do Jardim Botânico de Brasília, Dr. Jeanitto, e tendo em vista que esse ano iriam ocorrer dois fatos interessantes aqui em Brasília – o primeiro, os 50 anos de Brasília; o segundo, os 25 anos de criação do próprio Jardim Botânico de Brasília -, eu sugeri a ele, conversando com ele, sugeri que realizássemos um evento reunindo países do MERCOSUL. Aqui nós temos alguns parlamentares que são, ao mesmo tempo, membros do Parlamento do MERCOSUL. O próprio Presidente

Eduardo Azeredo é um deles. Ele achou interessante a ideia, e eu tomei a iniciativa de apresentar, no Parlamento do MERCOSUL, um projeto de disposição que acabou sendo aprovado no final do ano passado, no Plenário do Parlamento, que estabelecia que esse ano, aqui, em Brasília, sediaríamos, como vamos sediar... No início, imaginávamos um seminário que reunisse os jardins botânicos dos países que fazem parte do MERCOSUL e os países associados também, mas a coisa foi crescendo, inclusive com a participação intensa e colaboração do próprio Itamaraty, que levou o diretor do Jardim Botânico a conversar com o representante diplomático dos países do próprio Caribe. E, para encurtar a história, Dra. Maria Laura, o evento transformou-se no Primeiro Fórum da Biodiversidade das Américas e, para minha grata surpresa, com a parceria e participação da própria UNESCO.

Por que eu acho tudo isso muito interessante? Da ONU. A representante da ONU, até recentemente, aqui, no Brasil, uma vietnamita que hoje está no Haiti, o diretor do Jardim Botânico, conversando sobre a realização desse evento, e ela já sabendo que iria para o Haiti, ela conversou com ele até da possibilidade, ou nesse encontro de forma isolada, discutirmos a possibilidade de os jardins botânicos e entidades afins participarem de um grande esforço, no sentido de reflorestar o Haiti. Olha que coisa interessante, país que tem sua vegetação completamente retirada do solo, em grandíssima parte.

Enfim, portanto, olhe, eu não sei quando a senhora está indo para Paris, mas, se estiver aqui, gostaria muito de ter a sua presença nesse evento. Eu acho... Eu costumo sempre dizer que o esforço que todos nós fazemos no sentido da integração da América Latina, e na minha ótica, na minha visão, esse esforço tem que ter um ponto de apoio que, a meu ver, poderia ser o próprio MERCOSUL, não é? Organização que eu considero ainda como sendo a solução para questões desse amontoado de interesses meramente comerciais, mas que pode ser algo muito maior do que isso. Eu acho que a gente precisa aproximar nossos povos em questões como essas, o meio ambiente, essa expressão que o mundo inteiro passou a repetir, se costumar com ela, sustentabilidade, não é?

Enquanto os nossos povos não começarem a conversar e a discutir questões relativas à educação, à cultura, às nossas línguas, as questões relativas ao meio ambiente, nós não conseguiremos dar um passo significativo no sentido dessa integração, que eu acho que ela precisa ocorrer. E a gente tem que se esforçar ao máximo para se voltar para essas outras questões, porque o MERCOSUL hoje, é como eu digo, é um

amontoado de interesses comerciais. Praticamente só isso, e precisa ser muito mais do que isso.

Eu costumo dizer que a gente precisa transitar nos nossos países como fôssemos o brasileiro na Bolívia, ou na Argentina, seja onde fosse, e se sentir natural. Mas isso não acontece até hoje, porque eu acho que a gente, com muita dificuldade, avança muito pouco nesse sentido, não é?

Portanto, olha, eu quero usar aqui a nossa audiência para lembrar da realização desse evento na área ambiental, nós vamos reunir aqui jardins botânicos dos países do MERCOSUL, do Caribe, da América, enfim, outras organizações na área ambiental, não é? E esse evento vai acontecer entre os dias 05 e 09 agora, de julho. O Senado vai oferecer instalações aqui para conferências e discussões. Organizações como a próprio ESAF(F) vão alojar os nossos visitantes que cheguem.

Enfim, eu acho que vai ser um evento muito importante. E gostaria imensamente, até por ter sido a partir de uma iniciativa minha que isso tudo vai acontecer, a contribuição foi pequenininha, mas acabou a coisa se transformando numa coisa muito interessante. Eu gostaria muito da presença da nossa futura embaixadora da UNESCO. Porque, enfim, repito, a UNESCO é nossa parceira nessa iniciativa e tem contribuído e colaborado muito intensamente para realização. Espero que a gente colha frutos muito proveitosos nessa oportunidade. E, enfim, é só para desejar a ambos os embaixadores o maior sucesso na missão na qual a senhora e o senhor estão comprometidos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Geraldo Mesquita, nosso vice-Presidente.

Senador Romeu Tuma que está inscrito primeiro.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, eu vou ser rápido, porque nós estamos sacrificando os dois embaixadores. Pela segunda vez, temos a alegria de estar com os senhores nesta comissão.

A Embaixadora Maria Laura da Rocha, eu li com cuidado o relatório bem elaborado do Senador Fernando Collor. Aqui, desculpa eu dizer, mas é um privilégio Fernando Collor enaltecer a figura de um embaixador, até porque ele tem muita cautela e várias vezes demonstrou fiscalizar aqueles que são apresentados, com o pedido de vistas e discussão mais aprofundada. Mas ele chamou atenção, no relatório dele, um incidente que o Brasil teve na designação de apoio ao egípcio Farouk Hosni, e que chocou profundamente várias áreas, aqui, desse Congresso mesmo, que o Senador Cristovam Buarque já havia, por início, lançado sua can-

didatura ao cargo na UNESCO e foi prematuramente alijado dessa pretensão. Ele mesmo encolheu a sua luta nesse sentido. Mas o embaixador que o Brasil, que se candidatou, e que foi trocado pelo Farouk, que também perdeu para a belga, não é isso? A belga? Que parece que conseguiu, já estabeleceu um bom relacionamento visitando o Brasil. E mulher com mulher vai se entender bem, eu tenho certeza disso.

Mas a UNESCO tem um papel espetacular pelos programas que foram enviados pelo Itamaraty, com respeito à arte científica de interesse da sociedade. É como disse o senador, não é um assunto comercial, é um assunto de interesse da sociedade, da sobrevivência humana. Os vários temas que aqui são elencados, como o programa de recursos da água, educação, a ética, e tantos outros que, realmente, trazem a UNESCO, que é um órgão da ONU, uma base importantíssima, não só na ciência, mas também na busca da sobrevivência do comportamento humano.

Então, eu tenho certeza que V. Exa. poderá desenvolver esse trabalho, até pela simpatia que apresenta. Com esse sorriso, não vai fracassar, não é, embaixador? E desejamos sorte. Eu... O Embaixador de Portugal, Dr. Ministro Mario Vilalva, com muita experiência na área do trabalho que o Itamaraty desenvolve, com muita presença de evolução, V. Exa. recebeu tantas ordens aqui que até se perde quando vai se ler, porque as homenagens não são gratuitas.

Tenho certeza que o embaixador mereceu todo esse currículo que é apresentado pelo Itamaraty, nos dão a visão exata da sua competência, da sua dedicação, do seu interesse na profissão que, tenho certeza, escolheu como vocação para realização dos seus sonhos. E aqui se fala muito em comércio, que os embaixadores hoje... O governo tem indicado vários embaixadores para vários países que, na visão de alguns, não teriam interesse, mas eu acredito que, quando o Embaixador Paulo de Tarso, que tantas vezes esteve conosco, eu, na Polícia Federal, tive um contato imenso com ele, que ele procurou desenvolver a atividade comercial que os embaixadores deveriam trazer uma maior visão da capacidade brasileira de fornecer produtos que, realmente, são produzidos no Brasil e com eficiência e eficácia. E hoje nós temos avançado muito no clima de exportação, graças ao trabalho que os embaixadores têm desenvolvido na atividade empresarial comercial, junto aos países que estão nos representando. E Portugal é um país importantíssimo para nós. Porque sempre se diz que Portugal é a porta de entrada do Brasil no Mercado Comum e Europeu, e V. Exa., com sua experiência, sem dúvida, vai continuar desenvolvendo essa atividade e trazendo benefícios enormes para o nosso país.

Desejo sorte a V. Exa., já tive várias vezes, fiquei hospedado na Embaixada Portuguesa, estive com o Presidente Fernando Henrique, com o Presidente Sarney, que também lá esteve. E Portugal é um sonho de todo o brasileiro querer visitar. E V. Exa. vai ter que ter um trabalho intenso de guia, para que os brasileiros possam, realmente, gozar daquela maravilha que é Portugal, e a nossa ligação permanente, não só pelo descobrimento, mas pela ligação que foi se avançando ao longo do tempo.

Parabéns, e que o senhor tenha todo o sucesso na sua missão. Já estou tranquilo, porque já votei e tenho certeza que não errei no voto.

Boa sorte a ambos!

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Romeu Tuma.

Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Estar presente na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, não pude acompanhar inteiramente a exposição da Embaixadora Maria Laura da Rocha, do Embaixador Mario Vilalva.

Quero primeiro agradecer a atenção que ambos tiveram comigo, tanto nas diversas missões de onde estiveram, especialmente na França, quando ali, na embaixada, procurou dar toda a assistência, a Sra. Maria Laura da Rocha, como o Embaixador Mario Vilalva, especialmente quando estive no Chile, em visita à embaixada, me deu toda... E a nós mesmos que estávamos lá, toda a assistência.

Portugal, hoje, se constitui no valor extraordinário para os brasileiros, depois do 7 a 0 de ontem. Nós só fizemos 3 a 1 na mesma equipe da Coreia do Sul. Então, acho que o respeito para com Portugal aumentou enormemente entre todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só que é Coreia do Norte, não é Coreia do Sul.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): É Coreia do Norte. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eles vão ser fuzilados, na hora que voltar lá, porque é regime ditatorial.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Mas eu acho que o desempenho dos portugueses foi de tirar o chapéu. Mas eu acho que houve aqui também um conagraçamento, um sentimento muito importante. Eu até achei... Queria recomendar a todos, mas, ainda ontem, o Prêmio Nobel da Paz, Desmond Tutu, expôs, na entrevista à Folha de São Paulo, o quanto que o esporte, sobretudo o futebol, vem... Está demonstrando ser um fator de conagraçamento dos povos, união

entre os povos, simplesmente fantástica. E nós podemos perceber, inclusive, por exemplo, no jogo entre coreanos do norte e portugueses, ainda que, às vezes, como aconteceu para conosco, o nosso time, ainda que haja caneladas demais e quase quebra a perna de nossos craques... Na verdade, entre as torcidas, o que se vê de beleza, na África do Sul, e a comoção entre os povos de todo mundo, até aqueles cujos times não estão participando da Copa, parece que todos estamos olhando com enorme atenção, e quem sabe possa o futebol, de fato, servir como instrumento de aproximação e pacificação entre os povos. De maneira semelhante àquilo que muitos de nós, senadores, vimos, quando, no Haiti, a Seleção Brasileira chegou lá, e eu vi jogadores... Quando o Presidente Lula foi ao vestiário, transmitir a eles, depois da forma como todos foram recebidos, e transmitiram ao Presidente, ainda ali no chuveiro, no vestiário, e disseram ao Presidente: "Pode nos convocar para outras missões de paz como essa que estamos realizando aqui". Eram passados poucos meses depois da guerra civil e, em vez de tiros, o que se viu foi o povo haitiano festejando de uma maneira bonita, e graças ao futebol. E quem sabe possa o esporte, o futebol, como no filme *"Invictus"*, de Clint Eastwood, onde o Presidente Nelson Mandela percebeu que outro esporte, o *rugby*, poderia unir brancos e negros. E agora, mais uma vez, está acontecendo muito disso.

Então, eu acho muito significativo, e acho que a UNESCO, que tem um papel tão importante de, através da educação, também promover a paz no mundo, olhar com atenção isso.

Eu quero... Já conversei com ambos, a Embaixadora Maria Laura da Rocha e com o Embaixador Mario Vilalva, sobre, inclusive, o que vai acontecer daqui a poucos dias, na próxima semana, em São Paulo, na Faculdade de Economia e Administração da USP, quando cerca de 200 conferencistas, dos quais 94 dos cinco continentes, de mais de 33 países, estarão participando do 13º Congresso Internacional da *Basic Income Earth Network*.

Quero recomendar aos Srs. Senadores e a todos que possam ler hoje o artigo que saiu no Estado de São Paulo sobre a Copa do Mundo e a renda básica de cidadania, na página dois, do Professor Felipe Vampares, que fala da relevância que pode ser a instituição pioneira no Brasil da renda básica, menciona ele, na conclusão, que os povos do mundo olham como é que o Brasil talvez consiga novamente chegar a ser campeão da Copa do Mundo, mas há uma missão ainda mais importante que poderá ser tão relevante para todo o Planeta Terra e os povos do mundo, que

será se, de fato, conseguirmos instituir pioneiramente a renda básica de cidadania.

Eu quero, sobretudo, desejar muito boa-sorte e o maior sucesso nas missões que ambos irão realizar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Suplicy.

Antes de passar à parte secreta, eu quero só dar algumas informações aqui. A primeira que o Presidente de Angola, José Eduardo Santos, estará aqui, no Senado, amanhã, às 15 horas. Então, o convite para todos os membros da comissão, no salão nobre do Senado. Amanhã, às 15 horas, o Presidente de José Eduardo Santos, de Angola.

No ponto de vista das mensagens, nós já apreciamos esse ano, então, com as duas de hoje, 23 indicações de embaixadores. Temos ainda sete por apreciar. São os Embaixadores Washington Pereira de Sousa Neto, para Bulgária, Bósnia-Herzegovina e Macedônia; Embaixador Dante Coelho de Lima, para o Chipre; Embaixador Paulo Américo Wolowski, para Congo; Embaixador Alexandre Addor Neto, para Sérvia e Montenegro; Ministro Arnaldo D'Oliveira, para Benin; Ministro José Marcos Nogueira Viana, para Dominica; o Ministro Ricardo André Vieira Diniz, para Granada.

E no Plenário, com os dois de hoje, que deverão ser aprovados, nós vamos inteirar 12 aguardando a votação em Plenário. Aí o Senador Suplicy, como líder do PT, nós precisamos ter a votação em Plenário. Ficaram 12 já aprovados por nós, aguardando o Plenário para confusão final.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Muito bem. E eu estarei lá, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu também, mas estou dizendo para fazer mobilização.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Mobilização de todos os senadores da bancada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Normalmente a oposição é mais presente do que o governo.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Inclusive, daqueles que são candidatos a governador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): É, alguns estão aí.

Nós vamos, então, agora, primeiro passar a palavra para os dois embaixadores, para depois, então, transformar em secreto.

Embaixador Mario Vilalva.

SR. MARIO VILALVA: Obrigado, senador. Eu, obviamente, queria, em primeiro lugar, fazer um agradecimento à Senadora Patrícia Saboya pela veemência com que defendeu a sua posição e, indiretamente,

obviamente, defendeu a minha indicação para a embaixada em Portugal.

Eu tenho um carinho especial pelas mulheres e eu acho que as mulheres são, efetivamente, muito guerreiras--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É porque ele tem quatro, então...

SR. MARIO VILALVA: Eu tenho quatro e mais a minha esposa, que eu sou casado há 34 anos. Então, em casa, as coisas são preto e branco. Mas, na diplomacia, às vezes, as coisas têm que ser meio tom para a gente poder chegar aonde quer chegar. Então, quando eu volto para casa, eu lembro que o mundo é preto e branco.

Então, eu queria muito agradecer à Senadora--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [ininteligível] o senhor tem direito, o seu voto vale cinco.

[risos]

SR. MARIO VILALVA: Vale cinco, é. [risos] Eu queria, também, deixar um registro de agradecimento ao Senador Heráclito Fortes, por ter relatado a minha indicação. Eu estive, de fato, com ele, tão logo eu soube do interesse dele de relatar a minha indicação e entendi perfeitamente bem as circunstâncias que o levavam a adiar um pouco a sabatina. Eu disse a ele que eu já estava com ciúmes da amizade dele com o Embaixador Celso Marcos, de quem eu também sou muito amigo há muitos anos, e disse a ele que queria ser amigo dele também. E acredito que agora já podemos, então, afirmar que já somos amigos e já superamos, então, essa fase.

Eu queria, também, agradecer a presença do Senador Pedro Simon, com quem tive, antes da sabatina, uma longa conversa, e abordamos temas muito interessantes, senador. V. Exa., hoje, falou na inveja cristã, que é perfeitamente normal. E há um ditado, no Brasil, em que a galinha do vizinho é sempre melhor. Eu peço a Deus que se eu--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [ininteligível] é bem melhor.

[risos]

SR. MARIO VILALVA: Eu peço sempre a Deus que, se houver uma reencarnação, eu gostaria de voltar para o Senado. Eu tenho uma admiração profunda pelo--

[falas sobrepostas]

[risos]

SR. MARIO VILALVA: Eu quero, de fato, voltar e ter a oportunidade, quem sabe, de me candidatar, visando o Senado, porque eu tenho um profundo respeito por essa Casa, uma profunda admiração. Eu, todas as vezes que voltei para Brasília, sou um assistente frequente da TV Senado. Gosto muito dos debates

que aqui se realizam. E como diz o Presidente Lula, o Senado é o paraíso, a grande diferença é que nós não precisamos morrer para chegar lá.

[risos]

Mas, de fato, Saramago deixa um grande vazio. Eu não vou entrar na sua questão específica, porque um ato do Presidente português, de não ter comparecido ao enterro, terá tido suas razões, inclusive políticas. E como nós não podemos interferir em assuntos internos, obviamente não vou comentar esse aspecto. Mas, de fato, deixa um grande vazio.

Eu conheci pessoalmente Saramago, no início dos anos 90, pude conversar com ele, uma pessoa muito complexa, não é uma pessoa simples, nunca foi uma pessoa simples. Ateu. Seu pai era ministro da eucaristia e, como tal, ele sempre desenvolveu uma relação muito difícil com a Igreja Católica, sobretudo com a Igreja Católica, e que se reflete em muitos dos seus livros. Eu guardo uma frase dele que me impressionou muito, no livro "*O Evangelho Segundo Jesus Cristo*", em que ele diz que, se há paraíso e inferno, eles estão aqui, não estão lá em cima. E eu acho que é a grande verdade. Se há paraíso e inferno, eles estão aqui, onde nós vivemos.

O Senador Inácio Arruda mencionou, com muita propriedade, que qualquer um pode ser embaixador. É verdade. A Constituição Federal é muito clara nesse sentido, que cabe ao Presidente da República nomear, e ele pode nomear quem ele quiser. De fato, há uma tradição, ou vem havendo uma tradição já há muitos anos, desde 48, quando saiu a primeira turma do Rio Branco, de, cada vez mais, nomear profissionais, porque isso facilita muito a vida do governante, do Presidente da República, porque são pessoas que conhecem o *métier*, são treinadas para o *métier*, são discretas, não se envolvem em política partidária, são funcionários de estado, aprendem a ser funcionários de estado, e isso, às vezes, pode ser muito inconveniente.

Eu lembro que, recentemente, o Presidente Piñera, no Chile, que acabou de assumir, ele nomeou, para a embaixada em Buenos Aires, que eles consideram muito importante, um político. Um senhor já com 80 anos de idade, advogado, ex-senador, e, em dois meses, esse senhor deu umas declarações que causaram um grande prejuízo às relações de ambos os países. Ele deu relações políticas, lembrando o regime que passou por lá, pelo Chile, e que não foram apropriadas, e foi demitido por isso, apesar de ser amigo pessoal do Presidente Piñera. Eu não estou dizendo, com isso, obviamente, que não existam políticos que possam exercer o cargo de embaixador. Pelo contrário, eu acho que há--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): [ininteligível] não há nenhum embaixador, que não seja de carreira?

SR. MARIO VILALVA: No momento, não. No momento, por decisão do Presidente Lula, não há nenhum embaixador. Mas não é que eu seja partidário disso. Eu mesmo trabalhei com um político – o Senador Simon sabe disso –, eu trabalhei com o José Aparecido de Oliveira, na embaixada em Lisboa, há 20 anos, e devo dizer que ele fez um trabalho absolutamente extraordinário. Ele foi o homem certo para o momento certo, naquela época. Portanto, não é que eu seja contrário, mas é uma aplicação de por que convém aos presidentes não envolver políticos, porque a tendência do político – e é normal – é certa independência em relação ao governo.

O Senador Geraldo Mesquita mencionou da ideia que eu expus aqui sobre levar a embaixada a todas as regiões do país. Nós temos procurado fazer isso já há algum tempo. A ideia é criar sempre [ininteligível]. Não há um termo em português para isso, mas criar compromissos com o ambiente político em todas as regiões, de modo que aquilo possa se refletir sempre no poder central, seja federal ou não, mas é preciso criar bases nos países. Por exemplo, vamos citar o caso dos Estados Unidos, que é caso mais simples. Nossos consulados, hoje, eles têm um trabalho além-balcão. Além do trabalho cartorial, eles têm um trabalho político também de se aproximar do prefeito, de se aproximar do governador, de se aproximar dos deputados estaduais, porque cria uma massa crítica tal que faz com que os interesses brasileiros possam ser entendidos no nível regional e elevados ao nível federal. De modo que a relação nossa com o governo local não seja apenas uma relação direta com o deputado federal ou o senador e seja também a partir de determinadas bases, onde esses interesses podem subir e influenciar também no nível federal ou do governo central, quando o país é unitário. Por isso que eu acho importante esse trabalho de regiões.

Falou-se também na abertura de embaixadas, e eu tenho ouvido isso, senador, aqui, com certa frequência. Como já é a terceira vez que eu venho para essa comissão, eu tenho ouvido isso com certa frequência. Eu acho que há certo equívoco com relação a essa questão de ligar aberturas de embaixadas à questão do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Eu acho que são duas coisas que podem, eventualmente, caminhar juntas, mas elas são concebidas de forma separada. A questão do Conselho de Segurança, o Ministro Celso Amorim já esteve aqui inúmeras vezes, já disse isso inúmeras vezes. É uma questão pela qual nós temos que lutar. Nós temos que lutar por

uma simples razão: se, amanhã, houver uma reforma do Conselho, e o Brasil não for considerado, nos vão criticar porque nós não fizemos nada para que o Brasil estivesse presente. Digamos que outro país da região seja escolhido para fazer parte do Conselho e o Brasil não, então a Diplomacia Brasileira seria criticada por não ter feito o suficiente para conquistar um assento no Conselho. Ou seja, é um debate no qual, queiramos ou não, nós temos que estar. Queiramos ou não. Então, esse é um debate em separado. As razões pelas quais nós temos que estar no Conselho, o Ministro Celso Amorim já disse aqui com muita propriedade, eu não vou entrar nesse aspecto.

Agora, nós temos que abrir embaixada porque o Brasil é do tamanho que é. Nós somos, hoje, uma potência mundial, um dos maiores territórios, as maiores populações, a terceira língua do Ocidente, a sexta do mundo, com interesses cada vez mais variados. Então, temos que ter embaixadas no mundo que correspondam ao tamanho e às aspirações do Brasil no mundo. Hoje, somos líderes reconhecidos na América Latina. Terminamos com aquele antigo fantasma, que não se podia falar nisso, em liderança do Brasil na América Latina. Eu acho que, hoje, a liderança é aceita, até porque é uma liderança benigna que nós exercemos na América Latina. E, para isso, eu acho que nós temos que ter, cada vez mais, embaixadas pelo mundo. Então, são duas questões que eu acho que não estão ligadas. Há uma tendência a dizer que nós estamos abrindo embaixadas para garantir o nosso assento no Conselho e, na verdade, não tem nada a ver uma coisa com a outra.

O Senador Romeu Tuma falou em atividade empresarial. De fato, hoje, há uma ênfase muito grande nessa questão empresarial. Todos nós temos algum tipo de treinamento, outros mais porque passaram por essa área. Foi o meu caso, eu passei pela área comercial e tenho procurado dar muita ênfase, porque esta é uma coluna, um pilar importante das relações, e que aproxima, efetivamente, o país. Já houve muita discussão sobre o que vem primeiro, se é a bandeira ou se é o navio, mas eu tenho certeza que ambos têm que caminhar juntos. Não é possível só a relação política. A relação tem que ter algum substrato, e esse substrato econômico e comercial é extremamente importante. E, obviamente, assim como nós atendemos à pessoa física, na nossa rede consular, nós temos que atender à pessoa jurídica também. Então, o empresário ou a empresa brasileira tem o mesmo direito de pleitear uma ajuda no exterior como tem direito o cidadão brasileiro que vai para o exterior e precisa de um auxílio do consulado. Então, são dois balcões que

nós temos muito importantes, o da pessoa física e o da pessoa jurídica.

O Senador Suplicy falou no futebol, a África do Sul, que é um grande parceiro, hoje, nosso. Eu servi na África do Sul há quase 30 anos. Era a época difícil da segregação racial. A minha filha foi cuspidada, na rua, duas vezes, e levou uma canelada, na rua, porque o melhor amigo dela era um negro. Ela tinha três anos de idade e o amiguinho dela tinha cinco anos de idade. E ela andava de mãos dadas na rua e levou uma canelada, uma vez, de uma menina um pouquinho mais velha, e duas cusparadas, porque estava de mãos dadas com um negrinho, que era o mais amigo dela. Inclusive, ela não entendia por que acontecia isso, por que estavam agredindo ela só porque ela estava de mãozinha... A criança não tem noção do que é a discriminação racial. Ela foi entender muito mais tarde isso. Inclusive, a redação dela de ingresso à universidade foi, justamente, o rompimento da bolha, quando ela se deu conta de que havia, no mundo, esse tipo de coisa—

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Então ela se lembra bem do episódio até hoje?

SR. MARIO VILALVA: Ela lembra do episódio até hoje.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Ela escreveu sobre isso?

SR. MARIO VILALVA: Ela escreveu sobre isso. Foi o ensaio dela para entrar para a universidade nos Estados Unidos.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eu agradeceria conhecer esse texto.

SR. MARIO VILALVA: Com muito prazer. Renda básica, senador, é um assunto que eu vejo que, cada vez mais, está espalhado pelo mundo. No Chile, há uma experiência muito interessante. O atual presidente, inclusive, que era dito de centro-direita, ele está defendendo a ideia do salário ético, ou da renda ética, o senhor sabe disso. Eu acredito que a experiência chilena... O Chile tem sido vanguardista em muitos aspectos, em direitos do mar, em fundos de pensões... Ele tem inventado muita coisa. E na área social também. Tem sido um líder nessa área. Eu acho que vale a pena se dar uma olhadinha nessa proposta que o governo está fazendo, do salário ético, que vai na mesma linha do que V. Exa. tem pregado.

Aliás, eu queria lhe contar que eu li a sua nova introdução ao livro e ali descobri que uma frase que V. Exa. atribuiu, com toda a propriedade, a Goethe é... Eu não sabia que essa frase era de Goethe, porque eu me lembro de ter lido ela em Paulo Coelho. E aí a gente começa a descobrir, um pouco, o sucesso de Paulo Coelho, porque Paulo Coelho tem uma frase em que ele diz exatamente isso: quando alguém quer alguma

coisa, os anjos todos se unem, ou os céus se unem, as nuvens se unem para ajudar essa pessoa. Então, eu vi que a frase é de Goethe. Apreendi com V. Exa. na introdução do seu livro. Eram esses os comentários que eu queria fazer.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Salvo engano, é: quando uma criatura humana se empenha com tanta força por aquilo na qual acredita, então as forças do universo se juntam para que ela venha a acontecer. Então, eu acredito que a renda básica de cidadania vai acabar acontecendo. As forças do universo, conforme o senhor está nos falando, vão ajudar que aconteça em breve. Não sei em quanto, se é na... Mas vai dar um salto na semana próxima, quando se realizará o 13º Congresso Internacional da Renda Básica, na Universidade de São Paulo, na Faculdade de Economia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Muito bem. Embaixador, eu vou me permitir aqui, não como Presidente, mas como membro da comissão, de discordar um pouquinho das novas embaixadas. Na Revista Nacional, mostrou, inclusive, uma matéria recente. Nós temos três grandes motivos para criar a embaixada: a relação comercial, a relação cultural e a existência de população brasileira nesses locais. E a justificativa para algumas das pequenas embaixadas do Caribe é exatamente essa que o senhor colocou que não deve ser, que é a busca de um voto no Conselho de Segurança Nacional, na ONU.

SR. MARIO VILALVA: Ou em qualquer outro aspecto da ONU.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Isso já foi dito por outros membros do Itamaraty, de que essa seria uma justificativa válida, de que, tendo embaixada em Santa Lúcia, você ganha um voto, que o voto de Santa Lúcia é igual ao voto dos Estados Unidos, que o voto de Dominique é igual ao voto da Rússia. O que, na verdade, me permita discordar. Aqui, ainda na semana passada, nós aprovamos um embaixador com uma embaixada nova em Mianmar, que é um país ao lado da Tailândia. Pelo menos é um país com 55 milhões de habitantes, tem pouca ligação com o Brasil, mas é um país que tem potencial. Agora, realmente, a embaixada em Dominica, a embaixada em São Cristóvão e Nevis, onde não tem brasileiro... A gente pergunta... Eu lembro que eu perguntei ao embaixador: “O senhor sabe quantos brasileiros tem lá?”. “Não sei.” “Sabe quantos brasileiros foram lá?”. “Não sei.” Eu mandei oficialmente um pedido ao Itamaraty, o Itamaraty me respondeu, dizendo que não tinha conhecimento da existência de brasileiros em algumas dessas pequenas ilhas.

Aí, realmente, eu acho que é uma crítica política, sim. Acho que o papel nosso é esse também, como membros dessa comissão. Eu acredito que o dinheiro – que não é pouco, é cerca de um milhão de dólares para instalar uma embaixada e um primeiro ano de funcionamento – seria melhor utilizado se estivesse em outro consulado, se estivesse em um novo consulado, na expansão de consulados. Nós temos três milhões de brasileiros no exterior. É evidente que o Brasil tem crescido, sim, especialmente a partir do momento que nós conseguimos a redemocratização em 85, com a nova república, com a estabilidade econômica. O Brasil vai crescendo. É a quinta maior população do mundo, é a quinta maior área do mundo. Então é normal que o Brasil cresça de presença. Mas, nesses lugares que eu estou citando, não tem nem outra embaixada. Tem dos Estados Unidos, só que são vizinhos, são muito perto, ali. Então, no Caribe, só tem os americanos que vão lá passear. Então, essas aí, até hoje, eu não encontrei nenhuma justificativa. Não tem justificativa cultural, não tem justificativa política, não tem justificativa econômica. É só mesmo essa questão de querer mais um espaço, eventualmente um voto, que eu acho que não justifica essa paranoia, realmente, com a presença no Conselho de Segurança Nacional.

É bom o Brasil estar no Conselho como membro permanente? Porque, diga-se de passagem, às vezes se omite isso: o Brasil tem sido membro do Conselho de Segurança Nacional sempre, só que não é permanente. É interesse? É. Mas não acredito que justifique uma série de outras providências que têm sido tomadas pela política externa brasileira com essa justificativa de que, com isso, nós garantimos a presença e o voto no Conselho de Segurança Nacional. Agora mesmo, o Ministro está desistindo de intermediar a questão do Irã. Declarou, ontem, que não vai mais intermediar, que o Brasil não vai mais participar mais—

SRA. MARIA LAURA DA ROCHA: Não, não, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não foi isso que ele declarou?

SRA. MARIA LAURA DA ROCHA: Não. Não foi, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Porque a imprensa declarou assim.

SRA. MARIA LAURA DA ROCHA: Não. Se eu puder falar--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Depois eu passo a palavra a V. Exa.. Porque a imprensa, ontem, disse que o Ministro falou que o Brasil não vai insistir mais na intermediação. Se não for convidado, pois é. Então é isso aí. Mas tudo

bem. Eu queria só colocar essa questão em relação a... Essa crítica em relação às novas embaixadas, até porque eu tenho sido um dos críticos em relação a ela. Embaixadora Maria Laura da Rocha.

SRA. MARIA LAURA DA ROCHA: Muito obrigada, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer muito toda essa receptividade que tive, nessa minha primeira passagem pelo Senado, aqui é a minha primeira designação. Eu confesso que achei até bom esse nosso retorno à comissão, porque isso nos deu mais tempo de convivência com os senadores e as senadoras. E eu acho que isso, para nós, que vamos representar o país no exterior, é absolutamente imprescindível, porque, afinal de contas, os senhores têm a representatividade, os senhores têm votos aos quais prestar contas e os senhores representam uma parte da população que nós, lá fora, também pretendemos representar. Portanto, é muito importante essa nossa interação. E, uma vez aprovada e estando no posto, voltarei sempre. E espero poder contar sempre com os senhores e com as ideias e orientações que puder nos dar.

Só para corrigir um pouquinho aqui, o ministro ficou até um pouco chateado, porque não foi esse o objetivo da entrevista que ele deu. O jornal, o jornalista, não entendeu o que ele quis dizer—

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): É uma boa oportunidade para esclarecer.

SRA. MARIA LAURA DA ROCHA: É. Então, como eu sou a chefe de gabinete do Ministro, falo com ele constantemente. Inclusive, ontem, recebi uma delegação francesa que também estava com esse mesmo entendimento. É importante esclarecer.

Não, não foi isso que o Ministro disse, de forma alguma. O Brasil, junto com a Turquia, continuam acreditando, sim, que podem ajudar nessa intermediação. É uma situação muito difícil e, como o Ministro já falou aqui várias vezes, a questão não é que o Brasil tenha qualquer coisa especial em relação ao Irã, mas o Brasil sempre foi e continuará sendo a favor da paz. E onde ele puder ajudar, quando ele for chamado, ele estará ali sempre pronto para contribuir com o nosso jeito de ser. Porque o nosso jeito é diferente e nós sabemos disso.

E, se o senhor me permite, Presidente, em relação à questão... Não para voltar a essa polêmica, que eu respeito muito a sua posição, mas eu acho que muitas coisas foram ditas em relação às pequenas embaixadas, se é interesse nosso estar lá ou não, mas uma coisa que não podemos esquecer é que, muitas vezes, os próprios governantes nos pedem. Eles pedem a nossa presença. Isso, eu não sei... Eu tenho 33 anos

de carreira diplomática e um orgulho imenso, porque já servi em vários lugares do mundo, estive nos lugares mais longínquos. E agora, acompanhando o ministro e acompanhando o presidente em muitas viagens, as pessoas pedem a presença do Brasil.

Isso, para nós, é motivo de orgulho. Não é só a questão de quanto vamos ganhar comercialmente, se teremos, ou não, o voto no Conselho de Segurança – porque essas coisas são importantes também -, se há brasileiros lá. E a comunidade brasileira, é o nosso dever apoiar e prestar todo o apoio que a nossa comunidade no exterior, valente. Valente, porque o brasileiro que vai para o exterior, ele é fantástico. Nós vamos, como dizem as minhas filhas, naquele paraíso que são as embaixadas, que a gente fala português, que a gente está sempre em contato. Mas os brasileiros que vão, os que emigram e que vão buscar conseguir constituir sua vida no exterior, às vezes com situação muito difícil, eles merecem, eles esperam e eles têm que ter o nosso apoio.

Mas, existem, também, as outras pessoas que estão lá, os países pequenos, e eles pedem. Então, essas pequenas ilhas, esses pequenos lugares... Eu, acompanhando o ministro e o presidente, eu... A gente toma nota: "Por que o Brasil não vem? Nós queríamos que tivesse uma embaixada aqui. Para nós é tão importante. Nós não queremos só ficar obrigados a dizer o que os americanos querem, porque são grandes e fortes. Nós precisamos entender o mundo até por uma explicação brasileira, com a qual nos identificamos".

Então, era isso que eu tinha a dizer. Eu gostaria de agradecer ao meu relator, que não está aqui, o Presidente Collor. Mas foi, para mim, um prazer muito grande ter tido essa honra, como disse o Senador Tuma, de ele me relatar. Eu trabalhei... Ele não se lembrava, mas o primeiro gabinete no qual eu trabalhei foi no gabinete dele. Na presidência do Presidente Collor, eu fui diretora-geral adjunta de administração e participei de um grande evento, que foi a Rio 92. Inesquecível e, realmente, uma coisa muito importante.

E quanto à sua preocupação e à preocupação, também, de outros senadores em relação à nossa... O fato de não termos apoiado a Diretora Irina Bukova, também quero lhes tranquilizar. Realmente, o Brasil não apoiou por razões de estado, outras; mas temos, com ela, uma bela relação. O Brasil está fazendo um trabalho com a UNESCO, na reconstituição do sistema educacional do Haiti. E ela ficou muito feliz. Ela esteve, com a nossa ajuda, recentemente, aqui, no Brasil, no mês passado, em um importante evento, que foi a Aliança de Civilizações, e ela organizou um painel para a UNESCO com a nossa ajuda, e ela ficou muito satisfeita. E nosso relacionamento com ela é o melhor

possível. Eu gostaria de agradecer a todos e dizer que espero poder continuar contando com a orientação de V. Exas.. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O Senador Tuma pede a palavra.

SR. SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria pedir licença e só cumprimentar a nossa embaixadora, e o embaixador também, pela exposição que fez. Mas eu fiquei satisfeito com a colocação sobre o comportamento do ministro, no que diz respeito ao acordo com a Turquia em busca de uma paz com o Irã.

É claro que o Irã tem aquela pregação de suspeita sobre o seu trabalho com respeito à energia nuclear. Mas o Brasil... Eu acho que o Senador (sic) Celso Amorim deve ter sido claro: não há arrependimento do Brasil, de ter tratado de um acordo que buscasse um caminho da paz. O que ele disse: foi interrompido por uma decisão da ONU, sobre a orientação dos Estados Unidos, e a perspectiva é, se for chamado, voltar a dar continuidade ao projeto que, com o Turquia, lançou e que poderá ser ou não aceito pelos outros países, em benefício de uma paz futura.

Não quero discutir o Ahmadinejad, se ele está certo ou está errado. Estou dizendo que o Brasil tomou uma posição em busca da paz. Eu acho que é o princípio do acordo que foi tratado: como nós podemos alcançar a paz? Não deu certo. Deu... Eu acho que ficou no caminho. Não se acabou o prognóstico da esperança de que, realmente, o Irã aceite e comece a trabalhar para que a paz reine sem aquela violência que tem no Oriente. A gente tem uma amargura profunda, descendentes de árabes, e tem um relacionamento profundo com os judeus, e sabe que aquilo não é o correto, que nós passamos aqui. Então, eu queria que a senhora cumprimentasse o Celso Amorim. E tenho certeza que a colocação dele é a correta. Estarei sempre pronto, quando chamado a prestar ajuda na busca da paz. E a senhora falou 33 anos, pensei que a senhora tinha 30, de idade. [risos] Trinta e três, já passou do limite da minha perspectiva, não é, embaixador? Desculpa interromper.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Nós vamos, então, agora, transformar a reunião em secreta, porque a Constituição assim o determinada, pelo seu inciso IV, do art. 52, combinado com o Parágrafo Único, do art. 383, do Regime Interno.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Me permite um aparte, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Presidente, V. Exa. fez um apelo a mim para que eu possa convidar os senadores do PT para estarem no Plenário para a votação dos Srs. Embaixadores e tudo. Gostaria de lembrar que também temos na pauta – e hoje, inclusive, me telefonou o representante da ONU – o apoio que o Governo Brasileiro está dando a Gaza, um apoio ainda que simbólico, mas de grande significado de recursos para a população de refugiados em Gaza, para projetos de reconstrução. E seria importante o empenho para votarmos essa matéria também na tarde de hoje, atendendo o Itamaraty também.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Perfeitamente. Então, vamos suspender agora, transformando em secreta.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Pois não.

[Sessão secreta às 13h35]

[Sessão reaberta ao público às 13h38]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): A reunião está reaberta. Eu comunico a aprovação dos Embaixadores Maria Laura da Rocha, para a UNESCO, e Mario Vilalva, para a República Portuguesa. Tivemos 15 senadores presentes, foram 14 votos para ambos. Portanto, o Embaixador Mario Vilalva para Portugal e a Embaixadora Maria Laura para a UNESCO. Agradeço a presença de todos os senadores. Srs. Embaixadores, desejo sucesso para ambos. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h39.

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 14:00 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às quatorze horas e trinta e um minutos do dia sete de julho do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senadores **Eduardo Azeredo** e **Geraldo Mesquita Júnior**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos senhores Senadores **Eduardo Suplicy**, **Antonio Carlos Valadares**, **Roberto Cavalcanti**, **Pedro Simon**, **Francisco Dornelles**, **Paulo Duque**, **Marco Maciel**, **Heráclito Fortes**, **João Tenório**, **Flexa Ribeiro**, **Renato Casagrande**, **Inácio Arruda**, **José Agripino**, **Romeu Tuma**, **Arthur Virgílio** e **Tasso Jereissati**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da

reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. É apreciado o item 1 da Pauta: **Item 1 – Projeto de Lei da Câmara Nº 63, de 2010**, de autoria do Presidente da República, que “*dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB e dá outras providências*”, com relatoria do Senador **Tasso Jereissati**. Fazem uso da palavra os Senadores **Eduardo Suplicy**, **Inácio Arruda** e **Arthur Virgílio**. O Parecer é aprovado. Ocorre inversão da Pauta, com apreciação de outros itens. **Item 7 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 21, de 2010**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “*aprova o texto da Ata de Fundação da Organização Ibero-Americana da Juventude – OIJ, adotada pelos Estados-Membros em 1996, com vistas na autorização para o ingresso do Brasil na OIJ, por meio de depósito da Carta de Adesão junto ao Secretário-Executivo da mencionada Organização*”, com relatoria *ad hoc* do Senador **Tasso Jereissati**. O Parecer é aprovado. **Item 4 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 17, de 2010**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “*aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Tegucigalpa, em 27 de julho de 2007*”, com relatoria do Senador **Arthur Virgílio**. O Parecer é aprovado. **Item 15 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 87, de 2010**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “*aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Bolívia sobre Cooperação no Domínio da Defesa, celebrado em Brasília, em 14 de fevereiro de 2007*”, com relatoria do Senador **Geraldo Mesquita Júnior**. O Parecer é aprovado. Consultada pelo Presidente, a Comissão aprova a inclusão extra-pauta dos seguintes itens: **Mensagem (SF) Nº 124, de 2010**, **Mensagem (SF) Nº 144, de 2010** e **Mensagem (SF) Nº 150, de 2010**. Os Embaixadores indicados são convidados, pelo Presidente, a compor a Mesa. Tem seguimento a apreciação da Pauta. **Item 10 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 25, de 2010**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “*aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 24 de julho de 2007*”, com relatoria *ad hoc* do Senador **Eduardo Suplicy**. O Parecer é aprovado. **Item 2 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 542, de 2009**, de autoria da Comissão de Re-

lações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *“aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre a Renda, assinada em Caracas, em 14 de fevereiro de 2005”*, com relatoria do Senador **Francisco Dornelles**. O Parecer é aprovado. **Item 5 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 19, de 2010**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *“aprova o texto da Emenda à Convenção que estabelece o Conselho de Cooperação Aduaneira, adotado em Bruxelas, em 30 de junho de 2007”*, com relatoria do Senador **Francisco Dornelles**. O Parecer é aprovado. **Item 8 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 23, de 2010**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *“aprova a adesão da República Federativa do Brasil ao texto da Convenção Relativa à Admissão Temporária, também conhecida como Convenção de Istambul, celebrada em 26 de junho de 1990, sob os auspícios da Organização Mundial de Aduanas, e ao texto de seu Anexo A, mediante o exercício do direito de reserva, em conformidade com o disposto no artigo 18 do Anexo A e do artigo 29 da Convenção, e seus Anexos B.1, B.2, B.5 e B.6”*, com relatoria do Senador **Francisco Dornelles**. O Parecer é aprovado. **Item 6 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 20, de 2010**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *“aprova os textos das Resoluções MSC.201 (81); MSC.202 (81); MSC. 204 (81); MSC.216 (82); MSC.227 (82), com as emendas aos Capítulos II -1, II - 2, III, IV, V e XII do Anexo da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar – SOLAS e ao Protocolo de 1988 à mesma Convenção”*, com relatoria do Senador **Paulo Duque**. O Parecer é aprovado. O Senador **Paulo Duque** solicita a inclusão extrapauta do **Projeto de Lei da Câmara Nº 65, de 2010**, de autoria do Presidente da República, que *“transforma Funções Comissionadas Técnicas – FCT, criadas pelo art. 58 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, em cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, em Gratificações de Exercício em Cargo de Confiança devidas a militares e em Gratificações de Representação pelo Exercício de Função devidas a militares”*. É lido o Relatório do Senador **Paulo Duque**, favorável ao Projeto. O Projeto é aprovado, em decisão terminativa, com nove votos favoráveis, nenhum contrário, nenhuma abstenção e com a contabilização da presença do Presidente para efeitos de quórum. Votam

com o Relator os Senadores **Roberto Cavalcanti, Francisco Dornelles, Geraldo Mesquita Júnior, Heráclito Fortes, João Tenório, Inácio Arruda, Arthur Virgílio e Tasso Jereissati**. São lidos os relatórios das Mensagens anteriormente incluídas como itens extra-pauta. **Mensagem (SF) Nº 124, de 2010**, de autoria do Presidente da República, que *“submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do senhor WASHINGTON LUIS PEREIRA DE SOUSA NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério da Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária e, cumulativamente, junto à República da Macedônia”*, com relatoria ad hoc do Senador **Geraldo Mesquita Júnior**. A Mensagem é apreciada. **Mensagem (SF) Nº 144, de 2010**, de autoria do Presidente da República, que *“submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor WASHINGTON LUIS PEREIRA DE SOUSA NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Bósnia-Herzegovina, cumulativamente a sua indicação para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária e à República da Macedônia”*, com relatoria ad hoc do Senador **Geraldo Mesquita Júnior**. A Mensagem é apreciada. **Mensagem (SF) Nº 150, de 2010**, de autoria do Presidente da República, que *“submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor PAULO AMERICO VEIGA WOLOSKI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Congo”*, com relatoria ad hoc do Senador **Inácio Arruda**. A Mensagem é apreciada. O Embaixador da República do Chile no Brasil é recebido pelo Senador **Eduardo Azeredo**; assume a Presidência da Comissão o Senador **Geraldo Mesquita Júnior**. Os Embaixadores indicados fazem suas explanações, após a abertura do processo de votação das Mensagens. Fazem uso da palavra os Senadores **Arthur Virgílio, Roberto Cavalcanti e Paulo Duque**. A sabatina é suspensa para a retomada da apreciação da Pauta. **Item 14 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 38, de 2010**, de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que *“aprova texto do Acordo sobre Tráfico Ilícito de Migrantes entre os Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile, assinado em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004”*, com relatoria do Senador **Eduardo Azeredo**. O Parecer é aprovado. **Item 9 – Projeto**

de Decreto Legislativo (SF) Nº 24, de 2010, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *“aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Benin sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Cotonou, em 13 de março de 2009”*, com relatoria do Senador **Roberto Cavalcanti**. O Parecer é aprovado. **Item 13 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 37, de 2010**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *“aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado na Cidade do Panamá, em 10 de agosto de 2007”*, com relatoria do Senador **Roberto Cavalcanti**. O Parecer é aprovado. **Item 16 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 212, de 2010**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *“aprova o texto de modificação do Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos”*, com relatoria do Senador **Renato Casagrande**. O Parecer é aprovado. O Senador **Eduardo Azeredo** reassume a Presidência, e a sabatina dos Embaixadores é retomada. O Senador **Eduardo Suplicy** faz uso da palavra. É apreciado, como item extrapauta, o **Ofício GSSS Nº 207, de 29 de junho de 2010**, da Senadora Serys Slhessarenko, pelo qual requer sua indicação para representar o Senado Federal no Encontro para uma Plataforma Global de Votação, organizado pela *Rockefeller Foundation*, a ser realizado em Bellagio, na Itália, entre os dias 13 e 16 de julho de 2010. O Relatório do Senador **Eduardo Suplicy**, favorável à matéria, é aprovado pela Comissão. A Reunião foi tornada secreta às dezesseis horas e vinte e três minutos e reaberta às dezesseis horas e vinte e seis minutos. O Presidente comunica a aprovação, pela Comissão, das indicações dos Embaixadores Washington Luis Pereira de Sousa Neto e Paulo Américo Veiga Wolowski. São adiados os itens 3, 11 e 12 da Pauta. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a Reunião às dezesseis horas e vinte e sete minutos, lavrando, eu, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião Extraordinária da Comis-

são de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Nós estamos com mais reuniões extraordinárias do que reuniões ordinárias aqui nessa... Esse semestre. Acho que tem mais reunião extraordinária do que ordinária.

Submeto à comissão a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Está, portanto, aprovada.

“O Item 1 é um projeto não terminativo, é o Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2010, que dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofania Afro-Brasileira – UNILAB e dá outras providências. É de autoria da Presidência da República. O relator é o Senador Tasso Jereissati.”

E, em seguida, nós temos vários outros projetos ainda de acordos internacionais e tratados aqui que estão também na pauta.

Então, passamos já, no item do Projeto de Lei da Câmara nº 63. Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Srs. Senadores, *“vem a esta comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2010, que cria a Universidade da Integração Internacional da Lusofania Afro-Brasileira, a UNILAB, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Redenção, Estado do Ceará.”*

O projeto dispõe sobre os objetivos e seu papel de elemento de integração entre o Brasil e os demais países da comunidade dos países de língua portuguesa, seus cursos, sua forma de financiamento, criação dos cargos para seu atendimento, forma de administração, etc.

No prazo regimental de emendas perante a Mesa, foram apresentadas 15 emendas, de autoria do Senador Aloizio Mercadante (1 a 8), e Antônio Carlos Júnior (9 a 15), de quase idêntico teor, cuidando de criar um Campus avançado na universidade... da universidade, em Salvador, Bahia.

Análise.

É do Presidente da República a competência privativa para propor ao Congresso Nacional o projeto de lei com o objeto de criar novas instituições federais de ensino superior, assim como a criação dos respectivos cargos, nos termos do art. 61, § 1º, inciso II, ‘a’ e ‘e’, da Constituição Federal.

Por outro lado, o projeto vem ao encontro que determina o art. 205, caput, da Carta Magna, que trata da educação como dever do Estado e um direito de todos.

Da mesma forma, determina o inciso IX, do art. 4º, da Carta Magna, que a República Federativa do Brasil pautará suas relações internacionais pelo princípio da cooperação dos povos, progresso da humanidade, como, além da igualdade entre os estados, autodeterminação dos povos e defesa da paz.

Nesse sentido, a criação da Universidade da Integração Internacional Lusofania Afro-Brasileira – UNILAB, atende a tais princípios, na medida em que conjuga integração dos povos e cooperação mútua, por meio da educação, contribuindo para o aprimoramento de suas relações, e, por conseguinte, para a paz entre os povos.

A UNILAB é, na verdade, mais um passo no caminho da integração da entidade formada por Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Timor Leste, que buscam construir um foro multilateral para o aprofundamento da amizade e cooperação mútuas entre seus povos.

A UNILAB vem, portanto, atender a essa diretiva, ao se propor a promover uma integração solidária através do conhecimento, fundada no reconhecimento mútuo e na equidade.

A escolha de Redenção, no interior do Ceará, como sede da UNILAB, além da atender ao propósito da interiorização do ensino superior, tem importante caráter simbólico. O Ceará foi a primeira província a libertar seus escravos, cinco anos antes da Lei Áurea, resultado do movimento que se agigantou e tomou nossa gente, desde os mais humildes como os jangadeiros, liderados por Francisco José do Nascimento, o famoso 'Dragão do Mar', até intelectuais, comerciantes, estudantes e mesmo proprietários de terras, destacando-se José do Patrocínio, João Cordeiro, Justiniano de Serpa, entre outros.

No tocante às emendas dos Senadores Mercadante e Antonio Carlos Júnior, caminham na mesma direção, na proposta de estender a UNILAB ao Estado da Bahia, com o estabelecimento de um campus em Salvador, promovendo as adaptações e ajustes nos textos necessários a esse intento, medida que se justificaria plenamente pela profunda identidade entre a cultura, a história, as tradições e as próprias ligações étnicas da população baiana com os países africanos.

Entretanto, apesar de entendermos esse aspecto, o acatamento das emendas poderá ocasionar um considerável atraso na implantação da UNILAB em função do seu obrigatório retorno à Câmara dos Deputados.

Por outro lado, a instalação de um campus avançado em Salvador, assim como a criação de novos cursos a serem ministrados na Universidade, poderão ser realizadas posteriormente, pela via administrativa.

Essa é a informação que nos chegou do professor Paulo Speller, futuro reitor da UNILAB, que garantiu, inclusive, já ter obtido o compromisso do Ministério da Educação nesse sentido”.

Assim, buscando evitar atrasos... E aí eu queria inclusive esclarecer, Senador Eduardo Azeredo, que algumas pessoas, talvez mal informadas sobre a evolução de um acordo que é proposto aqui pelo próprio governo, tenham dito e se manifestado que nós estaríamos, de alguma maneira, dividindo a Unilab com outros estados. Aqui espero que fique claro que esse acordo que parte do Senador Mercadante e do Deputado Vagareza, do PT, PCdoB e outros partidos levarão este intento, e que já que é não necessário e que isso fique em projeto, já que é o próprio governo, através desses partidos, que vão promover essa provável colocação de um campus avançado, nós optamos por não acatar, para que não haja... O nosso voto é para que não haja nenhuma volta à Câmara Federal desse projeto.

Agradeço a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Tasso, eu sou, inclusive, testemunha da sua dedicação a esse projeto, pedindo que nós pautássemos rapidamente. O que acontece é que nós estávamos com acúmulo de embaixadores, então todos os outros projetos... Projetos de lei e tratados ficaram realmente aguardando que pudéssemos aprovar o número de embaixadores, que inclusive ontem aprovamos já no Plenário, afinal, onze deles.

O Senador Arthur Virgílio pede a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Também.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Arthur Virgílio, o senhor pediu a palavra?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Quer que eu fale antes?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu vi alguém pedindo a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu falo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Eduardo Suplicy, então.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, nós estamos, aqui, diante de um exemplo muito interessante e notável, de como, aqui, o Governo do Presidente Lula, a oposição, o Senador Tasso Jereissati, como relator, o Senador Arthur Virgílio, fazendo questão de estar aqui, e V. Exa. mesmo, o Senador Inácio Arruda, que é do Ceará, mas aqui há uma unidade de propósito em favor do Brasil, em

favor desta homenagem que se faz, conforme o Senador Tasso Jereissati registra, que foi lá em Redenção onde... Antes mesmo da abolição da escravidão, ali, no Ceará, se realizou a primeira alforria de um número muito significativo de escravos, e, por isso, nesta vila de Redenção, ela se tornou um marco histórico.

Mas é importante também que tenha havido este bom entendimento com a Universidade da Bahia, que vai colaborar para que exista esta unidade, esta universidade para promover a integração internacional da lusofonia afro-brasileira com todos os povos que falam a língua portuguesa também, e tenho a convicção de que serão muitos os africanos que passarão a vir ao Brasil para realizar cursos nas mais diversas áreas.

Então, aqui se trata de um projeto que vai contribuir muito para a aproximação do Brasil com o continente africano, e, portanto, eu parablenizo todos que participam da aprovação deste projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, senador.

Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, também de forma breve, eu quero registrar o empenho de V. Exa., o do nosso relator, de todos os que compõem a Comissão de Relações Exteriores, no sentido de nós aprovarmos, num tempo efetivamente breve, para que pudéssemos então ter a votação final, que ainda se dará na Comissão de Educação, onde esse projeto é terminativo.

A nossa ideia é que ainda hoje pudéssemos realizar uma reunião da Comissão de Educação, mas existem muitos projetos querendo ser votados na Comissão de Educação, então a dificuldade de realizar a reunião é imensa, mas acho que é muito positiva a nossa votação.

Acho que o Presidente Lula, depois de um amplo debate realizado no nosso país e nos países africanos especialmente, isso envolveu Portugal, mas, principalmente, os países de língua portuguesa na África e o Brasil, e no Governo, então, do Presidente Lula, o Presidente Lula decide construir essa universidade de integração dos países de língua portuguesa. Mas o sentido é de resgate histórico daquele povo que ajudou a erguer essa grande nação brasileira, que são os africanos, e que fizeram isso numa situação de imensa atrocidade, que foi o período da escravidão dos negros no Brasil. Eu acho que é esse o grande sentido desse resgate.

E é evidente que a universidade poderia se localizar em qualquer lugar do Brasil, na verdade: poderia ser em Minas Gerais, um estado que tem uma presença de negros muito grande; São Paulo tem uma presença de negros muito grande; Rio de Janeiro tem

uma presença de negros muito grande; Rio Grande do Sul; Pará. No Ceará, em determinadas regiões, nós tivemos uma presença grande de negros. É o caso dessa região de Redenção, do Sul do Ceará, em Barbalha, de uma região próxima do litoral, de Pindoretama, onde você tem uma presença da produção da cana-de-açúcar, para a época, grande, para aquele período, e ali então você tinha a presença de muitos negros. No Maranhão, presença de negros intensa, e a Bahia. A Bahia, eu deixei por último, porque a Bahia é por onde nós começamos a construir, digamos assim, efetivamente o Brasil, apesar de que as duas capitanias eram São Vicente e Pernambuco, mas a sede ficou na Bahia. Então a Bahia fica sempre com essa marca histórica. Mas eu acho que o Presidente, então, vislumbrou onde é que o movimento se expressou de forma mais rápida de libertação dos negros. E isso se deu no Ceará, e essa pequena cidade do interior cearense, ela, digamos assim, quase que se rebelou, libertou seus escravos.

Eu acho que tem todo esse sentido histórico, tem toda essa carga histórica. Eu quero dizer que a nossa comissão, pelo seu esforço, o seu relator, V. Exa., com que a gente dialogou bastante para realizar a nossa reunião, eu acho que nós marcamos também um posicionamento histórico. É uma iniciativa do Presidente da República, sim, mas é uma deliberação do Congresso Nacional, o que nós estamos fazendo aqui agora. Eu acho que nós temos que fazer esse registro, porque nós estamos contribuindo para o resgate dessa dívida imensa que nós temos com o povo africano especialmente. E, ao mesmo tempo, vamos ajudar os outros países de língua portuguesa que estão especialmente na Ásia, e mesmo Portugal.

Então, Sr. Presidente, eram essas as minhas palavras, e espero que a gente consiga votar também rapidamente na Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado. Continua em discussão.

Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, antes de mais nada, eu teço um breve comentário sobre o que eu entendo como sendo a ação de governar. Ela se divide em dois pontos essenciais numa sociedade aberta, numa sociedade democrática. O que vence a eleição, ele se encarrega da execução das coisas do país mais diretamente; os que perdem a eleição – e, numa democracia, uns ganham e outros perdem, e a alternância no poder é um dos princípios mais saudáveis para consolidar essa própria caminhada democrática de um país –, mas os que perdem têm que fiscalizar os vencedores, tomar conta do... Ou seja,

apontar equívocos... E o governo tanto melhor será quanto mais dura seja a oposição a ele. Porque todo governo tem áulicos, tem os que dizem sim o tempo inteiro, tem os profissionais do apoio. E é preciso que haja aqueles que, por sensatez, e esse é o caso da atual oposição brasileira, apoia as medidas corretas, justas e digam não empedernidamente a tudo aquilo que cheire a irregularidade, que cheire a desperdício de recurso, que cheire a perda de esforço, enfim.

Deste momento, eu devo cumprimentar o Sr. Presidente da República pela iniciativa, que me parece correta, na linha justa. Cumprimentar o Senador Tasso Jereissati pelo substancioso relatório que apresentou, que por si só leva a Casa ao convencimento, ao melhor convencimento.

E se posso falar um pouco da minha própria preocupação pessoal, eu digo a V. Exa. e digo à Casa, digo à Comissão de Relações Exteriores que é um tema que me agrada muito, porque, Senador Tasso Jereissati, eu tive, no curso de Ciência e de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a oportunidade de me defrontar com uma das matérias como sendo sociologia política africana, ministrada pelo Professor José Maria Nunes Pereira, ainda hoje vivo, se não me engano residente em Niterói, se Deus quiser por muitos anos vivo, saudável e lúcido, uma inteligência privilegiada a quem este país deve muito.

Fiz um curso específico de sociologia política africana no centro de estudos afro-asiáticos da Universidade Cândido Mendes, e esse curso era dirigido pelo próprio professor José Maria Nunes Pereira. Portanto, é um tema que me apaixonava bastante. Eu acompanhei, pela leitura intensa que busquei fazer, todos os rumos do processo de descolonização da África, e tenho monografia sobre o líder que mais me atraía, por me parecer o mais criativo dos líderes daquele episódio da descolonização, que era o líder da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, mas acompanhei o Patrice Lumumba, [ininteligível] e todos os que protagonizaram aquele momento bonito, de emergência política de um continente que até hoje tem tantos problemas graves a resolver.

Essa interação, portanto, me parece absolutamente saudável, e eu vejo que tudo que de certa forma nós tínhamos como objetivo, nos meus tempos de estudante, o Professor José Maria Nunes Pereira como coordenador, orientador de tantos alunos interessados em África e em Ásia, nós vemos que isso pode virar realidade a partir da implantação correta e do aproveitamento justo das potencialidades da UNILAB. E disse bem, eu percebi aqui uma grande sintonia do Senador Inácio Arruda e o Senador Tasso Jereissati,

porque, óbvio, a depender de ambos a sede seria em Fortaleza.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Redenção.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Redenção... E nós sabemos, por outro lado, as razões justas que levam a se estabelecer na Bahia, por todas as razões simbólicas também. Ou seja, a localização não é nem importante, porque no relatório do Senador Jereissati, um dos detalhes me chamou a atenção: o primeiro *campus* é este. Este é o *campus* inicial. Os demais *campi*, eles virão, e com certeza abrangerão todos os estados que tenham a cultura negra a preservar, que tenham todos os seus antecedentes afros, e, portanto, toda essa belíssima cultura afro-brasileira a lhes guiar os passos. Não tem nada mais sublime do que nós dizermos que somos descendentes de bravos colonizadores, mas somos descendentes de índios que resistiram, que nos ensinaram e nos ensinam muito. Os parceiros do aproveitamento da biodiversidade no meu estado e na minha região, no Amazonas, na Amazônia, os principais serão os índios, são os melhores soldados de selva do mundo, são os índios, os que caminham mais rápido na selva, os que farejam tudo, os que percebem tudo. E, do mesmo modo, nós temos orgulho imenso da nossa descendência negra, da nossa descendência afro.

Portanto, há muito o que se fazer.

E eu diria que a iniciativa é louvável, e o relatório é convincente. O relatório induz a que se aprove aqui, e no momento eventual do Plenário, no Plenário, a criação efetiva da Universidade de Integração Internacional da Lusofania Afro-brasileira, a UNILAB.

Portanto, parabéns ao Presidente da República pela atitude que teve, parabéns ao Senador Tasso Jereissati, que, com muito clarividência, soube pegar os pontos fundamentais e esclarecer a Casa sobre os objetivos da universidade que estamos aqui a criar, pensando em projetar certo futuro a partir das nossas raízes, não tem nada mais bonito do que isso. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, senador.

Como nós estamos vendo aí, pelo Google Earth, [ininteligível] consegue ver quase que o banco da praça, tudo... Que a tecnologia melhorou bem. Vai avançando aí na cidade de Redenção, no Ceará.

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão e coloco em votação. Os senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Está aprovado. Aprovado o parecer pela aprovação da matéria e rejeição das Emendas nº 1 a 8, do Senador Aloizio Mercadante, e das Emendas nº 9 a 15,

do Senador Antonio Carlos Júnior, que foram apresentadas na CCJ. A matéria será encaminhada à Comissão de Educação para as devidas providências.

Eu solicito ao Senador Tasso Jereissati, como relator *ad hoc* do Item nº 7, da Senadora Patrícia, que não pôde estar presente hoje, tal como o colega do Ceará. “*É o projeto do Decreto Legislativo nº 21, de 2010, que aprova o texto da Ata de Fundação da Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ) adotada pelos Estados-Membros em 1996, com vistas da autorização para o ingresso do Brasil na OIJ por meio de depósito da carta de adesão junto ao secretário-executivo da mencionada organização.*”

Concedo a palavra, portanto, ao Senador Tasso Jereissati, como relator *ad hoc*.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu tenho, aqui, a honra de, como senador *ad hoc*, relatar o relatório da Senadora Patrícia Saboya, que infelizmente não está presente neste momento.

“*A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina o Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 2010, que aprova o texto da Ata de Fundação da Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), adotada pelos Estados-Membros em 1996, com vistas na autorização para o ingresso do Brasil na OIJ por meio de depósito da carta de adesão junto ao secretário-executivo da mencionada organização.*”

Em atenção ao disposto no artigo... No inciso I, do art. 49, da Constituição Federal, que estabelece atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar atos internacionais, o Presidente da República enviou às Casas Legislativas a Mensagem nº 13, de 13 de janeiro de 2009, solicitando a apreciação do aludido acordo.

Cuida-se do tratado que constitui a Organização Ibero-Americana da Juventude. O documento em questão é composto de consideranda, 10 artigos, disposição final e Estatutos da OIJ.

Análise.

A OIJ foi informalmente constituída na VI Conferência Ibero-Americana de Ministros da Juventude, realizada em Sevilha, Espanha, em 1992.

Os estatutos da organização indicam tratar-se de um organismo internacional de caráter intergovernamental constituído para promover o diálogo, a concertação e a cooperação no que diz respeito à juventude entre os países ibero-americanos segundo o âmbito definido pela conferência Ibero-Americana de chefes de estado e de governo. Importante destacar, desde logo, que a organização é regida pela Ata da Fundação e pelos Estatutos.

Essa organização conta, entre seus propósitos, promover a cooperação e o diálogo em matéria de

juventude entre os países ibero-americanos, outras organizações internacionais, organizações não governamentais e associações juvenis dedicadas ao tema. Visa ainda fortalecer as estruturas governamentais de juventude, bem assim a coordenação entre instituições e setores em favor de políticas integrais dirigidas aos jovens. Objetiva, também, atuar como mecanismo permanente de consulta para adoção de posições e estratégias comuns sobre temas da juventude, tanto nos organismos e fóruns internacionais, como perante terceiros países”.

O voto da Senadora Patrícia Saboya é, portanto, em face do exposto, opinando pela aprovação do Projeto do Decreto Legislativo nº 21, de 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, senador.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco, portanto, em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Está aprovado, portanto, também o Item 7, o Projeto de Decreto Legislativo nº 21, referente à Organização Ibero-Americana da Juventude.

Senador Arthur Virgílio, Item 4. “*É o Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2010, que aprova o texto do acordo entre o governo do Brasil e o governo de Honduras sobre cooperação do domínio da defesa, assinado em Tegucigalpa, em 27 de julho de 2007.*”

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Muito bem, Presidente. Todos os passos da correção, desde o envio da mensagem à Câmara até o processamento na Câmara dos Deputados e a chegada da documentação referente ao processo aqui, na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Muito bem, “*o tratado compreende nove artigos, estabelecendo regras gerais para cooperação, que vão do compartilhadamente de conhecimento nas áreas de ciência e tecnologia ao intercâmbio de instrutores e estudantes de instituições militares, passando ainda por visitas a aeronaves e navios militares, eventos culturais e desportivos, facilitação de iniciativas comerciais relacionadas a materiais e serviços vinculados à área de defesa, implementação e desenvolvimento de programas e projetos de aplicação de tecnologia de defesa, com a possibilidade da participação de entidades militares e civis de interesse estratégico para as partes.*”

O acordo, portanto, visa também a solução de controvérsias, visa a segurança das informações classificadas. E sobre esse último ponto, o art. 5º do tratado dispõe que – aí abro aspas para o art. 5º – ‘a proteção de informação sigilosa que vier a ser trocada ou

gerada no âmbito do acordo será regulada entre as partes por intermédio de um acordo para proteção da informação classificada'."

Muito bem, resumindo a análise, tenho que... É relevante se promover a cooperação entre Brasil e Honduras nessa área de defesa. Os partidos podem perfeitamente ser complementares entre eles e haverão de ser.

Registramos ainda o fato de que este acordo vem em boa hora porque, a partir daí, se estreitam as relações entre Brasil e Honduras, abaladas pelos acontecimentos do ano passado, quando condutas estranhas aos princípios tradicionais da política externa brasileira colocaram o Brasil em situação vexatória perante seus pares na comunidade das nações. Felizmente, as boas relações entre Brasil e Tegucigalpa foram retomadas, e este acordo revela a importância do não envolvimento de razões político-ideológicas em questões de Estado.

Quanto ao voto. *"Por todo o exposto, por ser conveniente e oportuno aos ideais nacionais, constitucional, legal e versada em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo 17, de 2010"*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, senador.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Está aprovado o parecer favorável à matéria. Aprovado, portanto, o Projeto de Decreto Legislativo nº 17, acordo entre o Brasil e Honduras no domínio da defesa.

Solicito agora ao Senador Geraldo Mesquita, que é o relator do Item 16... Não, Item 15. Item 15. *"Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2010, que aprova o texto do acordo entre o Brasil e a Bolívia sobre cooperação também no domínio da defesa, celebrado em Brasília, em 14 de fevereiro de 2007"*.

Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita, o nosso vice-presidente.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

"De fato, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo 87, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Bolívia sobre cooperação no domínio da defesa. O acordo foi celebrado em Brasília, em 14 de fevereiro de 2007."

O acordo atribui ênfase à pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos e

serviços; ao compartilhamento de conhecimentos e experiências; à promoção de ações conjuntas de treinamento e instrução militar; à colaboração em assuntos relativos a equipamentos e sistemas, bem como a outras áreas de interesses comuns.

O instrumento também procura estabelecer os parâmetros dessas atividades em termos de custos, obrigações legais e responsabilidade civil, além de dispor sobre a proteção da informação classificada que vem a ser intercambiada entre as partes."

Enfim, Presidente, trata-se de um ato internacional conveniente aos interesses nacionais e aos reclamos do relacionamento bilateral no domínio da defesa que fazemos ora com o Estado Boliviano.

Por todo o exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, o voto é pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo 87, de 2010.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Geraldo Mesquita.

Coloco em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os senadores que estiveram de acordo permanecem como estão.

Está aprovado, portanto, o acordo entre o Brasil e a Bolívia, também sobre defesa.

Agora, vamos passar mais um ainda.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-CE): Quantas votações ainda tem, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): São, no total 16, nós já concluímos cinco... Quatro, não é? Quatro.

Eu quero, inclusive, convidar os senadores--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-CE): São todas não terminativas, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Todas não terminativas. Eu quero consultar os Srs. Senadores se nós fazemos a inclusão também extrapauta aqui da mensagem dos dois senadores que estavam previstos para amanhã de manhã na nossa reunião dos dois embaixadores.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Tem o nosso apoio.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Estava prevista na nossa reunião ordinária de amanhã.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Tem o nosso apoio.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Estão de acordo? Então está bom. Então vamos continuar, mas eu já posso chamar, en-

tão, os dois embaixadores para que possam também participar da Mesa conosco.

O Embaixador Paulo Américo Veiga Wolowski, que é indicado para o Congo, e o Embaixador Washington Luis Pereira de Souza Neto, que é indicado para a Bulgária e cumulativamente com Macedônia.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, registramos a imagem que abre o portal de entrada da cidade de Redenção, no Estado do Ceará.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está na entrada de Redenção?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu não sabia que Redenção tinha terminado com a escravidão antes do restante do Brasil. Isso aí eu confesso a minha ignorância.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Foi resolvido agora. O senhor fica sabendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Fica devidamente esclarecido.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A cidade da Redenção, no Estado do Ceará.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E essa moça? [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Essa moça simboliza a libertação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Suplicy, vamos passar ao Item 10, que é o PDS nº 25. "*Decreto Legislativo nº 25, que apoia o texto do acordo entre o Brasil e El Salvador sob cooperação também em domínio da defesa*". O Senador Demóstenes Torres é o relator. Solicito o Senador Eduardo Suplicy como relator *ad hoc*.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Eduardo Azeredo, a oposição e a base de governo estão impactadas pela beleza da moça negra libertada em Redenção, no Ceará. O Senador Arthur Virgílio já quer logo ir para lá para...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu não fiz nenhum comentário, eu fiquei discretamente aqui.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu disse... Para ser correto, eu disse que eu ia deixar passar a eleição e ia a Redenção pelo objetivo muito claro da curiosidade histórica, saciar uma curiosidade histórica, o primeiro lugar que libertou os seus escravos. Logo, é isso, e obviamente que, não sendo incapaz de ver a beleza, dedicaria alguns minutos à

contemplação dessa escultura tão própria da beleza da mulher brasileira.

Agora, acho que pela insinuação que fez, teria a companhia, e será muito prazeroso para mim, do Senador Eduardo Matarazzo Suplicy. Não tenho nenhuma dúvida que vamos juntos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É que realmente é... Primeiro, uma história muito bonita, e, segundo...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Antes terão que fazer os caminhos de Assis, uma caminhada de cem quilômetros a pé.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Deveremos fazer a caminhada de Assis também.

Sr. Presidente, o Projeto de Decreto Legislativo, que prevê o acordo... Que aprova o texto de acordo entre o Governo do Brasil e da República de El Salvador sobre cooperação no domínio da defesa. Gostaria de salientar que nós, hoje, temos uma relação tão especial com o Presidente Maurício Funes, que inclusive é casado com uma brasileira, e eu tive a oportunidade, no ano passado, de estar na posse do Presidente Maurício Funes juntamente com o Presidente Lula, e o fato de ele ser casado com uma brasileira inclusive nos aproxima mais ainda.

Este acordo de cooperação é no sentido de que possam os objetivos de as diversas formas pelas quais serão desenvolvidas a cooperação serem regidas pelos princípios de igualdade, reciprocidade e interesses comuns, respeitando as legislações nacionais, compromissos internacionais... E se trata de realizar cooperação nas áreas de pesquisa, de desenvolvimento, apoio logístico, aquisição de produtos e serviços de defesa, partilha de conhecimentos, experiência adquirida no campo de operações.

Terá a forma de visitas mútuas e delegações de alto nível, entidades civis e militares, reuniões entre instituições de defesa equivalentes, inclusive, volta e meia estaremos recebendo a Senhora Primeira-Dama Vanda Pignato, que é a brasileira casada com o Maurício Funes. Isso não está no acordo, mas obviamente mostra que eu tenho a convicção de que isso vai acontecer, porque tenho sido testemunha da visita de ambos aqui ao Brasil.

E, por todo o exposto, considerando que não existem vícios de natureza constitucional, regimental, técnica legislativa, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 25, de 2010. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Suplicy.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Está, portanto, aprovado o acordo entre o Brasil e El Salvador sobre cooperação do domínio da defesa.

Senador Dornelles é relator de três itens. Vamos, então, passar para o Senador Dornelles.

Primeiro é o Item 2, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº 542, que aprova o texto da convenção entre o Brasil e a Bolívia—

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Permite, Senador... Presidente Eduardo Azeredo, me permite. Eu queria cumprimentar V. Exa., primeiro pela forma firme com que tem conduzido a comissão, equilibrada, e, segundo, pela demonstração que dá, bom prefeito que foi, excelente governador que igualmente o foi, pela demonstração que dá de que o trabalho não é individual. V. Exa. é um grande *organizer*, é um grande formador de equipe.

Queremos parabenizá-lo pelo tato, pela sensibilidade com que tem em montar as suas equipes, e isso tem dado certo ao longo da sua vida: deu certo no SERPRO, deu certo na Prefeitura de Belo Horizonte, deu certo no Governo de Minas Gerais, e dá certo nesse exercício brilhante da Comissão de Relações Exteriores. Meus parabéns a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado, senador, e toda a equipe.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Que é uma faceta pouco conhecida do eleitorado do Senador Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, sempre trabalho em conjunto, em grupo.

Vamos passar ao Item 2, que é o *“Projeto de Decreto Legislativo 542, do acordo entre o Brasil e a Venezuela, na verdade, a República Bolivariana da Venezuela, para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de imposto de renda, assinado em Caracas, em 2005.”*

Senador Francisco Dornelles com a palavra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Sr. Presidente, a dupla tributação internacional da renda ocorre quando a mesma renda de uma mesma pessoa é tributada com o mesmo imposto, no mesmo período. Ela decorre do fato de países adotarem diferentes princípios de tributação, nacionalidade, residência ou fonte, ou que, adotando o mesmo princípio, façam de-finição diferente.

Nos acordos que o Brasil tem feito com países desenvolvidos, a dupla tributação tem sido eliminada através do método da isenção, ou seja, os lucros da

Fiat são tributados no Brasil e não são tributados na Itália. Os lucros da Peugeot são tributados no Brasil e não são tributados na Itália. E esse é um dos motivos que nós não temos até hoje feito um acordo com os Estados Unidos, porque ele tem se recusado a dar ao Brasil as mesmas concessões que os países da União Europeia e o Japão têm feito.

No caso da dupla tributação da renda com países em desenvolvimento, o Brasil tem adotado uma posição diferente, ou seja, nós somos os exportadores de capital, por isso, no caso, a isenção não é... O método não é da isenção, mas é do crédito, ou seja, o imposto pago num país é creditado no outro.

No campo da Venezuela é a mesma linha: o Brasil tributa os regimentos obtidos na Venezuela e dá um crédito correspondente ao imposto pago naquele país e vice-versa. O acordo segue as linhas que o Brasil vem adotando em acordos com países em desenvolvimento. Por isso a minha opinião, eu sou pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Dornelles.

Está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Está, portanto, aprovado.

Vamos agora ao Item nº 5, também de relatoria do Senador Dornelles. *“É o Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2010, que aprova o texto da Emenda à Convenção que estabelece o Conselho de Cooperação Aduaneira, adotado em Bruxelas, em 30 de junho de 2007”.*

Com a palavra o senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Sr. Presidente, esta comissão [interrupção no áudio] que aprova o texto de Emenda à Convenção que estabelece o Conselho de Cooperação Aduaneira, adotado em Bruxelas.

Na Câmara dos Deputados, a proposição passou pelo crivo das Comissões de Justiça, Desenvolvimento e Tributação.

O Conselho de Cooperação Aduaneira, atento à dinâmica de cena internacional, houve por bem alterar seu tratado constitutivo.

Com esse efeito, isso tem se tornando corriqueiro em organizações internacionais vocacionadas, entre outros assuntos, para cuidar de temas econômicos comerciais.

Eu, pelo voto, pelo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, legal e versado em boa técnica, somos pela aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Está aprovado, portanto, o texto da Emenda à Convenção que estabelece o Conselho de Cooperação Aduaneira, adotado em Bruxelas, em junho de 2007.

Ainda do Senador Dornelles, o Item nº 8. *“Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2010, que aprova a adesão do Brasil ao texto da Convenção Relativa à Admissão Temporária, também conhecida como Convenção de Istambul, celebrada em 26 de junho de 1990, sob os auspícios da Organização Mundial de Aduanas, e ao texto do seu anexo A, mediante o exercício de direito de reserva, em conformidade com o disposto no art. 18 do anexo A e do art. 29 da Convenção, e seus anexos B.1, B.2, B.5 e B.6”.*

Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, a vinculação do Brasil à Convenção de Istambul representa um importante passo no sentido da maior inserção do Brasil no comércio internacional. Esse ato internacional vai facilitar o trânsito aduaneiro com benefício para o país.

A correta aplicação dos princípios de normas e os tratados colocará a República Brasileira em sintonia com as economias mais industrializadas e dará impulso ao nosso comércio internacional.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, senador.

Coloco em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Está, portanto, aprovado o texto da Convenção Relativa à Admissão Temporária da Convenção de Istambul.

Senador Paulo Duque é o relator do Item 6. *“Decreto Legislativo nº 20, que aprova o texto de várias resoluções, com as emendas a vários capítulos, para a Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar – SOLAS”.*

Com a palavra o Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): [interrupção no áudio] que é uma matéria muito interessante e que eu ignorava totalmente antes de ter essa matéria comigo.

Esse mecanismo internacional que dita normas para salvaguarda e proteção da vida humana no mar, sobretudo agora que existem tantas plataformas sub-

marinas no mar, procurando buscar petróleo, isso é muito interessante. Vou ler o meu Parecer.

“Em atenção ao disposto no inciso I do art. 49 da Constituição Federal, que estabelece a atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar atos internacionais, o Presidente da República encaminhou às Casas Legislativas a Mensagem 976, solicitando a apreciação do aludido acordo.”

Na Câmara Federal, a mensagem foi aprovada em 17 de junho de 2009.

O acordo se faz acompanhado de exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores, onde é destacado o seguinte: a Convenção Internacional para Salvaguarda de Vida Humana no Mar foi elaborada por uma Conferência Internacional, na sede da IMO, em Londres, em 1960.”

Então, já naquela época, se cogitou disso, há 30 anos, mais... Há 40 anos, 50 anos.

“Face à necessidade da atualização, em 1974, foi adotada uma nova versão da Convenção, que passou a ser conhecida como Convenção SOLAS – 74, que incorporava uma série de emendas relativas à Convenção inicial, e esta Convenção entrou em vigor em 25 de maio de 1980.”

A Convenção e as normas foram sendo aperfeiçoadas, e novas necessidades de aperfeiçoamento em face de acidentes. Foi elaborado um protocolo específico relativo à poluição por óleo.”

Olha como é interessante isso, poluição por óleo no mar.

“A adesão brasileira a esse protocolo foi promulgada ao Decreto 93.610, de 1986. Com isso, a Convenção passou a ser conhecida como SOLAS – 74/78, e, mais recentemente, o novo protocolo substituiu o antigo, com entrada em vigor, internacionalmente, em 03 de fevereiro do ano 2000.”

Análise.

Trata-se de ato internacional multilateral, celebrado no âmbito da Organização Marítima Internacional, organização internacional de grande tradição e importância, da qual o Brasil é um dos mais tradicionais e cooperativos membros. Tem por objetivo atualizar a legislação de segurança marítima internacional, constantemente em evolução, haja vista as mudanças tecnológicas, de equipamentos e de técnicas em questões de navegação e de prática marinha e de segurança de bordo.”

Em face do exposto, e considerando inexistir vício de inconstitucionalidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2010.”

É esse o parecer, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Paulo Duque.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Está aprovado, portanto, o relatório em relação a SOLAS.

Dos itens de acordos... Com a palavra o Senador Paulo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu queria solicitar a V. Exa., se possível, colocar para apreciação ainda hoje esse Projeto de Lei da Câmara nº 65/2010. O meu Parecer já está pronto, se V. Exa. e os Srs. Senadores aprovarem ou concordarem, eu peço isso a esta comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador, o único problema é que nós não temos quórum para votação. Nós poderíamos ler e ficar aguardando o momento que tiver número suficiente para votar.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Não tem quórum?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Para votar, por enquanto, não.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas eu posso deixar o meu parecer aqui com voto? Enquanto isso eu vou votar na Comissão de Agricultura e volto para cá. Pode ser assim?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Pode. O senhor quer ler de uma vez o relatório? Pode ler o relatório.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Votação extrapauta--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Foi incluído, então, extrapauta, estamos de acordo, está incluído extrapauta, V. Exa. pode ler de uma vez--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu vou pedir ao Senador Dornelles para ler, porque ele está me alertando que precisa de um membro aqui na comissão para votar uma matéria importantíssima.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Então, com a palavra o senador--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): V. Exa. permite, então?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Perfeito. Então o Senador Dornelles para ler essa matéria de relatoria do Senador Paulo Duque, que é o *“Projeto de Lei da Câmara nº 65, que transforma funções comissionadas técnicas criadas pelo art. 58 da Medida Provisória nº 2.229, [ininteligível]*

vel], de 06 de setembro de 2001, que transforma em cargo de Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS em gratificações do exercício em cargo de confiança devidas aos militares e em gratificações de representação para o exercício de funções devidas também aos militares”.

Senador Dornelles com a palavra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Sr. Presidente, *“dei ao exame dessa comissão para decisão terminativa o Projeto de Lei da Câmara 65, de 2010, do Presidente da República, com o objetivo de transformar, no âmbito do Poder Executivo, 446 funções comissionadas, em 25 cargos em comissão. Os cargos em comissão e as gratificações serão destinados ao Ministério da Defesa, com a finalidade de viabilizar as ações de planejamento e execução dos jogos mundiais militares.*

O projeto se mostra compatível com o ordenamento jurídico brasileiro, que reserva a iniciativa exclusiva do Presidente da República, as leis que dispõem sobre a criação de cargos e funções.

Dessa forma, no tocante ao aspecto constitucional, o projeto pode seguir o seu curso.

No mérito, a proposição é por igual merecedora de aprovação.

A importância dos jogos mundiais militares para o desenvolvimento do esporte e do turismo brasileiro, bem como para integração das forças armadas de diferentes países é totalmente louvável. O encontro esportivo há de proporcionar ainda experiência logística para a realização de Copa do Mundo de 14.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 65 da Câmara dos Deputados.”

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Em discussão o projeto.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação para a realização dos jogos militares.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Militares.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Está aprovado, portanto.

Srs. Senadores, eu queria propor só uma inversão rápida, já chegaram mais dois senadores, João Tenório e Roberto Cavalcanti, mas nós podemos ler o relatório dos dois embaixadores, de maneira que já pudéssemos depois abrir o processo de votação, e aí continuaríamos com os acordos. Estão de acordo?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): De acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Então, Senador Geraldo Mesquita,

vamos começar, então, como relator ad hoc da indicação do Embaixador Washington Luis Pereira de Souza Neto, que é indicado para a Bulgária cumulativamente com Macedônia e Bósnia-Herzegovina.

Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): É verdade, Sr. Presidente, com relação ao Embaixador Washington, nós temos dois relatórios: o primeiro que traduz a Mensagem nº 124, de 05 de maio desse ano, que trata da escolha do embaixador para exercer o cargo de representante do Brasil junto à República da Bulgária e cumulativamente com a República da Macedônia; em seguida, essa comissão aprecia também a Mensagem nº 144, ela é posterior e trata da indicação também do Embaixador Washington Luis Pereira de Souza Neto, para exercer o cargo de representante do Brasil junto à República da Bulgária e cumulativamente junto à República da Bósnia-Herzegovina e a República da Macedônia.

O Poder Executivo já havia enviado a outra mensagem, e vamos condensar a apreciação da indicação do embaixador nesse último relatório, trazendo aqui algumas informações acerca do ilustre embaixador, que nasceu em Araraquara, São Paulo, em 43, filho de Rafael Luis Pereira de Souza e Verônica Pereira de Souza. Graduado em Direito pela Universidade de Brasília, com curso de preparação à carreira de diplomata no Instituto Rio Branco.

Ingressou na Chancelaria no posto de 3º secretário, em 70; ascendeu a conselheiro, em 85; ministro de 2ª classe em 92; e ministro de 1ª classe em 2001.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se as de chefe de divisão jurídica, em 80; chefe da coordenadoria de assuntos econômicos, comerciais da Secretaria-Geral, em 84; coordenador técnico da Secretaria de Imprensa, em 92; secretário da Secretaria de Planejamento Diplomático, em 2001. Enfim, é um vasto currículo, de quem tem o devido preparo para representar o Brasil em qualquer lugar do mundo. Embaixador, parabéns.

O diplomata é indicado a portador de condecorações, entre elas a Medalha Mérito Tamandaré, Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco, enfim, da mesma forma a sua qualificação fez por onde o embaixador fazer jus a tantas homenagens e condecorações.

Quanto aos países dos quais ele vai nos representar, Bulgária, Macedônia, Herzegovina, importa é registrar nesse relatório algumas informações básicas. A Bulgária, por exemplo, é uma república parlamentarista, que ocupa a área de cerca de 111 mil km², com a população de 7 milhões e 200 mil pessoas. Produto Interno Bruto, em 99, foi de 44,78 bilhões de dólares, o que lhe propicia PIB *per capita* de 12,6 mil dólares.

Brasil e Bulgária mantiveram, no período em que aquele país vivia em regime comunista, relações pouco densas nos âmbitos político e econômico comercial. Com as mudanças políticas e econômicas em ambos os países, o quadro vem se revertendo gradualmente, embora haja ainda significativos entraves para maior aprofundamento do relacionamento.

Conquanto relativamente pobre em relação aos parâmetros europeus e ocidentais, a Bulgária pode ser bastante importante, seja por sua situação estratégica, próxima do Oriente e Sibéria, e voltada para o Mar Negro e para a Ásia Central, seja por sua convivência multiétnica, pacífica e tolerante e contrastante com a de seus vizinhos balcânicos, particularmente as repúblicas egressas do desdobramento da ex-Iugoslávia.

A República da Macedônia, por sua vez, é uma democracia parlamentar, com área de 25,33 mil km², e população de dois milhões e seis mil habitantes, isso em 2009.

O governo brasileiro reconheceu a independência da Macedônia em 1995. O estabelecimento de relações diplomáticas, no entanto, deu-se somente em 98. A decisão de estabelecer relações diplomáticas com Macedônia fundamentou-se na diretriz básica da universalidade da política externa brasileira. Temos aqui dados relativos aos fluxos de comércio entre o Brasil e Macedônia. O embaixador vai explicitar melhor quando da sua exposição.

E, por fim, sobre a Bósnia-Herzegovina, o informe ministerial registra que o Brasil reconheceu a sua independência em 92 e mantém relações bilaterais desde 95, sendo que a embaixada brasileira em Sofia responde pela representação na Bósnia. Ainda são poucos os contatos entre as autoridades dos dois países e ocorre principalmente na esfera de atuação das respectivas missões permanentes junto às Nações Unidas.

A Bósnia-Herzegovina, cuja capital é Sarajevo, tem área de 50 mil km² e população de 4,6 milhões de habitantes, praticamente dividida entre muçulmanos e cristãos.

Diante do exposto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, julgamos que os integrantes dessas comissão já possuem os elementos necessários e suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito desse relatório que será suprido de informações a serem prestadas diretamente pelo embaixador. Era o que eu tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Geraldo Mesquita, falando sobre Bulgária, Macedônia e Bósnia-Herzegovina, o relatório dos três países.

Antes de passar ao novo relatório, eu quero só... O item anterior, o Projeto de Lei nº 65, eu coloquei em

votação, quando, na verdade, ele é votação nominal, então foi um erro que eu cometi, eu já até tinha até dito que nós íamos apenas ler. Mas agora nós temos número, podemos fazer a votação nominal agora sobre esse projeto que transforma os cargos de direção em cargos de confiança.

Senador Paulo Duque é a favor. Senador Roberto Cavalcanti. Senador Dornelles. Senador Geraldo Mesquita. Senador Arthur Virgílio. Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Inácio Arruda, Senador Heráclito Fortes, Senador Tasso Jereissati, o projeto que transforma... Sim, o projeto da defesa.

Portanto, são, com o meu voto, são dez votos, portanto, atinge dez votos “sim”, atingindo o quórum necessário. Está aprovado. Agora, sim, os votos nominais.

Senador Inácio Arruda como relator *ad hoc* da indicação do Embaixador Paulo Américo Veiga Wolowski para o Congo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, é com muita satisfação que eu faço a relatoria *ad hoc* em nome da Senadora Patrícia Saboya, também do meu estado, e que muito corretamente deve estar caminhando pelas ruas da nossa capital.

O Sr. Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do nome do Sr. Paulo Américo Veiga Wolowski, Ministro de 1ª Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República do Congo.

A Constituição Federal no art. 52 inciso VI atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar por voto secreto sobre a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou o currículo do interessado do qual extraímos para este relatório as seguintes informações: nascido em Curitiba, Paraná, filho de Vitoldo Zeroslau – é assim que pronuncia? – Wolowski e Justina Veiga Wolowski, o indicado, após a conclusão do curso de preparação à carreira diplomática do Instituto Rio Branco, foi nomeado 3º secretário, em 1973, sendo subsequentemente promovido a 2º secretário, em 1977, 1º secretário em 1980, conselheiro em 1989, ministro de 2ª classe em 1998 e ministro de 1ª classe em 2005.

Dentre os cargos e missões importantes que realizou, cumpre destacar as seguintes: Embaixada

em Quito, 3º e 2º secretário; Embaixada em Ottawa, 2º secretário; Embaixada em Bagdá e Varsóvia, 1º secretário; Embaixada em Maputo, conselheiro; Embaixada em Acra, embaixador cumulativo em Burkina Faso; embaixador em Sofia; embaixador cumulativo na República da Macedônia e na República da Bósnia-Herzegovina.

O embaixador possui ainda uma série de condecorações nacionais e estrangeiras, dentre as quais se destacam a Ordem Nacional do Mérito Paraguai, Ordem Nacional do Mérito Equador, medalha do pacificador Brasil e Ordem do Rio Branco Brasil, no grau de Grã-Cruz.

O embaixador indicado é graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e no curso de altos estudos no Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores. Defendeu teses sobre as relações do Brasil e de Moçambique. Portanto, está justamente alinhado com a UNILAB, digamos assim.

O posto para o qual o embaixador é indicado é de grande importância na política externa brasileira, pois concerne a país da África Ocidental estrategicamente colocado com extensas fronteiras com Angola e com a República de Camarões. Nossa Embaixada em Brazzaville encerra muitos desafios, tanto no plano da densificação das relações políticas bilaterais como no aumento da presença comercial brasileira e do MERCOSUL em toda a subregião africana.

Buscando estabilidade política, após um ciclo de conflitos armados e de grande estagnação econômica, o país tem buscado inserção internacional e desenvolvimento, a partir de sua importante indústria petroleira.

Nossas relações com o Congo datam de 1980, mas somente a partir de 2007 é que os países procuraram maior aproximação, com visitas presidenciais e com o início de efetiva cooperação nas áreas de agricultura e de pesca e de esporte. Também tem o Brasil cooperado com a República do Congo na área da saúde, em especial no combate na prevenção da AIDS.

No plano comercial, informa a nota do Ministério das Relações Exteriores que Brasil recuperou o déficit recorrente de sua balança comercial com aquele país, devido à importação principalmente de petróleo, quando, a partir de 2008, obteve superávit mercê da exportação de açúcar, de insumos para a indústria petroleira e de gasodutos, além de ferro, carne, papel e celulose.

As relações bilaterais caracterizadas por atmosfera de cordialidade de crescente interesse mútuo têm progredido, porém, há todo um caminho a ser percorrido para que o Brasil possa consolidar e aprofundar suas relações com aquele país.

A missão a ser desempenhada pelo futuro representante brasileiro em Brazzaville constitui, portanto, estimulante desafio para o qual a diplomacia brasileira deve estar preparada. Para esse reforço, muito poderá contribuir o Embaixador Wolowski, haja vista a sua experiência e capacidade profissional.

Diante do exposto, considera-se que esta comissão já dispõe de elemento suficiente para deliberar sobre a indicação presidencial, que nós pedimos, Sr. Presidente, após as votações, urgência para que apreciemos ainda hoje no Plenário do Senado Federal a indicação não só do senador do Congo, como também do nosso Senador Washington Luis.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Eu quero, portanto, então já lidos os dois relatórios, declarar aberto o processo de votação. E queria solicitar ao Senador Geraldo Mesquita que pudesse assumir aqui presidência. Está aqui entre nós o embaixador do Chile, no Brasil, eu vou só recebê-lo na sala ao lado, o Embaixador Jorge Monteiro, e queria só que o embaixador [pronunciamento fora do microfone], não é, embaixador? Seja muito bem-vindo.

[troca de presidência]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, V. Exa. poderia permitir a votação mesmo antes da fala--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): O processo de votação já está aberto.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Aquela mesma situação do Paulo Duque, eu tenho que correr aqui numa comissão de mudanças climáticas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): O processo de votação já está aberto só para votos positivos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Evidentemente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Por favor. Vamos, então, ouvir os nossos...

Senador Arthur.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, de maneira bastante breve, temos uma pauta muito extensa hoje de votações na Casa, e eu preciso me deslocar para o Plenário. Eu gostaria apenas de dar um depoimento, de que numa carreira que prevê múltiplas possibilidades de convivência com diferentes culturas, diferentes civilizações, a carreira diplomática exige, portanto, cultura geral, versatilidade dos seus membros, dos seus profissionais. E a tradição da nossa diplomacia é de oferecer, ao diálogo com o mundo,

profissionais competentes. Isso é uma marca de muitos anos, muitos anos, muitos e muitos anos.

Eu gostaria de dar o depoimento de que considero ambos os embaixadores, o Embaixador Washington Luis Pereira de Souza Neto, que, aliás, descende de linhagem política, o nome já diz, linhagem política que marca o período significativo da história brasileira, e o Embaixador Paulo Américo Wolowski, considero ambos preparados para qualquer exercício que lhes proponha o Itamaraty. Já passaram por vários testes, passarão por outros ainda ao longo do tempo que têm de carreira pela frente, e com experiência nas negociações bilaterais, nos foros multilaterais, são ambos preparados para as missões, para as quais o governo brasileiro ora os indica, assim como já desincubiram de outros no passado e, certamente, farão algo parecido no futuro.

Portanto, eu entendo que nós, diante de profissionais desse porte, não temos nem por que, de minha parte eu não tenho por que esconder que meu voto é favorável, eu não considero que seja sequer matéria de voto secreto essa, eu acho que o voto secreto cabe em algumas poucas circunstâncias, mas não cabe num momento como esse, eu acho que simplesmente poderiam não ser adequados, e é difícil que aconteça assim, porque os profissionais do Itamaraty são, de um modo geral, adequados para as funções que percorrem, e os dois embaixadores, figuras ilustres, que merecem, a meu ver, a confiança desta comissão e a confiança do Plenário da Casa.

Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Prazer, Senador Arthur Virgílio.

De imediato, passo a palavra ao Embaixador Washington Luis para suas considerações.

SR. WASHINGTON LUIS PEREIRA DE SOUZA NETO: Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado a todos os senadores que estão presentes, que encontraram esse espaço na pauta alentada que tem frente a eles para nos ouvir. Seremos, creio que posso falar também pelo meu colega, seremos o mais breve possível.

A Bulgária, onde representarei o Brasil, assim como a Macedônia e a Bósnia-Herzegovina, foram países que eu sempre, paradoxalmente, no fim de uma carreira, sonhei em ir. Os Bálcãs são, para mim, um poder de atração intelectual, porque gestaram importantes partes da história europeia, quer como barreira às invasões do sul, quer como, às vezes, sede de povos importantes. Como sabem os senhores, os búlgaros, na mitologia nacional, pelo menos, creem-se descendentes dos trácios, povo que existiu à épo-

ca da Grécia, e os macedônios reivindicam também, como mitologia nacional, um parentesco certamente longínquo com o povo da Macedônia, que, por sua vez, submeteu à Grécia outrora.

A Bulgária faz parte desse universo balcânico que criou a expressão balcanizar, balcânico, etc. como dividir, e que recentemente tivemos as consequências dessa explosão, que foi a Iugoslávia, com desastres humanitários, com uma situação de penúria muito grande, com guerras contínuas. A Bulgária permaneceu unida, embora tenha uma minoria relativamente importante mulçumana e uma pequena minoria judia também e uma pequena minoria que é mulçumana, mas búlgara, ou seja, foram – os pomaques – foram islamizados de força e são mais uma minoria que vive, relativamente, como todas, vive em harmonia com o conjunto do país. Isso já foi pior ou melhor, conforme o momento, mas hoje em dia, com a entrada na União Europeia da Bulgária, a tendência é de equilíbrio.

Uma faceta importante do futuro da Bulgária é que, após a sua entrada na União Europeia, ela voltará a exercer a um dos papéis históricos que teve. A Bulgária foi um importante elo da chamada rota da seda, desde períodos imemorais, de onde vinha não somente a seda, naturalmente, como outros produtos vinham das estepes da China, de outros locais, vinha toda esta imensidade do que hoje são países, mas que à época era pura estepes, e que desembocava no Mar Negro e chegava à Bulgária, de onde era encaminhado para a Europa.

A Bulgária, depois de sua entrada na União Europeia, busca, de novo, exercer esse papel nodal(F), conjunto de vias que ela pretende concentrar, e que a União Europeia, crescentemente, vai favorecer, inclusive para seus próprios intuítos.

Assim, a Bulgária será a sede, o ponto de encontro de dois corredores, o corredor 8 e o corredor 4, que são conexões rodoviárias, ferroviárias, gasodutos e oleodutos, que permitirão a conexão melhor entre a Europa e a Ásia. Grandes obras vão ser executadas para que se concretizem essas conexões, e um dos pontos que eu imagino que poderei talvez auxiliar um pouco empresas brasileiras será a divulgação de oportunidades.

Não nos iludamos, naturalmente a maior parte dessas oportunidades será oferecida às próprias empresas da União Europeia, mas, como nós sabemos, existem as subcontratações, as ligações, os vínculos empresariais que podem favorecer oportunidades nessa área.

Uma coisa apenas com relação ao relatório também que tivemos. Na verdade, a população búlgara é bastante pobre. É ilusório pensar que há uma renda per

capita de 12 mil dólares. Na verdade, essa renda per capita é citada como em poder de paridade da compra. Na realidade, ela não é a renda per capita real, é nominal, e ainda assim como equalização de poder de compra. A realidade é que o PIB per capita é de cerca de 6 mil dólares, e caindo, como dizem, *falling*, porque há um fator – apenas para encerrar – delicado, mas que devemos mencionar, é a queda geral da população na Bulgária, que a população sofreu entre 1990 e 2004, para que os senhores tenham uma ideia, houve uma queda de 10.5%. Para nós, isso equivaleria, os senhores imaginem, a que o Brasil tivesse perdido 18 a 20 milhões de habitantes neste momento, nesse período. Isso é devido a uma queda enorme da taxa de fertilidade, uma queda enorme da taxa de natalidade e, principalmente, a imigração, e essa imigração atinge principalmente a mão de obra, os engenheiros, os mais qualificados, que são atraídos para a União Europeia.

Uma palavra sobre a Bósnia-Herzegovina. Graças aos esforços do Embaixador Wolowski, o nosso ministro de estado acaba de executar, em junho, uma visita à Bósnia, que estava planejada, e o Embaixador Wolowski convenceu, já que estava ali ao lado, ir também à Bulgária. Ambas as visitas, evidentemente, foram um sucesso, mas despertaram justamente expectativas na área da melhoria do comércio entre os dois países e na área também de um diálogo político muito mais fluido.

Na verdade, a visita do Ministro Amorim foi, obviamente no caso da Bósnia-Herzegovina, que é um país muito recente, foi a primeira de um ministro brasileiro, mas no caso da Bulgária, com a qual temos relações há muito mais tempo, foi também a primeira vez em o que um ministro a visitou. E eu creio que haverá um interesse político que poderemos também explorar a partir dessa visita.

É isso que eu teria como uma introdução à Bulgária, que eu teria a dizer, e eu queria ressaltar também que não é uma falsa modéstia, eu sempre adotei isso como caminho na minha carreira, eu não tenho absolutamente a convicção de que conheço a Bulgária e que sei o que vou fazer, eu acho que a melhor qualidade de um funcionário, e ainda mais de um chefe, é saber o que não sabe, e chegar e aprender localmente com os antecedentes, evidentemente, mas se os senhores me concederem os votos, podem estar certos que o trabalho não faltará. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com a palavra o Embaixador Paulo Américo, para suas considerações.

SR. PAULO AMÉRICO VEIGA WOLOWSKI: Sr. Presidente, Srs. Senadores, faço minhas as palavras

do Embaixador Washington, as finais, que realmente não pretendo conhecer tudo do Congo agora, mas pretendo fazer lá um bom trabalho, como já tentei fazer em Gana, quando fui embaixador lá, durante oito anos, antes de ir para a Bulgária.

Como os senhores todos sabem, Gana é uma República Presidencialista na África Ocidental, com 342 mil km², comparados ao Estado de Goiás, um vizinho Ocidental nosso, portanto, com uma característica muito interessante, que o país é, em 90%, ocupado por uma floresta tropical, onde existem os famosos chimpanzés, gorilas vermelhos, que a gente vê em filme, etc. Apenas uma pequena parte que vai de uma cidade no litoral Atlântico, chamado [ininteligível], e através do Rio Congo até a capital Brazzaville, paralelamente a uma estrada de ferro, ali está 70%, está concentrado 70% da população do país. Brazzaville fica uma situação muito interessante, imagino eu, no Rio Congo, em frente à Capital da República Democrática do Congo, Quinxassa.

Outro fato interessante é que lá, de lá se originam os pigmeus, que ainda existem. Os bantus foram chegando, ocupando seus espaços, matando e expulsando os pigmeus, mas, na população de quase 4 milhões de habitantes, ainda cem mil são pigmeus.

Um descobridor francês chamado Monsieur Brazza(F), de onde vem o nome de Brazzaville, chegou na região em 1880, entrou em acordo com todos os chefes bantus e decidiram entregar... Que o país seria protegido pela França, que fez justamente com o Gabão, vizinho, e vizinhos para o norte da República Centro Africana e o Tchade, ao que seria a África Ocidental Francesa.

Outro fato curioso é que durante a 2ª Guerra Mundial, Brazzaville foi a capital, durante 1940 e 1943, da França Livre.

Nossas relações com a República do Congo iniciam-se em 1980, estabelecimento das relações diplomáticas, mas é só em 2008 em que as embaixadas são abertas em Brasília e em Brazzaville.

Mas outro fato curioso é que, muito antes, tinha sido aberto, em Fortaleza, um Consulado Honorário da República do Congo. Os nossos interesses lá, conforme o Sr. Relator já adiantou, são de ordem variada. Nesse momento, por exemplo, o governo do Congo está negociando com a Embraer a aquisição de seis super tucanos para as forças aéreas congoleas; presente lá está a Andrade Gutierrez, há dois anos, construindo estradas e presente a... E receberam também propostas, participando das concorrências, etc.

Eu li uma coisa muito curiosa na Folha de São Paulo, do dia 02 de julho; que existem 13 países, na África, onde estão presentes as seis maiores empresas

investidoras brasileiras. E, entre esses 13 países, está Gana, onde está a Andrade Gutierrez há dois anos.

Enfim, senhores, como há muito mais a dizer, mas o Sr. Presidente, com toda razão, recomendou que nós fossemos bem compactos, e se os senhores me permitem, termino aqui minha exposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Obrigado, embaixador.

O Senador Roberto Cavalcanti pediu--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente, peço para me inscrever.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com o maior prazer, senador.

Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço, Sr. Presidente Geraldo Mesquita. Parabênz e cumprimento os Srs. Ministros Paulo Américo Veiga e o Ministro Washington Luis Pereira de Souza Neto.

Na verdade, nós, no Senado Federal, temos o privilégio, a oportunidade e a honra de termos a presença de V. Exas. aqui, conosco. Eu diria que é uma grande oportunidade que nós temos exatamente para que, através desta suposta sabatina, nós tenhamos, na verdade, sendo informados do que se passa no Ministério das Relações Exteriores, a nível das Embaixadas, e fundamentalmente o contato com esse corpo diplomático brasileiro que é tão seletivo.

Eu gostaria de fazer um registro, que, na verdade, V. Exas. são funcionários de carreira. Muitas vezes aqui já presenciemos determinados constrangimentos, determinados momentos em que o humor da Casa, do dia, do país que V. Exas. representam, muitas vezes essas sabatinas se transformam em verdadeiras guerras. Hoje estou tendo aqui o privilégio de assistir uma sabatina muito tranquila, muito ordeira, e pelo que eu vi lá nas bolinhas, o saquinho de bola preta ainda estava meio fechado, e o saquinho de bola branca estava bastante aberto, o que dá um indicativo positivo das aprovações de V. Exas.

Na verdade, eu gostaria de registrar o nível brasileiro do seu corpo diplomático, não só por ocasião desses eventos aqui que nós temos, a oportunidade de sabatiná-los, mas, na verdade, em todo o relacionamento no exterior que eu tenho tido a oportunidade de travar há mais de 40 anos, sou testemunha do nível, e este nível da diplomacia brasileira, do corpo diplomático brasileiro está imune a momentos econômicos, a momentos ideológicos de governo... O Brasil consegue ter uma credibilidade e um respeito internacional que a cada dia se consolida.

Eu analisei rapidamente os currículos dos dois ministros que serão embaixadores nos países respec-

tivos, e realmente se percebe que há toda uma vida dedicada ao nosso país. Esse registro eu gostaria que ficasse bem claro, porque a vida de V. Exas. não é fácil. Eu peguei, por exemplo, aleatoriamente, qualquer um dos dois currículos que eu pegasse, pegando aqui o do Paulo Américo, nasceu exatamente no mesmo ano em que eu nasci, e vem uma história que nasce em Curitiba, depois estuda no Rio de Janeiro, tem uma referência sobre Paraguai, Quito, Ottawa, Bogotá, Varsóvia, Los Angeles, Maputo, Acra, Lomé, Burkina Faso, essa eu só vejo em olimpíada, Sofia, Macedônia, Bósnia-Herzegovina... Veja, tem países que nós até brasileiros temos a dificuldade da lembrarmos que ele existe e até a dificuldade, muitas vezes, de pronunciar corretamente os seus nomes. São dezenas de passagens ao longo de um ano. Isso significa um distanciamento do seu país, um distanciamento das suas famílias. São verdadeiros guerreiros do país. Eu diria que o país deve muito ao trabalho de V. Exas. Não individualmente aos dois ministros que estão aqui postos em análise, mas fundamentalmente ao trabalho do corpo diplomático brasileiro.

E relatar, para finalizar, Sr. Presidente, relatar um fato, na tarde de ontem, que guarda o senso de responsabilidade dos dois ministros. Eu estava no cafezinho do Senado e fui coincidentemente abordado pelos Srs. Ministros, na qual a grande preocupação deles era sobre a nossa reunião que tinha sido suspensa. Sabe por quê? Porque eles não sabiam quando é que seriam sabatinados, tinham dúvidas sobre se essas sabatinas seriam no dia de hoje, e o mais importante, eles não estavam em busca de saber quanto tempo mais permaneceriam no Brasil, para eles era ótimo, estariam em contato com o seu país, com suas famílias, com seus amigos. Não. Eles estavam dentro de um senso de responsabilidade, sabendo quão difícil era retornar aos seus países, aos países do qual eles representavam o país, e terem retornar à Brasília por ocasião de outra sabatina, se fosse marcada em outra data.

Então, esse extremo senso de responsabilidade, eu acho que ficou marcado ontem, na tarde de ontem, na minha mente, e que identifica este trabalho, que é um trabalho que o Brasil tem que reconhecer de forma permanente. Então, V. Exas. são representantes do nosso país no exterior. Eu parabeno ao Itamaraty, o corpo diplomático, Ministério das Relações Exteriores e finalmente todo o corpo diplomático brasileiro pelo nível que apresenta os seus candidatos, aqui, nessa comissão. Meus parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, Senador Roberto Cavalcanti.

Com a palavra o Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente, eu quero saudar inicialmente os dois embaixadores e aproveitar logo para satisfazer uma curiosidade. O Embaixador Paulo Américo Veiga, que é o seguinte: S. Exa. passou durante oito anos já na África, servindo na África, não é isso?

SR. PAULO AMÉRICO VEIGA WOLOWSKI: Quinze anos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Quinze anos na África. Então tem uma grande identificação com o povo e com os costumes e com os países africanos.

SR. PAULO AMÉRICO VEIGA WOLOWSKI: Sem dúvida.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E optou para voltar lá.

SR. PAULO AMÉRICO VEIGA WOLOWSKI: Assim que fosse possível.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Muito bem. Durante esta ida, esta passagem pela África, por acaso, por acaso V. Exa. conseguiu descobrir ou talvez teve contato com algum lugar que aqueles inconfidentes mineiros que foram degredados para a África estiveram lá, por acaso?

SR. PAULO AMÉRICO VEIGA WOLOWSKI: Eu visitei, eu não era embaixador lá, mas visitei o antigo Daomé, o Benin de hoje, aonde teriam passado, mas não há, tanto quanto eu saiba, V. Exa., não há um vestígio—

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): A pergunta é bastante clara.

SR. PAULO AMÉRICO VEIGA WOLOWSKI: Em Moçambique, sim, há histórias de...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manoel...

SR. PAULO AMÉRICO VEIGA WOLOWSKI: É, é.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Uma série deles estiveram lá. Que, naquela época, era um tremendo castigo, ir do Brasil, para degradados na África, era realmente um grande castigo. Hoje, não, você volta no dia seguinte, não tem problema. Não é isso?

SR. PAULO AMÉRICO VEIGA WOLOWSKI: V. Exa. me permite discordar?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Pois não.

SR. PAULO AMÉRICO VEIGA WOLOWSKI: Nunca é um castigo ir para a África.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Era, naquela época.

SR. PAULO AMÉRICO VEIGA WOLOWSKI: Mas as praias estavam lá, senador, maravilhosas, sempre.

As praias estavam lá maravilhosas, os coqueiros, o luar e a beleza do povo africano.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu imagino. E já vi que V. Exa. é usuário mesmo da praia, o seu bronzamento está tipicamente de Ipanema.

SR. PAULO AMÉRICO VEIGA WOŁOWSKI: [risos].

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas o que eu quero dizer é o seguinte--

SR. PAULO AMÉRICO VEIGA WOŁOWSKI: Quisera eu que fosse, foi o Mar Negro, na Bulgária.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mar Negro?

SR. PAULO AMÉRICO VEIGA WOŁOWSKI: Mar Negro, na Bulgária.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Beleza. Mas, naquela época, era um castigo grande.

Então só Tiradentes é que foi condenado ao suplício, e todos os outros degradados, e três religiosos para mosteiros em Lisboa. Essa que foi a penalidade imposta à grande maioria dos inconfidentes mineiros.

Eu estou dizendo isso porque nós estamos comemorando esse ano, comemorando esse ano, 250 anos da Inconfidência Mineira, e a grande maioria dos inconfidentes foram degradados, o termo usado na sentença é exatamente degradados, para os países da África, os mais diferentes. Países da África. Mas foi uma história muito grande, uma história muito marcante no Brasil, levar esses brasileiros para lá, de onde a grande maioria dos escravos tinham vindo para cá.

Mas você falou outra coisa aí que eu achei muito interessante, sobre a existência dos pigmeus. Cem mil pigmeus?

SR. PAULO AMÉRICO VEIGA WOŁOWSKI: Ainda existe.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O que é que V. Exa. chama de pigmeus, exatamente? Qual é a sua... O senhor conhece bem a África e pode... Porque eu não conheço.

SR. PAULO AMÉRICO VEIGA WOŁOWSKI: Os pigmeus, eu não conheço, eu vou conhecer agora, senador. Imagino que sejam umas pessoas pequeninhas.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Pequeninhas. Mas nunca viu lá?

SR. PAULO AMÉRICO VEIGA WOŁOWSKI: Não, não, na África que eu estive não, na que eu vou agora, aparentemente...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Tem 100 mil pigmeus?

SR. PAULO AMÉRICO VEIGA WOŁOWSKI: Cem mil pigmeus. Daí se o senhor permitir, quando eu voltar, eu lhe conto, trago umas fotografias--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E é interessantíssimo isso. Não, eu gostaria que até me mandasse uma carta mostrando alguns retratos, porque isso aí é uma curiosidade.

SR. PAULO AMÉRICO VEIGA WOŁOWSKI: Por que o senhor não vai me visitar lá?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É uma ideia, muito boa, aliás.

SR. PAULO AMÉRICO VEIGA WOŁOWSKI: Aí a Embaixada já está... Será a cereja do sorvete da Embaixada.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Aí nós vamos visitar os pigmeus.

SR. PAULO AMÉRICO VEIGA WOŁOWSKI: E os gorilas vermelhos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Não, mas lá não tem gorila, lá tem pigmeu.

SR. PAULO AMÉRICO VEIGA WOŁOWSKI: E tem os gorilas também que eu estou muito curioso.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Conseguiu sobreviver? Muito bem. Eu confesso a V. Exa. que estou satisfeito com essa... Não é arguição, com esse bate-papo. Daqui a pouco irei à urna, pode estar certo que votarei conscientemente.

Agora, Presidente, falta... Eu não vou deixar aqui, não vou desprezar o ilustre Washington Luis Pereira de Souza Neto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): O senhor tem, no máximo, três horas para fazer suas considerações.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Ótimo.

Queria dizer a S. Exa. que, historicamente, politicamente, eu sou um grande admirador do seu avô, Washington Luis Pereira de Souza, um grande admirador. Porque a história toda do Brasil, que me desculpe aqui o meu amigo que é da Paraíba, S. Exa. que é do Acre, mas a história do Brasil se passou toda no Rio de Janeiro, foi escrita lá, na cidade do Rio de Janeiro, essa que é a verdade. Então eu tive ciência--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Há discordâncias, Minas Gerais é o berço da história.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Há discordância, mas... Está certo. Mas há pouco já falei de Minas Gerais, então agora... Eu deparei com uma fotografia antiga de Washington Luis, em 1930, acompanhado do cardeal da época, de carro, saía do Palácio Guanabara para ser levado para o Forte de Copacabana, onde passou 24 horas, em seguida embarcou para América do Norte.

SR. WASHINGTON LUIS PEREIRA DE SOUZA NETO: Primeiro foi para Lisboa.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Lisboa e depois América do Norte, e só voltou, só voltou depois de 45, quando... A outra fotografia, o Presidente Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945, veja só, 15 anos depois, tudo outubro, tudo outubro, tudo Palácio Guanabara, tudo Rio de Janeiro. Ele era deposto e foi embora para o Sul, não foi para o exterior, foi para o Sul. Duas fotos interessantíssimas. Eu posso até oferecer uma a V. Exa.

O meu gabinete está às ordens de V. Exa., eu tenho certeza que V. Exa. vai se emocionar com a fotografia, as duas fotografias, uma de Washington Luis e, outra, 15 anos depois, também em outubro, de Getúlio Vargas, que foi o Sr. Ministro da Fazenda. Então, são evidentemente fatos históricos interessantíssimos, que eu prefiro isto, falar sobre isto do que a Bulgária, Bósnia... Como é que chama? Bósnia o quê?

SR. WASHINGTON LUIS PEREIRA DE SOUZA NETO: Herzegovina.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Ele sabe. Está vendo? E Hungria, etc. e tal, que a gente conheceu no ano passado, no ano retrasado.

Eu desejo a V. Exas., realmente desejo poder visitá-los, em primeiro lugar; segundo, que tenham muito êxito na sua missão, que eu sei que é difícil, eu sei que é difícil. O senador tem toda razão, muito difícil. Era o que eu tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Obrigado, Senador Paulo Duque.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente—

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Suspendo temporariamente a sabatina dos senhores embaixadores—

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Voltaremos à sabatina, Senador Suplicy, mas eu suspendo temporariamente apenas para que possamos apreciar o Item 14 da nossa pauta, que trata do *“Projeto de Decreto Legislativo nº 38, cujo relator é o Senador Eduardo Azeredo, e que aprova o texto do acordo sobre Tráfico Ilícito de Migrantes entre os Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile, assinado em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004”*.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O acordo compõe-se de três artigos e foi encaminhado aqui, em 15 de julho de 2009, que foi submetido ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem 553. Aqui no Senado, já chegou em 2010.

“As entidades e os próprios governos detectaram a existência de máfias e redes de controle que fomentam o tráfico de pessoas e a exploração sexual de mulheres, crianças e adolescentes. Entre seus componentes, há agentes públicos e privados, cuja perseguição exige uma resposta coordenada entre os estados, levando em consideração aspectos preventivos e repressivos, mas também a participação da sociedade civil organizada.

Portanto, este acordo, ele visa exatamente, nos seus vários artigos, para propiciar a base jurídica para prevenção e punição do tráfico ilícito de migrantes no MERCOSUL e estados associados, com o escopo correto e balanceado entre as ações de cooperação e prevenção e de punição para os delitos, além de articular-se explicitamente com os demais instrumentos jurídicos internacionais no mesmo campo.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto Decreto Legislativo nº 38, de 2010.”

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não havendo quem queira discutir, em votação. Permaneça sentado quem aprova.

Aprovado.

Voltamos... Vamos aproveitar a oportunidade para apreciar... Vamos apreciar, em seguida, o relatório do Senador Roberto Cavalcanti, que apresenta parecer acerca do *“Projeto de Decreto Legislativo nº 24, que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Benin sobre o exercício de atividade remunerada por parte de dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Cotonou”*. É isso, embaixador?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): *“Em 13 de março de 2009”*.

Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Vou ser bastante sintético e rápido, tendo em vista que nós estamos tendo a oportunidade de estarmos sabatinando os ministros que serão embaixadores em diversos países. Mas, na verdade, é um acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Benin sobre o exercício de atividade remunerada por parte de dependente do pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico celebrado em Cotonou, em 13 de março de 2009.

Na verdade, aqui tem texto que esclarece com bastante precisão.

“Segundo esclarece a exposição dos motivos do Ministério das Relações Exteriores, o Brasil tem

acordos semelhantes firmados com mais de 30 outros países.

Trata-se de reivindicação das novas gerações do serviço exterior brasileiro, no intuito de proporcionar aos dependentes do funcionário transferido espaço profissional próprio e o exercício de atividades outras que não a mera função de acompanhamento."

Vou direto ao voto, Sr. Presidente.

"Por todo o exposto, e considerando não haver vícios quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, eu voto favoravelmente à aprovação do Projeto do Decreto Legislativo nº 24, de 2010."

Era isso, Sr. Presidente. Só peço... Solicito a V. Exa., também, se fosse possível, eu relatar o Item 13 da pauta de hoje, também serei bastante breve, para que nós possamos cumprir essa nossa tarefa regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não havendo quem queira discutir, em votação. Permaneçam sentados quem aprova.

Aprovado.

Senador Roberto Cavalcanti passa a relatar o parecer acerca do *"Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 2010, que aprova o texto tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá sobre auxílio jurídico mútuo em matéria penal, assinado na cidade do Panamá, em 10 de agosto de 2007"*.

Com a palavra, senador.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Como já foi relatado pelo nobre Senador Presidente, na verdade, é um tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá sobre auxílio jurídico mútuo em matéria penal, assinado na cidade do Panamá, em 10 de agosto de 2007.

Eu vou, também, buscando objetividade... *"O tratado está acompanhado de uma exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte:*

O instrumento em apreço foi firmado com o propósito de tornar mais eficaz a aplicação da lei de ambos os países, no que respeita a investigação, ação penal e prevenção do crime, por meio de cooperação e assistência jurídica mútua. Inscreve-se, portanto, em um sentido amplo de assistência jurídica, refletindo a tendência atual de aprofundamento da cooperação jurídica internacional para o combate à criminalidade. A assistência inclui a realização de depoimentos, fornecimento de documentos, localização e identificação de pessoas, busca e apreensão de produtos do crime, devolução de ativos e qualquer outro tipo de assistência acordada entre as partes".

Vou direto ao voto, Sr. Presidente.

"Em face ao exposto, sendo ainda constitucional, legal e regimental e versando em boa técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 2010."

Era isso, Sr. Presidente, peço a anuência e o voto dos colegas senadores presentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Obrigado, senador.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Permaneça sentado quem aprova.

Aprovado.

Peço mais uma vez a paciência aos nossos queridos embaixadores para, por último, apreciarmos o parecer da lavra do Senador Renato Casagrande. É o último item, senador. Página 461. Acerca do *"Projeto de Decreto Legislativo nº 212, que aprova o texto de modificação do Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos."*

Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, Srs. Senadores.

Sr. Presidente, *"trata-se de um Convênio de designação aqui empregada como ato internacional multilateral de natureza vinculante, que modifica o ato original constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos, parte do grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que tem por escopo promover o avanço econômico dos países membros, por meio do apoio e fomento às empresas privadas de pequeno e de médio porte. Contando com diversas formas de financiamento, a Corporação Interamericana de Investimentos emprega formas modernas de gestão de suas atividades financeiras, zelando pela idoneidade do destinatários dos empréstimos, com transparência e com observância de normas nacionais, ademais de zelar pelas boas práticas trabalhistas e pela correção ambiental dos projetos tutelados."*

As modificações mais importantes constantes das emendas propostas no convênio original objetivam, no que tange a supressão da seção 2, C, 'i', do art. 2º, compatibilizar a organização com sua evolução e com dinâmica do sistema internacional, a prover nova estrutura de capital, a partir de necessidades decorrentes tanto da aprovação dos novos membros, como das novas necessidades ditadas pelo quadro internacional. Ainda quer-se modificar o convênio em sua seção 1, 'b', do art. 3º, para permitir maior flexibilidade da mobilização e disponibilização de recursos, destravando injunções regionais, em prol de melhor governança e distribuição mais eficiente dos recursos.

Resta patente que, com a adoção das modificações propostas pelas resoluções internas da Cor-

poração Interamericana de Investimentos e que são objeto do Decreto Legislativo sob exame, essa organização de apoio a pequenas e médias empresas poderá aperfeiçoar seu funcionamento, o que é de todo conveniente e oportuno aos interesses nacionais. Incumbe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examinar prioritariamente a conveniência e a oportunidade dos atos internacionais celebrado pelo Poder Executivo.

Nada havendo a obstar quanto ao mérito da proposta em apreço, resta aduzir ser a mesma constitucional e legal, e direcionada ao aperfeiçoamento do sistema de fomento financeiro regional."

Portanto, Sr. Presidente, meu voto, com base no exposto, concluo pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 212, de 2010.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não havendo quem queira discutir, em votação. Permaneça sentado quem aprova.

Aprovado.

Voltamos, agradecendo a paciência dos senhores embaixadores, voltamos às suas respectivas sabinas.

O Senador Eduardo Suplicy havia solicitado a palavra.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, quero cumprimentar e desejar muito sucesso ao Embaixador Paulo Américo Veiga Wolowski, na sua missão na República do Congo, ele que veio da Macedônia e da Bósnia-Herzegovina, e para onde vai também quero desejar muito sucesso ao Embaixador Washington Luis Pereira de Souza Neto para suas missões.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade relacionada à questão e informar que eu me coloco à disposição de ambos para que, em qualquer oportunidade, que seja o Governo ou o Parlamento ou a Universidade, no Congo ou na Macedônia, na Bósnia-Herzegovina, queiram debater este tema, pois nós tivemos, Sr. Presidente Eduardo Azeredo, um extraordinário sucesso no 13º Congresso Internacional da Rede Mundial da Renda Básica, onde houve a participação de mais de 500 pessoas, das quais 92 estrangeiros, 158 brasileiros, que apresentaram trabalhos, houve 198 palestras que abrangeram temas, seja sobre a renda básica em geral, mas houve 44 estudos, muitos dos quais regionais, sobre os efeitos em Alagoas, Bahia, Manaus, Minas Gerais, norte do Amazonas, São Carlos, Santo Antônio do Pinhal, do Programa Bolsa Família, seus efeitos sobre agricultura familiar, assistência social, direitos humanos, educação, saúde... Houve, sobre outros aspectos da experiência brasileira, mais de 19

trabalhos; houve 30 trabalhos sobre experiências internacionais, na Argentina, Canadá, Chile, Coreia, França, Grécia, Haiti, Indonésia, Irã, Itália, Japão, México, Namíbia, Uruguai, Estados Unidos, especialmente o Alasca; e sobre questões de gênero, sete trabalhos; e o mercado de trabalho e seus efeitos, 12; e aspectos diversos da renda básica. Enfim, foi um extraordinário sucesso.

E eu aqui, Sr. Presidente, apresento... A V. Exa. já dei, mas aos dois embaixadores, a história feliz que o Ziraldo preparou e deu de presente sobre a renda básica de cidadania. As pessoas interessadas poderão me procurar que cederei este material com muita alegria.

Enfim, peço desculpas, porque nós tivemos tal acúmulo de tarefas simultâneas hoje, por ser um dos últimos dias do semestre, eu não pude estar todo o tempo aqui, mas meus cumprimentos e todo o apoio ao trabalho de ambos. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Suplicy.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de lembrar aos presentes que nós estamos com a campanha tocando--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está tocando.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): --em processo de votação no Plenário. Então nós temos que arranjar uma forma de finalizarmos essa nossa--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Já vamos concluir. Tem só um pedido aqui de autorização de viagem para representar o Senado em evento internacional. Eu pediria ao Senador Suplicy que pudesse rapidamente poder--

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sim, Sr. Presidente.

O Presidente José Sarney designou a Senadora Serys Slhessarenko para representar o Senado no encontro para uma plataforma global de votação organizada pela Rockefeller Foundation, em Bellagio, na Itália, entre 13 e 16 de julho próximo. Se trata de uma missão de alta relevância, e proponho que possa a senadora, nos termos regimentais e conforme as resoluções do Senado, para que possam ser tomadas as providências no sentido de ela poder participar deste importante encontro internacional. O meu Parecer é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.

Está, portanto, aprovada a autorização.

Com base na Constituição e também no Regimento, vou transformar em secreta a reunião, ao mesmo tempo em que peço aos dois Senadores Suplicy e Roberto Cavalcanti que funcionem como escrutinadores e façam alguma pergunta que acharem necessária. Portanto, está suspensa, transformando em secreta, com a presença dos embaixadores e também dos diplomatas que podem aqui permanecer.

[Sessão secreta às 16h20]

[Sessão reaberta ao público às 16h24]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Está reaberta a reunião, e eu quero

comunicar, portanto, a aprovação dos embaixadores... Do Embaixador Paulo Américo Veiga Wolowski, para a Embaixada do Brasil na República do Congo, por 14 votos sim e uma abstenção. E também a aprovação do Embaixador Washington Luis para a República da Bulgária, cumulativamente com a República da Macedônia e República de Bósnia-Herzegovina, também por 14 votos a favor, nenhum contra e uma abstenção.

Eu quero, finalmente, desejar a ambos os embaixadores todo o sucesso nas suas missões. Agradecer a paciência desse atropelo dessa semana. E solicito à Secretaria que envie imediatamente os processos para o Plenário para que nós possamos ainda votar em Plenário no dia de hoje.

Muito obrigado. Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 16h25.



Edição de hoje: 742 páginas

OS: 2010/14809